

A CONSAGRAÇÃO DOS NATURAIS

CONSTITUIÇÃO, DIREITO(S) E PERISMO NA GOA OITOCENTISTA

Anexos - Tomo II I



LUÍS PEDROSO DE LIMA CABRAL DE OLIVEIRA

É nesse contexto continental em plena mutação que se integra esta pesquisa excecional de Luís Cabral de Oliveira. Ela abrange o espaço indiano que permaneceu sob soberania portuguesa e que revela a capacidade de ação e a pugnacidade das elites naturais cristãs goesas, as quais reivindicaram a legitimidade da sua liderança social [...] e da sua participação ativa na construção da monarquia liberal constitucional, como sujeitos da coroa de Portugal.

[...]

A pesquisa de Luís Cabral de Oliveira é em tudo inovadora. De facto, o período estudado [...] obrigou-o a investir largos anos na compreensão de um contexto particularmente complexo. [...] Apresenta assim um texto final acessível e até empolgante sobre uma problemática cuja redação ameaçava ser austeramente académica

[...]

Cientificamente, a grande inovação neste estudo da evolução das instituições jurídicas e administrativas de Goa reside também na escolha de uma focalização interdisciplinar (ciências sociais, literatura, linguística...). [...] Podemos citar, entre os resultados mais espetaculares desse método de análise, a visibilização da presença feminina, totalmente alheia *a priori* a este universo jurídico e administrativo integralmente masculino.

[...]

Além do volume dedicado à redação historiográfica propriamente dita, deparamos aqui com dois volumes anexos incluindo um vastíssimo, e quase integralmente inédito, *corpus* documental. Este representa também uma exceção nos parâmetros das teses hoje apresentadas nos laboratórios de pesquisa europeus. Não se trata somente de «Anexos» como o índice sugere *a priori*. De facto, este *corpus* funciona não somente como ilustração documental da análise científica do primeiro volume, mas também como uma verdadeira tese autónoma de edição crítica de fontes”.

Ernestine Carreira (do Prefácio)

Luís Cabral de Oliveira é doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Professor adjunto do departamento de ciências jurídicas do Politécnico de Leiria e investigador do CEDIS/FDUNL, desenvolve o seu trabalho científico (através de publicações, conferências e participação em projetos nacionais e internacionais) nas áreas da história do direito, do direito colonial, da ciência política e da história da administração e das instituições, interessando-se particularmente pelas questões relativas ao antigo Estado da Índia.



A edição deste trabalho realizou-se no âmbito do projeto de investigação Pluralismo Jurídico no Império Português (séculos XVIII-XX) – PTDC/DIR-OUT/30873/2017.



Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida sem autorização prévia do autor e do editor.

A edição deste trabalho realizou-se no âmbito do projeto de investigação Pluralismo Jurídico no Império Português (séculos XVIII-XX) – PTDC/DIR-OUT/30873/2017.

Índice de Anexos:

Anexo IV Elites naturais católicas: Famílias chardós e famílias brâmanes	1
Anexo V Estudantes goeses na universidade de Coimbra	551
Anexo VI “Relatorio concernente aos Negocios da Caza do Rey de Sunda, precedido d’huma succinta noção da origem do estabelecimento daquella Caza neste Estado, e das liberalidades dos S.res Reis de Portugal”	593
Anexo VII Glossário	607

ANEXO IV

Elites *naturais* católicas

Famílias chardós e famílias brâmanes

A investigação levada a cabo durante o período de elaboração deste estudo encerrou, naturalmente, múltiplos desafios – nomeadamente a necessidade de caracterizar, identificar e estudar (de forma tão cuidadosa quanto possível) as elites naturais católicas. Tal só se revelou exequível procedendo a um estudo genealógico de fôlego, baseado num levantamento massivo de informação recolhida nas mais diversas fontes e devedor das contribuições dos muitos que generosamente prestaram o seu auxílio precioso. É essa a génese deste longo anexo IV, forçosamente incompleto e, apesar dos nossos cuidados, certamente com lapsos, como sucede a todos os ensaios do género. As suas dimensões e profundidade levaram a que variadas vezes fôssemos aconselhados a transformá-lo em trabalho autónomo, considerando que acabara por conquistar foros de liberdade face ao resto da tese. Compreendendo tais propostas, consideramos porém ser aqui que a sua publicação faz mais sentido. O estudo da Goa oitocentista e do *perismo* torna-se, cremos, francamente mais espinhoso sem um conhecimento profundo das elites *naturais* católicas¹.

Índice de títulos

(A) Famílias chardós	
Almeida, de Assolnã	
Barreto, de Assolnã e Calata	
Bragança Pereira e Menezes Bragança, de Utordá e Chandor	
Cardoso, de Assolnã	
Coelho, de Aquém	
Costa Martins, de Assolnã	
Coutinho, Cabral e Martins, de Assolnã e Conculim	
Cunha, de Cuelim e Assolnã	
Furtado, de Assolnã, e Pereira, de Orlim	
Gomes, de Cavelossim	
Loiola, de Chinchinim e Orlim	
Monteiro, de Assolnã	
Morais, de Verodá de Conculim	
Pinto, de Assolnã	
Remédios Furtado, de Jua e das Mercês	
Vaz Falcão, de Ambelim	

¹ Um dos temas discutidos em estudos deste género é quando se deve apor o tratamento “Dona” (ou simplesmente “D.”) antes do nome das senhoras biografadas. Alguns autores optam por nunca ou fazer, outros por sempre o incluir. Afastando-se um pouco desta tentativa de nivelamento, outros preferem recorrer ao mesmo sempre que encontram documentação da época em que é usado. Foi a este último critério que recorremos.

<i>(B) Famílias brâmanes</i>	
Abreu, de Anjuna	
Albuquerque, da Graça	
Álvares, de Margão; Abreu, da Piedade; Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém	
Ataíde, de Salém	
Brás de Sá, de Calangute	
Colaço, de Rachol	
Cordeiro, de Anjuna e Assagão	
Costa, de Margão	
Costa, de Parrá e Arporá	
Cunha, de Arporá	
Dalgado e Freitas, de Assagão	
Dinis, da Raia,	
Fernandes de Noronha, de S. Matias	
Figueiredo, de Loutolim	
Frias, de Talaulim e Candolim	
Gomes, de Siolim	
Gonçalves, da Piedade	
Lima, de Chorão	
Lobo, de Bastorá	
Melo, da Raia	
Miranda, de Loutolim	
Misquita e Pereira, de Benaulim	
Pereira, de S. Matias	
Peres da Silva, ditos <i>do prefeito</i> , de Neurá-o-Grande	
Pinto, de Candolim	
Quadros, de Loutolim	
Ribeiro, de Pilerne	
Rocha, de Quítula	
Rodrigues, de Badém	
Vaz, de Anjuna	
Xavier, de Loutolim	

Nota complementar: chama-se a atenção para o facto de, com frequência, num título se estudar não somente a família a que ele é dedicado, mas também várias outras que com a mesma se foram relacionando ao longo das gerações. Assim, o universo das famílias tratadas neste anexo vai muito para além do desenhado pelos títulos elencados.

(A) Famílias chardós

ALMEIDA, DE ASSOLNÃ

De acordo com Sacramento Almeida, os Almeida de Assolnã descendiam “da antiga família “Cuddou”, pertencente aos gancares de primeiro “voto” ou “voz” desta Aldeia. A família é conhecida na aldeia, como a de “Babú Cuddou”, mas o último hindu da família tronco, é “Betu Cuddou”, e o primeiro convertido, seu filho Francisco Almeida que vivia em 1584”². O autor prossegue desenhando o historial da linhagem – da qual descendia por via paterna – e frisando a antiguidade da conversão dos seus maiores ao catolicismo. Se “O primeiro cristão da aldeia foi Lourenço de Bragança, que figura no auto do juramento dos gancares lavrado em 17-12-1567”, a adesão de Francisco de Almeida ao novo credo não deveria ter tido lugar muitos anos depois.

Estamos perante uma família que reúne a generalidade das características que acreditamos identificarem as estirpes pertencentes às elites *naturais* católicas das *Velhas Conquistas*: linhagens que já tinham abraçado há muito o catolicismo; que vinham acumulando cargos na burocracia, no exército, no ensino e na igreja – áreas em que vários dos seus membros conheceram algum destaque –; que se envolveram ativamente na política local; que foram ao longo dos séculos entretecendo uma complexa teia genealógica com as suas congéneres (de tal modo que acabam por constituir um grupo muito fechado) e, finalmente, que desde tempos remotos forneceram inúmeros agentes (sobretudo notários, professores de *aulas* privadas de jurisprudência e advogados *provisionários*) à máquina judicial do Estado da Índia. Uma das marcas distintivas das famílias como esta dos Almeida de Assolnã é indubitavelmente a ligação profunda de muitos dos seus membros ao direito – e isto ao longo de inúmeras gerações.

Começamos assim com:

1) PEDRO DE ALMEIDA, que Sacramento Almeida acreditava ser “filho de Francisco e neto de Betu Curou que vivia em 1584”. Casou duas vezes. Do primeiro enlace terá tido apenas um filho, do qual descendiam dois irmãos, sendo que o autor não indica contudo quantas gerações medeiam estas personagens: **José e Luís Mariano de Almeida**. José de Almeida teve por sua vez uma só filha, chamada Salvação de Almeida, a qual casou com Gaspar de Faria, igualmente natural de Assolnã, que era 1º cabo de infantaria do exército da Índia. Por seu lado, Luís Mariano de Almeida “teve único filho Menino que faleceu sem descendência e duas filhas, uma Josefina casada com José Noronha do bairro Baixo”³).

Após enviuar, Pedro de Almeida casou novamente, sendo que também não conhecemos o nome da sua segunda mulher⁴. Foi filho deste enlace:

2) ANTÓNIO DE ALMEIDA, que casou no dia 21 de novembro de 1759 com Rufina (ou Mariana)⁵ da Costa, filha de Álvaro da Costa⁶, de quem houve:

3-I) BALTASAR DE ALMEIDA, que segue;

² Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 116.

³ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 117. A família é parcialmente estudada nesta e nas páginas seguintes.

⁴ Sacramento Almeida admite a hipótese de se chamar Rufina.

⁵ Surgem ambas as versões – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 118, 123, 124 e 125.

⁶ De acordo com o mesmo autor, Álvaro da Costa seria “ascendente do Padre Alexandre da Costa”.

3-II) Casimiro de Almeida, o qual casou no dia 27 de novembro de 1808 com Joana da Silva, que parece ser sua conterrânea e era filha de Manuel Custódio da Silva e de Inocência Andrade. Tiveram:

3-II-1) Avelino António de Almeida, alferes de ordenanças de Assolnã, Ambelim e Velim, posto para o qual foi eleito pela *gancaria* local em 1830 (sendo a eleição aprovada por portaria provincial de 15 de março desse ano). Isto porque, conforme explica Sacramento Almeida: “*Antes do regime liberal as funções judiciais e administrativas nas aldeias eram exercidas pelos Capitães, Alferes e Cabos das Ordenanças eleitos pelos gancares dentre os respectivos gancares, aprovada a eleição pelo superior ierarquico (sic), no Concelho, Mestre do Campo, nomeado pelo Governo*”⁷.

Casou no dia 3 de maio de 1827 com Maria Cristalina Fernandes, de Sarzorá, filha de António Henriques Fernandes. Dela houve:

a) Fideles de Almeida, nascido no dia 13 de maio de 1828; falecido solteiro;

b) Piedade de Almeida, que nasceu no dia 27 de julho de 1829. Casou com Pedro Rosário Rodrigues, de Chinchinim, de quem teve o **padre José Santana Rodrigues**. Este sacerdote, ordenado em 1879, foi professor de instrução primária em Quepém e Velim;

c) José Filipe de Almeida, advogado *provisionário*. Casou com Sofia Santana Coelho, de Aquém de Navelim, filha de Francisco António Coelho. Tiveram apenas um filho, por sua vez falecido sem geração;

d) Casimiro Xavier de Almeida, nascido no dia 8 de junho de 1836, morreu solteiro;

e) Jacinto Francisco de Almeida, o qual nasceu no dia 20 de março de 1833. Casou com Maria Joaquina (mais conhecida por Ana Joaquina) da Costa, de Orlim, filha de Benedito da Costa e Isabel Antão. Tiveram **Menino Diocleciano de Almeida**, que veio a casar com Dulcina Cardoso⁸, de quem houve: **(i) Bernardete Almeida**, casada com Carlos Borromeu Francisco dos Santos Fernandes, de Cuncolim; **(ii)... Almeida**, falecida solteira; **(iii) Carlos de Almeida** e **(iv) Eleazar de Almeida**, advogado *provisionário*;

f) Rosa de Almeida, que casou com João da Costa, de Ambelim, alferes do antigo exército da Índia. Foram progenitores de **(i) Damasceno Almeida** e de **(ii) ... Almeida**, casada com Conceição Colaço, de Ambelim. Destes últimos foi filho o advogado *provisionário* Dionísio (ou Dinis) da Costa Colaço, residente em Mormugão;

3-II-2) Pedro Joaquim de Almeida, que casou com a sua conterrânea Maria Joaquina Martins (do bairro Bandá). O facto de Maria Joaquina ser filha única – pelo que universal herdeira – de Manuel Vicente Martins e Joana Francisca Tavares levou a que Pedro Joaquim de Almeida se *estabelecesse* em casa dos sogros na qualidade de *genro comensal*.

Foram filhos deste casal, para além de “*algumas filhas*” que Sacramento Almeida não identifica (pelo que devem ter falecido solteiras):

a) António Manuel Casimiro Basílio de Almeida (mais conhecido por **Blásio de Almeida**), nascido no dia 31 de janeiro de 1841. Casou em Carambolim, nas Ilhas, não tendo tido geração;

⁷ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 123. Veja-se também página 100.

⁸ Também chamada Assunção. Veja-se neste anexo o título Coutinho, Cabral e Martins, de Assolnã e Conculim, ponto 4-III-2), b).

b) José Xavier Ramalho de Almeida, o qual, de acordo com Sacramento Almeida, *“Pertenceu ao antigo quadro dos advogados, com provisão para Comarca de Salcete”*. Segundo o mesmo autor, Ramalho de Almeida *“não frequentou o foro, mas por ser muito versado nos assuntos forenses era consultado por muitos, gozando de imensa popularidade”*⁹. Casou duas vezes, a primeira com Patrocínia Cardoso, filha de Roque Santana Cardoso, *“último grêlo da abastada família Cardoso, do bairro Cima desta aldeia, vastamente relacionada com várias famílias principais de Goa (...), família hoje extinta”*. Deste casamento nasceram duas filhas, das quais só conhecemos o nome da que casou: trata-se de Gaudina de Almeida, *“casada com o Professor primário Miguel Barros, de Velim, falecido em Lisboa onde fora prosseguir (sic) estudos”*. Após enviudar, Ramalho de Almeida passou a segundas núpcias com Etelvina Pinto, filha de Roque Bonifácio Pinto e considerada *“senhora muito ilustrada”*¹⁰. Dela teve um filho (Joaquim Almeida) e uma filha (Imaculada Almeida);

c) Marciana de Almeida, casada com António Viegas, de Carmonã. Dele houve pelo menos **José Estêvão Viegas**;

3-III) Jacob Conceição de Almeida, o qual veio a casar no dia 22 de novembro de 1805 com Martinha de Almeida, sua conterrânea. Esta nascera no bairro Bandá e era filha de Estanislau de Almeida, *“escrivão das aldeias do confisco, de Assolnã e outras”*¹¹ e de Francisca. Tiveram:

3-III-1) Maria Caetana de Almeida;

3-III-2) Tomás Caetano de Almeida, que foi tesoureiro da alfândega e dos correios de Assolnã até 1872¹². Morreu em março de 1872. Casou com Maria Viegas, filha de António Viegas do Rosário (também conhecido por António do Rosário Viegas), *jonoeiro* da comunidade de Carambolim, e de Anastásia da Silva. Anastásia era filha de Diogo Bento da Silva e de Perpétua Martins, de Carmonã, e sobrinha do padre Salvador da Silva¹³. Era também irmã de Juliana da Silva, casada com Francisco Xavier de Almeida, físico-mor da fortaleza do Cabo de Rama, de quem houve vários filhos. Destes, Sacramento Almeida destacava *“alguns sacerdotes distintos, entre eles, P.e Fulgêncio Simplicio (da Conceição e Almeida), que foi professor do Seminário de Rachol, (1856-1857) e morreu em último vigário colado da Igreja de Margão depois de 1891”*¹⁴. Homem erudito, o padre Conceição e Almeida foi missionário do Padroado em Cochim durante cerca de doze anos e herdeiro da *“vasta livraria”* reunida pelo seu tio-avô padre Salvador da Silva¹⁵.

Por sua vez Maria Viegas era irmã do **(i) padre Domingos João Degolação Viegas** e de **(ii) ... Viegas**. Esta última casou com um indivíduo de apelido Vaz tendo sido os progenitores de um personagem que se destacou entre os seus conterrâneos pela dedicação que votou ao ensino, quer em Goa quer em outros pontos da Índia. Falamos de Rogério Manuel Vaz, nascido em Assolnã em 1843 e falecido em 1916. De acordo com Sacramento Almeida, *“Feitos os estudos de canto e violino, na escola paroquial da aldeia em que mostrou muita aptidão, tornando-se mais tarde bom violinista e cantor exímio com voz para soprano, fez estudos de português na escola primária oficial. Aos 14 anos em 1857 seguiu para Madrastra e internou-se no Seminário de S. José de*

⁹ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), o.cit., 115.

¹⁰ Consulte-se neste anexo o título Pinto, de Assolnã, ponto 4-X-1).

¹¹ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 124. Foi o primeiro a ser nomeado para este cargo – consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 7.

¹² Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 68.

¹³ Assim sendo, Anastásia da Silva é parente de Florina da Silva e de João da Silva. Veja-se neste anexo os títulos Coutinho, Cabral e Martins, de Assolnã e Cuncolim, ponto 4-V) e Monteiro, de Assolnã, ponto 4-IV).

¹⁴ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 129.

¹⁵ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 122. Veja-se *infra* o ponto 4-III).

Meliapur, sob os auspícios do egrégio missionário que mais tarde foi Governador episcopal (1862) ao tempo reitor do Seminário de Meliapur, P.e Benjamim Francisco de Amarante, de Carmonã por recomendação do seu tio materno, P.e Degolação Viegas, de Carmonã. Concluiu o curso com distinção tendo recebido os 4 graus, ordens menores conferidas pelo Arcebispo D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, em 10 de Janeiro de 1864. Mesmo em estudante foi encarregado de reger a cadeira de Tamil, no mesmo Seminário. Como estudante subsidiado pelo mesmo Seminário foi mandado para o Seminário de Rachol continuar estudos superiores. Mas chegado em Goa no mesmo ano desistiu da vida clerical. Seguiu para Bombaim onde exerceu as suas actividades tendo sido nomeado em 1868 professor de “Gort Anglo Portugues(e) School” do Governo Britânico de Tanã, e cumulativamente mestre-capela da Igreja da mesma cidade, que deixou apenas com um ano. Como professor exerceu durante 9 anos até 1877 em que abandonou por doente. Em 1879 abriu uma escola em Pondá a pedido de José Luís de Brito, mas teve de fechar apenas com um ano por falta de frequência. Em 1880 em Chinchinim com um período para adultos que foi frequentado por Cristóvão Furtado, Roque Furtado, Augusto Viegas, Manuel António Vaz, Jerónimo Cota, João Piedade Viegas (depois Pe.) Teodomiro Gomes. Foram seus explicandos, Dr. José Inácio e Avertano de Loiola em 1880. Foi professor da “Escola Feminina D. Amélia” Margão em 1889. Em 1893 foi professor do Colégio da Sociedade de Chinchinim. De 1910 a 1914 teve a seu cargo uma escola de inglês em Cuncolim com a qual terminou a sua carreira escolar tendo falecido em 1916. Em 1881 estabeleceu-se em Pangim onde abriu o curso de explicações”¹⁶.

Maria Viegas e o padre Domingos João Degolação eram primos do padre Menino do Rosário Degolação Viegas (ordenado em 1916, o qual era sobrinho-neto de António Viegas do Rosário por ser filho de António João Viegas e Maria Gertrudes Marciana Viegas¹⁷). De acordo com Sacramento Almeida, estes Viegas eram uma estirpe conhecida em Salsete. Nela pontuavam *“alguns sacerdotes desde há dois séculos, e médicos, a começar com Joaquim Manuel Viegas, Médico por Sua Magestade, formado primeiro médico de Carmonã a 9-10-1829”*.

Tomás Caetano de Almeida e Maria Viegas tiveram:

- a) **Roque António de Almeida**, que foi guarda do quadro do *abkari*. Casou com Argentina Fernandes, filha de Nazareno Fernandes e de Maria da Conceição da Silva, de Cuncolim, de quem teve geração¹⁸. Esta última era filha de Miguel Baptista da Silva (pelo que também sobrinha do padre Salvador da Silva) e de Delfina Martins¹⁹;
- b) **Eufrágia de Almeida**, que casou com Roque Santana Cardoso, também de Assolnã, filho de Francisco Xavier Cardoso²⁰ e de Felicidade Vaz. Esta era filha de Bartolomeu Francisco Vaz e provinha de uma estirpe pela qual Sacramento Almeida demonstrava alguma consideração: *“A família de Bartolomeu Vaz (era) muito rica tendo dois dos seus ascendentes Padres, sendo um Carmelita de Chimbél e outro Missionário vigário de Tana, João Deodato Vaz, ord. a 22 de Setembro de 1787, filho de António Peregrino e de Sabina Rebelo”*²¹. Eufrágia de Almeida e Roque Santana Cardoso tiveram apenas **Virgínia Ernestina de S. Roque Cardoso**, casada com o clínico cuncolense Vespasiano Nazareno Fernandes²²;

¹⁶ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 104 e 105.

¹⁷ Vide *infra* ponto 3-VI).

¹⁸ Veja-se neste anexo o título Monteiro, de Assolnã, ponto 4-IV). *“Roque António teve alguns filhos mas morreram em criança e um Simpício crescido e solteiro, fal. 1893, 31 de Out., uma filha e um filho Francisco António de Cristo Almeida, foi escrivão dos cofres da Igreja de Assolnã e escrivão da Administração Rural de Assolnã e outras, casado com Albino (sic, certamente por Albina) Ferreira, desta aldeia, faleceu sem prole”*.

¹⁹ Veja-se neste anexo o título Monteiro, de Assolnã, ponto 4-IV).

²⁰ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 125 e 161 e ss, Francisco Xavier era filho de Manuel Caetano Cardoso.

²¹ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 120.

²² Veja-se neste anexo o título Monteiro, de Assolnã, ponto 4-IV).

c) **Conceição de Almeida**, o qual morreu solteiro no dia 26 de janeiro de 1872;

d) **Rogério Manuel de Almeida**, que se dedicou ao ensino e foi professor primário. Teve cinco filhos do seu casamento com Maria Caetana Henriqueta Sacramento Miranda (filha de Constâncio Lourenço Miranda e Argentina Claridade de Paula Cardoso²³, cinco filhos: (i) **Anália de Almeida**; (ii) **Helena de Almeida**; e (iii) **Elvira de Almeida** (casadas respetivamente com Jacinto Morenas, de Chandor, Agapito Saldanha, de Cuncolim, e Carlos Almeida); (iv) **frei Tomás António do Rosário Almeida**, nascido a 17 de Outubro de 1893 (franciscano²⁴ e missionário da *Propaganda Fide*, estudou sobretudo em Bombaim e Kandi, onde foi ordenado em 1919) e (v) **Elvino Conceição de Almeida**, que nasceu no dia 19 de Fevereiro de 1881. A sua carreira é um bom exemplo da de muitos modestos burocratas naturais do Estado da Índia que na viragem do século, por falta de meios da sua terra natal, se viram obrigados a emigrar para outros pontos do subcontinente ou países estrangeiros, engrossando o contingente – no que ficou conhecido pelo nome de *diáspora goesa*. Segundo Sacramento Almeida, “*Após os estudos de primeiro e 2.o grau na escola oficial da aldeia, com distinção, fez exames de português, inglês e francês, no Liceu Nacional. E com esse cabedal entrou como praticante na Conservatória de Salcete; entrou depois em 1903 como amanuense na Repartição de Agrimensura, sendo em 1904 promovido a sub-agrimensor de 2.a classe e louvado por ordem do serviço de 8-2-1905, com aumento de 5 rps. a mais no vencimento, por ter levantado a área superior a 7 hectares por dia. Despedido do serviço por falta de verba no orçamento para o serviço de Cadastro, em 1906, com o descanço de dois anos foi para Bombaim e empregou-se numa firma dos Engenheiros e depois em Mohomerch (Golfo Pérsico) contratado no “Anglo Persian, Oil Co.”, hoje A.I.O. Co., donde voltou antes de terminar o contrato, por doente. De 1920 a 1931 trabalhou na primitiva firma dos engenheiros*”²⁵. Casou com Helena Vaz Falcão, de Cuncolim (ou Ambelim)²⁶, de quem teve um filho prematuramente falecido;

3-IV) Fabião de Almeida, o qual casou com Clara Colaço, filha de Pedro António Colaço, *jonoeiro* de Carambolim (Ambelim), e da sua mulher Rita. Sacramento Almeida procurou reunir dados quer sobre estes Colaço quer sobre outros que se foram cruzando com a geração de Fabião de Almeida e de sua irmã Eulália: “*Há na Paroquia de Velim, constituída entre outras aldeias, a aldeia de Velim e uma parte da aldeia Ambelim, duas famílias com apelido Colaço, uma dos jonoeiros de Carambolim que desde muito tempo e mesmo em 1589 vivia no bairro denominado dos Colaços e outra residindo na aldeia de Velim, bairro Carxeta, que sabe-se por tradição, ser originária, da família dos gancares de Orlim, onde ainda hoje possuem uma propriedade*”²⁷.

Tiveram:

3-IV-1) Marcelina Almeida, nascida no dia 10 de maio de 1821, casou a 19 de maio de 1840 com o seu conterrâneo Benedito Noronha (originário do bairro Baixo), filho de Constâncio Noronha e Martinha Martins. Tiveram:

a) **Cipriano Martinho Conceição de Noronha**, começou por ser guarda do quadro do *Abkari*, de onde transitou para a guarda-fiscal. Colocado em Diu, aí acumulou o lugar de

²³ Veja-se neste anexo o título Cardoso, de Assolnã, ponto 2-III-5), b).

²⁴ Nascido a 17 de outubro de 1893. Segundo Sacramento de Almeida, era “*membro da Ordem Franciscana estabelecida em Karachi, Paquistão*” – id., ibid., 145. O autor fornece detalhados elementos biográficos seus noutro ponto da obra, esclarecendo que este religioso foi mais conhecido pelo nome de Anthony Almeida – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 150.

²⁵ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 125.

²⁶ Veja-se neste anexo o título Vaz Falcão, de Ambelim.

²⁷ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 127.

guarda-fiscal com o de escrivão notário interino. Era em paralelo “*cantor amador com voz para soprano*”²⁸. Casou duas vezes mas não teve prole sobreviva de nenhum dos enlaces;

b) Benedito Noronha, casado com Maria Benedita de Almeida, filha de Sebastião de Almeida. Sem geração;

c) Avertano da Piedade Noronha, o qual casou com Espertina, filha de Pedro Salvador Pinto, todos de Assolnã (estes do bairro de Cima). Para além de uma filha falecida criança, tiveram **António Benedito Noronha**, clínico, cirurgião e professor de Medicina em Bombaim, onde estudou²⁹; e **António Noronha**. Este terá sido o primeiro assolnense a não se contentar com uma simples *provisão* para advogar tendo-se licenciado em direito em Portugal. Após ter concluído os estudos no liceu de Nova Goa, rumou a Lisboa e aí se licenciou em direito. Optou por se fixar em Portugal, onde foi nomeado mediante concurso conservador do registo predial da comarca de Macedo de Cavaleiros. Daí transitou para a de Moura, onde permanecia em 1958 e na qual também se dedicava à advocacia³⁰.

d) Felicidade de Noronha, que casou com Lourenço do Rosário Noronha, do bairro Bainaique. Sem sucessão;

3-IV-2) Catarina de Almeida, a qual terá casado com Lourenço Noronha, filho de Salvador Noronha;

3-IV-3) Pedro Diogo de Almeida, casado com Maria Benedita Colaço, de Ambelim, de quem teve “*alguns filhos que todos morreram sem descendência*”³¹;

3-IV-4) Avelino de Almeida, que parece ter nascido no dia 17 de Março de 1827, e casado, a 4 de Maio de 1852, com Teresa Colaço, originária do bairro Carxeta, em Velim;

3-IV-5) António Baptista de Almeida;

3-V) Eulália de Almeida, casada a 19 de novembro de 1781 com o seu conterrâneo Vicente Paulo Colaço, filho de Diogo Paulo Colaço. Tiveram descendência, que se voltou a cruzar com estirpes que usavam o apelido Colaço;

3-VI) Maria de Almeida, casada com João Sebastião Viegas, filho de Gaspar Viegas e Escolástica Almeida³². Não obstante Sacramento Almeida considerar os Viegas “*uma das antigas famílias de Assolnã, tendo tido clérigos na família desde há mais de um século e meio*”, esta parece ser uma família cuja conversão ao catolicismo foi relativamente tardia quando comparada com outras estirpes pertencentes às elites *naturais*. Explica o autor que “*o primeiro convertido do nosso conhecimento é João Viegas*”³³ – o qual era o avô do já referido João Sebastião. No que diz respeito ao filho de João e pai de João Sebastião – o também já aludido Gaspar Viegas – Sacramento Almeida considerava que fora “*uma pessoa bem ilustrada e tinha uma linda caligrafia*”³⁴.

João Sebastião Viegas era irmão do **(i) padre João Leão Viegas**, ordenado no palácio de Panelim em 1812 pelo arcebispo S. Galdino; de **(ii) Miguel Vicente Viegas**, que recebeu ordens menores; e de **(iii) Inácio Viegas**, que foi oficial de diligências da antiga ouvidoria da comarca de Salsete³⁵. Este último

²⁸ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 125 e 126.

²⁹ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 184.

³⁰ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 185.

³¹ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 126.

³² Veja-se, neste anexo, o título Costa Martins, de Assolnã, ponto 2-I).

³³ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 127.

³⁴ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 128.

³⁵ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 129.

casou com Maria Teresa de Andrade, originária de Velim. Tiveram duas filhas: **Felícia Viegas**, a qual casou com Gabriel Saldanha, de Cuncolim, escrivão do juiz popular (e que se *estabeleceu* como *genro comensal* em casa da mulher por os sogros não terem geração masculina); e **Maria Gertrudes Marciana Viegas**. Esta casou com António João Viegas, de Carmonã, de quem houve o já citado padre Menino do Rosário Degolação Viegas³⁶.

Maria de Almeida e João Sebastião Viegas tiveram:

3-VI-1) Constâncio Piedade Viegas, que casou com Cristalina da Silva, do bairro Bainaique, filha de Gaspar da Silva. Foram seus filhos:

a) Damião Caetano Ressurreição, “*nasc. e baptisado em casa a 7-4-1843 que faleceu em Maio desse ano*”;

b) Cosme João Francisco Viegas, o qual, segundo Sacramento Almeida, foi “*nasc. e bap. na mesma data*” – o que parece indicar que era gémeo do anterior. Casou com Filomena Faria, de Cuncolim, “*irmã do finado 1.º amanuense da Câmara de Salcete Matias Bernardo de Faria, tio de Mons. Agapito Lourenço, Reitor do Seminário de Rachol*”³⁷. Com geração³⁸;

3-VI-2) Manuel Viegas, o qual teve de sua mulher Bebiana (natural de Carxeta de Velim):

a) Argentina Viegas, que casou com Francisco Xavier de Almeida, de Carmonã. Sem geração;

3-I) BALTASAR DE ALMEIDA, que continua. Teve, do seu casamento com Maria Brás, natural de Velim e filha de Inácio Brás e de Remígia:

4-I) MARIANO DE ALMEIDA, que segue;

4-II) António Rosário de Almeida, o qual, tendo nascido no dia 14 de abril de 1816, morreu solteiro aos catorze anos;

4-III) Roque Piedade de Almeida, que nasceu no dia 30 de agosto de 1824. Casou a 5 de novembro de 1850 com Antónia da Silva, comumente chamada Rosada da Silva. Esta era filha de Menas Martinho da Silva, de Velim, e de Ana Joaquina Furtado. Menas Martinho era por sua vez filho de Inácio da Silva e de Paulina de Barros. Em paralelo, Sacramento Almeida sublinha ser Ana Joaquina “*pertencente a conhecida família Furtado de Assolnã*”³⁹.

Finalmente, resta dizer que Antónia da Silva era irmã de um eclesiástico ao qual nos referimos algumas vezes ao longo do presente anexo: o padre Salvador da Silva. De acordo com Sacramento Almeida, “*Foi um sacerdote muito ilustrado possuindo uma vasta livreria que legou ao seu neto-sobrinho, Padre Conceição de Almeida, professor do Seminário de Rachol, filho de sua sobrinha, Juliana casada com Cirurgião por Sua Magestade, Francisco Xavier de Almeida de Velim, e neto do outro irmão do Padre Salvador, Diogo Bento da Silva*”⁴⁰.

Roque Piedade de Almeida e Antónia da Silva tiveram:

4-III-1) Eugénio Domingos do Rosário Almeida, o qual morreu sem ter descendência;

³⁶ Vide *supra* ponto 3-III-2).

³⁷ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 128.

³⁸ Veja-se neste anexo o título Coutinho, Cabral e Martins, de Assolnã e Conculim, ponto 4-V-2).

³⁹ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), o.cit., 122.

⁴⁰ Já referimos, acima, Juliana da Silva – veja-se o ponto 3-III-2).

4-III-2) Sebastião Benedito Almeida, que também faleceu sem sucessão;

4-IV) Maria Felicidade de Almeida, que nasceu no dia 29 de março de 1819. Casou com João Caetano Colaço, natural de Ambelim;

4-V) Vitorino Cristóvão de Almeida, o qual nasceu no dia 25 de julho de 1830. Casou com Rosária Rita Almeida, sua conterrânea, do bairro Bainfolá, filha de Sebastião de Almeida (o qual teria sido vulgarmente conhecido por *Bosteão Cuddau*, numa adaptação do seu nome) e de Francisca Pais⁴¹. Vitorino Cristóvão de Almeida parece ter-se *estabelecido* como *genro comensal* em casa do padre António Sebastião Pais⁴², tio-avô (?) de sua mulher, deixando assim a casa paterna sita no bairro Baixo.

Vitorino Cristóvão de Almeida e Rosária Rita de Almeida tiveram:

4-V-1) Acácio António Sexagésimo de Almeida, que veio a casar com Rosária Conceição (vulgo Alarmina) Silva, filha de Constâncio Silva⁴³. Dela houve pelo menos:

a) **António de Almeida**;

b) **Taumaturgo de Almeida**;

c) **Clemente de Almeida**;

d) **Venâncio de Almeida**, o qual rumou a Bombaim, onde fez a sua formação em medicina e se veio a fixar. Foi médico superintendente do *Naier Hospital*. Morreu solteiro⁴⁴;

e) **Estefânia de Almeida**

f) **Cacilda de Almeida**

g) **Padre Cristóvão de Almeida**, ordenado em 1919, repartiu a sua atividade entre o trabalho missionário e várias paróquias de Goa e da diocese de Damão. Foi coadjutor das igrejas de Nadakal, Colvá e Velim, vigário de Yellapur (no Canará), de Asgão (nos Gates) e de Sandorvem. Por fim, parouquiu Cabo da Rama, em Goa⁴⁵;

4-I) MARIANO DE ALMEIDA, que continua. Casou no dia 16 de agosto de 1841 com Maria Angélica Colaço, natural de Velim e filha de Joaquim (ou Domingos) Colaço e de Felicidade.

Maria Angélica Colaço era irmã de:

- i) **Raquel Colaço**, a qual casou com Rafael António Almeida. Este, segundo Sacramento Almeida, “*guarda do antigo quadro de Estanco, da família Almeida de Zainó de Velim (à qual já nos referimos), era tio materno do Cônego Desembargador da Relação Eclesiástica e Professor do Seminário de Rachol, tio do muito Revd. Superior do Convento dos Carmelitas estabelecido em Margão, Miguel António Gracias, Fr. Irineu; e tio-avô do professor do Liceu Central, e publicista Dr. Benedito Gomes, de Chandor*”⁴⁶. O autor está a referir-se a José Benedito Gomes (Chandor, 7 de dezembro de 1877 – Pangim, 18 de outubro de 1941). De acordo com a síntese de Vimala Devi e Manuel de Seabra, “*formou-se em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa e repetiu, mais tarde, o curso em Lisboa. Frequentou também a Escola Normal e a antiga Escola Colonial. Foi professor na*

⁴¹ Para mais dados sobre esta família Pais, veja-se Almeida, José Julião do Sacramento (1958), o.cit., 122.

⁴² O padre António Pais foi ordenado no dia 3 de outubro de 1802. Era sobrinho de outro eclesiástico, o padre Bartolomeu Francisco Pais, o qual era por sua vez filho de Gaspar Pais e de Micaela Francisca, todos moradores no referido bairro Bainfolá – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 122, 133 e 134.

⁴³ Segundo Sacramento Almeida, Constâncio Silva foi “*avô do sr. José da Silva Almeida, Director dos Serviços do Quadro das Alfândegas*” – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 123.

⁴⁴ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 183.

⁴⁵ Para informações suplementares, veja-se Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 134.

⁴⁶ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 118.

*Escola Normal e no Liceu Central de Nova Goa e, em Lisboa, fundou e dirigiu a revista Portugal Colonial. Além de vários trabalhos de divulgação, mereceu relevo a sua resenha histórica do Instituto Vasco da Gama e o seu ensaio sobre O espírito humano na História*⁴⁷. Foi, a par de Floriano de Noronha, Froilano de Mello, Amâncio Gracias e Sinval da Costa, um dos responsáveis pelo renascimento do Instituto Vasco da Gama, em meados dos anos 20 do século passado⁴⁸. Benedito Gomes era filho de Vicente Paulo Gomes e Maria Aurora da Cruz, pelo que consequentemente irmão de uma das primeiras mulheres historiadoras de Goa, Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes. Segundo Aleixo Costa, esta “*Professora distinta de instrução primária, nasceu em Chandor, concelho de Salsete, a 9-VI-1889 e faleceu em Lisboa, a 7-III-1937 (...). Além de concluir o seu curso da Escola Normal, em 1906, pelo regime de 1893, em 1915-1916, frequentou o 3.º ano da mesma escola, para se munir do diploma do curso do regime de 1907. Foi depois professora em várias aldeias tais como: Parrá, Colvale, Cansaulim, Chinchinim, Ribandar e Colvá e, por último, da Escola Anexa à Escola Normal. Em Portugal, para onde fora em 1933, em gozo de licença, com o fim de ampliar os seus conhecimentos e ilustrar ainda mais o seu espírito, terminada esta, foi nomeada para prestar serviço no Ministério das Colónias. Esteve também, em Moura, no Alentejo, como professora. A sua operosidade nas letras é vasta e variada. Colaborou no Heraldo, no Boletim do Instituto Vasco da Gama e em vários outros jornais, escrevendo artigos, versando assuntos pedagógicos, crónicas de viagem e história*”⁴⁹. Da sua obra destacamos os estudos sobre o passado de Chandor e os dois volumes que conheceram boa aceitação e que foram escritos para formar um conjunto: *Sumário da História Geral da Índia. Livro 1.º Os portugueses na Índia. Historia resumida da sua acção, extraída de vários autores* (Imprensa Gonçalves, Nova Goa, 1926) e *Sumário da História Geral da Índia. Livro 2.º* (Tipografia Rangel, Bastorá, 1930). Devi e Seabra não só sublinham o facto de Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes ter viajado “*por toda a Índia, estudando a sua civilização*” como também destacam o “*interessante estudo*” *A Mulher Indiana* (1934), o qual remonta ao período em que se domiciliou em Portugal⁵⁰.

- ii) **Clarina Colaço**, que não teve geração do seu casamento;
- iii) **Beatriz Colaço**, falecida solteira já de propecta idade.

Mariano de Almeida e Maria Angélica Colaço tiveram um só filho:

5) FRANCISCO XAVIER BALTASAR DE SANTANA ALMEIDA, que foi advogado *provisionário* e notário. De acordo com o seu filho Sacramento Almeida, Santana Almeida “*Pertenceu ao antigo quadro dos advogados, anterior a 1880, com apostila para Comarca de Salcete, despacho de 20-0-1877 e de 121868, do Presidente da Relação de N. Goa. Notável cantor amador com voz para soprano. Cursou o antigo Liceu Nacional de Nova Goa, tendo concluído em 1864, e aprovado nas disciplinas de “Gramática Portuguesa, Latim e Latinidade com prosa e verso, Sintaxe figurada, aritmética, e versão do Portugues para Latim... por maioria de votos na primeira classe” (Certidão do exame, 4-3-1866). Estudou “Filosofia Racional, e Moral com os Princípios do Direito Natural” na Aula do eminente teólogo Licenciado P.e António (sic, embora creiamos que se queira referir a Antonino) José Nicolau Barreto, de Margão. (...) Foi escrivão interino do Julgado Ordinário de Assolnã, e de de Quepém, 1867 e 1868. Mediante concurso de provas públicas, nomeado escrivão-notário do antigo Julgado de Diu, 1870 a 1878, mas teve de abandonar por doente*”⁵¹.

Casou duas vezes, tendo sido sua primeira mulher Ana (vulgo Hossana) Almeida, filha de João Anselmo de Almeida, de Assolnã, e de Joana Rodrigues, de Carmoná. Sacramento Almeida enfatiza o ser esta última “*da família do Pe. Benjamim Francisco Amarante missionário e depois Governador da Diocese de Meliapur (1812-1879). A sua família é representada pelo Cônego João Francisco Honorato Rodrigues*”⁵². Compreende-se no entanto esta ressalva atendendo ao facto de Amarante ter sido considerado um dos principais defensores dos direitos do Padroado entre os eclesiásticos *naturais* católicos no século XIX. De acordo com Aleixo Costa: “*nasceu em Carmoná, concelho de Salsete, a 15-II-1812 e faleceu em Madrasta a 4-I-1879. Com 67 anos de idade. Era filho de José de Amarante e de Angelina Fernandes. Concluídos os seus estudos de humanidades,*

⁴⁷ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 293.

⁴⁸ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 168. Para maiores desenvolvimentos e uma lista bastante completa da sua produção literária, veja-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol II, 57 a 59.

⁴⁹ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol II, 61 a 63.

⁵⁰ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 278.

⁵¹ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 116.

⁵² Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 119.

passou a estudar as ciências eclesiásticas no seminário de S. José, em Madrastra. Regressando mais tarde a Goa para se ordenar e não o conseguindo por causa da ausência demorada do arcebispo, sujeitou-se ao concurso, ficando nomeado professor de instrução primária na fortaleza de Diu. Só em 1845 é que conseguiu ser ordenado presbítero pelo arcebispo Torres, que o nomearia no ano seguinte missionário da diocese de S. Tomé de Meliapor. Esteve aqui a exercer o cargo de reitor do seminário quando foi, em 1862, elevado à categoria de vigário-geral e governador episcopal do bispado de Meliapor. Nessa qualidade empreendeu vários melhoramentos na diocese, sustentando com afinco e denodo os direitos do real padroado onde eles fossem ameaçados e reivindicou os que lhe haviam sido usurpados. Para se opor às pretensões da propaganda fundou e redigiu, em inglês, de 1853 a 1863 o periódico *The Saint Thome Catholic Chronicle*, onde sustentou renhidas lutas em defesa dos direitos do Padroado. Alguns desses artigos vertidos em português foram transcritos no Boletim do Governo deste Estado. Era cavaleiro da Ordem de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição (de Vila Viçosa). Cunha Rivara deixou dele traçado o seguinte retrato de missionário (*"Instituto Vasco da Gama"*, Tomo II): *"O padre Benjamim Francisco de Amarante, natural de Carmoná, em Salsete, residia no bispado de S. Tomé de Meliapor já havia mais de trinta anos. É um homem de porte grave, peritíssimo na língua tamul, e depois de ser mestre no seminário daquela diocese a governava então, e governa ainda hoje com muita honra sua, proveito da missão e glória do nome português"*. As obras publicadas em tomo por este eclesiástico aludem aos dois interesses referidos. Por um lado, um *Mestre tamul ou compêndio dos elementos de língua tamúlica* (Lusitanian Press, Madras) e um manual de orações naquela língua (*Atman poexam*, id.), ambos dados ao prelo em 1859. Por outro, é conhecida a sua troca de argumentos com Cunha Rivara em torno da questão do Padroado. Estava-se em 1858 e Rivara publicara em Goa sob o pseudónimo *Um Portuguez* as suas *Reflexões sobre o Padroado Portuguez no Oriente applicadas á proclamação pastoral do Rev. Fr. Angelico, pro-vigario apostolico em Bombaim, aos soldados catholicos romanos da mesma presidencia*. Ora, como explica Silva Rego: *"Um certo "Amigo dos Portuguezes", ao tomar conhecimento das Reflexões... escreveu uma carta ao seu Autor em 20 de Junho de 1858. Não quisera revelar o seu nome. Carta sincera, a apontar a sua discordância em vários pontos. O A. das Reflexões, "Um Portuguez" (Cunha Rivara) publica-a e anota-a, respondendo às dúvidas propostas. Isto ocupa as pp- 3-47. As páginas seguintes apresentam diversa documentação. O breve Probe nostis havia impressionado profundamente o "Amigo dos Portuguezes"."*⁵³. Este era, como vimos, Benjamim Francisco de Amarante.

Hossana Almeida era irmã de:

- i) **Ludovina Almeida**, que não teve descendência do seu casamento com Avelino Gouveia, de Dandorá (Cuncolim);
- ii) **Candelina Almeida**, falecida solteira em 1871.

Após a morte da primeira mulher, sem descendência, em 1873, Francisco Xavier Baltasar passou a segundas núpcias com Esmeralda Vaz Falcão, de Ambelim (paróquia de Velim). Esta era filha de Domingos Luís Vaz Falcão e de Florinda (ou Florença) Colaço⁵⁴.

Foram filhos deste segundo casamento:

6-I) Neves Santana de Almeida, comumente conhecido por **Filandro Carmelita de Almeida**. Morreu solteiro em 1904;

6-II) JOSÉ JULIÃO DO SACRAMENTO ALMEIDA, que segue;

6-II) JOSÉ JULIÃO DO SACRAMENTO ALMEIDA, que continua. Nascido em Assolnã no dia 18 de abril de 1880, morreu a 31 de julho de 1974. De acordo com Aleixo Costa, *"Após o curso da Escola Normal em 1909 serviu como professor, sucessivamente, nas escolas de Neurá, Diu, Canácona, Loliem, Quepem, Majordá e, desde 1920, na de Velim, em que se aposentou em Abril de 1947 com 39 anos de um labutar insano em prol da mocidade da sua terra"*. O seu maior legado, porém, não terá sido esse, mas sim os trabalhos de história política

⁵³ Rego, António da Silva (1978), 71 e 72.

⁵⁴ Consulte-se neste anexo o título Vaz Falcão, de Ambelim, ponto 2-I-1).

e social a que se dedicou com afinco: “*Estudioso e conhecedor profundo da história do seu país, deixou dispersos pelos periódicos locais grande número de artigos de carácter histórico. Tinha em preparação um trabalho de grande fôlego sobre a história das lutas entre os partidos políticos que existiram em Goa e cujos excertos chegámos a ver publicados na “Índia Portuguesa”*”⁵⁵. Essa obra não chegou infelizmente a ser completada e publicada⁵⁶, razão pela qual se considera que o estudo mais completo de Sacramento Almeida – o qual, não obstante as várias e graves falhas que fomos indicando ao longo deste anexo, desempenha um papel fundamental para o conhecimento das elites chardós salsetanas – é a monografia *A Aldeia de Assolnã* (1958).

Vimala Devi e Manuel de Seabra não regateiam méritos a este trabalho e frisam com acutilância um dos propósitos do autor - a demonstração da nobreza da casta chardó: “*nasceu em Assolnã e foi professor de instrução primária, sempre muito interessado pelos estudos históricos. Trabalhador incansável, tem colaborado nos jornais Povo, O Eco da Índia, Herald, O Ultramar, A Índia Portuguesa, A Luz, etc., etc., de Bombaim. São tão numerosos os seus trabalhos que não é possível citá-los todos, mas apenas os mais importantes, que são: uma separata de O Oriente Português sobre Igrejas, Conventos e Capelas em Dio, um pequeno estudo sobre A Mulher pagã e a Mulher cristã e um estudo muito interessante sobre a A Aldeia de Assolnã, que o próprio autor classifica de Esboço histórico, arqueológico e biográfico, que nos apresenta em perspectiva a vida dessa aldeia salsetana desde o seu primeiro cristão, em 1567, até aos nossos dias, as suas vicissitudes históricas, os seus monumentos, costumes, filhos distintos, e, além do mais, uma argumentação em que quer provar – como se fosse necessário – que os chardós são um das castas nobres da Índia*”⁵⁷.

Casou com Maria Veneziana Francisca Viegas, filha de Cosme João Francisco Viegas e de Filomena Maria Faria (esta natural de Cuncolim)⁵⁸.

BARRETO, DE ASSOLNÃ E CALATA

Dispomos de muito escassas informações sobre esta família. Os magros dados que conseguimos reunir limitam-se a:

1) JOSÉ MICAEL BARRETO, cujo local de nascimento desconhecemos⁵⁹, bem como o nome dos seus progenitores. Sabemos somente que foi irmão do padre Francisco Xavier Peregrino Barreto, “*esclarecido ecclesiastico do seu tempo, e que depois de ocupar varios cargos, fôra nomeado conego da Sé Primacial de Goa por C.R. de 10 de março de 1803*”⁶⁰. Casou José Micael Barreto com D. Anastásia Quitéria Monteiro, de Assolnã, de quem houve pelo menos:

2) FRANCISCO XAVIER BARRETO, nascido no dia 25 de abril de 1789 e falecido a 23 de agosto de 1872. Advogado *provisionário* com carta para advogar nos auditórios civis e eclesiásticos e mais tarde “*advogado do numero*” (cremos que do número dos afetos à Relação de Goa); juiz ordinário da cidade de Goa por despacho de D. Manuel de Portugal datado de 14 de janeiro de 1830; delegado do procurador da coroa e fazenda na comarca das Ilhas; procurador da coroa e fazenda a partir de 1840 e finalmente primeiro substituto do juiz de direito da

⁵⁵ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 46 e 47.

⁵⁶ No entanto, o autor inseriu na sua monografia de Assolnã um pequeno capítulo dedicado aos partidos políticos dos *naturais* católicos ao longo do século XIX que transcrevemos parcialmente atendendo ao interesse que lhe reconhecemos. Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 154.

⁵⁷ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 294 e 295.

⁵⁸ Veja-se neste anexo o título Coutinho, Cabral e Martins, de Assolnã e Cuncolim, ponto 4-V-2, d).

⁵⁹ Razão pela qual damos a sua família como natural de Assolnã e Calata – duas localidades onde estes Barreto mantinham ligações.

⁶⁰ De acordo com a biografia que António Félix Pereira dedicou a Francisco Xavier Barreto no “Album Litterario”, a qual transcrevemos. Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 59, B, II.

comarca de Salsete, fui um dos juristas *naturais* católicos mais conceituados da sua época. *Perista* convicto, sofreu perseguições na sequência da deposição do prefeito⁶¹. Agraciado com o grau de cavaleiro da ordem de Cristo em 1855. Casou com D. Maria da Graça Pereira, natural de Calata e filha de António Mariano de Jesus Pereira, capitão de milícias.

Não conhecemos qualquer geração deste casal.

BRAGANÇA PEREIRA E MENEZES BRAGANÇA, DE UTORDÁ E CHANDOR

Neste título tratamos de duas das mais antigas e conhecidas famílias da elite chardó das *Velhas Conquistas*, que se aliam no século XIX.

No que diz respeito aos Bragança de Chandor, dispomos de dados muito escassos. Na verdade, nada conhecemos relativamente aos antepassados do *provisionário* Francisco Xavier de Bragança⁶². Este viveu na grande casa de Chandor, que aumentou e transformou numa das mais imponentes habitações particulares de Goa. A casa de Chandor é hoje uma atração turística em Salsete; aí se procura conservar um pouco das ambiências das antigas elites *naturais* católicas. Sarah Hiddleston entrevistou um dos seus atuais proprietários, Cláudio de Menezes Bragança, cuja memória não vai para além do referido Francisco Xavier. “*The Goan Braganzas reached their financial and social zenith in the 19th century*”, anotou Hiddleston, para depois continuar: “*Francis Xavier Braganza, Aida’s great-grandfather, was a lawyer and developed into rice fields and coconut groves the properties leased to the family through the Portuguese aforamento (long lease) system. In 1848, he was knighted by Queen Maria II and King Ferdinand II of Portugal; he was also granted a service of the royal household and issued the royal coat of arms by the Council of Nobility in Lisbon*”⁶³. A autora refere-se a D. Aida de Bragança Pereira, que durante anos procurou manter a metade da casa de Chandor que coube à sua estirpe. Os esforços desta senhora, que morreu recentemente e era tida como uma das derradeiras representantes das elites chardós de Salsete, foram muito publicitados e elogiados. O público português ficou a conhecê-los sobretudo graças ao livro de Catarina Portas e Inês Gonçalves *Goa. História de um encontro* (2001) e a um documentário realizado em 1998 por Catarina Mourão, sugestivamente intitulado *A Dama de Chandor* (integrado na Coleção Documentários Portugueses, foi uma edição Midas/doclisboa). Foi recentemente publicada uma análise deste trabalho da autoria de Paul Melo e Castro. O autor, não obstante destacar as qualidades do mesmo (“*a moving, poignant documentary*”), aponta à realizadora uma certa parcialidade: “*The film revolves around the life and experiences of Aida de Menezes Bragança, who is presented as ostensibly one of the last representatives of Goa’s Portuguese-speaking rural aristocracy*”. Segundo Melo e Castro: “*The presentation of this poignant process implicitly encourages the viewer to sympathise with the decaying Indo-Portuguese culture (represented by Aida) over the now pre-eminent, global-oriented, Anglophone Indian present (celebrated by Maria) that dominates Goa today*”. Mais: a própria visão de Chandor não fora inocente, pois “*the Menezes Bragança mansion is the perfect representation of an idealised Indo-Portuguese identity*”. Para além de jogar com o facto de a muito ocidentalizada Aida Bragança descender de uma família de intelectuais que a partir da terceira década do século XX começam a contestar a presença portuguesa em Goa, o autor procura apresentar a Chandor de outrora envolta em roupagens menos atraentes do que as que entende serem divulgadas pelo documentário: “*Perhaps what A Dama de Chandor lacks is the recognition of or some allusion to the fact that Portuguese-speaking lifestyle of the thin veneer of lusitanised aristocrats was based on the perpetuation of an unfair system*

⁶¹ Para maiores desenvolvimentos aconselhamos a consulta do texto de Félix Pereira a que já fizemos menção.

⁶² Embora seja extremamente provável que fosse parente do alferes de milícias José Paulo de Bragança.

⁶³ Isto não obstante as pretensas raízes seculares da habitação: “*Although the house of Chandor stands on the same spot as its 16th century Hindu counterpart, the architecture of the Braganza mansion today and the antiques contained within it bear the imprint of these two men and their European lifestyles*”.

of land ownership and social organisation, an inequity that has only now been remedied, however imperfectly, by the social shifts involved in India's takeover and the economic growth occasioned by global tourism, however ultimately destructive this activity may prove to be. The mansion at Chandor would formerly have been staffed by the sort of people who nowadays have far better opportunities, and its upkeep would have been financed by the rents from land that has now been more fairly distributed (or at least, re-distributed, whether fairly or unfairly). The Lusophone culture to which Chandor was once home was an exclusive of that left of the majority of Goa's population untouched and based on an exceedingly unfair system that, by contrast, hampered the whole territory". Por fim, não deixa de sublinhar que os Bragança e os Pereira mantiveram o rígido sistema de castas herdado do seu passado hindu apesar de professarem o catolicismo romano há gerações: "Although is not mentioned in the film, we can surmise that Aida, as a Menezes Bragança from Chandor, belongs to the Chardó caste, roughly the Goan Christian equivalent of the Hindu Kshatriya grouping. The Chardó origins of Aida's forbear, Luís de Menezes Bragança, were often invoked in reference to his tireless campaigning on behalf of his countrymen, a reference to the ancestral duty of the Kshatriyas' to defend the land and homes of their people. Aida, we can say, in her tireless resistance to the forces undermining her home and her way of life, discharges his duty on a household scale"⁶⁴.

Seja qual for a interpretação do documentário de Catarina Mourão, o certo é que a casa de Chandor ainda hoje, apesar da decadência que inapelavelmente a vai minando, reflete a importância de que gozou outrora. Essa grandeza espelha-se nos vastos salões ricamente mobilados, na memória dos muitos antepassados que se destacaram na esfera civil, jurídica e religiosa do antigo Estado, no importante património fundiário que encabeçava, na bem nutrida biblioteca que relembra a cultura profunda de alguns dos anteriores proprietários, nos assentos reservados na igreja local, na relíquia de S. Francisco Xavier exposta no oratório da família, nos foros de fidalguia e nas cartas de brasão de armas ainda não esquecidos.

Quanto aos Pereira, Wenceslau Proença afirma que se trata de uma *"família muito antiga e nobre"*. É acima de tudo uma família que forneceu nomes de relevo às elites chardós. Dela constam vários eclesiásticos que se destacaram na arquidiocese, alguns deles especialistas em direito canónico. É nomeadamente o caso do Padre Berardo Pereira – o qual, para além de examinador sinodal, foi desembargador da Relação eclesiástica, sendo nomeado em 1835 por Peres da Silva juiz da Junta de Justiça que substituiu durante breve período a Relação. Ou do cônego António José Pereira, sobrinho do anterior, também ele advogado eclesiástico, examinador sinodal e desembargador da Relação eclesiástica, para além de vigário geral e governador da arquidiocese, promotor da justiça eclesiástica e juiz dos casamentos. Ou do cônego José Nazário Pereira *júnior*, advogado eclesiástico, examinador sinodal, desembargador, professor de teologia e direito canónico e diretor do seminário de Rachol. Isto para além dos frades de Chimbél, de um conhecido jesuíta (António Pereira) e de vários vigários.

Falamos de uma família de juristas – são inúmeros os *provisionários*, quer especializados em direito civil, quer em direito canónico, quer em ambos estes ramos –, e de homens de cultura (o que se pode medir pela vasta bibliografia que os vários Pereira deixaram). Dela descenderam autores ainda hoje citados pelos estudiosos de Goa, como António Bernardo de Bragança Pereira e Philotheio Pereira de Andrade.

Por outro lado, trata-se de uma estirpe que não só manteve uma ligação forte a Bombaim como se destacou no mundo das dinâmicas comerciais da Goa do século XIX – isto graças sobretudo à ação de António Bernardo Pereira enquanto diretor da feitoria de Surrat e por inerência cônsul português.

Finalmente, é o tronco de alguns dos principais teorizadores dos movimentos autonomistas e/ou independentistas que começam a ganhar força em Goa ao longo do século XX. Falamos desde logo de Luís de Menezes Bragança e de Tristão de Bragança Cunha.

⁶⁴ Castro, Paul Melo e (2010), 165 e ss.

O antepassado mais remoto da estirpe que conhecemos é:

1) ANTÓNIO LOURENÇO PEREIRA, casado com Maria da Luz da Costa. Moraram em Majordá e tiveram:

2-I) MARIANO GABRIEL PEREIRA, que segue;

2-II) Padre Berardo Pereira, nascido em Majordá no dia 15 de janeiro de 1778. Teve fama de *“Theologo consumado, profundo moralista, e abalisado no direito civil e ecclesiastico”*. Contrariamente ao que era habitual entre os seus conterrâneos, ordenou-se antes de aprofundar estudos. Recebeu ordens de presbítero a 19 de setembro de 1801, prestou exame de confessor e pregador a 8 de março de 1803 e foi nomeado capelão da capela do arsenal em 1805. Terá começado a frequentar o colégio do monte de Benaulim cerca de 1803/1804 – isto de acordo com os atestados dos padres Misquita que Narciso Arcanjo Fialho reproduz. Aí se destacou quer no curso de filosofia quer no de teologia. O bom nome que ganhou enquanto estudante foi-lhe útil para em seguida abrir uma *aula* de primeiras letras (provavelmente na sua terra natal) – a qual depressa cresceu. Segundo as palavras de Fialho, essa escola foi tão bem aceite *“que de privada ou particular chegou logo a ganhar foros de publica, contando em seu gremio alunos de quasi todas aldeas da comarca de Salcete”*. Terá sido aliás na sequência dos resultados positivos desta incursão pelo ensino que o arcebispo Santa Catarina começou a acompanhar com maior interesse a carreira do padre Berardo Pereira e a solicitar ocasionalmente o seu conselho. O bispo de Dolica, D. fr. Maurélio de Santa Teresa, escolheu-o *“para seu director”*. Desconhecemos a data em que, depois de prestar provas perante um júri composto pelo arcebispo e por dois desembargadores, lhe foi passada provisão para advogar no foro eclesiástico. De acordo com o seu biógrafo, o padre Berardo Pereira desempenhou funções de advogado *“com dignidade e rara probidade”* – o que lhe valeu a posterior nomeação para uma das cadeiras da Relação eclesiástica. Em 1808 ganhou o concurso que então se abria para pároco da ilha de Santo Estêvão, ou de Júa. Aí permaneceu durante longos anos⁶⁵;

2-III) Padre José Nazário Pereira, que foi pároco de Carambolim, Moirá, Aldoná e Corlim;

2-IV) Carlos Pereira, nascido em Utordá. Frade carmelita em Chimbél e, em 1814, vigário de Corlim⁶⁶. Foi ordenado a 31 de maio de 1806;

2-I) MARIANO GABRIEL PEREIRA, que continua. Descendente, nas palavras de Wenscelau Proença, de *“uma família muito antiga e nobre”*. Casou com D. Maria Francisca Barreto e dela teve:

3-I) Cónego António José Pereira, *“parrocho, advogado ecclesiastico, examinador synodal, desembargador da relação ecclesiastica, conego da Sé primacial, promotor da justiça ecclesiastica, vigario geral, juiz dos casamentos e governador archiepiscopal desta archidiocese”*⁶⁷;

3-II) Avertano do Carmo, *“carmelita descalço no convento de Chimbél, parrocho de S. Pedro, Piedade, Calapur das Ilhas e Nagoá de Bardez”*;

3-III) Padre António Pereira s.j., nascido em Utordá no dia 8 de dezembro de 1817. Morreu em Bombaim (Mazagão) a 23 de fevereiro de 1876. Após ter cursado o seminário de Rachol, onde recebeu ordens menores no ano de 1832, permaneceu alguns anos em Goa até ter decidido prosseguir a sua formação na Europa. Deixou o Estado no dia 2 de fevereiro de 1841 e seis meses depois chegou a Lisboa. Aqui se amnteve apenas até setembro seguinte, altura em que rumou a Roma. Provavelmente já levava em mente o ingresso na Companhia de Jesus. Deu os primeiros passos nesse sentido logo a 9 de outubro, quando iniciou o noviciado em Santo André do Quirinal. De acordo com os seus biógrafos, revelou-se um

⁶⁵ Para maiores desenvolvimentos sobre a vida do padre Berardo Pereira leia-se a biografia que Narciso Arcanjo Fialho lhe dedicou e que transcrevemos em anexo. Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 59, B, IV.

⁶⁶ Rocha, Leopoldo da (1973), 444.

⁶⁷ As notas genealógicas deste sacerdote e seus irmãos (com exceção do padre António Pereira s.j.) foram escritas por Wenceslau Proença e constam da biografia de António Bernardo Pereira que reproduzimos no o anexo I: documentos avulsos – nº 59, B, V.

bom estudante durante o período de formação na *cidade eterna* e frequentou “*com muito sucesso*” a universidade gregoriana. Foi ordenado no dia 21 de dezembro de 1844 na basílica de S. João de Latrão⁶⁸. Em 1845 prepara-se para retornar à Índia a fim de aí passar a servir como missionário. De acordo com Aleixo Costa, parte munido de “*singulares distinções*” concedidas pelo próprio Papa. Entre elas destacava-se a graça de manter “*oratório perpétuo, para a casa da sua família*” e uma palavra de incentivo. Segundo a tradição, Gregório XVI ter-lhe-ia dito: “*Na Índia há-de encontrar vasto campo para trabalhar para a glória de Deus*”. Não voltou porém a Goa. Começa por se instalar em Pondicherry, onde se dedicou ao estudo de algumas das línguas locais – o que fez com “*extraordinária facilidade*”. Depressa se tornou num “*notável poliglota, pois além do latim podia com facilidade expressar-se em português, inglês, italiano, francês, espanhol, tamil, malabar, concanim, marata e hindustani*”. Missionou sobretudo em Maduré, onde fundou o primeiro noviciado jesuíta criado após a reabilitação da Companhia. Aí colaborou até 1852 na qualidade de mestre de noviços. Já em 1850 havia igualmente criado a congregação dos Irmãos das Sete Dores, também destinada a apoiar os pequenos núcleos católicos disseminados pela vasta Índia. Goa não foi totalmente esquecida pelo padre Pereira, que aposta sobretudo em atividades missionárias sediadas em Velção e Cortalim. Corria o ano de 1853 quando passou para Bombaim, a pedido do vigário apostólico local. Assim teve incio a derradeira etapa da sua vida. Alcançou depressa notoriedade na grande cidade, quer como responsável pelo seminário de Banderá quer como (a partir de 1864) pároco de Nossa Senhora do Rosário de Mazagão. Os seus biógrafos asseveram que Pio IX o pretendia nomear vigário apostólico de Bombaim, dignidade que recusou de forma firme por preferir permanecer na sua paróquia. Lá morreu no dia 23 de fevereiro de 1876. O seu corpo foi posteriormente transportado para a capela familiar em Utordá – aquela cuja licença de instituição ele próprio tinha conseguido, décadas atrás, ao terminar os seus anos em Roma. Foi a partir do momento da sua instalação em Bombaim que deu início à publicação de várias obras de carácter devocional, compostas na sua maioria em português, havendo também algumas escritas em latim, italiano e inglês e vertidas em marata.

Inocêncio dedica-lhe uma nota biográfica bastante desenvolvida, baseada em informações remetidas desde Goa e, ao que se presume, em esclarecimentos adicionais prestados pelo próprio biografado. António Pereira ofereceu-lhe inclusive exemplares das suas obras: “*da Companhia de Jesus, e actualmente Missionario Apostolico em Bombaim e Goa. Das noticias biográficas, que da India me foram remetidas a seu respeito, conta que nascera em Goa na comarca de Salsete, a 8 de Dezembro de 1817. É filho de paes illustres, que deixaram numerosa prole. De seus tres irmãos maiores foi um Conego da Sé primacial de Goa, Vigario Geral e governador do arcebispado, outro Consul Portuguez em Surrate, e outro Parocho em uma igreja. Seus tres irmãos mais novos têm exercido cargos administrativos em diversas povoações d’aquelle Estado. Quanto a s. rev.ma, depois de haver estudado no Seminario de Rachol as sciencias proprias do estado ecclesiastico a que se destinava, veio para a Europa em 1841, e depois de curta demora em Lisboa, seguiu para Roma. Ahi, dando de mão a outros partidos mais vantajosos a que podia aspirar, resolveu abraçar o instituto de S. Ignacio de Loyola, e foi ordenado sacerdote na basilica Lateranense em 1844, havendo concluido o curso de seus estudos no collegio romano (Universidade Gregoriana). Logo no anno seguinte, por escolha e proposta do geral da Ordem, foi pelo papa Gregorio XVI nomeado para as missões da India, conferindo-lhe por essa occasião o mesmo summo pontífice algumas singulares distinções. Aportou o novo missionario a Pondichery em Setembro de 1845, e tractando logo de instruir-se na lingua tamul (...) deu começo ás missões, no que empregou não pouco trabalho com fructo correspondente. Em 1846 dirigiu-se a Goa, e ahi teve a satisfação de celebrar missa no sepulcro de S. Francisco Xavier no proprio dia da sua festa (3 de Dezembro), sendo elle o primeiro jesuíta a quem coube esta gloria, depois da restauração da Companhia em 1814. Percorreu depois successivamente as missões de Maduré, e outras, nas tres presidencias da India britannica, prégando e cathequisando, até estabelecer em Bombaim no anno de 1853 o seminario*

⁶⁸ Diz Aleixo Costa, na longa nota biobibliográfica que lhe consagra, que celebrou a primeira missa no altar do presépio da basílica romana de Santa Maria Maior – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 29 e ss.

de Bendorá, do qual foi por muitos annos superior, e ahi mesmo foi elevando ao grau supremo da Ordem, mediante a profissão solene do quarto voto. Na ultima missão que fez na igreja de Mazagão em 1865, causou tamanha impressão em um numeroso auditorio, que varias pessoas principaes de Bombaim resolveram dar-lhe uma publica demonstração de reconhecido agradecimento. Mandaram fabricar em França para ser-lhe offerecido, um calix de grande valor, e cujo pé se gravou, com traducção nas línguas ingleza, portugueza e franceza, a seguinte inscrição: R.P. Antonio Pereira S.J/ Patri et Amico/Hoc/Venerationis observantiae gratitudinisque/Testimonium/X.ti fidelis Ecclesiae B.V.M. Rosarius/ In civitate Bombaiensi/Caeterique amici/VI. Id. Decembris M.DCCCLXV. Quando o dr. Steen foi transferido do vicariato apostolico de Bombaim para a sé archiepiscopal de vicariato de Calcutá, o actual pontífice Pio IX, dando-se por bem servido do prestimo e zelo do P. Antonio Pereira determinou provel-o n'aquelle importante cargo: elle porém escusou-se de aceitar, fundamentando a sua recusa em razões tão ponderosas, que ficou sem effeito a nomeação”⁶⁹

3-IV) António Lourenço Pereira, “advogado, presidente da camara municipal de Salcete, procurador a junta geral de districto, administrador do concelho das Ilhas e Salcete”. No mesmo sentido caminha Aleixo Costa: “Advogado e antigo administrador do concelho de Salsete, faleceu em Utordá, de Majordá, do concelho de Salsete, donde era natural, a 7-X-1878. Foi, também, procurador à Junta Geral do Distrito e presidente da Câmara Municipal de Salcete, tendo ocupado, em outros tempos, algumas comissões officiais nas Novas Conquistas”⁷⁰. Publicou um opúsculo intitulado *O municipio e o imposto: Rapido estudo* (Imprensa Nacional, Nova Goa, 1877);

3-V) Cônego José Nazário Pereira, “segundo do nome, advogado ecclesiastico, professor de rethorica, poetica, litteratura e historia, lente do curso da teologia dogmatica e moral e do direito cannonico, director do seminario de Rachol, desembargador da Relação ecclesiastica, examinador synodal e conego da Sé primacial de Goa”;

3-VI) António Francisco de Sant’Ana Pereira, o qual foi agraciado com o grau de cavaleiro da ordem de Cristo em simultâneo com a mercê de fidalgo cavaleiro da casa real (alvará de 23 de março de 1874). Foi elevado a moço-fidalgo com exercício no paço por alvará datado do dia seguinte e a 27 de abril do mesmo ano recebeu carta de brasão de armas. Foi-lhe então autorizado o uso de “escudo esquartelado: no primeiro e terceiro quartéis, carregado com duas pombas de prata acochadas ao seu direito e por uma estrela do mesmo metal com oito raios e colocada em chefe sobre campo azul celeste; no segundo e quarto quartéis, uma cruz de prata floreada e vazia sobre campo de púrpura. Timbre: uma cruz de púrpura floreada e vazia. Forro do elmo: verde”⁷¹;

3-VII) ANTÓNIO BERNARDO PEREIRA, que segue;

3-VII) ANTÓNIO BERNARDO PEREIRA, que continua. Nasceu em Utordá no dia 31 de outubro de 1815. Coursou em Rachol “os estudos preparatorios e os de teologia dogmatica e moral” e depois “dedicou-se aos de jurisprudencia”. Entre 1833 e 1838 estagiou nos auditórios de Salsete e das Ilhas e a 22 de janeiro de 1840 obteve provisão para advogar em Moçambique – sendo que depois alcançou que a mesma fosse apostilada para a das Ilhas. Aí “advogou com subidos prestimos”. Paralelamente estudou inglês em Belgão. De acordo com a biografia que Wenceslau Proença lhe dedicou, a sua formação revelou-se determinante na forma como veio mais tarde exercer o lugar de diretor da feitoria de Surrate⁷²: “Os conhecimentos de direito como os do idioma inglez que fora aprender em Belgão, haviam de ser para Antonio Bernardo valiosos no empenho, que mais tarde devia sustentar contra o governo inglez para a reivindicação dos privilegios da feitoria”. Segundo o mesmo autor, Bernardo Pereira foi nomeado diretor da dita feitoria a 7 de março de 1843 e “partiu em 24 de abril immediato

⁶⁹ Silva, Innocencio Francisco da et al. (1867), tomo VIII (1º do Suplemento), 272 e 273.

⁷⁰ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 34 e 35.

⁷¹ Costa, Pedro do Carmo (2003).

⁷² Para mais desenvolvimentos sobre este estabelecimento e a ação das elites *naturais* católicas na sua direção veja-se neste anexo, famílias brâmanes, Rodrigues, de Badém, introdução.

para aquella cidade, sendo confirmado no lugar pela portaria do ministerio da marinha e ultramar de 22 de junho do mesmo anno”. A versão que António Francisco Moniz⁷³ registou é contudo ligeiramente diferente: Bernardo Pereira é primeiro “nomeado interinamente por Milner (trata-se do seu antecessor, Joaquim Manuel Milner), em 14 de Dezembro de 1842 e confirmado, com o mesmo título e vencimento por portaria ministerial de 22 de Junho e port. prov. de 7 de Março de 1843”. Todos são porém unânimes em elogiar o seu desempenho no exercício daquelas funções. Moniz frisa: “Podemos afirmar, á face da grande copia da sua elaborada correspondencia (portuguez e inglez em que era proficiente) que zelou muito pelos interesses da nação no decurso dos longos vinte anos que exerceu o seu importante cargo até á data do seu falecimento em Surrate em 28 de Março de 1862”. Proença é ainda mais entusiasta na longa biografia que dedicou a Bernardo Pereira⁷⁴. Considera-o “um nomes que está vinculado entre as glorias portuguezas na Azia”, elogia os seus serviços ao país quer no remoçar do enclave comercial de Surrate quer na “restauração da egreja de S. Francisco daquela decahida cidade para o seu legitimo diocesano, o Arcebispo primaz d’Oriente, e para o seu padroeiro o fidelissimo rei de Portugal”.

A feitoria mantida por Portugal em Surrate não passava, à data em que Bernardo Pereira o passou a encabeçar, dos restos de um antigo entreposto comercial encravado em terras onde a predominância inglesa era avassaladora⁷⁵. Os anos da sua prosperidade tinham já passado e a feitoria viria mesmo a extinguir-se em consequência das negociações que precederam o tratado luso-britânico de 1878⁷⁶. De acordo com Ernestina Carreira: “Na realidade, este tratado permitiu à Índia Inglesa controlar a produção e as exportações portuguesas. O seu interesse não residia na abertura de um livre câmbio, mas na eliminação da concorrência de certos produtos. Essa perspectiva era nítida já na assinatura do acordo, onde os Portugueses foram obrigados a renunciar ao tráfico do ópio e à feitoria de Surrate, o que restringia o seu comércio aos seus próprios territórios”. Vivía-se, nas palavras da autora, um autêntico processo de “regionalização da economia da Índia Portuguesa”⁷⁷. Não terá aliás sido por acaso que o filho de Bernardo Pereira, António Félix, dedicou um trabalho aos procedimentos que prepararam o tratado em questão. O estrangulamento comercial promovido pelos agentes ingleses intensificou-se quando os poderes britânicos conseguiram a abolição dos privilégios de que o entreposto português gozava em virtude de uma velha mercê concedida pelo grão-mogol⁷⁸. O maior mérito de Bernardo Pereira terá sido conseguir o restabelecimento daquelas prerrogativas, contra as negras previsões gerais, bem como a devolução das quantias que o os agentes britânicos haviam ilegalmente cobrado. O seu esforço foi assim determinante para a manutenção da feitoria até ao encerramento definitivo da mesma mediante portaria de 12 de janeiro de 1880. Esta “gloria” do diretor (nas palavras de Wenceslau Proença) foi igualmente enfatizada por António Francisco Moniz: “Por por. de 7-3-1843, Bernardo Pereira foi nomeado pelo Conde das Antas, director da feitoria de Surrate. Pereira exerceu este cargo até 28-3-1862, data em que ali veio a falecer e “foi baixado a sepultura com as honras devidas ao seu cargo, na capela-mór da igreja de S. Francisco daquela cidade, pagando-se a titulo de cova uma esmola de 300 rupias em beneficio da egreja (vide “Uma memoria à posteridade de 20-5-1862”, publicada em Margão na tip. da India Portuguesa). Poucos anos depois, os restos deste benemerito director foram trasladados para Goa no jazigo que a sua distinta familia erigiu no adro da igreja de Majordá. Como empregado público, inteligente e patriota, prestou ao governo e não menos aos comerciantes portugueses relevantes serviços. Quando tomou conta do cargo, notou com bastante magoa que todos os privilegios que o governo do Grão-Mogol havia concedido pelo seu antigo formão (documento que não existe em nenhum arquivo nosso) á nação portuguesa, tinham cessado virtualmente de existir. Os subditos portugueses pagavam pelas mercadorias despachadas na alfandega inglesa 7 até 20 por cento, quando aliás estavam sujeitas a apenas 2 ½ por cento e pela nossa feitoria a 2 0/0 por cento em virtude dos privilegios do dito formão. Após prolongada correspondencia Pereira conseguiu da Companhia o reconhecimento dos nossos antigos direitos”⁷⁹. Note-se que os privilégios invocados por Portugal relativamente a Surrate foram suspensos

⁷³ Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 205, C.

⁷⁴ A qual transcrevemos. Veja-se o anexo I: documentos avulsos – nº 59, B, V.

⁷⁵ Carreira, Ernestina (1998), 694. Veja-se também anexo I: documentos avulsos – nº 205, A.

⁷⁶ Para maiores desenvolvimentos sobre este tratado, Cameira, Maria Cecília de Sousa (1998), 110 e ss.

⁷⁷ Carreira, Ernestina (1998), 704.

⁷⁸ Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 205, B).

⁷⁹ Moniz, António Francisco (1917), 258 e 259

pela Inglaterra em 1873. Tal deu origem a “*uma questão internacional entre as duas potencias, cuja decisão esta cometida ao ex-presidente da republica franceza mr. Thiers*”⁸⁰.

Para além de uma memória sobre Surrate, fez algumas traduções sobretudo de originais ingleses. Tratam, como explica Wenceslau Proença, de “*versões ineditas dedicadas a seus filhos*” que espelham o bom domínio que tinha da língua inglesa – o que era bastante raro entre os goeses da época.

António Bernardo Pereira casou com D. Maria Sofia Aleluia Josefina Alemão, natural de Carmonã. Foram filhos deste casal:

4-I) ANTÓNIO FÉLIX MARIANO GABRIEL DA DORES PEREIRA, que segue;

4-II) D. Ana Clarina Pudiciania Pereira, a qual casou com o médico Amaral Inácio Piedade Pereira de Andrade, graduado pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa, nascido a 1 de setembro de 1828 e falecido em 28 de novembro de 1881. Amaral Pereira de Andrade descendia de uma antiga família da elite *natural* chardó. De acordo com o levantamento bio-bibliográfico de 1907: “*É no fascículo 1.º das Contribuições para a Bibliographia Indo-Portugueza do professor Dias que, se lê, de pg. 1-49 noticia bibliographica detalhada do sr. dr. Andrade – mais tarde ampliada no n.º 2175 do jornal A India Portuguesa – seguida de apontamentos genealogicos da sua familia, pg. 51-55, que tem tradições gloriosas – que perfumam o brazão da sua familia – a cova perpetua no cruzeiro da Egreja de Murmugão, conseguida ao tempo da sua construção em 1570 – coevas; porisso, da conquista portugueza e da implantação do christianismo em Goa, e descende em linha recta d’uma das mais antigas e nobres da provincia de Salcete, da qual entre outras fez honrosa menção o douto redactor da India Portuguesa, quando teve de fallar dos feitos marciaes da casta chatria no n.º 21 de março de 1903, onde se lê que: “João Francisco Pereira d’Andrade (bisavô do sr. dr. Philoteio Pereira d’Andrade) e seu pae Diogo Pereira d’Andrade (tresavô) filho este de Luis Francisco d’Andrade, Gancar de Murmugão, que pertence a um solar da primeira ordem na Nobiliarchia Goana, sendo, porisso, recenceado para poder andar na governança da provincia de Salcete, na audiencia da correição geral, em Margão, perante o desembargador Feleciano Ramos Nobre Mourão aos 13 de setembro de 1777, foi o primeiro (João Francisco) promovido ao posto de Alferes do Terço de Auxiliares e o segundo (Diogo) no de Capitão de Granadeiros pelos relevantes serviços prestados ao Estado, que vem consignados nas respectivas patentes*”⁸¹.

O *supra* referido Diogo Pereira de Andrade (pai de Amaral Inácio) era natural de Mormugão mas *estabeleceu-se* na qualidade de *genro comensal* em Sancoale na casa do seu sogro ao casar com Maria do Nascimento Osório. Esta senhora era filha única e herdeira universal de Inácio Caetano da Piedade Osório, construtor da grande casa ainda hoje existente e que depois passou a ser associada aos seus descendentes Pereira de Andrade. Inácio Caetano da Piedade era irmão do capitão Sebastião Joaquim do Rosário Osório, tendo ambos sido eleitos para o senado da câmara de Salsete e *gancares* de Arossim. Adquiriram vários prédios pertencentes aos chamados *bens do confisco*⁸², entre os quais a casa de verão que a Companhia possuía em Arossim⁸³. Foi aliás nesse prédio que, depois de reformulado, viveu Sebastião Joaquim do Rosário Osório⁸⁴.

Amaral Inácio Pereira de Andrade teve dois irmãos eclesiásticos: **frei Mariano Pereira de Andrade** e **padre Diogo José Pereira de Andrade**. O primeiro foi “*Egresso da Ordem de S. João de Deus da Cidade de Goa Velha* (e) *Vice-Presidente do Municipio das Ilhas*”; o segundo “*Vigario Encomendado*

⁸⁰ De acordo com Wenceslau Proença.

⁸¹ AAVV (1907), 4 e 5.

⁸² Para maiores desenvolvimentos sobre os chamados *bens do confisco* (aos jesuítas) veja-se o anexo I: documentos avulsos – nº 7.

⁸³ Sobre este edifício, hoje mais conhecido como casa Osório Saldanha, veja-se designadamente Carita, Helder (1996), 120 e 121.

⁸⁴ Fica por esclarecer de forma mais detalhada o parentesco que muito provavelmente existe entre Inácio Caetano e Sebastião Joaquim e D. Aurora Florença do Rosário Osório, casada com o mestre de campo Aires José Gomes. Veja-se neste anexo o título Gomes, de Cavellossim, ponto 2).

das Igrejas de S. Jacintho e Cortalim, Reitor e Professor de Historia e Rhetorica no Collegio creado em S. Thomé”. Este último nasceu no dia 4 de novembro de 1838 e morreu a 1 de agosto de 1882⁸⁵.

Amaral Inácio Pereira de Andrade e D. Ana Clarina tiveram pelo menos:

4-II-1) Philotheio Pereira de Andrade, nascido em S. Tomé de Cansaulim no dia 10 de janeiro de 1864, aí morreu a 24 de setembro de 1933. Inicialmente pensou dedicar-se à advocacia: “Com alguns estudos feitos no Real Seminario de Rachol⁸⁶ passou os exames de Direito e obteve provisão de advogado⁸⁷, que apostilou para a Comarca de Damão⁸⁸, e mais tarde para a das Ilhas⁸⁹, mas não frequenta o foro”⁹⁰. Cedo porém desistiu deste propósito e “vivendo dos seus rendimentos” aplicou-se às investigações históricas e arqueológicas. A obra que deixou foi considerada relevante por vários dos seus contemporâneos nacionais e estrangeiros, conforme os numerosos testemunhos recolhidos na obra de 1907 a que já fizemos alusão: “Erudito em varias provincias do saber, dr. Pereira d’Andrade tem já manifestado a sua vigorosa mentalidade e orientação philosophica em trabalhos de incontestavel merecimento scientifico. Polemista de valor, cordato e serio, tersando limpamente suas armas no campo puro e exclusivo da sciencia e letras, ganhou, em curta idade, em mais d’uma controversia, espada não menos brilhantes que a da Academia e entalhou por suas proprias mãos o seu diploma, não menos honroso de quantos lhe têm sido conferidos. Investigador profundo e indefesso da historia e antiguidades orientaes, avido do trabalho e do saber, applicando-se, nos seus ocios, particularmente, ao ramo da especialidade, em que recrutou, conquistou, com os seus escriptos, um lugar na primeira linha, entre os que n’este paiz se têm dedicado aos estudos da historia oriental, salientando-se pelo vigor da analyse dos factos e por uma erudição muito rara em a moderna geração. Archeologo douto e paleographo de nomeada, como lhe chamam algures; antiquario distinctissimo, como deveria ser classificado, sem menoscabo dos seus creditos, antes afirmando-se no seu justo lugar, e nem por isso menos honrosa será a sua consagração, o sr. dr. Andrade não só é considerado na India Portuguesa e no reino, mas em varios grêmios de homens cultos de França, Italia, Belgica, Grã-Bretanha, Hespanha, Suecia e Brazil, cujas Academias e institutos scientificos abriram-lhe, com gaudio, os seus aditos”⁹¹. Noutro ponto do mesmo trabalho encontramos a longa lista de agremiações científicas a que pertencia: “Pereira d’Andrade é Advogado no Tribunal da Relação de Goa e nos auditorios da India Portuguesa/ Membro da Academia Real de Sciencias de Lisboa/ Socio Correspondente do Instituto de Coimbra/ Socio Effectivo do Real Instituto de Lisboa/ Socio Correspondente da Real Associação dos Archeologos Portuguezes de Lisboa/ Socio Ordinario da Sociedade de Geographia de Lisboa/ Socio Correspondente da Sociedade Litteraria Almeida Garret, de Lisboa/ Socio Honorario da Sociedade de Archeologia de Bruxellas/ Fellow da Real Sociedade de Metereologia da Grã-Bretanha/ Delegado Correspondente da Sociedade da Academia Indo-Chineza de França/ Socio Correspondente da Academia Real de Archeologia de Belgica/ Socio Ordinario da Sociedade Aziatica Italiana de Florença/ Membro da Secção Indiana da Sociedade das Artes de Londres/ Socio Correspondente da Sociedade Archeologia Luliana de Hespanha/ Adherent da Sociedade de Gens de Lettres de França/ Membro Correspondente da Sociedade de Historia Contemporanea de França/ Membro da Sociedade de Historia Natural de Suecia/ Socio Correspondente da Sociedade de Estudos Historicos de Paris/ Socio

⁸⁵ Andrade, Philotheio Pereira de (1887), s/n.

⁸⁶ A deficiente formação académica foi um dos entraves que mais recorrentemente se levantou ao autor – que não obstante era regularmente tratado por dr.: “Devida a frouxa applicação distrahida pela verdura das paixões, que lhe tornaram fastidiosa a leitura assidua, e insupportaveis as vigílias da sciencia, dr. Pereira de Andrade passou despercebido nas pouquissimas escolas que frequento(u)”. Valeu-lhe a ligeira formação em direito garantida pela preparação para o exame destinado à obtenção da provisão de advogado e sobretudo o muito que terá posteriormente estudado de forma autodidata – Andrade, Philotheio Pereira de (1887), 15.

⁸⁷ “Para exercer a profissão na conformidade da disposição 2.a da portaria do ministerio da marinha e ultramar de 20 de março de 1891.”

⁸⁸ “Diploma de 28 de março de 1894.”

⁸⁹ “Diploma de 30 de março de 1896”.

⁹⁰ AAVV (1907), 11.

⁹¹ AAVV (1907), 5.

*Correspondente da Sociedade de Archeologia de Montpellier/ Socio Correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro/ Socio Correspondente do Instituto Geographico e Historico de Bahia/ Membro Titular de primeira classe da Academia Mont-Real de Tolosa/ Membro estrangeiro da Real Sociedade Aziatica, ramo de Bombaim/ Foi aprovada a sua admissão no Instituto Victoria, de Grã-Bretanha, na Real Sociedade da Historia de Londres e na Academia Real de Historia de Madrid. Foi apresentado o seu nome para Official da Academia em França, por Marquez de Croizier e a proposta está pendente do placet do representante do Governo Portuguez, o sr. Conselheiro Thomaz de Souza Rosa, Embaixador e Ministro Plenipotenciario de Portugal em Paris”*⁹². Foi vogal da junta geral da província pelo concelho de Salsete no biénio 1899-1900 e vogal do conselho de governo pelo concelho de Mormugão no biénio de 1918-1919. Para além de abundante colaboração dispersa por diversos jornais publicados em Goa, deixou uma obra publicada bastante diversificada. Entre os trabalhos que assinou encontra-se uma *Introdução ao estudo da jurisprudência portuguesa* (1887, é a sua única obra de pendor jurídico), um livro de natureza devocional (1911), uma proposta ao conselho do governo sobre fomento agrícola (1920), ensaios de física, estudos sobre concani e os trabalhos de natureza arqueológica e histórica que lhe valeram o reconhecimento dos seus conterrâneos. De entre eles os mais conhecidos talvez sejam os que versam o padre chardó André Gomes (sobretudo o publicado em 1897), as *Páginas de pedra da Índia Portuguesa* (1896) e a monografia *Os Santos Martyres de Cuncolim (Subsidios para a historia de sua vida)* (1894). Alguns dos ensaios que deu ao prelo foram depois reunidos na coletânea *Estudos Historico-Archeologicos* (1901)⁹³.

Philotheio Pereira de Andrade casou com a sua prima D. Rosa Firmina Godinho⁹⁴, de quem houve:

a) Diogo José Pereira de Andrade, que seguiu as pisadas paternas nos domínios da investigação histórica. Segundo Aleixo Costa: *“Historiógrafo, natural de Arossim, concelho de Mormugão, onde faleceu em Abril de 1948, ainda novo. (...) Fez toda a sua instrução na Índia vizinha, e aí colaborou na revista The Indo-Portuguese Review, de Calcutá, e no Anglo Lusitano, deixando notáveis estudos sobre a dinastia dos “Silahars” que reinou em Goa, e sobre o antigo comércio da India, remontando a épocas pré-históricas, trabalho este que veio, mais tarde, reproduzido no Examiner de Bombaim”*. Publicou três trabalhos em Goa, todos em inglês: *Literature* (1914), *Historical studies of the rosary in the hinduism, budhism, mahometanism and christianity* (1937) e *The Portuguese and Prester John of Abyssinia* (1940)⁹⁵;

b) Padre Amaral Inácio Pereira de Andrade;

c) D. Umbelina Pereira de Andrade;

4-II-2) Mariano Lencastre da Conceição Pereira de Andrade, comumente chamado **Lencastre Pereira de Andrade**, que nasceu em Cansaulim e aí morreu a 13 de dezembro de 1943. Botânico. Segundo Aleixo Costa: *“Foi aluno distinto do Grant Medical College, de Bombaim, curso que abandonou, leccionando depois, por algum tempo, no St. Xavier’s College, da mesma cidade. Em 1923 foi eleito presidente da Câmara Municipal de Mormugão. Patriota ardente, em todas as manifestações de carácter político, lá estava ele a bater-se, denodadamente, pela grei. Estudioso profundo da flora de Goa, deixou, em larga colaboração nos jornais e revistas da especialidade, o resultado das suas investigações. Pertenceu à Sociedade de História de Bombaim, à Academia Mont-Real de Tolosa e a várias outras”*. Como é compreensível, o grosso da sua produção literária

⁹² AAVV (1907), 13 a 15.

⁹³ Para muito maiores desenvolvimentos consulte-se sobretudo AAVV (1907). Uma nota biobibliográfica mais concisa pode ser encontrada em Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 47 a 49.

⁹⁴ Veja-se *infra* ponto 4-IV-5).

⁹⁵ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 47.

versa temas botânicos⁹⁶. Casou com D. Maria Gertrudes Etelvina da Piedade do Carmo Pereira. Foi filho deste casal:

a) Monsenhor Alberto Taumaturgo Mariano da Santíssima Trindade Pereira de Andrade, nascido em S. Tomé de Cansaulim no dia 17 de setembro de 1901. Recorremos uma vez mais a Aleixo Costa: *“Feito o curso do seminário de Rachol e ordenado de presbítero foi nomeado missionário oficial do Padroado em Meliapur, exercendo aí o cargo de chanceler da diocese e de pró-vigário da Catedral e, mais tarde, o de chanceler da arquidiocese de Madrastra”*⁹⁷;

4-II-3) Padre Alexandre Amaral Piedade Pereira de Andrade, cónego da Sé de Goa;

4-III) D. Maria Emília da Purificação Pereira, casada com o médico Filipe António Godinho. Com geração, designadamente o **padre António Bento da Ressurreição Godinho**;

4-IV) D. Maria Francisca Adelaide Efigénia do Coração de Jesus Pereira, que casou com o advogado *provisionário* Pedro Paulo Godinho, de Calata de Majordá. Este foi administrador de Pondá era filho de António Caetano Godinho e de Maria Madalena Lopes – pelo que irmão do padre Máximo João António Godinho, reitor do seminário de Rachol⁹⁸. Tiveram:

4-IV-1) Monsenhor António Caetano Nicéforo Godinho;

4-IV-2) Leandro Godinho, que parece ter sido médico;

4-IV-3) Padre José Pio da Imaculada Inácio Godinho;

4-IV-4) D. Ana Natália Cristalina Godinho;

4-IV-5) D. Rosa Firmina Godinho, que casou com o seu primo Philotheio Pereira de Andrade⁹⁹. Com geração;

4-I) ANTÓNIO FÉLIX MARIANO GABRIEL DA DORES PEREIRA, que continua. Comumente conhecido por **António Félix Pereira**. Nasceu em Utordá a 23 de março de 1851 e morreu no dia 18 de janeiro de 1908. Foi advogado *provisionário* habilitado para os foros civis e eclesiásticos embora tenha dedicado muita da sua energia a outros campos que não o da atividade forense propriamente dita. Não dispomos na verdade de elementos que nos permitam concluir se alguma vez efetivamente advogou. No assento do batismo do seu filho António Bernardo é dado como fidalgo da casa real, advogado e administrador substituto das Ilhas de Goa¹⁰⁰. Sabemos porém que desempenhou funções de vogal do tribunal de contas em 1893 por nomeação da câmara municipal de Salsete. Em paralelo, a sua formação jurídica terá pesado na proposta de criação de uma escola de direito que apresentou à junta geral da província nos finais da década de oitenta. De acordo com Aleixo Costa: *“Foi vogal do Conselho da Instrução Pública, desde 1878 a 1908, vogal do Conselho da Província, nos biénios de 1884-85, 1888-89, 1900-1901 e 1902-1903; vogal do Tribunal de Contas, eleito pela Câmara Municipal de Salsete, em 1893, procurador à Junta Geral da Província nos biénios de 1885-86, 1887-88, 1889-90, 1893-94, 1896-97, e 1898-99, e inspector da Instrução Primária em Bardês, Perném e Sanquelim, desde 1880 a 1892. Como procurador à Junta Geral da Província propôs a criação duma escola de direito, cujo projecto vem publicado no suplemento ao Boletim Oficial n.º 109, de 1889. Como inspector da Instrução Primária convocou a I Conferência Pedagógica nos Paços do Concelho de Bardês, promoveu com auxílio das corporações locais a fundação de “escolas de meninos” em Anjuna, Parrá e Aldoná e de edifícios escolares, em Calangute, Tivim,*

⁹⁶ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 49 e 50.

⁹⁷ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 46 e 47 – com indicação das obras que publicou.

⁹⁸ Para mais informações sobre esta família veja-se neste anexo o título Cardoso, de Assolná, ponto 2-III).

⁹⁹ Veja-se *supra* ponto 4-II-1).

¹⁰⁰ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (António Bernardo Bragança Pereira).

Moirá, Candolim, Guirim, Anjuna, Parrá, Porvorim, Badém, Nerul, Pilerne, Ucassaim, Siolim e Revorá (...). Quando administrador das comunidades das Ilhas, o Governo aprovando a sua proposta, mandou organizar, na sede da Administração, o arquivo geral e aí recolher os livros das comunidades que se encontravam na residência dos respectivos escrivães, o que causava o desvio e perda da maior parte daqueles livros. Esta providência foi generalizada pelo Título VII do Código das Comunidades, aprovado por portaria de 1-XII-1904. Promoveu, em seguida, a construção do edifício em que hoje funciona a administração das Comunidades das Ilhas de Goa, na vizinhança da igreja de Pangim, tendo sido lançada a pedra fundamental pelo governador general Galhardo, a 18 de Março de 1905. Em 1889 foi nomeado bibliotecário da então Biblioteca Pública de Goa, tendo exercido esse cargo até Outubro daquele ano. Era comendador da Ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa, Fidalgo Cavaleiro e Moço Fidalgo, com exercício, na Real Casa. Pertenceu à Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, de Lisboa, à Academia Indo-Chinesa de Paris, à Sociedade de Geografia de Lisboa, ao Instituto Histórico de Florença, à Academia Franco-Espano(sic)-Portuguesa de Tolosa, à Sociedade de Instrução do Porto, à Academia de Instrução de Berna e à Real Sociedade Asiática, de Bombaim. Em 1875 fundou e redigiu, de colaboração com o cônego Narciso António Fialho, a revista *Álbum Literário*, onde colaborou”. Aí assinou algumas biografias que reproduzimos em anexo a este estudo¹⁰¹. O orgulho familiar transparece na dedicatória que Philotheio Pereira de Andrade lhe endereça em 1895: “*A seu presado Tio Antonio Felix Pereira, Fidalgo Cavalleiro e Moço-Fidalgo com exercicio na Real Casa, Commendador da Ordem militar de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, Advogado nos tribunaes civis e ecclesiasticos da India Portuguesa, Membro estrangeiro da Real Sociedade Asiatica (ramo de Bombaim), Socio Correspondente da Sociedade de Geographia de Lisboa e da dos Jornalistas e Escriptores da mesma Cidade, Delegado Correspondente da Sociedade Academica Indo-Chineza de Paris, Socio Correspondente da Sociedade de Geographia Commercial e da de Instrucção do Porto, Socio correspondente da Sociedade Academica Franco-Hispano-Portuguesa de Toulouse, Socio Ordinario da Sociedade Asiatica Italiana de Florença, Bibliothecario da Bibliotheca Publica de Nova Goa, Vogal do Conselho Inspector da Instrucção Publica, Procurador á Junta Geral de Provincia, Vogal do Conselho de Provincia, do Tribunal de Contas e de varias outras commissões de serviço publico, etc., etc., etc.*”¹⁰².

No que diz respeito a “O Album Litterario”¹⁰³, tratou-se de uma publicação mensal efêmera (durou somente de abril a dezembro de 1875¹⁰⁴) mas que deixou algumas marcas no panorama cultural goês. Era impressa na tipografia de “A India Portuguesa” e certamente muito próxima dos Loiola, pelo que, forçosamente, do partido chardó. Fica por responder definitivamente a questão de saber se pretendeu de alguma forma ser uma resposta à “Ilustração Goana”, a qual contava, como se sabe, com inúmeros colaboradores brâmanes católicos e tinha o beneplácito dos Costa de Margão. Nas páginas do “Album” encontramos textos assinados pelo advogado *provisionário* chardó Cristóvão Pinto¹⁰⁵ pelo advogado *provisionário* Wenceslau Proença¹⁰⁶ e pelo também *provisionário* e jornalista Sousa Franklin¹⁰⁷. A redação era composta por Félix Pereira e pelo cônego Narciso Arcanjo Fialho¹⁰⁸.

¹⁰¹ Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 59, B.

¹⁰² Andrade, Philoteio Pereira d’ (1895).

¹⁰³ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1977), 146.

¹⁰⁴ Isto segundo Aleixo Costa, com o qual não parecem concordar Devi e Seabra ao anotar: “*Com bastante irregularidade, publicou-se até 1877*” – Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1977), 150. Mártires Lopes secunda Aleixo Costa – Lopes, António dos Mártires (1971), 26 e 78.

¹⁰⁵ Veja-se neste anexo o título Remédios Furtado, de Jua e das Mercês, ponto 5-I-1).

¹⁰⁶ Benjamim Wenceslau de Sousa Proença pertencia a uma conhecida família de Calangute. Aí nasceu e morreu no dia 12 de agosto de 1880. De acordo com Aleixo Costa, “*Foi presidente da Câmara Municipal de Bardês, tendo exercido, também outras comissões de serviço público. Redigiu, de 1861 a 1865, os semanários A Phenix de Goa e A Aurora de Goa, deixando dispersa nestes e no Album Literário da direcção do conselheiro António Félix Pereira e do conselheiro Narciso Fialho*” – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 93 e 94. Em 1869 publicou no “A India Portuguesa” uma novela em folhetins intitulada *Uma golfada de sangue*. Wenceslau Proença será certamente parente de D. Ditosa Maria Esmeralda de Sousa Proença – veja-se neste anexo o título Gomes, de Cavelossim, ponto 3-I).

¹⁰⁷ Manuel Pedro de Sousa Franklin nasceu em S. Pedro de Panelim no dia 14 de setembro de 1845 e morreu a 21 de fevereiro de 1911. Dele diz Aleixo Costa: “*Como jornalista, fora uma das figuras proeminentes do nosso meio jornalístico. Fizera a sua estreia em um dos jornais da redacção de Leopoldo da Gama, em Bombaim, donde enviava longa crónica para a Sentinella da Liberdade, da direcção do velho jornalista Roque Correia. Colaborou depois, na Opinião Pública, no Mandovi, na União e, em vários outros jornais. Fundou e dirigiu, desde 1883, o Correio da Índia, um periódico de combate, salientando-se nas suas colunas a sua alta envergadura. Foi ultimamente vice-cônsul da*

António Félix Pereira, para além de alguns trabalhos diretamente relacionados com os cargos que desempenhou¹⁰⁹, publicou um *Almanach* relativo ao ano de 1869¹¹⁰ e uma obra de pequenas dimensões mas que, tendo em conta a importância que a convenção em causa teve nos destinos de Goa, terá sido certamente bem recebida: *Tractado do comércio entre as possessões portuguesas e inglesas na Índia. Esclarecimentos* (Imprensa Nacional, Nova Goa, 1877). De natureza mais jurídica são dois outros dois trabalhos: um *Regulamento para a administração dos cofres da Se Patriarchal* de 1878 (Aleixo Costa esclarece que se tratou de uma obra encomendada pelo arcebispo) e um *Manual do Processo Ecclesiastico* que parece ter ficado inédito até aos dias de hoje.

Casou com D. Júlia Silvina Leonor Vitória Clara Adelina da Piedade Bragança, de Chandor. Esta senhora era filha de Francisco Xavier de Bragança e de D. Maria Ascensa Margarida de Sousa, ele natural de Chandor, ela de Calangute. O sogro de António Félix Pereira, advogado *provisionário*, foi sr. da ainda hoje muito conhecida *casa de Chandor*, que passa por ser a maior das habitações particulares das elites *naturais* católicas goesas. Foi também um dos maiores proprietários em Salsete. Cavaleiro da ordem de Cristo, Francisco Xavier de Bragança recebeu mercê de fidalgo cavaleiro da casa real por alvará de 9 de maio de 1877 e de moço-fidalgo com exercício no paço mediante alvará de 22 de fevereiro do ano seguinte, ao que acrescentou carta de armas (datada de 26 de junho de 1878), sendo-lhe permitido o uso de escudo “*esquartelado: no primeiro e terceiro quartéis, em campo azul, uma cruz de ouro posta em aspa, e carregada de cinco flores de lis de sua cor; no segundo e quarto quartéis, em campo de púrpura, uma cruz de prata floreada e vazia. Timbre: um castelo de ouro com uma flor de lis de sua cor, firmada nas ameias*”¹¹¹.

D. Júlia Silvina Leonor Vitória Clara Adelina da Piedade Bragança era irmã de:

- i) **D. Claudina Estela de Bragança**, a qual casou com Domingos Joveniano de Menezes, natural de Batim, advogado *provisionário*, juiz em Quepém e Damão (antes do casamento) e várias vezes nomeado examinador do liceu de Goa. Foram os progenitores de **Luís de Menezes Bragança** (1878-1938), herdeiro da casa de Chandor, destacado jornalista e republicano “histórico” no Estado da Índia. É também comumente tido como sendo um dos primeiros grandes defensores da independência de Goa, o que valeu que, em memória desta militância, o instituto Vasco da Gama passasse a ostentar o seu nome após 1961¹¹². Casou com D. Ana da Cunha, de quem houve **Fernando de Menezes Bragança**, o qual veio a casar com a sua prima Aida de Bragança Pereira¹¹³;
- ii) **D. Filomena de Bragança**, a qual casou com o médico Ligório da Cunha, de Cuelim, de quem houve quatro filhos: **António Vicente Valente de Bragança Cunha**, que foi professor de literatura portuguesa em Londres; **Plácido de Bragança Cunha**; **Francisco de Bragança Cunha**, que se domiciliou em Paris, ensinou na Sorbonne e foi próximo de Rabindranath Tagore; e (sendo este o mais célebre dos irmãos) **Tristão de Bragança Cunha** (1891-1958), nascido na casa de Chandor e considerado o pai do nacionalismo goês.

António Félix Pereira e D. Júlia Silvina Leonor Vitória Clara Adelina da Piedade Bragança tiveram:

Nicarágua, em Goa”. Para além de um *Almanak luso-indiano de Bombaim para o anno de 1867* publicou em Goa um pequeno trabalho intitulado *A colonização europea ou ligeiro cavaco sobre a decadencia e aspiração da Índia Portuguesa* (tip. de “A Verdade”, 1882) – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 306.

¹⁰⁸ Que foi vigário geral da arquidiocese, segundo a genealogia manuscrita dos Brás de Sá constante do nobiliário da biblioteca de Percival Noronha que estudámos. Veja-se neste anexo, famílias brâmanes; Brás de Sá, de Calangute, ponto 11-IX-6).

¹⁰⁹ Designadamente um *Relatorio da inspecção as escolas de Bardez, Pernem e Sanquelim*, outro relatório intitulado *Instituto Organico das Comunidades das Ilhas de Goa* e ainda *Administração das Comunidades Aldeanas do Concelho das Ilhas. Relatorio sobre os serviços referentes ao ano de 1899*.

¹¹⁰ Trata-se de uma obra de juventude, para a qual contou com a colaboração de Filipe Nery Xavier, que contribuiu com o artigo *Decripção da conquista da Fortaleza de Piro, denominada = Pil-goddo = e depois = Sadassiva-godd* – Abreu, Miguel Vicente de (1874), 173.

¹¹¹ Costa, Pedro do Carmo (2003).

¹¹² Para maiores desenvolvimentos sobre esta personalidade, sobre a qual muito se tem escrito, leia-se, designadamente, Costa, Aleixo Manuel da (1997), 293 e ss; e Vaz, J. Clement (1997), 180 e ss.

¹¹³ Veja-se *infra*, ponto 5-II).

5-I) ANTÓNIO BERNARDO FRANCISCO XAVIER JOSÉ ELVINO GREGÓRIO AIRES DE BRAGANÇA PEREIRA, que segue;

5-II) José de Bragança Pereira, o qual nasceu em Chandor no dia 14 de abril de 1887. Domiciliou-se em Bombaim, onde foi funcionário superior dos serviços de correios. Dedicou-se ao jornalismo quer colaborando com vários dos periódicos publicados em Bombaim pela comunidade católica goesa aí instalada¹¹⁴, quer na qualidade de correspondente de alguma da imprensa editada em Goa. Morreu em Utordá no dia 27 de abril de 1967¹¹⁵;

5-I) ANTÓNIO BERNARDO FRANCISCO XAVIER JOSÉ ELVINO GREGÓRIO AIRES DE BRAGANÇA PEREIRA, mais conhecido por **António Bernardo de Bragança Pereira**, que continua. Nasceu na casa dos seus antepassados paternos, “no bairro F.co Pereira, o primeiro da aldeia Utorda”, tendo sido batizado na igreja paroquial de Majordá a 10 de maio de 1883. A cerimónia parece ter-se revestido de especial aparato, o que se espelha no facto de o batizado contar com dois pares de padrinhos: por um lado, o seu tio cônego José Nazário (o qual, por não estar presente, se achava representado pelo padre António Vicente de Mascarenhas, residente naquela localidade) e a avó materna; por outro, como “segundos padrinhos” Agostinho de Ornellas e Vasconcellos (“*Morgado do Canessa Prazo Grande do Reino Grão Cruz de S. Gregório Magno de Roma Grande Official da Legião de Honra Sócio Correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa*”) e D. Maria Joaquina de Saldanha da Gama, sua mulher. Morreu em Bangalor no dia 16 de março de 1955. Bragança Pereira, que se licenciou em direito pela Universidade de Coimbra (curso no qual se matriculou a 4 de outubro de 1902¹¹⁶), repartiu a sua atividade entre a magistratura – foi sucessivamente juiz municipal de Mormugão (1900-1915), delegado do procurador da república em Bicholim (1915-1916), juiz de direito de Damão (1916-1920), juiz de direito de Bicholim (1920-1924), desembargador da Relação de Moçambique (1924-1931) e finalmente da de Goa (1931-1948) – e a história e arqueologia, domínios em que se tornou uma referência entre os seus contemporâneos. À sua iniciativa e labor se deve a continuação da publicação do “Arquivo Português Oriental” (em onze volumes, de 1937 a 1940), bem como a redação de uma obra que conheceu assinalável sucesso, a *Etnografia da Índia Portuguesa*. Assinou também, entre muitos outros trabalhos, uma *História Administrativa da Índia Portuguesa* – projeto que parecia promissor mas que cedo se terá malogrado, uma vez que conhecemos apenas o primeiro fascículo, dedicado a Afonso de Albuquerque. O primeiro texto que deu ao prelo foram uns *Estudos Jurídicos*, publicados em Goa em 1914¹¹⁷.

Casou com D. Maria Ascensa Pinto, de quem teve **D. Aida de Bragança Pereira**, nascida a 1 de janeiro de 1917 e falecida no dia 10 de janeiro de 2012. Esta senhora casou com o seu primo Fernando de Menezes Bragança¹¹⁸ e devotou-se, após enviuvar, à preservação da parcela da velha casa familiar de Chandor que herdou dos seus maiores, tornando-a num espaço visitável onde os interessados pudessem tomar contacto com as ambiências das antigas elites *naturais* católicas salsetanas. Assim se evitou a derrocada do edifício e, também, da memória destes Bragança e Pereira, que foram das principais estirpes do Estado da Índia e se viram reduzidos a uma situação financeira muito difícil. Catarina Mourão e Catarina Portas publicitaram a sua vida e obra junto do público português graças ao documentário *A Dama de Chandor* e à entrevista publicada em *Goa. História de um encontro*.

CARDOSO, DE ASSOLNÃ

¹¹⁴ Designadamente no “Anglo-Lusitano”.

¹¹⁵ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 129.

¹¹⁶ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (António Bernardo Bragança Pereira).

¹¹⁷ Para uma primeira aproximação à vida e obra de Bragança Pereira veja-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 124 e ss.

¹¹⁸ Veja-se *supra*, ponto 4-I).

Recolhemos os elementos que serviram de base ao estudo da presente família – que integra indiscutivelmente o grupo das elites *naturais* chardós¹¹⁹ – da monografia dedicada por Sacramento Almeida à sua aldeia natal de Assolnã. No entanto, também aqui nos deparamos com as incongruências que recorrentemente poluem os escritos daquele autor. Começa este por explicar que a família Cardoso descenderia de Narana Curou – o qual passou a chamar-se Luís Cardoso após ter-se convertido ao catolicismo. Acrescenta ainda o autor que Luís teria tido pelo menos um filho (Álvaro Cardoso, vivo em 1691)¹²⁰ e era irmão de Indana Cuddou. Indana abraçou a fé católica na mesma altura de Luís tendo adotado o nome de Estêvão da Cruz. Tinha igualmente pelo menos um filho (falamos portanto de um sobrinho de Luís Cardoso) chamado Inácio da Cruz, também vivo no dito ano de 1691¹²¹. No entanto, Sacramento Almeida contradiz-se algumas páginas adiante, ao dar Inácio como neto de Estêvão. Acrescenta ainda que a varonia da família Cruz (a qual era *“Pertencente ao terceiro voto da família dos gancares, descendentes de Volle Santopa Cuddou”*) se extinguiu em finais do século XIX com João Baptista da Cruz, filho de Félix da Cruz, falecido cerca de 1896 na Índia britânica. A morada da estirpe foi então alienada a Constâncio e Rosário Noronha¹²². Retorna adiante ao tema, desta feita com mais pormenor: *“Pertence esta família ao terceiro voto dos gancares desta aldeia, e descende de Vodló Santopa Curou (Cuddou), que vivia em 1583, tronco comum das famílias dos apelidos; João, Ferreira, Cruz, Almeida Coutinho, Velho, Almeida Nuno, Almeida, e Cardoso; e directamente de Narana Cuddou, em cristão Luís Cardoso, sendo seu irmão Indana Curou (Cuddou), em cristão Estêvão Cruz. Foi numerosa e rica a família Cardoso possuindo prédios vastos tanto em Assolnã como em Velim. Quase um terço da aldeia de Ambelim, desde o bairro Cailó Kanttó até o limite do prédio “Calvandando”, “Valado das Ostras” propriedade da família do mesmo apelido, do bairro Cima, incluindo bairro “Pedda” foi sua propriedade, vasto palmar pela mesma família trazido à cultura”*¹²³.

Luís Cardoso seria ascendente de

1) INÁCIO FRANCISCO CARDOSO, que Sacramento Almeida admite ter sido irmão dos padres Francisco e Álvaro Cardoso. O que parece indubitável é que Inácio Cardoso casou duas vezes. Do seu primeiro casamento, com Serafina Alemão, teve:

2-I) FRANCISCO XAVIER VITORINO CARDOSO, que segue;

2-II) Anastásia Cardoso, a qual casou no dia 4 de junho de 1748 com Estêvão Pires, natural de Betalbatim;

2-III) António Aurélio Cardoso, que veio a casar com Paulina Rodrigues.

Paulina Rodrigues era irmã de:

(i) ... **Rodrigues**, *“casada da família Lopes, cuja varonia se extinguiu, na linha masculina directa sendo o último membro, a Maria Magdalena Lopes casada com António Caetano Godinho, de Calata”*. Estes foram progenitores do (a) advogado provisionário **Pedro Paulo Godinho** (casado com D. Maria Francisca Adelaide Efigénia do Coração de Jesus Pereira¹²⁴) e (b) do

¹¹⁹ Quer devido às relações de parentesco que foi promovendo com outras estirpes pertencentes ao mesmo grupo (nomeadamente os Costa Martins de Assolnã e os Godinho de Majordá), quer atendendo ao facto de vários dos membros desta família ingressarem na vida religiosa e na máquina administrativa do Estado. Encontramos igualmente ao longo das gerações alguns advogados *provisionários*, parte deles relativamente conhecidos pelos seus contemporâneos, bem como indivíduos que se destacaram na carreira de armas, nomeadamente nas campanhas contra os bounsulós. Por fim, importa referir a contribuição prestada por Benedito Mariano Cardoso em terras das *Novas Conquistas*.

¹²⁰ O autor falará adiante noutro possível filho de Narana/Luís: Francisco Cardoso – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 155.

¹²¹ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 144.

¹²² Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 152.

¹²³ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 155.

¹²⁴ Para mais dados sobre esta senhora e a descendência do casal veja-se neste anexo o título Bragança Pereira e Menezes Bragança, de Utordá e Chandor, ponto 4-IV).

padre Máximo João Godinho, reitor do seminário de Rachol entre 1869 e 1863¹²⁵, onde era professor de ciências eclesiásticas e latim. O padre Godinho nascera igualmente em Calata (Majordá) no dia 27 de agosto de 1805 e fora ordenado em 1831. De acordo com Aleixo Costa, o arcebispo ofereceu-lhe uma prebenda na Sé de Goa após ter obtido dispensa da direção de Rachol: o padre Godinho todavia “*não a aceitou por modéstia*”. Publicou dois trabalhos de cariz religioso: uma *Devoção ao Santíssimo Coração de Jesus e Maria, traduzida em portuguez, e extrahida de diferentes obras em italiano e francez* (Nova Goa, Imprensa Nacional, 1849; com 2ª ed. em 1922) e *O mez de Março dedicado a S. José* (id., 1852). Uma vez mais segundo Aleixo Costa, esta última obra “*foi escrita pelo autor e publicada em nome de seu irmão P. Mariano Gaspar Godinho*”¹²⁶. A família Godinho de Majordá possuía uma bonita casa solarenga¹²⁷ onde foi recentemente instalado um centro de artes ao qual se deu o nome de *Carpe Diem*;

(ii) **Deudita Rodrigues**, casada com Francisco Xavier de Loiola¹²⁸.

António Aurélio Cardoso e Paulina Rodrigues tiveram:

2-III-1) Pulquéria Dolorosa Cardoso, a qual casou com António João da Costa, de Assolnã¹²⁹;

2-III-2) Benedito Mariano Cardoso, nascido em 1791. Dedicou-se à carreira de armas, tendo alcançado algum destaque na Goa da época. Sacramento Almeida dedica-lhe especial atenção e por esse motivo transcreve alguma documentação que lhe é referente. Entre os documentos que recolheu acham-se desde logo duas descrições sumárias da carreira de armas de Benedito Mariano, uma da autoria contador-geral Caetano Francisco Pereira Garcez, outra da autoria do coronel Joaquim José Xavier Henriques. Ficamos assim a saber que assentou praça em 1810, tendo sete anos mais tarde participado na “*campanha de Usgão*” (1817). Em 1835 interveio naquele que veio ser conhecido como massacre de Tiracol, um dos episódios mais sangrentos que ocorreram nos tempos do *perismo*. O facto de ter vivido uma época em que ocorreram profundas alterações e reestruturações nos corpos militares do Estado da Índia fez com que percorresse uma série de companhias. Em 1842, no posto de alferes, foi encarregado do comando do presídio da praça de Angediva. Aí se manteve durante alguns anos, se bem que com interrupções. A esta comissão juntará a de adido ao forte de Betul. Mais tarde, transitará para o comando do presídio de Rachol. Os maiores elogios que recebeu deveram-se porém ao exercício das comissões de que foi encarregado nas *Novas Conquistas*. Nelas terá zelado pela proteção dos habitantes locais e procurado incentivar a produção agrícola e combater o contrabando. Viviam-se os primeiros tempos da Sociedade Patriótica dos Baldios das Novas Conquistas, por cujos interesses terá velado eficazmente. É desta forma que se justificam os atestados abonatórios quer da *câmara geral de Zambaulim* quer do juiz de direito de Salsete “*e Províncias ao Sul e de Zambaulim das Novas Conquistas e auditor da gente da guerra dos Corpos estacionados nas mesmas*”. O primeiro remonta a 1845 e foi assinado por representantes das províncias de Astagar, Embarbacém, Bally e Chandravaddi, bem como da aldeia Cacora – os quais esclarecem: “*atestamos nós os Vogais da Câmara Geral de cinco Províncias de Zambaulim reunidos na Audiência Geral de Uguem Portugal de Castro, que o suplicante em boa segurança tanto destas terras matozas como também dos seus povos, e mais habitantes, desde que tem sido incumbido por diferentes chefes dos regimentos e Batalhões, no decurso de trinta e cinco anos em que serve com toda a eficácia no seu Emprego, a Sua Magestade Fidelíssima em diferentes Comissões e Comandos dos Destacamentos das ditas Províncias, que forão no princípio em Sanguém, Colém, Quepém, Naiquinem, Netravalli, e nas outras Mettas (alfândegas), e actualmente neste sitio de Uguem Portugal e Castro, sofrendo vários incomodos. Por quanto no tempo passado quando se governava o Sr. Governador Geral Conde do Rio Pardo (...), na aldeia Quepém e mais a ella próximas estendeu uma grave moléstia*

¹²⁵ Id., *ibid.*, 158. O autor esclarece ter-se baseado em “*informações fornecidas por um dos descendentes de Paulina, finado Egidio Benedito, bisneto de Paulina, (que morreu octogenário)*”.

¹²⁶ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 34.

¹²⁷ Carita, Hélder (1996), 121 e 162.

¹²⁸ Consulte-se neste anexo; Loiola, de Chinchinim e Orlim, ponto 2-I).

¹²⁹ Veja-se neste anexo Costa Martins, de Assolnã, ponto 3-I).

de cólera-morbus, com ella pereceu muita gente, com cujo receio ainda derão fuga os indivíduos das mesmas cada um com suas famílias – Tempo em que o supp.e se achava destacado na Metta de Quepém, com maior diligência, e benefício daquela gente continuando-lhe até o curativo pelos remédios, sobre a dita moléstia extendida deixou ficar livre trazendo-lhe até das terras extranhas aonde havia recolhido, para o fim de ella existir no seu antigo estado, com bom sucego. – Depois disto quando o Loximona Naique de Canácona se andava em rebeldias nestas Províncias, e praticava o roubo a gente dellas, o supplicante naquela ocasião também como muita diligência fez, com que a dita gente se vivesse sempre livre: E demais por falta de uma Povoação nestas terras matozas ficou algum terreno sem ser reduzido em cultura, a qual para ser verificada o supplicante se fez existir nella a gente em cada uma de suas aldeias (...) afim de poder haver a mesma cultivacão. Bem como nas sobreditas aldeias Baitty, Naiquinem, Villiem, Cumbari, Dongor, e Seganem, athé o tempo posterior, em que tem havido a alfândega de Sanguém, alguma gente daquelas partes com os caminhos atravessados conduzindo furtivamente as porções do tabaco, e outras espécies sem dar saber para a dita Alfândega, trazião sumo prejuizo a Fazenda Pública, cujo procedimento depois de vir ao conhecimento d'elle Supplicante, fez este huma bella vigia, de sorte que tinha o medo a tais ladroens, para nunca mais se cometerem com o tal procedimento, o qual pela vigia do Supplicante fica cessado”. O depoimento de José Maria Martins, juiz de direito de Salsete, foi passado a 19 de agosto de 1845. Dele consta: “Benedito Mariano Cardoso he pessoa de conduta muito regular, e tem prestado muitos serviços ao Estado, à Fazenda, e a humanidade, desempenhado cabal, pronta, e desinteressadamente todas as diferentes Comissões, que lhe tem sido encarregadas, evitando cuidadosamente os extravios dos Direitos da Fazenda Publica pelos caminhos travessos das Mettas sugeitas a sua inspecção; e acodindo por sua caridade aos Povos das Novas Conquistas com remédios e socorros, o que sobre ser público me tem sido afirmado pelas Câmaras gerais em todas as Audiências que lhes tenho dado; acrescentando que, durante o tempo, que elle tem estado destacado nesta Metta de Usguém, tem conseguido por meios persuasórios, sem emprego de força ou autoridade, compor e apaziguar diferentes questões e desordens, o que tem feito considerar como indispensável para a tranquillidade dos Povos desta parte da Província, e especialmente da Colónia da Sociedade dos seus Campos, sua effectiva conservação nesta Metta”¹³⁰. Não parece ter casado nem tido geração;

2-III-3) Padre Domingos dos Inocentes (ou **Domingos Inocente**, como também é conhecido) **Cardoso**, morador em Assolnã. Sustentou um longo pleito com o arcebispo S. Galdino – ao qual nos referimos com algum pormenor no corpo principal do nosso trabalho;

2-III-4) Teresa Ditosa Francisca Cardoso, a qual casou em 15 de junho de 1796 com Pedro Henrique Carvalho, de Chandor, filho de José Vaz de Carvalho e de Quitéria Antão. Sacramento Almeida afirma de forma taxativa que a família de Pedro Henrique “*é uma das principais de Goa*”, destacando logo a seguir que a mesma possui “*uma cova perpétua na capela-mór (da igreja de Chandor?), construída por um dos seus membros sendo por isso concedida pela freguesia essa cova, hoje no cemitério, a um seu membro António Carvalho, em 1649, família que tem tido sacerdotes desde muita antiguidade a partir de carmelitas de Chimbél, Francisco Xavier, filho de António e Esperança Noronha, ord. 1759, Padre Silvestre Carvalho, que foi grande bemfeitor da Igreja de Parodá que paroquiou durante cerca de 36 anos, primeiro como capelão depois como vigário, tendo reedificado a capela depois de 1760*”¹³¹;

2-III-5) Severino Xavier Cardoso, que casou no dia 25 de novembro de 1806 com a sua conterrânea Esperança Joaquina Martins, filha de Tomé Martins e Florença Viegas¹³². Sacramento

¹³⁰ Ambos os documentos foram transcritos por Sacramento Almeida, de cujo trabalho os reproduzimos – Almeida, José Julião do Sacramento (1858), 105 a 107.

¹³¹ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 159.

¹³² Consulte-se neste anexo o título Monteiro, de Assolnã, ponto 4-IV).

Almeida sustenta ter Tomé Martins casado duas vezes: uma com a referida Florença Viegas, e outra com Natália da Costa. Desta última teria tido Rosa Martins, casada, em Assolnã, a 19 de Novembro de 1760, com Bernardo Miranda (filho de Lourenço Miranda e Romana de Sousa, de Cuncolim), de quem teve o padre Rafael Miranda. O padre Miranda foi ordenado em 1806 e começou a sua vida pastoral na qualidade de vigário em Salvador do Mundo (Sirulá), de onde transitou para Cochim e Granganor (*“tendo exercido naquelas Dioceses os elevados cargos de Administrador, Vigário Geral e Governador, respectivamente, 1824, 1823-1824”*). Regressado a Goa, paroquiará sucessivamente Santa Inês (entre 1831 e 1832), Anjuna (de 1832 a 1835) e Ribandar (desde 1835 até à data da sua morte, em 1838). Vendo-se sem herdeiros varões, Tomé Martins excluiu as filhas e netos da sua herança e deixou-a a um crioulo.

Severino Xavier Cardoso e Esperança Joaquina tiveram:

a) **António Caetano Cardoso**, vulgo **João Caetano Cardoso**, tendo vindo a adotar este nome na maioridade. Permaneceu solteiro, tendo durante a juventude ponderado seguir a vida eclesiástica. Em meados da década de trinta do século XIX, *“já com hábitos talaes e com ordens menores, muda de tenção”*;

b) **João Severino Xavier Cardoso**, que casou com Genoveva de Andrade, originária de Velim e filha de Nicolau Francisco de Andrade¹³³. Tiveram: (i) **Mirabolana** (vulgo **Bilania**) **Cardoso**, casada com Veríssimo Luciano Pereira, *gancar* de Orlim, de quem houve geração; (ii) **Argentina Claridade de Paula Cardoso**, que casou com Constâncio Lourenço Miranda, de Dandorá (Cuncolim), com descendência¹³⁴; (iii) **Mauro Alvarino Filipe Cardoso**, falecido solteiro; (iv) **Justiciano Carlos Florentino dos Inocentes Cardoso**, casado e com descendência de Madalena Luisinha de Miranda, natural de Carmonã¹³⁵; e (v) **Egídio Benedito dos Penitentes Cardoso**. Este último casou com Maria Valeriana Perpétua Morais, natural de Verodá de Cuncolim¹³⁶. O casal teve vários filhos, dos quais porém apenas sobreviveu uma, Clotilde Cardoso, que consequentemente herdou a casa paterna. Por assim ser, o seu marido José Maria de Almeida *estabeleceu-se* em casa dos sogros na qualidade de *genro comensal*.

Entre os filhos do casal está o padre José Helvécio Leão de Almeida Cardoso, nascido em 1899¹³⁷.

Após enviuar de Serafina Alemão, Inácio Cardoso passou a segundas núpcias com Isabel de..., de quem houve:

2-IV) Domingos Cardoso, casado no dia 15 de julho de 1748 com Joana da Silva, filha de Mateus da Silva;

¹³³ Genoveva era irmã de Josefa de Andrade. Esta casou com Avelino João Fernandes, de Cuncolim, de quem teve dois filhos eclesiásticos: os padres Avelino João e José Mariano Fernandes, ordenados respetivamente em 1834 e 1845. Do referido casal também descendem, se bem que creiamos que noutra geração, André Camilo Teófilo Fernandes e Ubaldino Fernandes, ambos advogados *provisionários* – id, ibid., 159 e 160. André Camilo Teófilo casou com Felicidade Maria Prosperina de Sousa – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 130.

¹³⁴ Veja-se neste anexo o título Almeida, de Assolnã, ponto 3-III-2), d).

¹³⁵ Madalena Luisinha era irmã de Aprélia Miranda, casada com Martinho de Barros, de Velim. Uma prima sua, Edociana (Miranda?), casada com Sebastião Mascarenhas (de Sarzorá) foi progenitora de Quintiliano Mascarenhas, que Sacramento Almeida descreve como *“notável advogado e Presidente do Directório do Partido Indiano”* – id., ibid., 160. Rodrigo Wolfango Robusto também destaca este causídico como sendo um dos advogados goeses *“de grande reputação e fama”* – Robusto, Rodrigo Wolfango (1953), 78. Lourenço Caetano Monteiro – outro *provisionário* que veio a conhecer grande destaque – estudou e estagiou com Mascarenhas. Veja-se neste anexo, título Monteiro, de Assolnã, ponto 4-II-5), b).

¹³⁶ Consulte-se neste anexo o título Morais, de Verodá de Cuncolim, ponto 3-I).

¹³⁷ Cuja biografia pode ser encontrada em Almeida, José Julião Sacramento de (1958), 144.

2-I) FRANCISCO XAVIER VITORINO CARDOSO, que continua. Casou com a sua conterrânea Madalena Cardoso, filha de Manuel Cardoso Alemão, do bairro de Cima (Assolnã). Foram filhos deste casal:

3-I) Inácio Manuel Cardoso, s.m.n.;

3-II) JOSÉ CARDOSO MENDANHA, que segue;

3-II) JOSÉ CARDOSO MENDANHA, que continua. De acordo com o atestado requerido pelo seu filho Domingos Caetano, que transcrevemos adiante, *“foi sempre distinto e pessoa de muita autoridade e estimado dos exmos. Srs. Governadores e Vice-Reis deste Magestoso Estado de Goa, e dos Exmos. Sres. Arcebispos Primazes da India”* tendo colaborado ativamente nas guerras travadas entre o Estado e os bounsulós. Nessa altura encabeçou uma *“boa porção de gente de Guerra”*. Casou no dia 25 de novembro de 1789 com Esperança de Almeida, filha de Domingos João de Almeida¹³⁸ – o qual desempenhou funções de escrivão das aldeias de Assolnã, Velim e Ambelim, que Sacramento Almeida considerava corresponder ao de *“Administrador da Administração Rural de Assolnã, Velim e Ambelim, que foi criada como se viu em 1840”*¹³⁹ – e de Maria (ou Ana) de Andrade, de Velim.

Esperança de Almeida era irmã de:

- (i) **Antónia de Almeida**, que foi casada com Paulo Peregrino Pereira¹⁴⁰;
- (ii) **Padre Nicolau João de Almeida**, ordenado em 1790, foi *“Por longos anos missionário e Superior da Missão de Raichur com séde em Hyderabad, onde prestou relevantes serviços tendo sido galardoado por (sic) Santa Sé com a faculdade de conferir ordem de Crisma, e em 1828 foi Vigário colado da Igreja de Calangute”*¹⁴¹.

José Cardoso Mendanha e Esperança de Almeida tiveram:

4-I) DOMINGOS CAETANO CARDOSO, que segue;

4-II) Vitorino Filipe de Jesus Cardoso, o qual *“Foi membro do Senado de Salcete em dois biénios desde 1840”*¹⁴². Casou com Maria Faleiro, nascida em S. Tomé de Arossim e filha de Rafael Faleiro e Aurora Xavier da Cunha. De acordo com Sacramento Almeida, o casal teve *“7 filhos todos falecidos em pequenos”*;

4-III) Constâncio Gaspar Cardoso, vereador da câmara de Salsete no biénio de 1845-1846; falecido solteiro;

4-IV) Salvador João Cardoso, que também morreu solteiro;

4-V) Joaquim Piedade Cardoso, o qual nasceu no dia 23 de março de 1816. Casou sucessivamente com duas irmãs suas conterrâneas, filhas de Emerciano Martins e Caetana de Santa Maria Cabral. Concretizando, casou em primeiras núpcias com Rosa Aurélia Martins (falecida em 1841) e após enviuar com a sua irmã Maria Florença dos Prazeres Martins. Com geração do segundo casamento¹⁴³;

4-I) DOMINGOS CAETANO CARDOSO, que continua. Nasceu em 1791 e morreu no ano de 1873. Tendo seguido a vida militar fora das fronteiras do Estado, em meados dos anos 20 do século XIX era coronel do

¹³⁸ O qual era irmão dos padres Francisco e António de Almeida.

¹³⁹ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 102.

¹⁴⁰ Veja-se neste anexo o título Furtado, de Assolnã e Pereira, de Orlim, ponto 3).

¹⁴¹ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), o.cit., 100 e 156.

¹⁴² Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 100 e 157.

¹⁴³ Que indicamos no presente anexo, título Martins, Cabral e Correia, de Assolnã e Cuncolim, ponto 4-III-1), a) e b). Veja-se também Oliveira, Luís Pedroso de Lima Cabral de e Costa, Pedro do Carmo (2010), 106 e 107.

exército do *nizam* de Hyderabad. Sacramento Almeida publicou um requerimento da sua autoria, dirigido ao ouvidor de Salsete, no qual solicita um atestado do lustre da sua família: *“Diz Domingos Caetano Cardoso, filho legítimo de José Cardoso Mendanha e de Esperança de Almeida, natural de Assolnã, mas actualmente está na cidade de Hyderabad no serviço de Sua Alteza Nizam, comandando mil duzentas pessoas abaixo das ordens do Primeiro Ministro do Rei chamado Chendualala Este dito suplicante para mostrar a seu amo quer um atestado dos principais de Assolnã e de outros declarando a geração dos seus pais, se é o suppte filho dos pais principais e de geração nobre como também se o pai do suppte algum tempo ocupou nesse Magestoso Estado algum cargo honorífico”*. O pedido foi satisfeito mediante declaração passada a 28 de junho de 1828. Nela se especificava que: *“(...) o supte, é filho legítimo de José Cardoso de Mendanha, e de Esperança de Almeida, e descendente de nobre e principal família desta aldeia de Assolnã, da Província de Salcete. O pae do supte foi sempre distinto e pessoa de muita autoridade e estimado dos exmos. Srs. Governadores e Vice-Reis deste Magestoso Estado de Goa, e dos Exmos. Sres. Arcebispos Primazes da India, e por isso o pai do supte. mereceu do Exmo. Sr. Tenente General dos Exércitos de Sua Magestade Fidelíssima, Francisco António da Veiga Cabral, quando era Governador e Capitão General da India, grande conceito no tempo de guerra de Bonsuló, e por ser o mencionado José Cardoso Mendanha sujeito de relevantes qualidades o mesmo exmo. Sr. Governador e Capitão General se confiou dele uma boa porção de gente de Guerra por sua veneranda portaria, que se acha registada na secretaria de V. Rei. Igualmente a mãe do suppte. é da geração muito nobre, e os progenitores e parentes da mesma sempre ocuparam postos principais e foram conhecidos dos Senhores Grandes. O pai da mãe do supte. ocupou por muitos anos primeiro lugar de administração do Erario desta aldeia, pertencente a Sua M. e se chamava Domingos d’Almeida. Os tios da mãe do suppte. chamados padres António d’Almeida, Francisco d’Almeida gozaram da alta dignidade de Sacerdócio (...). O supp.te Domingos Caetano Cardoso pela qualquer parte que se contempla é descendente da nobre e ilustre família, e por consequência é digno de ser comandante não sòmente de um batalhão, se não de muitos batalhões, e digno de estimação e conceito (...)”*¹⁴⁴.

Casou no dia 2 de janeiro de 1848 com Delfina Dias, de Varcá, filha de Dionísio Francisco Dias e Joaquina Furtado. Dela houve somente uma filha:

5) ESPECIOSA CARDOSO, que casou com Teodósio Conceição da Costa, de Seraulim. Tiveram¹⁴⁵:

6-I) Domingos da Costa, casado e com geração;

6-II) NONATO RAIMUNDO DA COSTA, que segue;

6-II) NONATO RAIMUNDO DA COSTA, que continua.¹⁴⁶ Advogado *provisionário* “*muito recorrido, com cartório em Quepém*”. Estabeleceu-se como *genro comensal* de José Lourenço Exaltação Pinto por ter casado com a filha deste, Edovina Pinto. Desconhecemos o nome próprio da mulher de José Lourenço e mãe de Edovina Pinto: Sacramento Almeida apenas dá o seu apelido (Monteiro) e a informação de ter sido “*irmã do Conservador do Registo Predial da Comarca de Quepém*”¹⁴⁷.

Tiveram:

7) LOURENÇO DA COSTA, o qual se fixou em Moçambique, onde exerceu o cargo de 2º oficial da Fazenda e veio a morrer. Casado e com geração que parece ter permanecido em Moçambique.

¹⁴⁴ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 101 e 102.

¹⁴⁵ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 93 e 114.

¹⁴⁶ Surpreendeu-nos o facto de o seu nome ser *Nonato Raimundo* e não *Raimundo Nonato*, como seria previsível tendo em conta a forte probabilidade de os progenitores desejarem homenagear S. Raimundo Nonato. No entanto, Sacramento Almeida refere-se-lhe repetidamente usando a primeira versão, razão pela qual também a seguimos.

¹⁴⁷ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 93. Edovina Pinto teve apenas uma irmã, falecida solteira: razão pela qual Nonato Raimundo da Costa se *estabeleceu* na casa dos sogros.

COELHO, DE AQUÉM

Os elementos que possuímos relativamente a esta estirpe resumem-se a sobretudo duas fontes. Por um lado, temos os subsídios genealógicos de que Sacramento Almeida dispunha e posteriormente disponibilizou a Gomes Catão. Este autor não deixa aliás de o anotar no título que lhes dedicou no *nobiliário* hoje pertencente a Percival Noronha¹⁴⁸: “*Descendência de Tipu Santu Naique que foi fornecida ao Prof. Julião Sacram.o Almeida pelo advogado Xavierito Coelho, hum dos actuais representantes da família*”. Significa isto que Sacramento Almeida obtivera os elementos em questão de um dos descendentes da estirpe. Note-se que *Xavierito Coelho* é o nome pelo qual é comumente o advogado *provisionário* goês Ariosto Xavier do Rosário Coelho. Nascido em 1900, Coelho casou com Maria Esperança Tomezinha Valdemira dos Reis Fernandes e hoje em dia não é recordado pelo seu papel nas lides forenses da época mas sim por duas peças de teatro publicadas já depois de 1961. A qualidade destes textos mereceu os elogios de Vimala Devi e Manuel de Seabra e a inclusão de um deles na *antologia* coordenada pela dupla¹⁴⁹. O padre José Ariosto Coelho, um dos filhos do casal, fornece alguns dados sobre a família num blogue onde trata de uma grande variedade de temas¹⁵⁰. Parece no entanto guiar-se apenas por tradições transmitidas de geração em geração e pelas pretensões genealógicas do progenitor. Esta é a segunda fonte de que dispomos. De acordo com o referido blogue:

“His father claimed to be a direct descendent (17th great grand son) of Tipu Santu Naik Sardessai who, upon his conversion from Hinduism to Catholicism in 1561, took the name Sebastião Coelho”

Trata-se na verdade de informação demasiado vaga para presentemente conseguir ser fundamentada. Interessam-nos consequentemente sobretudo os dados relativos à segunda metade do século XIX. De acordo com o referido blogue Xavierito era sobrinho e homónimo de frei Ariosto Xavier Coelho, religioso nascido (provavelmente em Aquém) no ano de 1861 e falecido em 1923. Foi vigário de Nagapattinam e, segundo o biógrafo familiar:

“As Pastor [1893-1915] of Sacred Heart Church in Tanjore or Thanjavur (...) helped the Salesians of Don Bosco to establish their first orphanage in India. He welcomed the first Salesians led by Fr. George Tamatis, SDB, to Tanjore, India in 1906 and surrendered the Parish to Msgr. Eugene Mederlet, SDB, in 1915 when he was appointed Vicar Forane of Nagapattinam in Tamilnadu, South India”.

É certo que o padre José Ariosto Coelho se refere várias vezes à obra *História de Aquem e Esquema (Genealogia) da Família Coelho*, da autoria de Sacramento Almeida. Esta teria sido editada pela tipografia Boa Imprensa em Margão no ano 1969. Não lográmos todavia localizar um exemplar da mesma, apesar dos esforços que desenvolvemos nesse sentido.

Nenhum dos factos a que aludimos obsta a que os Coelho de Aquém possam ser considerados como uma das principais linhagens chardós de Goa. Gomes Catão acrescenta uma interessante nota preambular ao magro esquema genealógico da família na qual facilmente se reconhece a mesma proveniência dos elementos do padre José Ariosto Coelho:

“Sebastião Coelho, de Aquém (em gentio Tipu Santu Naique). 1.o Convertido ao cristianismo em Aquém por D. Sebastião Coelho, companheiro das armas de D. João de Castro. Tipu recebe o nome de Sebastião Coelho e converteu o seu pagode particular dedicado a Ragunath em Capela com o orago S. Sebastião e, em 1575, a cedeu à Comunidade aldeana (Vide Capela de S. Sebastião de Aquém). Depois da sua conversão, saíram 14 ramos de sua casa, dos quais 12 se extinguiram, ficando apenas 2. Não custa a acreditar a conversão de Tipu por influência de D. Sebastião Coelho, principalmente quando chegamos a apurar que António Coelho, filho de

¹⁴⁸ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Sebastião Coelho, de Aquém”*, Goa.

¹⁴⁹ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 233.

¹⁵⁰ <http://www.spiritualdirection.org/Ariosto-Coelho.htm#Parents>.

Tipu, foi naquela época Vedor da Fazenda, e um bisneto deste, Joaquim Santana Coelho, fora em 1625 Delegado do Procurador da Coroa em Macau”.

Estes últimos dados devem contudo ser lidos com muita reserva.

O primeiro elemento conhecido da estirpe seria então:

1) TIPU SANTU NAIQUE, que depois de convertido ao catolicismo romano passou a chamar-se Sebastião Coelho. Segundo Xavierito Coelho, teria nascido cerca de 1510 e morrido por volta de 1578. Sacramento Almeida dedicou-lhe especial atenção nos finais dos anos sessenta do século passado. O tema foi recentemente recuperado por um dos descendentes da estirpe, Ariosto Coelho, por ocasião da construção da nova igreja paroquial local – edificada junto da velha capela que fora originalmente propriedade de Tipu Naique. O propósito de Ariosto Coelho parece ter sido (à semelhança do dos seus maiores e mesmo de Sacramento Almeida) frisar que não obstante a passagem dos séculos e as mudanças de regime a família fundadora continua a interessar-se e a participar empenhadamente na vida deste templo católico:

“Today, as my soul travels to Aquem I recall my younger brother Rosarito, José Lucas Coelho, who has been a very significant part of my life for fifty years since October 18, 1953. His birth is the very first recollection I have and I cherish it with great delight. I'm eternally grateful to him and his family for continuing the familial and social traditions of the Coelhos in Aquem. I'm proud of his association with the newly established St. Sebastian's Parish Church by the side of the Caves where lived Tipú Santú Naik Sardessai and his ancestors, the Pandavas.”¹⁵¹

Ou seja, desde os remotos pandavas até à atualidade, desde as grutas hindus até à nova paróquia erigida já na Goa hodierna, os Coelho não deixavam de patrocinar o(s) templo(s) de Aquém. A narração de Ariosto Coelho – que é assumidamente um misto de recolha de informação oral e escrita e de embelezamento dos elementos reunidos – tenta recriar o momento-chave da conversão de Tipu e a instituição da primitiva capela sobre um pagode que seria bem próximo das hoje ainda bastante conhecidas *covas dos pandavas*:

“Today, as I let my soul travel anew I recall my eighteenth great grand father Tipú Santú Naik Sardessai of Aquem. I hope you enjoy reading the following short story: 2. A Hearty Laugh: This is a mythological story based on Professor José Julião de Almeida's Historia de Aquem e Esquema (Genealogia) da Familia Coelho, (Margão: Boa Imprensa. 1969) and offers a perspective on conversions to Christianity in Goa, India in the sixteenth century. Beyond mythology, Recorded History as narrated by Professor José Julião de Almeida in Historia de Aquem e Esquema (Genealogia) da Familia Coelho, (Margão: Boa Imprensa. 1969) states that Padre Sebastião Coelho laughed as he baptized Tipú Santú Naik Sardessai and welcomed him into the Roman Catholic Church in 1560. The Padre gave Tipú his name "Sebastião," and called the clan "Coelho." According to Almeida, Tipú was the first Ksatrya Hindu in South Goa to have accepted Christ.”

Prossegue num subcapítulo sugestivamente denominado *Aquem, the land of Pandavas*:

“a land of dreams and scenic beauty, is surrounded by majestic mountains and bathed by several springs. It has been the seat of power of conquerors like the Rajas and the Pandavas who sought after the land for its strategic location to establish their state residence. They built underground palaces and tunnels which were later occupied by Goancars and settlers until the kingdoms got gradually converted into Gaoncarias. In the prehistoric times Aquem was believed to be the capital of an extensive territory, possibly of Goa, which constituted a state dominated by a Raja descendent of the sons of Pandaw or Pandava who had five sons. This event is said to have occurred after the great war of Mahabharata which ended after 18 days and the two families spread all over India and Goa. The extensive territory that had Aquem as its capital consisted of Margao known as Mhargao (village of Weavers), Nuvem (the old name being Mati,) Marsgao (village of demons), Mazgao (the central village), Dramapur (the city of Dormo the first son of Pandaw/Dhormapur known as city of

¹⁵¹<http://www.spiritualdirection.org/News.htm#2003>.

devotion), Sirlim (Sir Ali – a great war Lord), Taulim (Tal-vali, a low level village), Dicarpale (Dicaro – a plant and pale – a village), Davorlim (the border of the village of Odli – Orlim) and Navelim. The village of Navelim was later ceded to the Dessai's of Margao after the split by the last descendant Embicho Naique. Hence there was no mention of comunidade of Navelim, although we have comunidade of Aquem and comunidade of Margao. The birth of the chapel of St. Sebastian is based on sources such as oral and written transmission from generations of families, newspapers such as "A India Portuguesa", "A Vida" Govt. gazettes, historical archives and vestiges of monuments such as grottoes and tunnels. St. Sebastian was the saint that the people turned to when burdened with epidemics of pests and plagues, which occurred frequently in Goa at the time, especially in Salcette areas. Through his intercession and miraculous interventions, the recurrence of these pests and plagues were eliminated altogether. The chapel of St. Sebastian came into existence in its primitive stages in the year 1592 after missionaries converted it from a private hindu temple. This temple was known as "Pandavachem deul" owned by Tipu Suntu Naique Sar Dessai, a descendant of the Pandavas, who had converted to Christianity on the 29th of February 1560 along with a thousand other locals from Aquem. He took the name of Sebastiao Coelho and hence the date of the feast of the Patron Saint was fixed on this day. The Chapel was handed over to and maintained by the Comunidade of Aquem from 1562 onwards and later by the collection of funds from the local faithful. Although the feast Mass of the Patron saint may have been celebrated on 29th February every year from 1560 onwards, the Sunday Masses were more regularly celebrated from around 1900 onwards. (...) It is pertinent to note that the St. Sebastian Chapel of Aquem Alto was the oldest sanctuary, not only in Aquem but also in the old Salcette Parish from 1562 onwards with the exception of the fort of Rachol."

Voltemo-nos agora para a genealogia familiar que, como já referimos, Xavierito Coelho cedeu a Sacramento Almeida e este posteriormente facilitou a Gomes Catão. Cremos que se trata de um exemplo esclarecedor do cuidado com que devem ser analisados os dados que constam das genealogias deste género. Não se discute a sua enorme utilidade, mas aconselha-se extrema prudência e rigor no estudo das mesmas.

Estamos desde logo perante uma tábua genealógica muitíssimo elementar. No fundo, pouco mais é do que uma sucessão de nomes e algumas datas, parte das quais manifestamente incoerentes. Indicam-se apenas os varões de cada geração – sem qualquer referência aos respetivos cônjuges, local de nascimento, *vangores* a que pertenceram, onde viveram, quantos filhos tiveram – buscando somente demonstrar-se a antiguidade da conversão da estirpe e o destaque da mesma desde tempos remotos. Não são certamente aleatórios os pormenorizados esclarecimentos relativos ao patrocínio de um dos companheiros de armas do próprio D. João de Castro à entrada de Tipu Santu Naique/Sebastião Coelho no grémio católico romano. Ou que este, homem abastado e prestigiado, cedo convertera o seu pagode particular numa capela depois confiada à comunidade local.

Todo o resto permanece envolto numa densa neblina de incertezas transmitidas por Sacramento Almeida, Gomes Catão e José Ariosto Coelho.

Analisemos então cada um dos aspetos sublinhados pelos autores a que vimos fazendo alusão de forma a reforçar a tese do destaque social de Tipu Santu antes e depois da sua conversão.

Em primeiro lugar, Ariosto Coelho parte do princípio de que Tipu seria (i) descendente dos governantes de um suposto antigo território que teve a sua capital em Aquém e (ii) membro destacado da *gancaria* local: "*They (os pandavas) built underground palaces and tunnels which were later occupied by Goancars and settlers until the kingdoms got gradually converted into Gaoncarias*". Noutro ponto, dá-o como *sardessai*.

Em segundo lugar, sustenta que Tipu foi o principal dos cerca de mil contrerrâneos seus que se converteram a 29 de fevereiro de 1560. Estava-se na época das aparatosas cuidadosamente encenadas conversões em massa promovidas pelos jesuítas. Não nos esqueçamos de que "*Em Goa os Jesuítas transigiram, sobretudo, com o regime das castas, o que lhes permitiu atrair ao cristianismo as castas altas que viram assim a sua posição salvaguardada. Consequentemente a hierarquia social pré-cristã pôde manter-se intacta*"¹⁵². Ariosto Coelho faz eco desta política: "*According to Almeida, Tipú was the first Ksatrya Hindu in South Goa to have accepted Christ*".

¹⁵² Thomaz, Luís Filipe F. R. (1998), 253.

Em terceiro lugar, destaca os cuidados que rodearam a sua conversão bem como as consequências que daí advieram. Para além de enfatizar a notoriedade de quem o batizara, o biógrafo familiar veicula outra velha tradição familiar: o sacerdote não conseguira evitar uma calorosa gargalhada – de contentamento, naturalmente – no momento da adesão de Tipu ao catolicismo romano. Em paralelo, sublinha o facto de o patrono de Aquém passar a ser S. Sebastião, lembra que a festividade anual do santo naquela localidade tinha lugar a 29 de fevereiro e frisa novamente a questão da transformação do “*pagode particular dedicado a Ragunath*”¹⁵³ em capela e sua posterior cessão à comunidade. Não se esquece igualmente de enfatizar a antiguidade da mesma: “*It is pertinent to note that the St. Sebastian Chapel of Aquem Alto was the oldest sanctuary, not only in Aquem but also in the old Salcette Parish from 1562 onwards with the exception of the fort of Rachol*” – ou seja, de um principais e mais antigos núcleos jesuítas em Goa. Semelhantes dados poderiam ser utilizados nas constantes disputas travadas entre as elites brâmanes e chardós salsetanas. Se é certo que famílias como os Melo e os Diniz¹⁵⁴ tinham dado um contributo importante para a fixação da Companhia em Rachol, algumas das mais antigas estirpes chardós (como os Coelho) não lhes ficariam atrás – desde logo graças à capela de Aquém.

Também aqui surgem discordâncias, desde logo relativamente a calendarizações. Já vimos que Gomes Catão considerava que Sebastião Coelho doara a capela à *gancaria* local em 1575. Diversamente, Ariosto Coelho prefere o ano de 1562: “*The Chapel was handed over to and maintained by the Comunidade of Aquem from 1562 onwards and later by the collection of funds from the local faithful*”. No entanto, parece existir alguma desconformidade entre tais considerações e uma outra passagem do mesmo texto: “*The chapel of St. Sebastian came into existence in its primitive stages in the year 1592 after missionaries converted it from a private hindu temple*”. Finalmente, Nery Xavier no seu *O Gabinete Litterario das Fontainhas* não alude sequer à família Coelho apesar de mencionar quer a capela quer a gruta: “*Capellas. – Tem huma no Bairro: Velo Vaddò dedicada a S. Sebastião, construida pela Comunidade*” e “*Ainda se conserva nesta Aldêa, na raiz do seu monte, e ligada a Capella de S. Sebastião, huma Casa aberta em rocha, que tem de altura 10 a 11 palmos: de comp. 30, e de largura 15. Attribute-se a sua construcção aos Punddaes, antigos Escultores da India, a quem a População credula dava unhas de ferro para instrumentos de obras extraordinarias das suas mãos. Na distancia de 40 a 50 passos desta Casa ainda subsiste huma columna piramidal, 1 tanque entulhado, e outros vestigios do antigo Pagode*”¹⁵⁵.

A demonstração da existência de grande proximidade entre o seu primeiro antepassado católico e os poderes portugueses era essencial para os genealogistas da estirpe justificarem o relevo que defendiam que a mesma tinha conseguido obter logo nas gerações que se lhe seguiram.

Sempre de acordo com o esquema fornecido por Xavierito Coelho e transcrito por Gomes Catão, Tipu Naique/Sebastião Coelho teria sido o progenitor de:

2) ANTÓNIO COELHO, nascido em 1534. Xavierito Coelho acreditava que este seu antepassado tinha sido vedor da fazenda em Goa. Sustentava também que António Coelho era o pai de:

3) SANTANA COELHO, o qual foi o progenitor de:

4-I) JOSÉ COELHO, que segue;

4-II) Joaquim Santana Coelho, o qual, a crer na tradição familiar, foi delegado do procurador da coroa em Macau em 1625;

4-I) JOSÉ COELHO, que continua. Teria alegadamente nascido em 1600. Foi o pai de:

¹⁵³ Nas palavras de Gomes Catão.

¹⁵⁴ Que estudamos aprofundadamente na parcela deste anexo dedicada às elites *naturais* brâmanes católicas.

¹⁵⁵ Xavier, Filipe Nery (1846), 253 e 254.

5) ROSÁRIO COELHO, nascido em 1630. Teve o seguinte filho:

6) FRANCISCO COELHO, que terá nascido em 1670. Teve:

7) CRISTÓVÃO COELHO, “*cirurgião-mor da Fortaleza de Dio*”. Foi o progenitor de:

8) ANTÔNIO FRANCISCO COELHO, nascido em 1743 e falecido em 1803. Casou duas vezes: a primeira com Sebastiana Maria Gomes e a segunda com Rosa Maria Monteiro (sendo esta última natural de Cuncolim).

Foram filhos do primeiro casamento:

9-I) JOAQUIM MARIANO COELHO, que segue;

9-II) Benedito Mariano Coelho;

9-III) Rosa Joaquina Coelho;

Antônio Francisco Coelho teve do seu segundo enlace:

9-IV) Cristóvão Coelho, casado com Ana Josefa de Carvalho, de Chandor;

9-V) Aurélia Coelho, que casou com Lourenço José Barreto, natural de Velção;

9-VI) Constâncio Coelho;

9-I) JOAQUIM MARIANO COELHO, que continua. Foi “*Secretário da Fazenda e Alfândega*”.

Os restantes dados que conseguimos recolher sobre esta família provêm na sua maioria do *site* <http://www.geni.com>¹⁵⁶. Advertindo para as incertezas de que informações recolhidas nestas fontes sempre acarretam – desde logo por não ser possível confirmá-las documentalmente – prosseguimos com a genealogia da estirpe:

O dito **Joaquim Mariano Coelho** terá casado com Bernardina Vaz (falecida em 1857). Tiveram:

10-I) Luísa Coelho;

10-II) Padre Domingos Caetano Assunção Coelho;

10-III) Agostinho Santana Coelho, que julgamos ter sido médico graduado pela Escola Médico-Cirúrgica de Nova-Goa;

10-IV) FRANCISCO ANTÔNIO COELHO, que segue;

10-V) Padre Manuel Conceição Coelho, nascido cerca de 1830 e falecido em 1899;

10-VI) Padre Ângelo António Coelho, que morreu em 1894;

10-VII) Maria Quitéria Sebastiana Coelho, a qual casou com Pio Francisco de Saldanha, filho de José Lourenço de Saldanha e Maria de Mascarenhas;

10-VIII) Angélica Coelho, casada com Honório Baltasar João do Espírito Santo de Andrade, natural de Velim;

10-IX) Esmeralda Coelho;

¹⁵⁶ <http://www.geni.com/people/Rosa-Maria-Monteiro-e-Coelho/6000000017885467346> (consultado a 4 de julho de 2014).

10-X) Roque Santana Coelho, o qual casou com Matildes Miranda;

10-IV) FRANCISCO ANTÓNIO COELHO, que continua. Nascido cerca de 1815, morreu em 1890. Casou com Maria Angélica Conceição da Cruz, de Curca, filha de Venâncio da Cruz. Foram filhos deste casamento:

11-I) Padre Ariosto Xavier do Rosário Coelho, a quem já nos referimos *supra*;

11-II) VALENTIM COELHO, que segue;

11-III) Sofia Santana Coelho, que casou com José Filipe de Almeida¹⁵⁷;

11-IV) Amélia Santana Coelho, casada com Bento Manuel Rodrigues. Tiveram:

11-IV-1) Augusto Jaime Elizabeth Rodrigues, que também cremos ter sido médico licenciado pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa. Comummente conhecido por “*Dr. Elizabeth Rodrigues*”. Casou com a sua tia Maria Leonila Esmeralda de Santa Quitéria Coelho¹⁵⁸, de quem houve:

a) **Augusto do Rosário Rodrigues**, advogado *provisionário* e escritor. Compôs vários textos em prosa e em verso em português antes e depois de 1961. Vimala Devi e Manuel de Seabra tratam-no como um vulto promissor das letras goesas e anunciam que se encontrava a “*escrever um “romance de costumes” e um livro de contos*”¹⁵⁹. Isto para além de lhe louvarem as composições poéticas¹⁶⁰. Em tempos muito mais recentes, Paul Melo e Castro tem publicado vários textos da sua autoria no blogue *Archive of Goan Writing in Portuguese*¹⁶¹;

11-II) VALENTIM COELHO, que continua. Faleceu em 1921. Casou com Anália Fulgência Dalgado, natural de Pilerne. Foram filhos deste casal:

12-I) Maria Leonila Esmeralda de Santa Quitéria Coelho, que veio a casar com o seu sobrinho Jaime Augusto Elizabeth Rodrigues¹⁶²;

12-II) Antonieta Olinda da Conceição Coelho;

12-III) José Carmelo Valentim do Rosário, falecido pouco depois de nascer, em 1881;

12-IV) Maria Ludmila Hortênsia da Piedade Coelho, casada com Vicente Rolando Rebelo, nascido em Seraulim;

12-V) José Carmelo Valentim do Rosário Coelho, que nasceu em 1886 e morreu no ano de 1958;

12-VI) Aires de Ornelas Valentim do Rosário Coelho;

12-VII) ARIOSTO XAVIER DO ROSÁRIO COELHO, que segue;

12-VII) ARIOSTO XAVIER DO ROSÁRIO COELHO, que continua. Mais conhecido por *Xavierito Coelho*, foi advogado *provisionário* e autor teatral – como já referimos *supra*. Falecido em 1987, teve geração do seu casamento com Maria Esperança Tomezinha Valdemira dos Reis Fernandes (falecida em 1994), filha de João Xavier Ernesto dos Reis Fernandes e de Judith Utília Lopes.

¹⁵⁷ Veja-se neste anexo o título Almeida, de Assolnã, ponto 3-II-1) c.

¹⁵⁸ Veja-se o ponto 12-I).

¹⁵⁹ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 211 e 229.

¹⁶⁰ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 332.

¹⁶¹ <http://archiveofgoanwritinginportuguese.blogspot.pt/search/label/Augusto%20do%20Ros%C3%A1rio%20Rodrigues>.

¹⁶² Referido no ponto 11-IV-1).

Nota final:

Sacramento Almeida dá-nos conhecimento de outros descendentes desta família. Infelizmente, fá-lo nos termos muito vagos que não raro caracterizam os seus escritos. Assim, sabemos apenas que ... **Coelho** casou com Maria Flora Aleluia Lopes¹⁶³. Tiveram **Emídio Coelho**, “*que em 1890 foi regedor de Assolnã e era casado com Maria Sabina dos Santos Rodrigues, irmão do Dr. Amâncio Cucufato dos Santos Rodrigues, de Carmonã, estabelecido em Varcá, o qual teve duas filhas, uma casada em Deusua e a outra Maria Lindarifa, surdo-muda, que ainda vive*”¹⁶⁴

COSTA MARTINS, DE ASSOLNÃ

É a Sacramento Almeida que devemos boa parte da informação que recolhemos sobre esta estirpe, a qual se encontra dispersa de forma um tanto desordenada pela monografia que aquele autor dedicou à sua aldeia natal de Assolnã. Sacramento Almeida por sua vez dá conta de se ter baseado em apontamentos genealógicos da autoria de um dos membros mais conhecidos da linhagem, o advogado *provisionário* Ascânio da Costa.

Trata-se de uma estirpe sobre cuja origem subsistiam algumas dúvidas: antes da conversão ao catolicismo, seria hindu com a generalidade das famílias de onde provieram as elites *naturais* católicas, ou muçulmana? Já não havia porém qualquer hesitação em reconhecer que depressa adquiriu um considerável destaque não só em Assolnã mas também em Salsete. Nela encontramos muitos das características comuns a todas as famílias que constituem o restrito grupo das elites *naturais* católicas das *Velhas Conquistas*: a existência de vários eclesiásticos desde tempos relativamente recuados; o exercício de postos militares; o desempenho de funções públicas; a apetência pela política; as ligações fortes ao reino (quer por motivos académicos, quer por razões profissionais); a presença de clínicos e causídicos destacados; as mercês de comendas, brasões de armas e foros da casa real; a casa solarenga de Assolnã; a colaboração com a imprensa escrita e a produção literária relativamente abundante de vários dos Costa Martins; a manutenção de genealogias atualizadas; os cruzamentos com outras linhagens consideradas como sendo pertencentes ao mesmo *estado* e uma forte consciência da sua superioridade. Estamos também face a uma das linhagens chardós que interveio ativamente nas dinâmicas jurídicas locais. Ao longo do presente título encontraremos vários *provisionários* reputados na Goa de outrora, designadamente Ascânio Sebastião dos Remédios Costa, o seu filho Emílio da Costa Martins, Martinho António de Menezes e Santa Catarina Coutinho.

O seu membro conhecido mais antigo é:

1) Gaspar da Costa, que terá sido o primeiro convertido. Antes da conversão ter-se-á chamado Ramogy Gy. Sacramento Almeida regista um rumor em torno da antiga religião de Ramogy, o qual talvez já não fosse hindu quando da chegada dos portugueses: “*Diz a tradição local que esta família descende dos moiros de Onor, que é confirmada pelo eminente publicista Cristóvão Pinto que no seu interessante livro “Estados Unidos” a pág. 64 escreve: – “Só em Goa é que foi relativamente pequena a influência mussulmana...embora ainda haja famílias mahometanas sobretudo no Sul de Salcete (Betul) e tenha havido cruzamentos. A tradição dá origem mahometana de Onor a uma família Cristã daquele Concelho pertencente à classe dos chardós, e com os membros da qual são relacionadas várias famílias “gancares” e distintas oriundas da classe chardó, e da*

¹⁶³ Veja-se neste anexo o título Cunha, de Cuelim e Assolnã, ponto 3-III).

¹⁶⁴ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 140 e 179.

classe brãmene das Ilhas de Goa e Bardez”. O mais antigo ascendente da família Costa, do nosso conhecimento é Romogy Gy, nome de sabor mourisco”¹⁶⁵. Voltará ao tema algumas páginas adiante: “*Todos estes Costas (ie, os Costa ditos de Punzale, por serem originários desse bairro de Assolnã), cremos que descendem de Ramogi Gi, um mouro de Onor, conquanto uma informação de regedor da freguezia José de Jesus Maria de Sousa diga que deste só descendem os membros da família do Dr. Ascânio Costa. A tradição local confirmada pelos antigos documentos da Confraria de Nossa Senhora dos Mártires, diz que todos Costas de Punzale descendem do mesmo tronco. (...) Todos estes “Costas” moravam ainda nos fins do século passado e alguns, nos princípios deste ao redor das casas do Ascânio*”¹⁶⁶. Sacramento Almeida transcreve parcialmente este documento a página 96 do seu trabalho: “*Gaspar da Costa, quarto avô do requerente (Ascânio da Costa) é oriundo duma família ilustre indú por seu ascendente remoto primeiro convertido ao cristianismo por nome Romogy Gy o que sei de tradição uniforme e constante. (...) O que tudo atesto em abono da verdade, por ser de mim sabido e por mim ser requerido. Na segunda lauda há uma emenda que diz antes – de que não se duvida. Regedoria da Paroquia de Assolnã do Concelho de Salcete do Estado da India aos doze de Junho de mil oitocentos setenta e sete – O Regedor, José de Jesus Maria de Souza*”. É-nos difícil encontrar um sustentáculo da tese que defende com base nestes excertos¹⁶⁷.

Nascido em Assolnã, Gaspar da Costa casou com a sua conterrânea Madalena Covaco¹⁶⁸, de quem teve:

2-I) GONÇALO DA COSTA, que segue;

2-II) Rosa da Costa, a qual casou com Manuel de Almeida. Este era aparentado com Sacramento Almeida, que o dá como sendo de “*família destinta*”¹⁶⁹. Terão morrido sem geração, pois o autor que vimos seguindo cita (sem contudo indicar de onde extraiu o excerto, que acreditamos ser da lavra de Ascânio Costa): “*Manuel de Almeida faleceu sem sucessão instituindo por seu testamento seu herdeiro universal, seu sobrinho António João da Costa*”;

2-III) Maria da Costa, que também parece ser filha. Casou com Bonifácio Francisco Pinto, filho de Teodósio Pinto e de Querubina Faria¹⁷⁰;

2-I) GONÇALO DA COSTA, que continua. Nasceu (em Assolnã?) no dia 17 de novembro de 1725. Casou com Catarina Almeida, filha de Paulo Almeida e Rosa Reis.

Catarina Almeida era irmã de

- (i) **Escolástica Almeida**, casada com Gaspar Viegas, também de Assolnã¹⁷¹.

Foram filhos de Gonçalo da Costa e Catarina Almeida:

¹⁶⁵ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 96. Estas linhas não constam da página 64 mas sim da 164 do livro de Cristóvão Pinto, onde se lê: “*Só em Goa é que foi relativamente pequena a influência mussulmana, visto que a sua dominação durou apenas 40 anos, embora ainda haja famílias mahometanas, sobre tudo ao sul de Salcete, e tenha havido cruzamentos. A tradição dá origem mahometana de Onor (Hnawar) a uma ilustrada e abastada família christan de uma aldeia d’aquelle concelho (Assolnã), pertencente á classe dos charadós, e com os membros da qual são relacionadas várias famílias gancares e distintas, oriundas da classe charadô do mesmo concelho, e da classe bramane dos das Ilhas de Gôa, e Bardez. E um nosso distinto compatriota de Margão, que vive na Europa, nos affirma ser descendente de uma antiga família moira de avaldares, que viveu em outros tempos nas terras do Nizam e Haidarabád*” – Pinto, Cristóvão (trad. anot.) (1898), o.cit., 164. Daqui se constata que Sacramento Almeida optou por não reproduzir o trecho em que Cristóvão Pinto dá os Pinto de Assolnã como relacionados com algumas famílias brãmanes das *Velhas Conquistas*, o que contrariaria certamente quaisquer brios de pureza de casta que os mesmos pudessem ter. Outra hipótese a tomar em consideração é a possibilidade de Cristóvão Pinto se estar a referir concretamente ao enlace de Sócrates da Costa, ao qual nos referimos no ponto 6-II).

¹⁶⁶ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 169.

¹⁶⁷ O autor anota a página 169, em notas muito dispersas, alguns (poucos) dados complementares sobre outros membros da estirpe, como Constâncio da Costa e sua mulher Conceição Querubina Silva, progenitores do padre António Alexandre da Costa e de Custódio Pedro da Costa.

¹⁶⁸ Derivará o seu apelido de uma má leitura ou de uma corruptela de *Cavaco*? Foi-nos impossível dar uma resposta cabal a esta questão.

¹⁶⁹ E acrescenta ter sido “*ultimo representante*” destes Almeida “*João Anselmo que teve três filhas, a última casada com adv. Francisco Xavier Santana de Almeida* (pais do autor)” – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 97.

¹⁷⁰ Consulte-se neste anexo o título Pinto, de Assolnã, ponto 3-II). Aí se indica a geração do casal.

¹⁷¹ Veja-se, neste anexo, o título Almeida, de Assolnã, ponto 3-VI).

3-I) ANTÔNIO JOÃO DA COSTA, que segue;

3-II) Maria da Costa, a qual terá casado com Salvador Santana Pinto, filho de Bonifácio Francisco Pinto, que “*morreu sem prole masculina*”. É no entanto provável que tenham tido filhas;

3-III) Caetano da Costa, que casou com Pulquéria Martins. Conhecemos dois filhos deste casal; no entanto, não nos é possível determinar se este não teve mais descendência. Isto tendo em conta as seguintes considerações de Sacramento Almeida: “*Ignoramos se (se) extinguiu a família (na geração de Caetano da Costa) ou se é representada por outra família Costa do mesmo tronco que é representada por Caetano da Costa que por tradição sabe-se pertencer a mesma família de que estamos a tratar, cujo avô tem o nome de Caetano e a sua casa antiga ficava ligada a casa da família de que estamos a tratar, ou da família extinta na linha varonil do P.e Alexandre Costa. A “Memoria” da família Costa Martins, escrita em 1876, pelo finado Ascânio da Costa, de que tomamos vários apontamentos, não refere a família do Ascânio (sic, mas trata-se de uma gralha devidamente assinalada pelo autor, devendo ler-se antes Caetano). Descende do primeiro filho de Gonçalo e é possível mesmo que o Gonçalo tivesse mais filhos de quem descendem os outros Costas do bairro Punzale que por tradição consta são todos descendentes do mesmo tronco, como se verifica dos antigos documentos da Confraria de Nossa Senhora dos Mártires*”¹⁷².

Foram assim filhos deste casal, pelo menos:

3-III-1) Gabriel Joaquim da Costa, casado a dia 11 de maio de 1805 com Teresa Angelina de Saldanha, filha de António Manuel Saldanha e de Luísa Gracias, de Arossim;

3-III-2) Padre José Manuel da Costa, ordenado presbítero em 1811;

3-I) ANTÔNIO JOÃO DA COSTA, que continua. Dedicando-se à vida militar, foi capitão das milícias de Salsete e, igualmente, comandante da barra e porto de Betul. Em 1798 é nomeado ajudante do comissário da Intendência da Agricultura¹⁷³. Casou no dia 14 de fevereiro de 1786 com Pulquéria Dolorosa Cardoso, filha de António Aurélio Cardoso e de Paulina Rodrigues¹⁷⁴. Dela houve vários filhos, alguns dos quais, contrariamente ao que era costume na época, usaram mais de um apelido. Tal é justificado por Sacramento Almeida como sinal de proeminência social: “*Dois filhos de António João da Costa usaram o apelido Cardoso e Almeida, cujos membros casaram, como se viu na família Costa Martins desde antiguidade, o que evidentemente representa a importância dessas duas famílias*”¹⁷⁵.

António João da Costa e Pulquéria Dolorosa tiveram:

4-I) CONSTÂNCIO GASPAR DA COSTA CARDOSO, que segue;

4-II) Padre Francisco Benjamim da Costa;

4-III) Feliciano Eusébio da Costa Almeida, o qual morreu solteiro;

4-IV) Gonçalo Ismael da Costa, também falecido solteiro;

4-V) Ana Escolástica da Costa, casada em Orlim;

4-VI) Ana Francisca da Costa, que casou “*em Velção, na família Sousa*” e “*faleceu deixando uma filha*”;

¹⁷² Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 97.

¹⁷³ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 95.

¹⁷⁴ Consulte-se neste anexo: Cardoso, de Assolnã, ponto 2-III-1).

¹⁷⁵ Não nos esqueçamos que o próprio Sacramento Almeida era descendente da família do mesmo apelido em questão. Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 98.

4-I) CONSTÂNCIO GASPAR DA COSTA CARDOSO, que continua. Também seguiu a carreira de armas, na qual alcançou o posto de capitão. Casou no dia 26 de novembro de 1811 com Sebastiana Martins, natural de Orlim e filha de José Francisco Martins e de Ana Inês dos Anjos. Sacramento Almeida não deixa de lembrar que sogro de Constâncio Gaspar da Costa Cardoso era *“neto de um dos primeiros senadores de Salcete Custódio Martins que figura na citada relação dos eleitores e senadores de 1777”*¹⁷⁶.

Tiveram:

5) ANTÓNIO FLORIANO DA COSTA, que continua. Casou com Nina Carolina Coutinho, de Seraulim. Sacramento Almeida explica que esta senhora *“era tia do Padre S. Catarina Coutinho que foi vigário de Navelim”*. Nada sabemos sobre o referido eclesiástico; no entanto, conhecemos o advogado *provisionário* Luís José de Santa Catarina Coutinho. Este, que obteve a sua *provisão* em 1866¹⁷⁷, seria muito provavelmente também aparentado com Nina Carolina Coutinho.

Tiveram:

6-I) ASCÂNIO SEBASTIÃO DOS REMÉDIOS COSTA, que segue;

6-II) Aleixo Justiniano Sócrates da Costa, também nascido em Assolnã. Capitão-médico, era graduado pela Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa. Álvaro dos Remédios Furtado descreve as suas primeiras décadas de vida nos seguintes termos: *“Nas casas solarengas dos Martins, em Assolnã, Salcete, nasceu Aleixo Justiniano Sócrates da Costa, que, mesmo muito novo, revelava excepcionais qualidades de inteligência: vivo, dinâmico, era o enlevo dos seus pais e atraía a simpatia de todos que o conheciam. Depois de um curso brilhante no Liceu Nacional de Goa, entrou na Escola Médica deste Estado (...). Durante a vida académica tomou parte em diversas actividades sociais e literárias e alistou-se na imprensa, tendo colaborado na Índia Portuguesa, de Orlim, e na revista literária Ilustração Goana. Ardente patriota, de amor entranhado pela sua Terra e pelos seus valores espirituais, iniciou em 1865 a publicação do Archivo Popular – “Quadros Biographicos Dos Homens Illustres”, Orlim, de que publicou sete fascículos (...)”*¹⁷⁸.

Findo o curso médico, foi um dos estudantes selecionados para prosseguir estudos em Lisboa na qualidade de bolsheiro das comunidades agrícolas. No entanto, acabou por não aproveitar esta oportunidade tendo preferido ser colocado imediatamente como facultativo de 2ª classe em Cabo Verde¹⁷⁹ em 1871. Com base nos elementos de que presentemente dispomos, cremos que chegou a instalar-se em Lisboa no intuito de continuar a sua formação. Depressa porém virá a casar na capital, sendo admissível considerar que os encargos decorrentes do novo estado civil tenham pesado na sua opção em se dedicar imediatamente à clínica. Nomeado delegado de saúde do Sal, transitou para idêntico cargo na Guiné em 1874-1875. Remontam a esta época as suas descrições pioneiras de casos da doença do sono nos territórios ultramarinos portugueses, as quais lhe renderam a consideração pública. Regressou depois a Lisboa, onde parece ter-se especializado em medicina tropical. Reformado em 1894, morreu na capital a 15 de janeiro de 1907. Para além da medicina, Sócrates da Costa dedicou-se durante grande parte da vida à escrita. Da sua *“pena elegante”*¹⁸⁰ saíram escritos de diferentes géneros. Durante a juventude em Goa publicou pelo menos um *Almanach de lembranças luso-indiano para o anno de 1866* e os sete fascículos do *“Archivo Popular”*¹⁸¹, todos impressos nos prelos do jornal afeto ao partido das elites chardós, *“A Índia Portuguesa”*¹⁸². A década de 70 foi marcada pela produção de dois relatórios do serviço de saúde

¹⁷⁶ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 158.

¹⁷⁷ *“A Índia Portuguesa”*, n.º 294 (de 14 de Agosto de 1866).

¹⁷⁸ Furtado, Álvaro dos Remédios (ed.) (1965), 37.

¹⁷⁹ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 23.

¹⁸⁰ Recorremos a uma expressão de Sacramento Almeida.

¹⁸¹ O primeiro dos quais, dedicado a José Maria dos Remédios, foi impresso em 1865. O jovem autor apresentava-se como aluno de física, química e história natural da academia militar de Nova Goa e de geografia, cronologia e história do liceu nacional da dita cidade.

¹⁸² Onde também deixou colaboração. Participará também na *“Ilustração Goana”*.

pública (um relativo à Guiné e outro à ilha da Boavista, em Cabo Verde¹⁸³) e uma pequena monografia sobre aquele território¹⁸⁴. Nos inícios dos anos 80, já em Lisboa, dá à estampa outros dois trabalhos: por um lado, uma defesa da sua escola (*Os medicos ultramarinos. Mais um brado a favor dos facultativos formados pela Escola Medico-Cirurgica de Nova-Goa*); por outro, *Querer é poder ou a verdade sobre o Ultramar*. Este último espelha as suas preocupações em torno da política ultramarina portuguesa, as quais também terão decerto pesado no momento em que assumiu funções de redator principal do “Boletim Colonial”¹⁸⁵.

Casou em Lisboa em 1871 com D. Maria Aurélia da Fonseca. Sacramento Almeida acrescenta ser esta senhora de origem brâmane e crê, embora com reservas, que fosse natural de Chorão. Num anúncio do enlace que localizámos, a mesma parecia ser moradora há já alguns anos na capital.

O casal teve duas filhas, “*ambas farmacêuticas e uma delas foi professora no Instituto de Odivelas*”¹⁸⁶:

6-II-1) D. Filomena da Costa, licenciada em farmácia pela Escola Médica de Lisboa;

6-II-2) D. Virgínia da Costa, graduada pela mesma escola, ensinou no Instituto de Odivelas. Casou com Abel Augusto dos Santos;

6-III) Francisco Gaspar Marçal, o qual nasceu em 1853 e morreu, muito jovem, no dia 19 de julho de 1867;

6-I) ASCÂNIO SEBASTIÃO DOS REMÉDIOS COSTA, que continua. Nascido em 1848, fez os seus estudos de jurisprudência e direito em Goa, após o que veio alcançar a necessária *provisão*. De acordo com Sacramento Almeida, “*Primeiro teve provisão só para o julgado de Pondá, onde foi sub-delegado e Juiz Ordinário*. Mais tarde obterá uma extensão da licença que lhe permitirá advogar “*em todas as comarcas de Goa*” e junto da Relação local. Exercendo sobretudo em Salsete e Pondá, virá a alcançar uma sólida reputação enquanto causídico. No entanto, um dos seus mais celebrados sucessos pouco teve de jurídico: em acesa controvérsia levantada numa audiência na comarca de Salsete, sustentou denodadamente o direito de os advogados poderem intervir sentados. Ocupou também os lugares de subdelegado e juiz ordinário em Pondá e 2º substituto do juiz auditor de guerra na comarca vizinha de Salsete. Fundou, em 1893, uma publicação periódica de índole jurídica, a “Revista dos Tribunais”. De acordo com António dos Mártires Lopes, ao tratar da imprensa jurídica produzida em Goa: “*Um dos aspectos mais relevantes da intelectualidade goesa é a cultura jurídica em que se evidenciou um verdadeiro escol de advogados que, não tendo uma Escola de Direito, onde se preparasse o seu espírito para a nobre e delicada profissão, atingiram alto prestígio no foro, pelos profundos conhecimentos, pela lúcida exegética, pelo vigor da argumentação, em suma, pela vincada personalidade jurídica. Além dos Arquivos da Relação, e das secções jurídicas em muitos jornais do país versando casos especiais de jurisprudência, conhece-se a Revista dos Tribunais fundada em 1893 por Ascânio Sebastião dos Remédios Costa, advogado de nomeada, que pertenceu à Associação dos Advogados de Lisboa*”. Adiante o autor dá conta de que a primeira série da “Revista” consta apenas de seis números, dos quais o primeiro saiu a 2 de abril de 1893¹⁸⁷. Sentindo-se desde cedo aliciado pela política local, Ascânio Remédios Costa começou por, entre 1878 e 1879, desempenhar funções de administrador geral dos correios, com a incumbência de propor uma reforma dos mesmos. Foi depois vogal e procurador da junta geral da província (em representação de Salsete) e vogal do conselho da província. Sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, membro da Associação dos Advogados de Lisboa e do *Bombay Branch of the Royal Asiatic Society*, foi agraciado, por decreto de 28 de outubro de 1886, com a comenda da

¹⁸³ Publicados respetivamente em 1874 e 1875.

¹⁸⁴ Falamos de *Província da Guiné Portuguesa. Descrição geral do paiz*, publicada como separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1883.

¹⁸⁵ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 246 e sgts.

¹⁸⁶ Costa, Aleixo Manuel da (1997), 96, 169 e 184. Ambas se graduaram pela Escola Médica de Lisboa. Quem leccionou em Odivelas foi Virgínia da Costa.

¹⁸⁷ Lopes, António dos Mártires (coord.) (1971), 31 e 85.

ordem de N.S. da Conceição de Vila Viçosa¹⁸⁸. Em paralelo, recebeu o foro de fidalgo cavaleiro da casa real com mercê de brasão de armas. Deixou apenas uma publicação em tomo, fruto da sua atividade profissional: *Questão de vindicação d'um vínculo nos Tribunaes Judiciários do Estado da Índia. Appelação d'uma sentença de Juiz de direito*” (Ribandar, 1876)¹⁸⁹. Morreu no dia 17 de maio de 1902.

Casou com D. Mafalda da Cunha, filha de Vicente Agostinho da Cunha, de Cuelim, de quem teve:

7-I) ... da Costa, que morreu solteiro;

7-II) EMÍLIO DA COSTA MARTINS, que segue;

7-II) EMÍLIO DA COSTA MARTINS, que continua. Advogado *provisionário*, à semelhança do progenitor, foi em sua casa que se instalou a primeira tipografia que houve em Assolnã, na qual se imprimiram alguns dos números da II série da “Revista dos Tribunais”¹⁹⁰ entre 15 de abril de 1921 e 31 de dezembro do ano seguinte¹⁹¹. Com geração¹⁹².

COUTINHO, CABRAL E MARTINS, DE ASSOLNÃ E CONCULIM

A genealogia que agora se apresenta corresponde quase integralmente à que estudámos e publicámos em conjunto com Pedro do Carmo Costa em 2011 na revista *Raízes & Memórias*. Assim sendo, remetemos para aquele estudo os que desejarem obter maiores desenvolvimentos relativamente a esta família¹⁹³. Os elementos dos quais partimos foram um estudo de Gomes Catão relativamente aos ascendentes do padre Joaquim Manuel Correia de Silva (que encontrámos no seu nobiliário manuscrito que hoje pertence a Percival Noronha¹⁹⁴) e os dados recolhidos por Sacramento Almeida na monografia que dedicou a Assolnã.

As famílias em análise – mais concretamente os Martins e algumas das suas ramificações – repartem-se sobretudo entre Assolnã e Conculim. Trata-se de estirpes em que facilmente encontramos alguns dos traços característicos das elites *naturais* católicas goesas de outrora, designadamente (i) a existência de numerosos eclesiásticos, burocratas e advogados *provisionários*, (ii) o a noção da data da conversão do primeiro antepassado, (iii) o apreço pelas condecorações, (iv) a atividade jornalística, (v) a participação na vida política local e (vi) os cuidados postos na construção de uma teia de parentescos eficaz. No caso em estudo, o interesse do investigador aumenta por se tratar de uma família cuja conversão ao catolicismo foi relativamente recente quando comparada com a de outras suas congéneres.

Principiamos com:

1) TUCÓ NAIQUE, que terá sido o progenitor de

¹⁸⁸ Fonseca, Diogo Luiz da (1895), 105.

¹⁸⁹ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 95, 96, 98 e Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 255.

¹⁹⁰ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 88.

¹⁹¹ Lopes, António dos Mártires (coord.) (1971), 85.

¹⁹² Segundo Sacramento Almeida, “*deixou 2 filhos Ascânio e Carlos com geração, e 4 filhas sendo 2 casadas*” – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 98.

¹⁹³ Oliveira, Luís Pedroso de Lima Cabral de e Costa, Pedro do Carmo (2011).

¹⁹⁴ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “P.e Joaquim Manuel Correia da Silva”*, Goa. Note-se porém que as informações usadas por Catão lhe tinham sido fornecidas pelo próprio Sacramento Almeida, como aliás o autor declara expressamente. O documento em questão está transcrito em Oliveira, Luís Pedroso de Lima Cabral de e Costa, Pedro do Carmo (2011), 99 e 100.

2) **SANTOPA NAIQUE**, o qual foi pai do primeiro convertido da estirpe. Estamos assim perante uma *conversão tardia*. Trata-se de uma característica relativamente invulgar entre as elites *naturais* católicas pelo que cremos aumentar o interesse do estudo da estirpe em questão. Como é sabido, a grande maioria dos goeses que permaneceram e se vieram depois a destacar nos territórios das *Velhas Conquistas* contava com ascendentes que tinham sido (de forma mais ou menos violenta) convidados/compelidos a abraçar o catolicismo em finais do século XVI ou durante a primeira metade do século seguinte. Gomes Catão não deixa aliás de o sublinhar num artigo citado por Sacramento Almeida e originalmente publicado no jornal “A Vida” em 25 de maio de 1951:

“São poucos, que nascidos dos pais gentios seguiram os degraus do altar. Tenho conhecimento de dois: Pe. João Marques (natural de Graça Chorão)¹⁹⁵ no século XVIII, e Padre Joaquim Manuel Correia da Silva, nos fins do século imediato”¹⁹⁶.

Ora, esta citação não pode deixar de levantar algumas reticências. Será que Santopa Naique foi o progenitor de António (ou Mateus) Filipe Nery Xavier da Graça – e assim faria todo o sentido o que se extrai, de uma primeira análise, dos dados apresentados por Gomes Catão no manuscrito que consultámos? Ou será que, pelo contrário, que se trata da mesma pessoa, sendo Santopa Naique o nome que Nery da Graça usava antes de se converter? Neste último caso, compreender-se-ia mais facilmente a consideração atrás referida, extraída de “A Vida”, em que o padre Correia da Silva é dado como filho de “pais gentios”.

De qualquer modo – e por ainda não dispormos de elementos suficientes para um esclarecimento cabal da questão – optámos por autonomizar este personagem, que pertenceu ao “oitavo vangor da Comunidade de Cuncolim, que é composto de indus e cristãos”. Note-se porém que também neste passo se nos levantam dúvidas, pois Gomes Catão dá-os como integrando não o oitavo, mas o terceiro vangor da dita comunidade. De

¹⁹⁵ Portanto, das Ilhas.

¹⁹⁶ Almeida, José Julião Sacramento de (1958), 173. O autor acrescenta o seguinte: “Não diz o Professor Gomes Catão nome da aldeia do Padre Joaquim Manuel, mas não haja dúvida que o mesmo é de Cuncolim”. Aliás, o título relativo à estirpe que se encontra na genealogia manuscrita da sua autoria que reproduzimos não oferece margem para dúvidas. Não obstante, Sacramento Almeida assinala outro caso no seu *A Aldeia de Assolnã*:

1) **VITOBÁ POROBO GANCAR**, o qual se converteu “entre 1812-1831” adotando consequentemente o nome de **José Agostinho Galdino de Sousa**: “a sua conversão deve-se ao Arcebispo D. Fr. Manuel S. Galdino e por ele (foi) baptizado na Capela de S. José de Bandá filial à igreja desta aldeia, o qual nessa ocasião, morou nas casas do Padre Nicolau João (de Almeida)” – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), o.cit., 129. José Agostinho Galdino casou com Crescência Felicidade de Sousa, a qual provavelmente nasceu em Rachol. De acordo com o mesmo autor: “As nossas informações dizem ser (Crescência) irmã do (padre) Joaquim de Sousa, de Rachol, que foi missionário em Iderabad, de cuja Missão era superior o referido P.e Nicolau João”.

Foram filhos deste casal:

2-I) **BERNARDO SALVADOR GALDINO DE SOUSA**, que segue;

2-II) **Padre Querubino Septuagésimo de Sousa**, ordenado no dia 31 de abril de 1853;

2-III) **Florianio de Sousa**, “que faleceu em menorista”;

2-IV) **Torcato de Sousa**, advogado *provisionário*; morreu solteiro;

2-I) **BERNARDO SALVADOR GALDINO DE SOUSA**, que continua; “foi Médico por Sua Magestade” e “clínico muito recorrido e andava a cavalo”. Nasceu em Cacorá, nas *Novas Conquistas*, e casou com Rita Maria Furtado, natural do Palmar Grande de Chinchinim.

Tiveram:

3-I) **Padre Heinêncio Ferrário de Sousa**, nascido em 1869 e falecido em 1954. Ordenado no dia 19 de setembro de 1895, “foi Capelão das capelas de S. José, de Bandá e de Menino Jesus de Murida, filial esta à Igreja de Cuncolim” – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 130.

Ou seja, no presente caso temos não só um eclesiástico filho de um neoconverso mas sim dois, uma vez que Florianio de Sousa também dava os seus primeiros passos na vida religiosa. Mais ainda: aparentemente, o próprio cunhado de Vitobá Porobo/José Agostinho de Sousa era sacerdote missionário. Note-se ainda que depressa esta família passou a desempenhar funções que em regra se associavam a estirpes mais antigas: para além do eclesiástico e do menorista, um dos filhos de Vitobá é médico “por sua majestade” e o outro advogado *provisionário*. Não é de descartar que a rápida e assinalável ascensão social da estirpe se deva também ao patrocínio do arcebispo S. Galdino.

qualquer forma, Nery Xavier informa no terceiro volume do seu *O Gabinete Litterario das Fontainhas* (em meados dos anos quarenta) que a comunidade de Conculim já não existia.

Assim sendo, partimos do princípio de que foi filho de Santopa Naique:

3) ANTÓNIO (ou **Mateus**, segundo Sacramento Almeida, sendo que tais irregularidades onomásticas estão longe de ser raras nos registos da Goa dos séculos XVII e XVIII) **FILIPPE NERY DA GRAÇA**, o qual casou com Maria da Costa.

Tiveram numerosa geração, que usou diferentes apelidos. No entanto, importa ter presente que em Goa era frequentemente os filhos do primeiro casal convertido adotarem apelidos muito diferentes entre si, os quais eram perpetuados pelos respetivos descendentes. Tal devia-se designadamente ao costume de os neoconvertos assumirem os apelidos dos seus padrinhos de batismo ou do sacerdote a quem se devia a sua adesão ao catolicismo. É provável que – mesmo que se trate de uma família cuja conversão foi, como vimos, relativamente tardia – tal se tenha passado com os filhos do casal em estudo.

Foram filhos de António Filipe Nery da Graça e Maria da Costa:

4-I) LINO COUTINHO, que segue;

4-II) Padre Joaquim Manuel Correia da Silva, o qual foi o primeiro eclesiástico da família. Terá nascido no derradeiro quartel do século XVIII, pois foi ordenado, pelo arcebispo D. Frei Manuel de Santa Catarina, na capela do palácio arquiépiscopal de Velha Goa, no dia 20 de setembro de 1806. Após ter concluído os seus estudos no seminário de Rachol, dedicou-se à vida missionária. Morreu em Cochim a 1 de dezembro de 1829;

4-III) António José Cabral, o qual veio a casar com Dória Josefa, também originária de Cuncolim, onde viveram. Segundo Sacramento Almeida, a sua casa ficava “*atrás da Capela de S. Francisco Xavier, em Madicattém (...), e em parte pertence a Ubaldo Moraes, por compra, e em parte aos filho de Tito Coutinho, descendente colateral de José Cabral*”¹⁹⁷. A referida capela era célebre por a tradição local assegurar ter sido construída sobre o poço para o qual haviam sido lançados os corpos dos chamados *mártires de Cuncolim* após a sua morte no dia 15 de julho de 1583.

Tiveram somente uma filha:

4-III-1) Caetana de Santa Maria Cabral, que teve geração do seu casamento com Emerciano Martins, de entre a qual se encontrava – “*na linha feminina*”, como adverte Gomes Catão – o Padre Diogo Avelino Cardoso. Sacramento Almeida complementa significativamente os dados avançados por aquele autor¹⁹⁸. O casal em questão terá tido um par de filhas:

a) Rosa Aurélia Martins, falecida em 1841. Casou com o seu conterrâneo Joaquim Piedade Cardoso, nascido em Assolnã no dia 23 de Março de 1816¹⁹⁹ e filho de José Cardoso Mendanha e Esperança de Almeida. Tiveram apenas uma filha (de cujo parto Rosa Aurélia morreu), a qual “*casou na família Sousa, de Orlim*”;

b) Maria Florença dos Prazeres Martins, que, após a morte da irmã, veio a casar com o cunhado – o qual já era *genro comensal* da casa. Morreu em 1871. Tiveram: **(i) Assunção Cardoso**, casada com o seu conterrâneo Menino Diocleciano de Almeida²⁰⁰; **(ii) Rosendo**

¹⁹⁷ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 173.

¹⁹⁸ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 173, 157 e 158

¹⁹⁹ Consulte-se neste anexo o título Cardoso, de Assolnã, ponto 4-V).

²⁰⁰ Veja-se neste anexo o título Almeida, de Assolnã, ponto 3-II-1), e).

Cardoso, que casou com Clotildes Furtado, originária de Chinchinim (Palmar Grande)²⁰¹; **(iii) João Avelino Cardoso**, solteiro, advogado *provisionário* que também se dedicou, como vários colegas seus, ao ensino particular, ministrando aulas de Direito e Filosofia; e **(iv) Vitorino Francisco Cardoso**, escrivão do juiz popular de Assolnã. Este último casou igualmente em Palmar Grande, com uma descendente de uma estirpe destacada de Chinchinim, Ubaldina Furtado. A família de Ubaldina cedeu o terreno onde veio a ser edificado do cemitério local, razão pela qual lhes foi concedida em 1842 uma sepultura perpétua em lugar de destaque no mesmo. Foram pais de **Jorge Cardoso** e do **Padre Diogo Avelino Cardoso**;

4-IV) Ninfa Joaquina Coutinho, a qual não teve descendência do seu casamento com ... Colaço, de Velim, o qual pertencia a uma família *jonoeira* da comunidade daquela aldeia;

4-V) Escolástica Coutinho, que casou com Bernardo Policarpo Faria. Este era filho de Manuel Ovídio Faria e Conceição, tesoureiro do Banco Nacional em Goa, e de sua mulher Florina da Silva, que também parecem ser naturais de Cuncolim.

Florina da Silva era sobrinha neta (ou *neta-sobrinha*, como em Goa se diz) de um clérigo: o “*conhecido*”²⁰² Padre Salvador da Silva, do bairro Carxeta de Velim²⁰³. É já menos clara a explicação fornecida por Gomes Catão relativamente a outros parentes seus. Felizmente, Sacramento Almeida – que se uniu por casamento a esta família – presta esclarecimentos adicionais. Por um lado fornece vários dados biográficos relativamente a Manuel Ovídio de Faria que são simultaneamente reflexo das conturbadas décadas de 1820 e 1830 em Goa: “*Manuel Ouvidio (sic) Faria e Conceição, nasc. a 5-10-1810. Estudou no Seminário de Rachol e destinava-se para padre já com hábitos talaes tendo recebido ordens menores teve de suspender os estudos por não poder receber as ordens superiores (sic, por maiores), por falta do Bispo sagrante em Goa, na vacancia da Sé de Goa desde 15 de Julho de 1831, em que faleceu de cólera o Arcebispo, D. Frei Manuel de S. Galdino, no seu palácio de Panelim, até à chegada do Arcebispo D. José Maria da Silva Torres, em 7-3-1844. Era um período agitado tanto do poder civil como eclesiástico, entretidos com a agitação da célebre questão do Padroado acompanhado de “suspensões” dos párocos e encerramentos das Igrejas, em algumas dioceses do Padroado; e o civil em deportações, e prisões criando terror e pânico nas aldeias e vilas e na própria Capital do Estado, cujos écos chegaram até nas Cortes respectivas*”. O autor prossegue explicando – ancorado numa declaração passada em Bombaim no dia 29 de julho de 1841 – que afastada temporariamente a hipótese de seguir a vida clerical, Ovídio Faria fora um colaborador relativamente próximo do secretário de Estado António Mariano de Azevedo: “*Interrompidos os estudos Manuel Ouvidio ingressou na burocracia, fazendo serviço no Gabinete do Secretário Geral do Governo do Estado. Para esclarecimento do assunto inserimos o seguinte documento: (...) Attesto que Manuel Ouvidio Faria e Conceição natural da freguesia de Cuncolim da Comarca de Salcete da Província de Goa, tendo-se ordenado de menores, e querendo adiantar no estado eclesiástico não pôde seguir o mesmo por falta do sr. Bispo Sagrado na Diocese de Goa tendo já aplicado com aproveitamento aos estudos da gramática latina e musica, e sendo da familia honrada, presentemente decaída sem poder progredir o seu adiantamento e pelos de fortuna, chegou a servir no privado gabinete do ex-secretario do Governo Geral da India, o sargento-mór, António Mariano de Azavedo, que o estimou muito a vista do seu prestimo e boas qualidades moraes, ainda com esperanças de ser provido em official extraordinario da Secretaria do dito Governo Geral para passar na efectividade na vaga que houver, mas infelizmente o dito secretário aleivosamente foi assassinado e o suplicante desamparado. É o que posso dizer em abono da verdade e por palavra de honra... passei esta da minha letra e signal – Bombay 29 de Julho de 1841 (a) Silvestre José do Rosário Rodrigues*” – id.,

²⁰¹ Deles diz Sacramento Almeida terem tido “*um filho que em muito novo foi para África Britânica, ignorando-se o seu paradeiro, e uma filha casada que tem geração*” – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 158.

²⁰² Na opinião de Sacramento Almeida.

²⁰³ Certamente parente de Anastásia da Silva e de João da Silva. Veja-se neste anexo os títulos Almeida, de Assolnã, ponto 3-III-2) e Monteiro, de Assolnã, ponto 4-IV).

ibid., 174 e 175. Viviam-se tempos de profunda tensão em Goa, tendo Mariano de Azevedo sido uma das vítimas desses confrontos. Conforme explica, entre outros, Gabriel de Saldanha: *“Durante a gerência do conselho foi assassinado em Pangim o secretário geral do governo António Mariano de Azevedo, como dois tiros dados à traição, estando a uma das janelas das casas do oficial da armada Côte-Real em a noite de 21 de Novembro de 1838. Ficaram impunes os autores deste crime, a-pesar do processo que se instaurou; era fácil aliás apurá-los. O infeliz Azevedo era um homem enérgico e funcionário honestíssimo, que, não se conformando com as deliberações tomadas pelos seus colegas do governo provisional, havia abandonado o poder (...) e poucos dias antes tinha obtido licença para regressar ao reino, e a oligarquia dominante, que o odiava profundamente, chegou a temer que o secretário pusesse a nú as coisas de Goa”*²⁰⁴. Ainda segundo Sacramento Almeida, Ovídio Faria foi um dos *peristas* que se exilou após a queda do prefeito e subsequente constituição do governo provisional, tendo regressado apenas após a tomada do poder pelo governador-geral conde das Antas e da amnistia por este concedida: *“O Secretário Geral, Azevedo foi assassinado em Pangim, na noite de 21 de Novembro de 1838, 10 ½ h. com dois tiros dados à traição, no peito, estando a conversar com uma senhora, à janela da casa do oficial de armada José Joaquim de Azevedo Corte Real, onde assistira para uma festa dançante, casa que ao tempo ficava quase a margem do rio Mandovi e onde funciona a filial do Banco Nacional, ao presente completamente modificada, e que era propriedade chamada “casa pequena” para distinguir de outra “casa grande” de dois pavimentos, de António Pereira, a qual foi algum tempo, antes da construção do actual Palácio Patriarcal do Altinho, residência episcopal, depois Colégio de Trinas, passando a ser depois da expulsão das mesmas pelo advento da República, “Escola Nacional” e desde 1952 “Instituto de N. S. da Piedade”. As “casas pequenas” de um só pavimento, por muitos anos foi propriedade e residência do general reformado José Frederico de Assa Castelo-Branco, bisneto pela linha materna do referido António Pereira, senhor de muito capital e morreu em tenente-coronel reformado. O Secretário-Geral António Mariano foi assassinado por recearem os da oligarquia dominante da época que o mesmo informasse ao Governo Central para onde deveria seguir em breve, sobre os actos que a mesma oligarquia praticava, perseguindo os liberais e peristas. Serenada a situação de Goa com a vinda do energico disciplinador, governador Conde das Antas voltaram os fugitivos politicos e com eles o Manuel Ovídio que trabalhou como tesoureiro do “Banco Comercial” recentemente fundado que não progrediu”*²⁰⁵.

Bernardo Policarpo de Faria e Escolástica Coutinho tiveram:

4-V-1) Matias Bernardo Faria, que desempenhou o cargo de 1º amanuense da câmara municipal de Salsete. Teve geração do seu casamento com Catarina Lourenço – a qual era tia paterna do monsenhor Agapito Lourenço, deão da Sé de Goa²⁰⁶.

4-V-2) Filomena Faria, a qual casou com Cosme João Francisco Viegas, de Assolnã, filho de Constâncio Piedade Viegas e de Cristalina da Silva²⁰⁷. Tiveram quatro filhas, a saber:

²⁰⁴ Saldanha, M. J. Gabriel de (1990), vol. I, 267 e 268.

²⁰⁵ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 175 e 176.

²⁰⁶ Nascido em Nairobi (para onde os seus pais, Teodoro Carlos Lourenço, de Cuncolim, e Flaviana Emília Almeida, tinham emigrado) a 24 de março de 1903, Agapito Lourenço fez boa parte da sua formação escolar e religiosa em Goa. Concluído o curso teológico em Rachol em março de 1927, ordenou-se no ano seguinte e depressa passou a ensinar naquela casa. Aí foi encarregado da docência de latim, português, história e filosofia. Abandonará a Índia na década de 30 do século passado, durante a qual se fixará na Europa. Ao longo desses anos não só percorre o *velho continente* como, acima de tudo, se dedica a estudos superiores em Roma, doutorando-se em teologia na Universidade Gregoriana em 1933 com uma tese sobre as reações no Estado da Índia ao breve *Multa Praeclare*, nomeadamente o chamado *cisma goano* – um tema fundamental para o estudo da história do Padroado no século XIX. O trabalho foi mais tarde editado em Goa em 1948: *Utrum fuerit Schisma Goanum post breve “Multa Praeclare” usque ad annum 1849*, Bastorá, tipografia Rangel, Bastorá. De acordo com Silva Rego: *“A conclusão (do trabalho) é negativa: não houve cisma”*. E acrescenta: *“Obra que se impõe por si mesma. Ao aparecer esta tese de doutoramento foi saudada com geral aplauso”* – Rego, António da Silva (1978), o.cit., 67. Ao voltar a Goa será nomeado reitor do seminário de Rachol (em fevereiro de 1940). Ascenderá às dignidades da Sé primacial ao ser designado cônego mestre-escola em 1955.

²⁰⁷ Veja-se neste anexo o título Almeida, de Assolnã, ponto 3-VI-1), b).

a) **Estefânia Viegas**, casada com Amâncio Gregório Faria – o qual, por a sua mulher ser a primogénita e não ter nenhum irmão rapaz, se *estabeleceu* na qualidade de *genro comensal* em casa do sogro. Com geração;

b) **Matilde Viegas**, que casou com Olímpio de Sá, de Bandorá. Deste casamento não houve descendência;

c) **Maria Felícia Viegas**, falecida solteira;

d) **Maria Veneziana Francisca Viegas**, que casou com o já várias vezes citado José Julião do Sacramento Almeida²⁰⁸;

4-VI) Ana Coutinho, que morreu solteira;

4-I) LINO COUTINHO, que continua. Casou com ..., de quem teve:

5-I) MARIA CANDELINA EXPECTAÇÃO COUTINHO, que segue;

5-II) Doroteia Coutinho, a qual casou com Lúcio Dias, de Sarzorá, de quem teve, pelo menos:

5-II-1) Luciana Dias;

5-III) Maria Caetana Coutinho, que teve do seu casamento com Constantino Martins (nascido em Assolná, se bem que “*seu pai Salvador era casado em Dandorá e aí estabelecido*”²⁰⁹) três filhas:

5-III-1) Rosa Mariana Martins, a qual casou com Caetano Rosário de Sousa, de Velção. Caetano Rosário foi agraciado com a comenda da ordem de Estrela pelo sultão de Zanzibar, a qual foi autorizado a aceitar por ofício da secretaria do ministério da marinha de 18 de Setembro de 1880)²¹⁰. Não devemos estranhar tal relação com África, a qual segundo Helder Carita também se refletiu na casa da família²¹¹

5-III-2) Açucena Martins, que virá a casar com Júlio Piedade Pereira, natural de Chinchinim. Este foi, segundo informa Gomes Catão, “*escrivão da extinta Administração Rural dos Bens Nacionais de Assolná e outras aldeias*”. Tiveram:

a) **Franklin Pereira**, funcionário aposentado dos CTT em Chinchinim;

5-III-3) Venosa Martins, casada com José Francisco de Menezes – natural de Chinchinim, filho de Joaquim Mariano de Menezes e de Angélica Catarina Maria Viegas – de quem não teve descendência. O seu marido era irmão do Padre José Elias Augusto de Menezes, “*professor do Semin. de Rachol e grande orador da Tribuna Sagrada, de Chinchinim*”. Bacharel em teologia por

²⁰⁸ Id., ponto 6-II).

²⁰⁹ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 173.

²¹⁰ Fonseca, Diogo Luiz da (1895), 86. Não nos é possível, por falta de elementos seguros, determinar se existe parentesco (o que nos parece extremamente provável) e em caso afirmativo em que grau entre Caetano Rosário de Sousa e António Filipe Nery de Sousa. Este último nasceu e morreu em Velção nos dias 20 de junho de 1872 e 23 de março de 1942, respetivamente. Era filho de Protásio de Jesus Maria de Sousa e de Rita Catarina da Divina Providência Barreto. Foi um proprietário abastado e dedicou-se à política, sendo muito próximo dos Loyola e colaborador do seu jornal “A Índia Portuguesa” – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 257 e 258.

²¹¹ “No ciclo desta arquitectura oficial encontramos no entanto uma leve influência, mas mais tardia, de um neoclassicismo já oitocentista. (...) Exemplo excepcional é a casa dos Roldão de Sousa de Velsao. Do frontão do alpendre e colunas transparece um classicismo neopaladiano sem paralelo em toda a arquitectura civil indo-portuguesa. A razão é porém fácil de explicar, pois esta família de ricos comerciantes emigrara para Mombaça durante o século XIX, sendo desta colónia inglesa a influência do alpendre, que significativamente não se repercute no resto da casa”. E numa legenda reforça a tese, frisando uma vez mais a “*emigração desta família no século XIX para Zanzibar*” – a Carita, Helder (1996), 179.

aquele seminário, foi também administrador do Hospício de Margão e vigário de Sanquelim. Sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa e calendarista da arquidiocese de Goa²¹²;

5-IV) Conceição Coutinho, que veio a casar com Gabriel Fernandes, de Chandor, de quem houve geração. De acordo com Gomes Catão, conta-se entre os seus descendentes um sacerdote, o padre Ambriano (Fernandes?). Não dispomos porém de quaisquer informações suplementares relativamente a este clérigo;

5-V) Manuel Coutinho, casado e com geração;

5-I) MARIA CANDOLINA (ou **Candelina**) **EXPECTAÇÃO COUTINHO**, que continua. Nascida em Cuncolim, casou com Francisco Paulo Barreto, de Velção.

Foram os pais de:

6) MONSENHOR FRANCISCO XAVIER EXPECTAÇÃO BARRETO, nascido em Velção a 21 de dezembro de 1861, aí morreu a 2 de novembro de 1927. Aluno destacado e premiado, depois de frequentar o liceu de Nova Goa diplomou-se pela escola normal local. Prosseguiu de seguida estudos teológicos no seminário de Rachol. Ordenado em Damão em março de 1892, aí passou parte importante da sua vida ativa, como missionário, quer como professor, quer também como secretário do bispo, consultor da cúria, prior da Sé e reitor do seminário local. Monsenhor desde 1908, deixou fama de bom orador sagrado e uma considerável obra publicada. Esta reparte-se entre inúmeros artigos dispersos por vários periódicos, uma biografia do padre Filipe Caetano Piedade da Conceição e um trabalho bastante conhecido, os *Quadros biográficos dos padres ilustres de Goa*, dado ao lume em dois volumes entre 1899 e 1907. Foi sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Sociedade Asiática de Bombaim²¹³.

CUNHA, DE CUELIM E ASSOLNÃ

A crer em Sacramento Almeida, esta família é a mesma da qual descende um dos mais conhecidos escritores *naturais* católicos que nos séculos XVII e XVIII defenderam a superioridade dos chardós contra os seus rivais brâmanes católicos: João da Cunha Jaques²¹⁴. A maioria dos autores, ao referir-se a tal polémica, sublinha o legado composto pelos escritos de quatro eclesiásticos, dos quais dois eram brâmanes e os restantes chardós. Os primeiros são D. Mateus de Castro e António João de Frias, que assinaram respetivamente *Espelho de Bramanes e Aureola dos Indios & Nobiliarchia bracmana*. Os chardós são Leonardo Paes, com o seu *Promptuario das diffiniçoens indicas* e o já referido Cunha Jaques, a quem se atribui um manuscrito com o sugestivo título *Espada de David contra o Golias do Bramanismo*. De acordo com Philotheio Pereira d'Andrade, um dos mais destacados defensores dos interesses chardós de finais do século XIX, “*P.e João da Cunha Jacques é natural de Cuelim, de Salcete, filho de Manoel da Cunha Jacques. Atribui-se-lhe uma monographia que anda inedita, A*

²¹² Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 287.

²¹³ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 99 e 100.

²¹⁴ Para maiores desenvolvimentos sobre Cunha Jaques, aconselhamos a leitura de Xavier, Ângela Barreto (2005 e 2011); Faria, Patrícia Souza de (2008); Barreto, Expectação (1899), 207 e ss e Ventura, Ricardo Nuno de Jesus (2011), *Conversão e conversibilidade. Discursos da missão e do gentio na documentação do Padroado Português do Oriente (séculos XVI e XVII)*, tese de doutoramento em Estudos de Literatura e de Cultura, na especialidade de Estudos Portugueses, Departamento de Literaturas Românicas das Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado, Lisboa. A consulta dos referidos trabalhos permite complementar os dados muito escassos que Devi e Seabra reuniram sobre Cunha Jaques e a sua obra – Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 117.

Espada de David. *Extinguiu-se a família Cunha Jaques*”²¹⁵. No entanto, no período que estudamos, a memória do padre Cunha Jaques não era tanto lembrada por aquele escrito mas sim pelo facto de o seu autor ter sido um dos primeiros membros da elite *natural* católica – e o primeiro deles pertencentes à casta chardó – a ver-se reconhecido como pertencendo ao *estado* privilegiado da nobreza pelo monarca português e de acordo com cânones ocidentalizados. A 5 de março de 1701 é-lhe passado foro de capelão-fidalgo tendo em atenção os serviços que prestara em prol do Padroado na qualidade de visitador e vigário das missões do Canará. Foi também protonotário apostólico.

Sacramento Almeida não indica porém a fonte de onde retirou a informação do parentesco existente entre Cunha Jaques e os Cunha agora estudados. Esta pode ter sido inclusive fornecida pelos descendentes de António Xavier dos Prazeres Cunha, que eram seus contemporâneos e conterrâneos. Não nos é possível assim afirmar taxativamente se tal relação efetivamente existe ou se se trata somente de uma tradição familiar com maior ou menor fundamento.

Nada disto obsta no entanto a que os Cunha de Cuelim e Assolnã integrem o núcleo das elites chardós das *Velhas Conquistas*. Por ocasião da edição da monografia dedicada a Assolnã, a estirpe podia-se orgulhar de desde há séculos contar com avoengos que se destacaram nas dinâmicas militares e eclesiásticas da região e beneficiar de uma sólida fortuna.

Principiamos assim a análise desta família com:

1) ANTÓNIO XAVIER DOS PRAZERES CUNHA, o qual foi “*Capitão Mandante de Cuelim*” e era primo de João da Cunha Jaques. Casou com ..., que era herdeira universal de um irmão do padre João (ou Francisco Xavier) Furtado. Sacramento Almeida sustenta que o dito eclesiástico foi “*o primeiro sacerdote destas paragens salsetanas do Sul*”. Mais: que fora designado vigário encarregado da paróquia de Colvá em substituição do jesuíta que habitualmente deveria desempenhar tais funções. O autor procura justificar a escolha invocando a proximidade existente entre Furtado e a Companhia: “*Ao tempo os vigários eram jesuitas, com os quais era muito familiarizado, segundo a tradição local*”²¹⁶.

António Prazeres Cunha *estabeleceu-se* então como *genro comensal* na casa da qual sua mulher era sucessora. Deverá ter consequentemente herdado os bens do eclesiástico acima referido, o qual disporia certamente de “*valiosa fortuna*”. Mesmo em meados do século XX encontravam-se vestígios da abundância e do ascendente da família naqueles tempos. De acordo com Sacramento Almeida, “*A casa do Padre João Furtado é ainda hoje conhecida com o nome de “Mandantilém-ghor” casa de Capitão Mandante*”.

Foi filho deste casal:

2) SEBASTIÃO XAVIER DA CUNHA, o qual teve de sua mulher Madalena Pais:

3-I) Maria Estela da Cunha;

3-II) Padre António Sebastião da Cunha;

3-III) JOSÉ CRISTÓVÃO DA CUNHA, que segue;

²¹⁵ Andrade, Philoteio Pereira de (1901), 13 e 157

²¹⁶ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 91. Neste passo, Sacramento Almeida refere-se repetidamente ao eclesiástico em questão chamando-o João. Fá-lo novamente algumas páginas depois: “*Padre João Furtado. É o primeiro sacerdote desta aldeia e talvez das freguezias de Sul de Salsete, do nosso conhecimento. Viveu em 1634. (...) No “Tombo dos Bens do Confisco” organizado pelo procurador dos Jesuítas P.e João Nunes, em 1691, figura um Padre João Furtado. Seria o mesmo ou outro?*”. E transcreve o trecho em causa: “*“Palmar Culagora” possuidor o Rev. Pe. João Furtado...524.08 bambus*” – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 134. No entanto, noutra parte da obra, chama-lhe Francisco Xavier: “*Dois sacerdotes de Assolnã foram, durante a paróquia dos Jesuítas, párocos (de Assolnã): Francisco Xavier Furtado, da Igreja de Colvá, 1634 e Padre Inácio Monteiro de Almeida, da de Cuncolim, 1754*” – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 145.

3-III) JOSÉ CRISTÓVÃO DA CUNHA, que continua. Casou com Dominga Quitéria Lopes. Esta senhora era filha de António Lopes, morador em Assolnã, e de sua mulher Rosa Pereira, natural de Angediva. Neta paterna de André Manuel Lopes e Joana Gonçalves – os quais eram naturais de Onor e daí transitaram primeiro para Carmonã e depois, “*pelos anos de 1750*”, para Assolnã²¹⁷.

Dominga Quitéria Lopes era irmã de

- (i) **José Pedro Lopes**, que casou com Felicidade Pereira Caldeira. Foram os pais de: **a) Judite Lopes**, casada com José Salvador Rodrigues, de Betalbatim; e **b) Maria Flora Aleluia Lopes**, “*casada em Aquém, de Navelim, na família Coelho, com estabelecimento, de quem teve um filho Emídio que em 1890 foi regedor de Assolnã e era casado com Maria Sabina dos Santos Rodrigues, irmã do Dr. Amâncio Cucufato Santos Rodrigues*”²¹⁸, de Carmonã²¹⁹;
- (ii) **Pedro Paulo Lopes**, o qual casou duas vezes – com Escolástica Virgem Maria Rodrigues e Sequeira, de Colvá, e com Maria Caetana do Nascimento Cunha (falecida em 1899) – tendo tido apenas geração do primeiro enlace. Nasceram do primeiro casamento: **a) Gregório Lopes**, que morreu solteiro; **b) Pedro António Lucas Lopes**, que foi um músico muito apreciado em Goa²²⁰ e casou com Etermina Elisa Viegas, de Chinchinim e “*irmã de Devociano Viegas, Vice-Consul de Espanha*” em Goa; e **c) padre João Vicente Lopes**, cônego da sé de Goa: “*ordenado presbítero em 22 de Setembro de 1882. Mesmo antes de ser ordenado de presbítero foi Capelão-Cantor da Sé de Goa, de Meia Prebenda e Presbítero; Administrador do Convento de Bom Jesus, Administrador do Condado de Cuncolim*”²²¹. Agraciado com a comenda de Cristo “*Em recompensa de serviços prestados como administrador do Convento de Bom Jesus*”²²².

José Cristóvão da Cunha e Dominga Quitéria Lopes tiveram:

4-I) PATROCÍNIO DA CUNHA, que segue;

4-II) Maria Feliciano de Jesus Teresa da Cunha, a qual veio a casar com António de Santana da Costa, natural de Seraulim e professor adjunto da escola primária de Assolnã (cargo que exerceu a partir da década de quarenta do séc. XIX). Segundo esclarecimento de Sacramento Almeida, deste casal “*descendem os irmãos, drs. Clovis*”²²³. O autor queria referir-se designadamente ao clínico **Clóvis Sebastião Xavier Santana da Piedade e Costa** e aos padres Piedade da Costa.

²¹⁷ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 139. De acordo com Sacramento Almeida o casal André Manuel Lopes/Joana Gonçalves teve mais os seguintes filhos:

- a) Padre João António Lopes**, nascido em Onor mas já morador em Assolnã quando tratava do processo da sua ordenação sacerdotal. Parece ter sido ordenado em 1796;
- b) Francisco Lopes**, que casou com Josefa de.... Tiveram: **(i) Domingos Lopes**, o qual casou com Valentina de... e não houve descendência; e **(ii) António João Lopes**, que teve vários filhos do seu casamento com Cassiana de ... (a saber: Joaquim, Fremiot, João Salvador, Dulcina, Natalina, Ana Maria e André Francisco, que parece ter sido o único a casar-se e ter geração); **(iii) Constâncio Lopes**, o qual casou duas vezes. Sacramento Almeida não conhecia o nome de nenhuma das suas mulheres. Sabia somente que do primeiro casamento tinham nascido “*alguns filhos que faleceram em criança e duas filhas*”. Estas últimas eram “*Ana casada com Constâncio Fernandes, de Onor, que teve um filho padre, ord. 3-4-1853, e a outra Degolação também casada em Onor*”. Constâncio Lopes teve três filhos do segundo enlace: **Analina Lopes**, **António Maria Lopes** (ambos falecidos solteiros) e **Sebastião Claudino Lopes**. Este foi “*casado com Ana Maria da Costa, de Orlim, que teve uma filha casada em Navelim e José Constâncio, casado com Claudina da Silva de Cavelossim*” – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 140.

²¹⁸ Também conhecido por A. C. Rodrigues e Santos. Veja-se neste anexo o título Coelho, de Aquém, nota final.

²¹⁹ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 140.

²²⁰ Aleixo Costa dedica-lhe as seguintes linhas: “*Notável músico que com o seu talento marcou para si, no nosso meio musical, um lugar de destaque. Introduziu nesta terra o gosto pela música clássica e aperfeiçoou a música sacra, tendo-se afirmado, admiravelmente, em vários concertos, em que os seus dedos de artista sabiam fazer vibrar a sua alma nas teclas de um piano ou nas cordas de um violino. Promoveu no seminário e Rachol, saraus literário-musicais, levando em cena trechos das óperas Lucia de Lamermoor, Barbier de Seville, Rigoletto, Carmen e outras a que soube dar um cunho de grande primor e perfeição. O patriarca Dom Valente que muito o apreciava e estimava confiou-lhe a reforma e direcção da música sacra, nomeando-o reformador e director de Música da Arquidiocese de Goa, por portaria de Fevereiro de 1888. António Lopes era natural de Assolnã, concelho de Salsete e faleceu em Janeiro de 1921*”. Deixou três obras publicadas, duas das quais coleções de cantos religiosos e a restante uma homenagem ao patriarca D. António Sebastião Valente – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 219.

²²¹ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 100, 49 e 139 e Saldanha, M. J. Gabriel de (1990), vol. II, 65 e 66.

²²² Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 214. No mesmo sentido, id., ibid., 100.

²²³ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 81.

O primeiro nasceu em Seraulim²²⁴ e após ter terminado o curso da Escola Médico-Cirúrgica de Goa (em 1871) foi enviado, a custas da junta da fazenda pública e das comunidades, para o reino a fim de aí prosseguir estudos. Permanecerá na Europa apenas durante dois anos, que ocupa com diversos estágios em hospitais portugueses. Ver-se-á contudo a retornar a Goa (tal como aconteceu a outros colegas seus) ao ver suspensa a bolsa que lhe tinha sido atribuída²²⁵. Regressado à terra natal, lecionará na Escola onde se havia formado até em 1876 concorrer a um lugar de cirurgião do quadro de Macau e Timor. Desempenhará essas funções apenas durante um par de anos (estabelecendo-se em Macau), tendo sido exonerado por motivos de saúde. Torna a Goa, onde se fixa definitivamente. Morrerá em Assolnã em novembro de 1912²²⁶.

Os “*padres Piedade da Costa*” a que acima aludimos são dois dos filhos de António Santana da Costa e de Maria Feliciano de Jesus Teresa da Cunha. Assim sendo:

4-II-1) Padre Amâncio Joaquim Santana Piedade da Costa, o qual foi até à data da sua morte capelão da capela de S. José do bairro Bandá, em Assolnã;

4-II-2) Padre Francisco Lourenço Gabriel Santana Piedade e Costa, o qual – apesar de ter sido pároco de Siolim, onde promoveu a reconstrução da igreja local – se dedicou sobretudo à docência. Segundo explica Sacramento Almeida, “*Leccionou após a ordenação, por não poder celebrar a missa, por falta de idade, Filosofia em Margão*”. Em seguida, “*Foi sucessivamente, professor do Seminário de Rachol, (e) das aulas filiais de Mapuçá*”. Rapidamente se destacou entre os eclesiásticos seus contemporâneos, sendo (uma vez mais de acordo com Sacramento Almeida) “*orador e moralista dos mais notáveis*”. Tal contribuiu certamente para que ascendesse a uma das coneshias da Sé de Goa e viesse a ser nomeado desembargador da Relação eclesiástica. Em paralelo colaborou na imprensa local, nomeadamente em “O Athleta”²²⁷ e “O Crente”. Relembre-se que este último periódico estava, pelo menos nos anos posteriores à sua fundação, também muito ligado à família Loiola e ao seu círculo, isto seja, ao núcleo das grandes famílias naturais católicas de origem chardó que se opunham às suas congêneres brâmanes²²⁸. Morreu “*no Hospital de Santa Casa da Misericórdia de Goa, em Ribandar em 1919, donde o seu cadáver foi transportado para Assolnã*”²²⁹;

4-III) Maria Augusta da Cunha;

4-I) PATROCÍNIO DA CUNHA, que continua. Casou com D. Maria da Anunciação de Sousa, originária de Navelim. Tiveram:

5-I) José, falecido solteiro;

5-II) Eufrásia da Cunha, que casou com o advogado *provisionário* José André Carvalho;

5-III) Teresa da Cunha, casada com Teodósio da Costa;

²²⁴ Ou Assolnã, segundo Miguel Vicente de Abreu.

²²⁵ Conforme explica Vicente de Abreu: “*foi para Portugal e voltou por ter sido suspensa a pensão (...), tendo sido também estudante premiado e habilitado pela escola medica de Goa, e que hoje reside em Goa*” – Abreu, Miguel Vicente de (1874), 23. O autor explica os motivos invocados para a suspensão do referido subsídio.

²²⁶ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 98.

²²⁷ Semanário editado por Joaquim Casimiro de Araújo em Mapuçá entre 1899 e finais de dezembro de 1906 – Lopes, António dos Mártires (coord.) (1971), 53.

²²⁸ Atente-se no que Mártires Lopes regista sobre o mesmo: “*Semanário religioso. Fundado por Mons. Francisco Xavier de Loiola e redigido por Mons. J. Excelso de Almeida, começou a publicar-se em Orlim, na tipografia da “Índia Portuguesa”, passando a editar-se, desde 1895, em Nova Goa, e, desde 1921, em Pondá. Desde 1887 foi seu editor João Crisostomo E. (Egipci) de Sousa e desde 30 de Novembro de 1911 Francisco Xavier do Lopes, António dos Mártires (coord.) (1971), 90. Note-se que os principais responsáveis pelo jornal pertencem todos às famílias da elite chardó tratadas no presente anexo. Assim, para mais informações sobre monsenhor Loiola, veja-se o título Loiola, de Chinchinim e Orlim, ponto 4-III). No que diz respeito a Egipci de Sousa, consulte-se o título Monteiro, de Assolnã, ponto 4-II-5), b).*

²²⁹ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 98, 99 e 135.

5-IV) – NONATO RAIMUNDO DA CUNHA, que segue;

5-IV) NONATO RAIMUNDO DA CUNHA, que continua; casou com Carmina Silva Colaço, de quem “*teve um par falecido sem descendência, em criança*”.

FURTADO, DE ASSOLNÃ e PEREIRA, DE ORLIM

São relativamente poucos os elementos que lográmos recolher relativamente a estas famílias, dos quais o grosso provém da obra de Sacramento Almeida. Após o estudo da informação disponível, cremos que merece ser mencionada não só a existência de alguns eclesiásticos que conheceram certo destaque na época em que viveram como também (e sobretudo) a teia de relações familiares que os Furtado e os Pereira se empenharam em estabelecer ao longo das gerações.

1) ANTÓNIO FURTADO que parece ser natural de Assolnã. Casou com Francisca Luís, de quem teve:

2-I) Querubina Furtado, casada a 21 de novembro de 1749 com o seu conterrâneo Manuel António Monteiro²³⁰;

2-II) PASCOELA FURTADO, que segue;

2-III) Patrícia Furtado, casada no dia 2 de junho de 1761 com João Francisco Pereira, natural de Colvá, filho de José Pereira da Silva e Serafina da Cunha;

2-II) PASCOELA FURTADO, que continua. Casou no dia 6 de fevereiro de 1758 com Caetano Pereira da Conceição, nascido em Orlim e *gancar* da respetiva comunidade; filho de Miguel João Pereira.

Foram os progenitores de:

3) PAULO PEREGRINO PEREIRA, casado no dia 7 de agosto de 1808 com Antónia de Almeida. Esta era filha de Domingos João de Almeida e de Ana de Andrade, pelo que irmã do padre Nicolau João de Almeida e de Esperança de Almeida (casada com José Cardoso Mendanha²³¹).

Tiveram:

4-I) João Salvador Pereira, que continua. Casou com Maria Albina Coelho, de Aquém, e dela teve:

4-I-1) Padre Leopoldino Washington da Conceição Pereira, ordenado sacerdote a 24 de setembro de 1898. Foi “*Cónego de meia prebenda tendo entrado para o Cabido em Capelão Cantor. É oriundo e gancar de Orlim*”. Morreu no dia 21 de janeiro de 1932²³²;

4-II) Caetano Marcelino Pereira, o qual “*morreu solteiro, já velho*”;

4-III) PATRÍCIO PIEDADE PEREIRA, que segue;

4-III) PATRÍCIO PIEDADE PEREIRA, que continua. Casou com Florença Cardoso²³³, filha de Manuel Caetano Cardoso e Rosa (ou Rosália) Vaz Falcão²³⁴. Sacramento Almeida não só frisou estar Manuel Caetano

²³⁰ Consulte-se neste anexo; Monteiro, de Assolnã, ponto 3-I). Aí se indica a descendência do casal.

²³¹ Veja-se neste anexo o título Cardoso, de Assolnã, ponto 3-II).

²³² Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 112 e 135.

Cardoso “*relacionado com as principais famílias de Salcete*”²³⁵, como também procurou esboçar a sua árvore genealógica e sublinhar o parentesco que unia a estirpe da qual provinha à dos influentes Loiola²³⁶.

GOMES, DE CAVELOSSIM

Dispomos de bem escassa informação acerca desta família. Tal deve-se desde logo ao facto de os que a ela se dedicaram terem sobretudo optado por explorar a figura daquele que foi provavelmente o seu membro mais famoso: Aires José Gomes, mestre de campo de Salsete nas primeiras décadas do século XIX. Assim, em termos de produção bibliográfica que conheçamos, pode de alguma forma dizer-se que só na sombra de Aires José encontramos dados referentes aos seus descendentes e ascendentes. Tal não impede porém que consigamos extrair desses magros elementos três aspetos que nos parecem dignos de menção em sede do presente estudo. Antes de mais, o facto de uma das filhas do referido Aires José ter sido a última freira (e freira *nobre*, dando conta de que as distinções teoricamente abolidas durante o consulado pombalino apesar de tudo persistiam) de Santa Mónica. Com a sua morte se encerrou um capítulo importante na história daquele convento de Velha Goa. Por outro lado, os esforços que o *perista* e liberal mestre de campo faz por manter indivisa a sua herança, como se de um vínculo se tratasse. Isto não obstante a evidente discordância existente entre essa atitude e o ideário que professava. Finalmente, o facto de estarmos perante mais uma família de profissionais ligados ao direito. Isto com exceção do referido Aires José Gomes, cuja incursão pela vida militar, apesar de evidentemente bem-sucedida, não parece ter sido inspirada pelo progenitor nem seguida pelos seus descendentes. De resto, o primeiro membro que conhecemos da estirpe terá sido tabelião de notas em Salsete e o filho herdeiro e pelo menos um dos netos de Aires José Gomes dedicaram-se à advocacia. Um destes *provisionários* foi inclusivamente durante alguns anos juiz no julgado de Damão.

Aos Gomes de Cavellossim associa-se ainda hoje em Goa a antiga morada da família. O velho, vasto e rico solar manteve-se incólume até aos inícios da década de oitenta do século passado: “*Unfortunately, due to family compulsion in 1981 the house along the valuable and artistic Museum of the house was dismantled, valuables of*

²³³ Florença Cardoso era irmã de **Francisco Xavier Cardoso**, nascido a 8 de maio de 1822 e morador no bairro Cima, casado e com sucessão: “*teve única filha casada com Joe de Barros, de Velim, genro comensal, avô de João Vicente e João António Barros*” – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 113

²³⁴ Consulte-se o título Vaz Falcão, de Ambelim, ponto 2-II).

²³⁵ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 119.

²³⁶ Os dados que apresenta podem ser estruturados da seguinte forma:

1) **ANTÓNIO CARDOSO LUÍS**, que parece ser natural de Assolnã. Casou com Petronila Santimano, originária de Colvá. Tiveram:

2) **GIRALDO CARDOSO**, o qual houve do seu casamento com Petronila Alemão:

3-I) **FÉLIX CARDOSO DA CONCEIÇÃO**, que segue;

3-II) **Reduzindo Cardoso**, a qual casou, no dia 25 de novembro de 1794, com Ierarquina Dias, de Seraulim, filha de Francisco Xavier da Salvação Dias;

3-III) **Isabel Cardoso**, casada em 11 de julho de 1794 com o seu conterrâneo João Vaz;

3-IV) **Ana Cardoso**, que casou no dia 17 de Junho de 1765 com Cornélio Manuel Vaz, filho de Teotónio Vaz e Antónia Viegas. Cornélio era irmão de Francisco Vaz da Conceição, casado com Rita Monteiro – consulte-se, neste anexo, o título Monteiro, de Assolnã, ponto 4-I).

3-I) **FÉLIX CARDOSO DA CONCEIÇÃO**, que continua. Casou (em 1794?) com Ana Estela Dias, filha de Adrião Dias, de Varcá. Foi seu filho:

4) **JOSÉ ANTÓNIO CARDOSO**, que casou com Cância Ana Joaquina Felicidade Pais, filha de Álvaro António Necessidade Pais – veja-se o título Loiola, de Chinchinim e Orlim, ponto 3-I).

*arches of ivory and antiques (sic) taken by late Aires Gomes wife and the official "Armoury of Insignias belonging to Col. Aires Jose Gomes, was kept in the Museum of Goa Archives at Panajim where is preserved with utmost care, as unique Goan Relics by the Director of Goa's Archives, Dr. P.P. Shirodkar"*²³⁷. É provável que tenha sido nessa altura que foram tiradas várias fotos dos interiores das principais divisões da casa que ilustram o livro de Joaquim Manuel Aires Gomes. Lá se divisam vários grandes retratos familiares (inclusive o do próprio Aires José Gomes, em uniforme de gala e junto a uma cadeira e uma mesa douradas) que nós próprios vimos nos depósitos do Archaeological Museum instalado no convento de S. Francisco em Velha Goa.

1) ... Gomes, que terá sido tabelião de notas em Salsete²³⁸. No entanto, nada sabemos sobre ele nem sobre com quem casou.

Foi seu filho:

2) AIRES JOSÉ GOMES, coronel de ordenanças e mestre de campo de Salsete, nascido em Cavelossim. Aires José Gomes foi indubitavelmente uma personagem de relevo entre as elites *naturais* católicas da Goa dos seus tempos. No entanto, o reconhecimento que cremos efetivamente merecer acaba por ser um tanto encoberto pelos elogios manifestamente excessivos que em tempos recentes lhe fizeram dois dos seus biógrafos: por um lado, Joaquim Manuel Aires Gomes; por outro, Louis Jose Dennis.

O primeiro é descendente direto de Aires José Gomes e publicou na última década do século passado um estudo em que pretende expor o legado de um antepassado cuja memória considerava não estar a ser devidamente considerada²³⁹. Ora, esse é simultaneamente o ponto forte e a fraqueza do trabalho. Representa uma mais-valia no sentido de que reúne uma quantidade significativa de elementos sobre a vida e família de Aires José Gomes, a qual fica assim disponível aos investigadores. No entanto, o autor não raro cai no exagero ao descrever as façanhas deste seu avoengo em tons quase épicos²⁴⁰. Sem jamais colocar em questão ter sido Aires José Gomes “(a) *great personality of Goa and true son of India*”²⁴¹ parece-nos demais atribuir-lhe o grosso das reformas que se fizeram em Goa nas primeiras décadas do século XIX. Feita esta ressalva, Joaquim Manuel Aires Gomes sublinha o papel que o seu antepassado desempenhou enquanto militar muito próximo dos vice-reis e governadores-gerais (designadamente de Sarzedas e sobretudo de Veiga Cabral), quer como parte ativa na reorganização das forças armadas do Estado, quer durante o período tenso em que os ingleses se instalaram em Goa. Embora de forma menos clara, enfatiza igualmente o contributo que prestou na reorganização das *gancarias*. A sua dedicação foi devidamente compensada. Veiga Cabral fê-lo ajudante do general dos rios de Goa em 1799 e diligenciou no sentido de o elevar a coronel e mestre de campo das ordenanças de Salsete e de lhe ser atribuído o hábito de S. Tiago. O seu sucessor Sarzedas deu seguimento a qualquer um destes processos. O autor não deixa de reproduzir o texto da carta-patente de 1807: “*Dom João por Graça de Deus, Príncipe*

²³⁷ Gomes, Joaquim Manuel Aires (1993), 17.

²³⁸ Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – n.º 157.

²³⁹ Falamos de Gomes, Joaquim Manuel Aires (1993).

²⁴⁰ Eis um exemplo daquilo a que nos referimos: “*Indeed Col. Aires Jose Gomes was a giant among the greats, during 1774 to 1836, a hero of Goa, who has credited the Estados da India, with honour, pride and integrity in all of his assignments with Government of Estado da India. His portrait and Statue should be adorned by the Goa Government Departments, the Municipal Parks and Gardens, his vivid presence should be placed in National and State of Goa gallery and Museum, as a best homage to an Emmi(n)ent Goan who economic and political institutions during his 61 years of public life in Raj Bhavan of Goa. This unique hero of Reino da India and Estados da India was such and intellectuality with probity and efficiency of that time, that even the Vice-Roy Governors adored him personally, condecorating with laurels and highest military merit order to such an extent that one of the Vice-Roys declined humbled and consented to be the godfather of his son Adv. Joaquim Manuel Silvestre Gomes, who was the prefeito in the Prefeitura do Senado de Goa, and Conselheiro Municipal do Colegio Eleitoral Liberalista (sic!) de Nova Goa. Finally the Supreme truth revealed is that this gigantic and eminent Goan personality Col. Aires Jose Gomes has been honoured by his Vice-Roys Governors as an unique intellectual of the century, within his own soil*” – id., *ibid.*, 50 e 51. Ou ainda: “*In one word, Col. & Chief Field Marshal Aires Jose Gomes has carved for himself a niche in the Pantheon of Immortality, occupying a first and unique place of Pride and Glory in the brill(i)ant annals of Goan History for Natives Identity and Dignity a shining example for us to emulate and whose administrative works for the welfare of Goa and betterment of Goa during glorious past, has carved a niche in the hearts of all in his century and to Goan intellectuals at large and to population of Goa, Daman & Diu in general to achieve the Olympic torch of liberty, equality, fraternity and dignity (...)*” – Gomes, Joaquim Manuel Aires (1993), 62

²⁴¹ Gomes, Joaquim Manuel Aires (1993), 12.

*Regente(...) Hei por bem e Me Praz fazer Mercê a Aires José Gomes, Capitão-Ajudante do Regimento de Milicias das Ilhas de Goa, do posto de Mestre do Campo da provincia de Salcete, vencendo o mesmo soldo que actualmente percebe, com a declaração de haver a minha Regia confirmação, dentro do prazo de 2 anos, pelo meu Conselho Ultramarino, com o qual posto gozara de todas as honras, privilegios, liberdades, isenções e franquias, que em razão dele lhe pertencem. Pelo que mando aos officiais e mais gente da ordenança da dita Provincia, seus subordinados, a reconhecer por Mestre do Campo, e cumpram as suas ordens e mandos por escrito e de palavra, no que pertencer ao Meu Real Serviço, como devem e são obrigados”*²⁴². Joaquim Manuel Aires Gomes acaba porém por ressaltar que o sucesso da carreira militar do seu antepassado beneficiou de dois fatores importantes. Por um lado, do esforço que desde o consulado pombalino se vinha fazendo no sentido de promover a integração das elites *naturais* nas forças militares locais, nomeadamente nos terços de auxiliares²⁴³. Por outro, da proteção que lhe era manifestamente concedida por Veiga Cabral. Como se lê num texto de 1932, o governador era “*amigo e compadre*” de Gomes²⁴⁴.

Em paralelo, é também relativamente recente uma breve biografia de Aires José Gomes traçada por Louis Jose Dennis²⁴⁵. Apesar de se tratar igualmente de um texto eivado de sérias gralhas e incorreções (desde logo históricas e jurídicas: o autor fala designadamente num *reino da Índia* composto por Goa, Damão e Diu e em “*Monção Law*”), não deixa de desempenhar um papel importante no que concerne à forma como este *eminente goan* era visto por alguns dos seus conterrâneos de finais do século XX. Curiosamente, os aspetos sublinhados por Dennis não se afastam muito daqueles que os panegiristas das elites *naturais* católicas do século XIX enfatizariam. Por um lado, a carreira bem-sucedida do biografado nas forças armadas do Estado. Já sabemos que Aires José Gomes passou de capitão de milícias a ajudante do general dos rios e posteriormente a coronel e mestre de campo de Salsete. Isto para além de ter ensinado na academia militar de Goa. Por outro, o seu alegado esforço na reorganização das *gancarias*²⁴⁶. Por outro lado ainda, o autor esforça-se por demonstrar a nobreza de Gomes – a qual se refletia precisamente na nomeação para mestre de campo – e a dedicação pelos seus conterrâneos, espelhada na reforma das comunidades aldeãs. Também não se esquece do hábito de São Tiago recebido nos princípios do século XIX. No que Louis Jose Dennis não parece notar é que a esmagadora maioria das promoções e louvores recebidos por Aires José Gomes datam do governo de Veiga Cabral – o que reforça a tese de que, mais do que mérito pessoal ou vontade de promoção dos oficiais pertencentes às elites *naturais* católicas, estamos perante um caso de favoritismo. Finalmente, sublinha o seu *perismo* e a dedicação que demonstrou quando da implantação do liberalismo constitucional em Goa.

De acordo com o seu testamento²⁴⁷, Aires José Gomes casou com D. Aurora Florença do Rosário Osório²⁴⁸. Dela tinha tido vários filhos, sendo vivos à data:

3-I) JOAQUIM MANUEL SILVESTRE GOMES, que segue;

3-II) D. Maria Francisca Gomes;

3-III) D. Rita Gomes;

3-IV) D. Apolónia Gomes. O testador informa relativamente a estas irmãs de Joaquim Manuel Silvestre: “*Item declaro que as minhas tres filhas, Dona Maria Francisca Gomes, Dona Rita Gomes e Dona*

²⁴² Gomes, Joaquim Manuel Aires (1993), 15.

²⁴³ Gomes, Joaquim Manuel Aires (1993), 15 e 16.

²⁴⁴ Gomes, Joaquim Manuel Aires (1993), 15.

²⁴⁵ Que reproduzimos. Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 157.

²⁴⁶ Nos livros dos *Registos de Justiça* conservados em Goa encontrámos o seguinte officio: “*P.a o Proc.or da Coroa e Faz.a Remetto a V. M.ce a incluza Informação do Administrador do Conselho de Salcete dada sobre o Requerimento de Aires José Gomes, e outros principais Cuntocares da Comm.de da Aldea Carmoná, queixando-se do mesmo Adm.or por ter excluido algumas despezas na folha de Contas, para que V. M.ce informe sobre elles interpondo o seu parecer. Deos G.e a V. S.a. Palacio do Governo 12 de Abril de 1839. J.A.V. da Fonseca*” – HAG - Registos de Justiça 1837-1841, cota: 2250. *Cuntocar* é sinónimo de *interessado*, isto é o possuidor por compra de determinadas *tangas de cunto* de uma dada *gancaria*

²⁴⁷ Ditado em Cavelossim a 12 de maio de 1856.

²⁴⁸ Esta senhora seria muito provavelmente parente dos irmãos Caetano da Piedade e Sebastião Joaquim do Rosário Osório a que nos referimos no título Bragança Pereira e Menezes Bragança, de Utordá e Chandor, ponto 4-II).

Apolonia Gomes sendo datadas por mim, cada uma com quatro mil xerafins se professaram no Convento de Santa Monica da Cidade de Goa, sem diferença do seu vestuário, e honras como Freiras nobres”. Uma delas tomou após a profissão religiosa o nome de soror Maria do Espírito Santo e foi a derradeira freira a morrer naquele cenóbio, em 1885²⁴⁹;

3-I) JOAQUIM MANUEL SILVESTRE GOMES, que continua. Era afilhado do governador-geral Veiga Cabral. Advogado *provisionário* e (de acordo com Joaquim Manuel Aires Gomes) presidente da câmara das Ilhas²⁵⁰, foi o herdeiro universal da casa de seus pais. Note-se Aires José Gomes tentou estabelecer no seu testamento uma regra sucessória que de alguma forma garantia que a transmissão da herança fosse feita como se de bens vinculados se tratasse. Assim, estamos perante outro caso em que um dos mais devotados seguidores da causa liberal constitucional em Goa procurava conservar um dos princípios que os seus companheiros de ideais europeus combatiam com maior ênfase: a propriedade vinculada. Mais: fazia-o sem dar mostras de ver qualquer contradição nesta maneira de pensar e agir. Consta do referido documento: *“declaro e instituo por meu herdeiro universal ao dito meu filho Joaquim Manuel Silvestre Gomes, que vive debaixo do meo poder patrio, para ter e possuir ele, tudo quanto tenho, possuo, e me pertencer por qualquer via (...). Os quaes (bens) como fideicomissos ou substituição passarão ao filho macho primogenito que qualquer estes meos netos tiver, para estabelecimento desta minha casa, com a mesma clausula de perceber o usufructo sem poder dispor, e alienar das propriedades, que passará ao seu filho varão primogenito, continuado assim de primogenito a primogenito até cem vidas ao menos, ou aquelas que pelo Direito forem permitidas. Item declaro que, no caso de alguém das que possuírem o presente Fideicomissos, vier a falecer sem deixar filho primogenito ou descendente masculino, que deve suceder ao mesmo fideicomissos o varão mais velho que existe na familia dos meus descendentes pela via masculina”*. Determina ainda, tendo sempre em atenção evitar a dispersão dos bens familiares: *“Item mando que todos os meus netos devem viver entre si em paz, sem perder decore desta casa, e aquele que der motivo para qualquer decenção e separação da sociedade domestica, o meo filho Joaquim Manuel, pai deles fará privar-lhes do rendimento da dita minha terça, e deserda-los conforme as disposições do Direito”*²⁵¹

Joaquim Manuel Silvestre Gomes casou com D. Ditosa Maria Esmeralda de Sousa Proença, certamente pertencente à família do mesmo apelido estabelecida em Calangute²⁵².

Julgamos terem sido filhos deste casal:

4-I) AIRES HEITOR PIZARRO GOMES, que segue;

4-II) Júlio Henriques Victor Gomes, o qual, segundo o biógrafo familiar, foi *“Landlord & Member of Geography Society of Lisbon & Member of Colonial Committee”*²⁵³. Embora não o tenhamos conseguido comprovar documentalmente, acreditamos ter falecido em 1915 e ter sido casado com Maria Hermínia Pereira (de quem houve geração);

4-I) AIRES HEITOR PIZARRO GOMES, que continua. Advogado *provisionário* (*“Licenciate in Jurisprudence by Relação de Goa in June 1869”*, segundo a obra que estamos a seguir²⁵⁴), foi juiz do julgado de Damão.

²⁴⁹ Veja-se anexo I: documentos avulsos – nº 288.

²⁵⁰ Gomes, Joaquim Manuel Aires (1993), 51.

²⁵¹ Gomes, Joaquim Manuel Aires (1993), 65.

²⁵² A casa desta família foi estudada, desenhada e fotografada por Helder Carita. Veja-se Carita, Helder (1996), 34, 50, 54, 55, 56, 59 e 120. D. Ditosa Maria Esmeralda será decerto parente de Benjamim Wenceslau de Sousa Proença, ao qual nos referimos no presente anexo, título Bragança Pereira e Menezes Bragança, de Utordá e Chandor, ponto 4-I). Outro dos prováveis membros desta família é Henriqueta Proença e Sousa, casada com António Carlos da Costa, de Majordá. Forão os progenitores de Maria Luísa da Piedade e Costa – casada com Pedro do Rosário Emiliano Justiniao Micael Baracho (também conhecido por Pedro do Rosário Emiliano Justiniano ou João da Mota Baracho), de Varcé – e avós de Ascensão Caetaninho Francisco Xavier do Carmo de Lourdes Chateaubriand Baracho, mais conhecido por Ascenso Chateaubriand Baracho. Este último estudou direito em Coimbra. Matriculou-se na respetiva faculdade em 1909. Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Ascenso Chateaubriand Baracho).

²⁵³ Gomes, Joaquim Manuel Aires (1993), s/n.

²⁵⁴ Gomes, Joaquim Manuel Aires (1993), s/n.

LOIOLA, DE CHINCHINIM E ORLIM

Quando comparados com a massa de informação cuidadosamente recolhida e conservada por algumas famílias brâmanes católicas, os dados que os Loiola de Chinchinim e Orlim apresentavam sobre a sua ascendência em 1875 eram bastante escassos. Tal nota-se desde logo a três níveis. Por um lado, aparentam conhecer somente as gerações que conseguiram apurar a partir dos registos paroquiais. Tal implica que não logram avançar muito mais para além de meados do século XVIII. Por outro, parecem saber francamente pouco sobre cada um dos personagens que vão entrelaçando na árvore familiar – quer se trate do ramo principal da mesma, quer de linhas colaterais. Finalmente, dão mostras de dispor de muito pouca informação escrita sobre os seus avoengos. Pensamos nomeadamente em documentação de natureza jurídica. Não invocam a todo o momento (como fazem certas linhagens de origem brâmanes) testamentos e inventários, escrituras e papéis particulares, cartas de arcebispos, governadores e párocos, documentos de gancarias ou notícias impressas.

Tudo isto – como os próprios explicam – resulta também de uma forma diferente de encarar a realidade familiar e de estar no mundo:

“Rica e importante em outro tempo a família “Loyola”, que não se lembrou de instituir morgados tendo aliás valiosos bens para doar á igreja, passou a mediania a proporção que a sua descendencia se multiplicou – mas a uma mediania honesta, como provam as suas relações em que por todos os lados entram os nobres, os senadores, os morgados, e mestres de campo. Bem poucos filhos unicos ou destinados a casar destinavam-se em outras eras (pelo menos na classe charadó) ao estudo, e por isso não foram homens conhecidos em lettras os nossos ascendentes que o sr. Catão conhece”²⁵⁵.

Como é compreensível, essa ausência de fontes e de indícios criou algumas dificuldades suplementares a José Inácio de Loiola quando este se dispôs a provar aos Costa de Margão a antiguidade e importância da sua linhagem na Goa pré e pós portuguesa. E para todos efeitos o seu trabalho *Alguns apontamentos para a genealogia da família “Loyola” de Orlim*²⁵⁶ constituem ainda hoje o principal estudo sobre a linhagem.

O autor soube porém valer-se do que encontrou. Invocou parentescos que considerava relevantes e prestigiantes, destacou os cargos exercidos por alguns dos seus familiares e sublinhou as relações que os Loiola haviam mantido com o convento de Chimbél. Em paralelo, reuniu alguns episódios recolhidos da tradição oral e relembrou os vínculos patrimoniais que conhecia. Foi assim munido que procurou rebater o melhor que podia as acusações de Catão da Costa. Aliás, esta constante necessidade de simultaneamente rebater as críticas e insinuações de Catão e comprovar a superioridade da sua família é omnipresente nos *apontamentos* que Loiola assinou. Mais: ela é a sua razão de ser e o seu objetivo constante – como aliás o autor não deixa de sublinhar logo nas considerações introdutórias:

“O sr. Catão definha-se, não tem somno sossegado, nem a cabeça em termos normaes, em quanto não veja em lettra redonda a genealogia da família “Loyola”, que sem duvida publicará logo que a Refutação lhe abalar a mioleira.

Ajudemo-lo pois em tão transcendente empenho, – nós cuja procedencia tem occupado os mais ditosos dias da sua vida, e ha de fazer as delicias dos restantes!

Escrevemos estas linhas unicamente ao sr. Catão, e não para que os leitores da Refutação, a quem pedimos até que as não vejam, porque sabem que não descendemos de cafres, e que podemos, sem desaire, contar ascendentes pobres.

²⁵⁵ Loiola, José Inácio de (1875), 26.

²⁵⁶ Loiola, José Inácio de (1875), 16 e ss.

He triste, é repugnante cada qual fallar de si proprio e de sua familia, porque = laos in ore proprio vilescit =; mas que remedio? Ao sr. Catão se deve dizer toda a verdade, já que tanto preocupa o seu espirito o nosso presente e passado”²⁵⁷.

Atendendo ao que acabámos de referir, compreende-se que as dificuldades sentidas por José Inácio Loiola ao historiar os seus avoengos tenham aumentado à medida que o tempo recuava. O autor procura fazer face a tais limitações de duas formas. Por um lado, apoiando-se num requerimento relativo a uma cova perpétua – reflexo de preeminência social entre os *naturais* católicos de então – que a família possuía há muito em local de destaque na igreja de Orlim. E é categórico: estes elementos foram encontrados “*providencialmente*” e “*como que para aniquilarmos o sr. Catão*”. Por outro, esforçou-se por relacionar os seus maiores com os *gancares* principais e primeiros cristãos da comunidade de Orlim. É certo que o fez de forma um tanto superficial (certamente por não encontrar documentação na qual se pudesse apoiar). No entanto, não deixou de se socorrer dos velhos escritos de um chardó de outras épocas bem conhecido em Goa. Falamos do “*erudito Leonardo Paes*”²⁵⁸ e do seu já referido *Promptuario das Definições Indicas*²⁵⁹. Procurou ainda reforçar esta tese recorrendo a obra constantemente citada no que dizia respeito à história do catolicismo em Salsete, o *Oriente Conquistado*²⁶⁰. Graças a Pais e ao *Oriente Conquistado*, Loiola procurou demonstrar a importância dos seus avoengos *gancares* de Orlim quer na defesa de Salsete (e consequentemente as provas de fidelidade que tinham assim dado à coroa portuguesa) quer na promoção da aldeia de onde eram originários. Alegadamente tinham contribuído para a tentativa de que esta fosse equiparada às principais de Salsete e assim passasse a integrar a respetiva câmara geral – o que não chegara a suceder apesar do beneplácito do vice-rei. Compreende-se então que conclua nos seguintes termos: “*A um d’estes regios charados e gancar da 1.a voz d’uma das principaes gancarias de Salsete, é que o sr. Catão tem tido por vezes o descaramento de chamar sudro ou charadô sudrificado, quando em nenhuma das nossas relações, antigas ou modernas, entrou até hoje se quer um charadô de origem duvidosa, o que aliás não reputariamos por vergonhoso*”²⁶¹.

Debrucemo-nos, ainda que brevemente, sobre os primórdios desta família após a instalação dos portugueses em Salsete e do início da conversão dos povos que aí encontraram – isto, naturalmente, de acordo com a narrativa apresentada por José Inácio de Loiola. O raciocínio adotado pelo autor assenta no seguinte pressuposto: os Loiola, os Santiago e os Vaz de Orlim descenderiam todos de um mesmo tronco, tendo sido atribuído aos seus

²⁵⁷ Loiola, José Inácio de (1875), 16 e 17.

²⁵⁸ Nas palavras de José Inácio de Loiola.

²⁵⁹ Obra composta, como se sabe, nos alvares do século XVIII para rebater as afirmações de superioridade brãmene da *Auréola de Indios* de António João de Frias. Mais concretamente: “*D’estes (Regios charadós, na phrase do auctor) são os gancares de Orlim das terras de Salsete, que sendo empossado todo o dito Salsete dos mouros, só elles postos na sua egreja de S. Miguel da dita aldeia, arvorando a bandeira dos magnanimos reis de Portugal, a defenderam com muito valor, animo e bizarrria, por tempo de seis mezes, sem lhes entrar no animo terror, nem medo de tantos inimigos que estavam espalhados por todo o Salsete, feitos já senhores delle, até que com a chegada dos portuguezes restauraram todo o Salsete, afugentando ao inimigo como tudo consta dos papeis authenticos que se conservam na dita egreja de Orlim*” – Loiola, José Inácio de (1875), 28.

²⁶⁰ “*Os Gancares de Orlim se houveram nestas revoltas como bons Catholicos, e leaes vassallos da Corôa, por que sollicitados dos rebeldes a engrossar o motim não quizeram estar pelo partido e animados pelo seu Vigario resolveram defender-se das Aldeas visinhas, que intentaram vingar-se da repulsa. Fizeram para este effeito uma formosa tranqueira, não reparando em cortar os seus palmares, que são as suas fazendas: e recolhendo-se dentro della com todas as suas familias, e mil homens de armas, rechaçaram-se valorosamente de todos os assaltos do inimigo, e sahindo uma vez á tranqueira capitaneados pelo seu Vigario, deram sobre rebeldes com tanta fúria que os fizeram retirar destroçados e elles recolheram victoriosamente, porém a custa de dezeseis Cristãos que morreram pelejando pelo Rey e pela Fé No anno de mil seiscentos e desasete, sendo Viso-Rey Dom Jeronimo de Azevedo, requereram os Gancares de Orlim em premio de tão assignalado serviço, que a sua aldeia entrasse tambem na Camara Geral com as doze principaes de Salsete, e o Viso-Rey lhes passou uma provisão nesta forma, cujo traslado authentico com a petição dos Gancares tenho em meu poder = Dom Jeronimo de Azevedo, etc. Faço saber aos que este alvará virem, que tendo eu respeito ao que na petição atraz escripta dizem os Gancares de Orlim das terras de Salsete e ao que nella alegam e visto que no tempo da guerra só a dita Aldeia ficou na obediencia e serviço de Sua Magestade, hei por bem e me praz conceder-lhes que a dita Aldeia entre no numero das doze da Camara Geral das ditas terras, acrescentando-se-lhe esta, para que fique em numero de treze Aldeas, e seja a derradeira voz: com declaração de que terá as mesmas honras e preeminencias como as outras, no lança, assento, governo, e administração, e será restituída a todas as honras, que tinha antes do levantamento, visto tirar-lhas a dita Camara Geral pelo sobre dito respeito de serem leaes, e não seguirem as partes dos levantados. = Este alvará não teve effeito quanto a entrar a Aldeia de Orlim na Camara Geral por que as outras doze deviam embargar esta nova mercê; teve porém effeito no tocante a restituição das honras antigas, de que haviam sido despojados estes valorosos e sempre leaes vassallos*” – Loiola, José Inácio de (1875), 28 e 29.

²⁶¹ Loiola, José Inácio de (1875), 29.

ascendentes comuns Gomes Vaz e Manuel Gomes o privilégio de possuírem uma cova perpétua na igreja local. Importava assim explicar quem tinham sido tais indivíduos e de que forma se relacionavam com os Loiola.

Invoca, por isso, um par de certidões que remontavam ao século XVIII: em 1740, é solicitada ao deão e vigário geral da diocese a cópia de “*uma Provisão de cova perpetua (...) passada a requerimento de Gomes Vaz e Manuel de Souza, naturaes e moradores que foram da aldeia Orlim*”. O pedido foi atendido e a cópia passada. O original datava de 1701:

“O Doutor D. Fr. Agostinho da Anunciação por mercê de Deos e da Santa Sé Apostolica, arcebispo Metropolitano de Goa (...) Aos que esta nossa Provisão de confirmação da cova virem, fazemos saber que visto por nos o que em sua petição junta dizem os herdeiros descendentes de Gomes Vaz e Manoel de Souza irmão mais grande, que foram da aldeia de Orlim das terras de Salcete, freguezia de S. Miguel, e o que n’elle allegam ser justo como consta das informações dos rds. padres Bras Coelho, Miguel Gomes e João Henriques vigarios sidos da dita freguzia, serem os supplicantes Gancares Principais da dita aldeia, cujos ascendentes foram benfeitores da dita egreja, e lhe terem dado sino, palmar de Fatrady²⁶², coroa e balança ao Archanjo S. Miguel, e por seu nemo e industria fazerem christãos a toda a gente da dita aldeia; e outro sim havendo respeito aos muitos serviços que fizeram a Christandade e a dita egreja, pelos quaes se lhes concedeo uma cova perpetua no cruzeiro da dita egreja para si e a seus descendentes, como se mostra dos papeis que apresentam. Havemos por bem e nos apraz de confirmar aos supplicantes herdeiros a mercê da dita sepultura perpetua no cruzeiro baixo do arco da capella-mor para elles e seus descendentes na forma da concessão e posse que della tem desde vinte de abril da era de mil seiscentos e tres, como todo tudo consta dos ditos papeis juntos. (...)”

Restava estabelecer a ligação familiar entre os distantes gancares de 1603 e os Loiola de setecentos. A explicação fornecida é a seguinte: “*cova perpétua no cruzeiro da egreja de Orlim só houve uma unica, que foi possuida pela familia “Loyola” ou pelos descendentes de Gomes Vaz e Manuel de Sousa*”.²⁶³ Daqui se depreende que os Loiola se contavam nesse grupo, sendo que o próprio autor o afirma categoricamente: “*estes descendentes tomaram com o tempo diversos appellidos, embora morassem em casa comum*”. Ora, se é perfeitamente crível, atendendo aos particularismos da sociedade goesa da época, que vários irmãos adoptassem nomes muito diferentes, importava contudo demonstrar que era isso o que se passara no presente caso. Principia então por Agostinho António Luís de Santiago, que aparece em conjunto com o avô do autor em alguns dos requerimentos em questão. José Inácio de Loiola é taxativo: Santiago “*foi da familia “Loyola”, e até viveu com ella, como viveram os seus descendentes, em casa commum até 1850. Era sobrinho do mestre de campo António Martinho Fernandes* (a quem em breve nos voltaremos a referir), *cuja irmã por consequência foi casada na nossa familia*”. No que toca aos Vaz, invoca Paulo António Vaz, “*que egoalmente vivia em casa commum*” e que também era “*herdeiro das covas*”. A sua descendência, porém, extinguiu-se “*antes de 1820. Teve uma filha que casou com o finado Egepcio de Sousa, de Calangute, pai do á pouco fallecido Bento Gaudencio de Sousa,*

²⁶² Elucidando Loiola em nota de rodapé que a fábrica da igreja de Orlim ainda possuía em 1875 este palmar, “*que é um vasto predio, que em outro tempo devia ser mui rendoso, e hoje mesmo não o deixa de ser*”. A construção do templo processou-se sobretudo entre 1592 e 1596, pelo que a cova perpétua de 1603 é praticamente coeva da fundação do mesmo. Veja-se Dias, Pedro (2008), 122.

²⁶³ Refira-se ainda que José Inácio de Loiola busca nestes gancares motivos suplementares da superioridade dos seus antepassados. Por um lado, avança com uma conjectura algo ousada: jogar com os nomes de ambos e consequentemente sugerir que os mesmos tenham sido convertidos pelo jesuíta Manuel Gomes (razão pela qual os neófitos teriam adoptado os nomes *Manuel* de Sousa e *Gomes* Vaz). Esta hipótese não era inocente, pois era voz comum (e Loiola, aliás, reprodu-lo) terem sido os padres Manuel Gomes e Pedro Mascarenhas os primeiros membros da Companhia de Jesus a intervir na cristianização de Salsete. Pedro Mascarenhas baptizara e atribuíra o seu nome ao primeiro hindu que converteu, um *culcurnim* de câmara agrária, do qual descenderia a família Mascarenhas da Raia. Foi “*o primeiro bramane que se baptisou*”. Desta forma, porque não avançar com a tese de que a conversão do primeiro chardó teria sido mais ou menos simultânea? Parece ser esse o raciocínio do autor, que conclui de forma expressiva: “*he licito conjectura-lo*”. Em paralelo, não deixa de frisar que no requerimento de 1822 os Loiola, para além da do cruzeiro, possuiriam outras duas sepulturas, sitas em local de ainda maior destaque: “*o leitor avaliará por ahi os serviços posteriores que os nossos ascendentes fizeram, e que foram reconhecidos por mais 2 covas perpetuas na capella mor! Crêmos mesmo que hão de ser raras, se existem, as familias no paiz que possuam ao mesmo tempo 3 covas perpetuas; – e o empenho com que o sr. Catão regatea e quer que o seu ascendente tivesse uma no cruzeiro da egreja de S. Anna, bem mostra que s. sr.a tem em subida conta semelhantes mercês*”.

representante d'uma das primeiras casas de Bardez, e um único filho que morreu solteiro passando os valiosos bens que possuía ao genro dito Egcycio que os fez vender”²⁶⁴.

Acreditando que tal bastava para satisfazer eventuais dúvidas que surgissem na análise do desenrolar das gerações que o precederam, concluiu da seguinte forma: *“fica por conseguinte demonstrado que os nossos ascendentes ao tempo da conquista, longe de serem bigarins ou criados, eram pelo contrario gancares principaes da sua aldeia, doadores de importantes bens e trastes a igreja parochial, e pessoas de tal prestigio e importancia que pelo seu nemo e industria fizeram christãos a toda a gente da dita aldeã e prestaram muitos serviços a christandade!!! Foram os primeiros christão (charadós) em Salcete os gancares da aldeia Orlim, segundo diz o Oriente Conquistado; e mostrando-se pelo documento citado que d’esses primeiros christãos foram os primeiros convertidos os ascendentes da familia “Loyola”, por cujo nemo e industria todos os mais abandonaram o paganismo, segue-se que esta ultima familia foi a primeira que comprehendendo a magestade e a grandeza do christianismo e a eterna verdade do seu evangelho, que pregou aos mais”.*

Os Loiola eram proprietários de dois dos principais solares salsetanos: as casas dos Loiola de Orlim e de Chinchinim. Ambos os prédios foram pelo menos profundamente remodelados no século XIX e acham-se estudados por Helder Carita²⁶⁵. O segundo é pela sua vastidão considerado uma *casa-palácio* e conhecido pelo seu grande salão de baile.

No concernente aos seus antepassados mais próximos, eis o esquema que José Inácio de Loiola oferece, enriquecido com informações que lográmos colher de outras fontes, sempre devidamente identificadas:

1) BENTO LUÍS DE LOIOLA, casado com Escolástica Lopes, de Chinchinim e membro *“da familia Lopes d’aquella aldeia”²⁶⁶*. Foram filhos deste casamento:

2-I) FRANCISCO XAVIER DE LOIOLA, que segue;

2-II) Padre Inácio de Loiola, relativamente ao qual anota o biógrafo familiar: *“foi professor de latim, e sacerdote de muita instrucção, e o primeiro que usou volta romana por estas partes, segundo dizia o finado José Francisco da Costa por ouvir a uma sua thia. Esteve por algum tempo com o arcebispo, e ali tratou com varios homens importantes. Falleceu em 1777”.* José Inácio de Loiola acrescenta alguns esclarecimentos sobre o aludido José Francisco Costa, certamente para garantia da fiabilidade do depoimento recolhido: *“Nascido no começo do presente seculo, e com um genio curioso e indagador das cousas, J. F. da Costa teve convivencia com muitos homens do seculo passado, conhecedores das particularidades da terra, e por ouvir a elles adquirira variada noção da chronica antiga do paiz, que sabia e referia com todas as minudencias e garantias de exactidão. Ainda não vimos por estas partes chronista do passado que o excedesse, especialmente, sobre as origens das familias e das suas fortunas. A maior parte dos factos eram por elle colhidos ao respeitavel ancião Xavier da Costa d’esta aldeia, e nas palestras mais frequentadas e animadas dos tempos da sua mocidade em casa dos parentes”.*

2-I) FRANCISCO XAVIER DE LOIOLA, que continua. Dele se diz que *“escrevia correctamente e não passava por ignorante”*. É precisamente baseado num requerimento apresentado por este seu antepassado que José Inácio de Loiola fundamenta a antiguidade e importância da sua família. Francisco Xavier de Loiola pretendia ver reconhecido o direito que durante longas gerações a família vinha exercendo relativamente à posse de uma cova perpétua na igreja de Orlim. Ora, a documentação existente perdera-se devido às incursões maratas:

“Dizem Agostinho Antonio Luis de Santiago, Francisco Xavier de Loyola, Antonio Francisco Vas, Manuel Luis de Crasto, e herdeiros de João Xavier Machado moradores em Orlim da Provincia de Salcete que elles desde a

²⁶⁴ Não esquece, ainda, de referir um eventual vínculo familiar existente com a família do padre João Paulo da Costa, de Utordá, *“representante d’uma casa de antiguidade secular”*.

²⁶⁵ Carita, Helder (1996), 190 e ss e 213 e ss,

²⁶⁶ Loiola, José Inácio de (1875), 23.

fundação da sua igreja, em atenção de varias benfeitorias que fizeram, vieram possuindo pelos seus antepassados até ao presente tres covas perpetuas, duas na capella-mor e outra no cruzeiro, como consta melhormente pela Provisão junta, e das outras duas se perderam na invasão do inimigo Marata que padeceo a dita Provincia, e em falta dellas se provam pelas certidões do seu rdo. parocho constantes em uma folha em que consta serem os supplicantes verdadeiros possuidores das ditas covas”²⁶⁷.

Apesar de ter falecido em Orlim a 25 de setembro de 1822, o seu corpo não ficou depositado na sepultura familiar *“por motivos de erigir o altar no meio do cruzeiro”*.

Casou com Deudita Rodrigues, de Chinchinim. Esta senhora morreu em Orlim no dia 1 de fevereiro de 1832 e foi sepultada na cova perpétua dos Loiola²⁶⁸. Sobre estes Rodrigues advertia o biógrafo familiar: a sua *“descendencia masculina se extinguiu, e a feminina encontra-se na dita familia Lopes de que descendem os illustres representantes dos Godinhos, de Calata”*. Tiveram:

3-I) BENTO XAVIER DE LOIOLA, que segue;

3-II) Escolástica de Loiola, a qual morreu solteira;

3-III) Ana Dulcina de Loiola, que morreu em fevereiro de 1873. Casara com Sebastião João Ferrão, de Varcá, do qual não teve geração. Assim sendo, foi herdeiro de Sebastião João o seu irmão Francisco Caetano de Sales Ferrão, o qual era casado com uma *“irmã do sr. Vicente Francisco da Silva, de Canã, descendente d’uma das mais distintas casas de Salcete”*²⁶⁹. Os irmãos Ferrão eram sobrinhos de um conhecido *perista*: Benigno Xavier dos Anjos. José Inácio de Loiola não deixa de aproveitar o parentesco para apoucar o seu maior adversário: *“Não conhece Benigno Xavier dos Anjos o sr. Catão? Pois foi senador, eleitor provincial em 1821, junto com o seu pae Constancio Roque, e um dos homens mais conhecidos e importantes da epoca”*. Natural de Chinchinim, o alferes Benigno Xavier desempenhou um papel de algum relevo na instauração do constitucionalismo em Goa, foi um dos eleitores por Salsete na primeira eleição de Bernardo Peres da Silva como deputado pelo Estado da Índia e vereador da câmara municipal de Salsete;

3-IV) menino, dado, no assento de óbito, como *“parvulo recém-nascido”*, *“sepultado na capella-mor desta igreja na sua cova perpetua”*;

3-I) BENTO XAVIER DE LOIOLA, que continua. Casou com Cristalina Pais, de Assolnã, a qual era filha de Álvaro António Necessidade Pais, o qual *“foi musico, como o eram em tempos passados muitas pessoas de boa familia”*. Era em relação ao “lustre” estes Pais que os Costa de Margão acalentavam maiores desconfianças. Isto apesar de José Inácio de Loiola afirmar que *“pertenceu a classe dos gancares de Assolnã, Velim e Ambelim a familia dos nossos avós maternos”*. No entender dos Costa, Necessidade Pais desempenhara uma profissão “mecânica” – o que comprometia a dignidade da sua família. A tudo isto havia a juntar umas suspeitas de avoengos padeiros que Loiola procura rebater com veemência:

“Resta o espantallo do padeiro com que tanto se tem feito gemer os prelos. Não sabemos em verdade, que culpa tinhamos nós, ou em que poderia soffrer a honra e a honestidade da nossa familia se effectivamente tivesse a profissão de padeiro (que além d’isto não sabemos se é peor do que a de queijeiro, cerieiro, vendedor de pimentas ou botiqueiro, que ás duzias de encontram nas relações da familia “Costa”!) o sogro do nosso avô materno, como quer e teima o sr. Catão. Relações mais humildes se vêem todos os dias, adquiridas as mais das vezes por casamentos de conveniencia, mesmo entre as primeiras familias, que não crêmos com tudo que soffram na sua nobreza. D’um sapateiro descende a familia reinante de Portugal, e com tudo ninguem lhe negou

²⁶⁷ O processo demorou algum tempo até serem atendidas as pretensões dos doentes, como expõe, fornecendo alguns documentos, o autor em questão, a páginas 18 e ss.

²⁶⁸ Consulte-se neste anexo o título Cardoso, de Assolnã, ponto 2-III).

²⁶⁹ Vicente Francisco da Silva parece ter sido vereador da câmara municipal de Salsete em 1838.

a consideração d'uma das principaes casas d'Europa. Desgraçadamente para o sr. Catão, tambem n'este ponto o seu furor falhou completamente! – pois dos livros parochiaes que consultámos consta que esse Xavier ou Xau-padeiro, que tanto consolou o seu espirito nas agruras da sua pronuncia e descredito social, é uma criação da sua phantasia e genio inventivo. O sogro do nosso avô materno chamou-se Joaquim Rodrigues, gancar de Assolnã e não Xavier ou Xau-padeiro! Nem o nome d'esse nosso ascendente soube o sr. Catão, apesar de lhe parecer que n'elle estava a infamia do nosso nascimento!!!”²⁷⁰

Rebatida a hipótese de ter um antepassado padeiro – que se apressa a dar como gancar, privilégio do qual afirmava não desfrutarem os Costa de Margão – o autor debruça-se sobre as acusações que Joaquim Bernardino Catão da Costa teria alegadamente feito relativamente ao seu progenitor. O que diziam os Costa? Por um lado, que Bento Xavier seria ignorante e pouco cultivado. Por outro, não fora absolutamente íntegro nas suas contas e negócios. Por fim, não fora *batkar* (ie, proprietário rural) mas simples *mocadão* do já aludido José Francisco da Costa. A tudo isto replicava José Inácio de Loiola:

“Bento Xavier de Loyola falleceu em 1854 victima d'um insulto apopletico. Não foi letrado (embora incivil, ignorante e imodesto) nem leu a encyclopedia e proclamou a soberania nacional de cada discripto. Do seu juizo agudo e clari-vidente, e principalmente da sua honestidade e grandeza de alma, dão porém testemunho honroso todos os contemporaneos e ha provas incontestaveis no pequeno circulo das suas relações. Bento Xavier de Loyola era as mais das vezes o arbitro das questões aldeanas. Todos confiavam na sua probidade e honradez. Foi juiz de paz em 2.º proposto (por que o primeiro era por muitos e ininterrompidos annos o seu amigo José Francisco da Costa) e regedor da parochia por algum tempo durante a administração do finado Francisco Salvador Gomes. Da probidade de Bento Xavier de Loyola é uma das provas mais inequívocas a divida de mais de 5 mil xs. que elle deixou pela sua morte e n'uma época em que os bens não tinham o valor actual – divida sem escriptura, sem papel, nem penhores – que ninguem lhe pedia. A sua memoria e dotes intellectuaes se avaliam pela exactidão com que dava conta dos seus variados negocios sem ter um ligeiro apontamento se quer. Os filhos de Bento Xavier de Loyola pagaram religiosamente todas as importantes dividas do seu pai, de que, como já dissemos, não havia se quer um apontamento qualquer; – e felizmente tambem a elles ninguem pede escripturas nem penhores quando carecem de algum emprestimo, como não se lhes pediu até em circumstancias mais precarias – He que “A origem do genio está muitas vezes na propria raça, e a familia é quasi sempre a prophesia do destino”. Bento Xavier de Loyola augurava grandes destinos aos seus filhos, quando ainda meninos, e desgostava que qualquer d'elles fosse aos palmares, a cujo granjeio tambem elle poucas vezes assistiu, perdendo horas, dias, e noites em palestra continua com o seu amigo José Francisco da Costa no bailão das nossas casas. Bem se vê daqui o geito com que poderia ser mocadão do dito Costa! – elle que não sabia ser mocadão de sua casa, nem queria que os filhos, que infelizmente não forão tão grande como a sua affeição paternal calculára, se occupasse em misteres agricolas! Ha coisas que não se dizem ao publico, nem pode ir a imprensa; – sendo porém estas linhas destinadas unicamente ao sr. Catão, parece-nos que podemos segredar-lhe ao ouvido, sem inconveniente, que José Francisco da Costa tinha em tão ruim conceito a familia “Loyola” e a posição social de Bento Xavier, que não duvidou propor-lhe o casamento d'uma das suas filhas com o humilde auctor d'estas linhas – negocio que sendo tratado com elle em vida, foi posteriormente renovado connosco, pessoalmente e por intermedio do sr. Joaquim Conceição Antão, juiz ordinario de Calangute, – seu parente e amigo velho de nossa casa! Da não aceitação d'essa proposta, por desaccordo na questão de dote, aliás não inferior ao que receberam os seus dois primeiros genros, resultou a frieza que ultimamente se viu entre ambas as familias de intimo trato em outros tempos. Ora quem conheceu José Francisco da Costa em objectos de raça e puritanismos bem sabe se elle era capaz de alliar-se com a familia d'um seu mocadão, e mesmo de quem lhe fosse um pouco inferior na qualidade. Note-se alem d'isto que foi muito antes de pensarmos em comprar o confisco, que tanto dá nas ventas do sr. Catão, e que só adquirimos um anno depois do nosso casamento, que se tratou d'essa alliança, que se queria por conseguinte só com a nossa fortuna antiga, de mais a mais onerada com dividas! Não prosigamos mais n'estas miserias em que tocámos unicamente para mostrar que mesmo quando não estivesse verificada por todos os meios de prova a legitima origem africana do sr.

²⁷⁰ Loiola, José Inácio de (1875), 25 e 26.

Catão, seria forçoso dar-lh'a pelo menos travessa, por que só com taes elementos no sangue se pôde ser tão descarado na invenção!"

Ainda procurando demonstrar a importância dos seus antepassados, José Inácio de Loiola sublinha que ter Álvaro António Necessidade Pais dois irmãos, os quais enverederam pela vida religiosa. Falamos de

- a) **Frei João da Cruz**, o qual, de acordo com o biógrafo familiar, *“foi carmelita e prior do seu convento”*. De que convento se estaria a falar? Muito provavelmente do de Chimbél. Esta congregação era considerada um bastião do clero *natural* e sobretudo dos eclesiásticos chardós que através dela se tentavam opor à grande influência dos brâmanes oratorianos. Tal como acontecia com os brâmanes congregados ou teatinos, a existência de parentes carmelitas de Chimbél era considerada indício do destaque de uma família chardó católica. Note-se que um dos fundadores do convento de Chimbél em meados do século XVIII foi o padre Francisco Xavier dos Anjos. Admitimos a possibilidade de o mesmo ser aparentado com o já referido Benigno Xavier dos Anjos. Não nos foi contudo ainda possível demonstrar a veracidade desta hipótese²⁷¹;
- b) **Padre Roque Luís Pais da Conceição**, relativamente ao qual escreveu: *“depois de ser encomendado de varias igrejas de Salcete, foi provido em concurso na igreja de Galgibaga que parochiou por alguns annos. Conhecido pelo nome de P.e Conceição, geralmente se lhe reconhecia subido prestimo”*. Sacramento Almeida destaca o seu papel na implementação do constitucionalismo em Goa e chama-lhe *“denodado caudilho liberal”*²⁷².

Os três irmãos Pais teriam desejado instituir um vínculo sobre o património que possuíam, para a administração do qual pretendiam chamar o seu sobrinho neto José Inácio de Loiola. Este contudo ter-se-ia escusado: *“José Ignacio de Loyola era o unico herdeiro instituido de todos os valiosos bens d'essa casa que se queria estabelecer; e por aqui pôde avaliar-se facilmente o mimo e os affectos com que deveria ser tratado e educado. Fr. João da Cruz levava-o sempre na sua carroagem quando já cansado ia ouvir missa nos domingos. José Ignacio de Loyola não quis estabelecer a casa de Assolnã largando a freguezia da sua naturalidade, e por isso os bens foram divididos entre os 2 herdeiros”*.

Cristalina Pais era irmã de:

- i) **Rufina Pais**, que veio a casar com Isidoro do Espírito Santo Furtado, de Chinchinim. Foi filho do casal **Lucas Ciriaco Furtado**. Destes Furtado anota José Inácio de Loiola que entravam no grupo das *“principaes do concelho”* (segundo teria declarado o próprio Catão da Costa), sendo aparentados com Roque Ambrósio do Menino Jesus e com o mestre de campo António Martinho Fernandes²⁷³. De acordo com Sacramento Almeida, Isidoro do Espírito Santo e a sua mulher seriam bisavós do cônego Herculano Furtado. Este, igualmente nascido em Chinchinim, foi administrador dos bens deixados pelo deão Pereira de Almeida em Quepém e considerado um orador inspirado pelos seus contemporâneos;
- ii) **Cância Ana Joaquina Felicidade Pais**, casada com José António Cardoso²⁷⁴.

Foram filhos de Bento Xavier de Loiola e Cristalina Pais:

4-I) JOSÉ INÁCIO DE LOIOLA, que segue;

²⁷¹ De acordo com Gabriel Saldanha: *“Três padres seculares, João Batista Falcão, José da Apresentação e Francisco Xavier dos Anjos, dispensados do noviciado pelo seu comportamento exemplar, receberam o hábito em 11 e 12 de Dezembro do mesmo ano de 1750 e se estabeleceram ali (no recém-instituído convento de Chimbél) em clausura. Cresceu logo o número dos recolhidos chegando a 30”* – Saldanha, M. J. Gabriel de (1990), vol. II, 110.

²⁷² No texto que dedica aos partidos políticos em Goa e que transcrevemos em anexo. Aconselhamos a sua leitura para mais informações sobre Pais da Conceição. Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 154.

²⁷³ Natural de Colvá. O parentesco devia-se certamente a Maria Argentina Fernandes, mulher de Lucas Ciriaco Furtado. Para mais informações sobre a família Fernandes de Colvá veja-se neste título o ponto 7-III).

²⁷⁴ Aos quais fazemos referência neste anexo, título Furtado, de Assolnã e Pereira, de Orlim, em nota ao ponto 4-III).

4-II) Sapiência de Loiola, a qual casou com Miguel Emídio Álvares, “*neto de Paulo Caetano Alvares, morgado de Majordá e antigo phisico-mor de Diu, bisneto de Matheus Alvares que figura na relação dos nobres à pag. 21, e descendente do mestre de campo Miguel Francisco dos Anjos*”;

4-III) Padre Francisco Xavier de Loiola, que nasceu no dia 17 de março de 1832 e estudou no seminário de Rachol e no liceu nacional de Nova-Goa. Atendendo ao seu bom percurso académico, passou a ensinar em Rachol (onde ocupou o lugar de vice-reitor) Retórica, História e Teologia. Segundo o irmão, foi “*um dos mais distintos estudantes do seu tempo*”. É chamado para o corpo docente do seminário por D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa. Foi também examinador sinodal, monsenhor da Sé de Goa e sócio correspondente do Instituto Vasco da Gama. Pertencendo a uma família de jornalistas, é compreensível que também se tenha deixado tentar pela imprensa periódica: fundou “O Crente”²⁷⁵, periódico que nos seus primeiros anos foi impresso em Orlim pela tipografia de “A India Portuguesa”²⁷⁶. De acordo com António dos Mártires Lopes: “*Em 1883, Mons. Francisco Xavier de Loiola fundou o Crente numa época em que o país gemia sob o peso das discussões que, ao princípio serenas e desapaixonadas, passaram depois para o campo da descrença e impiedade, na questão tristemente célebre do jornal A Cruz. Dotado de grande talento e fortificado com a sólida cultura teológica, Mons. Loiola defendeu a Igreja contra as apostasias antes geradas pelo clima de defesa dos interesses do Padroado*”. Conforme explica o autor, ancorando-se em António Maria da Cunha, “O Crente” também serviu, não obstante o seu caráter confessional, para alimentar a rivalidade entre os chardós capitaneados pelos Loiola e os Costa e o seu “Ultramár”: “*O Dr. António Maria da Cunha refere-se (...) a uma controvérsia suscitada entre o jornal O Crente e o Ultramar a propósito de artigos subordinados ao título Fastos do Fanatismo, por Bernardo Francisco da Costa. O arcebispo D. António Sebastião Valente, reputando os artigos condenáveis como heréticos e opostos à fé, proibiu o ingresso do jornal, O Ultramar, no Seminário de Rachol, nas residências dos párocos e missionários e suas dependências – proibição que foi levantada, somente 26 anos depois, pelo patriarca D. Mateus de Oliveira Xavier, após a profissão de fé feita pelo director do jornal, A.A. Bruto da Costa*”²⁷⁷.

Monsenhor Francisco Xavier de Loiola morreu em 1896;

4-IV) Avertano de Loiola, nascido em 1845. Após um percurso escolar bem-sucedido, dedicou-se à advocacia. Foi portanto advogado *provisionário* em Salsete. Em paralelo colaborou intensamente na imprensa da época²⁷⁸, sobretudo nos jornais “A India Portuguesa” e “Opinião Pública”. Aí publicou vários artigos em que (segundo as palavras do seu irmão e biógrafo) “*pôz à mostra a calva do sr. Catão*”. É também José Inácio de Loiola que declara que Avertano “*não tem ocupado logares electivos por os não querer*”.

Talvez por cedo ter mergulhado no mundo do jornalismo, casou com Angélica Messias Gomes, parente do bem conhecido Aleixo Clemente Messias Gomes. Messias Gomes – nascido em Pangim em 1873 e aí falecido em 1957, sendo filho de Albino Mariano Gomes e de Amália Messias Gomes – foi professor

²⁷⁵ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 252.

²⁷⁶ Para mais informações sobre este jornal, veja-se Lopes, António dos Mártires (1971) (coord.), 90.

²⁷⁷ Lopes, António dos Mártires (1971) (coord.), 37 e 38. O autor desenvolve em nota de rodapé o processo que envolveu “A Cruz”: “*O jornal A Cruz teve no seu combate violento contra a Propaganda Fide um carácter mais político do que religioso, o que levou o arcebispo D. António Sebastião Valente a proibir a sua publicação e aos fiéis a sua leitura. O proprietário do jornal levou o recurso à Coroa contra o acto do prelado, e a Relação de Goa deu provimento ao recurso. O Ministério Público interpôs recurso, mas o Supremo Tribunal de Justiça não tomou dele conhecimento, mantendo-se assim o acórdão da Relação. Entretanto, A Cruz não reapareceu, mas as suas lutas continuaram em outros periódicos que o Pe. Alvares fundou, como a Verdade, O progresso, o Times of Goa, e principalmente, O Brado Indiano*” – Lopes, António dos Mártires (1971) (coord.), 38. O padre António Francisco Xavier Álvares (1837-1923) é uma das mais controversas personagens do clero *natural* goês da segunda metade do século XIX. Encontrou geralmente o apoio dos seus conterrâneos, que desde cedo lhe elogiaram a caridade e abnegação, e o desapego de vários membros das elites *descendentes* e de alguns *reinóis*, nomeadamente do próprio arcebispo. Excomungado, aderiu ao rito sírio malabar no Ceilão. O seu novo metropolitano, Mar Dionísio, elevou-o em 1889 a bispo de Goa, Índia e Ceilão com o nome de Mar Julius. Pode encontrar-se uma nota biográfica favorável ao padre Álvares em Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 48 e 49. Para uma visão menos otimista da sua ação, Ayalla, Frederico Diniz d’ (1904), 46 e ss e Costa, Gomes da (1939), 15 e ss.

²⁷⁸ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 252.

liceal e acima de tudo jornalista. Enquanto professor, ensinou em Portugal (para onde partiu em 1901) e Goa, lecionando inglês, francês e alemão. Tendo sido nomeado para exercer iguais funções em Macau, não chegou a tomar posse do cargo. Aposentou-se em 1940. No campo do jornalismo, terá sido o primeiro a concluir da viabilidade da fundação e manutenção de um diário em Goa, o que lhe permitiu lançar o depois muito difundido “O Heraldo” (o qual, segundo Aleixo Costa, foi “*o primeiro diário a ser publicado nas províncias portuguesas do Ultramar*”). Na equipa deste periódico pontuaram vultos bem conhecidos da Goa de então, como António Maria da Cunha, Correia Afonso e Menezes Bragança. Messias Gomes desempenhou ainda várias outras funções, designadamente as de vogal e presidente da comissão municipal do concelho de Goa, tradutor intérprete oficial de inglês e francês e vogal eleito do conselho da instrução pública. Era, também, sócio do Instituto Vasco da Gama²⁷⁹. Devi e Seabra confirmam estas considerações: “*pioneiro da imprensa diária em Goa, (Messias Gomes) fundou em 1900 O Heraldo, que foi o primeiro jornal diário de Goa e o único que presentemente se publica em português (...). Por O Heraldo, cujo chefe da redacção é presentemente Amadeu Prazeres da Costa (1908)*²⁸⁰, *passaram os melhores jornalistas goeses do nosso século, e nele colaboraram os principais escritores. A sua importância na vida social e cultural de Goa tem sido sempre muito importante*”²⁸¹.

Avertano de Loiola e Angélica Messias Gomes tiveram:

4-IV-1) José Inácio Francisco Xavier Cândido de Loiola, que nasceu em Orlim no dia 11 de março de 1891, tendo morrido em Lisboa a 11 de abril de 1973. À semelhança do progenitor, repartiu a vida entre o foro e o jornalismo – ao que associou alguma atividade política. Foi na qualidade de advogado *provisionário* que publicou dois pequenos trabalhos: *O caso de Quepém. Defesa do arguido Rajarama Rongagi Poinguincar* e umas *Reflexões jurídicas em torno de uma questão comercial no julgado de Mormugão*. No mundo da política, ocupou os cargos de presidente da câmara de Mormugão e de administrador das comunidades do concelho de Salsete e mais tarde após uma passagem por Portugal, das de Goa. É neste contexto que devem ser enquadradas outras duas publicações: uma reflexão sobre os *Panoramas económicos e sociais da Índia Portuguesa* e a *carta política* endereçada ao então governador Couceiro da Costa. Aleixo Costa considerava-o especialmente fadado para a imprensa e elogia-lhe a “*invulgar cultura literária, falando e escrevendo o português e inglês, com correcção e brilho*”. Colaborou no periódico da família (“A Índia Portuguesa”) e no “Portugal e as Colónias”²⁸². Em paralelo fundou e dirigiu o “Jornal da Índia” (semanário editado em Orlim), “O Rebate”, “A Lanterna” e “A Opinião”²⁸³.

Em 2000 o XCHR publicou uma obra coletiva na qual se faz a sua biografia e se publicam traduções em inglês que vários dos artigos que foi dando ao prelo ao longo da vida. Falamos de *Goa's Foremost Nationalist: José Inácio Candido de Loyola*. Apesar de esse trabalho procurar identificar e explorar sobretudo a vertente “nacionalista” de Loiola, dispõe de alguma informação relativamente à sua família. Assim, Carmo d'Souza explica que “*The Loyola family at that time established itself on Goa's politica scene. It was instrumental in running the Partido Indiano. The party's views were voiced in the newspaper India Portuguesa. A story goes round that Fanchu's grandmother claimed that she had dedicated her three sons to the three important professions in Goa: a priest to God, a doctor to the society and a lawyer to the Devil. The lawyer, José Loyola (senior) was a political giant that Goa produced in the 19th century. He carved a name for himself*

²⁷⁹ Para maiores dados sobre Messias Gomes e “O Ultramar”, consulte-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 36 e 37.

²⁸⁰ Para mais informações sobre Amadeu Prazeres da Costa veja-se *infra* o ponto 4-IV-4), a).

²⁸¹ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 253.

²⁸² Mártires Lopes anota que José Inácio de Loiola foi diretor e redator deste semanário – Lopes, António dos Mártires (coord.) (1971), 63.

²⁸³ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 211. Com ligeiras discordâncias, veja-se também Lopes, António dos Mártires (coord.) (1971), 57 e 106. O “Rebate” existiu de outubro de 1913 a junho de 1914; a “Lanterna” de outubro de 1914 a dezembro de 1916 (note-se que Mártires Lopes indica tratar-se de uma “*revista política*” que servia de “*Órgão do Partido Indiano*” e dá como seu diretor outro membro das elites *naturais* chardós, João de Deus Gelásio Furtado) e o “Jornal da Índia” apenas entre março e agosto de 1913.

in Goa's electoral history. He was the central figure in the political events of 1890s”²⁸⁴. Note-se que certamente por lapso o autor dá José Inácio como advogado e Avertano como médico quando o primeiro é que é clínico e o segundo *provisionário*. E Yona Loyola-Nazareth, filha do homenageado: “Fanchu Loyola was born at the home of his maternal grandparents in March 11, 1891. At the time, his father Avertano de Loyola and his uncle Dr. José Inácio de Loyola were both in exile in British India, in the aftermath of the September 21, 1890 political skirmish at Margao, during which 21 citizens had lost their lives. The two brothers returned in September of 1891 to Goa. It was then that the family returned to Orlim and the baptism of Fanchu took place”²⁸⁵. Por sua vez Joseph Barros enfatiza o facto de José Inácio Cândido ter nascido “in the lap of luxury and with a silver spoon in his mouth” e lembra a “palatial house” da família: “The house of the Loyolas is very palatial and surrounded by tal coconut trees said to have been planted by Fanchu's uncle José Inácio who besides being an excellent physician was a very practical agricultural man and printd in his own press at Orlim in 1912 the remarkable botanical manual A Arte Palmarica. It appears that Fanchu inherited from his famous uncle a love and passion for gardening and horticultuture, which stood him in good stead during his term as Inspector of Comunidades. The house of the Loyolas at Orlim was in the past the rendezvous of eminent Goans, be they lawyers, journalists, politicians or landlords who thronged there to deliberate on the public issues concerning the Goan people. The historic and ancestral family of Fanchu Loyola's forefathers, hails from the time of the Hindu conversions to Roman Catholicism by the Portuguese missionaries in Orlim in 1568, when St. Michael's Church was built”. Fornece também dados sobre a sua formação: “His early education revolved around his own house which was like a spacious educational complex because of the large number of cupboards full of books and papers, which adorned the main hall. He did his Portuguese primary education in his own villae of Orlim and later studied English at Karwar. He then took up law”. Por fim, enfatiza a veia jornalística e política do biografado: “Fanchu's mind and heart always pined for politics and journalism which were two very effective and long rage weapons which he carried in his armoury. He published during his dynamic political career both in Portuguese India as well as during his exile in British India, several newspapers which can be studied for an in-depth study of his personality and political ideology, for which he had to suffer trials and tribulations very often”²⁸⁶.

Casou no dia 27 de janeiro de 1918 com D. Mónica (mais conhecida por Amélia) de Sousa, natural de Tivim e filha de Tomás César de Sousa. Tiveram três filhas e um filho, Avertano, que nasceu em 1923 e morreu afogado em Damão em 1937;

4-IV-2) D. Maria Julieta de Loiola, que veio a casar com o seu primo Miguel António Xavier de Loiola Furtado²⁸⁷;

4-IV-3) D. Alice de Loiola;

4-IV-4) D. Ana Dulcina Maria Luísa Idinha de Loiola, a qual casou com o deputado, jornalista e durante muitos anos “patriarca” da comunidade goesa em Lisboa José Miguel Lamartine Prazeres da Costa. Prazeres da Costa nasceu em Orlim no dia 13 de março de 1879 e morreu em Lisboa, reformado do cargo de diretor dos serviços de fazenda das colónias, a 17 de maio de 1949. Teve por progenitores o médico José António Prazeres da Costa, que foi presidente da câmara municipal de Salsete, e D. Galdina Filomena Monteiro. De acordo com Aleixo Costa: *Com o curso do Liceu Nacional de Nova Goa partiu em 1899 para a metrópole a fim de cursar os estudos superiores, seguindo mais tarde para Paris, onde obteve o diploma de Doutor em Letras. Finda a carreira escolar dedicou-se ao jornalismo, colaborando nos jornais como O Século, Vanguarda, e*

²⁸⁴ Souza, Carmo d' (2002), XXVIII.

²⁸⁵ Borges, Charles J. (edit.) e Leitão, Lino (trad.) (2002), XXXVI.

²⁸⁶ Borges, Charles J. (edit.) e Leitão, Lino (trad.) (2002), XXXIX e XL.

²⁸⁷ Veja-se *infra* ponto 6.

Diário de Notícias, onde pugnou energeticamente pelos interesses coloniais. Fundou ainda jornais em defesa das províncias ultramarinas, como O Colonial, Jornal das Colónias e Voz da Índia, que especificamente se ocupou dos interesses desta terra. Militou em diversos partidos republicanos, ocupando neles posição de destaque. Desempenhou altas funções no Ministério das Colónias e teve notável acção nas questões coloniais. Ingressou anos depois no quadro da Auditoria Fiscal como auditor-geral e mais tarde nos Serviços de Fazenda, situação que o levou até Angola, onde foi director provincial de Malanje. Tanto como deputado pelo círculo de Salsete, em várias legislaturas, e ainda como vogal, por longos anos, do antigo Conselho Colonia, Prazeres da Costa dedicou-se “aos interesses mais vitais da sua terra natal e durante os primeiros anos da República foi, pode dizer-se, o arauto das aspirações da Índia, quer no Parlamento, quer no Terreiro do Paço”. “Para todas as medidas administrativas que no Ministério das Colónias se preconizassem para este Estado, a sua opinião era ouvida com interesse e muitas vezes acatada”. A seu respeito escrevia António José de Almeida: “Os povos da Índia que o elegeram não podiam ter melhor representante. Prazeres da Costa tem feito, em pouco tempo, pela Índia, o que muitos não fizeram em largos anos, embora dispusessem de condições mais favoráveis”. E Júlio Martins acrescentava que Prazeres da Costa representava, dentro do Congresso da República Portuguesa, a encarnação da própria Índia”. Para lá dos numerosos artigos dispersos por vários periódicos a que Aleixo Costa alude, Prazeres da Costa publicou duas pequenas obras: em 1899 o esboço biográfico *O que foi o advogado Martinho A. de Menezes* e em 1926 *Bases orgânicas da Administração Civil e Financeira das Colónias*. Aquela foi impressa em Goa, esta em Lisboa²⁸⁸.

José Prazeres da Costa e D. Idinha de Loiola tiveram:

a) José Armando Francisco Amadeu Prazeres da Costa, usualmente conhecido por Amadeu P. da C.. Nasceu em Orlim a 29 de março de 1908 e morreu em Pangim em 1972. Foi advogado *provisionário*. Aleixo Costa dedica-lhe a seguinte nota biográfica: “Com os preparatórios do seminário de Rachol, estudou inglês em Poona e Bombaim. Nesta última cidade, enquanto estudante do St. Xavier’s College, foi convidado para organizar o ensino da língua portuguesa na António da Silva’s High School, onde leccionou, por um ano, as disciplinas de português, francês (e) geometria. Nessa época fundou o semanário trilingue The Goan Herald, em português, inglês e concani, de que foi editor. Regressou a Goa, fez no Liceu Nacional os exames do curso complementar de letras e trabalhou ao mesmo tempo na redacção do jornal Índia Portuguesa, de cujo corpo redactorial fez parte. Foi oficial do Registo Civil de Perném e Pondá e ainda secretário da Comissão de Melhoramentos de Mormugão e da Colónia Penal Agrícola do Cabo da Rama. Deixou essas funções para se dedicar à advocacia e jornalismo, assumindo a direcção política do diário O Herald, de que foi redactor principal. Como jornalista, Prazeres da Costa revelou-se um espírito crítico, sobretudo nas crónicas semanais de crítica aos acontecimentos da política internacional. Vogal do Conselho Legislativo, em mais de uma legislatura, tomou parte nas discussões de importantes medidas legislativas, proferindo notáveis discursos. Proferiu algumas conferências de carácter cultural que andam dispersas pelos jornais”²⁸⁹;

4-I) JOSÉ INÁCIO DE LOIOLA, que continua. Nascido em Orlim a 7 de Janeiro de 1834, tendo morrido, na mesma localidade, no dia 19 de Maio de 1902. De acordo com Aleixo Costa: “Médico, jornalista e político (...). Depois de se formar em Medicina pela Escola Médica de Goa, em 1857, fez clínica na sua aldeia, onde soube atrair uma vasta clientela. Em 1861, cooperou com Manuel Lourenço de Miranda e Franco na fundação do periódico A Índia Portuguesa assumindo, desde Maio de 1866, a direcção deste periódico até à sua morte.

²⁸⁸ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 276 e 277.

²⁸⁹ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 250 e 251. Sobre Prazeres da Costa *pai* e Prazeres da Costa *filho*, Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 253.

*Jornalista desassombrado e polemista temido, versou nele com superior visão as mais complexas questões económicas e problemas sociais, e da administração pública, procurando sempre dar-lhes soluções adequadas. Foi vereador da Câmara de Salcete no biénio de 1862-64, na governação do conselheiro, conde de Torres Novas e no biénio seguinte foi eleito vice-presidente e depois presidente. Em 1870 foi procurador à Junta Geral do distrito durante a governação do conde de S. Januário. Em 1897 fez parte da comissão do regulamento da desamortização dos prédios das comunidades (...). De 1896 a 1898 foi vogal do Tribunal de Contas. José Inácio de Loyola como político foi chefe do grande e popular “Partido Indiano” que assinalou no país um dos períodos mais notáveis da sua história. Mais tarde, abraçou o partido progressista, com a filiação dos partidos locais nos da metrópole e foi chefe desse partido em Goa. Após os morticínios de 21 de Setembro de 1890 teve que homiziar-se para as terras da então vizinha Índia, donde voltou, em Setembro de 1891, anulado o processo por falta de crime. Em 1886 foi agraciado, pelo Papa Leão XIII com a comenda de S. Gregório Magno. Pertencia ao antigo Instituto Vasco da Gama e à Sociedade dos Amigos das Letras, de Bombaim”. Para além da larguíssima colaboração nas páginas do “Índia” publicou três obras: *As petas genealogico-historicas* que rebatiam a genealogia dos Costa de Margão e as acusações que esta família vinha fazendo aos Loiola (1875); *O visconde do contrabando e a revolta de 1895 em Goa* (1896) e *Culturas Indianas* (1896)²⁹⁰.*

Acrescenta Mártires Lopes: “em 4 de Janeiro de 1861, nasceu A Índia Portuguesa, da redacção de Manuel Lourenço de Miranda Falcão, com cuja morte assumiu a direcção do jornal o Dr. José Inácio de Loiola. Outro vulto de inconfundível envergadura que se distinguiu mais na política, com uma admirável acuidade de visão de problemas regionais, com princípios sólidos, pelos quais ofereceu vivo combate na imprensa, servido duma lógica irrefragável, de notáveis faculdades de polemista e chefe político. Homem de largas iniciativas, como o seu contemporâneo Bernardo Francisco da Costa, dedicou-se à agricultura, procurando no seu livro *Culturas Indianas* proporcionar aos trabalhadores rurais valiosas lições de cultura racional do campo. Fundou a Associação Industrial em Navelim. E, fez de A Índia Portuguesa o veículo de novas ideias, novos pensamentos nos diversos ramos da actividade humana, e, principalmente, órgão poderoso dum partido popular, o Partido Indiano”²⁹¹

Casou com Mafalda Carolina Cota, filha de Marcos Camilo Cota, “um dos principaes proprietarios de Chinchinim”, e neta de Joaquim Francisco Cota, “morgado, antigo capitão mandante de milicia e representante d’um solar da primeira ordem na nobiliarchia goana, segundo ouvimos ao proprio sr. Catão”²⁹².

José Inácio de Loiola comprou na década de 60 do século XIX uma parcela dos bens que originariamente integravam o chamado *confisco dos palmares de Orlim, Varcá e Carmona*. Estes tinham constituído um vasto prazo da coroa e, antes disso, haviam pertencido à Companhia de Jesus. Recorde-se que em Goa – como explica Gomes Loureiro – se usava a expressão “*confisco à Fazenda*” para designar “os Bens que provierão da extinção dos Jesuitas”²⁹³. A dimensão original do prédio, os débeis recursos dos capitalistas locais, o fraco rendimento que o prazo garantia, um pesado foro anual de quatro mil xerafins e a *fama de mau agouro* fizeram com que a propriedade mudasse várias vezes de proprietário. Um dos proprietários anteriores foi António Sérvulo Afonso Dias, sobrinho do deão Paulo António Dias da Conceição. Após o falecimento de Sérvulo Afonso Dias, propôs-se a compra da propriedade a Bento Xavier de Loiola. Este contudo não se decidiu pela sua aquisição. Pouco tempo volvido opta-se fracionar o prédio. É e só depois deste retalhamento do imóvel originário que, após um processo envolto em alguma controvérsia, José Inácio de Loiola adquire parte do mesmo. O próprio José Inácio não só admite que o negócio acabara por se revelar vantajoso para a sua família

²⁹⁰ Costa, Aleixo (1997), vol. II, 210 e 211. Para mais informações sobre o partido indiano consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 154.

²⁹¹ Lopes, António dos Mártires (coord.) (1971), 20. O autor também reproduz nesta obra um retrato de José Inácio de Loiola.

²⁹² Loiola, José Inácio de (1875), 24. Não conseguimos demonstrar a existência de um parentesco entre Mafalda Carolina e o deão Pedro António da Cota. No entanto, é provável que o mesmo exista. De acordo com Aleixo Costa, o deão Cota “nasceu em Chinchinim, Salsete, a 29-IV-1845 e morreu na mesma freguesia a 23-III-1919. Antigo vigário-geral, deixou nas missões do padroado as melhores recordações pelos serviços prestados. Foi cônego e depois deão da Sé Patriarcal de Goa. Era desembargador da Relação Metropolitana e juiz da secção Pontifícia, tendo em 1896 feito parte da Junta Governativa e governado a arquidiocese em 1898 e 1900. Pertenceu à Sociedade de Geografia de Lisboa e colaborou nos periódicos A Cruz e A Índia Católica” – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 294.

²⁹³ Loureiro, Manuel José Gomes (1835), 90.

como também atribuía aos dividendos que a propriedade gerava as acusações feitas por Catão da Costa relativamente ao processo de aquisição desta parte dos *bens do confisco*²⁹⁴.

José Inácio de Loiola e Mafalda Carolina Cota tiveram:

5) D. MARIA LEONOR DE LOIOLA, que veio a casar com o advogado Cristóvão Gabriel Furtado, filho de José Maria Furtado. Foi seu filho:

6) MIGUEL ANTÓNIO XAVIER DE LOIOLA FURTADO, nascido em Orlim a 26 de novembro e falecido em Chinchinim no dia 26 de setembro de 1918. Dedicou a maior parte da sua vida ao exercício da medicina em Salsete – era licenciado pela Grant Medical School de Bombaim –, ao jornalismo e à política. Nestes dois últimos domínios assumiu-se como sucessor de Avertano de Loiola quer no periódico “A Índia Portuguesa” quer na liderança do Partido Indiano. Foi enquanto cabeça desta força política que concorreu, após o 5 de outubro, a um lugar em S. Bento. No entanto, a eleição acabou por ser impugnada alegando-se a ocorrência de irregularidades que comprometiam irremediavelmente a sua viabilidade. Para além de inúmeros artigos espalhados sobretudo por “A Índia Portuguesa” e a “Revolução de Setembro”, deu à estampa um pequeno trabalho intitulado *O grande apóstolo do século XVI*, que assinou com o pseudónimo que geralmente usava: Max²⁹⁵. Defensor intransigente do concani, integrava o grupo dos que sustentavam a sua reabilitação. A facção contrária a esta corrente era encabeçada pelo poeta e militar *descendente* Fernando Leal²⁹⁶, sendo que entre as duas acabou por eclodir intensa polémica²⁹⁷.

Miguel de Loiola Furtado casou com a sua prima D. Maria Julieta de Loiola²⁹⁸. Tiveram:

7-I) Álvaro de Loiola Furtado, que foi o último proprietário da grande casa dos Loiola de Orlim (hoje também chamada *casa Loiola Furtado*), que doou a uma instituição religiosa. De acordo com Helder Carita, que estudou o edifício, hoje está aí instalado um colégio de crianças²⁹⁹.

7-II) Mário de Loiola Furtado;

7-III) D. LEONOR DE LOIOLA FURTADO, que segue;

7-III) D. LEONOR DE LOIOLA FURTADO, que continua. Nascida a 24 de maio de 1909, foi provavelmente uma das goesas mais mediáticas da sua geração. Apesar de, seguindo o que era usual na época, ter casado aos 15 anos com o advogado *provisionário* Martinho António Fernandes, procurou prosseguir os seus estudos, ainda que de forma bastante autodidacta. Foi também devido a isso que, após a morte do marido, assumiu a direcção do jornal que praticamente desde sempre andara associado à sua família: “A Índia Portuguesa”. Manteve-se ao leme deste periódico mesmo durante anos especialmente conturbados, enfrentando as reservas da União Indiana face aos principais jornais editados em Goa no pós-1961. É nesse sentido que Devi e Seabra louvam o seu “*espírito inquebrantável*”³⁰⁰. Morreu em Margão no dia 8 de janeiro de 2005.

Em 1956, durante uma das suas estadias em Lisboa, publicou o livro *Salteadores da Honra alheia na Índia Portuguesa*. Este trabalho – que mais não é do que uma longa catilinária – interessa sobretudo pelos visados. Ao longo de treze capítulos, a autora rebate acusações, aponta o dedo a inimigos e rivais e procura insistentemente descrever nos tons mais negros possível aqueles que considerava serem os seus (e do seu marido) principais adversários. E quem são esses rivais? Não é surpreendente que a resposta seja uma vez mais: os Costa de Margão. Quer isto dizer que da leitura de *Os salteadores* se infere com toda a clareza que a inimizade profunda entre Loiolas e Costas (e respetivos partidos) à qual já aludimos várias vezes prossegue durante todo o século

²⁹⁴ Loiola, José Inácio de (1875), 30 e ss.

²⁹⁵ A obra em questão conheceu duas edições, uma delas póstuma, em 1910 e 1952.

²⁹⁶ Sobre este escritor consulte-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 85 e ss e Gonçalves, Caetano (1942).

²⁹⁷ Para informações mais detalhadas, veja-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 211 e 212.

²⁹⁸ Veja-se *supra* ponto 4-IV-2).

²⁹⁹ Carita, Helder (1996), 190.

³⁰⁰ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 258.

XX e se mantém até aos últimos dias da administração portuguesa em Goa. Note-se que faltavam uns escassos cinco anos para 1961. A ofensiva é particularmente visível nos primeiros capítulos da obra e apontava sobretudo para Bruto da Costa. Pensemos a título meramente exemplificativo no capítulo II – sugestivamente intitulado *Os Brutos e a Piratagem*. Aí, a autora aborda a administração do hospício de Margão. Principia no entanto as suas considerações sobre aquele assunto mergulhando no século XIX, a fim de recordar estar Salsete desde há muito dividida entre duas fações que constantemente se digladiavam sob a capa da política. A seu ver, a melhor parte da comarca jamais soubera porém manter-se fiel aos Loiola e ao seu quartel-general repartido entre Chinchinim e Orlim:

“O povo escreve direito pelos seus gestos simples, decisivos e drásticos. O povo de Salsete, como nenhum outro do Distrito de Goa, escreveu com sangue a sua história política, pela jornada cívica de 21 de Setembro de 1890, sob a égide do Partido Indiano que tem por bandeira o jornal “A Índia Portuguesa”. Reza era, e está escrito, que, certo dia, a população reunida na aldeia de Chinchinim, dera de “comer a um bruto da costa de malabar o que o gado deita à rua”. Manifestação simplória de que se tira uma lição. A lição da sede de Justiça, que o homem procura fazer com as próprias mãos! Gesto grotesco, mas simbólico, esse em que se desnuda a alma rude popular.”

O marido de Leonor de Loiola foi administrador das comunidades de Salsete. Era filho de Henrique Circuncisão Fernandes e de Apolónia Carvalho; neto materno de Calixo do Rosário Carvalho e paterno de Diogo Mariano das Neves Fernandes e Angélica Felicidade Martins – este de Colvá, aquela de Taleigão³⁰¹. Diogo Mariano das Neves foi irmão de um eclesiástico conhecido na época: o cônego Martinho António Fernandes. Este sacerdote nasceu em Colvá no dia 18 de janeiro de 1810 e morreu em 1893. Após uma breve incursão pela carreira militar (ainda obteve carta patente de cadete) enveredou pela vida religiosa. Prossegue estudos em Rachol e é ordenado. Abre de seguida um curso livre de filosofia em Salsete. Abandonará aquela ocupação em 1841, na altura em que é chamado para cargos de maior responsabilidade na arquidiocese. Primeiro como cônego quaternário da Sé. Em seguida na qualidade ecónomo da conesia e promotor fiscal da justiça eclesiástica. Mais tarde passará a desembargador da Relação eclesiástica, mestre-escola, tesoureiro-mor e, finalmente, em 1880, deão do cabido da Sé. Nesse mesmo ano, o arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcellos, ao deixar a arquidiocese regressando a Lisboa, designou-o presidente da junta governativa da mesma enquanto esta estivesse *sede vacante*. Em paralelo, foi em 1859 eleito procurador da junta geral do distrito pela câmara de Salsete³⁰². Só publicou uma obra: o opúsculo *Oração fúnebre do Ex.mo e R.mo Sr. Dom Gaspar de Leão, 1º Arcebispo Metropolitano de Goa, Primaz do Oriente, nas solenes exequias da trasladação dos seus ossos mandadas fazer pelo Ex.mo e R.mo Sr. Dom João Chryostomo de Amorim Pessoa (...)*. Esta trasladação (à qual se associou a das ossadas de D. Frei André de Santa Maria, bispo de Cochim) foi feita com a maior solenidade possível atendendo desde logo ao facto de o prelado em causa, que governou a arquidiocese entre 1558 e 1567, ter sido o primeiro a usar o título de arcebispo. D. Gaspar de Leão foi também o fundador do convento de Daugim, razão pela qual fora enterrado nesse cenóbio que já estava muito arruinado em meados do século XIX³⁰³.

Diogo Mariano das Neves e o cônego Martinho António Fernandes eram ambos filhos do oficial de milícias Manuel António Fernandes, comandante do forte de Cola, falecido em 1830, e de Maria Rita Madalena Martins. Manuel António Fernandes teve três irmãos:

- a) Padre Baltasar Fernandes, nascido a 26 de março de 1767. Aluno aplicado e destacado em Rachol, foi, depois de concluída a sua formação e após apresentar-se a provas públicas, convidado para ensinar teologia e filosofia naquele seminário. Ordenado a 6 de junho de 1790, destacou-se como pregador. Começou a estudar *“o direito canonico e o civil”* em 1794 e fez exame perante o desembargador vigário geral a fim de obter provisão para poder advogar no auditório eclesiástico. Esta foi-lhe passada a

³⁰¹ Angélica Martins era por sua vez filha de Miguel João Martins, natural de Taleigão, e de Antónia Violante.

³⁰² Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 391.

³⁰³ Para informações suplementares sobre Daugim veja-se designadamente Saldanha, M. J. Gabriel de (1990), vol. II, 93 e ss e Dias, Pedro (2008), 108, 109 e 131. Lopes Mendes publicou um esboço do mesmo já abandonado e semi-derrubado: Mendes, A. Lopes (1989), vol I, 184.

5 de dezembro de 1795. De acordo com o seu biógrafo, o bom nome que conquistou enquanto advogado do foro eclesiástico fez com que o arcebispo o nomeasse desembargador da Relação eclesiástica a 24 de setembro de 1799. Escolhido para padre da igreja de Santo Estêvão de Jua a 25 de setembro de 1795, concorreu para pároco de Margão alguns anos depois. Foi confirmado nesta paróquia por carta régia de 24 de fevereiro de 1804. Designado deputado extraordinário do Santo Ofício por provisão de 4 de abril de 1805 e agraciado com o hábito da ordem de Cristo mediante decreto de 15 de agosto de 1805. Segundo o seu biógrafo, foi “o primeiro cavalleiro professo entre os indigenas da India”. Terá recusado o lugar de vigário geral do arcebispado que oferecido pelo arcebispo S. Galdino³⁰⁴,

- b) Padre Inocêncio Henrique Fernandes
- c) José Caetano Fernandes, capitão, que foi nomeado mestre de campo de Salsete em 1801, após a morte do seu pai e antecessor.

Eram todos filhos de outro António Martinho Fernandes, de Colvá, e de D. Maria da Cota, “*senhora d’um espirito varonil e instruída, descendente d’uma das mais antigas familias de Chinchinim*”. António Martinho, oficial de milícias, depois de ter ocupado “*logares honoríficos no senado da camara da provincia de Salcete*”, foi escolhido para primeiro mestre de campo de Salsete e comandante geral das ordenanças daquela província³⁰⁵ e nomeado procurador síndico do hospício de Rachol³⁰⁶. Catão da Costa informa-nos que integrou os corpos do senado da câmara de Salsete em finais do século XVIII, “*cujos vogaes (frisava o autor em questão) só podiam ser aquelles que desde quatro gerações anteriores pertencessem a familias principaes*”³⁰⁷. É ainda Catão que o dá como avô de um Roque Ambrósio Fernandes que julgamos ser o mesmo Roque Ambrósio do Menino Jesus que referimos *supra*, ponto 3-I).

MONTEIRO, DE ASSOLNÃ

Sacramento Almeida deparou-se com dificuldades acrescidas no que diz respeito ao estudo desta família. Tal refletiu-se no resultado final que apresentou, em boa parte composto por elementos e dados não só extremamente dispersos como por vezes também contraditórios. O autor não deixa aliás de o admitir, acrescentando que as dificuldades principiaram logo com a análise de um *tombo* de todas as *cotubanas* das aldeias de Assolnã, Velim e Ambelim que “*os naturais e moradores delas possuem “de meias com o senhorio (Companhia de Jesus), organizado sendo procurador Padre João Nunes” que foi também nesse ano vigário de Assolnã*”³⁰⁸. Aí aparecem pelo menos duas vezes os nomes de João Monteiro e de seu filho António. Mas Sacramento Almeida nem sequer consegue relacionar de forma satisfatória e definitiva estes dados, preferindo antes deixar a questão em aberto: “*Serão pessoas diferentes? Formulamos esta pergunta porque há na adeia duas familias do mesmo apelido Monteiro etnicamente diferentes, uma morando no antigo bairro Culmoroda ou Cullamorada e outra no bairro Bainaique. Não conseguimos elementos para identificá-las ou distinçá-las*”. No entanto, e com base na análise dos registos paroquiais locais e de outra documentação que logrou consultar, o autor que vimos a seguir propõe um esquema genealógico que nos serviu igualmente de base de trabalho.

³⁰⁴ Para maiores desenvolvimentos leia-se a biografia que Félix Pereira lhe dedicou e que reproduzimos no anexo I: documentos avulsos – nº 59, B, III.

³⁰⁵ A carta patente data de 1778 tendo o lugar sido criado cinco anos antes.

³⁰⁶ Os dados relativos à parentela do padre Baltasar Fernandes foram extraídos da biografia deste sacerdote que transcrevemos em anexo. Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 59, B, III.

³⁰⁷ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 15.

³⁰⁸ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 108 e ss.

Os Monteiro assumem um papel importante no mundo das elites chardós. Por um lado, devido à sua política de aliança com algumas das principais famílias suas congêneres, como os Menezes de Goa Velha (e consequente e indiretamente os Egípci de Sousa), os Godinho de Majordá, os Martins de Assolnã, os Pereira de Utordá, os Pereira de Andrade, os Santimano e os Gomes de Navelim (António Inácio Augusto Monteiro casou com a irmã de Francisco Luís Gomes). Por outro, souberam marcar presença em praticamente todos os domínios nos quais as elites *naturais* católicas se destacavam: na igreja e nas missões do Padroado, no exercício de cargos públicos, na burocracia, no jornalismo, na medicina e, naturalmente, no mundo da advocacia.

1) MATEUS MONTEIRO, que Sacramento Almeida acreditava – sem contudo, a nosso ver, apresentar elementos suficientemente fortes de modo a justificar o raciocínio – ser neto de um dos João Monteiro a que se faz alusão na nota introdutória a esta família. Casou com Susana Velho, sobre a qual aquele autor também nada sabia de concreto, perdendo-se um pouco em suposições: “*cremos ser filha de Estevão Velho, em gentio Rama Curou, portanto novo cristão, e vivia em 1630*”. Tiveram:

2-I) Rosa Monteiro, a qual casou com o seu conterrâneo Álvaro de Almeida, do Bairro Baixo, de quem parece ter tido cinco filhos:

2-I-1) Maria, casada com Joaquim da Silva no dia 24 de novembro de 1767;

2-I-2) Ana, que casou com Diogo Vaz, filho de António Vaz e Inácia Pais, em 23 de novembro de 1789;

2-I-3) Madalena, falecida solteira;

2-I-4) José Joaquim, o qual casou, no dia 23 de novembro de 1796, com Mariana Colaço, filha de Lourenço Colaço;

2-I-5) Caetano, casado com Serafina de Noronha;

2-II) SEBASTIÃO MONTEIRO, que segue;

2-III) Teresa Monteiro, a qual casou com José Martins, de Assolnã (bairro Bandá), filho de Sebastião Martins e Petornila Baltazar de Andrade³⁰⁹;

2-II) SEBASTIÃO MONTEIRO, que continua. Casou com Catarina Braz, filha única (pelo que herdeira universal) de António Xavier Vaz, de Velim. A sua mulher também pertencia a uma estirpe abastada da região, conforme explica Sacramento Almeida: “*Há duas famílias do apelido Braz em Velim: uma que ainda subsiste e a outra do referido P.e Diogo Braz dos Mártires (ord. 22-12-1759), morando ambas em bairros distintos da aldeia, mas oriundas do tronco comum. A família do Pe. Diogo, sabe-se por tradição oral, morava no bairro dos Cairos, antigo Naique, era rica possuindo valiosos bens. Extinguiu-se na linha varonil com António Xavier e Inácio, primos de P.e Manuel, ord. presb. 11-11-1859, os quais morreram sem sucessão varonil, deixando o primeiro uma filha Catarina casada com Sebastião Monteiro...; e o segundo Inácio também uma filha Maria casada com Baltazar de Almeida, nosso bis-avô, falecido, a 22 de Março de 1844. A casa era conhecida como dos “Frades”, visto os dois padres terem sido frades de Chimbél, e António Xavier conhecido como “Morgado”*”³¹⁰.

Tiveram:

3-I) MANUEL ANTÓNIO MONTEIRO, que segue;

3-II) Padre Caetano Brás Monteiro;

³⁰⁹ Cfr. ponto 4-IV).

³¹⁰ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 109 e 110.

3-III) Padre Inácio Monteiro, que parece ter também usado o nome **Inácio Monteiro de Almeida**;

3-I) MANUEL ANTÓNIO MONTEIRO, que continua. Proprietário abastado, foi “*Um dos apurados em 1777 para eleitor e eleito para Senado de Salcete e para outros cargos da Província*”³¹¹. Casou em primeiras núpcias no dia 21 de novembro de 1749 com a sua conterrânea Querubina Furtado, filha de António Furtado e de Francisca Luís³¹². Não conhecemos geração deste casamento.

Manuel António Monteiro, após enviuvar, passou a segundas núpcias com Sifrosa Rodrigues, filha de Manuel João Rodrigues e Esperança Furtado, de Carmonã. Dela houve:

4-I) Ritina(ou Rita) Monteiro, a qual casou no dia 6 de julho de 1790³¹³ com Francisco Vaz da Conceição³¹⁴, igualmente nascido em Assolnã e filho de Teotónio Vaz e de Antónia Viegas.

Tiveram:

4-I-1) Maria Caetana Vaz, casada no dia 8 de janeiro de 1809 com Salvador Avelino Xavier do Rosário, filho de Salvador Francisco do Rosário e Rosária Francisca Furtado, de Velim. O enlace foi celebrado por um personagem bem conhecido da Goa da época, o deão José Paulo da Costa Pereira de Almeida, mais conhecido por *deão de Quepém*;

4-II) José Caetano Monteiro, que casou com Ana Florinda Fernandes, que parece ser originária de Chandor. Dela houve:

4-II-1) Rita Monteiro, a qual casou em 1806 com Menas António Flor Coutinho, filho de Lopo José Coutinho e de Josefa Joaquina. Moraram em Seraulim, de onde Menas parece ser natural;

4-II-2) Maria Monteiro, casada no dia 22 de fevereiro de 1809 com Alexandre Carvalho, de Chandor, filho de Manuel Carvalho e Ana Florinda Fernandes;

4-II-3) Francisco António Monteiro, falecido solteiro em 1855. Foi administrador dos bens de Assolnã;

4-II-4) Padre Lourenço Caetano Monteiro, ordenado em 1812;

4-II-5) Agostinho Brás Monteiro, regedor da sua aldeia de Assolnã. Casou com ..., de quem houve:

a) Manuel António Monteiro, advogado *provisionário*. Segundo Sacramento Almeida, “*foi delegado do Procurador da Comarca das Ilhas de Goa, vereador da Câmara, do mesmo Concelho, 1853-1855, Conservador da Comarca de Quepém*”. Foi igualmente administrador dos *bens do confisco* por breves meses em 1855³¹⁵. Casou e teve duas filhas, “*uma casada em Betalbatim, na família Dias, que faleceu sem prole, outra Florinda casada com Bento Claudino Rodrigues, de Navelim, genro comensal, que deixou geração*”³¹⁶;

b) José Felício de Sacra-Família Monteiro, o qual casou com Rita Leocádia Ernestina Furtado, de Navelim. Tiveram pelo menos: **(i) Francisco Xavier António do Rosário Monteiro**, “*vereador da Câmara Municipal e vice-presidente da Comissão Municipal de*

³¹¹ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 108.

³¹² Consulte-se neste anexo o título Furtado, de Assolnã e Pereira, de Orlim, ponto 2-I).

³¹³ O autor avança porém com uma calendarização diferente noutro passo da obra: 6 de março de 1790.

³¹⁴ Francisco Vaz da Conceição era irmão de Cornélio Manuel Vaz, casado com Ana Cardoso – consulte-se o *supra* referido título Furtado, de Assolnã e Pereira, de Orlim, nota ao ponto 4-III).

³¹⁵ Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 7.

³¹⁶ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 111.

Salcete”, casado com Isménia Rodrigues, de Navelim³¹⁷; (ii) **Ligório Monteiro**, falecido solteiro; (iii) **Maria Amália Monteiro**, também falecida solteira; (iv) **José Felício Monteiro**; (v) **Malvina Deodita Monteiro**, casada com Máximo de Menezes, natural de Goa-Velha³¹⁸, de quem teve José Máximo de Menezes, vice-presidente da câmara municipal de Pangim e administrador das comunidades das Ilhas; e do *provisionário* (vi) **Lourenço Caetano Monteiro**. Nas palavras de Sacramento Almeida, este foi um “advogado distinto”, escritor, jornalista e “político de relevo” – durante anos muito próximo (acrescentamos nós) dos Loiola e do seu jornal “O Ultramar”. Nasceu em Assolnã no dia 16 de novembro de 1871 e morreu nessa mesma localidade a 9 de julho de 1932. De acordo com Aleixo Costa, “Com os estudos de direito, feitos no escritório do abalizado advogado Quintiano Mascarenhas³¹⁹ fez exames para advogado, em 1892 e, em 1894, obteve provisão para advogar. Foi um dos maiores na longa lista das figuras do foro de que Goa se orgulha; tendo sempre sido procurado o seu patrocínio em diversas e complicadas questões de foro. Político de destaque, militou, durante muito tempo, no Partido Indiano como um dos seus marechais; desligado, mais tarde, desse partido, por quaisquer desinteligências, depois da morte de José Inácio de Loiola, constituiu com os elementos discordantes, um novo partido “ariano”, cujo órgão, o semanário O Aryano, editou desde Julho de 1908, redigindo-o, com pequenas interrupções até Dezembro de 1915. Ocupou várias comissões e cargos, quer efectivos, quer de nomeação do governo, e em todos eles a sua opinião foi sempre ouvida com respeito. Foi vice-presidente da Câmara Municipal, de Salsete, em 3 biénios sucessivos. Entre os benefícios que se devem à sua acção naquele município, são os de maior alcance a construção do edifício dos Paços

³¹⁷ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 111.

³¹⁸ Máximo de Menezes era filho de José Frederico de Menezes e irmão de Josefa Floripes de Menezes, casada com o médico João Crisóstomo Egípci de Sousa e mãe do também médico Eduardo de Sousa Egipsy, de Calangute. Estes Sousa de Calangute (os quais mais tarde vieram a adotar também o nome *Egípcio*, *Egipci*, *Egipsy* ou mesmo *Ejipsy*) eram considerados “uma das primeiras casas de Bardez”, conforme se explica no título Loiola, com os quais estavam vagamente aparentados. Atente-se no presente anexo na introdução ao título Loiola, de Chinchinim e Orlim. Eis o que conhecemos sobre a linhagem em questão:

1) **Egípcio de Sousa**, de Calangute, foi o pai de:

2) **Bento Gaudêncio de Sousa**, o qual foi o progenitor de:

3) **João Egípcio Plácido Romualdo de Sousa**, também de Calangute. Casou com D. Marinha Carlota Açucena dos Mártires, de quem houve:

4) **João Crisóstomo Egípci de Sousa**, casado com Josefa (ou Josefina) Floripes de Menezes. A biografia deste médico mais detalhada que conhecemos é a publicada por Ivo de Souza no seu blogue, numa entrada dedicada ao médico de Egípci de Sousa, o também clínico José Bento do Rosário Sousa Ejipsy: “foi mais que médico. Era orador, professor, escritor, jornalista e educador. Natural de Calangute, nasceu em 28 de Outubro de 1870, filho de João Egípcio Plácido Romualdo Sousa e de D. Marinha Carlota Assucena dos Prazeres Mártires, neto de Bento Gaudêncio de Sousa. Estudou latim com o Reverendo William Robert Lyons, completou o curso no liceu nacional e no Instituto Profissional, e obteve o grau de Medicina e Cirurgia na Escola Médico-Cirúrgica de Goa, em 28 de Março de 1894. Fundou uma associação académica, o Ateneu Literário, que durou pouco. Praticou medicina na sua aldeia durante cinco anos. Foi professor substituto de Física e Química e Ciências Naturais no Liceu Nacional Afonso de Albuquerque, desde 25 de Junho de 1899, na ausência do Prof. Dr. Costa Álvares, e após a sua exoneração foi nomeado professor efectivo da mesma disciplina em 28 de novembro de 1904. Tinha pendor para matemática e ciências. Ensinou também português e literatura portuguesa. Tinha bom conhecimento do latim e etimologia. Teve que ser entrar em reforma devido à sua idade em 19 de novembro de 1937. Esteve envolvido em actividade social e política e contribuiu para a imprensa: A Voz do Povo, em Calangute, era órgão do partido político Progressista. Participou no Congresso Provincial de Goa e foi seu presidente. Foi membro do Conselho da Província, e da Junta Geral de Província. Colaborou n’ *O Crente*, então Boletim oficial da Arquidiocese de Goa, e substituído posteriormente pel’ *A Voz de S. Francisco Xavier*. Colaborou n’ *O Jornal do Povo*, fundado pelo Conde de Maém, envolvido na revolta de 1895. Foi membro do Instituto Vasco da Gama (hoje Institute Menezes Braganza). Participou em 1935 na primeira Comissão Provincial da União Nacional da Índia Portuguesa, presidida pelo General Miguel Caetano Dias. Recusou o ensejo de visitar Portugal durante a sua vida activa em Goa. Durante o período da sua reforma, publicou “O Catálogo Botânico das Plantas de Goa e Terras Vizinhas”, umas 150 páginas, no *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, em 1944. Faleceu com 76 anos de idade, em 7 de Dezembro de 1947. O Governador Vassalo e Silva inaugurou em 28 de Maio de 1961 uma nova escola primária com o seu nome no bairro de Sauntvado em Calangute” – <http://ivosouza.wordpress.com/2009/01/13/um-medico-goes-por-vocacao/> (consultado a 28 de dezembro de 2013). Tais dados devem porém ser complementados com os carregados por Aleixo Costa. É este autor que nos dá conta de Egípci de Sousa ter sido “secretário, por muitos anos, do mesmo liceu (de Nova Goa), mais tarde, vice-reitor e nessa qualidade, mais de uma vez, reitor” e que “a ele se deveu a comemoração do 4.º centenário da descoberta da Índia por Vasco da Gama, tendo tido grande repercussão a sua carta que escreveu ao distinto académico Henrique Lopes de Mendonça”. Aleixo Costa também apresenta uma listagem das obras publicadas por Egípci, de entre as quais destacamos o *Verdictum da opinião publica sobre os “Apontamentos para a historia da revolução em Gôa dos Soldados Ranes e Satarienses em o anno de 1895” do Sr. Ignacio Caetano de Carvalho* – publicado anonimamente (o autor apresenta-se como um luso-goense) em 1896 – e o estudo *As castas*, correspondente a uma memória apresentada ao IX congresso provincial da Índia Portuguesa. Cfr. Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 284 e 285.

³¹⁹ Para mais informações sobre este personagem e sua família veja-se neste anexo o título Cardoso, de Assolnã, ponto 2-III-5), b).

*Municipais do concelho e da criação do mercado novo na cidade de Margão*³²⁰. Era comendador da Ordem de Cristo e vogal do Conselho do Governo de que não fez parte por motivos de saúde. Já em 1920 fora eleito pelo Conselho do Governo, vogal do Tribunal Contencioso Administrativo, onde funcionou por um biênio. Existe o seu retrato no salão nobre dos Paços Municipais de Salsete³²¹. Para além da longa incursão pelo jornalismo já referida³²², publicou dois pequenos trabalhos de natureza jurídica: *Processo crime n.º 18226. Minutas do recorrente Tito Rafael António Vás e Appelação crime. Apellante: o Ministerio Publico. Appellados: Francisco Xavier do Rozario Monteiro, e outros de Assolná*, editados respetivamente em 1906 e 1907;

4-III) Sebastião Joaquim Monteiro, que casou em 1805 com Rita Benedita, outra filha de Lopo José Coutinho e Josefa Joaquina. Tiveram:

4-III-1) Vicente Joaquim Monteiro, o qual teve apenas uma filha do seu casamento:

a) Ludovina Monteiro, que casou com Cornélio Manuel Vaz, natural de Assolná. Este também provinha de algumas das principais estirpes chardós da região, como Sacramento Almeida não deixa de sublinhar. Descendia nomeadamente de um outro Cornélio Manuel Vaz, que fora “*um dos primeiros senadores de Salcete, eleito*”. Ainda no que diz respeito à estirpe, acrescentava aquele autor: “*Pertencente a Vara dos “Cuddous” do bairro Cima ou do terceiro vangor dos gancares de Assolná (...), sub divisão III. Este grupo era representado em 1870 por Cornélio Manuel Vaz, Diogo Vaz, Francisco Vaz da Piedade*³²³, *Maria Caetana, viuva de Vicente Crescêncio Vaz (família extinta na linha varonil v. despacho de 22-7-1870, do administrador do Concelho de Salcete, na relação das famílias dos gancares de Assolná)*”³²⁴.

Ao casar com Ludovina Monteiro, Cornélio Manuel Vaz era já viúvo de ... Barreto, tia do protonotário apostólico monsenhor Tomás de Aquino Barreto³²⁵.

Cornélio Manuel Vaz teve três filhas do primeiro casamento e “*do segundo três e um filho, Tito José António Rafael Vaz, que, deixa dois filhos, Cornélio e Alberto e duas filhas*”³²⁶.

4-IV) INÁCIO XAVIER MONTEIRO, que segue;

4-IV) INÁCIO XAVIER MONTEIRO, que continua. Casou duas vezes. Não se sabe contudo se teve descendência do primeiro enlace, com Joaquina da Costa, de Orlim (filha de Vitorino José da Costa e de

³²⁰ Estruturas determinantes na assinalável expansão urbana que a então vila sentiu em finais do século XIX.

³²¹ Costa, Aleixo Manuel de (2003), vol. II, 325 e 326.

³²² Sobre “O Aryano”, veja-se Lopes, António dos Mártires (coord.) (1971), 55.

³²³ Francisco Vicente Vaz da Piedade teve uma única filha, Marcelina Vaz, a qual casou com Martinho Camilo Salvador Dias. Este era “*um dos 1.ºs médicos da E. M. de Goa, 1842, de Sarzorá, do bairro Nará Poi, que fica encravado entre Cuncolim e Chinchinim, ligado ao “Baida” desta aldeia*” – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 103.

³²⁴ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 102.

³²⁵ Este eclesiástico goês nasceu em Velção no dia 17 de março de 1870, tendo por progenitores Cipriano Rosário Barreto e Maria Matilde Ludovina Cunha. Aluno destacado no seminário de Rachol, onde recebeu vários prémios, aí concluiu o curso teológico em 1891. Prosseguiu estudos naquela casa vindo a obter o grau de bacharel em teologia quatro anos volvidos com a apresentação e defesa de uma tese com um tema invulgar: *Deposição de Childerico 3.º, rei de França, e a eleição de Pepino pela autoridade do Papa Zacarias*. Foi também em 1895 que tomou ordens e terá começado a lecionar em Rachol. Aí ensinou durante quase duas décadas história universal, latim, retórica, filosofia e direito canónico. Em 1927 abandona o seminário por ter sido designado cônego e mestre-escola da Sé patriarcal. Transitará em 1933 para o lugar de chantre. Para além de desembargador da Relação Eclesiástica, desempenhou inúmeras funções nas esferas superiores da hierarquia católica goesa (designadamente as de examinador e juiz pró-sinodal, promotor de justiça e censor), exerceu por algumas vezes o lugar de vigário-geral diocesano e presidiu à comissão constituída com o fito de elaborar o processo relativo à beatificação do padre José Vaz a enviar para Roma. Colaborou com vários jornais e revistas da época tendo apenas deixado publicado em tomo uma tradução anotada: *O dogma do purgatorio illustrado por facto e revelações particulares pelo padre F. X. Schouppé, S.J. Traduzido e anotado por um presbytero da archidiocese de Goa* (1915) – Costa, Aleixo Manuel da (1997), o.cit., vol. I, 104 e 105. De acordo com outra obra relativamente recente, “*In the ancient Seminary of Rachol there have been over the years many erudite teachers in line with such famous names as Msgr. Tomas Aquino de Barreto, Msgr. Agapito Lourenço and Msgr. Castilho de Noronha*” – Vaz, J. Clement (1997), 113.

³²⁶ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 103.

Paciência de Sousa). Houve porém vários filhos do segundo, com a sua conterrânea Joaquina Esperança Martins. Esta era filha de Sebastião Joaquim Martins, do bairro Bandá, e de Petornila Baltazar de Andrade, do bairro Zainó de Velim; neta paterna de Gonçalo Caetano Martins e de Catarina Tavares (a qual era originária de Cuncolim), e materna de Baltazar de Andrade e Catarina Querubina de Barros.

Joaquina Esperança Martins era irmã de³²⁷:

- (i) **Padre Francisco Xavier Martins**, ordenado em 5 de Abril de 1818, foi sucessivamente vigário das paróquias de Velção (em 1820), Parodá (de 1821 a 1826) e Piedade (entre 1826 e 1834). Concorreu também para uma das mais desejadas paróquias goesas – Pangim – tendo sido bem classificado (mas não vencedor) entre os vários candidatos ao lugar³²⁸;
- (ii) **Serafina Martins**, que veio a casar com João da Silva, do bairro Carxeta, em Velim, sobrinho do “conhecido” (nas palavras de Sacramento Almeida) padre Salvador da Silva, da mesma localidade³²⁹;
- (iii) **Delfina Martins**, casada com Miguel Baptista da Silva, do referido bairro e também sobrinho do *supra* mencionado clérigo. Tiveram uma filha, **Maria da Conceição da Silva** casada com Nazareno Fernandes, de Cuncolim, “avô do Dr. Vespaziano”. Trata-se de Germano Vespasiano Nazareno Sebastião Fernandes, de Cuncolim, clínico graduado pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa. Este veio a casar com Virgínia Ernestina de S. Roque Afonso³³⁰. Maria da Conceição da Silva e Nazareno Fernandes foram os progenitores de Argentina da Silva, a qual veio a casar com Roque António de Almeida³³¹;
- (iv) **Dolorosa Martins**, casada com Piedade Sequeira, natural de Caná. Foram os progenitores de Quitéria Sequeira, que casou com Pedro Rogaciano Pereira, “filho de Bernardino José Pereira, de Calata, um dos apurados em 1777 para Senador da Província de Salcete”. Com geração³³²;

³²⁷ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 172 e ss.

³²⁸ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 133 e 173.

³²⁹ João da Silva seria decerto parente de Anastásia da Silva e de Florinada Silva. Veja-se neste anexo os títulos Almeida, de Assolnã, ponto 3-III-2) e Coutinho, Cabral e Martins, de Assolnã e Cuncolim, ponto 4-V).

³³⁰ Consulte-se neste anexo o título Almeida, de Assolnã, ponto 3-III-2), b).

³³¹ Id., ponto 3-III-2), a).

³³² Mais concretamente:

- **Ulorica Pereira**, que casou com Militão Osório, de Chinchim, de quem não teve geração. O viúvo casou segunda vez, descendendo deste enlace José Osório, professor em Goa;
- **Maria Viliana Pereira**, que acabou por ser a herdeira da casa paterna. Assim, o seu marido, André Florindo Gracias, ali se estabeleceu na qualidade de *genro comensal*. Tiveram **Maria Aninha Pereira Gracias**, a qual casou com António Nicolau Florindo Pereira, de Velção (médico e advogado *provisionário*, que também assumiu o papel de *genro comensal*), de quem houve somente Rogaciano José Pereira Gracias.

No que estes Gracias diz respeito, Sacramento Almeida dá-os como descendentes do casal Miguel Gracias/Maria Pereira. Deles teriam nascido o padre André Florindo Gracias (ordenado em 1782 e nomeado vigário colado de Majordá no dia 18 de Abril de 1791) e Mariano Gracias. Mariano casou com uma descendente da família Sequeira de Velção (dos chamados *morgados de Velção*), de quem teve Miguel Florindo Gracias. Miguel Florindo veio a casar com Maria Aninha Furtado, de Navelim, tendo sido os progenitores quer do já referido André Florindo (casado com Viliana Pereira) quer de Maria Matildes Gracias, “casada com António José Inácio Santimano, de Colvá que em 1841 fez parte da Câmara de Salcete; que não deixou prole varonil e a feminina é representada pelo Dr. José da Silva Pereira” – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 172. O marido de Maria Matildes seria certamente parente próximo de um sacerdote, missionário do Padroado e jurista célebre na Goa da época, o padre António João Inácio de Santimano. Este nasceu em Colvá a 18 de junho de 1814, sendo filho de Manuel José do Rosário Santimano e de Luzia Conceição Rodrigues. Morreu em Olicaré no dia 5 de setembro de 1864. De acordo com a nota biográfica que Aleixo Costa lhe dedica: “Advogado do foro civil, eclesiástico e desembargador da Relação eclesiástica, ensinou, de 1852 a 1854, jurisprudência em Margão. Foi governador das dioceses de Cochim e Cranganor e visitador das missões de Canará. Fundou a Igreja de Pullicheri e reedificou, em 1859, a de S. Pedro de Mudacrá. Instituiu em Olicaré Cranganor, uma escola de música, de línguas e filosofia. Foram tão valiosos os seus serviços prestados a favor do Padroado que (Vid. Boletins do Governo do Estado da Índia de 1855 a 1861) lhe valeram ser louvado com as portarias régias de 29-II-1856 e agraciado com o hábito da Ordem de Cristo, em 11-IX-1855”. Deixou várias obras publicadas, sobretudo nos domínios da educação. Aleixo Costa regista a existência do *Compendio dos elementos das poesias latina e portuguesa* (Imprensa Nacional, Nova Goa, 1846); da *Arte de aprender a ler e escrever a letra manuscrita em 12 lições ou 15 treslados* (Nova Goa, 1847); do *Resumo ou novo methodo da grammatica latina reduzido a compendio pelo P. A. Pereira, e acrescentado com varias nottas, regras de pronunciação e mappa synoptico* (Nova Goa, 1847) e de *Catonis distincta moralia et litti monita pedagogica* (Imprensa Nacional, Nova Goa, 1851). O autor publicou também uma *Collecção de mappas ou tabellas para se regular o preço de copras, de juro a cinco por cento, calculo de reis fortes correspondendo aos de Goa, dita de reis fracos, dita de renda de tangas das aldeias, dita do cômputo do preço dos cocos* (Nova Goa, 1848). Deixou manuscritos, para além de um *Methodo facilimo d’agricultura, commercio e industria*, dois trabalhos históricos sobre o Padroado: *Historia do nascimento, vida e martirio do B. J. de Brito, com notas, seguida d’uma noção historica das missões do Real Padroado Portuguez na India* e *Noticia historica das missões de Cranganor, Cochim e Ceilão* – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 207 e 208.

- (v) **Tomé Martins**, o qual casou duas vezes. A sua primeira mulher foi Natália da Costa³³³, de quem houve apenas Rosa Martins, que casará com Bernardo Miranda, de Dandorá, filho de Lourenço Miranda e Romana de Sousa. Após enviuar casará com a sua conterrânea Florença Viegas, de quem teve (a) “*um filho que faleceu deixando um filho Miguel que faleceu sem prole*” e (b) Esperança Joaquina Martins. Esta última casará com Severino Xavier Cardoso³³⁴;
- (vi) **Emerciano Martins**, casado com Caetana de Santa Maria Cabral³³⁵;
- (vii) **Rosa Martins**, que casou com Mariano da Cruz, filho de Martinho da Cruz, de Cavorim;
- (viii) **José Martins**, casado com Teresa Monteiro³³⁶, filha de Mateus Monteiro e Susana Velho³³⁷, de quem teve: (i) Padre Benedito Martins³³⁸, (ii) Lourenço Francisco Martins (casado em 1795 com Remígia Cruz, filha de Alexandre Cruz e de Luzia da Silva) (iii) Rosália, casada com Bento de Andrade, de Velim; e (iv) Florenço Martins. Casou este último com Ana Desteira Cardoso, filha Miguel Arcanjo Cardoso e Rosa Gonçalves³³⁹.

Inácio Xavier Monteiro e Joaquina Esperança Martins tiveram:

5-I) Severina Cristalina Monteiro, que casou no dia 24 de fevereiro de 1809 com Camilo Fernandes, natural de Chandor e filho de Lino Fernandes;

5-II) Rosa Francisca Monteiro, que parece ter casado em Orlim;

5-III) CAETANO MANUEL MONTEIRO, que segue;

5-IV) Padre Cipriano Silvério Monteiro, ordenado a 21 de dezembro de 1834³⁴⁰; cónego da Sé de Goa;

5-V) Camilo José Monteiro, o qual casou em 1834 com a sua conterrânea Ana Joana Pinto, filha de Gabriel Salvador Santana Pinto³⁴¹. Tiveram duas filhas, uma “*casada com Brunaldo Rodrigues, de Carmonã*” e a outra “*casada com João Xavier Pereira de Andrade, de Cansaulim, genro comensal*”³⁴² – tendo tido ambas geração. O acima referido João Xavier será certamente membro da família Pereira de Andrade a que nos referimos no título Bragança Pereira e Menezes Bragança. No entanto, e não obstante os nossos esforços, ainda não conseguimos determinar qual o vínculo existente entre ele e os irmãos Filoteio e Lencastre Pereira de Andrade;

5-III) CAETANO MANUEL MONTEIRO, que continua. Foi “*advogado por Sua Magestade e da Auditoria Eclesiástica*”³⁴³, para o que obteve provisão a 16 de setembro de 1843. Casou com Galdina Fernandes, de Cuncolim. Tiveram:

6) ANTÓNIO INÁCIO AUGUSTO MONTEIRO, que continua. Casou com D. Ana Aurora Gomes, filha de Francisco Salvador Gomes, “*primeiro administrador do concelho de Salsete e um dos mais distintos médicos do seu tempo*”³⁴⁴ e de D. Deodata Francisca Furtado. Salvador Gomes nasceu em Navelim a 8 de abril de 1792, estudou medicina na aula do físico-mor Miranda e Almeida e começou a dedicar-se à clínica em 1813. Nomeado físico-mor substituto em 1817, instalou-se nas Ilhas, onde começou a ver aumentar a sua reputação profissional. Depressa se tornou num dos médicos mais recorridos de Goa. Sendo habitualmente tido por um dos mais entusiastas defensores do liberalismo constitucional entre as elites *naturais* católicas e *perista* convicto, compreende-se que Bernardo Peres o tenha chamado para seu colaborador pouco depois de desembarcar em Goa na qualidade de prefeito do Estado. Para lá da comunhão de interesses, não seria certamente desinteressante o

³³³ Consulte-se neste anexo o título Cardoso, de Assolnã, ponto 2-III-5).

³³⁴ Consulte-se neste anexo o título Cardoso, de Assolnã, ponto 2-III-5).

³³⁵ Veja-se neste anexo o título Coutinho, Cabral e Martins, de Assolnã, ponto 4-III-I). Aí indicamos a descendência do casal.

³³⁶ Cfr. ponto 2-III).

³³⁷ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 110 e 120.

³³⁸ Ordenado no dia 23 de setembro de 1800 – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 133.

³³⁹ Consulte-se neste anexo o título Furtado, de Assolnã, e Pereira, de Orlim, ponto 4-III).

³⁴⁰ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 137.

³⁴¹ Consulte-se neste anexo o título Pinto, de Assolnã, ponto 5-V).

³⁴² Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 112.

³⁴³ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 112.

³⁴⁴ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 44.

domínio que o biografado tinha de várias línguas, sobretudo do inglês – essencial para comunicar com a vizinha cada vez mais poderosa e à data ainda muito pouco estudado em Goa. É então que Salvador Gomes se vê nomeado provedor da câmara de Salsete. Abandonou porém essas funções na sequência da deposição do prefeito e manteve-se alheado da vida política ativa até à chegada do barão de Sabroso. Os esforços pacificadores em que o novo governador se empenhou permitiram, como é sabido, o regresso de grande parte dos principais *peristas* à cena política goesa. Salvador Gomes não constituiu exceção e em 1837 passa a integrar o conselho do governo na qualidade de membro extraordinário numa altura em que se discutiam e aplicavam as profundas reformas administrativas desenhadas para Goa. No ano seguinte vê-se eleito para administrador do concelho de Salsete, cargo para o qual é reeleito em 1840 e de aí em diante (e até à data da sua morte) sucessivamente confirmado. É no exercício destas funções que virá a ser agraciado com o grau de cavaleiro da ordem de Cristo a 17 de março de 1845³⁴⁵.

D. Ana Aurora era assim irmã de:

- (i) **Francisco Luís Gomes**, que foi um dos mais conhecidos goeses da sua geração. Assis Correia considera-o mesmo “*the Goan prodigy*”, o que muito provavelmente se deve aos grande número de interesses que cultivou. Conforme enfatiza Everton V. Machado: “*Médecin, journaliste, homme politique, historien, économiste, orientaliste, grammarien, romancier, Francisco Luís Gomes parlait aussi plusieurs langues (...) et s’y connaissait même en gomme industrielle : lors d’une exposition des industries en Europe, il en présente une grande variété jusqu’alors inconnue*”³⁴⁶. Francisco Luís Gomes nasceu em Navelim a 31 de maio de 1829 e morreu a bordo do vapor “*Masselia*” em pleno mar Mediterrâneo. Para maiores desenvolvimentos sobre a vida e obra deste membro das elites *naturais* chardós que tão estudado tem sido, aconselhamos nomeadamente³⁴⁷ a leitura de Correia, Luís de Assis (2011), o.cit.; Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), o.cit., designadamente 196 e sgts; Passos, Joana (2012), *Literatura goesa em português nos séculos XIX e XX. Perspetivas pós-coloniais e revisão crítica*, Húmus/Universidade do Minho, Vila Nova de Famalicão, 90 e sgts; Miranda, Eufemiano de Jesus (2012), *Oriente e Ocidente na Literatura Goesa: Realidade, ficção, história e imaginação*, Goa 1556, Goa, 73 e sgts; e Machado, Everton V. (2008), o.cit.. Note-se que parte significativa dos autores acima referidos se dedica sobretudo à análise de Luís Gomes enquanto romancista. Esta é aliás indubitavelmente a sua faceta mais estudada – o que se deve ao facto de ser autor do primeiro romance “moderno” goês. Já o seu papel enquanto parlamentar tem sido menos aprofundado pelos investigadores.
- A título meramente informativo transcrevemos os parágrafos que Wolfango Robusto e Vicente de Abreu lhe dedicaram. O primeiro escreveu em meados do século passado: “*Outro indiano, médico e professor da Escola Médica de Goa, Dr. Francisco Luís Gomes, nascido em Navelim, do Concelho de Salsete, em 1829, embora não tivesse sido um grande cientista nem como médico que houvesse criado fama, foi um grande parlamentar em 1861, orador, escritor notável, historiador humanista e sábio economista, como era conhecido e apreciado tanto em Portugal como na França e na Inglaterra. Foi ainda muito admirado pela sua política económica, por Michael Chevalier e Lamartine, os grandes cientistas daquela época, e em Londres teve por admirador e grande amigo o célebre economista J. Stuart Mill. O seu livro “Essai sur l’économie politique dans ses rapports avec le droit et la morale” é um estudo científico, tendo sido muito apreciado pelos mesmos economistas de renome daquela época, J. Stuart Mill e Michael Chevalier. Foi, em 1861, quando era ainda cirurgião-ajudante de Exército, eleito deputado da Índia às Côrtes, tendo tornado paladino ardente das liberdades da sua terra natal. Na França era conhecido pela Academia Económico-Política, de Paris, como “Savant”, vindo o seu nome a figurar entre os únicos quatro estrangeiros, Stuart Mill, Cobden, Mingbeti e Gladstone, Na Bélgica, a Universidade de Louvain conferiu-lhe o grau de Doutor “Honoris Causa” nas ciências Políticas e Sociais, e, em 1869, foi eleito membro da Sociedade Económica de Cádiz. Como historiador consciencioso e imparcial, a sua obra “Le Marquis de Pombal”, publicada em 1869, é um trabalho de*

³⁴⁵ A biografia mais completa que conhecemos de Salvador Gomes é a escrita por Luís Manuel Júlio Gonçalves para a “*Ilustração Goana*”, que transcrevemos. Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 59.

³⁴⁶ Machado, Everton V. (2008), *Christianisme, castes et colonialisme dans le roman Les Brahmanes (1866) du goannais Francisco Luis Gomes (1829-1869). Thèse pour obtenir le grade de docteur de l’Université Paris IV (Discipline: Littérature comparée) et de (cotutelle) docteur de l’Université de São Paulo (Discipline: Théorie littéraire et Littérature comparée)*, Université Paris IV-Sorbonne/ École Doctorale Littératures Françaises et Comparée, Paris (policopiado), 150 e 151.

³⁴⁷ Sugerimos igualmente a consulta do levantamento exaustivo da bibliografia relativa a Luís Gomes feito por Aleixo Costa – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 55.

grande valor. Alusões comoventes foram lhe feitas pelo primoroso poeta Thomaz Ribeiro, no seu livro “Jornadas”, e o distinto escritor Feliciano de Castilho citou-o como “uma das mais fulgurantes estrelas da pleiade da literatura portuguesa”. E não será demais citar que quando, em Portugal, Francisco Luís Gomes, em um dos seus memoráveis discursos, disse: – “Tenho amor aos princípios, amor inabalável e forte”, recebeu do grande orador português José Estevão esta lição: – “... nunca sacrifique os princípios aos homens, porque não há homem nenhum que valha um princípio”. Quando regressava de Portugal a Goa, despachado Inspector das Escolas, veio a falecer em 1869 (...) e como homenagem dos seus conterrâneos encontra-se erguida uma estatua sua na capital de Goa”³⁴⁸. Quanto a Vicente de Abreu, este resumia a vida de Luís Gomes poucos anos após a sua morte nos seguintes termos: “Depois de cursar em Margão as aulas das humanidades matriculou-se na escola medico cirurgica de Nova Goa e concluiu o curso respectivo com aprovações plenas em todos os annos em maio de 1850, e em 10 de agosto foi nomeado cirurgião ajudante do 2.º batalhão de infantaria estacionado em Pondá; e foi promovido a cirurgião mór em 1 de junho de 1860. – Já anteriormente por 2 vezes em 4 de janeiro e 23 de junho de 1853 fôra encarregado de leccionar uma das cadeiras da escola medico cirurgica e agraciado com a distincção do habito de Christo em 17 de janeiro do referido anno 1860 e por mais d’uma vez sendo procurador á junta geral de districto foi eleito deputado às côrtes em 1860 e reeleito em 61, 64 e 67 saindo de Goa como deputado em 3 de novembro de 1860. Em Portugal entrado na vida publica ligou-se ao partido politico denominado regenerador e lhe permaneceu fielmente devotado até a morte; – corado de muita intelligencia e de excellente character era estimado, tanto dos amigos como dos adversarios politicos, e a sua voz nas côrtes escutada com a maior attenção e benevolencia. Uma synopse dos seus serviços prestados como deputado ao seu paiz pode ser lida no jornal India Portugueza n.º 462 de 6 de novembro de 1869 (depois da sua morte) redigido por um dos distinctos filhos indigenas desta terra o sr. José Ignacio de Loyolla, de Orlim de Salcete. Como literato obteve o sr. Gomes pelo seu reconhecido merito os diplomas de varia sociedades scientificas, taes como o das sciencias medicas de Lisboa em 22 de abril de 1867; da sociedade da economia politica de Paris proposto pelo seu amigo Miguel Chevalier sabio economista de Europa, em janeiro de 1867; - da sociedade economica de Cadiz e quando estava em Goa fora socio da Royal Asiatic Society, ramo de Bombaim. Recebeu também o gráo de doutor de sciencias politicas e sociaes pela universidade de Louvain, depois de examinados por um jury os seus trabalhos scientificos e litterarios que para ali enviou. Estava proposto pelo presidente d’academia real das sciencias de Lisboa o marquez de Avila e Bolama para socio correspondente daquella 1.ª associação scientifica de Portugal e segundo uma informação segura seria indubitavelmente aceito, se não sobreviesse a noticia da sua morte na propria occasião em que estava a concluir-se o processo para a sua eleição. Collaborou na India no = Ultramar e Defensor da verdade notaveis jornaes de Goa, e em Portugal foi effectivo colaborador da Gazeta de Portugal, em todo o periodo da duração desta folha e no Archivo pittoresco; e eventualmente na Revolução de setembro e Archivo popular. No anno da exposição universal de Pariz de 1867 visitou Londres e Pariz. Nos ultimos annos sendo affectado d’uma molestia de consumpção, mudou-se para Madeira e melhorou, mas caindo novamente doente, em balde procurou remedio em Portugal e mesmo tornando a ir á Madeira; e quando chegou o mal á ultima extremidade resolveu-se a vir embarcar os seus dias na India no seio da sua familia embarcando-se em Lisboa pela via Suez a bordo d’um vapoír nos 1.ºs dias de outubro de 1869; mas infelizmente sobreveio-lhe a morte dous dias depois da saída do vapor de Gibraltar. Um companheiro de viagem descreveu a sua morte nestes termos: O sr. Gomes pediu caldo ao criado, e em quanto este voltasse, expirou em menos de 5 minutos! Vinha no lugar de cirurgião da 2.ª classe do quadro de saude, em commissão, e lente da escola medico cirurgica de Nova Goa e commissario dos estudos. Em Goa as galas, que se preparavam para uma brilhante recepção deste nosso patricio, se converteram em crepes, e foi recebida a noticia da sua morte com universal sentimento, e nomeadas diferentes commissões para tratarem de lhe erigir um monumento (a uma das quaes tenho a honra de pertencer); – monumento que ainda se não realizou e faço votos para que se realize tão louvavel pensamento de sympathia e gloria para aquelle meu finado amigo³⁴⁹. Todos os jornaes de Goa e ainda alguns de Bombaim lhe dedicaram muitos artigos necrologicos, assim como o fizeram tambem em Portugal os jornaes de maior nomeada de Lisboa; limitando-me porém eu a transcrever unicamente as duas palavras da Revolução de setembro por serem do 1.º jornalista portuguez, o decano e mais a(u)ctorizado de todos e actualmente ministro do reino o sr. conselheiro Antonio Rodrigues Sampaio no n.º do seu jornal de 31 de outubro de 1869. “Uma triste noticia das que mais podiam magoar-nos, nos chegou hoje. Foi o fallecimento do distincto publicista F-L-

³⁴⁸ Robusto, Rodrigo Wolfango (1953), 55 e 56.

³⁴⁹ O monumento em questão, que ainda hoje existe, só foi levantado em 1929.

Gomes, auctor de tão excellentes trabalhos scientificos e litterarios, caracter honesto, amavel e respeitavel. Partira para a India ha pouco tempo. A.R.S.”. Em separado publicou em Portugal e Pariz as seguintes obras: 1.a De la question du Coton en Angleterre et dans les possessions portugaises de l’Afrique occidentale 1861, folheto de 34 paginas. 2.a A liberdade da terra e a economia rural da India portugueza – 1862, folheto de 102 pag. 3.a Os brigadeiros Henrique Carlos Henriques e Joaquim Carlos Henriques – 1863, dito de 39 pag, 4.a Os Brahmanes romance original, livro de 320 pag. 5.a Essai sur la theorie de l’Economie Politique et de ses rapports avec la morale et le droit, 1867, dito de 232 pag. 6.a Le Marquis de Pombal: esquisse de sa vie publique, dito de 377 pag., 1869”³⁵⁰.

António Inácio Augusto Monteiro e D. Ana Aurora Gomes tiveram:

7-I) JOSÉ JÚLIO MONTEIRO, que segue;

7-II) Caetano Manuel Monteiro, o qual foi *“por muito tempo regedor da freguesia”* (de Assolnã)³⁵¹. Casou com Firmina Furtado, de Varcá. Com geração;

7-III) Joaquim Manuel Monteiro, que casou com Maria Flaviana Adelina Godinho, da casa dos Godinho de Majordá. Segundo Sacramento Almeida, foi *“individualidade das mais distintas e de maneiras fidalgas e de um carácter, antes quebrar do que torcer, pondo-se sempre na vanguarda de todos os movimentos do interesse da aldeia”*³⁵². Com descendência;

7-IV) Leonor Monteiro, s.m.n.;

7-I) JOSÉ JÚLIO MONTEIRO, que continua. Casou com Estefânia Henriqueta Piedade Pereira, de Utordá. Esta senhora será certamente parente dos Bragança Pereira, se bem que não dispúnhamos presentemente de dados suficientes para estabelecermos a sua ligação a essa família³⁵³. De acordo com Sacramento Almeida, José Júlio *“estabelecido na casa do seu bisavô materno, António Eugénio Fernandes, de Cuncolim, (foi) uma individualidade de destaque intelectual goesa, tendo exercido cargos efectivos (sic, talvez por eletivos) na Junta Geral da Província, e na sessão de 6 de Novembro de 1889, de 40 maiores contribuintes de Salcete, na Camara Municipal para escolha de candidatos para deputado pelo círculo de Margão, foi ele um dos seus escolhidos, sendo outros, Martinho de Menezes, Avertano de Loiola, João Joaquim Roque Correia Afonso, Ascânio da Costa, todos advogados e jornalistas distintos, e Cristóvão Pinto, escritor de renome”*³⁵⁴. Com geração.

MORAIS, DE VERODÁ DE CONCULIM

Dispomos de muito escassas informações relativamente a esta família, à qual está ligada a fundação da capela de Santo António de Verodá (Cuncolim). A capela em questão começou a ser edificada em 1818, sendo sagrada em 1827. Parcialmente reconstruída em 1916, foi elevada a paróquia em dezembro de 1979. De resto, o único elemento da estirpe sobre o qual temos alguns dados é o médico Agostinho de Moraes. Este foi um dos diplomados antes da abertura da Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa, o que justifica ser tratado como *físico por Sua Magestade*.

1) ANTÓNIO XAVIER DE MORAIS, casado com Maria Francisca Fernandes. O casal instituiu, com o concurso dos filhos, a referida capela de Santo António em Verodá.

³⁵⁰ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 47 e ss.

³⁵¹ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 112.

³⁵² Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 112.

³⁵³ Veja-se neste anexo o título Bragança Pereira e Menezes Bragança, de Chandor.

³⁵⁴ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 112.

Tiveram pelo menos:

2-I) AGOSTINHO DE MORAIS, que segue;

2-II) Padre Francisco Caetano de Moraes, ordenado em 1800;

2-I) AGOSTINHO DE MORAIS, que continua. Foi “*Físico por sua Magestade*”. Sacramento Almeida dá-o como diplomado a 28 de setembro de 1829; no entanto, Ismael Gracías inclui-o entre os que se graduaram em 1839 – informação essa que nos parece ser digna de maior crédito³⁵⁵. Não sabemos o nome da sua mulher, de quem teve:

3-I) MARIA VALERIANA PERPÉTUA MORAIS, que segue;

3-II) Sunamites Saragoça de Moraes, a qual casou com Francisco Xavier Mergulhão, de Navelim; com geração;

3-III) ... Moraes, casada com Crescêncio Domingos Luís de Almeida, de Orlim; com geração;

3-IV) Trindade Moraes, que casou com Damasceno Miranda de Carmonã. Tiveram apenas um filho que morreu de pouca idade;

3-I) MARIA VALERIANA PERPÉTUA MORAIS, que continua. Casou com Egídio Benedito dos Penitentes Cardoso, de Assolnã, filho de João Severino Xavier Cardoso e Genoveva de Andrade³⁵⁶.

PINTO, DE ASSOLNÃ

A maioria dos dados que lográmos reunir relativamente a esta família foi retirada da monografia de Assolnã dada à estampa por Sacramento Almeida em 1958. Trata-se de um trabalho composto de acordo com as obras do género publicadas naquela época e seguindo um método que parece querer aproximar-se ao de Gomes Catão. No entanto, o autor não conseguiu seguir de perto Catão (autor que por sua vez é já bastante confuso na maioria dos estudos que publicou). Consequentemente, *A Aldeia de Assolnã* é uma obra imprecisa e desordenada, que exige horas de paciência e exegese ao investigador. Sacramento Almeida procurou, ao longo das poucas mais de duzentas páginas dessa monografia, introduzir uma grossa fatia dos elementos que vinha recolhendo e estudando há décadas, parte deles já constantes de artigos e opúsculos que editara. O resultado de tal amálgama é dúbio. Por um lado, é inegável que a quantidade de dados que o autor reuniu impressiona e reveste a maior utilidade quer para os estudiosos de Salsete quer, mais concretamente, para o conhecimento das elites *naturais* chardós daquela parte das *Velhas Conquistas*. Por outro, a descoordenação e a falta de rigor com que os vai apresentando perturba de forma muito significativa a consulta e obriga à leitura desta obra tão fragmentada em várias frentes simultâneas. Assim se compreende que os elementos relativos aos Pinto, apesar de estarem mais densamente concentrados numa fração do volume, tivessem de ter sido recolhidos ao longo de todo ele.

Em paralelo, outra das objeções que se podem levantar à monografia de Sacramento Almeida reside no facto de o autor frequentemente não indicar as fontes das quais extrai os dados que apresenta e nas quais sustenta as teses

³⁵⁵ Gracías, J. A. Ismael, (1914a).

³⁵⁶ Consulte-se neste anexo o título Cardoso, de Assolnã, ponto 2-III-5), d).

que vai propondo. Nisto não seguiu o exemplo de um Loiola, ou mesmo dos biógrafos dos Remédios Furtado. Tem contudo o cuidado de apontar os escritos de Gomes Catão como sustentáculo de parte dos seus estudos.

Os Pinto de Assolnã pertenciam ao segundo *vangor* da comunidade local, sendo que, de acordo com o biógrafo da estirpe, “*Primitivamente todos (...) moravam no sítio onde mora a maioria dessa família no bairro Cima, e antes em “Maliachi Xira”*”³⁵⁷

Trata-se de uma família claramente pertencente ao grupo das elites *naturais* chardós, com vários dos seus membros a optarem pela vida eclesiástica (há inclusive um frade de Chimbel) e a dedicarem-se à política local. Não é porém uma estirpe de juristas, sendo certo porém que uma descendente desta família casa-se com um dos filhos de um dos mais conhecidos *provisionários* da Goa de finais do século XIX, Martinho António de Menezes. É também visível o esforço ao longo das gerações na promoção de ligações com outras das linhagens pertencentes ao mesmo núcleo e que também estudamos neste anexo.

O primeiro que com segurança se conhece desta família é:

1) BERNARDINO PINTO, o qual, segundo aventa Sacramento Almeida, seria filho de Salvador Pinto e neto paterno de Gonçalo Pinto. Este último teria sido o primeiro converso da família e ao abraçar o catolicismo romano abandonara o seu nome original de Mabollá Cuddou. Menos claras são as restantes considerações que Sacramento Almeida tece em relação aos avoengos mais distantes dos Pinto. O autor defendia que a família era “*descendente, de Rama Cuddou, série de 1583, cujo filho Mateus Pais, tronco comum dos gancares de apelido Pais, pertencendo ao mesmo vangor os gancares de apelido, Pinto, Cardoso, Coutinho, Pinheiro (o mais antigo Pedro) Noronha, Rodrigues, Faria, Furtado, converteram-se posteriormente, mas antes de 1690 ou posteriormente mudaram o apelido primitivo, Pais*”. Sempre interessado na questão da existência (ou não) de apelidos privativos de brâmanes e chardós, prossegue nos seguintes termos: “*O apelido Cuddou “só se encontra entre os bramanes e chardos. Entre os gancares de Cumbarjua, Comunidade composta dos bramanes figura um vangor dos gancares, jonoeiros de apelido Cuddou: Crisna Cuddou, é representante deste vangor, que ainda vive*”. E conclui, retornando novamente a Assolnã: “*Os Pintos e Cardosos descendem de Mabollá Cuddou em cristão Gonçalo Pinto, convertido antes de 1690 (citado Tombo dos bens dos Jesuítas). Contemporâneo ou irmão do Gonçalo, é Francisco Cardoso, que vivia em 1690 (citado Tombo)*”³⁵⁸.

Bernardino Pinto Casou com Brígida Falcão, natural de Chinchinim, de quem teve pelo menos:

2-I) TEODÓSIO PINTO, que segue;

2-II) Francisca Pinto, que veio a casar, no dia 25 de novembro de 1756, com Aleixo Pereira – o qual era filho de Inácio Pereira e de Esperança de Loiola, de Orlim. É extremamente provável que esta última pertença à família Loiola daquela localidade³⁵⁹. No entanto, a escassez de dados de que presentemente dispomos sobre a mesma durante o século XVIII impede-nos de estabelecer com segurança uma ligação entre a estirpe e Esperança de Loiola;

2-I) TEODÓSIO PINTO, que continua. Casou com Querubina Faria, de Assolnã, de quem teve:

3-I) Padre Caetano Vaz Pinto, que parece ser o primeiro sacerdote da família. Ordenado no dia 13 de setembro de 1767, foi vigário de Siolim e Orlim³⁶⁰

3-II) BONIFÁCIO FRANCISCO PINTO, que segue;

3-III) Bernardino Pinto, que casou e teve geração³⁶¹;

³⁵⁷ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 91 e 92.

³⁵⁸ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 91 e 92.

³⁵⁹ Veja-se, neste anexo, o título dedicado à família Loiola, de Chinchinim e Orlim.

³⁶⁰ Parece ter vigariado Orlim entre 1791 e 1794 – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 136.

3-II) BONIFÁCIO FRANCISCO PINTO, que continua. É um dos salsetanos que consta de uma lista de candidatos para “*andar na governança da Província*” elaborada em 1777. Foi, em sociedade com Manuel Monteiro, rendeiro dos chamados *bens do confisco* entre 1794 e c. 1803³⁶². Casou duas vezes, da primeira com a sua conterrânea Maria da Costa, filha de Gaspar da Costa e Madalena Covaco³⁶³.

Deste casamento nasceram:

4-I) Padre Paulo Gonçalo Pinto, ordenado a 19 de julho³⁶⁴ de 1801;

4-II) Frei José das Dores, que, antes de professor, se chamou José Lourenço Pinto. Carmelita de Chimbél, Sacramento Almeida diz que se ordenou no dia 2 de abril de 1808. O referido autor dá-o também como inquisidor, por nomeação do arcebispo Santa Catarina³⁶⁵. No entanto, não dispomos presentemente de quaisquer elementos que confirmem esta asserção. Acreditamos sim que, por lapso, Sacramento Almeida terá conferido este carmelita chardó com um seu homónimo agostinho e *reinol* que foi sucessivamente reitor do Colégio do Populo (em Velha Goa, entre 1789 e 1792), vigário da capela real de Santo António da mesma cidade (de 1789 a 1797), deputado do Santo Ofício (a partir de 1802) e inquisidor (em 1805). Mais tarde será designado provincial absoluto da sua congregação³⁶⁶.

Casou Bonifácio Pinto em segundas núpcias com Constância Florinda Rebelo, de quem teve:

4-III) Genoveva Pinto, a qual casou no dia 5 de outubro de 1813 com José Francisco de Sousa, natural de Calangute mas morador em Tissuary (mais concretamente em Morombim-o-Grande, Mercês). Este era filho de Simão de Sousa e Rosa Pereira;

4-IV) Boaventura Evaristo Pinto, escrivão do juiz de paz (de Assolnã?). Falecido solteiro;

4-V) Crispim (ou Crispino) José Pinto;

4-VI) Pedro António Pinto, o qual morreu solteiro;

4-VII) Félix Pinto, também falecido solteiro;

4-VIII) JOSÉ MARIANO PINTO, que segue;

4-IX) Gabriel Salvador Santana Pinto, que teve do seu casamento com Maria Madalena Caldeira:

4-IX-1) Ana Joana Pinto, que veio a casar em 1834 com o seu conterrâneo Camilo José Monteiro, do bairro Bazar, filho de Inácio Xavier Monteiro e de Joaquina Esperança Martins³⁶⁷;

Os indivíduos a seguir referidos nos pontos 4-X), 4-XI), 4-XII), 4-XIII) e 4-XIV) parecem ser também filhos do mesmo casal. Contudo, a exposição pouco clara de Sacramento Almeida associada ao facto de não termos ainda conseguido localizar informações adicionais sobre a estirpe não nos permitem dar uma certeza absoluta quanto à sua filiação.

³⁶¹ Que se acha elencada muito sumariamente em Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 94.

³⁶² Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 7.

³⁶³ Consulte-se, neste anexo, o título Costa Martins, de Assolnã, ponto 2-III).

³⁶⁴ Ou setembro, como Sacramento Almeida diz adiante?

³⁶⁵ “Reconhecia-se nele subidos préstimos sendo por isso proposto pelo Arcebispo, D. Fr. Manuel de S. Catarina, para o importante cargo de Inquisidor e nomeado para o mesmo, antes de ser ordenado de presbítero, tendo exercido o mesmo cargo até a extinção do Tribunal de Inquisição em 1812, mas tendo vencido os seus proes até à morte, que parece foi em 1814” – Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 92.

³⁶⁶ Natural de Lisboa, era filho de José Inácio Pinto e de Maria do Ó. Retirámos estes elementos biográficos de Rocha, Leopoldo da (1973), 462.

³⁶⁷ Consulte-se neste anexo o título Monteiro, de Assolnã, ponto 5-V).

4-X) Roque Bonifácio Pinto, que casou com Quitéria Costa, natural de Orlim e filha de José Francisco Costa. Tiveram pelo menos:

4-X-1) Etelvina Pinto, a qual casou com o seu conterrâneo José Xavier Ramalho de Almeida, do bairro Banda³⁶⁸

4-XI) Maria da Anunciação Pinto, que veio a casar com Feliciano Rodrigues, de Cavelossim;

4-XII) Matilde Pinto, falecida solteira;

4-XIII) Adolfo José Mariano Hilário Pinto, o qual casou com a sua conterrânea Veneziana Rodrigues, do bairro Cima, filha única de Piedade Rodrigues. Com descendência³⁶⁹;

4-XIV) Paulo Pinto, que estudou medicina na Escola Médico-Cirúrgica de Goa. Foi vereador da câmara municipal de Salsete e casou com Antonieta de Sousa (natural de Calangute), de quem houve duas filhas, uma das quais casada com Adelino Menezes, filho de Martinho António de Menezes. Sacramento Almeida ao descrever este último como *“eminente jurisconsulto”* não faz mais do que eco dos elogios que lhe eram feitos por grande parte dos seus conterrâneos³⁷⁰. Martinho António de Menezes nasceu em Chinchinim no dia 5 de agosto de 1847 e morreu a 23 de junho de 1847. Estudou em Rachol e no liceu de Nova Goa tendo-se de seguida preparado para o exercício na advocacia de acordo com o sistema vigente na Goa da época. Obteve assim a sua provisão para advogar no antigo julgado de Chinchinim a 21 de janeiro de 1871. No entanto, conforme sublinha Aleixo Costa, *“tão depressa adquiriu a fama de celebridade que passou, sucessivamente, a juiz do julgado de Damão e a 1.º substituto do juiz de direito da comarca de Goa”*³⁷¹. Dedicou-se à política local (vogal da junta geral do distrito de Diu entre 1885 e 1888 e do de Goa em 1889; membro do conselho da província em 1887, 1887 e 1889; membro de *“várias comissões de serviço público, mostrando-se em todas elas, segundo os seus biógrafos, patriota ardente”*). Cultivou em paralelo o jornalismo. Aleixo Costa dá-o como *“Jornalista desassombrado e polemista vigoroso e simples na argumentação”*. A maior parte da sua colaboração em periódicos acha-se numa revista semanal, *“A Discussão”*, que dirigiu a meias com o futuro deputado chardó Cristóvão Pinto antes de este ocupar uma cadeira em S. Bento³⁷². Enquanto Pinto se responsabilizou pela secção de *“Assuntos literários e científicos”*, Menezes assumiu a de *“Assuntos políticos e jurídicos”*³⁷³. Foi lá que – nas palavras do próprio Cristóvão Pinto, depois retomadas por Aleixo Costa – deixou *“arquivados importantes trabalhos jurídicos que “mereceram elogios” ao grande estadista e anotador do Código Civil, José Dias Ferreira, “e a cujo parecer sobre um caso jurídico ele fez especial referência (pelo considerar novo) no quinto volume da sua obra magistral”*. Martinho António de Menezes foi agraciado com a comenda de N.S. da Conceição de Vila Viçosa³⁷⁴;

4-VIII) JOSÉ MARIANO PINTO, que continua. Teve, do seu casamento com Ana Florinda de Sousa:

5-I) PADRE REGINALDO SALVADOR DE SANTANA PINTO, que segue;

5-II) Padre Januário Isidoro Pinto, ordenado em 1876, foi vigário de Santa Cruz de Calapur, em Goa;

5-I) PADRE REGINALDO SALVADOR DE SANTANA PINTO, que continua. Nasceu no dia 11 de novembro de 1832, tendo falecido, na casa paroquial de Calapur, a 19 de Janeiro de 1893. Ordenado em 1866, dedicou parte da sua vida à atividade missionária em Karwar – aliás, a sua missão seguiu, verdadeiramente, a

³⁶⁸ Veja-se, neste anexo, o título dedicado à família Almeida, de Assolnã, ponto 3-II-2), b). Aí se indica a descendência do casal.

³⁶⁹ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 93 e 164.

³⁷⁰ Eis outro exemplo: *“Cristo Dias diz que se distinguiu como “fino argumentador e senhor de vasto saber jurídico”* – Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 252.

³⁷¹ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 291 e 292.

³⁷² Consulte-se, neste anexo, o título dedicado à família Remédios Furtado, de Jua e das Mercês, ponto 5-I-1).

³⁷³ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 352.

³⁷⁴ Oliveira, Luís Pedroso de Lima Cabral de e Costa, Pedro do Carmo (2010), 110 e 111.

construção da linha férrea de Mormugão. De acordo com o depoimento de Sacramento Almeida: “*Em Karwar chegou exactamente, quando aí começaram os trabalhos do porto como terminus do Caminho de Ferro; como em semelhantes ocasiões se reúne muita gente forasteira e com grande perigo de imoralidade, o incomparável zelo do P.e Reginaldo encontrou farta messe... Converteu uma família judaica, baptizou muitos chinas (provavelmente arregimentados para a construção da linha) e casou com goeses. Deixou no Canará um grande nome que ainda é invocado com veneração. Passou depois para Mormugão quando se fazia o Caminho de Ferro, e teve aí ampla liberdade para desenvolver o seu zelo apostólico*”.

Vigariou, pois, a paróquia de Mormugão entre 1883 e 1886. Daí passou à de Benaulim (de 1886 a 1889) e, por fim, à de Curtorim (desde 1889 a 1892), deixando fama de bom orador sagrado. Em 1882, foi nomeado director espiritual do Seminário de Rachol, casa na qual desempenhou funções de examinador de latim, latinidade, aritmética, história universal e inglês. Em 1892, pouco antes de falecer, viu-se elevado a cônego da Sé de Goa³⁷⁵.

REMÉDIOS FURTADO, DE JUA E DAS MERCÊS

Os Remédios Furtado ocupam um lugar de destaque entre as famílias que constituem a elite *natural* chardó sobretudo desde as primeiras tentativas de instauração do ideário liberal-constitucional e dos tempos do *perismo*. A sua antiguidade remonta porém a vários séculos antes – mesmo que os factos e personagens anteriores a meados do século XVIII sejam apresentados de forma muito difusa e nebulosa, denotando o pouco conhecimento efetivo que os seus descendentes oitocentistas e novecentistas conservavam relativamente a tais avoengos.

O principal ponto de partida para o estudo da estirpe é o opúsculo dado ao prelo por Álvaro dos Remédios Furtado em meados dos anos sessenta do século passado. Nele, o autor não só reuniu uma série de textos escritos por nomes aclamados das letras goesas sobre José Maria dos Remédios como lhes juntou várias notas genealógicas e biográficas da sua lavra. Pese embora o fim claro de Remédios Furtado em querer enaltecer quer a sua parentela, quer a casta chardó à qual todos pertenciam, trata-se de um trabalho extremamente útil para uma primeira análise da família³⁷⁶.

Quais são contudo os elementos a que Remédios Furtado recorre para demonstrar essa superioridade? Encontramos pelo menos quatro. Por um lado, *(i)* esforça-se por comprovar a importância da estirpe em Goa *antes e depois* da fixação dos portugueses. Haveria melhor forma de justificar a sua antiguidade? Na verdade, o autor apenas dá continuidade a uma estratégia a que muitos dos linhagistas locais recorriam com frequência e que jogava bem com a imagem que as elites *naturais* católicas tinham de si mesmas e procuravam ostentar: se é certo que tinham sido beneficiadas com a chegada dos portugueses, também o era que já beneficiavam de inúmeros privilégios no período anterior à sua presença. Mais: que tinham contribuído ativamente em prol da manutenção dos portugueses no território.

É nesse sentido que julgamos deverem ser entendidos excertos como:

“*Os ascendentes de Gelásio (da Gama, pai de José Maria dos Remédios) gozavam de várias regalias concedidas pelos governantes anteriores à dominação portuguesa, estando registadas num “tambíá pottó” (lâmina de cobre). Cabia-lhes, entre outros privilégios, o comando das foras da defesa contra as invasões e saques a que*

³⁷⁵ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 93, 99 e 136.

³⁷⁶ Furtado, Álvaro dos Remédios (ed.) (1965).

antigamente estava exposta. Os seus varões, desde novos, eram iniciados nos exercícios físicos e de esgrima e na arte bélica. Diz-se que um desses exercícios consistia em arremessar, de certa distância, frutos de plantas hortícolas contra o exercitante, a quem cabia apará-los com auxílio de um sabre ou pau, não permitindo que o fruto arremessado tocasse em qualquer ponto do seu corpo; e um outro exercício era partir um coco desprovido de casca, esmagando-o entre as mãos. O chefe, quando saía pela aldeia, levava consigo um báculo, ou bastão, com a extremidade superior em curva, munido de castão de prata, símbolo de mando, conhecido em língua vernácula por muthari. Esta tradição, conhecida da minha família, não ignorava a gente antiga de St.o Estêvão, e a ele se referia, entre outros, o distinto filho daquela freguesia e professor da História no antigo Liceu, Padre Aurélio Victor Francisco Pereira”³⁷⁷.

Ou:

“De Jorge da Gama, avoengo de José Maria dos Remédios, escreve Padre Leonardo Pais no referido Promptuario, impresso em Lisboa no ano de 1713, cap. IV, Tratado 3, pg. 92:

“Destes foy o valeroso Jorge da Gama, Gauncar natural da Ilha de Jua, o qual obrou muitas façanhas no Real Serviço húa dellas foy que trouxe preso o Divão de Pondo (sic) que impedia o lastro para as nossas Naos, causa porque concedeo a este Estado puder trazer todo o lastro que fosse necessario para as nossas Nãos, por este serviço se quitarão a dita Aldea quinhentos xeraphins dos mil que pagava dos foros em todos os annos”.

Não deixando de acrescentar que: “A propósito da demissao dos foros, reza a tradição que o Vice-Rei procurando galardoar Jorge da Gama pelo seu feito, este desculpou-se de não poder aceitar a mercê, significando que ela não lhe pertencia, mas sim às forças dos gauncares que sob o seu comando haviam levado a bom termo o aprisionamento do Devão de Pondá, e daí resultou que a comunidade de Jua fosse beneficiada com a referida demissão”³⁷⁸.

Ou ainda:

“José Maria dos Remédios, Gelásio da Gama ou dos Remédios e Jorge da Gama constituem uma brilhante trilogia de filhos ilustres de St. Estêvão, gão cares de Jua e pertencentes a uma e mesma família. Todos pelos seus nobres cometimentos ilustraram de um modo particular, a sua aldeia natal e José Maria dos Remédios também a aldeia da sua adopção. Jorge da Gama, um valente guerreiro que, além de contar no seu activo, vários feitos de bravura ao serviço da bandeira a que jurára fidelidade, defende o fortim de St.o Estêvão e em geral toda a Ilha contra os ataques dos invasores e pela sua brilhante actuação na prisão do Devão de Pondá conquista um substancial benefício para a sua aldeia; – Gelásio, movido pelo extremo amor pela sua grei, não hesita em sacrificar o melhor dos seus haveres para ajudar a sua aldeia a levantar uma magnificante igreja em substituição da que fora destruída pelas hostes comandadas pelos descendentes de Sambaji (Artigo do Padre Gomes Catão, in A Vida de Margão, n.o 5616, de 13 de Fevereiro de 1958); – e, finalmente, José Maria dos Remédios, a principal vítima do heróico sacrificio do pai, vinga-se da sua extrema pobreza, envolvendo a aldeia natal bem como a de adopção, no halo de luz de extraordinário fulgor que irradia da sua excepcional personalidade”³⁷⁹

Remédios Furtado destaca então três aspetos que corroborariam a antiguidade da estirpe. Por um lado, enquanto importante família de origem chardó, os Gama eram destacados militares (por uma tendência quase genética) e líderes hereditários das milícias locais. Por outro, eram referidos por um dos principais e mais antigos panegiristas das elites chardós de Goa, o padre Leonardo Pais. Finalmente, a própria pertença às *gancarias* locais.

³⁷⁷ Furtado, Álvaro dos Remédios (ed.) (1965), 84.

³⁷⁸ Furtado, Álvaro dos Remédios (ed.) (1965), 88.

³⁷⁹ Furtado, Álvaro dos Remédios (ed.) (1965), 90 e 91.

O autor parece acreditar que assim se demonstrava a antiguidade da estirpe, justificava a decadência económica sentida após a morte da Gama, explicava a mudança de José Maria dos Remédios e se conseguiam ligar todos estes personagens³⁸⁰. De um ponto de vista genealógico, trata-se de uma tese que apresenta inúmeras fragilidades, a maior das quais é certamente a ausência de dados concretos e de quaisquer comprovativos documentais. Na verdade, Remédios Furtado aparenta saber muito pouco acerca dos seus antepassados anteriores a Gelásio da Gama. E o argumento recorrente da cor da pele (a que em breve tornaremos) não convence. A genealogia dos Remédios Furtado é muito menos completa e detalhada do que outras das famílias pertencentes às elites *naturais* católicas, sobretudo as de origem brãmane. Não cremos que seja possível comparar o rigor e a riqueza de informação de genealogias como por exemplo as dos Mello da Raia, dos Costa, dos Xavier de Loutolim ou dos Gonçalves da Piedade com os dados carreados pelos Remédios Furtado. A que se deverá tal disparidade? Talvez ao facto de nas casas brãmanes haver desde há mais tempo uma maior preocupação com a conservação da documentação familiar bem como um investimento mais continuado na realização destes esquemas genealógicos. Contudo, a construção que Remédios Furtado apresenta vale pelo menos pelo forte simbolismo que encerra. Mais do que documentos e textos retirados de velhos tratados, a tentativa de entroncamento do *perista* José Maria dos Remédios nos velhos Gama serviria como justificação da sua indubitável pertença às mais antigas elites *naturais* católicas: e isso teria de bastar.

Por outro lado, (ii) o autor não se esquece quer de acentuar as ocupações a que se dedicaram os seus maiores, quer o legado que deixaram. Entre os membros desta família encontra-se efetivamente uma quantidade muito assinalável de indivíduos que sobressaíram em atividades especialmente apreciadas pelas elites *naturais* católicas e indiciadoras de pertença a *estados* privilegiados na sociedade goesa da época: para além dos militares, encontramos eclesiásticos, médicos, professores, homens de letras e sobretudo políticos e juristas. Os Remédios Furtados não só constituíam efetivamente uma das mais conhecidas linhagens de advogados *provisionários* das *Velhas Conquistas* como também se podiam orgulhar de alguns desses seus parentes terem, para além da sua atividade forense habitual, ocupado empregos de algum destaque em Goa. Em paralelo, os avoengos mais célebres do autor – José Maria dos Remédios e Caetano Xavier Furtado – foram dedicados partidários de Bernardo Peres da Silva. O apego à causa valeu-lhes por um lado perseguições mas igualmente o reconhecimento do público e das autoridades quando da ascensão do prefeito e posteriormente após a estabilização que começou a fazer-se sentir com o governo do barão de Sabroso.

Outro dos aspetos enfatizados por Remédios Furtado é (iii) a profunda religiosidade da estirpe. Deste modo se encarecia a proximidade da mesma com a igreja de Goa e com o próprio Padroado. Assim sendo, a família não só era próxima dos poderes civil, militar e judicial mas também da igreja católica que tão omnipresente era nas *Velhas Conquistas*. De que modos se espelharia esse vínculo forte ao catolicismo? Para além dos habituais membros da família dedicados ao sacerdócio, encontramo-la quer na alusão a parentes que haviam professado no convento do Carmo de Chimbél quer em obras mandadas levantar em terras de Goa. Destas, e para além da pequena capela de Nossa Senhora das Angústias de Murdá destaca-se sobretudo a reedificação da igreja de Santo Estêvão de Jua.

Finalmente, o autor confere bastante peso ao (iv) argumento *tom da pele*. Acreditava ser este uma ilustração clara – e talvez a mais visível – da importância dos seus antepassados e parentes. Cremos que o recurso a tão complicado conceito demonstra expressivamente a perenidade destas convicções, que atravessam séculos, credos e regimes e de alguma forma persistem até hoje³⁸¹. Não nos esqueçamos de que entre as elites *naturais* das *Velhas Conquistas* uma tez alva pode indiciar a superioridade da casta e da estirpe a que pertence o indivíduo em causa:

³⁸⁰ O que afastaria testemunhos como o de Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves, que apesar dos muitos elogios que lhe endereçava não propendia a considerar José Maria dos Remédios como um membro do núcleo mais restritos das elites *naturais*. Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 59, A), III, sobretudo *in fine*. O próprio Raimundo Agapito da Silva Torres e Dias parece secundar, ainda que de forma mais discreta, Júlio Gonçalves – id., C), I.

³⁸¹ Margaret Mascarenhas aborda diretamente a questão num dos seus trabalhos mais conhecidos. Veja-se Mascarenhas, Margaret (2006). Trata-se da versão portuguesa do original em inglês. Este último foi editado em Goa há poucos anos: Mascarenhas, Margaret (2010).

“Os Gamas, gãocares da aldeia de Júa, pertenciam ao grupo étnico dos gaunços. Eram altos, esbeltos, esforçados e destemidos dotados de excelente carácter, tinham um fâcies ariano; brancos, com coloração rubra. As características de altura e cor perduraram em José Maria dos Remédios, no seu pai e em alguns dos seus descendentes”³⁸².

Mais: Remédios Furtado acreditava que esse era um traço distintivo tendencialmente indelével, que não olhava nem ao passar das gerações, nem à decadência económica e social:

“É interessante notar que apesar dos séculos decorridos e dos sucessivos cruzamentos havidos na descendência dos primitivos Gamas com indivíduos de caracteres físicos diferentes e até apostos, mesmo na actual geração (...) se deparam tipos que, por leis inevitáveis da hereditariedade, retêm traços característicos daquela remota hereditariedade.

Assim é que em Santo Estêvão veio a falecer não há muito um Gama, gãocar da Comunidade de Júa, de humilde condição social, de boa estatura, cuja tez de tal modo se distinguia da população aldeana, que lhe deram a sugestiva alcunha de Tambdó (vermelho), nome este por que todos o conheciam. Deixou, por sinal, filhos igualmente de compleição sanguínea”³⁸³.

O elemento mais antigo que conhecemos desta família é:

1) ... DA GAMA, *gancar da aldeia Jua*. Seria descendente do Jorge da Gama a que Leonardo Pais faz referência no seu *Promptuario das Diffinições Indicas*. Casou com ... Fonseca, descendente da família de *gancares* da mesma localidade que usava este apelido, de quem teve pelo menos:

2-I) Aurora da Fonseca Gama, de quem descendem vários dos Monteiro de Santo Estêvão, dos quais Remédios Furtado destaca André Eustáquio Francisco Monteiro, capitão-médico do quadro de saúde de Moçambique condecorado com a Torre e Espada em 1858;

2-II) Liberata da Fonseca, que Remédios Furtado acreditava, com base nos escassos elementos de que dispunha, ter casado com ... Pereira e ser mãe de:

2-II-1) António José Pereira, natural de Carambolim mas “*estabelecido em Santa Cruz, bairro Boudir ou D. Braz*”³⁸⁴. Tal como vários parentes seus, dedicou-se à clínica, tendo sido médico por provisão de 17 de Maio de 1806³⁸⁵. Parece ter casado em Santa Cruz. Foi pai de:

a) António Anastácio Pereira, que teve vários filhos, dos quais Remédios Furtado destaca quatro que considerava serem “*uma plêiade de eméritos latinistas*”: **(i) António Eusébio Caetano Pereira**, graduado pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa; **(ii) Cândido Xavier Pereira**; **(iii) Jorge Viriato Pereira** e **(iv) Padre Manuel Pereira**. Acrescenta ainda que enquanto António Eusébio Caetano “*continuou na casa paterna em S. Cruz, exercendo medicina com muita perícia e fama, os seus irmãos passaram a estabelecer-se na freguesia ligada das Mercês, onde por muitos anos tiveram um curso de explicações para estudantes do ensino secundário compreendendo as matérias de Português, Latim, Retórica, Filosofia, Matemática, Francês e Inglês, curso que foi frequentado por várias gerações de estudantes, uns que iam de Pangim onde tinham a sua residência e outros estabeleciam-se na freguesia em repúblicas; e vários deles marcaram com o tempo pelo seu mérito, quer nesta terra, quer fora. Quem escreve estas Nótulas chegou a conhecer na sua meninice Cândido Xavier Pereira, já na última quadra da sua vida*”. E torna a insistir no alegado carácter diferenciador da tez: “*Tinha ele (Cândido Xavier) cinco filhos; pai e filhos, com*

³⁸² Furtado, Álvaro dos Remédios (1965), 83.

³⁸³ Furtado, Álvaro dos Remédios (ed.) (1965), 83 e 84.

³⁸⁴ Furtado, Álvaro dos Remédios (ed.) (1965), 85.

³⁸⁵ Saldanha, M. J. Gabriel de (1990), vol. II, 296 e ss.

exclusão apenas de uma filha, eram altos e claros com caracteres físicos já mencionados, o que lhes emprestava uma presença de rara distinção. Também uma filha do médico António Eusébio, tia do autor destas Nótulas por afinidade, era portadora daquela típica coloração sobre uma tez branca”³⁸⁶;

2-III) GELÁSIO DA GAMA, que segue;

2-III) GELÁSIO DA GAMA, que continua. Por vezes também chamado **G. da Fonseca G.**, era *gancar* de Jua, de onde era natural. De acordo com Remédios Furtado, descendia de *gancares* da comunidade local quer pelo lado paterno quer pelo materno. Terá vivido durante longos anos dos rendimentos de propriedades familiares que administrava. No entanto, no final da vida assumirá alguns compromissos que comprometerão a autonomia financeira da sua viúva e filho:

“O Senhor Gelásio (...) era um homem honrado – passara elle já metade da sua vida cultivando as suas quintas e educando a sua família – era um homem dotado de raras virtudes – *Escreve Dr. Aleixo Sócrates da Costa, na biografia de José Maria dos Remédios. Diz ainda o Dr. Aleixo Sócrates da Costa mais adiante que após o falecimento de Gelásio, a viuva-mãe de José Maria dos Remédios – “sofreu revezes da fortuna, sendo defraudada dos seus bens pelos devedores de má fê e devorada a sua casa pelos credores sem piedade”, e que vendo-se desamparada, recorreu à protecção dos seus irmãos – os Lopes, de Verlã de Bardês, os quais a acolheram juntamente com o filho. Não esclarece o ilustre biógrafo a origem das dívidas que levaram a derrocada a opulenta casa de Gelásio, mas não será difícil desvendá-lo quando se tenha em vista a singular aventura a que o conduziram a sua piedade e o seu fervor religioso, a que se refere o citado Dr. Costa nos seguintes termos: “Gelásio dos Remédios deixa para a posteridade monumentos que eternizam a sua memória – o suntuoso templo de St.o Estevão que ele mandou construir quase à sua custa, é monumento que falla mais alto do seu patriotismo e piedade, e me dispensa outros elogios”. Este audacioso cometimento, a que se refere o Dr. Costa, devidamente, conjugado com os factos acima mencionados, bastaria para pôr a descoberto a causa que deu origem a ruína do patrimonio do casal de Gelásio, o que condiz com a tradição reinante os seus descendentes, que vai expressa na Nótula seguinte. O formoso espirito de Gelásio era minado pelo desgosto de ver a sua aldeia – Santo Estevão – privada, havia alguns anos, da igreja paroquial, queimada que fora pelas hostes do exército marata. Gelásio ambicionava não sòmente a sua urgente reedificação mas uma espécie de reparação pelo que ocorrera em sua aldeia de danoso à fê e à religião, de modo a tornar a nova igreja magnificente e majestosa, no estilo dos opulentos templos da Velha Goa. Os recursos da comunidade agrícola aldeana, porém, não bastavam para realizar os seus altos sonhos. Todavia, nada fez arredar Gelásio do seu magnífico e grandioso projecto e para cortar com todas as dificuldades resolve ele próprio, de acordo com a mulhe, financiar a construção planeada à custa dos seus haveres, reforçando as minguadas verbas votadas pela comunidade. Não tendo conseguido, antes da sua morte, endireitar as suas finanças comprometidas com as avultadas dívidas contraídas, logo que ele morreu, a sua viuva teve de arcar com a ruína dos haveres da sua casa. Os pais de José Maria dos Remédios viveram anos de paz e felicidade, até que a Morte um dia arrebatou-lhes os filhos todos, mergulhando-os na mais acerba dor, suportada com estoica resignação, e desde então desenganados de deixar sucessão. Construída graças à munificência de Gelásio e sua mulher, a nova e magestosa Igreja de St.o Estevão com o triste resultado financeiro e económico que atraz se refere, inesperado acontecimento inundava de felicidade, anos depois, os corações do casal. Leonor Lopes concebia mais uma vez, para dar à luz, meses depois, um rapaz que viria a chamar-se José Maria dos Remédios. (...) Não se conhece o local exacto em que ficaria em S.to Estevão a casa de Gelásio e seus ascendentes. Há quem diga que essa casa é a mesma hoje pertencente a família do finado Luis Bonaparte Alboim da Fonseca, que a teria adquirido aos representantes de quem a comprara por ocasião da venda efectuada para solução das dívidas de Gelásio. Diz-se ainda que o vasto campo que fica ao lado da casa teria sido de concentração das forças da defesa e exercícios militares*”³⁸⁷.

³⁸⁶ Furtado, Álvaro dos Remédios, (1965), 85.

³⁸⁷ Furtado, Álvaro dos Remédios (ed.) (1965), 85 e ss.

Resumindo: Gelásio da Gama e sua mulher ao verem-se sem descendentes optaram por investir parte muito significativa dos seus bens na reedificação da capela da sua terra natal, Santo Estêvão. O novo templo, construído em substituição do que tinha sido destruído pelas tropas maratas numa das incursões a Salsete, remonta a 1759. Os argumentos apresentados por Remédios Furtados para justificar a ruína deste seu antepassado são mais fáceis de compreender quando se visita Santo Estêvão: a “capela” em questão é uma obra vasta e elaborada (na verdade, aproxima-se bem mais do modelo de uma verdadeira igreja do que do capela) e ainda hoje apreciada e muito visitada. É aliás frequentemente citada quer pelos historiadores da arte quer pelos guias turísticos de Goa por ser um dos raros templos que apresenta um falso zimbório³⁸⁸. Após a construção da nova igreja nasceu-lhes inesperadamente um derradeiro filho, que virá a ser o *perista* José Maria dos Remédios. Esta era – como acentua o biógrafo familiar – a versão que corria na família. Assim os descendentes de José Maria dos Remédios, que sempre demonstraram grande orgulho neste jurista seu avoengo, conseguiam emprestar ao seu nascimento a natureza de uma especial graça divina e justificar o facto de este nada ter herdado dos respetivos maiores.

Gelásio da Gama alterou o seu apelido provavelmente durante as obras da nova igreja. Tal não era muito comum entre as elites naturais católicas, e quando sucedia devia-se sobretudo a motivos de ordem religiosa. Parece ter sido o caso: Gelásio passou a ser dos Remédios em vez de da Gama por ser “*fervoroso devoto de Nossa Senhora dos Remédios, cuja imagem se venera na Igreja de St.o Estevão*”³⁸⁹.

Casou com Leonor Lopes, natural de Vernã.

Esta teve pelo menos dois irmãos:

- (i) **Domingos Bernardino Lopes**, que casou Teresa Maria Pereira, tendo sido os progenitores de **Maria Vitória Lopes**. Esta veio a casar com José Henrique Furtado, cabo das milícias, de quem teve **Caetano Xavier Furtado**, o qual casou com a sua prima Ana Conceição dos Remédios – cfr., infra, ponto 4-I). José Henrique Furtado viu-se compelido a abandonar a casa dos seus maiores (sita no *Furtad-Vaddó*) devido a uma epidemia que assolou a freguesia de Pilerne. Foi com algum saudosismo que edificou a nova morada da família, a qual tinha “*a sua frente voltada para a antiga estrada que de Marrá se dirige para a Igreja e povoação arrasada*”. Note-se porém que apesar de já aí se encontrarem há bastantes tempos, este Furtado não eram inicialmente originários de Pilerne, mas sim de Carambolim. Vale a pena transcrever as considerações de Álvaro dos Remédios Furtado sobre o tema: “*A casa primitiva ficava no bairro dos Furtados ou Furtad-Vaddó, e fora levantada pelos seus antepassados que, vindo de Carambolim juntamente com outras famílias, se estabeleceram nessa freguesia. É de presumir que aquele bairro, em cujo local central fica a Igreja da freguesia, bem como a mesma Igreja, tivesse sido fundados após a vinda do grupo de Carambolim a Pilerne, e portanto que essa vinda é anterior a 1658, ano da fundação da Igreja (cf. Freguesia de Pilerne no Tricentenário da fundação da sua Igreja (1658-1958). P.e F. X. Gomes Catão, pags 8 a 11). A parte do bairro Furtad-Vaddó que fica pela frente da Igreja despovoou-se no passado, dizimada pelas epidemias e daí os que desconhecem estes factos, confundirem essa parte despovoada com o bairro Navelim que lhe fica a seguir, considerando-a sua parte integrante. Toda uma florescente povoação que se estendia pela fralda do oiteiro desde os Portais de Verem (aliás Portais de Pilerne, confinando com a freguesia de Verem) até a Igreja de Pilerne, foi invadida pelas febres endémicas que a arrasaram – informa P.e Gomes Catão no opúsculo citado, pags. 62 e 63); e essa endemia arrasando aquela extensa povoação, que compreendia alguns bairros, parece ter trabalhado na sua acção perniciosa entre o último quartel do século 18.o e o primeiro quartel do século 19.o. A primitiva casa situava-se na mencionada parte despovoada do bairro Furtad-Vaddó, à pequena distância da alagoa de Navelim, a insalubridade do lugar levando José Henrique Furtado a abandonar essa casa dos seus ascendentes e construir uma nova na aldeia Marrá, da mesma freguesia de Pilerne. Pois, enquanto muitas famílias da povoação arrasada debandaram para fora da freguesia, várias outras passaram para outros pontos desta e, sobretudo, para Marrá, sendo uma delas a distinta família Ribeiro. Há cerca de 35 a 40 anos ainda viviam em Pilerne pessoas que chegaram a ver as ruínas da casa do Cabo José Henrique*

³⁸⁸ Pedro Dias adianta escassa informação no que a este templo diz respeito: “*Na ilha de Juá fica a Igreja de Santo Estêvão, obra que data já do século XVIII, com traços barrocos e mesmo rococós, nomeadamente no interior, onde se destaca o conjunto de talhas dos altares. Integra-se no grupo de igrejas com a fachada flanqueada por torres e com uma falsa cúpula entre elas, Pode datar-se a empreitada que lhe deu a forma actual de cerca de 1759*” – Dias, Pedro (2008), 118 e 119.

³⁸⁹ Furtado, Álvaro dos Remédios, (1965), 83.

*Furtado e no seu quintal dois poços, um de água potável e outro conhecido por Vagmari-baim, que, segundo reza a tradição, era utilizado para a caça de tigres por meio de laço. Existiam também nesse quintal duas bacias de água, monolíticas, quadrangulares, encontrando-se semelhante bacia ainda hoje, numa velha casa do bairro Furtad-Vaddó. Sabe-se que originalmente estas bacias e outras análogas estavam colocadas no vale de Malna, junto da fonte e serviam de bebedouro aos cavalos de Idalcão, quando Bardês esteve sob domínio do Sultanato de Bijapur, que mantinha uma estrebaria num prédio sito no bairro Portais de Pilerne, ao lado do riacho Cacor ou Chicond-Poim, com cavalos árabes para o uso de governantes (cf. op. Cit. pags. 5 e 6). Ainda hoje a assinalar o local da velha casa dos avoengos de Caetano Xavier existem os cavoucos dos ditos dois poços e o local é conhecido por Vagmari baim*³⁹⁰;

- (ii) ... **Lopes**, o qual teria sido “*Professo na Ordem dos Carmelitas (...) homem virtuoso e de profundo saber, o qual dirigiu a educação de seu sobrinho José Maria*”³⁹¹.

Gelásio da Gama – depois Gelásio dos Remédios – e Leonor Lopes tiveram:

3-I) vários filhos, cujos nomes desconhecemos. De acordo com Álvaro dos Remédios Furtado parecem ter todos falecido na mesma época, talvez devido a uma epidemia;

3-II) JOSÉ MARIA DOS REMÉDIOS, que segue;

3-II) JOSÉ MARIA DOS REMÉDIOS, que continua. Filho tardio, ficou cedo órfão de pai. A sua mãe, como vimos, ficou numa situação económica muito delicada após enviuvar. Por assim ser, retornou com o filho para a sua terra natal (Verlá de Parrá). Aí foram acolhidos pelos irmãos de Leonor e aí cresceu e foi educado o jovem José Maria. José Maria dos Remédios veio a destacar-se entre os seus contemporâneos quer ao nível profissional quer no mundo da política: advogado *provisionário*, foi considerado um dos melhores juristas goeses do seu tempo; *perista* convicto, desempenhou um papel importante na instauração do liberalismo constitucional em Goa. Por assim ser, existem várias biografias suas publicadas nos séculos passados – delas destacamos as três já seleccionadas por Álvaro dos Remédios Furtado³⁹², às quais associamos ainda os apontamentos coligidos por este autor. Principiemos assim pelas notas reunidas por este último. De acordo com Remédios Furtado, “*José Maria dos Remédios foi fervoroso paladino do liberalismo e dos direitos e prerrogativas do povo, estrênuo defensor da causa do Prefeito Bernardo Peres da Silva, tendo sido pronunciado por despacho do Governo Provisional de 14 de Outubro de 1835, acusado com outros de tentar restabelecer o Prefeito no seu cargo, pelo que teve de homiziar-se em Vengurlá, donde regressou a Goa no Governo do Barão do (sic), aproveitando da amnistia régia concedida aos implicados nas alterações políticas de 1835 (Vide Padre Saldanha – História de Goa, vol. I, pag. 274, e nota Goa sob a Dominação Portuguesa, pag. 157). Obteve carta para advogar nos Auditórios da Corte e nos das Províncias de Salcete e Bardês em 26 de Outubro de 1805 (Oriente Portugues, ano 1914, pag. 242) e foi agraciado com o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo por Decreto de 20 de Novembro de 1840 (Nobiliarquia Goana de F. N. Xavier, parte II, edição de 1863, pag. 183) mercê que na época era rara no país e apreciada (Biografia de Caetano João da Costa na Ilustração Goana, 2. anno, 1886). O Decreto de 31 de Dezembro de 1836 (Código Administrativo de Rodrigues Sampaio) declarado em execução neste, ao tempo, Estado da India, pelo Governador Barão do Sabroso, por Portaria de 31 de Janeiro de 1838, criando pela primeira vez no país os lugares de Administradores do Concelho, determinava que o Administrador fosse escolhido pelo Governo sobre lista quintupla feita por eleição directa e pela mesma forma das eleições camarárias, e devia servir por dois anos, podendo ser reeleito; e na primeira eleição a que se procedeu nos termos daquele Decreto, a urna aclamava para o concelho das Ilhas José Maria dos Remédios (Oriente Portugues, ano 1914, pag. 208, e Biografia de Francisco Salvador Gomes na Ilustração Goana, 1866, 2. Ano). (...) Após o falecimento de José Maria dos Remédios, o País dedicou-lhe solenes exéquias na Sé Catedral de*

³⁹⁰ Furtado, Álvaro dos Remédios (ed.) (1965), 104 e ss.

³⁹¹ Furtado, Álvaro dos Remédios (ed.) (1965), 87.

³⁹² Que transcrevemos em anexo. Veja-se assim o anexo I: documentos avulsos – nº 59, A), III (biografia da autoria de Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves); id., C), I (biografia da autoria de Raimundo Agapito C. da Silva Torres e Dias) e id., D), I (biografia da autoria de Aleixo Justiniano Sócrates da Costa). Note-se que o último dos textos citados é não só mais antigo como também o mais completo. Aliás, Júlio Gonçalves e (sobretudo) Agapito Lourenço foram lá buscar inúmeros elementos para as biografias que dedicaram a José Maria dos Remédios.

Goa, onde o seu elogio fúnebre foi feito do púlpito pelo Padre Caetano João Peres, que era então Administrador do Convento do Bom Jesus e no seu tempo figura de destaque do nosso clero. Os restos mortais de José Maria dos Remédios jazem no alpendre lateral da Igreja das Mercês que fica do lado do cemitério e estavam cobertos por uma lápide que trazia a legenda obliterada, a qual foi removida, de ordem do Padre Olímpio Fernandes, ao tempo vigário da freguesia, em 1926, quando foi da cimentagem do mesmo alpendre”³⁹³.

Acrescentava ainda José António Ismael Gracias numa carta-escorço ao volume coordenado por Remédios Furtado sobre a adesão de José Maria dos Remédios à causa constitucional:

“Um motim popular em 21-4-1821, no Rio de Janeiro levára D. João VI a pôr em vigor “interinamente a Constituição Espanhola até o momento em que se ache definitivamente estabelecida a Constituição deliberada e decidida pelas Cortes de Lisboa”. (decreto de 21-4-1821); outro decreto de 22-V-1821 revogou àquele. Como em Portugal haviam sido feitas as eleições de deputados, ao abrigo das disposições da Constituição Espanhola, fez-se o mesmo em Goa; esta constituição ordenava que se fizessem por eleição indirecta, escolhendo as assembleias paroquiais os eleitores principais, o que fizeram em 6-1-1822, e, por sua vez, estes elegendo os deputados. Ambas as assembleias, dls eleitores paroquiais e dos eleitores principais, se reuniram sob a presidência do P.e Paulo Dias António da Conceição (sic, quando o nome correto do referido eclesiástico é Paulo António Dias da Conceição), de Cavelossim – um dos grandes dessa época e que foi posteriormente Deão e Vigário Geral do Patriarcado. A assembleia dos eleitores principais, que eram 16, reuniu-se em 14-1-1822, elegendo para deputados às Cortes de Lisboa, o médico Bernardo Peres da Silva com 16 votos, o advogado Constâncio Roque da Costa com 15 votos, e o Doutor António José de Lima Leitão, com 10 votos, os quais foram proclamados deputados pela Índia. Entre os eleitores principais encontravam-se o P.e Pedro António Ribeiro, de Pilerne, fundador do Colégio de N.S. de Candelaria e um dos conjurados de Setembro de 1821 representando Bardez, o advogado Constâncio Roque da Costa representando Salcete e o advogado José Maria dos Remédios, de Murdã, representando as Ilhas de Goa”. Conforme esclarece Gracias, a relação entre José Maria dos Remédios e o padre Ribeiro era antiga: “José Maria dos Remédios, seu eminente antepassado, nasceu em Jua, em 1775 – ano em que nasceu também Bernardo Peres da Silva. Fez os seus estudos com natural aproveitamento, concluindo pelo exame de advogado, sendo-lhe passada a carta de advogado da Corte em 16-10-1805. Preparado para esse exame, não o pôde fazer logo por ser muito novo e encetou estudos de Teologia sob a proficiente direcção do citado P.e Pedro António Ribeiro, de Pilerne, o qual, certamente, lhe incutiu os princípios liberais que professava”³⁹⁴.

Casou José Maria dos Remédios com Liberata de Mello. Como esta era filha única – pelo que herdeira universal – de Joaquim de Mello, *gancar* do primeiro voto da comunidade de Murdã, José Maria dos Remédios *estabeleceu-se* na dos seus sogros na qualidade de *genro comensal*.

O casal teve uma única filha:

4) ANA CONCEIÇÃO DOS REMÉDIOS, cujo tom de pele é uma vez mais usado por Remédios Furtado como sinal de distinção da estirpe. De acordo com este autor, Ana Conceição era “*senhora virtuosa e que em razão da sua cor herdada aos ascendentes Gamas, era conhecida do povo por Tambdem-bai e (depois de casada) Tambdem-Batcan (menina e senhora vermelha)*”³⁹⁵.

Casou no dia 1 de março de 1864 com o seu primo Caetano Xavier Furtado, filho do cabo de milícias José Henrique Furtado, de Pilerne, e de Maria Vitória Lopes³⁹⁶. Neto paterno de Francisco Xavier Furtado e de Vitória Góis, e materno de Domingos Bernardino Lopes e Teresa Maria Pereira. Tal como acontecera a José Maria dos Remédios, Caetano Xavier Furtado ao casar com uma filha única e universal herdeira *estabeleceu-se* em casa dos sogros. Foi também por essa razão que, para se garantir a perpetuação do apelido do dono original

³⁹³ Furtado, Álvaro dos Remédios, (1965), 88 a 90.

³⁹⁴ Furtado, Álvaro dos Remédios (ed.) (1965), 22 e 23.

³⁹⁵ Furtado, Álvaro dos Remédios (ed.) (1965), 90.

³⁹⁶ Veja-se *supra* ponto 2-III).

da casa, os seus descendentes passaram a assinar Remédios Furtado. Deve-se a Álvaro dos Remédios Furtado³⁹⁷ a biografia mais completa que conhecemos de Caetano Xavier:

“O trabalho sobre a vida e personalidade de José Maria dos Remédios não ficaria completo sem um resumo biográfico do outro fundador da família Remédios Furtado, o não menos inclito Caetano Xavier Furtado, o qual foi até certo ponto um discípulo e continuador da obra de José Maria dos Remédios; mas eram dotados de temperamentos algo opostos. Fogoso, arrebatado, de uma coragem cívica inaudita, o primeiro; calmo, sereno, maneiroso, o segundo. Os dois, porém, tinham traços em comum: – probidade inatacável, ardor patriótico, dedicação ilimitada à causa pública, desinteresse pessoal, estudo consciencioso dos casos que tinham a apreciar e causas que defendiam, e muito talento. Ambos sofreram adversidades em defesa dos seus ideais, um a prisão, outro o exílio, embora a ambos as próprias supremas autoridades governamentais rendessem preitos de justiça e gratidão no fim. Ambos tiveram vidas cheias, benêficamente produtivas e altamente meritórias, dignas da gratidão da posteridade e veneração da sua família, para a qual legaram uma rica tradição espiritual e moral. (...) Caetano Xavier Furtado nasceu em Verlá, freguesia de Parrá, em 10 de Novembro de 1799 e faleceu com a idade de 64 anos, em 1 de Março de 1864, em Murdá das Mercês. (...) Feitos os estudos preparatórios que incluíam latim e as disciplinas de retórica, filosofia e latinidade, dedicou-se ao estudo de direito, tendo também cursado Teologia no Colégio de Nossa Senhora de Candelaria de Pilerne fundado pelo Padre Pedro Antonio Ribeiro, distinto filho daquela freguesia. Obteve carta para advogar nos Auditórios da Corte e nos das Províncias de Salcete e Bardês em 31 de Março de 1832 (Cf. Oriente Portuguez, ano 1914, pag. 164). Foi um advogado de largos recursos e grande nomeada. Profundamente influenciado pelos nobres ideais da Revolução Francesa e bastante versado sobre a doutrina filosófica do Contrato Social de J.J. Rousseau, que empolgava os grandes espíritos da época, militou na política, exercendo papel preponderante como devotado paladino dos princípios liberais e das prerrogativas do povo, defendendo-lhe os direitos e as imunidades próprias dos cidadãos, sobretudo durante as alterações políticas ocorridas em Goa a partir de 3 de Dezembro de 1821 a 18 de Outubro de 1822, ano em que, a 7 de Setembro, completando o processo de emancipação iniciada por Tiradentes, o Brasil proclamou-se nação soberana e independente. Por essas suas actividades, foi pronunciado e preso em companhia de vários outros seus correligionários, sofrendo prisão de um ano e oito meses, inclusive na velha fortaleza de Aguada (Vide “História de Goa” de Pe. M. J. Saldanha, vol. I, pag. 247 e Nota, bem como Quadros Históricos de Goa, 3.ª caderneta, de Barreto Miranda). A sua personalidade desdobra-se assim em várias facetas, cada qual digna de estudos especiais. Barreto Miranda, em seus Quadros Históricos de Goa, refere-se aos serviços prestados por esse inclito varão à causa pública, como se pode ver da passagem reproduzida nas palavras introdutórias capituladas sob a epígrafe Razão de Ser; e Cristóvão Pinto em “A Colonização Portuguesa da Índia” na obra “Índia Portuguesa” (Memórias escritas a convite do Governo Geral da, ao tempo, Índia Portuguesa, em 1923) Imprensa Nacional, Nova-Goa, 1923, vol. I, pag. 166, rememora como grande figura do foro em seguintes palavras: “E não me esquecem as grandes figuras que no meu tempo de meninez e da juventude brilharam na advocacia e nos tribunais da 1.ª e 2.ª instância. Por exemplo, os velhos Caetano Xavier Furtado e Caetano Francisco Gonçalves que alcançaram renome para longo tempo”. De grande independência de carácter, de antes quebrar que torcer, uma amostra do seu espírito desassombrado está na bem elaborada representação que a Câmara Municipal das Ilhas, sob a sua presidência, dirigiu a Dona Maria II, Rainha de Portugal, em 22 de Março de 1841, um documento importante que tanta repercussão teria nos meios social e político de Goa, se não da própria metrópole. Queixava-se a Câmara Municipal da sua presidência, nesse documento, dos desmandos do Governador interino da colónia J.J. Lopes de Lima, especificava alguns desses desmandos e em face de “tantos e tão multiplicados arbitrios” e “para que vingue o systema representativo, outhorgado por V. Majestade e pela Nação”, apelava a Rainha em nome dum povo inteiro para que ordenasse “de prompto a exoneração do dito Governador Geral fazendo-lhe succeder na Governança homem leal, franco, justiceiro e sobretudo Constitucional” (Cf. O Senado de Goa de Viriato A.C.B. de Albuquerque, doc. n.º 237, pag. 467). O estilo revela o homem e a sua linguagem, veemente mas apoiada em

³⁹⁷ É o próprio que descreve o método que empregou na elaboração desta biografia: “Fi-lo desataviadamente apoiando-me sempre em documentos, e sòmente na ausência deles, recorrendo à tradição oral colhida sobretudo ao Pai e tio Carlos (...), netos de Caetano Xavier Furtado, e ainda a esse outro seu neto, escritor de estilo eloquente e linguagem límpida e castiça que foi o Deputado Cristóvão Pinto” – Furtado, Álvaro dos Remédios, (1965), 96.

factos, e empregada em representação oficial contra a autoridade suprema da colónia nos dá boa medida, a um só tempo, do seu notável arrojo cívico, do seu grane ardor patriótico e do seu profundo liberalismo³⁹⁸. E não será que as qualidades magníficas de “homem leal, franco, justiceiro e sobretudo Constitucional”, que Caetano Xavier Furtado sugeria a Rainha de Portugal que se buscassem no candidato a sucessor do governador atribiliário, eram as suas próprias virtudes, as linhas mestras de sua própria personalidade? J. J. Lopes de Lima foi afinal apeado do poder em 1842 em consequência de uma revolta militar (Cf. História de Goa de P.e Saldanha). E o testemunho mais eloquente do alto preço em que eram tidos os serviços prestados ao país pelo nosso biografado nas diversas funções públicas que exerceu, está no Decreto Régio de 6 de Dezembro de 1851, pelo qual Caetano Xavier Furtado foi agraciado com a mercê de Cavaleiro da Ordem de Cristo “como justa remuneração dos bons serviços feitos na sua carreira” (Cf. F. N. Xavier – Nobiliarquia Goana, Part. II, Pag. 183, n.o 5, edição de 1863). A Ordem do Exercito n.o 10, de 11 de Junho de 1853, publicada no Boletim do Governo N.o 20, de 24 de Junho do mesmo ano, traz duas Portarias do Governo: – na primeira, de N.o 94, datada de 11 de Junho de 1853, determina-se que as funções de Auditor da Gente de Guerra das Três Comarcas de Salcete, Bardês e Ilhas sejam exercidas pelo Juiz Substituto Aleixo Casimiro Lobo, considerando-se desde essa data exonerado das mesmas o advogado Caetano Xavier Furtado; na segunda, do N.o 98, datada de 17 de Junho de 1853, consta o motivo da exoneração do titular da Auditoria da Gente da Guerra das três Câmaras – a doença. Sabe-se, com efeito, que foi um ataque de paralisia que afectou Caetano Xavier Furtado de continuar a exercer as suas altas funções que tao competente e brilhantemente vinha desempenhando. Probidade, desassombro, lealdade, profundo conhecimento das leis e do Direito Constitucional, estudo honesto e consciencioso das questões a ele afectas ou que tomava em mãos para dar o melhor do seu esforço, da sua coragem cívica e de sua excepcional inteligência em defesa dos direitos e prerrogativas de seus conterrâneos – eis as qualidades mestras de sua personalidade de escol que a põem em alto relevo em todos os campos em que actuou: nas funções públicas que exerceu, nas atitudes políticas que assumiu, no metier de advogado que abraçou, nas decisões ou julgamentos que proferiu. (...) Caetano Xavier Furtado exerceu, além de outras, os seguintes cargos e funções: – Procurador do Senado de Goa (1834); – Vereador da Câmara Municipal das Ilhas no biénio de 1840-1841; – Auditor da Gente da Guerra na Comarca de Bardês (Portaria de 26 de Novembro de 1846); – Auditor da Gente da Guerra nas Comarcas das Ilhas, Bardês e Salcete (Auditor Geral) por Portaria de 11 de Julho de 1851; – Procurador da Junta Geral do Distrito, por Salcete nos três biénios abrangidos no período de 1845 a 1850; – Procurador da Junta Geral do Distrito, por Bardês em 1851 e 1852, sendo na primeira sessão eleito seu presidente. – Vogal do Conselho do Governo em quatro biénios de 1846 a 1853; – Foi também eleito Deputado substituto às Cortes. O seu escritório profissional era em Pangim, na casa que ficava defronte da morada de Miguel Vicente de Abreu, escritor de valor, coevo do nosso biografado e cujo nome foi mais tarde dado a respectiva travessa. Nessa mesma casa se estabeleceu depois um de seus netos – o advogado Carlos José Xavier dos Remédios Furtado, que posteriormente a comprou e a reedificou por se achar arruinada e, após o falecimento deste, por alguns anos também esteve estabelecido o modesto autor deste resumo biográfico e compilador do volume, bisneto de Caetano Xavier Furtado, sobrinho do citado Carlos Furtado e seu sucessor na profissão que, já em vida do Tio, ali vivia, colaborando com ele nos trabalhos do foro”³⁹⁹.

Caetano Xavier teve vários irmãos, dos quais conhecemos apenas:

- (i) **Mariano Caetano Furtado**, também ele um convicto perista. De acordo com o biógrafo familiar, “Aliás as qualidades de carácter, espírito desassombroso e dedicação à causa pública também foram o apanágio dos seus irmãos, um dos quais, Mariano Caetano Furtado, marcou pela atitude de desassombroso civismo para com o governo intruso que se instalara em Goa, após a crise da Prefeitura, quando como Primeiro Vereador (Presidente) da Câmara de Bardês foi ao Palácio dos Vice-Reis ao seu chamamento, atitude que mereceu o apreço e reconhecimento daquela Câmara que o exprimiu no voto consignado, na sessão de 5 de Fevereiro de 1835, nestes termos: “... tendo-se ponderado o heroísmo com que o fiel cumprimento d’obrigação do bem público declarou formalmente o primeiro Vereador desta Camara Mariano Caetano Furtado que em qualidade de Presidente foi ao Palácio da Prefeitura, em consequência d’Officio do Excellentissimo Senhor

³⁹⁸ Reproduzimos parte considerável deste documento atendendo ao interesse que encerra. Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – n.º 155.

³⁹⁹ Furtado, Álvaro dos Remédios, (1965), 95 e ss.

Vice-Rei que em qualidade de Governador General o esperava, e em Assembleia publica respondeo que elle não vinha autorizado pella Camara para assignar em autto algum, relativo ao novo Governo, e que do contrario, que protestava por si, e pella Camara sem reparar no ameaço de que foi acometido e nisto fielmente cumprio a insinuação, de que a mesma Camara tributava a elle os agradecimentos addisitos a este facto”. *Para aquilatar quanta intrepidez e heróica firmeza encerra a recusa formal de Mariano Caetano Furtado a assinar o autto, com o magnifico remate que lhe pôs com o protesto a seguir lavrado em seu nome e no da Câmara de Bardês, sem reparar no ameaço de que foi acometido, é importante confrontar esta sua indómita attitude com a que teve o Presidente do Senado de Goa, também convocado para o mesmo fim, e o qual não logrou evitar a aposição da sua assinatura no dito autto, tendo-lhe custado este seu acto de submissão ao governo intruso, solene condenação do mesmo Senado, consignada na sessão de 7 de Fevereiro de 1835, onde o Presidente explicando no fim que a apuzera forçado pelo governo revolucionário, declarou nula e de nenhum effeito aquella sua assinatura e, pouco depois, na sessão de 9 desse mês de Fevereiro, votou, com os demais membros do Senado de Goa e Procuradores do Povo, no parecer de que o Prefeito devia ser restituído ao exercício do seu cargo*⁴⁰⁰. A documentação em questão tinha sido recolhida por Viriato de Albuquerque. Este autor reproduziu entre outros o referido *Protesto do Senado por ter assignado o seu presidente um auto contra o prefeito Peres e declaração do mesmo dando por nulla a sua assignatura*: “*Constando ao Senado da Camara da Cidade de Goa, que no dia 3 de Fevereiro do corrente, Ill.mo Sr. D. José de Noronha, em qualidade de Presidente do mesmo, se assinou no hum chamado Autto, que huns poucos de sediciosos fizerão, depondo ao Ill.mo Ex.mo Sr. Bernardo Peres da Silva legitimo Perfeito (sic) destes Estados, em manifesto despreso das Leis e desobediencia a authoridade de Sua Magestade Imperial o Duque de Bragança Regente em nome da Rainha, que o nomeou; os vogaes deste Senado para se livrarem da responsabilidade, e não mancharem a fidelidade do seu corpo sempre leal, protestão, perante Sua Magestade Imperial, S. Ex.a o mesmo Prefeito, e Mundo inteiro, que elles não annuem, nem nunca anuirão tão sedicioso, e criminoso Autto, antes protestão sêr sempre obedientes a authoridade do mesmo Ex.mo Sr. Prefeito, e que legitimamente se acha constituido, e declarão que o dito assinado do Sr. Presidente, seja considerado como de hum individuo particular, e não de chefe do Senado, pois que elle não podia expor a vontade da Corporação, sem que para isso tivesse commissão, e o mesmo Sr. Presidente foi chamado por hum officio do chamado Governador General destes Estados datado de 2 do corrente, o qual se registou na Secretaria do Senado aos 4 com a Proclamação que o acompanhou. Paço do Senado da Camara da Cidade de Goa, aos 7 de Fevereiro de 1835 = Vicente Paulo a Cunha, vereador = Ignacio de Souza Brito, vereador = Bernardo José Fr. De Ayalla, escrivão da Camara = Pascoal Gonçalves, Procurador = José Maria de Souza, Procurador do Povo = Custodio Fernandes, procurador do Povo = Vicente de Souza, procurador do Povo = Sebastião Silvestre Affonso. Declaro que assignei no chamado Auto do dia 3, forçado; pois fui chamado por hum Governo revolucionario, e por isso declaro nulla e de nenhum effeito a minha assignatura. Era ut supra – D. José de Noronha, Presidente*”⁴⁰¹.

O facto de nenhum dos seus irmãos ter tido sucessão fez recair em Caetano Xavier Furtado a herança paterna. No entanto, este já se achava *estabelecido* em casa dos sogros. Assim, procurou ultrapassar tal impasse sucessório renunciando a herança num neto: “*Por morte dos seus irmãos, Caetano Xavier Furtado passou a representar também a casa paterna, de Pilerne, por nenhum deles ter deixado descendentes, pelo que, para continuar essa representação, legou por conta da sua terça disponível a seu neto e homónimo Caetano Xavier Taumaturgo dos Remédios Furtado, um dos filhos do seu único filho varão Gelásio Joaquim Henrique dos Remédios Furtado, toda a herança dos seus pais, inclusivê a casa de Pilerne*”⁴⁰².

Caetano Xavier Furtado foi também o edificador da pequena capela de Nossa Senhora das Angústias de Murdá, mandada construir em 1852.

Ana Conceição dos Remédios e Caetano Xavier Furtado tiveram:

⁴⁰⁰ Furtado, Álvaro dos Remédios (ed.) (1965), 101 e 102.

⁴⁰¹ Albuquerque, Viriato A. C. B. de (1909), 337 e 338.

⁴⁰² Furtado, Álvaro dos Remédios, (1965), 104.

5-I) Clara Leonor dos Remédios Furtado, a qual “*em solteira foi secretária do seu Pai, sendo uma senhora que, como raríssimas no seu tempo, sabia falar e escrever Português com correcção*”⁴⁰³. Casou com Rogério José Pinto, tendo sido os progenitores de:

5-I-1) José Cristóvão Patrocínio de S. Francisco Xavier Pinto, mais conhecido por **Cristóvão Pinto**, que nasceu em Santa Cruz no dia 8 de Novembro de 1851, e aí morreu a 5 de Fevereiro de 1926. O primo e biógrafo familiar chama-lhe “*escritor de estilo elegante e linguagem limpa e castiça*”. No entanto, Cristóvão Pinto foi a nosso ver sobretudo um destacado jornalista e político, tendo sido eleito deputado às cortes pelo círculo de Salsete em quatro legislaturas. De acordo com Aleixo Costa, “*Ainda estudante do liceu entrou para a antiga Secretaria-Geral deste Estado, atingindo aí o cargo de primeiro oficial “frequentemente escolhido para as mais difíceis comissões de serviço público, das quais, se desempenhou com o brilho próprio da sua competência e do seu carácter de que deu bastas provas nas sessões da Junta Geral da Província, da qual foi membro apreciado em sucessivos anos”. (Heraldo, 7-II-1926). Foi, desde 1890, deputado pela Índia, em 4 legislaturas, pelo círculo de Salsete, tendo exercido também os cargos de oficial superior da antiga Direcção Geral do Ultramar, servindo na Inspecção Geral de Fazenda no Ministério das Colónias e de professor da Escola Colonial de Lisboa, lugar em que se aposentou. Regressou à Índia em Maio de 1912. Teve notória actividade na Imprensa: foi director literário da Discussão da qual foi director político o advogado Martinho António de Menezes*⁴⁰⁴. Colaborou em diversos jornais políticos e literários de Goa e também em almanaques, vendo-se no antigo jornal do Instituto Vasco da Gama de que foi sócio efectivo e fiel-bibliotecário, interessantes produções históricas da sua culta pena. Escreveu na secção poética do Álbum Literário da redacção de Félix Pereira e Narciso Fialho. Mais tarde, na Imprensa de Lisboa, foi redactor efectivo do órgão do partido progressista O Correio da Noite, redigindo-o, com a maior competência, e foi-o também do Jornal de Lisboa. Colaborou nas Novidades sustentando nelas controvérsias sobre assuntos relativos à Índia. Foi editor da valiosa revista católica de Lisboa O Rosário e mais tarde seu director. Como concaniófilo foi “um estrênuo defensor da ressurreição do concani como vernáculo e como veículo da educação popular no nosso país” como atestam os numerosos artigos que escreveu e cuja lista damos. Era cavaleiro da Ordem Militar de Cristo e sócio da Academia das Ciências de Lisboa”⁴⁰⁵. Por seu lado, Devi e Seabra também não lhe poupam elogios: “foi uma figura muito curiosa de político e intelectual. Foi deputado, representando o Estado da Índia durante quatro legislaturas, e foi professor na Escola Superior Colonial. É autor de vários estudos bastante importantes para a história de Goa: Les Indigènes de l’Inde Portugaise, comunicação apresentada ao Congresso de Sociologia Colonial realizado em Paris em 1900, e um breve mas muito conciso estudo sobre As gauncarias de Goa, além dos seus trabalhos sobre A Índia Pré-histórica e dos seus Estudos de Política Portuguesa. O seu trabalho mais importante é, porém, A colonização portuguesa na Índia, que é digno de muita atenção”⁴⁰⁶. Aleixo Costa enumera exaustivamente a sua significativa produção literária, que começou com dois *Almanach para a mocidade* para os anos de 1868 e 1869⁴⁰⁷. Dela, foram-nos particularmente úteis para o presente trabalho a sua tradução abundantemente comentada dos *Estados Unidos da Índia* e as *Cartas a Sua Alteza o Infante D. Affonso sobre os ultimos acontecimentos da Índia*.

Casou com Maria Hortênsia Martins, de quem teve:

a) José Floriano Jervis Macário Pinto, conhecido por **Floriano Pinto**. Nasceu em Santa Cruz no dia 7 de Setembro de 1887, vindo a falecer na mesma localidade a 3 de Março de 1967. Como vários contemporâneos seus, partiu – após um curso liceal incompleto e a

⁴⁰³ Furtado, Álvaro dos Remédios (ed.) (1965), 96.

⁴⁰⁴ Consulte-se, neste anexo, o título dedicado à família Pinto, de Assolnã, ponto 4-XIV).

⁴⁰⁵ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 62 e 63.

⁴⁰⁶ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 277.

⁴⁰⁷ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 63 a 65.

frequência de algumas aulas de inglês – para Bombaim, onde se empregou como funcionário administrativo em 1907. Largos anos depois, em 1921, logra retornar a Goa por ter obtido colocação no Banco Nacional Ultramarino. Aí chegará ao posto de 1º escriturário com funções de chefe da secção da correspondência. No entanto, o traço que mais marcou a vida de Floriano Pinto foram as suas incursões literárias. Em Bombaim, colaborou no “Anglo Lusitano”, publicou uma série de pequenas peças irónicas que lhe valeram alguns reveses⁴⁰⁸ e deixou ainda diversos artigos em concani no jornal “Vauraddeancho Ixtt”. A maior parte da sua produção foi contudo de pendor poético, tendo sido boa parte da mesma editada em jornais lisboetas e goeses: “Almanach das Senhoras”, “Almanach Luso-Brasileiro”, “A Índia Portuguesa”, “A Lanterna”, “O Herald”, “Herald”, “Diário da Noite” e “Jornal da Índia”. Assinou dois livros: *Brisas do Mandovi, colecção de versos* (1931) e *Mistérios da fé, sonetinhos* (1949). Vimala Devi e Manuel de Seabra debruçaram-se sobre a obra poética de Floriano Pinto: “Publicou vários livrinhos, incluso um Hino dos Escuteiros, mas o seu livro mais importante é *Brisas do Mandovi, aparecido em 1931. Floriano Pinto é um poeta de ritmos naturais. Os seus sonetos não envergonhariam João de Deus, ee o livrito de “sonetinhos” que publicou em 1949 com o título de Mistérios da Fé contém autênticas pérolas de beleza e simplicidade, pelo menos para os apreciadores deste tipo de poesia à Augusto Gil*”⁴⁰⁹.

5-II) GELÁSIO JOAQUIM HENRIQUE DOS REMÉDIOS FURTADO, que segue;

5-II) GELÁSIO JOAQUIM HENRIQUE DOS REMÉDIOS FURTADO, que continua. Casou duas vezes, a primeira com D. Especiosa de Goes e a segunda com D. Leopoldina Clélia da Silva Pereira, filha de Manuel José Simão da Silva Pereira e de Maria Joaquina da Silva, de Colvá. Morreu em 1866, conforme se lê no obituário publicado em “A Índia Portuguesa”: “*Necrologia: Uma lagrima de saudade. As famílias dos srs. Euzebio Mariano Lourenço de Goes, de Calangute, e Caetano Xavier Furtado, de Marcês, no dia 9 do passado soffreram um grande golpe! – morreu o filho deste, e genro daquelle, o sr. Gelasio Furtado, nascido aos 30 de setembro de 1830, deixando ao cuidado da sua esposa a sra D. Leopoldina da Silva, de Colvá, com quem passou a segundas núpcias depois da morte da sra. D. Especiosa de Goes, 5 pupillos, 1 par do primeiro casal, e 3 machos do 2do. – Foi, na vida privada, bom filho, bom pae, bom esposo, bom parente e bom amigo, e na publica sempre militou pelas phalanges populares, imitando o seu pai e avó (sic) o sr. José Maria dos Remedios. Bardez 12 de novembro de 1866*”⁴¹⁰.

Gelásio Furtado e D. Leopoldina Clélia tiveram:

6-I) Caetano Xavier Taumaturgo dos Remédios Furtado, nascido nas Mercês no dia 7 de julho de 1861 e aí batizado a 15 de setembro do mesmo ano, sendo apadrinhado por António Joaquim da Silva e Pereira (provavelmente seu tio materno) e D. Ana Estela de Oliveira e Monteiro. Isto de acordo com os dados que recolhemos da cópia da certidão de batismo apresentada por Taumaturgo Furtado quando se matriculou na universidade de Coimbra⁴¹¹. No entanto, Aleixo Costa afirma ter o biografado nascido “*em casa dos seus avós maternos, em Colvá*”, conforme era então costume entre as elites goesas. De acordo com Aleixo Costa, “*Concluídos os estudos em Goa, partiu, em 1880 para Portugal onde completou os preparatórios*” e se formou em direito pela universidade de Coimbra⁴¹². Licenciou-se em 1887 tendo em seguida enveredado pela magistratura: “*foi nomeado subdelegado em Cantanhede e, em 1888, mediante*

⁴⁰⁸ Escreve Aleixo Costa na biografia que lhe dedica: “São de fino chiste e sabor literário as suas Gazetilhas, um género de caricatura, em verso, que cultivou nos últimos anos e em que mais se distinguiu. Eram conhecidas por alfinetadas porque as firmava com o pseudónimo Zé de alfinete e que criaram ao autor vários dissabores arrastando-o ainda à barra dos tribunais” – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol III, 68 a 70.

⁴⁰⁹ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 309.

⁴¹⁰ “A Índia Portuguesa”, ano VI, nº 308, 11 de novembro de 1866.

⁴¹¹ AUC., *Certidões de Edade*, 2ª série, (1834-1900), vol. LIV (Caetano – Cypriano), pp 31 e 31v.

⁴¹² E não pela de Lisboa, que ainda não existia, como refere por lapso aquele autor. Matriculou-se no dia 7 de outubro de 1881. Veja-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Caetano Xavier Taumaturgo Furtado).

concurso, delegado em Inhambane, Em 1899, nomeado juiz de Direito no Ibo”. Anos depois passará para a Relação de Lourenço Marques, à qual presidirá, e depois para a do Porto, onde se manterá em funções até morrer (no dia 25 de maio de 1922). Aleixo Costa assevera ter Taumaturgo Furtado demonstrado “*em todas essas situações que ocupou “não só o poder do seu brilhante espírito e a sua longa e sólida cultura, mas ainda a rijeza inquebrantável dos seus princípios e das suas convicções, a forte austeridade do seu carácter e a sua integridade”*”⁴¹³. No entanto, Taumaturgo Furtado não se dedicou apenas ao direito, tendo dado ao prelo um volume dedicado a temas políticos (intitulado precisamente *A política portuguesa*) e um par de romances. Devi e Seabra não demonstram entusiasmo pela única das suas obras que conheciam à data da edição de *A Literatura Indo-Portuguesa*: “*Além de um ensaio sobre A Política Portuguesa, Taumaturgo Furtado publicou dois romances: Doutor Olímpio e A Renovação da Irenia. O primeiro não foi possível compulsar nas bibliotecas visitadas; quanto ao segundo, trata-se de uma utopia ingénua, em que um jovem idealista pretende salvar a pátria – Irenia, capital Palmeira. Toda a paisagem humana de Irenia é demasiado fiel ao modelo para que não se possa reconhecer Portugal nos últimos anos da Monarquia*”⁴¹⁴. No que toca ao primeiro dos dois romances, Aleixo Costa transcreve um trecho da recensão que foi publicada em “*A Índia Portuguesa*” quando da sua edição: “*O seu estudo a que deu a forma dum romance, visa a pôr em relevo os erros da justiça humana. O Dr. Olímpio era um facínora e assassino dos mais temíveis, mas teve arte de passar como homem honesto e de fazer penar em seu lugar um inocente, graças ao prestígio de que gozava como médico e cirurgião acreditadíssimo. O enredo do romance tem muitos atractivos e pensamentos profundos e corretos, além de estilo elevado*”.

Cremos ter falecido solteiro e sem geração;

6-II) JOSÉ IRINEU DAS ANGÚSTIAS DOS REMÉDIOS FURTADO, que segue;

6-III) Carlos José Xavier dos Remédios Furtado, nascido nas Mercês a 4 de novembro de 1865, tendo aí morrido em 2 de dezembro de 1927. Dedicou-se à advocacia sendo um causídico bem-sucedido. Segundo Aleixo Costa, “*exerceu a sua profissão impondo-se à consideração pública pela sua seriedade, inteligência e honestidade, que não podem deixar de ser sublinhadas*”. Em paralelo ocupou o lugar de primeiro substituto do juiz de direito da comarca das Ilhas. Vice-presidente da Associação dos Advogados local, Remédios Furtado serviu ainda de síndico da Santa Casa da Misericórdia e do Banco Nacional Ultramarino, para além de ter exercido funções de vogal do conselho da província. Aproveitou para escritório, em Pangim, a casa onde o seu avô trabalhara. Deixou três peças processuais publicadas (entre 1905 e 1906), todas relacionadas com uma ação movida pelo Banco Nacional Ultramarino contra Vencetexa Babú Sinay Quencró e esposa e Mucunda Voicunta Zoixy⁴¹⁵;

6-II) JOSÉ IRINEU DAS ANGÚSTIAS DOS REMÉDIOS FURTADO, que continua. Médico, casou com Eloísa de Sousa, de quem teve:

7-I) ÁLVARO PAULO TAUMATURGO DOS REMÉDIOS FURTADO, que segue;

7-II) Caetano Xavier Furtado, natural das Mercês, onde nasceu no dia 14 de Outubro de 1897. Morreu em Singapura a 13 de Junho de 1980. Abandonou Goa muito cedo, tendo estudado em escolas católicas inglesas na Índia. Após licenciar-se em Agronomia em Poona, partiu para a Birmânia, onde dirigiu plantações. Daí passou a Singapura, onde se estabeleceu. Votando-se ao estudo das palmeiras realizou uma série de missões científicas a países tão diversos como Java, Bornéu, Ceilão, Alemanha, Checoslováquia e Itália, isto para além de diversas incursões em florestas virgens malaias. Em virtude das

⁴¹³ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 439.

⁴¹⁴ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 205.

⁴¹⁵ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 434.

suas pesquisas descobriu algumas novas espécies de palmeiras. Doutor pela Universidade de Bombaim em 1940 deixou numerosa bibliografia, quase toda escrita em inglês⁴¹⁶;

7-III) Aquino dos Remédios Furtado, nascido nas Mercês no dia 5 de Junho de 1901. Estudou em Bombaim, onde obteve um bacharelato em comércio que lhe garantiu contratação pelo Imperial Bank of India. No entanto, cedo decide abandonar a rotina e optar por uma vida assente em viagens, durante e entre as quais exercia os mais diversos trabalhos. Saindo da Ásia, passa por diferentes países, dando, porém, preferência ao Brasil (virá, até, a naturalizar-se cidadão brasileiro). Foi autor de várias obras, muitas delas no domínio da literatura de viagens⁴¹⁷;

7-I) ÁLVARO PAULO TAUMATURGO DOS REMÉDIOS FURTADO, que continua. Nascido nas Mercês a 11 de fevereiro de 1891, tendo morrido em Pangim no dia 18 de maio de 1969. Após concluir os estudos liceais, começou a trabalhar com o seu tio Carlos dos Remédios Furtado. Aí “*se habilitou e encheu de experiência*”, vindo a tornar-se, depois de obter *provisão* (em 1927) um dos causídicos “*mais procurados do concelho*”. À semelhança do tio e patrono colaborou com a Santa Casa da Misericórdia e a Associação dos Advogados. Das várias comissões que e lugares que ocupou destaque-se a presidência da Sociedade Patriótica dos Baldios, bem como o secretariado (em 1922) e a presidência (seis anos depois) da câmara municipal de Goa. Foi nomeado primeiro substituto do juiz de direito da comarca das Ilhas entre 1957 e 1958. Publicou ao longo da vida diversos opúsculos relacionados com a sua profissão, na sua maioria relativos a casos em que interveio na qualidade de advogado. Em 1928 coordenou a edição do código de posturas do concelho das Ilhas. O derradeiro trabalho que assinou foi o estudo genealógico a que nos temos vindo a referir frequentemente neste título⁴¹⁸.

VAZ FALCÃO, DE AMBELIM

Originários da pequena aldeia de Ambelim (que integrava a paróquia salsetana de Velim), os Vaz Falcão souberam ao longo das gerações promover uma série de casamentos com outras das estirpes que constituíam a elite chardó aporuguesada da região. Não obstante possuímos bem escassa informação sobre a família, é todavia possível encontrar entre os seus membros diversos sacerdotes a desenvolverem atividade dentro e fora das fronteiras de Goa.

O elemento mais antigo desta família que conhecemos é:

1) ANTÓNIO VAZ FALCÃO, o qual casou com Esperança de Viveram em Ambelim e foram os pais de:

2-I) Domingos Luís Vaz Falcão, casado com Florinda (ou Florença, ou ainda Florência) Colaço. Tiveram:

⁴¹⁶ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 432 e 433.

⁴¹⁷ O primeiro texto que deu ao prelo foi um guia de Goa (*The Rome of the east. Na illustrated guide to Goa with a brief life of St. Francis Xavier*, Bombaim, 1922), e o último umas “*Reminiscences of Goa*” (Rio de Janeiro, 1956). Para mais informações sobre a sua vida e obra consulte-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 429 e ss.

⁴¹⁸ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 428 e 429.

2-I-1) D. Maria Esmeralda Vaz Falcão, que veio a casar com o advogado *provisionário* Francisco Xavier Baltasar de Santana Almeida, o qual já enviuvara de um primeiro enlace. Com geração⁴¹⁹;

2-I-2) António João Vaz Falcão, “*que teve três filhas*”⁴²⁰;

2-I-3) Henrique Vaz Falcão, “*que teve um filho que faleceu sem prole, e três filhas*”;

2-I-4) Padre Fulgêncio Filipinho Vaz Falcão, ordenado no Bom Jesus (Velha Goa) no dia 12 de Março de 1881. Foi missionário em Madrastra e professor quer na escola de Neurá-o-Grande quer no Seminário de Meliapor;

2-I-5) Esperança Vaz Falcão, a qual casou com Francisco Paulo Mascarenhas, originário de Carmonã, filho de Constâncio António Mascarenhas e Maria Pascoela Noronha. Francisco Paulo era irmão de António Vicente Pio de Mascarenhas, ordenado em 1881 e que veio a ocupar uma das conezias da Sé de Goa;

2-I-6) Sacramento Vaz Falcão, falecida solteira;

2-II) Rosa (ou **Rosália**) **Vaz Falcão**, casada com Manuel Caetano Cardoso, filho de Miguel Arcanjo Cardoso⁴²¹.

2-III) JOÃO SALVADOR VAZ FALCÃO, que segue;

2-IV) Querubina Vaz Falcão, a qual casou com Domingos Rosário Andrade. Este era natural de Zainó (Velim) e filho de António Manuel de Santa Maria de Andrade e de Catarina Conceição Querubina de Barros. De acordo com Sacramento Almeida, “*A família Andrade é relacionada com as principais famílias de Salcete, e é uma das mais antigas e principais de Velim. Tem tido alguns sacerdotes desde velha data*”⁴²²

Foram filhos deste casal:

2-IV-1) António Salvador de Andrade, o qual “*teve único filho João Baltazar Máximo António e algumas filhas*”⁴²³;

2-IV-2) Padre Pascoal Emerciano de Andrade, ordenado no dia 18 de novembro de 1866, foi “*até morrer*” capelão da capela de Santo Cristo do palácio do Deão de Quepém;

2-III) JOÃO SALVADOR VAZ FALCÃO, que continua. Casou com Ana Joaquina Eufémia de Almeida, filha de Domingos João de Almeida e de Romana Rosália das Neves.

Ana Joaquina Eufémia era irmã de:

- (i) **Padre António Nicolau de Almeida**, ordenado em 1866. Foi durante parte da sua vida missionário em terras do Padroado, mais concretamente em “*Belari, missão de Raichur, (e) Mableshtar*”, após o que parece ter sido nomeado pároco de Mormugão⁴²⁴;

Foram filhos deste casal:

⁴¹⁹ Consulte-se neste anexo; título Almeida, de Assolnã, ponto 5).

⁴²⁰ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 119.

⁴²¹ Manuel Caetano parece ser irmão de Ana Desteira Cardoso, casada com Florenço Martins – à qual nos referimos n o título Monteiro, de Assolnã, ponto 4-IV).

⁴²² Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 121.

⁴²³ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 121.

⁴²⁴ Almeida, José Julião do Sacramento (1958), 131 e 132.

3-I) TEOFRASTO VAZ FALCÃO, que segue;

3-II) Maria Pia Vaz Falcão, a qual casou com ... Martins, de Orlim. Sem geração. De acordo com Sacramento Almeida, na casa deste casal veio depois a funcionar a estação de telégrafo-postal da localidade;

3-III) Padre Miguel Mousinho João de Deus Vaz Falcão, ordenado no dia 22 de dezembro de 1895. Segundo o autor que vimos seguindo (que era sobrinho deste sacerdote), *“Foi profundo latinista”, tendo ensinado “alguns anos particularmente em Assolnã o latim”*.

3-I) TEOFRASTO VAZ FALCÃO, que continua. S.m.n.

(B) Famílias brâmanes

ABREU, DE ANJUNA

Apesar do destaque que alguns dos seus membros usufruíram durante os séculos XVIII e XIX, a análise desta família revestiu-se de especiais dificuldades – motivadas desde logo pela escassez de elementos que encontrámos.

Partimos assim do longo obituário que o advogado e jornalista (e primo do homenageado) Francisco António Paulo Frias de Noronha dedicou a Manuel António Felicíssimo de Abreu nas páginas de “O Recreio”, e das anotações esparsas quer de Gomes Catão⁴²⁵, quer de Vicente de Abreu⁴²⁶. Em tempos muito mais recentes, Teresa Albuquerque deu à prensa alguns dados suplementares sobre estes Abreu na monografia que dedicou a Anjuna. Muito ficou contudo certamente por dizer relativamente a estes Abreu.

Trata-se, segundo Gomes Catão, de uma família originária da Graça, onde tinha uma cova perpétua no cruzeiro da igreja paroquial. Os seus ascendentes mais remotos conhecidos são André de Abreu, falecido antes de 1669, e Luzia Ferreira. Decorre da análise dos apontamentos coligidos por aquele autor que a família abandonou a Graça em virtude de uma das epidemias que fustigaram a ilha de Chorão. Teresa Albuquerque confirma esta informação: *“In 1775 a frightful epidemic of influenza gripped the island of Choro and almost exterminated the population of that foremost centre of learning and culture in Bardez. However, some families managed to escape to other regions. However, some families managed to escape to other regions”*⁴²⁷

Na sequência dessa saída a família ter-se-á fixado em Ucassaim. Fê-lo contudo por “*poucos anos*”. Assim se compreenderia melhor o casamento de **Josefa Maria de Abreu**, com um indivíduo aí nascido, António Caetano de Noronha. Foi filho deste casal **Ceroulo Deodato de Noronha**, o qual casou com D. Eufrosina Pais de Noronha. Esta senhora foi uma das raras goesas de oitocentos que deixou obra publicada. De acordo com Vimala Devi e Manuel de Seabra, no capítulo que dedicam à produção literária de carácter religioso: *“Um dos primeiros autores goeses de tema religioso após a época de formação, muito espantosamente, foi uma mulher – Eufrosina Pais de Noronha (1790-?), que publicou dois artigos, sobre A fê triumphando na India Portuguesa com um relato da solene exposição do corpo de S. Francisco Xavier em 3-XII-1859 e Os milagres de S. Francisco Xavier, e a pastoral do Governador do Arcebispado de Goa. Nada se sabe da autora destes artigos, excepto que foi mãe do P.e D. Isidoro Caetano do Rosário Noronha”*⁴²⁸. Ambos os trabalhos foram publicados no jornal lisboeta “A Nação”. Devi e Seabra seguiram muito de perto Inocêncio, o qual porém fornecia dados que permitem contextualizar mais eficazmente os dois textos. Assim, relativamente ao primeiro, trata-se de *“uma narração da solemne exposição do corpo de S. Francisco Xavier, feita em Goa a 3 de Dezembro de 1859, e das maravilhas que Deus obrou n’esta ocasião, pela intercessão do sancto apostolo”*. Já o segundo corresponde à *“Notícia do que se passou no dia 3 de Dezembro de 1860, em que foram authenticados pelas auctoridades ecclesiasticas os milagres operados pela intercessão do thaumaturgo das Indias, em quanto o seu corpo esteve solemnemente exposto á veneração dos fieis, desde 3 de Dezembro de 1859 até 8 de Janeiro de*

⁴²⁵ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 120 e ss.

⁴²⁶ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 5.

⁴²⁷ Albuquerque, Teresa (1988), 23.

⁴²⁸ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971 vol. I, 266.

1860. *Carta da auctora para seu filho, o monsenhor D. Isidoro Caetano do Rosario e Noronha*⁴²⁹. Ceroulo Deodato de Noronha e D. Eufrosina Pais foram progenitores de **D. Isidoro Caetano do Rosário e Noronha**. Este sacerdote nasceu em Ucassaim no dia 4 de abril de 1817 e aí morreu a 21 de junho de 1877. Aleixo Costa reproduz quase integralmente a nota biográfica que lhe é dedicada na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*: “*Deidcando-se à carreira eclesiástica, foi concluir os seus estudos na Universidade Gregoriana, em Roma, e doutorou-se em Teologia, em 1844. Por decreto de 3-VIII-1846 foi nomeado prelado de Moçambique. O jovem prelado não se contentou com tão honrosa escolha, pois aspirava a colocação mais alta. Resistiu às instâncias do governo para que partisse para a sua prelazia, pelo que foi revogado o decreto de nomeação em 6-VI-1853. O papa Grgeório XVII, nomeou-o seu camareiro secreto e a Academia de Santa Cecília, conferiu-lhe o título de sócio. Como já depois de demitido, mas de boa fé, conferisse jurisdição a um páoroc, o que comunicou ao governo, foi processado e julgado em Lisboa no Tribunal da Boa Hora, e 24-XI-1864. O júri deu o crime por não provado, mas o processo arrastou-se por longos anos até que, em 1871, foi absolvido. Durante esse período, travou uma acérrima polémica contra o governo, servindo-se de todos os meios e influências de que podia dispôr (...). Depois de longos anos de luta e de resistência, resignou-se a aceitar, em 5-III-1871, a sua apresentação na dignidade de arcediogo de Goa. Escreveu no Diário Nacional, a 10-XI-1871, uma longa carta de despedida em que contava a sua história e a sua longa questão. Todos supuseram que ele partiria, brevemente, mas não. Em 1873, estava ainda em Lisboa e publicava um folheto intitulado O Padroado Ultramarino Agonizante, continuando a colaborar em vários jornais, como a Revolução de Setembro, Gazeta do Povo, Nação, etc. Só em 1875 partiu para Goa*”⁴³⁰.

Com base nos elementos de que presentemente dispomos, acreditamos que é neste ramo de Ucassaim que entronca o aludido Francisco António Paulo Frias de Noronha. Aliás, ele próprio declara ser aparentado quer com os Abreu de Anjuna quer com os Frias de Talaulim e Candolim. Era filho de José Félix da Piedade Noronha e de Ana Emília Querobina de Frias, nasceu em Ucassaim em 1845 e morreu no dia 27 de setembro de 1890. Repartiu a sua vida entre a advocacia (não sabemos contudo de quando data a sua *provisão*) e o jornalismo, tendo colaborado sobretudo num periódico de vida relativamente efémera, “O Recreio”, e em “A Pátria”. Advogado recorrido, exercitou a título excecional funções de subdelegado do julgado de Sanquelim. É coautor, com Nicolau José de Sousa, do opúsculo *Collecção de certas máximas dos índios. De Napoleão a Montesquieu*, publicado pela Imprensa Nacional em Goa no ano de 1864⁴³¹.

Ora, que dados Frias de Noronha nos disponibiliza relativamente a esta família?

Explica que Felicíssimo de Abreu “*foi filho de Nicolau Casimiro de Abreu e de Anna Joanna Maria Affonso; descendente d’uma das principaes familias de Bardes, contou na sua linhagem Mathias João de Abreu, Phisico-mór interino d’este estado, o sr. P.e Mestre Nicoláo Francisco congregado e l.o reitor indígena do seminario de Chorão, conhecido então por correspondente do grande Estadista Marquez de Pombal; o sr. José Antonio, doutor pelo Archyginnasio de sapiencia de Roma; o sr. D. Felipe Nery d’Abreo, cujo saber e virtudes todos reconhecem. O Sr. Abreu a quem todos presageavão um porvir assáz venturoso, desde os mais verdes annos correspondia a esses presságios, na sua apendizagem (sic) teve por mestre e educador o seo veneravel thio o sr. P.e Mestre André João de Abreu*”⁴³².

Façamos desde já uma observação preliminar: não conhecemos nenhum padre José António de Abreu. Assim sendo, cremos que o autor ao aludir ao “*sr. José Antonio*” se estava a referir ao padre José António⁴³³. Este sacerdote, cuja memória persiste sobretudo associada à chamada *conjuracção dos Pintos*, estudou efetivamente na

⁴²⁹ Silva, Innocencio Francisco da *et al.* (1870), tomo IX (2º do Suplemento), 195. Em tempos muito mais recentes, Domingos Soares Rebelo dedicou-lhe um parágrafo no texto *Goesas da alto coturno (sécs XVIII-XXI)*, publicado no seu blogue – <http://www.tintafresca.net/News/newsdetail.aspx?news=de344165-8738-4a42-b83e-4aa8896dac1e&edition=135> (consultado a 3 de março de 2012).

⁴³⁰ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 363 e 364, com indicação da obra publicada por este autor.

⁴³¹ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 362 e 363.

⁴³² Noronha, F. A Frias de (1865), 29.

⁴³³ Veja-se neste anexo família Albuquerque, da Graça, ponto 2-II-1).

Sapienza. Trata-se assim de um indício da existência de um parentesco entre os Abreu de Anjuna e aquele clérigo. Não dispomos porém, presentemente, de elementos que nos permitam confirmar ou infirmar tal hipótese.

O texto de Frias de Noronha foi retomado em 1874 por Miguel Vicente de Abreu, que alegadamente o reproduziu. No entanto, o confronto de ambos demonstra que a transcrição de Vicente de Abreu se afasta do original em vários pontos: “*A respeito dos seus ascendentes se lê na sua biographia escripta pelo sr. T. (sic) A.P. Frias de Noronha o seguinte: ‘Foi filho de Nicolau Casimiro de Abreu e de Anna Joanna Maria Affonso; descendente d’uma das principaes familias de Bardes, contou na sua linhagem Mathias João de Abreu, phisico-mór interino deste Estado, o padre mestre D. Nicolau Francisco congregado e 1.o reitor indigena do seminario de Chorão; José Antonio doutor pelo Archyginnasio de Sapiencia de Roma; D. Felipe Nery, tambem congregado cujo saber e virtude todos reconhecem e finalmente o seu educador padre mestre André João de Abreu professor de philosophia em Anjuna de Bardez’*”⁴³⁴.

Vicente de Abreu admite algumas páginas adiante erro em que incorrera: “*assim como se rectificam duas erratas do § da biographia do Abreu pelo sr. Frias, que são D. Nicolau que se deve ler Nicolau e D. Filippe Nery, congregado, que se deve ler = D. Filippe Nery, theatino*”⁴³⁵.

Desconhecemos porém qual a razão para ter omitido a proximidade existente entre Nicolau Francisco de Abreu e Pombal. De qualquer forma, o texto de Vicente de Abreu é enriquecedor pois aí se aduzem dados sobre André João de Abreu que não constavam da versão de 1865.

É com base nestas considerações que apresentamos a seguinte genealogia:

1) MATIAS JOÃO DE ABREU, graduado em cirurgia, que terá desempenhado funções de físico-mor interino do Estado da Índia. Terá sido irmão do **padre Nicolau Francisco de Abreu**, oratoriano e primeiro reitor do seminário de Chorão após o afastamento dos chamados *padres de Rilhafoles* daquela instituição, pelo que foi o primeiro eclesiástico *natural* católico a ocupar aquele lugar.

Matias João de Abreu casou com Clara Felícia Pereira, de quem houve, pelo menos:

2-I) MANUEL JOSÉ DE ABREU, que segue;

2-II) Padre Filipe Nery de Abreu, ordenado pelo arcebispo D. Frei Manuel de Santa Catarina no dia 22 de setembro de 1792. Por provisão de 25 de outubro de 1802 foi nomeado vigário encomendado de Pomburpá no impedimento do proprietário. Ter-se-á contudo conservado pouco tempo neste lugar pois abriu uma aula de filosofia em Anjuna em 1804. Aí se havia domiciliado, em casa do irmão, há cerca de dois anos⁴³⁶;

2-I) MANUEL JOSÉ DE ABREU, que continua. Casou no dia 1 de Junho de 1786 com Raquel Ferrão, natural de Anjuna e filha de Sebastião Ferrão e Rita de Noronha. Manuel José de Abreu estabeleceu-se – no ano de 1802, segundo Teresa Albuquerque – na qualidade de *genro comensal* em casa dos sogros. Tal determinou a mudança da família para aquela localidade.

É também a Teresa Albuquerque que devemos uma informação suplementar, se bem que um tanto equívoca, relativamente a Sebastião Ferrão. Depois de referir a fuga da população local motivada pela epidemia que devastou boa parte de Chorão em 1775, a autora anota: “*When things settled down, in 1777 a move was made to re-edify the city of Goa. It was at this phase that a number of proprietors appealed to Government for permission to erect their buildings*”. Entre eles, refere o nome de Sebastião Ferrão. Fica a questão: terá Ferrão

⁴³⁴ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 5.

⁴³⁵ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 9.

⁴³⁶ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 122.

solicitado autorização para construir em Velha Goa? Ou em Anjuna? E, considerando esta última hipótese, seria natural desta localidade (pelo que se trataria provavelmente de um pedido de reconstrução) ou integrava o número dos que vieram desde o Chorão (como o seu futuro genro) rumo às paragens mais saudáveis da costa bardesana⁴³⁷?

Advogado *provisionário*, Manuel José de Abreu veio a conhecer enquanto causídico algum sucesso em Anjuna. Um indivíduo também chamado Manuel José de Abreu e igualmente residente em Anjuna foi autorizado por provisão de 22 de setembro de 1795 a ensinar gramática latina em Goa. Cremos ser extremamente provável que este Abreu habilitado para a docência e o causídico seu contemporâneo sejam a mesma pessoa.

Foram filhos deste casal:

3-I) NICOLAU CASIMIRO DE ABREU, que segue;

3-II) Padre André João de Abreu, nascido em Anjuna, onde foi batizado no dia 9 de abril de 1787. Aí morreu, no bairro Soranto, a 18 de janeiro de 1859. Capelão do presídio de Chaporá até 1839, dedicou-se sobretudo ao ensino, abrindo – para o que foi devidamente autorizado por provisão de 3 de janeiro de 1835 – uma aula de teologia dogmática e moral na sua terra natal⁴³⁸;

3-III) Padre Sebastião Paulo Cândido de Abreu, igualmente natural de Anjuna, onde nasceu a 25 de julho de 1789. Morreu no dia 27 de julho de 1863. Ordenado pelo arcebispo S. Galdino a 4 de junho de 1814;

3-I) NICOLAU CASIMIRO DE ABREU, que continua. Casou com Ana Joana Maria Afonso, de Calangute, de quem teve:

4-I) Manuel José Felicíssimo de Abreu, nascido em Calangute no dia 9 de setembro de 1813 e falecido precocemente quando estudava na universidade de Coimbra, para onde fora enviado no primeiro dos contingentes de estudantes goeses subsidiados pela fazenda do Estado e pelas câmaras gerais. De acordo com Vicente de Abreu: *“é de todos sabido que foi de talento prodigioso, premiado em Goa em 2 annos da antiga academia militar; chegou a Lisboa quando estava fechada a universidade de Coimbra por causa das oscillações politicas da epoca; pelo que matriculou-se no hospital de S. José em Lisboa a onde obteve o 1.o premio; e só em outubro de 1834 poudo matricular-se na universidade e examinou-se em julho de 1835 e ahi tambem obteve igual 1.o premio no 1.o anno da mathematica e superiores aprovações no grego, historia natural, zoologia e mineralogia que estudou conjunctamente com aquella sciencia: no 2.o anno porém caiu doente e falleceu em Coimbra em 23 de julho de 1836 com sentimento universal”*⁴³⁹. Já vimos que se deve a Frias de Noronha a biografia mais completa que conhecemos deste personagem. O texto, que transcrevemos em anexo⁴⁴⁰, foi publicado num periódico goês com pretensões literárias e está repleto de detalhes dignos de menção. É com base nele que designadamente (i) se pode acompanhar a carreira escolar de Felicíssimo de Abreu em Goa, (ii) se compreende o propósito muito concreto com que veio estudar para o reino (retornar a Goa habilitado para desempenhar funções de fisico-mor do Estado), (iii) se tem noção da reação da família face ao seu desejo de prosseguir estudos na europa, (iv) se compreendo os mecanismos de seleção dos candidatos goeses às universidades portuguesas e (v) se apercebe do apoio prestado por Peres em Lisboa. Era o *“tempo em que o nobre e patriotico coração do sr. Bernardo Peres da Silva palpitava pelos interesses de Goa”*, tendo inclusive apresentado o jovem Abreu a D. Pedro IV, que a crer no biógrafo terá ficado impressionado com os seus conhecimentos. Se é certo que importa ler o texto com o cuidado que se deve reservar a todos os

⁴³⁷ Albuquerque, Teresa (1988), 23.

⁴³⁸ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 122 e 123.

⁴³⁹ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 5.

⁴⁴⁰ Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 178.

panegíricos do género, também o é que se trata de um repositório de informação privilegiado sobre a passagem de Manuel Felicíssimo de Abreu pelo nosso país;

4-II) FILIPE NERY DE ABREU, que segue;

4-II) FILIPE NERY DE ABREU, que continua. Parece ser filho, embora todas as fontes que consultámos sejam omissas neste ponto. O facto de o seu filho Manuel José ser recorrentemente dado como sobrinho de Manuel José Felicíssimo de Abreu é um argumento sólido no sentido da solidez de tal conjectura. Segundo Gomes Catão, nasceu no dia 16 de junho de 1828 e morreu em 8 de junho de 1882. Advogado *provisionário*, casou com ..., de quem houve pelo menos:

5) MANUEL JOSÉ DE ABREU, nascido em Anjuna em 1846 e aí falecido a 29 de março de 1906. Foi um advogado *provisionário* bastante conhecido na Goa da segunda metade do século XIX, para além de tabelião em Bardez e, ocasionalmente, juiz substituto. De acordo com Aleixo Costa: “*Durante mais de 40 anos exerceu a sua actividade forense, primeiro em Perném e depois em Mapuçá, donde frequentava não poucas vezes os tribunais de Bicholim e de Pondá. Muito versado em assuntos de jurisprudência administrativa e fiscal e outros ramos de direito, era o seu parecer procurado e acatado por muitos dos seus colegas mais abalizados, que o tinham como uma sumidade*”⁴⁴¹ Desempenhou em paralelo funções de presidente da câmara agrária de Bardez, inspetor das confrarias e da instrução primária daquela província. Para além de um par de artigos no periódico “O Recreio”, publicou dois breves trabalhos, um dos quais na qualidade de advogado. Falamos de *Uma inscrição gancarial na comunidade de Navelim* (Bastorá, 1898) e *Minuta de Aggravato. Aggravante – Anna Roza Cordeiro. Aggravado – M. Público*. Não sabemos o nome da sua mulher, de quem houve dez filhos. Destes, só conhecemos os nomes de três:

6-I) NICOLAU FRANCISCO DE ABREU, que segue;

6-II) André João de Abreu, nascido em 1879 e falecido em 1916. Advogado *provisionário*, enveredou juntamente com o irmão por uma bem-sucedida carreira na advocacia⁴⁴²

6-III) Ana Maria de Abreu, a qual nasceu no dia 23 de maio de 1889;

6-IV) Gomes Catão e Teresa Albuquerque referem-se também à prole de uma outra filha de Manuel José de Abreu. São no entanto extremamente vagos no que diz respeito a esta estirpe, da qual descendem **António de Abreu Lobo** – nascido a 15 de janeiro de 1894, licenciado em direito, magistrado judicial, desembargador das Relações de Lisboa e Goa em meados do século XX⁴⁴³ e juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça – e o causídico **João Inácio Ferrer de Abreu Lobo**;

6-I) NICOLAU FRANCISCO DE ABREU, que continua. Foi advogado *provisionário* e notário da comarca de Bardez.

⁴⁴¹ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 14 e 15.

⁴⁴² Albuquerque, Teresa (1988), 27

⁴⁴³ “*A linha feminina é hoje representada pelo juiz desembargador da Relação de Lisboa, Dr. António Salvador de Abreu lobo (nasceu a 15-1-1894), cujo filho Pedro Mayer de Abreu Lobo, foi tenente miliciano, e é vice-presidente da Junta do Comércio Externo, em Goa; e pelo seu irmão advogado João Inácio Ferrer Lobo (nasceu a 6-4-1896), que foi administrador dos concelhos de Mormugão e Salsete. O seu filho Ricardo da Costa de Abreu Lobo (nasceu a 12-11-1932) é farmacêutico (31-7-1953) e chefe da secção de ampolas do Laboratório CIBA, no Rio de Janeiro*” – Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 122.

ALBUQUERQUE, DA GRAÇA

As informações que obtivemos sobre esta família foram na sua maior parte recolhidas ou do extenso trabalho que Gomes Catão dedicou à ilha do Chorão e respetivas elites⁴⁴⁴ ou a dois estudos publicados por Viriato de Albuquerque nos princípios do século passado nas páginas de “O Oriente Português” (*Ilha dos Fidalgos e Congregação do Oratorio de S. Filipe Nery em Goa*⁴⁴⁵), ou ainda da detalhada listagem dos oficiais maiores da secretaria do governo elaborada por Miguel Vicente de Abreu⁴⁴⁶. No entanto, e apesar de tal multiplicidade de fontes, conhecemos algumas dificuldades durante o debuxo de um esquema genealógico coerente da estirpe. Estas deveram-se em boa medida quer às imprecisões que sempre se encontram nos trabalhos linhagísticos do século XIX quer ao método muitas vezes confuso adotado por Gomes Catão. Este autor, ao invés de procurar apresentar os dados recolhidos de forma lógica, transcreve-os frequentemente de modo quase anárquico. Ora, tal exige a quem os estuda um esforço suplementar a fim de reorganizar e depurar a abundante informação (nem sempre congruente) que Gomes Catão em regra consegue reunir. Finalmente, a descoberta no AHU de um requerimento de António de Albuquerque datado de 1827 trouxe alguma luz adicional a outro dos ramos da família.

A estirpe parece ser originária da Graça, na ilha do Chorão, mais concretamente de Dubenim-o-grande⁴⁴⁷, sendo certo que se encontraram mais indivíduos deste nome dos que vão ser de seguida relacionados e estudados⁴⁴⁸. É

⁴⁴⁴ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 125 e ss.

⁴⁴⁵ Albuquerque, Viriato A.C.B. de (1904 e 1905), 549 e ss e 311 e ss, respetivamente.

⁴⁴⁶ Abreu, Miguel Vicente de (1866b), 238 e ss.

⁴⁴⁷ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 125.

⁴⁴⁸ Gomes Catão faz ainda menção a outros indivíduos de apelido Albuquerque que conseguimos relacionar entre si embora não nos tenha sido possível estabelecer qual o (eventual) parentesco que tenham com a família acima estudada. Isto apesar de aquele autor os mesclar num mesmo título.

Assim, elencamos de forma muito sumária estes *Albuquerque da Graça desentroncados*:

1) ESTÊVÃO DE ALBUQUERQUE, o qual casou com Sabina de Abreu. Foram pais de pelo menos:

2-I) JOÃO DE ALBUQUERQUE, que segue;

2-II) Padre Luís de Albuquerque, que foi cura da Graça, no Chorão, por provisão de 18 de junho de 1759 e vigário encomendado da mesma igreja e da de Mormugão (provisões de 19 de julho e 28 de setembro do referido ano). Parece ter falecido cerca de 1780. No mesmo sentido, Rocha, Leopoldo da (1973), 413.

2-I) JOÃO DE ALBUQUERQUE, que continua. Teve do seu casamento com Rosália de Albuquerque:

3-I) JOSÉ CAETANO DE ALBUQUERQUE, que segue;

3-II) Padre João Luís de Albuquerque, ordenado pelo arcebispo Neiva Brum no palácio rural de Santa Inês no dia 13 de setembro de 1767. Após ter sido nomeado vigário encomendado de Mormugão, por provisão de 16 de maio de 1775, e reconduzido nesse lugar em 1780, solicitou carta demissória para Moçambique (que obteve mediante provisão datada de 12 de janeiro de 1782), para onde se calcula ter partido;

3-III) Padre Matias (ou Mateus) de Albuquerque, que foi confessor ordinário por provisão de 10 de janeiro de 1752. Morreu no dia 11 de maio de 1777 deixando testamento, datado de 6 de maio de 1773. As suas derradeiras vontades foram alvo da análise de Gomes Catão e Avelino Soares. Nesse documento declara que “*tem casas em Dubenim*” (paróquia da Graça, Chorão) e constitui herdeiros seus irmãos José Caetano e Gabriel de Albuquerque. Note-se que nós próprios acabámos, nas investigações que desenvolvemos em Goa, por encontrar este documento, o qual nos parece ser datado de 5 e não 6 do referido mês de maio – HAG – *Comarca de Bardez. Registo de testamentos desde 7-2-1779 até 15-2-1785*, cota: 8769.

3-IV) Gabriel de Albuquerque;

3-I) JOSÉ CAETANO DE ALBUQUERQUE, que continua. Casado com Liberata Maria Lopes. Foram os progenitores do

em finais do século XVIII, com José Manuel de Albuquerque, que em virtude dos surtos epidémicos que tornam Chorão praticamente inabitável a família se muda para *terra firme*. Mais concretamente para Pomburpá, em Bardez. Tal afastamento, que inicialmente se calculava ser apenas temporário, tornou-se efetivo com Luís Filipe de Albuquerque. Este, ainda em vida do progenitor, opta por se fixar na ilha vizinha de Divar e “*comprou umas casas em 2 de Janeiro de 1788*” na Piedade. Significativamente, “*Foi no seu tempo que se demoliram as casas paternas de Chorão*”⁴⁴⁹.

Um dos traços mais característicos destes Albuquerque é sem dúvida a sua ligação forte e constante ao funcionalismo público do Estado. A par com estirpes como os Xavier, trata-se de uma família que produziu alguns dos mais importantes burocratas *naturais* católicos durante os séculos XVIII e XIX. É neste âmbito digna de menção a verdadeira linhagem de oficiais mores da secretaria do governo (um cargo prezado entre os goeses) que podem ostentar. Em paralelo, e à semelhança do que sucede nas famílias que integram a elite *natural* católica (com as quais os Albuquerque não deixam de se relacionar através de uma cuidadosa política de alianças matrimoniais), encontramos alguns eclesiásticos e cirurgiões, militares e advogados *provisionários*.

Devemos a Gomes Catão a referência ao ascendente mais remoto da estirpe que se conhece, Luís de Albuquerque. No entanto, aquele autor não mais acrescenta relativamente a este personagem do que a data de 1608 (provavelmente a que consta do documento onde o viu mencionado). Por assim ser, optamos por principiar o estudo desta família com o seu presumível descendente:

1) FILIPE DE ALBUQUERQUE, casado com Esperança Borges, de quem houve:

2-I) GONÇALO DE ALBUQUERQUE, que segue;

2-II) António de Albuquerque, que pode ser filho, se bem que não tenhamos conseguido comprovar documental e cabalmente este parentesco. Aliás, o próprio Gomes Catão também parece ter tido dificuldade em o entroncar. É neste enquadramento que devemos entender a sua anotação: “*São também da Graça, os seguintes* (António de Albuquerque e seus descendentes) *que pertencem muito provavelmente, a outro ramo da família do referido Luís de Albuquerque*”⁴⁵⁰. Viriato de Albuquerque nem lhes faz menção no trabalho que dedicou à ilha de Chorão.

Certo é que este António de Albuquerque nasceu no Chorão – cremos que nos primeiros anos de setecentos – e foi, segundo Gomes Catão, “*físico por Sua Majestade*”. Fixou-se em S. Matias e casou com Maria de Menezes, natural da Piedade (tudo na ilha de Divar). Conforme mencionado quer por Gomes Catão quer por Vicente de Abreu, “*acompanhou o vice-rei Marquês de Alorna em todas as expedições contra o marata*”. De acordo com documentação que localizámos no AHU, foi oficial da secretaria geral do governo do Estado durante 28 anos.

Do seu casamento com Maria de Menezes nasceu pelo menos:

2-II-1) João Filipe de Albuquerque, nascido em S. Matias (ou Malar, como também é conhecida a referida localidade). Á semelhança do progenitor, passou parte muito significativa da sua vida como empregado da secretaria geral. Entrou naquela repartição em 1750 e foi nomeado oficial papalista no ano seguinte. Em 1787 ascende ao posto mais alto da carreira ao assumir funções de oficial maior. Permanecerá no exercício do cargo até 1795, altura em que já se achava muito

4) PADRE JOÃO BAPTISTA DE ALBUQUERQUE, ordenado por D. António de Neiva Brum no palácio de Santa Inês no dia 18 de setembro de 1773.

Finalmente, importa ainda ter em conta a existência de um António de Albuquerque, nascido em Chorão, que casou com Maria Brites de Sá – Consulte-se neste anexo o título Brás de Sá, de Calangute, ponto 5-I). Apesar dos nossos esforços, ainda não conhecemos a sua relação (a haver alguma, como admitimos ser possível) com a estirpe estudada no presente apartado. Refira-se que deste casal descende Rogério de Faria, influente comerciante goês em Bombaim na primeira metade do século XIX.

⁴⁴⁹ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 125.

⁴⁵⁰ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 128.

debilitado devido à idade e achaques de saúde. Morreu no dia 3 de novembro de 1797. Casou com Antónia Teresa Madeira, originária de Chorão, de quem houve pelo menos:

a) **António de Albuquerque**, o qual também foi empregado na secretaria geral, onde deu entrada em 1782, como oficial supranumerário. Estava ainda ao serviço em 1827, quando solicita ser substituído pelo filho. Graças a Gomes Catão ficamos a saber que em paralelo foi capitão do exército⁴⁵¹. Ignoramos o nome da sua mulher mas temos o conhecimento de dois dos filhos do casal: (i) **João Filipe de Albuquerque** (igualmente funcionário da referida secretaria) e (ii) **... de Albuquerque**, que veio a casar António Francisco Xavier de Quadros. Desde modo, a anotação de Gomes Catão que induz no sentido de somente terem tido uma filha parece não ser correta;

2-I) GONÇALO DE ALBUQUERQUE, que continua. Oficial-maior da secretaria do governo geral do Estado, cargo para o qual foi nomeado no dia 7 de março de 1738, quando já contava com mais de três décadas de serviço naquela casa. Nos inícios da década de vinte de setecentos, já sendo oficial da secretaria, acompanhou o vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro na investida frustrada que este, em conjunto com o governo de Bombaim, organizou contra os angriás, em virtude do que recebeu mercê vitalícia dos cargos de língua do castelão e da ouvidoria de Diu.

Foi o instituidor da capela familiar no Chorão, dedicada a Nossa Senhora da Graça. Casou com Francisca Martins, de quem teve:

3-I) FILIPE GONÇALO DE ALBUQUERQUE, que segue;

3-II) Padre Caetano José de Albuquerque, batizado (na Graça?) no dia 2 de janeiro de 1724. Obteve provisão de confessor geral a 9 de maio de 1752;

3-III) Padre Jerónimo Caetano Maria de Albuquerque, que ingressou na congregação do Oratório de Goa. Morreu no dia 15 de setembro de 1761, com testamento. Nomeia herdeiro universal o sobrinho José Manuel de Albuquerque e lega cem xerafins para adorno do seu convento;

3-IV) Antónia de Albuquerque, a qual nasceu na ilha de Chorão e foi aí batizada no dia 28 de maio de 1722. Casou com o seu conterrâneo Lucas de Lima, advogado *provisionário* e filho de Luís de Lima e Leonor da Costa. Com descendência⁴⁵²;

3-I) FILIPE GONÇALO DE ALBUQUERQUE, que continua. Foi oficial da secretaria geral do governo do Estado da Índia, lugar para o qual parece ter sido nomeado a 20 de abril de 1741⁴⁵³. Em 1760 é *“agraciado com o habito de S. Thiago, tença de 20\$000 reis fortes e mais vantagens por alvará regio de 15 de setembro de 1750”*⁴⁵⁴. Casou com Isabel da Silveira. Deste enlace nasceram:

4-I) JOSÉ MANUEL DE ALBUQUERQUE, que segue;

4-II) Padre Gonçalo de Albuquerque, ordenado pelo arcebispo Neiva Brum em Santa Inês no dia 20 de dezembro de 1766;

4-III) Padre Joaquim Bernardo de Albuquerque, que foi cura de Mormugão (era-o designadamente em 1773). De acordo com Gomes Catão, alcançou ser conjuntamente com o seu irmão Gonçalo *“pregador e confessor, por prov. de 22-4-75”*⁴⁵⁵;

⁴⁵¹ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 128.

⁴⁵² Veja-se o título Lima, de de Chorão, ponto 4-VI).

⁴⁵³ Abreu, Miguel Vicente de (1866), 240.

⁴⁵⁴ Viriato de Albuquerque aduz que o alvará em questão vem reproduzido no *Almanach Valkimi* de 1887, pg. 25.

⁴⁵⁵ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 126.

4-I) JOSÉ MANUEL DE ALBUQUERQUE, que continua. Para além de oficial na secretaria do governo-geral (para a qual foi nomeado no dia 12 de março de 1757⁴⁵⁶), desempenhou funções de “*ouvidor da comarca de Bardês (carta régia de 30-3-1796) e administrador da alfândega da mesma comarca (1-11-1797)*”⁴⁵⁷. Morreu em Pomburpá – localidade bardesana não longe de Chorão, onde se domiciliara provisoriamente em virtude das epidemias que assolavam a sua terra natal – no dia 19 de abril de 1798. Foi porém sepultado na sua terra natal, na igreja da Graça⁴⁵⁸.

Casou com Lisarda Maria Gonçalves⁴⁵⁹. Esta senhora, lembre-se, era irmã do padre José António Gonçalves, o qual foi dado como principal cabecilha da conjuração dos Pintos⁴⁶⁰.

Foram filhos deste casal pelo menos:

5-I) FILIPE LUÍS DE ALBUQUERQUE, que segue;

5-II) Joaquim Bernardino de Albuquerque, o qual talvez por desejar seguir a vida religiosa tomou ordens menores. Morreu na Graça (Chorão) e foi sepultado em Pangim a 5 de janeiro de 1804;

5-III) Caetano José de Albuquerque, nascido em Chorão. Também se empregou na secretaria do governo-geral do Estado, tendo chegado ao lugar de oficial maior da mesma. Foi deposto dessas funções em 1822 por por insistência das forças armadas e graças de uma portaria da segunda junta provisional do governo. Durante alguns meses acumulou o lugar de diretor do expediente militar. Foi ainda recebedor da alfândega de Goa⁴⁶¹, capitão de milícias e procurador do senado de Goa. Morreu, possivelmente em Ribandar, no ano de 1824. Desconhecemos o nome da sua mulher, mas sabemos ter sido o progenitor de:

5-III-1) Caetano Manuel de Albuquerque, que começou a sua carreira, à semelhança de tantos parentes, como oficial (supranumerário) da secretaria geral do governo. Depois da morte do progenitor partiu “*para Lisboa e tendo sido nomeado official graduado d’aquella repartição (ou seja, da mencionada secretaria), por portaria regia de 23 de abril de 1840 (Bol. n.o 1/1841), fazia serviço na Secretaria do Arsenal da marinha da mesma cidade, onde faleceu poucos anos depois*”⁴⁶²;

5-I) FILIPE LUÍS DE ALBUQUERQUE, que continua. Foi, à semelhança do progenitor, oficial da secretaria do governo-geral. Para além disso, foi também capitão de milícias em goa.

Tendo sido o responsável do abandono definitivo da estirpe da ilha de Chorão, fixou-se na vizinha de Divar. Aí comprou casa, na Piedade, a 2 de janeiro de 1788. Mais ou menos na mesma época mandou demolir a morada dos seus antepassados que se erguia na Graça. Morreu na Piedade no dia 6 de novembro de 1813⁴⁶³.

Casou com...., de quem teve:

6-I) DE ALBUQUERQUE, sobre o qual nada sabemos, a não ser ter sido avô de Viriato de Albuquerque⁴⁶⁴ e progenitor de:

⁴⁵⁶ Segundo informação recolhida em Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 125.

⁴⁵⁷ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 125.

⁴⁵⁸ Albuquerque, Viriato A.C.B. (1904), 557. Não se deve confundir este personagem com um seu homónimo e contemporâneo que residiu em Margão. Consulte-se o anexo II: testamentos – N49.

⁴⁵⁹ A dado passo, Gomes Catão dá-o também como casado com Catarina Rodrigues – Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 125. Pode tratar-se ou de um lapso do autor ou de um outro casamento de José Manuel de Albuquerque.

⁴⁶⁰ Consulte-se neste anexo o título Monteiro, de Candolim, ponto 9-III).

⁴⁶¹ Abreu, Miguel Vicente de (1866), 242.

⁴⁶² Abreu, Miguel Vicente de (1866), 555.

⁴⁶³ Albuquerque, Viriato A.C.B. de (1904), 553.

⁴⁶⁴ Uma vez que este declara ser Filipe Luís de Albuquerque seu “*bisavô em linha recta*” – Albuquerque, Viriato A.C.B. de (1904), 553.

7-I) CAETANO FILIPE DE ALBUQUERQUE, nascido (em Divar?) no dia 24 de fevereiro de 1822. Morreu a 19 de agosto de 1883. Foi advogado *provisionário* e desempenhou o lugar de vice-presidente da câmara municipal das Ilhas⁴⁶⁵. Casou com Leocádia Engrácia dos Reis, de quem houve pelo menos:

8-I) VIRIATO ANTÓNIO CAETANO BRÁS DE ALBUQUERQUE, que segue;

8-II) Cláudio Vespasiano Bernardo de Albuquerque, o qual nasceu no dia 27 de julho de 1860 e faleceu a 29 de junho de 1829. Diplomado pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa, cujo curso concluiu em 8 de abril de 1889, foi subdelegado de saúde de Sanquelim. Exerceu igualmente funções de administrador substituto daquele concelho das *Novas Conquistas*⁴⁶⁶;

8-III) Condorcet Jerónimo Ressurreição de Albuquerque, nascido em Divar no dia 11 de abril de 1868, morreu em Pangim a 3 de dezembro de 1930. Dedicou-se à vida forense sendo advogado *provisionário* (a carta respetiva data de 1904). Segundo Aleixo Costa, “*Exerceu a sua actividade em variados campos, tanto no foro como no seio de diversas corporações*”. Foi presidente da câmara municipal das Ilhas, vogal do conselho municipal das Ilhas e síndico da Sé primacial⁴⁶⁷;

8-IV) D. Amália Especiosa Gertrudes de Albuquerque, casada com Aleixo António Caetano Maria de Jesus Pereira, advogado *provisionário* de S. Matias. Com geração⁴⁶⁸;

8-V) Claudina Arcângela de Albuquerque;

8-I) VIRIATO ANTÓNIO CAETANO BRÁS DE ALBUQUERQUE (também chamado **V.A.C.B. Piedade de A.**), que continua. Nasceu em Divar no dia 19 de julho de 1850, tendo aí morrido a 30 de junho de 1909. De acordo com o obituário que lhe dedicou Ismael Gracias: “*Temos hoje a lamentar a perda de mais um colaborador do Oriente Portuguez. Aos estragos d’uma prolongada e cruel enfermidade, sucumbiu a 30 de junho, na sua casa da Piedade, o sr. Viriato Antonio Caetano Braz d’Albuquerque. Viriato d’Albuquerque foi, por longos anos, empregado do quadro fazendario, tendo subido em successivas promoções, desde amanuense da 2.a classe, logar que obteve, mediante concurso, em 1872, aos 22 annos d’idade – nascêra a 19 de julho de 1850 – até escripturario de 1.a classe, cargo em que foi aposentado em 1904. Inteligente e estudioso, conhecendo muito bem todos os serviços fiscaes, mereceu sempre a estima e consideração dos seus superiores hierarchicos. Foi escrivão de fazenda nos concelhos das Ilhas, Salsete, Bardez e Sanquelim, e fez parte de algumas comissões de administração publica. No biénio de 1907-908 representou o concelho de Sanquelim na junta geral de provincia, e desde 1905 era membro da municipalidade das Ilhas. Ao mesmo tempo, empregou muito proficuamente os poucos ocios, que lhe permitiam as suas obrigações officiaes, em trabalhos prestimosos que lhe abriram as portas de alguns institutos literários e scientificos, como a Sociedade de Geographia de Lisboa, o Instituto de Coimbra, a Real Associação dos architectos e archeologos portugueses e a Sociedade artístico-archeologica de Barcelona. Alem de numerosos artigos esparsos em jornaes, almanachs e revistas, deixa as seguintes publicações (...)*”⁴⁶⁹. *Enfim, um homem prestadio, que aproveitou muito bem a sua vida, ilustrando o seu nome e nobilitando o paiz (...)*”⁴⁷⁰.

Viriato de Albuquerque foi assim um funcionário dos serviços da fazenda pública de Goa (onde começou no lugar modesto de amanuense de segunda classe, tendo logrado singrar na carreira ao longo dos muitos anos que aí serviu) que se dedicou com especial entusiasmo à escrita e em particular à investigação histórica. É, a nosso ver, possível repartir a sua bibliografia⁴⁷¹ em quatro núcleos, dos quais três têm alguma expressão no panorama cultural goês de oitocentos. Por um lado, (i) textos didáticos (onde incluímos apenas um título, a *Chorographia*

⁴⁶⁵ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 127.

⁴⁶⁶ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 127.

⁴⁶⁷ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 127 e Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 40.

⁴⁶⁸ Cfr. título Pereira, de S. Matias, ponto 8-IV).

⁴⁶⁹ Segue-se uma relação dos referidos trabalhos.

⁴⁷⁰ Gracias, Ismael (1909).

⁴⁷¹ Os principais trabalhos de Viriato de Albuquerque acham-se elencados em Costa, Aleixo Manuel da (1997), I, 43e ss.

do Estado da Índia. Aprovada por portaria provincial, de 17 de Dezembro de 1887, para uso das escolas primárias complementares e do ensino secundário). Por outro, (ii) trabalhos que se prendem diretamente com as funções profissionais que desempenhava, isto é, com os serviços da fazenda da Índia (e aqui encontramos o *Reportorio alfabético e remissivo do regulamento para a liquidação e cobrança da contribuição de registo do Estado da Índia aprovado por decreto provincial n.º 60, de 15 de Junho de 1896* e a *Tabella dos serviços a praso relativa às contribuições predial e de juros e execuções fiscaes administrativas*, dados à prensa respetivamente em 1896 e 1899). Sobram os campos em que a sua memória mais se perpetuou, a crer em trabalhos como *A Literatura Indo-Portuguesa*, de Vimala Devi e Manuel de Seabra. Desde logo (iii) ensaios, relatos e notícias de natureza religiosa, de temática essencialmente xavieriana. Finalmente, temos os (iv) estudos históricos. De entre estes, a obra recorrentemente referida é a que terminou pouco antes de morrer: *O Senado de Goa. Memoria Historico-Archeologica*. Trata-se de um trabalho ainda hoje de assinalável importância onde o autor, para além de uma primeira parte dedicada à evolução da instituição, incluiu um considerável apêndice documental. No entanto, o labor do autor nos domínios da história não se pode cingir a este título. Resta fazer menção a uma derradeira publicação, que cremos – apesar de não a termos conseguido consultar – não se enquadrar em nenhum dos apartados anteriores. Falamos do *Lembrete d’um pae*, opúsculo com cerca de meia centena de páginas dado ao prelo em 1903.

Casou com Graciana da Costa, de quem houve pelo menos:

9) CAETANO FILIPE DE ALBUQUERQUE, o qual nasceu em Divar a 8 de janeiro de 1881 e aí morreu a 6 de junho de 1962. Também fez “*toda a sua carreira de funcionário na Direcção dos Serviços de Fazenda do Estado da Índia*”, com exceção dos anos que passou em Macau, onde foi subdiretor dos serviços da fazenda local. Publicou no último ano do século XIX uma breve *Memória histórica* da Santa Cruz dos Milagres⁴⁷², cuja devoção andava muito associada, como vimos, aos antigos oratorianos de Goa.

ÁLVARES DE MARGÃO, ABREU DA PIEDADE, BAPTISTA DE LOUTOLIM E FERREIRA DE CORJUÉM

Agrupando-as num mesmo título, estudamos várias das famílias que integraram as elites *naturais* católicas das *Velhas Conquistas* durante séculos.

1) MANUEL CAETANO ÁLVARES, nascido na ilha de Chorão em 1709, filho de Vicente Álvares, cirurgião encartado em 1726⁴⁷³. Foi médico em Goa sendo-lhe passado o respectivo alvará por decreto régio de 17 de março de 1735. Se o seu descendente Joaquim Bernardino Catão da Costa – de cuja obra extraímos esta informação – parece exagerar manifestamente ao dá-lo como “*doutor em medicina*”⁴⁷⁴, Fátima Gracias, num

⁴⁷² Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 39 e 40.

⁴⁷³ Álvares da Costa reserva-lhe as seguintes considerações: “*Vicente Alvares, natural da ilha de Fidalgos ou Chorão, foi boticário e fisico em nome do rei D. João V com carta de medicina, passado, pelo fisico-mór deste Estado, José Henriques de Sequeira, e expedida pelo escrivão denominado de (sic) câmara, Vitorino Freire de Brito, que a escreveu e registou na chancelaria no liv. 2.º do ano de 1726. Acompanhou com a sua botica o capitão geral do arraial de Pondá, Antonio do Amaral Sarmento, quando marchou para a conquista de Sunda, terras de Canará, em 10 de Setembro de 1713, por ordem do vice-rei e capitão general Vasco Fernandes Cezar de Menezes, e serviu nas guerras contra os maratas, desde essa data até 15 de Novembro de 1727, na província de Salcete, dando remédios de graça aos infantes, artilheiros e auxiliares, como também aos naturais pobres da dita província*” – Costa, C. F. Álvares da (1917), 275.

⁴⁷⁴ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 68.

estudo que se tornou numa referência no seu domínio, corrobora tal informação, sustentando-a em assento extraído da chancelaria de D. José⁴⁷⁵. O que querará esta autora dizer ao escrever ter sido Manuel Caetano Álvares “*the first and only Goan to be given capelo gratuito of Faculty of Medicine by na order issued by king Jose of Portugal*”? Ou no excerto em que se lê: “*In 1735 King Jose instructed the Viceroy of India to grant permission to Manuel Caetano Alvares to practice as a physician in Portugal and all its colonies*”, ficando por determinar a que documento se pretende referir? Cremos que alude à provisão que lhe foi passada a Álvares, após aprovação por parte do físico-mor do Estado, pelo vice-rei conde de Sandomil. Só uma vintena de anos depois é que, pelo alvará régio a que se reporta Catão da Costa, D. José lhe concede as faculdades elencadas por Fátima Gracias. A assim ser, existira neste passo uma inexactidão pois a autora associa à provisão de 1735 parte dos privilégios outorgados a Manuel Caetano Álvares somente em 1755. Este alvará de 1755 será aliás, com grande probabilidade, também o diploma que tem vindo a sustentar – cremos que erroneamente – a convicção da atribuição do grau de doutor (o que justificaria a referência ao “*capelo gratuito*”), quando na verdade terá sido reconhecida a Álvares apenas a equiparação a licenciado. A solução da questão poder-se-á encontrar num pequeno trabalho dado à estampa por C. F. Álvares da Costa em “O Oriente Portuguez”⁴⁷⁶. Trata-se de um artigo composto em Damão e, a crer no autor, sustentado em documentação autêntica. Deve porém ser lido *cvum grano salis*⁴⁷⁷ por se tratar de um texto com uma natureza assumidamente laudatória. Vejamos em que termos se refere Álvares da Costa ao seu antepassado: “*O reverendo doutor Manuel Caetano Alvares (...), natural da mesma ilha (de Chorão), físico aprovado por duas vezes, pelos físicos-môres, José Henriques de Sequeira e doutor Simão de Castro, com carta passada em nome de el rei por D. Pedro de Mascarenhas, conde de Sandomil, vice-rei e capitão general do Estado da India, em 17 de Março de 1735, sendo secretario deste Estado o desembargador e fidalgo de cota de armas, Luis Afonso Dantas, por portarias ou depachos de 17 de Agosto de 1734 e de 25 de Fevereiro de 1735, registados na secretaria do Estado no liv. 1.o, fl. 20 das mercês e no liv. 5.o dos registos*

⁴⁷⁵ “*The prevailing unhealthy conditions in Goa forced viceroy D. Cristovam Souza Coutinho to initiate some measures. The viceroy requested the Home Government to send doctors who could teach medicine to the natives. It appears that the first steps to teach medicine at the Royal Hospital were started in the late seventeenth century. (...) Finally after several appeals rudimentary of medicine was started in 1702 with Cipriano Valadares as the master. (...) In 1735 King Jose instructed the Viceroy of India to grant permission to Manuel Caetano Alvares to practice as a physician in Portugal and all its colonies. He was the first and only Goan to be given capelo gratuito of Faculty of Medicine by an order issued by King Jose of Portugal. Earlier his father Vincente Alvares was issued letter to practice by the Chief physician of Goa*” – Gracias, Fátima da Silva (1994), 176 e 177.

⁴⁷⁶ Costa, C. F. Álvares da (1917), 275 e ss.

⁴⁷⁷ Julgamos que de devem ler com necessária prudência trechos como o que de seguida reproduzimos: “*Existem atestados passados pelos capitães geraes Amaral Sarmiento, Abreu da Fonseca, Melo e Lobo da Silva, Melo da Silva e Castro, e Casco e Melo. Pelos valiosos serviços prestados naquelas campanhas (contra os maratas), D. João V agraciou-o com o titulo de senhor da vila de Margão e o regulo Cortaló fez a ele e seus descendentes a mercê perpétua da comunidade da ilha de fidalgos (ie, de Chorão). (Arq. Her. e Gen. pelo Visc. de Sanches de Baena, e Gen. dos Alvares, Manueis e Costas pelo C. V. Alvares da Costa (MS.))*”. Não conhecemos o manuscrito genealógico citado, que provavelmente encerra dados de relevo, pelo que nada podemos dizer relativamente à fiabilidade dos elementos aí coligidos. Assim, não nos pronunciaremos sobre a cessão da comunidade de Chorão apesar de esta ser uma passagem que nos levanta algumas reservas: importava desde logo saber a que título e em que moldes se operara tal doação, bem como perceber quais teriam sido os seus efeitos práticos. No que diz respeito a Sanches de Baena, trata-se de uma referência incontornável da genealogia portuguesa de oitocentos; no entanto, e sobretudo a partir da segunda metade do século XX, algumas das suas teses e considerações têm vindo a ser postas em causa. Sanches de Baena publicou numa época em que os estudos deste jaez saíam de um período de dormência, pelo que se defrontou com as dificuldades que conhecem todos os que se lançam em domínios pouco desbastados. Nem mesmo autores como Manuel Artur Norton, admirador confessado de Sanches de Baena, deixam de reconhecer as imperfeições de um trabalho tão vasto e feito com tão poucos meios: “*Em 1872, o Visconde de Sanches de Baena publica uma obra intitulada Arquivo heráldico-genealógico. (...) A dimensão da obra é de tal forma grande que ainda não foi ultrapassada, tendo em Portugal como no Brasil (note-se que o trabalho se refere a ambos os países). A extensão do ditado trabalho trouxe consigo alguns erros tais como ter faltado o resumo de alguns registos da(a) C.B.A. (cartas de brasão de armas), ter ignorado heráldicamente as diferenças, os timbres, a ordenação e especificação de certas armas, assim como incluir algumas que não se conhecem utentes portugueses, para além de não citar convenientemente as fontes (...). Todos os erros que sejam apontados, em nada desvalorizam o valor que essa obra trouxe, na medida em que o autor teve a coragem intelectual de publicar um trabalho sobre matérias completamente marginalizadas desde 1834, ou seja, havia mais de meio século (cinquenta e oito anos) que ninguém estudava as citadas matérias. Este autor quebrou quaisquer tabus que pudessem existir nos referidos domínios e trouxe-os para o campo da investigação científica. Foi um verdadeiro precursor na Linhagia e Heráldica, depois da implantação do sistema liberal*” – Norton, Manuel Artur (2002), “Evolução das ciências heráldico-genealógicas a partir do liberalismo”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, I.H.I.T., Angra do Heroísmo, vol. LX. Em sentido idêntico e do mesmo autor: Norton, Manuel Artur (1977), “Carta de Brasão de Armas XXXI”, in *Boletim de Trabalhos Históricos*, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães, vol. XXVIII.

Por assim ser, a referência a um hipotético senhorio de Margão concedido por D. João V – sem se indicar a que título e em que moldes fora feito, porque não transitara para os descendentes do agraciado e, mais, como teria reagido a Companhia de Jesus (que tão grande influência exercia sobre aquela localidade salsetana) a tal mercê, que não lhe seria favorável – não nos merece total confiança com base nos elementos de que presentemente dispomos.

gerais a fl 30v. a 23 de Setembro de 1735 e no liv. 2.o a fl. III v. dos registos de chancelaria a 17 de Setembro de 1735”.

Até aqui, nada parece haver a apontar. Álvares da Costa limita-se a descrever com toda a minúcia possível a data e o registo da provisão (ou provisões) de físico de Manuel Caetano Álvares. Menos consensual será certamente o trecho imediato: “*Primeiro e unico doutor em Portugal e suas conquistas com capelo gratuito na Faculdade de Medicina por alvará de 17 de Fevereiro de 1755, de el-rei D. José I*”. Contudo, não cremos ser essa a informação que é lícito extrair da referida carta – que, aliás, é transcrita por Álvares da Costa⁴⁷⁸. Dela se retira, a nosso ver, uma declaração de equivalência à licenciatura em medicina. De qualquer maneira, esta distinção – pois de tal se tratava, segundo acreditamos – prestada por parte do governo lisboeta não só se inseria na política pombalina de promoção dos *naturais* católicos, mas também potenciava uma maior intervenção dos mesmos no núcleo muito restrito dos que, em Goa, se achavam especialmente habilitados para a prática de uma medicina europeizada, ou pelo menos sancionada por especialistas ocidentais.

Após enviuar, Manuel Caetano Álvares enveredou pelo sacerdócio. Foi ordenado em 1738 pelo arcebispo D. fr. Inácio de Santa Teresa.

Casou com Paula Ribeiro, de S. Matias, filha de António Ribeiro, oficial da secretaria geral do governo do Estado nos princípios do século XVIII.

Tiveram:

2) PEDRO ANTÓNIO ÁLVARES, cuja naturalidade não nos é dada por Catão da Costa. Contudo, graças ao processo de habilitação para familiar do Santo Ofício de um dos seus filhos – que localizámos no ANTT – sabemos-lo natural de S. Matias mas morador em Margão. Como boa parte dos seus conterrâneos pertencentes às elites *naturais* católicas, repartiu a sua atividade profissional por ocupações muito diversas. Assim, desde logo, e no seguimento dos seus maiores pela linha paterna, dedicou-se à prática da medicina. Foi “*médico acreditado*”, nas palavras de Catão da Costa. Em paralelo votou-se à vida militar: em 1762 é nomeado capitão dos auxiliares de Salsete, passa a mestre do campo seis anos depois em substituição do entretanto falecido Manuel Francisco dos Anjos, a comandante do mesmo corpo em 1794 e finalmente a coronel em 1797⁴⁷⁹. Vereador do senado da câmara de Salsete, foi fidalgo da casa real.

José Inácio de Loiola não poupa este personagem no seu *As petas genealogico-historicas*. Por um lado, procura refutar o raciocínio de Catão da Costa – que justifica o *bramanismo puro* dos Álvares no facto de estes integrarem as irmandades do Anjo Custódio, de Nossa Senhora da Conceição e do Espírito Santo de Margão, muito exclusivistas em matéria de casta – com base na carta que acompanha o brasão de armas que lhe é

⁴⁷⁸ “*Dom José I & - Faço saber a todos os corregedores, provedores, ouvidores, julgadores, juizes e mais justiças e officiaes e pessoas donde e perante quem esta minha carta de aprovação for apresentada e o seo conhecimento se pedir e requerer, em como por sua petição me representou o reverendo padre Manoel Caetano Alvares, filho de Vicente Alvares, natural da freguezia de S. Bartolomeu, que elle se achava aprovado na faculdade de medicina pelos fizicos môres dos Estados da Índia, José Henriques de Sequeira e Simão de Castro, como mostrou por certidões authenticas dos ditos fizicos e que condecorou a sua capacidade no curativos dos enfermos, o que tudo foi examinado pelo meu fisico-mór pelas diligências que para este effeito mandou fazer e porque em os meus reinos e senhorios de Portugal e suas conquistas não podia usar da dita sciencia sem faculdade minha, me pedio lha concedesse e visto o seu requerimento ordenei ao dito meo fisico-mór que, estando conforme ao seo regimento e disposições delle, lhe mandasse passar a sua carta de aprovação para poder usar da arte de medicina; em virtude do que se lhe mandasse passar a presente e com ella sendo primeiro pelo dito meo fisico-mór do do reino assinada e passada pela chancelaria-mór da côrte e reino e pelo meu juizo ultramarino reconhecida, poderá o dito reverendo doutor Manoel Caetano Alvares livremente usar da dita sciencia de fisica nesta côrte e cidade de Lisboa e em qualquer parte deste meo reino e senhorios de Portugal e suas conquistas e Estados da Índia, sem outra mais approvaçào, pelo que mando às sobreditas minhas justiças lha cumprão e guardem como nella se contem e declara, e gozará de todos os privilegios e liberdades que em razão da dita faculdade e de fisica lhe pertencerem, da mesma forma que as logrão e guardão aos medicos aprovados pela minha Universidade de Coimbra; e pagou de novos direitos 2 400 reis que se carregarão ao thesoureiro delles no livro 4.o da sua receita a pagina 104 v. e se reguistou no livro 8.o do registo geral dos novos direitos a pag. 104. Dada e passada nesta côrte e cidade de Lisboa aos 17 de Fevereiro de 1755. El Rey Nosso Senhor a mandou pelo doutor Manuel Dias Ortigao, fidalgo da sua real caza, medico da sua real câmara, lente da (sic) véspera jubilado na Universidade de Coimbra, fisico-mór deste reino de Portugal, Algarves e todas as suas conquistas (...)” – Costa, C. F. Álvares da (1917), 275 276 e 277.*

⁴⁷⁹ Estas promoções foram respetivamente formalizadas por cartas patentes datadas de 24/4/1762 (conde da Ega), 3/12/1768 (D. João José de Mello), 26/3/1794 e 31/12/1797 (Veiga Cabral) – Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 68. Acrescenta ainda este autor que “*Pedro Antonio gozou de alta consideração e estima tanto dos chefes do estado e altos funcionarios, como dos seus conterraneos*”.

atribuído, em que são repetidas (sem atenção a particularismos geográficos e sociais) as fórmulas costumeiras, sendo que o mesmo é aí dado como descendente “*dos Alvares, Ribeiros e Corrêas de Portugal*”⁴⁸⁰. Talvez por este não ser um argumento muito convincente (a questão da necessidade de adaptação das velhas fórmulas das cartas de armas concedidas a *naturais* era ventilada em Goa há já largas décadas, pelo menos desde que os Pinto de Candolim pediram uma segunda via rectificada da sua), Loiola chama a atenção para velhos rumores, que, por um lado, davam uma origem mestiça e mais um menos obscura da estirpe e, por outro, demoliam as suas afirmações no que dizia respeito a castas e a remetiam a um papel subalterno nas estruturas *gancariais*: “*Se acreditarmos uma tradição que ha no paiz, Pedro Antonio Alvares foi filho illegitimo d’um europeu e mãe nativa. Parece que o europeu conseguiu por sua influencia que a mulher de quem teve este filho cazasse com um culacharim de Chorão, e dahi resultou a Pedro Antonio esta ultima qualidade e o jono pessoal que até hoje percebem os seus descendentes*”. E interpelando directamente Catão da Costa: “*Agora cumpre á genealogia dizer-nos com franqueza qual d’esses dous meios de prova de sangue é mais digno de credito; – se a justificação que deu a Pedro Antonio Alvares o fôro de fidalgo de que gozaram sempre os seus nobres e fidalgos antepassados do reino, ou se o facto de os seus descendentes serem admitidos nas confrarias de Margão como bramanes puros, e na comunidade de Chorão como culacharins e jonoeiros*”⁴⁸¹. Longe de pretendermos aferir da bondade de qualquer uma destas afirmações, notamos porém que é interessante que não tenha sido chamado à colação, neste caso, o processo de habilitação para familiar do Santo Ofício de Salvador Álvares da Costa, filho de Pedro António Álvares, desde logo por se tratarem de repositórios geralmente considerados bastante fiéis à verdade em matérias linhagísticas. Sendo certo que na parte genealógica do mesmo se avança francamente menos do que em outros seus congéneres (provavelmente devido à inexistência de registos paroquiais) e que Manuel Caetano Álvares é dado como natural de Chorão, é também verdade que nenhuma das seis testemunhas consultadas sob segredo aludiu sequer aos rumores invocados por José Inácio de Loiola.

Pedro António Álvares casou com Ana Maria Josefa da Conceição e Costa, de Margão, filha de Salvador da Costa e Maria Manuel Colaço. Foram filhos do casal:

3-I) SALVADOR FILIPE DA PIEDADE ÁLVARES DA COSTA, que segue;

3-II) Joaquina Paula Álvares, casada com Cristóvão Barreto, de Rachol. Segundo se depreende da obra de Catão da Costa, foram pais de:

3-II-1) Caetano Camilo Barreto, o qual terá sido médico em Rachol. Ainda de acordo com Catão da Costa, este casou com sua prima Maria Esperança Godinho⁴⁸² e teve dela:

a) Padre Cristóvão Filipe Barreto;

b) José Vicente Barreto;

c) Francisco João Barreto;

d) Avelina Barreto;

e) Ana Maria Barreto;

f) Joaquina Barreto, que casou com Camilo António Josino Cordeiro, oficial e intendente da Marinha em Goa, cavaleiro das ordens de Cristo e da Conceição. Josino Cordeiro foi também procurador à junta geral do distrito;

⁴⁸⁰ “*Descendentes dos Alvares, Ribeiros e Corrêas de Portugal eram pois, segundo reza o documento citado, os srs. Alvares de Margão –; mas nem por isso deixaram de ser bramanes puros para entrarem nas confrarias da mesma villa, como o eram naturalmente aquelles fidalgos do reino, seus antepassados!!!*” – Loiola, José Inácio de (1875), 15.

⁴⁸¹ Loiola, José Inácio de (1875).

⁴⁸² Veja-se *infra*, ponto 3-IV-4).

g) **Teodósia Barreto;**

h) **D. Aurélia Maria Angélica Barreto**, a qual veio a casar com Vicente Emídio Gracias, que exerceu o lugar de director da alfândega de Assolnã. Tiveram: (i) **José Joaquim Manuel da Apresentação Gracias**, médico pela Escola Médica de Goa, que veio a casar com D. Escolástica Xavier⁴⁸³; (ii) **Maria Angélica Guilhermina Gracias**; (iii) **Rosa Idalina Quitéria Gracias**, casada com Manuel Agostinho Rebelo; e (vi) **D. Rita Amélia do Patrocínio Gracias**, casada com o seu primo Joaquim Bernardino Catão da Costa⁴⁸⁴. D. Rita Amélia morreu a 18 de outubro de 1870;

i) **Maria Rosa Barreto**, casada com Vicente António Henriques de Quadros, da Raia⁴⁸⁵, que morreu em março de 1850. Foram filhos deste casal (i) **Rodolfo de Quadros**, “advogado e ajudante da conservatória de Damão” e (ii) o tenente **Emídio Mariano Ludovice de Quadros**, nascido na Raia em 1843 e falecido em Lisboa. Aí se casou com D. Luísa Inácia de Seixas em 1880. Foram pais do capitão tenente da Marinha João Filipe das Dores de Quadros, nascido em Lisboa, e avós da escritora Fernanda de Castro, mulher de António Ferro.

3-III) Aurélia Maria Álvares, a qual casou duas vezes. A primeira com Francisco Colaço, filho de José Colaço, de Rachol. Tendo sido este casamento anulado, passou a segundas núpcias com Vitorino Pereira, natural de S. Matias (Divar), filho de Matias Pereira e Luísa de Miranda⁴⁸⁶. Vitorino Pereira foi advogado *provisionário* e também se dedicou à docência. Terá provavelmente mantido umas das várias *aulas de jurisprudência* particulares que abundavam à época nos três concelhos das *Velhas Conquistas*. Catão da Costa acrescenta ter sido o “primeiro professor de rhetorica da Universidade de S. Roque”⁴⁸⁷. Não dispomos contudo de elementos que aclarem ou comprovem tal asserção.

Vitorino Pereira e Aurélia Maria Álvares tiveram:

3-III-1) Caetano Pereira, morador em Margão, pai de **Ana Luísa Pereira**, que casou com Inácio Sebastião da Silva, ascendente da família Santana da Silva, de Margão⁴⁸⁸. Há contudo, neste passo, uma discordância entre José Maria Pereira e Catão da Costa: é que enquanto aquele sustenta que Vitorino Pereira é avô de Ana Luísa Pereira, mulher de Inácio Sebastião da Silva (filha, por sua vez, de Caetano Pereira), este considera ser a referida Ana Luísa filha de Vitorino Pereira e irmã de Caetano Pereira.

3-IV) Rita Santana Álvares, casada com Miguel Assunção Godinho, de Margão. Tiveram:

3-IV-1) José Pedro Godinho, advogado *provisionário*;

3-IV-2) Padre Joaquim de Santana Godinho, pároco de Navelim;

3-IV-3) Anastácio Vitorino de Santana Godinho, casado com D. Maria da Conceição Especiosa Pacheco, de quem teve numerosa geração:

a) **José Joaquim de Santana Godinho;**

⁴⁸³ Veja-se neste anexo o título Xavier, de Loutolim, ponto 6-V-5), a).

⁴⁸⁴ Id., Costa, de Margão, ponto 9-VI).

⁴⁸⁵ Relativamente a estes Quadros da Raia anota Pedro Carmo Costa, ao esclarecer que a mesma tem origem diversa da dos de Loutolim: “provavelmente descende do gancar dessa aldeia, João de Quadros, filho de António de Quadros, neto de Sautopoi e bisneto de Vitulapoi” – Costa, Pedro do Carmo (2004), 202.

⁴⁸⁶ Veja-se neste anexo o título Pereira, de S. Matias, ponto 5-I). Na sua genealogia da família Pereira, José Maria Pereira refere-se aos Álvares de Margão em termos elogiosos ao frisar ser Aurélia Maria “filha de Pedro Antonio Alvares, mestre do campo dos auxiliares de Salcete, escudeiro e cavaleiro fidalgo com braço de armas” – Pereira, José Maria (1927), 10.

⁴⁸⁷ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 69.

⁴⁸⁸ Veja-se neste anexo o título Costa, de Margão, ponto 7-V-2), a).

b) José Pedro de Santana Godinho, médico, cirurgião-mor do exército da Índia. Casou com D. Cecília Lobo, de Saligão. Esta senhora era filha de Mariano Caetano Sebastião Lobo e de D. Especiosa Leopoldina Emília Pinto. Este Mariano Caetano parece ser o mesmo que casou (não sabemos se em primeiras ou segundas núpcias) com D. Leopoldina de Frias⁴⁸⁹. José Pedro de Santana Godinho e D. Cecília Lobo foram os progenitores de: **(i) D. Maria Especiosa da Conceição de Santana Godinho**, casada com o seu primo Camilo Vicente António da Silva Coelho⁴⁹⁰, e de **(ii) Mariano Caetano de Santana Godinho**, nascido em Margão a 27 de abril de 1884 e aí batizado no dia 9 do mês seguinte. Matriculou-se na faculdade de direito da universidade de Coimbra no dia 15 de outubro de 1907⁴⁹¹. Concluída a licenciatura enveredou pela magistratura;

c) Ana Rita Godinho;

d) Maria Florinda Godinho, que casou com Jerónimo Luís Higinio de Frias, de Bardez, professor;

e) Mariana Godinho;

f) Carolina Godinho;

g) Ana Clara Godinho;

h) Micaela Godinho;

i) Maria Esperança Godinho;

3-IV-4) Maria Esperança Godinho, a qual casou com o seu já mencionado primo Caetano Camilo Barreto, filho de Cristóvão Barreto e Joaquina Paula Álvares⁴⁹²;

3-V) D. Caetano Filipe Álvares, teatino. Apesar de inicialmente ter enveredado pela carreira militar, abandonou-a quando era cadete, optando por tomar ordens. Sacerdote e religioso do convento de S. Caetano, em Velha Goa;

3-VI) Padre Joaquim João Manuel Álvares, cujo percurso foi bastante idêntico ao do seu irmão Caetano. Nomeado alferes do batalhão dos auxiliares (de Salsete, provavelmente) em 1778, abandona o exército no ano seguinte, no dia 21 de junho de 1779. Ingressou no convento de S. Domingos de Goa adoptando o nome de frei Joaquim do Espírito Santo e tomou ordens sacras. Após ter ocupado o lugar de vigário do Recolhimento da Serra, secularizou-se e partiu para Moçambique, onde parouquiu diversas igrejas, como as de Tete e Manica;

3-VII) Camilo Vicente Álvares da Costa, o qual também dividiu a sua atividade por diferentes ocupações. Por um lado, dedicou-se à advocacia: não dispomos porém de grandes informações sobre a sua actividade enquanto causídico em Goa. Por outro, à vida militar, tendo sido auditor e capitão do 1º regimento de infantaria do exército da Índia. O facto de ter sido sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa indicia preocupações de ordem cultural. Foi fidalgo da casa real e cavaleiro professo na ordem de S. Bento. Gomes Catão localizou o seu batismo⁴⁹³: foi batizado logo após nascer, “*em casa*”, no dia 8 de abril de 1764, pelo Padre Manuel Vicente Álvares, e solenemente em Margão a 31 de maio do mesmo ano. Apadrinharam-no “*o Inquisidor Manuel António Ribeiro e o Secretário do*

⁴⁸⁹ Veja-se neste anexo o título Brás de Sá, de Calangute, ponto 10-I-1).

⁴⁹⁰ Veja-se *infra* ponto 3-VII-1), e).

⁴⁹¹ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Mariano Caetano de Sant’Ana Godinho).

⁴⁹² Veja-se *supra* ponto 3-II-1).

⁴⁹³ *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Abreu, da Piedade”, Goa.*

Estado Belchior José Vaz de Carvalho”. Casou em S. Matias no dia 28 de Janeiro de 1793, com D. Anastácia Maria Catarina Pereira, filha de Vitorino Pereira e de Ana Maria Gomes⁴⁹⁴.

Tiveram:

3-VII-1) Pedro António Constantino Álvares, o qual se dedicou à medicina e ocupou o cargo de físico-mor de Damão. Catão da Costa afirma que foi “*médico de grande nomeada*”⁴⁹⁵. Teve do seu casamento com D. Maria Leonor de Sousa (ou Leonor Maria de S.):

a) **Camilo Vicente do Rosário Álvares da Costa**, advogado *provisionário* e, depois de aí servir como ajudante, conservador do registo predial de Salsete. Casou com D. Maria Amélia Virgínia Herodiana dos Santos Vaz, filha de Agostinho da Piedade dos Santos Vaz, de Margão, e de D. Joana Emília Flaviana Furtado, de Benaulim (Santos Vaz foi advogado *provisionário* e administrador do concelho de Salsete durante mais de vinte anos; era também cavaleiro da ordem de Cristo⁴⁹⁶). Foram os progenitores do coronel de engenharia **Pedro António Constantino da Pureza Álvares** (comummente conhecido por Pedro António Álvares), nascido em Margão no dia 26 de junho de 1864 e falecido em Coimbra a 24 de novembro de 1927. Aleixo Costa recolheu do “Heraldo” e da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* os seguintes excertos na nota biográfica que lhe dedicou: “*“Tendo partido muito novo para a metrópole completar a sua formação literária e técnica, tão brilhantes foram as suas provas nas escolas de curso secundário, que foi logo escolhido para a arma de engenharia, para a qual só são admitidos os estudantes que mais se tenham distinguido nos cursos preparatórios e na qual assentou praça em 1882, subindo, sucessivamente, os postos por entre as mais difíceis comissões de serviço, como as da construção da linha férrea de Malange, da direcção da Companhia dos Caminhos de Ferro de Quelimane e do seu posto, em 1913, do comando da Escola de Tancos, etc. Tomou parte com Antonio Ennes e Freire de Andrade em várias expedições científicas na África Oriental e na Ocidental, revelando, ao lado da competência técnica, o maior senso prático e o maior zelo nos serviços a seu cargo. Desde 1917 fixara residência em Lisboa, onde a sua opinião era muito acatada, versando, com ciência notável e rara independência, os problemas financeiros, económicos e coloniais (...)”*. Na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* se regista a seu respeito o seguinte: “*Homem inteligente e culto, prestou assinalados serviços às colónias no Ministério da Marinha, onde trabalhou algum tempo, e na Sociedade de Geografia, em que fez parte das secções de História, Investigações Científicas, Engenharia e Comunicações Terrestres. No Montepio Geral, onde se demonstrou contabilista de valor, apresentou, de colaboração com António Horta Osório, um bem documentado relatório em 1912, propondo o alargamento das operações da Caixa Económica daquele estabelecimento, por meio de sucursais nas mais importantes cidades do País, rasgada iniciativa que não foi posta em prática, pois o Montepio, além dos seus agentes em várias localidades, só possui uma sucursal no Porto*”. Pertencia à *Sociedade de Geografia de Lisboa* e ao *Centro Católico* e possuía os graus de oficial e cavaleiro da *Ordem de Aviz*”⁴⁹⁷. Estudou na universidade de Coimbra, onde se matriculou em matemática a 5 de outubro de 1882⁴⁹⁸;

b) **Amália Álvares**, que casou em Bombaim com Pascoal da Silva;

c) **Adelaide Álvares**, a qual casou com o capitão Francisco João Furtado;

⁴⁹⁴ Na década de 40 do século XIX já não se conseguiu localizar o assento de batismo de Anastácia Maria Catarina.

⁴⁹⁵ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 72. Noutro passo refere-o como tendo sido “*distinto médico*” – id., ibid., 37.

⁴⁹⁶ Veja-se neste anexo o título Costa, de Margão, ponto 9-V) e neste título o ponto 5-IV-1).

⁴⁹⁷ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 54 e 55.

⁴⁹⁸ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Pedro António Álvares).

d) Idalina da Piedade Felicidade Álvares, que casou a 25 de fevereiro de 1859 com o seu parente Jerónimo Salvador Constantino Sócrates da Costa⁴⁹⁹;

e) Joana Letícia Marcelina Angélica Álvares, comumente conhecida por **Marcelina Álvares**. Casou com o major José Francisco da Silva Coelho, cavaleiro da ordem de S. Bento de Avis, filho de Camilo Vicente da Silva Coelho, ajudante do conde do Rio-Pardo. Foi filho deste casal, entre outros: **Camilo Vicente António da Silva Coelho**, advogado *provisionário* e notário na comarca de Quepém, da qual transitou para a de Salsete. Casou com a sua prima D. Maria Especiosa da Conceição de Santana Godinho⁵⁰⁰, de Margão, de quem teve numerosa prole. De acordo com um dos filhos do casal, Mário da Silva Coelho, em testemunho recolhido por Manuel de Seabra no final da década de setenta do século passado, Camilo Vicente *“Trabalhava dia e noite para ganhar dinheiro e ganhava-o muito, porquanto, naqueles tempos de barateza e de dificuldades de comunicação, tinha tabela regular e os “caminhos”, hoje raros, chegando a dormir nas machilas-camas já desaparecidas. Raros ganhavam então tanto como os notários – como ele que tanto querido e popular era. Bela figura, insinuante nas maneiras e na fala, parecendo no aspecto mais europeu que indiano (era mais claro que os portugueses e encarnado como um inglês), tinha um feitio plácido e não se deixava enganar por ninguém”*. Já a sua mulher *“era morena (...), muito arranjada, enérgica, uma hábil dona de casa”*. Tiveram treze filhos que sobreviveram (o que Mário da Silva Coelho considerava ser *“mau número”*), *“mas a sorte favoreceu-os, pois conseguiram sustentar os filhos co desfogo e deixar-lhes ainda uma pequena fortuna”*. O notário Silva Coelho primava por ser *“severo”* e económico. Tantas virtudes contrabalançavam porém com um vício: *“era, como quase todos os notários de então, com todo o método e moderação, pois ninguém o viu embriagado, um pouco alcoólico, o que prejudicou um tanto a robustez e o equilíbrio nervoso da prole”*⁵⁰¹. O primogénito do casal foi **José da Silva Coelho**. Foi, à semelhança do progenitor, *provisionário* e notário em Bicholim. Personalidade multifacetada, segundo as declarações do irmão mais novo (*“Era literato, apaixonado pela pintura e mais ainda pela música e exímio na arte culinária”*), é sobretudo lembrado pelas verrinosas crónicas da vida social que assinou e deixou dispersas pelos jornais. De entre esses textos breves mas muito acutilantes interessam-nos sobretudo os vários que constituem os chamados *Contos Regionais*. Trata-se de uma série de retratos corrosivos e mais ou menos velados de personagens da vida da Goa de então nos quais se encontram inúmeras referências ao mundo do direito e sobretudo aos *provisionários* goeses. Somente um *provisionário* nascido no seio de uma família em grande parte dedicada às lides forenses, como sucedia a Silva Coelho, poderia descrever os seus colegas de profissão com tão grande cópia de pormenores, tão grande acutilância e tanto conhecimento da causa. O contributo de Silva Coelho é assim equiparável ao do *Jacob e Dulce* de GIP⁵⁰². A receção destes *Contos Regionais*, que hoje se acham a ser recuperados e estudados aprofundadamente, criou reações diversas entre as elites goesas da época devido ao facto de o autor, como salienta Manuel de Seabra, *“uma ironia que não perdoa, por ser a realidade”*. Por um lado a publicação de um texto novo provocava alvoroço e sensação: em regra era fácil identificar o visado. Por outro, estes e os que lhe eram mais próximos não raro reagiam negativamente⁵⁰³. Outros dos vários filhos de Camilo António Vicente da Silva Coelho e de

⁴⁹⁹ Veja-se neste anexo o título Costa, de Margão, ponto 9-III),

⁵⁰⁰ Veja-se *supra* o ponto 3-IV-4), b).

⁵⁰¹ Seabra, Manuel de, *Prefácio* (1979), 67 e 68.

⁵⁰² Oliveira, Luís Pedroso de Lima Cabral de (2014a), 219 e ss.

⁵⁰³ A biografia mais completa que conhecemos deste autor acha-se em Seabra, Manuel de (1979). A recolha das breves narrativas que Silva Coelho foi compondo ao longo da vida recebeu um contributo significativo em tempos recentes graças à recolha e análise levadas a cabo por uma equipa encabeçada por Paul Melo e Castro das *Malícias Orientais*. Enquanto os *Contos Regionais* se referem, sem exceção, às *Velhas Conquistas* e às suas dinâmicas sociais, políticas e jurídicas, as *Malícias Orientais* procuram retratar uma outra Goa, a das *Novas Conquistas*,

D. Maria Especiosa da Conceição foram **Mário do Carmo Orfino da Silva Coelho**, que estudou direito na universidade de Coimbra, e **Maria Ângela Marcelina da Silva Coelho**. Esta casou com o “Poeta, advogado, professor e jornalista” Joaquim de Araújo Mascarenhas, nascido em Loutolim no dia 29 de maio de 1886 e falecido em Pangim a 20 de abril de 1946. De acordo com Aleixo Costa: “Novo ainda entrou para o professorado após um concurso de provas públicas e na instalação dos liceus municipais foi-lhe confiada a direcção do Liceu de Margão. Mais tarde transitou para o Liceu Nacional de Nova Goa, onde exercia essas funções quando faleceu. Simultaneamente militou no foro, de que foi um ornamento muito destacado. Dedicando-se aos assuntos de instrução fez parte, durante anos, do Conselho de Instrução Pública. Foi vogal do Tribunal Administrativo e tomou parte activa nos Congressos Provinciais. Colaborou no Heraldo e em vários outros periódicos. Redigiu por algum tempo O Heraldo, “sendo notáveis os seus artigos, as polémicas, em que se admirava, a par da sua dialéctica de ferro, a pureza do estilo, ponto em tudo a nota peculiar da frase tersa e contundente, haurida nos melhores autores clássicos”. Possuía uma vasta cultura literária e o culto pela filologia e gramática, que conhecia como poucos. Sonetista de raro mérito, a sua obra fragmentada, já coordenada pelo filho, vai em breve ser publicada em volume. Era, além disso, conversador elegante, prendendo a atenção dos circunstantes pelo humorismo da sua frase”⁵⁰⁴;

3-VII-2) Ana Maria Josefa da Conceição Álvares (da Costa), de quem dispomos de maior cópia de dados graças aos estudos de Gomes Catão⁵⁰⁵. Nasceu em Margão, onde foi baptizada a 19 de agosto de 1804 pelo padre Aleixo Caetano Coelho. Apadrinharam-na o sargento-mor de Infantaria António Pereira e Maria Marques, mulher de António José Lopes de Cunha. Casou na mesma localidade, no dia 2 de maio de 1819, com Manuel António de Abreu, batizado a 7 de agosto de 1798. Manuel António de Abreu foi escriturário da contadoria geral do Estado e abastado proprietário na Piedade. Era filho de Luís Miguel de Abreu, “capitão de milícias das ilhas de Goa e 1.º escripturario da contadoria geral da fazenda publica, que por vezes serviu de contador geral”⁵⁰⁶, da Piedade (aí batizado em 20 de outubro de 1765⁵⁰⁷) e de Maria Ditosa Ribeiro, de S. Matias. Neto materno de Matias Filipe Ribeiro e Quitéria Barreto; e paterno de Manuel Vicente de Abreu e de Peregrina Rosaura Pereira (baptizada em S. Matias a 11 de agosto 1743⁵⁰⁸), casados a 29 de janeiro de 1758⁵⁰⁹, “gancares de Goltim”. Este Manuel Vicente era filho de Miguel de Abreu

que Silva Coelho conhecia por ter sido nomeado notário em Bicholim. Consulte-se assim Castro, Paul Melo e (2011), “As Malícias orientais de José da Silva Coelho: entre o discurso e o desejo coloniais”, in *Via Atlântica. Publicação da área de estudos comparados de literaturas de língua portuguesa, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas* – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de S. Paulo, S. Paulo, nº19, 87 e ss e 177 e ss. É também Paul de Melo e Castro quem se acha atualmente a preparar uma compilação dos escritos deste autor, na qual colaboramos com o capítulo: Oliveira, Luís Pedroso de Lima Cabral de (2014c).

⁵⁰⁴ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 71 e 72. Aí também se acha indicação da sua obra publicada em tomo.

⁵⁰⁵ *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Abreu, da Piedade”, Goa*. Gomes Catão, como era habitual nos seus trabalhos genealógicos (bem como nos de Avelino Soares) não deixou de assinalar uma outra estirpe Abreu, relativamente à qual dispunha de francamente menos informação e que não se parece relacionar com a da Piedade. Reunindo e analisando os diferentes apontamentos que juntou sobre a mesma, acreditamos que a linha através da qual esta se desenvolve é a seguinte:

António de Abreu, filho de Miguel de Abreu e Francisca Ferrão, casou com Joana Borges. Ao morrer, os bens que António de Abreu deixou “eram do valor de 9522 xs., 1728”. Foram filhos deste casal:

- (i) **Padre Francisco Xavier de Abreu**, que poderá ter nascido em 1729. Anota, aparentemente sem muita certeza, Gomes Catão: “Ord. em 1749? Em 1747 residia em S. Pedro”. Sabe-se, contudo, que “possuía, por morte de sua mãe, 4.ª parte do palmar *Ramanaicalém Moroda*, do valor de 1.050 xs.”;
- (ii) **Caetano de Abreu**;
- (iii) **Maria de Abreu**, que casou, “dotada com 3.000 xs.”, com Joaquim Manuel de Melo, de Santa Ana de Talaulim.

⁵⁰⁶ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 67.

⁵⁰⁷ Foi batizado “pelo P.e Felix Fernandes, prior da Colegiada do Rosário. Padrinhos o prior de S. Domingos, Fr. Francisco da Guia, e António Fernandes”. De acordo com Leopoldo da Rocha, Félix Fernandes começou a paroquiar a colegiada em 1768, tendo sido substituído pelo padre Caetano Francisco Gomes em 1777 – Rocha, Leopoldo da (1973), 447. Luís Miguel de Abreu e Maria Ditosa Ribeiro casaram em S. Matias a 27 de maio de 1787.

⁵⁰⁸ Foi batizada pelo vigário local, padre António Xavier de Lima, sendo padrinhos José Pereira e Luzia de Miranda.

⁵⁰⁹ No assento de casamento, a nubente surge como Rosaura Peregrina, e indica-se que Manuel Vicente de Abreu já era viúvo. Não se refere contudo o nome da sua primeira mulher.

e de Rosária Correia da Graça, moradores na Piedade, sendo progenitores da sua mulher Caetano Pereira e Catarina Picardo, de S. Matias. Note-se que neste passo há uma divergência grande entre Gomes Catão – que terá estudado os processos de ordenação que encontrou nos arquivos da cúria patriarcal – e Miguel Vicente de Abreu. Vicente de Abreu atribui uma filiação diferente à mãe de Luís Miguel de Abreu, afirmando ser a mesma parente muito próxima do bispo D. Mateus de Castro: “*a sua caza (daquele prelado) na ilha de Divar pertence a minha familia do modo seguinte: D. Matheus de Castro tinha uma sobrinha filha unica do seu irmão Caetano de Castro, que casou com o meu bisavô Manuel Vicente d’Abreu, de quem foi filho o meu avô Luis Miguel d’Abreu (...). Quando elle veio em bispo trouxe de Roma um seu retrato com vestes prelaticias que ainda existe na minha caza de Divar em ponto grande no vidro tendo por baixo o seu nome e titulo; – quadro que eu conservo como uma precioza reliquia de eras antigas da familia*”⁵¹⁰. Gomes Catão menciona ainda um tio eclesiástico de Manuel António de Abreu, o padre Caetano Xavier de Abreu, igualmente baptizado na Piedade. Para além de sabermos que este também foi gancar de Goltim, dispomos de alguma informação adicional extraída por Gomes Catão do seu processo de ordenação: “*Recebeu Tons. e 1 gr. a 18-9-1784; 2 gr. a 21-9-1788; 4.o gr. 20-9-89; Subdiac. a 16-1-1791; Diac. A 24-3-1792; e Presb. (o autor não indica a data em que recebeu este grau)*”. No que diz respeito aos bens que então apresentou, a título de património, estes foram “*a várzea “Govy Moloy”; um chão “Codiachem batta”, sitos em Goltim, doados por sua mãe viúva, por escritura de 11-8-1790*”. Caetano Xavier de Abreu foi cônego e mestre-escola da Sé de Goa.

Ana Maria Josefa da Conceição e Manuel António de Abreu tiveram:

a) Miguel Vicente de Abreu, relativamente ao qual existe abundante bibliografia. Segundo os detalhados dados constantes dos *Apontamentos biographicos de Miguel Vicente de Abreu*, ficamos a saber ter nascido em Margão no dia 26 de março de 1825, na casa do avô materno (como era costume na época), Camilo Vicente Álvares da Costa, “*escudeiro e cavalleiro fidalgo, capitão auditor do 1.o regimento d’infantaria e Cavalleiro professo na ordem de S. Bento d’Aviz*”. Foi batizado nessa localidade recebendo o nome próprio de Miguel Vicente Filipe José da Assunção Aleluia. Alguns anos depois “*Cursou em Margão em aulas regias as primeiras letras e latim com distincção, porque então não haviam premios; e em aula particular o curso bienal de philosophia, sendo no primeiro ano logica, methaphisica e ethica e no segundo arithmetica, geometria, e phisica experimental, e onde não havendo exame o respectivo professor, o douto padre Manuel Agostinho Lourenço, certificou no seu atestado que “era com distincto talento, muito boa intelligencia e assaz sufficiente aproveitamento, sendo de louvavel procedimento na sua conducta moral, civil e religiosa*”. Passou depois a Pangim, onde fez, em aulas públicas, o curso bienal de história universal e pátria, geografia e cronologia, bem como um curso de inglês. Em 1843 frequentou o primeiro ano da escola matemática e militar, que abandonou ao entrar, a 13 de março do referido ano, na secretaria do governo-geral na qualidade de praticante. O departamento era então encabeçado pelo *reinol* Custódio Manuel Gomes, o qual era tido como “*secretario modelo*”. Aí foi progredindo na carreira burocrática, passando a amanuense (mediante concurso; foi nomeado por portaria do governador de 13 de julho de 1850, confirmada por decreto de 25 de novembro de 1857) e, depois, por portaria de 30 de abril de 1861, a oficial, cargo do qual obteve carta vitalícia a 7 de agosto do ano. Em paralelo, desempenhou funções de revisor da imprensa nacional de Goa entre 13 de setembro de 1859 (data da portaria da sua nomeação) e 10 de março de 1877, serviço que dirigiu interinamente durante cerca de um mês em 1864. É com base nos comentários que tece à sua fugaz passagem pela direção imprensa nacional que nos apercebemos do descuido em que a mesma jazia: “*Durante um mez, que a dirigiu, frequentou das tardes á*

⁵¹⁰ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 67.

repartição para observar a marcha interna – mandou fazer prateleiras para acomodar os impressos dos livreiros, que jaziam no chão humido, mandou effectuar o pagamento dos compositores, que andava cinco mezes atrasado – mandou desempastelar alguns caixotes que existiam de typo misturado nas horas vagas aos compositores, mediante um pequeno premio, e ordenou que no futuro o compositor-mór, já-mais tolerasse semelhante abuso, em prejuizo da fazenda publica, sob sua immediata responsabilidade – mandou que impressor algum saísse de casa sem licença do compositor maior, como costumam – obrigou o thesoureiro dispensado do serviço a concluir a entrega do archivo em 15 dias sob pena de suspensão, pois haviam passado cinco mezes para tal entrega! – mandou que o compositor-maior e os respectivos compositores vigiassem o asseio das impressões e propôs a compra e papelões proprios para alisamento dos mesmos impressos”. Condecorado com o grau de cavaleiro da ordem de Cristo por decreto de 30 de abril de 1862 e da ordem de N.S. da Conceição de Vila Viçosa mediante decreto de 4 de abril de 1870. Procurador à junta geral do distrito pela 4ª divisão das *Novas Conquistas* no biénio de 1869-1870, aí apresentou cinco propostas e seis pareceres⁵¹¹. Paralelamente, foi vogal do conselho inspetor de instrução pública (nomeado por decreto de 24 de março de 1870). A sua dedicação às letras e à história justificam ter sido sócio não-residente do ramo de Bombaim da Real Sociedade Asiática (diploma de 12 de agosto de 1870), sócio efetivo fundador do Instituto Vasco da Gama (diploma de 29 de novembro de 1871), sócio honorário da sociedade dos amigos das letras de Bombaim⁵¹² (diploma de 15 de setembro de 1874), da Sociedade de Geografia de Lisboa e associado provincial da Academia Real das Ciências (diploma de 10 de abril de 1874). Apercebemo-nos, no entanto, a partir do texto destes *Apontamentos*, do seu pesar em não ter passado desse escalão: “*A proposta foi feita pelo distincto literato Innocencio Francisco da Silva para socio correspondente, mas remettendo-lhe o diploma de associado provincial disse na sua carta de 18 d’abril de 1874 o seguinte = Fiz a proposta para socio correspondente, mas estes senhores entendem que v. ex.a devia seguir os postos, como se diz, militarmente a exemplo dos srs. Rivara, Filipe Nery, Caetano Pacheco etc. Mas logo que v. ex.a apresente mais algum trabalho da sua laboração será de certo passado á classe de socio correspondente*”. (...) *E effectivamente depois desse diploma tendo publicado dois opusculos, o da phisica e chimica e outro de noção de alguns filhos distinctos da India Portugueza em 1874; – e a memoria sobre a secretaria do governo geral em 1879, e hoje esta sobre o mosteiro de S. Monica de Goa em 1881, só a morte daquelle distincto auctor do Diccionario bibliographico o podia privar dessa nomeação de socio correspondente*”⁵¹³. Integrou inúmeras comissões e equipas, tendo sido: secretário do júri de exame dos opositores para substituto do liceu nacional de Nova Goa (em abril de 1860 e julho de 1861) e para a cadeira de professor de latim de Saligão (janeiro de 1868), vogal da comissão administrativa de Neurá-o Grande (portaria de 2 de outubro de 1860), vice-presidente da comissão administrativa dos cofres da igreja de Pangim (portaria de 21 de julho de 1861), secretário da assembleia da companhia comercial de Goa entre 1848 e 1856, “*vogal da commissão nomeada para elevar o collegio particular de Guirim construido pelo inexcédível patriotismo do reverendissimo Francisco Luis Gonzaga d’Athayde, de saudosa memoria a seminario diocesano por port. de 4 de abril de 1870, e louvado pelo bom desempenho dessa incumbencia por outro de 17 de setembro do mesmo anno*” e, por fim, vogal da comissão encarregada de coordenar e clarificar os papéis do arquivo da secretaria do governo do Estado da Índia (portaria de 28 de fevereiro

⁵¹¹ Todos publicados no “Boletim do Governo”, n.ºs 95, 96, 97 e 100 de 1869 e n.ºs 3, 4, 5, 15 e 17 de 1870. Podem encontrar-se maiores desenvolvimentos sobre qualquer um deles nestes *Apontamentos biográficos*, interessando, a nosso ver, sobretudo os relativos às aulas de marata, usos e costumes de Damão e aos juizes de direito.

⁵¹² Tratava-se de uma das agremiações culturais fundadas e dinamizadas pelos goeses naturais católicos residentes na cidade – como, aliás, nos explica o próprio filho de Miguel Vicente de Abreu. Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – n.º 68.

⁵¹³ Sublinhados no original.

de 1850). Atentemos nas considerações que tece relativamente a esta última incumbência: “*A comissão era composta pelo instruído official archivista Eugenio Justiniano Pereira Nunes, presidente, d'elle Abreu praticante gratificado vogal, e do methodico e laborioso porteiro, Antonio Manuel do Rozario Cardozo, secretario, que com a sua bella calligraphia passou a limpo o longo relatorio da comissão (obra do dito Abreu) – e em que depois de dar conta das differentes separações feitas dos papeis antigos (considerando como taes até do anno de 1835) especifica a comissão que completou 250 massos das autoridades até 1848 – pôz rotulos a todos os livros, que jaziam em differentes armários, arrumando-os em grossas rimas, chronologicamente e conforme as auctoridades da nomenclatura antiga e moderna, classificando igualmente os massos antigos antes de 1835 conforme as autoridades da legislação velha (...)*”⁵¹⁴. A nosso ver, é razoável considerar que esta incumbência tenha de alguma forma contribuído para o despertar do seu grande interesse pela investigação histórica. Vicente de Abreu foi um dos mais prolíficos e conceituados escritores e historiadores *naturais* da época, tendo deixado inúmeras publicações que ainda hoje constituem auxiliares fundamentais para o estudo do Estado da Índia dos séculos XVIII e, sobretudo, XIX⁵¹⁵. Para além de todos estes interesses, o biografado reuniu, ao longo da vida, uma “*opulenta biblioteca*” (diz-nos Aleixo Costa), para além de ter montado em casa um *museu de raridades*. A organização destes acervos particulares, que englobavam objetos tão díspares como conchas, búzios e minerais curiosos, produtos vindos do extremo oriente (muitas vezes via Macau), moedas e algumas antiguidades locais era apreciada entre as elites *naturais* católicas da época.

Nos *Apontamentos biographicos* que acabámos de analisar, Vicente de Abreu não deixa ainda de registar as palavras elogiosas recebidas de Tomás Ribeiro, “*que sempre o honrou com o título de confrade em letras*”⁵¹⁶ e até o escreveu na *offerta* que lhe fez das suas duas obras de D. Jayme e Sons que passam”. Foi aliás Ribeiro quem o indicou para responsável da secção *Notícias da India*, regularmente publicada no “Boletim do Governo”.

Devi e Seabra dedicam-lhe algumas linhas mas não aprofundam muito o seu contributo para a história de Goa⁵¹⁷ e Diniz de Ayalla parece oscilar na forma como o tratar: “*Miguel Vicente Abreu residia na capital, viveu mais tempo entre portugueses e era funcionário público. A isto deve o não ser tão sistematicamente adverso aos portugueses. Conhecera mais de perto a bonomia portuguesa, e, por isso, sem ser humano, era pelo menos cristãmente bom. As suas hesitações em abraçar abertamente a escola de Barreto Miranda, não se*”⁵¹⁸ *provam que fosse alheio ao espírito de casta, mostram quanto tinha influído no seu espírito a sociedade e a condição em que viveu. Não era português, mas apenas um vendido. Da transcrição nas suas obras e dos elogios recebidos, conclui-se que andava preocupado por um sentimento de casta, em se impor à admiração e ao respeito dos que ele julgava seus adversários. O excessivo trabalho a que se entregou, a sua educação nada filosófica e até a sua inteligência relativamente inferior, levaram-no a desequilíbrios mentais nos últimos anos da sua vida. Era, porém, simpático e bom o autor da Relação das Alterações Políticas de Goa*”⁵¹⁹. Nós porém reconhecemos importância ao seu contributo para a história da Goa do século XIX: Vicente de Abreu é ainda hoje um autor imprescindível desde logo para o conhecimento dos primeiros anos do liberalismo constitucional. E em paralelo destacamos quer a *Noção de alguns filhos distinctos da India Portuguesa que se illustraram fora da patria* (publicada em 1874) quer a sua tradução do

⁵¹⁴ Abreu, Miguel Vicente de (1882).

⁵¹⁵ A sua bibliografia acha-se elencada em Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 16 e ss.

⁵¹⁶ Sublinhado no original.

⁵¹⁷ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 154.

⁵¹⁸ *Sic*, talvez por *só*.

⁵¹⁹ Ayalla, Frederico Diniz d' (1011), 30.

Historical Sketch Cottineau de Kloguen. Cottineau é um dos primeiros autores a registar a colaboração ativa, na elaboração de uma história de Goa, da comunidade goesa residente em Bombaim – grupo do qual sairão, décadas volvidas, alguns dos nomes maiores da historiografia do antigo Estado da Índia de finais do século XIX/inícios do século XX. Pensamos desde logo em Gerson da Cunha, Nicolau da Fonseca⁵²⁰ e Braz Fernandes⁵²¹. Pode-se então considerar que o seu trabalho é um dos mais antigos em que a visão do passado e presente de Goa já não é filtrada somente pelos autores clássicos a que constantemente se recorria (como os cronistas portugueses e os visitantes europeus do século XVII, com Dellon à cabeça), mas sim também pelo olhar dos *naturais* católicos, estivessem eles em terras do Estado ou em Bombaim⁵²². Assim se anunciava uma das mudanças significativas que o século XIX acarretará: a criação de uma historiografia local muito feita à base de estudos desenvolvidos por membros das elites *naturais* católicas ou por ela fortemente influenciados e que depressa começa a ganhar peso. Cottineau é, genericamente falando, um autor tendencialmente favorável a estas elites, enquanto Burton não raro as agride. Terá sido então um dos motivos que justificaram que Vicente de Abreu, se tenha dedicado à tradução da sua obra, deixando de lado a de Burton, que jamais mereceu igual tratamento por parte das elites naturais *naturais* católicas e que, à data da tradução, também já havia sido publicada? Cremos que se trata de uma hipótese a ser tomada em consideração. Mais ainda: a boa receção do ensaio de Cottineau, vertido e corrigido por Vicente de Abreu⁵²³, é imediata e manifesta. Foi adotado para o ensino no liceu nacional de Nova Goa logo no ano seguinte. Pode portanto considerar-se que de alguma forma se tornou na *história oficial* da parcela mais importante do Estado, escrita por um visitante erudito favorável à *principalidade natural* católica e traduzida, revista e aumentada por um membro dessa parte da sociedade goesa. Como seria de esperar, a versão de Cottineau feita por Vicente de Abreu foi recebida com entusiasmo pelos jornais da comunidade goesa de Bombaim⁵²⁴.

Miguel Vicente de Abreu casou com D. Maria Luísa Quitéria Peres⁵²⁵. Tiveram numerosa descendência: **(i) Luís Miguel Abelardo de Abreu**, nascido em Pangim no dia 15 de julho de 1846, aí falecido a 22 de maio de 1902⁵²⁶; **(ii) Jaime José Adolfo Ponciano Filipe de**

⁵²⁰ O qual publicou em 1878 *An historical and archaeological sketch of the City of Goa*, obra que conheceu grande aceitação na época.

⁵²¹ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 378 e ss.

⁵²² Entre os subscritores do seu livro acham-se alguns nomes cimeiros da comunidade goesa de Bombaim: *sir* Roger de Faria, Miguel de Quadros e Braz Fernandes. Outros há cujas biografias desconhecemos, como F. de Ramos, um padre P.A.R. Cardoso (*sic*), J.J. Fernandes, Boaventura Manuel Fernandes, F. Miranda, Tomás Pereira, J. B. Pereira, F. X. Pereira, A.P. Rodrigues, M. E. Rodrigues e A. Viegas. Encontramos igualmente os nomes de D. Manuel de Portugal e Castro, governador do Estado da Índia, e de Julião José da Silva Vieira, governador de Damão (que parecia, à data, residente em Bombaim).

⁵²³ Abreu, Miguel Vicente de (1859), *Bosquejo historico de Goa. Escripito em inglez pelo reverendo Diniz L. Cottineau de Kloguen, vertido em portuguez, e acrescentado com algumas notas, e rectificações*, Imprensa Nacional, Nova Goa. Não conhecemos nenhum estudo comparativo entre ambas as versões desta obra – o original de Cottineau e a tradução corrigida e anotada de Vicente de Abreu. Sendo certo que tal esforço não teria cabimento num estudo como o que apresentamos, acreditamos que uma investigação desenvolvida nesse sentido se revelaria assaz proveitosa.

⁵²⁴ Aleixo Costa transcreve alguns trechos assaz elogiosos assinados por um dos principais nomes do jornalismo em português daquela cidade à época, Luís Caetano de Menezes, em “A Abelha de Bombaim”: “*O Bosquejo não é uma tradução simples e servil. O esboço delineado originariamente pelo padre Cottineau, ainda que com mão de mestre, era apenas um esqueleto despido de carnes, e de vitalidade; um arcabouço, que ele intentava com o tempo vestir e vivificar, ou alicerce nú sobre o qual pretendia levantar um edificio magestoso duma memória histórica da capital da Índia Portuguesa, e que, infelizmente, não chegou a fazer. O Sr. Abreu examinou escrupulosamente todo o organismo desse esqueleto; compôs-lhe as fracturas e deslocacões causadas pelo tempo, ou por desatenção involuntária: enroupou-o com vestes roçagantes; abriu-lhe os sentidos: sobrevestiu-o com todas as galas e ornatos, e afinal deu-lhe alma e vida, que os leitores reconhecerão ao primeiro golpe de vista, comparando com o original. (...) O Bosquejo não é portanto o esboço do padre Cottineau nú e crú. As notas ilustrativas com que o adornou denunciam por si sós o trabalho improbo que o tradutor tomou em corrigir o texto e a atenção com que apontou as mudanças, que tem havido depois de escrito o original (...)*” – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 18 e 19.

⁵²⁵ Veja-se *infra* ponto 4-V-4), c).

⁵²⁶ Segundo Aleixo Costa, abandonou “*a carreira de advogado, para que se destinara*” – pelo que não se percebe claramente se chegou a obter provisão ou se, pelo contrário, interrompeu a sua formação jurídica antes de a alcançar. Certo é que se empregou na contabilidade geral da fazenda, de onde passou para a secretaria-geral do Estado da Índia. Aí chegou a oficial em 1879. Cfr. Costa, Aleixo Manuel da (1997), o. cit., vol. I, 14. Para além de alguma colaboração nos jornais “O Ultramar” e “A Sentinela da Liberdade”, publicou o seguinte opúsculo, em 1875: *Viagem de Goa a Bombaim*. Transcrevemos alguns trechos deste trabalho em anexo – consulte-se o anexo I: documentos avulsos – n.º 68.

Abreu; (iii) Manuel António Carlos Cristóvão de Abreu; (iv) Francisco de Sales Miguel Vicente de Abreu; (v) D. Maria Ermelinda Matilde de Abreu, a qual casou com Francisco João Xavier⁵²⁷; (vi) Ana Maria Josefa Rita Placidia de Abreu, que casou com Júlio Francisco Xavier Barreto, advogado *provisionário*⁵²⁸; (vii) Jacinta Joana Maria Rita de Abreu, casada com o também *provisionário* António Vicente da Silva Albuquerque, “*distincto escriptor (...), habilissimo advogado, professor da lingua franceza em Margão e vogal da junta geral de provincia pelo concelho de Salsete*”⁵²⁹; e (viii) D. Ana Margarida Isménia de Abreu. Casou esta última com Frederico Salvador António Mariano Ferreira, baptizado no dia 11 de Novembro de 1839, filho de João Filipe Ferreira e de sua mulher D. Ana Gertrudes Grácia Vaz (casados no dia 25 de julho de 1837). João Filipe Ferreira nasceu em Divar no dia 6 de dezembro de 1789 sendo filho de Salvador António Ferreira e de D. Ana Francisca Vaz. Segundo Floriano Barreto, na biografia que lhe dedicou⁵³⁰, o pai era “*abastado proprietario*” e ambos os progenitores descendiam de “*principaes familias do paiz*”. Era portanto irmão de Jerónimo Francisco Ferreira, casado com D. Leopoldina Carolina Baptista⁵³¹. A vida de João Filipe Ferreira é suscetível de ser analisada sob diversas perspetivas. Por um lado, foi advogado *provisionário* (advogado da corte, como então se dizia, ou seja, com possibilidade de litigar na Relação). Conseguiu obter sólida reputação no foro. Por outro, foi um *perista* dedicado: “*tomou parte activa em todos os debates politicos que se prendiam com a sua terra natal e, nas agitações e distúrbios de 1835, contribuiu com largo e poderoso contingente para o beneficio do paiz*” e “*O seu verbo em que vibrava a singela eloquencia do patriotismo, a influencia que possuia, tudo elle punha ao serviço dos sagrados interesses da patria*”. A atração pela política produziu resultados: é em 1843 e 1849 escolhido para representar interinamente o administrador do concelho das Ilhas e alguns anos depois, após a morte do seu antecessor, nomeado administrador substituto do mesmo. Desempenhou em paralelo “*algumas commissões*

⁵²⁷ Veja-se o título Xavier, de Loutolim, ponto 8-III-5)

⁵²⁸ Foram os progenitores de **Floriano Barreto**, o qual, apesar de ter morrido precocemente (em Lisboa, em 1904, com 26 anos) deixou alguma marca na sua geração devido às composições poéticas de que foi autor. Tendo estudado medicina – primeiro em Goa, na Escola Médico-Cirúrgica (cujo curso concluiu em 1903), e depois em Lisboa – dedicou-se sobretudo à escrita e mais concretamente à poesia. Usando por vezes o pseudónimo Fialho Braga, publicou vários textos nas páginas de “O Heraldo”. Em paralelo deu ao prelo um opúsculo em homenagem (falamos de *João Filipe Ferreira. Perfil biographico*, editado em 1910) e, ainda em finais do século XIX, por ocasião das comemorações da descoberta do caminho marítimo para a Índia, *Phalenas, com uma parte sobre assumptos indianos* (Bastorá, tipografia Rangel). Aleixo Costa anota que esta obra teve uma recepção entusiástica, nomeadamente por Fernando Leal: foi (“*uma revelação e lhe valeu a consideração do público ilustrado*”). Talvez mais esclarecedora sobre a maneira de ser de Floriano Barreto seja a carta que, por ocasião da sua morte, um colega e conterrâneo, Júlio Gonçalves, escreveu de Lisboa para ser publicada em “O Heraldo” e que Aleixo Costa cita parcialmente: “*Quando o conheci de perto, acabara ele de publicar o seu livro de versos, que me tinha simplesmente encantado pela súbita revelação de uma robusta organização artística. Dos bancos da Escola de Medicina, onde ele ia logo adiante de mim, até hoje, eu não fizera mais do que admirá-lo em toda a exuberância do seu talento vigoroso e das suas prodigiosas capacidades de assimilação. Os primeiros anos da sua vida dedicara-os ele à poesia. Tinha estrofes riquíssimas, sonetos cinzelados a primor. Era de uma naturalidade e de uma leveza espantosas a fazer versos. Eu nunca o compreendi bem, então, na minha aversão feroz e calculada à idealização e ao lirismo. Com que saudade me lembro dos momentos passados no seu modesto quarto de estudante, um quarto pequeno onde dormiam três pessoas e que primava pela desordem, as camas por fazer, roupa pejando os móveis, inúmeros calçados pelo pavimento, uma mesa que era uma incrível barafunda e onde se viam até ceroulas atiradas por entre rumas de livros poeirentos, quartos de papel cobertos por uma letra miúda, jornais com anotações variadas, graves tratados de medicina esmagando com o seu peso volumes elegantes de Gomes Leal ou Sully Prudhomme! Como as horas corriam velozes, em discussões acaloradas por causas, muitas vezes banaes, em que queimávamos todo o entusiasmo dos nossos belos e ingénuos vinte anos! O Heraldo abria para ele uma nova época. Entre as suas produções literárias já escasseavam os versos. Com o progresso dos estudos médicos viera-lhe uma forte tentação do positivismo científico. Devorava Spencer e Taine; e aquele espírito de fantasia, de simples burilador da palavra, embriagava-se com as obras dos grandes pensadores contemporâneos. (...)*”. Em 1906, após o seu falecimento e por subscrição pública, editou-se boa parte dos seus textos sob o título genérico *Livro póstumo* (Nova Goa, Casa Luso-Francesa). Para maiores desenvolvimentos sobre a sua vida e obra consulte-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 96 e ss e Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 173 e 174.

Também foi filha de Ana Maria Rita Josefa Placidia de Abreu e Júlio Francisco Xavier Barreto **Adelina Barreto**, que casou com o capitão António Cláudio Inácio Caetano Xavier – veja-se o título Xavier, de Loutolim, ponto 9-VIII).

⁵²⁹ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 54. Não obstante esta entusiástica descrição, Silva Albuquerque parece ter apenas publicado uma obra: um esboço biográfico de Bernardo Francisco da Costa editado em 1996. Dele diz Aleixo Costa: “*Advogado e jornalista, natural de Margão, aí faleceu a 28-II-1906, com 56 anos de idade. Foi desde 1871 professor de lingua francesa em Margão, tendo sido também vogal da Junta Geral da Provincia pelo concelho de Salsete. Trabalhou na redacção de O Ultramar, de Margão, colaborando nele com notável proficiência*” – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 39.

⁵³⁰ Da qual copiamos boa parte. Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 179.

⁵³¹ Veja-se neste título o ponto 4-V-5).

d'eleição popular”, das quais Floriano Barreto destaca as de vereador fiscal da camara municipal das Ilhas e procurador á junta do distrito de Goa. Conclui-se então que ao contrário da advocacia, e como o seu biógrafo reconhece, a incursão de João Filipe Ferreira pela vida pública não lhe garantiu especial projecção. Por outro lado ainda, é geralmente lembrado como proprietário e responsável pela reconversão da ilha de Corjuém num local agricolamente lucrativo e muito apreciado pelos seus contrerrâneos. Corjuém é uma ilha situada entre Bardez e Bicholim que estava repartida entre dois grandes foros. Na segunda década do século XIX encontrava-se deficientemente explorada (o que a tornava pouco rentável e apetecível) e os então foreiros D. José Maria de Castro e Almeida e Govinda Naique Oddió desejavam desonerar-se dos seus vínculos para com a fazenda pública. Este impasse ter-se-á arrastado durante um período relativamente dilatado, o que permitiu a João Filipe Ferreira renegociar a seu favor antes de os substituir em 1835⁵³². Certo é que Ferreira conseguiu atrair trabalhadores para Corjuém e transformar grandes parcelas áridas em terra arável. Atolou pântanos, cortou florestas e plantou grandes extensões de arvoredos dando à ilha uma aparência totalmente diferente da original, o que também a tornou num espaço onde se gostava de ir em passeio ou dispendir alguns dias de repouso. João Filipe Ferreira parece ter-se apressado a remir o foro, pois desde cedo se comporta e é tratado como proprietário da ilha. É aliás neste pressuposto que determina a construção de uma pequena capela dedicada à Mãe de Deus, dando continuidade à prática local de que o *batkar* católico era de alguma forma responsável pela manutenção do culto nos seus domínios. Foi capelão desta ermida o padre Francisco Luís Gonzaga de Ataíde, que aí também manteve uma aula de latim durante alguns anos⁵³³. O proprietário e o capelão conseguiram fazer transportar para a nova capela uma imagem do velho convento da Madre de Deus de Dalgim, que entretanto caíra em abandono. A imagem foi colocada num altar de talha proveniente da capela de Santo António de Rachol. Ou seja, também aqui se encontram reflexos do processo de transporte de imagens particularmente veneradas desde os cenóbios da antiga capital e seus arredores para novos templos edificadas pelas elites *naturais* católicas – como sucedeu na capela de Devoty (Loutolim) ou na matriz de Saligão. João Filipe Ferreira morreu a 21 de outubro de 1879. Mais de duas décadas depois os moradores de Corjuém requereram ao arcebispo patriarca autorização para trasladar os seus restos mortais para a

⁵³² De acordo com o dicionário *Portugal*, citado por Floriano Barreto: “*Corjuém. É uma ilha anexada ao território portuguez de Gôa e conquistada ao Bounsulô Quema Saunto, pelo vice-rei Caetano de Mello de Castro, em maio de 1706. Desde essa epocha passou esta ilha ser arrendada a diversas pessoas até que finalmente foi dividida em dois prazos – o dos altos – consistente em varzeas destinadas a producção de arroz, pimentões e hortaliça; o praso dos altos foi emphyteuticoado ao abastado negociante Govindá Naique Oddió e o dos baixos a D. José Maria d’Almeida e Castro (sic), em virtude da carta regia de 1827. Ambos estes prazos foram adjudicados depois ao advogado João Filipe Ferreira, que desde 1835 começou a possuil-os, pagando os respectivos fóros á Fazenda Publica. Logo que João Filipe Ferreira se assenhoreou da ilha, foi o seu primeiro cuidado povoal-a e fazer florescer ahi a instrucção, a religião e a boa moral construindo para isso uma linda capella, sob a invocação de Nossa Senhora Mãe de Deus. Falleceu João Filipe Ferreira em outubro de 1879 e depois da sua morte, lamentada por toda a gente da ilha, que perdia n’elle um protector magnanimo e um senhor generoso, fizeram-se umas exequias solemnes, ás quaes assistiram pessoas de distincção e um grande concurso de gente. Possui um fote que, antigamente, nos tempos em que a India era assolada pelos bandoleiros chamados bounsulés, servia de defeza á ilha e era guardada por uma força commandada por um capitão. Actualmente está sujeito este forte a uma simples inspecção annual feita por um veterano. Nos mezes de abril ou maio celebra-se a festa de Nossa Senhora da Mãe de Deus, na capella de que acima fallei; na noite do dia de festa, é que se deve vêr o enthusiasmo do povo: os manddós cantados e acompanhados de batuques, zagôres, uma especie de espectaculos aonde ordinariamente figuram caricaturas estrambóticas, constituem um divertimento o mais favorito da gente, e ao qual assistem não só os homens mas ainda as mulheres e as creanças. A agricultura e os trabalhos do campo são exercidos mais pelas mulhres do que pelos homens; porque estes ordinariamente vão para Bombaim, cidade vizinha, procurar fortuna e melhorar os meios da sua subsistencia. O vestuario dos homens, em geral, limita-se a um langotim e torno dos rins; e os das mulheres consiste no anno que lhes deixa a descoberto os braços; porém, na occasião de festas da egreja, casamentos e outras solemnidades publicas, os homens usam de calças curtas, jaleco estreito, camisa e alparcas; e as mulheres cobrem-se com um lençol branco que as tapa todas desde a cabeça até aos pés. O actual proprietário da ilha é o sr. Frederico Ferreira, filho mais velho de J. F. Ferreira, digno successor do seu respeitabilissimo pae, e que reside hoje na ilha com toda a sua familia*” – Barreto, Floriano (1904), 28 a 30.

⁵³³ Veja-se neste anexo o título Ataíde, de Salém, ponto 5-I).

capela da Mãe de Deus. O pedido foi deferido e o ato realizou-se com bastante solenidade, conforme deu eco a imprensa da época⁵³⁴.

Quer Gomes Catão⁵³⁵ quer Floriano Barreto⁵³⁶ explicam que João Filipe Ferreira e D. Ana Grácia Gertrudes tiveram cinco filhos e duas filhas para além de Frederico Salvador António Mariano:

- **Eduardo Jerónimo Caetano António Ferreira**, batizado a 10 de Novembro de 1841 e “*falecido, na sua residencia da Piedade, a 15 de outubro de 1878*”);
- **Victor Caetano António Condorcet Ferreira**, batizado no dia 21 de maio de 1843. Advogado *provisionário* em Nova Goa, foi proprietário da ilha de Ponelem. Casou com D. Esclinda Virgínia da Conceição Pinto, filha do major Álvaro José Xavier Pinto e de D. Maria Augusta Luciana da Gama⁵³⁷. De acordo com Floriano Barreto, tiveram “*2 filhos e 5 filhas: 1.o Jeronymo Francisco, estudante do Lyceu; 2.o Lagrange Trajano, estudante; e 1 D. Maria Adelina, casada com o Sr. António Salvador Gonçalves, sub-delegado do julgado municipal de Perném; II D. Maria Aduzinda Benicia; III D. Maria Eugenia Penha de França; IV D. Maria Elvira Antonietta; V D. Maria Filomena*”;
- **Manuel António Octaviano Eugénio Ferreira**, batizado a 25 de novembro de 1844 e “*falecido em Coimbra, onde estudava a faculdade de direito, no anno de 1869*”⁵³⁸;
- **Florêncio José Camilo Severino Ferreira**, o qual nasceu no dia 30 de outubro de 1846 e foi batizado a 15 do mês seguinte;
- **João Filipe Ferreira**, “*vice-presidente da Camara municipal de Bardez. Casou com D. Maria Esperança Lucilia, filha do Sr. Francisco João Xavier, official maior da secretaria geral do governo, e de D. Maria Ermelinda Mathilde d’Abreu. Tem dois filhos e uma filha: 1.o Eduardo Antonio Xavier, estudante de preparatorios; 2.o Alfredo Renato; e Maria Mathilde Martha*”⁵³⁹; -
- **D. Maria Angélica Adelaide Ferreira**, “*casada com o commendador e antigo administrador fiscal das Novas Conquistas, Constancio do Rozario de Miranda, que deixou numerosa descendencia*”⁵⁴⁰;
- **D. Ana Francisca Maria Irene Ferreira**, batizada no dia 4 de junho de 1855. Casou com João Vicente Pereira, filho de Manuel Silvestre Pereira e de Ana Serafina Pinto⁵⁴¹.

Devemos Joel d’Souza, num texto intitulado *Khorjuem ani Khorjuemcaranchi Canni*, alguns dados relativos a Corjuém e aos Ferreira em tempos mais recentes: “*The entire island once belonged to a big landlord named Ferreira, who lived in a gran mansion with an impressive arched entrance, seen from the erstwhile ferry point. Since then the Ferreira house was changed ownership and now houses the Indian Overseas Bank. As and when the*

⁵³⁴ Floriano Barreto copiou um artigo então publicado. Não indicou porém de onde o extraiu: “*Trasladação e exequias. Os habitantes da ilha de Corjuém renderam sentida e espontanea homenagem ao antigo proprietario d’esta ilha, o benemerito João Fillipe Ferreira, incorporando-se no brilhante cortejo que, a 21 de outubro p.f., tomou parte acto da trasladação dos seus restos mortaes do cemiterio d’Aldonã para o cruzeiro da capella da ilha. O mesmo concurso assistiu ás solemnes exequias que com grande lustre e sob a capitulação de Monsenhor Joaquim João d’Abreu, distincto vigario geral d’esta archidiocese, foram celebradas, a 28 de outubro p.f., no referido templo, actos estes que são o tributo da acrisolada piedade do seu filho Frederico Ferreira e esposa, a Ex.ma Sr.a D. Ismenia d’Abreu Ferreira, os quaes, pela sua bizzarria e fidalgas qualidades, mantém com religioso escrupulo as tradições d’aquelle que foi para elles e para toda a ilha carinhoso e desvelado pae. N’estes obsequos tomaram parte numeroso clero e varias pessoas de distincção. Finda a cerimonia, o nosso amigo Sr. Ludovico Simplicio Ribeiro, bem conhecido professor do Lyceu Nacional de Nova-Goa, proferiu uma eloquente allocução, na qual em vibrações emocionantes enalteceu as privilegiadas qualidades do finado. Ao acto religioso acompanhou uma escolhida orchestra que, além de executar o harmonioso invitorio, especialmente composto, tocou no fim da solemnidade uma marcha funebre igualmente preparada para a occasião. O sr. Ferreira offereceu ás pessoas que assistiram um cartão commemorativo encimado com a photographia do prestante cidadão, cuja memoria ainda hoje, após mais de 20 annos, é recordada com a mais viva saudade e commovente respeito*” – id., ibid., 32 e 33. Segue-se a reprodução da inscrição gravada na lápide que passou a cobrir a nova sepultura de João Filipe Ferreira.

⁵³⁵ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Ferreira, de Corjuém”, Goa.

⁵³⁶ Barreto, Floriano (1904), 37 a 39.

⁵³⁷ Veja-se neste anexo o título Pinto, de Candolim, ponto 6-III-1), b).

⁵³⁸ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Manuel António Octaviano Eugénio Ferreira).

⁵³⁹ Consulte-se neste anexo o título Xavier, de Loutolim, ponto 9-II).

⁵⁴⁰ Id., título Miranda, de Loutolim, ponto 4-II).

⁵⁴¹ Id., título Pinto, de Candolim, ponto 9-III-1).

*locals could afford, they purchased their small plot and built a house. However, Fr. Frei Condilac Olegario Nazare, the founder of the Mae de Deus High Scholl, is said to have obtained plots in a sort of auction held by the Ferreira family, and made it easier for the other needy landless islander to own their plots*⁵⁴².

A esta família pertenceu também uma casa de boas dimensões sita ao lado do arranque da escadaria da matriz, em Pangim, conforme ainda se pode ler no respetivo gradeamento.

Frederico Salvador Ferreira e D. Ana Margarida Isménia de Abreu tiveram geração⁵⁴³;

⁵⁴² In http://www.thestateofgoa.blogspot.com/2006_08_01_archive.html (consultado a 10 de julho de 2010). Noutro passo, dá conta da erecção da referida capela, devida ao já mencionado proprietário: *"Within about 1000 metres after landing from the ferryboat, the first landmarks that greets a visitor is the white-washed chapel dedicate to Mae de Deus (Mother of God). The chapel was constructed in 1854 by Joao Felipe Ferreira from Divar, at his own cost plus some contribution from the islanders"*.

⁵⁴³ A saber:

- 1) **Carlos Eugénio Ferreira**, do qual Floriano Barreto diz somente ser *"advogado (provisionário, acrescentamos nós) e substituto do delegado do procurador da corôa na comarca das Ilhas"* – Barreto, Floriano (1904), 37. O legado de Eugénio Ferreira foi porém muito além da vida forense, conforme explica Aleixo Costa: *"Advogado, compositor e pianista distinto, nasceu em Corjuem (ilha) do concelho de Bardês, a 18-II-1869 e faleceu em Nova Goa a 1-XI-1932. Foi vogal da antiga Câmara Agrária do Concelho das Ilhas, procurador à Junta Geral da Província e vogal do Conselho da Província. Pertenceu à Sociedade de Geografia de Lisboa, à Real Sociedade Asiática e foi delegado do Congresso Internacional de Paris. Como pianista e compositor foi uma individualidade marcante no nosso meio artístico-musical, tendo deixado impressas as suas composições que tornaram conhecidas lá fora as nossas canções regionais e o nosso folclore, merecendo da parte da imprensa europeia e americana entusiásticas apreciações. Algumas delas, como as "Baladas do Concão", "Dolente" e "Custobás Song" estão gravadas em discos da casa "His Master's Voice".* – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 398 a 400. Há poucos anos as *baladas do Concão* foram também editadas no nosso país, mas com o nome *bailados do Concão*. Eugénio Ferreira deixou, para além de composições musicais, vários escritos. De entre eles há trabalhos de natureza histórica – a *Continuação da serie dos governadores-geraes, arcebispos e secretarios do governo do Estado da India* (Imprensa Nacional, Nova Goa, 1887) –, de divulgação musical (as *Palestras Musicais*, publicadas em Goa entre 1929 e 1931) e de poesia (*A morte d'Abel. Poema em 5 actos* dado ao prelo em Bombaim em 1886). Destacam-se porém as publicações de natureza jurídica: *Duas palavras sobre a Historia do Direito Civil e Criminal de alguns povos antigos e modernos* (tip. Oriental, Nova Goa, 1889) trabalho apresentado nos exames de direito para obter provisão de advogado; *Proprietarios e mundaes. Legislação relativa aos seus direitos e obrigações no Estado da India* (tip. Rangel, Bastorá, 1904); *Jurisprudencia administrativa e fiscal. Segundo os arretos ou coleção de casos julgados pelo Conselho da Província e pelo extinto Tribunal de Contas do Estado da India* (id., 1906); *Manual juridico do cidadão indo-portuguez* (id., 1909); *Guia do contribuinte do Estado da India Portuguesa acompanhado de notas explicativas e referentes a diferentes questões entre o fisco e os contribuintes, suscitadas por ocasião da ultima organização e revisão das matrizes prediais* (tip. Artur & Viegas, Nova Goa, 1910); e *O Supremo Tribunal de Justiça de Lisboa nas questões de posse e propriedade do Estado da India* (id., 1920). Casou com D. Ana Clotilde Rodrigues;
- 2) **Octaviano Guilherme Vicente António Francisco Xavier Ferreira**, o qual foi batizado em casa, em Corjuém, logo que nasceu, a 12 de agosto de 1870. O batismo solene teve lugar no dia 9 do mês imediato. Estudou no liceu de Goa e na Universidade de Bombaim. Depois de retornar à sua terra natal assumiu a direção da Biblioteca Nacional local, da qual publicou não só um resumo histórico mas também o primeiro catálogo impresso (em 1906 e 1907-1909, respetivamente). Desempenhou em paralelo inúmeras comissões: vogal da câmara municipal de Pangim e dos conselhos de agricultura e instrução pública, administrador do concelho das Ilhas, administrador substituto das comunidades das Ilhas, substituto do delegado do procurador da coroa, professor auxiliar do liceu de Nova Goa, examinador de inglês e francês no instituto comercial daquela cidade e agente consular da França em Goa. Foi aliás a diligência de que deu provas no exercício deste lugar que lhe valeu em 1947 a Legião de Honra. Para maiores desenvolvimentos veja-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 403 e 404. De acordo com Gomes Catão, casou com Corina Azaredo, de Margão, de quem teve, pelo menos: (i) **Ana Margarida Isménia Ferreira**, nascida em 27 de março de 1905; (ii) **Carlos Eugénio João Filipe Francisco José Mariano Frederico Salvador António Ferreira**, nascido em 21 de fevereiro de 1907; (iii) **Maria Carlota Olga Ferreira**, nascida no dia 29 de outubro de 1908; (iv) **João Filipe António José Heliodoro**, que deve ter morrido com poucos meses; (v) **Octaviano Guilherme António Xavier**, gémeo do anterior (tendo ambos nascido a 5 de setembro de 1910); e, finalmente, (vi) **João Filipe António Ferreira** (nascido em 1912), formado pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa, tendo depois prosseguido estudos em Portugal. Professor da Escola Médico-Cirúrgica, fez alguns estágios na Europa e trabalhou também na Guiné e em Macau. Deixou obra publicada sobre a sua especialidade. Para mais informações consulte-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 401 a 403;
- 3) **Maria Luísa Herminia Isabel Gertrudes Ferreira**, nascida em 11 de maio de 1874 e baptizada 4 dias depois. De acordo com Floriano Barreto, *"casou com o Sr. José Filipe Alvares, advogado e professor de latim, de Margão, de quem teve 2 filhos: Armando José Frederico e Bertha (falecida)"* – Barreto, Floriano (1904), 38. Armando José Ferreira Alvares nasceu em Aldoná a 3 de julho de 1893 e foi médico graduado pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa e clínico e diretor do hospício de Margão. Foi também presidente da junta das comunidades de Goa e da câmara municipal de Salsete. Morreu em Margão no dia 17 de outubro de 1961. Para mais informações sobre a sua vida e obra consulte-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 49 e 50. Sobre José Filipe Álvares veja-se *infra* o ponto 5-IV-3).
- 4) **José Heliodoro Joaquim António Ferreira**, que nasceu no dia 18 e foi batizado a 27 de agosto de 1886. Casou com Ana Ernestina de Frias – veja-se neste anexo o título Monteiro, de Candolim, pontos 10-III-2) e 13-III).

b) Padre Caetano Xavier José de Abreu, nascido em Margão no dia 19 de julho de 1830, foi imediatamente baptizado em casa pelo padre Félix Caetano Dias. O baptismo solene terá lugar na igreja de Navelim (ilha da Piedade) no dia 6 de janeiro do ano seguinte⁵⁴⁴. Optando pelo estado clerical, recebeu a primeira tonsura no dia 2 de junho de 1844. Subdiácono a partir de 12 de março de 1853, passou a diácono três dias passados. Quando tomou ordens, os progenitores doaram-lhe, para constituir o seu património, mediante escritura de 11 de Dezembro de 1852 e “*como partilha futura*”, o palmar *Dexechem batta*, sito em Agaçaim e avaliado em 3.369 xerafins. Catão da Costa diz ter sido o biografado “*sacerdote instruído e morigerado, e um dos primeiros oradores do púlpito*”⁵⁴⁵. Foi pároco de Saligão entre 1873 e 1879. Homem viajado para a Goa de então, visitou, conjuntamente com o seu irmão José Mariano, vários países da Europa, entre os quais Itália, onde foi recebido, em Roma, pelo Papa Leão XIII – “*a quem dirigiu uma saudação em latim*”, conforme frisa Aleixo Costa⁵⁴⁶. Publicou alguns trabalhos, que na sua maioria se podem repartir em dois grandes núcleos: textos de homenagem (*Esboço biographico do padre M. P. dos Remédios Pinto, parócho colado da igreja de Soccorro*, de 1888, e *Duas palavras sobre a lousa sepulcral do Ex.mo e Rev.mo Sr. Dom João Pereira Botelho do Amaral Pimentel*, 1889) e textos de intervenção (“*Protesto a favor da lei do celibato ou o celibato clerical, vingado de injustas acusações, por um catholico goano*”, 1861; *Carta refutatória da saudação ao Sr. P. M. Lisboa Pinto na sua feliz chegada a este país pelo Sr. P.e A. F. X. Álvares, ou Resposta dada aos dislates que ela contem, quer religiosos, civis ou politicos*, 1888. Em paralelo deu ao prelo umas memórias que considerámos úteis para uma compreensão das dinâmicas das elites *naturais* católicas da sua época: *Seis annos da nossa vida publica ou agruras e consolações dum pároco no cumprimento dos seus deveres* (1889).

c) José Mariano Julião de Abreu, médico-cirurgião que Catão da Costa considerava ser “*dotado de grande talento e genio trabalhador*”;

d) Maria Rosa Clara de Abreu, que veio a casar com Filipe Nery Caetano Pinto, “*filho d’uma das casas antigas e principaes de Bardez*”. Vernon Lobo cedeu-nos, em Goa, cópia do opúsculo que se publicou por óbito de D. Ana Cândida Avelina Pinto, descendente do casal em questão⁵⁴⁷. Os trabalhos deste género – extremamente difíceis de encontrar por se tratarem de edições muito limitadas, destinadas a ser oferecida a familiares ou amigos mais próximos – encerram não raro elementos úteis quer para a genealogia quer para uma melhor compreensão das dinâmicas das elites *naturais* católicas. O exemplar que consultámos conserva-se na casa dos Vitória Lobo, em Saligão, e dele retirámos boa parte dos dados que apresentamos sobre a descendência de Maria Rosa Clara de Abreu. Filipe Nery Caetano Pinto foi advogado *provisionário* (cremos que na comarca de Bardez) e em paralelo dedicou-se com afinco à vida política local: foi presidente da câmara municipal e “*um dos vultos proeminentes do partido Chafarica de Bardez*”. Maria Rosa Clara de Abreu e Filipe Nery Pinto tiveram dois filhos: **(i) Fortunato Martinho Pinto**, que também foi advogado *provisionário* e, de acordo com um dos obituários publicados aquando da morte de sua filha, “*saudoso patriota*”, e **(ii) António Caetano Felicíssimo Clarke Pinto**. O primeiro casou com Ana Clara Rosária Soares, de Salvador do Mundo, filha de Aleixo Caetano Matias Soares e de Maria Aurora Henriques. Era a estes Soares que pertencia o “*vínculo instituído em 1760 por Inês Rangel, de Goltim da Piedade das Ilhas, com Capela da Invicação de N. S. de Santana* (sic), ora cedida ao bairro Salém de Salvador do Mundo,

⁵⁴⁴ Aleixo Costa apresenta uma calendarização diversa da de Gomes Catão: o padre Caetano Xavier de Abreu teria nascido em Divar em 1829. Por o primeiro ter extraído os dados do respetivo processo de ordenação sacerdotal – do qual constará, com grande probabilidade, cópia autentica do assento de baptismo – inclinamo-nos para as datas que indica.

⁵⁴⁵ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 72.

⁵⁴⁶ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 13.

⁵⁴⁷ AAVV (s/d), *A memória de Ana Cândida Avelina Pinto. Homenagem de inviolável e eterna saudade*.

com autorização do Arcebispo-Patriarca, D. António Sebastião Valente”. Foram os progenitores de **D. Ana Cândida Avelina Pinto**, herdeira dos vínculos e demais bens familiares, casada com o seu primo Santana Graciano Pinto, que veio a falecer em Saligão em 1930⁵⁴⁸. António Caetano Felicíssimo Clarke Pinto optou igualmente pelas lides forenses, sendo advogado *provisionário*. No entanto, não parece ter exercido esta profissão de forma constante, pois ocupou diversos cargos administrativos em Diu – onde foi presidente da câmara municipal local, feitor, alcaide-mor e tesoureiro – e depois em Damão e Goa, servindo como subdelegado dos julgados da *praganã* de Nagar-Avely e de Sanquelim, Pondá e Perném, nas *Novas Conquistas*. Mais tarde, passará a desempenhar funções de escrivão da repartição da fazenda de Bardez, Margão e Perném. Clarke Pinto era casado com D. Ana Emília Pinto de Carvalho, filha de Joaquim Salvador de Carvalho, “*abalizado jurisconsulto*” e “*distinto advogado*” e de D. Maria Eufregina Carlota de Noronha, de Anjuna, pelo que irmã de Inácio Caetano de Carvalho, primeiro visconde de Bardez. Os Carvalho eram, segundo Leopoldo da Rocha⁵⁴⁹, uma “*antiga família brãmene de Salsete (Goa), que, longos anos atrás, foi estabelecer-se na freguesia da Graça, de Chorão. Este abandono da terra de origem é compreensível nos tempos da cristianização. Os neo-convertidos saídos do hinduísmo preferiam um ambiente distante, onde não sentissem o ostracismo dos familiares que haviam permanecido fiéis à crença hindu, prática de resto favorecida pela política de conversão. No início do século passado, quando grassou uma peste, a família Carvalho fixou-se em Camorlim de Bardez, onde possuía bens de morgadio*”.

Filhos de Clarke Pinto e de D. Ana Emília Pinto de Carvalho foram: **(a) Santana Graciano Pinto**, funcionário dos correios e telégrafos, sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, casado no dia 30 de abril de 1889⁵⁵⁰ com a sua prima *supra* mencionada D. Ana Cândida Avelina Pinto; **(b) D. Maria Clara Propércia Pinto**, casada com Raimundo António

⁵⁴⁸ No opúsculo a que já nos referimos reproduzem-se vários excertos de obituários publicados quando da sua morte sob a epígrafe *Homenagem da Imprensa*. Neles invariavelmente se enaltece a linhagem da falecida e a sua caridade. Citemos, a título de ilustração: “*Senhora educada na austeridade do seu lar, impôs-se à estima de todos pela afabilidade de suas maneiras, criando uma larga roda de simpatias*” (“Heraldo”); “*Vitimada por uma hemorragia cerebral, o seu desaparecimento desta vida causou funda máguia em todos quantos tiveram a dita de conhecer essa senhora ilustre, tanto pelo nascimento como pela esmerada educação, tendo sido, por isso, o seu funeral uma verdadeira apoteose e tendo nascido em bérço dourado, vivendo na maior elegância mundana, foi, em todos os actos da sua vida, uma singular e verdadeira figura de antiga aristocracia. Educadora excelente, mãe amantíssima (...)*” (“O Ultramar”); e, sobretudo (com alguns trechos praticamente idênticos aos de “O Ultramar”) “*Respeitada e querida, admirada pelas suas virtudes e estremecida pelos fulgôres do seu espírito gentil – quando no seu palacete de Saligão, vitimada por uma cruel hemorragia cerebral, fechou para sempre os seus olhos – todos quantos tiveram a dita de conhecer esta senhora ilustre pelo nascimento e pela esmerada educação – sentira, de certo, a mais dilatada impressão de dôr e máguia. É que a inditosa senhora tendo vindo à luz em berço dourado, vivendo na maior elegância mundana, levando uma existência opulenta, foi, em todos os actos da sua vida, uma singular e verdadeira figura da antiga aristocracia: – da aristocracia que se não estriba em riquezas materiais, mas que deriva de sentimentos altruístas. Esposa modelar, ainda quando a néve da velhice lhe esbranquecera os cabelos (...). Mas, o que mais avulta no seu perfil moral – é a faceta caritativa e esmolér. Apagando-se, nos últimos tempos, da vida das salas, dedicára-se, inteiramente, para a vida doméstica. Espírito religioso – trazia-o ela sempre, vivo e intacto, no seu peito. Era êsse o espírito que a tornava protectora dos infelizes que, encontráram nela, sempre, alívio pronto e desinteressado aos sofrimentos materiais e morais. É, por isso, que o desaparecimento dessa infeliz senhora abre um vácuo insuprível nas fileiras da velha nobreza da nossa terra! O solar dos Pintos, que agora se encontra de luto pelo desaparecimento de quem foi o seu anjo tutelar – foi sempre o centro da aristocracia bardesana, recolhendo no seu seio altas individualidades nos meios políticos e intelectuais. E no meio desta elite, a desventurada senhora soube marcar um lugar, conquistando gerais simpatias que, hoje, são uma pungente e dolorosa saudade! (...) O funeral da extinta foi uma calorosa apoteose. Durante o dia, pela câmara ardente, desfilarão, continuamente, romarias de gente de todas as categorias sociais. O préstito fúnebre, no qual tomou parte um grande número de clérigos e confrarias, damas e cavalheiros de diversos pontos do país – foi capitulado pelo Rev. Lasáro Conceição de Sousa*” (“O Heraldo”).

⁵⁴⁹ Rocha, Leopoldo F. da (1983), 5. Gomes Catão afirma que a família dos viscondes de Bardez era ainda aparentada com a dos Sousa Tieló, de Assagão, a qual era “*gancar de Assagão e uma das componentes da antiga Câmara de Bardês. (...) Era relacionada com o morgado (Matias de Sousa), de Siolim, e com Carvalho, de Elá, depois estabelecido em Camorlim, de Bardês (do visconde de Bardês)*” – Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), (40). Ao longo do artigo em questão, o autor refere-se com algum pormenor a diversos eclesiásticos pertencentes a esta família.

⁵⁵⁰ Este enlace foi descrito da seguinte forma: “*casamento realizado em Saligão, pelo desembargador da Relação Eclesiástica e Pároco de Ribandar, P.e Floriano Rodrigues, sendo padrinhos dêste casamento, o Exmo. Conde de Ribandar, Joaquim Mourão Garcês Palha e sua prima (do nubente) Exma. D. Cecília Filomena Figueiredo e Colaço, viuva do finado Fidalgo da Casa Real, o Exmo. José Nazário Bernardo Colaço*” – AAVV (s/d), *A memória de Ana Cândida Avelina Pinto. Homenagem de inviolável e eterna saudade*, 10.

Pinto⁵⁵¹ e **(c) Filipe Heitor Pinto de Carvalho**. Este último, também advogado *provisionário*, foi o segundo visconde de Bardez por casamento por ter casado com a sua prima direita D. Eufregina Carlota de Carvalho, filha do primeiro a usar o título. Segundo Leopoldo da Rocha, descendente do primeiro visconde, foi nesta geração que a família perdeu grande parte da sua preponderância nas dinâmicas goesas⁵⁵².

e) Avelina Maria Joaquina Henriqueta de Abreu, a qual casou, após a morte de Maria Rosa Clara de Abreu, com o seu cunhado Filipe Nery Caetano Pinto, de quem houve: **(i) Caetano Francisco Sebastião Matias Pinto; (ii) José Pedro Paulo Pinto; (iii) Francisco Xavier Pinto; (iv) Efigénia Felicidade Lúcia Lisarda Clara Santa Ana Pinto**, que veio a casar com Caetano Xavier Frederico Colaço (o qual era sobrinho de José Bernardo Colaço, que fora procurador da Coroa e Fazenda⁵⁵³); **(v) Rosa Maria Clara Pinto**, que casou com o advogado *provisionário* Luís Xavier Correia da Graça⁵⁵⁴, a quem Catão da Costa reserva palavras extremamente elogiosas; **(vi) Maria Esmeralda Cristalina Pinto**, casada com Gustavo Tibúrcio Valério António José do Rosário dos Remédios Monteiro, de Candolim, “advogado e rico proprietário”, de quem teve geração⁵⁵⁵; **(vii) Maria Angélica Luciana Pinto**, que morreu solteira; **(viii) Adelaide Anastácia Maria Elisa Pinto**, a qual casou com o seu primo António Filipe Gonçalves;

f) Augusta Rosa Peregrina de Abreu, que casou com José Camilo Gonçalves, da Piedade, advogado *provisionário* e. Tiveram: **(i) António Filipe Gonçalves**, que veio a casar com a sua prima Adelaide Anastácia Maria Elisa Pinto, a quem já nos referimos; e **(ii) Carolina Gonçalves**;

3-VIII) Cónego José Manuel Álvares, cónego de inteira prebenda da Sé de Goa e cavaleiro da ordem de Cristo;

3-IX) Padre Custódio Rafael Álvares, que foi prior de Batim;

⁵⁵¹ Veja-se neste anexo o título Rocha, de Quitula (Aldoná), ponto 4-IV).

⁵⁵² Citamos as amargas considerações daquele autor por fornecerem em enfoque diferente da alegada *jeunesse dorée* goesa de finais do século XIX, inícios do século XX: “O Visconde não deixara filhos varões mas duas filhas, uma das quais, Eufregina Carlota, casada com Filipe Heitor Pinto, vivia no lar paterno com a sua numerosa prole. Os filhos nunca haviam encontrado nos pais um pulso forte. Inteligentes, teriam vingado na vida, houvesse quem os guiasse. A uma, Filipe Heitor era bom demais, um fraco, amesquinçado pela própria mulher que o desautorizava mesmo frente aos filhos. A outra, a Eufregina, o que minguava em cultura sobejava na petulância e ignorância atrevida. Assim os filhos foram crescendo, enquanto a aura do Visconde não se apagava de todo. Mocetões – disseram-me – andavam pelo bairro namoriscando e seduzindo raparigas do povo e cometendo outras aventuras. Uma das mais inocentes seria um deles envergar a sotaina de padre, num dia de afluência de fiéis à igreja, e ouvir confissões de mulheres nas calmas... Descobertos, o vigário da freguesia abafou o escândalo por consideração ao Visconde. Inácio Caetano de Carvalho, 1.º Visconde de Bardez, falecia a 15 de Setembro de 1907. E pouco tardou que as suas duas filhas entrassem numa demanda que deu brado, por questões da partilha dos bens. O litígio correu todas as instâncias e acabou no Supremo. O acórdão deu por provado Eufregina Carlota como autora da sonogação de bens no acto do inventário. A sentença terminava pelo ditado que lapidarmente traduzia a desoladora punição: “Quem tudo quer, tudo perde”. Eufregina Carlota viu-se obrigada a abandonar com o marido e filhos a casa paterna de Camorlim, a fim de passar o resto dos dias noutra abrigo mais modesto. Por ironia da sorte, a casa solarenga de Camorlim nem sequer foi aproveitada pela filha vencedora da demanda. Quedou abandonada ao Deus dará. Fui vê-la de propósito, uma tarde, após a invasão de Goa pela União Indiana. (...) Num outeiro ermo topei com um velho hindu. Era daqueles hindus à antiga portuguesa, na sua clássica indumentária (casaco de corte europeu sobre um “puddvém” imaculado), típicos de Goa, que eu conhecera na meninice em Bicholim e quase faziam parte da nossa família. Falou-me num português perfeito, indicando-me o local que eu desejava. Da casa do Visconde só restavam paredes e a sapata com a sua escadaria que leva ao balcão. Dava acesso à escadaria um arco em pedra onde teria existido um portão de ferro. O arco ostentava as letras AM, decerto Ave-Maria, uma orgulhosa profissão de fé cristã. Numa ala ainda se viam janelas em ogiva, nos caixilhos “carepas” (umas conchas dum molusco, alisadas), e vidro, de mistura.” – Rocha, Leopoldo da (1983), 14.

⁵⁵³ Veja-se neste anexo o título Figueiredo, de Loutolim, ponto 7-III).

⁵⁵⁴ Catão da Costa reserva-lhe palavras elogiosas: “um dos principaes e antigos proprietarios das Ilhas, condecorado com o habito de Christo que foi juiz de direito da comarca das Ilhas, e depois por longos annos substituto do juizo de direito de todas as tres comarcas, e tem occupado varios cargos e commissões importantes tanto electivos como de nomeação do governo, e ao presente é vogal supplente do conselho da provincia” – Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 73. Para mais desenvolvimentos sobre este personagem e sua família veja-se neste anexo o título Miranda, de Loutolim, ponto 5-I)

⁵⁵⁵ Id., Monteiro, de Candolim, ponto 11-I).

3-X) Antônio do Rosário Gonzaga Álvares, o qual também se dedicou a mais de uma ocupação: por um lado, foi médico (Catão da Costa di-lo clínico “*abalizado e de grande credito*”); por outro, capitão de granadeiros do regimento de milícias. À semelhança de vários parentes, foi agraciado com o foro de moço fidalgo da casa real. Casou com D. D. Maria Esperança Josefa Álvares, filha única de Manuel Antônio Álvares e Ana Maria Pereira, de quem houve:

3-X-1) Angelina Maria Manuel Álvares, que casou com José Caetano Peres da Silva, primo do prefeito Bernardo Peres da Silva⁵⁵⁶. Tiveram:

a) **Luís Antônio Peres da Silva**, o qual se estabeleceu em Mapuçá⁵⁵⁷. O biógrafo familiar dá-o como “*médico muito acreditado, querido, e recordado na comarca de Bardez*”. Casou com Luciana Petornila de Mello e tiveram: (i) **José Justino Peres da Silva**; (ii) **Frederico Alvito Severino Peres da Silva**; (iii) **Gustavo Caetano Peres da Silva**, todos descritos como “*mancebos talentosos*”; (iv) **Ernestina Peres da Silva**, que casou com Crisógono Caetano da Fonseca, de Sirulá; e (v) **Ana Estela Elvira Peres da Silva**. Esta última veio também a casar numa família destacada da elite *natural*, os Freitas de Assagão. Não dispomos, porém, de dados que nos permitam relacionar o seu marido, Fermiano Julião de Freitas com os demais membros desta família que conhecemos. Após enviuar, José Caetano Peres da Silva casou com Pulquéria da Costa, prima da sua primeira mulher, de quem também teve geração⁵⁵⁸;

3-X-2) Ana Clara Constância Carlota Álvares, nascida no dia 10 de abril de 1801, casou a 14 de fevereiro de 1819 com Constâncio Roque da Costa, filho de Bernardo Francisco da Costa e de Teresa Angelina Barreto. Com geração⁵⁵⁹;

3-X-3) Cândida Maria Josefa Luísa Álvares, que casou com Mateus Constâncio Sant’Ana Dias, filho do capitão Domingos Dias e irmão de D. Vicente do Rosário (Dias), bispo de Tamacene, no Ceilão. De acordo com o catálogo de Miguel Vicente de Abreu, este brâmane foi o quarto goês a ascender ao episcopado. Ingressou na congregação do Oratório de S. Filipe de Nery, razão pela qual deixou de assinar o seu apelido (que, por isso, colocamos entre parêntesis)⁵⁶⁰. Foi missionário no Ceilão durante um longo período. Quando Gregório XVI erigiu o vicariato apostólico do Ceilão D. Vicente do Rosário foi o segundo escolhido para o encabeçar. O padre Expectação Barreto dedica-lhe um capítulo nos seus *Quadros biographicos*: “*Quadro VII. Bispo D. Vicente do Rozario Dias. Foi natural da Raia, concelho de Salcete. Era religioso da Congregação da Ordem do Oratorio de S. Filippe Nery, de Goa, e como tal deixou o seu appellido Dias, sendo chamado Vicente do Rozario. Depois de missionar largos annos em Ceylão, que então pertencia á jurisdição do Bispo de Cochim, o p.e Dias foi elevado ao cargo de vigario geral pela provisão de 21 de julho de 1835 do governador episcopal, cargo que exerceu até 14 de janeiro de 1838, com grande respeito e sympathia n’essa christandade. Apoz a precipitada e para sempre lamentavel extinctão do monachato portuguez na India, em 1835, que tantos e tão incontestaveis serviços prestou á Religião, ás letras, a Portugal, os oratorianos de Goa, que serviam nas missões da Ilha de Ceylão, passaram para a Propaganda Fide, e n’isso o Pontifice Gregorio XVI, então reinante, pelo seu breve, Ex munere Pastoralí, erigiu esta ilha em um vicariato apostolico, desmembrando-a da diocese de Cochim, sujeita á jurisdição do Arcebispo de Goa. Para este novo logar foi, pelo*

⁵⁵⁶ Consulte-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Peres da Silva, ditos do prefeito, de Neurá-o-Grande, ponto 3-V-1).

⁵⁵⁷ De acordo com as palavras de Catão da Costa. Os dados de que presentemente dispomos não nos permitem porém adiantar se este estabelecimento se deveu a motivos profissionais ou por a sua mulher ser filha única e consequentemente passar a viver na casa dos sogros na qualidade de *genro comensal* – Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 74

⁵⁵⁸ Veja-se neste anexo, título Costa, de Margão, ponto 8-III-2).

⁵⁵⁹ Id., ponto 8-VIII) e seguintes.

⁵⁶⁰ Explica Vicente de Abreu: “*segundo a regra do seu convento, conservou só o nome, e largou o apellido de Dias que tem a sua familia hoje residente na villa de Margão*” – Abreu, Miguel Vicente de (1874), 71.

mesmo Papa, nomeado um padre, natural de Goa, chamado Francisco Xavier, mas falecendo pouco depois da nomeação, foi esta conferida ao p.e Vicente do Rozario, sagrado Bispo de Tamacene em 9 de novembro de 1838. A sua família, apesar de indigente, não recebeu d'elle subsidio algum durante o tempo que esteve em Ceylão, até que falleceu em Colombo, a 24 de abril de 1842, dispondo como ultima vontade, que ainda o seu pequeno espolio fosse distribuído pelos pobres da missão⁵⁶¹. Na derradeira hora de morte não podia esquecer-se dos pobres, elle que no transcurso da vida tanto os amou, cumulando-os de constellação de beneficios de que era capaz. Não. E se essa caridade, que exerceu a plenas mãos, fôï benção na mão do Supremo, bemaventurado é este, Principe da Igreja. A Capella de N. S. de Sant'Anna do bairro de Solvã, d'onde era natural D. Vicente do Rosario, possui ainda hoje um precioso cálix d'oito, trabalho de Ceylão, que fôra por elle offerecido; é tão primorosa obra d'arte, que muitos procuraram compral-o, mas os confrades não o cedem por nenhum preço. Não existe hoje nenhum membro de sua família: extinguiu-se⁵⁶². Cândida Maria Josefa Luísa Álvares e Mateus Constâncio Sant'Ana Dias tiveram: (i) **José Francisco Cornélio Filipe Dias**, que se graduou na Escola Médico-Cirúrgica de Goa e exerceu clínica em Moçambique, onde foi cirurgião de segunda classe; (ii) **Vicente do Rosário Heitor Dias**, que ocupou o lugar de amanuense da administração do concelho de Salsete; (iii) **Júlio Augusto Domingos Dias**, escrivão da câmara geral do concelho de Salsete; (iv) **Mateus Joaquim Constâncio da Piedade Sólón Dias**; (v) **Teófilo Justino Dias**, que exerceu funções idênticas às de seu irmão Júlio Augusto; (vi) **Aurora Lucrécia Bernardina Dias**, a qual casou com Pedro Domingos Lourenço; e (vii) **Maria Potenciana Esperança Lavínia Dias**, que parece ter morrido solteira;

3-X-4) Ana Rita Emerciana Álvares, que morreu solteira;

3-X-5) Aurora Maria Quitéria Álvares, a qual casou com António Caetano Pacheco. Este era filho de Miguel José Pacheco e de Tecla Maria Barreto Xavier; neto paterno de Baltasar Pacheco e de Ana Maria Pacheco. De acordo com Miguel Vicente de Abreu: *“natural de Margão de Salcete nasceu de pais pouco abastados aos 12 de novembro de 1800. – estudou o latim sob a direcção do seu thio padre João Manuel Pacheco, e quando completou o estudo de philosophia tinha 14 annos, idade em que começou o estudo de theologia; em seguida o de direito e em breve tempo teve a carta de advogado, e como tal exerceu a faculdade no auditorio de Margão por algum tempo e só largou o exercicio quando foi provido em tabelião de notas da mesma comarca de Salcete. Nos annos de 1822 e 1827 foi escolhido para eleitor provincial e prestou nessa occazião relevantes serviços para o triumpho da eleição do deputado Bernardo Peres da Silva neste ultimo anno. Em 1835 foi nomeado pelo mesmo Peres, quando veio em prefeito dos estados da India, membro da junta da justiça da 2.a instancia; em 1836 foi eleito presidente da camara municipal de Salcete e reconduzido neste importante cargo na immediata eleição. Em 1839 foi deputado ás côrtes e nesta qualidade foi pelo Mediterraneo e chegou a Lisboa em 14 de março de 1840, e encontrando dissolvida a camara só teve assento na abertura das cortes em 25 de maio do mesmo anno; foi reeleito em 1842 e apresentou muitas propostas, e entre estas o projecto da lei de reforma judiciaria, o da separação do ministerio do ultramar do da marinha, medida importante*

⁵⁶¹ Nesta parte o autor segue Vicente de Abreu muito de perto – Abreu, Miguel Vicente de (1874), 71. Era comum, nas famílias goesas mais abastadas, que os seus membros eclesiásticos nomeados para as missões do Ceilão enviassem quantias significativas para Goa. Não era sem razão que Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves, na “Ilustração Goana”, ironicamente lamentava não ter nenhum tio padre no Ceilão para consequentemente ver crescer os seus bens e rendimentos. É assim nesse sentido que se deve entender as considerações relativas ao desprendimento de D. Vicente do Rosário.

⁵⁶² Barreto, Expectação (1899), 55 e ss. Sobre o seu sucessor, D. Caetano António Pereira: *“Natural da ilha de Divar, obteve o grão de doutor em Theologia, segundo parece, em Goa, e professou, ao depois, o instituto da Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery de Goa. Missionou em Ceylão, missão da sua Congregação, e mais tarde foi nomeado vigario geral interino pela provisão de 20 de dezembro de 1837, passando a ser effectivo pela de 18 de janeiro de 1838. Pela morte do vigario apostolico, D. Vicente do Rosario (...), succedeu-lhe o p.e Caetano Antonio, e em 1843 foi sagrado Bispo de Usula. Acerrimo defensor dos direitos da Propaganda Fide, D. Caetano Antonio sustentou vivas luctas com os missionarios portuguezes contra os direitos e regalias do Padroado. Falleceu em 25 de janeiro de 1857, com 79 annos de idade”* – Barreto, Expectação (1899), 61.

que me parece tambem ainda hoje convenientissima e de instante necessidade aos interesses do ultramar; – oppoz-se fortemente para venda dos bens nacionaes de Goa que o governo venceu pela sua maioria, e que infelizmente sendo avultadissimos desapareceram deixando os cofres publicos quasi na mesma deficiencia em que estavam d'antes. O deputado Pacheco foi socio de muitas associações no reino e fora delle, mas só sei nomeadamente dizer que foi membro da associação maritima e colonial de Lisnoa e a de extincção da escravatura na França: – publicou em Lisboa em 1848 um folheto intitulado = Plano geral da instrucção publica nos estados portuguezes da India, precedido de uma exposição em que se apresenta o quadro historico dos institutos que ali existiam, comparando-os com os que a elles se tem mandado substituir e se demonstra o methodo pelo qual se deve proceder á sua reforma e organização. E um appendiz de notas illustrativas memorias e relatorios e projectos da lei na dita exposição mencionados com desenvolvimento do principio constitutivo das provincias ultramarinas, opusculo que mereceu elogios nas côrtes do distincto estadista Rodrigo da Fonseca Magalhães e de outros homens eminentes de Portugal. Pacheco voltou de Lisboa a sua patria em novembro de 1849 e falleceu d'um ataque apopletico em 2 de maio de 1850; encontraram-se nos seus papeis apontamentos vagos e reminiscencias confusas sobre uma colossal obra que pretendia escrever sobre a India, intitulada = Esboço da historia do Indostão, com referencia ás suas tres epocas do governo genuino, do da invasão mahometana e do actual. Morreu de 50 annos”⁵⁶³. Sobre este personagem, de quem enaltecia a “penna concisa e assaz elegante”, escreveu Catão da Costa: “vulto de raro talento, e de rara penetração e sagacidade, advogado consummado, que foi vereador do antigo senado, e tambem presidente da camara municipal de Salsete, tabellião, juiz da relação nomeado por Bernardo Peres da Silva, distincto deputado da nação, e houve tempo – 1846 a 47 – em que muita influencia teve, sobre os negocios de Goa, no ministerio Palmela que pouco durou”⁵⁶⁴. Aurora Quitéria Maria Álvares e o seu marido António Caetano Pacheco tiveram:

a) Duarte Pacheco, que estudou em Portugal e aqui se fixou⁵⁶⁵;

b) João Manuel Pacheco, advogado *provisionário* e funcionário do Montepio em Goa. Nasceu em Margão no dia 6 de fevereiro de 1839, tendo aí morrido a 19 de setembro de 1913. Foi – talvez também por ser o filho de António Caetano Pacheco que optou por permanecer em Goa – alvo de bastante consideração pelos seus conterrâneos e ainda hoje é uma personalidade lembrada em certos círculos goeses. Sobre ele escreveu Aleixo Costa: “herdou muitas das características de seu pai, que formaram o seu espírito, em uma época, em que o civismo era a condição essencial da existência”. O seu primeiro propósito teria sido seguir a vida religiosa, de forma a dar continuidade ao legado do tio que guiara os primeiros passos de António Caetano Pacheco e que servia, de alguma forma, de figura tutelar da sua família paterna. Com tal fim ingressou em Rachol, tendo porém cedo desistido em proveito das lides forenses. Dedicar-se-á então aos estudos jurídicos e em 1864 obtém *provisão* para advogar. Ao longo da vida, e para além da advocacia e do ensino do direito (o que Aleixo Costa assegurava fazer “*com notável competência*”), João Manuel Pacheco trabalhará em outros dois domínios. Por um lado, no Montepio Geral de Goa; por outro, nos assuntos das comunidades aldeãs, ou *gancarias*. Bernardo Francisco da Costa, ao promover a criação do Montepio, logo chamou o jovem parente para colaborador naquela empresa. João Manuel Pacheco passou assim a aí desempenhar funções de contabilista. Em

⁵⁶³ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 39 e 40. Para maiores desenvolvimentos consulte-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol.III, 11 e 12 e sobretudo Figueiredo, João Manuel Pacheco de (1975). Em tempos mais recentes também Maria Aurora Couto se lhe refere: Couto, Maria Aurora (2005 e 2012).

⁵⁶⁴ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 74 e 75.

⁵⁶⁵ Catão da Costa e Vicente de Abreu fazem-lhe referência, mas não são inteiramente concordantes entre si. Este, mais sucinto, escreve somente que o biografado “*tem o curso da aula do Commercio e reside em Lisboa ha muitos annos*” – Abreu, Miguel Vicente de (1874), 18. Já Catão, no ano seguinte, procura dar outro realce ao filho mais velho de Caetano Pacheco, considerando-o “*mancebo de grande talento, ora existente em Lisboa e habilitado na agronomia e veterinaria*” – Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 75.

paralelo no ano de 1879 o governador-geral Caetano de Albuquerque nomeia-o administrador das comunidades da sua natal Salsete. Depressa Pacheco aproveitou esta oportunidade para mergulhar profundamente nas múltiplas questões que rodeavam aquelas instituições desde há longas décadas. Acabou por se tornar num especialista reconhecido em questões *gancariais* e contribuiu de forma importante não só para a produção da nova regulamentação das *gancarias* (no regimento de 1882, no regulamento de 1884 e no código de 1904), mas também, segundo a edição de “O Heraldo” de 21 de Setembro de 1913, para o “*projecto da conversão das antigas tangas das comunidades em acções*”, do qual teria sido aliás o principal autor⁵⁶⁶. Casou com D. Mariana da Conceição Álvares⁵⁶⁷. Foram progenitores de duas filhas: **D. Josefina Aurora Quitéria** e **D. Quitéria da Conceição Claudina**⁵⁶⁸;

⁵⁶⁶ Para maiores desenvolvimentos sobre a sua vida e obra, veja-se, designadamente, Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 12 e 13.

⁵⁶⁷ Cfr. *infra* ponto 5-IV-4).

⁵⁶⁸ **D. Josefina Aurora Quitéria Pacheco** casou com Luís Caetano de Figueiredo, de Loutolim. Tiveram: (i) **Carlota de Figueiredo**; (ii) **Francisco de Figueiredo**, pai da escritora Maria Aurora Couto, e (iii) **João Manuel Pacheco de Figueiredo**, o qual se destacou enquanto médico, professor e homem de cultura na Goa da primeira metade do século XX. Foi diretor e docente na Escola Médico-Cirúrgica, na qual se formou. Mais tarde licenciou-se em medicina em Portugal. Para maiores desenvolvimentos sobre a sua vida e extensa produção científica consulte-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 14 e ss.

Por outro lado temos **D. Quitéria da Conceição Claudina Pacheco**, natural de Margão e casada com João Joaquim Roque Correia Afonso. Correia Afonso nasceu em Benaulim, sendo filho de Agostinho Caetano Brás da Costa Afonso e de D. Maria Angelina Propérzia das Felicidades Correia. De acordo com Aleixo Costa: “*Advogado, jornalista, político e notável orador, nasceu em Benaulim, concelho de Salsete, a 10-VI-1859 e aí faleceu em Março de 1937. “Foi talvez o maior tribuno indo-português do seu tempo; era um orador académico, superior na forma e profundo no conceito. Jornalista, aos 16 anos fazia o seu tirocínio na imprensa, fundando com alguns dos seus companheiros de estudo a revista Estreia Literária. Pela vida fora colaborou nos principais jornais da colónia. Polemista intemperado, de um temperamento extremamente combativo, era admirado pelo ardor da sua propaganda, pelo vigor da sua argumentação, pela isenção e independência do seu espírito. Foi desde novo um dos mais recorridos advogados da Índia Portuguesa, notabilizando-se principalmente no foro criminal. Interveio especialmente nos processos contra a imprensa, cujas liberdades e prerrogativas sempre defendeu denodadamente. Entre estes fez história o processo contra o diário O Heraldo (1903), cujas peças estão arquivadas em livro sob o título “A Opinião da Justiça e a Justiça da Opinião”. Muito novo, iniciou-se na política activa, sendo levado pelo seu ideal democrático a filiar-se no Partido Popular Indiano, no momento histórico em que este partido era a encarnação da alma popular. Numa rápida ascensão, passou logo a ser um dos marechais do partido e caudilho popular dos mais queridos. Num período de grande agitação política, lançou o célebre desafio “Nunca mais candidatura oficial”, que levou o governo a violências que o obrigaram a exilar-se com os outros leaders populares (1890). O governo teve, porém, de ceder perante a evidente justiça da sua causa, concedendo uma honrosa amnistia, após a qual os caudilhos regressaram em meio de uma monstruosa manifestação cívica. Após essa histórica jornada, Correia Afonso afastou-se do partido, não abandonando, porém, a actividade cívica, mas preferindo exercê-la, pela pena e pela palavra, num isolamento que lhe permitisse plena liberdade. Foi levado a sair desse isolamento pelas esperanças que nele despertou a proclamação da República em 1910. Procurou conciliar os espíritos alarmados com a política religiosa da jovem república com a conferência sobre “A República e a Religião”, que fez no Centro Cinco de Outubro. Convidado pelo Dr. Couceiro da Costa, primeiro governador-geral da República, para a presidência da Comissão Municipal de Salsete, entregou-se com entusiasmo a projectos de fomento, de viação e de educação popular, mas pouco pôde realizar, porque em breve se incompatibilizou com o governo. Antes, porém, de deixar o cargo marcou indelevelmente a sua passagem por ele. A vila de Margão fora nessa época invadida pela peste. Cónscio das responsabilidades que lhe cabiam, mas levado, sobretudo, pelo seu coração generoso, deu eficaz auxílio às autoridades sanitárias e, com risco da própria vida, prestou assistência pessoal aos atacados e suas famílias. Recolheu-se novamente ao isolamento e toda a sua fé nos melhores destinos do seu povo e do seu país pô-lo na regeneração pela agricultura, fazendo, pelo preceito e pelo exemplo, uma intensa campanha em favor da renovação dos métodos rotineiros de cultura e da introdução de novas culturas. Quando foi decretada a autonomia das colónias, aceitou ainda a representação da Associação dos Agricultores e Proprietários no Conselho do Governo. Quando a autonomia foi anulada, no regime Sidónio Pais, associou-se ao movimento abstencionista, defendendo a Índia numa brilhante série de artigos no Heraldo contra os ataques do governador Freitas Ribeiro. Restaurada a autonomia, fez parte do primeiro Conselho do Governo da Índia Portuguesa, defendendo os interesses da terra e dando a sua valiosa colaboração ao governador-geral, Jaime de Moraes, na obra de reconstrução por ele encetada (1919-1921). Antes disso encontrara no Congresso Provincial – por ele preconizado e criado pelo governador-geral, Dr. Couceiro da Cosa, em 1916 –, a arena em que melhor podia exercer a sua actividade pública. Foi presidente do Terceiro Congresso Provincial e, nos vários congressos, além doutros valiosos trabalhos que apresentou, pugnou, sobretudo, pela criação da “Aldeia-Município”, entendendo que a Índia Portuguesa devia ter, como base da sua organização cívica e económica, o tradicional sistema indiano da “Comunidade aldeã”, adaptado à nova fase da civilização. Essa sua concepção expô-la ele largamente na memória que escreveu sobre o “Municipalismo na Índia Portuguesa”, para o livro que o Governo-Geral da Colónia publicou com sua contribuição para a comemoração do centenário da independência do Brasil. Espírito original, sempre aberto às novas ideias, foi um introdutor, em Goa, dos processos froebelianos e da “Cartilha Maternal”, de João de Deus” – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 227 e ss. O autor também enumera a vasta produção bibliográfica de Correia Afonso. Veja-se igualmente Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 294 e Couto, Maria Aurora (2005), que vale pela visão familiar do biografado. D. Quitéria da Conceição Claudina e Roque Correia Afonso tiveram numerosa geração, a quem a sua sobrinha, a já referida Aurora Couto, se refere largamente. Dos seus muitos filhos, destacamos, pelo impacto que tiveram em Goa:*

(i) **D. Propérzia Correia Afonso** (Benaulim, 1882-Pangim, 1944), que após casar cedo e cedo enviuar prosseguiu a sua formação sendo em boa medida uma *self made woman* ao nível intelectual. Criada num ambiente tido como invulgarmente culto para a Goa da época, Propérzia Correia Afonso decidiu apostar nos estudos e concluiu o curso da Escola Normal, dedicando-se, em seguida, ao magistério primário. Mais tarde, virá a

integrar o corpo docente da escola onde se graduou e aí se manterá até morrer. Foi, também vogal do conselho de instrução e do conselho da província de Goa. Propércia Correia Afonso foi, de alguma forma, em Goa, arauto da autonomização intelectual das mulheres. Numa terra e época em que era raríssimo as mulheres dedicaram-se a trabalhos que extravasassem o mundo doméstico e da sociabilidade – havia apenas um pequeno punhado de goesas que incorriam nos domínios da literatura e publicavam algumas das suas composições – Propércia Correia Afonso desdobrou-se em conferências (tidas por “*magistrais*” num meio em que uma eloquência muito barroca era tida em grande consideração) e artigos, que publicou em vários jornais e no “Boletim do Instituto Vasco da Gama”, do qual era sócia. Foi para o “Boletim” que escreveu aquele que talvez seja o seu escrito mais conhecido: o estudo *A Mulher na Índia Portuguesa* (editado em separata em 1933), onde não raro analisa de forma muito crítica diversos temas. Em 1959 foi instituído um prémio com o seu nome na escola onde estudou e veio a ensinar. Aleixo Costa cita um excerto do elogio que lhe foi dirigido pelo seu parente (e presidente da referida instituição) Agostinho da Piedade Colaço: “*Da sua cultura, do seu talento, da sua operosidade pode dizer-se que foi a única mulher indo-portuguesa que revelou um génio viril, sem contudo perder a graça, a bondade e a delicadeza de sentimento do sexo a que pertence. A sua actividade intelectual foi tão intensa que constitui um solene desmentido ao conceito que Stuart Mill tinha acerca do atrofamento das qualidades mentais da mulher e à subalternidade fisiológica e intelectual em que Auguste Comte a colocou. Soube brilhar no campo do pensamento, mover-se no campo literário, com raro prestígio, e arrastar para estes dois campos, com o seu exemplo, várias das suas patrícias que levavam até então uma vida de retraimento sem se atreverem a expandir as suas tendências*” – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 234. O autor elenca as publicações de Propércia Correia Afonso. Esta senhora casou em segundas núpcias com o advogado *provisionário* João Francisco de Figueiredo. Foi, como sintetizam Devi e Seabra, “*uma das primeiras mulheres goesas a seguir uma carreira profissional e a distinguir-se como escritora*” – Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 243.

- (ii) **D. Ana Maria Correia Afonso**, a qual veio a casar com António Xavier da Rocha Pinto, natural de Guirim e filho de José Júlio César Pinto, advogado *provisionário*, e de Lúcia Francisca Claudina da Consolação da Rocha. Desconhecemos a data do seu nascimento, mas Aleixo Costa dá a do seu óbito: 1936. Após ter concluído com destaque o curso da Escola Médico-Cirúrgica de Nova-Goa, Rocha Pinto rumou para Portugal, onde de licenciou na Escola Médica do Porto. Em Lisboa completou o curso de medicina tropical. Prosseguiu a sua formação noutras partes da Europa, nomeadamente em Paris e Londres, tendo desenvolvido trabalho nas áreas da obstetrícia e ginecologia (na qual se veio a especializar), mas também em pediatria, oftalmologia e otorrinolaringologia. Trabalhou em Lisboa e em Goa, onde fez clínica e se dedicou ao professorado na Escola Médico-Cirúrgica. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 145 e ss, com indicação das publicações que deixou;
- (iii) **D. Maria Adélia Correia Afonso**, que casou com o médico António Filipe Pinto Cordeiro, de Assagão, o qual também foi professor na Escola Médico-Cirúrgica de Nova-Goa – veja-se título Cordeiro, de Anjuna e Assagão, ponto 6-l). Foram os progenitores de Mário Jerónimo Caetano Quintiliano Cordeiro (nascido em Mapuçã em 1912), médico, professor da faculdade de medicina da universidade de Lisboa – id., ibid., vol. I, 202 e ss. Casou com D. Maria Virgínia Radich Gonçalves, filha única de Júlio Gonçalves e de D. Virgínia Maria Luísa Piacentia Radich;
- (iv) **D. Helena Correia Afonso**, a qual casou com um clínico e professor (substituto extraordinário) da Escola Médico-Cirúrgica, onde se graduou em 1913: António Augusto Tomé Refúgio do Rego, filho de João Filipe do Rego. Refúgio do Rego em Pangim em 1887 e aí morreu em 1972. Foram os progenitores do obstetra João Filipe do Rego, licenciado pela faculdade de medicina da universidade de Lisboa e professor da Escola Médico-Cirúrgica de Nova-Goa, onde também estudou – id., ibid., vol. III, 118 e 121 e ss;
- (v) **D. Margarida Correia Afonso**, casada com o médico António Peregrino da Costa, natural de Aquém (Navelim) e graduado pela Escola Médico-Cirúrgica de Nova-Goa. Segundo Aleixo Costa, “*era um dos mais recorridos médicos do concelho* (de Salsete), *pelo seu saber e pelo seu senso clínico, sendo conhecido por “Aquém-Oid”*. (...) *Foi também um grande obreiro social, tendo desenvolvido uma obra de largo alcance. Era comendador da Ordem de S. Gregório Magno, comenda que lhe foi conferida pelo Papa Pio XII*” – id., ibid., vol. I, 254 e 255. Nascido cerca de 1889, morreu em 1948;
- (vi) **D. Mariana Correia Afonso**, nascida em Benaúlim no dia 6 de junho de 1885. Concluído o curso da Escola Normal, foi professora das escolas primárias de Cansaulim e, depois, de Benaúlim. Alguns anos depois, em 1915, passou para a Escola Nacional do Sexo Feminino. Pugando pela alfabetização dos seus conterrâneos, sobretudo das mulheres, trabalhou numa adaptação do método de João de Deus e dedicou sempre especial atenção aos primeiros anos do ensino. Assim se justificam os títulos dos dois únicos trabalhos que deu ao prelo: *Creches em cada bairro* e *A educação da mulher do povo* – id., ibid., 231;
- (vii) **Agostinho Caetano Brás Correia Afonso**, o qual nasceu em Margão, no bairro Povoação, a 16 de junho de 1886. Foi batizado nessa localidade – com o nome J. Francisco Xavier Agostinho C. do Patrocínio B. – no dia 23 do mesmo mês e ano (foram padrinhos Francisco Xavier Cândido Rebelo, de Benaúlim, representado por Joaquim Mariano Alexandrinho Álvares, de Margão; e D. Carmelina Neria Luísa das Dores Afonso e Gomes, tia paterna do baptizado, moradora em Benaúlim). Matriculou-se em direito na universidade de Coimbra em 1906 – AUC, *Certidões de Idade*, cx. 1, 1901-1925 (Aarão- Álvaro Gomes Ferreira Pimenta), nº 217. Concluída a licenciatura em 1911, partiu para a ilha de S. Tomé, onde foi notário e advogado, para além de curador-geral dos serviços e colonos, vogal do conselho da província, do concelho executivo e do conselho legislativo de S. Tomé e presidente da câmara municipal local. Deixou alguma obra dispersa entre colaborações em diversos periódicos e alguns trabalhos de natureza jurídica. Morreu em Lisboa em 1951. Para informações suplementares, veja-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 221 e 222;
- (viii) **Pedro Correia Afonso**, nascido em Benaúlim no dia 29 de junho de 1892. Morreu em Benaúlim em 1965. Estudou agronomia em Poona e, depois, na universidade de Bombaim. Regressando a Goa, depressa se viu nomeado técnico dos serviços agrícolas e florestais, tendo desempenhado inúmeras comissões durante os anos que aí trabalhou. Publicou várias obras no seu âmbito de especialização e colaborou regularmente com a

c) **Maria Lucinda Efigénia da Piedade Pacheco**, que casou com Xavier Vicente Santana de Miranda, médico e cirurgião habilitado pela escola de Goa e administrador de um morgado⁵⁶⁹;

d) **Cacilda Pacheco**, a qual veio a contrair matrimónio com António Francisco Colaço, “proprietário”⁵⁷⁰;

3-X-6) Maria da Piedade Benedita Álvares, a qual veio a casar com Joaquim Sebastião da Costa, “*medico e proprietario*”, de quem teve somente **Quitéria Carolina da Costa**. Esta última casou com Joaquim Faustino Barbosa, herdeiro de metade do “*valioso morgado*” que fora administrado por seu pai, o advogado *provisionário* Caetano Vicente Barbosa;

3-X-7) Joaquim Filipe Constâncio Álvares, que estudou medicina em Goa e ocupou o lugar de físico-mor de Damão. Catão da Costa considera-o “*mancebo de muito talento, medico acreditado, patriota exaltado*”⁵⁷¹ – o que dá a entender que tomou parte ativa nas hostilidades que rodearam a instauração do regime liberal constitucional em Goa e Damão. Morreu em 1826, aparentemente sem sucessão;

3-X-8) Camilo Dionísio Álvares, o qual também foi clínico. Ismael Gracias explica que aprendeu os rudimentos da profissão junto de um parente na companhia de outro parente: nos diplomas de Camilo Dionísio e Pedro António Álvares “*se diz que ambos fizeram seus estudos sob a direcção do physico Caetano Francisco Alvares. Ao tempo estava aliás em Goa o physico-mór Manoel José Ribeiro*”⁵⁷². Camilo obteve a sua carta de físico/médico a 14 de março de 1831 e Pedro António dois dias volvidos⁵⁷³. Catão da Costa também enaltece o valor profissional deste parente afirmando ter sido clínico “*de muito saber e muita prática*”⁵⁷⁴. Camilo Dionísio dedicou parte importante das suas energias à vida política. *Perista* convicto, esteve exilado em Piro até à amnistia concedida durante o curto governo do barão de Sabroso⁵⁷⁵. Foi mais tarde vereador da câmara de Margão e procurador à junta geral do distrito.

Casou duas vezes, a primeira delas com a sua parente Estela Clarina da Silva, filha de Inácio Sebastião da Silva⁵⁷⁶, de Margão. Tiveram: (a) **Joaquim Filipe Álvares**, médico-cirurgião habilitado em Goa; (b) **António do Rosário Gonzaga Álvares**, que a uma formação-base igual à de seu irmão mais velho juntou também uma especialização em farmácia; (c) **Custódio Rafael Ernesto Álvares**, advogado *provisionário* que segundo Catão da Costa foi um dos causídicos “*mais distintos (...) do auditorio de Salsete*”; (d) **Maria Esperança da Piedade Álvares**, que casou com o seu parente Faustino Maria Lourenço, também advogado *provisionário*⁵⁷⁷; e (e) **Luísa Matilde Álvares**, casada com Lusitano João Manuel da Silva.

imprensa local. Foi também presidente da câmara municipal de Salsete – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 232 e ss;

Francisco Correia Afonso, que nasceu em Benaúlim no dia 17 de outubro de 1893 e morreu em Bombaim, onde passou boa parte da vida, em 1961. Foi na universidade dessa cidade que estudou. Uma vez graduado, dedicou-se ao ensino de inglês em variados colégios e instituições. Deixou bastante obra publicada, na sua maioria em inglês. Casou com D. Luzia de Herédia, de quem houve designadamente o historiador **João Correia Afonso, sj.**

⁵⁶⁹ Foram os pais de João Xavier Santana de Miranda e do coronel Manuel Frederico do Rosário Santana de Miranda. Este último casou com D. Inês Vitória de Azevedo de Silva. Com geração.

⁵⁷⁰ Deste casal descende, entre outras, a família Veiga Coutinho.

⁵⁷¹ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 75.

⁵⁷² Gracias, J. A. Ismael (1914).

⁵⁷³ Veja-se o anexo I: documentos avulsos – nº 203.

⁵⁷⁴ Id., ibid.

⁵⁷⁵ Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 180.

⁵⁷⁶ Veja-se neste anexo o título Costa, de Margão, ponto 7-V-2), a). Segundo Catão da Costa, esta seria “*bisneta pela linha paterna de Ritta Natalia da Costa (...) e pela linha materna de Aurelia Maria Alvares*”. Aurélia Maria Álvares vem tratada no ponto 3-III) deste título.

⁵⁷⁷ Referido no ponto 5-IV-6) deste título.

Após enviuar de sua primeira mulher, Camilo Dionísio Álvares casou com D. Quitéria Epifânia da Costa, da qual teve a seguinte geração: **(f) Nuno Constantino da Piedade Álvares; (g) Maurílio Cláudio Álvares; (h) Hipólito Francisco Álvares; (i) Genoveva Emerciana Álvares**, casada com o seu parente João José da Costa; **(j) D. Etelvina Amélia Pulquéria Amália Álvares**, que veio a casar com Regalado da Piedade Colaço⁵⁷⁸; **(l) Maria Clara Clementina Álvares**, a qual casou com José Joaquim Pancrácio Furtado; **(m) D. Maria Benedita Elvira Álvares; (n) Maria da Felicidade Clorinda Álvares; e (o) Octávia Marciana Álvares;**

3-X-9) José António Ponciano Álvares, cuja data de nascimento (em Margão) também desconhecemos. Ponciano – como era usualmente conhecido pelos seus conterrâneos – foi advogado *provisionário* em Goa e, à semelhança dos seus irmãos, um agente político influente na época, sobretudo em Damão, onde trabalhou durante alguns anos. Não foi porém durante o *perismo* (que também terá abraçado com ênfase) que sofreu maiores dissabores em termos políticos, mas sim já durante a plena vigência do regime liberal-constitucional, ao envolver-se (ou ao ver-se envolvido, como pretendem os seus admiradores, entre os quais se encontra Catão da Costa) nos não raro complicados processos que precediam as eleições dos representantes locais às cortes. Deverá datar dessa época o seu único trabalho que foi impresso – uma brevíssima *Carta em resposta a João Victor Moreira, acerca dos factos ocorridos em Damão* (Imprensa Nacional, Nova Goa). De acordo com o biógrafo familiar: “grande patriota, e de admirável coragem, habilissimo advogado, muito procurado e querido de todos: foi ouvidor de Timor, e depois juiz da praça de Damão por longos annos, donde a perseguição politica da parte do v. d’Ourém o desalojou em 1853 antes mesmo de concluir o seu tempo porque Ponciano não quiz prestar-se para seu agente eleitoral. Não contente com isto o mesmo governador o mandou syndicar sem ter poderes para isto, e tres processos crimes foram levantados contra esta victima do governador, e nenhum delles medrou. – Ponciano não quis aceitar emprego algum, e baixou à sepultura em julho de 1872, chorado de todos que o conheciam. – Ponciano, pelos seus rarissimos dotes, era olhado em familia, e nos circulos que o conheceram como homem talhado para o mundo e para o céu. A sua modestia, paciencia, prudencia, resignação e ascetismo no meio de todos os bolicios da terra, dos quaes não fugia, eram objecto de admiração geral. Creança para as creanças, velho para os velhos, padre para os padres, folgazão para os folgazões, Ponciano era o mesmo Ponciano para a penitencia occulta, e prasenteria aberta mas innocente. Foi muito caritativo, e muitas vezes presidente da assembléa e da direcção do monte-pio geral de Goa, estabelecimento pelo qual estremecia não por causa das pessoas da sua familia, mas por causa da orphandade desvalida, tanto assim que não legou a favor de ninguem a pensão annual de seiscentos xerafins a que tinha direito; quis que se revertesse a favor do estabelecimento para ser aproveitada pelos desamparados da fortuna que mais carecem della”⁵⁷⁹. Note-se que o retrato elogioso traçado por Catão da Costa contrasta com o tom mais seco adotado por outros autores – como por exemplo Aleixo Costa⁵⁸⁰.

Parece ter morrido solteiro e sem geração;

3-X-10) Caetano Manuel Roque Álvares, que também nasceu em Margão. Apesar de Catão da Costa também não fornecer a sua data de nascimento, encontramos-na na biografia que Vicente de Abreu lhe dedicou em 1874: “*natural de Margão de Salcete, lente da escola do exercito, que falleceu em Lisboa aos 2 de novembro de 1860, no posto de capitão do batalhão de infantaria de Macau. Caetano Alvares, filho do moço fidalgo Antonio do Rozario de Gonzaga Alvares e de D. Maria Esperança Josefa Alvares, nasceu em Margão de Salcete a 25 de fevereiro de 1816*”⁵⁸¹;

⁵⁷⁸ Veja-se neste anexo o título Colaço, de Rachol, ponto 2-II-2), b).

⁵⁷⁹ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 76.

⁵⁸⁰ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol I, 51.

⁵⁸¹ Foi batizado em Margão a 5 de março do mesmo ano. Apadrinharam-no o *deão de Quepém*, João Paulo da Costa Pereira de Almeida, e o coronel Manuel Carlos da Cunha – consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Caetano Manuel Roque Álvares).

habilitado com os estudos preliminares da grammatica latina e philosophia racional e moral e da intelligencia do inglez e francez, em que mereceu distincto conceito, teve praça de cadete no 1.o batalhão de caçadores em os 16 de março de 1832, cursou na extincta academia militar os 1.os dous annos mathematicos e obteve os 1.os premios que tinham então a denominação de partidos; na continuação do 3.o anno, que foi o da revolução militar de 1835, seguiu a causa da legitimidade do prefeito Peres e emigrou para Sadassigor e Damão, donde voltou a Goa a 5 de março de 1838 e continuou o 3º anno dos seus estudos mathematicos, em que foi proposto para partido, mas não o obteve por não ter tido a unanimidade, (que era indispensavel segundo os estatutos), no dito 3.o anno; mas obteve-os nos subseqüentes tres annos, pois cursou 7 annos – depois do que foi para Portugal como alumno prestacionado em 1841. Em Portugal foi cursar as mathematicas na universidade de Coimbra em setembro de 1841; formou-se em duas faculdades, philosophia e mathematica com os 1.os premios, e obteve logo a cadeira de lente da escola do exercito, cargo que exerceu até a sua morte”⁵⁸². Parece ter morrido solteiro e sem descendência.

3-XI) José Torcato Álvares, igualmente médico e também agraciado com o foro de fidalgo da casa real. Localizámos nos HAG o seu testamento, que reproduzimos em apêndice⁵⁸³. Nesse documento institui herdeiro universal o seu irmão Camilo Vicente Álvares da Costa determinando que caso este falecesse antes de si, seria substituído pelo seu filho, Pedro António Álvares (fazendo porém neste caso reserva de usufruto em favor da sua cunhada D. Anastásia Maria Catarina Pereira). Mais aí declara que fora precisamente o seu irmão quem desde sempre administrara os bens que possuía – os manos fariam decerto, e como era comum, uma gestão conjunta das propriedades familiares – pelo que se eximia ao cumprimento de quaisquer dívidas relativas a esses mesmo património, as quais, a existirem, seriam da inteira responsabilidade de Camilo Vicente. Morreu solteiro em 1829, provavelmente no mês de maio;

3-XII) Joana Marcelina Álvares, a qual teve somente um filho do seu casamento com Francisco dos Reis, de Chicalim:

3-XII-1) Vicente dos Reis, que morreu solteiro.

3-I) SALVADOR FILIPE DA PIEDADE ÁLVARES DA COSTA, que continua. Foi “*capitão de granadeiros do terço dos auxiliares de Salsete por cartapatente de 26 de agosto de 1780, assignada pelo governador D. Frederico Guilherme de Sousa; e fidalgo da casa real*”⁵⁸⁴. Casou duas vezes, a primeira com Esperança Pereira e a segunda com Esperança Maria da Costa. A noiva foi então dotada pelos pais com “*dote de sete mil xerafins fora as datas, e prendas de ambos segundo a minha possibilidade, e huma cafra, que tudo será da importancia de mais de tres mil xerafins*”. Conseguimos identificar a família da primeira mulher de Salvador Filipe Álvares ao estudarmos o testamento da sua sogra⁵⁸⁵. Esta era então filha de José Pereira e Ana Maria Velho, moradores em Margão; neta paterna de António Pereira e Francisca Lourenço, e materna de José Caetano Velho e Isabel Vaz.

Esperança Pereira era irmã de:

- (i) **António Manuel Pereira**, já falecido em 1805. Casou com Adriana Joana Colaço (também falecida na mesma data). Ana Maria Velho declara no seu testamento relativamente a este enlace: *concorri na sociedade do dito meo marido para o seo Saddo, vestidos, prendas, vulgo chamado paganas com mais de tres mil xerafins*”. Foram os progenitores de **Pulquéria Joana Pereira**, a qual por ter ficado órfã cedo foi dotada pelos avós paternos “*com sinco mil xerafins fora as datas, e*

⁵⁸² Abreu, Miguel Vicente de (1874), 12.

⁵⁸³ Consulte-se o anexo II: testamentos – N59.

⁵⁸⁴ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 69.

⁵⁸⁵ Veja-se o anexo II: testamentos – N50. Ana Maria Velho morreu no dia 10 de março de 1805. No testamento descreve cuidadosamente a forma como desejava que o seu funeral fosse organizado, não esquecendo a participação das irmandades do Divino Espírito Santo e Senhor Santíssimo e do Anjo Custódio, das quais era irmã. Teve pelo menos um irmão, o padre José Caetano Velho.

prendas de ambos” ao casar com Manuel Vicente da Costa⁵⁸⁶. A parcela significativa da fortuna dos Pereira herdada por Pulquéria Joana acabou por reverter para a família do marido, mais concretamente para o seu sobrinho Bernardo Francisco da Costa. Foi nessa ocasião que se desvincularam vários dos bens pertencentes aos Pereira de Margão;

- (ii) **Maria Francisca do Rosário Pereira**, natural de Margão. Casou com o seu conterrâneo Joaquim Piedade Barreto com *“dotte de sinco mil xerafins fora as dattas de ambos, e prendas, entrando duas tangas dous barganins e dezoito Leaes, e hum quarto de Raxy, em que entrão sinco Leaes e tres quaertos de Quitoga, e aparte da propriedade Belloy, tudo cito nesta Villa, que fica no titullo da dita minha filha Maria Francisca do Rozario, que comprey a Padre Sebastião Salvador Moreira rezidente na mesma, que tudo será da importancia de tres mil xerafins”*⁵⁸⁷. Foi herdeira da terça da progenitora. Joaquim

⁵⁸⁶ Veja-se neste anexo o título Costa, de Margão, ponto 8-VI).

⁵⁸⁷ Admitimos que o marido de Maria Francisca da Conceição Pereira e o filho primogénito de Francisco Barreto Xavier que também se chamou **Joaquim Piedade Barreto** sejam a mesma pessoa. Assim sendo importa juntar algumas notas relativas a esta família – todas extraídas do testamento de mão comum feito pelo mesmo Francisco Barreto Xavier e sua mulher em 1811 (cfr. anexo II: testamentos – N54).

1) ... BARRETO, casado com Moraram provavelmente em Margão e tiveram:

2-I) FRANCISCO BARRETO XAVIER, que segue;

2-II) Padre Vicente Barreto, da congregação do Oratório. Deixou em legado os bens sobre os quais fora constituído o património exigido para a sua ordenação (*“consistente na parte das Cazas, e huma tanga de Cunto Gutoca”*) ao seu irmão Francisco e mulher. Na mesma altura designou herdeiro um dos filhos do mesmo casal, Celestino Barreto Xavier;

2-II) Padre Caetano Estanislau Barreto;

2-II) Padre Jerónimo Barreto;

2-I) FRANCISCO BARRETO XAVIER, que segue. Casou com Ascensa Conceição da Silva, com quem morou em Margão. No testamento de mão comum a que já fizemos menção privilegiam os seus dois filhões varões casados: *“deixamos as nossas terças aos nossos filhos ditos Joaquim, e Celestino Cazados, e Consignamos nestas nossas terças as duas Cazas de nossas moradas, os Palmares Dorvolly em Vinte e huma addiçoens, Vangory por oito addiçoens dendavolly por tres addiçoens tudo encorporado em hum palmar, em que tem de foros limitados sete xerafins, tres tangas, tudo encorporado em hum palmar em que tem de foros digo tangas, e vinte e sete mais, que foi de Pascoal Collaço morador, que foi de São Mathias das Ilhas de Goa, e outro palmar Auzary pequeno do foro limitado sitos em Sancoale, que foi de Estevão Micael, e sua mulher, Francisca Dourado Viuva de Cazmiro (sic) Martins, e seos filhos moradores que forão em Chinchinim digo forão em Chincaly no bairro (sic) Bogmalo, e mais que faltar para as ditas terças se darão em outros bens com declaração de que as Cazas novamente fabricadas, que tem cinco Janelas, huma entrada, que ficão por Nascente ficarão por conta do dito nosso filho hum dos ditos Legatarios Celestino, e as outras, que ficão por Ponente (sic) em que tem nove Janelas, e huma entrada ao dito nosso filho legatario Joaquim. (...)Item declaramos, que o palmar que possuimos na Aldea Carmona chamado Callata, ou como na Verdade for he do Vinculo, que nelle suscede o dito nosso filho primogenito Joaquim”*. Ressalvam porém *“ que terão o dominio, e uzufruto das ditas nossas duas Cazas os ditos nossos filhos, que forem Clerigos, e Solteiros durante as suas Vidas da mesma sorte os nossos Irmaons, e Cunhados Padres Caetano Estanisláo Barreto e Jeronimo Barreto para nellas morarem junto com os legatarios”*. Foram os progenitores de:

3-I) JOAQUIM PIEDADE BARRETO, que segue;

3-II) Padre Bernardo Barreto;

3-III) Celestino Barreto Xavier, o qual já era casado em 1811;

3-IV) Padre José Manuel Barreto;

3-V) Maria da Purificação Barreto, que casou com Mariano Piedade Barreto, também natural de Margão, *“com o dotte de quatro mil e quinhentos xerafins, datas, e brinquinhos de mil quinhentos x.es alem de duzentos vinte, e cinco xerefins de Multa, e cento, e cinquenta xerefins de condemnação da Dispença”*;

3-VI) Ana Maria Barreto, solteira em 1811;

3-VII) Salvador Barreto, o qual era menorista no mesmo ano;

3-VIII) Deodato Barreto, também menorista em 1811;

3-IX) José Conceição Barreto;

Piedade Barreto e Maria Francisca do Rosário tiveram pelo menos **Francisco Barreto, José Agostinho Barreto, Diogo Barreto e António Manuel Barreto**;

Do primeiro casamento houve os seguintes filhos

4-I) Ana Bárbara Álvares, que casou com António Francisco Camilo de Albuquerque, de Margão, administrador de um dos vínculos de morgado da sua família. Já era viúva em 1805. A avó materna lembra no testamento que fez a dívida que havia sido contraída por ocasião do seu casamento: *“declaro, que o dito meo Genro Salvador Filipe Alvares levou emprestados dous mil nove centos xerafins para complemento de dotte das suas filhas minhas Nettas, filhas da dita minha filha Esperança Pereira, para primeira chamada Barbina mil e seis centos xerafins, e para segunda Anna Maria mil e trezentos xerafins fica devendo the o presente, que não pagou, nem proprio, nem ganhos, os quaes resarcirá aos meos herdeiros, ou dará disconto na partilha, que lhe cuber, que com esta obrigação lhe emprestey”*. Tiveram:

4-I-1) Eufregina (ou **Efregina**, ou ainda **Efrigénia**) **da Piedade Albuquerque**, a qual casou com João António Salvador Colaço. Foram os pais de:

a) Camilo Joaquim Torcato Colaço;

b) Filipe Nery Colaço, *“ex-director das alfandegas de Damão”*⁵⁸⁸. Casou com D. Jacinta Maria Bernardina Moniz, nascida naquela *praça do Norte* e filha de António Francisco Moniz e Ana Bernardina Pereira⁵⁸⁹;

c) Filipe da Piedade Damasceno Colaço;

d) Dulcina Natália (ou **Natália Dulcina**) Colaço, a qual casou com Salvador da Piedade e Silva, natural de Loutolim. Foram os avós maternos do poeta Adeodato Barreto⁵⁹⁰

e) Maria Bárbara Colaço, *“casada com o mesmo Salvador da Piedade em segundas nupcias”*⁵⁹¹;

4-I-2) Quitéria Esperança de Albuquerque, que casou com Vicente Agostinho Barreto, nascido em Rachol. Tiveram:

a) Constâncio José Barreto, natural de Rachol. Médico habilitado com carta de 16 de outubro de 1839⁵⁹²;

b) Rita Rosália Barreto, casada com Francisco Barreto;

4-II) Ana Maria Josefa da Conceição Álvares, casada com Paulo António da Conceição, de Chicalim. Tiveram:

4-II-1) Francisco José da Conceição;

3-X) António Barreto;

3-I) JOAQUIM PIEDADE BARRETO, que continua. Parece ser o indivíduo do mesmo nome que casou com Maria Francisca do Rosário Pereira.

⁵⁸⁸ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 71.

⁵⁸⁹ Veja-se neste anexo o título Álvares, de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 4-VIII).

⁵⁹⁰ Veja-se neste anexo o título Xavier, de Loutolim, ponto 5-VII-5), b).

⁵⁹¹ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 71.

⁵⁹² Consulte-se no anexo I: documentos avulsos – nº 203.

4-II-2) Cristóvão Filipe da Conceição, médico que obteve a sua carta a 27 de janeiro de 1838⁵⁹³. Estabeleceu-se em Bombaim e aí exerceu a sua atividade profissional;

4-II-3) Padre Filipe Caetano da Piedade da Conceição, “*ex-governador do bispado de Macau, ex-vigário de varias missões do territorio britannico, actual reitor do seminário de Rachol e conego honorario da sé de Goa, condecorado com o habito de Christo*”⁵⁹⁴. No mesmo sentido, mas de forma mais desenvolvida: “*Missionário, desembargador da Relação Eclesiástica, examinador sinodal, nasceu em Margão a 11-II-1814 e faleceu em Rachol a 9-X-1881 (...). Concluídos os estudos no seminário de Rachol, em 1834, e ordenado, a seguir, presbítero, missionou nas terras de Ceilão, onde lhe foi confiado, pelo governador do bispado de Cochim, o cargo de vigário-geral da ilha. O padre Conceição defendeu lá os direitos do Padroado, fazendo voltar para a jurisdição do mesmo Padroado os oratorianos de Goa que missionavam naquela ilha e se tinham baldeado para a Propaganda depois da extinção da Ordem. Em 1852 nomeado vigário-geral da vara de Poona reedificou ali a Igreja da Imaculada Conceição, cuja construção datava do tempo dos Peshvas. Em 1863 foi nomeado governador da diocese de Macau, que governou por quase quatro anos. Tendo regressado a Goa em 1866, aceitou o cargo de reitor do seminário de Rachol, onde faleceu, tendo sido sepultado no cemitério de Margão. Era cavaleiro da Ordem de Cristo*”. Deixou alguma obra publicada sobre temas pastorais, quase toda em inglês⁵⁹⁵;

4-II-4) Luís Francisco Fremioth da Conceição, médico graduado pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa; foi delegado da junta de saúde;

4-II-5) Maria Felicidade da Conceição, que casou com João Luís Caetano de Mello, de quem houve: (i) **Pedro Augusto Gonzaga de Mello**, o primeiro médico graduado pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa, “*cirurgião-mor*”⁵⁹⁶; (ii) **padre Augusto de Mello** e (iii) **José Filipe de Mello**, que foi juiz de paz da Raia;

4-II-6) Avelina da Conceição, que morreu solteira;

4-II-7) Esperança da Conceição, a qual também parece ter falecido solteira;

4-II-9) Natália da Conceição, que também não terá casado;

4-III) JOAQUIM MARIANO ÁLVARES DA COSTA, que segue;

Já referimos que Salvador Filipe da Piedade Álvares da Costa casou em segundas núpcias com Esperança Maria da Costa. Esta era filha de Bernardo Francisco da Costa e Teresa Angélica Barreto e portanto irmã do deputado e político *perista* Constâncio Roque da Costa⁵⁹⁷. Joaquim Bernardino Catão da Costa anota relativamente a esta sua tia: “*sabia ler e escrever, o que no seu tempo era rara excepção; e ainda hoje possui uma procuração passada em 1 de setembro de 1807 do seu proprio punho e virtude do privilegio de fôro de fidalgo de que gozava o seu marido*”⁵⁹⁸.

Foram filhos do segundo enlace de Salvador Filipe Álvares da Costa:

⁵⁹³ Id.

⁵⁹⁴ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 71.

⁵⁹⁵ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 189.

⁵⁹⁶ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 71.

⁵⁹⁷ Veja-se neste anexo o título Costa, de Margão, ponto 8-II).

⁵⁹⁸ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 18.

4-IV) D. Maria Aurora Manuela Álvares da Costa, que casou com Nicolau Lúcio da Conceição Lourenço – por vezes também chamado N. Luís Lourenço⁵⁹⁹. Este nascera em Margão e era filho de Caetano José Lourenço e Úrsula Colaço. Foi *médico por sua Majestade*, tendo recebido o respetivo diploma em 1813 após estudar no hospital real de Goa.

Tiveram:

4-IV-1) Padre António Filipe Lourenço, “*endoutorado em Roma em theologia ex-reitor do seminário de Chorão, e ex-vigário geral* (entre 1853 e 1859)”⁶⁰⁰. Em Roma também se graduou em cânones. Desembargador da Relação de Goa e sócio da Academia das Ciências de Lisboa, foi o último reitor daquele seminário. Depois do fecho da instituição “*passou (...) a servir de professor em Rachol, fixando a sua residência em Margão, donde era natural*”⁶⁰¹;

4-IV-2) D. Maria da Piedade Lourenço, a qual casou com o *morgado*⁶⁰² José Salvador Colaço, administrador de um vínculo herdado dos seus maiores, filho de António Luís Colaço e Ana Joaquina Especiosa Xavier⁶⁰³. Tiveram geração, nomeadamente:

a) Caetano Florêncio Colaço, nascido em Margão, médico graduado pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa. Serviu em Moçambique onde se destacou no combate à cólera. Tal valeu-lhe a ordem de Cristo em 1859. Fátima Gracías inclui o seu nome entre os dos médicos goeses que se distinguiram no exército⁶⁰⁴. Casou com Clara de Albuquerque, de quem houve pelo menos **Ana Matilde Colaço**. Esta casou com Pascoal João Ligório Barreto, tendo nascido deste enlace D. Ana Clara Júlia Barreto. D. Ana Clara Júlia casou com o médico Joaquim Grevy de Albuquerque, o qual descendia e era herdeiro da família Silva e Albuquerque de Margão. Entre os seus antepassados encontrava-se Joel Joaquim Colaço de Albuquerque, que recebeu carta de brasão de armas em 1832. Lê-se no requerimento inicial dos seus autos de justificação de nobreza⁶⁰⁵:

“Ill.mo Snr.

Diz Joel Joaquim Collaço de Albuquerque, natural da Villa de Margão de Salsête, nos Estados da India, que para poder requerer o seu Brazão d’Armas, que por seus antepassados lhe compete, perciza Justificar perante V. S.a os Items seguintes.

1.o Que o Supp.te he filho legitimo de Antonio Vicente da Silva Albuquerque, e de sua mulher D. Rozaura Maria Collaço de Albuquerque.

2.o Que he segundo neto, por parte paterna de José Collaço, Escudeiro Fidalgo da Caza de Sua Magestade, acrescendo ao de Cavalleiro Fidalgo como se mostra pelo documento junto.

3.o Que he legitimo Sobrinho pelo mesmo lado de José Francisco Hercules Collaço, tambem Escudeiro Fidalgo da Caza de Sua Magestade, acrescendo ao de Cavalleiro Fidalgo, o que tambem se ve do mesmo documento.

⁵⁹⁹ Id., *ibid.*, 17; Xavier, Francisco João (atrib.) (1893).

⁶⁰⁰ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 17.

⁶⁰¹ Saldanha, M. J. Gabriel de (1990), vol. II, 249. No mesmo sentido, salientando ter sido “*por muito anos professor de Teologia no Real Seminario de Rachol*” – Cunha, António Maria da (1925), 95.

⁶⁰² Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 17.

⁶⁰³ Consulte-se neste anexo o título Xavier, de Loutolim, ponto 6-VI-3).

⁶⁰⁴ Gracías, Fátima da Silva (1994), 192.

⁶⁰⁵ ANTT, autos de justificação de nobreza: Joel Joaquim Colaço de Albuquerque (1732 – Margão); feitos findos/justificações de nobreza, maço 17, nº 4.

4.o *Que tanto o Supp.e como os referidos seus Pays, e Avós são pessoas Nobres, e descendentes de hum das mais Illustres e principaes Cazas da Provincia de Salsête, que sempre se tratarão á Ley da Nobreza, com Armas, Creados, e Cavallos, sem que em tempo algum comettem Crime de Leza Magestade, Devina, ou Humana*”.

Seguem-se (i) a transcrição do foro de cavaleiro acima referido, (ii) uma certidão do pároco de Margão devidamente autenticada relativa ao requerente e (iii) as inquirições propriamente ditas. Por estas últimas serem bastante pobres, limitamo-nos a reproduzir os dois documentos a que primeiro aludimos: “*Eu a Infanta Regente (...): Que hey por bem, e Me Praz fazer Mercê a Jozé Francisco Hercules Colaço, natural da Villa de Margão de Salsete, filho de Luiz Filippe Collaço, e neto de Jozé Colaço, Cavalleiro Fidalgo da Minha Caza, de o tomar por Escodeiro Fidalgo della, com quatrocentos e cinquenta reis de Moradia por mez e juntamente o acresceto logo a Cavalleiro Fidalgo com trezentos reis mais em sua Moradia, alem do que por este tem de Escodeiro Fidalgo, para que daqui em diante tenha, e haja setecentos, e cincoenta reis de Moradia por mez de Cavalleiro Fidalgo, e hum alqueire de cevada por dia; paga segundo Ordenança; e hé Foro, e Moradia que pelo seu Avó Paterno lhe pertence*” (portaria de 12 de fevereiro de 1827) e “*P.e Xavier Dias Paroco Confirmado desta Igreja da Vila de Margão de Salçete etc. Attesto que o meu Freguez Joel Joaquim Collaço de Albuquerque filho de Antonio Vicente da Sylva Albuquerque, e de D. Rozaura Maria Collaço de Albuquerque tem em Sua Caza Oratorio, onde se celebra frequentemente Missa, e tem posse(s) p.a Sustentar o estado do Foro de Fidalgo e p.r assim me pedir passey este. Igreja dita da Vila de Margão a 26 de Dezembro de 1829*”.

b) Luís Fernando Colaço, igualmente médico pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa. Depois de passar por Perném, Sanquelim e Angediva foi nomeado cirurgião em Angola. Morreu em Lisboa em 1909. Tal como o seu irmão mais velho, foi condecorado com a ordem de Cristo;

c) Manuel Agostinho Vicente Colaço, licenciado em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, foi igualmente médico em Angola. Terminou a carreira no posto de major-médico;

4-IV-3) D. Maria Angélica Lourenço, a qual casou com o “*tambem morgado*”⁶⁰⁶ Pedro Luís Gonzaga Colaço. Este era irmão do cirurgião militar José Joaquim Colaço e de Ana Rita Colaço, casada com Gregório Caetano Francisco Álvares da Costa⁶⁰⁷. Eram todos filhos de Caetano Sebastião Colaço, administrador de um vínculo (de capela?), e da sua mulher Aurora Maria Conceição Mafalda Colaço. Netos paternos do advogado *provisionário* Joaquim Francisco do Rosário Colaço, natural de Rachol, e de sua mulher Ana da Conceição Pereira (filha do “*advogado da Corte*” Matias Aleixo Pereira e Natália Colaço) e maternos de Lino Francisco Xavier Colaço (natural de Rachol, “*médico por sua Majestade*” diplomado em março de 1801⁶⁰⁸) e de Joana Vicência Ferrer da Silva.

Foram seus filhos:

a) Agostinho Vicente Timóteo Colaço, graduado em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa;

⁶⁰⁶ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 17.

⁶⁰⁷ Veja-se *infra* ponto 4-VII).

⁶⁰⁸ Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – n° 203.

b) Teodorico Guilherme Ildefonso Colaço, licenciado em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Casou com D. Maria Ana de Portugal e Castro, da família dos marqueses de Valença. Estabeleceu-se em Portugal;

c) Filipe Nery Francisco do Rosário Colaço, igualmente graduado em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa. Casou com D. Guiomar de Sequeira Nazaré, de quem teve **José Pedro António de Sequeira Nazaré do Rosário Colaço**, licenciado em direito pela Universidade de Lisboa e aqui falecido. Casado e com geração;

d) Caetano Plácido Colaço, também médico graduado pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa. Praticou clínica durante bastantes anos em Angola;

e) Padre João Manuel da Conceição Colaço;

4-IV-4) Caetano José Lourenço, natural de Margão. Advogado *provisionário*, estabeleceu-se em Macau e aí casou e morreu em 1876. Teve a seguinte geração do seu casamento com D. Rita Angelina Brandão Gomes:

a) D. Teresa Maria de Jesus Lourenço, nascida em Macau. Aí casou com Vicente Saturnino Pereira, nascido em Benaulim. À semelhança do seu futuro sogro, Saturnino Pereira foi um advogado *provisionário* que trocou Goa por Macau. De acordo com as informações que nos foram amavelmente prestadas por Pedro do Carmo Costa, foi presidente do Leal Senado. Recebeu a comenda de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e foi sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa. Tiveram vários filhos, dos quais um (Francisco Maria Xavier Pereira) licenciado em direito pela Universidade de Coimbra;

b) Eduardo Cirilo Lourenço, nascido em Macau, capitão de artilharia, comendador das ordens de S. Bento de Aviz e Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Casou com uma sobrinha, D. Maria Francisca Pereira, de quem teve geração;

4-IV-5) Agostinho Vicente Lourenço, que foi um dos mais conhecidos intelectuais goeses do século XIX. Das muitas que estão disponíveis, optámos por transcrever as notas biográficas que lhes dedicaram Rodrigo Wolfango Robusto e Miguel Vicente de Abreu. De acordo com o primeiro: *“de Margão, nascido em 8 de Março de 1822, médico e professor da Escola Médica de Goa, (Agostinho Vicente Lourenço) foi um génio criativo na ciência de química e homem de robusto talento, pois, com a vasta iniciação científica adquirida na sua terra natal veio a Portugal subvencionado pelas Camaras Agrarias de Goa, chegando a Lisboa em 30 de Junho de 1848. Mas, pela intervenção do Secretario Geral do Estado da India, Custódio Manuel Gomes, que foi seu companheiro de viagem, o Governo Português mandou abonar uma pensão de igual importância da mesada médica de 20.000 reis, com que ele vinha à metrópole, o que era insuficiente para poder prosseguir até a França. Assim conseguiu com a mesada total de 40.000 reis partir para a França para se aperfeiçoar em medicina, e para se dedicar aos estudos de Química Orgânica. Doutorado em Ciências Naturais pela Universidade de Paris e com o curso de Engenharia Civil pela Escola de Pontes e Calçadas de Paris, obteve o Diploma de Engenheiro pela Escola Central, tornando-se logo notável e sabio químico e o primeiro da India na Europa. Foi ele quem descobriu novos corpos químicos e novas reacções mencionadas no Dicionário de Química pura e aplicada de Wurtz e foi quem ainda introduziu a teoria atômica em Portugal. Foram importantes as suas descobertas e de tanto valor as suas comunicações, que por proposta dos sabios Dumas e Balard, a Academia das Ciências de Paris as mandou incluir no seu “Repositorio de Sabios Estrangeiros”. Foi discípulo do grande químico e sábio J. B. Dumas que muito o considerava e que lhe fez referências de maior elogio, chegando ainda a convida-lo para uma alta missão no Egipto, com o fim de desenvolver o estudo e dirigir os trabalhos da química*

nesse País, onde o Vice-Rei pretendia organizar o ensino das ciencias fisico-quimicas; doutro lado ofereceram-lhe tambem a Cadeira de Quimica e Toxicologia na Faculdade de Medicina de Lião, apesar-de ele ser estrangeiro. Mas Dr. Lourenço recusou-se a aceitar qualquer beneficio dum governo estrangeiro. Nesta altura, por indicação do Visconde de Vila Maior, o Presidente do Conselho do Governo Português, Duque de Loulé, fazia todos os esforços por intermédio do Ministro de Portugal, em Paris, Conde de Lavradio, para o Dr. Agostinho Lourenço vir ocupar a cadeira da quimica organica na Escola Politecnica em Lisboa. Afinal veio a Lisboa em 1861 ocupar essa cadeira na Escola Politecnica. Foi professor muito distinto e uma das maiores figuras portuguesas que foram passar pelas Catedras da antiga Escola Politecnica, tais como José Estevão Coelho de Magalhães, Latino Coelho, Mariano Carvalho, Antonio Augusto de Aguiar, Ficalho, Andrade Corvo, etc.. Deixou trabalhos notaveis sobre a teoria atômica, descobriu alguns álcoois polietilénicos e descreveu varios glicois e glicerinas. Era afinal um homem de ciencia: era incontestavelmente um sabio. Conforme o seu biógrafo, Snr. Eduardo Burnay, no seu elogio histórico, lido na sessão pública da Academia das Ciências de Lisboa, em 17 de Dezembro de 1893, foi o Dr. Agostinho o primeiro quimico português. Na França, os sábios químicos apelidaram-no, em alusão á sua pequena estatura, de “Petit Savant” em química, e em Portugal tornou-se muito prominente na classe médica. Veio a falecer em Fevereiro de 1893 e foi enterrado em um Mausoleu do Estado no cemitério dos Prazeres, em Lisboa. A uma das ruas de Lisboa foi dado o seu nome”⁶⁰⁹. De acordo com Vicente de Abreu: “Agostinho Vicente Lourenço, bramané, tambem de Margão, socio effectivo d’academia real das sciencias de Lisboa que foi para Portugal em 1848; – doutorou-se pela universidade de Pariz, em sciencias naturaes, teve o diploma de engenheiro civil pela escola central das artes e manufacturas daquela capital, escola que é reputada como uma das melhores da Europa, e de licenciado em sciencias pela faculdade de sciencias tambem de Pariz, diploma que obteve por exames vagos theoricos e práticos, sendo classificado pelos examinadores com o titulo de = jeune savant portugais = é condecorado com commendas nacionaes e extrangeiras como distincto naturalista, e como tal nomeado para commissões e excursões scientificas importantes de Portugal para as cidades extrangeiras de Europa. O sr. dr. Lourenço é hoje em Lisboa encarregado do estudo da hydrologia medica do reino e tem escrito e publicado importantes relatorios taes como = Relatorio sobra as aguas mineras do concelho de Chaves publicado no Diario de Lisboa e transcripto na Gazeta medica do anno de 1865; – 2.o Dito de analyse das aguas de Vidago publicado no Jornal da sociedade medica de Lisboa de 1865 e 66 – 3.o Investigações acerca da syntese dos alcools monoatomicos publicadas no jornal das sciencias mathematicas e physicas sob os auspicios da academia real das sciencias de Lisboa. Na India fôra o sr. dr. Lourenço premiado no 1.o anno mathematico e em todos os do curso da escola medico-cirurgica de Goa; foi lente substituto da mesma escola e mandado para Portugal á custa das camaras agrarias para estudar as sciencias naturaes, com a prestação de 20\$000 réis fortes, que posteriormente se elevou a 40\$000 para ir aperfeiçoar-se nos ditos estudos em França e Alemanha, e se gastou com este distincto estudante 1.284\$404 do cofre de Portugal e 10.913\$334 das camarias agrarias de Goa. Foi nomeado lente da escola polytechnica por decreto de 28 de agosto de 1862. Tanto o sr. dr. Lourenço como o dr. Izidoro Baptista⁶¹⁰ cazaram-se em França com senhoras muito instruidas, ajudando ambas os seus maridos nos trabalhos do bofete (...). O sr. dr. Lourenço, quando foi requisitado em 1859 pelo governador geral da India conde de Torres Novas em officio n.o 120 de 5 de 1861, como eu já disse no folheto da aula de chimica §XXXVII, pediu a prorrogação para se demorar em França e concluir os seus estudos, juntando documentos do seu aproveitamento; – esta licença lhe foi concedida pela regia portaria n.o 96 de 9 de julho de 1859”⁶¹¹. Foi igualmente engenheiro-chefe

⁶⁰⁹ Robusto, Rodrigo Wolfango (1953), 60 e 61.

⁶¹⁰ Veja-se neste título ponto 4-V-1).

⁶¹¹ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 12 e 13.

de 1ª classe do ministério das obras públicas⁶¹². António Maria da Cunha não deixa por outro lado de prestar alguns esclarecimentos importantes relativamente à sua família: *“O Doutor Lourenço era casado com uma senhora francesa, Madame Eugenie Rosalie Montagnon Angelin Lourenço, e tinha a sua fidalga e hospitaleira casa em Lisboa, na rua da Escola Politécnica, onde ambos recebiam galhardamente os seus patricios junto com a alta sociedade lisbonense. Morreram os dois, um atrás do outro, em poucos dias, primeiro o marido e logo depois a esposa, em Fevereiro de 1892”*⁶¹³;

5-IV-6) Faustino Maria Lourenço, advogado *provisionário* e escrivão da fazenda.

Casou com Maria Esperança da Piedade Álvares⁶¹⁴ e teve desta senhora:

a) D. Maria Angelina da Expectação Lourenço, nascida em Margão a 20 de dezembro de 1859. Aí casou no dia 2 de março de 1889 com Francisco de Sales da Cunha⁶¹⁵, escrivão da fazenda. Com geração. D. Maria Angelina morreu em Pangim no dia 31 de agosto de 1900 *“dum parto laborioso”*⁶¹⁶

b) D. Maria Aurora Lourenço, que casou com o seu primo Francisco Ernesto Lourenço. Este era graduado em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa e delegado de saúde de Bicholim, nas *Novas Conquistas*⁶¹⁷. Com geração;

c) Nicolau Lúcio Lourenço, engenheiro diplomado em Paris, trabalhou primeiro em Lisboa e depois no Brasil, onde se domiciliou e veio a morrer. Casado e com geração;

d) Manuel Agostinho Lourenço, licenciado pela Escola Politécnica de Lisboa, também se fixou no Brasil onde deu aulas de física e química no ensino secundário;

4-V) D. Ana Esmeralda Álvares, a qual casou Narciso José Baptista, escrivão e guarda-mor interino da Relação de Goa, nascido em Loutolim, filho de Caetano Salvador Baptista e D. Luísa Maria Baptista d’Andrade. Narciso José Baptista era irmão de D. Maria Severina Baptista, casada com Mariano José da Conceição da Rocha, de Aldoná.

Tiveram:

4-V-1) Isidoro Emiliano da Expectação Salvador Baptista, mais conhecido por **Isidoro Emílio Baptista**. Nasceu em Loutolim a 24 de setembro de 1815, tendo sido aí batizado cinco dias volvidos. Rumou para Coimbra em 1839, acompanhado pelos seus dois irmãos Luís e Joaquim, com o propósito de prosseguirem estudos na universidade. Isidoro Emílio Baptista matriculou-se, naquela escola, primeiro em matemática e filosofia (a 15 de outubro do referido ano) e, depois, em medicina no dia 4 de outubro de 1841⁶¹⁸. Existem várias biografias deste professor da Escola Politécnica escritas ao longo dos séculos XIX e XX. A título meramente exemplificativo, relembremos três. Por um lado, a que encontramos nos apontamentos manuscritos de Gomes Catão, o qual se centra sobretudo nos avoengos do biografado: *“Este nosso ilustre conterrâneo que tanto honrou o nosso país com o fulgor da sua inteligência privilegiada nos centros culturais da Europa, tinha na sua ascendência pessoas distintas. Luís João Baptista era advogado da Corte por carta de 21 de Junho de 1816; Vicente João Baptista, cirurgião, por carta de 30 de Dez- de*

⁶¹² Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 225. Este autor faz uma relação detalhada das obras publicadas por Agostinho Vicente Lourenço. A título complementar consulte-se Gracias, Fátima da Silva (1994), 186 e 187.

⁶¹³ Cunha, António Maria da (1925), 96.

⁶¹⁴ Veja-se neste título o ponto 3-X-8), e). Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 17 e 75.

⁶¹⁵ Veja-se o título Cunha, de Arporá, ponto 7-III).

⁶¹⁶ Cunha, António Maria da (1925), 96.

⁶¹⁷ Veja-se o título Xavier, de Loutolim, ponto 8-III-2).

⁶¹⁸ Veja-se o anexo V – estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Isidoro Emílio Baptista).

1797; e Joaquim Sebastião, médico por Sua Magestade por carta de 14 de Maio de 1830, os Padres Pedro Paulo Baptista (ord. a 20-12-1765); Bernardo Jose Antonio Baptista (ord. a 19-9-1772); Camilo Caetano Piedade Baptista (ord. 19-9-1801). É pois, no seio desta familia que nasceu Isidoro Emilio Baptista, em Loutolim, aos 24 de Setembro de 1815”⁶¹⁹.

Por outro, Vicente de Abreu debruça-se já sobre a sua carreira: “*Isidoro Emilio Baptista, foi lente da escola polytechnica, bacharel em medicina e philosophia pela universidade de Coimbra; passou em 1847 a Pariz, lá frequentou por sete annos o curso da historia natural no museu pariziense, doutorou-se em medicina, obteve o grão de licenciado em sciencias naturaes e voltou a Lisboa em 1854 aonde immediatamente foi nomeado lente de montanistica e docimasia na escola polytechnica, e a academia real de sciencias fe-lo socio effectivo na classe das sciencias mathematicas e naturaes. Esteve tambem na Hespanha e Italia; foi membro vitalicio da sociedade geológica de França e do conselho geral das obras publicas e minas e inspecção dos caminhos de ferro de Lisboa a Madrid, cavalleiro da ordem da Conceição e da de Carlos 3.o de Hespanha, auctor de importantes relatorios technicos. Nasceu em Goa a 24 de setembro de 1815, e falleceu em Lisboa, aos 17 de outubro de 1863, de 48 annos de idade. Escreveu 4 folhetos – 1.o Geometria em progresso – 2.o These pour le doctorat en medicine, presentée et soutenue à la faculté de medicine de Paris – 3.o Discussão dos caracteres distinctos da familia das paronycheaceas etc. – 4.o Estudos sobre a theoria analytica dos poliedros etc. – Foi collaborador do jornal – O Rei e Ordem – Revista academica de Coimbra – Archivo rural*⁶²⁰, e diversos outros jornaes scientificos e litterarios de Portugal”⁶²¹.

Finalmente, escreveu Rodrigo Wolfango Robusto: “*Na geologia e mineralogia, o Dr. Isidoro Emilio Baptista, natural de Loutolim, foi muito notavel, tendo sido um dos percursores dos estudos geológicos e primeiro professor de geologia e mineraligia da Escola Politecnica, ciências que anteriormente não eram ensinadas em Portugal. Nos seus anais, a Escola Politecnica Lisbonense regista o facto inédito de ter sido criada uma cadeira especial para se aproveitar da sua competencia e dela foi Professor da Cadeira de montanistica de docimasia. Foi doutor e medicina e licenciado em Ciências Naturais pela Universidade de Paris, e deixou farta colaboração nos jornais científicos dos meados do século passado, e sido sócio da Academia das Ciencias de Lisboa*”⁶²².

Refira-se ainda ter sido Isidoro Emílio Baptista o autor da mais antiga planta topográfica de Coimbra (1845), motivo pelo qual foi recentemente atribuído o seu nome a uma das ruas da cidade.

Filipe Pinheiro de Campos cedeu-nos amavelmente os dados que logrou recolher no trabalho de investigação genealógica que tem desenvolvido relativamente à vida familiar de Isidoro Emílio Baptista em Lisboa. Assim, ficámos a saber que o mesmo batizara solenemente, no dia 7 de abril de 1856, na freguesia de S. José, um filho a quem foi dado o nome de **Joaquim Narciso Renato Descartes**, o qual havia nascido a 5 de outubro do mesmo ano. O progenitor é referido como “*Doutor em Medicina, natural de Lotulim*”, anotando-se ser a mãe do batizado, D. Constança Pulquéria Pevrieu, natural de “*Port-Saint-Pim, Departamento do Sena inferior, em França*”. Isidoro Emílio Baptista e D. Constança Pevrieu tinham sido “*recebidos na Parochia de Saint Gervais, em Paris*”. Joaquim Narciso foi apadrinhado pelo conselheiro José Ferreira Pestana, antigo governador do Estado da Índia – o que inegavelmente espelha as boas relações que existiam entre o mesmo e alguns dos elementos das elites *naturais* católicas domiciliadas em Lisboa, como

⁶¹⁹ XCHR – Manuscritos: Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias diversas*, sem cota (fundo Gomes Catão).

⁶²⁰ Trata-se, como é bom de ver, de uma listagem elaborada de forma assaz rudimentar. Para uma relação correta e completa da bibliografia de Isidoro Emílio Baptista, é fundamental consultar Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I., 85 e 86.

⁶²¹ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 7 e 8.

⁶²² Robusto, Rodrigo Wolfango (1953), 61 e 62.

era o caso de Baptista – e por D. Ana Leopoldina Carolina Baptista Ferreira (“*residente em Nova Goa, na India Portuguesa, por sua Procuradora a Excellentissima D. Mathilde Emilia (sic) Lecor Pestana*, mulher de Ferreira Pestana), tia do batizado. Dois anos volvidos, a 25 de abril de 1858, é a vez de ser batizado outro filho do casal, **Luís Gastão Daniel Gualdino** (nascido no dia 10 de fevereiro). Foi apadrinhado por Daniel Augusto da Silva, “*Lente da Escola Naval de Lisboa*” e por outra tia, D. Elisa Adelaide Baptista Gouveia, moradora em Nova Goa – os quais, por não se acharem presentes, foram representados respetivamente por Fernando de Magalhães Villas-Boas, “*Major do Estado Maior*”, e D. Carolina de Magalhães Pinheiro Ferreira. O pai já é dado como “*Lente da Escola Polytechnica de Lisboa*”, mantendo-se a família a residir “*na Rua Occidental do Passeio*”.

O filho referido em primeiro lugar, comumente conhecido por **Renato Baptista**, foi capitão de engenharia e “*lente da Escola do Exercito e Engenheiro da Camara Municipal de Lisboa, onde o seu nome designa uma das ruas da capital*”⁶²³.

Para além dos dois filhos acima referidos, Isidoro Baptista e D. Constança Prévieu tiveram uma filha, **D. Virgínia Baptista**. Esta casou com Baltasar Radich, grande comerciante e capitalista lisboeta de ascendência austríaca, fundador e redator do “*Jornal do Comércio*”, de quem houve **Raul Baptista Radich**. Este, por sua vez, casou com D. Carolina Piacentini, de quem teve **D. Virgínia Luísa Maria Piacentini Radich**, a qual veio a contrair matrimónio com o jurista e professor de direito goês (se bem que estabelecido em Lisboa) Luís da Cunha Gonçalves.

Note-se finalmente o que Vicente de Abreu registou sobre a mulher de Isidoro Baptista: “*Tanto o sr. dr. Lourenço como o dr. Izidoro Baptista cazaram-se em França com senhoras muito instruídas, ajudando ambas os seus maridos nos trabalhos do bofete, e hoje a viuva do 2.o é directora d’uma escola de meninas em Lisboa que lhe dá para a sua subsistencia, poisque o marido morreu pobre deixando em desamparo tres filhinhos menores*”⁶²⁴;

4-V-2) Joaquim Salvador Baptista, o qual nasceu em Loutolim, onde foi batizado a 29 de junho de 1818. Matriculado em direito na universidade de Coimbra no dia 16 de outubro de 1840⁶²⁵, optou, após a licenciatura, pela magistratura. Diz-nos Vicente de Abreu: “*bramane, que tambem em 1839 foi (para Coimbra) em companhia do seu irmão dr. Izidoro Emilio Baptista; foi graduado em 1845, e despachado juiz de direito substituto de S. Thomé e Principe em 15 de março de 1848; deste lugar passou a juiz de direito effectivo e depois juiz da relação de Angola em 1855, anno em que falleceu (pelo que não chegou a tomar posse). Eis a noticia da sua morte que trouxe o Diario do governo n.o 42 de 19 de fevereiro de 1856 transcripta no Boletim n.o 25 de 1.o de abril do mesmo anno*”. E passa a reproduzi-la: “*O sr. dr. Joaquim Salvador Baptista já não existe. Falleceu no dia 9 de dezembro de 1855, pelas 9 horas da manhã, na cidade de Loanda, aonde fôra em comissão do serviço, na qualidade de juiz de direito da comarca das ilhas de S. Thomé e Principe, e encontrando ahi o decreto de 23 de fevereiro de 1855, pelo qual sua magestade houve por bem nomea-lo juiz da relação de Angola. Aguardava a chegada dos outros juiizes, para entrar no exercicio de tão elevado cargo. O sr. dr. J. S. Baptista, filho de Narciso José Baptista, natural de Loutolim de Salcete, estado da India, era cavalleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição, e contava 39 annos de idade. A sua independencia igualava a sua honradez. O estado*

⁶²³ Robusto, Rodrigo Wolfango (1953), 62. Aleixo Costa dedica-lhe uma nota biobibliográfica muito mais detalhada, referindo designadamente a sua passagem por Moçambique e pelo gabinete do ministro da guerra. Foi ajudante de campo de D. Carlos, tendo recebido as cruzes de Avis, de Santiago, Cristo, bem como a Legião de Honra. Deixou alguma obra publicada, sobretudo de natureza técnica. Deve-se-lhe, porém, igualmente a versão francesa de *A Morgadinha de Val-Flor*, de Pinheiro Chagas – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 86 e 87.

⁶²⁴ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 13.

⁶²⁵ Veja-se o anexo V – estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Joaquim Salvador Baptista).

*perdeu hum empregado exemploar: os parentes e os numerosos amigos do fallecido sentem a falta do amigo virtuoso. A terra lhe seja leve”*⁶²⁶.

4-V-3) Luís António Baptista, nascido em Loutolim a 13 de setembro de 1821, foi aí batizado no dia 16 do mesmo mês e ano, tendo por padrinhos Pedro Joaquim de Miranda e D. Maria Teresa Gomes. Igualmente licenciado em direito pela universidade de Coimbra, na qual se matriculou a 16 de outubro de 1840⁶²⁷. Depois de uma passagem por Luanda, fixou-se no Brasil, onde se dedicou com grande sucesso à vida comercial e morreu solteiro⁶²⁸;

4-V-4) D. Jacinta Clara Baptista (também por vezes chamada **Clara Jacinta**), casada com Francisco Xavier Peres, contador geral da fazenda do Estado, vogal do 18º conselho de governo, em 1855, sócio da Companhia Comercial de Goa e da Sociedade Patriótica dos Baldios das Novas Conquistas, agraciado com o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo. Era filho de Joaquim Salvador Peres, que fora igualmente contador geral da fazenda, para além de capitão das milícias de Salsete, e de sua mulher Maria Quitéria de Figueiredo; e irmão de **José Avelino Peres** (contador da fazenda e sócio da Companhia Comercial de Goa) e do cónego **Caetano João Peres**, governador da arquidiocese de Goa e personalidade marcante na época⁶²⁹. Tiveram:

a) Joaquim Salvador Gustavo Adolfo Peres, médico-cirurgião graduado pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa, exerceu no entanto funções de depositário da fazenda na comarca das Ilhas⁶³⁰. Foi ele quem comprou o solar dos Sottomayor Telles (uma família da elite *descendente*) em Panelim, onde passou a residir. Foi o herdeiro do seu tio cónego Caetano João Peres, tendo participado na trasladação da ossada deste cónego para o cruzeiro da Sé de Goa⁶³¹. Sócio do instituto Vasco da Gama, terá escrito, usando o pseudónimo “P”, em 1878 *O Devoto de S. Francisco Xavier, milagroso Apostolo, Defensor e Patrono das Indias*. Casou com Maria da Conceição Lucília Regina da Costa, natural de Margão, de quem teve dois filhos: **Jacinta Maria Angélica Peres** e **Caetano João Peres**. Aquela veio a casar com Sócrates de Sousa e Noronha, que Aleixo Costa caracteriza como “*funcionário distinto, da antiga Secretaria-Geral do Governo, deste Estado, onde ocupou o lugar de chefe da Secção do Exterior*” e “*Inteligência culta*”, tendo deixado alguma obra escrita, boa parte da qual dispersa por vários periódicos goeses⁶³². Com geração⁶³³. Caetano João Peres casou D. Clotildes Monteiro, de Candolim, filha do advogado *provisionário* Gustavo Valério Tibúrcio Monteiro e de sua mulher Cristalina Esmeralda Pinto, de quem houve geração⁶³⁴;

b) Padre Leandro Xavier das Dores Peres;

⁶²⁶ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 14 e 15.

⁶²⁷ Veja-se o anexo V – estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Luís António Baptista).

⁶²⁸ Di-lo Vicente de Abreu: “*por muitos annos foi secretario da commissão mixta em Loanda de que desistiu e foi para o Brazil, aonde se tornou um negociante opulento e morreu solteiro, deixando, segundo nos informam, uma grande fortuna*” – Abreu, Miguel Vicente de (1874), 20.

⁶²⁹ Para mais dados sobre a sua biografia, consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 59.

⁶³⁰ Encontrámos algumas alusões esparsas ao facto de ter estado preso, provavelmente em virtude de alegadas irregularidades no exercício daquele emprego, tendo sido entretanto absolvido.

⁶³¹ Lavrou-se então o seguinte epitáfio: “*Á muy saudosa memoria/ do M.to R.do/ P.e Caetano João Peres/ Cavalleiro da Ordem de Christo/ Mestre Eschola da Sé Primacial/ Desembargador da Relação Ecclesiastica/ Provisor e Governador/ do/ Arcebispado de Goa/ Varão douto e esclarecido, acerrimo/ defensor do Padroado Portuguez/ e que/ por seus prestimos, occupou varias/ commissões importantes e hon/rosas,/ vindo a fallecer aos 24 de janeiro/de 1860/ Tendo de idade 54 annos menos/ 19 dias/ Na Casa Professa do Bom Jesus/ da qual foi administrador/ dedica esta lapida/ em homenagem de affecto e gratidão/ o seu sobrinho/ Joaquim Gustavo Adolpho Peres/ A sua prematura morte foi geralmente deplorada/ E o seus restos mortaes/ sepultados no cemiterio desta Sé/ forão trasladados a este jazigo/ aos 24 de Janeiro de 1869/ P. N. e A. M.*”.

⁶³² Dela se destacam três almanaques ao gosto da época (correspondentes aos anos de 1885, 1886 e 1887), um elogio fúnebre de João Bernardo Heitor de Ataíde (consulte-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Ataíde, de Salém, ponto 6-II) e um romance “*sobre Goa*” intitulado *O anel cabalístico. Scenas indianas* – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 364 e 365.

⁶³³ Indicada no título Melo, da Raia, § 2, ponto 4-VII-3).

⁶³⁴ Consulte-se neste anexo os títulos Monteiro, de Candolim, ponto 12-III) e Quadros, de Loutolim, ponto 4-VII-5), f).

c) **D. Maria Luísa Quitéria Peres**, a qual casou com Miguel Vicente de Abreu, oficial da secretaria geral do governo e historiador inúmeras vezes citado neste estudo, ao qual nos referimos, no presente título, no ponto 3-VII-2), a);

d) **D. Luciana Maria Angélica Peres**, que casou com Paulo Emílio Cabral, de Divar, filho de António Vicente Cabral e de D. Maria Ângela do Rosário. A sua mãe era irmã do cônego Joaquim Francisco do Rosário, que foi governador da arquidiocese de Goa (do qual Paulo Emílio foi herdeiro) e do médico Caetano Baptista do Rosário. Ambos os irmãos Rosário passaram parte da vida em Bombaim, onde Luís Filipe do Rosário se fixou, tendo o seu filho Luís Filipe do Rosário casado com uma das filhas do abastado comerciante de origem goesa *sir* Roger de Faria⁶³⁵. O pai, por outro lado, tinha servido como tenente nos exércitos maratas e era primo do capitão Caetano António Mathias Cabral, casado com Maria Antónia Pinto, de Candolim⁶³⁶. Morreu na Piedade em maio de 1828.

Foi filho deste casal **Luís António Xavier Cabral**, médico, o qual casou com Mariana Carolina Armanda Cornélia Martins⁶³⁷. Uma filha destes últimos, **Maria Laura Júlia Cabral**, veio, por sua vez, a casar com António Xavier Gomes Pereira⁶³⁸, um dos mais bem-sucedidos advogados *provisionários* da época;

4-V-5) D. Leopoldina Carolina Baptista, casada com o advogado *provisionário* Jerónimo Francisco Ferreira. Este repartiu a sua vida entre Moçambique e Goa. Durante o período em que habitou aquele território africano, para além da atividade comercial, desempenhou funções de tenente-coronel de milícias, auditor da gente de guerra e administrador do correio marítimo. Em Goa foi procurador à junta geral do distrito, vereador da câmara municipal das Ilhas, administrador do concelho das ilhas e contador geral da fazenda pública. Dedicou-se igualmente à agricultura, nas propriedades que possuía quer em Tissuary, quer na sua ilha de Ponolém, próxima à de Corjuém (sendo esta última propriedade do seu irmão João Filipe Ferreira⁶³⁹)

Floriano Barreto transcreve uma breve nota relativa a Ponolém na biografia que dedicou a João Filipe Ferreira: “*Situada proximo do Corjuém e banhada pelo mesmo braço de rio, esta ilha pertenceu a Jeronimo Francisco Ferreira que a melhorou consideravelmente, dando impulso á sua agricultura. Foi elle tambem um cidadão prestante e occupou varios cargos importantes, como os d’Administrador do concelho das Ilhas, Tenente-coronel das milicias de Moçambique, Contador geral da fazenda publica, Auditor da gente de guerra de Moçambique, Vereador da Camara Municipal das Ilhas e Procurador á junta geral do districto de Gôa, Administrador do correio marítimo de Moçambique, e era advogado e cavalleiro da ordem de N.S. Jesus Christo*”⁶⁴⁰

Se bem que não o implicando diretamente no tráfico de escravos, José Capela inclui-o no seu *Dicionário de Negreiros*, dando-o como correspondente ou agente da companhia comercial da baía de Lourenço Marques em 1830⁶⁴¹. Referindo-se à sua vida depois do regresso a Goa, Floriano Barreto frisa que Jerónimo Francisco “*occupou distinctas posições na sociedade*”⁶⁴².

⁶³⁵ Consulte-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Brás de Sá, de Chorão, ponto 5-I-1), a).

⁶³⁶ Veja-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Pinto, de Candolim, ponto 7-X).

⁶³⁷ Mário Cabral e Sá, descendente desta família, publicou recentemente num jornal goês, o “The Navhind Times” algumas memórias relativas a estes personagens, cuja leitura, a título complementar, aconselhamos. Muitas vezes, é graças a pequenas historietas familiares como as que Cabral e Sá recolheu que se consegue perceber melhor o quotidiano das elites *naturais* católicas – <http://www.navhindtimes.in/panorama/good-story>, <http://www.navhindtimes.in/panorama/killing-go-a-name-development> e

⁶³⁸ Consulte-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Gomes, de Siolim, ponto 5-IV-1).

⁶³⁹ Veja-se, *infra*, notas ao ponto 3-VII-2).

⁶⁴⁰ Barreto, Floriano (1904), 22.

⁶⁴¹ Capela, José (2007), 188.

⁶⁴² Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 179.

Não houve geração deste casal;

4-V-6) D. Elisa Adelaide Baptista, a qual casou com Pedro de Gouveia, que parece ser originário de Chorão, de quem teve geração;

4-VI) D. Ana Joaquina Albina Pulquéria Álvares, que casou com António João de Figueiredo, de Loutolim, almoxarife do arsenal da marinha e abastado proprietário. Com geração⁶⁴³;

4-VII) Gregório Caetano Francisco Álvares da Costa, casado com a já referida Ana Rita Colaço⁶⁴⁴. Tiveram:

4-VII-1) Salvador Filipe Franklin Álvares, “*medico e cirurgião-mor de caçadores*”⁶⁴⁵;

4-VII-2) João Jacques Floriano Álvares, “*medico e cirurgião-mor estabelecido em Macau*”. Nasceu em Margão em 1819 e morreu em Macau em 1885, onde se tinha há muito fixado e casado (com D. Ana Maria Brandão Gomes). Graduado pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa, foi cirurgião-mor do batalhão nacional de Macau. Devido aos serviços que prestou durante a epidemia de cólera que assolou aquela cidade em 1889 foi condecorado com a ordem da Torre e Espada. Teve numerosa geração, da qual conhecemos:

a) **D. Augusta Maria Juliana Álvares**, que casou com o coronel Joaquim Augusto Tomé dos Santos, o qual foi comandante militar e governador interino de Macau;

4-VII-3) Luciano Frederico Álvares, “*médico-cirurgião*”;

4-VII-4) Mariano Francisco Álvares, “*professor do inglez em Macau*”;

4-VII-5) Marciano Álvares;

4-III) JOAQUIM MARIANO ÁLVARES DA COSTA, que continua. De acordo com o biógrafo familiar: “*foi advogado e occupou os cargos de administrador das alfandegas, de auditor de gente de guerra, ouvidor geral do civil e crime de todas as tres comarcas, juiz das comunidades, de membro da junta de justiça pela expulsão dos desembargadores em 1822, de juiz de relação e de capitão de milicias. Foi cavalleiro da ordem de S. Thiago e fidalgo da casa real*”⁶⁴⁶. Casou com D. Rafaela Quitéria Lourenço, de quem teve:

5-I) SALVADOR FILIPE ÁLVARES DA COSTA, que segue;

5-II) Manuel José Álvares da Costa, tenente de artilharia;

5-III) D. Esperança Álvares, que casou com José Francisco Hércules Colaço, “*advogado e fidalgo*”, administrador particular de Satary, administrador do morgado de Nuvem. Desempenhou cargos judiciais na segunda metade da década de trinta do século XIX: delegado do procurador régio da comarca das Ilhas entre 1835 e 1837 e juiz direito interino de Bardez em 1837. Foi, à semelhança do seu antepassado José Colaço, escudeiro e cavaleiro fidalgo da casa real por decreto de 12 de fevereiro de 1827⁶⁴⁷;

5-IV) José Filipe Álvares, que apesar de ser advogado *provisionário* se dedicou sobretudo ao ensino de latim em Margão. É descrito na *Genealogia* como “*homem de raro talento, incyclopedia viva das nossas antiguidades, repertorio de todas as peças publicadas nas folhas officiaes* (Chronica de Goa, e Boletim

⁶⁴³ Veja-se neste anexo o título Figueiredo, de Loutolim, ponto 3-IV).

⁶⁴⁴ Veja-se *supra* ponto 4-IV-3).

⁶⁴⁵ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 17.

⁶⁴⁶ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 71.

⁶⁴⁷ Costa, Pedro do Carmo (2003). Xavier, Filipe Nery (1862), 126.

do Governo) desde a sua origem, d'uma retentiva pasmosa auxiliada de solidez do discurso”⁶⁴⁸. Casou com a sua conterrânea e prima D. Ana Josefina Artemisia da Costa, filha de Constâncio Roque da Costa e D. Ana Clara Constância Carlota Álvares da Costa⁶⁴⁹. Tiveram vários filhos, dos quais conhecemos:

5-IV-1) Filipe Nery Floriano Álvares, natural de Margão, tabelião público de notas da comarca de Salsete. Casou com a sua conterrânea D. Maria Guilhermina dos Santos Vaz, filha do já referido Agostinho da Piedade dos Santos Vaz e de D. Joana Emília Flaviana Furtado⁶⁵⁰. Foram os pais de:

a) Manuel José Maria da Piedade Álvares, nascido em Margão no dia 8 de outubro de 1881 e aí batizado a 16 do mesmo mês. Matriculou-se em direito na universidade de Coimbra a 3 de outubro de 1900⁶⁵¹. Após concluir a licenciatura começou por conservador do registo predial em Moçambique. Mais tarde enveredou pela magistratura, tendo sido designadamente juiz de direito no Bié;

5-IV-2) Luís Caetano de Santana Álvares, médico, nascido em Margão e falecido “com 55 anos de idade” em Lisboa, “onde fixara a sua residência”, no dia 2 de janeiro de 1915. Era então “antigo facultativo dos quadros de saúde da Guiné e Moçambique”. “Inteligência viva e culta, Santana Álvares foi um dos estudantes mais distintos da Escola Médica de Goa, cujo curso terminou em 1888. Repetiu-o mais tarde na faculdade do orto, em 1898. Serviu durante muitos anos no quadro de Saúde de Moçambique, deixando “excelentes tradições como médico sanitário no combate às epidemias, mormente da peste em Magude e como clínico”. Durante as operações militares de Geba, em Dezembro de 1890, e na defesa da praça de Bissau, alistou-se como chefe de ambulância, distinguindo-se pela sua valentia no tratamento dos feridos a ele confiados e pela forma como dirigiu a evacuação dos mesmos. Todos esses serviços foram recompensados com a Cruz da Torre e Espada e com a medalha de ouro de serviços distintos no Ultramar. Tinha o posto de capitão-médico quando se reformou em 1910”⁶⁵². Publicou pelo menos três trabalhos no âmbito da sua especialidade;

5-IV-3) José Filipe Álvares, advogado *provisionário*. Casou com D. Maria Luísa Hermínia Isabel Gertrudes Ferreira, a quem também já nos referimos⁶⁵³;

5-IV-4) D. Mariana da Conceição Álvares, casada com o seu parente João Manuel Pacheco, filho de António Caetano Pacheco e D. Aurora Maria Quitéria Álvares, a quem já nos referimos *supra*⁶⁵⁴;

5-IV-5) José Camilo Bernardo Maria da Costa Álvares, mais conhecido por **José Maria da Costa Álvares**, nascido em Margão no dia 20 de agosto de 1851 e aí falecido a 2 de julho de 1920. “General médico, antigo chefe dos Serviços de Saúde da Índia e filólogo (...). Já tinha os preparatórios feitos quando foi escolhido pela Junta de Fazenda Pública, em 1870, juntamente com mais cinco mancebos, para prosseguir cursos superiores na metrópole com bolsas de estudo concedidas pelas Câmaras Agrárias. Formou-se então em medicina pela antiga Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e em 1881 foi nomeado facultativo de 2.ª classe do Quadro de Saúde de Moçambique, sendo ainda no mesmo ano promovido e transferido para o quadro da Índia. Em Março de 1902 foi nomeado chefe dos Serviços de Saúde com a graduação de tenente-coronel médico; e neste mesmo ano promovido a coronel-médico e colocado, por portaria provincial de 4

⁶⁴⁸ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 36.

⁶⁴⁹ Veja-se *infra*, ponto 3-X-2).

⁶⁵⁰ Veja-se neste anexo o título Costa, de Margão, ponto 9-V) e neste título o ponto 3-VII-1), c).

⁶⁵¹ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Manuel José Maria da Piedade Álvares).

⁶⁵² Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 51 e 52.

⁶⁵³ Cfr. *supra* nota ao ponto 3-VII-2), a).

⁶⁵⁴ Cfr. ponto 3-X-5).

de Julho, na classe de oficiais em inactividade temporária, visto ter sido julgado incapaz do serviço activo pela Junta de Saúde deste estado. Professor erudito de algumas gerações no ensino privado em Lisboa, do Liceu Nacional de Goa e da Escola Médica, Costa Álvares “foi o catedrático proficiente que fez da sua cátedra um apostolado, cujas lições eram atraentes e proveitosas pela lucidez de suas ideias, brilho de exposição e ainda pela imponência de sua erudição”. Foi presidente do II Congresso Provincial da Índia Portuguesa, inspector da Instrução Primária e desempenhou numerosas e importantes comissões de serviço. Como jornalista interveio em quase todos os lances da nossa vida política, ora sublinhando um facto com os comentários inspirados na sua longa experiência ou na sua vastíssima cultura, ora lançando ao público uma sugestão, ora avisando com o seu prudente conselho. Fora o mestre de quantos trabalhavam no primeiro diário que nesta Índia se fundou, passou a ser o camarada que os animava e orientava, eles acatando-o com o respeito de discípulos, ele tratando-os com desaffecteda simplicidade e bonomia de companheiro mais velho. São dele os pseudónimos Aires de Mendonça e Castro Álvares, com os quais assinou centenas de artigos no Heraldo. A Caixa de Socorros do Heraldo e a Assistência aos Indigentes e à Infância Desvalida de Goa a ele devem a sua existência. Era comendador da Ordem de Avis e possuía a medalha de prata da Rainha D. Amélia (expedição à Índia, em 1895) e a medalha militar de prata da classe de comportamento exemplar”. Deixou alguma obra publicada para além da já referida atividade jornalística⁶⁵⁵. Casou com a sua prima D. Joana Pulquéria Clara Masoni da Costa, filha mais velha de Bernardo Francisco da Costa e de D. Luísa Amélia Masoni⁶⁵⁶

5-I) SALVADOR FILIPE ÁLVARES DA COSTA, que continua. Advogado *provisionário*, casou com D. Ana Maria da Purificação da Silva, filha de João José da Silva e Estela Clarina da Silva⁶⁵⁷. Tiveram, entre outros:

6-I) JOAQUIM MARIANO FILIPE ÁLVARES, que segue;

6-II) D. Rafaela Maria Ludovina Álvares, casada com António Avelino Xavier de Menezes, de S. Matias. Foram os pais de:

6-II-1) José António de Menezes, advogado *provisionário* e substituto do juiz de direito da comarca das Ilhas;

6-III) D. Ana Maria da Purificação Álvares, nascida em 1844⁶⁵⁸. Casou com Francisco José Gonçalves, da Piedade, de quem teve descendência⁶⁵⁹;

6-I) JOAQUIM MARIANO FILIPE ÁLVARES, que continua. Advogado *provisionário* e grande proprietário em Salsete, foi substituto do juiz de direito daquela comarca. Era igualmente “*fidalgó cavalleiro da casa real, e o actual possuidor dos dois morgados instituidos por Lourenço da Costa e sua mulher Barbara Pereira*”⁶⁶⁰. Casou com D. Leopoldina da Anunciação Pereira. Com geração.

⁶⁵⁵ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 287 e 288.

⁶⁵⁶ Confirma-se neste anexo o título Costa, de Margão, ponto 9-II-1).

⁶⁵⁷ Veja-se neste anexo o título Costa, de Margão, ponto 7-V-2), e).

⁶⁵⁸ Cunha, António Maria da (1925), 64.

⁶⁵⁹ Veja-se o título Gonçalves, da Piedade, ponto 6-I-2).

⁶⁶⁰ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 72.

ATAÍDE, DE SALÉM

Esta família é usualmente associada quer aos eclesiásticos com que contou ao longo de gerações – tendo alguns dos quais sido extremamente célebres entre os seus contemporâneos –, quer ao ensino em terras de Goa, sobretudo ao ministrado no chamado Colégio do Monte de Guirim, sito no centro de Bardez. O Monte de Guirim era, desde há séculos, um local de docência e propagação do catolicismo naquela província: ainda no século XVI, os franciscanos haviam ali mandado edificar o seu Colégio Real de São Jerónimo, ao qual foi rapidamente associada uma casa de catecúmenos. Mais tarde, já no século XIX, devido à extinção das ordens religiosas, os edifícios são entregues à comunidade agrícola de Guirim, que, segundo Saldanha, “*procurou da forma possível a sua conservação*”⁶⁶¹. Calcula-se, pois, que o conjunto estivesse já muito danificado em 1860, quando o padre Francisco Luís Gonzaga de Ataíde aí instalou o seu colégio. Nesse estabelecimento de ensino, que, durante alguns anos, albergou várias centenas de alunos, ensinaram não só o referido eclesiástico como também os seus familiares padres Manuel Carlos Roldão e João Bernardo Heitor de Ataíde. Pertence igualmente à família em estudo outro sacerdote que Miguel Vicente de Abreu refere na sua *Noção de alguns filhos distintos da Índia Portuguesa*, atendendo às posições que alcançou na hierarquia católica local: o inquisidor Lourenço de Ataíde, “*bramane, natural de Sirulá de Bardez*”⁶⁶². Aliás, também ele se dedicará ao ensino, dando “*lições de jurisprudência*”. E, em paralelo, não nos podemos esquecer do clínico Napoleão de Ataíde, que deixou publicadas alguns dramas e comédias e foi cofundador e diretor de uma publicação especializada em ciências médicas e farmacêuticas.

Depreende-se, pois, do que fica dito a importância que a estirpe conheceu pelo menos desde finais do século XVIII – e sobretudo na centúria seguinte.

Gomes Catão principia as suas considerações relativamente a esta “*linhagem extremada que dá eminentes vultos à história de Goa*”⁶⁶³ nos seguintes termos “*Descende esta família de Pedro de Ataíde e de Sebastião de Ataíde. É deste que procede a actual família Ataíde de Aldona, pelo seu filho Estevão de Ataíde*”

1) ANTÓNIO DE ATAÍDE, “*fal. a 21-9-1702*”⁶⁶⁴, casou com Vitória da Silveira, de quem teve:

2-I) Padre Pedro de Ataíde;

2-II) ... de Ataíde, “*casada com Jeronimo de Abreu, de S. Bartolomeu de Chorão*”;

2-III) MANUEL DE ATAÍDE, que segue;

2-III) MANUEL DE ATAÍDE, que continua. Casou com Joana de Ataíde, de quem houve:

3-I) Padre Lourenço de Ataíde, “*Ord. em S. Inês a 20-9-1766 (1.ª missa em Outubro). Confessor geral (prov. de 4-11-1767), foi escrivão da Visita Pastoral a Bardes (prov. de 22-7-1772) e as Ilhas (prov. de 7-2-1774); vig. de Angediva, mediante concurso (prov. de 1-7-1776, c. de apres. de 23-2-79). Renunciou em 1780. Adv. Eccl. (prov. de 10-11-1761); Des. da Rel. Eccl. (prov. de 20-8-1791); Vigário Geral, Juiz dos Resídios (sic) e das Justificações de batismos e óbitos (...) (prov. de 28-9-1801); promotor do Santo Ofício, e depois Inquisidor (1805). Em 1807 e 1808 dava lições de jurisprudência (Clero de Goa,*

⁶⁶¹ Saldanha, M. J. Gabriel de (1990), vol. II, 234.

⁶⁶² Abreu, Miguel Vicente de (1874), 77. De acordo com esta listagem, houve apenas dois clérigos *naturais* a desempenhar funções de inquisidor em Goa: o já referido Lourenço de Ataíde e o salsetano Pedro de Figueiredo (entre 1793 e 1794), igualmente brâmane.

⁶⁶³ Recorremos a palavras de Gouveia e Noronha.

⁶⁶⁴ Catão, Francisco Xavier Gomes (1965), *Freguesia de Salvador do Mundo de Serula. No quarto centenário da erecção da sua Igreja (1565-1965). Esboço Histórico-Arqueológico (segunda parte)* – exemplar inédito, batido à máquina, conservado no Xavier Centre of Historical Research, Alto Porvorim, Goa, 4.

p. 186⁶⁶⁵). A sua biografia esta publicada no Bol. Of. de 1853, N.º 22. Vide tambem o meu artigo em “A Vida” de Margão de 29-11-1960. A sua cadeira de Inquisidor está em casa do Dr. Arlindo de Sousa, em Quitula de Aldona, o qual e seu descendente em linha feminina”⁶⁶⁶;

3-II) DOMINGOS DE ATAÍDE, que segue;

3-II) DOMINGOS DE ATAÍDE, que continua. Foi “*bap. 23-3-1754 de 8 dias, e fal. 18-12-1807*”. Ocupou o lugar de “*escrivao-tabeliao de Bardes*”. Do seu casamento com Ana Clara de Sousa, “*m. 9-5-1842*”⁶⁶⁷, teve:

4-I) FRANCISCO DO ROSÁRIO DE ATAÍDE, que segue;

4-II) Padre Cosme Mateus de Ataíde, “*vulgo P.e João Mateus de Ataíde*” (o nome que efetivamente usava na vida adulta). “*Bap. A 26-9-1796 de 8 dias; e ord. em Panelim a 18-9-1830. Fal. em Umbra, a 30-1-1865*”;

4-III) Cónego Máximo Roberto de Ataíde, em relação ao qual anotou Gomes Catão: “*Com demissoria de 5-5-1832, foi ord. na igreja de N. Sra. do Carmo, em Bombaim, a 27-9-1832, por Mons. Frei Melicio, com licenca do Vigario Apostolico de Bombaim Mons. Frei Pedro de Alcantara (prov. de 1.a missa de 15-12-1832). Foi Conego de meia prebenda da Se de Goa (c. de apres. De 4-11-1839, confirm. e col. A 11-11-39). Renunciou em 1855 e fal. em Salem a 23-4-1862, da idade de 62 com testamento*”. Aleixo Costa, que fornece uma biografia sumaríssima da sua vida, anota que este eclesiástico publicou, em 1857, um pequeno *Devocionário da missa, em língoa do paiz*⁶⁶⁸;

4-I) FRANCISCO DO ROSÁRIO DE ATAÍDE, que continua. Nascido no dia 26 de setembro de 1789 e falecido a 11 de fevereiro de 1842, casou com Ana Francisca Maria Leogarda Ribeiro (“*fal. a 22-9-1857 de 60 anos*”⁶⁶⁹). Com base nos trabalhos de investigação que temos vindo a desenvolver e nos elementos de que presentemente dispomos, e sustentados em documentação também da lavra de Gomes Catão, acreditamos estar correta a informação que nos dá como pais de Ana Leogarda Ribeiro António Caetano Ribeiro e Ana Maria Sebastiana de Sá. Assim, seriam seus avós paternos António Gabriel Ribeiro (batizado no dia 5 de novembro de 1749, tendo por padrinho o padre António de Sá) e Francisca Pinto. António Gabriel Ribeiro era irmão do Padre Filipe Caetano Ribeiro (mais conhecido apenas por Caetano), que pertenceu à congregação do Oratório, em Goa, e de João Baptista Ribeiro (“*tonsurado, fal. 14-1-1787*”), sendo todos filhos de Francisco Ribeiro e de Vitória Henriques, e netos paternos de António Ribeiro e de Ana Mascarenhas, “*do bairro Zossovaddi ou Bairro dos Mascarenhas*”.

Francisco do Rosário de Ataíde e Francisca Maria Leogarda Ribeiro tiveram, pelo menos:

5-I) Padre Francisco Luís Gonzaga de Ataíde, “*Nas. a 1-3-1826, e baptiz. com o nome de Francisco Luis Gonzaga Caetano da Piedade, a 11-3-1826; estudou teologia em Chorão (1845-48) e foi ord. na igreja de Pangim, pelo Bispo Mata a 28-8-1853 (Proc. no Cacifo 16 na Curia Patriarcal). Em 1856, com licença competente abriu aula de latim na capela de Corjuem (Anuncio de 30-6-1856 no Bol. Of. N.º 52) e ai leccionou ainda a filosofia. Era tambem capelao da capela daquela ilha, em conformidade da Port. do Cons. do Governo Geral de 1855, por prov. de 6-9-1856. Em 1860 transferiu o Colégio para o antigo Hospicio dos Franciscanos, no Monte de Guirim, onde por subscrição construiu algumas salas e outros compartimentos, bem assim ampliou a capela. O colegio era frequentado por um avultado numero de alunos, e principalmente em 1871, quando por portaria do Governo Geral de 12 de Agosto, foram para ai transferidos de Mapuça as aulas filiais ao Seminario e ao Liceu de Nova Goa; havia nele cerca de 40*

⁶⁶⁵ Está, naturalmente, a referir-se à obra *Clero de Goa. Seus serviços à religião e à nação. Colecção de estudos publicados nos jornais de Lisboa. Com o esboço biográfico do autor por J.B. Amâncio Gracias*, da autoria do Padre Casimiro Cristóvão de Nazaré e editado em 1927.

⁶⁶⁶ Catão, Francisco Xavier Gomes (1965), 4 e 5.

⁶⁶⁷ Catão, Francisco Xavier Gomes (1965), 5.

⁶⁶⁸ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 81.

⁶⁶⁹ Catão, Francisco Xavier Gomes (1965), 5.

alunos internos e mais de 800 externos. Com o fim de saldar as dividas que havia adquirido para essas construções, o P.e Mestre Ataíde partiu para Bombaim e, 1873, para colher subscrição, onde foi nomeado vig. da igreja de N. Sr.a da Gloria, de Mazagão, por port. N.o 114 de 21-12-1876 (prov. de 5-4-1877), e aí, com o perfume das suas virtudes, abnegação e zelo, faleceu a 27 de Fevereiro de 1881, e foi sepultado na igreja. Era socio da “Sociedade da (sic) Geogr. de Lisboa” e escritor publico (Clero de Goa, pp. 59-60). O seu nome esta vinculado a “Biblioteca Municipal Ataíde”, que foi inaugurada em 13 de Nov. de 1883, em Mapuca, e em cujo salão esta tambem colocado o seu retrato (P.e C. F. de Sousa⁶⁷⁰, “Instituicoes Portuguesas de educação e Instrução no Oriente”, pp. 178-179). Para mais pormenores leiam-se A.J. de Gouveia Noronha “P.e Mestre Ataíde”⁶⁷¹, e o meu art. No Heraldo N.o 8007 de 18-10-1935⁶⁷². A construção e o funcionamento do colégio de Guirim foram bastante debatidos na Goa do século XIX: “Corridos anos, o benemérito e abnegado sacerdote Francisco Luís Gonzaga de Ataíde, natural da freguesia de Salvador do Mundo, consagrando à educação da mocidade o seu pequeno património e ajudado por importantes subscrições particulares e das comunidades agrícolas, acrescentou em 1868 à capela, que ampliou demolindo o frontispício, dois compartimentos laterais para aulas, e ao este levantou um edificio sobradado em forma de um ângulo saliente, compreendendo dois dormitórios com uma dúzia de celas e um refeitório no res-do-chão; e abriu ali um colégio de estudos secundários, que chegou a ser frequentado por 700 a 800 alunos, principalmente em 1871, em que, por portaria de 12 de Agosto, forma, por falta de edificio, transferidas de Mapuçá para êsse estabelecimento duas das escolas oficiais (de francês e inglês) e as duas eclesiásticas. Antes disto leccionavam-se nêste colégio todas as disciplinas que contituíam o curso do antigo liceu nacional, menos o francês e o marata; e fôra dêsse curso havia ainda a cadeira de matemática, regida pelo distinto matemático padre Eustáquio Brás Gomes, de saudosas recordações. Voltando as escolas oficiais e eclesiásticas para a vila em 1872 em obediência à nova portaria e concorrendo várias outras causas, decresceu o colégio; e o padre Ataíde passou a servir de missionário em Mazagão, onde faleceu em 1881. O novo edificio, que se não recomendava pela solidês, abateu quási todo. (...) O decreto de 11 de Agosto de 1881, que criava dois seminários-liceus em Goa, mandava estabelecer um dêles no edificio do seminário de Rachol, que extinguiu, e o outro em Guirim, quando fôsse concluído o edificio mandado levantar pelo p.e Francisco de Ataíde. A idea desta reforma partira do saudoso arcebispo Ornelas; mas o decreto não se executou. Para perpetuar a memória de quem prestou relevantes serviços à instrução pública foi fundada em 1883, na vila de Mapuçá, a Bibliotéca Ataíde, pela gratidão dos povos de Bardês e pelos generosos esforços do presidente da Relação de Nova Goa, Joaquim José Borges de Azevedo Enes, ao tempo juiz de Bardês.”⁶⁷³. Também Expectação Barreto traçou, a pinceladas largas, um panorama da vida do Padre Mestre Ataíde, dando especial ênfase à fase final da mesma, já longe da sua Goa natal, bem como às atividades a que, a par do ensino, se dedicou: “(...) Não temos, a despeito da nossa diligencia, noticias biographicas da sua vida, consta, porém, que consagrou uma boa parte da sua vida à educação e instrução da mocidade. E assim em 1860 abriu o p.e Athayde um modesto collegio na ilha de Corjuem, Aldonã, onde se ensinava latim e philosophia. Ensinar a juventude, trabalhar no aperfeiçoamento e no progresso moral e material d’ella tal foi a miragem do seu espirito, a alma da sua obra educativa. Absorvido na salvação das almas, o p.e Athayde, tirante as occupaões escolares empregava-se no penoso ministerio de confessor. Era bom e generoso para com todos que iam a seus pés reconciliar-se com Deus e receber consolações para os seus corações ulcerados pelo peccado, e os movia aos mais edificantes propositos. Nenhum sacerdote daquela geração gosou de tamanha popularidade, como o p.e Athayde, no confessorario, e a fama das suas virtudes attrahiu uma enorme multidão de fieis de pontos mais afastados do concelho de Bardez. Foi um mestre exímio na direcção das almas. Em 1859, o governo, com o pretexto da insalubridade, extinguiu o seminario de Chorão, incorporando-lhe os bens na

⁶⁷⁰ Sobre este eclesiástico, originário de Mapuçá, que viveu grande parte da vida em Bombaim, veja-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 270.

⁶⁷¹ Uma breve biografia deste autor, que se dedicou muito ao jornalismo em terras goesas, cfr. também Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 355.

⁶⁷² Catão, Francisco Xavier Gomes (1965), 5.

⁶⁷³ Saldanha, M. J. Gabriel de (1990), vol. II, 234 a 236.

fazenda publica, e o p.e Athayde conhecendo a grande falta que fazia o seminario que acabava de fechar-se, levado pelo seu zelo começou a edificar junto d'uma pequena ermida que tinham os franciscanos no monte de Guirim, sô com pequenos recursos de que dispunha, um collegio para a educação. Á custa de immensos sacrificios conseguiu levantar uma parte do edificio. Installado em 1868 n'esta casa o seu collegio de estudos, a nobre e patriotica comarca de Bardez soube corresponder aos tão elevados intuitos do seu fundador. Com instancia pediam os paes das familias admissão dos seus filhos no collegio. Guirim parecia n'esse tempo quanto menos uma villa improvisada ao sopè do monte pela população escholar que frequentava os estudos n'este collegio. Mas, infelizmente, a nova construção não se recommendava pela sua solidez, e veiu mais de uma vez para baixo, e teve de ser reedificada, envolvendo o seu benemerito fundador em dividas e desgostos; cremos que elle só então resolveu-se abrir umas subscrição publica entre os seus patricios residentes em Bombaim afim de satisfazer as dividas. Com essa mira partiu para lá em 1873, mas foi infeliz no seu appelo, e a Providencia que tudo decide soberanamente o destinou para o serviço das missões do norte. E assim primeiramente foi nomeado vigario da Igreja de Dabul em 1874 e depois de Mazagão. O p.e Athayde vendo n'esse facto o designio de Deus, a cujo serviço a sua alma anciava por se votar, não hesitou em acceitar esse agro apostolado, como aquelle servo prompto para toda a obra boa do qual fala a Escripura: Aquí estou disse elle: Ecce servus tuus, servus tuus et filius ancillae tuae. Como cura d'almas, principiou a sua obra da reforma dos costumes. A sua palavra inflammada de zelo e authorisada com o exemplo foi corôada de successos extraordinarios, na conversão dos peccadores obstinados, a qual Santo Agostinho, esse genio da antiguidade christã, chamou maior milagre que o da ressurreição dos mortos. Estabeleceu as missões, esta pratica tão salutar e até muito em voga nos paizes protestantes, prégando-as elle proprio, e ás vezes chamando padres de fóra da sua freguezia, e d'elle resultaram imensos e perduraveis beneficios. Entremeando n'estes labores a oração a esmola, o retiro espiritual, os puros enlevos celestes, em que preparava dia a dia a morte serena d'um justo. Dir-se-hia que era o prototypo de S. Francisco, João de Brito e p.e José Vas, cujo espirito apostolico partilho em grande escala. Falleceu em 27 de fevereiro de 1881, e os seus restos mortaes repousam na Igreja de N. Sr.a da Gloria, Bombaim”⁶⁷⁴. Porém, um dos testemunhos mais sentidos que recolhemos deve-se a um descendente que com alguma frequência criticava acidamente os naturais: “Quasi ao meio (de Bardez) está o Monte de Guirim, ilha de verdura, encristada pelo collegio do seu nome. Foi alli que, na doce contemplação do mystico, uma alma pura e simples sonhou um dia criar um centro de luz e de amor. Mal pensava eu, educado n'esse collegio, que teria de misturar com lagrimas o saudoso nome do meu santo mestre e amigo, padre Francisco Luiz Gonzaga d'Athayde, ao recordar-me hoje d'esse bando de crianças, para quem elle tinha todos os carinhos e todos os disvellos de mãe. Meu bom mestre, fostes vós que, ao lado da minha viuva mãe, me infiltrastes n'alma os bons sentimentos, que porventura possuo. Aquí vos agradeço, consagrando á vossa memoria estas singelas palavras d'um culto filial...”⁶⁷⁵

O Padre Francisco Ataíde publicou, já no final da vida, em Bombaim, um sermão subordinado “ao nascimento de N.S. Sanctissima Virgem” e uma vida de Santa Ana⁶⁷⁶.

5-II) SEBASTIÃO LOURENÇO DE ATAÍDE, que segue;

5-II) SEBASTIÃO LOURENÇO DE ATAÍDE, que continua. Morreu, aos 53 anos, na freguesia de Salvador do Mundo, bairro Gangor, no dia 7 de novembro de 1866. No respetivo assento, lê-se que era “livre, affazendado, morador nesta freguezia e foi enterrado no seguinte dia no cruzeiro do cemeterio desta Igreja”.Casou com D. Ana Caetana Carlota Mafalda de Sousa⁶⁷⁷. Com base na certidão de nascimento

⁶⁷⁴ Barreto, Expectação (1907), 245 e ss.

⁶⁷⁵ Ayalla, Frederico Diniz d' (1888), 11.

⁶⁷⁶ O primeiro editado em 1874 e o segundo (*Gloriosa vida de S. Santa Anna, mãe de S.S. Virgem, avó de Jesus Christo. Quae sanctitatis gloria ubique fulget inclita. Colligida de vários escriptores*) no ano seguinte, tendo sido ambos dados ao prelo pela tipografia Job Printing Press – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 78.

⁶⁷⁷ É a primeira senhora da família a surgir, recorrentemente, na documentação oficial e familiar com o tratamento de “Dona” – como já sucede, aliás, com a sua progenitora.

apresentada por João Bernardo Heitor de Ataíde por ocasião da sua matrícula na Universidade de Coimbra, sabemos quem foram os seus progenitores (informação que Gomes Catão não fornece): João Francisco Xavier de Sousa e D. Ana Rita Deodata Gonçalves, moradores em Aldoná. D. Ana Caetana de Sousa morreu no bairro de Carona Grande, Aldoná, no dia 8 de Março de 1867. Viúva, contava somente 39 anos, era, tal como o seu marido, proprietária (*“affasendada”*), deixou cinco filhos, *“entre maiores e menores”* (dos quais apenas três chegaram à idade adulta) e fez testamento. Foi *“sepultada no Cruseiro do Cemeterio com competente esmola”*.

Tiveram:

6-I) Padre Manuel Carlos Roldão de Santa Rita Ataíde, o qual, segundo Gomes Catão, *“Nasceu em Aldona a 12-8-1843, e baptiz. a 20-8-43”*⁶⁷⁸; estudou teologia em Mapuca (1861-63) e em Rachol (1863-64); ord. no Seminario de Rachol 18-11-1866 (1.ª missa no Pilar, prov. de 30-11-66). Iniciou a carreira do magisterio no Colegio do P.e Mestre Ataíde, em Corjuem, e no Monte de Guirim, onde permaneceu até 1876, ano em que foi nomeado capelão de Corjuem, por prov. de 14 de Out. Entrou depois, mediante concurso, para o magisterio no Liceu de Nova Goa, como substituto da 2.ª e 3.ª cadeiras, por PP. N.º 224 de 2-4-1881 (Bol. Of. N.º 38); promovido a prof. interino da 2.ª cadeira (filosofia e retorica) por PP. N.º 393 de 28-7-1884 (Bol. Of. N.º 162), e efectivo por PP. N.º 387 de 19-7-86 (Bol. Of. N.º 152); foi confirmado no lugar por Decr. de 1-6-87 (Bol. Of. N.º 138). Foi vogal da junta de inspecção local do ensino publico em Bardes, por PP de 16-8-1877, e nas Ilhas por P.P. de 10-7-86. Caval. Da Ordem de Cristo, por Decr. de 16-10-1875. Era pregador distinto e muito procurado, escritor publico (Clero De Goa pp. 95-96). Era tambem socio da *“Sociedade de Geogr. de Lisboa”*, eleito em 1891. Fal. em Carona, de Aldona, a 28-6-1905 (Vide o seu necrologio em *“O Crente”* de 1-7-1905) ”⁶⁷⁹;

6-II) PADRE JOÃO BERNARDO HEITOR RODOLFO DE SANTA MARIA DE ATAÍDE, que segue;

6-III) Luís Filipe Gustavo Napoleão de Ataíde, o qual nasceu no dia 21 de junho de 1848⁶⁸⁰ e morreu, em Aldoná, no bairro Carona, a 13 de outubro de 1909. Localizámos um dos obituários que nessa ocasião se publicaram em Margão: *“Finou-se em Aldoná, d’uma doença refractaria a todo o tratamento, o distincto facultativo Napoleão d’Athayde. Clinico notavel e possuindo cultura de intelligencia e de caracter que o impunham á estima e sympathia dos que delle se abeirassem, deixa um nome honrado como elle mesmo soubera corresponder ás tradições da sua illustre ascendencia”*⁶⁸¹. Tornando a Gomes Catão: *“Medico pela Escola de Goa (Tese de 29-7-1873), estabeleceu-se em Carona de Aldona, onde construiu casas de morada e exerceu com muita proficiencia e dedicação a sua profissão, sendo ao mesmo tempo chefe da estação postal naquele bairro. Com escritor deixou alguns dramas e comedias, alguns dos quais estão publicados”*⁶⁸². Para além destes trabalhos teatrais, fundou, juntamente com Ângelo Custódio Martins, e colaborou ativamente no *“Archivo Medico da Índia”*, periódico mensal votado aos temas médicos e farmacêuticos. Casou, em 17 de abril de 1877, com D. Ana Joaquina Etelvina de Ataíde, de quem teve, pelo menos:

⁶⁷⁸ Na cópia do seu assento de batismo que se conserva em Coimbra, diz-se que nasceu no dia 2. Foram seus padrinhos o padre Manuel Agostinho Lourenço, de Margão, e Guilhermina Esmeralda Vaz, casada com Ricardo Joaquim Lobo, de Bastorá.

⁶⁷⁹ Catão, Francisco Xavier Gomes (1965), 6. Aleixo Costa reserva-lhe grandes elogios, considerando-o *“um dos esmerados oradores da tribuna sagrada”* e dotado de *“grandes recursos”* – que empregou *“na continuação da obra do colégio do Monte de Guirim, de que foi director na ausência daquele seu tio para Bombaim”* – e descrevendo o seu curso para o liceu de Goa como sendo *“brilhante”*. Deixou alguma obra publicada, também indicada por Aleixo Costa, designadamente alguns panegíricos *“destinados a reunir fundos para o Colégio de Guirim”*, um *Curso de philosophia elementar para uso das escholas* (1ª ed. em 1895, pela Tipografia Rangel, de Bastorá) e, curiosamente, uma *Poética para uso das escholas pelo Dr. Bernardino J. da S. Carneiro (...)* Ed. muito melhorada segundo apontamentos do autor, impressa em Bombaim, na Nicol’s Printing Works, editada em 1887. Cfr. Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 81.

⁶⁸⁰ Na certidão que localizámos em Coimbra, declara-se que foi batizado a 30 do referido mês e ano, sendo apadrinhado pelo seu tio, então ainda menorista, Francisco Luís Gonzaga de Ataíde, e por Rosa Emília da Cunha, casada com Domingos Filipe de Ataíde.

⁶⁸¹ *“O Nacionalista”*, n.º 233 (19 de Outubro de 1909).

⁶⁸² Catão, Francisco Xavier Gomes (1965), 6. Aleixo Costa enuncia os trabalhos que publicou – duas comédias (*A mulher do artista* e *A viúva do comandante*) e dois dramas (*O filho do mestre Jorge* e *Nobreza da alma*), todos editados em Goa. Refere, ainda, que deu à estampa, em colaboração com Caetano José Colaço e Sousa, uns *Discursos recitados por ocasião das exéquias solemnes do rev. Eustáquio Braz Gomes* – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 80.

6-III-1) João Bernardo Heitor de Ataíde, nascido em 1887. Casou com Ana Graciana Henriqueta da Divina Providência Gomes. Foram os progenitores do **padre António Francisco Filomeno de Santa Rita Ataíde**, nascido em Nairobi (África), o qual foi professor no Seminário menor de Mariri e prefeito de disciplina no Seminário de Saligão-Pilerne (Goa), a partir de 1965⁶⁸³;

6-II) PADRE JOÃO BERNARDO HEITOR RODOLFO DE SANTA MAIRA DE ATAÍDE (mais conhecido por **João Bernardo Heitor de Ataíde**), que continua. Sempre seguindo Gomes Catão: *“nas. em Carona de Aldona, a 10-11-1845, e bap. com o nome de João Bernardo Heitor Rodolfo de Santa Maria, em 1-12-45; conclui teologia em Rachol a 10-3-1868. Encetou a carreira de magisterio leccionando latim no Colegio do seu tio em Corjuem, e retorica, historia e filosofia no do Monte de Guirim. Afim de ampliar os seus conhecimentos partiu para Portugal, onde repetiu a teologia na Universidade de Coimbra, na qual se formou. Foi prof. no Seminario e no Liceu de Coimbra, e ai completou tambem a sua ordenação, sendo promovido a presbitero em 1873. Sacerdote muito culto e virtuoso, foi em Coimbra redactor do jornal católico “Instituicoes Católicas”, e colaborou no “Instituto de Coimbra”. Orador distinto da tribuna sagrada, sustentou varias teses, e devia em breve usar o capelo de doutor. Fundou, com uma parte das suas economias e com a contribuição dos seus amigos, um orfanato, para nelle acolher e tratar as crianças, filhos de pais muito pobres. Era socio da Sociedade de Geogr. de Lisboa, eleito em 1880, e publicou alguns escritos seus (Clero de Goa, pp. 75-76). Fal. em Coimbra a 28-10-1888 (Bol. Of. N.º 142). Os seus dados biogr. podem ler-se nos “Quadros Biogr. dos Padres Illustres de Goa”, pelo P.e Expectação Barreto, II, pp. 211-214; P.e C.C. de Nazare (Clero de Goa cit), e no meu art. Em “A Vida” de 27-6-1961”⁶⁸⁴. Estas informações podem ser complementadas designadamente pelo obituário dado à estampa no “Boletim Oficial”: “Domingo, 23 do corrente, a freguezia de Aldoná, concelho de Bardez, dedicou solemnes exequias na respectiva igreja por alma d’um dos mais distinctos filhos d’este paiz o dr. João Bernardo Heitor de Athayde, natural d’aquella aldeia fallecido em Coimbra no dia 28 de outubro ultimo. Foi dos mais luzidos o acto que começou pelas 4h15 p.m., sendo grande o concurso dos clerigos, entre os quaes se encontravam varios parochos de Bardez, e de cavalheiros conspicuos não só d’aquella comarca mas ainda de Pangim e outros pontos. Depois das ultimas absolvições proferio uma eloquente oração o sr. p.e Luiz José da P. Cordeiro, professor da escola complementar da capital, e os srs. Sócrates de Souza e Noronha e Ottolini da Rocha lèram bem elaborados elogios em honra do illustre finado, tendo-se distribuido em seguidas pelos circunstantes o discurso impresso do sr. Noronha. Foi uma homenagem de justa consideração e apreço prestada pela freguezia de Aldoná á memoria do benemerito dr. Athayde, que arrebatado prematuramente pela morte deixa de si indeleveis recordações, não somente do seu robusto talento e saber, mas principalmente das suas acrisoladas virtudes e exemplarissima conduta. P. 24-12-88. E.”⁶⁸⁵.*

Por fim, nas pesquisas que desenvolvemos no XCHR, no Alto Porvorim, lográmos encontrar, no fundo Ismael Gracias, o acima aludido discurso impresso da autoria de Sócrates de Noronha. Por ter, durante largos anos, constituído uma das principais fontes dos biógrafos de Heitor de Ataíde, e por ser aquela o único exemplar que conhecemos do mesmo, não queremos deixar de o reproduzir:

“Á memoria do Dr.

João Bernardo Heitor de Athayde

“por ocasião das exequias na Egreja de Aldonã”

Não está longo d’aqui a casinha branca entre verde folhagem onde conheci um menorista de apparencia modesta, a encasquetar em cerebros juvenis o hora horae e o servus servi da grammatica latina, – era o rebento

⁶⁸³ Catão, Francisco Xavier Gomes (1965), 7.

⁶⁸⁴ Catão, Francisco Xavier Gomes (1965), 6.

⁶⁸⁵ “Bolletim Official do Governo do Estado da India”, n.º 142, 27/12/1888, parte não-oficial, 1039.

que grelava sob a sombra e desvelo de um carvalho annoso, um rapaz que começava a remar com precoce vigor o barco guiado por habil timoneiro: – a casa era o modesto collegio de Corjuém, o timoneiro o padre mestre Francisco de Athayde, o rebento João Bernardo Heitor de Athaide.

Que saudades! Que reminiscencias! Afluem-me em cachão e fervem ideas no cerebro n'este momento.

N'essa epoca Heitor de Athayde ensinava e estudava ao mesmo tempo: difundia pela mocidade os solidos conhecimento que adquirira do seu mestre e tio, o padre Francisco de saudosissima memoria, e a par d'isso satisfazia a voracidade do seu espirito ávido de enceleirar conhecimentos, não para, qual avaro, inferrolhar o thesouro adquirido, mas para distribuil-o philanthropicamente pelos semelhantes.

Já lá vão mais de 20 annos.

Mais tarde, quando o padre Francisco, aquelle cidadão benemerito, aquelle genio do bem que, como os metheoros, brilhou ephemero sobre o horisonte da nossa instrucção, quis ampliar o seu estabelecimento de ensino, fundando o collegio de Guirim, João Bernardo estava ao lado do obreiro incançavel auxiliando-o na collocação da pedra angular do edificio onde tantos talentos se desenvolveram e sahiram tantos meninos, que hoje cidadãos prestantes colaboram para a manutenção e aperfeiçoamento social: – dictava latinidade e explicava a philosophia, a rethorica e a historia que se professavam naquella casa.

O seu espirito, porém, sentia-se preso, apertado no estreito circulo que balisa o horizonte das nossas aspirações aqui – desprendeuse dos seus parentes dos seus amigos, que pelo menos tantos tinha dedicados quanto os discipulos e explicandos que d'elle foram, e voou para Lisboa, deixando a par de uma pungente saudade, uma sensível lacuna no corpo docente do collegio, a qual não chamarei insuprivel para não modestar os seus successores. O que, porém, posso dizer é que para mim foi insuprivel a falta de um cicerone em que encontrava as caricias de um amigo verdadeiro, alliada á severidade de preceptor, pesando sempre do lado das primeiras o prato da balança.

Daqui foi em subdiacono levando consigo curso completo de theologia no seminario de Rachol, além de outros estudos.

Em Coimbra deu largas ao espirito e labutou incessantemente no campo da sciencia, no da beneficencia e no da religião.

D'esse incessante labutar, colher fructos uns doces outros amargos, e deixou-os valiosos para a posteridade apoz sua prematura morte.

Doces foram os louros que colheu na universidade portugueza, formando-se duplamente nas faculdades de theologia e jurisprudencia – doce foi a aureola que o cingia quando, sentado na cadeira de professor do seminario diocesano e do lyceu de Coimbra fazia brotar dos seus labios torrentes de palavras insinuantes e eruditas, – doces os triumphos que lhe advinham quando no recôndito do gabinete ou na plenitude de um auditorio forense pugnava pelas causas dos seus numerosos clientes e obtinha vitoria para os seus constituintes, – doces eram as lagrimas de gratidão que via correr dos olhos d'aquelles a quem elle enxugava, com o fructo das suas economias, e com a unção da sua doce palavra, outras lagrimas mas de fome tribulação ou desespero, – era-lhe dôce ver medrar os pupilos acolhidos no Orphanado, instituição que elle fundou e bafejou com o seu vivificante hálito, – tambem doces lhe deviam ser as provas da munificencia do soberano quando foi condecorado.

Rigido em sustentar os seus principios, que, bons ou não, eram os seus e que elle professava por estar fundamente convencido e por sentir-se capaz de convencer os outros, João Bernardo Heitor de Athaide, pôz-se entre os da guarda avançada do orthodoxismo que procurou manter á custa do seu dinheiro, relações e sobre tudo sacrificando a sua tranquillidade – D'ahi, os fructos amargos a que me referi. Surgiram-lhe d'um lado e

d'outro inimigos que procuraram deprimir-lhe a influencia obscurecendo-lhe os merecimentos, ao que seguiram profundos desgostos que lhe abreviaram a existencia.

Fructos que deixa para a posteridade, productos da sua erudita intelligencia e profundos conhecimentos: –

“Questões de Direito Civil,

“Prefacio e notas *de grande merecimento á traducção da Historia de Direito Internacional de Carlos Calvo*

“Dissertação sobre o Animismo e o Vitalismo.

“Estudo ethico-juridico sobre a criminalidade, *um trabalho vantajosamente apreciado em Portugal, e que fez até éco no estrangeiro, a ponto de ser traduzido por um jornal scientifico da Italia.*

Não posso enumerar os numerosos artigos publicados no Instituto de Coimbra e n'outros jornaes.

Não fique, porém, sem menção uma importante obra que o dr. Athaide deixa escripta e que o Imparcial de Coimbra annuncia como de grandissimo folego: – O genesis e a escola transformista.

Como remate do que vae dito de relance vou pôr os seguintes trechos do discurso do sr. Francisco da Cruz Amante, proferido á beira da sepultura do finado doutor.

“*É a lei quasi geral: – os bons viverem menos, viverem muito pouco. A theoria está nisto: – concluem apressadamente o que os outros deixam por começar. Vivem muito no mundo do bem e pouco no mundo da materia..... Reconstrundo: por pedestal os seus trabalhos de sciencia, por aureola as suas obras de caridade e por roupagens a alvissima tella de toda a sua vida, irreprehensivelmente seguida, o vulto de Heitor de Athayde para mim tão queridamente sympatico, nunca morrerá, viverá sempre na mente do mais obscuro dos seus discipulos e do mais desinteressado e convicto dos seus amigos*”. Aldoná 23 de dezembro de 1888. Socrates de Souza e Noronha”⁶⁸⁶.

BRÁS DE SÁ, DE CALANGUTE

Os Brás de Sá eram unanimemente considerados uma das mais antigas famílias *naturais* católicas das *Velhas Conquistas*, bem como uma estirpe que se destacara antes e depois da chegada dos portugueses a Goa. O presente título, que lhes é dedicado, estruturar-se-á de uma forma ligeiramente diferente dos demais. Optámos por, aqui, aproveitar tanto quanto possível – complementando-a, naturalmente, com um número significativo de dados que não constavam do texto original (tendo porém sempre o cuidado de assinalar o que é de origem e o que acrescentámos por nossa iniciativa) – uma antiga e completa genealogia da estirpe, que Gomes Catão copiou cuidadosamente para as páginas do que hoje constituiu o nobiliário da sua autoria conservado na biblioteca de Percival Noronha, em Pangim. Sublinhamos ainda outro aspeto: por *sir* Roger de Faria ser descendente desta família, aproveitámos a oportunidade para estudar algumas das relações familiares entre os membros das principais estirpes *naturais* católicas que se instalaram em Bombaim no século XIX e que se relacionaram com os referidos Faria.

⁶⁸⁶ Xavier Centre of Historical Research, Alto Porvorim, Goa, Fundo Ismael Gracias, não numerado nem catalogado.

“Genealogia da Família “Brás de Sá”

De Calangute, oriunda da freguesia da Graça, de Chorão, extraída da que deixara escrita o P.e António João de Sá em 1825 e continuada até ao presente.

Calangute, 25 de Abril de 1915

(ass.) P.e Francisco d'Assis Brás de Sá

I

Locu Sinay – Lucas de Sá

Entre os inúmeros triunfos da Fé Católica sobre a infidelidade de Goa, quando da sua cristianização, avulta, por certo, o que se alcançou sobre o brâmane Locu Sinay, esse “o maior Gigante da Gentilidade Goana” no dizer do P.e Francisco de Sousa no seu Oriente Conquistado, natural da freguesia da Graça da Ilha de Chorão, e que é o tronco desta família Brás de Sá de Calangute, para onde ela se mudou mais de dois séculos depois.

Locu Sinay converteu-se à santa religião no ano de 1548, movido pela evidência das razões que lhe foram propostas pelo Jesuíta P.e Gaspar Barzeo, vice-provincial da Índia e Reitor do Colégio de Santa Fé, realizando-se o baptismo na igreja de S. Paulo, da Cidade Velha, e sendo apadrinhado pelo Governador Dom Garcia de Sá.

Não consta a data do baptismo de Locu, mas foi certamente um dos dias anteriores e mais próximos de 2 de Outubro de 1548, por forma a ficar compreendida esta última data no oitavário do referido baptismo, que, como adiante se verá, foi celebrado com muita pompa e alegria, por foi nessa data de 2 de Outubro que, como narram os historiadores da Vida de S. F.co Xavier, regressavam para Goa, vindos da Costa da pescaria, os padres Afonso Cypriano e Manuel de Moraes, trazendo o grato desmentido ao boato da morte nosso Apóstolo – desmentido que aumentara muito as alegrias do referido oitavário, como se vê do seguinte trecho do Oriente Conquistado: “Augmentarão muyto as alegrias deste oitavário as novas da vida de Xavier trazidas pelos padres Affonso Cypriano e Manuel de Moraes: multiplicou mais o gosto universal entrar o mesmo Santo a vinte e dois de Outubro pela barra de Goa.”.

Nessa ocasião do baptismo trocou o seu nome Locu em Lucas e tomou do seu padrinho o apelido Sá.

Juntamente com Locu converteram-se também a sua consorte e um neto, e mais um gentio dos principais da terra. Ignora-se (o nome da mulher de Locu, bem como) se eram vivos, ao tempo, o seu filho e a nora, sendo porém de presumir que o não fossem (Quanto ao neto é ele mesmo Bartolomeu de Sá, que segue nesta Genealogia e neste mesmo capítulo pela razão de se ter convertido juntamente com o avô).

Da importância da pessoa de Locu e consequentemente da da sua conversão, dão a medida tanto a pompa desusada de que se revestiu o acto do seu baptismo, como a sua nomeação para o alto cargo de Tanadar-mór das Ilhas de Goa, como minuciosamente refere em seu Or. Cong. o P.e Francisco de Sousa. Eis esse relato: “Hia o Padre Gaspar Barzeo pelas ruas de Goa, quando topou com Locu Bramane principalissimo...e que sempre andou em Fidalgos de respeito.” (Or. Cong. P. I, Cong. I, Liv. I, § 43).

Entretanto, segundo Filipe Neri Xavier, esse cargo de Tanadar-mór não lhe fora concedido depois da sua conversão como mercê, e sim antes dela, em atenção a seus serviços, pois referindo-se à Santa Casa da Misericórdia, diz o seguinte no seu “Resumo histórico da Vida de S. F.co X.er”, 2ª ed., 1861, pag. 225 nota 198: “Não eram somente nas instituições pias desconhecidas então as diferenças de castas, côres e naturalidades, mas também o eram na retribuição de serviços, como se deduz dos seguintes factos: o lugar importante de Tanadar-mór das Ilhas (hoje substituído pelo de Administrador do Concelho) tinha sido conferido ao Gentio Locu pelos seus serviços (depois de o ocuparem os fidalgos em mercês trienais e vitalícias etc.”

Há mais que merece registo. No assento lavrado em 25 de Junho de 1541 nas pousadas do Vedor Fernão Rodrigues de Castelo Branco, pelo qual os gãocares das Ilhas de Goa se comprometiam a dar 2 mil tangas brancas para a dotação das ermidas das mesmas Ilhas, Locú se assina em primeiro lugar como Bramane principal, sem mesmo ser gãoocar como os outros. É que essa excepção tão honra (sic, talvez por honrosa) lhe foi feita em atenção à sua linhagem de “Bramane principal”.

Não confundir este Lucas de Sá com um outro do mesmo nome e da mesma Ilha de Chorão, mas de freguesia diversa – a de S. Bartolomeu. A sua conversão foi posterior em não menos de 10 anos, pois foi no vice-reinado de D. Constantino de Bragança, que governou este Estado de 1558 a 1561 e foi o 5.o sucessor de D. Garcia de Sá. É ele o tronco da família Sá posteriormente estabelecida em Siolim.

Bartolomeu de Sá (o mencionado neto de Locú e juntamente com ele convertido à Fé Católica), casou-se com Arcângela de Abreu, e deste consórcio deixou um só filho, e é o que segue.

II

Constantino de Sá, único f.o de Bartolomeu de Sá, casou-se com Pascoela Fernandes e do seu matrimónio deixou os quatro filhos relacionados no capítulo seguinte.

É deste Constantino de Sá que é a lápide que se achava na antiga igreja da Graça, de Chorão, e hoje transladada para o cruzeiro da nova igreja.

No “Bosquejo Histórico das Comunidades”, 2.o vol., por José Maria de Sá, natural da Piedade, acha-se a seguinte nota: “Na igreja de Nossa Senhora da Graça existem no pavimento do cruzeiro quatro sepulturas com campa, sendo tres com legenda apagada, das quais uma, segundo a tradição, pertenceu à família Cunha, e uma com inscrição, mas sem data, pertence a Constantino de Sá e seus descendentes, sendo os imediatos seus filhos Pascoal (7.o avô do advogado Braz António de Sá, cuja família se acha estabelecida deste 1762 em Calangute de Bardez), P.e Lucas (ordenado na 1.a ordenação havida em Goa), P.e João e P.e José.”.

Depois do nome de Lucas, nenhum outro se encontra tão repetido na série dos descendentes como o de Constantino.

Eis o epitáfio dessa sua lápide ricamente gravada e que se acha no melhor estado de conservação (no original incluiu-se um desenho da referida lápide).

III

Os quatro filhos de Constantino de Sá são:

I) Pascoal de Sá, que foi Fiel da Santa Casa da Misericórdia, casou com Sabina de Lima, de Chorão filha de Ricardo de Lima e de Teresa de Sousa; e do seu matrimónio deixou os dois filhos que são relacionados no capítulo seguinte.

II) P.e Lucas de Sá, o primeiro sacerdote na família.

III) P.e João de Sá, que foi congregado e mission.o em Ceilão.

IV) P.e José de Sá.

IV

Os dois filhos de Pascoal de Sá são:

I) P.e Salvador Xavier de Sá.

II) Agostinho Xavier de Sá, casado com Aurora Álvares – deixou quatro filhos:

V

Os quatro filhos de Agostinho X.er de Sá são:

I) Brites de Sá⁶⁸⁷.

II) P.e Constantino João de Sá, baptiz. a 30-11-1745 (Arq. I, 13). Diz José Avelino Soares que este é irmão de P.e Salvador X.er de Sá e f.o de Pascoal de Sá.

III) José Nicolau de Sá, casado (ignora-se o nome da esposa) deixou quatro filhos abaixo relacionados e faleceu em Moçambique.

IV) Ditosa de Sá, casada com Filipe António da Silva, de Serulá, não deixou família.

VI

Os quatro filhos de José Nicolau de Sá são:

I) António de Sá. Casou em 12-5-1726 perante o vig.o de Ribandar, P.e Rodrigo Lobo, com Rosa Maria de Castro, da Piedade da Ilha de Divar e deixou 6 filhos, que vão relacionados no capítulo seguinte. António de Sá fal. a 2-4-1770 e Rosa Maria de Castro a 20-3-1759.

Dom Mateus de Castro, Dr. na Sagr.a Teologia, foi o 1.o filho da Índia elevado a dignidade episcopal, e sagr. em Roma em 1652, foi Bispo de Crysopolis, Vig.o Aposto.co nos reinos de Adil-Shah, Pegú e Golconda nas Índias Orientais e no Império do Preste João, Inquisidor Geral e fundador dessas Missões, e edificou 3 igrejas em Bicholim, Banda e Vingurlá. Faleceu em 1679.

Dom Thomaz de Castro, teatino, lente e mestre dos noviços, sagr. em Roma em 1671, foi Bispo de Felsivalem Vig.o Apost.co nos reinos de Cochim, Tanar, Ginge, Maduré, Maissur, Cranganor, Cananor e toda a Costa do Canará – onde edificou uma igreja – Inquisidor e fundador das suas missões – Faleceu em 1689.

II) Constantino de Sá

III) Bartolomeu de Sá

IV) P.e Lucas de Sá, que faleceu às 7 horas da noite de 18-6-1759. José Avelino Soares diz que fal. a 12-6-1759.

VII

Os seis filhos de António de Sá são:

I) Manuel Caetano de Sá, nasceu a 1-12-1733 e bapt. a 8-12-1733 pelo seu tio P.e Lucas de Sá. Casou a 18-2-1759 com Rosaura Pinto, de Chorão, e fal. em 8-12-1786, deixando do seu matrim.o 7 filhos, ut infra. Rosaura Pinto fal. a 29-10-1803 com testam. datado de 9-2-1800.

II) P.e Bento de Sá, nasc. a 4-3-1737 e bapti. A 11-3-1737 pelo vig.o P.e Pedro da Barca, sendo padrinhos Bento de Sá e sua mãe Mónica Fernandes. Feito sacerdote, foi confessor, prégador epositor, faleceu em Velotim na força da epidemia em 15-12-1773 e foi sep. na igr. de Pomburpa.

⁶⁸⁷ Gomes Catão menciona o seu testamento: “Testam. de Maria Brites de Sá, viúva de António de Albuquerque, da Graça, de Chorão, de 10-6-1789. Teve 10 filhos: a sua filha Ana Maria casou com João de Faria com 2.200 xs. já falecido cujo filho é Rogério, que ambos estão em Bengala. É seu sobr.o P.e António João de Sá. Outro testam. é dat. De 13-12-1797 feito em Sangoldá em casa de sua nora Avelina Pereira – Fal. 28-9-1798 (liv. n.o 1028 no Arq. da Relação).

III) Rita Maria de Sá, nasc. em Chorão e casou com Vicente Manuel Pereira, de Santa Cruz, que foi escrivão da Câmara Geral das Ilhas. A sua filha Mónica Félix Ana Pereira, vulgo Noninha, casada com Salvador Francisco Cardoso, de Serulá, deixou uma filha, que foi casada com o físico Mariano Lobo, de Velotim, os quais ambos faleceram em pouco tempo. Custódio Pereira, outro seu filho, sendo casado, deixou dois filhos.

IV) Emerenciana de Sá, nasc. em 11-3-1744. Casada em Chicalim (ignora-se o nome do esposo), faleceu a 30-11-1780, tendo tido uma filha que lhe não sobreviveu, em Neurá, em casa de uns denominados Dordós, e o seu sobrinho Lucas Vicente de Sá lhe fez com sua assistência os funerais.

V) Pascoela de Sá, casada com Manuel Francisco, no bairro da igreja de S. Bartolomeu de Chorão, faleceu na força da epidemia no mesmo ano em que a família passou a esta casa de Calangute.

VI) Rosa Maria de Sá, casada com António Xavier Fernandes, fal. em 25-12-1821, sem deixar família.

VIII

Os sete filhos de Manuel Caetano de Sá são:

I) Lucas Vicente de Sá, nasc. em Quarem de Chorão a 25 de Fev. de 1762 e bapt. a 4-3-1762. Casado a 19-4-1785 com Ana Luisa Conceição Afonso, filha de António Agostinho Afonso, da Piedade, faleceu nesta casa de Calangute a 22-11-1816, tendo tido dois filhos abaixo relacionados.

II) P.e António João de Sá, nasc. em Graça de Chorão a 15 de Out. de 1766 e bapt. a 22-10-1766 pelo vig.o Desembargador Rafael de Noronha. Or. 24-9-1796. Feito sacerdote disse a 1.a missa em 5-12-1796. Faleceu a 2-10-1834. Foi este que deixou escrita a Genealogia que a esta serve de base; bem assim vários esclarecimentos respeitantes à capela do bairro, em cuja primitiva construção, em 1806, desenvolveu muito a sua natural e inteligente actividade e da qual capela foi zeloso administrador por longos anos até à morte. Era uma alma grande em corpo minúsculo, tão minúsculo, que quem escreve estas linhas desejando usar uma sua alva no acto da sua ordenação de presbítero, teve de mandá-la ampliar muito, apesar da sua estatura mediana.

III) Caetano Xavier de Sá, nasc. a 22-1-1769 e baptis. em 19/1/1769 (sic) sendo padrinhos P.e Caetano Vaz, vig.o da Graça, e P.e João da Rocha, vig.o da Piedade.

IV) Tomás Filipe de Sá, nasc. em Chorão a 26-3-1772 e bapt. em 3-4-1772. – Fal. em Calangute a 1-2-1833.

V) Bento Pascoal João de Sá, o primeiro membro da família que nasceu nesta casa de Calangute, a 19-2-1778 e baptis. em 1-3-1778 por P.e José Cristóvão Mascarenhas Picardo.

N.B. Foi em 1762 que, por causa da epidemia, se mudara a família para esta casa de Calangute, que era uma antiga casa de campo, consistente nos compartimentos que foram desde a entrada até o extremo oriental, sem o actual sobrado, e mais uma pequena sala. Essa mudança, porém, não era definitiva, pois a família não só tinha a intenção de voltar para a sua freguesia natal, mas de facto se recolhia para lá de vez em quando apenas parecesse declinada a peste, principalmente em situações que carecessem de recursos médicos e outras comodidades. Assim se explica que, não obstante a referida mudança, fosse em Chorão que se deram na família algumas ocorrências (sic) domésticas, como em cima se viu, desde o dito ano de 1762 até o de 1772, que é quando a família definitivamente se estabeleceu nesta casa, ampliando-a com o sobrado e mais novos compartimentos.

VI) Ana Peregrina de Sá, nasc. a 8-11-1779, foi bapt. 16-11-1779, e fal. na Piedade a 30-11-1783.

VII) Francisca Maria de Sá, nasc. nesta casa de Calangute a 5-4-1782, foi baptis. em 15-4-1782 e fal. em - 1783.

IX

Os dois filhos de Lucas Vicente de Sá são:

I) Rosa Maria da Graça e Sá, nasc. a 25-10-1786 e bapt. em 1-11-1786. Casada com António Manuel Ribeiro, de Pilerne, a 12-5-1800 com o dote de cerca de 7 mil xerafins e por prendas quasi todas as jóias da casa, que generosamente lhe foram dadas, visto que era ela, ao tempo, a única filha, quase sem esperança de mais sucessão. Faleceu a 11-9-181, tendo tido, em 26 de Agosto precedente, uma filha, que, baptisada em 5 do referido mês de Setembro, veio a falecer logo depois da mãe. António Manuel Ribeiro faleceu, nesta casa, a 11-5-1802 e no dia seguinte foi sepultado em Pilerne. Pouco mais de um ano depois do nascimento (sic) da dita Rosa Maria e 15 dias antes do seu falecimento, nasceu o seu único irmão que segue.

II) José Manuel Brás de Sá, nasc. a 27-8-1801 e foi baptis. em 5-9-1801 pelo vig.o P.e José Salvador de Siqueira. Casou a 15 Fev. 1819 com Tomásia Ana Josefina Anastásia Monteiro⁶⁸⁸, de Candolim, filha primogénita de José João Monteiro, moço fidalgo da Casa Real e coronel das milicias, e de D. Vitória Angelina Maria Gonçalves, da Piedade, e deste consórcio deixou seis filhos ut supra.

José Manuel Brás de Sá foi homem de variada cultura intelectual, distinguindo-se na matemática e na latinidade, de que foi exímio professor de ensino livre e deixou inúmeros discípulos, alguns dos quais já velhos, ainda se lembram dele com viva saudade e fazendo muitas lisongosas referencias à sua proficiência e à bondade do coração. Faleceu a 2-7-1853 e foi sepultado no mesmo dia. A referida Ana Josefina Monteiro nasc. em 27-1-1803 e faleceu em 8-7-1870, sendo sepultada no dia imediato.

X

Os seis filhos de José Manuel Brás de Sá são:

I) Maria Rosaura Angélica Ana Conceição de Sá, nasc. em Candolim a 9-10-1820 e foi baptis. a 17-10-1820, sendo padrinhos o seu tio-avô P.e António João de Sá. Casada com Pascoal de Frias⁶⁸⁹, de Candolim, faleceu a 30-7-1880, deixando as seguintes duas filhas:

a) Maria Elisa de Frias, casada com o advogado Paulo José da Costa, de Parra, e que deixou do seu consórcio os seguintes seis filhos: Margarida, casada com o advogado Mariano José Otolini da Rocha, de Aldoná; - Claudina, - Ernesto, casado com D. Evangelina d'Abreu, de Anjuna; - Deisdério; - Olegário; - e Lucília, casada com o seu primo o médico Salustiano Lobo, de Saligão (;

b) Leopoldina de Frias, casada com o médico Mariano Caetano Sebastião Lobo, de Saligão, e que deixou desse consórcio os seguintes filhos: Salustiano, casado com a sua prima Lucília, como fica dito; - P.e Afonso, pároco em Lisboa; -P.e Rodolfo, cónego da Sé de Loanda; - Flaviana; - Júlio; - Luís, médico, casado com D. Vitalina da Costa, de Arporá; Caetano; e Isménia, casada com Lourenço dos Reis Gomes, de Assolná”.

Recapitulando:

1) BARTOLOMEU DE SÁ, o qual era, pois, neto de Locu Sinay/Lucas de Sá⁶⁹⁰. Casou com “Arcângela de Abreu, e deste consórcio deixou um só filho, e é o que segue”:

2) CONSTANTINO DE SÁ, que se sabe ter sido pai de:

3-I) PASCOAL DE SÁ, que segue;

⁶⁸⁸ Também conhecida como Ana Josefa Monteiro.

⁶⁸⁹ De acordo com a genealogia da família Costa de Parra e Arporá, debuxada pelo Cónego Gomes Catão, chamar-se-ia Cosme Pascoal de Frias

⁶⁹⁰ De acordo com a genealogia familiar, “o mencionado neto Locú e juntamente com ele convertido à Fé Católica”.

3-II) Padre Lucas de Sá, o qual foi “o primeiro sacerdote na família”;

3-III) Padre João de Sá, que, à semelhança de muitos dos jovens que pertenciam às elites católicas naturais, foi oratoriano (“foi congregado e mission.o em Ceilão”). Encontramos uma referência à sua atividade missionária, em terras do atual, numa *Relação dos progressos da missão de Ceylão e do que nella obrarão os padres da Congregação de Goa dezo do ano de 1723 athe o de 1725*: “Com o falecimento destes dous padres (José Vaz sobrinho e José de Menezes) e dos que os annos atraz havião passado desta vida, começou a missão a sentir bastante falta dos operarios; mas não se sentio nesta Congregação em os seus filhos a falta do espirito para tão gloriosa empreza, pois, nestes dous annos, partirão para lá seis sogeitos por duas vezes. Da segunda vez, foy o Padre Pedro de Saldanha, por superior da missão, levando em companhia os Padres João de Sá e Ignacio de Misquita (estes estão ainda na viagem, pois há pouco que partirão) e da primeira vez, forão os padres Joseph Gomes, Joseph de Faria, e Damião Valeriano”⁶⁹¹;

3-IV) Padre José de Sá;

3-I) PASCOAL DE SÁ, que continua. Exerceu o lugar de Fiel da Santa Casa da Misericórdia de Goa, tendo casado com “Sabina de Lima, de Chorão filha de Ricardo de Lima e de Teresa de Sousa”. Deste casamento foram filhos:

4-I) Padre Salvador Xavier de Sá;

4-II) AGOSTINHO XAVIER DE SÁ, que segue;

4-II) AGOSTINHO XAVIER DE SÁ, que continua. Casou com Aurora Álvares, de quem houve quatro filhos:

5-I) Maria Brites de Sá⁶⁹², que casou na Ilha de Chorão. Gomes Catão terá visto o seu testamento, do qual retirou alguns elementos, que anotou no esquema genealógico desta família a que amiúde nos temos vindo a referir: “*Testam. de Maria Brites de Sá, viúva de António de Albuquerque, da Graça, de Chorão*”⁶⁹³, de 10-6-1789. Teve 10 filhos: a sua filha Ana Maria casou com João de Faria com 2.200 xs. já falecido cujo filho é Rogério, que ambos estão em Bengala. É seu sobr.o P.e António João de Sá. Outro testam. é dat. de 13-12-1797 feito em Sangoldá em casa de sua nora Avelina Pereira – Fal. 28-9-1798 (liv. n.o 1028 no Arq. da Relação). Trata-se, afinal, segundo tudo indica, dos ascendentes mais próximos de Rogério (ou *sir Roger*, como era comumente conhecido em Bombaim, onde se instalou, e onde foi grande comerciante e membro proeminente da comunidade goesa local) de Faria⁶⁹⁴. Assim sendo, foi filha de Maria Brites de Sá e de António de Albuquerque:

5-I-1) Ana Maria de Albuquerque, a qual casou, em Goa, com João de Faria, abastado comerciante goês estabelecido em Calcutá⁶⁹⁵, filho de Baltasar de Faria, de Sangoldá, e de

⁶⁹¹ Nunes, M. da Costa (1966), 665 e 666.

⁶⁹² Se bem que no trabalho do Padre António João de Sá venha somente como Brites de Sá.

⁶⁹³ Não obstante ser extremamente provável tratar-se da mesma família, não lográmos, até ao momento, e como base nos elementos de que presentemente dispomos, estabelecer uma ligação entre este António de Albuquerque avoengo de *sir Roger* de Faria e os Albuquerque ditos da Graça – consulte-se o anexo IV: genealogias das elites naturais católicas; famílias brâmanes; Albuquerque, da Graça.

⁶⁹⁴ “Rogério de Faria, mais conhecido por *Sir Roger* de Faria, nome com que foi apresentado por Mrs. Nesbit em sua casa ao Governador de Bombaim da época, foi uma figura de grande relevo não só na cidade de Bombaim, onde gozou de notável preponderancia no meio comercial, que lhe deu certo renome nos círculos sociais da época, mas ainda em Goa” – Cunha, António Maria da (1928), *Sir Roger de Faria. Notas Genealógicas e Biográficas*, tip. do “Heraldo”, Nova Goa, 1. É desta obra que retirámos o grosso dos dados genealógicos relativos à descendência de Roger de Faria.

⁶⁹⁵ “João de Faria (...) esteve na China e, regressando dali, estabeleceu a firma “Bruce, Faria & Co.”, em Calcutá, que fazia comércio entre a India e a China, sendo a primeira correspondente de William Graham & Co., na India. No Journal de l’Abbé Cottineau de Kloguen, que está publicado no (boletim do) Instituto Vasco da Gama, pag. 11 da 2.a série, 1873, em diante, le-se que, desejando o Abbé Cottineau vir a Goa, Mr. Ritchie disse-lhe que o ia apresentar a Mr. Roger de Faria, portuguez muito rico e muito considerado (pag. 84 da 3.a série). Na capela do Vigário Apostólico, Mr. Regnaut apresentou o abade em 11 de Novembro (chegara a Bombaim em 9 de Novembro de 1827) a *Sir Roger* de Faria, “rico negociante portuguez de Goa, residente em Bombaim e condecorado com a ordem de Cristo de Portugal. É muito bronzeado de cor, para não dizer preto, mas de um ar distinto, falando um pouco o frances e muito bem o ingles”. No dia seguinte foi á sua

Apolónia Lobo. Caso não tivesse declarado, nos dois testamentos que compôs, ser originário de Santa Inês⁶⁹⁶, ser-nos-ia impossível determinar o seu local de nascimento. João de Faria cedo se terá dedicado ao comércio em Calcutá, onde veio a conhecer algum sucesso, se bem que Teresa Albuquerque nos informe de que começou a sua carreira muito modestamente, como músico⁶⁹⁷. Tal como frisa Teotónio de Souza, é extremamente provável que a proximidade dos Faria com os Barreto e os Sousa tenha começado já na sua geração⁶⁹⁸

O casal teve um só filho:

a) Rogério de Faria, a que já fizemos breve menção. Numa biografia que se tornou clássica, António Maria da Cunha, que se aliara à família Faria por casamento, não consegue indicar com certeza o seu local de nascimento. Segundo explica, dizia-se ser natural de Sangoldá, em Bardez, “*mas não há documento autêntico que o confirme*”⁶⁹⁹. Morreu em Bombaim, tendo sido enterrado na capela de Nossa Senhora do Carmo. As ossadas foram, porém, mais tarde trasladadas para a igreja de Nossa Senhora da Glória de Byculla, entretanto reconstruída, “*onde jazem sob a mesma lousa que cobre os (restos) do seu filho João Xavier de Faria e de sua filha Angela ou Angelina de Faria*”⁷⁰⁰. No que toca

casa, pois Sir Roger prometera cartas de recomendação para Goa, particularmente para o Governador e para o Arcebispo. Conta o Abade que Sir Roger o apresentou no dia 13 de Novembro, em que jantou com ele a uma mesa onde havia 30 pessoas, sendo apenas 4 estrangeiros, a seu pai, velho venerando de 80 e tantos anos e que era muito mais claro que seu filho; jantava sempre antes da família, às 2 horas. Sir Roger era então viúvo e tinha um filho e 8 filhas, sendo duas casadas. O abade embarcou, efectivamente, em 18 de Nov. num patamarim para Goa, onde chegou a 24. Com relação à morte de João de Faria, diz o abade à pag. 268, da serie de 1875: “9 de Maio de 1828: Soube de manhã da morte do sr. João de Faria, pai de Sir Roger de Faria, que ocorreu ontem, à 9 horas. O P.e Luis convidou-me, em nome do filho do defunto, para estar esta tarde, para exequias, na igreja do Carmo. Às 3h. eu fui para a cidade de palanquim, e dirigi-me primeiro para o Carmo, donde fui com o P.e Luis e P.e Jerónimo para casa de Sir Roger de Faria. Havia vinte e tantos padres, entre os quais P.e Francisco Parras, Vigário Geral de Goa, servindo na igreja grande de Mazagão, mas com excepção dele, P.e Jerónimo e P.e Laurent do Rosario, de Mazagão, e vigário de Caranjá, não havia mais vigários. Estavam além destes todos os portugueses mais distintos da cidade, alguns arménios e uma grande multidão, mas não vi ingleses, o que me admirou. A sala grande no topo da escada tinha sido armada em camara ardente e o corpo deposto em um a muito rica, urna, descoberta, com o habito de S. Francisco, tendo um crucifixo na mão mas o rosto coberto com um pano preto. Os cantores leigos e os membros das diversas confrarias da paróquia nos seus distintivos cantaram as vésperas dos mortos de corpo presente, as quais concluídas pelo P.e Luis, levantou-se o corpo: todos os padres iam em duas fileiras com cirios na mão e o oficiante precedia o cadáver. Na igreja, Mgr. Bispo de Antephele, vigário apostólico, tomou a estóla. Cantaram-se matinas e laudes e no fim a absolvição; depois dirigiram-se para a sepultura aberta diante da porta grande, sob o vestibulo, e terminou a cerimónia pelo Ritual Romano. Todos os padres voltaram em seguida para casa de Sir Roger, para fazer os cumprimentos de condolencia. Em 8, de tarde, o velho (João de Faria) confessara-se ao P.e Joseph, mas estava indeciso quanto à comunhão na manhã seguinte por não poder ficar em jejum. Mgr. Prendergast disse-lhe que podia tomar o viático sem escrúpulo. Ia-se enfraquecendo: contudo não ficava na cama, conversava, ia à mesa e não se queixava de fraqueza ou opressão. Tendo tomado chá, ficou aliviado e conversou sobre diversos assuntos e sobretudo sobre a sua longa permanencia em Bengala. Tendo saído outras pessoas, quis descer ao seu quarto; deu-se-lhe o braço segundo o costume, mas no meio da escada sentiu-se vertiginoso e sentou-se numa cadeira, mas logo perdeu os sentidos. Mandou-se logo chamar padre e o P.e Luis administrou-lhe a extrema unção, mas o P.e José pensa que ele estava já morto. Tinha 80 e tantos anos” – Kloguen, Dennis L. Cottineau de (1831), 3 e 4.

A meticulosa descrição de Cottineau é, de entre as que conhecemos, um dos exemplos mais expressivos das elaboradas cerimónias religiosas que as elites naturais católicas estabelecidas em Bombaim prezavam. Há no entanto, algumas sutis alusões a certas ausências (de vigários e de quaisquer autoridades ou comerciantes britânicos) que poderão ter obnubilado parcialmente o esplendor desejado por *sir* Roger de Faria. Note-se, ainda, o facto de terem tomado parte, nas cerimónias fúnebres, os principais representantes da *Propaganda* e do Padroado em Bombaim, sendo este último o padre Francisco Parras.

⁶⁹⁶ Ambos feitos em Bombaim (escritos em português e, depois, vertidos para inglês), o primeiro testamento tinha a data de 24 de Abril de 1812, e o segundo 21 de Outubro de 1825. O conteúdo, não obstante o maior desenvolvimento do de 1825, é, na sua essência idêntico: em qualquer dos casos, João de Faria deixava como herdeiro universal o seu filho único Rogério. Segundo António Maria da Cunha, que consultou os documentos em questão, “*Diz no segundo testamento que deseja que se mandem dizer por sua alma todas as missas que se puderem conseguir no dia do seu falecimento, da esmola do costume, e se repartam umas cem rupias pelos pobres com a mesma tenção, etc. Determina que uma apólice da Companhia Inglesa, de 2.000 rupias, que vence juros a 6%, seja aplicada a sufragios pelas almas e dada em caridade; que logo depois do seu falecimentto, com a brevidade possível, dentro de um mês ou antes, se realize a mesma apólice a câmbio corrente e se passe a soma total para Goa, dividindo-a em seis partes iguais e aplicando-as da maneira como indica, sendo uma parte para missas rezadas por alma de seus pais etc. Deixa 50 xerafins ao alfaiate Diogo, de Arporá, pelos serviços prestados na sua doença, recomendando que todos os legados sejam pagos em Goa logo depois da sua morte. Deixa aos tres sócios da firma do seu filho Rogério, a saber: Luis Francisco da Silva, Francisco Antonio de Carvalho e José Maria Pinto, cem rupias a cada um, para despesas de luto, e mais cem rupias a João Francisco Pinto. De todos os seus bens, institui herdeiro, como ficou dito, seu filho Rogério, incluindo dos seus bens de raiz e propriedade imovel situados em Saligão, Bardes*” – Cunha, António Maria da (1928), 2.

⁶⁹⁷ “*João de Faria who, as a young musician, ventured out to China from the village of Sangolda, in Goa, and established a commercial house, Bruce Faria & Co in Calcutta, which had extensive transactions with the Far East*” – Albuquerque, Teresa (2012), 64.

⁶⁹⁸ Souza, Teotónio R. de (2008), 137.

⁶⁹⁹ Souza, Teotónio R. de (2008), 137. Teresa Albuquerque discorda: “*Roger de Faria was born in the village of Choroao, Goa in 1770. His family hailed from St. Ines, and all his life he nurtured a deep attachment to Goa*” – Albuquerque, Teresa (2012), 64.

⁷⁰⁰ Cunha, António Maria da (1928), 7.

à vida deste personagem, a descrição mais antiga – e certamente a mais elogiosa (não nos esqueçamos da natureza da obra em que a mesma se acha inserida e das relações próximas do autor com a família do antigo comerciante de Bombaim) – é a de António Maria da Cunha, num capítulo precisamente intitulado *A personalidade de Rogério de Faria*: “Rogério de Faria, nascido em 1770, era negociante em Bombaim quando foi nomeado Feitor e Director da Feitoria Portuguesa de Surrate, por carta régia de 16 de Fevereiro de 1826 (cujo original existe no arquivo da família Rosário), por tres anos, findos os quais voltou a estabelecer-se em Bombaim, em 1829, como senior partner da firma Sir Roger de Faria & Co., da qual faziam parte seus genros Luis Francisco da Silva, Francisco António de Carvalho e José Maria Pinto, firma que negociava em opio para a China, importando dali chá e sedas, tendo para esse fim tres vapores: Margaret Crawford, Boa Esperança e Gloriosa⁷⁰¹. A esta firma se associou posteriormente Jamsetjy Jijibhoy, depois Sir Jamsetji, como primeiro baronet que foi daquele nome, que principiou a vida em situação subalterna em casa de Sir Roger de Faria, subindo depois á opulencia que o elevou e seus descendentes a chefes da importante comunidade parse de Bombaim. Cunha Rivara diz nas suas “Jornadas ás Praças do Norte, em 1859”, publicadas no “Instituto Vasco da Gama”, 1.a série – 1872, pg. 247, a este respeito o seguinte: “O muitas vezes milionário Jamsetji Jegeboy, fora no principio deste século simples escrevente do então possante comerciante Rogério de Faria, Goano, estabelecido em Bombaim”. Sir Roger de Faria gozou de tal consideração que o arcebispo Dom Fr. Manuel de S. Galdino lhe concedeu, por provisão de 20 de Janeiro de 1821, a graça de capela própria, particular ou pública, em sua casa de Bombaim; e tal era o seu patriotismo que, “sendo ele e seus socios intimados para servirem como membros do Grande Júri na Suprema Corte de Bombaim, pelo que podia ser considerados súbditos britanicos, sendo eles naturais de Goa e súbditos da Coroa de Portugal, possuindo aqui consideráveis imóveis, embora por muitos anos tivessem negociado em Bombaim como comerciantes portugueses e agentes sob a designação de Sir Roger de Faria & Cia., gozando, porém, de todas as regalias de cidadãos portugueses, que desejavam continuar a usufruir, obtiveram do Tribunal uma declaração oficial de que não faziam parte do júri como súbditos britanicos mas apenas como residentes principais da cidade!. E, de facto, tal declaração foi passada em 30 de Março de 1829 com todas as formalidades e garantidos os seus direitos de cidadãos portugueses. Sir Roger de Faria foi cônsul de Brazil e Agente do Governo Portuguez, sendo agraciado com a comenda de Cristo, em reconhecimento dos serviços prestados ao Governo. Vem a proposito transcrever aqui os seguintes trechos do Abade Cottineau: “A trois heures j’ai pris un bain tiède, et á quatre j’ai été chez Sir Roger de Faria. La maison est vast et aerée et de la plateforme supérieure on a une tres belle vue de la mer, des remparts, des faubourgs, de la ville, de l’Ile de Culaba et de la cote qui s’étend verse l’ouest jusqu’à la pointe dite de Malabar. La salle á manger sous le toit comme les chambres de la maison de l’Eveque. Il y avait que trois ou quatre étrangers. J’étais assis entre Sir Roger et sa fille ainée qui est mariée et la filleule de l’Eveque. La table était bien garnie; toute sorte des vins ; j’ai mangé surtout d’excellent mouton roti : il y avait aussi une tres grosse piece de bœuf, des patisseries, et un dessert de fruits parmi les quels il avait beaucoup de pamplemouses ou grosses oranges ; c’est un plat obligé, de dessert, a ce qu’il parait, dans la saison. Après le diner, Sir Roger a fumé avec une pipe á l’indienne dont le tuyau passe á travers un rafraichissoir. On a servi ni café ni liqueur, ce qui m’arrange fort bien. (...) le mari de sa fille ainée est beaucoup plus blanc qu’elle ; il était á la table et était le seul autre son beau pere qui put parler anglais avec moi. Il parait tres religieux ; son pere approche des sacrements tous les mois. Il m’a beaucoup vanté les églises et les couvents de Goa et témoigne le plus haute idée de sa ville natale ; et en général les Portugais de cette partie de

⁷⁰¹ Estas embarcações teriam pertencido originalmente ao progenitor de sir Roger – Souza, Teotonio R. de (2008), 137.

*l'Inde ont un attachement extraordinaire pour leur pays et leur capitale quoique elle tombe en ruines et qu'il soient forcés de s'en absenter la plupart du temps pour venir gagner leur vie a Bombay et dans les autres villes anglaises. Sir Roger m'a engagé á me rendre chez lui demain apres déjeuné pour qu'il me menat a la bibilioteque*⁷⁰². Assim, António Maria da Cunha, mais do que debruçar-se sobre a carreira comercial do antepassado da sua mulher (alude apenas discretamente ao seu papel no tráfico de ópio, por exemplo), prefere insistir nos aspetos que, de acordo com os cânones vigentes entre as elites *naturais* católicas, espelhavam a *principalidade* de Rogério de Faria: a proximidade com o arcebispo e com as altas esferas do Padroado (o que pressupunha a uma atitude de cooperação com a igreja de Goa, então em contenda aberta com a Propaganda), o seu portuguesismo e o amor que nutria pela terra natal, da qual jamais se desvinculara. Foi por todos eles recompensado: o arcebispo S. Galdino concedeu-lhe o privilégio de manter capela privada; o governo português fê-lo feitor de Surrate e agente em Bombaim e outorgou-lhe a comenda de Cristo; as elites goesas não lhe regatearam elogios e tomaram-no por expoente e referência na imensa Bombaim. Isto sem esquecer, naturalmente, a fortuna que herdara e soubera multiplicar, bem como o papel que alegadamente desempenhara no arranque da atividade do depois tão célebre Jamsetjee Jejeebhoy. A descrição de Cottineau, que Cunha reproduz, em torno de uma refeição em casa de Faria constitui também, a nosso ver, um contributo interessante: para lá da preocupação constante do abade francês em aferir o grau de clareza da tez dos seus anfitriões, este destaca, a título de particularidades, o facto de poucos membros da estirpe, apesar de estarem há tantos anos domiciliados em Bombaim, falarem inglês (aparentemente, só o faziam *sir* Roger e o genro), a extrema religiosidade (quase exacerbada no caso do genro, que deverá ser Francisco António de Carvalho), as alusões a *Velha Goa* e aos seus cenóbios e igrejas, o persistente encarecimento da terra natal e a suave persistência, apesar da *ocidentalização* patente, de alguns costumes locais (como o cachimbo usado pelo patriarca e a ausência de café no final do repasto). Muitíssimo mais recente, a análise da vida e carreira de Faria levada a cabo por Celsa Pinto parece estar quase nos antípodas da promovida por António Maria da Cunha⁷⁰³. Para esta autora, releva sobretudo o facto de os negócios da estirpe (ainda encabeçados por João de Faria) terem começado em Calcutá em finais do século XVIII. Aí começou Rogério, o qual rapidamente se voltou para Macau, guiado pelo propósito de intervir mais ativamente no comércio de ópio, que garantia grossos dividendos. A sua perseverança, a nacionalidade portuguesa que sempre manteve e a proximidade com os influentes Barreto garantiram o sucesso da empresa e a multiplicação da fortuna⁷⁰⁴. Foram talvez as mudanças no tráfico do ópio introduzidas pela East India Company que, segundo sugere Celsa Pinto, fizeram com que Faria transferisse a sede da empresa para Bombaim, cidade onde também se encontravam alguns dos seus associados Barreto e que estava muitíssimo mais próxima da Goa natal. A mudança revelou-se altamente benéfica para a sua casa comercial, que prosperava cada vez mais, congregando outros interesses para além do trato do anfião: *“De Faria was not only ensconced in the Asiatic trade but also conducted a commerce of wider proportions with Portugal, Brazil, Moçambique and the Far East. He possessed oceanic-going and coastal vessels and operated a business with branch offices at Calcutta, Surat, Daman and Macao.*

⁷⁰² Cunha, António Maria da (1928), 5 e ss. Note-se que este encantamento em torno da figura de Rogério de Faria e da sua descendência persiste até hoje. Numa obra muito recente e que conheceu grande aceitação em Goa, Aurora Couto segue muito de perto (quando não o ultrapassa) o retrato debuxado por António Maria da Cunha. A própria autora o admite, de certa maneira: *“a figura de Roger de Faria ficou marcada na minha fantasia, como uma mistura única das influências coloniais que varreram as nossas costas, a congruência entre o colonialismo britânico e o português, a começar pelo nome, e acima de tudo, a originalidade de ser o único príncipe mercante goês católico de que eu tinha ouvido falar”* – Couto, Maria Aurora (2012), 373 e ss.

⁷⁰³ Pinto, Celsa (2003), 78 e ss. Veja-se, a título meramente complementar, Pinto, Celsa (1994), 58.

⁷⁰⁴ *“João de Faria had started a business house in Calcutta, initially known as Bruce, Faria & Co. In 1796 his son Rogerio gained a foothold into Macao with the right to import opium despite the opposition of local commercial interests. By virtue of his Portuguese nationality he was able to dispel this opposition and along with the Barretos of Bengal began to enjoy at Macao the same commercial privileges as the local traders. In 1798 was granted a licence to set up a branch office at Macao”* – Pinto, Celsa (1994), 78.

He was one of those who changed the face of Bombay and helped to elevate it in to the position of greatest port of India and life-line of the British Indian empire. He maintained close relations with the Goa authorities and Goa merchants like the Mhamais. He was also influential at Lisbon and later at Rio de Janeiro". Tratava-se, então, de um verdadeiro império comercial, com interesses e agentes em muitos dos territórios ultramarinos portugueses (Brasil, Goa, Damão, Macau, Moçambique), parte dos mais importantes centros mercantis ingleses e com a Europa, o qual se fortaleceu ainda mais após a passagem de Rogério de Faria pela direção da feitoria de Surrate⁷⁰⁵. Teresa Albuquerque, uma das últimas autoras a biografar Faria, segue de perto Celsa Pinto⁷⁰⁶. Sublinha, no entanto, dois aspetos que consideramos relevantes: por um lado, o ter sido *sir* Roger o responsável pela revitalização da indústria de construção de embarcações do porto de Damão; por outro, o facto de a transferência da corte para o Rio ter sido determinante no seu interesse pelo comércio com o Brasil, que tão frutífero se viria a revelar, mesmo ao nível institucional. Finalmente, acentua que, nos seus últimos anos de vida, a prosperidade mercantil de Faria era já uma sombra do passado: as restrições impostas ao tráfico de ópio e, sobretudo, o vultuoso apoio financeiro prestado à causa do prefeito – a que o grande comerciante de Bombaim aderiu entusiasticamente e de bolsa aberta – e jamais foi saldado conduziram-no a uma situação de bancarrota iminente, da qual foi resgatado por um colega e amigo próximo, o já muito rico *sir* Jamsetjee Jeejeebhoy. Rogério de Faria conseguiu, assim, equilibrar as contas, voltar, ainda que mais timidamente, aos mercados e garantir o futuro conforto financeiro da sua descendência. Sofrerá, ainda, um derradeiro golpe com a morte do único filho varão, de tétano, na sequência do que convidará Jeejeebhoy para seu associado, "*since his own sons-in-law could not cope with his numerous houses of agency*". Note-se, ainda, que os ensaios biográficos de Celsa Pinto e Teresa Albuquerque beberam de um breve artigo da autoria de Teotónio de Souza, *For Goa and Opium*, publicado pela primeira vez em 1985, que trouxe uma nova luz sobre a vida de *sir* Roger. Partindo do longo epitáfio gravado no seu jazigo⁷⁰⁷ e amparado na documentação dos Mhamai Camotim de Goa, que se achava a estudar, o autor procurou dissecar mais profundamente as relações, sempre próximas, entre Faria e as autoridades de Goa e Portugal (quer em Lisboa, quer após a instalação no Rio) – bem como, depois da independência, com o Brasil – e, sobretudo, a sua colaboração com o *perismo*. Traça, ainda, um final diverso (menos róseo e favorável ao biografado) da vida de *sir* Roger de Faria: soçobrando sob o peso das dívidas contraídas, e jamais pagas, para sustentar a causa do prefeito Bernardo Peres da Silva, morrerá pobre, vivendo graças à generosidade do seu antigo funcionário Jeejeebhoy⁷⁰⁸.

⁷⁰⁵ A principal fonte de riqueza da estirpe parece ter sido sempre o ópio: "(Rogério de Faria) *had a virtual monopoly of the opium trade with Macao via Daman and Diu in the early nineteenth century. In the 1820s he was part of a band of traders on the west coast of India bent on shipping opium to Lintin in China, in total disregard of the protests of Macao. After his tenure as a Surat factor, Rogerio de Faria moved to Bombay and continued to trade in opium with China via Daman and Bombay long after the introduction of the British transit system in 1831. His shuos Margaret Crawford, Boa Esperança and Dom Manoel de Portugal would leave the west Indian littoral laden with opium from China and would return with Chinese tea, porcelain, silks, and sundries*" – Pinto, Celsa (1994), 79.

⁷⁰⁶ Albuquerque, Teresa (2012), 64 e ss.

⁷⁰⁷ Devemos a Amâncio Gracias uma reprodução da longa e assaz laudatória inscrição na dita lápide: *Repousam neste jazigo/Os mortais despojos/de/Rogeiro de Faria/ Cavalleiro da Ordem de Christo e negociante/ Portuguez em Bombaim/ Outrora Director da Feitoria Portuguesa/ Em Surrate/E Consul Geral do Imperio do Brazil/ na India/ Nasceu em Goa sua patria/ Aos 14 de Outubro de 1770/ Falleceu em Bombaim/ Aos 15 de Março de 1848./ Os relevantes serviços/ Que prestou às Nações Portuguesa e Brasileira/ Nos importantes cargos que occupou/ A honra e probidade em suas relações/ Commerciaes/ A hospitalidade e franqueza com que acolhia/ Nacionais e Estrangeiros/ A filantropia e beneficencia com que/ Tratava os desvelados (sic, talvez por desvalidos)/ Tornando o seu nome geralmente conhecido/ Lhe granjearão/ Estima, consideração e respeito./ A desconsolada familia mandou pôr/ Esta lapida/ A sua saudosa memoria./ Requiescat in pace – Amen/ P.N. e A.M. – Gracias, Amâncio, "Inscrições e epitáfios nas igrejas de Bombaim", in *O Oriente Portuguez.*, Tipografia Rangel, Bastorá, nº 23, 1939, 3 e 4.*

⁷⁰⁸ "Unable to repay his creditors, Faria's reputation in the business world was shaken. Sir Jamsetjee sounded a warning in a letter to Faria on 29 July 1835: "You seem to be quite ignorant of what the result will be in the end... I trust you will write to Daman confidentially and see that the matter is arranged without delay as we must hold you responsible. By December 1838, Sir Rogério was bankrupt. In his short, but informative life account of Sir Rogério, published in Gujarati in 1874, Rathanjee Framjee Wacha says that Sir Rogério had no one to look after him during the sunset of his life, and that Sir Jamsetjee assisted him while he was alive and provided a bungalow and regular living

Rogério de Faria casou com “*a Goan lady from Sirula*”⁷⁰⁹, cujo nome se desconhece, de quem teve: **(i) Rita Maria de Faria**, batizada em Bombaim, na “*capela da cidade*”, tendo casado com o associado da firma paterna Francisco António de Carvalho (nascido na Piedade, Divar, em 1830, e falecido, cremos que em Bombaim, a 7 de Janeiro de 1861)⁷¹⁰; **(ii) Rosaura de Faria**, da qual António Maria da Cunha sabia somente que casara com “*José Maria Pinto, de Sangoldá, avo dos irmãos Gouveia Pinto, e faleceu, provavelmente, em Goa, sem descendência*”⁷¹¹, e que José Maria Pinto foi também sócio da Roger de Faria & Co; **(iii) Ana Apolónia de Faria**, a qual casou com o terceiro associado do pai, o goês Luís Francisco da Silva, nascido em Salvador do Mundo (filho de ... da Silva e de Petronila Lobo, sepultada na matriz de Pangim), de quem teve larga geração⁷¹²; **(iv) Caetana Luísa de Faria**, casada com José Maria de Gá, funcionário (“*empregado superior*”, diz António Maria da Cunha) de Forbes & C.o⁷¹³; **(v) João Xavier de Faria**, que nasceu em 1813 e

allowance to his descendants in perpetuity. This is confirmed by Sir Jamsetjee, who wrote on 26 November 1838 to William Jardine in Canton: “You will be sorry to hear poor Sir Rogerio de Faria delivered his affairs to the Court, his assets apparently 50 per cent which will keep him out from going to jail – my good friend... I have some regard to his family and cannot help avoiding this large number of persons to provide with”. Sir Jamsetjee seems to have honoured his feelings and granted a lifelong pension to Rogério de Faria and his immediate family members” – Souza, Teotonio R. de (2008), 141.

⁷⁰⁹ Albuquerque, Teresa (2012), 64.

⁷¹⁰ Foram os pais de:

(i) Manuel António de Carvalho, funcionário de Correios (em Bombaim?), falecido em 1867, sem geração da sua mulher e prima Rosaura da Silva;

(ii) Sebastião António de Carvalho, vice-cônsul de Portugal em Bombaim, estudou medicina naquela cidade, passando, após a licenciatura, a integrar a clínica do seu tio Caetano Baptista do Rosário. Morreu, em Bombaim, a 13 de Dezembro de 1877 (“*Educated in Bombay, along with Lad, Lisboa and Dukle, he was in the earliest batch of Goan students who passed out of Grant Medical College in 1851. Carvalho stood first and was awarded with the Carnac scholarship. (...) he was also examiner in the Portuguese language at the University of Bombay. A number of his medical transactions were published in the Journal of the Asiatic Society. He was on Board of Education. In 1869 he was appointed Vice-Consul of Portugal in Bombay, and for the admirable service he rendered he was decorated with the Order of Christ in 1873*” – Albuquerque, Teresa (2012), 89. A autora baseou-se muito na nota biográfica traçada em Abreu, Miguel Vicente de (1974), 28 e 29. Casou com uma prima, Catarina Amélia (ou Aurélia) da Silva, de quem teve **Rita Inês de Carvalho** e **Maria de Carvalho**, primeira casada com Albino António Pacheco – nascido em Macau, advogado e juiz de Damão – de quem teve António Augusto Pacheco, diretor da Fazenda em Goa. Por seu lado, Maria de Carvalho, segundo António Maria da Cunha, “*desejando consagrar-se á vida religiosa, entrou para um convento de Freiras, tendo, porém, de o deixar por motivos de saúde. Morreu solteira em casa de sua tia D. Margarida de Faria, tendo vivido antes em casa do seu tio Francisco Xavier da Silva*” – Cunha, António Maria da (1928), 9;

(iii) Francisco António de Carvalho, que se trabalhou nas alfândegas de Bombaim. Também ele casou com uma prima, Amélia Leopoldina da Silva, cuja geração (dois filhos, **Francisco** e **Vitorino**) se extinguiu. Morreu precocemente, num acidente (caiu de um carro) e foi sepultado na, à data recém-reedificada, igreja de Nossa Senhora da Glória de Byculla da referida urbe, reunindo-se-lhe as ossadas do seu progenitor. A reconstrução da igreja de Byculla teve lugar em 1911.

⁷¹¹ Cunha, António Maria da (1928), 10.

⁷¹² A saber:

(i) João Filipe da Silva, funcionário superior e *assistant collector* da alfândega de Bombaim. Quando o governador do Estado da Índia, conde de Torres Novas, visitou o de Bombaim, foi acompanhado por João Filipe da Silva, que lhe serviu de intérprete. Morreu solteiro em Goa, sendo sepultado na matriz de Pangim;

(ii) Petronila da Silva, que teve duas filhas do seu casamento com José da Silva: **Matilde da Silva**, a qual casou com Eusébio Viegas (*chief clerk* da Hongkong & Shanghai Banking Corporation) e **Carolina da Silva**, que morreu solteira;

(iii) Rosaura da Silva, casada com o seu primo Manuel António de Carvalho, já referido;

(iv) Catarina Amélia (ou Aurélia) da Silva, que veio a casar, como já mencionámos, com o seu primo Sebastião António de Carvalho;

(v) Ricardo José da Silva, que morreu solteiro aos 30 anos, sendo funcionário das alfândegas de Bombaim;

(vi) Amélia Leopoldina da Silva, a qual casou com o seu primo Francisco António de Carvalho, acima aludido;

(vii) Clementina da Silva, falecida solteira “*com perto de 50 anos*”;

(viii) Adelaide Guilhermina da Silva, igualmente solteira, morreu “*com mais de 55 anos de idade*”;

(ix) Francisco Xavier da Silva, nascido cerca de 1842 e falecido a 19 de Março de 1900. Foi tradutor oficial de português e *assistant superintendent* do *political department* da secretaria do governo de Bombaim;

(x) António Luís da Silva, o qual, tal como o seu irmão Francisco Xavier, não casou. Nasceu em Bombaim cerca de 1852, tendo aí morrido no dia 18 de Maio de 1886, desempenhando, à data, funções de *managing clerk* dos *solicitors* Prescott & Winter;

(xi) Ângela, que morreu criança.

⁷¹³ Tiveram:

(i) Luísa de Gá, falecida solteira;

(ii) Ana Maria de Gá, casada com Lourenço Filipe de Lemos, fotógrafo, “*sócio da firma fotográfica Henderson & Co.*”, dele tendo **Doroteia**, falecida precocemente, **Idalina de Lemos** (nascida a 6 de Maio de 1864, casada com o seu primo José Filipe de Menezes, nascido em 1846 e filho de Luís Caetano de Menezes, que foi *assistant to the superintendent public Works department*; foram os pais de Margarida de Menezes, professora na António de Sousa’s High School, também em Bombaim), **Lídia de Lemos**, solteira, **Maria de Lemos**, também

faleceu muito novo, “*de tétano, após uma queda de cavalo, em Mazagão, em 27 de Dezembro de 1846*”⁷¹⁴, sendo agente consular (como único filho varão de um dos principais comerciantes goeses da cidade) do governo português em Bombaim e “*encarregado de arrecadar todos os fundos nacionais e de pagar várias despesas, como a sustentação do Reitor do Hospício de Colaba*”⁷¹⁵; **(vi) D. Mariana de Faria**, casada com o também goês Caetano Baptista do Rosário, médico “*natural da Piedade, ilha Divar, nascido em 14 de Fevereiro de 1799*”, filho de Luís Filipe do Rosário e de Vitória Ditosa de Menezes (falecida no dia 17 de agosto de 1810)⁷¹⁶, de quem houve larga descendência⁷¹⁷; **(vii) Cecília de Faria**, a qual veio a casar com Inácio do Rosário Dias,

falecida solteira, e, finalmente, **José Filipe de Lemos**, “*empregado do Hongkong & Shanghai Bank e depois de Ralli Brothers*”. Este último casou com Elvira de Quadros, filha de João Vicente de Quadros, de quem teve somente um filho, o qual morreu de tenra idade.

⁷¹⁴ Id., *ibid.*, 12. E fornece os seguintes pormenores adicionais: “*Os seus restos que jaziam na Fort Chapel, de Bombaim, ao lado dos do seu pai, foram trasladados, com os do seu pai, para a igreja nova de N. S. da Glória, onde estão sob a mesma lousa que cobre também os de sua irmã Angela Serafina.*”

⁷¹⁵ Não parece haver consenso no que toca aos cargos que Xavier de Faria efetivamente exercitava em Bombaim. António Maria da Cunha, cioso dos brios familiares, procura resolver a questão: “*Era agente do Governo Portuguez em Bombaim, nomeação aprovada por portaria ministerial de 24 de Maio de 1841, comunicada em officio de 19 de Julho do mesmo ano, do secretário geral Claudio Lagrange Monteiro Barbuda, constando de documentos officiais que era agente consular, e não simplesmente agente de correspondência (sublinhados no original), como foi declarado em officio da Secretaria Geral, de 24 de Maio do mesmo ano de 1841, dirigido a António Lourenço Saldanha, que se recusava a entregar uma propriedade de que era depositário. (...) O governador geral, interino, Lopes de Lima, mandou-lhe instruções, datadas de 16 de Julho de 1841, formulando os deveres de agente consular, cujo autógrafo existe no arquivo da família Rosário*” – Cunha, António Maria da (1928), 12.

⁷¹⁶ Foram irmãos de Caetano Baptista do Rosário: **(i) Vicente de Ferrer José do Rosário**; **(ii) Maria Ângela do Rosário** (casada com António Vicente Cabral – veja-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Alvares de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 4-V-4, d)); e **(iii) Cônego Joaquim António do Rosário**, que foi um dos mais estrênuos defensores dos direitos do Padroado: “*nascido em 28 de Fevereiro de 1806, (...) aos 15 anos de idade recebeu as ordens menores, sendo arcebispo D. Frei Manuel de S. Galdino; foi ordenado de subdiácono em 1827, de diácono em 1828 e em 1829 de presbítero com dispensa de 6 meses de idade, que lhe faltavam para o complemento (sic) de 24 anos. Em Fevereiro de 1831 partiu para Cochim, onde missionou por 11 anos, voltando para Goa em 1842, atestando o Arcebispo de Cranganor que a ele era devida a conservação da maior parte das igrejas do bispado de Cochim na obediência do Real Padroado Portugues. Em 1844 nomeou-o o arcebispo Torres seu secretário particular, que foi durante todos os 5 anos que esse prelado esteve em Goa, o qual o proveu, em 1847, em cônego da Sé Primacial de Goa e o nomeou examinador sinodal, mandando-lhe ainda de Portugal um decreto régio condecorando-o com o hábito de Cristo, depois de lhe ter, espontaneamente, passado um atestado honrosíssimo dos serviços prestados durante o seu espinhoso governo, auxiliando-o na defesa dos direitos do Padroado contra a Propaganda. Tão distintos foram esses serviços que, por proposta do Conde de Torres Novas, foi agraciado com a comenda de Cristo. Por carta régia de 6 de Setembro de 1862 foi provido em tesoureiro-mór da Sé e, por outra, de 27 de Setembro de 1873, em chantre, colado em Novembro do mesmo ano. Governou a arquidiocese de Goa de 31 de Julho de 1862 a 11 de Janeiro de 1866, de 14 de Dezembro de 1869 a 31 de Janeiro de 1869 e depois até à instalação da Junta Governativa, que ele instalou em 11 de Março de 1869, sendo um dos seus vogais. Desde 1863 foi provisor do arcebispado e depois vigário geral. Faleceu em 31 de Agosto de 1878 na Piedade, onde foi sepultado com um funeral concorridíssimo. Grande defensor do Padroado, coube-lhe exercer altos cargos eclesiásticos numa época de grande agitação provocada pelos Bispos da Propaganda em Bombaim e que continuou até à vinda do arcebispo Amorim Pessoa, que sustentou e defendeu todos os seus actos*” – Cunha, António Maria da (1928), 21 e 22.

⁷¹⁷ A saber:

(i) Vitória Ditosa, “*falecida de pequena idade*”;

(ii) Luís Filipe do Rosário, de quem António Maria da Cunha elogia o “*papel que desempenhou na descendência de Sir Roger de Faria, sendo, depois da sua tia D. Margarida de Faria, o representante efectivo daquela família*” – *id.*, *ibid.*, 13. Médico, casou com a sua prima D. Ana Elisa Fernandes, a que nos referiremos *infra*, indicando então a geração havida deste enlace;

(iii) Vitória Ditosa do Rosário, “*nascida em 18 de Outubro de 1839, casada com João Vicente de Quadros, guarda-livros da firma Ralli Brothers em Bombaim, falecido em 1 de Agosto de 1903, tendo 4 filhos e 4 filhas: a) Maria Clotilde de Quadros, nascida em 23 de Janeiro de 1865 e casada com o Dr. Alfredo de Brito médico, da Barsi Light Ry., e falecido em 6 de Agosto de 1916, de quem tem uma filha, Maria Vitória de Brito, nascida em 20 de Fevereiro de 1906, casada, em 25 de Abril de 1926, com Filipe Fernandes, de Damão, filho de Januário Fernandes e empregado dos Caminhos de Ferro; c) João Baptista de Quadros, médico formado pelo Grant Medical College, obtendo depois o grau de L.R.C.P. em Edinburgo, nascido em 14 de Julho do 1866 e falecido, solteiro, em 17 de Abril de 1906; c) Alfredo de Quadros, nascido em 7 de Junho de 1867; d) Amélia L. de Quadros, nascida em 12 de Junho de 1869 e casada em 2 de Junho de 1909 com Dr. Paulo Dias, de Banderá, duma família oriunda de Nagoá de Bardez; e) Carlos de Quadros, nascido em 7 de Julho de 1870, casado com Adélia Soares, filha do negociante Henrique Soares, de Britona, estabelecido em Bombaim, tendo deste casamento um filho, José de Quadros, aprendiz de Mecânica, e uma filha, Rosa de Quadros, dactilógrafa na Dunlop & Co.; f) Eduardo de Quadros, casado em Pondichery e ali falecido em 17 de Dezembro de 1926; g) Olinda de Quadros, nascida em 1873 e falecida em 2 de Janeiro de 1886; h) Elvira de Quadros, nascida em 1876 e casada em 11 de Agosto com José Filipe de Lemos (...), e em segundas núpcias com Teodoro de Lima, solicitor, do qual deixou dois filhos: Terence de Lima e Archibald de Lima, e duas filhas: Alda Edna de Lima e Maria José de Lima, ambas falecidas em criança*”;

(iv) Caetano, “*falecido de pequena idade*”;

(v) Rogério, também falecido criança;

(vi) João Ângelo do Rosário, “*nascido em 7 de Fevrrerio de 1841, e casado em 7 de Fevereiro de 1897 com Filomena de Quadros, filha do comendador Miguel do Rosário Quadros, falecida em 11 de Junho de 1912, de quem teve um filho, Josie do Rosário, nascido em 28 de Setembro de 1898 e falecido em 11 de Agosto de 1918, sendo aprendiz de engenharia mecânica. João Ângelo do Rosário foi empregado da firma comercial Ritchie Stewart & Co., e doutras, e agente do Governo Portuguez em Bombaim, e faleceu em 22 de Março de 1920*” –

“natural de Goa, africanista, que, regressando de Moçambique, se matrimoniou em Bombaim, partindo em seguida, como numeroso pessoal africano de serviço que o acompanhava, para Goa. Cecília faleceu pouco tempo depois, sem descendência, em Bombaim”⁷¹⁸; **(viii) D. Margarida Conceição de Faria**, a qual, não tendo casada, foi, durante décadas, a principal anfitriã e um dos mais ativos contactos das elites goesas (não só naturais, mas também *reinóis*) em Bombaim, o que valeu o reconhecimento de inúmeras personalidades de destaque da época e o ser provavelmente a mais conhecida das filhas de *sir Roger*⁷¹⁹; **(ix) Ângela Serafina de Faria**, nascida em 1819 e falecida a 29 de junho de

Cunha, António Maria da (1928), 14. O comendador Miguel do Rosário Quadros, sogro de João Ângelo, foi um dos principais membros da comunidade goesa de Bombaim, cidade onde nasceu no dia 13 de novembro de 1832. Era, segundo Teresa de Albuquerque – uma das suas mais recentes biógrafas – um dos “*merchant princes*” locais. Nasceu em ambiente privilegiado: o pai, Cosme Damião do Rosário de Quadros, fora “*a native and gauncar of Loutolim, Salcete, Goa, who had rebuilt the Gloria Chuch*”, tendo casado com D. Emília de Lima e Sousa, filha do abastado capitalista e comerciante Miguel de Lima e Sousa. Rosário de Quadros, “*along with his father-in-law Sir Miguel de Lima e Souza (...) was deeply into trade with Mozambique and other Portuguese ports and became a wealthy merchant*”. Contudo, a sua morte precoce, quando o filho contava somente cerca de 13 anos, fez com que este desde cedo procurasse singrar na vida. Após ter frequentado o Elphinstone College, em Bombaim, começou a trabalhar no tribunal local. No entanto, a sua mira era a vida mercantil, pelo que começa a trabalhar no *Commercial Bank of Bombay* em 1852. Aí dará os primeiros passos como modesto guarda-livros mas, ao longo dos anos, saberá ascender até ser nomeado gerente da instituição. Em paralelo à sua carreira no *Commercial Bank*, dedicou-se à vida comercial, adquirindo o navio *Welcome*. Manterá trocas entre Bombaim, as ilhas Maurícias e a China (“*in 1864 he purchased a palatial mansion in Shanghai*”). A sua pujança mercantil sofrerá, contudo, sérios reveses em 1865, altura em que perde o *Welcome* e regista perdas pesadas. Mas Rosário Quadros não é homem para se deixar levar pelo desalento: vira-se para a agricultura, procurando rentabilizar as suas propriedades sitas em Goa (parte delas nas *ovas Conquistas*) e Travancor, incrementando, nestas últimas, as culturas de chá e café. Para além do mundo dos negócios e da banca, o biografado sempre demonstrou sérias preocupações quer com a promoção da educação (“*From 1865, for thirty-five years he administered the funds of Baretto School at Cavel. Also he also actively supported the progress of the Antonio de Souza school at Mazagaon, directing much of his Money and even landed property towards the effort of the Sisters of Jesus and Mary who were running schools for girls*” e “*In 1877 he instituted a Portuguese scholarship in his own name at St. Xavier’s College, Bombay*”) e dos interesses do Padroado (“*he did much to boost the Padroado*”). Foi, ainda, um protetor da imprensa escrita em Bombaim e um dos dinamizadores da fundação do *The Times of India*. O reconhecimento oficial chegou na década de 70: em 1872 recebe a comenda da Ordem de Cristo e, sete anos depois, a da Conceição, a par da nomeação para cônsul de Portugal em Bombaim. A projeção social de que disfrutou reflete-se num episódio que perdurou através das gerações: “*I was said Sir Miguel de Quadros was the only Bombay Goan who enjoyed the right of private entrée to Government House*” – Albuquerque, Teresa (2012), 69 e 70. Sobre este personagem, aconselhamos a leitura de Gracías, Amâncio (1895).

(vii) Margarida Ernestina do Rosário, “nascida em 22 de Fevereiro de 1845, casou com Sebastião de Sousa, comerciante, falecido em 21 de Dezembro de 1905, deixando um filho: a) Plínio de Sousa, nascido em 15 de Março de 1871, empregado da Agência da P. & O.N. Cy., em Bombaim, e falecido, solteiro, em 19 de Outubro de 1924; e duas filhas: b) Maria Elisa de Sousa, nascida em 30 de Abril de 1974, casada, em 19 de Outubro de 1908, com o engenheiro André Baldomero de Sousa, Executive Engineer da Presidência de Bombaim, aposentado, actualmente residente em Florença, e falecida em 8 de Maio de 1927, tendo tido um filho, Artur, distinto estudante de Engenharia na Suíça; e tres filhas: Julia, Rita (falecida) e Ernestina; e c) Maria Filotea Columba da Piedade e Sousa, nascida em 17 de Setembro de 1882 e casada em 15 de Fevereiro de 1904 com Luís Filipe de Sousa, funcionário postal do governo inglês, falecido em 3 de Agosto de 1923, deixando tres filhos e tres filhas: Vivian, empregado da firma Ralli Brothers em Bombaim; Irene, Walter, Enid, Emmeline e Pery, falecido de ano e meio de idade. Margarida do Rosário faleceu em 20 de Janeiro de 1902”;

(viii) Cecília Octávia do Rosário, “nascida em 9 de Junho de 1847, casada em 1869 com o comendador Francisco Celestino de Menezes, antigo oficial-maior da Secretaria Geral de Moçambique, chanceler do Consulado de Portugal em Bombaim, depois consul de Portugal no Pará e em Pernambuco, no Brasil, e ao presente ocupando identico cargo em Cadiz, na Espanha. Cecília faleceu no Pará em 1894, deixando dois filhos: Celestino e Edmundo, posteriormente falecidos, e duas filhas: Anica e Judit, solteiras”;

(ix) Rogério do Rosário, o qual nasceu no dia 17 de janeiro de 1849. Casou com Leticia Fernandes, filha do terceiro casamento de Nicolau Fernandes, nascida a 24 de maio de 1868, de quem houve: “a) Rogério do Rosário, nascido em 29 de Abril de 1890, engenheiro electricista, que faleceu solteiro em 12 de Abril de 1920; b) Rosa do Rosário, nascida em 5 de Novembro de 1891 e casada em 4 de Novembro de 1926 com Emilio Pires, antigo empregado de Lawrence & Mayo e actualmente de Witten & Co., oculistas de Bombaim; c) Victor do Rosário, nascido em 8 de Fevereiro de 1923, capitão-médico honorário, que serviu durante a Grande Guerra na fronteira norte da India; d) Beatriz do Rosário, nascida em 14 de Junho de 1895, freira no Good Shepherd Convent, de Bangalore, para o qual entrou em Janeiro de 1923; e e) Blanche do Rosário, nascida em 9 de Março de 1899 e casada em 19 de Março de 1921 com John Philip de Sousa, de Saligão, “*outdoor engineer do (sic) Improvement Trust*” de Bombaim, tendo deste casamento tres filhas: Maria Beatriz Rosa, nascida em 1 de Julho de 1924; e duas gêmeas, nascidas na noite de 18 de Janeiro de 1927 e baptizadas no dia immediato com o nome de Maria Leticia Yvette uma e a outra com o nome de Maria Barbera (sic) Lorna”.

⁷¹⁸ Cunha, António Maria da (1928), 15. É extremamente provável que o genro de Rogério de Faria seja o mercador e traficante de escravos do mesmo nome de que trata José Capela no seu *Dicionário de Negreiros*, o qual foi um dos 29 comerciantes de Moçambique que subscreeveu o pedido ao governador-geral, marquês de Aracaty, para não aplicação do decreto de 10 de dezembro de 1836 – Capela, José (2007), 187 e 188.

⁷¹⁹ De acordo com o biógrafo familiar: “*teve o honroso encargo de continuar as fidalgas tradições de hospitalidade do seu Pai, sendo especialmente de acolhimento carinhoso para todos os portugueses que aportassem a Bombaim, desde os membros da Familia Real, como o Infante D. Augusto, em 1870, e Prelados e Governadores até outros funcionários civis, militares e eclesiásticos, dos quais quasi nenhum passou pela cidade de Bombaim, em sua vida, sem experimentar os primores de trato daquela veneranda e amabilissima dama, que ficaram registados nos livros de Cunha Rivara, Tomás Ribeiro e vários outros viajantes portugueses que tenham escrito sobre a sua passagem por Bombaim. Era tambem duma ternura incomparável para todos os seus parentes, que envolvia num grande amplexo de afecto desinteressado e sincero; e de caridade desafectada com os pobres. Nascida em 1816, viveu cercada de grande prestigio na alta sociedade do seu tempo, principalmente em Ga, para onde vinha todos os anos á festa de S. Francisco Xavier, fazendo-se acompanhar de muitos membros de sua*

1846 (“os seus restos jazem (...) na cova perpétua da família na igreja de N. S. de Glória, de Byculla”), casou com Nicolau Fernandes (1817-1873, o qual, “tendo pertencido ao “Medical Board Office”, ocupou o alto cargo de “Assessor and Collector of Income Tax” de Bombaim, e foi nomeado examinador do Português nos exames da Universidade, sendo também tradutor oficial do Português”⁷²⁰), o qual era já viúvo de Ana Pulquéria Pereira⁷²¹

família. Morreu na sua histórica casa da (sic) Mazagão em 26 de Setembro de 1889, ajudada a bem morrer pelo Bispo de Damão, D. Antonio Pedro da Costa, e pelo Bispo de Cochim, D. João Gomes Ferreira, seus dedicados amigos, tendo tido um funeral imponente, em que proferiu um tocante elogio o Consul Geral de Portugal, Dr. Sebastião Rodrigues Barbosa Centeno”. O autor reproduz o necrológio publicado pela “Bombay Gazette” quando do seu falecimento, no qual também se trata um interessante, ainda que breve, retrato do progenitor: “daughter of the late Sir Roger de Faria, a tone time a Portuguese merchant prince of Bombay, trading in connection with the firm of Jamsetjee Jejeebhoy, the first parsee baronet. Sir Roger de Faria was for manu years the first Consul-General for Brazil in Bombay. Sir Jamsetjee’s first voyage to China was in one of the shipoes belonging to the Portuguese merchant, Sir Roger de Faria” – Cunha, António Maria da (1928), 16 e 17. Amâncio Gracías não só reproduz a longa inscrição do seu túmulo, na igreja de Nossa Senhora da Glória, como procura descrever, em traços largos, a vida desta filha de Rogério de Faria. Diz a primeira: “Repousam aqui os restos mortaes/ de/ D. Margarida Conceição de Faria/ filha do muito conhecido e respeitado/ Rogério de Faria/ E senhora virtuosissima/ Que exerceu largamente a caridade/ Recebeu com generosa e desinteressada/ hospitalidade e inolvidavel patriotismo/ Todos os portugueses que passaram n’esta/ Cidade de Portugal para Goa ou vice-versa/ E finalmente todos os seus parentes/ e relações, e maternal protectora para todos/ os estudantes portugueses distanciados de suas/ famílias, havendo porisso sempre gozado de/affectuosa veneração e cordial reconhecimento/ de todos./ Falecida em 26 de Setembro de 1889”. Anota, a título de comentário: “Era a única filha solteira que sobrevivera ao seu pai Sir Rogério de Faria, cuja grande fortuna herdou por ter falecido também o seu único irmão João Xavier de Faria. Era muito hospitaleira e durante longos anos as suas irmãs casadas com os respectivos maridos e filhos jantavam sempre, aos dominós, no seu palacete de Mazagão. Protegia muito os goeses, sobretudo os estudantes, tanto os naturais como os descendentes. Ao tempo não havia bons hotéis em Bombaim e porisso todos os governadores gerais d’este Estado e outros altos funcionários que passassem por Bombaim de caminho para Goa ou que daqui fôsem para aí a fim de tomarem o paquete para a Europa, hospedavam-se nesse palacete, mostrando-se todos encantados com o carinhoso e galhardo acolhimento que lhes dava aquela senhora. O Infante D. Augusto ali se alojou. Era igualmente muito caritativa. Por sua morte o palacete, com todo o recheio (móveis, quadros, pratas, cristais, etc.) passou para o seu sobrinho José Filipe de Menezes. Dos capitais e apólices que possuía, legou a maior parte às suas duas sobrinhas (Misses Menezes) e o restou em partes iguais aos seus 10 afilhados (sobrinhas e sobrinhos). O dito José Felipe e suas duas irmãs D. Leonor e D. Líbia criaram-se e educaram-se depois da morte da mãe no palacete de D. Margarida. Fôram estes os esclarecimentos que me deu em 1895 o finado Comendador Miguel Rozario de Quadros” – Gracías, Amâncio (1939), 6 e 7.

⁷²⁰ Pelo destaque que a mesma conheceu em Bombaim, vale a pena, segundo cremos, tecer algumas considerações em torno da família mais próxima de Nicolau Fernandes, a qual também era de origem goesa:

1) **MANUEL SALVADOR FERNANDES**, “joneiro do Chorão, Goa”. Instalou-se na cidade de Bombaim em data que desconhecemos, onde residiu em *Lower Mahim*. Casou com Ana Maria e foram progenitores de:

2-I) **NICOLAU FERNANDES**, que segue;

2-II) **Brás Fernandes**, mais conhecido por *sir Braz Fernandes*, nascido em Chorão (Goa) em 1791, a quem Teresa Albuquerque dedica uma curta biografia no apartado do seu livro dedicado aos Goan pioneers in Bombay intitulado *The Rich and Famous*: “Braz Fernandes was an active public figure. He was one of the thirty-one members of the Managing Committee at the inception of the first Board of Education in 1848. Also in 20th August 1852, he played an important role in the meeting organized at the Elphinstone Institution to form the Bombay Association. He was also on the committee to collect funds for establishing the Victoria Gardens and the Albert Museum and his name features in the group raising a public statue to honour Jaganath Sunkershet. In 1851, in recognition of his outstanding services to Portugal he was appointed Knight Commander of Order of Christ. The following year Braz Fernandes was nominated an Agent of Portugal in Bombay. On 11th July 1852, The London Gazette made the announcement: “The Queen has been pleased to approve of Senhor Braz Fernandes as Vice-Consul at Bombay for His Majesty the King of Portugal and Algarves”. This appointment made Braz Fernandes the first Vice-Consul for Portugal in Bombay; prior to that those holding the office were called Portuguese Consular Agents. Braz Fernandes then married Quiteria, the daughter of Gabriel de Mello and Amatilda, daughter of John Barretto, founder of the Barretto School. Later he acted as Agent to the Barrettos in Bombay. Quiteria had inherited the estate of St. Anne in Bandra from her father, to whom it had been bequeathed by his paternal uncle in 1808. The property passed on to Braz Fernandes at her death at 1860. And around 1862 Braz Fernandes was said to have been the first foreigner to settle in Bandra. With the state come a large building, built in 1752. Situated on Ghodbunder Road, it was known as madam-kabungla. On 16th December 1862 this house was the venue of a stately banquet. The guests, who included the Vicar-General, some clergy, M. R. de Quadros, Dr. L. P. Rosario and Dr. Gerson da Cunha, came on invitation of Antonio Lourenco Fernandes, second son of Braz Fernandes, who was also appointed Vice-Consul of Portugal in Bombay. What is more interesting is that house was the site of the first medical dispensary in Bandra, and used to be called the “hospital of Dr. Brazinho”, youngest son of the Vice-Consul who established it” – Albuquerque, Teresa (2012), 67 a 69.

Conforme é acima referido, casou com Quitéria de Mello, filha de Gabriel de Mello e de Matilde Barreto, pelo que neta paterna de João Barreto, membro da família deste apelido que se destacou no comércio de Calcutá e fundador da *Barreto School* em Bombaim. Tiveram:

2-III-1) **Padre João Crisóstomo Fernandes**;

2-III-2) **António Lourenço Fernandes**, ao qual já aludimos, por ter sido o organizador do banquete relembado por Teresa Albuquerque. Morreu solteiro;

2-III-3) **Gabriel Fernandes**, “que era casado em Goa”;

2-III-4) **Eufrásia Fernandes**;

2-III-5) **Angélica Fernandes**;

2-III-6) **Matilde Fernandes**, “que professou, sendo depois a Irmã Filomena”;

2-III-7) **Ana Maria Fernandes**, “que também professou na Ordem das Filhas de La Croix, sendo a Irmã Josefina, que faleceu em Karachi em 1926” – Cunha, António Maria da (1928), 18;

2-III-8) **Brás Fernandes**, mais conhecido por *Brazinho*. Foi médico e, segundo António Maria da Cunha, “casou com uma senhora inglesa”, de quem houve outro **Brás Fernandes** (Chimbel, Goa, 1881 – Bombaim, 1951). Este último, tendo vivido a esmagadora maioria da sua vida em Bombaim, licenciou-se em engenharia pela universidade local e trabalhou na firma Babcock Wilcox, da qual foi subdiretor.

e de quem houve somente uma filha⁷²²; e (x) **Rosa Clara de Faria**, que casou “com o Dr. José Caetano da Gama, terceiro filho varão de Xavier da Gama, proprietário e natural de

Ficou, contudo, conhecido pela sua dedicação à investigação histórica, tendo publicado diversos estudos sobre Goa, Chaúl, Baçaim e Bombaim, dando, de alguma forma, continuidade aos trabalhos encetados por Gerson da Cunha. Para dados suplementares sobre a sua biobibliografia, consulte-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 378 e ss;

2-III) João José Fernandes, que foi o pai de **Rosa Fernandes**, terceira mulher do biografado;

2-IV) Luísa Fernandes, casada com José Maria de Gá, com sucessão (parcialmente elencada por António Maria da Cunha);

2-V) Eufrásia Fernandes;

2-VI) Margarida Fernandes;

2-I) NICOLAU FERNANDES, que continua. Por vezes também chamado **N.F. Sênior**. Foi, à semelhança de tantos membros desta pequena (mas influente) elite *natural* católica sediada em Bombaim, agente do governo português naquela cidade. Casou com uma filha do localmente bem conhecido negociante Miguel de Lima e Sousa, Ana Maria de Lima. Assim, Nicolau Fernandes *sênior* era cunhado do *supra* referido Rosário de Quadros, sendo os filhos de ambos – Nicolau *júnior* e o comendador Miguel Rosário de Quadros (cuja descendência se vem a ligar, como vimos, com a família de *sir* Roger de Faria) – primos direitos. Mais: Rita Teresa de Gá, sobrinha de Nicolau Fernandes *júnior*, foi a primeira mulher do comendador Quadros.

Nicolau Fernandes e Ana Maria de Lima tiveram, pelo menos:

3-I) Nicolau Fernandes, casado em segundas núpcias com D. Ângela Serafina de Faria, ao qual já nos referimos;

3-II) Ângela Fernandes, a qual casou com António Jorge de Gá, de quem houve geração, também elencada por António Maria da Cunha.

⁷²¹ Deste primeiro enlace, tivera Nicolau Fernandes três filhos: **a) Nicolau Fernandes**, “que foi o primeiro solicitador português (em Bombaim), tendo o seu escritório em sociedade com os solicitors Pollock e Faithful”; **b) José António Fernandes**, que morreu em Hyderabad; **c) Frederico Fernandes e d) Catarina Fernandes**.

Após enviuar de Ângela Serafina de Faria, Nicolau Fernandes casou uma terceira vez, desta feita com a sua prima Rosa Fernandes (1826-1877), filha de João José Fernandes, de quem teve três filhas: **A) Catarina**, falecida pouco tempo depois do nascimento; **B) Catarina** (mais conhecida por **Kate**) **Fernandes**, que foi médica e religiosa (“nascida em 30 de Maio de 1866, que fez o curso de Medicina no Grant Medical College, de Bombaim, obtendo o Lord Reay Silver Medal, e, exercendo a profissão por pouco tempo em Bombaim, professou em 1891 no Convento de Good Shepherd, em Bangalore, onde tem o nome de Mother St. Aloysius, servindo no St. Martha’s Hospital, daquela cidade, como médica há mais de 34 anos, além dos serviços inerentes à Ordem Religiosa a que pertence”); e **c) Leticia Fernandes**, a qual casou com o *supra* referido Rogério do Rosário, neto de *sir* Roger de Faria.

⁷²² Falamos de **D. Ana Elisa Fernandes**, a qual casou, no dia 11 de janeiro de 1864, na igreja de Mazagão, com o seu primo Luís Filipe do Rosário (cfr. *supra*). Este, “nascido em 21 de Maio de 1837 (...), feitos os preparatórios na Dr. Boswells School, cujos exames naqueles tempos em que ainda não existia a Universidade de Bombaim equivaliam aos de B.A., entrou na Elphinstone Institution, e depois fez o curso de Medicina no Grant Medical College, fundado em 1845, tendo a seu cargo a enfermaria da cólera e por dois anos a dos leprosos, tratando-os com o maior carinho, sentando-se na cama deles sem o mais pequeno receio de contágio, o que consolava muito os desgraçados afectados desse terrível mal. Obteve o prémio do Governo, em Abril de 1859, pela sua proficiência em Anatomia, consistente em dez rupias mensais durante um ano; em 1860, o prémio pecuniário “Farish Scholarship”, de 14 rupias mensais durante um ano, pela sua proficiência em Matéria Médica e Farmácia Prática; em 1861 o “Anderson Scholarship” de 13 rupias mensais por um ano, pela sua proficiência na Química Prática, e outro, o “Anderson Scholarship”, de 15 rupias mensais, também durante um na, conferido em Abril de 1862, pela sua proficiência em Cirúrgica Prática e Anatomia Cirúrgica. Concluído o curso, foi nomeado médico oficial em Uran, onde esteve um ano, no fim do qual foi tomar conta da clínica do seu Pai em Bombaim, que estava sendo exercida pelo seu primo Dr. Sebastião António de Carvalho, com quem teve parceria ao princípio, por contrato de 31 de Dezembro de 1853, pelo qual o Dr. Carvalho se comprometia a dar um subsídio de cem rupias mensais por um ano desde a data em que o seu parceiro abandonasse o emprego do Governo no J.J. Hospital, passando depois os lucros a ser divididos a meias entre os dois. Este contrato, que existe no arquivo da família Rosário, foi assinado por ambos os parceiros (...). L. F. do Rosário exerceu a sua profissão em Bombaim, sob o simpático influxo das belas tradições que seu Pai deixara, de clínico acertado, tendo, como este, vasta clínica em todas as classes e particularmente entre os parses, judeus e persas, sendo médico particular de Fateh Hassan Ali Shah, avo de S. A. o Aga Khan, e sua família. Foi médico do Colégio de Santa Maria por mais de 40 anos, tendo visto nascer aquele colégio e crescer como uma árvore que vai deitando seus ramos cheios de exuberante seiva. Foi igualmente médico gratuito dos conventos da Propaganda de Bandorá, do das Filles de la Croix, cujo ramo foi a Foundling Home de Mazagão, posteriormente transferido para Agripada, à qual fornecia medicamentos também gratuitamente, e bem assim dos conventos das Irmãs de Jesus e Maria, de Parel e Byculla. Membro proeminente da colónia portuguesa, continuador das tradições de fidalga hospitalidade do seu avo *Sir* Roger de Faria e de sua tia Dona Margarida de Faria, foi em 1893 nomeado vice-consul de Portugal por proposta do cônsul geral, Dr. Sebastião Barbosa Centeno. Tendo largos períodos de exercício efectivo na ausencia dos consules, e em recompensa aos seus bons serviços foi agraciado com a comenda da Ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa. Foi sócio efectivo da Real Sociedade Asiática (Ramo de Bombaim), Fellow da Universidade de Bombaim, em 6 de Janeiro de 1876, e membro da Faculdade de Medicina nomeado pelos Sindicatos da Universidade em 12 de Janeiro do mesmo ano, sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa, vogal da Bombay Medical Union, sócio do Grant Medical College Society, Justice of Peace, vogal do Committee do Nassick Sanitarium de Mrs. Pechey Phipson, etc” – Cunha, António Maria da (1928), 23 e 24.

Foram filhos deste casal:

(i) Frederico Caetano Baptista do Rosário, “nascido em 9 de Novembro de 1865. Tendo feito o curso do St. Xavier’s College de Bombaim, obtendo sete prémios em General Proficiency, faleceu em 31 de Agosto de 1884, com 18 anos apenas de idade, frustrando todas as esperanças que justamente nele se depositavam. Os seus restos jazem na igreja de N. S. da Glória de Byculla, junto com os de seu avo Nicolau Fernandes, da terceira esposa deste, Rosa Fernandes, da sua tia Dona Margarida Conceição de Faria e do seu pai, Dr. Luís Filipe do Rosário”;

(ii) D. Ângela Serafina do Rosário, “nascida em 28 de Agosto de 1867 e casada em 11 de Janeiro de 1905 com o Dr. Diogo Manuel da Silva, neto de Francisco Fernandes e sobrinho de D. Beatriz Fernandes, em cujo nome foram instituídos alguns dotes que o Monte Pio de Margão distribui anualmente pelas orfãs dos concelhos das Ilhas, Bardez e Salsete, e que foi vogal da Municipalidade de Bombaim e J.P. na mesma cidade, nascido em 18 de Dezembro de 1865 e falecido em 27 de Setembro de 1913. (...) Ângela do Rosário fez uma longa viagem em 1905 pelas principais cidades da Europa, incluindo as de Portugal, visitando os santuários de Pompeia e Lourdes, tendo em Roma tido audiência de Sua Santidade o Papa Pio X. Casou em segundas núpcias, em 29 de Abril de 1916, com o Dr. António Maria da Cunha”. Sobre este último veja-se o título Cunha, de Arporá, ponto 7-XI).

Saligão, que foi médico em Bombaim e fornecedor de medicamentos dos Governos de Damão e Diu e da Índia Central”. José Francisco da Gama, ao casar com Rosa Clara de Faria, era já viúvo de D. Rosa Maria Pereira, *“filha mais velha de José Francisco Pereira, chefe duma das mais opulentas firmas do seu tempo em Bombaim, que mantinha extensas relações comerciais com o Brasil e com a China, que depois foram dignamente sustentadas pela firma Sir Roger de Fara & Co⁷²³. José Francisco Pereira, nascido e educado em Bombaim, era oriundo da família Pereira, de Loutolim, hoje representada pelos filhos de Vicente Pereira e Irene Ferreira, e teve dois filhos: Tomé, educado na Inglaterra, e Lourenço, que morreram ambos solteiros; e duas filhas, das quais a mais velha casou com o Dr. Gama e outra morreu solteira em sua casa. J. F. Pereira tinha um irmão, José António Pereira, empregado na repartição do irmão, casado com uma irmã de António Filipe Rodrigues, de quem teve os seguintes filhos: Francisco Pereira, casado com a filha mais velha de Gemeniano de Sousa e chefe duma firma comercial, estabelecido por longos anos na Inglaterra, cujo filho mais velho ocupou um lugar importante na secção das obras publicas da Secretaria do Governo; o segundo, Wenceslau Pereira, oficial-maior da secretaria militar, casado com outra filha de Gemeniano de Sousa; e uma filha, Matilde, casada com Miguel de Lima e Sousa, pensionista perpétuo do Governo Ingles (...). No*

Teve, do primeiro casamento, **D. Eugénia Antónia Elisa da Silva**, “nascida em 26 de Fevereiro de 1907, que estudou no Clare Road Convent de Bombaim e no Good Shepherd Convent de Bangalore”. Casou, em Bombaim, no dia 6 de junho de 1928, com Victor Caetano Faustino Lourenço da Cunha. Aurora Couto recolheu o depoimento do filho deste casal, Gerson da Cunha, que ainda conserva algumas memórias do passado da família na Bombaim de outrora: “Gerson recorda a sua infância. Nesse tempo a família ainda vivia em Mazagon, que então era uma ilha, numa das casas ancestrais de Sir Roger nessa ilha, habitada por uma descendente, avó de Gerson. “Havia dez mansões: numa vivia o Aga Khan, na casa Karaka, noutra um tal de juiz Oliveira, depois a casa do meu pai, Victor da Cunha, e a avó casa, que era como nós chamávamos à casa da minha avó Ângela, onde só se falava português. Ângela do Rosário tinha aquele tipo de sossego, segurança económica e estilo que facilitavam as aspirações intelectuais e culturais. Foi casada uma primeira vez com um homem muito rico da Índia oriental, Diogo da Silva, com quem partiu em lua-de-mel, por um ano, a viajar pela Europa, imagine só! A minha mãe, Ena, é filha desse casamento. Ângela enviuvou muito cedo e voltou a casar com António Maria da Cunha, um médico e jornalista muito avançado” – Couto, Maria Aurora (2012), 378.

(iii) Adelina do Rosário, “nascida em 28 de Agosto de 1868 e casada em 14 de Novembro de 1898, na igreja de Mazagão, com José Aloysius de Lima, guarda-livros da firma Ralli Brothers, em Bombaim, filho de José de Lima e de Maria Teresa de Lima, nascido em 27 de Maio de 1869 e falecido, sem sucessão, em 22 de Janeiro de 1902, sendo enterrado na sepultura de seus pais no cemitério de Sewree, onde existe a sua campa”;

(iv) Luís Filipe Caetano do Rosário, “nascido em 12 de Maio de 1871. Foi inspector sanitário da Municipalidade de Bombaim. Faleceu em 25 de Fevereiro de 1916 e está sepultado no cemitério de Haynes Road, onde existe o seu jazigo”;

(v) Eugénia Rosa do Rosário, “nascida em 7 de Julho de 1872, faleceu em Lonavla em 28 de Maio de 1905. Distinguiu-se muito na Música e nos trabalhos de Pintura”;

(vi) Nicolau José do Rosário, “nascido em 3 de Junho de 1873, foi empregado da firma H.J. Rustomji, negociante de vinhos em Karachi, e da firma Gomes Bros., no Japão, donde regressou em 1906 por doente, tendo sido depois inspector do Porto Trust, nos serviços dos cais, lugar que deixou em 1925 para tratar dos negócios de administração da sua casa de família”;

(vii) Maria Margarida Ernestina do Rosário, “nascida em 19 de Janeiro de 1875. Tem o curso da Training School. Foi professora da escola do Clare Road Convent e fez serviço no Record Office durante a Grande Guerra, em 1914 – foi professora na família de S.A. o Aga Khan”;

(viii) Daniel, que nasceu no dia 4 de julho de 1877, tendo morrido a 19 de abril do ano seguinte;

(ix) Ricardo José F(ilipe?) do Rosário, “nascido em 5 de Setembro de 1881, falecido em 22 de Fevereiro de 1920 e sepultado na mesma sepultura do seu irmão Luís, no cemitério de Haynes Road”;

(x) Ernesto António do Rosário, “nascido em 28 de Agosto de 1833. Tem o diploma de London Chamber of Commerce e é funcionário da Municipalidade de Bombaim”;

(xi) Frederico António Caetano Baptista do Rosário, “nascido em 15 de Outubro de 1890. Fez o curso prático de Dentistria e abriu seu consultório” – Cunha, António Maria da (1928), 27 a 29

⁷²³ Existem cartas comerciais suas trocadas com a casa Mhamai Camotim no espólio conservado no XCHR. Um exemplo: “Sen.res V.E. e Narana Camotins, Bombay 8 de Dez.bro 1803. Não podendo escrever-lhes oje p.r huma piquena (in)despozição q. tive, vou accuzar p.r este a posse das suas de 25, e 26 do passado, e da mutra q. remeterão p.lo S.or Florencio, e suposto se achão vendidos os pagodes, e gulmores (?) pelos preços indicados abaixo, em outra ocaz.m darei conta disto, e de mim. Depois q. vierão os navios da China tem abaixado o outro, p.rque aqueles o trouxerão; antes disso nos tínhamos vendido aqui a 15 ¼ R.s por tola o de 22 e 23 quilates: podem sempre calcular 2 anns menos emquanto eu lhes não avizar de novo, o q. farei amanhã mesmo, e talvez p.r este Patamary se elle não largar oje. Estimei a venda do papel, e estimarei se venda todo o resto delle. O ferro da Rainha dos Anjos eu vendi aqui a 80 Rup.s o candil de Surrate; este m.mo preço penso achará p.r alguns 100 ou 200 candis se vierem, apezar de haver aqui muito ferro inglez, q. não tem tanta aceitação havendo de Suecia. As primeiras 530 Barras q. o Sr. João Mendes embarcou ja aqui chegarão aos 4 e oje estou desembarcando. Se o meu irmão mandar apresentar hua Carta q. lhes tenho escripto em 5 do corr.e espero attendão ao q. nella peço, e p.r agora concludo esta confessando ser De V.M. Am.o obr.o e v. servo. Jozé Fran.co Pereira. O preço de ouro podem calcular a 14:3:50 ate 15 R.s p.r tola” – XCHR – Manuscritos: espólio da família Mhamai Camotim, correspondência.

*altar do cemitério de Saligão, existe uma imagem de Santa Rosa, colocada pelo Dr. José Caetano da Gama, cujas esposas tiveram ambas esse nome*⁷²⁴.

Acrescentamos às notas de António Maria da Cunha ter sido filho do primeiro enlace de José Caetano da Gama Raimundo Francisco da Gama, doutor em medicina pela Universidade de Coimbra, aí casado e domiciliado, e aí falecido no dia 30 de janeiro de 1895. Localizámos o seu testamento, que reproduzimos em anexo⁷²⁵.

Após a morte do seu primeiro marido, Rosa Clara de Faria passou a segundas núpcias com Luís Caetano de Menezes, goês de nascimento (nascera em Pirna, Bardez) entretanto estabelecido em Bombaim. Explica António Maria da Cunha ser este *“empregado de comércio”*; no entanto, *“foi mais conhecido como jornalista vigoroso, que redigia a “Abelha de Bombaim” (...), na qual se ventilavam com desassombro questões relativas à Índia Portuguesa”*⁷²⁶. A propósito da lápide aposta na sepultura da sua mulher, cuja inscrição reproduz. Amâncio Gracias anota o seguinte acerca de Menezes: *“Luís Caetano de Menezes representou importante papel nos acontecimentos de 1835 ou nos tempos do perismo. Era um político hábil e escrevia tanto em português, como em inglês com muita facilidade e incisão. Redigiu a célebre Carta a Tulio e colaborou na “Refutação analítica do manifesto do governo intruso em Goa”. Foi também redactor dos jornais Abelha de Bombaim, O Investigador portuguez, O Pregoeiro da Liberdade e O Observador. Morreu em 1863”*⁷²⁷. Aleixo Costa explica no que diz respeito à *Refutação*: *“Numa correspondência que publicou no Boletim do Governo deste estado, n.o 21, de 12 de Abril de 1839, o juiz de direito das Ilhas, José Joaquim Durães, pretendeu este, em balde, tirar a António Simão (sic, por Simeão Pereira) toda a paternidade da refutação, para a dar a Luís Caetano de Menezes”*⁷²⁸. Luís Caetano de Menezes e Rosa Clara de Faria deixaram descendência⁷²⁹;

5-II) Padre Constantino João de Sá, baptizado no dia 30 de novembro de 1745⁷³⁰. Não havia, aparentemente, consenso entre os linhagistas goeses no que tocava à filiação deste eclesiástico, uma vez que Gomes Catão teve o cuidado de anotar: *“Diz José Avelino Soares que este é irmão de P.e Salvador X.er de Sá e f.o de Pascoal de Sá”*;

5-III) JOSÉ NICOLAU DE SÁ, que segue;

5-IV) Ditosa de Sá, a qual não teve geração do seu casamento com Filipe António da Silva, de Sirulá;

5-III) JOSÉ NICOLAU DE SÁ, que continua. Dele se sabe apenas que *“faleceu em Moçambique”*. Teve, do seu casamento com ...:

6-I) ANTÓNIO DE SÁ, que segue;

6-II) Constantino de Sá;

⁷²⁴ Cunha, António Maria da (1928), 19 e 20.

⁷²⁵ Consulte-se o anexo II: testamentos – N61.

⁷²⁶ Cunha, António Maria da (1928), 21.

⁷²⁷ Gracias, Amâncio (1939), 5. No mesmo sentido, Lopes, António dos Mártires (coord.) (1971), 67.

⁷²⁸ Costa, Aleixo Manuel da Costa (1997), vol. II, 291.

⁷²⁹ A saber:

(i) **José Filipe de Menezes**, *“que viveu, com suas irmãs, na companhia de sua tia D. Margarida de Faria”*. Casou com a sua prima Idalina de Lemos;

(ii) **Leonor Otília de Menezes**, a qual nasceu no dia 4 de fevereiro de 1848 e morreu, solteira, a 11 de junho de 1907;

(iii) **Olinda Lília (ou Líbia) de Menezes**, que nasceu no dia 21 de fevereiro de 1850, tendo falecido, também solteira, em 6 de outubro de 1907;

(iii) **Lucinda**, falecida *“de pequena idade”*;

(iv) **Hermínia**, gêmea da anterior, que também morreu com poucos dias.

⁷³⁰ Acrescentando Gomes Catão a seguinte referência: *“Arq. I, 13”*.

6-III) Bartolomeu de Sá;

6-IV) Padre Lucas de Sá, cuja data da morte não é consensual. Gomes Catão, talvez ancorado nas notas do padre João António de Sá, defende que *“faleceu às 7 horas da noite de 18-6-1759”*, ressaltando porém: *“José Avelino Soares diz que fal. a 12-6-1759”*;

6-I) ANTÓNIO DE SÁ, que continua. Casou, *“em 12-5-1726 perante o vig.o de Ribandar, P.e Rodrigo Lobo”*, com Rosa Maria de Castro *“da Piedade da Ilha de Divar”*. Morreu no dia 2 de abril de 1770, muitos anos após a sua mulher – que faleceu a 20 de março de 1759. Rosa Maria de Castro era sobrinha de dois eclesiásticos *naturais* que conheceram grande fama na época: D. Mateus e D. Tomás de Castro. Do casal António de Sá e Rosa Maria de Castro foram filhos:

7-I) MANUEL CAETANO DE SÁ, que segue;

7-II) Padre Bento de Sá, que nasceu no dia 4 de março de 1737 e foi batizado, a 11 do mesmo mês e ano, *“pelo vig.o P.e Pedro da Barca, sendo padrinhos Bento de Sá e sua mãe Mónica Fernandes”*. Faleceu *“em Velotim na força da epidemia em 15-12-1773 e foi sep. na igr. de Pomburpa”*. Tendo seguido pela vida religiosa, *“feito sacerdote, foi confessor, pregador epositor”*;

7-III) Rita Maria de Sá, nascida em Chorão. Casou com Vicente Manuel Pereira, de Santa Cruz, *“que foi escrivão da Câmara Geral das Ilhas”*, de quem teve:

7-III-1) Mónica Félix Ana Pereira⁷³¹, casada com Salvador Francisco Cardoso, de Serulá. Foram pais de:

a) ... **Cardoso**, *“que foi casada com o físico Mariano Lobo, de Velotim, os quais ambos faleceram em pouco tempo”*;

7-III-2) Custódio Pereira, do qual apenas se sabe que foi casado e *“deixou dois filhos”*;

7-IV) Emerenciana de Sá, a qual nasceu no dia 11 de março de 1744. *“Casada em Chicalim (ignora-se o nome do esposo), faleceu a 30-11-1780, tendo tido uma filha que lhe não sobreviveu, em Neurá, em casa de uns denominados Dordós, e o seu sobrinho Lucas Vicente de Sá lhe fêz com sua assistência os funerais”*;

7-V) Pascoela de Sá, *“casada com Manuel Francisco, no bairro da igreja de S. Bartolomeu de Chorão, faleceu na força da epidemia no mesmo ano em que a família passou a esta casa de Calangute”*;

7-VI) Rosa Maria de Sá, que casou com António Xavier Fernandes, de quem não teve descendência. Morreu no dia 25 de dezembro de 1821;

7-I) MANUEL CAETANO DE SÁ, que continua. Nasceu a 1 de dezembro de 1733, tendo sido batizado, pelo seu tio padre Lucas de Sá, sete dias volvidos. Faleceu a 8 de dezembro de 1786. Casou com Rosaura Pinto, natural de Chorão – a qual morreu, com testamento⁷³², em 29 de outubro de 1803. Tiveram:

8-I) LUCAS VICENTE DE SÁ, que segue;

8-II) Padre António João de Sá, nascido em Graça (Chorão) no dia 15 de outubro de 1766, sendo batizado, *“pelo vig.o Desembargador Rafael de Noronha”*. Ordenado a 24 de setembro de 1796, celebrou missa nova no dia 5 de dezembro do referido ano. Foi, de acordo com o padre Francisco de Assis Brás de

⁷³¹ *“Vulgo Noninha”*.

⁷³² Datado de 9 de Fevereiro de 1800.

Sá, um homem empenhado e culto, tendo deixado *“escrita a Genealogia que a esta serve de base; bem assim vários esclarecimentos respeitantes à capela do bairro, em cuja primitiva construção, em 1806, desenvolveu muito a sua natural e inteligente actividade e da qual capela foi zeloso administrador por longos anos até à morte. Era uma alma grande em corpo minúsculo, tão minúsculo, que quem escreve estas linhas desejando usar uma sua alva no acto da sua ordenação de presbítero, teve de mandá-la ampliar muito, apesar da sua estatura mediana”*;

8-III) Caetano Xavier de Sá, que nasceu no dia 22 de janeiro de 1769 e foi batizado a 19 do mesmo mês e ano, *“sendo padrinhos P.e Caetano Vaz, vig.o da Graça, e P.e João da Rocha, vig.o da Piedade”*;

8-IV) Tomás Filipe de Sá, o qual nasceu em Chorão a 26 de março de 1772, tendo sido batizado a 3 do mês imediato. Faleceu em Calangute – para onde a sua família se mudará (primeiro provisoriamente, acabando, depois, por lá se fixar) a 1 de fevereiro de 1833;

8-V) Bento Pascoal João de Sá, o qual foi, segundo nos explica o padre Francisco Xavier Brás de Sá, *“o primeiro membro da família que nasceu nesta casa de Calangute, a 19-2-1778”*. O Padre José Cristóvão de Mascarenhas Picardo batizou-o no primeiro dia de março do mesmo ano. O eclesiástico genealogista a que nos referimos não deixa, neste passo, de adicionar uma explicação para esta mudança do domicílio familiar: *“N.B. Foi em 1762 que, por causa da epidemia, se mudara a família para esta casa de Calangute, que era uma antiga casa de campo, consistente nos compartimentos que foram desde a entrada até o extremo oriental, sem o actual sobrado, e mais uma pequena sala. Essa mudança, porém, não era definitiva, pois a família não só tinha a intenção de voltar para a sua freguesia natal, mas de facto se recolhia para lá de vez em quando apenas parecesse declinada a peste, principalmente em situações que carecessem de recursos médicos e doutras comodidades. Assim se explica que, não obstante a referida mudança, fosse em Chorão que se deram na família algumas ocorrências domésticas, como em cima se viu, desde o dito ano de 1762 até o de 1772, que é quando a família definitivamente se estabeleceu nesta casa, ampliando-a com o sobrado e mais novos compartimentos”*. Um esclarecimento destinado, talvez, a justificar o facto de a habitação original dos Brás de Sá em Calangute – atendendo ao seu carácter secundário e ao facto de só tardiamente a família ter decidido fazer dela o seu primeiro domicílio – não ter apresentado, durante alguns anos, o aparato que entendiam dever estar associado à linhagem;

8-VI) Ana Peregrina, nascida no dia 8 de novembro de 1779 e batizada a 16 do referido mês e ano. Morreu na Piedade poucos anos volvidos, a 30 de novembro de 1783;

8-VII) Francisca Maria, a qual nasceu (*“nesta casa de Calangute”*) a 5 de abril de 1782, e foi batizada 11 dias passados. Morreu igualmente em 1783;

8-1) LUCAS VICENTE DE SÁ, que continua. Natural de Querém (Chorão), aí nasceu no dia 25 de fevereiro de 1762. Foi batizado a 4 de março de 1762. Residiu em Calangute, onde faleceu, na casa familiar, a 22 de novembro de 1816. Casou no dia 19 de abril de 1785 com Ana Luísa Conceição Afonso, filha de António Agostinho Afonso, da Piedade. Foram filhos deste casamento:

9-I) Rosa Maria da Graça e Sá, nascida a 25 de outubro de 1786, sendo batizada no dia 1 de novembro do mesmo ano. Casou, em 12 de maio de 1800, com António Manuel Ribeiro, de Pilerne. Recebeu nessa altura um *“dote de cerca de 7 mil xerafins”* e, *“por prendas”*, *“quasi todas as jóias da casa, que generosamente lhe foram dadas, visto que era ela, ao tempo, a única filha, quase sem esperança de mais sucessão”*. Morreu a 11 de setembro de 1801, *“tendo tido, em 26 de Agosto precedente, uma filha, que, baptisada em 5 do referido mês de Setembro, veio a falecer logo depois da mãe”*. O seu viúvo pouco lhe resistirá: morre, na casa dos Brás de Sá, em Calangute, no dia 11 de maio de 1802, sendo sepultado na sua freguesia natal no dia seguinte;

9-II) JOSÉ MANUEL BRÁS DE SÁ, que segue;

9-II) JOSÉ MANUEL BRÁS DE SÁ, que continua. Foi o primeiro da família a usar o nome composto “Brás de Sá”, que depois se generalizou. Nasceu, em Calangute (*“pouco mais de um ano depois do nascimento da dita Rosa Maria e 15 dias antes do seu falecimento”*), a 27 de agosto de 1801, sendo batizado no dia 5 do mês seguinte pelo vigário padre José Salvador de Siqueira. Foi, pois, desde muito cedo considerado o único herdeiro de uma casa rica. O padre Francisco de Assis Brás de Sá reservou-lhe palavras da maior amabilidade: *“foi homem de variada cultura intelectual, distinguindo-se na matemática e na latinidade, de que foi exímio professor de ensino livre e deixou inúmeros discípulos, alguns dos quais já velhos, ainda se lembram dele com viva saudade e fazendo muitas lisongeosas referências à sua proficiência e à bondade do coração”*. Morreu a 2 de julho de 1853, sendo sepultado no mesmo dia.

Casou, a 15 de fevereiro de 1819, com Tomásia Ana Josefina Anastácia Monteiro⁷³³, de Candolim (onde nasceu no dia 27 de janeiro de 1803), filha primogénita de José João Monteiro, *“moço fidalgo da Casa Real e coronel das milícias”* e de D. Vitória Angelina Maria Gonçalves⁷³⁴, da Piedade⁷³⁵. Faleceu a 8 de julho de 1870, *sendo sepultada no dia imediato”*.

Foram filhos deste casal:

10-I) Maria Rosaura Angélica Ana Conceição de Sá, nascida em Candolim no dia 9 de outubro de 1820. O batismo teve lugar pouco dias depois, a 17 do mesmo mês, sendo apadrinhada pelo seu tio-avô padre António João de Sá. Faleceu em 30 de julho de 1880. Casou com o seu conterrâneo Cosme Pascoal de Frias⁷³⁶, de S. Matias, filho de Caetano Maria de Frias, também natural de Candolim, e de D. Maria Joaquina Pereira⁷³⁷. Tiveram duas filhas:

10-I-1) Maria Elisa Ana Especiosa de Frias, batizada na igreja de Calangute no dia 30 de agosto de 1852. Veio a casar, na igreja de Candolim, no dia 8 de junho de 1852, com o advogado Paulo José da Costa, de Parrá. Este – filho de Félix Carlos da Costa e de Margarida Catarina Pinto; neto paterno de Paulo José da Costa e Ana Severina Lobo, e materno de Manuel Pinto e de Ana Joaquina Pinto – nasceu em Parrá, onde foi batizado *“a 28-1-1813 de 7 dias, sendo padrinhos Remígio Arcanjo Costa e Ana Paula Lobo”*, moradores na mesma localidade.

Por a sua mulher ter herdado vários vínculos dos Frias, Paulo José da Costa fixou-se na casa desta família em Candolim. Tiveram:

a) Margarida Catarina Maria Ana Cornélia Frias da Costa, a qual casou com Mariano José Otollini da Rocha, de Quitula de Aldoná;

b) Claudina da Costa;

c) Ernesto da Costa, casado com D. Evangelina d’Abreu, de Anjuna;

d) Desidério da Costa;

e) Olegário da Costa;

⁷³³ Também conhecida como Ana Josefa Monteiro. Vulgarmente tratada apenas por Ana Josefina Monteiro.

⁷³⁴ Significativamente, a primeira a quem o genealogista dispensa o tratamento de “Dona”.

⁷³⁵ Veja-se neste anexo o título Monteiro, de Candolim, ponto 10-I).

⁷³⁶ A quem o padre Francisco de Assis Brás de Sá chama apenas Pascoal de Frias.

⁷³⁷ Veja-se o título Frias, de Talaulim e Candolim, ponto 8-I).

f) **Lucília da Costa**, “*casada com o seu primo o médico Salustiano Lobo, de Saligão*”⁷³⁸. Com geração, designadamente as famílias Vitória Lobo e Pinto Lobo, de Saligão;

10-I-2) Leopoldina de Frias, a qual casou com o médico⁷³⁹ Mariano Caetano Sebastião Lobo, de Saligão. Era filho de José Caetano Lobo e de Ana Leonor Affonso pelo que neto materno de Inácio Caetano Afonso. Este foi um médico cuja fama perdurou em Goa. Caetano Afonso nasceu na ilha de Divar, ao que parece na aldeia de Piedade. Na sequência do afastamento voluntário do físico-mor *reinol* Costa Portugal⁷⁴⁰ – com o qual teria aprendido alguns rudimentos de medicina – veio a ocupar o seu lugar. Os autores dividem-se relativamente ao facto de ter exercido as funções de físico-mor do Estado apenas interinamente ou, pelo contrário, ter sido efetivamente investido das mesmas. Seja como for, o seu contributo terá sido muito significativo: não só assegurou o funcionamento das instituições públicas de saúde do Estado como aplicou técnicas orientais e ocidentais de tratamento, criando um receituário muito específico (ocidentalmente indianizado, ou indianamente ocidentalizado) e escreveu aquele que é certamente um dos primeiros trabalhos científicos médicos compostos em Goa por um *natural* católico⁷⁴¹. Timothy Walker descreveu-o nos seguintes termos: “*Ignacio Caetano Afonso was a native Goan, born into a Portuguese speaking Indo-European*”⁷⁴² *family and raised as onde of an elite class in Portuguese colonial society. Though he had little formal medical training, he gained a favorable reputation as a healer. In March 1798, in a letter to the Portuguese secretary of State in Lisbon, tge governor of the Estado da India described Afonso as “a Brahmin... favored with natural talents” for healing. The governor continued to praise Afonso, saying that “notable cures” had been attributed to him, even though he “had not opened any (medical) book for many years”. The following year, after Afonso’s death, the governor would write that Afonso had the “sense of a medico, and practiced for many years, which compensated for the defects of his (medical) education”. While Afonso studied informally at the Hospital Militar under his predecessor, the Portuguese-born, Coimbra University-trained physician Luís da Costa Portugal (who gad mad a practice of training promising Goan healers in Western medical techniques), his medical knowledge consisted primarily of native Indian plants and their medicinal applications. In the main, Afonso treated Portuguese soldiers, officials, and colonists with local remedies derived from indigenous Indian drugs – medicines tgat Afonso had learned from older Goan healers. Who had employed them since time out of memory. The native-born físico-môr demonstrated his worth in a variety of ways. His chief responsibilities were to supervise Goa’s largest health care institution (including the care and treatment of his three thousand annual patients), its pharmacy, and its garden of indigenous medicinal plants. In 1794, the Conselho Ultramarino, seejing medicines to treat tropical diseases throughout the Portugueses colonies, commissioned Afonso to write a description of all the useful medicinal roots found in Portugueses India. The físico-môr produced a twenty-four-page booklet, which he titled Discripçoens e virtudes das raizes medicinaes*”⁷⁴³ De qualquer forma, e não pretendendo pôr em causa o legado de Inácio Caetano Afonso, importa reter dois aspetos menos luminosos da sua passagem pelo lugar de físico-mor. Por um lado, não assegurou a continuidade do ensino médico, quiçá por falta de bases (“*Teaching of medicine was not carried out in Goa from 1775 to 1800*”). Por outro, apesar das capacidades elogiadas pelo

⁷³⁸ Cfr. *infra*, ponto 10-I-2), a).

⁷³⁹ Com carta passada a 26 de setembro de 1839. Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 203.

⁷⁴⁰ O qual não terá deixado muitas saudades em Goa: “*Costa Portugal was accused of several irregularities and bad temper*” – Gracias, Fátima da Silva (1994), o. cit., 202.

⁷⁴¹ No fundo, o mais remoto precedente da intensa produção da autoria de professores e alunos da Escola Médico-Cirúrgica ao da segunda metade do século XIX e do século XX.

⁷⁴² Esta expressão poderia induzir, numa primeira leitura, a que incluíssemos Inácio Afonso no grupo dos *descendentes* quando na verdade estamos a falar de alguém que pertence às elites *naturais* católicas.

⁷⁴³ Walker, Timothy (2009), 258.

governo local, não terá sido imune a um dos principais vícios que flagelava a sociedade goesa: o alcoolismo⁷⁴⁴.

Leopoldina de Frias e Mariano Caetano Sebastião Lobo tiveram:

- a) **Salustiano Anastácio da Vitória Lobo**, que também enveredou pela medicina e foi médico em Bardez. Casou com a sua prima direita Lucília da Costa – cfr. *supra*, ponto 10-I-1), f);
- b) **Padre Afonso Lobo**, que veio para Portugal, onde foi “*pároco em Lisboa*”;
- c) **Cónego Rodolfo Lobo**, cónego da Sé de Luanda;
- d) **Flaviana Lobo**;
- e) **Júlio Lobo**;
- f) **Luís Lobo**, também médico, casado com D. Vitalina da Costa, de Arporá
- g) **Caetano Lobo**;
- h) **Isménia Lobo**, que veio a casar com Lourenço dos Reis Gomes, originário de Assolná;

10-II) LUCAS ANTÓNIO CONSTANTINO BRÁS DE SÁ, que segue;

10-III) Rosa Maria Assunta Ana Pascoela de Sá (conhecida por **Maria Rosa**), nasceu no dia 23 de agosto de 1824. Instalou-se em Bombaim com o seu marido, o médico José Francisco Duartinho de Sousa, de Siolim. Aí morreu, a 4 de fevereiro de 1881, deixando larga descendência, “*toda estabelecida em Bombaim*”:

10-III-1) Pedro José Lúcio de Sousa, “*médico pela escola de Bombaim, nascido a ...-3-1841, casado com D. Corday da Conceição, filha do médico Christovão da Conceição, de Margão, estabelecido em Bombaim*”, de quem houve

- a) **Maria de Sousa**, casada com Francisco Pereira, de Bombaim;
- b) **Jorge de Sousa**, “*médico pela Universidade de Bombaim, falecido a 25-3-1816*”;
- c) **Francisco de Sousa**;
- d) **Eugénia de Sousa**, a qual casou com o seu primo José Filipe de Quadros⁷⁴⁵;

d) **José Filipe de Sousa**;

10-III-2) Lucinda de Sousa, casada com Simão Vicente de Quadros, natural da Piedade⁷⁴⁶ mas “*estabelecido em Bombaim*”. Foram pais de:

⁷⁴⁴ “*Ignacio Afonso was accused of over drinking and causing problems in the hospital*” – Gracias, Fátima da Silva (1994), 202. No mesmo sentido, pode encontrar-se uma breve referência em Lopes, Maria de Jesus dos Mártires e Matos, Paulo Lopes (2006), 142.

⁷⁴⁵ Cfr., *infra*, ponto 10-III-2), b).

⁷⁴⁶ Sob a epígrafe “*Quadros, da Piedade*”, Gomes Catão deixou algumas breves notas dispersas, que introduz da seguinte forma: “*Quadros, de ?, residentes em Agaçaim em 1679 e estabelecidos em Navelim (Divar) e depois em Goltim*” – Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Quadros, da Piedade”*, Goa.

Da análise dos dados que fornece, lográmos retirar o seguinte esquema, que estará forçosamente incompleto:

1) CRISTÓVÃO DE QUADROS, casado com Isabel Teixeira, com quem viveu em Navelim. Tiveram, pelo menos:

2-I) Padre Francisco Xavier de Quadros, o qual “*vivia em 1700*”;

2-II) António de Quadros;

- a) **José António de Quadros**, “*empregado do correio em Bombaim, ora falecido*”;
- b) **José Filipe de Quadros**, “*bacharel nas Artes e nas Leis e que advoga em Bombaim*”; casou com a sua prima Eugénia de Sousa;
- c) **José Inácio de Quadros**, “*médico pela Universid.e de Bombaim, casado*”;
- d) **Adelina de Quadros** casada com Armindo de Gouveia Pinto, nascido em Sangoldá⁷⁴⁷, “*empregado inglês do Consulado*”;
- e) **Cupertino de Quadros**, “*casado, médico pela Universidade de Bombaim*”;

10-III-3) Luís José Eustáquio de Sousa, “*advogado, bacharel nas Artes e nas Leis*”. Do seu primeiro casamento, com D. Efigénia Marques, de Saligão, filha do advogado Luís Micael Marques, teve: a) **Rosa Maria de Sousa**; b) **Lília Lucília de Sousa**; c) **Duartinho de Sousa**, que parece ter falecido solteiro.

Após enviuar, passou a segundas núpcias com D. Delfina Eustáquia de Siqueira, filha de Julião de Siqueira, de Candolim⁷⁴⁸, de quem teve: a) **Evelina de Sousa**; b) **Beatriz de Sousa**; c) **Grácia de Sousa**; d) **Francisco Xavier de Sousa**; e) **Margarida de Sousa**;

10-III-4) José António de Sousa, “*bacharel nas Artes e distinto médico pela Universid.e de Bombaim, casado com D. Alice Pereira, da mesma cidade e que faleceu deixando dois filhos*” (que o autor não deixa indicados);

10-III-5) Ana Josefina de Sousa, nascida no dia 24 de abril de 1856, e casou com o seu primo Luís José Brás de Sá⁷⁴⁹. “*Fal. em Bombaim a 24-11-1919, seguindo muito de perto o seu primogénito – 3 meses e 12 dias!*”. Com geração, indicada no ponto dedicado a Luís José Brás de Sá;

10-IV) Luísa Maria da Piedade e Sá, nascida a 16 de setembro de 1827 e falecida, solteira, na manhã de 23 de junho de 1865⁷⁵⁰ – que, como refere o seu sobrinho Padre Francisco de Assis Brás de Sá, era “*dia da festa do Sagrado Coração de Jesus, a quem era, desde menina, muitíssimo devotada*”. Aquele eclesiástico descreve-a com especial afeição: “*Além das primeiras letras, tivera princípios de latim sob a direcção de seu pai. Parece ainda há pouco que ela habilitava para a 1.ª Comunhão além de outros, o*

2-III) MIGUEL DE QUADROS, que segue;

2-IV) Úrsula Teles;

2-V) Mónica de Quadros;

2-III) MIGUEL DE QUADROS, que continua. Casou com Petronila da Silveira, de quem teve:

3-I) Cristóvão de Quadros;

3-II) Padre António Inácio de Quadros, que se ordenou um pouco depois de 1746 – ano em que se realizam as suas inquirições *de genere*, decerto para tomar ordens menores (“*proc. de genere Cacifo 7, arq. Patr. 1746*”);

⁷⁴⁷ A esta família pertencia o clínico Astolfo de Gouveia Pinto, nascido em Sangoldá cerca de 1875, tendo falecido em Lisboa a 14 de dezembro de 1932. Após obter a licenciatura na Escola Médico-Cirúrgica de Goa (em março de 1900) e de ter desempenhado funções de delegado de saúde na Praça da Aguada, decide prosseguir a sua formação, embarcando para Portugal em 1912. Em Lisboa, faz o curso de medicina tropical. Durante a 1ª Grande Guerra, na frente francesa, serviu como capitão-médico da Cruz Vermelha. Findo o conflito, exerce o lugar de médico nos transatlânticos que faziam carreira para a América do Sul. E é decerto o contacto com essas paragens que justifica a sua nomeação para cônsul da Argentina em Lisboa. Deixou colaboração dispersa em diversos periódicos, designadamente no “Heraldo”, de Pangim – para mais dados sobre a sua biografia, veja-se Costa, Aleixo Manuel da (1997) vol. II, 120 e 121.

⁷⁴⁸ cremos que relativamente a alguns membros desta família, Gomes Catão deixou também uma brevíssima anotação, intitulada “*Siqueira, gancares de Candolim*”, que se resume, praticamente, ao elenco de três irmãos: **(i) padre António de Siqueira**; **(ii) João Gabriel de Siqueira**; e **(iii) Esperança de Siqueira**. Esta última casou com Joaquim Manuel Lobo, de Carrém (Socorro), sendo pais do **Padre Diogo Benedito Lobo**, batizado no dia 20 de setembro de 1742 – o qual foi, nas palavras do autor que vimos seguindo, “*um dos Conjurados*”, ou seja, tomou parte, ou foi dado como culpado ou cúmplice, na chamada *conjunção dos Pintos*. Cfr. Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Siqueira, gancares de Candolim*”, Goa.

⁷⁴⁹ Cfr., *infra*, ponto 11-V).

⁷⁵⁰ Sepultada na tarde do mesmo dia.

seu sobrinho que hoje, nesta velhice, se lembra dela com viva saudade e lhe presta nestas linhas, o preto de gratidão”;

10-V) Ana Joaquina de Sá, *“que faleceu de poucos meses”;*

10-VI) Ana Cristalina Radegundes de Sá, nascida na casa dos Brás de Sá, em Calangute, no dia 9 de outubro de 1838, e batizada a 18 do mesmo mês e ano. Apadrinharam-na os seus irmãos Lucas António e Rosa Maria Assunta Ana Pascoela. Faleceu também no estado de solteira, a 26 de agosto de 1903. Dela diz o biógrafo da família: *“Era inteligente; não estudara o latim, como a sobredita irmã mais velha, mas estava melhor habilitada no português, escrevendo com correcção e mesmo com relativo gosto. A família, sobretudo quem isto escreve, lhe deve muito além de mais pelo seu inteligente desvêlo nas doenças, de que entendia não pouco. Foi muito comovedora a sua despedida à hora da morte, em que, em pleno siso, falou com muita lucidez e notável propriedade de cada um dos seus”;*

10-II) LUCAS ANTÓNIO CONSTANTINO BRÁS DE SÁ, que continua. Nascido em Candolim no dia 3 de novembro de 1821, foi batizado a 11 do mesmo mês e ano pelo padre Tomé de Sousa, sendo apadrinhado pelo seu tio-avô padre António João de Sá e por Angelina Flor Cordeiro, de Anjuna. O padre Francisco de Assis Brás de Sá deixou-nos uma detalhada biografia deste personagem: *“Lucas António Constantino Brás de Sá manifestou, desde pequeno, notável robustez do seu talento e após o estudo d’algumas disciplinas entrou, ainda novo, de 14 anos de idade, para a Escola Matemática, onde cursou com distinção os tres primeiros anos, obtendo prémio num destes. O lente passou-lhe espontaneamente atestado, bastante elogioso, referindo-se nele a sua prodigiosa memória. Estudou em seguida 1.o ano de medicina na escola particular do eminente médico Rafael Pinto, de Serulá, passando depois a estudar jurisprudencia sob a direcção do abalisado jurisconsulto e canonista P.e António de Sá, de Siolim, de quem foi extraordinariamente estimado. Concluidos estes estudos, leccionou o direito teórico e prático, sendo sempre procuradas e escutadas com muito interesse as suas lindas e eruditas lições. Em 1859 obteve a carta de advogado e em 1865 foi nomeado Delegado do Procurador da Corôa e Fazenda, cargo que exerceu sucessivamente nas comarcas de Bardez⁷⁵¹, Salsete e Ilhas, até o seu falecimento ocorrido em Pangim ao meio dia de 31-7-1876, sendo sepult. na tarde do dia imediato nesta freg.a de Calangute. Foi um jurisconsulto dos mais eminentes, profundamente versado no direito pátrio e no canonico e romano. Quando novo, foi vereador da Câmara Municipal de Bardez. Foi também, por aqueles tempos, nomeado Juiz de Diu, cargo q. não aceitou. O referido cargo de Delegado do Procurador da Coroa exerceu-o com tanta distinção que não poucas vezes mereceu elogios aos magistrados da Relação, e quando foi do famoso roubo dos cofres públicos de Mapuçá, roubo em que se viram envolvidos homens de farda, foi, apesar de terrorosas ameaças, tão rigoroso e intrépido nas suas promoções que Gover.or Geral, José Ferreira Pestana, querendo galardoar-lhe os relevantes serviços ofereceu-lhe uma condecoração qualquer. Não a aceitou porem, que não era isso do seu feitio.”*

Casou, no dia 30 de agosto de 1842, *“na Capela do Bairro”*, com Ana Rosália Gomes. Era esta, natural da Piedade (onde nasceu a 23 de Março de 1828, e foi baptizada, pelo vigário Francisco Xavier Monteiro, sete dias passados), vindo, porém, pouco tempo volvido, para Siolim, onde residia. Era filha de Pascoal João Gomes, *“Procurador da Corôa e Fazenda”* e de D. Aurélia Maria Bernardina Pereira, da Piedade. Morreu a 23 de dezembro de 1906, sendo sepultada no cemitério de Calangute. Dela escreve o Padre Brás de Sá: *“Sem embargo da compleição delicada, viveu mais do que qualquer outro membro da familia que conste desta genealogia, graças à sua natural actividade, que, mãe carinhosa, constantemente desenvolveu em prol da sua numerosa prole”.*

Lucas António Constantino Brás de Sá e Ana Rosália Gomes tiveram numerosa geração:

⁷⁵¹ Gomes Catão acrescentou a seguinte anotação: *“Delegado na comarca de Bardês, por Alvará de 11-3-1867 (B.O. n.o 76). Transf. Para Salsete (Vide B.O. de 1867, n.o 50)”.*

11-I) Ana Rosária Gracia Cecília de Sá, nascida em Siolim a 23 de julho de 1843, e batizada no último dia do aludido mês, pelo vigário António Vicente Francisco Maria Lobo (foram padrinhos Domingos Francisco do Rosário e a avó paterna). Faleceu, *“ainda nova”*, no dia 4 de outubro de 1873⁷⁵². *“Amabilíssima para com os seus, era para todos os mais, a um tempo, grave e alegre no trato”*. Casou, a 25 de abril de 1865, com António Caetano Correia Lobo, natural dos Reis Magos (Bardez), 2º escriturário da Fazenda, falecido no dia 23 de abril de 1901. Tiveram:

11-I-1) Maria Ermelinda, *“que viveu apenas 22 dias”*;

11-I-2) Mariano José Correia Lobo, o qual nasceu no dia 26 de março de 1868. *“Aluno laureado da escola médica, com um Prémio em um ano e Louvores em alguns outros, é hoje um dos mais distintos médicos e com vasta clínica. É regedor da paróquia desde há anos, e por sua ilustração e candura exerce esse cargo com tanta dignidade que é justamente de todos estimados e respeitado. É também delegado local de instrução primária”*. Casou com a sua prima Maria Rosa Isménia Luísa Cecília da Graça e Sá, vulgarmente conhecida por Maria Isménia de Sá, filha de Brás António João Caetano Paulo José do Rosário de Sá e de Ana Clementina Lourenço Mamede Lobo⁷⁵³;

11-I-3) Francisco Xavier Correia Lobo, nascido a 30 de agosto de 1870; *“aplica-se a comércio”*;

11-I-4) Maria Aurora Josefa (ou Josefina) Letícia Luísa (que adotou o nome **Maria Letícia Correia Lobo**, a qual nasceu no dia 8 de março de 1873 e foi batizada a 25 do dito mês e ano⁷⁵⁴. Casou com Miguel José Mariano Caetano Xavier Vaz, advogado, natural de Anjuna, filho de Esmeraldo Vicente Xavier Vaz e de Ana Caetana Maria Teresa Gomes⁷⁵⁵;

11-II) Maria Joaquina Conceição Efigénia de Sá, nascida em Siolim a 12 de dezembro de 1844, sendo batizada no dia 21 desse mês. Foram seus padrinhos Caetano Pinto e Luísa Maria da Piedade e Sá, tia materna, de Calangute. Morreu, solteira, no dia 16 de abril de 1902, sendo sepultada no dia seguinte em Calangute. Sobre ela escreveu o padre Brás de Sá: *“Tinha uma memória felicíssima, podendo dar contas com muita precisão, dos factos mais insignificantes, ouvidos em tempos remotos, pelo era para a família um memorial vivo. Nenhum dos seus irmãos pode jamais esquecer-se do que deve ao inextinguível affecto que lhes dispensou por toda a sua vida”*;⁷⁵⁶

11-III) BRÁS ANTÓNIO JOÃO CAETANO PAULO JOSÉ DO ROSÁRIO DE SÁ, que segue;

11-IV) Padre Francisco de Assis Domingos Caetano Xavier Brás Desidério do Coração de Jesus e Sá (que adotou o nome **Francisco de Assis Brás de Sá**), que é o autor – já tantas vezes citado – da continuação do trabalho genealógico iniciado pelo Padre António João de Sá. Nasceu na casa dos Brás de Sá, em Calangute, no dia 12 de julho de 1849, sendo batizado a 22 do mesmo mês e ano, tendo por padrinhos o tenente Francisco Caetano da Cunha, de Arporá, e a sua prima Maria Elisa de Frias, de Candolim. Compreensivelmente (ou não fosse o autor do tratado familiar em causa, composto, conforme explica, na casa de Calangute), descreveu a sua vida com detalhe e grande cópia de pormenores curiosos: *“Ord. de Menores pelo Arceb.o Amorim Pessoa a 8-7-866, cursou Teologia no Semin.o de Rachol, concluindo-a o ano lectivo de 1871-1872 e obteve o “Accessit” nos últimos dois anos. Ord. por Arceb.o Ornelas, de subdiácono a 15-10-1876., de diácono aos 22-9-1877 e presbit.o a 22-12-1877. Celebrou a 1.a missa na capela do Colégio de Guirim, sob a égide de S. F.co d’Assis, cuja imagem se venera no altar daquela capela, a 1-1-1878, e na igr. de Calangute a 5-1-1878. Por port.a de 27-1-1879 nomeado pelo*

⁷⁵² Sendo *“sepultada na tarde do dia imediato”*.

⁷⁵³ Cfr. ponto 12-I), onde segue a sua geração;

⁷⁵⁴ Teve por padrinhos seu primo Pedro José Lúcio de Sousa, médico em Bombaim, e Maria Aurora Lobo Fernandes, dos Reis Magos.

⁷⁵⁵ Veja-se o título Lima, de Chorão, ponto 6-VI), onde também se elenca sumariamente a sua geração.

⁷⁵⁶ Gomes Catão acrescentou ter encontrado o seu necrológico em *“O Crente”* de 25 de Abril de 1902.

Arcebispo Ornelas, missionário no Bispado de Cochim, onde, depois de ser vigário primeiramente nas igrejas do Cabo Comorim até Gurdaley na Costa da Pescaria e depois na de Vaddachery no reino de Travancore, o foi finalmente na igreja de Peltah em Trivandem (?), capital do dito reino, até que foi dispensado do serviço, a pedido, em 20-8-1884. O vig.º geral de Cochim, P.e Casimiro C. de Nazaré, passou-lhe atestado em termos lisonjeiros. Nessa missão foi correspondente particular dos jornais “A Índia Católica”, de Bombaim, e de “O Crente”. Por port. de 22-12-1885 (prov. de 19-12-85) do Patr.ca D. Valente foi nom. Vig.º encom. de Bicholim, cargo que exerceu até 15-5-1891. Em Bicholim foi também vig.º da vara da 2.ª Circunscrição das Novas Conquistas, por prov. de 5-5-1888, lugar que exerceu até à referida data de 15-5-1891. Há aqui duas circunstâncias dignas de menção. Uma é que N. Sr.a da Graça, que é padroeira da igr. de Bicholim, também o é desta família; a outra, que essa igr. de Bicholim fora fundada por D. Mateus de Castro, 2.º tio de Rosa Maria de Castro, que é 4.ª avó do dito vig.º de Bicholim, P.e F.co d’Assis Brás de Sá. Por prov. de 15-5-1891 foi nom. vig.º encom. de Nagoá, de que tomou posse em 7-6-1891, onde continua até o presente. Também aqui uma circunstância há que merece ser registada. Apenas nascera, relacionára-se por assim dizer, com essa igreja de Nagoá: o seu avô paterno, pois, dera-lhe o nome do grande Patriarca Seráfico, S. F.co d’Assis, cuja uma imagem, do tamanho natural e abraçando o Divino Redentor, se venera naquela igreja e fôra para aí trazida precisamente nessa época; dera-lhe também o nome Desidério do Coração de Jesus, e a devoção ao Sagrado Coração só a havia então na mesma igreja, com confraria cuja dita instituição é de tempos memoráveis, devoção que o dito seu avô paterno praticava indo àquela igreja todas as sextas feiras. Em 12 de Novembro de 1904 obteve de Roma a faculdade de admitir os fiéis na Confr.a da SS.ma Trindade, porque tal devoção era bem cabida naquela freguesia, que é da SS.ma Trindade; e desde então não só se pratica ali essa devoção, mas em várias partes do paiz, pois são inúmeros os fiéis extranhos à freguesia que têm sido admitidos na Confraria. Na igreja de Nagoá, então, pratica-se pública e solenemente essa devoção, tendo sido, para esse fim, por ele editado, vertendo-o para concanim o Triságio. Em 12 de Janeiro de 1909 obteve do Papa Pio X a “Benção Apostólica” com Indulg.a plenária in articulo mortis⁷⁵⁷ para si e para os seus, consanguíneos e afins, até o 3.º grau inclusive. A seu pedido, também foram concedidas pelo Patr.ca D. A. S. Valente, a 11-1-1897, a todos os membros da família, ao tempo existentes, as seguintes 2 indulgências, anexas ao Crucifixo do novo oratório: Indulg.a plenária à hora da morte; e a Indulgência de 20 dias todas as vezes que rezarem um Credo⁷⁵⁸ perante o dito Crucifixo. Também a seu pedido foram concedidas em 16-2-1913, pelo Patr.ca D. Mateus 2 indulgências perpétuas⁷⁵⁹ anexas a outro Crucifixo da Casa (Custo vivo) e que fica no seu oratorio particular, sendo uma plenária à hora da morte e a outra de 100 dias duas vezes ao dia, aos que rezarem perante ele o Credo⁷⁶⁰.” E acrescenta uma nota extremamente curiosa: “N.B. – São da nossa casa de Chorão tanto o referido Crucifixo do oratório, como os outros dois que temos em casa e que, como aquele, são de marfim, mas de dimensões um pouco menores, bem assim as imagens da Sr.a da Graça, da Sr.a do Rosário e da Sr.a do Bom Parto, A mesa do oratório, valiosíssima, toda finamente marchetada com embutidos de marfim e pau preto essa é que se estragou por completo nesta casa, restando-lhe apenas uns pedaços da parte inferior, que, sendo igualmente marchetados, dão idéa do que foi aquela mesa. Além daqueles objectos sagrados, são da casa de Chorão a tina de pedra preta, as duas mesas de jantar, que ainda estão em uso e que são huma só taboa, e um candeeiro de metal superior. Esse candeeiro é o único objecto que resta das prendas dadas pelo Bispo D. Tomás de Castro à sua sobrinha Rosa Maria de Castro, e por isso, a família tanto o quer em casa que, ha cerca de 40 anos, tendo sido, juntamente com outros objectos inservíveis, trocado no mercado por outro novo, apenas se notou o equívoco, foi ele imediatamente resgatado, e desde então está alojado em um dos armários, por lhe estarem gastos os bicos, depois de ter alumiado a família por cerca de dois seculos – desde Rosa Maria de Castro até a ser tempo da sua reforma.”;

⁷⁵⁷ Sublinhado no original.

⁷⁵⁸ Id.

⁷⁵⁹ Id.

⁷⁶⁰ Id.

11-V) André Avelino Gregório Luís Gonzaga Paulo José Brás do Rosário de Sá (que adoptou o nome de **Luís José Brás de Sá**), nascido em Siolim no dia 27 de dezembro de 1851, sendo batizado a 8 de janeiro do ano imediato pelo vigário padre Caetano José de Sá, *“sendo padrinhos o seu avô paterno José Manuel Brás de Sá e a sua tia-avó D. Ana Senhorinha Conceição Monteiro, de Saligão”*. Dele escreveu o seu irmão Francisco de Assis: *“Fal. muito novo, em Bombaim, às 7 horas da tarde de 19-8-1888 e realizaram-se os seus funerais na tarde do dia imediato, sendo sepultado na capela-mór da capela do cemitério de Dharaiz, por não poder sê-lo na igreja, como desejava a Comunidade Portuguesa de Bombaim, e por telegrama solicitara licença do Bispo que sentiu não poder concedê-la por graves motivos. Luís José Brás de Sá era um talento verdadeiramente excepcional. Versado em diversos ramos de conhecimentos humanos, foi sobretudo no latim, no inglês, na filosofia e matemática duma rara distinção e proficiência. No colégio de S. F.co Xavier deixou, como aluno, um nome invejável, tendo sempre merecido estima e muita consideração aos seus professores e a varias sumidades, umas das quais – o eminente Bispo Mensin – lhe fêz elogiosas referências, chegando até a dizer que “se a India toda tivesse uns 100 rapazes da altura dele, a India seria outra cousa.”. Dentre vários extensos artigos que na ocasião do seu falecimento publicaram os jornais nacionais como estrangeiros, falando dele em frases mui levantadas, fique aqui registado o que em jornal de Goa publicou o seu correspondente de Bombaim “.....Talento peregrino, igual só à sua inexcédível modestia, o Sr. Luis José Brás de Sá foi um astro fulgurante desde os bancos da escola. Em Janeiro de 1870 começou aqui os seus estudos e em dezembro do ano imediato fez na Universidade o exame de matrícula, obtendo com admiração prémio especial que lhe foi conferido com precedência duma resolução do respectivo conselho, tomada em acta concebida em termos sumamente lisonjeiros; tres anos mais e aquele talento privilegiado conseguira a formatura da 1.a classe de bacharel nas Artes, obtendo nos respectivos exames distincções nas matemáticas e filosofia. Foi em seguida escolhido para dirigir o Colégio de Malim, cargo que exerceu pouco mais de um ano, aplicando-se ao mesmo tempo aos estudos de jurisprudência no intuito de seguir a profissão do seu ilustre progenitor o finado juriconsulto Lucas António Brás de de Sá. Vagou então o lugar de chefe d’uma das repartições da Contadoria Geral, e o sr. Sá respondendo ao concurso, foi escolhido dentre uns 150 e tantos pretendentes! Sendo ele o primeiro filho de Goa que ocupou esse cargo. Entretanto, tendo feito o exame de jurisprudência, em que também saiu com distinção, obteve o grau de bacharel nas Leis, e em 1880 foi nomeado Juiz ordinario de Taná, depois transferido para Panvel, e ultimamente promovido ao grau maior da classe. É um cargo importantíssimo e o sr. Dr. Luís José Brás de Sá é também o primeiro filho de Goa que o ocupou. Mas não era só um talento sublime; nas ocasiões mais críticas a Comunidade portuguesa encontrava nele um denodado defensor, como aconteceu na memorável questão consular, por ocasião da qual se manifestou o seu desinteresse e sempre esclarecido amor da patria. Sinto-me pequeno para falar deste homem sábio. A lucidez do seu espirito, a bondade do seu coração, a solidez do seu pensar, a sua modéstia admirável, tudo está acima do que posso dizer.” (Bombaim, 22-8-1888)”*. E prossegue o Padre Francisco de Assis Brás de Sá: *“Com respeito ao referido incidente da questão consular, vide na “Patria” de 9-9-1888 um extenso artigo dedicado à sua memória. Em uma extensa necrologia no jornal “A Convicção” se dizia entre outras cousas: “não hesitou em arriscar o lugar (de juiz) para se pronunciar por estes (seus conterrâneos)...”. Também o “Anglo-Lusitano”, no seu artigo editorial disse: “Orgulho da sua família, brilhantíssimo ornamento da nossa Comunidade, flôr da magistratura nativa desta presidencia e uma das glorias do pais natal, descaiu desastradamente a sua(?) palavra de difícil leitura) estrela que nos alumia a todos”!*. E concluía o seu irmão-biógrafo: *Era dedicadíssimo a todos os seus; e a despeito dos árduos deveres do seu importante cargo, que ademais cumprira com uma religiosidade inexcédível, tanto se interessava por eles como se nada mais tivesse a fazer. Tinha tempo para tudo.”*;

Casou, em 23 de maio de 1883, com a sua prima Ana Josefina de Sousa, de Bombaim, filha de José Francisco Duartinho de Sousa e Rosa Maria Assunta Ana Pascoela de Sá⁷⁶¹. Tiveram:

⁷⁶¹ Veja-se, *supra*, ponto 10-III-5).

11-V-1) José Francisco Duarte Lucas Brás Simão de Sá, o qual nasceu em Bombaim no dia 24 de fevereiro de 1883, sendo batizado a 9 de junho do mesmo ano, sendo apadrinhado por “*seu tio materno afim Simão Vicente de Quadros*”. Dele diz seu tio: “*É empregado na Repartição do Caminho de ferro de Bombaim. Faleceu em Bombaim na pequena idade de 36 anos, 5 meses e 18 dias. Inteligente, coração aberto para todos os bons sentimentos, a sua morte foi justamente muito lamentada por todos, e para a família foi um verdadeiro desastre*”;

11-V-2) José António Eustáquio João de Sá, que também nasceu em Bombaim (no dia 8 de março de 1884), e foi aí batizado, tendo por padrinho seu tio materno Luís José de Sousa. Empregado na Repartição do Caminho de Ferro de Bombaim, casou com D. Leonor da Silva, “*filha do Dr. Wolfgang da Silva, de Pangim*”. Falamos de Francisco António Wolfgang (ou Wolfgang) da Silva, conhecido médico e professor de medicina em Goa, de quem traçamos uma breve biografia noutro lugar⁷⁶². D. Leonor da Silva era neta paterna de Bernardo Wolfgang da Silva⁷⁶³, também clínico, e de D. Leopoldina Deodata Gertrudes Barreto⁷⁶⁴;

11-VI) José Manuel Brás Aleixo Mariano de Sá (que adoptou o nome de **José Manuel Brás de Sá**), nascido na casa da sua família, em Calangute, em 19 de abril de 1854, sendo batizado 8 dias passados, apadrinhando-o José Manuel de Sousa e D. Esmeralda Humiliana Ana Maria de Siqueira, de Siolim. Eis o que sobre ele deixou escrito o biógrafo familiar: “*Feito o curso do Liceu, entrou para medicina, mas abandonando os estudos foi nomeado amanuense da 2.a classe da Contadoria Geral em virtude de concurso, em que saiu classificado em primeiro lugar, e pelo desempenho do serviço foi muito estimado do chefe José Joaquim d’Oliveira Nogar. Com o ardente desejo de ir ao reino, resignou o lugar e partiu para ali em Maio de 1879; estudou a medicina na Escola Médica do Pôrto, concluindo o curso, com distinções, em 1886. Em seguida, nomeado cirurgião da 2.a classe do quadro de saúde desta provincia em comissão, voltou para casa em Outubro de 1886 e tomou posse do lugar, que exerceu até Janeiro de 1887, quando foi definitivamente nomeado para idêntico lugar em Moçambique, onde, dentro de pouco tempo passou à 1.a classe e foi chefe interno do mesmo quadro de saúde. Tendo tomado parte numa expedição comandada por João d’Azevedo Coutinho, foi, por seus serviços, condecorado com o hábito de Torre e Espada. Reformado em capitão, retirou-se para Portugal, onde viveu no Porto exercendo, particularmente, a sua profissão, e veio a falecer a 4-7-1907. Foi também escriptor de nota. Em Goa publicou a vida de S. F.co Xavier, “O Apóstolo das Índias”, por ocasião da Exposição do Corpo do Santo em 1878 – opúsculo que foi muito apreciado, e, por alguns anos, correspondente da “India Católica”. Em Portugal foi colaborador do “Comércio do Porto”, “Rio de Janeiro”, “Palavra” e vários outros jornais do reino. Salientou-se igualmente nas matemáticas. Desde que concluiu o curso até partir para o reino, foi explicador das lições de matemática, em que era muito versado, ciência que cultivou com mais esmero em Portugal, onde escreveu em 1885 um trabalho com o titulo “Novas noções sobre os números”, que foi muito apreciada, sendo imediatamente comprada a sua propriedade por uma casa editora, que fez circular em folhetos – tendo estes tido algumas edições, o que lhe valeu ser convidado para colaborar em um jornal de Matemática. Foi eleito sócio efectivo da “Sociedade de Instrução do Pôrto”, sendo-lhe passado o competente diploma em 15-5-1884.*”;

11-VII) Eduardo Gregório Pascoal Brás de Sá (que adotou o nome de **Eduardo Brás de Sá**), nasceu em Siolim, onde foi batizado, o dia 18 de maio de 1856, pelo padre Caetano José de Sá. Apadrinharam-no “*o seu tio materno António Francisco Gomes e a sua prima Lucinda de Sousa*”. De acordo com as notas do seu irmão, “*Feito o curso do antigo Liceu, estudou as 8 primeiras cadeiras do Instituto Profissional, e o 1.o Curso da escola Médica. Continuando a padecer em Pangim, deixou os estudos e applicou-se ao grangeio dos prédios, que foram notavelmente melhorados, graças à sua paixão pela agricultura e inteligente direcção*”;

⁷⁶² Oliveira, Luís Pedroso de Lima Cabral de e Costa, Pedro do Carmo (2010), 89 e 90.

⁷⁶³ Filho de Bernardo António Vicente Caetano da Silva e de Ana Paula da Silveira.

⁷⁶⁴ Filha de Joaquim Vicente Camilo Barreto e de Luísa Filipa Nery Gomes.

11-VIII) Ezequiel Teodoro Brás da Paixão e Sá (que adotou o nome de **Ezequiel Brás de Sá**), o qual nasceu na casa da sua família em Calangute a 7 de janeiro de 1859, sendo batizado dez dias passados pelo padre P.e Pedro Paulo Quitério de Sousa. Foram seus padrinhos António João Baltazar de Sousa, de Calangute, e D. Praxedes Felicidade Machado, de Mapuçá. *“Feitos os estudos preparatorios, cursou medicina e farmácia na Escola Medico-Cirurgica de Nova Goa. Fêz o acto grande de farmácia em 2-8-1888 e o de medicina em 22-12-1892, saindo aprovado plenamente. Exerce uma e outra profissão – de farmacêutico e de medico-cirurgião”*;

11-IX) Ana Conceição Propércia Leonildes de Sá, nascida na casa de Calangute no dia 2 de dezembro de 1852, sendo batizada em data desconhecida. Sabe-se, contudo, que foi apadrinhada por José Caetano de Sousa, de Sirulá, e de Ana Cristalina Radegundes de Sá, sua tia paterna. Casou, no dia 23 de maio de 1882, com Heitor Felicíssimo do Carmo Noronha Colaço, *“advogado e médico-cirurgião”*, natural de Neurá-o-Grande, onde nasceu no dia 16 de julho de 1862. Era filho de António Tomás de Noronha e de D. Clarina Colaço, de S. Matias. Segundo o Padre Francisco de Assis Brás de Sá, Heitor de Noronha *“cursou a jurisprudência e a medicina; exerce, principalmente, a profissão de advogado nas Ilhas com muita competência e dignidade. Foi também por alguns anos Administrador substituto do concelho de Canácona”*

Tiveram os seguintes filhos:

11-IX-1) Elvina Edilda Clarina Rosália, nascida em Calangute no dia 19 de março de 1883. Morreu precocemente, a 29 de novembro de 1890;

11-IX-2) Maria Clorinda do Carmo Noronha, *“nasc. a 24-9-1884, baptis. privadamente em casa e falecida em 1-10-1884”*;

11-IX-3) Tomás Nuno Francisco do Carmo Noronha, que nasceu no dia 3 de novembro de 1885, sendo batizado a 12 do mesmo mês e ano (foram padrinhos Nuno Constantino da Piedade Álvares e D. Maria Claudina Leitão e Noronha). *“Feito o Liceu, estudou a jurisprudencia e fêz exame em agosto de 1911, obtendo provisão para advogar na Comarca das Ilhas por despacho de 30-7-1912”*;

11-IX-4) Padre Castilho Serpa do Rosário Noronha, monsenhor da sé patriarcal de Goa. Nasceu em Neurá-o-Grande no dia 21 de setembro de 1887, e baptizado no primeiro dia do mês seguinte, sendo padrinhos Agostinho José Matias de Melo Sampaio, de Pangim, e a sua tia paterna D. Amália Maria Engrácia de Noronha. Se os dados que Francisco de Assis Brás de Sá colige sobre este personagem são escassos (*“Concl. Teol. em 1909. – Em 1-9-1910 fêz o exame para o grau de Bacharel, que recebeu em 7-3-1911. Ord. de Menores por D. Valente a 1-11-1905; Subdiac. por D. Teotónio a 11-10-1908; diácono por D. Mateus a 26-12-1909 e Presbit.o pelo 2. Bispo de Damão a 18-10-1910 com dispensa de idade. Celebrou a 1.a missa a 27-12-1910 na igreja do Bom Jesus, no altar portátil erigido por ocasião da Exposição do Corpo de S. F. X.er, e na sua freguesia em 2 de Janeiro de 1911”*), Aleixo Costa dedica-lhe uma nota biográfica relativamente extensa. Após concluir o curso teológico em Rachol e ter defendido a tese de bacharelato em Teologia (em Março de 1909 e Março de 1911, respetivamente), foi convidado para ensinar naquela instituição, onde lecionou durante longos anos. A sua atividade, para além do ensino, reparte-se em várias frentes. Assim, enquanto eclesiástico, foi administrador-geral das confrarias do Estado da Índia e presidente do Montepio do Clero. Em paralelo, já Cónego da Sé Primacial de Goa, foi membro da junta governativa da diocese, integrou a delegação da Índia à canonização de S. João de Brito, em Roma e em Lisboa (*“tendo sido, nessa ocasião, agraciado com a mercê pontificia de prelado doméstico de Sua Santidade e pelo governo com a Comenda da Ordem de Cristo”*) e interveio ativamente no processo de beatificação do Padre José Vaz. Isto para além de ter exercitado funções enquanto desembargador da Relação Eclesiástica de Goa. Manifestou desde

cedo interesse pela imprensa, onde colaborou ao longo da vida – sobretudo em jornais de matriz católica editados em Goa, tais como “A Voz de S. Francisco Xavier”, o “Boletim Eclesiástico da Diocese de Goa” (tendo dirigido ambos) ou a revista “Esplendores da Religião”. A par destes escritos, deixou alguma obra impressa, da qual se destaca um artigo, em co-autoria com Panduronga Pissurlencar, sobre o padre Jácome Gonçalves. Envolvendo-se nas lides políticas, e para além de ter sido vogal eleito do Conselho do Governo pelo círculo do concelho de Goa (e, posteriormente, membro da sua secção permanente), vogal do conselho de instrução pública, do conselho de administração da navegação da Índia e do conselho legislativo (também pelas Ilhas), ocupou uma cadeira em S. Bento, sendo deputado da nação, pelo círculo da Índia⁷⁶⁵

11-IX-5) Leonilde, nascida no dia 22 de junho de 1889 e batizada a 2 de Julho do mesmo ano, tendo por padrinho António Francisco de Sales de Andrade. Morreu pouco depois, em 10 de dezembro de 1890;

11-IX-6) Ressano Elídio das Mercês Noronha, o qual nasceu a 24 de setembro de 1891, sendo batizado no primeiro dia do mês imediato. Foram padrinhos “*o vig.o geral conego Narciso Arcanjo Fialho, de Calangute, e D. Ana Rita Matilde da Costa, de Loutolim*”. Estudou inglês e radicou-se em Bombaim, onde faleceu em 1955;

11-IX-7) Elmio Antero da Piedade Noronha, que nasceu no dia 21 de janeiro de 1894, e foi batizado a 7 de fevereiro do dito ano. Apadrinharam-no Francisco Xavier Sales de Andrade, advogado, de Margão, e D. Emília F. Álvares. Estudou no Seminário de Rachol, mas não se ordenou. Morreu em Benaulim em 1956;

11-X) Padre Caetano Xavier Pedro Brás de Sá, o qual nasceu na casa de Calangute a 13 de maio de 1865, sendo batizado, pelo padre Pedro Filipe Noronha, doze dias passados, “*sendo padrinhos Caetano Xavier Graciano da Costa e sua esposa D. Ponciana Escolástica de Sá, de Arporá*”. Optando por enveredar pela vida eclesiástica, “*concl. teologia em Rachol em 1888, tendo antes feito estudos preparatórios em várias partes. Ord. de Menores pelo Bispo de Teja, vig.o Capitular a 2-10-1881, e pelo Patr.ca D. Valente, de Subdiác. a 24-9-1887 na Sé; de Diácono a 6-1-1890 na capela do Seminário; e de Presbit.o a 28-3-1891 na Sé. Celebrou a 1.a missa na igreja de Parrá a 23-4-1891 e na igreja de Calangute a 29-4-1891. Coadjutor na igreja de Nagoá desde 7-6-1891, tendo obtido a carta de curato em 8-6-1892. Acha-se bem vinculado a sua freguesia e seu nome, tanto pelo bem espiritual que promove incansavelmente, como pelos muitos e importantes melhoramentos que se fizeram na igreja desde 1891, os quais todos se executaram sob a sua inteligente direcção, em que ele revelou o seu raro tino, sendo por isso muito legítimo o prestígio de que goza na freguesia. Nos exames de confessor tem atingido a aprovação por 4 anos, aprovação que é rara. É também Delegado local de instrução primária em Arporá, nomeado por Port. Prov.al. Nomeado vig.o de Vengurlá, por port. de 20-2-1915 (prov. de 15-3-1915), tomou posse a 1-5-1915. Por coincidência esta igr. fora fundada por D. Mateus de Castro, seu ascendente. Esplêndida a homenagem que a freg.a de Nagoa lhe dedicou na despedida, e cujo sucinto relato foi public. No “Heraldo” de 21-4-1915*”;

11-XI) Luísa Maria de Sá, “*nascida nesta casa a 10-4-1869 e fal. no dia seguinte, tendo sido privadamente baptizada em casa por Fr. Bernardino de S. Boaventura, dos Reis Magos*”;

11-XII) Ana Josefina Leocádia Salustiana Piedade de Sá, a qual nasceu na casa da sua família, em Calangute, no dia 19 de outubro de 1872, e foi batizada, pelo encarregado padre José Manuel de Sousa, a 2 do mês seguinte. Foram seus padrinhos Augusto César de Noronha e mulher, D. Salustiana Lília de Abreu e Noronha, de Anjuna. Casou, no dia 6 de maio de 1899, com José

⁷⁶⁵ Para mais desenvolvimentos, veja-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 358 e 359.

Salvador Diógenes de Noronha, originário de Neurá-o-Pequeno (onde nasceu em 8 de Junho de 1864) mas residente em Pangim, filho de Efigénio Felizardo Paulo de Noronha e de D. Rosa Maria Peregrina de Menezes. Relativamente a Diógenes de Noronha escreve o seu cunhado: *“Feitos os estudos preparatorios em Goa, foi estudar inglês em Bombaim, onde depois foi Secretario-tesoureiro da “Associação Goana de Mútuo Auxilio”. Em Bombaim publicou alguns trabalhos literários; foi o 1.º o “Doutor à fôrça de pau”, tradução livre de “Medecin Malgré lui”, de Molière; depois “O roubo malogrado”, e a “Vida da Venerável Joana de Arc”, e finalmente, em 1896, o “Directório Goano”, anuário muito interessante. Voltando de Bombaim, mediante concurso foi nomeado Escrivão da Administração das Comunidades das Ilhas, lugar que continua a ocupar com muita dignidade e prestígio”*. Aleixo Costa, se bem que apresente uma bibliografia menos desenvolvida, assinala as suas *“grandes faculdades de trabalho”* e indica duas obras que Brás de Sá ignora: uma monografia de Neurá-o-Grande e um manuscrito inédito (que o autor *“ofereceu à Comissão de Arqueologia do Estado da Índia”*) denominado *“Os tanadares das Ilhas de Goa. Seus traços biográficos e alguns fac-similes das suas assinaturas”*⁷⁶⁶

Tiveram:

11-XII-1) Alberto Eugénio Xavier, nascido na casa dos Brás de Sá, em Calangute, no dia 17 de março de 1900. Faleceu a 23 de junho do mesmo ano;

11-XII-2) Maria Palmira Rosália de Noronha, a qual nasceu na mesma casa a 11 de maio de 1901, sendo batizada 5 dias passados, tendo por madrinha sua tia paterna D. Eurides de Noronha;

11-XII-3) Alberto Eugénio Xavier de Noronha, que nasceu em Pangim no dia 1 de janeiro de 1903, sendo batizado a 2 de fevereiro do mesmo ano. Foram padrinhos Rómulo Salvador Vaz de Figueiredo, de Goa Velha, e D. Filomena Rosaura de Noronha, tia paterna. Morreu novo, a 17 de outubro de 1919;

Após referir estes seus sobrinhos, o padre Francisco de Assis Brás de Sá aproveita para fazer um breve parêntesis, de forma a incluir, no historial da família, duas *caseiras* ou *criolas* que a acompanhavam há largos anos: *“Concluindo este capitulo, não passem em claro as duas caseiras contemporâneas desta geração, Deodita e Joaquina. Ambas acolhidas por esta familia ao mesmo tempo e na idade de poucos meses, e tratadas com o mais desvelado carinho souberam perfeitamente corresponder a tanta estima com a inquebrantavel fidelidade e entranhado affecto e – sobre tudo – exemplar morigeração. São caseiras modelares e é grande a soma dos seus serviços”*.

11-III) BRÁS ANTÓNIO JOÃO CAETANO PAULO JOSÉ DO ROSÁRIO DE SÁ, que continua. Ao chegar à vida adulta, adotou o nome de Brás António de Sá. Nasceu em Siolim, no dia 13 de abril de 1847, sendo aí batizado, pelo Padre Manuel Pascoal Pinto dos Remédios, a 22 do mesmo mês e ano, tendo como padrinhos Caetano Maria Soares, de Sirulá, e Maria Josefa, de Calangute. De acordo com o seu irmão e biógrafo familiar, *“dedicou-se à advocacia e exerce essa profissão desde 1871, quando obteve provisão para advogar no julgado de Perném; em 1874 obteve apostila para advogar na Comarca de Bardez; e sujeitando-se ao novo exame em consequencia do decreto de 1880, obteve provisão para advogar na Comarca das Ilhas, e consequentemente, além doutras comarcas, também na Relação de Nova Goa. Mediante concurso, foi nomeado tabelião da Comarca de Damão, cargo que não aceitou. Não aceitou também o cargo de 2.º juiz substituto de Direito de Bardez, quando duas vezes foi nomeado, como não podia aceitar em prejuizo da profissão. Nomeado Delegado de instrução primária neste Concelho de Bardez em 1874, exerceu este lugar até quando foi substituído pelo seu*

⁷⁶⁶ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 361 e 362.

filho Lucas António Constantino Brás de Sá. Nomeado vogar da comissão incumbida de estudar e propor melhoramentos de que carecia o concelho de Bardez por PP n.º (espaço em branco no original) de ... 1907 (Bol. Of. n.º ...); e vogal da Comissão da assistência judiciária no 1.º ano da sua instalação no concelho de Bardez. Correspondente particular na Índia Portuguesa do “Comercio do Porto”, de Portugal, tendo começado a escrever para ele, desde há cerca de 25 anos, a pedido dum dos seus redactores, Bento de Sousa Carqueja. Como advogado, tem-se salientado muito no fôro indiano, sendo muito procurado e, não raro, consultado pelos magistrados. Na inquirição de testemunhas, tem sido intensamente proveitosa aos clientes, a sua acção, pela contradição em que mete as testemunhas de industria, como emprego de instancias, processos, claros e judiciosos. Todos, com justiça, reconhecem nele a presença do espírito, que o leva a solver incidentes dos mais graves, que surgem nos tribunais, muito longe do remanso dos gabinetes, dum momento a outro. Ao lado do homem público, é também chefe de família exemplaríssimo, de uma extraordinária dedicação, por todos os seus, exteriorizada por muitas acções boas e dignas, cuja numeração seria um nunca acabar. Ganhou e continua a ganhar muito na profissão de advogado, mas não aumentou riqueza, porque, seguindo as pisadas paternas, vive exclusivamente para a família. É sua a feição característica mais acentuada da família que nele muito se destacou. É tradicional, e não carece ser recomendada aos vindouros.”. Casou, no dia 3 de agosto de 1874, com Ana Clementina Lourença Mamede Lobo, filha de Caetano Floriano Lobo e de D. Maria Augusta de Mendonça natural de Badém (Salvador do Mundo), onde nasceu a 16 de agosto de 1858 e foi baptizada a 25 do mesmo mês e ano pelo vigário padre Sebastião José Florêncio de Faria. Teve por padrinhos o Padre Francisco Xavier Martins, vigário de S. Matias, e D. Rosa Ditosa da Silva, casada com Manuel António de Carvalho, moradores em Bombaim. Sobre ela escreve o seu cunhado Padre Brás de Sá: “Faleceu às 3 horas da manhã de 1-10-1904, deixando excepcionalmente desolada a família, de quem era como a alma e, por suas exímias virtudes, o enlêvo. Os seus funerais realizaram-se na tarde do mesmo dia. Os seus funerais realizaram-se na tarde do mesmo dia. Quem estas linhas escreve, sente não poder dar aqui uns visos (? palavra de difícil leitura), sequer, da candura daquela boa alma. É muito fiel o seu retrato que temos na sala, obra duma Sociedade franco-americana, estabelecida em Paris.”

Com geração.

COLAÇO, DE RACHOL

Não obstante ser unanimemente considerada como uma das mais antigas famílias pertencentes às elites *naturais* católicas de Salsete, não foi fácil traçar uma genealogia satisfatória dos Colaço de Rachol (os quais depois se vieram a fixar em Margão). Para o fazer contámos sobretudo com algumas escassas notas da autoria de Gomes Catão⁷⁶⁷, esclarecimentos amavelmente prestados por Pedro do Carmo Costa, elementos que lográmos respigar na genealogia dos Melo da Raia elaborada por António Francisco Moniz e finalmente com dados recolhidos dos testamentos que localizámos e estudámos em Pangim. O resultado final ficou aquém das nossas expetativas – há muitos Colaço que permanecem por entroncar –, mas cremos ter conseguido esboçar uma panorâmica geral da linhagem. Ao consultar este título facilmente se constata a existência recorrente de alguns dos indícios que então se considerava serem apanágio do grupo em estudo: uma grande quantidade de eclesiásticos (entre os quais vários oratorianos e um teatino), um número muito significativo de homens de leis (uns e outros aparecendo muito cedo – há alusão a um *provisionário* que terá começado a exercer ainda no século XVII), a coexistência de posições dominantes nas *gancarias* com a instituição de vínculos de capela segundo os cânones portugueses (permitindo que os varões primogénitos de cada geração pudessem ser tratados pelos seus conterrâneos

⁷⁶⁷ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, títulos “Colaço, da Praça de Rachol”*, Goa.

simultaneamente como *gancares* e “morgados”) e o cuidado demonstrado no estabelecimento de vínculos com outras famílias que se considerava partilharem o mesmo escalão social.

O elemento mais remoto da linhagem que localizámos foi:

1) **PASCOAL COLAÇO**, morador em Rachol. Terá tido do seu casamento com Natália Ribeiro:

2)

2-I) MATIAS MANUEL COLAÇO, que segue;

2-II) Custódio Manuel Colaço, cuja existência conhecemos graças a informações prestadas por Pedro do Carmo Costa. Casou com Francisca Mascarenhas e teve dela:

2-II-1) Padre António Colaço;

2-II-2) Manuel Colaço, advogado *provisionário* em Rachol. De acordo com Carmo Costa, obteve carta habilitando-o para advogar naquela praça a 26 de outubro de 1694. Casou duas vezes, ambas com senhoras nascidas em Rachol. De sua primeira mulher, Ana Maria de Jesus, teve pelo menos:

a) **Maria Manuela Colaço**;

b) **João Jacinto Colaço**, morador em Rachol. Foi mestre de campo dos auxiliares de Salsete. Desconhecemos o nome da sua mulher mas sabemos ter sido pai de: (i) **Maria Manuel Colaço**, casada com Salvador da Costa; e (ii) **Agostinho João Inácio Colaço**. Foi neto deste último (e seu homónimo) outro Agostinho João Inácio, que parece ter nascido em Rachol mas que a dada altura da sua vida se instalou em Margão, no bairro Bordá. Advogado *provisionário* e síndico da Santa Casa da Misericórdia, dedicou-se também à vida política local, tendo sido administrador do concelho de Salsete e presidente da câmara municipal local. Casou com a marganense D. Ana Joaquina Carlota Lourenço, de quem teve pelo menos **Regalado da Piedade Colaço**. Regalado, natural de Margão e abastado proprietário em Salsete, casou com a sua conterrânea D. Etelvina Pulquéria Amália Álvares⁷⁶⁸, de quem houve nomeadamente **Agostinho Custódio Roque António da Piedade Colaço** e **Sérgio Camilo Nascimento Colaço**. O primeiro, **Agostinho da Piedade**, nasceu em Margão, no bairro Povoação, a 16 de dezembro de 1881 e foi batizado nessa vila a 18 de janeiro do ano seguinte. Matriculado em direito na Universidade de Coimbra em 1906⁷⁶⁹. Optou pela magistratura. De acordo com Aleixo Costa: *“Terminado o estudo dos preparatórios em Goa, matriculou-se na Universidade de Coimbra, concluindo a sua formatura em Direito em 1912. Neste mesmo ano é despachado delegado na comarca de Damão e transferido, no ano seguinte, para a das Ilhas, onde se conservou até 1920. Promovido a juiz da 1.ª Instância foi nomeado para Quelimane, sendo daqui transferido, seguidamente, para Damão, Bicholim, Bardês e Quepém, onde serviu até à sua promoção, em 1921, a juiz da 2.ª Instância e colocação na Relação de Goa a que presidiu. Atingido por limite de idade, deixou o exercício dessas funções em 10 de Janeiro de 1947 com reputação de um “colosso” na legislação e jurisprudência. Era sócio do Instituto Vasco da Gama, de que foi também presidente desde 1938 a 1946. Nesta qualidade organizou, em 1940, como um dos números das Festas do Duplo Centenário e com o objectivo principal de proporcionar aos seus patrícios meios para o seu desenvolvimento artístico, uma*

⁷⁶⁸ Veja-se o título Álvares, de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 3-X-8).

⁷⁶⁹ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Agostinho Custódio Roque da Piedade Colaço).

exposição de arte que, sendo a primeira no género, obteve grande êxito pelo número e beleza de telas e esculturas aí expostas, o que levou a ser visitada por milhares de pessoas. Era também vogal do Conselho Legislativo desde 1955”. Para além de vários relatórios de gerência do Instituto Vasco da Gama e de uma memória da *supra* referida exposição, publicou o texto de uma conferência inspirada pelos ideais da época (*A Consciência Nacional e a Restauração*, 1940), *O sistema da colonização portuguesa* (no boletim do Instituto Vasco da Gama, 1940) e *A Abolição da Escravatura* (separata do dito boletim, 1938)⁷⁷⁰. Foi pai do juiz desembargador Abel Regalado Álvares Colaço, secretário-geral do último governo do Estado da Índia.

O segundo, **Sérgio Camilo**, casou com Angélica Rosaura Matilde Claudina Fernandes, de Siolim. Foram os pais do médico Áulio Elínio Gabriel Colaço, diplomado pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa e casado com D. Luísa Lília Dias⁷⁷¹. Esta senhora era filha do abastado comerciante goês Luís Guilherme Dias⁷⁷² e de D. Lília Maria Esperança Martins (filha por sua vez de Sebastião Xavier Martins e de D. Ana Carolina Delfina Lobo, pelo que irmã de D. Idalina Maria Joaquina Guilhermina Martins, casada com Filipe Nery Xavier júnior⁷⁷³)

Após enviuar, Manuel Colaço passou a segundas núpcias com Gracia Ribeiro. Dela teve pelo menos:

c) **Manuel Colaço**, casado com Maria Benedita Barreto. Foi filho deste casal **Jacinto Benedito Colaço**, o qual casou com Maria Aurora da Silva – de quem houve pelo menos: (i) *padre Francisco José da Necessidade Colaço*, que começou por professar na ordens dos teatinos, tendo depois transitado para os oratorianos e foi professor do seminário de Chorão; e (ii) *Manuel do Rosário Colaço*. Este casou duas vezes: em primeiras núpcias com Maria Arcângela Benedita da Costa e em segundas com Filomena Piedade da Silva. Do primeiro enlace nasceu Sérvulo Jacinto da Piedade Colaço, advogado *provisionário* em Margão e presidente da câmara municipal de Salsete; do segundo D. Maria Aurora Colaço, casada com o seu primo Anastásio do Rosário Colaço⁷⁷⁴;

2-III) Bento Colaço, também residente em Rachol. De acordo com o testamento que ditou em 1739⁷⁷⁵, foi casado três vezes. Casou assim em primeiras núpcias com Francisca Catarina do Rosário, em segundas com Antónia Correia e em terceiras com Esperança Gomes⁷⁷⁶. Esta última era filha de José António Gomes e de Helena Serrão, neta de Francisco Gomes (de quem herdara o ofício de recebedor de Salsete por três anos, em mercê pelos serviços prestados pelo dito Francisco Gomes) e sobrinha do padre Sebastião António Gomes e do também sacerdote e oratoriano António Gomes. Bento Colaço esclarece ainda no dito testamento ser tio do padre Agostinho Barreto e de Urbano Barreto, “*concuphado*” de Caetano da Silveira Vital⁷⁷⁷ e tio-avô (note-se que a trata por *neta*, o que era, e ainda é, prática corrente em Goa, por ser uma abreviatura de *neta-sobrinha*) de Pascoela da Silva e Sousa, casada com Inácio Colaço⁷⁷⁸. Possuímos uma descrição pormenorizada do seu património: “*Declaro os bens que possuo de*

⁷⁷⁰ Costa, Aleixo Manuel da (1967), 236 a 238.

⁷⁷¹ Áulio Colaço e D. Luísa Lília Dias foram progenitores de D. Ângela Colaço, casada com José Caetano Xavier da Silveira Vital – veja-se neste título, Melo, da Raia, ponto 9-I-3), c).

⁷⁷² Luís Guilherme Dias foi considerado um dos maiores comerciantes *naturais* católicos da sua época. Fez uma fortuna muito considerável com a importação de vinhos portugueses, sobretudo do Porto, e de *whisky* inglês; com a cultura de arroz, cana-de-açúcar e algodão e com a exploração mineira. Foi, em conjunto com Vicente Salvador Dias e Bento Miguel Fernandes, um dos fundadores da câmara do comércio e indústria de Goa – associação criada em 1907.

Conta-se que foi o primeiro particular a ter um automóvel em Goa.

⁷⁷³ Veja-se o título Xavier, de Loutolim, ponto 6-VII-2).

⁷⁷⁴ Veja-se neste título o ponto 4-I.2).

⁷⁷⁵ Consulte-se anexo II: testamentos – N2.

⁷⁷⁶ Também localizámos o documento onde ficaram registadas as suas derradeiras vontades – veja-se o anexo II: testamentos - N1.

⁷⁷⁷ Certamente dos de S. Matias. Veja-se o título Melo, de Raia, ponto 9-I-3), c).

⁷⁷⁸ Aos quais nos referimos no ponto 4-II).

raiz e Cunto são citos nas Aldeas Sancoale, Callabata, Benaulim, Raya, Margão, e Rachol, huma ametade das Cazas com Seus quintaes. Declaro que nos bens declarados assima hum bem de vinculo a Saber o palmar de Callata, e as tangas do Cunto de Margão que tudo Constará melhor como tambem todo o movel que possuo d'huma Escripura de Compozição que se fez entre os herdeiros do meu Pay Pascoal Collaço depois de Sua morte. Declaro que toda a prata que me Coube na escriptura de Composição (se) desfez, e Só fica hum Cabo de faca, garfo, e huma colher”.

Bento Colaço teve geração sobreviva apenas do seu terceiro casamento⁷⁷⁹:

2-III-1) Pascoal Colaço;

2-IV) Padre José Colaço, morador em Rachol;

2-I) MATIAS MANUEL COLAÇO, que continua. Casou com Maria Gomes e dela houve:

3-I) FLORÊNCIO COLAÇO, que segue;

3-II) Padre Lopo José Colaço, que parece ser filho;

3-I) FLORÊNCIO COLAÇO, que continua. Morador em Rachol. Teve do seu casamento com Isabel Rosa da Silveira, natural de S. Matias (Ilhas):

4-I) Matias Manuel Colaço, o qual – segundo informações que também nos foram prestadas por Pedro do Carmo Costa – casou com Caetana Ana Maria da Cruz. Tiveram:

4-I-1) Padre Cristóvão Colaço, natural de Rachol, veio a ser cônego da Sé de Goa;

4-I-2) Anastácio do Rosário Colaço, advogado *provisionário* em Margão. Conforme explica António Francisco Moniz, casou com a sua prima D. Maria Aurora Colaço⁷⁸⁰. Foi filha deste casal:

a) D. Ana Adriana Florentina Colaço, natural de Margão. Casou com Vicente Mariano José Filipe de Melo, da Raia. Com geração⁷⁸¹;

4-II) INÁCIO COLAÇO, que segue;

4-III) José Colaço;

4-II) INÁCIO COLAÇO, que continua. Casou na igreja de S. Mateus de Azossim a 21 de maio de 1730, “*perante o P.e Pascoal Pinto*”, com Pascoela da Silva e Sousa. Gomes Catão esclarece ainda que “*Foram testemunhas P.e José João Alvares Pereira e P.e Jozé Diogo de Mendonça. Moradores em Azossim*”. A nubente era filha de Pedro da Silva e de Ana Barreto, aquele nascido em Azossim, esta natural de Rachol e moradora em S. Matias”. De acordo com o mesmo autor, Inácio Colaço e a mulher “*Possuiam um foro de fatiota do Corpo da Comunidade de Azossim. Os bens no inventario de 1757 foram avaliados em 11.874 pardaus. Inácio Colaço teve 3 filhos: José Pedro Colaço (24 anos), Fernando Caetano Colaço (19 anos) e Salvador António Colaço (9 anos) eram dessa idade quando morreu seu pai em 1757. O 1.o é sucessor dos morgados. Os bens são sitos em Margão, Aquem, Raya, Azossim, e Candolim. O jono de Azossim valia 2.000 xs. Deixou 100 missas pelos seus irmãos Joseph Colaço e Matias Manuel e pelos avós Matias Manuel Colaço e Maria Gomes. O testamento foi escrito pelo seu sobr.o P.e Francisco Xavier Colaço, residente em Margão. Testemunhas de aprovação do*

⁷⁷⁹ Para além de Pascoal, Bento Colaço houvera apenas um filho (que falecera pequeno) do primeiro casamento.

⁷⁸⁰ Id., *ibid.*, ponto 2-II-2), c).

⁷⁸¹ Para maiores desenvolvimentos consulte-se neste anexo o título Melo, de Raia, ponto 9-II).

testamento P.e Lino Colaço, P.e Manuel da Silva e outros”. O documento não deixa de espelhar a pujança económica da estirpe.

Foram filhos deste casal:

5-I) Padre José Pedro Colaço, “bapt. em Rachol pelo P.e Lopo Colaço a 19-3-1734 (...). Foi bapt. de 20 dias em casa pelo P.e Sebastião Gomes, de S. Matias. Padrinho Bento Colaço, morador em Rachol”. Cunha Rivara refere-se-lhe quando biografa o Padre Pascoal Pinto, pois este eclesiástico elogia-o numa das cartas que trocou com o futuro marquês de Pombal: “(...) e na dita supplica dizia tambem que no caso de o Conde estar de animo de a deferir, “preferisse alguns sujeitos mais capazes della (ie, de Goa) nas occupaões em que fossem providos, para que principiando pelos mais luzidos, os mais se animem a pretendel-as”; e que o mesmo se praticasse no ecclesiastico, pois “ha muitos clerigos nesta terra muito luzidios, graves, e nobres, melhores que muitos cónegos, termos em que pedia se admittissem nas conezias clerigos naturaes, mandando com effeito provimentos a alguns, feitos do Reino para entrarem nas vacancias dos conegos primeiro falecidos, em que podiam ser nomeados o padre Lucas Soares, de Sirulá de Bardez, e os padres José Pedro Collaço, e Nazario Caetano Collaço, de Rachol, clerigos que podem encher o dito lugar com luzimento, vindo providos do Reino”⁷⁸²;

5-II) FERNANDO CAETANO COLAÇO, que segue;

5-III) Padre Salvador António Colaço, “residente na Praça de Rachol”. Aí foi batizado pelo padre José Rafael Moreira no dia 18 de março de 1750. “Estudou as humanidades no Pateo do Semin.o Real do Bom Pastor, de Rachol”;

5-II) FERNANDO CAETANO COLAÇO, que continua. Casou com Senhorinha Barreto, de quem teve:

6-I) Padre José Pedro Colaço, nascido em Rachol. Foi advogado da Relação eclesiástica;

6-II) Padre Inácio Colaço, que também parece ser natural de Rachol;

6-III) ANTÓNIO LUÍS COLAÇO, que segue;

6-III) ANTÓNIO LUÍS COLAÇO, que continua. Administrador dos vínculos da casa paterna, casou com D. Ana Joaquina Especiosa Xavier, nascida em 1789. Com geração, que indicamos no título reservado à família Xavier de Loutolim⁷⁸³.

CORDEIRO, DE ANJUNA E ASSAGÃO

Família originária de Anjuna, passando depois para a vizinha Assagão, os Cordeiro distinguiram-se sobretudo pelo destaque que vieram a conhecer, não só em Goa, vários dos seus numerosos membros que decidiram abraçar a vida eclesiástica, boa parte deles com uma forte propensão para o ensino. Isto não obstante terem saído da mesma profissionais do foro e médicos relativamente conceituados na Goa oitocentista. O esquema genealógico que de seguida apresentamos – no qual, contudo (e contrariamente a outras estirpes pertencentes às elites *naturais* católicas de origem brâmane), não conseguimos recuar para além da segunda metade do século XVIII – escora-se sobretudo nos dados coligidos no Arquivo da Cúria Patriarcal de Pangim, bem como no breve título “*Cordeiro, de Assagão*” que integra o nobiliário manuscrito de Gomes Catão que hoje é pertença de

⁷⁸² Rivara, J. H. da Cunha (1875), 148 e 149.

⁷⁸³ Veja-se o título Xavier, de Loutolim, ponto 6-VI).

Percival Noronha⁷⁸⁴. Outra das fontes onde se podem colher abundante informação relativamente a esta estirpe é a monografia de Assagão editada pelo mesmo Gomes Catão. No entanto, neste último trabalho, a relativa descoordenação dos elementos carreados pelo autor levanta dificuldades acrescidas à montagem de um esquema genealógico da família, servindo, por isso, mais como um abundante manancial de informações complementares do que propriamente um esquema-base sobre o qual se possa trabalhar. Refira-se que, no que aos Cordeiro diz respeito, não temos conhecimento da existência de vínculos, de capela ou morgadio, nem da posse de prazos, ou do exercício de cargos electivos. Tal poderá ser sintomático de uma relativa secundarização da estirpe, no que a estes aspectos concerne, relativamente a outras linhagens goesas também aqui estudadas.

1) PEDRO CORDEIRO, que casou com Rosa de Sousa, tendo o casal morado em Anjuna. Aquele faleceu no dia 13 de dezembro de 1775, e esta em 10 de dezembro de 1760⁷⁸⁵. Foram os progenitores de:

2-I) JERÓNIMO CORDEIRO, que segue;

2-II) Gabriel Cordeiro, o qual casou em Anjuna, no dia 11 de agosto de 1794, com Ana Severina de Mello, natural de Salvador do Mundo, viúva de Caetano Gonçalves, de S. Bartolomeu (Chorão), e filha de Vitorino de Mello e de Maria Petornila Rodrigues. Tiveram:

2-II-1) Ana Rosária Cordeiro, batizada em Salvador do Mundo, pelo padre Paulo António de Noronha, no dia 4 de agosto de 1803. Casou com José Sebastião Francisco Reginaldo Pinto, filho de Joaquim Manuel Pinto e de Tomásia Maria de Sousa (esta natural de Assagão, aquele de Mapuçá). Tiveram, pelo menos:

a) Manuel Damasceno António Pinto, batizado em Assagão no dia 18 de junho de 1818. Em 1834 parece ser morador em Mapuçá;

2-II-2) João Baptista Francisco Xavier Cordeiro, batizado solenemente⁷⁸⁶ em Anjuna, aos 17 dias, a 4 de abril de 1810. Casou, em Assagão, no dia 26 de novembro de 1828, com Angélica Anunciação Pinto. Esta nascera em Socorro (onde moravam os seus progenitores), tendo sido aí batizada a 31 de março de 1814. Era filha de Pascoal Sebastião Pinto e de Ana Maria de Sousa. Deste casal foi filho, designadamente:

a) Santana Jácome Gabriel Cordeiro (que usou o nome Gabriel de Santana Cordeiro), batizado em Socorro a 16 de novembro de 1829. Casou em Siolim, no dia 14 de fevereiro de 1854, com Maria Especiosa Conceição de Oliveira. Esta havia sido batizada em Aldoná no dia 2 de fevereiro de 1835 e era filha de Roque António Sebastião de Oliveira, de Siolim, e de Maria Rosa Coutinho, de Aldoná⁷⁸⁷; neta paterna de Nicolau Tolentino de Oliveira e de Ana Maria Gomes, de Siolim⁷⁸⁸, e materna de Pedro Avelino Coutinho e de Joana Angelina dos Remédios, residentes em Aldoná.⁷⁸⁹ Localizámos, no Arquivo da cúria de Pangim, um dos filhos de Gabriel de Santana: o **padre Condillac Aboaceno Francisco António das Dores Cordeiro**, batizado em Assagão a 29 de setembro de 1861^{790 791}. Foi missionário em Moçambique (nomeado para a respectiva prelazia por portaria de 13 de

⁷⁸⁴ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título "Cordeiro, de Assagão"*, Goa.

⁷⁸⁵ Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), 29.

⁷⁸⁶ Já tinha sido batizado em casa *causa periculi*.

⁷⁸⁷ Batizados, respetivamente, a 26 de junho de 1809 e a 8 de novembro de 1815. Moraram em Siolim.

⁷⁸⁸ Ele filho de Caetano Francisco de Oliveira e de Maria da Silveira; ela de Victorino José Gomes e de Joana Barreto – todos moradores em Siolim.

⁷⁸⁹ Pedro Avelino era filho de Tomé Coutinho e de Emerenciana de Mello, de Aldoná, e Joana Angelina filha de Pedro Paulo dos Remédios e de Maria Eugénia da Cunha, domiciliados em Arporá.

⁷⁹⁰ Adotou o nome Condillac Caetano Cordeiro.

⁷⁹¹ Arquivo da Cúria Patriarcal de Pangim, O.S., Condillac Caetano Cordeiro, de Assagão, est. IV, cac. 64. Autos *de genere* (1878), de *moribus* para prima tonsura e 2 graus de ordens menores (1878), de *moribus* para subdiácono (1886), de *moribus* para diácono (1887) e de *moribus* para presbítero (1889).

Abril de 1896), sendo pároco de Bazaruto e Angoche. Morreu em Moçambique no ano de 1907⁷⁹²;

2-III) Padre Francisco Cordeiro, nascido em Assagão, no Bairro Alto, passou a maior parta da sua vida, depois de ordenado, nas *missões do Norte*: foi vigário de Baçaim (provisão de 11 de setembro de 1795), Papdi e Pale (provisão de 23 de setembro de 1796) e de Purim (provisão de 1 de outubro de 1798), onde veio a falecer⁷⁹³;

2-IV) Padre Caetano Cordeiro, que nasceu, na mesma localidade e bairro, onde foi batizado a 7 de Agosto de 1747. Ordenado no dia 21 de Setembro de 1771, vigariou, sucessivamente, as paróquias goesas de Oxel (por provisão de 24 de Abril de 1789), Colvale (provisões de 19 de Novembro do mesmo ano e de 7 de Novembro de 1792) e de Aldoná (provisão de 7 de Novembro de 1809). Faleceu, com testamento (feito a 6 de Agosto de 1808), no mesmo bairro onde nascera, no dia 15 de Março de 1814⁷⁹⁴;

2-V) Padre Baltasar Cordeiro, o qual morreu no dia 25 de Julho de 1759;

2-I) JERÓNIMO CORDEIRO, que continua⁷⁹⁵. Casou com Rosa Maria de Sousa, de Socorro, filha de Miguel de Sousa e Águeda Henriques⁷⁹⁶. Tiveram:

3) PEDRO MIGUEL CORDEIRO, batizado solenemente em Anjuna (pois já o tinha sido em casa, *causa periculi*, pouco depois de nascer) no dia 29 de junho de 1784, pelo padre Francisco Cordeiro. Casou, na mesma localidade, a 26 de janeiro de 1801, com a sua conterrânea Rosália (por vezes também chamada Rosaura) Petronila de Freitas. Esta, batizada em 2 de Janeiro de 1788 (foram padrinhos António Xavier Dalgado e sua mulher, Vitória de Sousa), era filha de João Baptista de Freitas e de Liberata Castelino; neta paterna de Francisco de Freitas e de Filipa Lobo, e materna de Miguel Castelino e Arcângela Dalgado, todos moradores em Anjuna.

Tiveram:

4-I) ALEIXO XAVIER CORDEIRO, que segue;

4-II) Nicolau Cordeiro, natural de Assagão, onde veio a falecer;

4-III) Padre Caetano Filipe António Cordeiro (mais conhecido por **António Filipe Cordeiro**), nascido em Assagão, no Bairro Alto, foi coadjutor e, depois, vigário encomendado de Colvale durante alguns anos. Dedicou, no entanto, a maior parte da sua vida ao ensino, quer enquanto professor da escola primária de Nachinolá (lugar em que foi provido por portaria provincial de 5 de Novembro de 1841), quer enquanto docente de latim, na aula que fundou em Cunchelim (Mapuçá) – lugar que veio a abandonar por motivos de saúde. Morreu no Bairro Alto (Assagão) a 2 de outubro de 1877⁷⁹⁷;

4-I) ALEIXO XAVIER CORDEIRO, que continua. Nascido em Assagão no dia 17 de julho de 1820, foi aí batizado a 17 do mesmo mês, sendo padrinhos o então *menorista* Floriano de Freitas, irmão da sua mãe, e Peregrina de Sousa, ambos moradores naquela localidade. Casou na mesma localidade, a 22 de maio de 1842⁷⁹⁸, com uma conterrânea, Ana Rita Homem (batizada a 2 de junho de 1818, contando dez dias, sendo seus padrinhos o padre Domingos Salvador de Sá e Ana Francisca de Sousa, esta moradora em Assagão, e aquele em Candolim). Ana Rita era filha de Reduzindo Jerónimo Homem (batizado em Anjuna no dia 25 de setembro de 1774⁷⁹⁹) e de Maria Quitéria Martins (batizada em Salvador do Mundo a 19 de janeiro de 1782⁸⁰⁰); neta paterna

⁷⁹² Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), 47 e 48.

⁷⁹³ Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), 39.

⁷⁹⁴ Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), 34.

⁷⁹⁵ Também chamado J. Gabriel C.

⁷⁹⁶ Moradores em Socorro.

⁷⁹⁷ Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), 34.

⁷⁹⁸ Foram testemunhas do casamento Luís Paulo Noronha, de Assagão, e Paulo Agostinho Homem, de Anjuna.

⁷⁹⁹ Foram padrinhos José Pinto e Caetano Lobo, ambos moradores em Assagão.

de Querubino Homem e Liberata de Sousa, e materna de Caetano Miguel Martins e Sebastiana Margarida de Sousa⁸⁰¹.

Ana Rita Homem teve vários irmãos eclesiásticos, dois deles agostinhos em Goa:

a) Frei Carlos da Sacra-Família, o qual professou no convento da Graça no dia 2 de maio de 1824. Já se encontrava no cenóbio há cerca de um ano, pois deu entrada no mesmo “*a 1 de Maio de 1823, com a idade de 18 para 19 anos*”. Aí se ordenou, a 20 de setembro de 1828 e, logo a partir de 14 de novembro do mesmo ano, passou a desempenhar funções de mestre de gramática no velho convento agustiniano de Goa. Fê-lo, no entanto, durante bem curto período: por provisão de 26 de Fevereiro de 1831, é designado missionário para a diocese de Meliapor, em virtude do que abandonou Goa pouco depois⁸⁰²;

b) Frei Ângelo de Santa Rita, que, com cerca de 23 anos, deu entrada no mesmo convento (no dia 1 de maio de 1823) e nele professou a 2 de maio de 1824. Não teve, contudo, uma carreira tão destacada como o irmão: ordenado em 26 de fevereiro de 1831, ocupou os lugares de porteiro-menor (de 11 de novembro de 1825 até 1831) e de sacristão-menor (a partir de 18 de novembro de 1831)⁸⁰³;

c) Padre José Cipião Pedro António Homem, natural de Assagão e aí baptizado no dia 9 de março de 1808. Passou parte considerável da vida nas chamadas *missões do Norte*, tendo sido vigário de Purim (em Baçaim) e de Ratnaguri⁸⁰⁴.

Aleixo Xavier Cordeiro e Ana Rita Homem foram pais de:

5-I) JERÓNIMO CAETANO QUINTILIANO CORDEIRO, que segue;

5-II) Cassiodoro Pedro Miguel Cordeiro, nascido no dia 26 de janeiro de 1847. Advogado *provisionário*, faleceu em Assagão a 13 de janeiro de 1884;

5-III) Monsenhor Francisco Herculano Cordeiro, nascido em Assagão, no Bairro Alto, no dia 5 de março de 1857, foi imediatamente baptizado em casa, recebendo o batismo solene a 18 de Abril do mesmo ano (sendo-lhe então dado o nome de Herculano Francisco). Começou a tratar do seu processo de ordenação sacerdotal em 1876⁸⁰⁵. A sua vida repartiu-se entre o Estado da Índia e Portugal. Ainda antes da ordenação – que teve lugar no dia 11 de junho de 1881 – é nomeado professor primário da escola mista de Damão. Para lá partiu, mantendo-se no exercício destas funções até 1882, altura em que pediu a exoneração. Vê-se então transferido para a aula eclesiástica de Mapuçá, onde, durante cerca de um ano, ensinará latim. Em paralelo, abre, na mesma vila, um pequeno internato onde se ministra o ensino básico e algumas noções de latim. Largando estas atividades, embarca rumo a Lisboa em janeiro de 1883. Na capital, assume a direcção do Colégio do Sagrado Coração de Jesus, o qual, sob a sua superintendência, se transforma, em 1890, nas Oficinas de S. José – espaço de educação para rapazes desamparados, nos quais se procuravam ministrar os conhecimentos essenciais para os mesmos virem a exercer uma profissão (marcenaria, sapataria, alfaiataria, entre outros)⁸⁰⁶. Quando, em 1897, as Oficinas de S. José foram confiadas aos salesianos, Herculano Cordeiro começa a trabalhar na nunciatura de Lisboa, onde rapidamente chegará a oficial maior da secretaria. Abandona o lugar em 1907. Camareiro secreto de Sua

⁸⁰⁰ Foi apadrinhada por Caetano Piedade Sousa e Liberata Vaz, os dois de Salvador do Mundo.

⁸⁰¹ Parece também pertencer a esta família Homem, de Boutavaddó de Assagão, o padre Avelino Caetano Venceslau Homem, batizado naquela aldeia no dia 2 de agosto de 1832 e ordenado a 11 de março de 1849. Missionário em Moçambique (nomeado em 1853), onde paroquiou a igreja de S. João Baptista do Ibo e a freguesia de Nossa Senhora dos Remédios da Cabaceira – Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), 47.

⁸⁰² Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), 58.

⁸⁰³ Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), 58.

⁸⁰⁴ Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), 40.

⁸⁰⁵ Arquivo da Cúria Patriarcal de Pangim, O.S., Francisco Herculano Cordeiro, de Assagão, est. IV, cac. 66. Autos de *moribus* para prima tonsura e 4 graus (1876), *moribus* para diácono e presbítero (1880).

⁸⁰⁶ Para maiores desenvolvimentos sobre as Oficinas de S. José, veja-se <http://www.salesianos.pt>.

Santidade desde 1883, condecorado com a cruz *Pro ecclesia et Pontifice* (1907), comendador das ordens de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Morreu em Lisboa no dia 21 de abril de 1920, sendo o responsável por, a partir da sua fixação em Portugal, vários membros da família Cordeiro de Assagão terem trocado Goa pela Europa⁸⁰⁷.

5-IV) Padre Luís José da Purificação Cordeiro, que nasceu no Bairro Alto, Assagão, no dia 2 de fevereiro de 1859. Ordenou-se a 22 de setembro de 1883, tendo feito, em Goa, o curso da Escola Normal, o que o habilitou para o professorado no ensino primário. Ensinou nas escolas de Guirim, Socorro, Margão e Pangim, tendo-se reformado em 1908 – ano em que esteve encarregado da igreja da sua terra natal durante dois breves meses. Em 1913 foi agraciado, pelos seus serviços. Morreu em Mapuçá no dia 15 de dezembro de 1925⁸⁰⁸;

5-V) Padre Sócrates Ligório (ou Libório) Cordeiro, natural do Bairro Alto, em Assagão, onde nasceu no dia 10 de maio de 1865, foi ordenado a 9 de janeiro de 1887. Apesar de ter sido nomeado missionário oficial da diocese de Damão (por portaria régia de 30 de abril de 1887), uma vez aí chegado dedicou-se sobretudo ao ensino, sendo professor e vice-reitor do seminário local. Deixando Damão em 1917, e após uma passagem pela igreja de Dabul, fixou-se em Mapuçá, onde morreu no dia 12 de fevereiro de 1928⁸⁰⁹;

5-I) JERÓNIMO CAETANO QUINTILIANO CORDEIRO, que continua. Nasceu em Assagão, no Bairro Alto, no dia 4 de fevereiro de 1844, tendo morrido em Mapuçá – onde se fixou e praticou, sendo, nas palavras de Gomes Catão, “*clínico muito consultado*” – a 28 de janeiro de 1893. Licenciado pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa (defendeu tese de fim de curso em 14 de setembro de 1869), aí veio a ensinar durante alguns anos, na década de 80 do século XIX⁸¹⁰. Casou com D. Ana Maria Rosa Carcília Pinto, de Guirim, filha de José Júlio César Pinto e de D. Lúcia Francisca Claudina Consolação da Rocha – ele nascido em Guirim, ela em Aldoná. Tiveram:

6-I) ANTÓNIO FILIPE PINTO CORDEIRO, que segue;

6-II) José Miguel Cordeiro;

6-III) Padre Valério Aleixo Cordeiro, batizado **Piedade Aleixo José António Valério**. Monsenhor em Lisboa. Nascido em Guirim no dia 17 de agosto de 1877, foi aí batizado a 15 do mês seguinte. Morreu em Lisboa a 24 de setembro de 1940. De acordo com Aleixo Costa: “*Com os estudos primários e secundários feitos, com distinção, em Mapuçá, Nova Goa e Bombaim, Valério Aleixo seguiu, em 1895, para a metrópole, concluindo com brilho o curso dos liceus no Colégio de Campolide. Seguiu depois para Coimbra, onde obteve distinção em química e aprovação em outras cadeiras da Faculdade de Ciências e Matemática*”⁸¹¹. Depois entrou para a Companhia de Jesus e, já jesuíta, fez os cursos de letras, filosofia e teologia. Ensinou, em seguida, nos Colégios de S. Fiel, Jette, Placeres e no Pio-Latino-Americano de Roma, línguas, ciências, matemática e eloquência sacra. Nesses estabelecimentos dirigiu academias e o observatório meteorológico. Formou-se em teologia e filosofia na Universidade Gregoriana de Roma e estudou História de Arte na Universidade de Viena de Áustria. Dirigiu na Bélgica os círculos católicos portugueses por ele fundados, onde fez diversas conferências religiosas e culturais bem como em Espanha. Em 1917, por motivos bem acolhidos pelos seus superiores, desligou-se da Companhia de Jesus, indo morar em Lisboa, onde foi professor do Liceu Maria Pia, dedicando-se ao mesmo tempo à vida eclesiástica, às conferências e ao jornalismo. Colaborou na *Época* e no *Correio da Manhã*. Durante anos escreveu para os jornais *Liberdade*, *do Porto*; *Ordem*, *de Lisboa*, *Ecos do Minho*, *Mensageiro do Sagrado Coração de Jesus*, *Brotéria*, *Revista do Colégio de Santo António*, *de Roma*;

⁸⁰⁷ Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), 48 e 49

⁸⁰⁸ Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), 15 e 37.

⁸⁰⁹ Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), 42.

⁸¹⁰ Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), 61.

⁸¹¹ Matriculado a 12 de outubro de 1897. Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Valério Aleixo Cordeiro).

Ilustração Católica e Revista da História, *dirigida por Fidelino de Figueiredo*". Deixo larga obra publicada, parcialmente elencada pelo mesmo Aleixo Costa⁸¹²;

6-I) ANTÓNIO FILIPE PINTO CORDEIRO, que continua. Nasceu (em Mapuçá?) no dia 5 de fevereiro de 1881, e aí faleceu a 11 de janeiro de 1944. Seguindo os passos do progenitor, graduou-se em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa (defendeu tese no dia 16 de junho de 1904), e, depois disso, dedicou-se quer à docência ("*foi lente substituto extraordinário da Escola de Goa, por mais de 20 anos, desde 12 de Julho de 1912*") quer à clínica privada, na qual veio a conhecer "*grande aura*". Casou com D. Maria Adélia Correia Afonso, filha de João Joaquim Roque Correia Afonso e de D. Quitéria da Conceição Claudina Pacheco⁸¹³.

Um dos filhos deste casal, **Mário Cordeiro**, fixou-se em Lisboa, onde foi pediatra e professor universitário de Medicina⁸¹⁴.

COSTA DE MARGÃO

É praticamente impossível estudar a sociedade goesa do século XIX e, mais concretamente, o universo das elites *naturais* católicas sem conhecer esta família. O ascendente dos Costa ditos de Margão é de tal forma manifesto que a família (num sentido alargado, envolvendo quer os seus múltiplos parentes em graus mais ou menos distantes quer os muitos apaniguados que mantinha) acabou por ser encarada como a representante por excelência das elites brâmanes católicas de Goa. Ainda hoje, quando se aborda o tema das antigas famílias goesas, o grosso dos portugueses alude ato imediato os Pinto de Candolim (os *Pintos da conjuração*) e os Costa de Margão. E não raro parece que o mundo das elites *naturais* católicas praticamente se limita a essas duas linhagens. Apesar de sabermos não ser assim, importa procurar indagar quais são os motivos que guindaram os Costa a semelhante posição.

Por um lado, falamos de uma estirpe à qual não só pertence um número importante das mais destacadas figuras da política goesa do século XIX – a começar por Constâncio Roque da Costa, braço direito do prefeito Bernardo Peres da Silva e deputado às cortes constituintes – mas também que se envolveu ativamente na vida político-partidária do Estado da Índia.

Os Costa não se limitaram porém ao mundo da política. Entre eles encontramos nomeadamente juristas, médicos, diplomatas, eclesiásticos e agrónomos.

Por outro lado ainda, trata-se de uma família que mantém há muito laços fortes com Portugal. Vários dos seus membros viveram e vivem no país e grande parte dos portugueses não é indiferente ao nome da maternidade Alfredo da Costa e recorda o antigo primeiro-ministro Nobre da Costa.

Em paralelo, os Costa acabaram por encabeçar algumas das principais ofensivas contra as elites *descendentes* ao longo da segunda metade de oitocentos. Quer no parlamento, tendo sido desde cedo denunciada a interferência direta de Bernardo Francisco da Costa no processo de desmantelamento do exército da Índia; quer na imprensa e no mundo livreiro, com a publicação de trabalhos como *A hidra do nativismo*.

Trata-se igualmente da família responsável pelo primeiro jornal particular que houve em Goa – e que depressa se tornou num bastião das elites *naturais* católicas de origem brâmane. Falamos de "O Ultramar", periódico que

⁸¹² Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 206 e ss.

⁸¹³ Veja-se título Álvares de Margão e Abreu da Piedade, nota ao ponto 3-X-5).

⁸¹⁴ A sua biobibliografia encontra-se, designadamente, em Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 202 e ss.

desde a sua fundação jogou um papel determinante na vida política e social goesa. O jornal dos Costa depresso se tornou no jornal do partido em que os Costa militavam e no jornal do grupo a que os Costa pertenciam. Mais: as prensas instaladas pelos Costa para impressão do seu jornal representam o fim do período em que o governo detinha o monopólio da impressão no Estado. Assim sendo, se “O Ultramar” é importante enquanto periódico e veículo de comunicação e combate político, também os seus prelos foram fundamentais para se imprimir uma quantidade muito considerável de panfletos, livros, opúsculos, jornais e revistas. Todos ou quase todos da autoria de *naturais* católicos.

Os Costa apresentaram-se igualmente como os paladinos das elites *naturais* católicas brâmanes contra as suas congéneres chardós nas guerras intestinas em que estas se foram envolvendo ao longo da segunda metade do século XIX. Cada grupo era encabeçado por uma família (os brâmanes Costa contra os chardós Loiola) e detinha o seu jornal (a “O Ultramar” opunha-se “A Índia Portuguesa”).

Esta rivalidade assumiu por vezes contornos bastante violentos e não raro extravasou o mundo da política e dos periódicos. Convertia-se então numa série de ataques de natureza pessoal que visavam quer as ações dos adversários quer a casta a que pertenciam. Ora, isso levou a que tais pendências assumissem inclusive uma natureza genealógica – o que, relembre-se, não era uma novidade em Goa: chardós e brâmanes católicos publicavam apologias da sua casta desde os tempos de António João de Frias e Leonardo Pais. É neste contexto que deve ser enquadrada a principal fonte disponível para o estudo dos Costa de Margão⁸¹⁵ – a *Genealogia* dada

⁸¹⁵ Bem como para o dos Álvares da mesma localidade, família materna do autor. Os propósitos do autor estão bem patenteados logo no *Prologo*. Alegadamente, tudo começara com o reavivar de velhas acusações de impureza de sangue dos Costa: “*Constancio Roque da Costa, meu pai, falleceu em Damão para onde emigrára durante a vertigem sangrenta, que, em 1835, enlutou Goa minha patria. Bernardo Peres da Silva e outros seus amigos e companheiros de exilio havendo publicado na imprensa o seu necrológio, a Chronica de Goa, que sustentava o governo intruso não quis perdoar as suas cinzas, acatar o seu tumulo, e inventou, pela primeira vez, que meu pai tinha na sua ascendencia raça mulata e lhe atacou a memoria. A vida do finado não havia sido obscura, e as calumnias repetidas depois da morte estavam rebatidas antecipadamente, uma por uma, na Refutação Analytica e no Investigador de Bombaim. Desejando os seus amigos annular essa invenção da questão de raça, pediram o livro genealogico da familia ao meu tio Bernardino Camillo da Costa parochio de Curtorim; e este não quis dal-o pedindo-lhes que se deitasse o véu do esquecimento sobre quem já não era deste mundo, porque lhe magoava a elle, aos seus irmãos, e á minha mãe a noticia dessas discussões dolorosas para os seus corações dilacerados com essa pergunta inesperada. Os filhos de Constancio Roque da Costa eram pupillos então. – Quando depois homens, entraram na vida publica, os seus adversarios lhes chamaram muitas vezes mulatos, repetindo a invenção da Chronica de Goa; mas os meus irmãos e eu que não pretendiamos nobilitar-nos com os pergaminhos dos avos, e entendiamos que mulatos, judeus, negros, ou bracmanes valiamos o mesmo, e queriamos ser julgados só pelas nossas acções, desprezámos isso que os nossos adversarios reputavam como insulto, e que nós tinhamos como uma pequenice miseravel. Nesse desprezo obedecendo d’um lado a nossa razão, entendiamos que tambem respeitavamos, d’outro, o seguinte periodo do testamento do meu pai escripto de proprio punho em 8 de fevereiro de 1822 quando partia a Lisboa “.....e tudo aquillo que resultar d’aquelle emprego (de dinheiro) será o seu dote (da minha irmã mais velha A. Leopoldina unica nascida então entre as filhas) para ser casada com pessoa analoga á sua qualidade e a seu contento sem attenção a casta; porque não reconheço outra que a do merito e probidade, e reputar-se-ha como ingrato qualquer dos meus herdeiros que me contestar esta minha paternal disposição”. Isto fez com que resistissemos até hoje aos empenhos das nossas numerosas relações de parentesco, espalhadas pelas Ilhas, Bardez e Salsete, para que se publicassea arvore genealogica, e ainda em dezembro ultimo um cavalheiro de grande respeitabilidade e meu parente affirm de Nova Goa apertou commigo para esta publicação, e eu tive forças para resistir pedindo-lhe perdão da insistencia; mas aos adversarios, que me querem conhecer a linhagem, obedeço. Uma vez que parentes amigos desejam, e mais do que elles os inimigos que querem aquilatar a familia = Costa = na pedra das ascendências, fôra tenacidade suspeitosa a minha insistencia e a dos meus irmãos. Só sinto que haja na parte genealogica algum desperdicio do meu trabalho e tempo – e da paciencia dos leitores, a quem vale o mesmo que os Costas sejam bracmanes, mulatos, ou pariás. Não assim pelo que respeita ao procedimento meu, aos actos do meu pai, e d’outros membros da minha familia. Esses registro-os eu com vontade para rebater a calunnia e miseria adversa, e para que filhos meus e dos meus irmãos possam ver que os seus maiores não lhes legaram memoria de obras que os envergonhem. Constancio Roque da Costa foi vulto modesto como modestos são os seus filhos; mas um e outros grandes têm sido para o alvo dos tiros da calunnia e para a ingratidão! Os filhos têm fibra para suportarem as injurias que se lhes fazem; mas o tumulo do pai!! Nesse não hade tocar ninguém impunemente em quanto elles não desçam tambem ao tumulo. Acerca das desgraçadas castas que mancham, que envergonham, que dilaceram a nossa pequena sociedade, disse Constancio Roque da Costa no discurso que pronunciára, em 14 de janeiro de 1822, no collegio eleitoral, como deputado eleito, estas memoraveis palavras: “Riscaí da vossa memoria essa odiosa distincção das castas – os puritanismos – e outras invenções antisociaes, filhas do orgulho e da ignorancia, ficando na intelligencia de que são estas as fontes reaes das vossas desgraças” Quadros Historicos do sr. J.C. Barreto Miranda, cad. 3.a pag. 91. A Constancio Roque da Costa que em 1822 dizia isto aos seus concidadãos, abocanha em 1873 quem em 1864 avivou e radicou essa fatal herança pagã que é a fonte real das nossas desgraças! A Constancio Roque da Costa que foi o primeiro a introduzir, entre os indigenas de Salsete, e porventura de Goa toda, o vestuario europeu para as senhoras e as danças europeas – o theatro – e o habito de as creanças fallarem portuguez em casa, o que nesses tempos se reputava desrespeito aos maiores; – a Constancio Roque da Costa que foi um dos principaes apostolos do nivelamento; – a Constancio Roque da Costa que junto com Bernardo Peres da Silva e outros foi dos primeiros filiados na cruzada da regeneração dos aborigenes, que de passo em passo chegaram á altura em que se acham, dirigem-se os arremessos patrióticos d’um desventurado, que a modo que quer ter a gloria de desfazer o que elle e outros prepararam para o bem dos seus conterraneos!! É um indigena que faz isto sem acanhamento e sem remorso!! Pois faça! Mas fique certo que não hade achar o terreno macio da revelia, com que já se avantajou a tanto tempo; e aceite os meus agradecimentos pelo ensino que me proporciona de dar um testemunho de veneração ás honradas cinzas do meu pai – e de satisfazer aos parentes o desejo de ver publicada a genealogia da familia*

ao prelo por Joaquim Bernardino Catão da Costa – bem como a violenta refutação do seu principal rival – *As petas genealogico-historicas* de José Inácio de Loiola. O estudo das longas digressões genealógicas de Catão da Costa deve consequentemente ser sempre acompanhado pela ideia de que estamos perante uma resposta da família àquele que consideravam como seu “*eterno detractor*”. Uma vez atentas estas particularidades, facilmente encontramos entre os maiores dos Costa vários dos indícios que se consideravam espelhar o *estado* das elites *naturais* católicas: grande número de eclesiásticos, pertença a confrarias assumidamente exclusivistas, instituição de vínculos, sólidas relações com o poder municipal, múltiplos parentescos com famílias congéneres, ligações a centros importantes de implantação da Companhia de Jesus (Rachol, Talaulim de Santana, Margão) e inúmeros advogados *provisionários* e outros agentes do direito.

O mais antigo dos Costas que se conhece é:

1) ANTÓNIO DA COSTA, nascido em 1579 e filho de Vicente Álvares, cirurgião encartado. Foi médico. Casou com Leonor Coutinho, tendo sido “*moradores da fortaleza de Rachol*”⁸¹⁶. Tiveram:

1-I) Joana da Costa, a qual “*casada com Luis da Costa, enviuvou na vida do pai*”;

1-II) LOURENÇO DA COSTA, que segue;

1-II) LOURENÇO DA COSTA, que continua. Casou com Bárbara Pereira. O autor da *Genealogia* afirma ter conseguido consultar documentação relativa a estes seus remotos avoengos o que lhe permitia fornecer alguns dados suplementares sobre os mesmos. Mais concretamente: “*Tenho em meu poder antigas copias authenticas dos testamentos dos referidos Antonio da Costa, Lourenço da Costa e Barbara Pereira*”.

Por um lado, se o documento onde Lourenço da Costa declarava as suas derradeiras vontades tinha a parte onde se indicava a data da sua feitura “*roida pela traça*”, tal informação poderia ser de alguma forma suprida pelo auto de aprovação correspondente, “*lavrado pelo tabelião Gaspar Moreira na fortaleza de Rachol, datado de seis de outubro de ml seiscentos vinte e tres*”. É com base neste documento, bem como na idade suposta dos seus filhos à data, que o autor sustenta que Lourenço da Costa terá nascido cerca de 1594.

Por outro lado, o testamento de António da Costa achava-se já muitíssimo deteriorado e difícil de ler, sendo que, porém, o biógrafo familiar defendia ser ainda possível afirmar, com base nos elementos ainda suscetíveis de serem estudados, “*que foi posterior ao do seu filho Lourenço*”.

Restava o testamento de Bárbara Pereira, que se encontrava bem preservado. Este último tinha sido lavrado na cidade de Goa, freguesia de S. Lourenço, pelo tabelião Francisco Machado de Miranda, no dia 13 de novembro de 1635.

A análise dos referidos documentos permitiu a Catão da Costa retirar as seguintes conclusões: “*Por estes testamentos Lourenço da Costa instituiu um morgado nos bens da sua terça e do da sua predefuncta mãe Leonor Coutinho que lhá havia legado com essa faculdade; Antonio da Costa instituiu outro na sua terça; e Barbara Pereira outro nos bens da sua terça; – todos nomeando primeiro administrador ao sobredito Salvador da Costa. As primeiras duas instituições levam uma clausula de os successores dos morgados levarem o apelido da*

= Costa =. A genealogia que vou publicar é extrahida de apontamentos de familia, confirmados por documentos authenticos, cujos alguns devi ao favor dos srs. José Filippe Alvares, e Joaquim Mariano Filippe Alvares, descendentes dos Costas. Sirva, pelo menos, ella para convencer da invenção da Chronica de Goa áquelles cuja vontade não se convenceu apezar da incompatibilidade dessa invento com as vastas relações matrimoniaes dessa familia com as principaes familias da casta bracmane dos tres concelhos, que á imitação do paganismo, donde ella veiu, é a mais ciosa, d'entre as castas, da puridade em quanto aos enlaces conjugaes; – apezar da incompatibilidade de confrades que desde antiguidade os membros dessa familia foram das irmandades do Anjo Custodio, da Nossa Senhora da Conceição, e do Espirito Santo da igreja desta villa, com qualquer individuo que não seja bracmane puro” – Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 3 e ss.

⁸¹⁶ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 9.

familia “Costa”; e de não poderem succeder ás fêmeas de qualquer linha que seja existente varão na descendencia do primeiro administrador Salvador da Costa”⁸¹⁷.

A sucessão na administração destes vínculos nem sempre foi consensual. Catão da Costa dedica-lhe uma parte do seu trabalho, sugestivamente intitulada *A questão dos morgados*: “A instituição feita por Lourenço da Costa pelo testamento aprovado em seis de outubro de 1623 levava a seguinte clausula: “Declaro e porque quero... Primeiramente que os que nelle (no morgado) houverem de succeder serão catholicos e varões que descendam do filho macho mais filho do dito meu filho (Salvador da Costa) e não havendo filho macho na descendencia do filho maior do dito meu filho, em tal caso lhe herdará e succederá o segundo filho havendo-o, e pela mesma maneira seus descendentes varões, e não havendo filho varão dos filhos machos do dito meu filho (o que Deus não permita) lhe succederá então o filho varão da filha do filho do dito meu filho Salvador, e em caso que Deus não permita, não haja descendencia de varões filhos do dito meu filho nem de suas filhas, lhe succeda então o filho varão da filha fêmea mais velha do dito meu filo, e não lhe ficando filho macho em tal caso lhe succedam os filhos machos da segunda filha de maneira que dito é, e sempre nos filhos machos, preferindo-se o varão á fêmea, porque a minha tenção é ficar sempre o nome da minha casa e memoria da minha geração”. Igual clausula expressa continha a posterior instituição feita por Antonio da Costa; porém a da instituição de Barbara Pereira não continha clausula assim franca. Tendo fallecido Salvador da Costa filho de Francisco da Costa sem ter filho varão, o seu tio paterno P.e Antonio Caetano da Costa em consequencia da alludida clausula, empossou de todos tres morgados. E aria Manuel Collaço viuva do dito Salvador como mãi tutora da sua filha menor Anna Maria Josepha da Conceição e Costa intentou contra o dito P.e Antonio Caetano uma causa para haver os ditos vinculos, causa que depois de subida a relação em recurso se terminou amigavelmente por meio de transacção celebrada pela escriptura publica, que possuo, de 16 de novembro de 1747 lavrada pelo tabelião da fortaleza de Rachol e terras de Salsete Manuel de Magalhães e Cardoso, na qual intervieram os ditos litigantes e tambem Bernardino da Costa; e por esta transacção se encabeçou na dita menor Anna Maria o morgado instituido por Barbara Pereira, e os outros dois foram encabeçados nos ditos padre Antonio Caetano, e Bernardino da Costa; e esta transacção foi julgada por sentença pelo acordam de dez de maio de 1752. Casada Anna Mariia com Pedro Antonio Alvares propôs nova causa contra Bernardino da Costa para annullar a dita transacção sob o fundamento de que era menor quando foi celebrada a mesma”⁸¹⁸. E

⁸¹⁷ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 9 a11.

⁸¹⁸ O autor reproduz neste passo “a parte de libelo que affecta a habilitação e relação consaguinea entre a autora e o réu”:

“Por via de libelo dizem como A.A. Pedro Antonio Alvares e sua mulher Anna Maria Josepha da Conceição contra Bernardino da Costa e sua mulher, na melhor via e forma de direito. E se cumprir.

- 1) P.P. que Lourenço da Costa no seu solemne testamento com que veiu a fallecer, instituiu o vinculo de morgdo na sua terça, e na outra da sua mãi Leonor Coutinho, e deixou ao seu filho Salvador da Costa com o encargo perpetuo de mandar dizer por alma delle e
- 2) P.P. que o primeiro nomeado Salvador da Costa e os immediatos successores delle vieram possuindo por tempo de quarenta, oitenta, cem e mais annos á boa fê sem contradicção de pessoa alguma como sujeitos ao dito vinculo de morgado os bens seguintes, a saber
- 3) P.P. que pela referida posse immemorial de cuja origem a memoria dos homens presentes mais velhos se não recorda, mas antes assim sempre ouviram aos antepassados, e outras pessoas fidedignas e ha fama publica e constante, de tal sorte que o contrario não se viu, nem se ouviu, fica cessada toda a duvida sem ser precisa nesta parte d’outra prova e averiguação por ser a dita prescripção legitimo titulo, como se mostrará a seu tempo.
- 4) Igualmente. P.P. que Antonio da Costa pai de Lourenço da Costa, que veiu a fallecer ao depois institui outro vinculo do morgado nos
- 5) P.P. que o dito Salvador da Costa, e todos os mais successores possuiram os ditos.....
- 6) P.P. que vistas e examinadas ambas as instituições destes vinculos convém saber de Lourenço da Costa, e do seu pai Antonio da Costa, se prova claramente serem ambas feitas pelo mesmo modo e clausulas, chamando para a successão delles a Salvador da Costa seu filho, e neto, e aos descendentes delle.
- 7) P.P. que em ambos os ditos vinculos dos morgados succedeu em primeiro lugar o dito Salvador da Costa, que falleceu sem testamento, deixando tres filhas a saber a 1.a chamada Lourença de idade de 10 annos, a 2.a Maria de idade de oito annos, e a 3.a Barbara de idade de cinco annos, havidas do legitimo matrimonio contraido com Antonia Manuel, das quaes filhas a maior Lourença da Costa succedeu nos ditos vinculos e os possuiu logrando dos fructos, e rendimentos de todos os bens atraz mencionados até o tempo da sua morte.
- 8) P.P. que por fallecimento da dita Lourença da Costa, 2.a administradora dos ditos morgados lhe ficaram um filho varão chamado Antonio da Costa, e duas filhas fêmeas do legitimo matrimonio contraido com Antonio Manuel na forma do sagrado

conclui nos seguintes termos: “O sobredito pleito continuou por algum tempo em processo renhido, e dispendioso que fatigou a ambos os litigantes; e felizmente intererindo pessoas respeitaveis, amigos communs d’um e outro terminaram a contenda por outra transacção amigavel, na qual se calculou a renda de todos os tres vinculos, encabeçou-se em Bernardino da Costa o instituido por Antonio da Costa, e os instituidos por Lourenço da Costa e sua mulher Barbara Pereira foram encabeçados na dita Anna Maria Josepha da Conceição e Costa. Para haver igualdade entre ambos foram dados por esta a Bernardino da Costa oito mil xerafins com a clausula de comprar bens equivalentes e instituir nelles outro morgado. A copia da escriptura dessa transacção tinha-a eu achado em poder de Bernardo Francisco da Costa em 1863 e lido, e tendo-a agora procurado para mencionar a data não a encontrei, talvez porque esteja em Lisboa entre os papeis que elle levou. Deste modo ao presente com o vinculo de Antonio da Costa ficou Bernardo Francisco da Costa e com os outros dois Joaquim Mariano Filippe Alvares. Cada possuidor destes morgados tem forte rendimento; e pode-se fazer a idéa de quanta importancia e valor não teriam todos os tres reunidos, como o estavam em poder dos antepassados dos actuaes Costas; e quão importante não teria sido a casa dos Costas desde mais ou menos trezentos annos, isto é, desde o seu antepassado Antonio da Costa que nasceu antes de 1580. A familia = Costa = não se ensoberbece por isso. Pelo contrario curva a cabeça ante a Divina Providencia, reguladora dos destinos dos homens, e a qual, em abrir e fechar de olhos, pode reduzir a nada quem se vê no pino fa fortuna; e de joelhos e humilhada lhe rende graças porque desde mais ou menos, tres seculos a não abateu da posição em que a colocou”⁸¹⁹.

Foram filhos de Lourenço da Costa e Bárbara Pereira:

2-I) Esperança da Costa, que veio a casar com António Barreto;

2-II) Joana da Costa, casada com Simão Mascarenhas;

concilio tridentino dos quaes o dito filho varão Antonio da Costa succedeu nos ditos vinculos, e os possuiu até o tempo da sua morte.

- 9) *P.P. que por fallecimento de Antonio da Costa, 3.o administrador dos ditos morgados, lhe ficaram um filho varão chamado Salvador da Costa, e tres filhas havidas do legitimo matrimonio contraído com Perpetua Collaço, dos quaes o dito filho varão Salvador da Costa succedeu nos ditos vinculos, e os possuiu até a sua morte.*
- 10) *P.P. que o dito Salvador da Costa, 4.o administrador dos ditos morgados, casado com Leonor de Sá veio a fallecer, deixando deste consorcio tres filhos varões, a saber Francisco da Costa primogenito, o P.e Antonio Caetano da Costa, e o R. Bernardino da Costa, e mais seis filhas, dos quaes todos succedeu nos ditos morgados o dito Francisco da Costa, irmão maior do R. e os possuiu até o tempo da sua morte.*
- 11) *P.P. que por fallecimento de Francisco da Costa, 5.o administrador dos ditos morgados lhe ficou único filho varão chamado Salvador da Costa, pai da A. Anna Maria Josepha da Conceição, e uma filha chamada Thereza do matrimonio contraído legalmente com Anna Maria Manuel, dos quaes o dito Salvador da Costa succedeu nos ditos vinculos de morgado, e os veio possuindo como verdadeiro senhor e possuidor até a sua morte.*
- 12) *P.P. que o dito Salvador da Costa, 6.o administrador dos ditos morgados teve do legitimo matrimonio contraído com Maria Manuel Collaço, somente duas filhas a saber a primeira A. Anna Maria Josepha da Conceição, e a segunda com o nome de Barbara, que eram de pupilar idade ao tempo do fallecimento do dito seu pai.*
- 13) *P.P. que a successão dos ditos vinculos dos morgados pertencendo legitimamente a A. Anna Maria Josepha da Conceição como filha primogenita do ultimo possuidor, e descendente do sangue dos instituidores, se empossou indevidamente dos bens sujeitos dos ditos vinculos dos morgados o P.e Antonio Caetano da Costa, segundo filho do 4.o administrador Salvador da Costa.*
- 14) *P.P. que pelo fallecimento do dito P.e Antonio Caetano da Costa os RR. Bernardino da Costa e mulher se acham investidos de posse dos bens vinculados em ambos os ditos morgados, e os vem possuindo indevidamente sem titulo justo.*

.....

51) *P.P. que julgando-se por nulla e de nenhum vigor a dita transacção e desistencia devem os RR. ser condemnados para largar a mão ou restituir aos AA. os bens declarados atraz, dos vinculos dos morgados instituidos por Lourenço da Costa, e seu pai Antonio da Costa com usos e fructos desde a indevida occupação até real entrega de que H.F.P. Prot. pelo necessario e pelo depoimento dos R.R.. P. recebimento e inteiro cumprimento da justiça na melhor via e forma de direito com C. = Corrêa”*

Acrescenta Catão da Costa: *Este libelo é autographo e original salvo da completa destruição e da boca de caria pelo sr. José Filippe Alvares dos autos originaes que do poder dos seus antepassados chegou até ao seu irmão Salvador Filippe Alvares, assim como ficaram salvos esses tres testamentos da instituição que estavam juntos ao mesmo processo, e os quaes o sr. Joaquim Mariano Filippe Alvares teve a bondade me confiar”.*

E prossegue: “Segue a autuação do offerecimento deste libelo feito em 11 de março de 1762, na qual se vê que o nome inteiro do advogado que o assignou é Nicoláu Tolentino Corrêa” – Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 78 e ss.

⁸¹⁹ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 77 e ss.

2-III) Leonor Coutinho da Costa, a qual casou com Jerónimo de Frias, filho de Francisco de Frias e Maria Pereira. Com geração⁸²⁰;

2-IV) Antónia da Costa, casada com Salvador Colaço, de quem teve:

2-IV-1) Perpétua Colaço, nascida em Rachol, a qual casou com o seu primo António da Costa⁸²¹;

2-V) Mariana Pereira da Costa, que casou com Francisco Manuel. Este era natural de Santana de Talaulim e filho de Luís Fernandes e de Joana Luís. Afirma o autor da genealogia familiar: “*diz o antigo livro que possuo*” que Francisco Manuel “*foi capitão-mor da armada do sul e mereceu grande credito pelos serviços que prestou ao estado e pelos grandes cabedades que possuiu; fabricou á sua custa a ladeira de S. Anna, que começa em Sr.a da Luz, toda calçada de pedras, como também os descãos dos Santos Passos; deu à igreja de S. Anna as imagens dos Santos Passos &c. e teve cova perpetua no cruzeiro desta igreja em que foi enterrado tendo fallecido em vinte e sete de novembro de mil seicentos sessenta e oito*”. Trata-se de uma hipótese dificilmente sustentável, como demonstrou José Inácio de Loiola. Catão da Costa procura igualmente justificar a diferença de apelidos entre pai e filho: “*Não consta o motivo porque Francisco teve o appellido de “Manuel” em substituição ao “Fernandes” do seu pai; mas vejo na genealogia dos antepassados de Custodio Francisco João de Sá de Cortalim, igual substituição, isto é, estarem baptizados os membros de familia com diversos appellidos – Antonio Nicoláu Fernandes era o pai do official maior Ignacio Sebastião que também deixando o appellido do pai adoptou o de Silva. – Mesma coisa tenho visto em varias outras familias principaes deste estado*”⁸²².

O casal teria tido “*quatro filhas e sete filhos de quem procedeu a numerosa familia conhecida então em S. Anna com o appellido de Manueis*”⁸²³. Destes, o quinto filho varão, António Manuel, virá a casar com a sua prima direita Lourença da Costa⁸²⁴;

2-VI) Francisca da Costa, casada com Diogo Colaço;

2-VII) SALVADOR DA COSTA, que segue;

2-VII) SALVADOR DA COSTA, que continua. Casou com Antónia Manuel, “*que pela tradição da familia se supõe ser irmã do seu cunhado o sobredito Francisco Manuel*”⁸²⁵. Foram seus filhos:

3-I) LOURENÇA DA COSTA, que segue;

3-II) Maria da Costa:

3-III) Bárbara da Costa;

3-I) LOURENÇA DA COSTA, que continua. Tornou-se “*como primogenita possuidora dos tres morgados*”. Teve do casamento com António Manuel, que Catão da Costa supunha ser seu primo⁸²⁶:

4-I) ANTÓNIO DA COSTA, que segue;

4-II) ... da Costa, da qual se desconhece o nome;

4-III) ... da Costa, outra filha de quem só se sabe ter existido;

⁸²⁰ Veja-se o título Frias, de Talaulim e Candolim, ponto 1).

⁸²¹ Cfr. *infra* ponto 4-I).

⁸²² Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 11. Note-se porém que os dados que compilámos indicam que o progenitor de Inácio Sebastião da Silva era João José da Silva e não António Nicolau Fernandes. Veja-se o ponto 7-V-2).

⁸²³ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 11 e 13.

⁸²⁴ Veja-se *infra* ponto 3-I).

⁸²⁵ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 11.

⁸²⁶ Cfr. *supra* ponto 2-V).

4-I) ANTÓNIO DA COSTA, que continua. Este, “*como sucessor e possuidor dos tres morgados, nos termos das clausulas das instituições, adoptou o apelido “Costa”*”. Casou com a sua prima Perpétua Colaço, de Rachol e filha de Salvador Colaço e Antónia da Costa⁸²⁷. Na sequência deste enlace fixou-se na terra natal de sua mulher – isto porque Catão da Costa parece partir do princípio que António da Costa teria vivido até casar na terra dos seus antepassados paternos, os Manuel de Talaulim de Santana

Tiveram:

5-I) SALVADOR DA COSTA, que segue;

5-II) ... da Costa, relativamente à qual não dispomos de qualquer informação;

5-III) ... da Costa, outra filha cuja memória se perdeu no tempo;

5-IV) ... da Costa, mais uma filha relativamente à qual não existem quaisquer elementos;

5-I) SALVADOR DA COSTA, que continua. Casou com Leonor de Sá, filha de Custódio Gabriel de Sá, de Cortalim. Custódio de Sá seria – de acordo com as informações que Catão da Costa solicitara a Inácio Pascoal Horácio Fernandes – tetravô por linha masculina de Francisco João Custódio de Sá, também natural de Cortalim. Não dispomos de elementos que permitam confirmar ou infirmar tal afirmação; é no entanto certo que a descendência de Francisco João Custódio de Sá se relacionou com várias famílias pertencentes às elites naturais católicas⁸²⁸.

O casal teve três filhos, os quais “*transferiram a sua residencia de Rachol a Margão*”⁸²⁹:

6-I) Francisco da Costa, s.m.n.;

6-II) Padre António Caetano da Costa, que parece ser o primeiro eclesiástico da família;

6-III) BERNARDINO DA COSTA, que segue;

6-III) BERNARDINO DA COSTA, que continua. Administrou, em conjunto com o seu irmão padre António, os três morgados da família, “*cujos dois passaram posteriormente a Anna Maria Josepha da Conceição da Costa*”. Foi confrade da irmandade do Anjo Custódio de Margão. Casou com Benedita Lisarda da Costa, filha de João da Costa e Rosa Cabral⁸³⁰, moradores em Margão.

Foram filhos deste casal:

7-I) Perpétua Felicidade da Costa, casada em Vernã com António Francisco Xavier, de quem houve:

7-I-1) Camilo Xavier, falecido solteiro em Margão;

⁸²⁷ Cfr. *supra* ponto 2-IV).

⁸²⁸ Veja-se o título Melo, da Raia, ponto 10-II).

⁸²⁹ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 12.

⁸³⁰ O autor informa serem também descendentes do casal João da Costa/Rosa Cabral várias personalidades destacadas na Goa dos séculos seguintes, designadamente: **padre Constâncio da Costa**, de Cortalim; **Francisco Xavier da Costa**, “*advogado e official da secretaria geral deste estado*”; **padre José Maria de Albuquerque**, pároco da Raia; **Raimundo Venâncio Rodrigues** (“*lente da universidade de Coimbra antigo deputado por esta cidade*”) e seus irmãos **José Júlio Rodrigues** (“*juiz da Relação de Loanda*”), **António Filipe Rodrigues**, professor de inglês, e **Júlia Rodrigues**, casada com o médico José Camilo Lisboa; **Wenceslau Pereira**, “*juiz de paz (membro vitalicio da municipalidade) de Bombaim*”; **Leopoldina Barreto**, casada com o médico Bernardo Wolfango da Silva (sobre estes, consulte-se o título Brás de Sá, de Calangute, ponto 11-V-2)); **Maria Leonor de Sousa**, casada com Pedro António Constantino Álvares (veja-se o título Álvares, de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 3-VII-1)); **António Xavier Rodrigues**; **Constâncio Francisco Rodrigues**; **padre Caetano Pascoal Pereira**; **Joaquim Sant’Ana Pereira**; **Pedrinho Filipe Pereira**; **João José da Costa**, “*amanuense da conservatoria de Salsete*”; **padre Paixão da Costa**, pároco de Chicalim; **Joaquim Lourenço de Araújo**, médico-cirurgião; e **padre João Otonio de Araújo**. Note-se, no que diz respeito a Raimundo Venâncio Rodrigues e seus irmãos, que não dispomos de documentos que permitam comprovar acerto do parentesco aqui referido por Catão da Costa – consulte-se o título Rodrigues, de Badém.

7-II-2) Esperança Xavier, também falecida solteira;

7-II-3) Maria Benedita Xavier, que casou com Inácio Caetano Rebelo. Tiveram:

a) João Mariano de Guia Rebelo, “*pai de Roque Salvador Martinho de Guia Rebello, José Ignácio Roque de S. Joaquim Rebelo, e Ana Quiteria Luisinha Rebello casada com Antonio Avelino Lourenço*”⁸³¹. Aleixo Costa fornece-nos algumas informações suplementares: a mulher de João Mariano de Guia era Maria Leocádia Coutinho, tendo sido o segundo filho do casal, José Inácio Roque (nascido em Margão) sacerdote. Ordenado, na matriz de Pangim, em dezembro de 1877, foi professor do ensino primário, designadamente em Mapuçá, no colégio (que fundou) de Nossa Senhora da Piedade e S. José, entre 1879 e 1882. Partiu para Lisboa no ano de 1885, aqui viveu e veio a morrer no dia 24 de maio de 1905. Publicou em Goa duas edições de umas breves *Lições elementares de chronologia* adaptadas de umas congéneres portuguesas à realidade local⁸³²;

b) Maria Felicidade Piedade Rebelo, a qual casou com Eugénio J.A. Pereira;

7-III) Maria da Conceição da Costa, que teve do seu casamento com João Rodrigues, natural de Curtorim:

7-II-1) Padre Manuel do Nascimento Rodrigues;

7-II-2) Padre Mariano Bernardino Rodrigues;

7-II-3) Padre Pedro Aleixo Rodrigues, que foi pároco de Guirim;

7-II-4) Padre Vicente Marcelino Rodrigues, pároco de S. Pedro de Ribandar;

7-II-5) Capitão Camilo Severino Rodrigues; capitão de milícias. Não conhecemos o nome da sua mulher. Dela houve, pelo menos:

a) Padre José Maria do Rosário Rodrigues, prior de Diu;

b) Padre Francisco António da Piedade Rodrigues;

c) João Anselmo Rodrigues, o qual “*teve entre outros filhos, Francisco Floriano Henriques Gonzaga Rodrigues, Bernardino Aleixo Augusto S. Anna Rodrigues, Vicente Marcelino do Rosario Rodrigues, Quiteria Esmeralda Maria Expectação Rodrigues casada com José Pedro Caetano d’Andrade, e Josepha Francisca Carlota Rodrigues casada com Aleixo Antonio Baptista da Costa*”⁸³³. Graças às pesquisas que levámos a cabo nos processos dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra lográmos obter algumas informações complementares relativamente à família de **Quitéria Esmeralda Maria da Expectação Rodrigues**. Por um lado, ficámos a saber o nome da sua progenitora: Especiosa Parras, nascida em Curtorim; por outro, os dos seus sogros: André Joaquim d’Andrade e Ana Colaço, de Margão (bairro Bordá). O seu marido, José Pedro Caetano, era irmão de **Vicente Agostinho das Dores e Andrade** (nascido no bairro Bordá e batizado na igreja de Margão a 13 de abril de 1816, sendo apadrinhado por Pedro Caetano Baracho), o qual, sendo já menorista, foi um dos goeses *naturais* católicos que veio prosseguir estudos na universidade de Coimbra. Aí se matriculou em teologia no dia 27 de

⁸³¹ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 13.

⁸³² Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 115.

⁸³³ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 14.

Outubro de 1842 e em direito a 7 de outubro do ano seguinte⁸³⁴. De acordo com Vicente de Abreu, “*morreu em Coimbra apenas formado nas faculdades de theologia e direito*”⁸³⁵.

Um dos filhos do casal José Pedro Caetano/Quitéria Esmeralda Maria da Expectação também estudou em Coimbra, tendo-se matriculado em direito a 2 de outubro de 1880. Falamos de **João Vicente Roque Cupertino de Andrade**, nascido em Margão no dia 3 de setembro de 1858 e aí batizado a 19 do mesmo mês e ano. Licenciado em direito, enveredou pela magistratura, sendo juiz em Benguela (era-o, nomeadamente, na década de 80 do século XIX). Em Coimbra, durante o período de formação universitária, colaborou em “O Instituto” e foi uma das testemunhas da ata relativa à edificação do jazigo de Raimundo Venâncio Rodrigues⁸³⁶ e dos demais “*filhos da Índia*” que doravante viessem a falecer na cidade;

7-II-6) Rosa Maria Rodrigues, que também parece ser filha. Casou com José de Menezes, da Raia, de quem houve:

a) **Padre Pedro de Menezes**, pároco primeiro de Sirodá e, depois, de Moirá;

b) **Padre António de Menezes**, vigário de Diu;

7-III) Ana Maria da Costa, que foi casada com Miguel Vaz, de Curtorim, de quem teve:

7-III-1) Padre Cristóvão dos Remédios Vaz, pároco de Ribandar. Foi quem, de acordo com Catão da Costa, albergou, na casa paroquial, Constâncio Roque da Costa quando este andava fugido para evitar a ordem de prisão que contra ele tinha sido dada pelo desembargador Gonçalo de Magalhães Teixeira Pinto;

7-III-2) Caetano Francisco Vaz, o qual, para além de “*duas filhas*” cujos nomes se desconhecem, foi o progenitor de **Miguel Vaz**, **Filipe Vaz** e do **padre José Vaz**;

7-IV) Josefa da Costa, casada com José Francisco Rodrigues, de Curtorim, de quem teve, pelo menos:

7-IV-1) Aleixo Caetano Rodrigues, que foi advogado *provisionário*.

7-IV-2) Eleutério Rodrigues, “*pai de José Francisco Rodrigues acreditado empregado da alfandega principal de Bombaim*”⁸³⁷;

7-V) Rita Natália da Costa, a qual casou com José Joaquim da Silva. Foram filhos deste casal:

7-V-1) Jerónimo Salvador da Silva, casado com...., de quem houve:

a) **José Joaquim do Patrocínio da Silva**, recebedor da fazenda em Salsete e nas *Novas Conquistas*;

b) **Inácio Francisco Gonzaga da Silva**, falecido solteiro. Foi igualmente recebedor da fazenda nas *Novas Conquistas*;

c) **Rita da Piedade da Silva**, que casou com João Francisco dos Remédios Gomes Cotêto, grande proprietário em Benaulim, “*Deputado pela Câmara de Salsete em 1884, e um dos*

⁸³⁴ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Vicente Agostinho das Dores e Andrade).

⁸³⁵ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 20.

⁸³⁶ Consulte-se o título Rodrigues, de Badém, ponto 5-III).

⁸³⁷ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 14.

40 maiores contribuintes de Salcete, em 1888”⁸³⁸. Deste casal descende Adília Eufregina Ernestina Clotilde Gomes Cotêto, a qual casou com Joaquim Filipe Nery Soares Rebelo. Este último, nascido em Margão no dia 27 de maio de 1873 e aí falecido a 10 de novembro de 1922, era filho do médico Caetano do Rosário Soares e de Ana Joaquina Rebelo. Educado, em virtude da morte precoce dos progenitores, por um tio materno, Nicolau da Conceição Rebelo, foi advogado *provisionário*, tendo sido, na opinião de Aleixo Costa, “*um dos elementos marcantes*” naquele meio profissional. A reputação que alcançou justificou a sua nomeação para o lugar de procurador especial dos pagodes de Sanguém bem como para juiz substituto das Ilhas. Deixou inúmeros trabalhos publicados, parte deles de natureza jurídica (se bem que também haja estudos históricos, poesia, ensaio, peças de teatro, artigos de opinião), os quais foram em boa medida recolhidos e reeditados em vários tomos, com o título genérico de *Obras Completas*⁸³⁹.

Foi filho de João Francisco dos Remédios Gomes Cotêto e de D. Rita da Piedade da Silva **Joaquim Venâncio do Rosário Gomes Cotêto**, vereador da câmara municipal de Salsete, o qual casou em segundas núpcias com D. Maria Celestina da Costa, de Curtorim, filha de José Maria da Costa e de D. Rosa de Santa Maria de Quadros⁸⁴⁰;

7-V-2) Estela Clarina da Silva, que casou com João José da Silva, de quem teve:

a) Inácio Sebastião da Silva, o qual foi um destacado membro da elite *natural* católica do seu tempo. Vicente de Abreu traçou-lhe uma breve nota biográfica: “*natural de Curtorim de Salcete. Foi nomeado* (parece que a 21 de abril de 1795) *na serventia* (de oficial maior da secretaria geral do Estado) *pelo secretario José Caetano Pacheco Tavares para substituir o lugar de official maior nos impedimentos do antecedente, que por seus achaques e idade se impossibilitara de frequentar a secretaria; por ser = um dos mais antigos officiaes della, e concorrerem nelle todas as partes, intelligencia, e requisitos necessarios, de que dera provas por mais de oito annos que fez as vezes do dito official maior. = 1796. Agosto 23. O mesmo* Ignácio Sebastião *foi provido na effectividade do cargo de official-maior pelo falecimento de Joaquim Manuel de Sá e Almeida, e desistência de João Filippe de Albuquerque, pelo referido secretario por ter – os requisitos necessarios e com distinção substituir já o lugar. – Já então tinha tomado o appellido de Silva. O Conde do Rio Pardo por sua portaria de 22 de Setembro de 1818 ordenou ao secretario que encarregasse particularmente ao official maior effectivo, Ignacio Sebastião da Silva, a correspondencia com diversas repartições da corte: ao official maior graduado Caetano José d’Albuquerque, a correspondencia com Macao e Timor, e ao outro official maior graduado, Fernando Antonio Vieira, (que viera com o mesmo Conde despachado com o vencimento que tinha no Maranhão, de 1875 xerafins annuos, e lhe servia de secretario privado) a correspondencia com Damão e Diu, e capitania de Moçambique, a fim de cada um se instruir bem em tudo quanto respeitasse ás ditas correspondencias, não só modernas mas antigas, e poder advertir o que nellas se tivesse tratado e decidido sobre diferentes objectos do real serviço; lembrar o que fosse preciso promptificar para remessas dos effeitos nas competentes monções, e arranjar opportunamente os documentos que devessem acompanhar os officios, que se dirigissem ás supranreferidas repartições e ditos governos (...). Foi sargento mór de infantaria, cavalleiro professo de S. Thiago da Espada, e guarda-mór da torre do tombo; tinha além do seu ordenado de 1200 xerafins a pensão de 800 xerafins, que percebeu até a sua morte em 12 de agosto de 1839 de mais de*

⁸³⁸ Costa, Pedro do Carmo (2004), 245.

⁸³⁹ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol III, 250 e sgts.

⁸⁴⁰ Costa, Pedro do Carmo (2004), 244 e 245.

89 anos de idade. – *Quando incapaz ficou dispensado de servir, depois da retirada do Conde do Rio Pardo*”⁸⁴¹.

Foi o edificador da grande casa hoje conhecida por *palácio Santana da Silva* ou *casa dos sete telhados*, em Margão⁸⁴², em cujo salão nobre ainda hoje existe um pequeno mas muito interessante retrato seu, envergando o uniforme de sargento-mor e ostentando a comenda de S. Tiago.

A importante fortuna que acumulou parece ter também resultado da atividade comercial que desde Goa manteve com Moçambique. É sabido que nos séculos XVIII e XIX havia vários homens de negócio sediados em Goa, Damão e Diu com interesses importantes na costa oriental africana. No que diz respeito ao ouro e ao marfim moçambicanos, Celsa Pinto, para além de referir a presença de alguns agentes reinóis e hindus de Goa, encarece sobretudo o papel dos já referidos mercadores banéanos⁸⁴³. Já quanto aos escravos, insiste no papel desempenhado por mercadores sediados em Damão e Diu, mas também por alguns dos principais negociantes goeses da época, como os Mhamais/Camotins⁸⁴⁴ e – aspeto que nos interessa particularmente – naquilo a que chama “*comércio de particulares*”. Ou seja, sustenta que ao lado das grandes firmas/famílias banéanas e hindus que usualmente dominavam a vida comercial goesa, alguns privados, certamente sabedores dos lucros que tal atividade garantia, aventuraram-se no tráfico negreiro. Entre eles acham-se vários *naturais* católicos. Assim, segundo Celsa Pinto, os “*principais participantes do comércio Moçambique-Goa em 1769*” eram António Lourenço, Domingos João Manuel de Macedo, José Manuel da Conceição, Tomé de Miranda, João António Álvares, Manuel António Fernandes, Jeremias Luís Rodrigues, Mateus Fernandes, António Joaquim “*de Mathews*” (escreve, mas cremos que por lapso, devendo ser, muito provavelmente, Matos o apelido em causa) e António de Noronha. A este rol acrescenta, reportando-se já à primeira década de oitocentos, outros “*comerciantes activamente envolvidos*”: Inácio Xavier d’Unhão, Vicente da Rocha, Diogo Francisco de Menezes e João do Rosário. Finaliza da seguinte forma: “*Às vezes, os escravos eram despachados para Joaquim Floriano da Rocha, Florenço dos Remédios e Inácio da Silva em Goa*”.⁸⁴⁵

Ora, este último nome interessa-nos particularmente, sobretudo se o confrontarmos com outra passagem do mesmo trabalho. Ao referir-se às comunidades mercantis ativas na Goa dos séculos XVIII e XIX, Celsa Pinto, debruçando-se sobre o caso específico dos comerciantes locais, é taxativa: “*Contavam-se entre eles os cristãos indianos – canarins –, leigos ou do clero. António Miguel Pereira, de Britona, Sebastião Gracias, de Sirulá, e Inácio Sebastião da Silva, de Margão, eram alguns dos mais importantes comerciantes canarins de Goa*”⁸⁴⁶. A articulação destes dois excertos de um único capítulo levou-nos ato

⁸⁴¹ Abreu, Miguel Vicente de (1866), 241 e 242.

⁸⁴² Diz Helder Carita, que estudou este edifício: “*A grandiosidade com que este palácio se ergue ainda hoje em Margão claramente o poder e preponderância que as famílias brâmanes adquirem na administração do império português a partir de meados do século XVIII. Este poder, se se começou a manifestar já no século XVIII com várias famílias, como os Frias, Gonçalves ou Pereiras, é sem dúvida a partir desta época que se consolida, sendo este tipo de casa um claro testemunho. O palácio é mandado construir na segunda metade do XVIII por Ignácio Sebastião Santana (sic) da Silva, personagem que durante décadas ocupa no governo o lugar de Oficial Maior da Secretaria do Governo Geral do Estado da Índia. A permanência da família na casa e a sua estabilidade dentro da mais alta nobreza brâmane transformam este palácio não só num documento único da arquitetura indo-portuguesa, como também no âmbito das artes decorativas*” – Carita, Helder (1996), 125.

⁸⁴³ Pinto, Celsa (2006), 349 e 350.

⁸⁴⁴ Para maiores desenvolvimentos em torno da participação dos Camotins veja-se Souza, Teotónio R. de (1989).

⁸⁴⁵ Pinto, Celsa (2006), 348.

⁸⁴⁶ Pinto, Celsa (2006), 355. A autora mais não faz do que reproduzir os elementos que tinha recolhido para um trabalho anterior: “*Trade was also significant to the native and ethnic Indians residing in the Estado, particularly to the Saraswat brahmins of Goa, the banias and Parsees of Daman and Diu, the Canarins and the Muslims*” E, algumas páginas adiante, referindo-se aos *naturais* católicos em particular: “*The native Christians of Portuguese India called Canarins, were also actively engaged in the Indian Ocean trade. The records reveal a number of Christians participants in the country trade, but is difficult to distinguish between Portuguese and those of ethnic Indian origin.*

imediatos (não sabemos se Celsa Pinto seguiu idêntico raciocínio) a equacionar a hipótese de *Inácio da Silva* e *Inácio Sebastião da Silva*, de Margão, serem a mesma pessoa. Tal afigura-se-nos extremamente provável. No entanto, ao percorrermos os estudos e trabalhos genealógicos em que este personagem vem referido, a atividade comercial de Inácio Sebastião é sistematicamente esquecida. Isto apesar de parecer ter desempenhado um papel importante na abastança de que desfrutou. Não devemos estranhar esta particularidade, que também encontramos noutras genealogias das elites *naturais* católicas dos séculos XVIII e XIX, como por exemplo a dos Xavier: as profissões ligadas ao comércio são sistematicamente omitidas ou relativizadas face a empregos tidos como socialmente mais honrosos, sobretudo os que se inserissem nos âmbitos do direito, da medicina ou da burocracia.

Inácio Sebastião com Ana Luísa Pereira⁸⁴⁷ e dela teve: **(i) Estela Clarina da Silva**, casada com Camilo Dionísio Álvares⁸⁴⁸; **(ii) Maria Aurora da Silva**, que casou com Cristóvão do Rosário Colaço; e **(iii) António Nicolau da Silva**. Este último, rico proprietário em Margão, sr. da casa dos sete telhados, casou com Maria Escolástica de Miranda, filha de Pedro Joaquim de Miranda e de Teresa Maria Gomes⁸⁴⁹. Deles descende a família Santana da Silva, que ainda hoje habita naquela histórica morada, repartindo-se entre Goa e Portugal;

b) Joaquim Pascoal da Silva;

c) Patrício Vicente da Silva

d) José Caetano da Silva

e) Ana Maria da Purificação da Silva, que casou com o advogado *provisionário* Salvador Filipe Álvares da Costa, de Margão, de quem houve geração⁸⁵⁰;

7-V-3) Maria Anunciação da Silva, casada que foi com Miguel João de Faria, natural de Vernã, de quem houve:

a) António Caetano Faria;

b) Arcângela Faria, que parece ter casado com Jacinto de Faria;

c) Ninfa Faria, s.m.n.;

7-VI) Padre Jerónimo Salvador da Costa, “*desembargador da relação eclesiástica e inquisidor geral, parócho de Chinchinim aonde falleceu em 1796*”⁸⁵¹;

7-VII) BERNARDO FRANCISCO DA COSTA, que segue;

7-VIII) Padre António Caetano Brocardo da Costa, falecido no dia 1 de março de 1817;

Nevertheless, Rogerio de Faria, based first in Calcutta and later at Daman and Bombay, Antonio Minguel (sic) of Britona, Sebastião Gracias of Serula and Ignacio Sebastião da Silva of Margão are specifically mentioned in the sources as Canarins deeply involved in the Portuguese contry trade in the late eighteenth – early nineteenth centuries” – Pinto, Celsa (1994), 53 e 58. Celsa Pinto não deixa de também fazer notar a intervenção do clero *natural* nas dinâmicas mercantis da Goa de então. Ora, uma vez que parte importante dos indivíduos que optavam pela vida eclesiástica provinham das elites *naturais* católicas, esta é uma outra via de participação das mesmas no mundo comercial.

⁸⁴⁷ Veja-se o título Álvares, de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 3-III-1).

⁸⁴⁸ Veja-se no mesmo título o ponto 3-X-8).

⁸⁴⁹ Consulte-se o título Miranda, de Loutolim, ponto 4-I).

⁸⁵⁰ Veja-se o título Álvares, de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 5-I).

⁸⁵¹ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 15.

7-IX) Padre Francisco João da Costa, que morreu cerca de 1840;

7-VII) BERNARDO FRANCISCO DA COSTA, que continua. Percorramos as linhas que lhe dedica o biógrafo da estirpe: *“O dito Bernardo Francisco da Costa nasceu em 28 de abril de 1741, foi o possuidor do morgado instituído por Antonio da Costa: foi capitão do Terço da infantaria auxiliar de Salsete de cuja função possuo documentos com relação aos annos 1780 e 1781. – Fôra promovido a alferes pela portaria do vice-rei Conde da Ega de 27 de março de 1762. Nos fins do seculo passado tendo sido criado o senado da camara neste concelho de Salsete, cujos vogaes só podiam ser aquelles que desde quatro gerações anteriores pertencessem a familias principaes, foram escolhidos pelo governo para o compôr, como tendo esses requisitos, Clemente Pereira (presidente como vogal mais velho) bisavo de Damaso Bento Pereira de Betalbatim, Bernardo Francisco da Costa (procurador), Pedro Antonio Alvares, e Antonio Martinho Fernandes avô de Roque Ambrósio Fernandes de Colvá. Posteriormente veio para Salsete o ouvidor civil das Ilhas encarregado de apurar uma lista dos principaes, que o fossem a contar de quatro gerações anteriores, e o recenseamento com estes requisitos apurou somente setenta e tantos individuos, d’entre os quaes foram eleitos para vereadores o dito Bernardo Francisco da Costa, Damaso Bento Pereira (irmão do referido Clemente Pereira) de Betalbatim, Cornelio Manuel Vaz de Assolnã (antepassado do actual Cornelio Manuel), e Nicolau Tolentino da Silva, de Rachol⁸⁵²”*. Foi igualmente *“confrade da irmandade de Nossa Senhora da Conceição desta villa (de Margão)”⁸⁵³*.

Aí casou no dia 31 de maio de 1763 com a sua conterrânea Teresa Angelina Barreto (nascida no dia 22 de março de 1750), filha de Manuel Sebastião Barreto e de Bernardina de Andrade, todos da mesma localidade.

Teresa Angelina Barreto era irmã de:

- (1) **Francisco Barreto**, *“cujos netos são o P.e Caetano Barreto, o P.e mestre Constantino Barreto, o P.e mestre, vigario da vara e desembargador da relação ecclesiastica Antonino José Nicolau Barreto⁸⁵⁴, o P.e Floriano professor do lyceu, e bisneto o P.e Domingos Salvador Marinho da Silva⁸⁵⁵”*.

⁸⁵² Aduz neste passo em nota de rodapé: *“Este esclarecimento devo-o a um cavalheiro que em 1848 o extraiu dos proprios archivios da camara, e me pediu para não declarar o seu nome”*.

⁸⁵³ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 15 e 16.

⁸⁵⁴ O *padre-mestre* Antonino Barreto nasceu em Margão no dia 10 de maio de 1802 e aí veio a morrer a 20 de dezembro de 1878, sendo filho de Mariano Piedade Barreto e de Maria da Purificação Barreto. Formou-se no seminário de Rachol, onde demonstrou a sua aplicação pelo estuo, tendo sido ordenado a 23 de setembro de 1823. Em 1830 tomou posse do lugar de professor de filosofia daquela instituição, no qual se manteve durante dilatados anos. Posteriormente, assumiu os cargos de desembargador da Relação eclesiástica (em 1847) e examinador sinodal (em 1851). Foi cavaleiro das ordens de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição, um dos sócios do primitivo Instituto Vasco da Gama e autor de algumas obras à data bastante divulgadas, quer de natureza eclesiástica (como o *Resumo das ceremonias ecclesiasticas que se devem observar nas funções publicas, e solemnes, festivas, e funebres, frequentes nas igrejas parochiaes*, dado ao prelo em 1847 e o volumoso, e repartido em dois tomos, *Anno evangelico, contendo discursos para todos os domingos; e sermões para os diferentes dias, especialmente os penitenciaes da quaresma; além dos panegyricos dos principaes mysterios, e festas do anno ecclesiastico*, editado em 1861) e didática (aqui se incluem o pequeno *Compendio da rethorica* e os *Elementos de filosofia racional, e moral para uso da mocidade*, impresso em 1863, em Margão, na tipografia do Ultramar). Considerado *“notável orador sagrado”*, a ele se deve a pregação do dia do encerramento das cerimónias da exposição do corpo de S. Francisco Xavier, a 8 de janeiro de 1860 – o que demonstra o prestígio de que gozava à época. Veja-se a *“Noticia da exposição do veneravel corpo de S. Francisco Xavier, desde 13 de Dezembro de 1859 até 8 de Janeiro de 1860”*, in *Annaes do Conselho Ultramarino. Parte não official*, Imprensa Nacional, Lisboa, série II (janeiro de 1859 a dezembro de 1858), 1861), 118. O texto em questão, intitulado *Panegyrico de S. Francisco Xavier*, foi posteriormente publicado por Filipe Nery Xavier no seu *Resumo Historico da Vida de S. Francisco Xavier* – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 95 e 96.

⁸⁵⁵ O *padre-mestre* Domingos Salvador Marinho da Silva foi um personagem bastante conhecido na Goa do seu tempo – como é atestado, desde logo, por Tomás Ribeiro nas *Jornadas*. Innocencio dedica-lhe as seguintes linhas: *“Presbytero secular, Professor publico que foi de Theologia dogmatica e moral, e ao presente de Direito civil na India portugueza. – N. na villa de Margão, comarca de Salsete, da provincia de Goa, aos 18 de Julgo de 1825. E – (...) Cursos sacrae Theologiae moralis complectens sacramenta in genere, baptismum, poenitentiam et matrimonium, probatissimis selectissimisque Auctoribus excerptus... Et in meliorem ordinem accurate redactus. Editus in lucem anno 1862. In Oppido Marganensi in Typographia Ultramarina (...) (Tomo II) Cursos sacrae Theologiae moralis complectens officium divinum, votum, jejuniun, censuras et irregulares: probatissimis selectissimisque Auctoribus excerptus etc... Ibi, anno 1866. O auctor submeteu à censura e aprovação do então Governador archiepiscopal de Goa o tomo I d’esta obra, e os mais que tencionava publicar. Sendo examinada a obra pelos censores nomeados, P. Antonino José Nicolau Barreto e Lourenço Lobo, paroco da igreja de Margão, que deram os seus pareceres em termos assás lisongeiros para o auctor: em virtude e de conformidade com estes pareceres o Governador archiepiscopal, por despacho de 11 de Dezembro de 1862 approvou o Curso para poder ser pelos estudiosos lido sem escrupulo, e deu testemunho publico do zelo, cuidado e erudição com que o auctor o redigira. – Este dedicou o tomo II ao sr. Arcebispo metropolitano D. João Chrysostomo de*

Bernardo Francisco da Costa e Teresa Angélica Barreto tiveram:

8-I) Quitéria Benedita da Costa, que casou com Manuel Vicente Rebelo, comumente conhecido por *morgado de Maina* (sendo que “*Maina é bairro de Curtorim onde elle residiu*”⁸⁵⁶) por ter sido administrador de um vínculo instituído nessa mesma localidade. Foram filhos deste casal:

8-I-1) Francisco João Rebelo, administrador do morgado de Maina, casado com Quitéria Rufina da Cunha, de quem houve:

- a) **Manuel Agostinho Rebelo**, que sucedeu na administração do referido vínculo. Casou com a sua parente Rosa Idalina Quitéria Gracias;
- b) **Filipe Anselmo Rebelo**;
- c) **Camilo Vicente Rebelo**;
- d) **Emília Rebelo**, a qual casou com Balduino Agostinho Borges;
- e) **Felicidade Rebelo**, que veio a casar com o seu primo Reginaldo João Pimenta⁸⁵⁷;
- f) **Anália Rebelo**, casada com Francisco Rodrigues
- g) **Matilde (ou Matildes) Rebelo**, que parece ter morrido solteira;

8-I-2) Maria Francisca Rebelo, a qual casou com Boaventura Pimenta, do qual teve:

- a) **Camilo Bernardino Pimenta**;
- b) **Sebastião do Rosário Pimenta**;
- c) **Reginaldo João Pimenta**, casado, conforme já referimos, com a sua prima direita Felicidade Rebelo⁸⁵⁸;
- d) **André Vicente Pimenta**;
- e) **Rosa Especiosa Pulquéria Pimenta**, que veio a casar com António José Álvares;
- f) **Emerciana Felicidade Pimenta**, casada com Manuel Pascoal Noronha;
- g) **Teresa Maria Pimenta**, que casou com Aleixo Caetano Vaz;

8-I-3) Angelina Aurora Rebelo, casada com João Manuel da Costa, de quem teve:

Amorim Pessoa, já então de posse da diocese, e d'elle recebeu uma carta muito honrosa, que vem transcripta no principio do mesmo tomo II” – Silva, Innocencio Francisco da et al. (1870), *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo IX, Imprensa Nacional, Lisboa, 150. Note-se que um dos censores da obra foi um parente muito próximo (na verdade, um tio) do autor. Aleixo Costa fornece mais algumas notas biobibliográficas relativamente a este autor: era filho de Luís Tolentino da Silva e de Ana Joaquina Barreto, foi ordenado em 1849 e morreu a 20 de dezembro de 1897. Parece ter-se dedicado ao ensino durante grande parte da vida, após a conclusão do curso teológico em Rachol e até ser designado “*examinador sinodal, desembargador da Relação Eclesiástica, defensor dos matrimônios, examinador dos ordinários, vogal da extinta junta local de inspecção do ensino de Salcete*” e “*vigário de vara de Salcete*”. Para além de um terceiro e último tomo da obra acima referida (*Cursos sacrae Theologiae moralis complectens actos humanos, conscientiam, leges, et peccata, probatissimis selectissimisque Auctoribus excerptus* (...), tip. do Ultramar, Margão), dado ao prelo em 1870, publicou ainda – no mesmo ano e casa – o *Espelho de Moralidade*. Cfr. Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 225 e 226.

⁸⁵⁶ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 16.

⁸⁵⁷ Veja-se *infra* ponto 8-I-2), c).

⁸⁵⁸ Cfr. *supra* ponto 8-I-1), e).

a) **Aleixo Francisco de Sales da Costa**, o qual casou com a sua parente Maria Aurora Peres da Silva⁸⁵⁹;

8-I-4) Ana Maria da Rebelo, casada com Caetano Francisco Vaz, de quem teve:

a) **Miguel João Vaz**;

b) **Cristóvão Filipe Vaz**;

c) **Padre José Afonso Vaz**;

d) **Maria Rosinha Vaz**, casada com Manuel Nascimento da Costa;

e) **Rita Maria Vaz**, que casou com Raimundo de Sant'Ana de Sá;

8-II) Esperança Maria da Costa, que casou com Salvador Filipe da Piedade Álvares, dele havendo larga geração⁸⁶⁰;

8-III) Maria Anunciação da Costa, a qual foi casada com José Conceição da Costa, “*principal proprietario de Cortalim, medico acreditado, e phisico-mor da praça de Damão, que acompanhou, nesta qualidade, em 1811, ao governador daquella praça D. José Maria de Castro e Almeida seu muito amigo*”⁸⁶¹. Tiveram:

8-III-1) Filipe Nery da Costa, que, segundo Catão, foi homem “*dotado de raro talento e saber, e que occupou varios cargos electivos*”. Casou com D. Amália Quitéria de Albuquerque, tendo tido dela:

a) **José Felicíssimo de Sant'Ana da Costa**;

b) **Inácio Higino Lucas da Costa**, o qual casou com D. Isilda Fernandes, filha do já referido Inácio Pascoal Horácio Fernandes⁸⁶²;

c) **Constâncio Francisco da Costa**;

d) **Jacinta Maria Joaquina da Costa**, casada que foi com José Exaltação de Brito, de Curtorim;

e) **Amélia Guilhermina da Costa**, que morreu solteira;

8-III-2) Pulquéria da Costa, a qual casou com José Caetano Peres da Silva⁸⁶³, “*primo do Prefeito Bernardo Peres da Silva*”⁸⁶⁴. Este já era à data viúvo de Angelina Maria Manuel Álvares⁸⁶⁵. Tiveram:

a) **Maria Aurora Peres da Silva**, que casou com Aleixo Francisco de Sales da Costa⁸⁶⁶;

8-III-3) Maria Angélica da Costa;

⁸⁵⁹ Veja-se *infra* ponto 8-III-2), a).

⁸⁶⁰ Indicada noutro título: consulte-se o título Álvares de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 3-D).

⁸⁶¹ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 18.

⁸⁶² Para mais desenvolvimentos sobre este casal, veja-se o título Melo, da Raia, ponto 10-II).

⁸⁶³ Consulte-se o título Peres da Silva, ditos *do prefeito*, de Neurá-o-Grande, ponto 3-V-1).

⁸⁶⁴ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 18.

⁸⁶⁵ Veja-se o título Álvares de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 3-X-1).

⁸⁶⁶ Veja-se *supra* ponto 8-I-3), a).

8-III-4) Aurora da Costa, que virá a casar com António Gonzaga de Sacrafamílias;

8-IV) Padre Bernardino Camilo da Costa, o qual desempenhou sucessivamente funções de pároco de Curca, Assolnã e Curtorim, tendo falecido nesta última localidade em 1841. De acordo com Catão da Costa, *“Foi sacerdote de muito saber, distinto pregador que reunia a uncção e concisão à solidez no discurso, boa expressão e intimidativa e era muito recorrido já como bom pregador, já como consultor capaz na disciplina ecclesiastica e na moral: foi examinador synodal; e entre os distintos alumnos dos italianos e seus condiscipulos elle mereceu o primeiro lugar: em tres concursos para parochos em que entrou obteve a maior somma de valores. Foi querido e respeitado dos seus freguezes, e sempre estimado dos prelados, do que podem dar ainda hoje testemunho sacerdotes seus contemporaneos, e os habitantes de Curtorim que ainda hoje delle se lembram com saudade”*⁸⁶⁷;

8-V) Caetano José da Costa, *“um dos rarissimos talentos, e muito estimado dos italianos que o capacitaram para ir a Roma apenas que obteve os quatro graus de ordens menores: tendo ido ao seminario de Chorão despedir-se dos seus mestres, foi acometido de febre intensa que, em menos de tres dias, o matou, e a familia o veiu a receber em cadaver!”*;

8-VI) Manuel Vicente da Costa, que, na qualidade de mais velho dos rapazes que não optaram por seguir a vida religiosa, foi *“successor do morgado possuido pelo seu pai”*. Nasceu no dia 24 de fevereiro de 1773 e morreu a 13 de dezembro de 1862. De acordo com o sobrinho e biógrafo: *“Era d’um character admiravelmente bondoso e sincero, nunca ninguem o viu irritado; amigo de todos não teve inimigos, e a seu respeito dizia Francisco Luis Gomes na carta de 10 de fevereiro de 1863 dirigida a B. F. da Costa: “aquelle homem só viveu uma idade. Foi uma infância de 90 annos, sempre innocente e candida.” Era conhecido pelo nome de Morgado: toda a sua attenção, toda a sua occupação era para a agricultura: foi muito caritativo, e estimado de todos que o conheceram. Foi confrade da irmandade de Espirito Santo da igreja de Margão”*. Casou com Pulquéria Joana⁸⁶⁸ Pereira, *“filha unica e universal herdeira de José Pereira de Margão e possuidora de alguns morgados”*, de quem não houve geração, pelo que *“desvincularam estes morgados dos Pereiras, e instituiram seu universal herdeiro ao seu sobrinho Bernardo Francisco da Costa”*. Pulquéria Joana era filha de António Manuel Pereira (pelo que neta de José Pereira) e de Adriana Joana Colaço⁸⁶⁹;

8-VII) Padre Leonardo Avelino da Costa, o qual *“foi sacerdote instruido e vigario de Calicute e Baçaim”*, tendo morrido no ano de 1850;

8-VIII) CONSTÂNCIO ROQUE DA COSTA, que segue;

8-VIII) CONSTÂNCIO ROQUE DA COSTA, que continua. O biógrafo familiar dedicou-lhe uma extensa nota biográfica que reproduzimos em grande parte. Note-se porém que as linhas que se seguem devem ser lidas com alguma reserva e ser cotejadas com a análise crítica que delas fez José Inácio de Loiola⁸⁷⁰. Se é certo que Loiola é por vezes demasiado acre nas suas apreciações, também é verdade que Catão da Costa muito frequentemente tende para o exagero. É manifesta a sua parcialidade no caso Costa/Gonçalo de Magalhães, é evidente que exagera quando procura reservar ao pai um papel quase idêntico ao de Bernardo Peres, é facilmente demonstrável que alguns dos feitos que atribui ao progenitor não têm razão de ser – como a introdução do traje europeu e da conversação doméstica em português – e que parte dos amigos influentes que lhe dá eram na verdade seus oponentes. No entanto, desde que salvaguardadas estas precauções, trata-se de um retrato interessante de um personagem determinante nos primeiros anos do liberalismo constitucional no Estado da Índia e de uma figura cimeira da família em estudo.

⁸⁶⁷ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 18 e 19.

⁸⁶⁸ Também chamada Joana Pulquéria.

⁸⁶⁹ Veja-se o título Álvares, de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 3-I).

⁸⁷⁰ Loiola, José Inácio de (1875), 29 e ss.

“É o meu adorado pai a quem a calúnia aggredeu na vida e na morte, como aggride hoje a vida dos filhos.

O nome de Constancio Roque tem o lugar distincto e honroso na historia da nossa terra.

Foi advogado de grande nomeada e muito procurado pela burguesia, pelo povo, e pela nobreza.

Nesses tempos difficil era a posição dos advogados, que tinham de lutar contra a corrupção aberta e despotismo franco dos juizes, e poucos havia que ousassem recorrer delles em questões em que eram partes e julgadores ao mesmo tempo.

O desembargador Gonçalo de Magalhaes Teixeira Pinto, magistrado de raro talento e de vastos conhecimentos mas de pessimos creditos relativamente á probidade e rectidão, empenhado n'uma causa importante contra os Amoncares queria depennal-os macumunado com um testa de ferro.

Para se esclarecer este ponto copio aqui parte da exposição que Constancio Roque dirigiu ao vice-rei D. Manuel de Portugal e Castro:

“Um gentio de Cundaim⁸⁷¹ que á sombra da justiça queria expoliar a uma familia de Bardez⁸⁷² não achando no juizo competente do civil, apoio para o seu sinistro intento, lembrou-se de ceder, por calculo ou por simulação, o seu chamado direito a um Sinary de Ribandar⁸⁷³, que tinha conseguido que para as suas causas fosse nomeado juiz privativo o desembargador Magalhães ouvidor geral do crime.

“Este cessionario intentou contra essa familia a pretendida causa perante este seu juiz privativo, ao que a mesma familia se appôz premunida com a portaria do sr. vice-rei conde de Sarzedas, na qual declarou que a nomeação por elle feita daquelle juiz privativo não se extendia ás causas tomadas por cessão, e que por isso devia conhecer della o ouvidor geral do civil.

“O ouvidor geral do civil, em virtude dessa portaria, expediu carta precatoria avocatoria ao dito juiz privativo (Magalhães), que não quis executal-a, e d'um lado mandou, sobre ella, responder ao autor Sinari, e d'outro correu com a causa decidindo-a no dia immediato ao da portaria, como convinha aos seus interesses e aos do seu protegido, e até tomou assento em relação para tolher aos lesados o aggravo.

“Daqui resultaram novas queixas ao sr. vice-rei⁸⁷⁴ que terminantemente ordenou que o dito juiz privativo desse inteiro cumprimento á carta avocatoria no estado em que estivessem os autos.

“Sendo-lhe intimada essa ordem, o juiz intimado taixou-a como obra dos déspotas da Azia, e declamou contra o advogado tratando-o de ignorante, porque lhe fez vêr que lei de 29 de outubro de 1754 e o assento da casa da supplicação de 23 de novembro de 1769 bem expressamente vedavam aos juizes privativos conhecer das causas tomadas por cessão; e não a cumpriu.

“Esta recalcitração do juiz provocou outro requerimento ao mesmo sr. vice-rei, que o deferiu mandando por nova portaria (que Catão reproduz) que apezar das duvidas o dito juiz cumprisse a sua determinação.

“Foi executada.

“O resultado final de tudo isto foi o juiz competente julgar nullo todo o processado, e condemnar o autor como falsário, e assim de salvou a fortuna dessa familia oprimmida dos Amoncares.

⁸⁷¹ “Nos apontamentos, que possuo, vejo só a appellido “Quenim” deste gentio.

⁸⁷² “Os membros accionados desta familia chamavam-se Vissunatá Sinay, Essobá Sinay, Ragobá Sinay, e Pundilicá Sinay, Amoncares, moradores de Camorlim de Bardez”.

⁸⁷³ “O seu nome inteiro é Siridora Porobo Sinary”.

⁸⁷⁴ “Os vice-reis então eram regeedores da justiça e accumulavam funções judiciaes”.

“O juiz privativo, apenas que viu que, contra a sua vontade, os autos lhe saíam das mãos, e contrariado em todos os seus planos, quiz vingar-se dos requerentes, do seu advogado e do escrevente. Logo que lhe foi apresentada a portaria fez extrair a copia do ultimo requerimento deferido pelo sr. vice-rei, autual-o, e condemnar em relação, sem formula alguma de processo nem audiencia de ninguem, as partes n’um mez de prisão, ao escrevente Mucundá Sinay Nirlicar em dois mezes de prisão, e ao representante advogado em trez mezes de prisão e em suspensão perpetua da sua profissão como redactor daquelle requerimento, que aliás não era escripto nem assignado por elle, ainda que é certo que o representante, em desempenho da sua nobre profissão, minutou não só aquelle requerimento, mas outros todos deferidos pelo sr. vice-rei e posteriormente pelo juiz competente que annullou todo o processo; e deste modo, posto que victima de perseguição judicial, teve a consolação de haver conseguido salvar o patrimonio d’uma familia inteira.

“O representante queixou-se desta injustiça e despotismo a s. magestade, que mandando informar ao sr. vice-rei conde do Rio-Pardo, este, antes da sobredita annullação da causa, informou fazendo inteira justiça ao exponente e tambem aos seus clientes, e mandou pela sua portaria de 2 de fevereiro de 1819 que não fosse elle preso por tão iniqua sentença, e d’outro lado o promoveu em ajudante da intendencia geral da agricultura, emprego que o colocou fóra da jurisdicção immediata da ouvidoria geral do crime, motivos estes porque o mesmo desembargador mais não se implicou com o representante não só no governo desse vice-rei, mas até no tempo em que elle juiz foi um dos membros do governo.

“Em 1822 sendo o exponente eleito deputado em côrtes, aquelle magistrado baseando-se naquella desgraçada sentença, de que elle proprio estava envergonhado, representou contra o exponente ao governo provisório, que tendo disto dado conta a s. magestade, o augusto soberano desprezou essa representação e o tratou como legitimo deputado, como consta de diversos avisos regios vindos a secretaria deste estado, e de novo o nomeou ajudante da intendencia.

“Esse tumultuario processo longe de envergonhar ao representante, é gloria sua e vergonha da magistratura desta terra; e alguns mal intencionados, á imitação do mesmo desembargador, tem pretendido renovar a intriga (mal sucedida em outros governos e ante o governo de s. magestade) perante v. ex.a, que na secretaria de estado hade achar o registo de varios documentos, que demonstram a injustiça e a iniquidade da mesma sentença e o bom comportamento do exponente.”

D. Manuel não deu valor às intrigas urdidas, e teve muito apreço e consideração a Constancio Roque, á cuja casa nesta villa se dignou de chegar em 1830 e tantos.

Tenho em meu poder a copia authentica desse famoso processo levantado por Magalhães contra Constancio Roque, o qual é um completo triumpho deste advogado e a triste condemnação de Magalhães seu acusador e juiz ao mesmo tempo, como vereis da seguinte historia constante e extraída dos proprios autos:

Tendo o solicitador Antonio Salvador de Azevedo apresentado essa portaria do vice-rei ao desembargador Magalhães da data de 15 de novembro de 1815 para o fim de lhe dar cumprimento, ficou este de tal modo desorientado que proferiu nos autos o seguinte despacho:

“Remetta o escrivão os autos ao juizo, donde emanou a precatória, com a parte citada, e antes tire copia do requerimento incluso que tem nota minha = Este = e do despacho do governo, e me entregue com certidão de que pelos supplicantes foi entregue e diligenciado o mesmo requerimento, e igualmente do escriptor que o escreveu. – Ribandar 15 de novembro de 1815. Magalhães.”

O escrivão Caetano Salvador Baptista passou no mesmo dia a copia ordenad, no fim da qual certificou que lhe não constava quem fosse o escriptor do dito requerimento, e a entregou, na forma do despacho, ao juiz accusador, juiz solicitador, juiz promotor, juiz julgador, que no dia immediato proferia, nessa copia, o seguinte despacho: “O escrivão Francisco José Gonçalves lavre auto de injuria, citando aos supplicantes do

requerimento copiado na certidão para se verem autuar, e proceder as provas necessarias pelos dicterios constantes do mesmo requerimento. Ribandar 16 de novembro de 1815. Magalhães”.

No mesmo dia 16 o escrivão Francisco José Gonçalves fez a autuação das ditas peças copiadas, assignada por si, e pelo dito Magalhães, e esta autuação se fez sem citação dos supplicantes, que aliás o mesmo Magalhães acabava de ordenar para as suas victimas se verem autuar. E no mesmo dia 16 ordenou a citação de testemunhas!!!

Tal era a sofreguidão do juiz accusador pela vingança!!!

Dois dias depois, em 18, faz inquirir sete testemunhas, cuja nenhuma depõe nada de vista contra Constancio Roque; mas tres, por ouvir dizer, lhe attribuem a redacção do requerimento, e uma depõe ter visto estar elle minutando um requerimento que não leu, e que posteriormente ouvira ser o de que se trata.

Neste requerimento se alegava, sem haver dicterio nenhum, incompetência, parcialidade, e suspeição do juiz.

No dia 21 do mesmo mez o juiz accusador, sem haver pronuncia nem querela, mandava expedir e era expedido immediatamente o mandado de prisão contra Constancio Roque, contra os requerentes, e contra o escrevente Mucunda Sinay Nirlecar!...

No dia 12 e dezembro do mesmo anno o processo consummatus erat!!!...

O mesmo Magalhães em acórdão da relação assignado em 1.o lugar por si, em 2.o por Carvalho, e em 3.o por Vieira, condemnava as suas victimas na pena mencionada na exposição supra!

Ordem de prisão sem pronuncia, sem querela, sem auto de corpo de delicto, sem julgamento!

Sentença na 2.a instancia sem Havel-a na 1.a, nem recurso algum!

Sentença sem citação nem audiencia dos condemnados!

Sentença n'um processo em que o juiz era o proprio accusador!

Sentença em processo com curso tão electricamente rapido que em menos de 30 dias estava tudo concluido!...

Sentença em que nem se declarou em que consistiam os dicterios!....

Quem é o verdadeiro condemnado nesse processo tumultuario em que nem se respeitou a formula da audiencia do réus, que os judeus na sua maior paixão e degeneração moral respeitaram com o martyr do Golgotha!!

São semelhantes iniquidades desembargatórias que inspiraram ao marquez de Alorna as suas Instrucções que, com justiça, fulminam a corrupção e o despotismo da antiga magistratura judicial.

Se não receiasse fatigar a paciencia dos leitores, a quem de nenhuma utilidade é este folheto, teria cedido á tentação de publicar integralmente todo esse monstruoso processo.

Voltando á historia da perseguição a Constancio Roque, o desembargador Magalhães nunca logrou o intento de prendel-o, – assim como não conseguiu roubar aos Amoncares.

Em 21 de novembro de 1815, Magalhães pedia a Constancio Roque, com quem se tratava, uma conferencia em sua casa, e quando este para lá foi o desembargador lhe perguntou se esse requerimento dos Amoncares era seu, contando que elle o negaria para com essa negação manter o seu prestigio com os outros advogados. – Constancio Roque, sem titubear, declarou-lhe que sua fôra a minuta. – Zangou-se o ouvidor geral do crime, e lhe disse com arrogância que o que elle merecia era que se lhe atirasse o requerimento á cara, e Constancio

Roque lhe respondeu imediatamente que só d'um mal criado podia vir um tal cumprimento e em sua propria casa.

Magalhães mundou logo de tom e apparentando serenidade desceu a explicações: era uma negra traição que lhe queria armar: continuou a conversa sobre ponto differente com modos amigaveis; e no curso da conversa pediu-lhe licença para ir ao seu aposento promettendo voltar logo.

Introduziu-se no seu gabinete, e procurou os autos para lançar o despacho para a captura do interlocutor amigo: o dito escrivão Francisco José Gonçalves que o persentiu fez sinal a Constancio Roque para se retirar, como de facto se retirou acolhendo-se na casa paroquial de Ribandar, cujo parcho era o seu primo P.e Christovão dos Remedios Vas.

Logo depois seguiram-lhe os esbirros desembargatorios com o naique para o prenderem, mas a casa parochial gozava então de imunidade e ninguem la podia ser capturado, e dali passou á casa do seu intimo amigo D. Francisco Xavier de Castro, que como fidalgo gozava de igual privilegio ate que o conde do Rio-Pardo revogou essa ordem de prisão.

Quando Constancio Roque chegou á casa daquelle fidalgo foi cumprimentado por grande numero de notabilidades da capital e das provincias.

Esta occurrencia soube-a eu não só pela tradição na familia e pelos individuos que ouviram a Constancio Roque, mas tambem pelo que me haviam informado João de Menezes, Francisco Salvador Gomes, Tito Josefino d'Almeida, e José Severino de Andrade por ouvirem ao proprio escrivão Francisco José Gonçalves que presenciou a scena havida em casa de Magalhães, e tambem a Caetano Xavier Furtado por ouvir ao seu sogro José Maria dos Remedios a quem o proprio desembargador Magalhães irritado lhe narrou o facto, como tambem lh'o narrara o lembrado escrivão.

Era um feito que a Constancio Roque tinha grangeado, em tempos, grande popularidade. Mas mais tarde homens semelhantes aos que lhe quizeram morder o cadaver o abocanharam, como o abocanham hoje os que não sabem o que fazem e o que é a dignidade do homem e o verdadeiro amor da patria!

Ahi segue a informação do conde do Rio-Pardo, a que se refere a exposição supra de Constancio Roque, sobre esse decantado processo:

“Ill.mo e ex.mo sr.! Dirijo a v.ex.a uma supplica documentada que o advogado Constancio Roque da Costa me requereu levasse á presença de s. magestade; e o meu parecer a este respeito é que o mesmo Augusto Senhor attendendo às manifestas nullidades do auto⁸⁷⁵ de injuria formado contra elle pelo desembargador Gonçalo de Magalhães Teixeira Pinto, aliás sem motivo agravante, e as da causa contra os Amoncares, se sirva mandar declarar de nenhum effeito as sentenças proferidas em um e outro processo. Deus guarde a v. ex.a. – Goa em 20 de dezembro de 1817. – Ill.mo e ex.mo sr. conde dos Arcos – O Conde do Rio Pardo.”.

Se estes factos e documentos não são bastantes para se ajuizar da physionomia caracteristica daquelle iniquo desembargador, lá vai ainda outro documento firmado pelo mesmo conde do Rio-Pardo, vulto ainda hoje lembrado com veneração por estes povos pela rectidã do seu espirito e dos seus actos:

“Ill.mo e ex.mo sr!. Entre as muitas acções absolutas que aqui tem praticado o desembargador Gonçalo de Magalhães Teixeira Pinto, não foi pouco escandalosa a da prisão do almatacé (sic) da villa de Margão Joaquim Antonio Rodrigues, pelo modo, motivo, e circumstancias expostas no incluso veridico requerimento de João Pedro Aranha Cotta Falcão, o qual vai acompanhado da informação da camara, da resposta do referido

⁸⁷⁵ “No processo não há senão apenas uma autuação do requerimento na qual tambem não consta em que consiste a injuria: —é ao processo que o conde chama auto”.

almatacé, a que ajuntou uma ordem daquelle ministro, mais de outra resposta do almatacé Paulo António da Conceição e da informação do mesmo ministro em que tanto atrapalha e nada se justifica.

“Este procedimento violento, que não é aqui singular na administração do sobredito desembargador, me parece lhe deve ser estranhado por determinação de s. magestade, a cujo Augusto Senhor se dignará fazer tudo presente para resolver como fôr do seu real agrado.

“Deus guarde a v.ex-a 13 de dezembro de 1817.

“Ill.mo e ex.mo sr. conde dos Arcos. – O Conde do Rio-Pardo.”

O cargo de ajudante da intendencia da agricultura exerceu Constancio Roque até o anno de 1834.

Foi eleito deputado pela India, para as primeiras côrtes constituintes em 14 de janeiro de 1822 junto com Bernardo Peres da Silva, e Antonio José Lima Leitão, e todos os tres saíram de Goa para Lisboa em 4 de março embarcando, junto com o conde do Rio-Pardo, na charrua Luconia. Chegados a Moçambique, os deputados Costa, e Peres embarcados em 22 de novembro na galera Flôr de Cintra se dirigiram a Lisboa via Rio de Janeiro, e o deputado Lima Leitão saíra poucos dias antes embarcado na galera Principe Regente.

Aportaram os primeiros dois na capital do Brazil em 16 de janeiro de 1823, e em 31 foram presos os ultimos dois Peres, e Lima Leitão, ignorando o motivo disto.

Dali a pouco os dois custodiados foram mandados a Lisboa onde foram postos em liberdade.

Constancio Roque reclamou perante o governo de s. magestade contra estas arbitrarías prisões pela sua representação de 18 de fevereiro de 1823, mostrando-se sentido porque o não tivessem tambem prendido uma vez que prenderam aos seus colegas.

Quando os tres deputados chegaram a Lisboa, as côrtes estavam dissolvidas com o golpe d'estado que soffreu a constituição, restabelecendo-se o governo absoluto. – Com tudo Constancio Roque não descançou: dirigiu ao soberano algumas representações expondo os males e as necessidades deste paiz, e uma dellas datada de 25 de junho de 1823 apparece publicada nos Quadros Historicos de Goa, cad. 3.a pag. 95.

Saiu de Lisboa em agosto de 1824 e chegou a Goa em principios de 1825.

Foi varias vezes vereador e presidente do antigo senado de Salsete, e serviu de juiz. Foi eleitor provincial por Salsete em ambas as eleições de deputados que houveram no seu tempo em Goa, isto é, em 1822 e 1827.

Era empregado publico dependente do governador: mas a influencia que tinha sobre os povos não lhe vinha da qualidade de funcionario, mas porque os povos o consideraram sempre como um dos seus tribunos; escolhido por elles eleitor provincial, não recuou diante da attitude do governador, e por ambas as vezes votou e trabalhou com o povo.

Pela segunda vez o proprio vice-rei D. Manuel de Portugal era o candidato apoiado pelo arcebispo S. Galdino, por toda a judicatura e por quasi todo o funccionalismo, e o candidato do povo era Bernardo Peres da Silva, que venceu com uma grande maioria.

Constancio Roque era amigo do vice-rei, e todavia o seu posto foi á vanguarda dos eleitores populares a favor de Bernardo Peres.

Eram tempos felizes em que a dignidade do homem, o amor da patria não se alienavam com o sorrir ou apertão da mão ou mesmo ameaças ou promessas ou dadivas das autoridades!

Sendo prefeito dos estados da India Bernardo Peres da Silva, nomeou seu secretario a Constancio Roque. (...) Sabem todos que em 1835 uma sedição militar derribou do poder o chefe do estado, o prefeito Bernardo Peres da Silva, que até a chegada do seu successor fixou a sua séde na praça de Damão; – que as principaes notabilidades do paiz estavam ex-patriadas ou homisiadas; – que a tyrannia campeou altiva ás mãos do governo intruso; – que sangue de victimas innocentes correu abundante pelo furor dos sediciosos, e Infandum, regina, jubes renovare dolorem.

Nessa sanguinolenta quadra, em que Goa toda enlutada se julgava em ultimo paroxismo de morte, os órgãos dos sediciosos eram a Chronica de Goa, e o Echo da Lusitania, cujo principal redactor era o ex-desembargador Manuel Felicissimo de Lousada, magistrado venal e corrupto, que por assim ser havia sido demittido pelo prefeito; e o órgão dos povos e da causa da legalidade era o Investigador redigido em Bombaim por um europeu o bem conhecido José Valerio de Capella.

A Chronica publicou um chamado Manifesto do governo intruso installado em Goa, no qual tendo feito, para deprimir Constancio Roque, referencia ao processo que Magalhães instaurou contra elle, a Refutação Analytica – folheto que foi obra de primeiras sumidades politicas, litterarias e honestas desta terra, e que combateu pr uma rigorosa analyse as calumnias e as insinuações maldosas do Manifesto” respondeu. (...)

Constancio Roque leccionou a jurisprudencia, e entre os seus discipulos contou os distinctos advogados Antonio Caetano Pacheco, Eusebio Mariano Goes, e o distincto pregador e professor da philosophia P.e Manuel Agostinho Lourenço.

Como disse no prologo, foi o primeiro que introduziu entre as senhoras indigenas o traje europeu: foi o primeiro que entre os indigenas introduziu o theatro que chegou a ter uma unica representação no dia 21 de fevereiro de 1830, – a dança europea, o idioma portuguez no trato domestico. E esforçou-se muito por inocular nos nossos os habitos europeus, elle que desde muito moço conviveu em sociedades mais elevadas e escolhidas dos europeus e descendentes.

Confeccionou uma estatistica bem trabalhada de Goa, que foi muito apreciada pelo governo, e elogiada pelos entendidos.

Entreteve relações d’amizade com as primeiras notabilidades do seu tempo. (...)

Constancio Roque, e Bernardo Peres da Silva, intimos amigos, ambos de mesmos principios, de character inabalavel, foram os primeiros caudilhos do povo: um e outro se puzeram á vanguarda da regeneração e progresso da nossa terra lutando contra as resistencias do obscurantismo, e contra os mandões d seu tempo; e se isto lhes grangeou entranhado amor dos povos que o idolatravam, e lhes deu importante posição social, tiveram de soffrer muitas perseguições dos tyrannos, cujas iras elles souberam arrostar. (...)

Em 1835, rebentada a segunda rebelião, depois da reacção que houve para reconduzir o deposto prefeito, Constancio Roque teve de entrar na secretaria geral e demorar-se algum tempo para segurar documentos dos mais importantes: isto fez, com que D. José Maria de Castro e Almeida, que o esperava com o escalor para partir para a Vingurlá, partisse.

Depois grossas escoltas andavam de aldêa em aldêa fazendo visitas domiciliarias ainda de noite em procura de Constancio Roque que pretendiam assassinar. Porém felizmente Goa toda estava compacta e presenceava Constancio Roque peregrinar d’um ponto a outro sem ninguem denunciar a sua estancia, e depois de assim errante por muitos dias conseguiu embarcar nas praias de Majordá com direcção a Bombaim e dali para a praça de Damão, aonde veio a fallecer em 34 do mesmo anno de 1835, longe dos cuidados da familia e longe da patria, gasto e consumido por causa da patria”⁸⁷⁶.

⁸⁷⁶ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 19 e ss.

Constâncio Roque da Costa casou no dia 14 de fevereiro com D. Ana Clara Constância Carlota Álvares da Costa⁸⁷⁷, filha de António do Rosário Gonzaga Álvares – “*fidalgo da casa real, medico abalisado, e capitão de milicias*”⁸⁷⁸ – e de D. Maria Esperança Josefa Álvares.

Tiveram numerosa geração, que passaremos a analisar. No que diz respeito aos filhos de Constâncio Roque da Costa sublinhamos o que já referimos relativamente à biografia do seu progenitor. O trabalho que vimos seguindo preferencialmente – a *Genealogia* publicada por Catão da Costa – tem propósitos claramente laudatórios⁸⁷⁹. Por isso há que confrontar as biografias extremamente lisonjeiras que aquele autor apresenta de si mesmo e dos seus irmãos com a análise demolidora feita por José Inácio de Loiola em *As Pêtas*⁸⁸⁰. Entre os elogios excessivos de Catão da Costa e os exageros mordazes de Loiola achar-se-á decerto uma versão mais aproximada da realidade.

9-I) D. Angelina Leopoldina Pulquéria da Costa, nascida no dia 21 de dezembro de 1819. De acordo com o biógrafo familiar foi “*senhora das mais instruidas do seu tempo*”. Casou com o “*medico e proprietario*” Joaquim Gregório Militão de Albuquerque. Este nasceu na Raia e teve por progenitores Francisco Xavier de Albuquerque, “*advogado e official da secretaria geral*”, e Rosália Parras. Tiveram numerosa descendência, da qual conhecemos apenas:

9-I-1) D. Maria da Glória de Albuquerque, casada com José Reinério da Piedade Pereira, da Raia⁸⁸¹;

9-I-2) Padre Camilo Constâncio de Jesus Maria de Albuquerque;

9-I-3) Padre Manuel João Sócrates de Albuquerque, nascido na Raia em maio de 1895 e falecido em Rachol no dia 9 de março de 1931. “*Após a sua ordenação, em 22-IX-1883, paroquiou as freguesias de S. Bartolomeu, de Chorão (1887-1895), de Assagão (1895-1915) e de Rachol (desde 1915 até à sua morte), tendo prestado relevantes serviços tanto no melhoramento dos templos como em obras de beneficência e de caridade. Colaborou frequentemente em diversos periódicos do País, e como escritor público e orador da tribuna sagrada foi dos mais distintos. O Hospício do Clero constituiu uma das suas maiores preocupações dos últimos anos, que a sua tenacidade conseguia erigir proporcionando-lhe, ao mesmo tempo, meios para se manter e para se desenvolver*”. Foi igualmente desembargador da Relação eclesiástica de Goa. Deixou várias obras publicadas, das quais se destacam os dois *sumários cronológicos dos decretos diocesanos do Arcebispado de Goa* (publicados em 1900 e 1922), as disputas com António Floriano de Noronha (Dr. A.F. de Noronha. *Autópsia dos seus pareceres*, 1920) e sobretudo *Os catorze artigos sobre a Misericórdia de Goa* (1922)⁸⁸²;

9-I-4) Joaquim José Maria de Albuquerque, advogado *provisionário* e substituto do juiz de direito de Damão;

9-I-5) António José Ponciano da Piedade de Albuquerque, advogado *provisionário*. Incompatibilizou-se com a sua família por motivos desconhecidos. Certo é que estas desinteligências extravasaram o âmbito familiar e encontraram eco nomeadamente nas páginas de “A India Portuguesa”. Ponciano abandonará o partido da sua família e das elites brâmanes em geral para se juntar aos chardós de José Inácio de Loiola. Assim se compreendem alguns textos

⁸⁷⁷ Atente-se no título Álvares, de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 3-X-2).

⁸⁷⁸ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 36.

⁸⁷⁹ O autor aliás admite-o: “*Como escudo contra a calúnia passada e presente detenho-me em esboçar em rapidos traços os filhos de Constancio Roque, principalmente com relação áquelles a quem essa calúnia tem aggreddido com mais arrojo*” – Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 37.

⁸⁸⁰ Loiola, José Inácio de (1875), 83 e ss.

⁸⁸¹ Referido no título Xavier, de Loutolim, ponto 6-V-3), a).

⁸⁸² Costa, Aleixo Manuel da (1997), o.cit., vol. I, 41 a 43, com detalhadas referências bibliográficas.

que publicou no jornal destes últimos, nomeadamente o intitulado *Os senhores Serra e Moura e Henriques Mendes*: “São atacados pela imprensa estes dous empregados publicos, cavalheiros de notaveis virtudes e muito habéis na sua profissão. Cabe-me dar a rasão disto. O primeiro, porque deu providencias á queixa que eu lhe dirigi contra os Costas, meus tios, que me espancaram e maltrataram cruelmente amarrando as minhas mãos com cordas grossas (rasú) e attentaram contra a minha vida disparando até um tiro de revolver; e por isso querem indispol-o com s.exa. o senhor governador geral d'este estado, para afastar a este do senhor Serra e Moura, e conseguirem os seus fins, e então O segundo, porque me tinha tratado com muita fineza e demais desejam talvez o pão deste aos filhos do tio Socrates, e vão escrevendo contra o nobre engenheiro a seu bel prazer. Aqui esta a rasão da gritaria do Ultramar e do Paiz contra os illustres cavalheiros. Ponciano d'Albuquerque”. As estas observações seguem-se as seguintes considerações, com o título *A lua e o cão*: *A lua passa altiva e serena pelo ceo, e o cão uiva e roga pragas contra a lua, o que a não incommoda. Estam no caso da lua os srs. Antonio João Rodrigues e José Ignacio de Loyola, estes illustres cavalheiros e doutos na medicina, respeitados nesta comarca pelas suas virtudes, talentos e conhecimentos scientificos. Andam mansos e pacíficos sem incomodar a pessoa nenhuma e trabalhando ao bem do proximo e do paiz. E o meu tio Catão grita semanalmente como se fôra Cão-Catão, insultando estes nobres senhores que o incommodam pelas suas virtudes. Grite o Cão seja Catão seja quem fôr, não incomoda a lua. Ponciano de Albuquerque*”⁸⁸³;

9-II) BERNARDO FRANCISCO DA COSTA, que segue;

9-III) Jerónimo Salvador Constantino Sócrates da Costa, que nasceu a 24 de março de 1822. De acordo com o biógrafo da família: “*estudára o curso completo de engenharia e de marinha na escola mathematica e militar de Goa; e obteve cinco primeiros premios e um segundo nos annos lectivos e tres segundos premios e um honorifico no desenho. Quando em 1851 vagou a 2.a cadeira pelo fallecimento do distincto lente Diogo de Mello Sampaio, Socrates, que era o alumno o mais habilitado da escola, requereu ser nomeado lente nesta vagatura; mas não foi deferida a pretensão porque a isto se oppunham as disposições da portaria do ministerio da marinha e ultramar n.o 1412, que determinavam fossem lentes só officiaes do exercito. – Esta portaria nunca foi publicada na folha official, prejudicando com isto a carreira dos que em boa fé se dedicaram com aturado estudo de 7 longos annos, as disciplinas daquela escola. Socrates voltou a sua attenção para outros misteres. É agente da succursal de Goa do Banco Nacional Ultramarino de Lisboa. Os seus conhecimentos na engenharia são aproveitados utilmente em muitas obras da villa, e consultados pelas autoridades para as obras pertencentes ás associações agricolas (communidades). Além deste trabalho, e do serviço da agencia da succursal do Banco Ultramarino, a sua occupação habitual é e tem sido interpoladamente a agricultura, o ensino da arithmtica, geometria e algebra; o commercio, a laboração do aparelho de distillação, da moenda de canas, a direcção do theatro Harmonia, etc. José da Costa Campos director da escola mathematica e militar e engenheiro consumado de honrada memoria, vendo já montado o complicado apparelho de distillação continua, fez, de admirado, uma apologia a que só com a planta á vista assentou com toda a perfeição aquella machina. – A admiração de cavalheiro tão competentissimo muito abona o engenho de Socrates. Nas lides politicas Socrates tem sido sempre incançavel pela causa do paiz alliando a paciencia e a prudencia com o vigor, energia, e firmeza da acção. Escreve raras vezes para a imprensa. Os seus escriptos são conceituosos, lógicos, e tão brandos e frios como frio e brando é o seu temperamento. A perseguição politica não deixou de attingir Socrates apezar da sua brandura e prudencia. Em 1853 sendo elle vogal da comissão recenseadora, á ordem do governador v. de Ourém, que se afogára nas eleições, foi processado junto com mais vogaes, se bem que este passo vingativo do poder não medrou porque á testa da justiça de Salcete estava um juiz rectissimo e rigido, incapaz de ceder ás paixões caprichosas do governador: era Augusto Henriques Ribeiro de Carvalho que nessa*

⁸⁸³ In “A India Portuguesa”, ano XIV, nº 700, 30 de maio de 1874.

quadra violenta escudou esta comarca. Em 52, quando a força armada, pela ordem do governador, prendêra nesta villa Antonio Aleixo Furtado pelo crime de não ter querido pagar o ilegal e desigual emprestimo forçado lançado por aquelle governador, Socrates e mais alguns habitantes da villa, contra quem tambem por este motivo havia ordens de custodia, entregaram-se à prisão, e foram conduzidos a Pangim ao quartel da guarda municipal e dali ao palacio á presença do governador, que depois de convencer-se da resolução firme em que os capturados estavam em não lhes deixar extorquir dinheiros por mais que os atormentasse, pôl-os em liberdade”⁸⁸⁴.

Casou a 25 de fevereiro de 1859 com D. Idalina da Piedade Felicidade Álvares, filha de Pedro António Constantino Álvares e Maria Leonor de Sousa.⁸⁸⁵ Com geração, da qual destacamos o médico **Jerónimo Constantino Sócrates da Costa** e o engenheiro **Bernardino Camilo da Costa**. Este nasceu em Margão no dia 8 de setembro de 1866 e aí morreu a 12 de janeiro de 1940. *“Concluído o curso de engenharia civil na antiga Escola do Exército de Lisboa regressou a Goa exercendo, por alguns anos, o lugar de condutor das Obras Públicas. Foi depois nomeado director da Repartição de Agrimensura, em que se aposentou, em 1927, por limite de idade. Foi vogal do Conselho do Governo, desempenhando, além disso, variadas comissões de serviço, em que deu provas da sua grande inteligência. Tomou parte activa nos Congressos Provinciais da Índia Portuguesa e foi presidente do 9.º Congresso. Sob a sua iniciativa foram, pelo Governo, criadas as Caixas de Crédito Rural, de que foi também administrador. Era muito versado em assuntos económico-sociais, tendo deixado larga colaboração em O Ultramar, de que foi, em tempos, um dos redactores”⁸⁸⁶.* Casou com a sua prima D. Maria Helena da Costa⁸⁸⁷;

9-IV) Caetano José Aristides da Costa, o qual nasceu a 28 de setembro de 1826. De acordo com o seu irmão Catão: *“estudára o curso medico-cirurgico, e obtivêra os primeiros premios em todos os annos do tirocinio escolar. Sendo o primeiro escolhido no concurso por escripto para o lugar de cirurgião militar, serviu em cirurgião ajudante e cirurgião-mor em quasi todos os corpos de Goa, e nas praças do norte, e nelles e nestas mereceram estima o seu character e a sua pericia profissional. Pouco se tem entregado a lutas politicas; mas nas que tem entrado tem-se sustentado com vigor, coragem, e habilidade; e em 1852 a 54 o nobre v. d’Ourém via nelle um poderoso adversário politico porque querido em Bardez (pertencia então ao corpo estacionado em Mapuçá) a sua influencia incommodava ao governador, que para o afastar d’aquella comarca n’uma das conjuncções eleitoraes o mandou para N. Conquistas. Por essa prevenção não lhe deferiu a pretensão de substituir uma das cadeiras vagas da escola medica apesar de ser alumno o mais distincto, e o preteriu por um alumno do seu anno que tinha inferiores habilitações. – E em 1867 por motivos eleitoraes não ficou salvo da perseguição do juiz Macario, que o processára. Em 1861, sendo cirurgião-mor do corpo estacionado em Margão, obtivera ser collocado em disponibilidade sem vencimento, estabelecêra a residencia nessa villa onde nasceu e continúa a estar. É muito procurado como medico, e principalmente para as conferencias, porque se presta pouco a se incumbir de doentes por causa da sua má saude. Tem servido algumas vezes como presidente da assemblêa geral e da direcção do monte-pio geral de Goa com muito zelo e vantagem do estabelecimento. Os seus escriptos são convincentes e amenos. – A elles se deve a cessação da abusiva cobrança ou antes extorsão dos direitos illegaes dos encartes dos prasos da corôa e a modificação do vexame dos vêttes ou levas forçadas dos carros de Damão. A opposição ao actual governador Macedo e Couto o dá como redactor do jornal “O Paiz”, propriedade do sympathico cavalheiro e medico-cirurgião Caetano Manuel Ribeiro. Se effectivamente além das pennas deste e d’um dos seus irmãos, pennas que conheço serem habeis, entra no Paiz a penna de Aristides da Costa, faz-lhe isto muita honra; pois em phrase corrente, branda, e delicada, que falla á cabeça e ao coração, e por meio de logica cerrada dos seus sublimes artigos, o Paiz*

⁸⁸⁴ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 46 e ss.

⁸⁸⁵ Veja-se o título Álvares, de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 3-VII-1), d).

⁸⁸⁶ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 255 e 256, com indicação da obra publicada pelo biografado.

⁸⁸⁷ Veja-se *infra* ponto 9-IV-4).

tem prostrado os seus adversarios, e apertado os vaidosos dentro dos circulos de ferro, d'onde é impossivel a saída”⁸⁸⁸.

Casou com D. Ana Maria Esmeralda Adelina Joana de Melo, da Raia. Esta senhora era filha de Vitorino Caetano Vito de Mello e de Rita Esperança Querubina Mascarenhas

Tiveram:

9-IV-1) Francisco Xavier da Costa, o qual era “*L. M. & S., (Bombaim, 1887), M.R.C.S. e L.R.C. P. (Londres, 1888), e F.R.C.S. (Inglaterra, 1890)*”. “*Foi médico interno do Charing Cross Hospital, de Londres, por 6 meses (1888), “Surgical Registrar do mesmo hospital por 15 meses (1889), médico interno do St. Peter’s Hospital for Stone, de Londres, por 9 meses (1891), e prelector de cirurgia na mesma cidade, donde regressou á Índia em Setembro de 1904; continuando a exercer a sua profissão em Margão, onde foi também director da Clínica Cirúrgica do Hospício até 1908, em que, no mês de Abril, partiu para Bangalore, onde se estabeleceu, sendo em 1915 nomeado médico-director do Hospital de Santa Marta, daquela cidade. Operador dos mais distintos, o dr. Fred. W. Mott dizia, em 1894, que ele era já então “a most accomplished practical surgeon*”⁸⁸⁹. Casou com a sua colega e conterrânea D. Maria Emelina da Cunha, filha de José Gerson da Cunha e de D. Ana Rita da Gama⁸⁹⁰. Com geração;

9-IV-2) D. Ana Esperança Rita Matilde da Costa, a qual casou com Caetano Francisco Filomeno de Figueiredo, de Loutolim⁸⁹¹. Com geração;

9-IV-3) Constâncio Roque da Costa, nascido em Margão no dia 9 de junho de 1858 e aí falecido a 3 de junho de 1934. “*Hábil diplomata e estadista de largas vistas (...). Feitos os preparatórios em Goa, seguiu em 1884 para Lisboa, onde fez, com brilho, o Curso Superior de Letras. “Seguiu depois para Paris, onde frequentou a Escola de Ciências Diplomáticas e Políticas. De regresso a Portugal, em 1889, entrou, por concurso, na carreira consular e foi nomeado para os consulados de Pretória e Banana, de que não chegou a tomar posse. Foi depois encarregado da gerência do Consulado-Geral de Portugal em Buenos Aires, exerceu as funções de encarregado de negócios, interino, nas repúblicas da Argentina e do Uruguai. A 4-VII-1907 foi promovido a cônsul de 1.ª classe e colocado na Direcção-Geral dos Negócios Comerciais e Consulares do Ministério dos Estrangeiros e nomeado chefe da secção da mesma direcção por portaria da mesma data. A 31-III-1909 foi graduado em enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de 2.ª classe”. Como diplomata a ele se deve, em grande parte, o bom êxito de várias missões diplomáticas de que foi encarregado pelo Governo, mormente a questão conhecida pelo nome de “Viagens Rápidas” e a de obter a combinação para o serviço do “Sud-Express” diário de Lisboa a Paris. Em 1910, após a proclamação da República, ocupava o cargo de director-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, continuando, porém, dentro da sua ideologia política. Foi preso em 1913 como implicado na tentativa monárquica de 21 de Outubro desse ano. Afastado do serviço público regressou definitivamente, em 1916, a Goa. A sua acção jornalística foi das mais notáveis. Colaborou em diversos jornais, mormente em O Ultramar, Comércio de Portugal, Jornal do Comércio e das Colónias e Heraldo. Quando da chamada Questão da Índia, em 1895, dirigiu o Universal, jornal fundado pelo conselheiro Júlio de Vilhena, logrando com a sua tenacidade levar de vencida todos os jornais que atacaram a Índia e os seus filhos como implicados na revolta. E tão completa luz fez sobre esta “revolta” que se sujeitou a ser ferido em plena Avenida da Liberdade. Mas esse incidente não o esmoreceu, pelo contrário, levou-o a bater-se com redobrada resistência em defesa dos interesses da Índia, que representava. Era sócio da Academia das*

⁸⁸⁸ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 48 e 49.

⁸⁸⁹ Cunha, António Maria da (1925), o.cit., 78 e 79.

⁸⁹⁰ Veja-se o título Cunha, de Arporá, ponto 8-I).

⁸⁹¹ Veja-se o título Figueiredo, de Loutolim, ponto 7-I).

Ciências de Lisboa e do Instituto Vasco da Gama e agraciado, entre outras, com a comenda da Legião de Honra francesa, de grande oficial da Cruz Vermelha da Prússia e da Águia Vermelha da Alemanha”⁸⁹²;

9-IV-4) D. Maria Helena da Costa, que casou com o seu primo Bernardino Camilo da Costa⁸⁹³. Foram os pais de:

a) Jerónimo Salvador Constantino Sócrates da Costa, comumente conhecido por **Sócrates da Costa**. “*Notário e deputado*”, nasceu em Margão no dia 28 de março de 1898. “*Após a sua formatura em Direito pela Universidade de Coimbra em 1925 exerceu as funções de professor do Liceu Rodrigues de Freitas e da Escola Oliveira Martins, no Porto. Mais tarde foi notário na comarca de Caminha e vogal da comissão distrital da União Nacional de Viana do Castelo. Em 1935 foi, mediante concurso, nomeado notário do concelho de Goa, onde exerceu funções até 1957. É deveras notável a sua actuação política no seio da União Nacional como presidente da comissão provincial deste Estado. Foi também presidente da Câmara Municipal de Goa, tendo deixado vários melhoramentos no activo da sua presidência. Na qualidade de comissário da Mocidade Portuguesa da Índia Portuguesa, em cujas funções entrou desde a sua criação neste estado, revelou notáveis qualidades de organizador, tendo feito parte do Conselho de Instrução Pública. Foi deputado pela Índia em várias legislaturas e desde 1957 pelo círculo do Porto, Em 1957 foi nomeado delegado do Governo junto do Banco de Angola e comissário nacional adjunto da Mocidade Portuguesa para o Ultramar. Por motivos da sua retirada para a Metrópole, onde ia desempenhar aquele importante cargo e também representar o círculo do Porto como deputado na Assembleia Nacional, os dirigentes da Mocidade Portuguesa e da União Nacional promoveram várias sessões de homenagem, descerrando o seu retrato a óleo na sede da Mocidade, da autoria de Inácio Vaz. Possuía a comenda da Ordem de Instrução Pública e era sócio efectivo do Instituto Vasco da Gama. Faleceu no dia 10-IX-1959 nos Estados Unidos do Norte, aonde se deslocara em serviço do País como membro da delegação portuguesa à Organização das Nações Unidas. Foi condecorado, a título póstumo, pelo Governo da Nação, com a Ordem do Império*”⁸⁹⁴

9-V) António Anastásio Bruto da Costa, “*Advogado e jornalista, nasceu em Margão a 29-II-1828 e aí faleceu a 24-IV-1911, com 83 anos de idade, de uma vida toda de trabalho entre o foro e o jornalismo. (...) Advogado nas praças do Norte, regressou depois de alguns anos a Margão, onde desde logo foi recorridíssimo, pois era muito versado na jurisprudência e legislação e conhecia, como raros, as questões locais. Cooperou com o seu irmão, o deputado Bernardo Francisco da Costa, na fundação de O Ultramar, que foi o primeiro periódico que se imprimiu no país, em tipografia particular. Em 1867, com a partida desse seu irmão para a Metrópole, assumiu a direcção política daquele periódico e durante 43 anos em que o redigiu versou com superior competência todos os assuntos da administração pública, advogando com dedicação outros que interessavam ao país. Espírito profundamente esclarecido e polemista vigoroso, os seus vastos conhecimentos deram ao periódico que redigiu a autoridade que gozava na imprensa do país e à sua opinião a consideração que tinha perante os poderes públicos*”⁸⁹⁵. Para além da larguíssima colaboração que deixou nas páginas de “O Ultramar”, Bruto da Costa publicou dois livros importantes para a história de Goa e das suas elites nos séculos XVIII e XIX. Falamos por um lado no trabalho *As comunidades agrícolas de Goa. O que foram, o que são, e o que devem ser* (1879) e *Goa sob a dominação portuguesa: o que era, o que chegou a ser, o que é hoje, e para onde marcha* (2ª

⁸⁹² Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 264 e ss. O autor enumera as suas várias publicações, das quais destacamos *O tratado anglo-português de 26 de Dezembro de 1878* (Margão, 1879) e *Les communautés des villages à Goa. Mémoire présenté à la X.e session du Congrès International des Orientalistes* (Lisboa, 1892).

⁸⁹³ Veja-se *supra* ponto 9-III).

⁸⁹⁴ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 284 e 285.

⁸⁹⁵ Costa, Aleixo Manuel da (1997), 252 e 253. Aí se indica a obra completa do biografado.

ed., revista e muito aumentada, de 1897). Acrescenta o biógrafo familiar: “Antonio Anastasio Bruto da Costa estudára com distincção a jurisprudencia com o seu irmão Bernardo Francisco da Costa. Obtivera carta de advogado para Diu em 1855 com a clausula expressa de ser collocado nos auditorios de Goa na premeira vagatura. Annos depois tendo adoecido regressára para Foa com licença da presidencia da Relação – e por causa da politica da familia Costa, e de ser o responsavel do Ultramar, nas vagas que houveram e nas enxurradas de cartas que começaram de pois da eleição de 11 de agosto de 1864 não foi contemplado Bruto da Costa, sendo preterido até 1865. Eram muitos annos de preterição, porque Bruto da Costa e os irmãos não sabiam transigir com politicas adversas ao interesse do seu paiz, e porque o Ultramar era forte e firme nas suas doutrinas. Em 1865, depois que o nobre c. de Torres Novas se retirou, o presidente da Relação J. M. de Sequeira Pinto, pelo seu guarda-mor, escreveu a Bruto da Costa para promover a sua apostilla no auditorio de Salsete, e este respondeu que a não podia aceitar sem se lhe dar a antiguidade que lhe competia segundo a clausula imposta quando aceitou o diploma para Diu. – Foi, pois, apostillada a carta cumprindo-se a clausula e dando-lhe essa antiguidade. É dos advogados mais procurados e bem conceituados de Salsete. Desde 1859 até parte do anno 1867 a redacção politica principal do Ultramar ficava a cargo de Bernardo Francisco da Costa. – Mezes antes da partida deste para Lisboa ella passou de todo a Bruto da Costa. O elogio da sua penna e da firmeza das suas idéas, estando nas proprias columnas do Ultramar é escusado que me detenha neste ponto. Assim como Constancio Roque tivera contra si um juiz-parte o celebre Magalhães, Bruto da Costa, seu filho, teve contra si um outro Magalhães, o juiz de direito de Salsete o sobredito Macario de Sousa Pinto Cardozo, o qual querendo castigar nelle o advogado enérgico e o jornalista forte criou crimes politicos onde os não havia, processou-o e o pronunciou sem fiança em 1867. A iniquidade caiu ante a justiça do tribunal da relação, e o juiz faccioso caiu tambem ante o governo da metropole em consequencia das accusações documentadas do governador geral, da presidencia da relação, e do deputado Bernardo Francisco da Costa. (...)”⁸⁹⁶. Bruto da Costa escreveu largamente sobre a reforma do exercito que é hoje saudada pelo paiz como uma realidade vinda das mãos do benemerito ministro Jayme Constantino de Freitas Moniz, cujo nome hade ser em Goa repetido ainda pelos vindouros com o mesmo estremecimento e devoção como até hoje o é o nome do grande marquez de Pombal. Os seus escriptos luminosos sobre essas reformas valeram-lhe insultos e ruindades desgraçadas, acolhidas por aquelles que construíram altares para mesquinhos odios, que adoram com o fervor com que talvez o santo não adora Deus!... Falhando o tentame do insulto escripto chegou-lhe á porta uma trindade de inferiores (militares) com cartazes do maior linguareiro e um dos maiores fazedores de Volvoy e de Marcella, que conheceu por experiencia que se era muito infeliz nos escriptos, mais infeliz era na ostentada vida de espadachim. Bruto da Costa não acobardou durante a crisde de Volvoy e Marcella: com valor e dignidade fulminou ambas as sedições. Bruto da Costa é muito fleugmatico, incançavel no trabalho de advogado, de jornalista, de agricultor, e de commerciante: chega para tudo: é tanto mais forte, quanto mais ultrajado. Leccionou, antes de ir a Diu, por algum tempo a jurisprudencia. Confeccionou e publicou o *Summario Chronologico das peças officiaes publicadas na Chronica de Goa e Boletim desde a sua fundação (1835) até 1860*; – anotou o *codigo dos usos e costumes das N. Conquistas*, – a *carta constitucional* e o *acto adicional*”⁸⁹⁷.

Casou no dia 17 de fevereiro de 1857 com D. Augusta Maria Petornila de Melo, irmã de sua cunhada Ana Maria Esmeralda Adelina Joana. Após o falecimento desta senhora, em agosto de 1859, casou segunda vez no dia 24 de janeiro de 1865 com D. Maria Clotildes dos Santos Vaz – a qual era “filha do advogado e administrador deste concelho de Salsete Agostinho da Piedade dos Santos Vas, e de Joanna Emilia Flaviana Furtado”⁸⁹⁸. D. Maria Clotildes era assim irmã de: **D. Maria Amélia Virgínia Herodiana dos Santos Vaz**, casada com Camilo Vicente do Rosário Álvares da Costa⁸⁹⁹; **D. Maria Guilhermina dos**

⁸⁹⁶ Em seguida Catão da Costa transcreve um longo artigo com o qual Bruto se procurou defender das acusações que lhe foram lançadas.

⁸⁹⁷ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 49 e ss. O autor termina com a transcrição de uma carta “publicada no Ultramar n.º 740 de Francisco Assiz Fernandes nosso patricio, que já foi senador e occupou primeiros cargos em macau, vulto que pelo seu profundo saber e reconhecido patriotismo e honradez, é respeitado na metropole, em Goa, em Macau, em Bombaim e Hongkong”, graças à qual considerava poder-se “ajuizar em que conceito de homens de bem estão Bruto da Costa e os seus pais e irmãos”.

⁸⁹⁸ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 37.

⁸⁹⁹ Veja-se o título Álvares, de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 3-VII-1), c).

Santos Vaz, que casou com Filipe Nery Floriano Álvares⁹⁰⁰; e **José Francisco Xavier Constantino Agostinho da Natividade dos Santos Vaz** (comumente conhecido por **Agostinho da Piedade dos Santos Vaz**), nascido em Margão em 1868 e matriculado na faculdade de direito da universidade de Coimbra em 1888⁹⁰¹.

António Anastásio Bruto da Costa teve apenas uma filha do primeiro casamento e larga geração do segundo. Deste conhecemos:

9-V-1) Manuel Vicente Bruto da Costa, capitão de mar-e-guerra;

9-V-2) António Anastásio Bruto da Costa, nascido em Margão no dia 5 de junho de 1877 e falecido em Lisboa a 17 de dezembro de 1957. *“Após a sua formatura em direito pela Universidade de Coimbra, foi colocado, em 1907, como conservador em Quepém, onde exerceu o lugar até 1912. Neste mesmo ano foi nomeado delegado em Bardês e promovido, em Outubro de 1914, a juiz da 1.ª instância com colocação em Cabo Delgado, onde permaneceu até 1919, sendo depois transferido para as Ilhas de Goa. Promovido em 1923 a juiz da 2.ª Instância, continuou em Nova Goa. Em 1933 foi agregado à Relação de Lisboa, sendo reintegrado na magistratura ultramarina e colocado novamente em Goa em 1934. Aposentou-se neste cargo em 1946. Foi também vogal do Tribunal Administrativo. Por portaria de 4-IV-1925 foi incumbido pelo Governo de proceder a uma sindicância à administração das Comunidades das Ilhas de Goa, cujos relatórios publicou. Colaborou no Heraldo, e na Metrópole no Diário da Manhã e Diário Popular”*⁹⁰²;

9-V-3) Bernardo Francisco Bruto da Costa, coronel médico. Nascido em Margão no dia 22 de agosto de 1878 e falecido em Lisboa no mês de agosto de 1948. *“Feitos os preparatórios em Goa formou-se na Escola Médica de Lisboa. Tirou também o curso de Medicina Tropical passando depois a fazer serviço no quadro sanitário do Ultramar. “Foi chefe das missões do combate à doença do sono na ilha do Príncipe de 1911 a 1915 e em Benguela de 1916 a 1918. Foi director do Hospital de S. Tomé, presidente da Câmara Municipal, administrador do concelho da mesma ilha e juiz substituto no tribunal. Além de chefe da campanha contra a doença do sono, em que prestou valiosíssimos serviços, fez parte da Comissão de Governação e Saneamento das ilhas de S. Tomé e Príncipe. Tomou parte no Congresso Médico de Luanda e deve-se à sua ciência segura e esforços persistentes a destruição da mosta tsé-tsé, veículo da doença do sono na ilha de S. Tomé. Por esta benemérita campanha mereceu em 1910 a medalha e ouro de serviços distintos e relevantes prestados à Ciência, à Pátria e à Humanidade. Além da merecida distinção a que nos referimos, possuía a medalha militar de assiduidade de Serviço Ultramarino, a grã-cruz do oficialato de Avis, a medalha militar de prata de Comportamento Exemplar, a medalha do Império Colonial Português e a medalha de Isabel a Católica, de Espanha. Foi governador de S. Tomé no governo nacionalista”*⁹⁰³;

9-V-4) Roque Bruto da Costa;

9-V-6) Brás Condorcet Bruto da Costa, advogado *provisionário* e diretor do Hospício de Margão. Casou com D. Rosaura Rodrigues Chicó. Foi filho deste casal:

a) António Anastásio Bruto da Costa, nascido em Margão no dia 9 de agosto de 1902, morreu nessa mesma cidade a 16 de agosto de 1984. Foi advogado *provisionário* e sobretudo jornalista: *“Com a morte do Dr. Inácio Manuel de Miranda, redactor de O*

⁹⁰⁰ Id., ponto 5-IV-1).

⁹⁰¹ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Agostinho da Piedade dos Santos Vaz).

⁹⁰² Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 252 e ss.

⁹⁰³ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 259 e ss. O autor segue de perto a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

Ultramar, redigiu o semanário de 1933 até à sua suspensão em 1941, Desde este ano até 1946 foi vogal do Conselho do Governo, tendo visitado a metrópole quando das festas de canonização de S. João de Brito, em 1947. Tem colaboração dispersa pelos jornais A Vida e Herald sobre assuntos de carácter político-social”⁹⁰⁴;

9-V-7) Francisco Roberto Bruto da Costa, que nasceu em Margão cerca e 1888 e aí morreu no dia 3 de março de 1930. Advogado *provisionário*, dedicou-se acima de tudo ao jornalismo e à vida política. “Com pouca instrução inglesa seguiu, ainda novo, para África, onde foi funcionário do consulado americano de Lourenço Marques. Após o seu segundo regresso daquela cidade dedicou o melhor da sua atenção a O Ultramar, periódico da família, em cuja redacção entrou como secretário e deixou dispersa pelas suas colunas interessante e substanciosa colaboração. Colaborou ainda em muitos outros jornais e nos diversos “In memoriam”. Foi vogal do Conselho Legislativo e depois do Conselho de Governo, pondo sempre ao serviço da causa pública o seu denodado esforço e o vigor da sua inteligência. Representou em 1924, juntamente com Meneses Bragança, a Índia Portuguesa no segundo Congresso Colonial, reunido em Lisboa, desempenhando essa missão com nobreza e envidando os seus esforços pelo bem-estar do seu país, quer naquela assembleia, quer na imprensa metropolitana, onde versou os mais palpitantes assuntos relativos à Índia. Foi dos mais denodados campeões dos Congressos Provinciais da Índia Portuguesa, de que foi vogal e depois secretário-geral, dando-lhes o seu valioso tributo. Foi também, por algum tempo, presidente da direcção da Associação Comercial de Goa”. Publicou vários trabalhos, de entre os quais destacamos um estudo que consideramos importantes desde logo como reflexo das relações existentes entre as elites *descendentes* e as elites *naturais* católicas: Para a história política da Índia Portuguesa. A hidra do “nativismo”, Rebatendo a calúnia de “independência de Goa”, “domínio inglês”, “ódio aos brancos” e “aniquilamento da colónia portuguesa” (1920)⁹⁰⁵. Casado e com geração;

9-V-8) D. Leopoldina Antónia Camila da Costa, nascida em Margão. Casou com o seu conterrâneo Frederico Francisco Xavier Ligório Raimundo Rebelo, filho de Caetano Francisco Rebelo e de Cândida Floriana Margarida Ferrão.

Tiveram:

a) António Artur da Piedade Rebelo, nascido em Margão a 21 de outubro de 1888 e aí batizado cinco dias depois. Matriculou-se em direito na universidade de Coimbra no dia 2 de outubro de 1908⁹⁰⁶;

9-V-9) D. Constança Idalina Bruto da Costa, que casou com Bruno Filomeno de Figueiredo, de Loutolim⁹⁰⁷;

9-VI) Joaquim Bernardino Catão da Costa, nascido em Margão a 18 de fevereiro de 1829 e aí falecido em fevereiro de 1898. Foi professor particular de direito (sem porém jamais ter obtido *provisão* para advogar) e jornalista. “Por muitos annos deu lições de direito em Margão, em cursos particulares, deixando numerosos discípulos. Redigiu de 1888 a 1889 a folha semanal A Democracia, que se publicou em Margão. Defensor acérrimo da extinção das Comunidades, teve que sustentar polémicas renhidas com os seus adversários em periódicos, Boletim do Governo e panfletos”⁹⁰⁸. Parte da obra que publicou em volume prende-se efetivamente com o debate do destino das comunidades. Catão incluiu uma longa nota autobiográfica na *Genealogia*. Aí pode ler-se, designadamente: “depois de preliminares, frequentou

⁹⁰⁴ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 254.

⁹⁰⁵ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 282 e ss.

⁹⁰⁶ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (António Artur da Piedade Rebelo).

⁹⁰⁷ Veja-se neste anexo o título Figueiredo, de Loutolim, ponto 7-II).

⁹⁰⁸ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 274 e 275.

a escola mathematica militar de Goa. Em consequencia do ataque apoplectico que tivera na continuação do 1.o anno lectivo e de desenho não pôde concluir o curso e prestar os exames. Mas do conceito que mereceu ao seu professor podem dar testemunho os seus collegas srs. João de Mello Sampaio, lente que foi da dita escola e o é actualmente do instituto profissional, Caetano Manoel Mendes 1.o tenente da extincta artilheria e actualmente administrador fiscal interino da 4.a divisão, e o 1.o tenente do corpo de policia Agostinho José de Motta. Impossibilitado por alguns annos da mais pequena applicação intellectual que lhe foi prohibida pela medicina, dera o seu tempo ao ensino de arithmetica, geometria, algebra, astronomia, e geographia, e ao entretenimento de horticultura. Bom dos seus padecimentos applicou-se aos estudos de jurisprudencia, da qual não prestou exames nem solicitou diploma; – mas foi e ainda é muito recorrido para a direcção das causas. Ensinou a jurisprudencia desde 1855 até 1871, e tem discipulos advogados em quase todos os auditorios da jurisdição da relação de Goa, inclusivé em Macau, e muitos delles distinctos que honram a si e ao mestre. Fôra seu mestre na jurisprudencia o seu primo e amigo o advogado Faustino Maria Lourenço. Catão animado e ajudado pelo advogado Joaquim Filippe da Piedade Soares papeleava, tinha clientes, e ganhava honradamente o seu honorario – sem contudo abandonar o bofete de Soares, onde achava vasta lição pratica e resolução de muitos problemas juridicos. Havia nesse tempo uma luta eleitoral aberta e forte entre o governador visconde d'Ourém e o povo. Soares era o patriarca popular. Catão muito novo ainda, inspirado nas tradições da familia, no exemplo de Soares e do seu irmão Bernardo Francisco – nas theorias patrioticas e cheias de fogo de muitos cavalheiros que pejavam a sala de Soares e nas maximas de Cicero e Horacio, e arrastado pelo = dulce et decorum est pro patria mori = virgem de quaesquer pensamentos de interesse individual entregara-se á politica sob a direcção de Soares. Não olhava para o trabalho – para as despesas – para as vigalias e sacrificios: corria de continuo dos paços da camara municipal para a casa de Soares, desta para as aldêas e para onde fosse necessario para animar, confortar, e destruir a defecção ou esfriamento que o medo ou interesses individuaes e a corrupção iam produzindo. Os partidarios se julgavam com direito aos serviços gratuitos da sua profissão: – os boiás, o papel, os portes para Bombaim que não eram os modicos d'hoje, &c., absorviam-lhe uma grande parte das suas economias. Catão perdia, pois, tempo, trabalho, e dinheiro assim como os seus irmãos e Soares. Catão estava cego pelo dulce et decorum est pro patria mori. Catão incommodava o governador eleitoral que o sentenciava no seu gabinete a ser recrutado e depois chibateado – Catão para este fim foi preso em setembro de 1853; mas a favor do sossobro dos soldados (sossobro que produz a convicção da innocencia da victima votada ao holocausto) – e da força que dá o instincto de cada qual se salvar, pôde desembaraçar-se das mãos da escolta e evadir-se, e andou homisiado e retirado desde a data da sua prisão e evasão até á saída de Goa do v. d'Ourém que teve lugar em maio de 1855. Em novembro desse anno veio governar a India Antonio Cezar Corrêa de Vasconcellos conde de Torres Novas. A sua governação era abençoada pelos povos até a memoravel eleição de agosto de 1861. – Catão era seu amigo e admirador: educado na provincia sem habitos cortesãos fallava ao nobre conde com a franquesa de provinciano, e o conde convencido de que Catão lhe dizia com pureza e sem rodeios a verdade dedicou-lhe amizade paternal. O nobre conde lhe offereceu duas vezes cargos administrativos, e Catão não aceitou. Tratava-se com quazi todos os altos funcionarios do seu tempo, de que possue documentos insuspeitos assignados entre outros pelo finado J. M. de Sequeira Pinto então presidente da relação, e com tudo não solicitou carta de advogado sendo que nessa epoca, como agora, dirigia causas em larga escala. Era este proveito pessoal que auferia de não querer cargos administrativos do governador, e um diploma profissional do presidente da relação, sendo amigos ambos, e desejosos de o proteger! Entre os annos de 1853 até 1864, Catão como tributo á politica advogava gratuitamente as causas de grande parte dos seus clientes que davam um voto a causa publica. Esse voto era lucrativo para elles, e dispendioso para Catão, aos quaes este se constituia na obrigação eterna de serviços gratuitos por causa d'um voto que pedira e obtivera. Á maior parte dos seus discipulos tambem não recebeu nada. Era o seu proveito pessoal todo este fructo da politica!! ... Quando os acontecimentos de agosto de 1861 tornaram incompativel o Ultramar com a governação do nobre conde, Catão não tendo podido obter a conciliação e acordo que solicitou do redactor do Ultramar em 1862, acordo que o nobre conde desejava, muito pouco escreveu para os jornaes; e quando

escrevesse alguma coisa no Ultramar ou na Harmonia era sobre assumptos não politicos ou para defender ao nobre conde, das arguições da India que desde o principio o hostilizou; e esta defesa tomou-a sem assignar nos seus artigos, e o defendido nunca descobriu a mão de quem lhe vinha a defesa. Francisco Luis Gomes então deputado fazendo corpo com o Ultramar accusára no parlamento os acontecimentos de 11 e 12 de agosto de 1861, e comprára um inimigo na pessoa do nobre conde, de tqvasi todos os altos funcionarios, e das corporações militares, que representaram veementemente contra o mesmo Gomes e a favor da governação do nobre conde. Essas representações corriam a busca de assignaturas, e nenhuma obtiveram dos irmãos Costas. Em fevereiro de 1864, tendo havido eleição quis o governo (...) excluir do parlamento F.L. Gomes e substitui-o pelo doutor Agostinho Vicente Lourenço. Catão apesar de amigo sincero do conde e este delle, não podia convir no principio de se excluir do parlamento um deputado só porque bradou contra a offensa dos direitos dos povos, e d'outro lado bem distinguui que podia ser-se amigo particular sem se trair o partido popular a que pertencia. Entenderam indispensavel que Catão trabalhasse como nas outras lutas, e que além disso presidisse a assemblêa de Assolnã, aonde era a maior força do poder, e Catão, pelos seus conhecimentos e influencia, podia neutralizal-a; – e por esta razão o seu amigo Sebastião Augusto da Costa Leal administrador daquella aldêa e de Vellim e Ambelim, um dos principaes agentes do governo, lhe pediu para não ir presidir aquella assemblêa e para lá ser mandado qualquer outro. João Miguel Gomes irmão de Francisco insistia em que devia mesmo Catão ir para lá. Catão depois de percorrer outras aldêas, para confortar os animos e pedir votos, passou a Assolnã, Vellim e Ambelim; trabalhou em todas essas aldêas, e finalmente presidiu essa dita assemblêa, onde o governo que esperava votação compacta, apenas conseguiu ter a insignificante maioria de trinta e cinco votos. Nessa occasião receiava-se a intervenção de bayonetas, a segunda edição de 1861. O mesmo João Miguel Gomes que era presidente da commissão recenseadora pediu e conseguiu que B.F. da Costa presidisse a assemblêa de Margão em lugar delle Gomes: – pediu e conseguiu que Bruto da Costa presidisse a assemblêa de Majordá. Margão, Assolnã, e Majordá se suppunha serem assemblêas mais perigosas pelo receo de desordens com auxilio de forças armadas. Socrates da Costa era um dos vogaes da mesa de Margão; – e Condorcet da Costa era um dos que reunia os eleitores e distribuia os bilhetes. Os lugares difficeis ficaram aos Costas, assim como a centralização, a força, e a unidade da acção. Por esta occasião tambem Catão teve de gastar tempo e dinheiro seu e soffrer na saude – teve de novamente fazer-se devedor de serviços gratuitos áquelles a quem devêra votos a favor de F.L. Gomes contra o seu primo e amigo Agostinho Vicente Lourenço e contra o governador tambem seu amigo. Era o seu proveito pessoal e o dos seus irmãos!!! Este proveito pessoal consistiu em odio mortal que o commandante Domingos José d'Almeida Barbosa lhes dedicou em troca da amizade que lhes consagrava; e na prevenção e desaffeição que o nobre conde de Torres Novas desde lá teve contra Catão, o que este soube muito mais tarde em dezembro de 1864, porque um amigo commum lh'o communicou. F. L. Gomes saiu eleito deputado: aos seus parentes e amigos, e aos quaes viam em F.L. Gomes só a costela da casta, e não um principio politico, ficou o doce prazer do vencimento! Aos Costas como sustentaculos principaes da sua eleição ficaram em legado esses e outros odios dos grandes de que já fallei, a ingratidão d'uma fracção do partido, e a malquerença dos adversarios vencidos. (...) Catão da Costa fugiu sempre dos cargos electivos. Já uma vez na sua ausencia e contra a sua vontade foi eleito vice-presidente da commissão recenseadora; e quando no anno proximo passado, com surpresa sua foi eleito vogal á junta da provincia por Damão, trabalhou por fugir deste encargo; mas foi vencido pelos pedidos amigos de Damão, e pelas reflexões de amigos e parentes daqui. Os seus serviços na junta não é Catão quem os deve encarecer; porém elles contrastam com os do seu eterno detractor José Ignacio de Loyola em 1870. Em 10 de agosto de 1853, tres soldados moiros da extincta guarda municipal armados cada um da sua espada acommetteram Catão da Costa, porque lhes não consentia levar violentamente pedras pertencentes á sua familia. Catão não se acobardou nem fugiu, como o seu incançável e officioso detractor que fugiu para o interior da sua casa quando João Luiz de Oliveira premunido d'uma chibata, e só, chegou a Orlim á porta desse detractor. Catão defendeu-se com a bengala que tinha na mão, ficou ferido sim, mas feriu tambem os seus agressores e os desarmou a todos segurando as tres espadas. (...) Escreveu o Triunpho da Verdade em 1857 descrevendo as

*comunidades (associações agrícolas) deste estado, definindo os seus encargos, e defendendo os seus direitos, e em 1864 o Manual dos Juizes Eleitos (hoje de paz) e seus escrivães que serve de guia util a estes funcionarios”*⁹⁰⁹.

Casou com a sua parente D. Rita Amélia do Patrocínio Gracias⁹¹⁰. Tiveram:

9-VI-1) Constâncio Roque Bernardo da Costa, advogado *provisionário* e tabelião em Quepém e Salsete. Nascido em Margão no dia 20 de janeiro de 1868, aí morreu a 12 de fevereiro de 1929. “*Colaborou em O Ultramar, na Revista de Justiça, de Lisboa, e na Gazeta da Relação de Nova Goa, da redacção de José Maria Pereira*”. Publicou alguns trabalhos na área em que se especializou, nomeadamente um *Vade-Mecum Notarial. Legislação metropolitana e colonial. Estudo comparado actualizado* (Margão, 1923)⁹¹¹;

Catão da Costa casou em segundas núpcias com D. Ana Maria da Gama. Nasceram vários filhos deste enlace, nomeadamente o médico **António Bernardo Gladstone da Costa** e o advogado *provisionário* **Florianio Roque Garibaldi da Costa**;

9-VII) D. Benedita Esperança Zenóbia da Costa, nascida no dia 30 de setembro de 1830. Morreu solteira;

9-VIII) D. Ana Josefina Artemísia da Costa, que nasceu em Margão no dia 9 de outubro de 1831. Casou com o seu parente e conterrâneo José Filipe Álvares, de quem teve descendência⁹¹²;

9-IX) Leonardo Manuel Condorcet da Costa, nascido em Margão no dia 22 de novembro de 1832. De acordo com o seu irmão e biógrafo: “*é medico-cirurgião pela escola medico-cirurgica de Goa, onde se formou tendo aprovações plenas em todo o curso. Adoentado pouco se encarrega dos doentes. Professando os mesmos principios dos irmãos e mais tenaz do que elles na execução de qualquer projecto, Condorcet da Costa desde 1853 até ao presente tem trabalhado pelo publico em todas as lutas e crises eleitoraes com a mesma dedicação que os outros irmãos, e o presente é quem mais se afadiga pelos negocios publicos. Ainda não se metheu em escrever artigos politicos, mas apenas noticiosos. Incumbido de qualquer comissão é solícito e por demais zeloso no seu desempenho: é ao presente vogal da junta da parochia da villa (de Margão), onde propugna quanto está ao seu alcance a bem dos seus comparochianos dentro dos estreitos limites da jurisdição da junta. Tem servido algumas vezes em comissões do governo por occasião e epidemias de colera, e febres intermitentes. Tem servido tambem, com zelo, o cargo de director do monte-pio geral de Goa*”. Solteiro e sem geração;

9-X) Maria da Glória Diana da Costa, que nasceu no dia 28 de abril de 1834 e morreu dez anos depois;

9-II) BERNARDO FRANCISCO DA COSTA, que continua. Nascido em Margão no dia 12 de fevereiro de 1821, foi batizado com o nome próprio *Bernardo Francisco Henriques*, que alterou “*depois de já homem*”. Morreu em 1896. Nas palavras de Rodrigo Wolfango Robusto, foi “*Grande politico, orador e parlamentar*”⁹¹³. De acordo com o seu irmão e biógrafo: “*Bernardo Francisco da Costa, depois dos estudos preliminares cursara a jurisprudencia com o abalisado advogado Joaquim Filippe da Piedade Soares e fôra um dos seus mais distinctos discipulos; e concluido este estudo cursára os dois primeiros annos da escola mathematica com o respectivo desenho, e em ambos os annos lectivos e no segundo do desenho obteve os primeiros premios. Leccionou a jurisprudencia, advogou distinctamente na comarca das Ilhas de Goa, e mais tarde nos auditorios do reino e perante o supremo tribunal de justiça. Foi vereador da camara municipal de Salsete em dois biennios. Na luta que o paiz empenhou contra a administração do nobre visconde d’Ourém fôra Bernardo*

⁹⁰⁹ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 57 e ss.

⁹¹⁰ Veja-se o título Álvares, de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 3-II-1), h).

⁹¹¹ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 264.

⁹¹² Veja-se o título Álvares, de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 5-IV).

⁹¹³ Robusto, Rodrigo Wolfango (1953), 66.

Francisco da Costa um dos principaes caudilhos da opposição; – soffrera o cerco da sua casa pela tropa, e fôra processado. Amparou-o a sua innocencia e a justiça do então juiz de direito das ilhas, magistrado rectissimo José de Vasconcellos Guedes de Carvalho hoje visconde de Riba Tamega, que durante a epoca vertiginosa de 1853 a 55 foi a salva-guarda dos seus jurisdicionados. Foi deputado ás côrtes pelo circulo de Damão em 1853, reeleito por Goa em 1856, novamente eleito mais duas vezes por Salsete em 1867, e pelo circulo das Ilhas em 1869. Os seus serviços parlamentares, a sua habilidade oratoria podem ser consultados nos respectivos Diarios da Camara. As providencias que obteve como deputado são o decreto de 14 de agosto de 1865 que tira aos governadores do ultramar a faculdade de lançarem impostos, levantarem emprestimos forçados, e crearem despesas á sua vontade; – a extincção do imposto vexatorio e antieconómico sobre a jagra, sura, e aguardentes na sua passagem das Novas para as Velhas Conquistas; – a supressão dos direitos aduaneiros que pesavam sobre o gado e outros animaes; – a extincção do arsenal e da casa da polvora; – e a redução de direitos aduaneiros sobre a maior parte dos artigos. Procurador á junta geral de districto conseguiu em 1851 e 52 que a maioria se oppuzesse ao lançamento da desnecessaria e injustificavel finta proposta pelo dito v. de Ourém; – em 1860 a 61 conseguiu que se suspendesse os impostos indirectos lançados em 1856 como para dois annos, e que continuavam com dissabor publico até esse anno 1860 a 61. Escreveu livrinhos para meninos em cinco volumes sendo o 5.o o resumo da historia de Roma: são adoptados em todas as escolas deste paiz e os mais procurados – o Manual dos Juizes de Paz – o manual Agricultor Indiano, trabalho de que tem de aproveitar muito o presente e a posteridade. Fundou o monte-pio geral de Goa – a caixa economica – e a dos seguros mutuos de vidas. – Dos relatorios das direcções do monte-pio se vê que de Lisboa onde se acha trabalha ainda gratuitamente e fadigosamente em beneficio destas instituições. Ao seu genio empreendedor se deve a fundação do theatro = Harmonia = de Margão. – A sua tendencia para o progresso fez trazer para a patria pela primeira vez as maquinas de moagem de canas – a de extracção de azeite – a de distillação continua – charruas (arado) do systema de Dumbasi e Perpignan – e o navio Typhon carregado de mercadorias, directamente, de Liverpool para Goa. – E tambem trouxe uma photographia. São factos pouco notaveis em si; mas importantissimos para uma terra cujo espirito é propenso para viver da rotina dos seus avoengos – e em que raro se anima a converter as theorias e pregações em execução pratica. Bernardo Francisco da Costa empenhou capitaes seus, d’alguns dos seus irmãos, e de dois amigos para trazer ao paiz uma lição pratica sujeitando-se elle e os seus aos perigos e descontos dos primeiros ensaios: imitou a Benjamim Franklin que ensinava praticamente aos seus conterraneos os effeitos de variados adubos da terra, e habilitou-se a pedir aos emulos, qual Christovão Colombo, que firmassem sobre uma mesa um ovo pela sua parte mais estreita. Foi o primeiro a fundar a imprensa particular em Goa; montou em 1859 a typographia e criou o jornal O Ultramar cujo 1.o numero saiu em 6 de abril do mesmo anno, e o qual tem hoje 14 annos de vida vigorosa. Os seus amigos e alguns muito competentes lhe aconselharam que desistisse da empresa, que não podia medrar; mas Bernardo Francisco com a fé viva no progresso respondia “Perderemos Bruto e eu algumas centenas de rupias, se as esperanças falharem; mas a imprensa é indispensavel para o adiantamento destes povos, e eu conto que ella hade prosperar. – Conseve-se ella por dois trimestres, e depois tomar-lhe-hão o gosto e será uma necessidade para o espirito dos leitores”. Não falharam as suas esperanças, e hoje temos sete periodicos politicos em lugar de um só que elle fudou e se julgava impossivel de continuar. Antes do anno 1847 não era possivel apurar neste paiz uma duzia de pares indigenas habilitados nas danças europeas. – Em começo daquelle anno Bernardo Francisco estabeleceu e dirigiu uma sociedade de danças, e d’este modo vulgarisou-as em Goa entre os aborigenes. Durante a sua estada em Lisboa entre 1854 a 58, anno em que voltou para a India, estudou a chimica, phisica e historia natural na escola industrial de Lisboa sob a direcção do lente cathedratico destas disciplinas Julio Pimentel, e abriu uma escola particular em Margão com o intuito de diffundir o conhecimento dessas sciencias applicadas ás artes. O nobre conde de Torres Novas que governava então Goa, querendo aproveitar dos seus conhecimentos e do seu laboratorio nomeou-o lente da respectiva cadeira na capital, onde leccionou com demonstrações praticas até 12 de agosto de 1861, dia em que largou o lugar por motivos que se vai vêr. Bernardo Francisco estremecia pelo nome sympathico do liberal Antonio Cezar Corrêa de Vasconcellos, visconde e depois conde de Torres Novas, que viera, a rogos seus e de Estevão Jeremias Mascarenhas ajudados por Antonio Rodrigues Sampaio hoje ministro do reino, governar a India que vergava sob o jugo ferreo do seu antecessor. O c. de Torres Novas que chegára a Goa em novembro de 1855 fez cessar

as desordens da capital, da escola mathematica, aliviou o imposto de fogão augmentado pelo seu antecessor – conseguiu a reducção do imposto de sizas – melhorou a viação publica – embellezou a cidade – restabeleceu a liberdade eleitoral – e continuou um governo popular. Estes titulos foram bastantes para ser aggreddido por homens da mesma fracção (sic) que aggride hoje o popular Joaquim José de Macedo e Couto – no parlamento, e nos jornaes da metropole Rei e Ordem, Imprensa e Lei, Doze de Agosto &c. Bernardo Francisco da Costa defendia-o na camara dos srs. deputados, e Catão da Costa na Abelha de Bombaim. Quando o Ultramar foi fundado (6 de abril de 1859) e at’10 de agosto de 1861, o governo do c. de Torres Novas continuava a ser popular, e o Ultramar o defendia das aggressões desculpando pequenas faltas que escondiam no bom do geral da sua governação. Bernardo Francisco da Costa era visita e amigo dedicado do governador e da governação, e era tratado com distincção e extrema amizade pelo nobre conde. Neste estado de coisas deu-se o facto de o governador solicitar e obter a demissão de José Julio Rodrigues, que havia sido nomeado procurador da corôa e fazenda deste estado pelo ministro Sá Vargas. Bardez comarca de José Júlio tomou o facto como guerra ao elemento nativo, e na eleição que seguiu (em 11 de agosto de 1861) quis vingar-se do conde elegendo deputado ao demittido José Julio, e a sua paixão foi excitada tambem pela India Portugueza. Bernardo Francisco da Costa redactor do Ultramar, que quando começou esta excitação estava em Salsete gozando do feriado, trabalhou por conciliar os animos aconselhando a moderação d’um lado aos bardezanos, e d’outro ao governo. Dizia a Bardez que escolhesse o deputado que julgasse, mas não fosse em nome da vingança. – Dizia ao governo que em todo o caso deixasse livre o voto de Bardez. Não era escutado nem por uns nem por outro, e na vespera da eleição o c. de Torres Novas mandava pedir a Bernardo Francisco pelo então presidente da relação J.M. Sequeira Pinto para garantir aos bardezanos que as urnas não seriam violentadas pela força armada. O Ultramar garantiu; mas as urnas foram violentadas pela mão combinadas de força armada e de mais autoridades. B. F. da Costa, ferido no pundonor de redactor, d’um lado pediu immediatamente a demissão do lugar, e d’outro escreveu no seu Ultramar n.o 124 um artigo que começa assim: “Quomodo obscuratum est ourum, mutatus est color optimus...? (Jerem thren.) Como se obscureceu o oiro, como se mudou a sua côr que era tão bella...? (Trad. Sarment.) (...). O nobre conde não teve tenções de atacar as urnas (soube-o eu mais tarde) quando fez pedir que garantisse isto o Ultramar. – Dos que o cercavam julgaram uns em momentos de aperto que lhe faziam serviço vencendo a eleição a ferro e fogo – e outros que este era o melhor e o mais efficaz meio de sequestrar-o das affeições populares, e de tomarem o seu lugar os interesses de cada qual! E com effeito nesta tragedia unicos que perderam tudo foram o infeliz conde, e os povos da India; – lucraram só os especuladores. B. F. da Costa foi solicitado em 1862 por Agostinho da Piedade dos Santos Vas, por Aristides da Costa, e Catão da Costa que foi testemunha da magoa do nobre conde que desejava reganhar a amizade do seu antigo amigo dito Bernardo Francisco, – para poupar-lhe a opposição; mas o redactor entendendo que as palavras do nobre conde se esconderiam no seu gabinete – que as obras continuariam no plano inclinado em que se tinham collocado – e que a sua folha se mancharia sem proveito algum da causa publica – não quiz ceder. Desta situação fartamente se aproveitou a especulação e a gente mercenaria e linguaeira para se pôrem ao serviço do infeliz conde, e dar-lhe uma popularidade artificial, na qual a penetração do conde via uma aura exterior que não satisfazia o seu esclarecido espirito. O patriotismo e abnegação de B.F. da Costa lhe valeram o odio dos poderosos e dos aulicos – a injuria e a calumnia de almas tacañas eivadas de maldade e inveja; mas em compensação saiu a abraçar-o a admiração e a gratidão popular d’aquí, de Macau, de Lisboa. De Macau e Lisboa foi saudado por immensas cartas de cavalheiros respeitaveis. – Os patricios de Bombaim levantaram um fundo e estabeleceram sobre os seus juros dois premios annuaes com o nome de “Premio Costa” aos alumnos mais distinctos de latim e latinidade das comarcas de Salsete e Bardez, que são já onze annos que se distribuem regularmente todos os annos. Á opposição que fazia na imprensa B.F. da Costa ao nobre conde de Torres Novas associou-se o deputado Francisco Luis Gomes no parlamento. Por esta razão o nobre conde se empenhou por excluir do parlamento F.L. Gomes, e substituiu-o por Agostinho Vicente Lourenço primo e amigo de B. F. da Costa e dos seus irmãos, contando que estes e os seus sacrificariam o principio ás relações de familia e amizade, e em Salsete poz-se á testa da cruzada eleitoral o commandante do hoje extincto batalhão de caçadores 1 o tenente coronel Domingos José d’Almeida Barbosa que era visita, relação e amizade de Bernardo Francisco e dos seus irmãos. Almeida Barbosa foi á casa dos Costas a lhes pedir cooperação para o triumpho do nome de Agostinho V. Lourenço, e não tendo obtido nada delles nem dos proprios irmãos do candidato do

governo, e havendo sido vencido na eleição de fevereiro de 1864, despeitou-se, e trocou a velha amizade pela encarniçada inimizade a todos os irmãos Costas. D'esta inimizade por causa de F. L. Gomes se aproveitaram as proprias columnas devotadas a esse infeliz finado Gomes para fazerem S. Lourenço – para fazerem, comm auxilio de bayonets do comando de Almeida Barbosa e d'outras autoridades que guerrearam a candidatura de F.L. Gomes, a eleição municipal de novembro do mesmo anno 1864 – a falsificação da eleição da commissão recenseadora de 1866 – e a eleição de deputados de 1867, nas quaes foi contraposto por esses (devotados ao F.L. Gomes) o nome de Almeida Barbosa que o hostilizou, ao de B.F. da Costa que o amparou. E as pontas das luzidas bayonetas do comandante Barbosa, e a oppressão tyrannica dos processos e a violencia armada do juiz Macario eram sustentadas e beijadas pelas tristes mãos daquelles mesmos, a quem B.F. da Costa estendia a sua contra um primo e amigo a despeito da troca da amizade de Barbosa em ira e inimizade figadal!!! Foi magnanima a lição para a meditação do moralista e para a historia! Mas B. F. da Costa teve larga compensação. Os seus conterraneos das comarcas das Ilhas, Salsete, e Bardez, indignados pelo que se tinha passado levantaram subscrições, nomearam extensas commissões, e em 20 de dezembro de 1867, vespera do seu embarque para Lisboa, o conduziram entre as ondas e as ovações do povo e arcos triumphaes para a igreja da capital, onde foi cantado um solemne Te Deum. Em casa do illustre americano H. B. major, onde B. F. da Costa estabeleceu a sua residencia foi servido um lunch, e ahi reunindo-se quasi todos os principaes funcionarios indigenas da capital, e as commissões das tres comarcas, um grande numero de amigos e habitantes do paiz inteiro, saudaram o patriotismo de B. F. da Costa; e Christovão Sebastião Xavier official maior da secretaria de saudosissima memoria (hoje finado), cujo nome é o seu elogio lhe offereceu em nome dos povos uma medalha de oiro com inscrições symbolicas do amor patrio recitando primeiro o seguinte discurso (...)⁹¹⁴. Seguiram-se outros discursos, e as respostas de B. F. da Costa, que apparecem publicados no Ultramar n.o 456 de 27 de dezembro de 1867. Na manhã seguinte entre as cohortes de amigos embarcou-se com destino a Lisboa no vapor Phlox, e recebeu no caes dos Camotins, abraços de despedida de seus numerosos amigos e do governador José Ferreira Pestana que estimava nelle as luzes e o bom character. É este o homem, que a calumnia tem saudado muita vez; mas a dedicação dos patricios, a quem os despeitos e mesquinhos odios não eivaram a alma, e o testemunho da propria consciencia o tem escudado, e hão de continuar a escudar. Os queixosos das ultimas reformas militares as attribuem ao conselho de B.F. da Costa, e até a redacção dos decretos!... Quanta honra lhe não varia isto, se fosse verdade? Quão grat lhe não ficaria por isso a sua terra natal? Mas o talento distinctissimo do sympathico ministro Jayme Moniz, que os referendou, não carece de certo de accessores para redigir decretos. Se o seu conselho foi pedido e aceito para as reformas, é já mais um titulo que elle adquiriu para a gratidão deste paiz”⁹¹⁵. Aleixo Costa recorda a incursão de Bernardo Francisco da Costa pelo poder municipal: “Quando na metrópole, foi presidente por 2 biénios da Câmara Municipal de Almada e administrador do concelho e juiz substituto de direito da mesma comarca, tendo recusado o mandato de deputado que o povo almadense lhe oferecia grato aos relevantes serviços que dele haviam recebido. Almada deve-lhe a canalização da água potável e a inauguração do chafariz que tanto beneficiou aquele concelho”⁹¹⁶.

Casou em Lisboa no dia 15 de abril de 1858 com D. Luísa Amélia Masoni, “filha do bem conhecido maestro Vicente Tito Masoni natural de Florença (que foi professor de musica dos nossos soberanos D. Pedro 5.o, e D. Luis) e de Luisa Fany de Planch Ribol natural de Pariz, estabelecidos em Lisboa”⁹¹⁷. Tiveram:

10-1) D. Joana Pulquéria Clara Masoni da Costa, pianista. Casou com o seu primo general médico José Maria da Costa Álvares, de quem teve geração⁹¹⁸;

⁹¹⁴ Catão da Costa reproduz o discurso, que termina nos seguintes termos: “Viva o ex.mo sr. Bernardo Francisco da Costa, deputado eleito pelo circulo de Salsete! – Viva o cidadão prestante! Viva a carta constitucional! Viva, viva, viva”.

⁹¹⁵ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 37 e ss. Veja-se também os apontamentos coligidos em Abreu, Miguel Vicente de (1874), 43 e ss.

⁹¹⁶ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 257. Para mais desenvolvimentos consulte-se Aparício, Victor (1990), *Bernardo Francisco da Costa: ensaio*, Junta de Freguesia de Cacilhas/Câmara Municipal de Almada e Juntas de Freguesia de Almada e da Cova da Piedade.

⁹¹⁷ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 36.

⁹¹⁸ Veja-se o título Álvares, de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 5-IV-5).

10-II-2) D. Delfina Sofia Flaviana Masoni da Costa, casada com Caetano Roberto Belarmino do Rosário de Frias;

10-II-3) MANUEL VICENTE ALFREDO DA COSTA, que segue;

10-II-4) Bernardino Camilo Cincinato da Costa, comumente conhecido por **Cincinato da Costa**. Nasceu em Margão no dia 5 de agosto de 1866 e morreu em Lisboa a 22 de janeiro de 1930. *“Fez os cursos de engenheiro agrônomo e de médico veterinário no antigo Instituto de Agronomia e Veterinária; foi lente catedrático do mesmo Instituto de Agronomia e Veterinária desde 1887, regendo no Instituto Superior de Agronomia a cadeira de Tecnologia Agrícola. Foi director do Laboratório de Microbiologia Agrícola Ferreira Lapa e visitou em missão de estudo a França e a América do Sul. Tomou parte no Congresso Pedagógico Luso-Hispano-Americano de Madrid em 1892, na Exposição Universal de Paris em 1900 e nos Congressos de Agricultura e Viticultura. Foi delegado do Governo português ao Instituto Internacional de Agricultura de Roma, sendo agraciado com a comenda da Coroa da Itália. Pertenceu como sócio efectivo à Academia das Ciências de Lisboa, ao Instituto de Coimbra, à Sociedade dos Viticultores de França como seu sócio honorário e à Sociedade de Agricultura de Girona, e ao Instituto Geográfico Argentino como sócio correspondente. Foi fundador da Sociedade das Ciências Agronómicas e director da Associação Central de Agricultura Portuguesa. Teve valiosíssima colaboração em jornais e revistas da especialidade agrícola e de colaboração com D. Luís de Castro e Joaquim de Azevedo fundou e dirigiu em 1899 o Boletim da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa”*⁹¹⁹.

Casou em Portugal com D. Emília Cabral de Noronha e Menezes, de quem teve geração – nomeadamente **Luís Cincinato Cabral da Costa**, o qual também foi professor catedrático do ISA;

10-II-5) João Faustino da Costa, casado e com geração;

10-II-3) MANUEL VICENTE ALFREDO DA COSTA, que continua. Recorremos à nota biográfica constante do *Dicionário de médicos portugueses* que elaborado por uma equipa de alunos e docentes da faculdade de ciências médicas da Universidade Nova de Lisboa: *“Manuel Vicente Alfredo da Costa foi um ilustre professor e cirurgião português. Nasceu a 2 de Fevereiro de 1859, em Margão (Estado Português da Índia), mas foi em Portugal que completou a sua carreira académica. O reconhecimento que obteve resultou, especialmente, dos seus estudos e iniciativas no domínio da obstetrícia. Faleceu a 2 de Abril de 1910, sem ter concretizado o seu grande sonho – a construção de uma Maternidade. Alfredo da Costa licenciou-se, em 1884 na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Nesse mesmo ano apresentou a sua tese inaugural e três anos mais tarde, a sua tese de doutoramento, “Sobre a natureza da febre puerperal”. Em 1885 foi nomeado cirurgião de banco no Hospital de São José, onde foi também director da enfermaria de Santa Maria Ana e onde instalou provisoriamente uma maternidade, iniciando uma orientação para esta área da medicina, a qual lhe veio a conferir o maior reconhecimento público. Entre 1887 e 1897, desempenhou várias funções na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa como a de demonstrador de cirurgia, de lente substituto e de regente de Anatomia Patológica e de Obstetrícia. Foi Presidente da Sociedade Médica Portuguesa, entre 1905 e 1907, organização onde foi também Vice-presidente e membro benemérito. Desde sempre procurou ser um interveniente activo na sociedade científica da sua época, dando conferências e fazendo apresentações, entre as quais se destaca, pela sua actualidade e importância do conteúdo, “A protecção às mulheres grávidas pobres”. Foi um dos fundadores da Revista de Medicina e Cirurgia e sócio da Academia das Ciências de Lisboa. Como cultor do jornalismo médico colaborou também no Jornal da Sociedade das Ciências Médicas. É-lhe atribuída a primeira colecistectomia e a operação de Estlander em Portugal, bem como a introdução do método de Volkman na cura do hidrocele. Distinguiu-se pela notável colaboração médico-social que deu à Rainha D. Amélia na luta contra a tuberculose, tendo presidido à Comissão Técnica de Assistência Nacional aos Tuberculosos. Consciente dos problemas da sociedade em relação à saúde da grávida, projectou a criação de uma unidade hospitalar, que fosse responsável*

⁹¹⁹ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 262 e ss, com indicação da obra publicada pelo biografado. O autor seguiu de perto a entrada dedicada a Cincinato da Costa na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

pelos partos e pela saúde preventiva das futuras mães, que lhes ensinasse os cuidados a ter com o bebé e que prestasse ainda assistência aos quadros mais graves dos recém-nascidos. Para além disso, desenhou algumas medidas de prevenção para a patologia das puérperas, ganhando um lugar de destaque perante a medicina social da época. A sua morte precoce, com apenas 51 anos, impediu-o de concluir o seu grande sonho – o de dotar Lisboa com uma maternidade exemplar e moderna. Essa maternidade viria, de facto, a ser inaugurada 22 anos após a sua morte, sendo-lhe atribuído o nome de Maternidade Dr. Alfredo da Costa. Um facto revelador da importância da criação desta maternidade é de que, quase um século depois, ainda estamos longe da multiplicação adequada de instituições deste género, para cobrir as necessidades do país”⁹²⁰.

Casou em Lisboa com D. Inês Andresen, filha de João Henrique Andresen. Tiveram larga geração, de entre a qual se destacam o antigo primeiro-ministro **Alfredo Nobre da Costa** e a sua filha **Vera Nobre da Costa**;

COSTA, DE PARRÁ E ARPORÁ

Sendo também uma das mais conhecidas famílias da *principalidade natural* das *Velhas Conquistas*, os chamados *Costa de Parrá e Arporá* – duas povoações em Bardez, extremamente próximas uma da outra e não longe de Mapuçá, a mais importante localidade daquela província – foram, ao longo das gerações, promovendo o entrelaçar da sua estirpe com as que consideravam estar em idêntico patamar de relevância social, contribuindo, dessa forma, para o estreitar do âmbito em que estas elites se moviam. Deles descendem, designadamente, os Graça e Costa e os Costa que podemos designar como *ascendentes do Abade Faria*.

Os apontamentos histórico-genealógicos da lavra de Gomes Catão atinentes a esta linhagem acham-se – contrariamente ao que se passava com os relativos aos Diniz de Rachol, Brás de Sá de Calangute, Melo da Raia e Costa de Margão – anotados de forma bastante mais desordenada e desconexa, com muitas repetições e cortes, como rascunhos que na verdade são. Por isso mesmo, optámos por, após os analisarmos cuidadosamente, ordená-los de acordo com um critério mais lógico, desde logo com preocupações cronológicas. Não deixámos, em paralelo, de os confrontar com a informação que colhemos de diversas outras fontes, designadamente os processos de ordenação sacerdotal de alguns dos muitos eclesiásticos da família que lográmos encontrar no Arquivo da Cúria de Pangim. Por fim, refira-se que tivemos o cuidado de manter a quase totalidade das notas de Gomes Catão, que reproduzimos, praticamente na íntegra, em todos os pontos do referido título. Assim, dever-se-á, desde já, entender que as citações que não apresentarem indicação da sua origem pertencem ao manuscrito original. O mencionado autor introduz as estirpes em causa da seguinte forma: “*A família “Graça e Costa”, de Parrá, é oriunda da aldeia Elá. P.e Diogo de Miranda e Costa, fundou, antes de 1700, a Capela de N. Sra. da Graça, no Bairro Jaconi, em Parrá, e faleceu em 1700. O edifício da capela sofreu várias modificações e, ultimamente, foi ampliado pela família “Graça e Costa”, a quem pertence, em 1853. A capela possui um rico cálix que foi adquirido pelo Conego Caetano Maria da Costa, e traz a seguinte inscrição: O.D.O – ECOL.COLLEQ.DONAE.NOSTRAE DA LUZ – An. 1779*”.

Ressalve-se, ainda, o facto de, à semelhança do que se passava no estudo original, termos optado por manter o estudo da evolução desta família em dois blocos, sendo que cada capítulo corresponde a uma das grandes linhagens que dela provêm. Assim sendo:

⁹²⁰ <http://medicosportugueses.blogs.sapo.pt/349.html> (consultado a 16 de outubro de 2014). Pode encontrar-se uma lista das suas principais publicações em Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 250.

§ 1

DESCENDÊNCIA DE COSME DAMIÃO DA COSTA

Por não se saber qual foi o ascendente comum que se converteu ao catolicismo, nem quando se deu tal conversão, principiamos com:

1) ANTÓNIO DA COSTA, “*residente em Parrá, casado com Natalia de Sousa, filha de Matias de Sousa, de S. Bartolomeu de Chorão (morgado de Siolim) e de Sabina Vás (da família “Santa Rita Vás”, de Aldoná)*”. Não é por acaso que se indica expressamente o parentesco destes Costa com os Santa-Rita Vaz, de Aldoná – família que conheceu grande relevo no século XIX, e que se veio, designadamente, a unir aos influentes Figueiredo de Loutolim.

António da Costa era irmão de:

(i) Padre Nicolau da Costa;

(ii) Padre Francisco da Costa dos Milagres;

(iii) Mariana da Costa, mãe de Emerciana (da Costa?);

(iv) Maria da Costa, de Parrá, a qual “*era cas. com João Barreto, de Socorro, de Serulá. Fal. sem prole*”. Mediante o seu testamento, datado de 13-8-1739, “*Deixou 36 xs. para 96 missas de 2 tangas. Instituiu uma capela de missa quotidiana, e entregou os bens sitos em Colvale, Nagamolo Siradechem batta e Simenechem batta; 1 candil e um candil e meio de sementeira dos cuntos de Corlim. Doou os seus bens a favor dos seus sobrinhos Cosme, Manuel, e Sebastião, filhos do seu irmão António da Costa; e, como nascessem Gervásio e Protásio, a todos que nascessem do dito irmão; deixa à Emerciana filha de sua irmã Mariana, 25 xs.; à sua neta-sobrinha Florentina, filha do seu sobrinho Cosme, 100 xs. Testamenteiros, seus irmãos. O testamento foi escrito por João Francisco de Sousa, de Pomburpá – Testemunhas Manuel de Brito e outros (Liv. n.º 1022 de Testamentos no Arquivo da Relação)*”. Gancar de Sirulá, João Barreto e a sua mulher deviam viver com alguma abastança, pois, tal como refere Gomes Catão, chamando-lhe “*Pensão de João Barreto e de sua mulher Maria da Costa – Socorro*”: “*Vinculando certas propriedades, instituíram capela de missa quotidiana por escritura de 21-4-1718, lavrada nas casas de João Barreto, gauncar da aldeia Serulá, filho e nora respectivamente de Tomé Barreto. A pensão foi reduzida a 288 missas de meio xerafim pelo Arcebispo em 21 de Dezembro de 1801.*”. E acrescenta que o instituidor “*Declara que não tendo ele filhos, sucederá o filho mais velho de Lourenço Barreto; 2.º o filho do seu sobrinho falecido Luis Barreto; e 3.º o filho do seu sobrinho Diogo Albuquerque, filho de António de Albuquerque e de Catarina Barreto*”. Maria da Costa, já viúva, “*faleceu a 16-8-1739 em S. Bartolomeu, de Chorão, e foi sepult. no cruzeiro, sendo Testamenteiro o seu irmão António da Costa.*”;

António da Costa e Natália de Sousa tiveram oito filhos – sendo que, alerta Gomes Catão, “*Os Costas de Parrá e de Arporá descendem de Sebastião da Costa, pois de Cosme houve 3 filhas, um filho padre e um filho casado*” –, a saber:

2-I) COSME DAMIÃO DA COSTA, que segue;

2-II) Padre Manuel (Damião) da Costa, “*de Parrá, fal. em S. Bartolomeu a 28-10-1739 c. sepultura no Cruzeiro*”;

2-III) Margarida da Costa;

2-IV) Sebastião da Costa, que segue no § 2

2-V) Padre Gervásio da Costa, “*Foi capelão da sua capela sita na freguesia de Parrá, “por provisão de 28 de Março de 1753”.*”;

2-VI) Padre Protásio da Costa, “*Obteve provisão de prégador, datada de 25 de Janeiro de 1753. – Faleceu em Parrá a 7 de Janeiro de 1800*”;

2-VII) Antónia da Costa, “*cas. com António Ribeiro, de Pilerne, f.o de João Lourenço Ribeiro e de Maria da Silva*”. Podemos cruzar os dados de que dispomos com as notas esparsas que, num outro estudo, muito breve, reunido no mesmo maço de apontamentos manuscritos, Catão da Costa designou “*Ribeiros, de Pilerne*” (especificando que eram desta estirpe os “*Nalcornis da Prov.a de Pilerne*”), bem como com os elementos que recolhemos do testamento do padre Teotónio Vitorino Ribeiro, que localizámos nos HAG e reproduzimos em anexo⁹²¹.

Do confronto das informações recolhidas destas fontes, conclui-se ter tido António Ribeiro vários irmãos. No entanto, não sabemos (com exceção do padre Teotónio Vitorino, filho do segundo enlace, e do padre Baltazar Ribeiro, do primeiro⁹²²) quais deles são irmãos germanos e quais são meios-irmãos, uma vez que o progenitor comum, João Lourenço Ribeiro⁹²³, casou em segundas núpcias com Catarina Martins:

- (i) **Padre Teotónio Vitorino Ribeiro**, ordenado em 1748; presbítero do hábito de S. Pedro, foi confrade, tesoureiro e presidente da confraria de Nossa Senhora da Piedade e Almas Santas da sua terra natal. Morreu com testamento feito no dia 16 de junho de 1779, a que fazemos menção no respetivo anexo⁹²⁴;
- (ii) **Padre Nicolau Ribeiro**;
- (iii) **Padre Baltazar Ribeiro**;
- (iv) **Padre Domingos Ribeiro**;
- (v) **Maria Ribeiro**, a cujos netos o padre Teotónio Vitorino Ribeiro deixa alguns bens móveis de seu uso pessoal, nomeadamente “*huma Cadeira grande a Protrona*”;
- (vi) **Cipriano Ribeiro**, ao qual o padre Teotónio Vitorino Ribeiro lega a vazeira *Anddeacho Cunugo*, foreira à fazenda real e presumivelmente sita em Pilerne;
- (vii) **Esperança Rosália Ribeiro**, s.m.n.;
- (viii) **Mónica Ribeiro**, casada com Nicolau Tolentino Álvares (do qual já era viúva em 1779), com “*dotte de tres mil xerafins alem de datas*”;

Estes Ribeiro de Pilerne ascendentes e colaterais de António Ribeiro dispunham, antes de 1779, de capela própria, à qual o padre Teotónio Vitorino Ribeiro lega, no seu testamento, uma imagem de mármore de Nossa Senhora do Despacho (“*mando que (...) Seja Colocada no Altar da Capella de minha Casa*”).

Foram filhos de António Ribeiro e Antónia da Costa:

2-VII-1) Padre Vicente Ribeiro da Costa, o qual “*nasceu em 1732; ord. a 20-9-1760*”. Também localizámos e estudámos o seu testamento, feito a 3 de julho de 1786⁹²⁵;

2-VII-2) Padre José Ribeiro, “*baptis. a 4-8-1746 de 8 dias; ord. a 22-9-1770*”. Recebeu, em vida do mesmo, em conjunto com o seu irmão Nicolau Tolentino, a biblioteca pessoal do tio de

⁹²¹ Consulte-se o anexo II: testamentos – N27.

⁹²² Segundo Gomes Catão e Avelino Soares – Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Ribeiro, de Pilerne”,* Goa.

⁹²³ O qual, por sua vez, era irmão de, pelo menos, Rufina Ribeiro.

⁹²⁴ Consulte-se o anexo II: testamentos – N27.

⁹²⁵ HAG – Comarca de Bardez. Registo de Testamentos desde 5-4-1783 até 29-11-1784, cota: 8770, 110 e ss.

ambos, o padre Teotónio Vitorino Ribeiro (“*todos os Livros do meo uzo Com Sua enstante para elles uzarem Como Couza Sua*”);

2-VII-3) João Baptista Ribeiro, “*baptis. em Pilerne a 17-7-1748 de 8 dias pelo Reitor Frei Luís de Santa Quitéria. Padrinhos Gervásio da Costa, de Parrá, e Esperança Rosália Ribeiro, de Pilerne*”;

2-VII-4) Padre Nicolau Tolentino Ribeiro, “*Baptis. 24-10-1753 de 8 dias; ord. 19-9-1795. (...) O património fôra-lhe doado por sua irmã Mariana, por escritura de 1789. P.e Nicolau Tolentino fêz testamento em 29-5-1829, instituindo herdeira a sua sobrinha Ana Rosaura (Liv. de Testam., n.o 585, no Arq. Rel.)*”;

2-VII-5) Mariana Ribeiro, a qual “*entrou no Mosteiro de Santa Monica, onde tomou o nome Maria de S. Ana. Foi herdeira universal de seu tio P.e Teotónio Vitorino Ribeiro a quem servira por 17 anos e, como acima disse, fêz em 1789 escritura de doação do patrimonio ao seu irmão P.e Nicolau Tolentino Ribeiro*”;

2-VIII) Francisca da Costa, em cuja descendência directa se acha um dos mais célebres vultos de Goa, imortalizado por Alexandre Dumas. Morreu em 1786. “*Cas. com Alexandre de Sousa de Candolim*”, de quem houve uma única filha, herdeira da importante fortuna dos seus pais:

2-VIII-1) Rosa Maria de Sousa, que virá a casar com Caetano Vitorino de Faria, de Colvale.

Caetano Vitorino de Faria e Rosa de Sousa protagonizaram aquele que cremos ter sido o mais conhecido caso, em Goa, de divórcio seguido de profissão religiosa. Rosa de Sousa ingressou em Santa Mónica⁹²⁶, e o seu antigo marido abraçou o estado eclesiástico, ordenando-se. É bastante conhecida a narração deste episódio feita por Cunha Rivara (ainda que amparado nos contributos de diversos historiadores da elite *natural* católica mais ou menos aparentados com os personagens nele envolvidos, designadamente Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves e Luís Correia da Graça), na qual beberam muitos dos que, posteriormente, se dedicaram ao tema: “*Caetano Victorio de Faria, natural de Colluale, na provincia de Bardez, dedicou-se em mancebo aos estudos ecclesiasticos, e de depois de ter tomado ordens menores, cazou na aldeia de Candolim, da mesma provincia, com Rosa de Sousa, filha de Alexandre de Sousa, por alcunha Concró, homem rico. He costume na terra ir a noiva incorporar-se na familia do noivo, mas no caso presente sendo a noiva filha única, foi Caetano Victorino quem veio viver em caza de seu sogro. Talvez esta esxcepção do estilo commum deu origem ás dissenções e dissabores, que se seguiram. Rosa, como filha única, e herdeira presumptiva de grossos cabedaes, creada com o mimo proprio daquelles (sic) duas condições, era (como declarou um seu parente, o senhor Genezeano Antonio João de Sousa no Ultramar de 18 de maio de 1865) altiva, com genio sempre dominador, não podendo costumar-se á vida de cazada, e submetter-se ao poder marital, o que trazia o cazal em perpetua perturbação domestica. As tribulações, que o pobre pai padeceu durante sem annos, sem achar remedio para ser restituída a paz na caza revôlta, lhe foram minando a existencia, até fallecer, e como não havia successão, nem esperanças della, dispoz da terça de seus bens a favor dos sobrinhos, filhos de seu irmão Manoel de Souza, cujos descendentes na linha masculina formam hoje algumas familias separadas, conhecidas todas pelo appellido vulgar de Concrós. Depois de sete annos de cazada, e justamente dez meses depois da morte do pai, deu Rosa á luz um filho, que*

⁹²⁶ Luís de Santa Rita Vaz procurou historiar a passagem de Rosa Maria de Sousa por este cenóbio: “*Rosa Maria took the veil on January 3, 1764, She lost little time in rising to the top at the St. Monica Convent. She became the prioress and like the other nuns was given the nickname of a bird, in her case “peahen”, as proud and vain bird as she was. Each of the nuns at St. Monica acquired a bird’s nickname depending on her occupation there: sparrow, robin, nightingale, swallow. Apparently the nicknames appeared only after she had joined the convent! The nuns engaged themselves in various activities like looking after indigent girls and making culinary delicacies which they sold. Bebinca, the desert for which Goa is famous, was invented in this convent and named after the nun who created it*” – Vas, Luis S. R. (1984), 12 e 13.

teve o nome de José Custódio, depois conhecido em França pelo título de l'Abbé Faria (...). O nascimento do filho não poz treguas às dissensões dos pais, que de *commun accord* se resolveram a separar-se, e tiradas as licenças necessárias, Caetano Victorino ordenou-se sacerdote, e Rosa de Sousa professou no convento de S.ta Monica. Desfeitos assim os laços conjugaes, entrado o filho na idade de quinze annos, tomou o padre Caetano Victorino a deliberação de ir com o mesmo filho para a Europa”⁹²⁷. Ou, num estilo mais grandiloquente: “José Custódio de Faria, o futuro abade Faria, nasceu numa aristocrática aldeia de Goa, em Candolim de Bardês, em 30 de Maio de 1756 e foi baptizado na Igreja de Nossa Senhora da Esperança, na freguesia da mesma aldeia em 7 de Junho. Seu pai, Caetano Vitorino de Faria, natural de Colvale, também do concelho de Bardês, fez primeiramente estudos eclesiásticos, tendo chegado a receber ordens menores. Mas enamorado de Rosa Maria de Sousa renunciou à carreira eclesiástica e casou-se, talvez em 1749. Rosa Maria de Sousa, filha única de Alexandre de Sousa, descendia de uma abastada família de Candolim. Como única herdeira, Rosa Maria era estremecida dos pais; e vivendo em meio rico e luxuoso, era amimada pelos servidores e habituada a ser obedecida em seus caprichos; era, pois, altiva e inconstante. Fosse porque fosse, o casal não foi feliz; as desavenças sucederam-se sem que fosse conhecida a causa e o nascimento de um filho sete anos depois do matrimónio não aplacou a discórdia e não trouxe o entendimento desejado. Em 1764 ou 1765 os cônjuges decidiram de comum acordo separar-se. Caetano Vitorino abandonou a casa da mulher, onde residia, e regressou a Colvale, sua terra natal, com o seu filho, e, tendo obtido a dispensa necessária, retomou a vida eclesiástica. Por seu turno, Rosa Maria reconsiderou na vida e tomou o véu no Mosteiro de Santa Mónica, em Goa, em que, segundo informes não confirmados, foi prioreza. Caetano Vitorino, pai de José Custódio, descendia por linha paterna de Antú Sinay, rico brâmane hindu que nos fins do século XVI se converteu ao cristianismo. Antú Sinay era gãocar de Colvale e exercia alternativamente com Saptá Sinay, ascendente do doutor José Nicolau da Fonseca (médico goense, residente em Bombaim e autor do *The History of Goa*) e com outros brâmanes da ladeia, o ofício de Culcurnim (escrivão e regedor), cargo que tinha ao tempo grande influência e consideração. A casa e a capela que lhe pertencia, caídas em ruína, foram compradas pela família de José Nicolau da Fonseca que fez reedificar uma nova casa no lugar da antiga e reparou em 1882 a capela no louvável intento de perpetuar a memória do seu antigo possuidor e entregou-a, segundo informa Dalgado⁹²⁸, ao culto público. A família de Rosa Maria era vulgarmente conhecida como a de Quencró. A casa, em que nasceu José Custódio existe ainda e onde se pretende pôr uma lápide comemorativa do seu nascimento⁹²⁹. José Custódio de Faria era pois filho legítimo do padre Caetano Vitorino de Faria e da freira Rosa Maria de Sousa, pelo seu casamento anteriormente à sua nova profissão de fé religiosa; a falta do conhecimento deste facto levou alguns dos seus biógrafos a tomarem-no como filho natural”⁹³⁰.

Caetano Vitorino de Faria foi então um dos mais *naturais* católicos domiciliados em Lisboa que mantiveram uma permanente troca de informações, serviços, favores e conivências com os seus conterrâneos, mecenas e parentes que permaneciam em Goa – nomeadamente com os Pinto de Candolim. Foi igualmente implicado na *conjuração* que veio a ser conhecida pelo nome daquela família⁹³¹.

⁹²⁷ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 63 e 64. No mesmo sentido, mas aduzindo alguns pormenores suplementares, nomeadamente o de, antes do nascimento daquele que veio a ser conhecido por *abade Faria*, Caetano Vitorino de Faria e Rosa de Sousa terem adotado uma filha, de nome Catarina – Vas, Luis S. R. (1984), 4 e 5 e 10 e ss.

⁹²⁸ Refere-se à reedição do livro *De la cause du sommeil lucide* e ao estudo *Mémoire sur la vie de l'abbé Faria*, ambos editados (e o segundo escrito) por Daniel Gelásio Dalgado em Paris em 1906 – Costa, Aleixo Manuel da (2003), vol. III, 321 e 322.

⁹²⁹ O que veio efetivamente a acontecer. Ainda hoje se acha, na fachada da habitação, que atualmente alberga uma obra de assistência pública, a referida placa, onde se lê: *Local onde nasceu aos 31 de Maio de 1756 o genial criador do hypnotismo científico, P.e Jose Custodio de Faria conhecido no mundo culto por Abade Faria.*

⁹³⁰ Rodrigues, Santana (1946), 19 e ss.

⁹³¹ Para maiores desenvolvimentos sobre as relações existentes entre Faria e os Pinto veja-se o título Pinto, de Candolim, ponto 6-III).

Caetano Vitorino de Faria e Rosa Maria de Sousa foram os progenitores de:

a) Padre José Custódio de Faria, *“vulgarmente conhecido pelo nome de “Abade Faria”.*

Escreveu Pinheiro Chagas, no seu estilo contundente, em finais do século XIX:

“Quando um estrangeiro for à Índia Portuguesa e passar pela aldeia de Covalle (sic), os habitantes mostrar-lhe-ão com orgulho a caoela reedificada pelo Sr. José Nicolau da Fonseca, e dir-lhe-ão:

- Esta capela pertencia à casa do famoso abade Faria.

- Qual abade Faria? o de Dumas?!

- Exactamente, o de Dumas.

- O do Monte Cristo?

- Tal-qual; o do Monte Cristo.

- O que esteve preso no castelo de If?

- Não; ele nunca esteve no castelo de If.

- Então não é o de Dumas; esse, onde passou uma boa parte da sua vida e onde morreu, foi no castelo de If.

- Sim, bem sabemos, são liberdades de romancista. O abade Faria não esteve em If.

- Ah! bem! mas enfim, os senhores falam do abade Faria, que tinha enterrado tesouros prodigiosos, na ilha de Monte Cristo?

- Não! isso não, ele nunca teve tesouros prodigiosos, nem mesmo foi à ilha de Monte Cristo.

- Mas perdão! o abade Faria, de Dumas, é o que foi à ilha de Monte Cristo enterrar tesouros prodigiosos, cuja existência revelou depois a Edmundo Dantès.

- Ah! pois sim, mas esse é o de Dumas, um personagem inventado por ele...

- Ora ainda bem! Este seu abade Faria neste caso o que é?

- O que é?

- Sim, o que é?

- É o filho mais ilustre deste país, como se lê na Gazeta de Bardês de 17 de Junho de 1882.

- Excelentemente. Era pois neste sítio a casa do filho mais ilustre deste país?

- Sim senhor, era aqui mesmo, e ali está para prova o monumento que lhe foi erigido pelo Sr. José Nicolau da Fonseca, médico em Bombaim.

- Ah! Um monumento! nem mais nem menos; mas o que foi que tornou ilustre o seu abade Faria?

- O que o tornou ilustre? essa é muito boa! Tornou-o ilustre o facto de ter sido escolhido por Alexandre Dumas para herói do seu famoso romance Monte Cristo.

Se o sobredito estrangeiro não desatar neste momento à bordoadada aos indígenas, dará nisso uma evidente prova da mais perfeita moderação e da mais completa compostura de ânimo.

É realmente curioso: Dumas não aproveitou do abade Faria senão o nome e até certo ponto as suas ideias e preocupações de magnetismo. Nada ou quase nada tem de comum o abade Faria do romance com o padre José Custódio de Faria da realidade, e é contudo por Alexandre Dumas ter pronunciado esse nome num dos seus livros mais populares que o verdadeiro Faria adquiriu a popularidade que sabemos, e foi por isso que os seus compatriotas se começaram a gloriar dele, e se ufanaram de que houvesse nascido em Covalle, e que a Gazeta de Bardês lhe chamou o mais ilustre filho desse país, e que o sr. José Nicolau da Fonseca lhe vai erigir um monumento! E deve ser curioso, se no outro mundo se tem pleno conhecimento do que se passa neste, deve ser curioso um encontro de Alexandre Dumas com o abade Faria. “Dê-me para cá o meu nome!”, exclamará talvez o pobre José Custódio, furioso. “Pois sim”, responderá rindo largamente, com o seu riso sonoro e satisfeito, o bom do Dumas, “pegue lá o seu nome, mas então dê-me para cá a sua glória”. E ambos terão razão, porque é certo, efectivamente, que Alexandre Dumas condecorou com o nome do abade Faria um personagem imaginário, mas é certo também que, se o abade Faria consegue expulsar do mundo dos factos essa individualidade apócrifa, com ela se vai também a sua celebridade, e os seus compatriotas nunca mais lhe chamarão o filho mais ilustre do seu país.”⁹³²

E se, na verdade, foi Dumas (mas não só, pois Chateaubriand também se lhe refere, ainda que em tons jocosos⁹³³) quem imortalizou o abade Faria, também é certo que a vida de José Custódio de Faria merece ser rememorada⁹³⁴.

Aduz Gomes Catão: “Francisca da Costa, viúva de Alexandre de Sousa, de Candolim, no seu testamento, datado de 9-9-1786, declara “que tem uma filha – Rosa de Santa Maria, professa no Mosteiro de Santa Mónica – a qual cas. com o Rev. Doutor Caetano Vitorino de Faria, ora existente no Reino de Portugal em companhia do seu filho único Doutor José

⁹³² Chagas, Pinheiro (1984), 32 e ss.

⁹³³ “Je suis un sujet rebelle pour le Swedenborgisme: l’abbé Faria, à un diner chez madame de Custine, se vanta de tuer un serin en le magnétisant : le serin fut le plus fort, et l’abbé, hors de lui, fut obligé de quitter la partie, de peur d’être tué par le serin : chrétien, ma seule présence avait rendu le trépiéd impuissant” – Chateaubriand (1849), *Mémoires d’outre-tombe*. Tome deuxième, Imprimerie de J-G Lardinois, Liège, 32.

⁹³⁴ Eis o que dele diz, na sua escrita empolada, Rodrigues Santana: “O abade Faria é um dos homens mais célebres do mundo. Todos os que leram – e são quase todos os da geração de há trinta ou quarenta anos – o precioso romance de Alexandre Dumas “O Conde de Monte Cristo” recordam-se, por certo, do misterioso prisioneiro do Castelo d’If, o abade Faria. Dumas imortalizou o seu nome, mas escondeu-lhe a origem e a fama, deformou-lhe a figura e obscureceu a sua verdadeira personalidade, envolvendo-a numa penumbra, como a que circunda na antiguidade os grandes génios. Aproveitou-lhe apenas o rígido e íntegro carácter e o seu vasto e selecto saber. Filho legítimo de um padre e de uma freira, brâmane e doutor em teologia e filosofia, abade sem abadia, membro de uma sociedade médica não sendo médico, magnetizador de grande fama, detestado pelos magnetisadores do tempo, clérigo repudiado pelo clero, morrera abandonado e esquecido, tendo por salário a penúria e por lousa o escárnio. Estas circunstâncias singulares da sua existência romanesca contribuíram, por certo, para a escolha do seu nome para o episódio imortal do romance de Alexandre Dumas. Poucos sabem, pois, que este famoso abade, aureolado de mistério e encantamento, predestinado pelo privilégio do talento e pela validez do ânimo a ser um dos altos valores da geração humana, viu a luz do dia em terras da Índia, celebrado país que a natureza dotou com os mais formosos dons. Poucos conhecem que o afamado herói do empolgante episódio residiu em França mais de trinta anos, foi professor de filosofia em Marselha em 1811 e teria visitado verosimilmente, como todos os que vivem em Marselha, o famoso castelo d’If no mesmo ano em que o autor do romance o apresenta como cativo nas cels do mesmo castelo. Todos ou quase todos ignoram que o abade Faria, prisioneiro do castelo d’If, a quem o romance “O Conde de Monte Cristo” deu lustre e renome lendários, foi na vida real um dos mais notáveis hipnotisadores do mundo e egrégio criador da doutrina moderna do hipnotismo. Era brâmane, mas não era iniciado nos Brahmana Shastras; brâmane queria dizer, descendente de brâmanes. A cristianização suprimira aparentemente as castas, mas mantivera-as na prática. Criara associações pias, confrarias e ordens monásticas, exclusivas de cada casta. O abade, pois, não obstante a família ser cristã há perto de dois séculos, continuava brâmane apenas porque descendia de brâmanes” – Rodrigues, Santana (1946), 8 e ss.

Custódio de Faria. Institui seu herdeiro universal o dito seu neto José Custódio, e no caso em que ele não possa herdar, será seu herdeiro universal o seu sobrinho Nicolau Tolentino Ribeiro, filho da sua irmã Antónia da Costa, de Pilerne, com obrigação de dar os rendimentos à sua filha Soror Rosa de Santa Maria; que vende as suas casas por 350 xs. ao seu sobrinho Lourenço Vicente de Sousa, sob a obrigação de dar um companheiro após a sua morte à sua moça Catarina. É seu sobrinho Tolentino Vicente da Costa, de Arporá, o qual lhe deve 200 xs. a 7% e mais 1000 xs. da tença da sua filha freira comuns (?) com o seu marido Dr. Caetano Vitorino de Faria. Este, como não tivesse bens para o seu património, fez-lhe doação do palmar “Zoencapatochy”, sito em Parrá, o qual ele deixou à sua disposição (dela). Era seu sobrinho o P.e António João da Costa, a quem deixa 100 xs. para ele dispor conforme lhe disse; 50 xs. à sua sobrinha Mariana, filha da sua irmã Antónia – Tem cova perpétua do marido (ou pai?) – Assina por ela João Baptista Pinto. Testemunhas Inácio José Lobo, Luís Francisco Pinto, Lourenço Caetano de Sousa, Pedro da Silva, e Caetano Pereira (...) (Liv. de testamentos, n.o 557, no Arq. Rel.).”

São inúmeras as biografias – mais ou menos desenvolvidas, mais ou menos tendenciosas, mais ou menos fantasistas – que conhecemos sobre a vida e obra do abade Faria. De entre elas, aconselhamos a leitura de três, todas da autoria de autores provenientes do grupo das elites *naturais* católicas goesas. Em primeiro lugar, o estudo clássico de Daniel Gelásio Dalgado editado em 1906; depois, o ensaio de Santana Rodrigues editado em meados do século passado; finalmente, o livro que lhe dedicou Luís de Santa-Rita Vaz em 1984.

2-I) COSME DAMIÃO DA COSTA, que continua. Casou com Joana Pereira, de quem teve:

3-I) *“uma criança que faleceu em S. Bartolomeu a 24-7-1734 e foi sepult. no cruzeiro”;*

3-II) Padre Manuel Caetano da Costa, *“Nasceu cêrca do ano 1738. Era subdiácono em 1760. Testamento (2.o) do P.e Manuel Caetano da Costa, de Parrá, morador em Bastorá, feito em Nachinolá, em casa do seu sobrinho José Xavier Lobo aos 5 de Março de 1810. Institui herdeiras as suas irmãs Escolástica Dorotea Lisárda e Maximiana Margarida, casadas, e José Xavier Lobo, filho da sua irmã Florentina, os quais dividirão entre si a herança. Deixa o seu património ao seu sobrinho P.e Lourenço de Menezes, de Nagoá, filho da sua irmã Escolástica Dorotea por conta de certos sufrágios. Doou um candil de sementeira à sua capela de N. Sra. da Graça, de Parrá, do fundo do seu património, e aplicou em seu lugar mil xerafins, etc. Faleceu a 13 de Março de 1810 (Mss de José Avelino Soares, do Arquivo da Relação, Liv. 582). P.e Manuel Caetano da Costa, de Parrá, e Tolentino Vicente da Costa, de Arporá, possuíam várzeas de dois candis de sementeira “Oza”, outro em Cancã em 5 adições, que, por escritura de 9-2-1785, eles deram ao Cofre de N. Sra. da Graça, da capela de Parrá, com o encargo de dez missas anuais de meio xerafim, e uma missa cantada em um dos dias da novena (cit. mss do arq. da Rel, Liv. N.o 586)”;*

3-III) Filipe Carlos da Costa, de Parrá. *“Cas. em 1.as núpcias com Francisca Xavier Gonçalves, filha de António Gonçalves, com o dote de 4000 xs. – Não teve prole. – e em 2.as núpcias com Ana Josefa de Sousa, também sem prole. (...) fêz testamento em 15-5-1805, instituindo herdeiro a seu sobrinho José Xavier Lobo, filho da sua irmã Florentina da Costa (Liv. n.o 1017 no Arquivo da Relação)”;*

3-IV) Maximiana Margarida da Costa, *“Baptisada na igreja de Parrá a 19-12-1747 de oito dias, sendo padrinhos José Gomes, soldado, e Margarida da Costa, moradora em Arporá. Cas. na igreja de Parrá a 20 de Janeiro de 1766 sendo Reitor Frei Manuel de Santa Maria, com José António Caetano de Sousa, baptisado em Siolim (S. Óleos⁹³⁵) a 24-9-1741 de seis meses por P.e João Evangelista Pinto com*

⁹³⁵ Isto é, tratou-se certamente daquilo a que então se chamava “batismo solene” (o que também explica a sua realização tão tardia).

licença do Reitor Frei Caetano da Conceição". José António Caetano era filho de *"Ventura de Sousa, e Rufina Lobo"*.

Deste casamento nasceu:

3-IV-1) Caetano Mariano de Sousa, *"baptis. na igr. de Parrá pelo Reitor Fr. António da Encarnação em 1-12-1766 de 8 dias, sendo padrinhos a Sr.a Santa Ana e José António de Saldanha"*, casou *"com Ana Severina de Sousa, de quem nasceu"*:

a) José António de Santa Maria de Sousa, *"de Bastorá, baptisado a 19 de Setembro de 1805 de 10 dias"*;

3-V) FLORENTINA DA COSTA, que segue;

3-V) FLORENTINA DA COSTA, que continua. Natural de Parrá, *"cas. com Filipe João Lobo, de S. Bartolomeu, de Chorão (estabeleceu-se em Nachinolé)"*. Tiveram:

4-I) JOSÉ XAVIER LOBO, que segue;

4-I) JOSÉ XAVIER LOBO, que continua. Foi *"baptis. em S. Bartolomeu a 13-4-1752, cas. com Ana Eugénia de Sousa, baptisada em Nagoá a 16-12-1768 de oito dias, filha de João de Sousa, de Mapuçá, e de Vitória Regina Ribeiro, de Saligão"*. Foram seus filhos:

5-I) Padre Filipe João Lobo, *"baptis. em Mapuçá, a 9-5-1784 de 11 dias: ord. 28-10-1800"*;

5-II) Padre Caetano Maria Lobo, *"ord. a 29-9-1812"*;

5-III) Gregório José Lobo;

5-IV) Félix Guilherme Lobo;

5-V) Luís Miguel Lobo;

5-VI) Padre Matias José Lobo, *"nasc. a 24-2-1801; ord. a 20-9-1828"*;

5-VII) Rosa Francisca Lobo;

5-VIII) Joana Maria Lobo;

§ 2

DESCENDÊNCIA DE SEBASTIÃO DA COSTA

1) SEBASTIÃO DA COSTA, *"de Parrá, cas. com Anastásia de Oliveira, de Arporá, filha de João de Oliveira e de Esperança de Sá"*. No que concerne ao citado João de Oliveira, de Arporá, anota o Cônego Gomes Catão: *"declara no seu testamento de 4-1-1745 que teve ele oito filhos, dos quais faleceram seis, e vivem duas filhas: Ana, casada com António João Pinto, com o dote de 3200 xs; e a 2.a Anastásia, casada com Sebastião da Costa, de Parrá, filho de António da Costa e de Natália de Sousa, com o dote de 3500 xs. João de Oliveira era irmão do P.e José de Oliveira. Testamenteiro, P.e Sebastião de Sousa (Liv. de testamentos, n.o 1022, no Arquivo da*

*Relação*⁹³⁶)”. Assim se demonstra mais uma conexão entre os Pinto de Candolim e os Costa de Parrá e Arporá, pois ambos descendem de filhas de João de Oliveira – estes de Anastásia, aqueles de Ana⁹³⁷.

O padre José de Oliveira instituiu um vínculo que, depois da sua morte, foi administrado pelos seus sobrinhos.

Anastásia de Oliveira, após enviuvar, compôs igualmente três testamentos. No último deles, “*datado de 25-4-1807*”, esclarece: “*Declara que, há três anos, por persuasão inoportuna do seu neto Sebastião Xavier da Costa, quando esteve em casa do seu filho morgado Tolentino Vicente da Costa, em Arporá, fizera o seu testamento por constrangimento, pois, antes fizera de mão comum outro em 15-10-1757. Revoga e anula o tal testamento. Era sua cunhada Margarida da Costa. Deixa a sua terça ao seu neto Felix Carlos da Costa e, na falta deste, ao seu bisneto Sebastião José, filho do dito Felix. Anastasia de Oliveira faleceu a 30 de Novembro de 1809.*”.

Foram filhos deste casal:

2-I) Padre António João da Costa, “*de Parrá (...). Nasceu em 1746 – ord. 22-9-1770*”;

2-II) Natália (Maria) da Costa, “*baptiz. em Nagoá pelo Reitor Fr. Baltazar de Sto. Antonio a 27-1-1749 de 8 dias; (...). Padrinhos Ant.o Caetano da Cunha e Rita de Oliveira, moradores em Nagoá. Cas., na igr. de Parrá a 20-4-1761 em presença do R.or Fr. Manuel Emílio dos Mártires com Caetano José Lobo, de Chorão*” de quem houve:

2-II-1) José António de Jesus Lobo, “*baptz. em Chorão a 26-3-1767 cas. com Regina Maria Gonçalves, baptiz. a 25-3-1769 de 8 dias, f.a de José António Gonçalves e de Angélica Joaquina Gonçalves, da Piedade*”⁹³⁸. Com geração;

2-III) Tolentino Vicente da Costa, a que já nos referimos acima, “*que se estabeleceu em Arporá*”. Morreu, com testamento (“*datado de 9-12-1810*”⁹³⁹), no qual, como era comum entre as famílias que integravam as elites *naturais* católicas, procurou beneficiar tanto quanto possível o seu filho varão mais velho: “*Nomeia a seu filho Sebastião Xavier no vínculo instituído por P.e José de Oliveira, bem como lhe deixa a sua terça*”.

Casou com Eugénia Rodrigues, de quem teve:

2-III-1) Sebastião Xavier da Costa, “*faleceu em Arporá a 30-1-1825 e foi sepultado no cruzeiro, pagando-se à Fábrica dōze tangas. Era casado em 1.as nupcias com Rosa Ana Lizarda Arcângela Lobo, e em 2.as nupcias cas. em Nagoá a 13-6-1803 com Maria Isabel Pinto, baptisada em Anjuna por P.e Caetano Diogo de Sá aos 26-9-1789, filha de Luis Pinto, de Candolim, e de Ana Anastásia de Freitas, de Assagão; neta paterna de João Baptista Pinto e de Catarina Pereira; e materna de André de Freitas e de Sebastiana Lisboa.*” Eis, assim, novo cruzamento com os Pinto ditos de Candolim⁹⁴⁰.

Foram filhas do segundo casamento:

a) Maria Joaquina Constantina da Costa, “*baptisada na igreja de Nagoá a 18-3-1815 de nove dias (...), sendo padrinhos P.e Simão Salvador Frias, de Arporá, e Ana Francisca Siqueira, de Calangute*”. Casou com o seu parente Álvaro António Nicolau da Costa, filho de Paulo José da Costa e de Ana Severina Lobo, referido *infra*, no ponto 3-VII);

⁹³⁶ Esta cota, como, aliás, qualquer uma das relativas aos fundos do Tribunal da Relação – agora depositados no Arquivo Histórico de Goa, e recatalogados – acha-se desatualizada.

⁹³⁷ Consulte-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Pinto, de Candolim, ponto 5-VI-2), a).

⁹³⁸ Regina Gonçalves era irmã de Ana Severina Angélica Gonçalves, casada com Manuel Francisco Constâncio Colaço, referido no ponto 2-III-2).

⁹³⁹ “*Liv. de testam., n.o 1021, no arq. da Relação*”.

⁹⁴⁰ Consulte-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Pinto, de Candolim, ponto 3-III-1).

b) Maria Especiosa da Graça e Costa, que casou com o seu primo Luís Caetano Pinto, de Candolim⁹⁴¹;

2-III-2) Margarida Leogarda Ditosa da Costa, que morreu antes do progenitor. Esclarece Gomes Catão: “*A dita Ditosa casada*⁹⁴² *com António José Neri Colaço, de S. Matias, com o dote de 6500 xs. deixou os seguintes filhos: Manuel, Ana, Maria, Angélica, Caetano Xavier, Joaquim Vicente e Esperança.*”. O primogénito deste casal, Manuel Francisco Constâncio Colaço casou “*com Ana Severina Angélica Gonçalves, da Piedade, f.a de José António Gonçalves e de Angélica Maria Joaquina Gonçalves.*⁹⁴³ *O filho destes é o Cônego António José Bartolomeu Colaço, baptis. na igr. da Piedade, aos 10-4-1816, ord. presb. A 1-1-1845; faleceu em Arcediago da Sé a 23-4-1886 (possoo os dados biograficos)*”;

2-III-3) Peregrina, que é contemplada com o legado de 60 xerafins no testamento do seu pai;

2-III-4) José Gervásio da Costa, a quem o progenitor deixa, tal como a seu irmão Protásio, por legado testamentário, a soma de 40 xerafins. “*fal. em Março de 1820*”. “*Os dois irmãos (Gervásio e Protásio) fizeram testamento conjunto em 2-6-1819, instituindo herdeira a sua cunhada Maria Isabel Pinto, mulher do seu irmão Sebastião Xavier da Costa (Liv. de testam., n.o 585, no Arquivo da Relação)*”;

2-III-5) José Protásio da Costa;

2-IV) PAULO JOSÉ DA COSTA, que segue;

2-IV) PAULO JOSÉ DA COSTA, que continua, o qual “*ficou em Parrá*”. Paulo José Costa “*cas. com Ana Severina Lobo, de Pomburpá, filha de Caetano Salvador Lobo e de Luzia Maria Lobo*”.

A sua mulher morreu, em 1829, com testamento, datado de 8 de agosto de 1820. Aí expressa que “*Deixa a sua terça ao seu filho Casimiro, e ao seu neto Paulo José, filho de Felix Carlos, e o usufruto à dita filha Ana Conceição, solteira (Liv. de testamentos, n.o 584, no Arq. da Relação)*”.

Foram filhos deste casal:

3-I) FÉLIX CARLOS DA COSTA, que segue;

3-II) Padre Cosme Manuel da Costa, “*Baptis. a 12-4-1784 de 16 dias em Parrá; ord. a 2-4-1808*”;

3-III) Padre Damião Francisco da Costa, gémeo do anterior, “*Baptis. em Parrá a 12-4-1784 de 16 dias – Ord. a 2-4-1808*”. No Arquivo da Cúria de Pangim encontrámos, embora já muito deteriorada, parte do seu processo de ordenação sacerdotal – mais concretamente os “*Autos de Moribus do ordinando Ostiário Damião Francisco da Costa, filho leg.o de Paulo Joze da Costa e de Anna Severina Lobo n.al e m.or em Parrá Provincia de Bardez req. Tres graos de ordens menores – Leytor, Exorcista e Acólito*”, datados de 1800. Aí, no requerimento que os abre, esclarece o candidato àquelas ordens: “*Diz Ostiario Damião Francisco da Costa natural, e morador na Aldea Parra Freg. de Sta Anna da Provincia de Bardez, que elle q.r ordenar-se dos restantes graos, visto ter (palavra ilegível) neste estudo p.a servir a Deos, e o*

⁹⁴¹ Veja-se o título Pinto, de Candolim, ponto 8-IV).

⁹⁴² O enlace realizou-se no dia 24 de abril de 1781.

⁹⁴³ Portanto, Ana Severina Angélica era irmã de Regina Maria Gonçalves, casada com José António de Jesus Lobo, primo do seu marido – como se explica no ponto 2-II-1) deste § 2.

proximo, e como na sua freguezia há falta dos Ecleziasticos suficientes como consta da certid.m junta do seo Paroco (...)”⁹⁴⁴;

3-IV) Padre Cândido Zeferino da Costa, de Parrá, “*ord. a 8-6-1811*”;

3-V) Padre Caetano Maria da Costa, natural da mesma localidade. “*Baptis. a 22-12-1799 de 9 dias; ord. a 18-9-1824. (...) Seu herdeiro Remigio João B. G. da Costa*”;

3-VI) Padre Casimiro Ângelo da Costa, “*Baptis. em Parra a 25-9-1803 de 15 dias; ord. a 20-9-1828*”;

3-VII) Álvaro António Nicolau da Costa, “*baptis. em Parrá a ...-...-1795 de 8 dias, cas*⁹⁴⁵*. em Nagoá a 22-1-1828 com Maria Joaquina Constantina da Costa, de Arporá, onde se estabeleceu*”. Maria Joaquina Constantina era parente próxima do seu marido, pois era filha de Sebastião Xavier da Costa e de Maria Isabel Pinto, como indicamos *supra*, no ponto 2-III-1), a). Tiveram:

3-VII-1) Caetano Xavier Graciano da Costa, “*médico pela Escola de Nova Goa, formado em 15-4-1851, com “Plena”.*”. Casou, mas desconhecemos o nome da sua mulher, e não sabemos se tiveram geração. “*Fal. em Novembro de 1899 (vide necrol. n’O Crente de 18-11-1899)*”;

3-VII-2) Padre Caetano Paulo Vicente da Costa, “*Nasc. 28-6-1831; ord. 28-8-1853*”;

3-VII-3) Padre Caetano Nicolau Salvador da Costa, “*Nasc. 13-1-833; ord. 17-7-1864*”;

3-VII-4) Padre Caetano Luís Gonzaga Camilo Miguel da Costa, “*N. 24-1-1842; ord. 10-11-1867*”;

3-VII-5) Ana Severina da Costa, que veio a casar com o seu primo Remígio João Severino Graciano da Costa, de quem teve geração – veja-se, *infra*, o ponto 5-I);

3-VIII) Ana Conceição da Costa, solteira, a qual “*faleceu em Parrá a 18-1-1869*”;

3-I) FÉLIX CARLOS DA COSTA, que continua. Foi “*baptis. em Parrá, a 17-6-1780, nascido de 8 dias, sendo padrinhos o seu tio Filipe Carlos da Costa, de Parrá, e Barbara do Rosário Mascarenhas, de Calangute. Casou-se em Nagoá a 12-1-1801 com Margarida Catarina Pinto, de Saligão, baptisada na igreja de Nagoá com o nome “Catarina” a 23-1-1786 de 10 dias, filha de Manuel Pinto e de Ana Joaquina Pinto; neta paterna de Salvador Pinto, de Saligão, e de Aurora Barreto; e materna de Inácio Pinto, de Candolim, e de Margarida Rodrigues, também de Candolim, sendo padrinhos Hilário de Campos e Menezes e a dita Aurora Barreto*”⁹⁴⁶.

Este casal teve:

4-I) SEBASTIÃO JOSÉ DA COSTA, que segue;

4-II) Paulo José da Costa, advogado provisionário, “*estabelecido em Candolim*”, “*baptis. na igreja de Parrá a 28-1-1813 de 7 dias, sendo padrinhos Remígio Arcanjo Costa e Ana Paula Lobo, moradores em Parrá. Cas. na igreja de Candolim a 8-6-1852 com Ana Elisa Maria Especiosa de Frias*⁹⁴⁷*, baptisada na igreja de Calangute a 30-8-1835 de 10 dias, filha de Cosme Pascoal de Frias, de S. Matias, e de Maria*

⁹⁴⁴ O último documento que aí se conserva, de 14 de setembro de 1801, testemunha que as suas pretensões vinham sendo coroadas de sucesso: “*Damião Francisco da Costa natural de Parrá aprovado (...) para ultimos tres graos das Ordens Menores tomou dez dias Exercicios Espirituaes neste Real Seminario de Chorão (...)*”.

⁹⁴⁵ Foi celebrante “*o vig.o de Cuncolim, P.e Cândido Zeferino da Costa*”.

⁹⁴⁶ Veja-se o título Pinto, de Candolim, ponto 7-VIII-4).

⁹⁴⁷ Igualmente chamada Maria Elisa Ana Especiosa de Frias, foi batizada na igreja de Calangute no dia 30 de agosto de 1852.

*Rosaura Angelica Conceição de Sá*⁹⁴⁸; neta paterna de Caetano Maria de Frias, de Candolim, e de D. Maria Joaquina Pereira; e materna de José Manuel Braz de Sá e de Ana Josefa Monteiro⁹⁴⁹, de Calangute. Foram padrinhos Vicente Caetano da Costa, da Piedade, e D. Carlota Sebastiana Pinto, de Candolim”⁹⁵⁰.

Por a sua mulher ter herdado vários vínculos dos Frias, Paulo José da Costa fixou-se na casa desta família em Candolim.

Foram filhos deste casal:

4-II-1) Margarida de Frias e Costa, “*casada com o advogado Mariano José Otoline de Rocha, de Aldoná*”

4-II-2) Claudina

4-II-3) Ernesto de Frias e Costa, “*casado com D. Evangelina de Abreu, de Anjuna*”;

4-II-4) Cândido Desidério Caetano Francisco Xavier Aureliano S. Ana da Anunciação Costa, “*vulgo Cândido Desidério de Frias e Costa*”;

4-II-5) Olegário

4-II-6) Lucília, “*casada com o seu primo o médico Salustiano Lobo, de Saligão*”;

4-III) Anastásia Natália Maria da Costa, também chamada **Natália Maria Anastásia**, “*nascida a 27-2-1821, e baptis. a 5-3-1821, cas. com João Vicente de Paula Vaz, de Carona de Aldoná*”. João Vicente de Paula foi o progenitor da família Santa Rita Vaz, que era comumente considerada, na Goa oitocentista, como pertencente ao restrito núcleo da elite “natural”. O nome da linhagem adveio da capela de Santa Rita, em Carona (Aldoná), que lhe pertencia. Era irmão do clínico Damião Salvador Vaz, nascido na mesma localidade a 8 de Janeiro de 1823, e aí baptizado sete dias volvidos (foram padrinhos Jerónimo Francisco Ferreira, natural da Piedade, mas “*assistente em Moçambique*”, e Ana Rita Deodata Gonçalves, representados por João Francisco Xavier de Sousa). Damião Vaz estudou na Universidade de Coimbra, onde se matriculou, respectivamente, em Matemática, Filosofia e, finalmente, Medicina (a 14 de Outubro de 1843, 31 do mesmo mês e ano e a 19 de Outubro de 1847) – AUC, *Certidões de Idade*, 2ª série, (1834-1900), vol. LV (Damásio – Ezequiel), 10 a 11. Licenciado em Medicina em 1851, “*foi nomeado, por decreto de 22 de Setembro de 1855, cirurgião de 1.ª classe do quadro de saúde da província de Moçambique, cargo de que desistiu, estabelecendo-se em Portugal, onde constituiu família*”⁹⁵¹. Foram pais de João Vicente e de Damião Miguel Francisco de Paula Vaz e Maria Isabel de Sousa, moradores no bairro Carona Pequeno – ele filho de João Vaz e de Maria Natália de Jesus, ela de José Paulo de Sousa e Maria Escolástica de Sequeira, todos residentes em Aldoná.

Anastásia Natália Maria da Costa e João Vicente de Paula Vaz tiveram:

4-III-1) Álvaro Camilo Policarpo de Santa-Rita Vaz, comumente conhecido por **Policarpo de Santa-Rita Vaz**. Nasceu no bairro Carona de Aldoná no dia 7 de março de 1848. Proprietário (*afazendado*, como se lê no assento do seu casamento), casou a sua prima D. Margarida Henriqueta das Dores e Cunha, filha de Francisco Caetano da Cunha e de D. Maria Esperança

⁹⁴⁸ Nascida em Candolim – decerto em casa dos avós maternos, conforme era tradição generalizada no seu meio social – no dia 9 de Outubro de 1820. O batismo teve lugar pouco dias depois, a 17 do mesmo mês, sendo apadrinhada pelo seu tio-avô padre António João de Sá. Faleceu em 30 de julho de 1880

⁹⁴⁹ Também conhecida por Tomásia Ana Josefina Anastásia Monteiro.

⁹⁵⁰ Veja-se o título Brás de Sá, de Calangute, ponto 10-I-1).

⁹⁵¹ Cunha, António Maria da (1925), 131 e 132. No mesmo sentido Abreu, Miguel Vicente de (1874), 16.

Gracia (mais conhecida por Leopoldina Maria) Gonçalves⁹⁵². O enlace teve lugar na capela de Santa Rita de Carona de Aldoná, oratório da família do noivo, e foi celebrado pelo padre Manuel Carlos Roldão de Santa Rita de Ataíde. Precedeu-o escritura de dote registada “nas notas do tabelião d’esta comarca Gustavo Adolfo de Frias”.

Foram os progenitores de⁹⁵³:

a) João Vicente António, nascido em Arporá no dia 15 de novembro de 1875, faleceu em Aldoná a 10 de dezembro de 1878;

b) Maria Isabel Prisca, a qual nasceu a 18 de janeiro de 1877, tendo logo morrido no dia 6 de Junho do mesmo ano;

c) Maria Isabel Prisca de Santa-Rita Vaz, segunda do nome. Nasceu no dia 18 de janeiro de 1878. Casou a 29 de maio de 1894 com Sérvulo Jacinto da Paixão Colaço. Este nascera em Margão a 4 de abril de 1867 e fora aí batizado a 21 do mesmo mês e ano. Era filho de Manuel Francisco de Paula Colaço, de Margão, e de Teresa Maria Benedita da Costa, de Curtorim. Depois de estudar jurisprudência na sua terra natal, Sérvulo Colaço obteve carta de provisão para aí advogar. Conheceu algum sucesso profissional, pois foi “*muito procurado para louvado para questões civis e comunais, porque todos teem confiança na sua ciência e na sua consciência*”⁹⁵⁴. Exerceu os cargos de juiz substituto da comarca de Salsete e de administrador substituto do mesmo concelho. Foram filhos de Maria Isabel Prisca de Santa-Rita Vaz e Sérvulo Colaço⁹⁵⁵: **(i) Manuel Francisco de Paula Colaço** (nascido a 19 de junho de 1895 em Aldoná; após ter estudado as primeiras letras em Margão frequentou a St. Joseph’s High School, Arporá; seguiu então para Bombaim, onde prosseguiu a sua formação e estudou literatura, latim e direito e onde acabou por se fixar, sendo professor no St. Xavier’s College); **(ii) Francisco Xavier das Necessidades Colaço** (nascido em Aldoná a 28 de abril de 1897; estudou igualmente em Margão e em Bombaim, onde fez o curso comercial, tendo-se também instalado nesta cidade); **(iii) António Salvador do Nascimento Colaço** (nascido em Aldoná a 17 de abril de 1898; estudou em Margão, transitando depois para o seminário de Rachol e seguidamente para o liceu de Nova-Goa; concluído o secundário, frequentou o curso da Escola Médico-Cirúrgica, que concluiu em 1923; foi médico em Margão); **(iv) Teresa Maria Leopoldina Colaço** (nascida em Margão no dia 18 de abril de 1900); **(v) Margarida Vendelina das Dores**

⁹⁵² Veja-se o título Cunha, de Arporá, ponto 7-X).

⁹⁵³ Para além de outros seis, “*Nascidos em diversas datas, rapazes e meninas, e falecidos de poucos dias de idade, um no mesmo dia e outros no 6.o e 7.o dias do nascimento, vítimas de trismo, sendo todos baptizados em casa causa periculi*” – Cunha, António Maria da (1925), 139.

⁹⁵⁴ Cunha, António Maria da (1925), 132.

⁹⁵⁵ Para maiores desenvolvimentos sobre a descendência deste casal veja-se Cunha, António Maria da (1925), 133 e ss. No que toca a António Salvador do Nascimento Colaço cfr. a seguinte nota biobibliográfica: “*Médico analista (...). Após o curso preparatório no seminário de Rachol, com distinção, no latim, retórica, francês e inglês, fez o curso secundário do Liceu Nacional de Nova Goa, com distinção no curso geral e prémios “Madame Arnaldo de Novais”, “Bernardo da Costa”, e “D. Júlia Lisboa”. Fez depois, em 1918, as cadeiras anexas do mesmo liceu com distinção na Economia Política e prémio “P.e Gabriel Saldanha”. Em 1923 formou-se em medicina pela Escola Médica de Goa, em que sempre se distinguiu, obtendo 19 valores na defesa da tese que adiante registamos (intitulada O problema da hereditariedade). Colaborou, assiduamente, no Heraldo, seu suplemento mensal, e no Heraldo dos Domingos, além de em A Vida, de Margão. Redigiu, também, por algum tempo a revista Mascote, como seu director e após a integração de Goa no subcontinente indiano, foi o primeiro deputado a representar o território na Câmara Baixa (Lok Shaba) do Parlamento indiano. Orador eloquente, chamaram-lhe Língua de Oiro, ainda quando estudante da Escola Médica de Goa e foi um dos talentos que saíram daquela Escola nos últimos 50 anos. Faleceu em Margão, a 26-IX-1983”. Deixou algumas obras publicadas em volume, nomeadamente biografias de Bernardo Peres da Silva e Froilano de Mello. Alguns dos seus escritos foram publicados numa coletânea editada em 1988 – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I., 181 e 182. Orlando Ribeiro, no seu Relatório e mais concretamente na secção votada aos Sentimentos dos goeses em relação a Portugal dedica-lhe palavras amáveis e tem-no em conta de pessoa muito esclarecida: “Por indicação de Sua Excelência o Governador-Geral, procurei avistar-me, em Margão, com um dos nossos mais serenos adversários, o Dr. António Colaço, irmão do actual bispo de Cabo Verde, ao tempo reitor do seminário de Rachol. Médico de grande prestígio e saber, atende a qualquer hora do dia ou da noite gente de todas as classes, nada levando aos que não podem pagar. De uma distinta família brãmene, pareceu-me pessoa de inteligência invulgar, grande apuro moral e possuidor de uma virtude rara aqui – a sinceridade. Recebeu-me com cortesia e interesse e, atendendo a que eu era um homem de estudo, desejava de esclarecer-me, expôs-me abertamente as suas ideias.” – Ribeiro, Orlando (1999), 119.*

Colaço (que nasceu em Margão a 26 de julho de 1901); (vi) **Maria Clementina da Conceição Colaço** (nascida na mesma cidade em 26 de novembro 1980; tal como as suas irmãs Teresa e Margarida, e segundo António Maria da Cunha, “*estudou o elementar e o complementar*”); e **D. José Filipe do Carmo Colaço**, bispo de Cabo Verde. Este último nasceu em Margão no dia 14 de julho de 1910. Tendo estudado “*o elementar e o complementar*” na sua terra natal, daí passou para o seminário de Rachol. Ordenado em 1934, partiu para Roma onde se doutorou em teologia na universidade Gregoriana em 1839. Regressa em seguida a Goa onde é nomeado professor e reitor do seminário de Rachol. Foi um dos responsáveis pelo processo de beatificação do padre José Vaz. A sagração enquanto bispo de Cabo Verde teve lugar na sé arqui episcopal de Goa em maio de 1956;

d) Miguel José Lázaro António de S. Francisco Xavier de Santa-Rita Vaz, nascido (em Aldoná?) no dia 15 de novembro de 1879, estudou quer naquela localidade quer no St. Joseph’s High School de Arporá. Não tendo seguido estudos superiores dedicou a sua vida profissional ao exercício de vários lugares na administração pública: foi sucessivamente funcionário da repartição da fazenda de Bardez e de Moçambique, 3º oficial da auditoria de fazenda do Estado da Índia, contador, escrivão da fazenda de Sanquelim e Bicholim, secretário do conselho de finanças e juiz substituto da comarca de Quepém. Casou no dia 15 de novembro de 1902 com a sua parente D. Maria Isabel Filomeno de Figueiredo, de Loutolim. Esta senhora era filha de Caetano Francisco Filomeno de Figueiredo e de D. Ana Esperança Rita Matilde da Costa⁹⁵⁶;

e) Maria Inês Bernardette de Santa-Rita Vaz, que nasceu em Aldoná a 21 de janeiro de 1894. Casou no dia 27 de novembro de 1909 em Chinchinim com José Camilo Roque da Piedade Dias. O seu marido nasceu em Dramapur no dia 13 de agosto de 1870, graduou-se pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa e dedicou-se à clínica. Tiveram numerosa geração⁹⁵⁷;

f) Padre João Vicente de Santa-Rita Vaz, nascido em Aldoná no dia 26 de junho de 1896. “*Fez os seus preparatórios nos Seminários de Rachol e de Meliapur, e o curso de Teologia no St. Joseph’s Seminary, de Mangalore, onde recebeu todas as ordens sacras, sendo a de presbítero conferida, em 30 de Novembro de 1919, pelo prelado daquela diocese, Mgr. Paolo Perini, dizendo a primeira missa na sua terra natal, na capela de Santa Rita, do bairro Caróna, de Aldoná, em 10 de Dezembro de 1919. Pertencendo à diocese de Damão, desempenhou ali varias comissões, como as de vigário de Kili Kalyan, de professor e director das escolas de Santo André, de Bendorá, de S. Miguel, de Mahim; da escola de Dabul, etc. Tem colaborado em diversas revistas religiosas em inglês, além de escrever em português para o Herald*”⁹⁵⁸;

4-IV) D. Ana Severina Carolina da Costa, “*cas. com Francisco António Gonçalves, da Piedade, f.o de Luis Manuel Gonçalves e de Bernardina Peres*”, de quem houve geração⁹⁵⁹

4-I) SEBASTIÃO JOSÉ DA COSTA, que continua. Dele escreve Gomes Catão: “*foi baptis. em Parrá a 28-2-1804 de 9 dias pelo Vig.o P.e André Avelino da Silveira, sendo padrinhos P.e Jerónimo Xavier Barreto, de Margão, e Rosa Esperança de Mendonça, mulher de Miguel de Melo. Cas. em 1as núpcias com Ana Escolástica (Doroteia) de Menezes, de Arporá, f.a de Felix Caetano de Menezes e de Maria Sebastiana Ferreira; e em 2as núpcias a 4-2-1839 na capela de Badém de Salvador do Mundo, com Efigénia Augusta de Melo, baptis. em Salvador do Mundo a 20-6-1824 de 9 dias*⁹⁶⁰, filha de Gonçalo Simão de Melo, de Badém de Salvador do

⁹⁵⁶ Veja-se o título Figueiredo, de Loutolim, ponto 8-III).

⁹⁵⁷ Cunha, António Maria da (1925), 139 e ss.

⁹⁵⁸ Cunha, António Maria da (1925), 141.

⁹⁵⁹ Veja-se o título Gonçalves, da Piedade, ponto 6-I).

⁹⁶⁰ Se bem que também é dada como natural de Britona, em Bardez.

Mundo, e de Ana Mariana Ribeiro, de Calangute – Esta baptisada em Calangute aos 12-8-1794 de 8 dias pelo cura P.e Pedro António Fernandes, era filha de Caetano Salvador Ribeiro e de Josefa Maria de Sousa, de Candolim; neta paterna de João Francisco Ribeiro e de Violante Arcângela de Sousa; e materna de José Filipe de Sousa e de Margarida Leogarda Mascarenhas. Foram padrinhos João Xavier Pinto e Deodata Lucrecia Maria Fernandes, de Candolim. Cas. em Candolim a 28-1-1812 com o dito Gonçalo Simão de Melo, que era viuvo de Efigénia Conceição, de Serulá”. Segundo o assento de seu neto Manuel António de Quadros, Sebastião José da Costa era médico e “proprietario”. Gomes Catão anota o seguinte anúncio, publicado em “A Índia Portuguesa”, n.o 571, de 10 de dezembro de 1871: “Sebastião José da Costa e filhos fazem saber por este a seus amigos, pessoas de trato e mais relação, que a sua residencia de Parrá será conhecida d’oje em diante, apenas como Quinta da Graça. Quinta da Graça, Parrá 13 de Outubro de 1871”.

Sebastião José da Costa teve de sua primeira mulher Ana Escolástica Doroteia de Menezes:

5-I) REMÍGIO JOÃO SEVERINO GRACIANO DA COSTA, que segue;

5-II) Padre Caetano António Diogo de Miranda e Costa, o qual “*nasceu a 5-6-1833 e baptis. 13-3-33; ord. 24-4-1864*”;

De sua segunda mulher, Efigénia Augusta de Melo, teve Sebastião José da Costa:

5-III) Padre Simplicio Augusto Luciano Vicente Caetano das Dores e Costa, “*baptis. a 15-4-1840 em Salv. do Mundo; ord. a 10-11-1867*”;

5-IV) Padre Crisanto Ângelo Marciano da Costa, que “*nasceu a 17-10-1854; ord. a 11-6-1881*”;

Com base nas pesquisas que desenvolvemos no Arquivo da Universidade de Coimbra, encontrámos ainda uma outra filha do casal, não referida por Gomes Catão:

5-V) D. Aurora Especiosa Piedade da Costa, nascida em Parrá. Casou com Miguel Filipe Xavier de Quadros, “*proprietario e advogado*” de Loutolim. Com geração⁹⁶¹;

5-I) REMÍGIO JOÃO SEVERINO GRACIANO DA COSTA, que continua. Foi “*baptis. em Parrá a 9-11-1828 de 14 dias pelo vig.o P.e António José de Sá (...). Padrinhos P.e Caetano Maria da Costa, e a avó materna Maria Sebastiana Ferreira. Cas. com Ana Severina da Costa, de Arporá, filha de Álvaro António (Nicolau) da Costa e de Maria Joaquina Constantina da Costa*”. Os nubentes eram, pois, parentes próximos. Para mais dados sobre a filiação de Ana Severina da Costa, vide, supra, ponto 3-VII-5).

Foram filhos deste casal:

6-I) AVITO DAMIÃO FRANCISCO CAETANO JOSÉ FÉLIX CRISTÓVÃO DAS NEVES E COSTA, que segue;

6-II) Padre Salvador Elígio José Paulo da Costa, “*Nasc. a 15-1-1854; ord. a 11-6-1881*”;

6-III) Graciana da Costa, “*cas. com ... Albuquerque*”;

6-IV) Escolástica da Costa, “*(fal. Junho 1939), cas. com Dr. Ubaldo da Cunha, de Candolim*”;

6-V) Clotilde da Costa, “*casada com ... Monteiro, de Candolim*”;

⁹⁶¹ Veja-se o título Quadros, de Loutolim, ponto 4-VII-1).

6-VI) Félix Carlos Cosme Cassiano da Costa, “*Nasceu em Parrá a 1-10-1866 e aí baptis. a 9-10-1866, sendo padrinhos Gustavo Adolfo Frias, tabelião, e Luzia de Sá, de Guirim. Era menorista*” quando faleceu, também em Parrá;

6-VII) Padre Casimiro Ângelo João José da Costa, “*Nasc. a 27-5-1868; ord. a 18-12-1897*”;

6-VIII) Diogo João da Costa;

6-IX) Cacilda da Costa;

6-X) Padre Eduardo Zeferino José Maria da Costa, natural de Parrá, onde “*Nasceu a 15-7-1876*”; foi “*ord. a 22-12-1900*”;

6-I) AVITO DAMIÃO FRANCISCO CAETANO JOSÉ FÉLIX CRISTÓVÃO DAS NEVES E COSTA, que continua. Casou com “*Adriana Augusta Piedade Francisca Carmo Rodrigues, de Candolim*”, a qual “*fal. em Setembro de 1909*”.

Tiveram:

7-I) Efigênia da Costa, “*cas. com ... Fernandes, de Siolim*”;

7-II) SEBASTIÃO JOSÉ BARNABÉ LUÍS GONZAGA PAULO DA GRAÇA E COSTA, que segue;

7-III) Damião Francisco da Graça e Costa, que casou;

7-IV) Padre Remígio João José Martiniano da Graça e Costa, “*Nasceu a 7-6-1895; ord. a 1-1-1920*”;

7-V) Flaviana da Graça e Costa, “*(fal. em Dez. 1948), cas. com Matias Elias da Costa, de Curtorim*”;

7-II) SEBASTIÃO JOSÉ BARNABÉ LUÍS GONZAGA PAULO DA GRAÇA E COSTA, que continua. Médico, casou em primeiras núpcias com Leopoldina Lobo e em segundas com Margarida Lobo (falecida a 9 de dezembro de 1950, como se pode ler no “*Heraldo de 10/12/50*”). Sebastião José da Costa “*teve do 1.º casal uma filha Leopoldina cas. com Dr. ... Araújo, de Verná, e da 2ª mulher Margarida os segtes: Adriana, António, Manuel, Sara e Avito*⁹⁶²”.

CUNHA, DE ARPORÁ

Outra das mais destacadas estirpes *naturais* das *Velhas Conquistas* são os Cunha ditos *de Arporá*. No entanto, apesar da antiguidade e importância da família, não subsistiram tantos elementos para o estudo da mesma como aconteceu em várias outras suas congéneres. António Maria da Cunha, que publicou em meados da década de 1920 um estudo genealógico bastante detalhado sobre os seus antepassados e parentes, explica tais lacunas da seguinte forma: “(Francisco Caetano da Cunha declarou) *num Prólogo do “Livro de Genealogia” de sua família, por êle próprio escrito de seu punho, em 5 de Agosto de 1851, não existir nos arquivos da sua casa um Livro de assentos de nascimentos e óbitos dos seus Ascendentes, supondo que tenham sido devorados junto com mais papéis antigos de importância, nas chamas do incêndio do Barracamento da Praça de Aguarda, com quasi toda*

⁹⁶² Quanto a este último, morreu precocemente: “*Avito da Graça Costa, aluno do Semin.o de Rachol, f.o do Dr. Sebastião da Graça Costa, fal. de tifoide, em Parrá, às 14 horas de 26-10-1944 (Particip. no Heraldo de 27-10-44) e sep. Na manhã do dia seg.te*”.

a população da comarca de Bardês, por causa das terríveis e continuas incursões do Regulo Sambagi Saunto naquele território, no ano de 1729”. Assim sendo, Francisco Caetano da Cunha viu-se obrigado a trabalhar com pouco material: “coligiu, afim de os transmitir á posteridade, êsses esclarecimentos, recorrendo álguns testamentos, escrituras e mais papeis avulsos que escaparam áquele incendio, apurando-os com o devido exame e confronto duns com os outros. Assim, organizou, com o maior escrúpulo, o seu livro”⁹⁶³.

Assim se compreende que, de acordo com os elementos de que presentemente dispomos, as origens desta estirpe sejam bastante nebulosas. Não existem sequer fontes suficientes que permitam saber de onde provêm as suas gerações mais remotas. Serão todos de Arporá e cercanias, ou os Cunhas mais antigos ter-se-ão deslocado de uma qualquer outra aldeia das *Velhas Conquistas* como várias outras famílias pertencentes às elites *naturais* católicas (nomeadamente os Rocha de Quítula, os Brás de Sá, os Frias e os Monteiros de Candolim)? António Maria da Cunha remete-se a um prudente silêncio⁹⁶⁴. Pelo contrário o seu irmão mais velho, José Gerson da Cunha, afirmava em 1870 ao referir-se ao pai de ambos: “*Seguindo a linha paterna, encontrou êle uma série de varões ilustres. Vem descendendo em linha recta do antigo bráhmene Balsá Sinai, que, com seu tio Manguexá Sinai, havia passado da sua aldeia natal, Cortalim, de Salcete, nos tempos da conquista portuguesa, entre os anos de 1510 e 1550, anos em que a aldeia de Cortalim era a mais ilustrada do reino de Goaldeo. Foram êles escolhidos pelo govêrno português, como mais instruidos, para se encarregarem da escripturação e contabilidade das Câmara agrária e municipal (sic) da Província de Bardês. Da Câmara agrária encarregou-se Balsá Sinai, que convertendo-se primeiro que todos ao Cristianismo, tomou o sobrenome de “Cunha”, ao passo que o seu tio da Câmara Municipal, também convertido, tomou o de “Ribeiro”. Aquele assentou a sua residência na aldeia de Arporá, num sitio chamado “Gorbat” por excelência ou o lugar da melhor casa da aldeia; e aquele na de Pilerne, no sitio pitoresco chamado Manôse, onde ainda hoje existe. Foi provavelmente no govêrno de D. Nuno da Cunha. Seria talvez para espantar que os dois bráhmanes quisessem voluntariamente renunciar os privilégios de que gozavam na religião de Brahmá pertencendo á primeira graduação social na Índia, segundo o Código de Manú, ainda hoje seguido por toda a extensão da Índia onde predomina o elemento brahaminico e onde as prerrogativas da classe sacerdotal são reconhecidas, para abraçarem a religião do Crucificado, que prega a igualdade perante todos; mas não o será quando se considerar que os bráhmanes, sobretudo os da Índia Central, com tão numerosa seita de filósofos, que como outros desta categoria, andavam em busca da verdade. Não é espantoso, pois, que êles se tivessem convertido ao Cristianismo, convencidos da verdade das suas doutrinas, da pureza do seu evangelho e da exemplar vida do seu fundador, sem nenhum motivo sórdido de interêsse ou por ameaças; porque sabe-se que os dois velhos bráhmenes eram favorecidos de grandes dotes de inteligência e tinham o critério cultivado para apreciarem a evidência das duas religiões e professarem a verdadeira, dotes de inteligência naturais em todos os descendentes da mais bem formada e grande família Ariana, que se tem irradiando do Caucaso para todos os continentes do globo*”⁹⁶⁵. De concreto daqui se pode apenas extrair uma tentativa de demonstração da antiguidade da conversão (e de uma conversão livre) da extirpe bem como do velho parentesco que existiria entre a mesma e a dos Ribeiro de Pilerne.

⁹⁶³ Cunha, António Maria da (1925), 39.

⁹⁶⁴ É interessante atentar nas razões que o autor apresenta de forma a justificar a publicação de uma obra tão obviamente laudatória da sua família: “*Êste volume, a cuja impressão me moveu, unicamente, o sentimento de família, – a minha melhor e maior fôrça durante toda a vida, – compõe-se de três partes: A primeira compreende o esboço biográfico do meu Pai, escrito pelo meu irmão mais velho e junto ás cartas que dêle recebeu, constituindo as cartas e o esboço um verdadeiro tratado de educação moral e social. (...) Entendi que devia salvar dos estragos inevitáveis do tempo tão precioso testemunho de ternura filial; et je suis rempli de moi-même de o ter conseguido. Assim pudesse também reproduzir as cartas! A segunda parte contém ligeiras notas genealógicas da minha família, a cuja compilação me induziu o próprio esboço, com idêntico intuito, de coligir alguns dados extraídos de documentos antigos do arquivo da família, que se vão delindo pela acção do tempo. A êsses juntei rápidos traços biográficos de meus irmãos e seus filhos e netos. Não estarão completos, por circunstâncias especiais da minha vida não me permitirem o preciso vagar para trabalho mais detalhado e ter, por isso, de me limitar a escrever como que sobre joelhos o que tivesse apurado no momento de passar os quartos de papel ao tipógrafo. Sem escusadas censuras, os interessados adicionem benevolmente o que faltar e corrijam o que estiver errado; tanto mais que a circulação dêste volume se restringe, única e exclusivamente, a pessoas de família. A origem da terceira parte, – cuja circulação se não limitou á família, – está explicada na razão de ser que a precede. Não imprimiri êste volume por vã ostentação mas com a mira de dar forma perdurável aos apontamentos coligidos para conhecimento dos pôsteros, que não devem ignorar as virtudes dos seus antepassados, porque lhes impende o dever de as cultivar religiosamente e, ainda, legá-las aos seus vindouros como herança sagrada. Nova Goa, 21 de julho de 1925” – Cunha, António Maria da (1925), I e II.*

⁹⁶⁵ Reproduzido em Cunha, António Maria da (1925), 2 e ss.

Parece no entanto ser certo que o responsável pela construção da casa da estirpe em Arporá foi o mestre de campo António Caetano da Cunha (1726-1798)⁹⁶⁶, um homem que viveu nos anos do consulado pombalino. António Caetano da Cunha terá sabido aproveitar as heranças que recebeu de vários tios, aumentando muito significativamente o património da família na localidade onde a mesma se fixara. Note-se que é também a partir da sua geração (mais concretamente do casamento que celebra com uma Ribeiro dos de Pilerne – e novamente nos aparece novamente esta linhagem) que os Cunha se passam a consorciar com algumas das mais destacadas estirpes das elites *naturais*. Dos seus três filhos, um ficou solteiro e os outros casaram em famílias de grande ascendente neste grupo: os Frias e os Pinto de Candolim.

Existem alguns traços que particularizam os Cunha de Arporá.

Em primeiro lugar, trata-se de uma família onde pontuam os militares e os médicos. Alguns dos clínicos mais conhecidos da Goa do século XIX surgem na sua árvore. É o caso de José Gerson da Cunha e António José da Gama. Ou, alguns anos depois, de Emelina da Cunha, a primeira goesa licenciada em medicina. Não encontramos ao longo das suas gerações, pelo contrário, tantos juristas e advogados *provisionários* como sucede noutras famílias das elites *naturais* católicas.

Em segundo lugar, falamos de uma família profundamente ligada ao mundo da cultura e do jornalismo. São vários os Cunha que viajam e estudam europa fora e muitos deles publicam uma quantidade apreciável de obras nos mais variados domínios. No que toca ao mundo dos jornais, a principal referência é seguramente o “Heraldo”. Trata-se de um dos mais bem-sucedidos diários publicados em Goa. Foi fundado por António Maria da Cunha em 1908 e desde cedo se tornou num apoio importante para a família. O último número do periódico saiu a 15 de abril de 1962.

Em terceiro lugar, os Cunha contam-se entre os mais entusiastas partidários do partido do prefeito Bernardo Peres da Silva. A adesão ao *perismo*, apesar de num primeiro momento ter acarretado uma série de consequências pesadas e onerosas, acabou por se revelar muito favorável à família após a vitória definitiva do partido constitucional liberal.

Outra das características desta família é a forte ligação a Bombaim, em boa parte devida à fixação de José Gerson da Cunha naquela cidade, onde ganhou assinalável notoriedade. É graças a essas ligações que se explicam as detalhadas biografias de António Caetano da Cunha, José Maria da Cunha e Francisco da Cunha publicadas com o título genérico de *Biografia Goana* no “Anglo-Lusitano”. António Maria da Cunha reproduziu esses textos publicados nos finais do século XIX⁹⁶⁷: “*We are now arrived at the period of the political revolutions that shook Goa during the first quarter of this century. It is impossible to give any adequate idea of those commotions in the biographical articles we are writing. The history of those revolutions is the history of an entire country and of an entire people. The history of the times would be incomplete without the history of the men who signalized them, and the history of these men would be equally incomplete without a general history of their epoch. As it is impossible to write a complete history of the times or of the men in these articles, our readers must content themselves with the personal history of the men, with such allusions to contemporary history as the space at our disposal will permit. But in making a beginning of this series we have thought it as well to place before our readers the history of a family in its three generations corresponding respectively to the epoch preceding the revolutions, the period of the revolutions itself, and the period following the revolutions. The history, however incomplete, of the family we have selected for this purpose will give a tolerable idea of the vicissitudes through which Goa in general and her principal families in particular passed during those three generations. The family, as will be seen from the heading, is that of the Cunchas of Arporá in Bardê.*”

Antonio Caetano da Cunha was the scion of an ancient family, which claims descent from Balxá of Balkrishna Sinay, a native of Cortalim in Salsete, who emigrated to Bardez towards the middle of the sixteenth century and

⁹⁶⁶ Ponto 4-II).

⁹⁶⁷ Cunha, António Maria da (1925), 47 e ss.

established himself in the village of Arporá. Antonio Caetano da Cunha was a son of José Gabriel da Cunha by his wife Margarida Lourenço, and was born in 1726. At this time, the province of Bardez was constantly harassed by the Mahrattas, now under de Sawantwadi Chiefs, now under Sambaji. On the occasion of one of these invasions, José Gabriel da Cunha found himself obliged to transfer his residence to the fortress of Agoada. José Gabriel da Cunha died in this refuge in 1730, and unfortunately for the family, the family papers had been destroyed by fire in the preceding year in the same place. We do not know how long the family remained at Agôada, nor we know anything more of the early life of Antonio Caetano da Cunha than the bare mention of this early initiation into the life of a soldier, which he afterwards embraced. This (...) was followed for him by continued success in life, and in the time we find him as one of the richest proprietors of Bardez. It was at this time that the Marquis of Pombal, the despot in his own country, began his policy of conciliation towards the natives of Goa by throwing open to them the higher ranks of the services. In Bardez Antonio Caetano da Cunha was one of the first to profit by this change of Portuguese policy, for in 1763 was appointed Captain of one of the Auxiliary Troops of Bardez. After a service of nine years in this post, he was promoted to the rank of what was then known in the Portuguese Army as the “Mestre de Campo” of the Infantry Regiment of the Auxiliaries of Bardez. In the latter capacity he commanded successively for some time a part of the Wall of Tivim and the forts of Gurém and Chaporá, earning for himself a very flattering recognition of his services from his supervisors. In 1785 he applied for leave to retire from the service and be appointed on retirement to the post of Superintendent of Agriculture, then newly created in Bardez for the cloth factory which had been established by the Senate of that province. The request was granted, and he was appointed to the post, retaining at the same time his military rank. Antonio Caetano da Cunha was also one of the four members (Vereador) of the Senate of Bardez created in 1774 and extinguished five years later. He died in September 1798, leaving a daughter and a son by his wife, Pascoa Ribeiro, of Pilerne⁹⁶⁸.

José Maria da Cunha, son of the preceding, born on the 5th. of April 1770, was also a Captain of the Militia. He took an active part in the political movements of the period, and in 1827 we find him returned by the province of Bardez to the assembly of electors who had to elect Deputies to the Portuguese Parliament. The election is memorable for the struggle that occurred between the two parties who then fought on the political arena of Goa. José Maria da Cunha was on the popular side and one of those who protested against the arbitrary proceedings of their president, Paulo Antonio Dias da Conceição, who had suddenly gone over to the side of the Government. On the 27th. of January 1835 Bernardo Peres da Silva appointed him “Provedor” of the Municipal Chamber of Bardez; but shortly after he was made a prisoner by those who had deposed the Prefect. As José Maria da Cunha was a partisan of the Prefect Bernardo Peres da Silva, the Cunha family suffered a great deal from his persecutions that were raised against the adherents of the unfortunate Prefect. José Maria da Cunha died on the 17th. of September 1840. He was married to Josepha Agostinha Pinto, of Candolim, sister of Major José Joaquim Pinto, of the Peshwa’s army.

Francisco Caetano da Cunha, was the sixth of the seven children of José Maria da Cunha, and was born on the 8.th of February 1799, being baptized in the church of that parish on the 15.th of the same month. As he showed an inclination for active military life, he was entered as a Cadet in the 2.nd Infantry Regiment on the 12.th of January 1813. On the reorganisation of the Goa army he was transferred on the 1.st November 1821 to the 7.th Battalion. As a Cadet he saw active service, with an elder brother, in the campaigns of Redi and Uspá against the Sawantwady Chief in 1817, when he was only eighteen years of age. He was promoted to Ensign on the 18.th January 1825, to Quarter Master of his regiment on the 26.th May 1826 and to Lieutenant of the 2.nd Battalion of “Shooters” with the duties of Quarter Master, on the 4.th April 1834. In the persecution that overtook his family in the following year, Francisco Caetano da Cunha was not forgotten. Following the example of so many of his countrymen who at this time left their homes to avoid persecution, and probably fearing the fate of his father, who was imprisoned, he betook himself to Damaun. But he was not lost sight of in his retirement. On the 25.th of April 1835 his commission in the army was cancelled. Having been re-instated in his post on the 12.th of

⁹⁶⁸ “Páscoa Ribeiro was a daughter of Sebastião Ribeiro, of Pilerne, of a family which claims descent from Mangarna Sinay, also a native of Cortalim in Salsete, and uncle of Balkrishna Sinay, the progenitor of the Cunha family, with whom he emigrated to Bardez”.

February 1838 on the restoration of order, he returned to Goa, and resumed his active service on the 4.th April of the following year. Shortly after he was posted on duty to the fortress of Baga (Army Order N.o 5, dated 11.th May, 1839). On the 7.th of May 1841 he was appointed Lieutenant of the company of Veterans, stationed at Agôada, and on the 19.th of November 1844 promoted to the command of that company. Some time before this, that is on the 19.th November 1842, urged by his family and relations, he had married Maria Esperança Gracia Leopoldina Gonçalves, of Divar. The marriage was celebrated in the chapel of the Costa family of Parrá, by the Vicar of that parish, the Very Rev. Antonio José de Sá. On the 20.th February 1846 he was appointed Commandant of the fort of Baga, which he continued to be till within a few years before his death. On the 5.th of October 1869 he was prostrated by an attack of apoplexy, but he lingered on till the 26.th of January 1872, when a fresh ailment put an end to his existence. He was buried at first in the family vault in the church of Nagoá, but his remains have since been transferred to the chapel of the Pintos of Candolim. Francisco Caetano da Cunha was of a very religious turn of mind, and his favourite author was Nicole, of Port Royal, while that of his brother, Camilo Antonio da Cunha, was Massilion. Of this brother who was an Ensign in the Peshwa's army we have already spoken on a previous occasion. Another brother, Joaquim Gabriel da Cunha, was also in the Portuguese army. He died at Diu on the 7.th of October 1839, after he had attained the rank of Lieutenant. Francisco Caetano da Cunha had twelve children, of whom the eldest is Dr. J. Gerson da Cunha, who was dedicated to his father's memory his "Notes on the History of Chaul and Bassein", and the second is Fernando Claudio da Cunha Pinto, Barrister-at-Law, who has succeeded to the name and estates of the Pinto family of Candolim".

Decorência normal desta proximidade com Bombaim foi o estabelecimento de relações com o Reino Unido. Os Cunha são certamente uma das famílias das elites *naturais* católicas goesas que mais aposta na educação em instituições de ensino britânicas e que melhor aproveita as vantagens oferecidas pela Grã-Bretanha – sem porém nunca deixarem esmorecer a sua ligação quer a Goa quer a Portugal. Tal torna-se particularmente visível a partir da geração dos filhos de Francisco Caetano da Cunha, quando Bombaim se torna num empório comercial e cultural cada vez mais poderoso.

O antepassado mais remoto desta estirpe que se conhece é:

1) MANUEL DA CUNHA, vivo em 1670. Sabe-se apenas ter tido:

2-I) Jerónimo da Cunha, casou com Mónica de Mendonça, de quem não teve geração;

2-II) Maria da Cunha, a qual “morreu solteira, deixando herdeiro da sua partilha seu sobrinho Manuel Francisco da Cunha”⁹⁶⁹;

2-III) ANTÓNIO FERRÃO, que segue;

2-III) ANTÓNIO FERRÃO, que continua. De acordo com o biógrafo familiar, “*não se sabe porque tomou o sobrenome Ferrão, deixando o de seus antepassados*”⁹⁷⁰. É no entanto admissível equacionar-se o ter adotado o apelido do padrinho, como por vezes sucedia em Goa – e também no reino. Casou três vezes. Do primeiro enlace só se sabe o primeiro nome da nubente: Joana. Não tiveram geração. Após enviuar, passou a segundas núpcias com Ana de Sequeira, de quem houve:

3-I) Padre Diogo da Cunha, que parece ser o primeiro clérigo da família. Nada se conhece porém sobre a sua vida (nem sequer as datas de nascimento e morte) a não ser que “*morreu no estado de eclesiástico, sendo sacerdote*”⁹⁷¹;

⁹⁶⁹ Cunha, António Maria da (1925), 40.

⁹⁷⁰ Cunha, António Maria da (1925), 39.

⁹⁷¹ Cunha, António Maria da (1925), 40.

António Ferrão casou terceira vez com Esperança de Sousa. Deste enlace houve numerosa descendência, a qual deu continuidade ao apelido Cunha em detrimento de Ferrão:

3-II) Jerónimo da Cunha, que casou com Sabina de Sousa, de quem teve:

3-II-1) Rosa da Cunha, a qual veio a casar com Gordiano Álvares, de Pilerne. Deste casal “*descendem os Álvares, de Marrá*”⁹⁷²;

3-III) Manuel Francisco da Cunha, que teve uma filha única do seu casamento com Inês de Sousa:

3-III-1) Esperança da Cunha, que casou com António Salvador de Albuquerque. O casal “*teve um filho, que faleceu deixando herdeira sua mãe, que legou todos os seus bens ao seu sobrinho António Caetano da Cunha*”;

3-IV) Rufina da Cunha, casada com Diogo de Sousa, de Calangute, “*não havendo noticia de sua descendência*”;

3-V) Margarida da Cunha, que casou com Filipe de Mendonça. Este era natural de Arporá, onde “*tinha sua casa no palmar Cotarbatta*”. Não tiveram geração. Margarida da Cunha “*Morreu viúva e sem descendência, legando os seus bens ao seu sobrinho António Caetano da Cunha. É autógrafa a sua assinatura no testamento, feito depois da morte do seu irmão José Gabriel da Cunha, pai de António Caetano da Cunha*”⁹⁷³;

3-VI) Úrsula da Cunha, a qual casou com João Pereira, de quem houve:

3-VI-1) Francisco Pereira, “*cuja descendência se extinguiu assim como a sua casa*”;

3-VII) Maria da Cunha, que casou com Lourenço de Menezes, de quem não houve geração “*herdando seus pais o seu dote, do qual fazia parte o palmar Gorbatta pequeno, chamado Gorbatta por Lourenço de Menezes e mais conhecido por Xir de Oigin*”. O seu marido, “*que era natural da Piedade, ilha de Divar, e proprietário de uma casa e de alguns bens sitos em Arporá, onde havia fixado residência, retirou-se depois da morte da mulher, Maria da Cunha, onde contraiu segundas núpcias e morreu, deixando sua viúva, Arcangela do Espírito Santo, e um filho, Luís Caetano de Menezes, os quais venderam a casa de Arporá e seus anexos a António Caetano da Cunha*”. Encontrámos no nobiliário manuscrito da autoria de Gomes Catão que atualmente integra o acervo particular de Percival Noronha algumas informações adicionais relativas ao segundo casamento de Lourenço de Menezes. A sua segunda mulher, Arcângela do Espírito Santo Rangel era natural do bairro Carembata (S. Bartolomeu de Chorão), filha de António Rangel e de Pascoela de Menezes e irmã do padre Rafael Rangel. Este último, batizado a 27 de dezembro de 1698, recebeu no ano de 1725, certamente para constituir o seu património, por doação de sua irmã e cunhado, a “*Várzea Bandi*”⁹⁷⁴, em 2 adições com palmar anexo”⁹⁷⁵;

3-VIII) Mónica da Cunha, que veio a casar com Pedro de Brito, natural de Marnã, e dele teve:

3-VIII-1) Esperança de Brito, “*casada com Domingos João de Sousa, do bairro Vaddi de Siolim, da freguesia de Assagão, que faleceu sem descendência, ficando herdeira dos seus bens sua mãe, que os legou todos ao seu sobrinho António Caetano da Cunha*”;

3-IX) JOSÉ GABRIEL DA CUNHA, que segue;

⁹⁷² Aldeia próxima de Pilerne, em Bardez.

⁹⁷³ Cunha, António Maria da (1925), 40 e 41.

⁹⁷⁴ Palavra de difícil leitura. Pode ser *Bandri*, ou *Banda*.

⁹⁷⁵ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Rangel, de Carembata (S. Bartolomeu)”*, Goa.

3-IX) JOSÉ GABRIEL DA CUNHA, que continua. Não há certezas acerca do local do seu nascimento – talvez Arporá? – mas António Maria da Cunha afiança que morreu na praça da Aguada “por 1730” e foi enterrado na igreja de S. Lourenço de Linhares. A família tinha-se aí refugiado em virtude dos assaltos dos bounsulós a Bardez, conforme explicamos na nota introdutória a este título. Teve do seu casamento com Margarida Lourenço, filha de Ambrósio Lourenço e Angélica Dias:

4-I) Maria do Rosário da Cunha, casada com Lourenço Álvares, de Chorão. Dele “teve filhos e filhas, extinguindo-se a sucessão masculina”. António Maria da Cunha acrescenta ainda que “Das filhas uma casou na Piedade e dela descende a família Rangel, daquela ilha; e a outra em Serulá, dela descendendo a família Sequeira, da mesma aldeia”⁹⁷⁶. Pouco ou nada conseguimos apurar relativamente a estes Sequeira⁹⁷⁷. No entanto, no que diz respeito aos Rangel ditos da Piedade encontrámos alguns breves apontamentos esparsos da autoria de Gomes Catão no nobiliário manuscrito pertencente à biblioteca de Percival Noronha⁹⁷⁸. Catão regista a existência de quatro indivíduos que presumivelmente terão pertencido a esta família apesar de não os conseguir relacionar entre si. Por um lado, (i) temos o padre Benedito Xavier Rangel, ordenado em 1799. Dele só sabemos – também graças a Catão, mas agora em virtude do trabalho que publicou sobre Chorão – ter servido, conjuntamente com Paulo Francisco Rangel, de testamenteiro do padre Domingos José Fernandes (falecido em 1803). Ora, como o referido eclesiástico ditou as suas derradeiras vontades “em casa do seu parente António Caetano Luís Rangel, na Piedade”⁹⁷⁹, é provável que todos pertencessem à mesma família. O referido António Caetano Luís parece ser o mesmo que serviu de escrivão na junta da real fazenda do Estado durante vários anos. Por outro lado, (ii) encontramos Mónica Rangel, a qual “instituiu sobre a várzea *Maluô* pensão de 24 missas reduzidas a 16 missas”. Em paralelo, há (iii) Lourenço Rangel, casado com Isabel Vaz de quem teve pelo menos três filhos. Destes, um casou (Filipe Rangel) e os outros tomaram ordens sacras (os padres Vicente Brás e António Caetano Rangel). Finalmente, (iv) temos António Rangel, casado com Antónia Borges, de Navelim. Esta estirpe deveria viver com alguma abastança e gozar de consideração social pois não só possuía uma “cova perpétua no corpo da igreja”⁹⁸⁰ como uma filha do referido casal, Luísa, teve como padrinhos de batismo “o bispo de Hierápolis, D. Custódio de Pinho, e o vig.o geral do mesmo bispo, P.e Gabriel de Melo”⁹⁸¹. Rangel, e da Piedade, era igualmente o genro de Ana Pascoela Álvares, cujo testamento reproduzimos em anexo. Domingos Pedro Luís Rangel partiu para Moçambique em busca de capitais que permitissem recuperar a pujança da estirpe e lá permaneceu durante uma vintena de anos nos finais do século XVIII⁹⁸². Este testamento merece a nossa atenção por ser um dos exemplos mais esclarecedores que conhecemos dos casos em que *naturais* católicos vendo-se numa situação financeira pouco propícia optaram por uma passagem por Moçambique de molde a dessa forma procurarem recompor a fortuna familiar. A testadora, segundo as suas próprias declarações, casara e vivia em Goltim, tendo enviuvado precocemente⁹⁸³. Tal acontecimento parece ter abalado de forma séria a estabilidade do seu agregado familiar, tanto que, como explica, o marido pouco tinha deixado⁹⁸⁴. A família também passara por várias outras atribulações: por um lado, os dois filhos varões do casal (Luís Filipe das Neves Gonçalves e António Francisco Gonçalves) tinham falecido antes da progenitora. Luís Filipe morrera solteiro. António Francisco, que cremos ser o mesmo que desempenhava o lugar de escriturário da

⁹⁷⁶ Cunha, António Maria da (1925), 42.

⁹⁷⁷ Não sabemos inclusive se são ascendentes dos Sequeira Nazaré, estes também provenientes de Sirulá. Desta família descende o tenente-coronel Luís Caetano de Sequeira Nazaré, o qual teve do seu casamento com Amélia Leonor Gertrudes Albuquerque de Sousa o médico Francisco Xavier de Sequeira Nazaré (1875-1961). Sobre este último veja-se Costa, Aleixo Manuel de (1997), vol. III, 219 e 220.

⁹⁷⁸ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Rangel, da Piedade (Divar)”*, Goa.

⁹⁷⁹ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 162.

⁹⁸⁰ As notas de Gomes Catão não são suficientemente explícita para sabermos se se está a referir à igreja da Piedade ou à de Navelim.

⁹⁸¹ Luísa Rangel foi batizada no dia 17 de dezembro de 1680. Teve pelo menos um irmão: Filipe Rangel.

⁹⁸² Consulte-se o anexo II: testamentos – N20.

⁹⁸³ De acordo com os registos da Junta da Fazenda do Estado da Índia, recolhidos pelo CHAM, já era viúva em 30 de julho de 1778 – data da provisão do governador D. José Pedro da Câmara no sentido de ser nomeada tutora dos filhos, à data todos menores, com a obrigação de lhe entregar todos os bens por ocasião do casamento ou emancipação dos mesmos.

⁹⁸⁴ Concretizando: “não ficarão mais bens do que as Cazes ditas da minha habitação com os seus anexos, e um pedaço da Vargia, chamada Marzuo sita na mesma Aldeia; e alguns moveis insignificantes”⁹⁸⁴, que constão do Inventário, que prestei no Juízo dos Orphaons”.

tesouraria dos materiais e apetrechos de guerra em 1795⁹⁸⁵, casara com Águeda Anastácia de Quadros. O casal tivera apenas um filho, António Caetano, o qual foi beneficiado tanto quanto possível no testamento da avó por ser o sucessor da casa. Seguiram-se assim os procedimentos costumeiros no meio e à época. Restava a filha da testadora. Ana Pascoela admite que a extrema penúria em que vivia não lhe permitira, contra os cânones vigentes, dotá-la: “*Declaro que a dita minha filha Anna Raquel foy cazada com o dito seo marido pela indigencia do dito meo Casal sem dotte*”. Ora, como o genro, Domingos Pedro Luís Rangel, tão-pouco parecia dispor de rendimentos, partiu para Moçambique. Aí permaneceu durante quase uma vintena de anos⁹⁸⁶. É de crer que tenha regressado com alguns capitais uma vez que após o regresso a Goa parece ter conseguido montar casa própria por volta de 1809. Para lá se mudou com a sua família e de lá virá mais tarde a expulsar um filho – como também explica a testadora. Durante as décadas em que Domingos Pedro Luís Rangel viveu em Moçambique a sua mulher e filho ficaram a viver na casa materna, sendo o valor dessa hospedagem descontado na quota hereditária de Ana Raquel Gonçalves. Note-se que Rangel não parece ter acumulado grande fortuna durante a sua estadia em terras africanas, mas apenas garantido o suficiente para uma existência mediada e uma ligeira melhoria do património familiar;

4-II) ANTÓNIO CAETANO DA CUNHA, que segue;

4-III) Filipe Jerónimo da Cunha, falecido “*de pequena idade*”⁹⁸⁷;

4-II) ANTÓNIO CAETANO DA CUNHA, que continua. De acordo com o biógrafo familiar nasceu em 1726 e morreu em setembro de 1798, “*no posto de Mestre de Campo do Têço dos Auxiliares, da comarca de Bardês, com a graduação de coronel, e foi sepultado na igreja de Nagoá, na cova perpétua da família, no cruzeiro, ao lado do altar de Nossa Senhora das Mercês. (...) Foi António Caetano da Cunha que (...) comprou a actual casa de Arporá, com seus anexos, em 30 de outubro de 1745 (sic), por 2.600 xerafins, e a ampliou com novas acomodações, demolindo a sua antiga casa, que existiu no palmar Gorbatta grande. Êle e sua mulher fizeram único testamento, datado de 1797*”.

Casou com Páscoa Ribeiro, natural de Pilerne e falecida em 1797, filha de Sebastião Ribeiro⁹⁸⁸.

Foram filhos deste casal:

5-I) Ana Margarida da Cunha, falecida no dia 8 de julho de 1790. Casou com António Filipe de Frias, de Arporá, filho de Simão Salvador de Frias e de Rosa Maria da Silva⁹⁸⁹. Com geração;

5-II) JOSÉ MARIA DA CUNHA, que segue;

5-III) Camilo António da Cunha, que também foi um ardente defensor do *perismo* e tal como o irmão se viu envolvido na *insurreição de Bardez* em 1822;

5-II) JOSÉ MARIA DA CUNHA, que continua. Por vezes também chamado **Sebastião José Maria da Cunha**. Nasceu no dia 5 de abril de 1770 e morreu “*á meia noite de 17 de Setembro de 1840, no posto de capitão das Milícias de Bardês, sepultado na manhã do dia seguinte no adro da igreja de Nagoá, do lado exterior do altar de Nossa Senhora das Mercês, por ao tempo estarem proibidos os enterramentos dentro dos templos e estar ainda em construção o cemitério da freguesia*”. Também segundo António Maria da Cunha: “*Foi*

⁹⁸⁵ O alvará que o prove neste cargo, pelo prazo de apenas seis meses, data de 10 de abril de 1795, tendo sido passado pelo governador Veiga Cabral. Gonçalves – que substituiria Francisco António de Sousa, que passara entretanto a escrivão da dita tesouraria – é dado como morador na Piedade.

⁹⁸⁶ Recorrendo uma vez mais à letra do testamento: “*e como o dito seo marido se achava no mesmo estado passando-se este para as Terras da Africa para procurar a sua furtuna no anno de mil sete centos noventa dous ate a sua repatriação todo aquele tempo de dezaoto annos, tambem constantes melhormente da dita relação, ficou acolhida ella com o seo filho Antonio Xavier Rangel, em minha Caza*”.

⁹⁸⁷ Cunha, António Maria da (1925), 42.

⁹⁸⁸ Que poderá ser o Sebastião Caetano Ribeiro a que aludimos no título Ribeiro, de Pilerne, I – descendentes de Pedro Ribeiro, ponto 2-III).

⁹⁸⁹ Consulte-se neste anexo o título Frias, de Talaulim e Candolim, ponto 6-I).

Provedôr da Camara Municipal de Bardês e ardente partidário do Prefeito Bernardo Peres da Silva, pelo que foi muito perseguido pelos adversários da Prefeitura. Envolvido na politica daqueles tempos, como se vê de varios artigos da “Chronica Constitucional de Goa” – o segundo jornal publicado em Goa, de 13-6-1835 a 30-11-1837 – que se referem e com certa acrimónia áquele paladino da Prefeitura. Naquele periodo agitado da politica goesa sofreu muito a casa, que, de opulenta, se reduziu à maior decadência, sendo vendidos por José Maria da Cunha, aos desbarrato (sic), varios bens de raiz e ainda ricos objectos de ouro e prata, em sua propria vida, para pagar as avultadas dividas por êle contraidas”⁹⁹⁰.

Casou na capela de Nossa Senhora dos Agonizantes de Candolim a 7 de maio de 1787 com Josefa Agostinha Pinto⁹⁹¹. Esta havia nascido nessa localidade e fora aí batizada no dia 28 de agosto de 1768⁹⁹². Era filha de Salvador João Pinto e de Celestina Maria Luísa de Lima.

Tiveram:

6-I) Henriqueta Maria Angélica da Cunha, a qual *“casou com António João de Noronha, de Pomburpá, tendo tido seis filhos. São actuais representantes desta familia, netos de Henriqueta, Caetano do Rosario de Noronha, possuidor do “morgado” e da casa paterna, com uma capela dedicada a S. Caetano; e Francisco António de Noronha, farmaceutico e agente do Banco Nacional Ultramarino em Mapuçá”⁹⁹³,*

6-II) Sebastião Xavier da Cunha, que *“faleceu solteiro, em 1822, na Capitania de Moçambique, com, mais ou menos, 33 anos de idade, sendo escriturário da Contadoria da Fazenda da mesma Capitania, para onde tinha ido em 1820, com nobres intenções de auxiliar a casa e a familia, empreendendo algum tráfico”⁹⁹⁴,*

6-III) Gabriel Joaquim José da Cunha, nascido no dia 20 de março de 1792 e batizado a 27 do mesmo mês e ano em Nagoá. *“Foi tenente do exercito marata em Poona, e faleceu, solteiro, em 27 de Julho de 1871, pelas treze horas, duma congestão serosa, e foi sepultado no dia imediato, ás 9 h., na cova perpétua da familia no cemitério de Nagoá, jazendo os seus restos na capela de N. S. dos Agonizantes, de Candolim, para onde foram trasladados”⁹⁹⁵.* Fez testamento a 6 de agosto de 1866. Sem geração;

6-IV) Ana Páscoa da Cunha, falecida solteira no dia 14 de fevereiro de 1867. Foi enterrada na cova perpétua da família existente no cemitério de Nagoá;

6-V) FRANCISCO CAETANO DA CUNHA, que segue;

6-VI) Manuel António da Cunha, que morreu bastante jovem, sendo menorista, a 14 de outubro de 1822. Foi *“sepultado na manhã seguinte na igreja de Nagoá, na cova perpétua de familia, ao lado do altar de N.S. das Mercês”;*

6-V) FRANCISCO CAETANO DA CUNHA, que continua. Nasceu no dia 8 de fevereiro de 1799 em casa dos seus avós maternos, em Candolim. Foi batizado na igreja desta localidade a 15 do dito mês e ano. De acordo com o biógrafo da família: *“Militar, pode-se dizer, desde a sua infância, como êle confessa no seu “Livro de Genealogia”, teve de tomar contas da casa depois do falecimento do seu pai, em Setembro de 1840, para a levantar da decadência em que caíra. Demoliu a antiga, por estarem muito velhas e rendidas as paredes e muito fraco o madeiramento do tecto, e quasi sôbre os alicerces da mesma edificou outra nova, “com melhor aparência possível, atendendo as circunstâncias do estado das finanças”, com um poço no quintal,*

⁹⁹⁰ Cunha, António Maria da (1925), 44 e 45.

⁹⁹¹ O destaque social dos nubentes reflete-se nos padrinhos do casamento: o coronel Manuel Godinho de Mira e o sargento-mor Francisco Dionísio da Costa Ayalla, ambos *reinóis* e oficiais da legião de Bardez – na qual também militava o nubente.

⁹⁹² Veja-se o título Pinto, de Candolim, ponto, 6-III-1), e).

⁹⁹³ Cunha, António Maria da (1925), 45.

⁹⁹⁴ Cunha, António Maria da (1925), 45 e 46.

⁹⁹⁵ Cunha, António Maria da (1925), 46.

desmanchando o velho, que existia, arruinado, fora do mesmo quintal, e fez varios melhoramento que constam dos livros de respectivas contas, escrituradas com a meticulosidade propria da sua vida metódica e modelar. “Pesou tudo sobre mim, – diz no mesmo “Livro de Genealogia” – porém todo aquele que confia em Deus, jamais será abandonado, e na intercessão de Nossa Senhora da Piedade, advogada desta casa e familia, e protecção do nosso Santo Sebastião, da devoção, não interrompida, dos meus Antepassados; e se não matriculei os meus filhos na Irmandade da Confraria do dito Santo, estebelecida na capela desta aldeia, foi por um pio pensamento seguido por varões prudentes e doutos Theologos, afim de não os obrigarem a ingerirem-se na administração dos juroes que semelhantes cofres costumam receber; visto que semelhante administração é contraria á recta consciencia, e ser esta opinião mais segura da sã moral que professamos”. Para não repetir o que ficou dito nas páginas antecedentes⁹⁹⁶, não me refiro á sua carreira tão acidentada mercê dos ventos tempestuosos que então sopravam e que o levaram a abandonar a vida militar, na qual o seu brio e valor lhe teriam conquistado as mais elevadas graduações. Estava-lhe, porém, reservada outra missão não menos espinhosa como nobre e digna: manter o prestígio da familia e perpetuar o seu nome guiando a sua progénie pelo caminho da honra e do dever. E ninguém o excedeu nesta árdua tarefa. Bastam as suas cartas coligidas pelo seu primogénito, para se aquilatar a nobreza do seu character e a severidade do seu juizo: estão, porém, ainda as lições práticas que ele deu aos filhos, imbutindo desde logo, nos seus cérebros infantis, principios rigidos da sã moral, que lhes serviram de farol nos turbilhões da vida. (...) Francisco Caetano da Cunha faleceu em 26 de Janeiro de 1872, acercado no seu leito de agonia de todos os seus doze filhos, que, aliás dispersos, uns por causa dos seus cursos escolares em diversos colégios de Goa e outros por causa dos seus officios em Bombaim, Damão e Dio, se encontravam todos em Arporá, reunidos por ocasião do casamento do seu filho mais velho, realizado dez dias antes. Coincidência feliz que deu margem a, momentos antes de expirar, dar aos seus filhos conselhos salutaes, recordando a parábola do feixe de lenha ao recomendar-lhes a união, que seria a sua melhor força. Teve uma morte santa, expirando com plena consciencia do que ia succeder a ponto de indicar ao sacerdote que o ajudava a bem morrer, os officios divinos que devia recitar. Morreu na santa paz do Senhor ás 7h. da manhã, sendo enterrado no cemiterio de Nagoá, donde os seus restos foram trasladados para a capela de N.S. dos Agonizantes, de Candolim, onde jazem sob uma lapide junto com os do seu irmão Camillo e do seu filho Agostinho. Em 8 de Fevereiro de 1889 foi celebrado, solenemente, o centenário do seu nascimento com cerimónias fúnebres na capela de Candolim e um bodo as pobres, com assistência de toda a familia existente na India, tendo em comemoração deste acto a sua viúva erigido uma cruz grande defronte da porta lateral da mesma capela de Candolim, e que ainda lá existe”⁹⁹⁷.

Sempre de acordo com António Maria da Cunha, “O encârgo da casa forçou-o, paralelamente, ao encârgo de constituir familia, no que foi de uma felicidade única”. Casou com D. Maria Esperança Gracia Gonçalves, mas conhecida por D. Leopoldina Maria Gonçalves, na capela dos Costa de Parrá (ascendentes da nubente) a 19 de novembro de 1842. O enlace foi celebrado por um eclesiástico, político e jurista *natural* afamado: o padre *perista* António José de Sá. D. Leopoldina Maria Gonçalves era filha de Francisco António Gonçalves e de sua mulher D. Ana Severina Carolina da Costa⁹⁹⁸. António Maria da Cunha não poupa elogios a esta senhora, que considera ter sido uma “mulher forte” e uma “bemaventurada – se é permitida a frase, – que foi esposa modelar e mãe amantíssima duma geração numerosa, que, louvado Deus, não desmereceu tão distinta filiação”. Dedica especial atenção à sua morte: “faleceu em 14 de Fevereiro de 1903, em Candolim, onde se encontrava por causa da novena e festa de N.S. dos Agonizantes na capela da familia. Como a casa de Candolim estivesse então a ser reedificada e seus incomodos exigissem mais agasalho, passara para a casa ligada, da familia Frias, do seu falecido tio Paulo José da Costa, onde esteve em tratamento durante alguns dias, falecendo na noite de 14, em que o seu cadaver foi logo transportado para Arporá, onde se realizou o funeral, sendo enterrada na capela-mór do cemitério de Nagoá, por a cova perpétua da familia não estar disponivel na ocasião. Os seus restos jazem na capela de Candolim, sob a lousa que cobre os restos do seu filho Fernando, sem designação do seu nome na mesma lousa para não contrariar a lei que não permite jazigos nos templos públicos. O diário “O

⁹⁹⁶ O autor alude ao artigo publicado no “Anglo-Lusitano” que reproduzimos na introdução do presente título.

⁹⁹⁷ Cunha, António Maria da (1925), 59 e 60, 67 e 68. O autor também reproduz um detalhado e muito pessoal *Esboço Biográfico* de Francisco Caetano da Cunha escrito pelo seu primogénito em 1870 – Cunha, António Maria da (1925), 1 e ss.

⁹⁹⁸ Veja-se o título Gonçalves, da Piedade, ponto 6-1-1).

Heraldo” registou a sua morte no n.º de 17 do mesmo mês, nos seguintes termos: “Nem os recursos da medicina nem os desvelos da sua devotadíssima e numerosa família lograram prolongar-lhe por mais tempo a preciosa existencia que, desde principios deste mês, fora rudemente ameaçada de proximo termo por uma viva recrudescencia de antigos padecimentos, encontrando-se em Candolim, aonde fora render o seu anual e festivo preito á Nossa Senhora da Purificação, sob a invocação da qual possui ali uma capela privativa e solarenga um dos seus illustres filhos, o mais velho dentre os vivos, o sr. conselheiro Fernando da Cunha. A Morte, porém, pondo pacificante termo ao seu aflitivo penar, – que sempre suportou com a resignação de uma santa que era, – a roubou-a, é certo, ao intensissimo affecto de tantos que a adoravam e aos quais ela, por sua parte, o retribuía com usura, mas por certo que a levou ao seio de Deus, onde é o lugar daqueles que, como a nobre e veneranda extinta, só souberam em vida irradiar em torno de si e esparzir no coração de todos que deles se aproximassem, parentes ou estranhos, doces expansões de bondade e affecto, aliadas a uma rara e ingênita candura de alma. Uma santa senhora, em toda a extensão e verdade da palavra. Acercada de todos os seus e a todos abençoando, exalou o ultimo suspiro em Candolim, na noite de 14, desprendendo-se-lhe o espirito dos terrenos laços em meio de um tranquilo sorriso de grande ternura. Transportado o cadaver na mesma noite para a sua casa em Arporá, foi ali, no cemiterio da freguesia – onde desejou sempre ser sepultada ao lado dos seus que ali descansam – que os seus despojos mortais desceram á ultima jazida em meio de um préstito imponente e comeedor, composto não sómente de representantes das vastas e gradas relações da sua família mas ainda da gente do povo da freguesia, que em testemunho da sua grande veneração e simpatia por aquella bondosa anciã – contava 77 anos de idade – fez erigir no caminho do sequito da casa ao cemiterio de Nagoá um amplo portico velado de crepes com o distico = Á exma. sra. D. Leopoldina Gonçalves da Cunha, homenagem da freguesia = Uma verdadeira e eloquentissima consagração local, ainda mais tocante pela sua espontaneidade, simplicidade e rareza! Descendente da ilustra familia Gonçalves, oriunda da Piedade, onde ainda tem o seu solar, a aliada – por matrimonio com o prestigioso e já falecido comandante do forte de Baga, Francisco Caetano da Cunha – com a não menos illustre familia dos Cunhas, de Bardês, mãe e avó de damas e cavalheiros da maior distinção e lustre na alta sociedade de Goa e alguns de renome na metrópole e no estrangeiro, a sua morte cobre de luto muitas familias distintas dos três concelhos das Velhas Conquistas”⁹⁹⁹.

Francisco Caetano da Cunha e D. Leopoldina Maria Gonçalves tiveram treze filhos:

7-I) JOSÉ GERSON CAETANO CAMILO DA PURIFICAÇÃO E SANT’ANA DA CUNHA, que segue;

7-II) Fernando Cláudio Sebastião do Rosário da Cunha Pinto, mais conhecido por **Fernando Cláudio da Cunha Pinto**, nascido em Nagoá no dia 2 de junho de 1845 e aí batizado a 10 do mesmo mês e ano. Apadrinharam-no António João Pinto e Clara Esperança Pinto, de Candolim. A ligação especial deste filho de Francisco Caetano da Cunha àqueles parentes de Candolim não se limitou ao batismo. Conforme explica o biógrafo familiar: “*Fernando da Cunha teve de acrescentar ao seu nome o apelido “Pinto” em virtude duma cláusula testamentária, sendo herdeiro do seu tio-avô José Joaquim Pinto*¹⁰⁰⁰, que foi major de infantaria do exército de Puném, e faleceu em 7 de Junho de 1854; e do seu irmão António João Pinto, que foi Sub-Prefeito de Diu em 1835 e faleceu em 1852, ambos possuidores de três quintos dos bens não vinculados da casa originária da família Pinto de Candolim”. Os desejos do testador foram cumpridos: “*Em Janeiro de 1869 foram compradas aos mais herdeiros todas as partes da capela “com seu fato” e as restantes partes da casa, sendo pagos todos os credores, ficando assim Fernando Claudio da Cunha Pinto único proprietário de toda a casa e da capela de N. S. dos Agonizantes, isto é, do primitivo estabelecimento*”. No que toca à vida profissional e familiar de Cunha Pinto: “*feitas as primeiras letras como o seu irmão mais velho, tendo sido leccionado de latim pelo Pe. Custodio Marçal de Sousa, que residiu em casa de seu pai como professor desde 1 de Junho de 1856 até aos fins de Junho de 1859, sendo ao mesmo tempo capelão da capela de Candolim. Esteve de Junho a Dezembro de 1859 estudando humanidades no Seminário de Rachol,. E frequentando de Verém, de Julho*

⁹⁹⁹ Cunha, António Maria da (1925), 68 e ss.

¹⁰⁰⁰ Veja-se o título Pinto, de Candolim, ponto 6-III-1), f). Aí se reproduz parte do testamento de José Joaquim Pinto.

de 1862 a Maio de 1863, a Escola Matemática e Militar de Nova Goa. Em 1864 esteve estudando em Bombaim, vindo depois a Goa estudar Leis, fazendo exames de Direito em 14 de Dezembro de 1865 e obtendo carta de advogado em Julho de 1866. Por port. de 22 de Outubro de 1867 foi, mediante concurso, nomeado ajudante privativo da Conservatória do Registo Predial de Damão, onde foi também vereador da Camara Municipal e advogou com tal aura que o seu patrocínio foi á porfia solicitado pelos Damanênses em toda a sua vida. Dêsse cargo de ajudante da Conservatória foi, a seu pedido, exonerado em 27 de Abril de 1871, e nomeado juiz do antigo julgado de Sanquelim em 6 de Julho do mesmo ano. Pouco tempo esteve no exercício dêste cargo, que deixou em 27 de Novembro do mesmo ano, passando a advogar e a leccionar Direito, em Nova-Goa, sendo depois nomeado juiz de Direito substituto da comarca das Ilhas. Foi vogal da Junta Geral da Provincia nos bons tempos daquele pequeno parlamento colonial, e depois Vogal do Conselho de Provincia, do Tribunal de Contas, do Conselho Inspector da Instrucção Pública, por três anos, por port. de 27 de Setembro de 1900 e confirmado por dec. de 8 de Novembro do mesmo ano, e, afinal, Tesoureiro Geral do Estado, nomeado em 4 de Maio de 1900, cargo de que tomou posse em 10 do mesmo mês, exercendo-o até á morte. Numa viagem que, em 1896, fez á Europa, foi agraciado por el-rei D. Carlos com o titulo do seu Conselho por carta régia de 18 de Junho de 1897, sendo dentre os filhos de Goa o primeiro a receber esta alta mercê. Foi Agente Consular da França na India Portuguesa, advogado do Govêrno Inglês durante a vigência do Tratado Luso – Britânico de 26 de Dezembro de 1878, que vigorou desde 15 de Janeiro de 1880 até igual data de 1892; e da “West of India Portuguese Railway” durante o periodo da sua construção e ainda depois; e bem assim Sindico da Santa Casa da Misericórdia e procurador em todas as causas importantes da época, sendo considerado um dos advogados mais insignes do seu tempo, possuindo, para mais, o dom de falar algumas linguas europeias e orientais, pelo que o seu patrocínio era procurado tanto por nacionais como por estrangeiros. (...) O conselheiro Fernando Claudio da Cunha Pinto faleceu á uma hora e meia de 12 de Dezembro de 1903, realizando-se o seu concorridissimo funeral ás 10 h. do dia immediato, tendo discursado á porta do cemitério de Santa Inês o general João de Melo de Sampaio, dr. José Joaquim Fragoso, Duarte Fernandes, advogado Pedro António Coelho em nome da corporação dos advogados das Ilhas, e o advogado J.J. Correia Afonso, sendo alguns excerpts destes discursos registados em “O Herald” de 15 do mesmo mês. No 30.o dia do seu decesso mandaram celebrar exéquias solenes na igreja matriz da capital, os advogados e os empregados de justiça da India Portuguesa, proferindo no fim o advogado Manuel Sebastião Vás, um discurso, que está impresso em uma “plaquete”, com o retrato do extinto envergando a toga de advogado, que figurou em todos os tribunais da India Portuguesa. Os seus restos, retirados da sepultura com a assistência do seu irmão António e que estiveram algum tempo recolhidos em casa dêste, onde sofreram a devida beneficiação, foram depositados solenemente, sob uma lápide, na sua capela de Candolim em 1907, depois de removidas as dificuldades das leis actuais que proibem transladações nos templos e que se afiguravam insuperáveis, por um despacho do governador geral Arnaldo de Novais, que a permitiu por atenção especial para com o mesmo seu irmão António; e ali jazem sob uma lousa, tendo ao lado uma urna com os restos de sua Mãe. Os seus filhos Helena e Francisco mandam, anualmente, ao Liceu de Nova Goa, com prévia autorização do govêrno, a importância de 25 rupias para ser entregue ao aluno mais classificado em Matemática na classe de saida, sob o nome de “Prémio Conselheiro Fernando da Cunha”, que instituiram no 1.o anniversario da sua morte. O “Almanach Bertrand” para 1903 publicou um magnífico retrato de Fernando da Cunha, em traje diplomático, com as seguintes palavras: “O conselheiro Fernando Cláudio da Cunha Pinto, de quem damos, nesta página, o retrato, e recentemente falecido em Nova-Goa, era tesoureiro geral do Estado da India Portuguesa, talentoso e eminente jurisconsulto, representante duma das casas mais illustres de aquela provincia, e uma das figuras mais simpáticas da “élite” social da sua capital pela gentileza do seu porte e pelas suas maneiras assás cativantes. Por algum tempo exerceu com muita distinção as funções de delegado do ministério público e de juiz de comarca, bem como os cargos electivos de vogal da junta geral, do tribunal de contas e do conselho de provincia. Por nomeação do govêrno provincial foi chamado por vezes a desempenhar várias comissoes públicas. Mas, a sua feição principal e predominante, que o tornou verdadeiramente superior, destacava-

*se na profissão de advogado, em que foi tão brilhante como exímio, sendo geralmente apontado porisso como ornamento distinto do fôro indiano. Vantajosamente conhecido entre nós pelos seus valiosos trabalhos jurídicos, ainda há poucos anos visitara Lisboa, onde insignes mestres em jurisprudência procuraram conhecê-lo pessoalmente, porisso que o conselheiro Fernando da Cunha, além de abalizado nas leis, era um cavalheiro, que pela sua primorosa educação social, bela figura insinuante e distinção notável de trato, conquistava desde logo as simpatias pessoais de qualquer individuo com quem se relacionasse. Chefe de uma familia principal da provincia, que há mais de um século tem o fôro de fidalguia da casa real e casado com uma senhora igualmente ilustre pela nobresa de sua familia como pela sua fina educação moral e cultura intelectual, recebeu sempre com extremada fidalguia e distinção as suas relações todas, que eram numerosas e que jámais esquecerão a nobre galhardia das recepções da sua casa, e que tanto o estimavam pelo seu coração de ouro. Morreu com 58 anos apenas, vítima de doença adquirida pelo excesso de aplicação no desempenho dos seus deveres profissionais”*¹⁰⁰¹.

Casou na matriz de Pangim no dia 22 de outubro de 1867 com a sua parente D. Albina Ernestina Verediana Gonçalves, residente naquela cidade e filha de Caetano Francisco Gonçalves e D. Mariana Henriqueta de Figueiredo¹⁰⁰². Tiveram:

7-II-1) Maria Luísa, nascida e poucas horas depois falecida em Damão no dia 22 de outubro de 1870;

7-II-2) D. Helena da Cunha Pinto, que nasceu em Arporá no dia 2 de outubro de 1872 e “foi baptizada na igreja de Nagoá, em 10 do mesmo mês, sendo seus padrinhos a Condessa de Torres Novas, então esposa do general Daniel Ferreira Pestana, e Bernardo José da Silveira e Lorena, director da Feitoria de Surrate e, depois, Tesoureiro Geral do Estado”. Casou na matriz de Pangim a 2 de março de 1886 com o médico Rafael António Pereira, de Benaulim¹⁰⁰³. “D. Helena da Cunha Pinto Pereira fez duas viagens á Europa, em 1887 e em 1896, com alguma permanência em Lisboa, onde se aperfeiçoou em Música, e principalmente no piano e no canto, sendo considerada uma das mais exímias cantoras”¹⁰⁰⁴. Parecem não ter tido descendência;

7-II-3) Francisco Caetano, que nasceu em Arporá a 31 de maio de 1875 e morreu seis dias depois;

7-II-4) Francisco Caetano da Cunha Pinto, nascido em Pangim no dia 28 de janeiro de 1877. Foi batizado na mesma cidade tendo por padrinhos seus tio Francisco António Leopoldino Gonçalves e avó D. Leopoldina Maria Gonçalves. “Feitos os seus preparatório na Cathedral High School, de Bombaim, depois de ter estudado o Português e o Latim em Pangim sob a direcção do rev. Pedro Floriano Vás, e rudimentos de Música e Piano sob a de Aleixo Caetano Ribeiro, partiu, em Abril de 1898, para a Inglaterra, onde fez o curso de Medicina no Owen’s College, da Victoria University, de Manchester, sendo, ainda estudante, nomeado demonstrador de Patologia Externa da mesma Escola, em Novembro de 1903. Fez a sua formatura (M.B., Ch. B.) em 29 de Março de 1906, sendo logo em 3 de Abril immediato convidado pela Universidade de Manchester para seu representante oficial no 15.o Congresso de Medicina que se reuniu em Lisboa em 19 do mesmo mês, onde foi agraciado com a comenda de S. Tiago, de mérito scientifico, literário e artístico. Nomeado médico interno do Cheadle Hospital, anexo á Royal Infirmary de Manchester, em Junho do mesmo ano. Regressou á India em Abril de 1812, chegando a Goa em 8 doo mesmo mês; e em Dezembro abriu consultório em Bombaim, onde, em 21 do mesmo mês, foi nomeado vice-consul de Portugal. Tornou para a Europa em 5 de Março de 1914, embarcando em Bombaim em 9 do

¹⁰⁰¹ Cunha, António Maria da (1925), 82 e ss. Pode encontrar-se uma lista dos trabalhos que publicou, todos ligados à sua atividade profissional, em Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 319.

¹⁰⁰² Veja-se o título Gonçalves, da Piedade, ponto 7-III).

¹⁰⁰³ Veja-se o título Misquita e Pereira, de Benaulim, ponto 8-I).

¹⁰⁰⁴ Cunha, António Maria da (1925), 91.

mesmo mês. Voltando á Inglaterra, obteve o grau de Doutor (M.D.); e, em 1924, foi nomeado vice-consul de Portugal em Manchester”. Casou na catedral de Leeds no dia 28 de janeiro de 1918 com Lucy Finnerty, “filha de W. J. Finnerty, sub-director do diário Yorkshire Post da mesma cidade de Leeds”¹⁰⁰⁵. Com geração;

7-III) Francisco de Sales da Cunha, nascido em Arporá no dia 23 de agosto de 1847 e batizado na igreja de Nagoá a 31 do mesmo mês e ano. Apadrinharam-no Félix Carlos da Costa e D. Ana Severina Carolina da Costa. De acordo com o biógrafo da família, “estudou as primeiras letras em casa e esteve depois, com seus irmãos Fernando, Joaquim e Agostinho, estudando em Pangim, mas morando em Verém, de Julho de 862 a Maio de 1863. Em 1864 recebeu lições de latim do pe. Nicolau Salvador da Costa, em Arporá, e em 1866 estudou outras cadeiras em Mapuçá, que frequentava de Parrá. Em 22 de Outubro de 1867 foi nomeado amanuense da Conservatória de Diu, donde passou, em 1869, para ajudante da Conservatória de Damão, voltando para Diu como delegado do Procurador da Corôa, nomeado por port. de 11 de Outubro de 1871, sendo provido definitivamente em 10 de Novembro do mesmo ano. Em 1872 foi transferido para Damão em idêntico cargo. Em 1874 passou a sub-delegado do julgado de Calangute, cargo de que tomou posse em 19 de Janeiro. Foi administrador das confrarias de Bardês, 2.º escriturário da Contadoria Geral e, nesta qualidade, escrivão da fazenda de Bardês em 1880 e de Salsete em 1888, sendo promovido a 1.º escriturário da Repartição de Fazenda Provincial em Agosto (?) de 1889, tendo sido escrivão de fazenda de Damão em 1892. Aposentou-se em 1903”¹⁰⁰⁶. Casou em Margão no dia 2 de março de 1889 com D. Maria Angelina da Expectação Lourenço, filha do advogado provisionário Faustino Maria Lourenço e de Maria Esperança Efigénia da Piedade Álvares¹⁰⁰⁷.

Tiveram:

7-III-1) Agostinho, nascido em Margão no dia 26 de dezembro de 1889. Foi batizado nessa mesma localidade “sendo seus padrinhos Doutor Agostinho Vicente Lourenço e sua esposa Madame Eugenie Lourenço”¹⁰⁰⁸. Morreu no dia 20 de abril de 1900;

7-III-2) Vítor da Cunha, o qual “nasceu tambem em Margão, ás 8 h. e 25 m. duma quarta feira, em 25 de Fevereiro de 1891, e foi baptizado em 5 de Março imediato, sendo seus padrinhos os mesmos do irmão mais velho, representados pelo dr. António do Rosário Gonzaga Álvares e sua filha D. Clara Estela Álvares. Estudou no colégio de Arporá e foi para Bombaim em 31 de Dezembro de 1902, onde fez um curso com distinções, formando-se, em 1911, bacharel em Ciências e obtendo em 1912 o diploma de “Licenciae of the Central Association of Accountant (London)”. Entrou em Novembro de 1912 para a Secretaria do Govêrno da Presidência de Bombaim, onde ocupa actualmente o cargo de “Superintendent, Revenue Department” (chefe de secção). De Julho de 1922 a Agosto de 1923 fez uma longa viagem de estudo pela Europa, tendo estado na Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Itália, Suíça, Alemanha, Áustria e Húngria, cuja descrição deixa no Heraldo, sob o título de Por terras alheias”;

7-III-3) Francisco de Sales da Cunha, que nasceu em Damão no dia 8 de setembro de 1892 e foi batizado nessa praça do Norte a 9 do mês seguinte, “sendo seus padrinhos o advogado e professor António Vicente da Silva Albuquerque, representado pelo cirurgião-mór Pedro Francisco Demóstenes Mascarenhas, e D. Guilhermina de Almeida e Costa, esposa do então governador daquele distrito, Marques da Costa”. Sempre segundo a genealogia dos Cunha, “feito os preparatórios em Goa (Pangim e Porvorim) e Bombaim, partiu para Manchester em Fevereiro de 1910 e regressou em Julho do mesmo ano, tendo neste intervalo feito exames de comércio da “London Chamber of Commerce”, “Royal Society of Arts”, “National Union of Teachers”, etc.

¹⁰⁰⁵ Cunha, António Maria da (1925), 91 e 92.

¹⁰⁰⁶ Cunha, António Maria da (1925), 93 e 94.

¹⁰⁰⁷ Veja-se o título Álvares, de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 5-IV-6), a).

¹⁰⁰⁸ Cunha, António Maria da (1925), 97.

Trabalhou alguns meses na redacção do Herald, para o qual tem escrito muitas vezes, e empregou-se, em Bombaim, na firma grega Ralli Brothers em 1910, ocupando agora o cargo de chefe duma secção (“Calculation Branch”)”¹⁰⁰⁹;

7-III-4) José Gerson da Cunha, nascido em Margão no dia 10 de agosto de 1894. Depois de ter sido batizado pouco após o nascimento *cavsa pericvli*, foram-lhe “*postos os santos óleos na igreja daquela vila em 22 de Outubro do mesmo ano, sendo seus padrinhos seu tio dr. José Gerson da Cunha, representando por outro tio, Álvaro Policarpo de Santa Rita Vás, e D. Maria Luzia de Miranda e Álvares*”. Também passou a maior parte sua curta vida em Bombaim: “*Feitos os exames do ensino primário em Goa, com primeiro prémio, foi para o St. Mary’s College de Bombaim, colhendo muitos prémios em várias disciplinas, com alta classificação nos exames de “Matriculation” em 1910, e sendo o primeiro classificado no mesmo ano no “High School Examination”, com distinções no inglês e no latim, nas sciências e nas matemáticas. Estudou o comércio, ficando classificado em 1911 em segundo lugar nos exames da secção de contabilidade o Thomason Engineering College, de Roorke, a que se apresentam candidatos de toda a India. Esteve empregado na casa Ralli Brothers, no “Accountant General’s Office”, e, transitou para a Repartição das Obras Publicas, indo par aa B.B. & C. I. Railway, onde em pouco tempo era chefe duma secção. Escreveu para a revista Railways, de Calcuttá; para o Magazine da B.B. & C.I., Herald, Crusaders, Franciscan Annals of India, etc. Era director do “En Avant”, órgão da Academie du Progrès, interessante revista manuscrita em português, inglês e francês, ilustrada, que saía regularmente enquanto ele viveu. Faleceu em Bombaim em 27 de Julho de 1921, muito lamentado, como se vê do seguinte trecho dum artigo da revista Angelus: “O seu enterro foi, apesar do temporal, o seu melhor elogio. Na vida foi sempre leal, bondoso, serviçal e generoso: a alma de um cavalheiro antigo, habitando o corpo de um monge, vestido com o fino gosto do poeta e o aprumo correcto e digno de um gentil homem (...)”. (...) Seus amigos instituíram um premio anual para ser conferido ao aluno mais classificado em Português na “Antonio de Souza School”, de Byculla. Os seus restos jazem no cemitério de Haynes Road, ao lado dos do seu tio e padrinho, dr. José Gerson da Cunha*”¹⁰¹⁰;

7-III-5) Fernando da Cunha, o qual nasceu em Pangim no dia 8 de março de 1897 em Pangim e foi batizado nessa cidade sendo padrinhos o seu tio Fernando Cláudio da Cunha Pinto e a condessa de Aurora. “*Estudou em Goa, e em 1913 passou para Bombaim, terminando em 1924 a sua formatura de M.D., B.S., bacharel em Medicina e Cirurgia. Abriu o seu consultório naquela cidade em 1 de Março de 1925*”;

Francisco de Sales da Cunha “*casou em segundas núpcias, em 7 de Janeiro de 1905, com D. Luciana Monteiro, filha de Gustavo Tibúrcio Monteiro, de Candolim (...). Por escritura pública separou-se, porém, amigavelmente desta senhora, restituindo-lhe o seu dote e ela renunciando todos e quaisquer direitos*”. Note-se que o nome completo da segunda mulher de Francisco de Sales da Cunha era Luciana Rita Especiosa Monteiro¹⁰¹¹;

7-IV) Joaquim Manuel Sebastião Maria da Cunha, nascido em Arporá a 18 de novembro de 1848 e batizado em Nagoá a 29 do dito mês e ano. De acordo com o seu irmão e biógrafo, “*fez as primeiras letras em casa, como seus irmãos, e de Julho de 1862 a Maio (?) de 1863 estudou em Pangim, morando com outros irmãos em Verém. Em 1864 recebeu lições de Latim do Pe. Nicolau da Costa, e de 1866 a 1867 esteve estudando em Bombaim, na St. Xavier’s School, regressando a Goa, para auxiliar seu pai, sendo por este instituído seu herdeiro tercenário, na administração das casas de Arporá e Candolim, que estiveram a seu cargo até ao final da sua vida. Foi pelo govêrno inglês nomeado inspetor das marinhas*

¹⁰⁰⁹ Cunha, António Maria da (1925), 97 e 98.

¹⁰¹⁰ Cunha, António Maria da (1925), 98 e ss.

¹⁰¹¹ Veja-se neste anexo o título Monteiro, de Candolim, ponto 12-I).

das Ilhas, em 25 de Julho de 1887, na vigência do tratado luso-britânico, e por vezes foi presidente das comissões avaliadoras dos prédios para a organização da matriz predial, tanto em Bardês, como em Perném. Ocupou todos os cargos locais, tendo sido por longos anos um regedor que deixou tradição pela rapidez dos seus processos e rectidão da sua justiça, a ponto de numerosíssimas questões das aldeias vizinhas serem submetidas ao seu juízo e sentença ex aequo et bono, gozando, porisso e pelo seu temperamento jovial, de extraordinária popularidade entre grandes e pequenos. Foi auxiliar valioso da Gazeta da Índia, semanário que se imprimiu, de 1893 a 1894, primeiro em Candolim e depois em Arporá, e publicou alguns artigos no Heraldo, ainda pouco tempo antes da sua lamentada morte, ocorrida às 10 h. de 6 de Setembro de 1902, sendo enterrado no dia imediato no cemitério de Nagoá, na cova perpétua da família, onde jazem os seus restos até hoje”¹⁰¹²;

7-V) João Inocêncio Agostinho da Cunha, comumente conhecido por **Agostinho da Cunha**. Nasceu em Arporá no dia 28 de dezembro de 1850 e foi batizado em Nagoá a 5 de janeiro do ano seguinte. Apadrinharam-no Francisco Salvador Pinto, de Saligão, e Ana Rosália Gomes, mulher de Lucas António de Sá. Após “*estudar as primeiras letras em casa, esteve, de Julho de 1862 a Maio de 1863, com seus irmãos morando em Verém e estudando em Pangim; tomou lições de latim do pe. Nicolau da Costa, em 1864, em Arporá; esteve em 1866 no colégio do Pe. Mestre Francisco de Ataíde, em Corjuém, e entrou, em Junho de 1867, no Seminário de Rachol, onde foi laureado em todo o curso de Teologia, e nomeado Prefeito do mesmo Seminário. Concluído o curso de Teologia, tendo já recebido as Ordens Menores e não podendo receber as Maiores por falta de Prelado na Arquidiocese, matriculou-se no ano lectivo de 1872-73 na Escola Matemática e Militar de Nova Goa, enquanto se preparava para partir para Portugal, onde faria o curso de Medicina na Universidade de Coimbra, se não preferisse receber ali as ordens sacras. Em Pangim, porém, teve um tifo, que o matou em 20 de Setembro do mesmo ano de 1872, desaparecendo com ele um brilhante talento e uma figura extremamente simpática, que, com grande pendor para as letras, colaborara nos Almanacs Literários de Frederico Gonçalves e Cristovão Pinto, e noutras publicações da época. Interrado no cemitério de Pangim, os seus restos foram trasladados para a capela de Candolim, onde jazem sob a lousa que cobre os restos do seu pai e do seu tio Camilo António da Cunha*”¹⁰¹³;

7-VI) D. Leocádia Maria Francisca da Cunha, nascida no dia 22 de outubro de 1852 em Arporá, foi batizada em Nagoá a 30 do mesmo mês e ano. Apadrinharam-na Caetano Francisco Gonçalves e D. Benvinda Rodrigues da Gama. Casou na matriz de Pangim no dia 22 de outubro de 1867 com Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves, filho de Caetano Francisco Gonçalves e D. Mariana Henriqueta de Figueiredo. Tiveram numerosa geração¹⁰¹⁴;

7-VII) Vítor Bernardo Sabino da Cunha, que nasceu em Arporá no dia 30 de dezembro de 1854 e foi batizado em Nagoá a 8 do mês imediato. Teve por padrinhos o advogado *provisionário* José Bernardo Colaço, então procurador da coroa e fazenda, e D. Maria Vitória da Gama. No que diz respeito à sua vida académica: “*estudou em Parrá e em Calangute o ensino primário e o latim, e no colégio do P.e Mestre Francisco de Ataíde, em Corjuém, de 1866 a 1868, outras disciplinas, fazendo exames no Liceu. Partiu para Portugal em 20 de Setembro de 1873, custeando todas as despesas seu irmão José Gerson da Cunha, tendo chegado a Lisboa em 11 de Novembro do mesmo ano. Fazendo o resto dos preparatórios em cursos particulares por ter chegado depois de expirado o prazo da matrícula, em Coimbra, para onde seguiu imediatamente, matriculou-se na Escola Médica do Porto, em 1874. Adoecendo quando estava já no 3.o ano do Curso Médico, passou a Coimbra, afim de se tratar, e ali faleceu em Setembro de 1876. O seu irmão António, nas vésperas do seu regresso à Índia, procurou arrecadar os seus restos, mas não o conseguiu, com grande pena sua, porque era seu intento juntar os seus aos restos dos seus pais e irmãos que jazem na capela de Candolim. Vítor da Cunha era uma figura esbelta, porventura o mais delicado de*

¹⁰¹² Cunha, António Maria da (1925), 101 e 102.

¹⁰¹³ Cunha, António Maria da (1925), 103 e 104.

¹⁰¹⁴ Veja-se o título Gonçalves, da Piedade, ponto 7-I).

todos os irmãos e não desmerecendo de nenhum em talento e virtudes, a julgar pelo esplêndido conceito que deixou nas escolas por onde passou e como se depreende de suas cartas, que podem ser lidas até hoje com vivo prazer espiritual”¹⁰¹⁵;

7-VIII) Pedro Zeferino Marçal da Cunha, nascido em Arporá no dia 1 de agosto de 1857 e logo batizado em casa *cavsa pericvli*. O batismo solene teve lugar a 24 de outubro do referido ano; foi então apadrinhado pelo padre Custódio Marçal de Sousa, de Parrá, e por Clara Luísa da Costa, de Sirulá. Foi outro dos filhos de Francisco Caetano Cunha que acabou por sair de Goa: *“Pedro da Cunha frequentou as escolas preparatórias até à idade de 12 anos em Arporá, Parrá e Calangute, e, nos princípios de 1879, acompanhou seu irmão Fernando da Cunha para Damão, onde frequentou a escola inglesa dirigida por Luciano Lobo, regressando a Goa nos fins do mesmo ano, e passando o ano imediato em Goa por causa da doença do seu Pai, que desde o primeiro ataque, em 4 de Outubro de 1869, vivia achacoso, carecendo, por isso, dia a dia, de mais cuidados. Assim, Pedro da Cunha esteve todo o ano de 1871 ao pé do seu Pai, e só depois da sua morte, em Fevereiro de 1872 foi para Bombaim, para a companhia do seu irmão José Gerson da Cunha, e ali estudou no Colégio de S. Francisco Xavier, daquela cidade, completando o curso em Novembro de 1874, em que fez o exame de “Matriculation” da Universidade. Durante o curso obteve dois prémios (scholarships). Em Fevereiro de 1875 embarcou para a Inglaterra, chegando a Londres em 8 de Março imediato e, tendo escolhido a carreira de Comércio, afim de aliviar de encargos seu irmão José Gerson da Cunha, a cujas expensas fôra com instruções para escolher qualquer das carreiras que mais lhe conviesse, logo á sua chegada a Londres foi apresentado pelo Barão da Costa Ricci, Agente Financeiro do Govêrno Português em Londres, á importante firma bancária e comercial Pinto Leite & Sobrinhos, de Londres, Liverpool e Manchester, e exerceu diversos cargos nas casas de Liverpool e Manchester daquela firma, chegando a ser “Chef de Bureau”. Em seguida, foi-lhe oferecido o lugar de Gerente da forma Bradshaw Brothers & C.a, de Liverpool, cargo que exerceu por 12 anos. Em Outubro de 1890 passou, finalmente, para a importante firma Chamberlin, Donner & C.a, de Manchester, da qual é chefe Sir Edward Donner, Bart., para exercer o cargo de Gerente. Em Janeiro de 1912 foi admitido como Sócio desta firma, cujas relações comerciais se estendem por todos os países da Europa, Brasil, Argentina e outras Repúblicas Sul-Americanas, Estados Unidos da América, Cuba, etc. Tendo sido fundada, em 1904, a Junta Local da Liga Naval Portuguesa em Manchester, sob a presidência do Barão de Sousa Deiró, foi nomeado Secretário da referida Junta. Em 1905 foi eleito Sócio da “Camara de Comércio Anglo-Portuguesa no Reino Unido de Grã-Bretanha e Irlanda”, fundada em Londres. Por decreto de 25 de Maio de 1910 foi agraciado com a Comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa”¹⁰¹⁶. Casou em Inglaterra, provavelmente em Liverpool, no dia 7 de setembro de 1881, com Elizabeth Bell. Esta era filha de Thomas Bell, “chefe da firma comercial T. & R. Bell, de Liverpool”, e de sua mulher Elizabeth. Tiveram;*

7-VIII-1) D. Ethel Bell da Cunha, a qual nasceu em Liverpool no dia 20 de junho de 1882. *“Durante a guerra trabalhou na Instituição Dover House (Women’s Voluntary War Work) para fornecimentos médicos e cirúrgicos para os Hospitais Militares, sendo-lhe conferida, na terminação da guerra, a Medalha do Serviço”;*

7-VIII-2) Silvestre António da Cunha, nascido em Manchester a 14 de junho de 1892. *“Depois de ter completado os estudos preparatórios na “Manchester Preparatory Grammar School” e no “Norman House College”, fez o curso de Engenharia Mecânica. No rompimento da Grande Guerra, em Agosto de 1914, foi chamado pelo Ministério da Guerra para exercer um cargo na administração técnica duma Fábrica de Armamentos e Munições de guerra. Nos fins de 1915 contraiu uma doença pulmonar, a cujos estragos sucumbiu em Colwyn Bay, ás 8 horas da noite de 1 de Março de 1917, sendo enterrado, ás 12,15 de 5 do mesmo mês, no Southern Cemetery de Manchester, onde se encontra o seu mausoléu”;*

¹⁰¹⁵ Cunha, António Maria da (1925), 122 e 123.

¹⁰¹⁶ Cunha, António Maria da (1925), 124 e ss.

7-VIII-3) Leopoldo Pedro, que nasceu em Manchester a 25 de abril de 1895 e aí morreu no dia 29 de agosto do mesmo ano;

7-IX) Padre Caetano Francisco António da Cunha, o qual nasceu em Arporá a 4 de agosto de 1859 e foi batizado em Nagoá dez dias depois (foram padrinhos seu irmão José Gerson da Cunha e D. Rosa Joaquina Gonçalves). Foi o único dos irmãos que seguiu a vida eclesiástica: *“depois de estudar as primeiras letras em casa, estudou o ensino primário em Parrá e o latim na escola régia de Saligão, entrando depois no Real Seminário de Rachol, onde fez os preparatórios e o curso de Teologia. Recebendo sucessivamente as ordens Menores e Maiores, foi ordenado de presbítero em 4 de Março de 1882, obtida a devida dispensa de falta de idade por um Breve de Roma, pelo Bispo de Teja, Dom Tomás Gomes de Almeida, então Vigário Capitular da Arquidiocese, que lhe conferiu a ordem na capela de Colaba, de Bombaim, nas vésperas do seu regresso à Metrópole. Nomeado missionário do Real Padroado com o encargo de coadjutor da igreja de Dabul, de Bombaim, por provisão do Arcebispo de Goa, de 4 de Outubro de 1885, foi depois pároco da freguesia de N.S. dos Remédios, de Damão, por provisão do Bispo de Damão, de 2 de Janeiro de 1889, passando, mediante o competente exeat dêste Prelado, de 4 de Janeiro de 1892, a servir na Prelazia de Moçambique, onde foi nomeado pároco da freguesia de N.S. dos Remédios, da vila de Sena, por provisão do Governador da Prelazia, de 22 de Fevereiro do mesmo ano, sendo pouco depois nomeado missionário efectivo do Real Padroado na província de Moçambique, por dec. n.º 230, de 17 de Agosto do mesmo ano de 1892. Julgado incapaz de servir naquela província por opinião da Junta de Saúde, obteve as demissórias do Bispo-Prelado de Moçambique e regressou a Goa em 1897, exercendo aqui o sacerdócio até á morte, com excepção dos dias da sua última enfermidade, em que houve de se lhe fazer uma operação cirúrgica, pelo que teve de baixar ao hospital militar de Nova Goa, onde faleceu ás 16 h. de 21 de Maio de 1912, tendo, porém, saído da casa do seu irmão António Maria da Cunha, o seu funeral”*¹⁰¹⁷;

7-X) D. Margarida Henriqueta das Dores da Cunha, que nasceu em Arporá no dia 22 de setembro de 1861 e foi batizada na igreja de Nagoá a 29 do mesmo mês e ano – sendo então apadrinhada por Francisco José Gonçalves e D. Albina Verediana Gonçalves. De acordo com a genealogia familiar: *“teve o seu ensino em casa, inclusive de musica, sob a direcção do prof. Catão de Sousa”*¹⁰¹⁸. Casou no dia 24 de novembro de 1874, na capela de Santa Rita de Carona de Aldoná, oratório da família Santa-Rita Vaz, com o seu parente Álvaro Camilo Policarpo de Santa-Rita Vaz. Este era natural de Aldoná e filho de João Vicente Vaz e de Anastácia Natália Maria da Costa. Com geração¹⁰¹⁹;

7-XI) António Maria do Carmo da Cunha, nascido em Arporá no dia 14 de julho de 1863 e batizado em Nagoá a 23 do dito mês e ano. De acordo com a nota biobibliográfica que lhe é dedicado no *Dicionário de Literatura Goesa*: *“Capitão médico, farmacêutico e jornalista, nasceu em Arporá (...) e faleceu em Nova Goa a 30-V-1947. (...) Diplomado pela Escola Médica de Goa em Dezembro de 1887 com a defesa da tese “Ensaio crítico sobre o diagnóstico etiológico da ischúria prostática”, fez o curso de farmácia da mesma escola em Outubro de 1889 defendendo a respectiva tese sobre a “Digitalis”. Com alguma clínica particular na sua aldeia foi nomeado delegado de saúde em Diu, em Maio de 1888, e transferido no ano seguinte para Damão. Nesta situação foi convidado em Dezembro de 1889 para acompanhar, em 1890, até Moçambique, com ambulância e enfermeiros, um contingente organizado na Índia para reforçar a guarnição daquela província, regressando daí naquele mesmo ano. Em 1891 foi nomeado facultativo de 2.ª classe de saúde da Guiné, desempenhando aí numerosas comissões. Em 1894 foi agraciado como grau de cavaleiro da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa pelos serviços prestados nas operações militares de Bissau. Reformou-se no posto de capitão em Agosto de 1899. Durante a sua estada em África visitou várias cidades europeias. Como jornalista dirigiu de 3*

¹⁰¹⁷ Cunha, António Maria da (1925), 127 e 128. O autor também reproduz parte o obituário que o “Heraldo” dedicou ao padre Caetano Francisco da Cunha.

¹⁰¹⁸ Cunha, António Maria da (1925), 130.

¹⁰¹⁹ Veja-se o título Costa, de Parrá e Arporá, §2, ponto 4-III-1).

de Setembro de 1901 a 7 de Maio de 1908 o jornal O Herald, fundando depois outro, o actual Herald, de que foi director e proprietário até à sua morte. Era decano dos jornalistas goeses. Desde 1900 fez parte de numerosíssimas comissões. No Congresso Provincial da Índia Portuguesa e em todas as manifestações sociais do país foi o Dr. Cunha uma figura marcante, sempre procurando manter a defesa dos interesses da terra. Foi sócio do Instituto Vasco da Gama e presidente do V Congresso Provincial. Em 1922 foi agraciado pelo Papa Pio XI com a cruz “Pro Ecclesia et Pontifice”. Em 1943, ao completar oitenta anos de idade, um grupo de admiradores prestou-lhe uma homenagem, realizando uma sessão solene na Câmara Municipal das Ilhas e colocando uma lápida comemorativa na fachada da sua residência, onde também funcionava a redacção do seu jornal. Foi nessa ocasião distribuída uma plaquete com larga e distinta colaboração de seus admiradores”. Para além de largas centenas de artigos nas páginas do “Herald” deixou várias obras publicadas. De entre elas destacamos a que é certamente ainda hoje mais referida – *A evolução do jornalismo na Índia Portuguesa* (1923) – bem como dois trabalhos genealógicos que constituíram uma importante ajuda no levantamento que fizemos das elites naturais católicas: *Francisco Caetano da Cunha e sua família* (1925) e *Sir Roger de Faria. Notas genealógicas e biográficas* (1928)¹⁰²⁰.

Casou no dia 29 de abril de 1916 com D. Ângela Serafina do Rosário, filha de Luís Filipe do Rosário, médico em Bombaim, e de D. Mariana de Faria – pelo que neta de sir Rogério de Faria¹⁰²¹. Sem geração;

7-XII) Eulália dos Prazeres, nascida em Arporá no dia 2 de novembro de 1865 e falecida a 7 do mesmo mês e ano;

7-XIII) D. Cecília Maria dos Prazeres da Cunha, que nasceu em Arporá no dia 26 de novembro de 1866 e foi batizada em Nagoá a 4 do mês seguinte. Foram seus padrinhos Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves e D. Ana Maria da Purificação Álvares. Depois de ter “o ensino doméstico” casou com o advogado *provisionário* Durante Faustino da Gama Pinto. Este era natural de Anjuna e filho do major Álvaro José Xavier Pinto e de D. Maria Augusta Luciana da Gama. Com geração¹⁰²²;

7-I) JOSÉ GERSON CAETANO CAMILO DA PURIFICAÇÃO E SANT’ANA DA CUNHA, que continua. Nasceu em Arporá a 2 de fevereiro de 1844, foi batizado na igreja de Nagoá oito dias volvidos. Apadrinharam-no Camilo António Casimiro da Cunha e Luísa Maria Fernandes. “José Gerson da Cunha, feitas as primeiras letras em casa sob a direcção do mestre de primeiras letras João Piedade de Sequeira, desde 1.º de Junho de 1850, e nas escolas proximas, encontrava-se em 1859 em Margão, estudando as humanidades sob a direcção do venerando Padre Mestre Constantino Barreto, que numa carta dirigida a seu pai, em 17 de Fevereiro de 1860, dizia: “O sr. José não me deu cuidado nenhum nem na sua instrução nem na sua educação; na instrução p. q.e pela sua decidida aplicação e zelo se adiantou nos estudos sem me dar incomodo nenhum especial relativamente a elle; na educação p. q. a familia de V. Snra. pela sua boa indole e alta educação que tem recebido dos Paes não carece de mais educação. Não posso concluir esta sem assegurar a V. Snra. que o Sr. José não desperdiçou o tpo., antes aproveitou mto. delle p.a se aperfeiçoar não só na Filosofia mas ainda em outras faculd.es, e talvez tivesse elle um bom professor na Filosofia – acrescentava o venerando Mestre com a sua habitual modéstia – faria grandes progressos n’ella, o que V. Snra. me deve relevar”. Assim foi em estudante em Goa e em Bombaim, para onde partiu em Maio de 1861, fazendo ali o curso médico, e na Inglaterra, para onde partiu em 20 de Janeiro de 1867, tendo obtido em 24 de Junho do mesmo ano, o diploma de Membro do Real Colégio de Cirurgiões de Inglaterra, conquistando depois, em Edinburgo, o do Real Colégio de Médicos daquela cidade, e de Licenciado em Obstetrícia. (...) Gerson da Cunha passou de Londres para Paris, e em Agosto de 1867 regressou á India, chegando a Bombaim em 9 de Setembro e embarcando logo para Goa e desembarcando na Aguada em 11 do mesmo mês. (...) Com relação a Gerson da Cunha há a acrescentar ao que atrás ficou dito e foi publicado em data remota, o complemento, com referência à sua infatigável

¹⁰²⁰ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 307 e ss. Para uma biografia muito mais detalhada deste personagem veja-se a que ele próprio dedicou a si mesmo – Cunha, António Maria da (1925), 142 e ss.

¹⁰²¹ Veja-se o título Brás de Sá, de Calangute, ponto 5-I-1), a).

¹⁰²² Veja-se o título Pinto, de Candolim, ponto 6-III-1), b).

actividade nos restantes anos da sua vida sempre laboriosa, em que foi mais duas vezes á Europa; á Exposição de Paris de 1889 e em 1897, quando foi passar uma temporada com sua familia, que estava então residindo em Florença. Por proposta do Ministério dos Estrangeiros foi, por decreto de 25 de Julho de 1889, publicado no “Diário do Govêrno” n.º 166 de 27 de Julho do mesmo ano, agraciado com a comenda de S. Tiago, de mérito científico, literário e artístico. Além de várias conferências na Real Sociedade Asiática, ramo de Bombaim, de que foi vice-presidente; na Sociedade Antropológica, da qual foi presidente, teve ainda outras publicações que não me é fácil registar todas, principalmente porque a êsse periodo de anos correspondem os da minha ausência da India. Não posso, porém, deixar de mencionar a sua monumental obra “The origin of Bombay”, que foi publicada pela Real Sociedade Asiática (ramo de Bombaim) e que, não obstante ressentir-se da falta de revisão do autor, que morreu no decurso da sua impressão, como se declara numa nota inserta na última página, é um dos seus livros mais procurados por ser um dos mais completos repositórios de informações sôbre Bombaim, sendo por isso frequentemente aproveitado, muitas vezes ainda sem lhe invocarem o nome, mas também muito citado em numerosos livros e artigos da imprensa, como a sua “História de Chaul e Baçaim”, os seus fascículos sôbre a “Numismática Indo-Portuguesa”, as suas investigações sôbre o “Dente de Bhuda” e sôbre o “Concani”, etc. Por isso, o nome de Gerson da Cunha tem sido frequentemente citado neste último quarto de século, após a sua morte, como se êle fôsse ainda vivo. E certamente o será pelos anos fora, porque todos os seus trabalhos revelam, além de intenso labor, o mais escrupuloso cuidado na investigação. Assim, a sua colecção numismática, que em partes foi exibida em Roma e em Paris, era considerada a primeira do mundo depois da do Museu Nacional de Paris, sendo, todavia, mais rica do que aquela em moedas de ouro, o que é digno de nota porque se trata da colecção dum homem emquanto aquela o é duma nação. Esta valiosa e importante colecção foi oferecida ao “Prince of Wales Museum”, de Bombaim, onde se conserva numa vitrine especial sob o nome do seu antigo possuidor e coleccionador. Gerson da Cunha veio, em Maio de 1900, a Goa, numa ânsia de vida simples, visitar a sua sempre saudosa aldeia natal e passar alguns dias, sob o enternecido olhar de sua adorada Mãe e tecto acariciador da casa paterna, que tantas reminiscências gratas lhe despertava. Foi a sua despedida! Pois morreu em 3 de Julho seguinte, em Bombaim, tendo deixado numa carta endereçada a seu irmão mais novo, António, e guardada na sua secretária, porque sua mulher se encontravam a esse tempo na Europa, declarando as suas últimas disposições. Os seus restos, depositados no antigo cemitério de Dharavi, Matunga, de Bombaim, foram, pela supressão dêsse cemitério, trasladados para o novo cemitério de Haynes Road, e cobertos com um mausoléu, quasi defronte da capela do mesmo cemitério, do lado direito. E a memória de D. Ana Rita da Gama e Cunha, foi consagrada numa pia de agua benta na igreja de N.S. da Gloria, de Byculla, associada à do seu marido, com uma inscrição que lê logo quem entre para o mesmo templo pela porta lateral do lado esquerdo, a mais frequentada”¹⁰²³¹⁰²⁴.

José Gerson da Cunha casou na capela de S. Sebastião de Arporá no dia 16 de janeiro de 1872 com D. Ana Rita Alexandrina Emília da Gama. Esta nascera em Pangim e era filha do médico António José da Gama e de D. Maria Pudenciana Matilde da Piedade Xavier¹⁰²⁵.

Foram filhos de José Gerson da Cunha e de D. Ana Rita da Gama:

8-I) D. MARIA EMELINA DA CUNHA, que segue;

8-II) D. Maria Francisca Olívia da Cunha, mais conhecida por **Olívia da Cunha**, a qual “nasceu em 12 de Julho de 1877, em casa do seu avó (sic) dr. António José da Gama, em Pangim; fez os seus preparatórios em Bombaim, obtendo prémios em todas as classes e graduou-se na Universidade em Bacharel nas Artes (B.A.). É “Officier d’Académie Française”, tendo feito interessantes conferências na “Salle Française” de Bombaim, cujos cursos regeu durante todo o tempo em que o seu director, o falecido prof. Louis Peltier, foi chamado ás fileiras por causa da grande guerra de 1914. Tem sido por vezes examinadora da Universidade, nos exames do Português, sendo tambem os seus conhecimentos

¹⁰²³ Cunha, António Maria da (1925), 72 e ss.

¹⁰²⁴ Para maiores desenvolvimentos e listas das publicações de Gerson da Cunha consulte-se Abreu, Miguel Vicente de (1874), 25 e 26; Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 313 e ss; AAVV (1925); Vicente, Filipa Lowndes (2009) e Vicente, Filipa Lowndes (2010).

¹⁰²⁵ Veja-se o título Xavier, de Loutolim, ponto 8-III-4), a).

*linguísticos aproveitados nos serviços oficiais e outros trabalhos de interesse público. Tem viajado muito, tendo sido companheira inseparável de sua Mãe até ao último momento desta*¹⁰²⁶. Morreu solteira;

8-III) Júnio Gilberto da Cunha, que nasceu em Bombaim no dia 21 de março de 1883. “*Feitos os preparatórios naquela cidade, partiu para a Europa em 1898, onde fez o curso de Medicina no Owen’s College da Victoria University, de Manchester, obtendo o diploma de L.R.C.P. de Londres. É campeão do Xadrez, sendo um dos mais entusiásticos membros do “Beamen Chess Club”, de Bombaim*”. Parece ter também morrido solteiro;

8-I) D. MARIA EMELINA DA CUNHA, que continua. Foi “*a primeira filha de Goa a formar-se em Medicina*”¹⁰²⁷. Nascida em Pangim, na casa dos avós maternos, no dia 29 de maio de 1873. “*Fez o curso do Grant Medical College, de Bombaim, obtendo, em 1893, o diploma de L.M. & S., tendo conquistado durante o seu curso os prémios universitários “Sir James Fergusson Scholarship” (1890), “Lady Reay Medal”, “Bai Hirabai Petit Medal”, “Scholarship of Medical Women of India Fund”, e, em concorrência com candidatos de ambos os sexos, o “Balkrishna Sudamji Prize” em Obstetria e Ginecologia (1893). Estando a exercer clínica, foi, em 1896, nomeada médica inspectora do porto de Bombaim durante a primeira incursão da peste, tendo os seus serviços merecido altos louvores no relatório do chefe do serviço sanitário do porto em 1897, e especiais agradecimentos do Govêrno em 1897 e 1898, e do presidente do “Plague Committee”, brigadeiro general Gatacre, em 1897. Obteve, em 1899, o diploma do “perfeizamento” em Bacteriologia na Universidade de Florença; em 1902; o grau de B. Hg. (Bachelor of Hygiene), “Honours” da Universidade de Durham e o “Luke Armstrong Prize” em Bacteriologia. Fez no mesmo ano o curso da Escola de Medicina Tropical de Londres*”¹⁰²⁸. Casou em Londres, na Royal Church of St. James, no dia 16 de janeiro de 1904, com o seu conterrâneo e colega Francisco Xavier da Costa¹⁰²⁹. Tiveram geração¹⁰³⁰.

DALGADO E FREITAS, DE ASSAGÃO

Na pequena localidade de Assagão existiam várias estirpes que partilhavam este apelido. Não se sabe se provêm de um mesmo tronco, embora Gomes Catão anote que “*todas as famílias Dalgado levaram no hinduísmo o apelido Dessai*”¹⁰³¹. Nas páginas que se seguem faremos referência a apenas algumas delas. Começaremos pela estirpe da qual descende monsenhor Rodolfo Dalgado, conhecido filólogo e concanista de finais do século XIX e princípios do século XX. Seguir-se-ão os chamados Dalgado de Sauntavaddó. Por fim, optámos por também introduzir neste título referência a duas famílias de Assagão que embora usassem o apelido Freitas descendem de Dalgados por linha feminina (§§ III e IV). O grosso das informações que aqui usámos provém de trabalhos da autoria de Gomes Catão – de entre os quais se destaca a monografia que dedicou a Assagão (publicada em 1978) e um dos títulos constantes dos manuscritos existentes na biblioteca de Percival Noronha, em Pangim¹⁰³².

Apesar desta dispersão de elementos é-nos possível recolher das genealogias que conseguimos organizar alguns indícios que refletem a pertença dos Dalgado ao número das famílias *naturais* católicas privilegiadas residentes nas *Velhas Conquistas*. Pensamos designadamente no número significativo de eclesiásticos, nas relações fortes com a congregação do Oratório, na instituição da capela de Santana na década 1760 e na dignidade de *gancar* do

¹⁰²⁶ Cunha, António Maria da (1925), 81.

¹⁰²⁷ Cunha, António Maria da (1925), 158.

¹⁰²⁸ Cunha, António Maria da (1925), 78.

¹⁰²⁹ Veja-se o título Costa, de Margão, ponto 9-IV-1).

¹⁰³⁰ Indicada em Cunha, António Maria da (1925), 79 e ss.

¹⁰³¹ Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), (63).

¹⁰³² Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Genealogia de Dalgado, de Assagão”, Goa.*

sacerdote seu instituidor, bem como no prazo da coroa dado em aforamento à estirpe de António Xavier Dalgado.

§ I

Dalgados ditos do Monsenhor

De acordo com Anthony Xavier Soares, na cuidada nota biográfica que lhe dedicou: “*Sebastião Rodolfo Dalgado was born in Assagão, Bardez, Goa, of a distinguished Brahmin family which for generations had occupied a place of prominence and privilege in the economy of the village. In the sixteenth century, Christianity on the west coast of India was not content with washing off the original sin and subsequent lapses of its recruits, but insisted on wiping away every trace of the ancestral lineage and traditions. It was then that the cognomen of his family “Desai”, so significant, and racy of the soil, was made to yield place to the unmeaning and alien “Dalgado”*”¹⁰³³. Acrescente-se que admitimos a hipótese de o apelido familiar resultar de uma corruptela de Delgado.

O membro mais remoto que conhecemos desta estirpe é:

1) **PEDRO DALGADO**, natural de Assagão. Casou com Sebastiana Nazaré, de quem teve:

2) **JOSÉ VAZ DANIEL DALGADO**, que era comumente conhecido pelo nome **Daniel José Dalgado**, natural de Assagão. Cremos que nome próprio que lhe foi dado no batismo espelha a força com que a devoção pelo oratoriano José Vaz se vinha espalhando entre as elites *naturais* católicas. Casou em Anjuna no dia 2 de outubro de 1797 com Joaquina da Fonseca, filha de João da Fonseca e Maria de Sousa. Foi filho deste casal:

3) **AMBRÓSIO LUÍS DALGADO**, nascido em Assagão e aí batizado a 5 de abril de 1818, sendo apadrinhado por Pascoal Brito e Rosa Maria da Gama (mulher de Constantino Pais). Descrito como “*a landowner with land in Bardez*”, casou na mesma localidade em 29 de agosto de 1842 com Querubina Rosa de Sousa. Querubina Rosa, comumente conhecida por Rosa Florinda de Sousa, fora batizada no dia 7 de Abril de 1830¹⁰³⁴. Era filha de António Francisco de Sousa, nascido em Assagão, e de Ana Joaquina Borges, de Socorro – casados em Assagão no dia 25 de novembro de 1814. Neta paterna de Salvador de Sousa e Querubina, e materna de João Borges e Josefa de Sousa.

Tiveram seis filhos e uma filha¹⁰³⁵:

4-I) **Daniel Gelásio Dalgado**, nascido em Assagão no dia 17 de julho de 1850. Estudou medicina em Bombaim (diplomou-se pelo Grant Medical College em 1875), tendo sido *civil medical officer* em Savantwaddi durante um quarto de século. Aí “*fundou uma enfermaria para os nativos, a qual tem o seu nome, e uma escola paroquial de canto, que depois se converteu em escola oficial*”¹⁰³⁶. Foi durante este período que começou de uma forma sistemática os seus trabalhos nos domínios da botânica, para além de, “*nas horas vagas*” se ter dedicado à aprendizagem de “*francês, italiano e alemão e ainda algumas línguas vernáculas*” – conhecimentos que decerto aplicou numa viagem que fez à Europa (sobretudo Itália e Alemanha) no gozo de um ano de licença, altura que também aproveitou para fazer alguns cursos de especialização em Londres. Retornará ao velho continente em 1900 por motivos de saúde. Remonta à época desta segunda visita europeia o seu interesse pela história do hipnotismo e pela figura do Abade Faria. Foi nessa época que diligenciou ativamente no sentido da reimpressão do *De la cause du sommeil*

¹⁰³³ Soares, Anthony Xavier (1988), XII e XIII.

¹⁰³⁴ Foram padrinhos Joaquim Simão de Andrade, solteiro, e Maria Florinda de Sousa, casada com Luís Piedade Campos.

¹⁰³⁵ Rodolfo Dalgado “*was one of a family of six brothers and an only sister; one of the brothers died young, two pursued the profession of medicine and two of law*” – Soares, Anthony Xavier (1988), XIII.

¹⁰³⁶ Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), (63).

lucide – que veio efetivamente a ter lugar em 1906¹⁰³⁷. Deste esforço resultará igualmente o estudo *Mémoire sur la vie de l'abbé Faria. Explication de a charmante légende du château d'If dans le roman « Monte-Cristo »*, que teve duas edições em 1906¹⁰³⁸. Após a reforma, em 1902, mudou-se para Portugal e domiciliou-se no Estoril. Apaixonado pela botânica, publicou uma *Flora de Goa e Savantvaddi*, estudos sobre as obras de Garcia de Orta e pequenos trabalhos sobre a climatologia do Estoril Sintra, Buçaco e Coimbra¹⁰³⁹;

4-II) MONSENHOR SEBASTIÃO RODOLFO FRANQUELINO DALGADO, que segue

4-III) Patrocínio Dalgado, médico oftalmologista;

4-IV) Eduardo Dalgado, que foi advogado em Lisboa;

4-V) ... Dalgado, que terá sido também advogado;

4-VI) – ... Dalgado, o qual morreu vítima da mordedura de uma cobra-capelo, como refere o seu irmão no *Glossário* de que foi autor: “*É uma das mais perigosas e peçonhentas da Índia (da qual foi vítima um irmão meu), e um dos objectos do culto hindu, adoptado dos aborigenes*”¹⁰⁴⁰;

4-VII) Blandina Dalgado, que casou com Vicente Filipe de Sá, natural de Ucassaim e médico pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa. Com geração;

4-II) MONSENHOR SEBASTIÃO RODOLFO FRANQUELINO DALGADO, que continua. Nasceu em Assagão no dia 8 de maio de 1855 e foi aí batizado a 27 do mesmo mês e ano. Recebeu a primeira tonsura e três graus de ordens menores respectivamente nos dias 8 e 15 de outubro de 1876, tendo ascendido a subdiácono em fevereiro de 1879. Morreu em Lisboa no dia 4 de abril de 1922. “*Orientalista, sanscritólogo, concanista, filólogo, etc. (...) Concluídos os preparatórios em Bardês e o curso de Teologia, com prémios, no seminário de Rachol, ordenou-se presbítero em Junho de 1881 na igreja de Pangim. Em Roma formou-se em Direito Canónico e Romando na Universidade de S. Apolinário e em 1884 doutorou-se também em Teologia, sem a frequência das aulas, por concessão especial do Papa, que o elevou depois a monsenhor. Em fins desse ano, passando de Roma para Lisboa, foi aqui nomeado missionário régio na Índia. Á sua chegada à Índia foi pelo arcebispo de Goa, D. António Valente, nomeado desembargador da Relação eclesiástica e em seguida inspector dos seminários e escolas do Padroado. Mais tarde, nomeado professor da Sagrada Escritura e Direito Canónico do seminário de Rachol, recusou esse cargo por o achar incompatível com a sua comissão de missionário. Partindo em Maio de 1886 para Ceilão, com o cargo de vigário-geral do Real Padroado, foi apenas de sete meses e meio a sua estada naquela ilha devido à transferência das missões do Padroado às missões estrangeiras em virtude da concordata assinada naquele ano entre Portugal e a Santa Sé. Às reiteradas instâncias do delegado apostólico e seu secretário, Mons. Zaleski, seu companheiro nos estudos em Roma, aceitou porém a comissão de vigário-geral do arcebispado de Colombo. Mas quando os cristãos, aborrecidos com a extinção do Padroado, fecharam as igrejas, Mons. Dalgado recolheu-se para Goa, trazendo consigo valiosos elementos linguísticos do canarês e do malaialam bem como do dialecto português daquela ilha que estudara e que lhe seriam de grande proveito para os seus estudos filológicos. Foi então nomeado vigário-geral de Bengala, onde serviu durante três anos, fundando em Calcutá uma escola para meninas, um dispensário gratuito em Nagory e construindo duas igrejas no distrito de Dacca. Extinto o vicariato, em 1890, por motivo de divergências que teve com o respectivo bispo, Mons. Dalgado foi transferido para Onor, no distrito do Canará. Tanto em Bengala como em Onor aproveitou a oportunidade para se entregar ao estudo do bengali, do industane, do canarês; e, encontrando-se em Savantwadi, estudou ainda o marata e sânscrito, “cujas relações de parentesco com o concani vernáculo inculto de Goa – como acentua o Dr. Mariano Saldanha, a quem se tomaram muitas destas notas – o levaram a*

¹⁰³⁷ Falamos de Faria, José Custódio de (1906), *De la cause du sommeil lucide ou étude de la nature de l'homme. Réimpression de l'édition de 1819. Préface et introduction par le Dr. D. G. Dalgado*, Henri Jouve Editeur, Paris.

¹⁰³⁸ Numa delas, anunciada como *especial*, davam-se à prensa, para além de duas estampas, “*documents historiques et littéraires*”.

¹⁰³⁹ Costa, Aleixo Manuel (1997), vol. I, 322.

¹⁰⁴⁰ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 287.

empreender o estudo científico da estrutura e vocabulário, terminando por organizar em 1892 o dicionário concani-português e, mais tarde, a sua gramática”. Em 1895 tornou a ir à metrópole, onde, a solicitação da Academia das Ciências, foi aí autorizada, em Novembro daquele ano, a sua demora, a fim de dirigir a impressão, por conta do governo, do seu outro dicionário, o português-concani, que levava consigo, em manuscrito. Terminada a sua comissão de missionário, voltou a Goa em 1897, tornando a regressar no mesmo ano. Em 1907 o Conselho Superior de Letras, atendendo aos estudos e trabalhos de Mons. Dalgado, propôs, por morte do professor Vasconcelos de Abreu, a sua nomeação para professor de sânscrito, no mesmo curso, lugar de que tomou posse em Janeiro de 1908 e exerceu até à sua morte, em 1922. Quando se criou a Faculdade de Letras foi-lhe conferido o título de doutor em letras, fazendo parte da faculdade, de 1917, como lente de sânscrito. “O seu amor pelas línguas indianas – escreve o Dr. Mariano Saldanha, seu sucessor na faculdade – levava-o a animar a vulgarização da sua cultura, e neste intuito ofereceu ao Liceu Central de Nova Goa um fundo permanente com que se pudesse conferir um prémio pecuniário no Curso de Sânscrito do mesmo liceu; pôs à disposição do arcebispo de Goa quantia precisa para se fundar uma cadeira de concani no seminário de Rachol projecto que não foi avante por quaisquer dificuldades; e, não se esquecendo da igreja da sua freguesia natal, ofereceu-lhe 700 libras para com os seus juros fornecer guisamento de missa aos celebrantes”. (...) Apesar de muito debilitado fisicamente (“Os seus últimos doze anos de vida foram de séculos de atrozes sofrimentos”), nunca deixou de estudar afincadamente: “Amputada primeiro uma perna, a outra mais lhe dava tormentos do que utilidade, tiritando de noite e às vezes de dia, por todo o ano, com calafrios intensos, que exigiam o conchego de botijas quentes. Enquanto lia ou escrevia com uma das mãos, com a outra comprimia as faces para aliviar nevralgias; e, para complemento, as insónias quase permanentes nem lhe permitiam restaurar com sono reparador o corpo e o espírito fatigados; e quando, mais tarde, lhe foi amputada também a segunda perna, ficou completamente preso ao leito, que só deixava para ir, numa cadeira de rodas, dizer missa no seu altar privado. Era no leito que lia e escrevia e daí falava com as visitas e até dava aulas, por especial deferência do Conselho da Faculdade. Como bem disse, no seu discurso à beira da sepultura, o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos: “Quem ao entrar no seu quarto não se comoveria de o ver de meio corpo, encostado a uma mesinha, que lhe pousava sobre a cama, rodeado de livros e de papéis? (...) Trabalhou até aos últimos momentos: ainda anteontem, nas vésperas de morrer, esteve revendo provas tipográficas do novo livro que tinha no prelo sobre Provérbios concanis”. Era sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Instituto de Coimbra, e honorário da Royal Asiatic Society, de Londres. A Academia das Ciências de Lisboa, de que era sócio correspondente, devia votá-lo na sessão de 27 de Abril seu sócio efectivo, mas não chegou a fazê-lo por ter falecido em 4 daquele mês. A freguesia de Assagão, sua terra natal, prestou-lhe em 8-IV-1955, uma tocante homenagem, comemorando o seu centenário de nascimento. Foi nessa ocasião colocado na sala paroquial dessa freguesia um retrato a óleo de mons. Dalgado. O Instituto Vasco da Gama comemorou essa data com uma sessão solene em 21-XII-1955. No mesmo ano fez-se uma emissão de selos comemorativos do seu I centenário”¹⁰⁴¹. Ainda hoje seu Glossário luso-asiático constitui uma obra extremamente importante para todos os que estudam o passado de Goa e do Estado da Índia em geral. Originalmente publicado em 1918, foi reeditado em 1988 pelos Asian Educational Services.

§ II

Dalgados de Sauntavaddó

Dispomos de bem escassos elementos sobre esta família. Gomes Catão refere-se-lhe em termos generalistas, explicando somente que a estirpe estava “extinta em linha masculina” e que dela descendiam vários eclesiásticos: os padres Sebastião Celestino Dalgado (ordenado no dia 3 de junho de 1779), João Benedito Mariano Dalgado (ordenado no dia 21 de setembro de 1788 e falecido a 22 de novembro de 1825) e Joaquim

¹⁰⁴¹ Costa, Aleixo Manuel (1997), vol. I, 324 e ss. Aí se regista a vasta obra que publicou. Como aliás não deixa de referir, o autor baseou-se em boa medida em Saldanha, Mariano (1933).

Faustino Félix Dalgado (batizado a 9 de agosto de 1797, ordenado no dia 11 de setembro de 1825 e falecido em 7 de fevereiro de 1831).

(A)

1) ... **DALGADO**, que foi o progenitor de:

2-I) ANTÓNIO DALGADO, que segue;

2-II) Padre Manuel Dalgado, natural de Assagão, onde terá morrido no dia 18 de Março de 1804. Foi professor de latim na sua terra natal¹⁰⁴²;

2-I) ANTÓNIO DALGADO, que continua. Casou com Doroteia Pinto, de quem houve:

3-I) Padre João Dalgado, o qual sendo subdiácono se juntou à Congregação do Oratório no dia 2 de fevereiro de 1750. Foi então contemplado “*com a tença de 60 xerafins ao ano com a condição de ir servir na missão do Ceilão*”¹⁰⁴³;

3-II) Padre Pedro Dalgado, que também ingressou no Oratório. Foi já como congregado que recebeu ordens de diácono, diácono e presbítero (respetivamente nos dias 12 de dezembro de 1768 e 18 de fevereiro de 23 de setembro do ano seguinte). É bastante provável que se trate do eclesiástico a quem Cunha Rivara chama *Pedro Delgado* e que foi um dos condenados no processo que seguiu à chamada conjuração dos Pintos.

(B)

Segundo os apontamentos de Gomes Catão acima referidos, a esta família pertencia também António Xavier Dalgado, pai do padre Joaquim Faustino Félix (ou Joaquim Félix Faustino) Dalgado. Assim, e com base no seu testamento, aprovado a 24 de Dezembro de 1819, que encontrámos em Goa e reproduzimos em anexo ao presente estudo¹⁰⁴⁴:

1) ANTÓNIO XAVIER DALGADO, natural em morador em Assagão, possuidor de um prazo fateossim da coroa em Siolim “*em nove pedaços de Vargea chamada Chitarecho Voli, Bavenicho Cunongo, Narxacho Cunongo, Padarnacho Orglo, Bavencho Orgli, Banecho Orglo, Bamabacacho Orglo, Ravalnatacho Cunongo, e Quarambalacho Orglo*” (aforamento esse de que nomeia sucessora a sua mulher). Casou com Vitória Severina de Sousa, de quem teve:

2-I) LUÍS JOSÉ SEVERINO DALGADO, que segue;

2-II) Joaquim Félix Faustino Dalgado, o qual enveredou pela carreira vida eclesiástica. Era diácono 1819. Gomes Catão indica que nasceu em 1797 e foi ordenado em 1825;

2-I) LUÍS JOSÉ SEVERINO DALGADO, que continua. Já falecido em 1819, deixara viúva Genoveva Severina Pinto. O casal teve pelo menos duas filhas:

3-I) Regina Conceição Dalgado;

3-II) Ana Pelágia Dalgado.

¹⁰⁴² Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), (27).

¹⁰⁴³ Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), (58).

¹⁰⁴⁴ Consulte-se o anexo II: testamentos – N39.

§ III

Descendentes de Joana Dalgado e Manuel de Freitas

1) **MANUEL DE FREITAS** teve do seu casamento com Joana Dalgado:

2) **COSME DAMIÃO DO ROSÁRIO DE FREITAS**, batizado em Anjuna no dia 16 de agosto de 1778. Casou em Guirim a 5 de janeiro de 1796 com Sabina Mascarenhas. Esta nascera na referida e lá foi batizada no dia 14 de julho de 1782. Era filha de Caetano Mascarenhas e de Teresa Ataíde. Tiveram:

3) **ANTÓNIO PAULO DE FREITAS**, nascido em Assagão. Casou no dia 15 de Abril de 1822 em Nagoá com Maria Querubina da Gama. Maria Querubina fora batizada em Nachinolá a 17 de julho de 1805 e era filha de Mariano Cipriano da Gama¹⁰⁴⁵ (morador em Saligão mas baptizado em Anjuna no dia 17 de janeiro de 1777) e de sua mulher Ascensa Feliciano Coutinho (de Nachinolá, onde foi batizada em 4 de fevereiro de 1787). Neta paterna de Valentim Xavier da Gama e Ângela de Freitas, e materna de José António Coutinho e Maria Juliana Coutinho¹⁰⁴⁶.

Maria Querubina da Gama era irmã de:

- (i) **Vicente da Gama;**
- (ii) **José da Gama;**
- (iii) **Lourenço da Gama;**
- (iv) **Luís António Valentim Xavier da Gama**, natural de Cotula, Saligão. Casou com Carlota Joaquina Guilhermina Gonçalves, de Penha de França, de quem houve, entre outros: (a) **Próspero Mariano da Gama**, escrivão da comunidade de Tivim, e (b) **Leopoldo Cipriano da Gama**. Este último – nascido em Assagão no dia 6 de agosto de 1863 e falecido na Penha de França a 28 de abril de 1929 – foi um jornalista muito conhecido na sua época em Goa. “*Muito cedo ainda se dedicou ao jornalismo, escrevendo para os jornais da época e, mais tarde, deu larga colaboração para os jornais Goa Panch, A Pátria, O Futuro, e Boletim Indiano. Desde 1887 a 1895 redigiu A Convicção, depois A Gazeta da Índia, de 1893 a 1894, e ainda A Evolução, em 1895 e A Pátria. Fundou e redigiu, em Bombaim, os semanários Horas Vagas (1890-91) e Colónia Goana (1891-92) e se notabilizou pelo vigor dos seus escritos. Menezes Bragança que o tinha como uma organização mais completa de jornalista, na geração do seu tempo, escreveu dele, quando da sua morte: “Jornalista, na lidima acepção da palavra. Rapidez de elaboração mental, arranque de lutador, sólido e variada cultura e maneira incisiva de dizer. Conhecia como poucos as literaturas clássicas. Da literatura francesa e da inglesa, sabia o que havia de mais representativo e culminante. Os seus artigos denunciavam, a cada passo, a sua educação humanista. E a história! Como ele a sabia evocar, nas suas luminosas e sugestivas crónicas internacionais, em adequados paralelos, não na indigesta mole de factos, mas no seu alcance profundo, nas suas largas repercussões. Na polémica, era um lutador audaz e de temer. Era o argumento que convence, o sarcasmo que arrasa, a gargalhada que desnorteia. O contendor, às vezes, ficava na liça a escorrer em sangue”. Devem-se-lhe algumas biografias: Perfil biographico do Sr. José de Sá Coutinho (assinado com o pseudónimo Diogenes, o Cynico) (1887), Homenagem de justiça em volta do jazigo do visconde de Bardez, dr. Ignacio Caetano de Carvalho falecido em 15 de Setembro de 907. Memória lida por ocasião das solennes e imponentes exéquias feitas pela freguezia de Colvalle no 30.o dia do seu decesso (1907), Luís Xavier Corrêa da Graça, Apontamentos biográficos (1912). Em 1873 publicou no “Boletim do Instituto Vasco da Gama” um trabalho sugestivamente intitulado O Socialismo¹⁰⁴⁷. As polémicas em que se envolvia, frequentemente muito politizadas, por vezes assumiam proporções sérias, conforme lembra Nascimento Mascarenhas: “I have related earlier the [amusing story](#) of how Leopoldo once evaded arrest by hiding beneath his mother’s skirt. Portuguese government officials were incensed by a column Leopoldo had written, titled “A Call to Arms”, exhorting the readers to revolt against the oppressive Portuguese rule. While Leopoldo succeeded in escaping detection by the police — who searched high and low for him all over the house, expect of course under Dona*”

¹⁰⁴⁵ O qual teve dois eclesiásticos, os padres João Alexandre e Camilo Leão da Gama.

¹⁰⁴⁶ Ele filho de Pedro Coutinho e de Feliciano Trindade, ela de João Coutinho e Andresa Gouveia.

¹⁰⁴⁷ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol II, 10 e ss. Recentemente – mais concretamente a 26 de agosto de 2010 – fr. Nascimento Mascarenhas publicou uma breve nota bio-bibliográfica sobre este personagem no blog *Saligão Serenade*: <http://www.saligaoserenade.com/2010/08/26/the-erudite-journalist> (consultado a 8 de março de 2011)

Carlota's skirt – he was forced to flee Goa, walking all the way to Bombay where he then spent most of his remaining days before finally returning to Penha de França in Goa after many years”.

Paulo António de Freitas e Maria Querubina da Gama foram os progenitores de:

4) PADRE COSME CAETANO ROSÁRIO DAMASCENO DE FREITAS, nascido em Assagão, onde foi batizado no dia 30 de setembro de 1829.

§ IV

Descendentes de Mónica Dalgado e Diogo de Freitas

1) DIOGO DE FREITAS, de Assagão, casou com Mónica Dalgado. Foram filhos deste casal:

2-I) ANTÓNIO DE FREITAS, que segue;

2-II) Padre Damião de Freitas, o qual era *gançar* de Assagão. Ordenado em 1748, mandou edificar a capela de Santa Ana, sita no bairro Vale da sua terra natal. A ereção foi aprovada por provisão do arcebispo Neiva Brum datada de 6 de junho de 1767. Sobre ela *“instituiu a pensão de missas do estipêndio de duas tangas, aos domingos e dias santos (...), com o fundo de 900 xerafins, segurados na várzea Cazreachi Uddi, de um vandil¹⁰⁴⁸ de sementeira, do valor de 1000 xerafins e ligada à várzea de Santa Mónica”¹⁰⁴⁹.*

Não é fácil apurar, com base nos elementos de que presentemente dispomos, se o padre Damião de Freitas instituiu igualmente um vínculo de capela quando da construção do pequeno templo. Tal hipótese afigura-se-nos contudo extremamente provável. Nesse caso, e apesar de as considerações que Gomes Catão dedica ao tema serem bastante dúbias, é possível que tenha sido um sobrinho do instituidor quem assumiu na geração seguinte a administração do vínculo. Falamos do padre Caetano Xavier de Freitas¹⁰⁵⁰. O padre Damião de Freitas morreu no bairro Vale a 18 de dezembro de 1769;

2-I) ANTÓNIO DE FREITAS, que continua. Casou com Vitória de Sousa, de quem houve pelo menos:

3) PADRE CAETANO XAVIER DE FREITAS, nascido em Assagão, onde foi batizado no dia 5 de setembro de 1742. Ordenou-se em 15 de setembro de 1765 e, já no final da vida e durante um breve período (entre 1800 e 1801), foi vigário encomendado de Mapuçá. Morreu, com testamento, a 17 de março de 1802.

DINIS, DA RAIA

¹⁰⁴⁸ *Sic*, talvez por *candil*.

¹⁰⁴⁹ Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), (21). O autor segue um manuscrito de Avelino Soares.

¹⁰⁵⁰ Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), (21).

A genealogia desta família – que, em comparação com outras que estudámos, veio perdendo muito do seu fulgor ao longo dos séculos XVIII e, sobretudo, XIX – é, a nosso ver, merecedora de alguma atenção. Isto porque Gomes Catão (reproduzindo, muito provavelmente, na íntegra um original de Avelino Soares) transcreveu os vários estudos genealógicos que, no seio da estirpe, foram sendo elaborados ao longo dos séculos. Tratando-se, então, do resultado de um trabalho conjunto, e apesar de cada contribuidor ter procurado manter a lógica do esquema seguido pelos que o antecederam, existem particularidades características de cada um dos blocos que o integra. Assim, por exemplo, a partir de José Joaquim Dinis passa a notar-se um muito maior cuidado com as calendarizações, mas parece perder-se o rigor com que eram elencados os casamentos das filhas de cada geração com *gancares*, e quais as comunidades a que estes pertenciam. A primeira tentativa foi feita por Francisco Dinis logo em 1657, sendo, décadas passadas, acrescentada por José Joaquim Dinis. Pelo interesse que reconhecemos ao documento¹⁰⁵¹, e antes de procedermos a uma análise sistemática das primeiras gerações desta família, reproduzimo-lo integralmente:

“Genealogia da Família “Diniz” da Raia

“Jesus, Maria e José valei-nos etc. – Em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo – Amen; tomo a liberdade eu António Caetano José Joaquim Diniz de escrever o catalogo da nossa geração (ass) A.C.J.J. Diniz”

“Catalogo da Geração

Pedro Dinis primeiro pai de Agostinho Dinis = Sarvodessai = de Bandorá da Provincia de Pondá pela grande Misericórdia de Deus converteu com sua familia á Santa Sé Catholica Apostolica Romana; da mesma sorte possuíram o seu direito do logar dos desoty que é decima parte de toda provincia e mais honraram como possuidores actuaes outros Sardessays filhos dos outros irmãos que lá ficaram pagãos cujos descendentes são Norbay Naique e outros; que eu tenho copiado do velho feito por Francisco Dinis no anno 1657 aos 23 de Dezembro; da mesma maneira eu José Joaquim Dinis tenho acrescentado da familia que tinha nascido depois deste Fra.co Dinis até hoje para perfessuar (sic)¹⁰⁵² este Catalogo e ter noticias do adiante acrescentando da mesma sorte dos filhos, netos, bisnetos etc. dado por Francisco Diniz assim na primeira como na segunda parte deste Catalogo afim de constar a todo o tempo e da mesma sorte peço que acrescente das mais familias e descendentes que seguirem (A.C. J.J. Diniz)”

E acrescentou Avelino, ou Catão, logo a seguir: *“O resto não se compreende nada.”*

E continua a cópia do velho manuscrito:

“Primeira Parte do primeiro tronco directo da Geração de Pedro Dinis novo christão Pae Sarvodessay convertido: Primeiro Christão Pedro Dinis por nome gentio Vitovsig Naique que se converteu em 24 de Março de 1592; juntamente do pai, seu filho e nora no mesmo dia, o filho tomou o nome de Agostinho Dinis por nome gentio Givagi Naike e nora tomou o nome de Isabel de Souza que foi a mulher de Agostinho Dinis segundo o rito da Santa Madre Igreja; deles nasceram André Dinis, Nicolau Dinis, Salvador Dinis, Assucena Dinis, Beatisa Dinis e Maria de Sousa.

¹⁰⁵¹ Cremos que o original se terá perdido há muito. A cópia manuscrita da autoria de Gomes Catão integra o nobiliário que possui Percival Noronha – Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Diniz, de Rachol”*, Goa.

¹⁰⁵² Este “sic” foi acrescentado ou por Gomes Catão ou por Avelino Soares.

N.B.- Agostinho Dinis e sua mulher Isabel de Souza fizeram uma escritura de doação do chão Persanchy Dongory,¹⁰⁵³ para nelle fabricar o Collegio de Rachol aos P.P. Relig.os da Comp.a de Jesus no anno de 1607 aos 30 de Março com o tabelião Antonio Dias.

Da mesma sorte André Dinis sendo casado com Margarida Rebelo, dela nasceram Antonio Diniz, Pedro Dinis morreu pequeno, Maria Dinis casada com Lourenço Lopes gãocar e morador de Verná e Agostinho Dinis.

Da mesma sorte Antonio Dinis cas. com Clara Rebello delles nasceram Francisca Dinis que foi casada com Agostinho Pereira, de Rachol, Maria Dinis, que foi casada com Maria (decerto uma gralha, repete o nome) Diogo Morreires (sic), de Neurá Grande Ilha de Goa (como aqui acabou a linha dos filhos parece-me que está errado aqui) (ass.) J.J. Diniz

Da mesma sorte Francisco Dinis sendo casado com Antónia Francisca, irmã de Agostinho Pereira, deles nasceram André Diniz, Jeronima Diniz que foi casada com António Cabral, morador desta Praça de Rachol, e Joaquina que morreu pequena.

Da mesma sorte André Diniz sendo casado com Apolina Rangel, da Raia, deles nasceram: Antonia Francisca que foi casada com Aleixo Menezes gãocar e morador de Curtorim; Esperança Dinis que foi casada com Diogo Vás Pereira, gãocar e morador de Curtorim; e João Francisco Dinis.

Da mesma sorte João Francisco Dinis sendo casado em Loutulim com Francisca Pereira, deles nasceram: Antonio Francisco Dinis, George Caetano Dinis que por favor de Deus foi P.e Vigario; Anna Josepha que foi casada com Domingos Caetano Leitão, gãocar e morador de Neurá; Maria Apolina Dinis que foi casada com Sebastião Alvares, morador em Quelossim; Rita Quitéria Dinis que foi Religiosa por Madre no Real Convento de S. Mónica; Ignaça (sic) Dinis morreu solt.ra; Benedicta Esperança Dinis que foi casada com Antonio Salvador da Costa, gãocar e morador da Raia; Apolina Dinis morreu pequena; André Dinis morreu pequeno; e Agostinho Dinis.

Da mesma sorte Antonio Francisco Dinis sendo casado em Loutulim com a filha de Praça, deles nasceram Ana Maria Dinis que foi casada com José Rosário de Melo, gãocar e morador da Raia; Sebastiana que morreu pequena; José Joaquim Dinis; Quitéria Purificação que foi casada com Silvestre Camilo da Cruz, gãocar e morador de Quelossim; Benedita Esperança Dinis morreu de 15 anos de idade; Salvador Micael Dinis morreu pequeno; e Esperança Diniz.

Eu fiz a assignatura neste catalogo copiado do velho visto persuado muito com seu modo agastado e baixo deste pode escrever outro que seguir. Peço a Deus que multiplique esta geração e guarde por muitos e muitos anos (ass.) J.J. Dinis.”

Do documento acima transcrito é, assim, possível extrair o seguinte esquema familiar:

1) PEDRO DINIS, que terá sido o primeiro da estirpe a converter-se, juntamente com a sua família mais próxima, ao catolicismo. Nessa altura – mais concretamente, a 24 de março de 1592 –, abandonou o nome que até então usara, Vitovsig (Vitogy?) Naik. Seria natural de Bendorá, em Pondá (nas chamadas *Novas Conquistas*) e um dos *sardessais* locais. Não obstante a adesão à nova religião – ao contrário do que se terá passado com alguns dos seus irmãos, que “*lá ficaram pagãos*” – e consequente fixação em terras de Goa, manteve parte dos privilégios de que usufruía a família: “*da mesma sorte possuíram o seu direito do logar dos desoty que é decima parte de toda província*”. Foi o progenitor de:

2) AGOSTINHO DINIS, originariamente Givagi Naíque (Sivagy Naik?). Converteu-se, no mesmo dia do que o pai, e juntamente com sua mulher, ao catolicismo. Esta última adoptou o nome de Isabel de Sousa, parecendo resultar, do documento em análise, que, após a adesão à Igreja católica se casaram de acordo com o rito romano.

¹⁰⁵³ Sublinhado no original.

Parece ser certo que integram o núcleo das elites *naturais* que, após a conversão, beneficiaram a Companhia de Jesus, uma vez que, mediante escritura de 30 de março de 1607, doaram a propriedade sobre a qual se viria a edificar o posteriormente muito conhecido colégio de Rachol. Agostinho Dinis foi um dos fundadores da exclusivista confraria do Santíssimo Sacramento de Rachol, sendo enterrado na igreja de Nossa Senhora das Neves, dessa freguesia, em sepultura perpétua sita no cruzeiro. A ele se deve, igualmente, um dos mais importantes legados recebidos pela Misericórdia de Goa no século XVII.

É também merecedor de ser reproduzido o excerto das crónicas familiares que descreve a conversão ao catolicismo de Agostinho Dinis, seu pai e mulher por intercessão dos jesuítas:

“Sendo quase(?) 40 anos de idade o sarvodessay Vitozy Nayque converteu a S. Fé Catolica aos 24 de Março de 1595¹⁰⁵⁴ juntamente com seu filho e nora sendo pequeno cuja idade não consta neste papel velho de que fez copiar este que se chamava em gentio Zivagi Nayque que se converteu juntamente com Pai, e forão seus padrinhos dous Padres da Comp.a de Jesus tomando o nome o Pai de Pedro Diniz e filho Agostinho Diniz e nora Isabel de Sousa cujos assentos consta no L.o desta Igr.a de Rachol a fl. 123, sendo vigário o R. P.e Bastião Azavedo, da Comp.a de Jesus. Francisco Diniz – eu o José Joaquim Diniz copiado e velho visto estar muito gastado com seu modo p. tempo sem apresentar (sic, embora talvez tenha sido lapso, pois é bastante provável que a palavra em questão seja acrescentar) nem diminuir cousa alguma que dúvida faça (ass.) Jose Joaquim Diniz”.

Agostinho Dinis e Isabel de Sousa tiveram:

3-I) ANDRÉ DINIS, que segue;

3-II) Padre Jorge Dinis, que foi o primeiro eclesiástico da família. De acordo com o mais antigo dos biógrafos familiares, *“P.e Jorge Diniz; 2.o filho de Agostinho Diniz, foi P.e Vigario e V. Geral em Cochim”*

3-III) Nicolau Dinis, *“sendo casado com Antonia Roiz dela nascera Ana Diniz que foi casada em Bardez”*;

3-III) Salvador Dinis, *“que, sendo casado com Maria Gomes em Margão, não teve família, morreu esteril e tudo o que tinha deixou ao Cofre do Divino Espirito Santo, de Margão”*;

3-IV) Açucena Dinis;

3-V) Beatiza Dinis;

3-VI) Maria de Sousa, que usou, portanto, o apelido materno;

3-I) ANDRÉ DINIS, que continua. Casou com Margarida Rebelo, de quem teve:

4-I) ANTÓNIO DINIS, que segue;

4-II) Pedro Dinis, o qual *“morreu pequeno”*;

4-III) Maria Dinis, casada em Verná (Salsete) com Lourenço Lopes, que era *gancar* da comunidade local;

4-IV) Agostinho Dinis;

¹⁰⁵⁴ Gomes Catão, ao transcrever o documento, acrescenta, em nota de rodapé: *“é emendado o ano 1592”*.

4-I) ANTÓNIO DINIS, que continua. Do seu casamento com Clara Rebelo (sendo que desconhecemos se existia algum parentesco entre a mesma e a sua cunhada Margarida Rebelo) houve, pelo menos:

5-I) Francisca Dinis, casada com Agostinho Pereira, de Rachol;

5-II) Maria Dinis, a qual se casou com Diogo Morreires, natural de Neurá-o-Grande (Ilhas);

Neste passo, José Joaquim Dinis considera existir um erro, conforme consta do original: “*como aqui acabou a linha dos filhos parece-me que está errado aqui. (ass.) J.J. Diniz*”. Pensamos, portanto, que o que o autor em questão quis dizer foi que no original se haviam esquecido de elencar, na geração dos filhos de António Dinis e Clara Rebelo, Francisco Dinis, casado com uma irmã de seu cunhado Agostinho Pereira. Assim sendo:

5-III) FRANCISCO DINIS, que segue;

5-III) FRANCISCO DINIS, que continua. Casou com Antónia Francisca (irmã, como já foi referido, de Agostinho Pereira, pelo que, com grande probabilidade, também natural de Rachol), tendo tido dela:

6-I) ANDRÉ DINIS, que segue;

6-II) Jerónima Dinis, nascida em Rachol (?), casou com António Cabral, morador na referida praça;

6-III) Joaquina, “*que morreu pequena*”;

6-I) ANDRÉ DINIS, que continua. Do seu casamento com Apolina Rangel, nascida na Raia (localidade não muito distante de Rachol), teve:

7-I) Antónia Francisca Dinis, a qual casou com Aleixo Menezes, *gancar* de Curtorim, aí morador;

7-II) Esperança Dinis, casada com Diogo Vaz Pereira, igualmente *gancar* da comunidade de Curtorim, onde habitava;

7-III) JOÃO FRANCISCO DINIS, que segue;

7-III) JOÃO FRANCISCO DINIS, que continua. Casou, em Loutolim, com Francisca Pereira, de quem houve.

8-I) ANTÓNIO FRANCISCO DINIS, que segue;

8-II) Padre Jorge Caetano Dinis, que José Joaquim Dinis dá como “*P.e Vigario*”, não indicando, contudo, de que paróquia. Também não o conseguimos apurar, não constando, desde logo, o seu nome das detalhadas listagens elaboradas por Leopoldo da Rocha¹⁰⁵⁵;

8-III) Ana Josefa Dinis, a qual casou com Domingos Caetano Leitão, *gancar* de Neurá, onde era morador;

8-III) Maria Apolina Dinis, que veio a casar com Sebastião Álvares, residente em Quelossim;

8-IV) Rita Quitéria Dinis, “*que foi Religiosa por Madre no Real Convento de S. Mónica*”;

8-V) Inácia Dinis, falecida solteira;

¹⁰⁵⁵ Rocha, Leopoldo da (1973), 397 e ss.

8-VI) Benedita Esperança Dinis, que casou com António Salvador da Costa, *gancar* e morador na Raia;

8-VII) Apolina Dinis, a qual *“morreu pequena”*;

8-VIII) André Dinis, que também *“morreu pequeno”*;

8-IX) Agostinho Dinis;

8-I) ANTÓNIO FRANCISCO DINIS, que continua. Não se conhece o nome da sua mulher, apenas se sabendo que casou em Loutolim *“com a filha da Praça”*. Dela houve:

9-I) Ana Maria Dinis, casada com José Rosário de Melo, *gancar* da Raia, onde residia;

9-II) Sebastiana, falecida jovem;

9-III) JOSÉ JOAQUIM DINIS, que segue;

9-IV) Quitéria Purificação Dinis, a qual casou com Silvestre Camilo da Cruz, *gancar* e morador em Quelossim;

9-V) Benedita Esperança Dinis, que *“morreu de 15 anos de idade”*;

9-VI) Salvador Micael Dinis, que também *“morreu pequeno”*;

9-VII) Esperança Dinis

Um dos descendentes continuou o esquema genealógico familiar. É desta forma que podemos acompanhar a descendência de José Joaquim Dinis, que é o membro da família com que se dá início a este novo bloco da genealogia da estirpe. Assim sendo:

9-III) JOSÉ JOAQUIM DINIS, que continua. Sobre ele se anota: *“nascido em 23 de Setembro de 1760 baptizado em Loutolim aos 1 de Outubro do dito ano, falecido aos 25 de Janeiro de 1834, sendo casado em Margão com Ana Peregrina Andrades (sic) que faleceu em 20 de Abril de 1820 filha de Custódio Manuel Andrades e Matildia (sic, certamente por Matilde) Andrades e Ferreira”*. Foram os progenitores de:

10-I) Maria Avelina Pulquéria Dinis, *“que faleceu de 3 anos e 7 meses”*;

10-II) um *“outro filho que teve, morreu apenas baptizado em casa”*;

10-III) António Francisco Dinis, o qual *“morreu pequeno em Margão”*;

10-IV) Roque Francisco Dinis, que nasceu no dia 19 de maio de 1801 e morreu, presumivelmente solteiro, a 13 de julho de 1847;

10-V) Maria Candita (sic) Dinis, que nasceu a 30 de janeiro de 1806 e faleceu, certamente solteira, em 22 de setembro de 1878;

10-VI) ANTÓNIO CAETANO DINIS, que segue;

10-VI) ANTÓNIO CAETANO DINIS, que continua. Não sabemos se nasceu na Raia, ou em Margão. Quanto à sua morte, temos conhecimento da data (10 de dezembro de 1870), mas não do local. Casou, em Curtorim, com a sua prima Ana Joaquina Rufina da Consolação Menezes, *“que faleceu em 13-4-1905 a 1 hora da tarde dia Sexta feira maior, filha de André Francisco de Menezes e de Maria Felicidade da Costa, com dispensa de parentesco de 3.o e 2.o grau afirmando (sic) em 14-2-1854”*. Tiveram:

11-I) Ana Francisca Rufina Dinis, nascida à “1 hora ante meridiem no dia Terça feira 29-5-1855 (e fal. a 25-1?-1917?) baptizada em Curtorim a 5-7-1855 foram padrinhos Vicente Agostinho Bom Parto de Menezes e Felicidade da Costa”;

11-II) CAETANO FILIPE NERY JOSÉ BOM-PARTO ROMUALDO DINIS, que segue;

11-III) Maria Quitéria Marcelina Peregrina Dinis, a qual “nasceu às 8 horas da noite da 3.a feira 18-6-1861 e bapts na igreja de Rachol em 25-6-1861 sendo padrinhos Pedro António Fernandes e Luís Maria Godinho, solteiros, da Raia, sendo vigário colado P.e Constâncio Filipe Dias”;

11-II) CAETANO FILIPE NERY JOSÉ BOM-PARTO ROMUALDO DINIS, que continua. Foi batizado apressadamente, pois temia-se pela sua sobrevivência: “nasc. na terça-feira às 6 horas a.m. de 2-5-1858 que padeceu de febre no dia 6.a feira, foi baptizado em casa pelo Rev.do Vicente Lucas de Melo e pôs S. Óleos aos 8-6-1858 pelo Reverendo encomendado Ignacio Francisco Fernandes, foram seus padrinhos P.e José Bernardo Menezes e Francisca Dinis”. Casou, em Margão, “dispensando parentesco do 3.o e 4.o graus de afinidade no dia 16-1-1886”, com uma prima, Tolentina Andrade, “vulgarmente chamada Clotildes Andrades”¹⁰⁵⁶ Esta era filha de Joaquim Salvador de Andrade e de Divina Providência Leopoldina de Andrades.

Foram filhos do casal:

12-I) Maria da Piedade dos Prazeres Isménia Dinis, a qual nasceu “às 6 horas a.m. do Domingo 20-11-1887”, sendo batizada “na igr. de Rachol a 27-11-1887 pelo Revd.o encgdo Manoel Antonio Caetano Piedade Dias, foram seus padrinhos Dr. João Camilo Lelles de Menezes, natural e morador de Curtorim, e Marcelina Quitéria Dinis, sua tia paterna”. Morreu no dia 6 de Abril de 1889, domingo, “de um ano, 4 meses e 6 dias”. Refira-se, a título complementar, ter sido João Camilo de Lélis de Menezes um advogado *provisionário* de alguma nomeada na zona de Curtorim naquela época. É provável que este fosse aparentado com Caetano Filipe Dinis, de quem apadrinha vários filhos, pelo lado da sua mãe, Ana Joaquina Rufina da Consolação Menezes. No entanto, não lográmos obter elementos que comprovem cabalmente a existência de tal vínculo familiar;

12-II) Irene Guilhermina Cândida Dinis, nascida no dia 26 de fevereiro de 1890, foi “baptis. na igr. de Rachol na quinta feira 6-3-890 sendo padrinhos José Antonio Quadros e Ana Idalina Dinis. Fal. a 13 de Outubro de 1918 e foi sepult. na Raia”;

12-III) António Caetano José Joaquim Exaltação Dinis, que é um dos autores da genealogia a que nos temos vindo a reportar. Nasceu “às 2 horas a.m. do Domingo 18-9-1892, baptis. em casa por P.e Floriano Moniz, da Raia, e postos os S.S. Oleos a 18-10-92 sendo P.P. Dr. João Camilo Leles de Menezes e sua Exma esposa Propércia Siqueira e Melo. Com a licença da autoridade eclesiástica o baptismo ou S. Oleos foi na igreja de Rachol. Fal. a 11-8-1926”;

12-IV) Roque Francisco da Piedade Dinis, “nasc. às 6 horas a.m. da sexta-feira 28-9-1894 e baptis. na igr. da Raia a 5-10-1894 sendo P.P. Joaquim Piedade Leopoldino Andrades e Angelina Andrades, seus tios maternos. Fal. em 17-9-1895 contando apenas 1 ano, 3 meses e 20 dias”;

12-V) Maria Joaquina Arsénia Dinis, nascida “às 12 horas do meio dia de 29-3-1897, baptis. em casa pelo diácono a 4-4-1897 e S. Óleos em 9-11-97 sendo padrinhos Joaquim Lourenço, natural e morador de Curtorim, e Angelina d’Andrades, sua tia materna”. Casou, na terra natal do noivo, no dia 23 de Abril de 1912, com o coronel Pedro António Roque da Piedade Xavier. Este, que faleceu pouco tempo após o enlace, em 29 de Setembro de 1918, era filho de Tertuliano Xavier e de Eufemiana Xavier. Cremos que não tiveram geração;

¹⁰⁵⁶ O biógrafo familiar chega mesmo ao extremo de indicar as datas dos editais que precederam o enlace: “a 1.a publicação em 1-1-1886, a 2.a em 3-1-1886”.

12-VI) Francisco Bernardo Constantino Rosário Dinis, o qual também sobreviveu poucos anos, uma vez que “*nasc. a 23-2-1900 e (foi) baptis. na igr. da Raia em 7-3-1900, sendo P.P. João Camilo Leles de Menezes e Ana Joaquina de Menezes, sua avó paterna Ana Joaquina de Menezes, sua avó paterna*” e morreu “*às 2 horas post meridiem de sábado 1-12-1900 de 8 meses e 2 dias*”;

12-VII) Maria Arsénia Conceição Dinis, que nasceu, “*às 11 horas p.m.*”, no dia 15 de dezembro de 1904, tendo sido batizada na igreja de Rachol a 16 de fevereiro do ano seguinte (foi apadrinhada pelo seu irmão António Caetano José Joaquim e por Aurora Dinis). Casou, em Loutolim, a 21 de novembro de 1922¹⁰⁵⁷, com Prudêncio Figueiredo, filho de Francisco António de Figueiredo. Desconhecemos se tiveram descendência;

12-VIII) AGOSTINHO CONSTÂNCIO MARIA DINIS, que segue;

12-VIII) AGOSTINHO CONSTÂNCIO MARIA DINIS, que continua. Por vezes também chamado **Constâncio Agostinho**. Nasceu “*às 10 horas da noite de 4-5-1908*” e foi batizado na igreja da Raia a 4 do mês seguinte, tendo por padrinhos Constâncio Xavier Pereira, “*natural e morador de Chinchinim*” e sua irmã Irene Guilhermina Cândida. Casou, no dia 7 de janeiro de 1927, com Ana Margarida Abundância Lurdes Fernandes, filha de Lourenço Sant’Ana Fernandes e de Maria Emília Gomes, de quem houve geração¹⁰⁵⁸.

FERNANDES DE NORONHA, DE S. MATIAS

É possível estudar os Fernandes de Noronha – estirpe originária de S. Matias e que, cremos, se extinguiu durante o século XIX – com base quer no livro *A família “Xavier”*¹⁰⁵⁹, quer a partir de alguns testamentos que encontramos em Goa, quer ainda através da leitura do título que lhes é dedicado por Gomes Catão no *nobiliário* manuscrito que hoje se conserva em mãos de Percival Noronha¹⁰⁶⁰. Falamos de uma família onde pontuam eclesiásticos e juristas e que, apesar de aparentemente não conseguir ostentar linha genealógica tão antiga como por exemplo os Brás de Sá ou os Melo da Raia, se preocupa muitíssimo com o seu lustre. Os testamentos desta família que transcrevemos no anexo II são disso bom testemunho. Lá encontram-se considerações como as tecidas por José Filipe Fernandes de Noronha, ao dirigir-se aos seus descendentes: “*como lhes amo por extremo lhes faço todo o beneficio como Chefes da Caza, para brilharem com muito esplendor entre outros da nossa nação porque este he meo importante objecto e dos meos gloriosos progenitores que incansavelmente trabalharão e se fatigarão no estabelecimento da nossa famigerada Caza*”.

O membro desta estirpe mais antigo que conhecemos é:

1) ASCENSO FERNANDES, a quem o colégio de Chorão emprazou umas várzeas em Malar por três vidas. Casou com Natália de Noronha, de quem teve:

2-I) Padre Gabriel Fernandes de Noronha, vigário colado de Anjuna, desembargador da Relação eclesiástica e promotor da justiça do arcebispado de Goa.

¹⁰⁵⁷ Acrescentando o autor “*registo civil em 18-11-1922*”.

¹⁰⁵⁸ A saber: (i) **Clotilde**, “*nasc. a 20-4-1929 e baptis. em Margão a 4-5-1929 (assento registado no Civil a 26-4-1929)*”; (ii) **Caetano José Romualdo**, “*nasc. às 9 horas de 23-3-1930 no Hospício de Margão e baptis. na igr. da Raia no fim do dito mês*”; e (iii) **António Enes Emílio Filomeno**, “*nasc. a 25-12-1935*”.

¹⁰⁵⁹ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), o.cit.

¹⁰⁶⁰ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Fernandes de Noronha, de S. Matias”*, Goa.

2-II) Padre Rafael Fernandes de Noronha, vigário de S. Matias e igualmente desembargador da Relação eclesiástica e promotor da justiça do arcebispado de Goa. Em vários documentos surge como “licenciado”, provavelmente por ter *provisão* ou *licença* para advogar nos tribunais eclesiásticos do Estado. Morreu a 15 de fevereiro de 1791. No seu testamento, datado de 15 de agosto de 1788, procura garantir a constituição do vínculo de morgado que o seu irmão Gabriel pretendia instituir e dá mostras da consideração de que entendia a sua família dever ser merecedora. Dispõe assim dos bens com o objetivo de contribuir para o “*lustre da Caza*” e zelar pela sua “*gravid.e e Onestidade*”¹⁰⁶¹;

2-III) MATIAS CAMILO FERNANDES DE NORONHA, que segue;

2-III) MATIAS CAMILO FERNANDES DE NORONHA, que continua. Nascido em S. Matias. Foi imediatamente batizado em casa pelo padre João José Correia. O batismo solene teve lugar a 26 de maio de 1715 e foi ministrado “*pelo P.e Francisco da Cunha Souto Mayor com licença do vig.o P.e Gabriel da Silveira*”. O padrinho foi Gaspar de Carvalho e Menezes. Matias Camilo Fernandes de Noronha foi “*advogado da Côte desta Cidade (de Goa)*”. De acordo com o testamento do seu irmão padre Gabriel foi também “*Auditor da gente da guerra e Letrado afamado*”. O seu filho José Filipe acrescenta ter sido também “*Soliciador da Fazenda Real Sendico da Mezericordia e Capitão Auditor do Regimento de Artilheria*”. Casou, em Aldoná, no dia 19 de Maio de 1737¹⁰⁶², com Ângela de Sousa, filha de Salvador Tomé de Sousa e Ana de Mello e Silva.

Tiveram:

3-I) António João Fernandes de Noronha, advogado *provisionário* e “*Auditor do Regmento d’Artilheria*”. Recebeu em legado do seu tio padre Rafael Fernandes de Noronha ½ do rendimento do palmar Olenia;

3-II) Josefa Fernandes de Noronha, que parece ter ficado solteira;

3-III) JOSÉ FILIPE BENEDITO CAETANO XAVIER FERNANDES DE NORONHA, que segue;

3-IV) Joaquina Fernandes de Noronha, a qual foi dotada pelo seu irmão José Filipe. Talvez por esse motivo o tenha contemplado na hora da morte: “*Minha Irmã Joaquina fez o seo Testamento Solemne serrado aprovado, e fechado por Tabalião em que me deixou a terça parte dos rendimentos da sua herança emquanto eu vida tiver que me deve pagar o herdeiro do meo Irmão Antonio João que possui esta herança*”;

3-III) JOSÉ FILIPE BENEDITO CAETANO XAVIER FERNANDES DE NORONHA, que continua. Nasceu em S. Matias e foi aí batizado no dia 29 de março de 1751 pelo seu tio padre Rafael Fernandes de Noronha¹⁰⁶³. Morreu a 23 de dezembro de 1815, um dia depois de ditar o seu testamento – documento no qual se preocupa sobremaneira com a manutenção do “*esplendor*” da sua casa¹⁰⁶⁴. Advogado *provisionário*, foi capitão do segundo regimento de infantaria do exército da Índia e auditor da gente de guerra e síndico da Misericórdia de Goa. No seu testamento apresenta-se também como “*Jurisconsulto Goano*”. Foi o principal contemplado no testamento referido padre Rafael Fernandes de Noronha: “*e para Se Conservar, e Continuar a mesma gravid.e e Onestidade da Caza, e outrossi actualmente estarem deminutas as rendas dos bens da Caza, e o meu Sobrinho Joze Felipe filho do d.o meu Irmão ter Carga de muitas filhas p.a amparar Attendendo a piadade q. devo usar com a familia do d.o meu Sobrinho para Ser Conservada a nossa gravid.e deixo ao d.o meu Sobrinho Joze Felipe o usufruto de todos os meus bens excepto a parte q. toca a meu Sobrinho Antonio João por esta minha Disposição*”.

¹⁰⁶¹ Consulte-se o anexo II: testamentos – N8.

¹⁰⁶² Foi celebrante o padre Salvador Ribeiro, “*com licença do reitor Fr. Belchior dos Reis*” e testemunha o padre António Fernandes Baptista.

¹⁰⁶³ Apadrinharam-no António Vaz e Luísa de Miranda, mulher de Matias Pereira. O padrinho era morador no bairro Amboy, a madrinha e seu marido no bairro da Cruz.

¹⁰⁶⁴ Consulte-se o anexo II: testamentos – N17.

Herdara as várzeas emprazadas do seu avô e possuía várias várzeas “*foreiras as Fazendas Real prazo em fatiota*” em Bastorá. Refez as casas de moradas da família era administrador de dois morgados de “*limitadas rendas*”. É particularmente interessante a alusão que faz a negócios celebrados com sardessais de Pondá: “*Os Sardessais da Província de Ponda, assistentes em Raçaim Província de Salcete Panduranga Naique Madagy Naique e outros me cederão e venderão as tres partes da herança da Caza de Fondu e Gopala Camotim homens de negócio que forão desta Cidade que lhes coube de que estou de posse e nisso não ha duvida porem por huma Escripura privativa fizerão um Contracto os ditos Sar Dessais com o meo filho Gabriel de subsessão ou substituição, a qual he nulla em Direito por que não ha subsessão em Direito nem pode haver substituição porque o dito meo filho Gabriel faleceo em minha vida antes de verificala com que ficou caducada e outras substituições concebidas naquela Escripura privada são rezervadas em Direito para se fazer no Testamento, e por nenhum principio se pode fazer pelo dito privado, e ilegítimo papel com clauzulas exorbitantes, supérfluas e infructíferas e por isso julgo nullo, e de nenhum effeito principalmente porque he mormente lezo aos outros meos herdeiros aquele insignificante, e fantastico contrato e assim se assentou justamente na huma asembleia das pessoas peritas e da justificada probidade e por isso retrato o dito contrato*”.

No seu testamento acautela o destino das várias bibliotecas da família e a remuneração por serviços que ele e o progenitor haviam prestado à coroa. No que toca às primeiras: “*Pelo que respeita a quatro Livrarias a saber duas dos sobreditos meos Thios e senhores, huma do meo Pay e Senhor Mathias Fernandes de Noronha e outra minha não forão Inventariadas, e partilhadas, por que não se podia distinguir cada e adequadamente a quem pertencião cada huma das Obras entretanto rezervadas para deçendentes varoens da Caza por nosso particular arbitrio e assim a minha vontade he que fique aos meos filhos, e netos para uso delles com beneplácito de todos os interessados meos herdeiros no que não tenho duvida alguma*”. Quanto aos serviços prestados: “*Tenho servido o Soberano sem notta publica em Advogado e Sendico da Mezerecordia e Capitão de Artilheria com exerçio de Auditor e por Postila passei para Segundo Regimento de Infantaria e ultimamente por Documento de Sua Alteza Real sou Auditor de toda gente de guerra ha mais de trinta annos e não estou remunerado o qual serviço deixo aos meos filhos e netos para requererem a remuneração e igoalmente do Serviço que fez o meo Pay e Senhor Mathias Fernandes de Noronha que foi Soliçitador da Fazenda Real Sendico da Mezericordia e Capiião Auditor do Regimento de Artilheria e faleceo no Serviço sem ser remunerado*”.

É ainda graças ao seu testamento que ficamos a saber (embora não saibamos concretamente de qual das irmãs ou cunhadas Menezes descendia) ser tio de **Casimiro António de Menezes**. Admitimos que se trate do advogado *provisionário* que o prefeito Bernardo Peres da Silva escolheu para integrar a junta da justiça que em 1835 substituiu a Relação de Goa.

Casou em primeiras núpcias com D. Eufregina Maria Gonçalves. Tiveram:

4-I) D. Maria Angélica Fernandes de Noronha, que foi dotada com “*tres mil xerafins que cobrei da Caza de Pondu e Morgea Camotim como pertencentes ao espolio do Reverendíssimo Senhor Thio Paroco que foi da Igreja de Sam Miguel de Anjuna por que pertence ao meo Cazal*”;

4-II) D. Rosa Maria Fernandes de Noronha, a qual recebeu, à semelhança das suas irmãs Maria Aurora e Maria Raquel, 4000 xerafins em legado testamentário do seu pai. Estas quantias destinavam-se a constituírem os seus futuros dotes.

4-III) D. Maria Aurora Fernandes de Noronha;

4-IV) D. Maria Raquel Fernandes de Noronha;

4-V) D. Natália Maria Fernandes de Noronha;

4-VI) Gabriel Fernandes de Noronha, já falecido em 1815. Deixara dois filhos órfãos do seu casamento com...:

4-VI-1) Matias Camilo José Rafael Fernandes de Noronha, o qual recebeu do avô “*dous Morgados hum instituido por Felix Rodrigues e outro por Francisco Rodrigues digo Francisco Salvador que sendo das limitadas rendas não quiz extinguir em benefício delle*”;

4-VI-2) D. Maria Carlota Fernandes de Noronha;

4-VII) D. Leonor Esperança Fernandes de Noronha, também já falecida em 1815. Não conhecemos o nome do seu marido mas apenas que deixou uma filha:

4-VII-1) D. Rosa Petronila;

Após enviuar, José Filipe Fernandes de Noronha passou a segundas núpcias com D. Maria Esperança Piedade de Mello. Casaram no dia 21 de fevereiro de 1808. Esta senhora era natural de Rachol e filha de José Pedro Alcântara de Mello e de Ana Quitéria da Silva (ele também de Rachol, ela de Benaulim); neta paterna de José Francisco de Mello e Teresa Manuel Colaço. D. Maria Esperança Piedade era irmã de Joaquim António de Mello.

Foram filhos deste casamento:

4-VIII) PEDRO DE ALCÂNTARA FERNANDES DE NORONHA, que segue;

4-IX) Padre Cosme Damião Fernandes de Noronha, que professou no convento de S. Caetano (Teatinos) de Goa. Recebeu do progenitor em legado as “*Vargeas Deu Xetta, e outras sitas na Aldea Bastora da Província de Bardez foreiras as Fazendas Real prazo em fatiota para se encartar possuir e disfrutar*”;

4-X) D. Maria Eufregina Fernandes de Noronha, igualmente contemplada com um legado de 4.000 xerafins destinado ao futuro dote. O progenitor frisava ainda que a filha deveria ser desposada por pessoa “*da esfesa da sua nobreza conforme o luvrr e arbitrio de sua May*”. Casou com Cristóvão Sebastião Xavier¹⁰⁶⁵;

4-XI) D. Ana Joaquina da Expectação Fernandes de Noronha;

4-VIII) PEDRO DE ALCÂNTARA FERNANDES DE NORONHA, que segue. Foi o principal herdeiro do pai, de quem recebeu a “*Aldea Jampon de Jurisdição de Damão foreira a Fazenda Real prazo da natureza de tres vidas e lhe nomeio para se encartar possuir e disfrutar como couza sua com obrigação de conferir quatro mil duzentos xerafins de estimação com os herdeiros em que primeiramente abatera aquela parte da legitima que lhe pertencer mas se este falecer na idade pupilar deixo e nomeio a meo filho Cosme Damião e este tambem se falecer na idade pupilar deixo e nomeio a meo netto Joze Rafael digo netto Mathias Camilo e na falta deste deixo e nomeio a meo netto Joze Rafael para o mesmo fim com a sobredita obrigação de confirir a referida estimação com os coherdeiros*”. Foi também contemplado com “*Vargeas Sampaula sitas nesta Aldea Malar forreiras ao Colégio de Chorão prazo da natureza de livre nomeação*” que o pai tinha recebido do seu avô Ascenso Fernandes. Parece ter-se instalado em Damão, provavelmente devido aos bens que a sua família lá possuía. Aí casou na freguesia dos Remédios no dia 29 de janeiro de 1832 com D. Esperança Adeodata Moniz. Esta senhora descendia uma família pertencente às elites naturais católicas das Velhas Conquistas de Goa que manteve um vínculo próximo com Damão (onde D. Esperança Adeodata falecerá no dia 27 de maio de 1867). Era neta de José Moniz e Esperança de Saldanha, moradores em Benaulim. O seu pai, António Francisco Moniz, nascera nessa localidade e estudara medicina em Goa onde obteve carta de físico a 1 de agosto de 1806¹⁰⁶⁶. Após trabalhar alguns anos no hospital de Goa passou a Damão em 1811 por ter sido nomeado cirurgião-mor do corpo de caçadores ali aquartelado. Foi um defensor convicto do constitucionalismo liberal e um dedicado *perista*, pelo

¹⁰⁶⁵ Veja-se neste anexo o título Xavier, de Loutolim, ponto 7-I.

¹⁰⁶⁶ Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 203.

que se compreende que se tenha envolvido de forma intensa na vida política damanense após 1821. Integrou a junta do governo local entre 1822 e 1824 e foi nomeado juiz dos órfãos a 3 de janeiro de 1829. Casou duas vezes, a primeira no dia 14 de maio de 1811 com Francisca Mascarenhas (nascida em Damão, filha de Brás Salvador de Mascarenhas e de Rita da Costa) e a segunda com D. Ana Bernardina Pereira (goesa, nascida na Raia e filha de António Bernardino Pereira e Ana Joaquina da Cruz).

D. Esperança Adeodata Moniz era irmã de:

- (i) **José Diogo**, nascido em Damão em 1816;
- (ii) **José João Maria Moniz**, nascido em Benaulim, herdou o prazo da aldeia Bimpor, em Damão, onde continuou a sua descendência;

Era a mesma D. Esperança Adeodata meia-irmã de:

- (i) **António Filipe Bernardino Moniz**, médico. Foi vereador e presidente da câmara municipal de Damão (em 1861 e 1881, respetivamente). Casou com D. Eulália Leopoldina Bernardina da Cruz, filha de João Roque da Cruz e de Ana Bernardina Dias. Dela teve **João Caetano da Conceição Moniz**, licenciado em Medicina pela universidade de Bombaim, e o advogado *provisionário* **António Francisco Moniz Júnior**, casado com D. Ana Maria Felícia de Melo¹⁰⁶⁷, a quem nos referimos no título Melo, da Raia;
- (ii) **D. Jacinta Maria Bernardina Moniz**, nascida em Damão no dia 17 de março de 1823. Casou com Filipe Nery Colaço, natural de Margão, diretor das alfândegas de Damão, filho de João António Salvador Colaço e de D. Efrigénia (*sic*)¹⁰⁶⁸ Piedade de Albuquerque¹⁰⁶⁹. Foram os pais de **Frederico Guilherme Francisco Colaço**, o qual foi médico-cirurgião, farmacêutico e advogado *provisionário* (a *provisão* data de 1880, segundo informação que nos foi disponibilizada por Pedro do Carmo Costa). Frederico Guilherme Francisco casou com Rita Luzia Amalfina Barreto, natural de Margão e filha do advogado *provisionário* Celestino Manuel José Barreto e de D. Elizena de Melo. Foi filha deste casal **D. Jacinta Ema da Piedade Colaço**, nascida na Raia a 13 de março de 1911 e casada em Pangim no dia 12 de Junho de 1928, com Carlos Renato Gonçalves Pereira, juiz desembargador e presidente da Relação de Goa;
- (iii) **João Caetano da Conceição Moniz**, que estudou matemática, filosofia e direito na universidade de Coimbra. Matriculou-se neste último curso a 4 de outubro de 1844¹⁰⁷⁰. Não terminou porém a licenciatura. Matriculou-se na escola do comércio de Lisboa em 1846 e partiu para S. Tomé e Príncipe no início da década de 50. Em 1853 foi nomeado professor primário naquela ilha e no ano seguinte primeiro diretor da alfândega local. Desempenhou também funções enquanto escrivão da junta da fazenda pública de S. Tomé¹⁰⁷¹;

A descendência de Pedro de Alcântara Fernandes de Noronha e de D. Esperança Adeodata Moniz vem detalhadamente descrita em *Os luso-descendentes da Índia Portuguesa*. Pode poder parecer um tanto desadequado que uma estirpe da elite *natural* seja estudada numa obra intencionalmente dedicada aos *descendentes*. Note-se porém que os autores por vezes incluíram referências a algumas famílias de origem *natural* que parcialmente se vieram a mesclar com outros grupos sociais. Trata-se, no entanto de casos muito isolados. Outro exemplo é o dos Rodrigues de Badém (mais tarde Bettencourt Rodrigues)¹⁰⁷².

¹⁰⁶⁷ Referimo-nos a este casal e à sua descendência no título Melo, da Raia, §2 - Descendência de Miguel António de Melo, ponto 4-VII).

¹⁰⁶⁸ Cremos que, na verdade, o seu nome seria Eufregina.

¹⁰⁶⁹ Veja-se neste anexo o título Álvares, de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 4-I-1), b).

¹⁰⁷⁰ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (João Caetano da Conceição Moniz).

¹⁰⁷¹ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 16.

¹⁰⁷² Forjaz, Jorge e Noronha, José Francisco de (2003), vol. II, 755 e ss.

FIGUEIREDO, DE LOUTOLIM

A elaboração da genealogia desta família – que se impõe de forma incontornável em Goa sobretudo a partir da segunda metade do século XIX – acarretou consideráveis dificuldades. Sucedeu o que acontece com muitas das linhagens marcadas por um personagem de tal importância que acaba por de alguma forma eclipsar o que o antecedeu e concentrar em si todos os interesses dos seus descendentes e dos estudiosos em geral. Neste caso em concreto, falamos de Vicente João de Figueiredo. É a ele quem se atribui a multiplicação da (já generosa desde o século XVIII, como conseguimos demonstrar) fortuna familiar, é ele um dos mais relevantes agentes do Estado nas *Novas Conquistas*, é ele o intermediário privilegiado com os *dessais* insubmissos, é ele o responsável pelas importantes obras de reedificação da sua casa de Loutolim, que ainda hoje constitui um marco da arquitetura civil salsetana e um dos núcleos onde resiste a forma de viver e de estar que caracterizava as elites *naturais* católicas e que autores como Orlando Ribeiro descrevem com surpresa e admiração. Sempre que passamos pela casa de Loutolim recordamos a descrição daquele geógrafo do século passado: “*O que há de mais português nesta sociedade está representado por velhas e distintas famílias de Salcete; algumas na cidade de Margão, a maioria nas aldeias onde exercem ainda grande proeminência. O português, aprendido na infância com o concanim da rua e da criadagem, é falado habitualmente entre a gente distinta, como correcção, não raro com eloquência, aqui tão apreciada como no Brasil ou em Cabo Verde. (...) O ambiente das casas, o mobiliário, a dignidade dos retratos dos antepassados, todo o ar que aí se respira de uma prosperidade antiga, recordam, a quem bem conheça a nossa província, as velhas famílias do Porto, as Ilhas e o Brasil tradicional, imagens familiares. A conversação só confirma estas impressões. A gente de idade, culta, formou o seu espírito nas leituras do tempo dos nossos pais, os autores portugueses são-lhe familiares; os clássicos foram lidos cuidadosamente, certo literato local fará gosto em descrever aspectos da vida tradicional portuguesa que apenas conhece da leitura dos nossos romancistas. Estranha-se que nestes seres tão perfeitamente assimilados não corra uma gota de sangue português. Feita discretamente a pergunta, logo o orgulho de brâmane ou chardó, se por um lado exhibe os títulos da nobilitação que a família recebeu do nosso Governo, repudia por outro qualquer contacto fora da casta.*”¹⁰⁷³. Mais ainda: Vicente João de Figueiredo foi o personagem a quem Lopes Mendes e sobretudo Tomás Ribeiro dedicaram palavras de grande amabilidade e consideração. Todos os leitores do segundo tomo de *Jornadas* estão decerto familiarizados com este homem e com a sua magnífica casa de Loutolim.

Ora, a descendência de Vicente João de Figueiredo é bem conhecida. No entanto, o mesmo já não se podia dizer relativamente aos seus maiores? Assim se chegava a um obstáculo muito difícil de ultrapassar: quem eram os progenitores de Figueiredo? Levantavam-se várias hipóteses, de entre as quais havia três que se destacavam. Por um lado, (i) havia os que sustentavam¹⁰⁷⁴ ser Vicente João de Figueiredo filho de António João de Figueiredo (veja-se *infra*, ponto 3-IV). Isto é, seria irmão de D. Mariana Henriqueta de Figueiredo, a qual veio a casar com o herdeiro dos Gonçalves da Piedade. Havia porém um obstáculo de peso este raciocínio: duas obras “clássicas” da genealogia goesa infirmam-no. Quer Catão da Costa quer Caetano Gonçalves (que era neto da referida senhora) declaram que D. Mariana Henriqueta foi filha única¹⁰⁷⁵ – e consequentemente herdeira universal dos seus pais. Ora, julgamos que, a ter existido, era muitíssimo improvável que nenhum destes autores aludisse ao parentesco com um personagem tão destacado na Goa oitocentista como foi Vicente João de Figueiredo. Por outro lado, (ii) quando realizámos pesquisas aturadas nos processos de *naturais* católicos goeses que se desejavam habilitar a familiares do Santo Ofício localizámos o de José Vicente de Figueiredo. Estudámo-lo aprofundadamente e não deixámos de considerar a hipótese de estarmos perante um antepassado de Vicente João – raciocínio que era reforçado pela coincidência de nomes entre os diversos membros da estirpe. Havia porém uma sequência de gerações a preencher a fim de demonstrar a eventual ligação existente – e em Goa não conseguimos reunir dados

¹⁰⁷³ Ribeiro, Orlando (1999), “*Goa em 1956. Relatório ao Governo*”, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 81 e 82.

¹⁰⁷⁴ Essa é desde logo a informação que consta de alguns *sites* dedicados a temas genealógicos.

¹⁰⁷⁵ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), *o.cit.*, 17. Gonçalves, Caetano (1940), *A ilha de Divar no Estado da Índia. Subsídios para a História do Padroado Português do Oriente*, Grandes Oficinas Gráficas Minerva, Vila Nova de Famalicão.

suficientes para o fazer. Na verdade, encontrávamos inclusive em alguns círculos a convicção de que os Figueiredo tinham levado uma existência relativamente obscura e modesta até meados de oitocentos. Em paralelo, os elementos que nos foram facultados na casa de Loutolim indicavam que a própria memória familiar não chegava tão longe. Deram-nos desde logo conta de que os Figueiredo hoje conhecidos como *de Loutolim* eram originários de Sancoale (comunidade de Cortalim) e que o apelido original da família seria Poddar. Terão alegadamente vindo em tempos bastante recuados desta localidade para Loutolim devido a uma epidemia (admitia-se que talvez se tivesse tratado de um surto cólera). Aqui se instalaram e edificaram uma casa no sítio onde ainda hoje se ergue a, muito maior e mais imponente, morada refeita por Vicente João de Figueiredo. Atualmente, quando olhamos a longa fachada principal desta morada, é claro que se trata da junção de dois corpos. Um à direita, de dimensões mais modestas, e a longa sequência de janelas e o grande balcão à esquerda. Este último corpo é o mais recente e corresponde às empreitadas levadas a cabo por Vicente João. De facto, é aí que se encontram as três grandes salas de aparato da casa. Ora, o referido Vicente João de Figueiredo era filho segundo da casa pelo que herdou não a totalidade mas apenas uma fração da parte mais antiga da casa (isto é, do corpo situado à direita). Essa parcela hoje corresponde à sala de estar da família, a outra sala voltada para as traseiras e ainda ao compartimento amplo que está dividido por uma vedação de madeira em escritório e “*quarto do oratório*”. Isto para além de alguns quartos para os criados e de serventia no quintal. O resto da casa original, entretanto autonomizado – portanto, o que não coube a Vicente João mas a um dos seus irmãos mais velhos – acabou por ser herdado por António Vicente Francisco de Figueiredo e Albuquerque, o qual veio a casar em meados do século passado com uma parente descendente de Vicente João de Figueiredo, D. Maria de Lourdes Filomena de Figueiredo. Assim se voltaram a unir as duas parcelas da habitação¹⁰⁷⁶. Deve-se pois a Vicente João toda a edificação a partir da escadaria nobre, balcão e átrio de aparato.

Finalmente, (iii) a terceira hipótese a tomar em consideração era Vicente João de Figueiredo não estar diretamente aparentado com nenhum destes personagens com nenhum dos personagens referidos em (i) e (ii).

Curiosamente, a resposta foi-nos dada não graças a documentação de natureza histórica e/ou genealógica mas sim devido a fontes de natureza jurídica. Por um lado, na coleção de *Pareceres* do procurador da coroa e fazenda Serra e Moura encontrámos e analisámos cuidadosamente o que se relacionava diretamente com a família¹⁰⁷⁷. Foi lá que descobrimos que Vicente João de Figueiredo partilhava o nome do seu avô paterno. Por outro lado, localizámos no AHU um processo bastante detalhado de 1823 relativamente a *José Vicente de Figueiredo*, pai de *Vicente João de Figueiredo* e, portanto, bisavô do afamado Vicente João da segunda metade do século XIX¹⁰⁷⁸. A descoberta desta documentação foi determinante para finalmente estabelecermos aquela que julgamos ser a genealogia correta da estirpe. Afinal, a hipótese (ii) parece ser a acertada.

O que concluir do que acabámos de referir? Desde logo que se é inegável que os Figueiredo de Loutolim conseguiram alcançar uma notoriedade e uma pujança económica assinaláveis a partir da segunda metade do século XIX, também o é que já provinham de antigas estirpes que integravam indubitavelmente o núcleo das elites *naturais* católicas das *Velhas Conquistas*. É certo que – ao contrário de outras famílias, como os Melo da Raia, os Frias, os Gonçalves – lhes faltam os vínculos de capela, a posição em *gancarias* e o aparato de grandes sequências de clérigos e homens de leis. Mas todos os interrogados nas inquirições promovidas quando da habilitação de José Vicente de Figueiredo são unânimes em considerar que o pretendente pertencia à elite local: “*o habilitando he pessoa distinta na Ordem dos naturaes de Goa*”, sublinha-se aí. E a ligação ao Estado é garantida pelo exercício durante gerações de funções de considerável responsabilidade nas *Novas Conquistas*. Os Figueiredo desempenharam (a par com os também loutolenses Miranda) inequivocamente um papel determinante na qualidade de representantes visíveis do Estado junto das populações residentes na parcela destes territórios mais próxima de Salsete.

¹⁰⁷⁶ Esta senhora transformou a parcela mais antiga da casa – a herdada pelo marido – numa pousada *heritage*.

¹⁰⁷⁷ Que transcrevemos. Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 176.

¹⁰⁷⁸ Também o reproduzimos – id., ibid., nº 177.

Note-se ainda que fica por entroncar o inquisidor padre Pedro de Figueiredo, que se admite pertencer a esta família. Trata-se porém de um eclesiástico relativamente ao qual existem muito poucos dados disponíveis, como aliás se depreende desde logo da nota biográfica que Expectação Barreto lhe dedicou¹⁰⁷⁹.

O antepassado mais antigo da estirpe que conhecemos é:

1) LUÍS DE FIGUEIREDO, natural de Loutolim. Aí casou com Esperança Rodrigues, nascida em Margão, e aí viveram, no bairro *Carvala*. Não dispomos das datas do seu nascimento e casamento por os livros de assento de Loutolim se terem perdido “*na ocasião da invasão*”, conforme consta da habilitação para familiar do Santo Ofício do seu neto José Vicente de Figueiredo. Trata-se possivelmente da incursão marata de 1739, que deixou memórias profundas nos salsetanos e aparece repetidamente referida nas fontes mais dispares. O próprio Lopes Mendes, muito tempo depois, não deixou de lhe fazer referência ao discorrer sobre Salsete e a sua capital: “*No século XVIII foi várias vezes invadida, sendo a ultima invasão em 23 de janeiro de 1739 em que o maratha, occupando Margão e a fortaleza do Monte, aonde actualmente se acha a capella de Nossa Senhora da Piedade, talou toda a provincia*”¹⁰⁸⁰.

Foi filho deste casal:

2) VICENTE JOÃO DE FIGUEIREDO, nascido em Loutolim e aí batizado no dia 6 de abril de 1746. A primeira na mesma, no dia 29 de julho de 1770, com a sua conterrânea Ana Secunda Xavier da Costa. Esta havia sido solenemente batizada a 18 de maio de 1755 (fora batizada em casa *cavsa pericvli* pouco depois de nascer), tendo sido então apadrinhada por D. Ana de Mello (filha de D. Cristóvão de Mello, morador em S. Pedro de Ribandar) e pelo menorista loutolense António Francisco Xavier. Era filha de Pedro Paulo da Costa e de Rufina Xavier de Monserrate – ele natural de Loutolim, ela de Goa Velha, onde casaram (na igreja de Santo André) a 13 de fevereiro de 1750 –; neta paterna de Miguel da Costa e Rosa de Noronha, e materna de Diogo Mendes e Joana Rodrigues.

Tiveram

3-I) JOSÉ VICENTE DE FIGUEIREDO, que segue;

3-II) Padre Luís Caetano de Figueiredo, que parece ser filho;

3-III) Padre Joaquim Francisco da Piedade de Figueiredo, que também parece ser filho;

De acordo com alguns estudiosos das genealogias goesas, Vicente João de Figueiredo casou segunda vez, já contando cerca de cinquenta anos, com Maria Ana de Mesquita. Dela teria tido:

3-IV) António João de Figueiredo, nascido em 1801. Casou com D. Ana Joaquina Albina Pulquéria Álvares, de Margão, filha do segundo casamento de Salvador Filipe Álvares da Costa com Esperança Maria da Costa¹⁰⁸¹. António João de Figueiredo terá começado por ser professor régio de primeiras letras em Loutolim e Margão. Sendo um devotado *perista*, o prefeito nomeou-o almoxarife do arsenal da marinha. Ocupou o lugar por pouco tempo por ter renunciado ao mesmo na sequência do golpe que derrubou Peres da Silva. Retomará no entanto aquelas funções alguns anos depois. Foi abastado proprietário.

¹⁰⁷⁹ “Quadro X. Inquisidores Pedro de Figueiredo (e) Lourenço d’Athayde. O primeiro e natural de Salcete, e occupou o cargo de inquisidor, em 1793-94; e o segundo, de Sirulá, concelho de Bardez, foi nomeado desembargador da relação ecclesiastica pela provisão de 3 de agosto de 1791, e vigário geral do arcebispado por outro de 28 de setembro de 1801, chegando, por seu altos méritos, a ser inquisidor, em 1805. Não alcançamos, por agora, mais noticias biográficas d’estes dois illustres ecclesiasticos” –Barreto, Expectação (1899), 77.

¹⁰⁸⁰ Mendes, A. Lopes (1989), vol. II, 168.

¹⁰⁸¹ Veja-se o título Álvares de Margão, Abreu da Piedade, Baptista de Loutolim e Ferreira de Corjuém, ponto 4-VI).

O casal teve uma filha única:

3-IV-1) D. Mariana Henriqueta de Figueiredo, herdeira da casa de seus pais. Nasceu no dia 14 de novembro de 1827 e morreu a 5 de abril de 1857. Casou com Caetano Francisco Gonçalves, advogado *provisionário* e fidalgo da casa real, de quem teve geração¹⁰⁸²;

3-I) JOSÉ VICENTE DE FIGUEIREDO, que continua. Nasceu em Loutolim e foi aí batizado a 12 de abril de 1772. Cerca de 1790 deu início às diligências necessárias para se habilitar a familiar do Santo Ofício¹⁰⁸³. O processo correu célere e sem aparentes entraves: foi-lhe passada provisão logo a 25 de janeiro de 1791. Os indispensáveis *Interrogatorios de Genere, vita et moribus* realizaram-se em Goa no dia 1 de março de 1790, na casa do despacho da Inquisição. Foram ouvidas várias testemunhas, cujos depoimentos foram todos concordantes. Citemos a título meramente exemplificativo os de José Caetano de Quadros e Nicolau Sobrinho. Aquele “disse, que o habilitando he pessoa distinta na Ordem dos naturaes de Goa, e p.lo seo Pay he dotado de bens da fortuna, com que passa”. Este confirma os dados e aduz: “o seo Pay possue mais de vinte mil X.es dos bens de raiz, com que trata a sua familia abastadamente, e com Luzimento”.

Parece ter casado com Cecília da Conceição Baptista.

Foi filho deste casal:

4) VICENTE JOÃO DE FIGUEIREDO. Desconhecemos o nome da sua mulher. Tiveram:

5) ... DE FIGUEIREDO¹⁰⁸⁴, de Loutolim, do qual nada sabemos a não ser ter que teve vários filhos do seu casamento com ..., de entre os quais se destacou:

6) VICENTE JOÃO DE FIGUEIREDO, também natural de Loutolim, Foi um dos maiores proprietários quer em Salsete quer nas *Novas Conquistas* – onde desempenhou durante anos funções de administrador fiscal, dando aliás continuidade a uma tradição que corria na sua família há gerações e praticamente desde a anexação daqueles territórios. Segundo os seus descendentes, terá sido advogado *provisionário* ou pelo menos estudado direito numa das escolas particulares que então existiam espalhadas pelas *Velhas Conquistas*. Cavaleiro da ordem de Cristo em 1870 e fidalgo cavaleiro da casa real por decreto de 16 de dezembro do ano seguinte.

Foi também o responsável pelas importantes obras na casa familiar a que já fizemos alusão e que Hélder Carita descreve com algum detalhe:

*“O magnífico enquadramento desta casa, frente a um extenso vale de arrozais pontuado por palmares de coqueiros, dota esta casa dum envolvimento paisagístico único dentro do conjunto da arquitectura indo-portuguesa. A extensa fachada que se recorta hoje nesta paisagem é resultante de grandes transformações efectuadas no século XIX. O corpo mais antigo, que recua ao século XVIII, apresenta elementos estruturais possivelmente muito mais antigos. A escala que adquire no século XIX é mais uma vez um testemunho do poder e autonomia que as famílias goesas, sobretudo brâmanes, vão adquirindo ao longo dos séculos na administração portuguesa. Associando um estatuto de nobreza rural com vastos domínios agrários a um estatuto de magistrados nos quadros superiores da administração do império esta elite mantém durante séculos uma estabilidade social e económica sem paralelo na nobreza portuguesa. O calmo desenvolvimento arquitectónico do edificio, mantendo uma vincada unidade de conjunto, é um testemunho da estabilidade não só económica mas também cultural na manutenção de hábitos e valores tradicionais autóctones”*¹⁰⁸⁵;

¹⁰⁸² Veja-se o título Gonçalves, da Piedade, ponto 6-II).

¹⁰⁸³ ANTT, habilitações para o Santo Ofício, maço 159, dil. 3073 ano: 1791 (José Vicente de Figueiredo).

¹⁰⁸⁴ Admitimos a possibilidade de o nome deste personagem ser João Constâncio de Figueiredo. Não dispomos todavia de provas documentais que o confirmem de forma satisfatória.

¹⁰⁸⁵ Carita, Hélder (1996) 195.

Casou com D. Maria Amália Augusta Vaz, descendente da família de Aldoná conhecida pelo apelido Santa Rita Vaz. A importância do casal nos jogos de poder da sociedade da Goa de oitocentos reflete-se em vários documentos da época. Recorde-se, a título meramente exemplificativo, o que sobre ele anota Lopes Mendes no seu *A Índia Portuguesa*. São desde logo o único casal que vê reproduzido os retratos de ambos na obra. Em paralelo, o autor reserva-lhes palavras de grande simpatia:

*“Sob o ponto de vista ethographico muito teriamos que dizer dos bardezanos – que já tivemos a honra de representar no parlamento – se não se oppozesse a indole d’este trabalho. Todavia, diremos que são de constituição robusta, morigerados, laboriosos e inteligentes, e as mulheres mães amoraveis e formosas, como mostra o retrato (copia de uma photographia) da ex.ma sr.a D. Amalia de Figueiredo (trajando panno paló), brahmane christã, natural de Aldoná, e esposa virtuosa do sr. Vicente João de Figueiredo, natural de Salcete, e um dos maiores proprietarios da nossa Índia”*¹⁰⁸⁶.

A foto em questão também terá servido de base para uma tela da época que ainda hoje se acha no salão nobre da casa de Loutolim. Segundo os atuais proprietários da casa, foi restaurado há alguns anos e o responsável pela recuperação terá desvirtuado alguns pormenores do traje da retratada, que posava envergando um rico *pano-baju* e um adereço que se dizia ter sido inspirado em joias usadas pela rainha Maria Antonieta de França. Lopes Mendes reprodu-lo na página 221 do seu trabalho, dando-lhe como legenda (que não temos a certeza ter agradado a D. Maria Amália Augusta) *“indígena bardezana”*.

O autor ainda se refere a Vicente João como *“cavalheiro respeitabilissimo e mui dedicado aos europeus, e, como tivemos ocasião de dizer, um dos maiores proprietarios ruraes da nossa Índia”* e não deixa de elogiar a casa familiar, que considera *“esplendida e grandiosa”*¹⁰⁸⁷.

Foram filhos do casal:

7-I) CAETANO FRANCISCO FILOMENO DE FIGUEIREDO, que continua.

7-II) Bruno Filomeno de Figueiredo, nascido em Loutolim e falecido em Bombaim em 1916. Casou com D. Constança Idalina Bruto da Costa, filha de António Anastásio Bruto da Costa e de sua segunda mulher D. Maria Clotildes dos Santos Vaz, de Margão¹⁰⁸⁸. Com geração, nomeadamente na família Santa Rita Vaz de Aldoná;

7-III) D. Cecília Conceição Filomena de Figueiredo, a qual casou com Nazário Francisco Xavier Sebastião José Bernardo Caetano de Sant’Ana Colaço, comumente conhecido por José Nazário Bernardo Francisco, fidalgo cavaleiro da casa real em 1890. Este era filho de Caetano Xavier Frederico Colaço e de D. Efigénia Felicidade Lúcia Lisarda Clara Santa Ana Pinto¹⁰⁸⁹; neto paterno de Nazário Francisco Colaço (irmão de André Zeferino Colaço, Caetano Xavier Colaço e José Bernardo Colaço, que foi procurador da coroa e fazenda em Goa) e de D. Josefa Sebastiana Colaço. Bisneto paterno de Luís António Camilo Colaço, casado com Ana Maria Gonçalves. Era este último irmão do Padre Diogo António Colaço, *“professo”*, e do chantre da Sé de Goa Nazário Francisco Colaço – os quais, bem como José Damião Colaço e Joaquim Francisco Colaço, seriam todos filhos de João Colaço (que teria tido dois irmãos clérigos – os Padres Caetano Simão e Lopo Vicente Colaço –, sendo seus progenitores Nazário Francisco Colaço e Maria Gonçalves) e de Ana Brites Fernandes. Segundo o respetivo testamento, datado

¹⁰⁸⁶ Mendes, A. Lopes (1989), vol. I, 217 e 218. A imagem em questão – que corresponde também a uma tela que ainda hoje se acha no salão da casa de Loutolim – vem reproduzido na página 221, sob o título (que não temos a certeza de ter agradado à retratada) *“indígena bardezana”*.

¹⁰⁸⁷ Id., vol. II, 175 e 176. O retrato de Vicente João de Figueiredo acha-se na página 178.

¹⁰⁸⁸ Veja-se o título Costa, de Margão, ponto 9-V-9).

¹⁰⁸⁹ Veja-se o título Álvares de Margão, Abreu da Piedade e Ferreira de Corjuém, ponto 3-VII-2), e).

de 1810, que localizámos em Goa e transcrevemos em anexo¹⁰⁹⁰, Nazário Francisco Colaço foi o herdeiro universal do seu tio chantre e homónimo.

É voz comum em Goa que os Colaço hoje ditos *de Ribandar* são originários da ilha de Divar. Instalaram-se no entanto naquela localidade no século XVIII e aí edificaram uma imponente casa familiar – atualmente aberta a visitantes e conhecida como *solar dos Colaço* – bordejando o Mandovy. Com as suas largas varandas viradas para o rio, possui uma entrada de aparato e um pequeno embarcadouro privativo¹⁰⁹¹. De acordo com a família e uma série de *sites* dedicados ao turismo e ao património em Goa, o casco original da casa (a ala oeste) começou a ser edificado por João Colaço e foi completado pelo seu filho o cônego e chantre da Sé de Goa Nazário Francisco¹⁰⁹². É nessa ala que se encontra a capela familiar, na qual se venera uma imagem de Nossa Senhora do Rosário envolta em lenda. José Bernardo Colaço¹⁰⁹³ estaria em risco de se afogar por o pequeno barco de onde regressava de Diu para Goa se ter virado junto à fortaleza da Aguada, já na foz do Mandovy. Foi então que a avistou a imagem e se abraçou à mesma. Quase imediatamente conseguiram resgatá-lo, tendo-se sempre mantido abraçado a Nossa Senhora durante o processo de salvamento. Ao ver-se livre de perigos, atribuiu a sua boa sorte à presença da imagem e levou-a para o oratório da família. De aí em diante passou a organizar-se na casa dos Colaço de Ribandar uma ladainha em honra de Nossa Senhora durante a primeira quinzena de agosto. A ala este da casa – a mais recente – foi acrescentada em 1825 por José Bernardo Colaço, procurador da coroa e fazenda de Goa. À semelhança de muitas outras moradas da elite *natural* católica reedificadas na época, José Bernardo incluiu nas novas dependências da habitação um salão de baile – o qual se destaca dos seus congéneres por possuir uma varanda/balcão interior onde se instalavam os músicos. Os visitantes são também invariavelmente conduzidos à sala de jantar, onde se encontra um aparador decorado com painéis representando cenas do *Ramayana*. É obra de José Nazário Bernardo Francisco, que foi distinto marceneiro amador.

José Nazário Bernardo Francisco Colaço e D. Cecília Conceição Filomena tiveram:

7-III-1) José Frederico Caetano Xavier Rosário António Piedade Filomeno Santana Colaço, mais conhecido por José Frederico Colaço. Nasceu em Loutolim a 9 de janeiro de 1884 e foi batizado em Ribandar no dia 2 de agosto do mesmo ano, sendo apadrinhado pelo subdiácono José Júlio Líbano Paes e por D. Especiosa Páscoa de Figueiredo (aquele morador em Salvador do Mundo, esta em Loutolim). Matriculou-se na faculdade de direito da Universidade de Coimbra a 9 de outubro de 1903, na qual não se chegou contudo a licenciar, conforme explica Aleixo Manuel da Costa: “*Depois de cursar o liceu de Nova Goa seguiu para Coimbra, onde já estava a completar o 4.º ano da Faculdade de Direito quando adoeceu. Regressou então para Goa, fazendo, anos depois, exame de advocacia na comarca de Bardês. Em 1912 concorreu para uma das vagas, então criadas, dos conservadores do Registo Civil, ficando colocado na de Nova Goa, onde, por largos anos, exerceu esse cargo*”. Foi o autor de uma obra muito polémica: *Crimes da igreja cristã e outras sociedades subordinadas, praticados por meio de hypnotismo* (tip. Sadananda, Goa, 1914). Ainda de acordo com Aleixo Costa: “*O autor era ao tempo da publicação, conservador do Registo Civil, em Nova Goa, e andava doente. Tinha como seu funcionário um seu vizinho hindu que era ao mesmo tempo proprietário da tipografia onde foi impresso o opúsculo. A tiragem não devia ser grande, pois o próprio autor, como nos informaram, chegou apenas a ver os primeiros dez e tantos exemplares que enviou logo para as bibliotecas e amigos de Portugal*”¹⁰⁹⁴, encarregando o chefe da tipografia de fazer uma larga distribuição do

¹⁰⁹⁰ Consulte-se o anexo II: testamentos – N15.

¹⁰⁹¹ Carita, Hélder (1996), 33.

¹⁰⁹² Os Colaço ter-se-ão fixado definitivamente nesta casa em 1759.

¹⁰⁹³ Não é claro de que membro da família se trata: se o procurador da coroa e fazenda José Bernardo Colaço, se o seu sobrinho neto José Nazário Bernardo Francisco.

¹⁰⁹⁴ Razão pela qual o autor do *Dicionário de Literatura Goesa* anota: “*Opúsculo raro. Apenas devem existir dele alguns exemplares esparsos pelas Bibliotecas de Portugal, como existe um, na da Academia das Ciências de Lisboa*”.

restante, segundo a lista de nomes que entregou. A mãe, porém, muito escrupulosa e apreensiva pelas tendências anti-religiosas do filho, combinou, à socapa, com o homem da tipografia e conseguiu fazer o auto-de-fé de toda aquela edição, já de caminho para os correios. E o autor morreu, ignorando, para sempre, o ocorrido”¹⁰⁹⁵;

7-IV) D. Maria Augusta de Figueiredo;

7-I) CAETANO FRANCISCO FILOMENO DE FIGUEIREDO, que continua. Nasceu cerca de 1856 em Loutolim, aí morreu no dia 18 de novembro de 1941. Advogado *provisionário*, “*Foi, por longos anos, juiz, substituto, da Comarca de Salcete e depois vogal do Conselho do Governo e do Conselho Executivo, onde marcou a sua passagem pela sua cultura e alta competência. Jovem ainda, fez parte dum grupo de rapazes que publicaram a revista “Estreia Litteraria” e colaborou, mais tarde, nos periódicos da época, mormente, em “O Ultramar” e no “Heraldo”. Versado em ciências jurídicas e no direito administrativo consideravam-no um “chavão” dessas ciências*”. Para além dos artigos dispersos acima referidos publicou um estudo dedicado às comunidades de Goa que foi publicado em 1923 na obra coletiva *A Índia Portuguesa*¹⁰⁹⁶. Recebeu o foro de fidalgo cavaleiro da casa real a 19 de dezembro de 1871. Herdeiro da casa dos seus maiores, foi grande proprietário em Salsete e nas *Novas Conquistas*. Casou com D. Ana Esperança Rita Matilde da Costa, de Margão, filha de Caetano José Aristides da Costa e de D. Ana Maria Esmeralda Adelina Joana de Melo¹⁰⁹⁷

Foram filhos deste casal:

8-I) D. Maria Amália Filomeno de Figueiredo, a qual casou com António Micael de Azaredo, natural de Chicalim e graduado em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa. Pedro do Carmo Costa acrescenta que se formou “*com Louvor a 23/12/1884*” e foi “*Capitão Médico, Médico em Chicalim (e) Facultativo do Quadro de Saúde de Angola*”. Com geração, entre a qual se conta D. Maria Ângela da Piedade Azaredo. Esta senhora casou com Jacinto Rosendo José Paulo Vicente Barreto Xavier, advogado e professor do liceu de Margão¹⁰⁹⁸, de quem teve descendência¹⁰⁹⁹;

8-II) D. Maria Luísa Filomeno de Figueiredo, casada com Pedro Bartolomeu Isidoro Luís da Graça Gouveia. Com geração;

8-III) D. Maria Isabel Filomeno de Figueiredo, que casou com Miguel José Lázaro António de Francisco Xavier de Santa-Rita Vaz¹¹⁰⁰. Com descendência¹¹⁰¹, de entre a qual destacamos Raúl de Santa-Rita Vaz, advogado *provisionário* que foi “*delegado substituto no Tribunal Judicial da Comarca das Ilhas, exercendo depois o cargo de subdelegado do Julgado Municipal Especial de Pondá e ainda, o de notário, interino, na comarca de Salcete*”¹¹⁰²;

8-IV) D. Quitéria Filomeno de Figueiredo, a qual casou com Aleixo António da Piedade Sequeira, de quem houve geração;

8-V) VICENTE JOÃO FILOMENO DE FIGUEIREDO, que segue;

8-VI) D. Especiosa Filomeno de Figueiredo, falecida solteira;

8-VII) D. Maria da Graça Filomeno de Figueiredo, que também morreu solteira;

¹⁰⁹⁵ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 183 e 184.

¹⁰⁹⁶ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 408 e 409.

¹⁰⁹⁷ Veja-se o título Costa, de Margão, ponto 9-IV-2).

¹⁰⁹⁸ Veja-se o título Quadros, de Loutolim, ponto 4-VII-1), c).

¹⁰⁹⁹ Para maiores desenvolvimentos sobre a geração deste casal consulte-se Costa, Pedro do Carmo (2004); 240 e ss.

¹¹⁰⁰ Veja-se o título Costa, de Parrá e Arporá, §2, ponto 4-III-1), d).

¹¹⁰¹ Cunha, António Maria da (1925), 136 e ss.

¹¹⁰² Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 328.

8-V) VICENTE JOÃO FILOMENO DE FIGUEIREDO, que continua. Nascido em Loutolim no dia 13 de novembro de 1892 e falecido a 27 de julho de 1959. Advogado *provisionário*, “Exerceu o cargo de juiz municipal em Pondá, de que se aposentou em 1943. Foi vogal do Conselho Legislativo deste Estado, presidente da Comissão Administrativa do Hospício de Margão, bem assim, vogal dos Congressos Provinciais da Índia Portuguesa. Representou o Estado da Índia na Conferência Económica do Império Colonial realizada em Lisboa, em 1936. Foi redactor principal e proprietário do jornal A Voz da Índia onde largamente colaborou. Condecorado, e 1952, com o oficialato da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial”. Deixou vários trabalhos publicados, sobretudo em matérias de economia e agricultura, tendo nestes últimos prestado especial atenção à promoção da atividade agrícola nas *Novas Conquistas*, onde herdara vasto património¹¹⁰³. Casou com D. Maria Amália Rodrigues Gomes, de Siolim, de quem teve: (i) **D. Alcina Matilde Filomena de Figueiredo**, casada com Sertório Caetano de Frias; com geração; (ii) **D. Georgina Natália Filomena de Figueiredo**, advogada, falecida solteira; (iii) **Elsa Filomena**, falecida criança; (iv) **D. Maria do Carmo Filomena de Figueiredo**, que casou com Álvaro Luís José Ribeiro, de quem teve descendência; (v) **Caetano Francisco Filomeno de Figueiredo**, casado e sem geração; (vi) **D. Maria de Lourdes Filomena de Figueiredo**, que casou com o seu primo António Vicente Francisco Figueiredo de Albuquerque; com geração; e (vii) **José António Filomeno de Figueiredo**, falecido solteiro aos 20 anos.

FRIAS, DE TALAULIM E CANDOLIM

Sobre esta “*família de enorme prestígio já no século XVII, ligada aos mais altos postos da administração de Goa*”¹¹⁰⁴, é voz comum – conforme nos foi, inclusive, asseverado por mais de uma vez em Goa – ser originária de Taulim de Santana, dispersando-se, a partir de inícios do séc. XVIII, por Candolim, Chorão e Arporá. Já desde o século XVII – mais concretamente, desde a segunda geração convertida ao catolicismo – a família protagonizou uma bem-sucedida aproximação à administração portuguesa, passando a juntar às prerrogativas que lhe advinham do período anterior a 1510 uma série de benesses e regalias outorgadas quer pelos monarcas lusitanos, quer pelos vice-reis, de forma a poder ombrear com as elites *descendentes* que se iam também sedimentando em Goa. Atestam-no a instituição de vínculos, a concessão de brasão de armas e de foros de fidalguia, a entrada no mundo dos habilitados nas ordens militares e o exercício de cargos que eram habitualmente reservados às pessoas “*de qualidade*”.

Não conhecemos, contrariamente ao que se passa com várias outras famílias pertencentes às elites *naturais* católicas, nenhuma genealogia votada somente à família Frias. No entanto, vários foram os autores que se lhe referiram, de forma mais ou menos direta.

1) JERÓNIMO DE FRIAS, “*que supõe-se ter sido o primeiro cristão antepassado da família Frias, de Taulim de Santana, do concelho das Ilhas*”¹¹⁰⁵, mas que na verdade era já filho de Francisco de Frias e Maria Pereira.

Casou com Leonor Coutinho da Costa, filha de Lourenço da Costa e Bárbara Pereira¹¹⁰⁶.

¹¹⁰³ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 411 e 412.

¹¹⁰⁴ Carita, Hélder (1996), 97.

¹¹⁰⁵ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 425.

Tiveram:

2-I) PASCOAL ANTÓNIO DE FRIAS, que segue;

2-II) Padre Lourenço Lino de Frias, o qual institui aquele que parece ser o mais antigo dos vínculos da família: uma capela a que anexa boa parte dos bens de que dispunha, nomeando para a administração da mesma o seu sobrinho José de Frias, pois “*por descarga da minha consciencia estes bens não poder deixar, nem dar a outra pessoa mais que ao herdeiro varão do Casal do dito meu Irmão*”. Leopoldo da Rocha, ao listar os vários clérigos seculares que parouquiaram a igreja da Piedade, em Divar, começa por referir um padre Lourenço Lino, em 1678, que será sucedido pelo padre Jerónimo de Frias¹¹⁰⁷. Cremos ser muito provável tratar-se de Lourenço Lino de Frias;

2-I) PASCOAL ANTÓNIO DE FRIAS, que continua. É comumente tido como um dos expoentes das primeiras elites *naturais* brâmanes que aderiram ao catolicismo e aos modelos de vida adaptados a partir dos trazidos pelos portugueses. Foi “*escudeiro-fidalgo acrescentado em cavalleiro fidalgo por Alvará de 1.o de março de 1671, cavalleiro professo de S. Thiago da Espada, com a mercê do braço de armas (do padrão de “um castello assombrado por dous leões”)* perpetuamente transmissível em seus descendentes, por Alvará de 7 de janeiro de 1690, o qual foi licenciado em direito e contador dos contos da fazenda real, e occupou tambem os ditos cargos e officios (de procurador da rainha, solicitador da real fazenda e corretor-mor da alfândega de Goa), alem de promotor da justiça e dos reziduos, e das tres Ordens militares”¹¹⁰⁸. Dedicou-se também ao comércio com o reino. Casou com D. Antónia Isabel de Melo (ou somente Isabel de Melo), de quem teve, pelo menos:

3-I) JOSÉ DE FRIAS, que segue;

3-II) Padre Jerónimo de Frias, que recebeu, a título de património para se ordenar, designadamente um palmar do seu tio padre Lourenço Lino de Frias, conforme consta da instituição do vínculo de capela deste último. Ter-lhe-á também sucedido enquanto vigário da Piedade, em Divar, igreja de que tomou posse em 1692, mantendo-se nesse lugar até provavelmente 1733¹¹⁰⁹. Terá também instituído um vínculo, presumivelmente de capela;

3-III) Padre António João de Frias, nascido em Talaulim cerca de 1664 e morreu no dia 25 de junho de 1727. De acordo com Aleixo Costa, “*Foi vigário, durante 28 anos, da igreja de Santo André, de Velha Goa e exerceu os cargos de protonotário apostólico, promotor do Juízo Eclesiástico e procurador da Mitra primacial de Goa*”¹¹¹⁰.

É muito provavelmente o mais conhecido dos membros desta família por ter escrito o tratado *Aureola dos Índios & Nobiliarchia Bracmana: Tratado Historico, Genealogico, Panegyrico, Politico, & Moral, Offerecido ao Excellentissimo Senhor Dom Pedro Luis de Menezes, Marquez de Marialva, Conde de Cantanhede, Mordomo Mór, &c. Escrito pelo Licenciado Antonio Joam de Frias, Protonotario Apostolico, Notario da Bulla da Santa Cruzada, Capellão de Sua Magestade, & Vigario Confirmado da Igreja Parochial de S. André de Goa Velha*, impresso em Lisboa em 1702.

Inocêncio ressalva a raridade da obra e corrobora e completa estes elementos: “*Mestre em Artes, e Vigario da egreja de Sancto André da mesma cidade (de Goa), a qual administrou exercendo juntamente os cargos de Notario Apostolico, Promotor do Juizo Ecclesiastico, e Procurador da Mitra Primacial d’aquelle Arcebispado. Ao fim de vinte e oito annos foi transferido para a egreja de Sancta Anna de Talaulim, sua patria, onde morreu a 25 de Junho de 1727. (...) Barbosa, que no tomo IV da Bib. Lus. dá a mesma obra (a Aureola dos Indios) em nome do auctor frias, diz no tomo II tractando de José Freire*

¹¹⁰⁶ Veja-se o título Costa, de Margão, ponto 2-III).

¹¹⁰⁷ Rocha, Leopoldo da (1973), 447.

¹¹⁰⁸ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 144 e 145 Veja-se também Xavier, Filipe Nery (1862), 6.

¹¹⁰⁹ Rocha, Leopoldo da (1973), 447.

¹¹¹⁰ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 425.

de Montarroio Mascarenhas, que este a instancia do referido Marquez de Marialva (a quem é dedicada) totalmente a reformara, assim na ordem como na phrase, que estava indigna de se dedicar a tão grande mecenas. Comtudo é certo que no livro não existe vestigio algum da intervenção de Montarroio, nem se faz d'este a mais leve menção, sendo a dedicatória assignada no fim por Antonio João de Frias, que apparece em toda a parte como seu auctor"¹¹¹¹.

Mártires Lopes, num breve artigo que lhe dedica, levanta a hipótese de António João de Frias ter escrito outros trabalhos, *"que provavelmente não se publicaram"*¹¹¹²;

3-I) JOSÉ DE FRIAS, que continua. À semelhança dos seus maiores, fez carreira no seio da administração portuguesa em terras de Goa. Exercitou os lugares de *"procurador da Rainha (isto he, de certos rendimentos, de que El Rey fazia mercê á Rainha pra o seu bolsinho) por Alvará de 20 de março de 1690, advogado do numero da Relação, sollicitador da real fazenda por Alvará de 18 de março de 1699 e corretor-mor da dita alfandega por carta de 14 de março de 1707"*¹¹¹³. Segundo António Maria da Cunha, foi *"advogado ou licenciado"*¹¹¹⁴. Colaborou com o seu pai no trato comercial que este mantinha com Lisboa. Casou com D. Maria Cabral, de quem houve:

4-I) Antónia Ana Isabel de Frias, que casou com Bartolomeu Gonçalves, de quem houve geração¹¹¹⁵;

4-II) CAETANO DE FRIAS, que segue;

4-II) CAETANO DE FRIAS, que continua. Nascido em Santana de Talaulim, foi corretor-mor da alfândega da cidade de Goa por carta de 31 de março de 1735. Casou com Isabel Pinto, de Candolim, filha de Simão Pinto e de Luísa Rangel¹¹¹⁶. Tiveram um único filho:

5-I) SIMÃO SALVADOR DE FRIAS, o qual casou duas vezes: a primeira com D. Rosa Maria da Silva, a segunda com Vitória da Silveira, filha do advogado Rodrigo da Silveira. De Simão Salvador diz Rivara: *"veio estabelecer-se em casa do seu avô Simão Pinto, n'uma parte da casa primitiva dos Pintos, depois ampliada á ilharga desta, e reduzida a predio independente pela dita Victoria da Silveira"*¹¹¹⁷. Foi, portanto, na sua geração que os Frias abandonaram Talaulim – o que se deveu, segundo a tradição familiar, a uma epidemia que grassou na referida localidade – instalando-se em Candolim. Esta informação é confirmada por Helder Carita, ao analisar a casa que os Frias mandaram edificar na aldeia bardezana que não mais abandonarão¹¹¹⁸:

Simão Salvador de Frias teve do seu primeiro casamento:

6-I) António Filipe de Frias, que casou com Ana Margarida da Cunha¹¹¹⁹, filha de António Caetano da Cunha, mestre de campo do terço de auxiliares de Bardez, e de sua mulher Páscoa Ribeiro, de Pilerne. Existe, relativamente a este enlace, um relato esclarecedor da forma como eram encarados pelas famílias da elite *natural* católica os casamentos celebrados entre diferentes estirpes. O facto de os progenitores de Ana Margarida da Cunha, já depois de acordado o casamento desta, terem tido um filho varão, inviabilizou a estratégia, até então prosseguida pelos Frias e Cunhas, de estabelecer António Filipe de Frias como sucessor da família de sua mulher, na qualidade de genro comensal:

¹¹¹¹ Silva, Innocencio Francisco da *et al.* (1858), vol. I, 158.

¹¹¹² Lopes, António dos Mártires (atrib.) (1950), 15.

¹¹¹³ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 144.

¹¹¹⁴ Cunha, A. M. da (1925), 63.

¹¹¹⁵ Veja-se título Gonçalves, da Piedade, ponto 3).

¹¹¹⁶ Veja-se título Pinto, de Candolim, ponto 5-III-1).

¹¹¹⁷ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 144.

¹¹¹⁸ *"Simão Salvador de Frias, filho único de Caetano de Frias, foi instalar-se, no princípio do século XVIII, numa parte da casa de seu avô por via materna, Simão Pinto. Nesta parte, que era o primitivo palácio da família, é construída a casa dos Frias (...). De requintadas proporções, a casa emana um sofisticado espirito maneirista, embora já com uma gramática decorativa barroca"* – Carita, Helder (1996), 97 e 98.

¹¹¹⁹ Consulte-se neste anexo o título Cunha, de Arporá, ponto 5-I).

“Havia diferença de idade entre os dois irmãos (Ana Margarida e José Maria da Cunha) a ponto de haver já ideia de estabelecer na casa paterna a filha, quando, depois de ajustado o seu casamento, nasceu o filho, com manifesto desagrado do pai do futuro genro, Simão Salvador de Frias, que, diz a lenda, teve naquele momento uma violenta apóstrofe dirigida ao Menino Jesus existente no quarto da puérpera, tratando-o de “marata”, que naquela época era o adversário do povo goês; “(Eá matatheán mógen gór marlém! – Este marata arruinou a minha casa!)”. Construiu-se, então, uma casa nova, a que fica ao lado da capela de S. Sebastião, em Arporá, na qual se estabeleceram António Filipe Frias e Ana Margarida da Cunha, casa hoje pertencente ao seu tetraneto João Cupertino da Caridade Frias, notário público da comarca de Bardês; sendo dado a Ana Margarida da Cunha, “para flores”, um palmar no bairro Tamburqui, ao lado da casa grande dos Quemcrós”¹¹²⁰. A fixação em Arporá, “pondo caza nova”¹¹²¹, assinala a origem de um novo ramo desta família, que veio a ser comumente conhecido por *Frias, de Arporá*¹¹²². António Filipe de Frias foi administrador de um dos vínculos instituídos pelos seus maiores¹¹²³

Tiveram:

6-I-1) Lourenço Lino de Frias, que, não obstante Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves, na obra de Cunha Rivara, dar como natural de Arporá – onde efetivamente terá vivido – foi batizado, contando já quatro meses, em Candolim, pelo inquisidor Manuel António Ribeiro, no dia 18 de dezembro de 1758 (apadrinharam-no Diogo de Mendonça Corte-Real, de Chorão, e Vitória da Silveira, de Arporá). Foi capitão de auxiliares de Bardez e casou, “na capela de Salvador Pinto”, em Candolim, a 19 de fevereiro de 1792, com Amália (ou Amélia) Doroteia Pinto, filha de Inácio Pinto e de Margarida Rodrigues (ele de Candolim, ela nascida em S. Matias, Divar)¹¹²⁴.

Deste casal nasceram:

a) Caetano Maria Xavier de Frias, “*primogénito e sucessor*” da casa e vínculos paternos. Casou com Luísa Maria Micaela Francisca Monteiro, de Candolim, filha de José João Monteiro e de D. Vitória Maria Angelina Gonçalves. Com geração, que segue no título Monteiro¹¹²⁵;

b) Padre Pascoal António de Frias, nascido em Nagoá, onde foi batizado (em casa, por necessidade, pelo padre Simão António de Frias¹¹²⁶) no dia 7 de junho de 1801. Constituiu o seu património, com o fito de se ordenar, em “*metade do palmar Arady que lhe coube como partilha por invento.o após a morte de sua mãe e outros*” e na “*várzea Darpém com seu valado sita em Nagoá*” (que lhe foi doada pelo seu tio padre José de Frias);

c) Ana Carlota de Frias, que veio a casar, “*com dote e datas de 4600 xs*”, com Narciso António de Sousa;

d) Ana Conceição de Frias;

e) António Filipe de Frias;

¹¹²⁰ Cunha, António Maria da (1925), 42 e 43.

¹¹²¹ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 154.

¹¹²² Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha*, título “Frias, de Arporá”, Goa.

¹¹²³ Não sabemos, de qual vínculo se está concretamente a tratar. Segundo Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves e Cunha Rivara, António Filipe era administrador de um morgado (designação que, como vimos já, pode ser dúbia nos textos goeses de oitocentos) que viera “da primitiva caza dos Frias” – Rivara, J. H. da Cunha (1875), 154.

¹¹²⁴ Consulte-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Pinto, de Candolim, ponto 7-XI).

¹¹²⁵ Id., título Monteiro, de Candolim, ponto 10-IV).

¹¹²⁶ Apadrinharam-no Luís António Camilo Colaço, da Piedade, e Maria Joaquina Pereira, moradora em Candolim.

f) Sebastiana Guilhermina de Frias;

6-I-2) Padre José de Frias, que ingressou na Congregação do Oratório de Goa;

6-I-3) Padre Simão Salvador de Frias, que fez testamento no dia 16 de outubro de 1824, no qual nomeia herdeiros universais dos seus bens Luís Narciso de Frias e o futuro padre Pascoal António de Frias;

6-I-4) Luís Narciso de Frias;

6-I-5) Vicente Filipe de Frias, que serviu como oficial (ignoramos contudo com que patente) nos exércitos maratas;

Simão Salvador de Frias e Vitória da Silveira foram progenitores e:

6-II) LUÍS PASCOAL DE FRIAS, “*Capitão do regimento da província de Bardez (cujos muros defendeu dos ataques do Bounsuló) e vereador do Senado da Camara da mesma província*”.

Casou com Adriana Rosa Gonçalves¹¹²⁷, de quem houve:

7-I) CAETANO MARIA DE FRIAS, também chamado **Simão Salvador Caetano Maria de Frias**. Casou com D. Ana Joaquina Pereira¹¹²⁸, filha de José Filipe Pereira e de Andresa da Cruz.

Tiveram:

8-I) Cosme Pascoal de Frias, nascido em S. Matias. Casou Maria Rosaura Angélica Ana Conceição de Sá, de Candolim, filha de José Manuel Brás de Sá e Ana Josefa Monteiro¹¹²⁹;

8-II) JERÓNIMO LUÍS HIGINO DE FRIAS, que segue:

8-II) JERÓNIMO LUÍS HIGINO DE FRIAS, que continua. Natural de Candolim, casou com Maria Florinda de Santana Godinho, de Margão. Com geração.

GOMES, DE SIOLIM

Personagem muito destacada nas elites goesas do seu tempo, o jurista Pascoal João descendia de uma velha família *natural*: os Gomes ditos de Siolim, junto a Aldoná, em Bardez. Gomes Catão, que dela também provinha e a estudou provavelmente ancorado nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos por Avelino Soares, deixou dois capítulos esboçados (pelo que um pouco desordenados) sobre esta linhagem¹¹³⁰.

¹¹²⁷ Veja-se título Gonçalves, da Piedade, ponto 5-VII).

¹¹²⁸ Igualmente conhecida como Maria Joaquina. Cfr. título Pereira, de S. Matias, ponto 4-I-1), a).

¹¹²⁹ Veja-se o título Brás de Sá, de Calangute, ponto 10-I). Aí segue a geração do casal.

¹¹³⁰ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, títulos “Gomes, de Siolim - Aldoná”*, Goa.

Através do cotejo desses esquemas e do cruzamento de dados que retirámos de outros fundos com que nos fomos deparando¹¹³¹ acreditamos ter conseguido delinear um conspecto geral da família. Para o sucesso da iniciativa foi de considerável importância termos encontrado umas *Notas sobre os Gomes de Guirdolim*, também da lavra de Gomes Catão, que constam de uma folha avulsa pertencente ao espólio daquele autor conservado no XCHR. Este documento abre com a seguinte introdução: “*A família “Gomes” de Siolim, e Aldoná é oriunda de Guirdolim, de Chandor, donde passou para Chorão mas, com a epidemia naquela ilha, uns seguiram para Guirdolim e outros para a casa de campo, de Vaddi, de Siolim*”. Tendo portanto a sua base em Salsete, daí os Gomes passaram para os outros pontos das *Velhas Conquistas*: primeiro para as Ilhas e depois para Bardez, onde se vieram a instalar em Siolim. Mudanças que tiveram a sua origem em epidemias, à semelhança do que sucedeu a várias outras estirpes *naturais*. Aliás, tal como aconteceu designadamente aos Brás de Sá, estes Gomes acabam por se fixar na sua casa de campo, que virão a converter em morada principal da família.

À semelhança das suas congéneres, estamos perante uma estirpe que reúne muitas das características que permitem identificar as famílias pertencentes às elites *naturais* católicas. Falamos designadamente da antiguidade da conversão ao catolicismo, da proximidade com os poderes civil e eclesiástico do Estado (a qual se reflete desde logo na escolha de alguns padrinhos de batismo), do número muito significativo de sacerdotes, da atividade política e do evidente *perismo* de vários dos Gomes, das constantes ligações a outras estirpes do mesmo grupo e finalmente do número significativo de advogados *provisionários* e indivíduos com profissões ligadas ao direito.

Os membros mais antigos da família que alcançámos são:

1) JOSÉ GOMES (igualmente conhecido por **J. G. de Abreu**), filho de Luís Gomes de Abreu (falecido a 3 de março de 1731¹¹³²) e de Isabel de Sousa. José Gomes seria irmão de **Francisco Gomes**, que morreu solteiro no dia 1 de outubro de 1756; e **(ii) João Baptista Gomes**, “*estabelecido em Gwalior, aldeia a ele dada em prémio dos serviços prestados ao Pexuá, como oficial do exército marata*”. O dador é decerto o *Peshwa* Balaji Bajirao, que foi um influente chefe militar marata em meados do século XVIII.

É em relação a José Gomes que se levanta uma questão curiosa em sede da análise das elites *naturais* goesas. No documento do XCHR, Gomes Catão acrescenta, paradoxalmente, à frente do seu nome: “*homem branco*”. Tratar-se-ia então de um caso excecional em que um indivíduo de ascendência europeia estaria na origem de uma das destacadas estirpes *naturais* goesas. Mais ainda: seria esse um facto admitido e abertamente conhecido? A questão fica em aberto. No entanto, desde já referimos que com base nos dados de que dispomos parece-nos difícil equacionar semelhante hipótese. Tanto mais que se trataria de um caso não passado num centro urbano mas em aldeias onde o elemento europeu sempre foi mais raro. Por outro lado, Gomes Catão indica que a mulher de José Gomes é “*brâmane*”. Para mais, trata-se de uma Lima dos de Chorão. Será assim possível que Gomes Catão tenha cometido um lapso e entendido *branco* num original onde se escrevera *brâmane*? É uma suposição que merece ser ponderada.

José Gomes casou, pois, com Ana Grácia de Lima, “*brâmane, filha de João da Cunha e de Catarina de Lima, de Chorão, e sobrinha do P.e Jácome de Lima, de S. Bartolomeu*”¹¹³³.

Foram filhos deste casal:

2-I) Padre Pascoal Gomes de Lima, que terá nascido em Chorão cerca de 1708. Morreu em Siolim, com testamento feito e aprovado em 1784, a 11 de fevereiro de 1788. Segundo Gomes Catão, em 1744 “*encontrava-se em Nagá*”¹¹³⁴. De acordo com informação prestada por Pedro do Carmo Costa, instituiu algumas pensões de missas sobre prédios seus sítos em Siolim, dados que são confirmados nas anotações

¹¹³¹ Merecem especial referência as notas coligidas no estudo que Gomes Catão dedicou à ilha de Chorão – Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 175 e ss.

¹¹³² De acordo com Gomes Catão.

¹¹³³ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogia dos Gomes de Guirdolim*, XCHR, sem cota. Não obstante os esforços desenvolvidos nesse sentido foi-nos impossível entroncar estes Lima e Cunha na família Lima de Chorão, com a qual cremos estarem aparentados. Veja-se o título Lima, de Chorão.

¹¹³⁴ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 175

de Gomes Catão¹¹³⁵. Para além destes legados contribuiu para o enriquecimento decorativo da morada familiar pois “*Foi ele quem colocou nas suas casas de Vaddi, de Siolim, o artístico quadro de “Nossa Senhora da Abundância”, padroeira da família*”;

2-II) JOÃO ANTÓNIO GOMES, que segue;

2-III) Gaspar Silvestre Gomes, falecido no dia 16 de julho de 1774. Casou com Maria Francisco, de Assagão. Sem geração;

2-IV) Benjamim Caetano Gomes, s.m.n.;

2-V) Padre Salvador Gomes de Lima, o qual residia em Anjuna em 1742¹¹³⁶;

2-VI) Padre António José Gomes, “*baptizado (em Siolim) a 15-6-1729 de 3 dias*”. Ordenou-se em 1761 tendo apresentado como património duas propriedades, *Maine e Sivrechó Cungó*, que lhe foram doadas para esse efeito por um parente clérigo – o padre António Gomes, de Oxel;

2-VII) Vitorino José Gomes, o qual casou em primeiras núpcias com Joana Barreto, nascida em Siolim. Tiveram somente uma filha:

2-VII-1) Maria Joaquina, s.m.n.;

Vitorino José Gomes passou, após a morte da sua mulher, a segundas núpcias com ..., de quem teve quatro filhos:

2-VII-2) Perpétua Gomes, “*cas. em Saligão*”;

2-VII-3) Francisco Nicolau Gomes;

2-VII-4) Genoveva Gomes, “*cas. em Assagão*”;

2-VII-5) Gebelina Gomes, também “*cas. em Saligão*”;

2-I) JOÃO ANTÓNIO GOMES (que Gomes Catão chama também **Gomes de Lima** nuns vagos apontamentos que coligiu sobre os Siqueira de Siolim¹¹³⁷), que continua. Casou “*em Siolim a 8-9-1755 perante Fr. Leão da Madre de Deus, sendo Reitor Fr. Nicolau da Conceição*” com Antónia Rosália de Siqueira. Esta nascera em Anjuna no dia 19 de agosto de 1742 e era filha de Luís de Sequeira e Arcângela de Sousa.

Antónia Rosália de Siqueira era irmã de:

- (i) **José Félix de Siqueira**, o qual casou com Ana Ditosa Gonçalves, de Colvale, filha de Francisco Gonçalves e Ana Rita de Mendonça, de quem houve: (i) ... **de Siqueira**, pai de Ligório de Siqueira, por sua vez progenitor do Padre António José Aleluia Siqueira;
- (ii) **Frei Vicente da Graça**, dominicano, que no século se chamou Esperança de Siqueira;
- (iii) **Frei António da Graça**, ordenado em 1821, também dominicano. Chamou-se no século Luís António Gonzaga de Siqueira;
- (iv) **Padre Anselmo Crispim de Siqueira**, que tomou ordens em 1845.

¹¹³⁵ “*Institui uma pensão de 25 missas sobre Bonvonemerechém e Cantôr, sitos em Vaddi, de Siolim, que ele comprara a Sebastião da Fonseca, filho de Domingos da Fonseca, de Assagão; deixou também mais 47 missas (...) e tombou 15 missas de Jacinta, de Moirá*” – Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 176.

¹¹³⁶ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 176.

¹¹³⁷ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, títulos “Siqueira, de Siolim (Bairro dos Brâmanes)”*, Goa.

Os Siqueira são uma antiga família de Siolim. Gomes Catão explica, sem contudo os entroncar, que Salvador de Siqueira fora aí escrivão em 1650 e aí vivera com a sua mulher, a qual era irmã dos padres Sebastião e Fernão Taveira e consequentemente filha de Manuel Taveira, escrivão de Ucassaim.

Foram filhos de João António Gomes e Antónia Rosália de Siqueira:

3-I) Grácia Maria Gomes, a qual casou com Matias António de Sousa, de Pomburpá. Este casal houve:

3-I-1) Deodata;

3-I-2) Vicente;

3-I-3) Padre António João de Sousa;

3-I-4) Casimiro;

3-I-5) Padre José Joaquim de Sousa;

3-II) Maria Josefa Gomes, falecida solteira;

3-III) Ana Maria Gomes, casada com Constantino Xavier Francisco, de Sirulá;

3-IV) Florinda Josefa Gomes, que morreu em 14 de fevereiro de 1763. Era casada com Francisco Xavier de Sousa, nascido em Socorro, filho de João de Sousa e Arcângela Pinto. Tiveram:

3-IV-1) Maria Antónia;

3-V) António Xavier Gomes, baptizado no dia 28 de abril de 1766 e falecido a 10 de janeiro de 1833. Foi, a par com o seu irmão Teotónio, designado herdeiro universal no testamento do padre Pascoal Gomes de Lima. Este eclesiástico legou-lhes também um palmar cujo usufruto reservou para Maria Josefa Gomes¹¹³⁸. Casou com Maria Rosária Gonçalves, da Piedade. Tiveram:
Casou com Maria Rosária Gonçalves, da Piedade. Tiveram:

3-V-1) Luís Gaspar Gomes;

3-V-2) José João Gomes;

3-VI) Caetano Peregrino, batizado em Siolim a 7 de maio de 1769, aí morreu com apenas 22 dias;

3-VII) TEOTÓNIO FRANCISCO GOMES, que segue;

3-VII) TEOTÓNIO FRANCISCO GOMES, que continua. Nasceu (provavelmente em Siolim) a 7 de maio de 1770, e morreu a 5 de agosto de 1806. Casou em Nachinolá no dia 25 de maio de 1800 com Vitória (ou Vitorina) Margarida Lobo. Esta fora batizada em Nagoá no dia 24 de janeiro de 1786¹¹³⁹ pelo padre Pedro Cordeiro. Apadrinharam-na a avó materna e o “*Inquisidor Presidente o Ill.mo Rev.mo Fr. Joaquim Nogueira da Cruz*”. Vitória Margarida Lobo era filha de Joaquim Manuel Lobo e de Genoveva Filipa de Campos e Menezes – ela natural de Saligão, ele de Nagoá, onde casaram a 13 de maio de 1782. Neta paterna de João Lobo (de Nachinolá) e de Vitória de Noronha, e materna de Caetano Campos de Menezes e Maria Senhorinha Angélica da Barca.

¹¹³⁸ Referida no ponto 3-II).

¹¹³⁹ Com nove dias de idade.

Teotónio Francisco Gomes e Vitória Margarida Lobo foram progenitores de:

4-I) PASCOAL JOÃO GOMES, que segue;

4-II) José António Paulo¹¹⁴⁰ **Gomes**, natural de *Vaddi*, em Siolim. Batizado solenemente nesta localidade a 13 de Janeiro de 1804, pois já o havia sido em casa, “*causa periculi*”, pelo Padre Caetano Francisco Lobo. Apadrinharam-no Salvador José da Guia e Domingas Fernandes. Ponderou seguir a vida religiosa, estudou no seminário mas não chegou a tomar ordens. Dedicou-se então à vida militar, tendo sido capitão e primeiro piloto de marinha. Professor na academia militar de Goa numa época em que esses lugares estavam em boa medida controlados pela comunidade descendente, Aleixo Costa chama-lhe “*grande matemático*”¹¹⁴¹. Foi um dos membros das elites *naturais* católicas que abandonou Goa na sequência da queda do prefeito Bernardo Peres da Silva e tumultos subsequentes¹¹⁴². Casou em Siolim no dia 9 de julho de 1833 com Andreza Felícia Senhorinha Coutinho¹¹⁴³. Esta nascera em Aldoná e fora aí batizada no dia 23 de março de 1819 (apadrinhou-a D. José António de Sousa Menezes, de Pangim). Era filha de Crispim Caetano João Coutinho e de Anastácia Emília (ou Humiliana) Pinto, de Carona de Aldoná; neta paterna de Paulo Benedito Coutinho e de Senhorinha Lobo, e materna de Manuel Pinto e Ana Joaquina Pinto, de Nagoá.

Tiveram:

4-II-1) Ana Caetana Maria Teresa Gomes, nascida em Aldoná no dia 28 de maio de 1840, sendo “*bapt. em casa pelo menorista Joaquim Xavier Coutinho*” a 9 do mês seguinte. Morreu em 12 de Dezembro de 1910. Casou em Anjuna a 20 de janeiro de 1856, “*perante o vig.o P.e João Mariano Gonçalves, Testemunhas José Caet.o Homem e Salvador faraz*”, com Esmeraldo Vicente Xavier Vaz, advogado *provisionário*, nascido naquela localidade. O nubente era filho de Caetano Mariano Vaz e Ana Peregrina Júlia Gomes¹¹⁴⁴;

4-II-2) Padre Eustásquio Brás Tomé Caetano Gomes, de cuja existência tivemos conhecimento devido a uma das biografias publicadas por Gomes Catão em “A Voz de S. Francisco Xavier”. Nasceu em Aldoná, no bairro Carona, a 20 de setembro de 1843. Concluiu o curso teológico em Rachol em 1866, e após a ordenação (no ano seguinte), integrou o corpo docente do Colégio do Monte de Guirim, o qual era dirigido pelo padre Francisco Luís Gonzaga de Ataíde. Daí passou para Rachol, onde ensinou durante bastante tempo¹¹⁴⁵, sendo alvo do reconhecimento de colegas e alunos. Era um homem de muitos interesses, como salienta o seu biógrafo: “*Deixou numerosos manuscritos incoordenados sobre astronomia, matemáticas e mecânica, sendo um deles Jotis tradução e anotação da Astronomia hindu. Fez também por suas mãos uma mesa redonda com 84 qualidades de madeira existente na floresta da Índia Portuguesa. Esta mesa figurou na Exposição Industrial em Dezembro de 1890, na Velha Goa, e foi premiada com a medalha de prata (Vide Bol. Of. n.º 22 de 26-2-1891). No Seminário ainda hoje se conserva numa das paredes que dão para a cisterna, o relógio do sol que se deve ao P.e Eustáquio*”. Nomeado inspector das escolas públicas de instrução primário, elaborou um relatório sobre o estado das mesmas que foi publicado em 1879. Foi sócio correspondente (n.º 1804) da Sociedade de Geografia de Lisboa. Graças às suas diligências a capela familiar “*Gozava de privilégio de Oratório Privado que tinha fóros de Capela semipública*”¹¹⁴⁶. Referindo-se à sua passagem por Guirim, Gabriel de Saldanha considera-o

¹¹⁴⁰ Se bem que tenha sido batizado com o nome J. A. de Paula.

¹¹⁴¹ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 37.

¹¹⁴² Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – n.º 180.

¹¹⁴³ Por vezes chamada Ana F.S..

¹¹⁴⁴ Veja-se o título Vaz, de Anjuna, ponto 5). A geração do casal vem aí descrita.

¹¹⁴⁵ Mais concretamente entre 1873 e 1890.

¹¹⁴⁶ Anota Gomes Catão que “*Por breve pontifício de 30 de Agosto de 1885 fora-lhe concedido o privilégio de oratório privativo, que, por certas dificuldades, só foi inaugurado em 15-9-98*” – Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 179.

“distinto matemático” e sublinha que aí deixara “saudosas recordações”¹¹⁴⁷. Morreu em Aldoná no dia 23 de novembro de 1900;

4-II-3) Padre António Vicente Joaquim do Rosário Gomes, nascido em Aldoná no dia 20 de agosto de 1850, foi ordenado no Bom Jesus a 22 de setembro de 1883. Apesar de eclesiástico, dedicou o grosso da sua actividade ao ensino primário, tendo cursado a Escola Normal de Goa, na qual concluiu o curso para o magistério em 1876. Deu início à sua carreira no mundo do professorado logo no ano imediato tendo ensinado nas *Novas Conquistas* (foi nomeado professor da escola régia de Perném por portaria provincial de 1877 e transferido para a de Bicholim em 1885). Aposentou-se em 1901, vindo a morrer na sua terra natal no dia 2 de Março de 1912. De acordo com “O Crente” (citado por Gomes Catão): “*Fez-se estimar pela cultura intelectual e compostura de costumes, impondo-se ao respeito dos seus conterrâneos*”. Talvez mais do que ao nível da docência propriamente dita, foi conhecido pelas pequenas publicações de natureza didáctica que foi assinando, todas já do último quartel do século XIX. Aleixo Costa elenca quatro destes “*livrinhos escolares*”, salientando que deles “*se fizeram várias edições*”: *Lições do systema métrico, compreendendo a sua comparação com pesos e medidas de Goa* (Imprensa Nacional, Nova Goa, 1881), *Lições de chorographia portugueza* (id., 1889), *Lições de geometria* (Tipografia Luso-Indiana, Nova Goa, 1887) e *Lições de História de Portugal* (Albert P. Works, Bombaim, s/d)¹¹⁴⁸;

4-II-4) Teotónio Crispino Vicente Gomes, nascido em Aldoná no dia 23 de novembro de 1837, morreu a 18 de maio de 1879. Foi médico (o respetivo diploma data de 19 de novembro de 1861) e casou com Escolástica Maria das Neves Filomena Afonso, natural de Calangute. Tiveram pelo menos:

a) **Francisco Ricardo Purificação de Santa Rita Gomes**, o qual teve dois filhos clérigos do seu casamento com Rita Vitória Filomena Ataíde: os **padres José António Eustáquio do Rosário da Divina Providência Gomes** (nascido em 1921, vigário de Nossa Senhora da Graça, em Margão) e **Eustáquio de Santa Rita da Divina Providência Gomes** (nascido em 1926, vigário cooperador de Assolnã e posteriormente missionário em Nagpur)¹¹⁴⁹;

b) **Maria Laurícia Propércia Humiliana Margarida Gomes**, a qual nasceu em Aldoná no ano de 1866. Casou em Mapuçá no dia 1 de janeiro de 1886 com Simão Vicente Gomes Catão¹¹⁵⁰. Levantam-se algumas dúvidas relativamente ao seu percurso profissional. Por um

¹¹⁴⁷ Saldanha, M. J. Gabriel de (1990), vol. II, 234 a 235. Para mais dados biográficos relativos ao padre Eustáquio Brás Gomes veja-se Catão, Francisco Xavier Gomes, “Seminário de Rachol. Professores”, in *A Voz de S. Francisco Xavier. Boletim da Arquidiocese Primacial de Goa e Damão e Patriarcal das Índias Orientais*, ano V, nº 11, 20 de Novembro de 1933, 118; e Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 178 e 179.

¹¹⁴⁸ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 37 e 38; Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 179.

¹¹⁴⁹ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 180.

¹¹⁵⁰ De acordo com os dados que localizámos no site <http://familytreemaker.genealogy.com> (que tem o título genérico *The Cataos*) extraímos as seguintes informações relativamente a esta estirpe. Salientamos que não encontramos elementos documentais suficientes para comprovar o seu acerto.

1) SIMÃO VICENTE GOMES, que enveredou pela vida militar e alcançou o posto de major. Casou com Rita Micaela Paiva, de quem houve:

2-I) JOSÉ CAETANO DO ROSÁRIO GOMES, que segue;

2-II) Marcos da Rosa Gomes, que foi igualmente major;

2-III) Padre Francisco Xavier da Conceição do Rosário Gomes;

2-IV) Nicolau Caetano Gomes, que foi tenente;

2-V) Rosa Leonarda Gomes, a qual casou com o tenente José da Cunha Magalhães;

2-I) JOSÉ CAETANO DO ROSÁRIO GOMES, que continua. Foi major do exército do Estado da Índia e casou com Ana Joaquina Espiciosa de Menezes. De acordo com Aleixo Costa, foi 1º comandante do quartel militar de Mapuçá, tendo sido o edificador da morada da família, a qual foi parcialmente construída “*com as pedras das fortalezas de Tivim e Colvale, como diz a tradição que se confirma pela pedra preta, que existe no rés-do-chão da casa, a qual deve ter pertencido a qualquer delas e na qual se lêem apenas as palavras SENDO VIZOREI. A restante parte da inscrição está cavada para servir de pia!*” – Costa, Aleixo Manuel da (1997), o.cit., vol. II, 64. Os fortes de Tivim e Colvale marcavam em pontos estratégicos de Bardez as fronteiras entre os territórios que se achavam sob jurisdição portuguesa desde o século XVI e aqueles aos quais mais tarde foi dado o nome de *Novas Conquistas*. Assim sendo, perderam muito do seu interesse

lado, no *site* já aludido indica-se que também enveredou pela carreira militar (à semelhança do pai e do avô) e chegou a major. Por outro, Aleixo Costa dá-o como amanuense da conservatória de Bardez, sita em Mapuçá. Propendemos no estado atual da nossa investigação para esta segunda hipótese. Aleixo Costa esclarece ainda que Simão Vicente Gomes Catão deu à estampa um par de almanaques ao gosto da época: o *Almanach para lembretes*, em 1875, e o *almanach luso-indiano*, publicado cinco anos volvidos. Morreu em Mapuçá no dia 27 de junho de 1901. Maria Laurícia Propérícia e Simão Vicente Gomes Catão tiveram: (i) **Monsenhor Francisco Xavier Filomeno da Conceição Gomes Catão**, autor ao qual nos temos vindo a referir várias vezes ao longo do presente trabalho¹¹⁵¹; (ii)

após a anexação de Perném e Bicholim. Lopes Mendes, descreve-as com algum pormenor – fornece inclusive um esboço do forte de Tivim – e esclarece que ambas as fortificações foram edificadas à custa das câmaras gerais das comunidades de Bardez e “*tiveram baixa em 2 de janeiro de 1810, à qual se deu execução nos dias 17 de abril e 24 de maio de 1834*” – Mendes, A. Lopes (1989), vol. I, 223. No mesmo sentido, Dias, Pedro (2008), 60 e 61.

Tiveram:

3-I) Henriqueta Minerva Gomes, casada com Caetano Joaquim Coelho, de quem houve **Maria Honorata Pulquéria das Angústias Coelho**. Esta por sua vez casou com Sebastião Fabião Caetano Salvador João Pais;

3-II) SIMÃO VICENTE GOMES CATÃO, nascido em 1842, que veio a casar com Maria Laurícia Propérícia Humiliana Margarida Gomes, referidos no corpo principal do texto.

¹¹⁵¹ O *padre Catão*, como é vulgarmente conhecido, nasceu em Mapuçá no dia 8 de dezembro de 1896 e morreu em Porvorim a 2 de novembro de 1984. Aleixo Costa dedica-lhe uma cuidada nota biográfica: “*Fez os estudos primários de português elementar e complementar no colégio do padre Caetano do Rosário de Sousa, 3 anos de latim, francês e inglês no colégio de Sto. Antônio do padre Hipólito de Luna, 4.º ano de latim, retórica, história e aritmética nas aulas filiais ao seminário em Mapuçá. Estudou, depois, ciências naturais, filosofia e teologia no seminário de Rachol. Concluído o curso teológico em Março de 1919, foi prefeito de disciplina desde Junho de 1919 até Abril de 1920, por portaria n.º 21 de 22-IV-1919, no seminário de Rachol, onde foi ordenado presbítero pelo 2.º bispo de Damão, D. Sebastião Pereira a 1-I-1920 e disse a 1.ª missa na igreja de Mapuçá, aos 7 do mesmo mês e ano. No fim ano lectivo de 1919 a 1920 foi aí examinador de liturgia. Por portaria n.º 79 de 24-IV-1920 nomeado missionário da diocese de Damão, foi aí coadjutor da Igreja de N. Sra. da Glória, de Byculla, na qual leccionou catecismo e Latim. Foi, depois, capelão da Capela de S. Francisco Xavier, de Colaba e ao mesmo tempo, secretário da secretaria Episcopal e chanceler da Cúria. Por motivo de saúde foi, a seu pedido, transferido para a Capela de Sonapur por ofício de 25-V-1923, devendo continuar com o trabalho da secretaria mas, por continuar doente, regressou a Goa com licença do bispo, de 19-VI-1923 e foi desligado daquela diocese, por despacho de 13 de Março de 1926. Durante esses anos leccionou Latim no colégio Vieira, desde Janeiro de 1924. Em seguida, foi professor das aulas filiais de Mapuçá desde Junho 1926 até Setembro de 1945, leccionando os 3.º e 4.º anos de latim e retórica e 1.º ano de Latim e Português, sendo director das ditas aulas filiais desde Dezembro de 1931 até Setembro de 1938 e de Abril de 1940 a Setembro de 1945, em que as aulas filiais foram fechadas. Transferido para o seminário de Rachol por portaria n.º 70 de 20-IX-1945 e daí para o novo seminário de Saligão em Junho de 1953, esteve aí até Setembro de 1953 (sic), leccionando, sucessivamente, 4 anos de Latim, Inglês, Geografia e História, 1.ª parte, sendo também encarregado da reitoria do seminário de Saligão desde 21 de Novembro de 1955 até 31 de Janeiro de 1956. Promovido a cônego da Sé por breve de 4-VI-1959, tomou posse em 3-IX-1959. Foi examinador, de confessores, pregadores e ordinandos: em Mapuçá (portaria n.º 73 de 25-VII-1936), em Rachol (despacho do patriarca), em Saligão (portaria n.º 198 de 7-IX-1956) e na Sé, examinador sinodal (decreto de 31-VIII-1953); camareiro secreto de S. Santidade (breves de 10-IV-1956, 24-II-1959 e do papa Paulo VI) e prelado doméstico, por breve de 30-IV-1964. Foi vogal do “Centro de Estudos Históricos Ultramarinos” por portaria do Ministério da Marinha e Ultramar, de 7-IX-1960 (Diário do Governo, II série, n.º 212 de 10-IX-1960) e sócio efectivo da Sociedade de Geografia de Lisboa (n.º 16615), eleito em sessão de 13 de Abril de 1961. Encarregado pelo patriarca D. José da Costa Nunes por portaria n.º 19 de 12-V-1950 de coordenar o Anuário da Arquidiocese de Goa e Damão, que saiu em 1955; pelo patriarca D. José Alvernaz, de escrever a monografia Culto Mariano na Arquidiocese de Goa (1954) e pelo administrador apostólico de dar um Guia Histórico sobre os monumentos da Velha Cidade que saiu em 1964 sob a epígrafe Old Goa. Era um dos redactores do Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa nomeado por portaria n.º 37, de 22-II-1954 e, ultimamente, sócio do Instituto Menezes Bragança” – Costa, Aleixo Manuel da (1997), o.cit., vol. II, 64 e sgts.. Figura marcante da cultura goesa do século passado, o *padre Catão* é geralmente recordado recolhido nos seus inóspitos aposentos, descuidando tudo que não fosse tema da sua investigação, coligindo quase ininterruptamente dados sobre as antigualhas locais ou escrevendo para os diversos sacerdotes e influentes que se espalhavam pelas *Velhas Conquistas* a fim de que estes lhe enviassem os elementos de que carecia. Neste afã de tudo registar Gomes Catão deixou uma obra imensa, publicada e por publicar, dispersa (e em parte provavelmente já irremediavelmente perdida) entre volumes dados à estampa, notícias nos mais variados periódicos e largos milhares de manuscritos. Os que como nós recorremos aos seus trabalhos manuscritos – abundantes, minuciosos, fundamentais, mas não raro truncado e confusos – reconhecem imediatamente a caligrafia firme do *padre Catão*. Tal como não esquecem o seu cuidado em reaproveitar papel: quantas centenas dos seus estudos não estão escritos nas costas de velhos exames do seminário já corrigidos ou de requerimentos dirigidos ao patriarca e entretanto despachados? Nem todos os testemunhos que conhecemos constituem elogios a este sacerdote. No seu romance “Casa Grande”, Leopoldo da Rocha descreve alguns dos professores que o jovem protagonista Bal encontrou no “colégio dependente do seminário diocesano”. Num deles é difícil ignorar alguns traços que evocam Gomes Catão: “*A atitude do padre Canuto, director, para com as crianças, traduzia-se numa altivez e sarcasmo intraduzíveis. Falava com frases entrecortadas, mistura de vernáculo e português, com sotaque concani. Deitava perdigotos a tordo e a direito quando falava e soltava gargalhadas irónicas, mostrando a boca feia e a dentuça horrível, esverdeada pelo tabaco do canudo, tabaco puro, enrolado em folha de jaqueira que fumava sem parar. Vestia batina branca ou preta, não raro sebenta, que enviava à pressa quando chamado e saía do seu quarto, onde se refugiava para escrever continuamente, deitado numa cadeira à Voltaire. Passava por historiógrafo das igrejas, mas havia colegas seus que o malsinavam, qualificando-o de mero coleccionador de factos, incapaz de os articular numa síntese, com opinião crítica própria*” – Rocha, Leopoldo da (2008), 115 e 116. Uma das matérias mais cultivadas por Gomes Catão foi decerto a genealogia – e sobretudo o estudo das linhagens que constituíam as elites *naturais* católicas das *Velhas Conquistas*. Os seus trabalhos de natureza genealógica podem, segundo cremos, subdividir-se em dois grandes grupos. Por um lado, há os estudos que têm como ponto de partida os clérigos *naturais* católicos. Este era indubitavelmente um dos temas que interessava ao autor. Assim, focava o grosso da sua atenção nos*

José Caetano do Rosário Gomes Catão, nascido em Mapuçá a 5 de agosto de 1889, morreu no dia 15 de agosto de 1943; casou, no dia 1 de Maio de 1922 com Rosa Maria Antónia Germana Pinto, filha de Francisco Caetano Pinto¹¹⁵² e de Hermínia da Rocha); (iii) **Marcos Vitorino Gomes Catão**, que nasceu em 1890; (iv) **Nicolau Gomes Catão**, nascido no dia 1 de janeiro de 1892); e (v) **Nazário Gomes Catão**, nascido em 1893¹¹⁵³.

4-I) PASCOAL JOÃO GOMES, que continua. Nasceu em Siolim a 3 de setembro de 1802 e aí foi baptizado no dia 12 de outubro do mesmo ano. Apadrinharam-no Tomás, o qual por ser *faraz* não tinha apelido, e Ana

processos de ordenação conservados na cúria patriarcal de Pangim. Processos esses que, como é sabido, estão em regra repletos de dados relativos às famílias dos ordinandos. É assim que se compreende que a maioria dos trabalhos que deixou inacabados ou apenas esboçados pareça à primeira vista uma série de termináveis listagens de clérigos agrupados por estirpes. É no entanto ainda hoje possível em muitos casos reconstituir o organograma familiar com base nos abundantes dados que o autor usualmente fornece quando se refere a cada um dos sacerdotes biografados. Trata-se porém de um processo difícil e moroso e que não dispensa o confronto do manuscrito com os documentos a que o autor vai aludindo. O esforço é contudo em regra recompensado, pois falamos de estudos que encerram contributos ímpares para a compreensão das elites goesas de outrora. Apesar de procurar burilar os dados que recolhia, Gomes Catão também recorreu com frequência a esta forma de exposição em alguns dos trabalhos que publicou. Veja-se a título de exemplo as considerações que tece em torno das famílias “Nunes, e Oliveira, da Graça” e “Pacheco, da Graça” no estudo que dedicou à ilha de Chorão. As informações que fornece surgem de forma muito difusa, não permitindo sequer o cruzamento de dados. Cfr. Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), o.cit., 196 e 197. Por outro, temos os trabalhos que resultaram do desenvolvimento dos estudos de José Avelino Soares. Soares foi um farmacêutico de Ucassaim e gastou a maior parte da sua vida a percorrer os livros notariais, os assentos de batismo e os processos de inquirições *de genere* das *Velhas Conquistas*. Conseguiu assim acumular uma quantidade impressionante de dados tendo em vista a publicação de um grande trabalho sobre as genealogias brâmanes católicas, sobretudo as de origem bardesana. No entanto nunca publicou nenhum dos seus estudos genealógicos. Assim sendo a enorme massa de informação reunida estaria certamente condenada ao desaparecimento se Gomes Catão não tivesse surgido. Desta forma se compreende a razão por na maioria dos casos ser impossível apurar estarmos perante um trabalho de Avelino Soares que Catão se limitou a reproduzir, um trabalho da inteira autoria de Gomes Catão ou ainda de um estudo resultante dos esforços de ambos. Gomes Catão refere-se frequentemente em tons elogiosos ao seu predecessor. Fá-lo nomeadamente nos *Subsídios para a História de Chorão*: “Não me é possível organizar uma relação completa dos sacerdotes ordenados em Goa desde o século XVI. Na Cúria Patriarcal existem somente os livros da matrícula dos ordenados desde o ano de 1758. Os anteriores, creio, foram remetidos a Lisboa juntamente com os outros livros e documentos da Câmara Eclesiástica, em obediência à ordem régia de Fevereiro de 1774. Os processos das Ordens, existentes na Cúria Patriarcal, são uma preciosa mina para se colherem os nomes dos párocos e dos clérigos de Goa, mina que merecia a pena ser explorada, embora esses processos não remontem ao século XVII. São raras também as paróquias, cujos assentos do século XVII restam até hoje, havendo ainda algumas que não têm os do século XIX. Alguns foram destruídos pelos maratas nas suas incursões e outros se perderam pela acção do tempo ou pela incúria dos homens. Conservam-se porém os assentos desde tempos remotos, das paróquias da Ilha de Chorão. O finado farmacêutico José Avelino Soares, de Ucassaim, com paciência beneditina, percorreu-os todos, bem como os livros de testamentos do Arquivo da Relação, com o fim de escrever a genealogia das principais famílias das ilhas e de Bardês. É destas notas por ele tomadas que colhi os nomes dos párocos das igrejas de Chorão valendo-me, outrossim, dos livros de provisões, devassas e de poucos processos de Ordens, conservados na Cúria Patriarcal, e dos arquivos paroquiais, que pude consultar.” E acrescenta em nota de rodapé: “Consigno aqui os meus agradecimentos à Exma sr.ª D. Maria Noronha Soares, viúva de José Fulgêncio Soares, irmão do dito José Avelino, por me ter franqueado esses Mss. O mesmo José Avelino Soares pusera à minha disposição os seus cadernos de notas extraídas dos assentos paroquiais e dos testamentos, há já muitos anos” – Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 112. Ou num trabalho inédito dedicado a Sirulá: “O presente esboço da freguesia de Salvador do Mundo ficaria incompleto sem esta segunda parte de “Clérigos e profissionais” com os seus dados biográficos que denotam a cultura e civilização ocidental que adequaram com os Portugueses (juntamente com fe cristã, cuja propagação foi o principal fim das conquistas). A falta de documentos não me permitiu dar uma relação completa. E não admira, visto terem decorrido quatro séculos desde que Serula se cristianizou. Durante este longo período perderam-se muitos documentos, quer pela acção do tempo, quer pela incúria dos homens. Entre os poucos que restam, os mais antigos são os livros de assentos paroquiais desde 1596, embora faltem alguns. Ainda dos existentes vão-se tornando ilegíveis não poucos, além de se deteriorarem. Foi o farmacêutico José Avelino Soares, de Ucassaim, quem, com uma beneditina paciência, por anos a seguir os compulsou em devido tempo, e deles tirou notas, bem como as dos livros de testamentos e escrituras que se guardam no Arquivo da Relação de Goa, para o estudo genealógico de algumas famílias de Bardez e Ilhas. São essas genealogias, onde Jose Avelino Soares da um resumo histórico de uma e outra família, e as referidas notas de assentos paroquiais, a principal fonte em que me baseei. Serviram-me também os elementos que, há alguns anos, havia eu colhido dos processos da ordenação dos sacerdotes e dos livros de provisões, portarias e decretos existentes na Curia Patriarcal. Foram-me ainda de proveito os Mss. do Dr. Marinho de Azevedo, a relação, sem dados biográficos, de alguns profissionais, enviada por Jacinto Cordeiro, e os dados que de uma e outra pessoa recebi” – Catão, Francisco Xavier Gomes (1965), *Freguesia de Salvador do Mundo de Serula. No quarto centenário da erecção da sua Igreja (1565-1965). Esboço Histórico-Arqueológico (segunda parte)* – exemplar inédito, batido à máquina, conservado no XCHR, Goa. A Gomes Catão sempre se poderá apontar criticamente a pouca argumentação que caracteriza muitos dos seus escritos. Estes muitas vezes assemelham-se mais a coleções de notas e fatos do que a reflexões ou desenvolvimento de um tema. No entanto é também verdade que a sua incessante compilação de dados impediu o desaparecimento de uma vasta quantidade de informação. Todas as matérias históricas relacionadas com Goa ou com a presença portuguesa na Índia parecem ter interessado a este autor, o que contribuiu para uma ainda maior dispersão do fundo que deixou. Boa parte dos seus manuscritos foi em boa hora recolhida no XCHR (no Alto Porvorim, Bardez). Infelizmente, o facto de não se encontrarem nem catalogados nem devidamente acondicionados dificulta a sua consulta.

¹¹⁵² Nascido em Candolim no dia 1 de Janeiro de 1860. Filho de Luís Miguel Pinto e de Maria Augusta Pinto. Veja-se o título Pinto, de Candolim, pontos 7-VII-1), a) e 7-X-3).

¹¹⁵³ Não conseguimos apurar quais os motivos que levaram esta família a adotar a partir de meados do século XIX o apelido *Catão*, que parece ter começado a ser utilizado como alcunha ou sinal distintivo. O primeiro a tê-lo usado parece ser Simão Vicente Gomes Catão.

(também *faraz?*)¹¹⁵⁴. Foi advogado *provisionário* e durante um brevíssimo período procurador da coroa e fazenda em Goa por nomeação de Bernardo Peres da Silva. O prefeito porém afastou-o por Gomes ter obtido a sua *provisão* em tempos de governo absolutista. O ofício em questão vem reproduzido na *Refutação analytica*: “*Constando-me, que o Advogado, Pascoal João Gomes, nomeado Procurador Regio por minha Portaria de 17 de corrente, foi provido em Advogado em tempo do Usurpador, e por consequencia cessando o fundamento, em que se baseou a mesma, se torna ella nulla de direito, e por isso revoando-a; nomeio para aquelle Emprego a Antonio Manoel Pereira, que foi provido Juiz da 2da. Instancia, exonerando-o deste Emprego, com o vencimento de dous mil xerafins annuos, pagos a quarteis, em quanto Sua Magestade Imperial, o Senhor Duque de Bragança, Regente Em Nome da Rainha, nam mandar o contrario; e exercerá as attribuiçoens do mesmo Emprego, marcadas pela Lei Organica da Reformaçam de Justiça de 16 de Maio de 1832, com modificaçoens análogas às circumstancias assentadas em Conselho de Prefeitura da supradita data de 17 do corrente. As Authoridades, a quem competir, assim o tenham entendido, fazendo-se nas Estaçoens, a que pertencer, os registos, e assentos necessarios. Palacio de Prefeitura, 22 de Janeiro de 1835. – Peres. – Constancio Roque da Costa*”¹¹⁵⁵

Nada disto parece ter levado a um esfriamento dos seus sentimentos *peristas*: na sequência da deposição do prefeito, Pascoal João exilou-se, não abandonando contudo o território de Goa¹¹⁵⁶.

Casou, na Piedade a 6 de Fevereiro de 1825, “*sendo testemunhas Custódio Manuel Pereira e Joaquim Manuel Homem e Vig.o p P.e Lourenço C. Cordeiro*”, com Aurélia Maria Bernardina Pereira. Esta senhora nascera e fora batizada na Piedade (no dia 25 de maio de 1811¹¹⁵⁷). Era filha de Agostinho Manuel Pereira, “*medico, e 2.o tenente da marinha de Goa, natural da dita aldeia Navelim de Divar*”¹¹⁵⁸ e de sua mulher Joana Francisca Pinto; neta paterna de José Pereira e Avelina Maria Gomes, da Piedade; e materna de Inácio Pinto e Margarida Rodrigues, de Candolim¹¹⁵⁹.

Tiveram:

5-I) ANTÓNIO FRANCISCO GOMES, que segue;

5-II) Ana Rosália Gomes, a qual nasceu na Piedade a 23 e foi aí baptizada a 30 de março de 1828. Morreu no dia 23 de dezembro de 1906. Casou a 30 de agosto de 1842, com Lucas António Constantino Brás de Sá, advogado *provisionário*, professor de direito e delegado do procurador da coroa e fazenda em Goa. Com numerosa geração¹¹⁶⁰;

5-III) Padre Ludovico Alberto da Conceição Gomes, nascido na Piedade no dia 10 e aí baptizado a 18 de março de 1830. “*Ord. 23-10-853. Foi Cura de Mapuça e enc.gdo daquela igreja e capelão de Marvã, de Siolim. Faleceu em Siolim às 8 horas de 7-2—1885*”¹¹⁶¹;

5-IV) António Xavier Brás Caetano Gomes Pereira, nascido em Siolim, onde foi batizado a 11 de abril de 1834. Fez inquirições “*de genere*” em 1853. Advogado *provisionário*, foi durante alguns anos juiz ordinário de Siolim. De acordo com os esclarecimentos que nos foram prestados por Pedro do Carmo Costa, António Xavier Brás, em virtude de a sua mãe ser a última representante da família Pereira (o que implicaria o desaparecimento do apelido), herdou a casa dos maiores desta senhora e adotou o nome composto **Gomes Pereira**, pelo qual a sua descendência também passou a ser conhecida. Aliás, como também nos explicou Carmo Costa, já uma tia de Aurélia Maria Bernardina, Margarida Maria Pereira,

¹¹⁵⁴ Fica por responder uma questão que por vezes nos assalta quando percorremos estes assentos paroquiais das *Velhas Conquistas*: qual é a razão que justifica, num regime socialmente tão espartilhado como era o goês da época, o facto de alguns dos filhos das elites *naturais* terem padrinhos oriundas das castas mais ínfimas? São no entanto casos que surgem com alguma frequência.

¹¹⁵⁵ Simeão e Menezes, Luís Caetano de (atrib.) (1837?), LXIV e LXV.

¹¹⁵⁶ Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – n.º 180.

¹¹⁵⁷ Teve por madrinha Bernardina Sebastiana Pinto.

¹¹⁵⁸ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 155.

¹¹⁵⁹ Veja-se neste título, Pinto, de Candolim, ponto 7-XI-1).

¹¹⁶⁰ Que estudamos no título Brás de Sá, de Calangute, ponto 10-II).

¹¹⁶¹ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogia dos Gomes de Guirdolim*, XCHR, sem cota.

pedira “*que um dos filhos do casal se estabelecesse em casa dos seus avós paternos*”¹¹⁶². Morreu em 19 de abril de 1884. Casou com D. Ana Letícia Filomena de Quadros¹¹⁶³, com que viveu na Piedade. Esta nasceu no dia 17 de setembro de 1844 e morreu na Piedade a 19 de novembro de 1926.

Da geração de António Xavier Brás Caetano Gomes Pereira e de D. Ana Letícia de Quadros conhecemos somente¹¹⁶⁴:

5-IV-1) António Xavier Pascoal Nicolau Gomes Pereira, nascido em Divar a 9 de julho de 1880, morreu no dia 11 de outubro de 1957. Advogado *provisionário*, exerceu a sua profissão sobretudo em Pangim e no concelho de Salsete. Obteve uma sólida reputação enquanto causídico, pelo que, segundo Aleixo Manuel da Costa, “*passou a ser consultor da maioria dos advogados da nossa terra*”. Em paralelo desempenhou funções de vogal do tribunal administrativo e conservador interino do registo civil das Ilhas. Foi ainda vogal da junta da província e do conselho do governo. Deixou inúmera colaboração dispersa em jornais goeses da época, frequentemente sob pseudónimo. O seu interesse pelas lides jornalísticas levou-o à chefia da redação dos periódicos “O Comércio” (publicado em Pangim entre 1909 e 1912) e “Boletim do Comércio” (que saiu entre 1913 e 1915). Deixou algumas obras publicadas, na sua maioria relacionadas com processos jurídicos em que interveio¹¹⁶⁵. Casou com Maria Laura Júlia Cabral, filha de Luís António Xavier Cabral e Mariana Carolina Armada Carmélia Martins¹¹⁶⁶.

Desta senhora houve pelo menos:

a) Rui Gomes Pereira, nascido em Divar no dia 27 de novembro de 1924. De acordo com Aleixo Costa, “*Depois de cursar o Liceu de Nova Goa, estudou direito com seu pai, apresentando-se, em 1949, ao exame de estado*”¹¹⁶⁷. Gomes Catão informa que obteve *provisão* a 17 de fevereiro de 1950¹¹⁶⁸;

5-IV-2) Maria Adelina Margarida Lucinda Joana Gomes Pereira, que casou com Miguel Aleixo Ludovico da Costa, de Curtorim, de quem houve geração;

¹¹⁶² No mesmo sentido, Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), o.cit., 180: “*a pedido da sua tia materna Margarida Maria Joaquina Pereira, estabeleceu-se em casa dos seus avós maternos na Piedade, onde não havia descendentes masculinos. Os seus filhos tomaram o apelido de “Gomes Pereira”*”.

¹¹⁶³ Veja-se o título Quadros, de Loutolim, ponto 4-VII-2).

¹¹⁶⁴ Encontrámos contudo num *site* dedicado a temas genealógicos indicação da existência de mais sete filhos deste casal, a saber:

- 1) **Margarida da Piedade Gomes Pereira**, a qual nasceu no dia 31 de novembro de 1861;
- 2) **Custódio Vicente Gomes Pereira**, nascido na Piedade a 14 de dezembro de 1862. É Aleixo Costa quem nos fornece alguma informação adicional sobre este personagem, que obteve *provisão* para advogar no foro de Goa, onde, de acordo com aquele autor, “*durante anos, exerceu notável actividade*”. Para além de colaborar na imprensa local “*sobre assuntos administrativos e religiosos*”, publicou, em 1894, sob as iniciais G.P. um pequeno opúsculo intitulado *Calvas à mostra. A nobilíssima ilha de Divar, ao clero desassombrado e bem formado, ao público ilustrado, oferece o autor. Piedade, 19-I-1894* – Costa, Aleixo Manuel da (1997), o.cit., vol. II, 5;
- 3) **Agostinho Manuel João Filipe**, que nasceu no dia 21 de fevereiro de 1865 e morreu a 12 de maio do ano seguinte;
- 4) **Agostinho Manuel**, o qual nasceu a 6 de março de 1867 e morreu de tenra idade;
- 5) **Francisco Egídio Gomes Pereira**, nascido em 1 de setembro de 1870. Aleixo Costa informa ter casado com Isabel Ferreira Messias. O casal emigrou para Inhambane onde Francisco Egídio terá morrido provavelmente nos primeiros anos da década de vinte do século passado. Tiveram:
- 6) **Agostinho Gomes Pereira**, que nasceu em Inhambane no dia 15 de novembro de 1914. Por ter ficado órfão do progenitor muito jovem foi chamado pelos seus tios para Goa, onde prosseguiu a formação escolar. Findos os estudos secundários, feitos no liceu nacional de Nova Goa, partiu para Lisboa, onde cursou a Escola Superior Colonial (muitos anos depois, em 1968, prestará provas de licenciatura no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas apresentando a tese *Vasekele. Subsídio para o seu estudo sobre os bosquimanos do Quando-Cubango de Angola*). Seguir-se-á uma longa carreira na burocracia colonial, passada entre a Guiné, Angola e Moçambique. O seu percurso profissional influenciou marcadamente a obra escrita que publicou, praticamente toda ela dedicada a temas de etnografia africana. Para informações adicionais, consulte-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), o.cit., vol. II, 70 e sgts.
- 7) **João Filipe Mouzinho Thiers Gomes Pereira**, que nasceu a 14 de janeiro de 1873, tendo morrido no dia 5 de março de 1919;
- 8) **António Francisco Gomes Pereira**, nascido no dia 3 de janeiro de 1884 e falecido a 24 de janeiro de 1954.

In: <http://www.geni.com/people/Antonio-Xavier-Braz-Gomes-Pereira/6000000002203591167>.

¹¹⁶⁵ Para mais pormenores sobre a sua biobibliografia, veja-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 72 e 73.

¹¹⁶⁶ Veja-se, Álvares de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 4-V-4), d).

¹¹⁶⁷ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 74.

¹¹⁶⁸ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 181.

5-V) Padre João Basílio Gomes, que nasceu no dia 8 e foi baptizado a 17 de abril de 1838. “*Ord. a 10-11-867. Foi missionario em Cochim e vig.o de Ratnaguiri. Fal em Siolim às 7 horas a.m. de 25-6-1897*”¹¹⁶⁹;

5-I) ANTÓNIO FRANCISCO GOMES, que continua. Nascido na Piedade no dia 1 de fevereiro de 1826, aí foi baptizado – em casa, pelo padre Matias Domingos Abreu – a 26 do mês seguinte. Casou em Siolim, “*perante o vig.o Padre Caetano José de Sá, sendo testemunhas Baltazar Cruz e Tomé Inácio Sequeira*”, no dia 10 de janeiro de 1854 com Maria Leopoldina Ernestina Petronila da Cunha, batizada em Candolim no dia 9 de Agosto de 1841¹¹⁷⁰.

Foram filhos deste casal:

6-I) PASCOAL JOÃO GOMES, que segue;

6-II) Júlio Maria Francisco Gomes, natural de Siolim, tendo nascido no bairro Vaddi a 20 de fevereiro de 1866. Foi baptizado a 3 do mês imediato, sendo padrinhos o “*Cónego Quartanásio Francisco José Afonso, morador em Goa, e Maria Ditosa Pereira e Cunha, viúva de Pascoal José da Cunha, de Margão*”. Apesar de ter feito inquirições “*de genere*”, não se chegou a ordenar;

6-III) Brás José Alexandrino Gomes (mais conhecido **Alexandrino Gomes**), nascido em Siolim. Apesar de ter igualmente enveredado pela carreira forense e obtido *provisão* para advogar foi sobretudo, e recorrendo a uma expressão de Aleixo Costa, “*Devotado animador da mocidade estudiosa da sua freguesia natal*”. Criou para esse fim uma associação literária e cultural a que chamou “Gabinete de Leitura e Recreio”. Deixou um volume de memórias intitulado *Ecos de um passado* (Mapuçá, 1933) onde reuniu o que produziu ao longo da “*sua actividade política e literária*”. Morreu em Mapuçá a 10 de agosto de 1947¹¹⁷¹;

6-IV) Cipriano Peregrino Vicente Maria da Cunha Gomes, igualmente originário de Siolim, onde nasceu no dia 26 de setembro de 1880. Repartiu a sua vida entre a prática da farmácia e o foro. Diplomado em farmácia pela Escola Médica de Goa em 1908, foi proprietário da “Farmácia Gomes” nos Reis Magos, que posteriormente transferiu para Mapuçá e manteve até 1947. Um ano volvido, assumiu a direcção técnica da “Farmácia Luís de Menezes”, sita também naquela cidade. Integrou a redacção da “Revista de Farmácia”, publicação surgida em 1954 por iniciativa do sindicato nacional dos farmacêuticos da Índia Portuguesa. Enquanto causidico, presidiu durante algum tempo, e desde 1949, a associação dos advogados da Índia Portuguesa. Em paralelo exercitou diversas vezes o lugar de primeiro substituto do juiz de Direito de Bardez e, em 1951, foi designado vogal da comissão de assistência judiciária da referida comarca. Dedicou-se também à actividade política, sendo eleito vogal do conselho do governo nos biénios de 1919-1920 e 1929-1930. Isto para além de ter presidido à câmara municipal de Bardês entre 1923 e 1925. Sócio efectivo do Instituto Vasco da Gama, dedicou-se à investigação histórica. Deixou vasta obra publicada. Morreu no dia 20 de julho de 1958. Casado e com geração¹¹⁷²;

6-I) PASCOAL JOÃO GOMES, que continua. Nasceu em Siolim em 1862 e aí morreu no dia 10 de outubro de 1934. Mais conhecido por *Pachá João*, foi um homem conhecido na sua época, que se destacou quer enquanto advogado *provisionário*, quer entanto político, quer ainda como jornalista. Das suas lides forenses resultaram várias peças publicadas. À semelhança de vários outros seus conterrâneos, preocupou-se com a cultura de

¹¹⁶⁹ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogia dos Gomes de Guirdolim*, XCHR.

¹¹⁷⁰ Veja-se Lima, de Chorão, ponto 2-III-2), a).

¹¹⁷¹ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 37. Note-se que Gomes Catão dá como data da sua morte o dia 11 de Outubro de 1944 e do seu nascimento o dia 2 de Agosto de 1868.

¹¹⁷² Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol II, 41 e sgts. Gomes Catão refere-se a dois dos seus filhos, que se instalaram fora de Goa – Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 178.

palmares, um dos principais rendimentos da elite *natural* – o que justificou a impressão, em 1909, uma “*Memória sobre o Mondoly, doença de coqueiro*. Deu também ao um pequeno *Vocabulário de vários nomes e termos portugueses e dos seus correspondentes latinos. Dividido em diversas matérias e oferecido à mocidade estudiosa* (Mapuçá, 1877). Deixou correspondência dispersa por diversos dos vários jornais que na segunda metade do século XIX e na primeira da centúria seguinte se foram publicando em Goa, designadamente em “A Convicção”, de Saligão. Vogal do tribunal de contas e síndico da Santa Casa da Misericórdia em Bardez, foi neste concelho um dos “caciques” políticos de maior peso. De acordo com o também bardesano Aleixo Manuel da Costa: “o nome de Pascoal João Gomes, assinalou um período político de Goa, tendo o povo consagrado o seu nome apenas com duas palavras, “*Pachá João*” que o tornaram muito popular no concelho”¹¹⁷³. Pascoal João Gomes herdou um considerável património imobiliário dos seus maiores, sito nas cercanias de Siolim, designadamente em Arambol, onde era um dos *batcares* locais. Num texto publicado por Alistair Miranda em “Goa Today”, evocam-se ainda as suas memórias, antes de se ter desfeito das referidas propriedades na década de quarenta do século passado¹¹⁷⁴;

Casou com D. Blanche Mildred da Cunha, tendo o casal tido dois filhos:

7-I) ANTÓNIO FRANCISCO WILFREDO DA PIEDADE DA CUNHA GOMES, que segue;

7-II) D. Ana Preciosa Hilarina Aurélia da Cunha Gomes (que por vezes usava o nome Mariana), a qual veio a casar com Nuno Henrique Agostinho Simão Lourenço da Cunha Gonçalves, filho de Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves e de D. Leocádia Maria Francisca Agostinha da Cunha;

7-I) ANTÓNIO FRANCISCO WILFREDO DA PIEDADE DA CUNHA GOMES, que continua. Licenciado em direito pela universidade de Lisboa, foi conservador do registo civil de Mapuçá e administrador dos concelhos de Perném e Bardez, para além de juiz substituto nesta última comarca¹¹⁷⁵.

GONÇALVES, DA PIEDADE

A família comumente conhecida por este nome ocupou, desde cedo, posições de destaque entre as elites *naturais* católicas, como, aliás, os seus principais biógrafos – Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves¹¹⁷⁶, José Maria Pereira¹¹⁷⁷ e António Maria da Cunha¹¹⁷⁸ (o primeiro descendente da estirpe, os outros dois nela casados) – não deixam de sublinhar. Escreve José Maria Pereira:

¹¹⁷³ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 63.

¹¹⁷⁴ “The Harmal of yore was driven by bullock carts on dusty roads. Travel was on foot. Bro Pascoal Coutinho, the first Indian to join the Australian society of Blessed Sacrament Fathers, remembers: “I used to accompany my grandmother on foot, from Arambol to Saligao. We would walk along the Arambol, Mandrem and Morjim beaches and cross into Siolim via canoe. Then continue walking till we reached our destination.” The only vehicle that was heard and seen was Bhatkar Pascoal Joao Gomes’ roaring motorcycle whenever he visited Bhatwadi which he owned. In the late forties, Gomes, who hailed from Siolim and was popularly known as Doriyantlo Bhatkar, sold the land to his mundkars, the Harmal elders inform. Food and money was scarce. Qualified medical aid unheard of, except in later pre-liberation years when those who could afford would bring the late Dr Pinto Rosario all the way from Porvorim to attend to a complicated pregnancy. Otherwise it was the popular voigin (midwife), the late Maria Zuana D’Souza from Santanvaddo, near Bhat Wadi, who delivered all newborns. Another medico, one Dr Dangui from Aronda, was rarely seen being carried to Arambol in a palanquin” – o texto completo pode encontrar-se em <http://www.goa-world.com/goa/villagevoice/arambol.htm> (consultado a 21 de fevereiro de 2012)

¹¹⁷⁵ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 177.

¹¹⁷⁶ Quer na genealogia dos Pinto de Candolim, quer numas notas de 1865 publicadas por José Maria Pereira.

¹¹⁷⁷ No seu trabalho *A Família Pereira de S. Matias (notas genealógicas e biográficas)*, publicado em 1927.

¹¹⁷⁸ Em *Francisco Caetano da Cunha e sua Família*, dado à estampa em 1925.

“Num formoso livro, ainda inédito, de Julio Gonçalves, intitulado Primeiras memórias, escrito em 1865, encontra-se, numa interessante síntese, a história da família Gonçalves. Damos a seguir êsse trecho, notável sob varios aspectos, até pelo seu requinte literário.”

E passa à transcrição do texto do sogro:

“A família a que pertencem, foi desde séculos uma das mais ilustre de Gôa.

Não sei donde é originária. Os documentos, que pude encontrar, só a alcançam já estabelecida em Divar.

A Ilha de Divar foi um dos pontos mais ricos e florescentes do paiz. Seus habitantes distinguiram-se, entre todos, pela cultura da inteligência que os feizoo em supremo grau. Em Divar passou por a mais principal de todas, a dita família”.

Note-se que os Gonçalves continuam ainda hoje por vezes se apresentam em termos bastante semelhantes aos usados por Luís Manuel Júlio Frederico, José Maria Pereira e António Maria da Cunha. Numa obra publicada muito recentemente, um dos descendentes atuais da estirpe, Mário Cordeiro, refere-se-lhe da seguinte forma:

“A família Gonçalves é originária da Ilha de Divar, Piedade, Goa, tendo tido, no hinduísmo, o apelido Naik ou Naique¹¹⁷⁹, e pertencido à casta dos brâmanes gâuncar de Navelim das Ilhas. Foi uma das primeiras famílias hindus a ser convertida ao cristianismo, e os seus membros educados no Colégio da Santa Fé, da Cidade Velha de Goa. Em meados do século XVI, já existiam clérigos da Católica na família. Na pesquisa genealógica que pude fazer, o antepassado mais antigo de Júlio Gonçalves (avô do autor), em linha directa, a que se encontra referência, é António Gonçalves, nascido em 1590, o primeiro cristão da família, que mostra que a conversão ao catolicismo (com a correspondente mudança de nome) se fez numa fase muito precoce da Goa portuguesa”. É neste passo que Mário Cordeiro refere noutra nota de rodapé que “Sempre ouvi referir, desde criança, que o nome original da família Gonçalves seria Bocró Sinai ou Balsá Sinai. Sinai era o apelido dos brâmanes gaud-sarasvats, descendentes dos primitivos monges e do topo da escala das divindades”. Retomando o texto principal: “Seguem-se, todos de apelido Gonçalves, Luís, nascido em 1615, mas do qual se desconhece o ano de falecimento, Manuel, nascdo em 1640 e também desconhecendo-se o ano da morte (foi Oficial Maior da Fazenda), António que viveu entre 1666 e 1737 (foi também Oficial Maior da Fazenda e recebeu a mercê de Cavaleiro da Ordem de São Tiago e Espada, em 1729), Bartolomeu (1704-1744, Real Capitão do Terço dos Auxiliares), Francisco (1732-1796, Oficial Maior da Fazenda e Contador da Intendência da Marinha), Manuel Luís, vulgo Luís Manuel (1760-1823, funcionário público), Francisco Caetano (1812-1823, advogado, vereador municipal, Auditor da Gente da Guerra, Cavaleiro e Moço-Fidalgo da Casa Real) e finalmente o pai de Júlio Gonçalves, Luís Manuel Júlio Frederico (1846-1896)”, do qual destaca a “extensa actividade literária”. E conclui: “A história da família Gonçalves é, assim, identificável até ao início do Estado Português da Índia”¹¹⁸⁰. Noutro passo acrescenta: “Divar foi um centro importante da Lusofonia e de uma certa intelectualidade goesa, principalmente através da família Gonçalves e dos seus diversos avatares”¹¹⁸¹.

Isto para concluir: “Com um avô paterno que “gostava de ostentar a fidalguia” e um pai que era “arredio, isolado, mas com ideias de “nobreza””, a família era rica e “gastava dinheiro a rodos”, e foi assim que o meu avô cresceu, descrevendo-se a si próprio como “uma criança tímida, metida consigo, com problemas de gaguez e simpático, mas fraco”, a quem os irmãos, para implicar pela sua perturbação da fala, chamavam “Mê-mê”, e reconhece ter tido, a determinada altura, “um complexo de amor-próprio que me levava a tratar como

¹¹⁷⁹ E acrescenta em nota de rodapé: “São todas expressões derivadas do sânscrito Nayaka, que significa “líder” ou “chefe”.

¹¹⁸⁰ Cordeiro, Mário (2013), 15 a 17.

¹¹⁸¹ Cordeiro, Mário (2013), 36.

inferiores alguns condiscípulos e mesmo amigos”. (...) O povo tratava a família por “fidalgos” e o meu avô refere “as muitas festas que a família fazia por ostentação” (...)”¹¹⁸²

É também a Júlio Gonçalves (e à iniciativa de Mário Cordeiro) que devemos uma detalhada descrição da casa ancestral desta linhagem numa altura em que a mesma já se tinha instalado em Pangim há várias décadas a “*casa da Ilha da Piedade, velho solar da família, onde os avós até à 4.ª ou 5.ª geração ascendente tinham vivido*”. O relato é longo mas esclarecedor: “*O meu avô menciona a nostalgia e a tristeza de visitar a aldeia e a casa de Nossa Senhora da Piedade, uma velha habitação enterrada numa depressão de terreno de aspecto, simultaneamente, vetusto e solarengo. Em frente ficava uma colina escavada, também propriedade da família, no cume da qual estava a Capela de Nossa Senhora da Piedade, “com uma horrível e grotesca estátua de pedra pintada a cores, num grande nicho, servido por um altar onde se dizia a missa”. Rezava a lenda que um dos antepassados vira, um dia, esta Nossa Senhora de pedra, com uma outra, mais pequena, e ainda um Santo António, boiando nas águas do Mandovi. Quando os outros a queriam pescar, a santa “tornava-se pecado” e afundava. Ao chegar a vez do avô de Júlio Gonçalves, a imagem tornou-se leve e deixou-se conduzir à tona da água, até à colina, onde ele lhe construiu uma capela. “Isto diz a lenda”, ironiza o meu avô, “mas como surgiu essa grande e grotesca estátua feita num grande e passado bloco de pedra?”. A explicação que dá é menos poética e algo sarcástica: um dos antepassados terá encomendado a estátua a um qualquer escultor local, provavelmente parente daqueles que, noutras paragens dessa grande Índia, talharam também as grandes imagens dos budas, e depois inventado a lenda, para que alguma poesia e mito sobrassem de toda essa história. Da capela descia-se para a casa através de uma longa escadaria. A casa estava desabitada dez meses no ano, entregue à vigilância de um colono, mas, todas as noites, religiosamente, era acesa a lâmpada de Nossa Senhora. “Ai dele se não o fizesse!”, relata, “duas cobras capelos, macho e fêmea, saindo por detrás do altar, perseguiriam o desventurado até que cumprisse o seu dever, só então recolhendo as cobras ao seu ninho”. Quase a meio da ilha, numa colina maior, ficava a igreja da aldeia, com o mesmo orago: Senhora da Piedade. Ao cair da tarde, os sinos da igreja, em tom lúgubre, tocavam as ave-marias. Fazia-se então um silêncio quase mortal e, ao longe, nos campos desertos, choravam e riam as hienas. No quintal da casa, uma coruja piava também, em tom de choro: “Cuá! Cuá”. Ao cimo da escadaria, pela entrada deserta, passava um vulto escuro como a noite. “Nunca se chegava a saber se era um colono retardatário ou uma alma penada recolhendo ao cemitério”, escreve o meu avô. Na habitação ao lado, a única vizinhança que tinham, um louco desgredado e descalço gritava continuamente “Dona Mamã! Dona Mamã!”. Vindo da brenha do quintal, outro vulto de pau ferrado surgia: homem ou duende? “Era o Miguel Galliô”, conta, “o colono que vinha encher de azeite a almotolia de Nossa Senhora”. Ao longe, outros sinos tocavam: os sinos da Sé de Goa, que sobressaía, alva, ao longe, por entre as palmeiras, muito alta e muito branca, ao lado dos outros templos seiscentistas caindo em ruínas: as Mónicas, o Santo Agostinho ou a Senhora da Misericórdia construída por Afonso de Albuquerque, em cumprimento de um voto. Da casa avistavam-se os amplos campos de cultura, arrozais e mangueirais, que desciam batidos pelo sol, desde a casa até à margem do rio, que os separava de Velha Goa, campos que, em grande parte, pertenciam à família. O meu avô como que pára, no discorrer do seu texto, para prestar uma homenagem ao Mandovi, “o rio de Goa”, que descreve como “um braço de água, prateado, correndo lentamente entre os coqueiros”. Atravessava-se o rio numa espécie de jangada, feita de duas pirogas, lentamente, à vez, e por vezes o índio da vara, escuro e suado, cantava canções dolentes, cuja letra não se entendia. O encanto da ilha tinha o auge, para o meu avô, na Semana Santa, que recorda ao tempo em que tinha entre 12 e 14 anos. Era um rito da aldeia, no qual a família Gonçalves estava inscrita à cabeça, no livro paroquial. Efectivamente, um dos antepassados, antes mesmo do cristianismo ou imediatamente depois da sua chegada, tinha sido o maior senhor da aldeia, o que poderia explicar a primazia de que a família gozava, bem como o facto de um dos antepassados, Francisco José (nascido por volta de 1680), ter instituído que uma das capelas interiores da Igreja matriz fosse a sua sepultura privativa, sua e dos seus descendentes, e que estes presidissem às solenidades religiosas da Paixão e da Páscoa, bem como as custeassem, “com direito a pegar na vara direita do pódio que levava o Sanctus-Sanctus”. Nesses anos de adolescente, instruído e exarcebado pelo pai nestes elementos tradicionais, “insufladores de vaidade”, o meu avô recorda a sua opa vermelha, com*

¹¹⁸² Cordeiro, Mário (2013), 63.

murça branca, a sua vela de cera e o lugar que ocupava na procissão do Enterro, com os paroquianos chamando-lhe “fidalguinho”. “Eu ia muito vaidoso – e muito impressionado –, com o brandão a tocar no chão, no centro do cortejo, ambicionando o dia em que fosse como meu pai, que vinha atrás, de vara de prata e capuz, logo adiante do senhor vigário, que empunhava o Santíssimo!”. Afirmando não se considerar infeliz no memento em que recorda estes episódios, tantos anos depois de eles ocorrerem e longe da sua terra natal, o meu avô admite, contudo, ter sido muito feliz “nesses distantes 12 anos, nessa distante aldeia”, caminhando entre filas de irmãos de confraria, de velas acesas, por caminhos pedregosos, de aldeia em aldeia, ouvindo o bater “em funeral” dos sinos das ermidas. Ao voltar os olhos, deparava com o Senhor dos Passos, no seu manto roxo, grande e feroz, com uma grossa gota de sangue pintada a escorrer-lhe pela testa em nesta, cravada, a coroa de espinhos. Contudo, maior impressão lhe fazia – quase um terror – o Senhor Morto, no seu caixão negro, levado ao ombro por oito homens de opa negra. “Era uma procissão sinistra”, escreve, “quase angustiante, dirigida ao som cavo das matracas”. Chegava depois o domingo de Páscoa, também festa de família, e era então “um encanto trepar a encosta da colina até à Igreja, sentindo o nascer do sol, como todo o seu resplendor, e sentir a ilha, rodeada pelos formosos braços de rios navegáveis”. Ainda escuro, tinha lugar a missa, ao som do órgão cujos sons ecoavam pela vasta nave da capela. Ao cantar o Aleluia, o Ressurrexit e outros temas, o som era intenso porque tocavam também os sinos e as campainhas. O órgão encetava então uma música alegre. Das altas varandas laterais, onde previamente as crianças e os adolescentes se tinham alcandorado, choviam flores enquanto se sacudiam as folhas de palma, e o templo enchia-se do perfume penetrante do incenso e das flores. Depois saía a procissão, para dar a volta à igreja, no cume do monte. O sol despontava do lado do rio, iluminando suavemente os templos em ruínas da Cidade Velha, os quais se destacavam no verde-escuro do matagal. Terminada a festa, recebidos os cumprimentos e as lisonjas dos aldeões, seguia-se um almoço apetitoso em casa dos primos Menezes, de Goltim¹¹⁸³, e ao calor da tarde regressava-se à cidade, nas grandes tonas, cujos remos chapinhavam na água do rio, já banhados pelo luar. Assim se vinha, por ali abaixo, até lóbrigar os candeeiros de Ribandar e, depois, atravessado o arco maior da ponte, a correnteza dos lumes da Rua de Ourém, onde se desembarcava: “à sombra das grandes mangueiras seculares, havia eu passado dias vários, no esquecimento, de tudo, e com o gozo alegre de um animalzinho à solta”. Júlio Gonçalves recorda o quintal da casa, que descia até aos arrozais, com um poço fundo “de bela água”, e de, na beira do poço, de pé, tomar banho na água bem bresca, tirando a água com vasilhas. Próximo, ficava uma espécie de cubata onde viviam duas irmãs, que rotula de “simpáticas”. E descreve a cena: “À porta, sobre três pedregulhos, entre os quais ardiam toros de lenha, numa chama rica, pousava um grande caldeirão de cobre, com água já quente. A irmã mais velha gritava: “Ó Ditoca!” A outra respondia, ao longe, e aparecia, saltitando pelo matagal como uma gazela. A água do caldeirão estava quente e, ali mesmo, ao cair da noite, na fondura sombria do quintal, a Ditoca, envolvida num lençol que lhe moldava o formoso corpo de 17 anos, banhava-se com a água do caldeirão, tirada com um pequeno púcaro. E o luar batia em cheio nos arrozais, por onde, uivando ao longe, fugiam as hienas”. Júlio Gonçalves não deixa igualmente de evocar casas de parentes que também estudamos no presente trabalho: “A aldeia de Arporá, terra natal de sua mãe. “Revejo a grande casa de rés-do-chão alto, que se alcançava por um alpendre, ornado de largas bancadas e ladeado por dois jardins. O da direita, com canteiros de flores, e nunca me esquecerei da “sensitiva”, de folhas rendilhadas, que murchavam mal se tocava nelas, o da esquerda com uma larga parreira de onde pendia um baloiço. O chão da aldeia era de areia, sombrio, com muitos coqueiros, de que o Tio Joaquim cuidava e cujos cocos colhia”. A pequena distância ficava a casa dos primos Costa, “que eu detestava, pelo seu puritanismo devoto cheio de hipocrisia, sempre recheada de padres e de beatas”. Do outro lado eram os Pintos “e, esses sim, eram afectuosos e alegres, e o único padre que lá havia dizia piadas e emborrachava-se muito regularmente”. A partir da casa, palmilhando a areia, chegava-se às pitorescas margens da ribeira de Baga, que se passava a vau, até chegar à foz do Rio Baga, que corria veloz no seu leito de areia. Passava-se também a vau, com a água pelo peito, e a foz era bela, com um baixio de areia muito branca e muito fina, onde se quebravam com estrondo as grandes vagas do Mar das Índias. À direita, pelo mar dentro, projectava-se uma alta penedia, onde o meu avô nunca conseguiu chegar.

¹¹⁸³ Mário Cordeiro acrescenta em nota de rodapé: “A família Menezes era uma família brãmane muito distinta, natural da freguesia da Piedade, da Ilha de Divar, pela parte de Casimiro António de Menezes, que foi síndico do senado da Câmara de Goa, Procurador do Senado da Câmara de Goa e Juiz do Tribunal de 2.ª Instância, e de Maria Severina Ferreira, de Goltim, na mesma ilha de Divar”. Para maiores desenvolvimentos sobre esta família, consulte-se neste anexo o título Fernandes de Noronha.

“Eu tinha entre 12 e 15 anos, e diziam que o mar remoinhava lá, num caldeirão do Inferno, com bruxas e diabo dentro”. A outra aldeia era Candolim, onde tinham casa os tios Cunha e onde havia uma capela de Nossa Senhora dos Agonizantes, a quem se fazia festa rija em Fevereiro. Todas as noites se cantava a ladainha, na Ermida. Depois da prática do capelão, apareciam cinco crianças vestidas de anjos, de roupinhas de tule e asas de cartão, cantando, caminhando a passo lento, do altar à porta do templo. “Revejo-me a fazer de anjo da frente, com um pendão recamado de galão e estrelas bordadas, a prata, e a cantar. Íamo-nos despir para a sacristia onde, numa alta vitrina, estava uma efígie do Senhor, de face medonha, a barba negra, e eu tinha muito medo quando ficava só, com ele a olhar para mim. Cá fora, um preto da casa enchia de pólvora umas bombas que estoiravam com fragor, e o tambor rufava alegremente. Os vendilhões, em pequenas barraquitas, acorados, estendiam a sua mercadoria, de “produtos comestíveis a bugigangas, e até pequenas roletas... era um vaivém de gente”. “Na madrugada da festa, a banda filarmónica da terra acordava subitamente os ares, tocando a marcha da Alvorada, em cinco partes. Depois, “o preto das bombas” largava vinte e um estoiros. O Tio Caetano, que era padre, galgava a escadinha do campanário e repicava os sinos “ding, ding, dão;ding, ding, dão” e toda a gente acordava. Todo esse dia era um pagode jovial e imoderado”, escreve. Nessa tarde começava a debandada dos hóspedes. Após um quarto de hora, alcançava-se a margem do rio de Sinquerim, rio largo, de margens silenciosas e sombrias, um quase lago “que se atravessava numa jangada, conduzida por um indígena, muito negro, muito suado, com o auxílio de uma comprida vara”. Para cima, a ria ia-se apertando entre as margens, cada vez mais próximas e cada vez mais sombrias. A certa altura do seu curso, o rio atravessava a aldeia de Ordá, “cujas margens, cobertas de coqueiros e verdes choupos, eram de uma beleza e de um pitoresco incomparáveis”. Em Ordá o meu avô divertia-se, ora a tomar banho na bica de uma fonte muito fria, ora a passear-se numa chata, no ribeiro”¹¹⁸⁴.

No que diz respeito à genealogia desta família, principiamos por:

1) MANUEL GONÇALVES, que é, em termos de antiguidade, o primeiro nome em que Júlio Gonçalves e António Maria da Cunha concordam. Antes deste personagem, as origens familiares apresentadas por cada um destes autores diferem de forma significativa. António Maria da Cunha se, por um lado, se demonstra mais cauteloso – nomeadamente nas relações da estirpe com Talaulim – esforça-se, por outro, por deixar patente não só a origem destacada da mesma na ordem social vigente antes da instalação dos portugueses, como também a precocidade da sua conversão aos novos valores (nomeadamente religiosos) que desde a Europa foram trazidos até Goa. Não se esquece, ainda, de salientar que desde cedo a importância dos Gonçalves foi reconhecida pelas autoridades portuguesas: “A família Gonçalves, da Piedade, ilha Divar, tinha no hinduísmo a apelido Naik ou Naique; era brâmane “smart” e “gâuncar” de Navelim das Ilhas. Foi dos primeiros hindus convertidos ao Cristianismo, sendo educados no Colegio de Santa Fé da Velha Cidade de Goa. Assim, em meados do século XVI já existiam clérigos naquela família”¹¹⁸⁵.

E avança com dados sobre os antepassados de Manuel Gonçalves: este seria filho de Luís Gonçalves e neto paterno de António Gonçalves, o qual fora “o primeiro cristão”. Consequentemente, era sobrinho de um eclesiástico e irmão de outro (respetivamente, os padres Francisco e Simão Gonçalves).

Por outro lado, Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves faz remontar os seus avoengos a terras de Santana de Talaulim: “Por tradição também sei que a família veio a Divar, de Talaulim, aldeia nobilíssima que ficava por arrebalde à cidade de Gôa, nos principios de 1600”. E avança mesmo com o nome de um provável antepassado, procurando entroncá-lo: “Na igreja de S. Ana fica a sepultura de Salvador Gonçalves, oficial-maior que foi da Secretaria do Governo, morto pelos fins do século 16. Combinadas estas noções tradicionaes, devo supôr que o dito Salvador Gonçalves fôsse um dos primeiros chefes de familia – e que com a sua morte tivesse passado a

¹¹⁸⁴ Cordeiro, Mário (2013), 45 e ss.

¹¹⁸⁵ Cunha, António Maria da (1925), 61 e 62.

familia para Divar, sob o dito Manoel Gonçalves, por ventura seu filho, matriculando-se este nos livros gãocariaes de Navelim e Divar e passando a servir a Sua Magestade na Contadoria da Fazenda Real”¹¹⁸⁶

Sobre Manuel Gonçalves, ambos os autores disponibilizam alguns dados mais concretos. António Maria da Cunha parece-nos cuidadoso na informação transmitida, avançando inclusivamente com algumas hipóteses de calendarização. Assim, o biografado teria nascido “*provavelmente*” em 1620. Contudo, a assim ser, vivera – e trabalhara – um número invulgar de anos para a época e local, pois defende que o mesmo “*foi oficial-papelista em 1661 e oficial-maior da Fazenda em 27 de Agosto de 1680 (carta-patente do governador António Pais de Sande)*”¹¹⁸⁷. Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves, ao invés, não abandona o domínio das suposições, num excerto ao qual o colorido da sua escrita não deixa de emprestar alguma vivacidade: “*Não sei em que tempos ela se tenha estabelecido em Divar. Ao sopé da capela lateral, á esquerda, na Igreja da Piedade, junto do altar nela erecto á custa da familia, foi encontrada em 1858, quando para ali foram repousar os restos da minha mãe, uma lápide com armas meio apagadas e letreiro gasto que indica “1620”. Mas os documentos esboroados que ficaram, como impresentidamente para a corrente geração, nos apresentam somente os chefes de familia desde Antonio Gonçalves (...). Por tradição sei que aquela lapide com armas foi de Manuel Gonçalves, um dos chefes da Contadoria da Real Fazenda, lugar que lhe foi dado em propriedade, em atenção aos serviços dos seus maiores*”¹¹⁸⁸.

De acordo com António Maria da Cunha, Manuel Gonçalves casou com Antónia Constantino, de quem houve, entre outros:

2) ANTÓNIO GONÇALVES, relativamente ao qual Júlio Gonçalves anota somente ter sido “*Cavaleiro Professo da Ordem de S. Tiago de Espada e Escrivão Deputado que foi da Junta da Real Fazenda pelo meiado do seculo 17*”. Estes magros dados são complementados por António Maria da Cunha, que descreve a vida e carreira de António Gonçalves com uma muito maior cópia de detalhes, bem como com maior coerência no que diz respeito a calendarizações:

“Nascido em 1666, (...)foi oficial-escrevente da Vedoria da Fazenda em 8 de Agosto de 1682, oficial-maior em 17 de Outubro de 1703, e escrivão geral da Fazenda, cargo imediato ao do Vedor-Geral. Tomou parte na expedição contra os maratas, acompanhando o vice-rei D. Pedro António de Noronha, conde de Vila-Verde, e o vice-rei Caetano de Melo e Castro na tomada da fortaleza de Bicholim. Em 1695 foi ás Praças dop Norte tomar contas aos Feitores. Foi agraciado pelos seus serviços, por carta régia de 3 de Setembro de 1729, com o grau de Cavaleiro Professo da Ordem de Santiago da Espada, e 12\$000 réis de tença; e com os cargos de Escrivão das avenças, fianças e afilações de pesos e medidas em Bardês, e de Recebedor nas terras de Salcete, com a faculdade de os testar a favor de filho ou filha. Foi um dos fundadores da actual igreja de Divar, onde erigiu um altar á N. S. de Boa Morte, quando regressou da campanha de Bicholim, em 1705”¹¹⁸⁹.

Cunha Rivara, suportando-se em elementos fornecidos por Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves, anota relativamente a este personagem: “*Antonio Gonçalves, official maior da fazenda real, que serviu tambem de escrivão geral da mesma desde 1703 até 1737, sendo official desde 12 d’agosto de 1682, qualidade em que acompanhou o Vice Rey conde de Villa Verde na expedição contra os Marathas do Norte, e para a tomada das contas aos feitores, e ao Vice Rey Caetano de Mello e Castro na tomada da fortaleza de Bicholim, recebendo por taes serviços a mercê de cavalleiro da ordem de S. Thiago, e a propriedade transmissivel dos officios de*

¹¹⁸⁶ Pereira, José Maria (1927), 25 e 26.

¹¹⁸⁷ Cunha, António Maria da (1925), 62. Refira-se que Paes de Sande, nesta época, não era verdadeiramente governador, mas sim um dos membros do sexto conselho de governo, que assegurou a gestão dos negócios do Estado da Índia desde 1678 até à tomada de posse do conde de Alvor em 1681.

¹¹⁸⁸ Pereira, José Maria (1927), 25.

¹¹⁸⁹ Cunha, António Maria da (1925), 62. A veracidade da afirmação relativa Nossa Senhora da Piedade de Divar é documentalmente comprovada. Como explica Pedro Dias, “*Na ilha de Divar fica um dos mais antigos templos de todo o território, a Igreja de Nossa Senhora da Piedade, cuja origem remonta ao tempo da conquista portuguesa. Como foi comum, o edificio primitivo sofreu diversas empreitadas de aumento e enriquecimento, uma por volta de 1625 e, finalmente, outra, no início do século XVIII, que se prolongou até 1724, data da sua última consagração*” – Dias, Pedro (2008), 118. A Piedade de Divar (como é vulgarmente conhecida) é, ainda hoje, tida como uma das mais impressionantes igrejas paroquiais dispersas pelas Velhas Conquistas.

recebedor da provincia de Salcete, e escrivão das fianças e afiliações dos pezos e medidas de Bardez, tudo por Carta datada de 3 de setembro de 1729”¹¹⁹⁰.

Morreu no dia 4 de novembro de 1737. Casou com Clara da Silveira, de quem teve, pelo menos:

3-I) Manuel Gonçalves, o qual terá sucedido ao avô paterno no cargo de oficial-maior da fazenda por carta de 15 de novembro de 1735, no desempenho dos quais lhe sucedeu, por sua vez, Francisco José Gonçalves¹¹⁹¹

3-II) BARTOLOMEU GONÇALVES, que segue;

3-III) Caetano Gonçalves, que parece ser natural de Navelim. Casou com Anastácia Pinto, de Candolim, filha de João Baptista Pinto e de Joana de Sousa¹¹⁹², da qual não terá tido descendência;

3-II) BARTOLOMEU GONÇALVES, que continua. Nascido (na Piedade?) em 1704, morreu no ano de 1744. Á semelhança do progenitor, repartiu a sua vida profissional entre a burocracia do Estado – não ultrapassando, contudo, o lugar de oficial papelista da fazenda de Goa (para o qual foi nomeado a 22 de dezembro de 1739) – e o exército, pois foi “*capitão do Terço dos Auxiliares por carta-patente de 20 de Agosto de 1733*”¹¹⁹³. Casou com Antónia Ana Isabel de Frias, filha de José de Frias e de D. Maria Cabral¹¹⁹⁴. De acordo com Júlio Gonçalves, a sua “*afeição ao fausto*” conduziu, pela primeira vez, a casa que herdara “*às bordas da ruína*”. Isto porque, segundo explicava, “*A família dos Gonçalves foi, desde a origem, rica, amiga do luxo e do fausto segundo as regras da época, avezada ao trato da côrte e da alta nobreza*”¹¹⁹⁵.

Tiveram:

4-I) FRANCISCO JOSÉ GONÇALVES, que segue;

4-II) Padre António Gonçalves, falecido antes de 1796, de cuja existência temos conhecimento graças ao testamento de seu irmão¹¹⁹⁶. Aí se refere que fora vigário de Carmoná¹¹⁹⁷. Ainda de acordo com o mesmo documento, percebemos que a aquisição de umas várzeas ficou parcialmente comprometida com a sua morte;

4-I) FRANCISCO JOSÉ GONÇALVES, que continua. Nasceu em 1732 e morreu no dia 15 de abril de 1796. Começou cedo a sua carreira, ao ser nomeado, por nomeação datada de 6 de maio de 1749, com cerca de dezassete anos, e à semelhança do progenitor, oficial papelista da fazenda. Foi, contudo, e em termos profissionais, além do pai, certamente por ter sucedido ao seu tio Manuel Gonçalves¹¹⁹⁸: designado oficial maior da fazenda em 13 de novembro de 1764 – funções que manteve “*até á extinção do tribunal da Fazenda*”¹¹⁹⁹ –, ocupou, ainda, a partir de 1 de janeiro de 1775, o cargo de contador da intendência da marinha e do arsenal real. Em paralelo, e de acordo com Júlio Gonçalves, terá participado em algumas acções militares: “*Francisco José Gonçalves, contador dela (contadoria da fazenda), servindo conjuntamente de Escrivão Deputado da Junta, que prestou importantes serviços ao Estado nas lutas de Pondá – pelo que o Vedor Geral de Fazenda o proclamou “digno de toda a Mercê que Sua Magestade lhe faça”*”¹²⁰⁰.

¹¹⁹⁰ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 146.

¹¹⁹¹ Cfr. *infra* ponto 4-I)

¹¹⁹² Consulte-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Pinto, de Candolim, ponto 6-I).

¹¹⁹³ Cunha, António Maria da (1925), 63.

¹¹⁹⁴ Cfr. título Frias, de Talaulim e Candolim, ponto 4-I).

¹¹⁹⁵ Pereira, José Maria (1927), 26 e 27.

¹¹⁹⁶ Veja-se anexo II: testamentos – N12.

¹¹⁹⁷ Esta informação é corroborada por Leopoldo da Rocha, que acrescenta ter o padre António Gonçalves assumido a referida paróquia em 1764 – Rocha, Leopoldo da (1973), 398.

¹¹⁹⁸ Cfr. *supra*, ponto 3-I).

¹¹⁹⁹ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 147.

¹²⁰⁰ Pereira, José Maria (1927), 26.

Casou com Maria Severina Mónica Pereira¹²⁰¹, filha de Matias Pereira e de Luísa de Miranda (esta sobrinha do bem conhecido padre oratoriano José Vaz)¹²⁰², a qual, segundo os cronistas familiares, após enviuvar, levou novamente a casa dos Gonçalves, cuja prosperidade fora entretanto resgatada pelo seu marido, a uma situação económica assaz comprometedora. Nas palavras de Júlio Gonçalves, Mónica Pereira “*viuva, vaidosa da lata nobreza da sua ascendência e que, como me contam as velhas, já tinha padecido a lembrança de levar a sua extravagancia a ponto de apresentar, em suas funcionatas, fructas extemporaneas e em seu jardim vasos de doce com plantas sementeas em assucar, tendo pelos cantos chafarizes de licores espirituosos, ao dominio da populaça*”¹²⁰³. Tiveram, de acordo com o testamento de Francisco José Gonçalves¹²⁰⁴:

5-I) LUÍS MANUEL GONÇALVES, que segue;

5-II) Padre Bartolomeu Caetano Gonçalves;

5-III) António Sebastião Gonçalves, que, preparando-se para o sacerdócio, morreu quando tinha ainda somente ordens menores. Era já falecido em 1796;

5-IV) Padre Simeão Lourenço Gonçalves;

5-V) Joaquim Matias Gonçalves, o qual, em 1796, destinando-se também à vida eclesiástica, ainda tinha recebido apenas as chamadas ordens menores;

5-VI) Ana Clara Gonçalves, a qual morreu antes do progenitor;

5-VII) Adriana Rosa Gonçalves, casada com Luís Pascoal de Frias¹²⁰⁵ (já falecido em 1797), de Candolim, “com sinco mil X.s com(o) dotte e datas do valor de perto de tres mil X.s e cento e sincoenta X.s de prenda”¹²⁰⁶;

5-VIII) Raquel Gonçalves, também já falecida em 1796, casada com Nazário Filipe Nery Colaço, de Rachol, “com seis mil e trezentos X.s de dotte e datas”¹²⁰⁷;

5-IX) Ana Senhorinha Gonçalves, a qual casou com Francisco Luís Pinto, de Calangute, “com sinco mil duzentos X.s de dotte e datas”¹²⁰⁸;

5-I) LUÍS MANUEL GONÇALVES, que continua. Nasceu em 1760 e morreu a 28 de junho de 1823. Foi “*Escriturário e contador da Intendência da Marinha, Arsenal e Munições da Guerra em 16 de Janeiro de 1796 e Contador geral da Fazenda em 1895*”¹²⁰⁹. Casou “*com o dotte de quatro mil quinhentos X.s em dinheiro e quinhentos X.s em huma fota bordada de ouro, e dattas excelentes*”¹²¹⁰ com Bernarda Esperança Peres da Silva, filha de José Tomás Peres¹²¹¹ de quem teve:

6-I) Francisco António Gonçalves, nome pelo qual era comumente conhecido **Joaquim António Brás Luís Gonçalves**, que nasceu em 1804 e morreu em 1832. Foi escriturário da contadoria geral da fazenda.

¹²⁰¹ Também chamada Mónica Maria Pereira.

¹²⁰² Consulte-se o título Pereira, de S. Matias, ponto 5-III).

¹²⁰³ Pereira, José Maria (1927), 27.

¹²⁰⁴ Veja-se anexo II: testamentos – N12

¹²⁰⁵ Cfr. título Frias, de Talaulim e Candolim, ponto 6-II).

¹²⁰⁶ De acordo com o testamento de Francisco José Gonçalves, reproduzido no anexo II: testamentos – N12.

¹²⁰⁷ Veja-se o testamento de Francisco José Gonçalves, reproduzido no anexo II: testamentos – N12.

¹²⁰⁸ Reveja-se o testamento de Francisco José Gonçalves, reproduzido no anexo II: testamentos – N12.

¹²⁰⁹ Cunha, António Maria da (1925), 64.

¹²¹⁰ Consulte-se o anexo II: testamentos - N12.

¹²¹¹ Veja-se o título Peres da Silva, ditos do *Prefeito*, de Neurá-o-Grande, ponto 3-II). António Caetano da Cunha não deixa de sublinhar o parentesco e dá esta senhora (também conhecida por Bernardina Esperança) como “*sobrinha e afilhada de Bernardo Peres da Silva, Deputado às Constituintes de 1822 e Governador Geral ou Prefeito da Índia em 1834*” – Cunha, António Maria da (1925), 64.

Casou com D. Ana Severina Carolina da Costa, nascida em Parrá a 22 de maio de 1810¹²¹² e falecida no dia 4 de fevereiro de 1893. Esta senhora era filha de Félix Carlos da Costa e de D. Margarida Catarina Pinto¹²¹³.

Tiveram:

6-I-1) D. Maria Esperança Grácia Gonçalves, comumente conhecida por **D. Leopoldina Maria Gonçalves**. Casou com Francisco Caetano da Cunha, de Arporá. Com geração¹²¹⁴;

6-I-2) Francisco José Caetano Sebastião Gonçalves, o qual, de acordo com a genealogia dos Costa de Parrá e Arporá, *“foi baptis. em Parrá a 14-12-1830 de 9 dias, sendo padrinhos o P.e Caetano José de Sá, vigário de Parodá, e Ana Conceição da Costa, solteira, de Parrá”*. Casou com D. Ana Maria da Purificação Álvares, de Margão – a qual era filha de Salvador Filipe Álvares e Ana Maria da Purificação da Silva¹²¹⁵. *“Francisco José Gonçalves que construiu uma casa em Parrá e a habitou por muitos anos, mudou-se mais tarde para a casa paterna, na Piedade, onde faleceu em 25 de Junho de 1879, com 37 anos de idade”*¹²¹⁶. Foram filhos deste casal:

a) Francisco António Gonçalves, *“nascido em 13 de Agosto de 1865, solteiro, advogado, 1.º amanuense da administração das comunidades de Salcete, residindo em Margão, onde construiu casa”*¹²¹⁷;

b) João Crisóstomo Gonçalves, *“nascido em 28 de Janeiro de 1869, que acompanhou, em 1890, uma força expedicionária para Moçambique, fazendo parte do seu pessoal sanitário e ali se deixou ficar, empregando-se no comércio e agricultura e, afinal, nos serviços do Estado como aspirante dos Correios e Telegrafos, em que continúa, tendo ali constituído família”*¹²¹⁸;

c) Hermano José Gonçalves, *“nascido em 27 de Março de 1871, que sentou praça na Índia e fez parte da força expedicionária acima referida para a provincia de Moçambique, tendo ali desempenhado diversas funções de serviço público, regressando á Índia em 1896, e aqui desempenhando várias comissões. Reformou-se em capitão em Janeiro de 1920”*. Casou com D. Esmeralda Rangel, nascida na Piedade a 18 de janeiro de 1880 e filha de João António Rangel e de D. Ana de Quadros. Tiveram, para *“alem de duas meninas e três rapazes que morreram de pequena idade”*: **(i) António Gonçalves**, *“nascido em 4 de Novembro de 1897, empregado dos Correios em Bombaim”*; **(ii) Manuel Carlos Gonçalves**, *“nascido em 5 de Maio de 1806, estudante em Poona”*; **(iii) Ilídio Gonçalves**, *“nascido em 15 de Outubro de 1910, aluno do Liceu Central”*¹²¹⁹ e **(iv) D. Maria do Carmo Gonçalves**, nascida a 12 de outubro de 1916, casou com Miguel António Alcântara de Melo, da Raia¹²²⁰;

d) Manuel Carlos Gonçalves, *“nascido em 6 de Março de 1873 e falecido, solteiro, em 8 de Julho de 1905, na provincia de Moçambique, onde era empregado de comércio”*;

6-II) CAETANO FRANCISCO GONÇALVES, que segue;

¹²¹² Foi batizada nessa localidade a 31 do mesmo mês e ano.

¹²¹³ Veja-se o título Costa, de Parrá e Arporá, §2, ponto 4-IV).

¹²¹⁴ Veja-se o título Cunha, de Arporá, ponto 6-V).

¹²¹⁵ Consulte-se o título Álvares, de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 6-III).

¹²¹⁶ Cunha, António Maria da (1925), 65.

¹²¹⁷ Cunha, António Maria da (1925), 64.

¹²¹⁸ Cunha, António Maria da (1925), 64 e 65.

¹²¹⁹ Cunha, António Maria da (1925), 65.

¹²²⁰ Veja-se o título Melo, da Raia, § 2, ponto 5-II).

6-III) Ana Clara Gonçalves, “casada em S. Matias, que não deixou descendência, tendo morrido novos um filho e uma filha que teve”¹²²¹. O seu marido foi o físico-mor de Moçambique António Caetano de Alcântara Rodrigues, cunhado de Inácio Pinto, de Candolim¹²²²;

6-IV) Maria Aurora Gonçalves, a qual casou com Vicente António de Menezes, de Goltim. Em 1825 a família destes Menezes era “representada por Antonio Filipe de Menezes, que foi auditor fiscal, interino, da provincia de Moçambique, e 1.o contador da mesma Auditoria”;

6-VI) Rosa Joaquina Gonçalves, que morreu solteira em Pangim no ano de 1872;

6-II) CAETANO FRANCISCO GONÇALVES, que continua. Advogado *provisionário*, nasceu em 1813 e morreu no dia 17 de maio de 1889. De acordo com António Maria da Cunha: “Foi advogado, auditor da gente de guerra, vogal do Conselho do Govêrno, procurador á Junta Geral da Provincia, Juiz substituto da comarca das Ilhas, curador dos escravos e libertos, etc. Cavaleiro da Ordem de Cristo, por decreto de 26 de Outubro de 1860; fidalgo-cavaleiro e moço-fidalgo com honras de exercicio no Paço, por alvará de 25 de abril de 1872”¹²²³. Eis como se lembrava dele o seu neto Júlio Gonçalves: “era um velho de forte arcaboço, tez clara e figura insinuante, “eufórico, megalómano e orgulhoso”, com a consciência de ter uma absoluta e incontestada superioridade no meio em que vivia. Tinha por alcunha o “Souracá”, mas ninguém sabia porquê ou de onde ela vinha. Era o seu padrinho, mas meu avô confessa desconhecer a razão da escolha, também porque, em sua opinião, o avô nunca lhe consagrou qualquer estima especial distintiva entre os seus muitos netos. Era um homem áspero e severo, e meu avô via-o com frequência irritado, no primeiro andar da casa, batendo no chão com a grossa bengala que usava para se apoiar ou chamando as criadas com uma grande campainha de badalo. Ralhava com todos. Contudo, à hora da sobremesa, se sentia o neto e afilhado por perto, chamava-o, mandava-o ler o jornal – o Ultramar – e dava-lhe o resto da sua gemada de ovos com açúcar. Todavia, era de uma intolerância a toda a prova: uma vez, segundo refere o meu avô, o neto leu “pérolas” em vez de “pérola”, desconhecendo sequer o significado da palavra; o avô, em fúria pelo erro gramatical cometido pelo neto, chamou-lhe “estúpido” e mandou-o embora... sem gemada”. Tratava-se assim, segundo resume Mário Cordeiro, de “um homem de acção, forte e impulsivo”¹²²⁴.

Casou com D. Mariana Henriqueta de Figueiredo, rica herdeira, filha de António João de Figueiredo e de D. Ana Joaquina Albina Pulquéria Álvares, ele de Loutolim e ela de Margão¹²²⁵.

Caetano Francisco Gonçalves e D. Mariana Henriqueta de Figueiredo residiram em Pangim e foram os progenitores de:

7-I) LUÍS MANUEL JÚLIO FREDERICO GONÇALVES, que segue;

7-II) Antonino João Frederico Gonçalves de Figueiredo, “nascido em 6 de Novembro de 1849 e falecido, em Pangim, em 10 de Abril de 1867, dum ataque de variola, contraída em Bombaim, para onde fôra estudar em 22 de Outubro de 1866. Com grande pendor para as letras, publicou “O Almanac Literário para o ano de 1866”, com colaboração selecta e variada e tão apreciado que publicou outro para o ano imediato de 1867, tendo preparado ainda outro para o ano de 1868, que, devido á sua morte, foi editado por seu irmão Júlio Gonçalves”¹²²⁶. Foi também colaborador da “Illustração Goana”, revista criada e dirigida pelo seu referido irmão Luís Manuel Júlio Frederico¹²²⁷.

¹²²¹ Cunha, António Maria da (1925), 65 e 66.

¹²²² Veja-se o título Pinto, de Candolim, ponto 7-II).

¹²²³ Cunha, António Maria da (1925), 66.

¹²²⁴ Cordeiro, Mário (2013), 39 e 40.

¹²²⁵ Veja-se o título Figueiredo, de Loutolim, ponto 3-IV).

¹²²⁶ Cunha, António Maria da (1925), 67.

¹²²⁷ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 110.

7-III) D. Albina Ernestina Verediana Gonçalves, nascida em Pangim no dia 23 de maio de 1852 e aí batizada (foram padrinhos o capitão Daniel Ferreira Pestana, depois general, e a sua mulher D. Verediana Constança Leite de Sousa e Noronha). Casou na matriz da mesma cidade no dia 22 de outubro de 1867 com o seu primo Fernando Cláudio da Cunha Pinto. Com geração¹²²⁸;

7-IV) Francisco António Leopoldino Gonçalves, “nascido em 22 de Março de 1855, (...) fez o curso da Escola Médica de Lisboa, sendo nomeado médico naval, carreira em que se reformou no posto de capitão-tenente. Foi Governador dos Territórios da Companhia do Niassa e desempenhou várias comissões de serviço público. É cavaleiro da Ordem de Aviz, e publicou, em Novembro de 1886, a sua dissertação inaugural – “A Hydriatia na pneumonia typhica”, e, com o dr. Rollão Preto, a “Expedição a Moçambique, 1891, Notícia Medica”, interessante livro de 392 paginas in 16vo. Reside em Lisboa”¹²²⁹. Morreu solteiro nesta cidade no dia 15 de abril de 1927¹²³⁰. É também a Júlio Gonçalves – por intermédio de Mário Cordeiro – que devemos um vivo retrato deste médico militar. Júlio Gonçalves chega a Lisboa em 1906, aos vinte e cinco anos, para repetir o curso de medicina que tirou na Escola Médico-Cirúrgica de Goa. Instala-se então em casa do tio, com que virá a estabelecer uma relação de grande proximidade: “Recolhido e sustentado pelo seu tio Leopoldino, esquecido de que era apenas um sobrinho e dada a ausência dos seus próprios pais, passou a viver sob a sua direcção e orientação, com se fosse um seu filho. É por isso que escreve: “Meu tio foi para mim, sem ele dar por isso, um educador”. O tio Leopoldino é descrito como um “homem curioso”. “Extremamente simpático, em velho, como o fora em rapaz, impunha-se ao primeiro olhar, por um misto de distinção inata como de inata bondade. Homem de vida movimentada, na qual adquirira um sentido de realidade que ia até o pessimismo sistemático, a sua grande experiência de vida aliada à sua fina inteligência e boa cultura intelectual, como requintado hábito mundano, tornavam-no num exemplo a invejar e a seguir Porque não casara? Por um lado, a vida que escolhera, obrigado a não ter estabilidade, por outro, a falta de saúde – era um doente – e por outro, ainda, os seus limitados recursos. Mas tinha sido principalmente o seu pessimismo, o seu espírito de prevenção contra tudo e todos, que o afastara de assumir os encargos materiais e sociais inerentes à vida conjugal. De um modo indolente, quase como uma opção filosófica, deixou-se ficar solteiro, entregue aos cuidados de uma governanta, que escolhera quando nova e que bem o aborreceu, quando já avelhentada. Todo o tesouro da sua sentimentalidade e do seu afecto, do seu grandioso e extenso coração, abriu-o numa cornucópia de protecção aos sobrinhos. Um a um, indistintamente, a todos deu a mão, guindando-os até situações de desafogo”. O meu avô veio para sua casa, para a sua companhia, e habituou-se a considerar a casa do tio como a sua própria casa. O tio Leopoldino era, segundo as suas palavras, um homem áspero e intratável na aparência, nervoso, um homem de ténpera antiga, mas um bom educador. Tolerante mas severo, muitas vezes o tio Leopoldino desgostava, chegando mesmo a feri-lo, no seu orgulho de “homenzinho”. Por fim, o seu pessimismo não se amoldava já aos novos aspectos da vida, requerendo mais fé e audácia. Mas sempre a sua opinião se impunha, porque era sobretudo a sua personalidade que, através de tudo, se impunha. A seu lado, sob o seu olhar paternal e protecção largamente iluminada de bondade, refere ter terminado os estudos e escolhido a carreira que era dele, tio, fazendo-se médico da Marinha... como o tio. Esses tesouros de sentimento e afecto exerceram-se, designadamente, quando partiu em campanha: “Despiu então o meu pobre tio aquele véu de severidade que usava e mostrou-se como era: fagueiro, afectivo, dedicado, preocupado com o meu destino, mais do que um tutor, mais do que um pai! As suas cartas, longas e carinhosas, foram as únicas que me chegavam às mãos no meio das minhas atribulações. A sua pessoa era também a única a quem me dirigia, nos desabafos sérios da minha vida como oficial”;

7-I) LUÍS MANUEL JÚLIO FREDERICO GONÇALVES, que continua. Nascido na Piedade, mas residente em Pangim. Dedidou-se igualmente à advocacia, entre inúmeras outras atividades, desde a escrita à investigação histórica. No corpo da tese transcrevemos excertos biográficos que pintam um retrato vigoroso deste personagem

¹²²⁸ Veja-se o título Cunha, de Arporá, ponto 7-II).

¹²²⁹ Cunha, António Maria da (1925), 67.

¹²³⁰ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 97.

marcante da Goa da segunda metade do século XIX. Por assim ser, optamos agora por encarar o biografado desde um outro prisma. Ou seja, graças ao testemunho de um dos seus filhos, recentemente recuperado e publicado por Mário Cordeiro. Na opinião do seu filho Júlio e muito tempo após a sua morte, Luís Manuel Júlio Frederico era *“um filósofo sentimental, fraco e pensativo”*. Filho primogénito, herdeiro de uma sólida fortuna por herança directa do seu avô materno, ficara cedo órfão de mãe e tinha sido criado por uma tia solteirona, *“com inexecedíveis carinhos”*. Sendo, por um lado, ríspido com o filho, Francisco Caetano exagerava, pelo outro, na sua protecção, não o deixando, por exemplo, sair à rua de pé, mas sempre de machila, com um séquito de criadas. Para o meu avô (Júlio Gonçalves, filho do biografado), residia aí a origem da falta de *“robustez”* e do temperamento em constituição *“mórbidas”* que caracterizavam o seu pai. Contudo, a par dessa *“fraqueza”*, bem cedo o meu bisavô revelou uma inteligência viva, grande dedicação ao estudo e uma imensa produção intelectual. Aos 17 anos já escrevia para a imprensa local e editava folhetos. Aos 20 publicou um livro intitulado História de Portugal. Aos 21 obteve a *“carta de advogado”*. Pouco tempo depois, era professor de história e de geografia no liceu, revelando sempre grandes dotes para a escrita, descrita como *“talentosa e de linguagem castiça”*. Tinha fama, uma fama justa, mas da qual não necessitava porque, não apenas não a procurava, como fugia dela, numa *“misanthropia pensada”*. Para o filho, essa misanthropia era consequência do seu feitio tímido e muito sensível. (...) Extremoso nos afectos, ríspido e duro quando ferido, sabia ser irónico, o que o levava a ser repudiado por alguns, designadamente seus amigos, que lhe viravam as costas por se sentirem ofendidos com os seus comentários, ásperos e sarcásticos. Não era por isso, contudo, que lhe deixavam de reconhecer valor e de lhe reservarem admiração. O meu avô deve ter sido especialmente estimado pelo pai, entre os diversos filhos, beneficiando de favores e familiaridades que o pai não concedia ao resto da fratria. Para o justificar, perante os irmãos, dizia fazê-lo por *“este filho (Júlio) ser fraco e gago”*. A severidade com que tratava os filhos amolecia quando tinha de os castigar ou repreende. *“Não ganhei com isso. Na verdade, fiquei fraco, tímido e sem iniciativa, preso de terrores e educado no convívio feminino com a mãe e as criadas”*, confessa Júlio. Quando o pai morreu, o meu avô tinha 15 anos e recorda a longa noite da sua agonia e do *“sereno expirar”* pelas 7 horas da manhã, enquanto a mãe desesperava e o capelão da casa – o padre-mestre – rezava em voz alta a ladainha *“de bem morrer”*. Júlio Gonçalves volta a descrever o pai como *“um homem curioso. Socialmente um fidalgo empobrecido, mas dotado de um cérebro díspar, com lampejos estranhos, vivendo num mundo de poesia constante, alheio a todas as torpezas da vida”*. Morreu aos 50 anos como um filósofo, deixando *“uma herança de nobreza de carácter, orgulho racial, inteligência e honestidade, na falta de herança pecuniária, pois a fortuna que havia herdado, lentamente a desbaratou, a viver de arte e de conforto”*. A perda do pai calou fundo no meu avô: *“Fiquei só com a minha mãe e irmãos!”*, desabafa. A mãe, que descreve como *“doce criatura, sincera, ingénua e boa, qualidades de inteligência e bom senso, educara os filhos, que quase só com ela conviviam, “através do exemplo da mansidão, do doce conselho e da suave advertência”*. Todo o governo da casa estava nas suas mãos e a isso estava acostumada, por ser mulher de um homem que ns e atada entendia ou queria saber de dinheiros. Era a minha bisavó que recebia os honorários dos clientes e até geria o vencimento do liceu do marido. Uma das suas principais preocupações, e a maior, era que nada faltasse a ninguém, velando pela sua saúde e ocupando-se dos estudos dos seus doze filhos vivos, do seu vestuário e até das distrações. A par desse espírito prático, cultivava uma enorme religiosidade, sendo uma crente sincera, leitora assídua da Imitação de Cristo e da Bíblia sagrada, cujos pormenores conhecia e citava amiúde, mas sempre a propósito. No seu meio social, a minha bisavó tinha reputação de senhora de muita bondade e elevada cultura. Fora bonita *“no seu tempo”* e guardava nos arquivos da casa as cartas apaixonadas que o marido, com o seu temperamento impulsivo e poético, lhe endereçara enquanto noivos, o que, sublinhe-se, ia contra os costumes da terra e da época. Júlio Gonçalves deixou a mãe quando veio para a Europa (...). A recordação da mãe, que classifica como *“doce”*, refere-a liada a dois ou mais sítios onde a acompanhava e que largamente descreve, como cenários da vida quase bucólica que levou até à maioridade, mas principalmente a casa da Ilha da Piedade, velho solar de família (...)”¹²³¹.

¹²³¹ Cordeiro, Mário (2013), 40 e sgts.

Casou com D. Leocádia Maria Francisca da Cunha, natural de Arporá, filha de Francisco Caetano da Cunha e de Leopoldina Maria Gonçalves¹²³².

De acordo com Caetano Gonçalves, filho mais velho do casal, Alberto Osório de Castro, à data magistrado em Goa, deu provas de *“grande generosidade na fiscalização dos interesses da minha família, na orfandade que meu pai prematuramente legou aos filhos, menores na maior parte”*. Esse foi o início de uma amizade entre Osório de Castro e Caetano Gonçalves, da qual resultaram várias cartas com diversas referências a Goa e às suas elites naturais católicas reproduzidas pelo primeiro nas *memórias* que editou em 1949. Pensamos designadamente na escrita em Lisboa e datada a 8 de fevereiro de 1941: *“Foi-me extremamente grato receber ontem o seu comovido e tão comovente trabalho – A Ilha de Divar no Estado da Índia – que imediatamente li e que guardarei entre os meus livros de mais humana simpatia, documentário de almas muito evoluídas. A sua família é por muitos títulos ilustre. É uma ascensão continua, pura, nobre e firme do bramane no plano português, criado pela conquista de Goa sobre o muçulmano dominador, e que chegou à plena identificação com a alma ocidental e ao enriquecimento da alma portuguesa. Hoje são inteiramente nossos os descendentes de António Gonçalves, oficial-mor que foi da Fazenda, Cavaleiro Professo da Ordem de S Tiago – e com essa aquisição lucrámos. E sabe? Fez-me pena, ao ler o seu livro, de não haver conhecido pessoalmente seu talentoso Pai e não ter tido a honra de conhecer sua Ex.ma e Veneranda Mãe. Eu devia ter vivido na Índia, no exercício de um cargo administrativo, e não na irritante, na neurastênica função de Magistrado. Assim, perdi a ocasião de convívio mais íntimo com uma sociedade a todos os títulos digna de prender a atenção e a simpatia de todas as pessoas de compreensão humana. Perdi o conhecimento directo da sociedade indo-portuguesa, por meu mal; reconheço-o bem agora, que é a hora de findar. Quantas virtudes, sociais e familiares, morais e intelectuais, nessa terra de Goa! Morro, pelo menos, com a certeza de que Goa fará da sé (sic, embora creiamos que se trata de uma gralha: Osório de Castro deve ter escrito *falará de si*, adaptando a conhecida frase de Afonso de Albuquerque: *E quanto às coisas da Índia não digo nada, porque elas falarão por si e por mim*) e que nenhum mal irremediável os portugueses fizeram à sua gente, apesar dos fumos da Índia, das violências inevitáveis, dos erros dos homens, da exacerbação dos instintos, natural em todas as transplantações súbitas. E levo a saudade de algumas almas indo-portuguesas que me foi dado conhecer, estimar e admirar”*¹²³³. Ou a de 2 de dezembro do ano seguinte, versando sobretudo a biografia que Caetano Gonçalves dedicara ao descendente Fernando Leal: *“Se fizer segunda edição do seu estudo era interessante reproduzir em fotogravura o retrato que lhe tirei (a F. Leal), ao fundo do Priorado do Rosário, de cujo adro desceu Albuquerque para o assalto final à cidade do Sabaio. Tive prazer em o sentir pensar como eu sobre a extinção do exército da Índia. Foi demasiado brutal. Aquilo não podia certamente continuar. Mas havia de proceder-se com mais vagar e cuidado. O que realmente interessava era a constituição em Goa de uma individualidade nacional própria, amalgamada de espírito e de corpo, e que se distinguisse das outras variadíssimas amálgamas do Indústão. Já Goa se distingue entre as nações da Índia. Mas será já uma pátria? Não há risco de se dissolver na grande massa industanica? E tinha todos os elementos nobres para vir a ser uma pátria verdadeira, um estado fortemente individualizado. É ver-se os Cunhas Gonçalves, os Adeodatos Barretos, os Albertos Xavieres, etc., etc., etc.... Tantas e fortes individualidades representativas. Perdoe este divagar de doente. Eu tenho a paixão das almas nacionais. Estou certo que vencerá no Mundo a democracia, a liberdade. Há só lugar para a criação de almas nacionais dentro dos livres quadros da democracia”*¹²³⁴.

Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves e D. Leocádia Maria Francisca da Cunha tiveram larga geração:

8-I) CAETANO FRANCISCO CLÁUDIO EUGÉNIO GONÇALVES, que segue;

8-II) D. Mariana Henriqueta Leopoldina Gonçalves, que nasceu no dia 24 de novembro de 1870 e casou em Pangim a 16 de setembro de 1884 com o *reinol* António Sebastião Nascimento da Costa. Este era à data *“capitão do exército de Portugal, servindo no quadro das Obras Públicas de Moçambique*

¹²³² Veja-se o título Cunha, de Arporá, ponto 7-VI).

¹²³³ Gonçalves, Caetano (1949), o.cit., 167 e ss.

¹²³⁴ Gonçalves, Caetano (1949), o.cit., 169 e ss.

como chefe da secção de Quelimane, e que regressou a Goa em 1899, reformado em tenente-coronel, tendo falecido, em Pangim, em 19 de Setembro de 1924”¹²³⁵. Tiveram:

8-II-1) Manuel Carlos, nascido em Quelimane a 2 de junho de 1885. Morreu na mesma localidade no dia 19 de dezembro do mesmo ano;

8-II-2) D. Beatriz Gonçalves da Costa (por vezes também chamada **Rosa Beatriz**), a qual nasceu no dia 15 de abril de 1887 e casou na capela de Caranzalém a 2 de junho de 1887 com António Floriano de Noronha, à data juiz do julgado municipal de Mormugão. Este nascera em Loutolim, no bairro Carvota, a 18 de dezembro de 1873. Foi batizado na mesma localidade no dia 25 do mesmo mês e ano. Era filho do loutolense António Floriano de Noronha, negociante, e de Maria Esperança das Necessidades Cabral, de Vernã. Neto paterno de Joaquim Salvador de Noronha e Ana Maria Josefa Barreto (aquele nascido em Loutolim, esta na Raia) e materno de Pascoal Vicente Cabral e de Maria Regina da Conceição, de Vernã. Matriculou-se em direito na universidade de Coimbra a 3 de novembro de 1895¹²³⁶. Aleixo Costa regista acerca deste “Magistrado, jurista, polemista”: *“Depois de haver cursado com distinção, parte dos preparatórios, em Goa, foi para Lisboa, onde completou o curso do liceu. Matriculado, depois, em 1896, na Universidade de Coimbra, passou aqui com a reputação de “índio erudito”, formando-se em Direito, em 1901. Começou a sua carreira de magistrado pelo lugar de juiz municipal de Mormugão. Mais tarde, transferido para Moçambique, regressou, em 1913, a Goa, como Procurador da República, e no desempenho deste cargo que exerceu durante alguns anos, deu “provas da sua lúcida inteligência, do seu notável saber jurídico e da sua laboriosidade infatigável”. Foi dos raros magistrados coloniais, porventura o único, que mereceu ser promovido, por distinção, a juiz da Relação de Goa, a que presidia ao tempo da sua morte. António F. de Noronha, como acentuou um dos seus biógrafos, marcou “pela juventude invariável do seu temperamento, pela vivacidade do seu espírito, pela sua cultura jurídica, pela distinção do seu porte, pelo seu culto acendrado às artes e às letras. Estilista cintilante, como escritor, marcaria, com brilho, onde quer que se cultive a língua portuguesa. Eram-lhe peculiares a leveza e a sua elegância de frase, a ironia subtil”. Talento organizador, entregou-se devotadamente ao trabalho de fazer reviver das suas cinzas o antigo Instituto Vasco da Gama, de que foi presidente até à morte, anexando-lhe a velha Biblioteca Nacional e criando nele uma “Galeria de Arte”, em que conseguiu reunir, em escultura e pintura, todo um conjunto artístico representativo de várias escolas de arte. Também a Biblioteca Nacional ficou a dever-lhe grandes benefícios com a dotação de milhares de livros de todas as correntes do pensamento humano que pouca representação tinham naquela biblioteca. Deixou larga colaboração esparsa, versando as mais variadas questões nos jornais Era Nova, O Heraldo e Debate. Fundou o Boletim do Instituto Vasco da Gama, sendo dele o seu artigo de apresentação. Possuía, desde 1925, a Comenda da Ordem de S. Tiago. A escola primária de Vernã e a estrada que passa pela sua residência, no Campal, levam o seu nome. O seu retrato a óleo, pincel de Inácio Vás, figura na galeria de arte daquele Instituto”*¹²³⁷. Um dos retratos mais completos que conhecemos de Floriano de Noronha é a *Apreciação Literária* da autoria de Carmo de Azevedo que Paul Melo e Castro publicou no seu *Archive of Goan Writing in Portuguese*¹²³⁸: *“No firmamento literário goês, entre escritores de língua portuguesa, António Floriano de Noronha brilha como astro de primeira grandeza. Tendo revelado bem cedo a sua vocação de escritor e tendo feito a sua formação literária em Portugal – em Lisboa completou o curso do Liceu e em Coimbra se formou em Direito –, numa época em que nas letras lusitanas pontificavam figuras excelsas como Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão,*

¹²³⁵ Cunha, António Maria da (1925), 111.

¹²³⁶ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (António Floriano de Noronha).

¹²³⁷ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 351 e ss. Aí se elenca a produção bibliográfica de Floriano de Noronha, boa parte dela de natureza jurídica. Não nos dedicamos à sua análise por ultrapassar manifestamente as balizas temporais da presente investigação.

¹²³⁸ <http://archiveofgoanwritinginportuguese.blogspot.pt/2012/04/carmo-de-azevedo-apreciacao-literaria.html>.

Guerra Junqueiro, tendo tido por condiscípulos na Universidade Eugénio de Castro, Teixeira de Pascoais, Afonso Lopes Vieira, Júlio de Vilhena, Manuel da Silva Gaio e tantos outros, António de Noronha foi o mais “europeu” dos escritores “indo-portugueses” e, como disse alguém, “estilista cintilante, marcaria, com brilho, onde quer que se cultive a língua portuguesa”. Pela elegância da frase, pela leveza do estilo, pela ironia fina e subtil foi, de facto, entre nós, o melhor reflexo do espírito oceano. De uma inteligência invulgar, dotado de grandes faculdades de trabalho, possuidor de vasta e sólida cultura, escritor aprimorado, conferencista distinto, polemista temível, conversador cintilante, não admira que António de Noronha marcasse o meio académico de Coimbra no seu tempo e que, mesmo quatro décadas mais tarde, quando por lá andei, ainda conservasse viva a tradição do “erudito Noronha índio” de quem Pad Zé fala em seu “Livro do dr. Assis”, um dos ursos do seu curso e um dos promotores do centenário da sebesta d’O Senhor Noronha, vulgo o Florimundo que é encarregado das questões do fundo”, fundador de uma sociedade destinada a “levantar o nível da Academia”, cantando nuns versos facetos que Francisco Ataíde Machado de Faria e Maia, seu companheiro e amigo, deixou arquivados no seu livrinho de memórias: “A Minha Velha Pasta: Tempos de Coimbra e Gente do meu tempo” do Presidente de uma “República” de caloiros que ficou célebre pelas partidas que se faziam aos “novatos”; enfim do autor, em colaboração com António Augusto de Cerqueira, seu condiscípulo, cognominado o “Jurisconsulta”, do interessante opúsculo “A Reforma da Universidade e a Faculdade de Direito”, publicado em Coimbra por ocasião de um Decreto reformador do ensino universitário e reeditado em Goa em 1923. Como diz Faria e Maia, este folheto é um “vivo libelo, um quadro, cheio de verdade, da organização anacrónica do ensino universitário” e traduz “o espírito de reacção que se formara na Academia contra os processos seguidos naquele ensino e o desprestígio em que tinha caído a ciência pedagógica daquela Universidade”, e em que os autores, depois de “traçar o quadro, flagrante de verdade” da forma por que se fazia o ensino universitário no seu tempo”, passam a analisar “o Decreto reformador, provando sua inanidade” – uma pequena mas bela obra em que, é ainda Faria e Maia que o diz, “a prosa fácil, cheia de fina ironia de António de Noronha se alia ao espírito arguto, perspicaz de António de Cerqueira, “obra, como o mesmo autor frisa, “não dois cábulas que quisessem justificar a sua falta de estudo com as deficiências do ensino e dos méritos da Faculdade de Direito, mas, pelo contrário, de dois estudantes distintos, dotados de excepcionais faculdades de trabalho, ambos procurando adquirir o máximo de conhecimentos jurídicos, dois dos cérebros melhor organizados do seu curso, que depois marcaram como homens de invulgar mérito na sua profissão.” António de Noronha foi ainda estudante em Coimbra, correspondente de um diário de Goa e nessa qualidade escreveu primeiro as suas “Cartas de Portugal” e depois as “Crónicas de Portugal”, em que se sente já um pálido reflexo do estilo de Eça de Queiroz nos seus “Bilhetes de Paris” e “Cartas de Inglaterra”. Desse tempo é a “Tragédia de Lisboa” que seu filho Mário de Noronha piedosamente deu à estampa em 1946, enfeixando em volume nas suas crónicas sobre dois crime passionais do tempo – um nas mais altas camadas sociais e o outro na mais ínfimas, como diz o próprio António de Noronha; um moço elegante, Duarte Pinto Coelho, que mata a tiro o amante da sua esposa, Alberto O’Neil tentando fazer outro tanto à adúltera, e um trabalhador de Beja que trucidou a golpes de machado a mulher, arremessando-se em seguida por baixo de um comboio em marcha, bem como os artigos de Roque Correia Afonso acoimando o moço cronista de “apologista de uma vida ignóbil e sensual”. É a primeira polémica de António de Noronha, em que já se adivinha o polemista temível brandindo magistralmente o florete da ironia, mas sempre de luva calçada, sem ferir, nem ofender o adversário. **Jurista e Historiador**. Magistrado distinto, dotado de rica bagagem jurídica, compreende-se que grande parte dos escritos de António de Noronha seja de natureza forense. O “Palácio da Loucura”, em que conta a história de uma acção ordinária de simulação de contrato em que é autora a Fazenda e são réus o Inspector da mesma, Conselheiro Pedro Maria Teles de Menezes e Visnu Sinai Dempó e mulher, o “Código do Registo Civil” aprovado pelo Decreto de 9 de Novembro de 1912 e por ele anotado, o “Regimento

da Justiça,” os Relatórios dos Serviços da Procuradoria da República e do Ministério Público, a “Legislação da Guerra” coordenada e sistematizada – eis alguns desses trabalhos em que se firma a sua reputação de magistrado sabedor e íntegro, durante uma fulgurante carreira ascensional, que vai de Juiz Municipal de Mormugão a Presidente da Relação de Goa, promovido por distinção, caso raro, se não único, na história da magistratura colonial. É, porém, sobretudo nos seis grossos volumes dos “Pareceres”, emitidos como Procurador da República, que se patenteia na sua justa medida a vastidão dos seus conhecimentos jurídicos, o vigor da sua argumentação, o cuidado metódico que punha no estudo dos mais variados problemas submetidos à sua apreciação e a sua inabalável honestidade profissional. Foi essa obra monumental que levou o juiz do High Court de Calcutta, D.N. Mittel, a dizer, por ocasião do seu falecimento, que António de Noronha foi para Goa o que sir Rash Behari Ghose e Sir Ashutosh Mukherjee foram para Bengala. Nos “Hindus de Goa e a República Portuguesa”, a memória escrita a convite do Governo Português para um Congresso no Brasil, revela-se uma outra faceta do seu talento multifacetado: o historiador. Se Alexandre Herculano lamentou que Júlio de Vilhena, depois de acabar de compor a sua obra “Raças Históricas da Península Ibérica e a sua Influência no Direito Português”, regressasse aos estudos jurídicos, pondo de parte as investigações históricas, é possível que o dr. Surendranath Sen, que chegou a conhecer pessoalmente António de Noronha, também lastimasse que o labor quotidiano do magistrado lhe não deixasse tempo de sobra para estudos de carácter histórico, como essa excelente memória, dedicada ao grande paladino António José de Almeida, de que Câmara Reis, numa crítica publicada na Seara Nova deixou escrito: “É um interessante esboço histórico, documentado, em linguagem fluente, cheio de tolerância que os espíritos altos não recusam às crenças mais diversas, aos costumes em que se perpetuam as tradições dos povos e das raças. Contar as perseguições e os mistérios dos indus equivale a rememorar numa colónia distante, os reflexos das vicissitudes políticas e sociais da metrópole. As alternativas de intolerância e cooperação, as violências dos prelados, a cobiça da população e do físico, o fanatismo ateado na ilusão contraproducente do extermínio, os sobressaltos dos pobres “gentios” ao talante dos Vice-Reis, dos Arcebispos e dos “Pais dos Cristãos”, as passageiras medidas do poder civil a seu favor, as devassas, as violências e tormentos da Inquisição, por vezes acorbertando concupiscências infames de frades e sacerdotes; a libertação concedida por Pombal; as lutas e intrigas mansas no período da monarquia constitucional – fazem-nos compreender como a República foi, paradoxalmente, para esses povos tão afeitos aos seus velhíssimos usos e costumes, o advento duma liberdade plena, duma vida política sem entraves nem limitações injustas.” **Polemista e estilista.** Mas se a reputação de jurista repousa sobretudo nos Pareceres e os seus dotes de investigador probo e consciencioso – é digno de nota o facto de António de Noronha, a despeito de ser funcionário público, nada ter omitido, levado pelo receio de incorrer no desagrado dos governantes, expondo-se mesmo ao risco de ser apodado, como foi, de “inimigo de Portugal” por causa desse trabalho – nos são nos “Indus de Goa e a República Portuguesa”, é nas compilações de “À Margem da Crítica” e “Em Boa Paz” que se aprecia à justa o polemista consumado, que já se se prenunciara na controvérsia à volta da “Tragédia de Lisboa”. A primeira é uma polémica com Bragança Pereira e Cristóvão Pinto a propósito dos julgamentos de dois ógãos da imprensa – “A Opinião Hindu” e “O Crente” – e a segunda com o ao tempo Professor do Seminário de Rachol, mais tarde Deão do Cabido Patriarcal, Rev. João Francisco Lobo. Sendo António de Noronha leal e galhardo para com os seus adversários, cumpre notar, contudo, como respeitando embora a inteligência e o saber, tinha o mais soberano desdém pela petulância e pelo eruditismo balofo: de aí o contraste do modo como trata Cristóvão ou Bragança Pereira, fazendo justiça à “magnífica inteligência, larga cultura e belos predicados literários” do primeiro ou ao “homem culto e inteligente” no segundo, ao passo que põe impiedosamente a ridículo a “pasmosa vacuidade, feita de frases campanudas e palavras rebuscadas” do Deão Lobo que “nos lembram, diz, os divertidos discursos do Libório da “Queda dum Anjo”, de Camilo Castelo Branco, e cujos “artigos de

redacção hesitante, difícil e arrevesada lhe parecem escritos de qualquer capelão sertanejo a experimentar a sua pena nas horas vagas do seu pacífico ministério”, rindo-se a bom rir, das “tinturas teológicas apanhadas na sua preparação sacerdotal, juntamente com o conhecido rosário de descomposturas nos racionalistas, pedreiros-livres e ateus.” É, porém, a meu ver, nos “Nossos Interiores” – conferência feita no Instituto Vasco da Gama, de que foi o grande animador, depois da sua reconstituição por ocasião do centenário do descobridor do caminho marítimo para a Índia, conferência mais tarde publicada em separata com belas ilustrações – que melhor que em todas as suas outras obras se admira em António de Noronha o estilista esmerado, o esteta incomparável, o artista nato, enamorado do belo e dotado de fino espírito crítico, que produziu uma pequenina obra-prima literária, de ática beleza, em que se diria ter-se aliado o agudo espírito crítico de Ramalho à graça subtil, quase feminina de Eça. Mário de Noronha, seu filho, dizem-me, contava fazer mais compilações depois da “Tragédia de Lisboa” no propósito de coligir toda a sua vasta obra esparsa em vários jornais em que, além de artigos doutrinários ou de crítica sobre os mais variados assuntos, merecem também menção, e menção muito especial, as suas inimitáveis “Epístolas de Policarpo”, em que se diria perpassar o sopro de uma fina ironia, digna do Eça no epistolário de Fradique Mendes. Foi pena que esta piedosa tarefa do seu filho ficasse incompleta e a posteridade se visse privada de novos documentos a atestar, como diz Faria de Maia, “a grande maleabilidade das suas aptidões, a sua vasta erudição, os seus conhecimentos históricos, os seus dotes de polemista, a graça da sua ironia, o seu temperamento de artista, de esteta””. Devi e Seabra são francamente mais parcios nas anotações que fazem sobre este autor: *“Uma das personalidades mais fulgurantes da vida intelectual de Goa na primeira metade deste século foi António Floriano de Noronha (1873-931), cuja actividade se concentrou principalmente em problemas de direito, tendo adquirido grande notoriedade também numa veemente polémica religiosa que teve lugar nos anos vinte. Como ensaísta, publicou Os Indus de Goa e a República Portuguesa, notável e erudito trabalho de pesquisa sobre a história das perseguições religiosas em Goa. É um trabalho essencial para o estudo da evolução social do Estado da Índia, com referência a documentação vária inédita até então, defendendo, pela primeira vez, a tese de que a tolerância religiosa dos Portugueses, que se seguiu à conquista, fora rapidamente abandonada, só regressando verdadeiramente com a República. Os Nossos Interiores é também um curioso ensaio sobre os modos de vida do goês”*¹²³⁹.

D. Beatriz Gonçalves morreu a 8 de fevereiro de 1906. Com geração;

8-II-3) D. Maria Leonor Gonçalves da Costa, nascida no dia 24 de dezembro de 1888;

8-II-4) D. Maria Elvira Gonçalves da Costa, que nasceu no dia 20 de janeiro de 1892. Casou a 29 de janeiro de 1912 *“com o seu primo Manuel Francisco Camilo Vicente Rebelo, engenheiro duma tecelania em Bangalore”*. Com geração;

8-III) Maria Luísa Elvira, falecida com um ano em 1873;

8-IV) António João Frederico Carlos Gonçalves, habitualmente conhecido por Antonino Gonçalves;

8-V) Luís de Gonzaga Vítor Bartolomeu Gonçalves, que veio a adotar o nome **Luís da Cunha Gonçalves**, doutor em direito, advogado e professor, fixou-se em Lisboa. Segundo um dos biógrafos da família, “nasceu em 24 de Agosto de 1875 e foi baptizado na igreja de Pangim. Fez um curso distinto do Liceu e obteve provisão de advogado, exercendo a sua profissão em Goa até Agosto de 1898, em que partiu para a Beira, África Oriental, onde continuou a advogar. Seguiu em 1902 para Coimbra, onde se formou na Faculdade de Direito da Universidade daquela cidade, com as classificações mais altas, recebendo o grau de Licenciado em 30 de Junho de 1908 e o de Doutor em 21 de Março de 1909, tendo

¹²³⁹ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 242.

sido seu patrono o conselheiro Cristovão Aires. Em Março de 1906, sendo aluno do 4º ano da Faculdade de Direito, foi autorizado a usar o nome de Luís da Cunha Gonçalves. Abriu o seu consultório em Lisboa em Janeiro de 1910 e foi vogal, suplente, do Conselho Colonial”. Em sentido idêntico, e apenas dois anos volvidos: “doutor em direito pela Universidade de Coimbra, sócio da Associação dos Advogados de Lisboa, foi vogal do Conselho Colonial. Casou em 1907, com Ofélia Ezilda Peres Ramos, de quem teve dois filhos: Maria Antónia, nascida em 1908 e Mário Júlio Tomás, nascido em 1915”. Nessa altura já tinha vasta obra publicada, sendo elencados trabalhos escritos, desde o inicial “O Tumulo de Afonso de Albuquerque”, impresso em 1896, até ao “Direito Hindú e Maometano”, dado ao prelo em 1923 . A sua carreira conheceu uma ascensão contínua nos anos seguintes, tendo morrido em Lisboa a 24 de março de 1956: “Doutorou-se em direito pela Universidade de Coimbra, onde efectuou um curso brilhantíssimo, tendo recebido 13 distinções e 6 prémios no total de 19 cadeiras que ao tempo o constituíam. Foi assim o aluno mais classificado da sua geração académica. Como advogado interveio em algumas causas importantes, na comarca de Lisboa e noutras. Desde 1942 foi professor de direito civil, político, administrativo e corporativo no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa. Foi vogal do antigo Conselho Colonial e da Comissão Permanente de Direito Marítimo Internacional, tendo nesta qualidade, tomado parte numa conferência internacional em Paris, em 1934. Colaborou nas revistas jurídicas Gazeta da Relação de Lisboa, Revista dos Tribunais, Revista de Justiça, (Lisboa), Revista de Direito, e Revista do Direito Comercial, do Rio de Janeiro, sendo o correspondente em Portugal da revista jurídica brasileira O Direito, da Revista General de Legislacion y Jurisprudencia de Madrid, Annales de Jurisprudencia, do México, Jahrbuch des Volkerrechts da Alemanha. Foi sócio efectivo e vice-secretário da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa e presidente da Comissão do Dicionário dessa academia; académico honorário da Academia de Legislación y Jurisprudencia de Madrid, sócio honorário do Instituto Vasco da Gama de Nova Goa, sócio correspondente do Instituto de Coimbra, da Sociedade dos Arqueólogos de Lisboa, da Sociedade de Legislação Comparada de Paris, do Comité Internacional de Rádio Electricidade, com sede em Paris, da Academia de Legislacion y Jurisprudencia do México, da Internacional Law Association, do Instituto Internacional dos Estudos Ibero-Americanos, do Instituto das Ordens dos Advogados do Rio de Janeiro e S. Paulo, Instituto de Direito Processual do Perú. Foi deputado à Assembleia Nacional na Legislatura de 1934-38, reeleito para a legislatura de 1938-42, e possuía o grau de Grande Oficial da Ordem de Santiago de Espada, de mérito literário, científico e artístico. Embora os estudos jurídicos fossem a principal ocupação do seu espírito, interessou-se, também, pela história, arqueologia, epigrafia, filologia, etnografia, literatura, agricultura, belas-artes, matérias sobre as quais publicou estudos valiosos e interessantes. Foi também colaborador da Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira . Outras distinções recebidas pelo autor: Professor honorário da Universidade do Brasil (sic), honra que até 1947 a nenhum outro português fora concedida./ Professor honorário da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em cujo anuário só figurava, com igual honra, o falecido Getúlio Vargas./ Doutor “honoris causa” pela Universidade do Recife./ Doutor “honoris causa” pela Universidade de S. Paulo./ Grande Oficial da Ordem do Cruzeiro do Sul” . Aleixo Costa elenca detalhadamente a impressionante obra deixada por Cunha Gonçalves, de entre a qual, pelo impacto que conheceu, avultam os quinze volumes do “Tratado de Direito Civil em comentário ao Código Civil Português”, publicados entre 1924 e 1954. Júlio Gonçalves refere-se-lhe nas suas memórias particulares nos seguintes termos: *“a colaboração que também tive no Dicionário da Academia, da Academia das Ciências, melhor paga (do que a da prestada na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira), não me encantava nada, por ser um trabalho ingrato, pouco à minha vontade e sob a fiscalização desconfiada, intolerante, incompreensível e até agressiva do meu ilustre mano Luís, bom rapaz, mas com a característica de se supor o sábio mais enciclopédico, não só do planeta, mas de todo o universo estelar!”*. Mário Cordeiro procura dissecar a questão explicando que *“Os irmãos Caetano, Luís e Júlio foram sócios da Academia das Ciências de Lisboa. Caetano era 12 anos mais velho do que Júlio, mas Luís apenas 4, o que certamente potenciava a competição entre ambos e a supremacia “hierárquica” de Luís”*¹²⁴⁰;

¹²⁴⁰ Cordeiro, Mário (2013), 195

8-VI) José Tomás Gonçalves, geralmente chamado Tomás; falecido precocemente aos 21 anos, em 1897;

8-VII) Nuno Henrique Agostinho Simão Gonçalves;

8-VIII) D. Maria Matilde Honorina Leonor Gonçalves, nascida em 1878 e falecida em Lisboa em 1973. Casou com o “*tão agudo e infatigável*”¹²⁴¹ advogado *provisionário* José Maria Pereira¹²⁴², de quem teve geração;

8-IX) D. Luísa Raquel Aurélia Gonçalves. Nasceu em Goa em 1879, morreu em Moçambique no ano de 1971;

8-X) Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves, nascido em Pangim a 4 de junho de 1881¹²⁴³, morreu em Lisboa em 1963. Médico militar, dedicou-se à investigação de assuntos relacionados com a história dos descobrimentos e das relações entre Índia e Portugal, tendo desenvolvido esses interesses à sombra da Sociedade de Geografia da Lisboa, com a qual colaborou dedicadamente durante anos e da qual foi secretário-geral, para além de diretor da biblioteca. Aliás, o catálogo da secção “indiana” da biblioteca da SGL que ainda hoje se utiliza é da sua autoria. O neto procurou justificar o interesse que demonstrava por tais matérias: “*Júlio Gonçalves considerava-se um filho de uma terra indiana, nascido, educado, crescido, instruído e colocado português. Considerava-se, assim, como um dos exemplos acabados do tipo indo-português. A sua história era a História da Índia Portuguesa, pouco lhe interessando a História de Portugal, senão na parte em que ela decorreu na Índia. Do mesmo modo, não lhe interessava a História da Índia senão na parte em que nela actuaram os portugueses. Era esse dualismo numa só unidade, “a unity in diversity”, que caracterizaria a obra que se abalançava nessa altura a escrever, porque considerava ser essa, também, uma das características da sua própria personalidade*”¹²⁴⁴.

De acordo com a mesma obra, não terá mantido uma ligação muito próxima todos os seus parentes mais próximos. Tal dever-se-ia em parte à competição intelectual que os apartaria: “*Parece que os meus irmãos e sobrinhos começaram por fim a convencer-se que eu não era não burro como eles supunham, e embora ainda estivesse longíssimo de lhes chegar ao tornozelo, já tinha logrado passar do calcanhar...*”¹²⁴⁵. Ou ainda: “*Na minha família, entre os meus irmãos, estava fundadamente arraigado aquele “critério da vaidade” a que tanto se referia, lamentando-se, o meu pobre tio Leopoldino. Isto é: apreciar as pessoas, sobretudo na família (o que é mais execrável), não pelas qualidades morais, tendências artísticas ou faculdades de trabalho, mas sim pela posição social ou burocrática*”¹²⁴⁶. De todos, foi porém com Nuno Gonçalves que manteve um distanciamento maior. Conforme esclarece o neto, tal também se deveu às questões que estalaram entre os manos após a morte dos progenitores. O facto de a maioria dos irmãos não se achar em Goa impossibilitou pela primeira vez em séculos o funcionamento dos mecanismos de sucessão tradicionais entre as elites *naturais* católicas goesas: nem o primogénito nem a maioria dos varões demonstrava qualquer interesse em abandonar Lisboa para assumir a gestão da totalidade da casa paterna. “*No entanto, como provavelmente em todas as famílias, as tricas com os irmãos continuavam, especialmente com Nuno, com quem mantinha uma rivalidade que, como vimos, vinha desde os tempos da escola. (...) Quando Nuno veio para Lisboa, o meu avô diz não ter querido saber dele e fazer muito pouco para com ele. Contudo, acrescenta: “No entanto, a voz do sangue é uma historieta bonita. São os sentimentos que unem ou desligam os homens e, em todo o caso, era um irmão que eu considerava menos digno, mas sempre era um irmão”. Sucede, contudo, o que classifica*

¹²⁴¹ Nas palavras de Alberto Osório de Castro – Gonçalves, Caetano (1949), 172.

¹²⁴² Veja-se o título Pereira, de S. Matias, ponto 9-I).

¹²⁴³ Segundo o próprio, nasceu “*num quarto de rés-do-chão, muito claro, com duas janelas altas de tabuinha para a rua, e uma outra para uma espécie de paisagem ajardinada, de onde se podiam colher goiabas (...). Recordo-me com saudades desse quarto, muito claro, e muito me fartei de colher goiabas*” – Cordeiro, Mário (2013), 29.

¹²⁴⁴ Cordeiro, Mário (2013), 176.

¹²⁴⁵ Cordeiro, Mário (2013), 194.

¹²⁴⁶ Cordeiro, Mário (2013), 277.

como “um facto novo, escandaloso, abominável” que veio cortar cerce todas as considerações benévolas que fazia, a ponto de o acusar de “hediondez” e “malícia”. O que verberava ao irmão, em tom violento e acrimonioso, era o facto de, em 1921, quando a mãe de ambos falecera, a casa paterna ter ficado sem direcção. Pelos usos e costumes indo-portugueses, herdados do hinduísmo, o regime familiar de certas famílias de Goa era patriarcal, isto é, havia um chefe da família, em geral o irmão mais velho, e os outros abdicavam perante esse “chefe”, faziam-se sacerdotes ou conservavam-se solteiros; em todo o caso, não levantavam o seu quinhão dos bens familiares, que eram administrados e até usufruídos por esse membro mais velho, guindado a chefe de família. A esse elemento pertencia manter, através dos seus próprios herdeiros, a continuidade da Família e da Casa e, quando a família tinha tradições honrosas, manter a continuidade dessas tradições. Na geração anterior à sua, segundo o próprio relata, mantivera-se esse costume: “Meu pai, a despeito de muito inteligente e talentoso e altamente, surpreendentemente culto, casou e ficou na terra, mantendo a continuidade da Casa e da Família. O outro irmão, Leopoldino, expatriou-se e desinteressou-se da sua Casa e do seu meio. Na minha geração, sucedeu um facto novo, estranho a todas as tradições locais: o filho mais velho foi o primeiro a expatriar-se e a desinteressar-se da terra natal e todos os outros seguiram a mesma esteira. A Casa ficou então entregue a uma viúva, minha mãe, a quem contudo sobravam qualidades para a governar e a manter”. Era natural – escreve – que, morrendo a mãe, se abrisse uma espécie de crise de sucessão e, na sua perspectiva, seria natural que a maior parte dos membros da família, estando em Lisboa, se preocupassem em resolver a crise. Com algum sarcasmo, afirma: “Evidentemente, se tivessem educação europeia moderna, mandariam construir um bonito sarcófago à falecida e mandariam depois liquidar os bens familiares, partilhando-os pelos seus membros. Isto é o que faz toda a gente. Mas esses membros da família, vestidos de hábitos e costumes europeus, conservavam ainda mentalidade indiana, que não tinham conseguido despir de todo. E assim, não podendo o filho mais velho, o morgado, regressar à terra, para manter a continuidade da Casa e da Família, tratou-se logo de escolher um substituto. E por sucessivas recusas, recaiu a escolha no Nuno”. O meu tio-avô Nuno estava nessa altura em África e foi avisado para seguir para Goa. Aqui começa a sua mágoa: “O Nuno não meditou, não examinou, não apreciou. Não reflectiu que só podia tratar-se de um convite. Não esteve para as operações mentais necessárias num caso tão grave e agarrou-o logo. Há quem diga que perante uma situação financeira periclitante, esse convite valeu-lhe como um salvatério. Agarrou e abalou. Os outros irmãos, que consideravam a vida inteira em Goa como uma desgraça, classificaram o acto do Nuno como uma “abnegação heroica”. Daí o encher de epítetos carinhosos, louvaminheiros, paternais. Daí o Leopoldino e o Caetano brindarem-no logo com os seus quinhões (que na ocasião pouco valiam, pois a rupia cotava-se a 400 reis!)”. O meu avô ficou descontente – relembremos, contudo, que Nuno era mais velho do que ele – e decidiu não ceder o seu quinhão, passando a ser considerado, segundo escreve, “interesseiro e ovelha ranhosa”. Defende-se, dizendo que se o fez, foi por querer deixar à filha e aos netos aquilo que legitimamente herdara dos pais, o que nada tinha de imoral ou insultuoso. Em consequência, Nuno parte para Goa e ao meu avô parece natural admitir-se que, tendo o irmão aceitado ir viver na Índia, na casa que era de todos, e pedindo e sendo-lhe concedido, não só o usufruto, mas até a propriedade de grandes porções dos bens familiares, isso tivesse por contrapartida, da parte do mesmo Nuno, o esforço de manter a continuidade da Família, da Casa e das Tradições. “Continuidade, evidentemente, tal como a concebem os hábitos e costumes das famílias tradicionalistas de Goa –, e a nossa era uma das mais tradicionalistas. Por isso, o Nuno contraíra para com a memória do tio Leopoldino e para com os irmãos, a obrigação moral: 1.º de fixar a sua vida na Índia, embora viesse passageiramente à Europa –, 2.º de fixar um filho do mesmo modo, em Goa, para o substituir na continuidade da Família e manutenção da Casa e suas Tradições”. Admitamos que a exigência do “cargo” era grande, e o meu tio-avô Nuno decidiu, passado pouco tempo, sair da Índia, alugar a casa a terceiros, desinteressar-se das tradições e acabar os seus dias na Europa, onde os seus dois filhos estavam, casaram e tiveram, eles próprios, filhos”¹²⁴⁷. Casou em Lisboa com a sua prima D. Virgínia Radich Baptista. Eis como o neto e biógrafo do casal descreveu em tempos muito recentes a família de sua avó: “Virgínia Baptista ainda era remotamente prima de Júlio Gonçalves. Era

¹²⁴⁷ Cordeiro, Mário (2013), 344 a 346.

filha do capitão Renato Baptista (meu trisavô) e neta de Isidoro Baptista (meu tetravô), um dos cientistas mais famosos e extraordinários da sua época, pela multiplicidade de conhecimentos, sendo médico, naturalista, engenheiro, com licenciaturas em diversas áreas de Engenharia, geólogo e ainda agrônomo. Nascido em Lutolim (sic), Goa, em 1815, faleceu em Lisboa em 1863, com 48 anos. Trabalhou em Paris e em Coimbra. Renato Baptista era bisneto do grande capitão Etienne Previeu (meu pentavô) que, em 1793, comandando a fragata Proserpine, enfrentou o Almirante Nelson que comandava a Agamemnon. Etienne Previeu foi um dos “40 eleitos” que acompanharam Napoleão no seu regresso da Ilha de Elba, e o apoiou quando do exílio em Santa Helena, tendo por isso recebido uma medalha que o Imperador francês mandou cunhar para alguns dos seus distintos companheiros. Essa medalha fazia parte do espólio do meu avô, bem como o certificado assinado pelo punho do próprio Napoleão. A mãe do capitão Renato, Constance Previeu, trouxe sangue francês aos meus genes. Jornalista, arquitecto, militar, bibliófilo “compulsivo”, frequentava a Bertrand do Chiado, a Havaneza, o São Carlos e era chefe de redacção de O Dia. Era cunhado de Baltazar Radich, que era director do Jornal do Comércio e pai de Raul Radich, que haverá de ser o sogro do meu avô e, portanto, meu bisavô. Artista, hipersensível, sibarita, Renato Baptista foi chamado a renovar alguns bairros de Lisboa – existe, aliás, uma rua com o seu nome, no Campo de Santana. Dirigiu a Sociedade de Geografia e uma noite, ao regressar de São Carlos, no dia 2 de Novembro de 1900, teve morte súbita, aos 45 anos de idade”¹²⁴⁸. Esta senhora causava a melhor impressão em Júlio Gonçalves, que a considerava “de rara inteligência, feminina, culta, distinta, encantadora na conversa, surpreendente ao piano, em que era mestra”¹²⁴⁹;

8-XI) Francisco José Justino Gonçalves, usualmente chamado Justino. De acordo com Mário Cordeiro, *“faleceu aos 83 anos, em Lisboa. Foi funcionário fiscal na Guiné e em Lisboa. Não casou”*¹²⁵⁰;

8-XII) D. Ana Clara Valentina Gonçalves, mais conhecida por Valentina. Nascida em Goa em 1888, aí morreu aos 62 anos. Casou com o médico cirurgião António José Lobo;

8-XIII) António Augusto Artur Pedro Gonçalves, conhecido por Artur. Segundo Mário Cordeiro, *“foi jornalista e funcionário público em Goa”*¹²⁵¹;

8-XIV) Fernando Vasco Raúl Gonçalves, que usava comumente o nome Raúl. Tendo vivido algum tempo em Lisboa passou para Moçambique, onde faleceu precocemente aos 26 anos em 1921¹²⁵²;

8-I) CAETANO FRANCISCO CLÁUDIO EUGÉNIO GONÇALVES, que continua. Nasceu no dia 22 de Outubro de 1868 *“em caza dos avós maternos do bairro da Trindade d’aldêa de Arporá”* e foi batizado a 29 do mesmo mês e ano. Apadrinharam-no seus tios Fernando Cláudio da Cunha Pinto e D. Albina Ernestina Verediana Gonçalves. De acordo com António Maria da Cunha: *“Feitos os preparatórios no Liceu de Goa, partiu em 7 de Abril de 1885 para Coimbra, onde se matriculou na Faculdade de Direito no ano lectivo de 1885-86. Obteve o grau de bacharel em Junho de 1890 e em Novembro do mesmo ano foi o 1.º classificado com 2 MB e 2 B no concurso de delegados. Advogou por pouco tempo em Lisboa, trabalhando no escritório do dr. Mota Veiga. Nomeado delegado da comarca de Ambaca por dec. de 16 de Julho de 1891, e transferido pelo de 31 de Outubro de 1892 para a de Quepém, tomou posse deste cargo em 25 de Março de 1893. Após as perturbações de 1895 e sua deportação para Dio, pediu e obteve transferência para S. Tomé, em Dezembro do mesmo ano. Promovido a juiz do Congo em Janeiro de 1899, foi dali transferido por dec. de 20 de Junho do mesmo ano, para a 2.ª vara de Luanda, passando depois para a 1.ª Na transição do velho para o novo regimen, foi nomeado governador, interino, da província de Angola, dizendo naquela ocasião a Folha do Sul o seguinte “Com agrado geral foi tambem aqui recebida a noticia da nomeação do dr. Caetano Gonçalves, para governador*

¹²⁴⁸ Cordeiro, Mário (2013), 81. A admiração do autor por este seu antepassado parece ter sido partilhada pelo avô: em 1855, Júlio Gonçalves publica uma biografia de Renato Baptista.

¹²⁴⁹ Foi de facto professora de piano – Cordeiro, Mário (2013), 329.

¹²⁵⁰ Cordeiro, Mário (2013), 38.

¹²⁵¹ Cordeiro, Mário (2013), 38.

¹²⁵² Cordeiro, Mário (2013), 38.

geral interino. A grande concorrência da população de Loanda ao acto solene da sua posse, foi um eloquente testemunho do grande apreço em que todos teem o illustre magistrado. E as felicitações que recebeu de todos os pontos da provincia mostram quanto foi acertada a escolha, para tão espinhoso cargo, do funcionário a quem a magistratura deve o brilho do exemplo da sua longa vida, toda impregnada de estudo e dedicação pelas causas da justiça, pugnando sempre pelo prestígio dum poder que é a suprema garantia da ordem, Associando-nos muito sinceramente áquelas felicitações, nunca o dia 26 de Outubro será por nós esquecido, nem por todos aqueles que presam e teem podido apreciar o seu alto merecimento e elevando conceito de jurisconsulto”. *Foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1911, pelo circulo de Benguela. Nomeado juiz da Relação de Goa, veio á Índia e tomou posse do cargo em 9 de Dezembro do mesmo ano, para ocupar o seu lugar no Parlamento, foi nomeado juiz da Relação de Moçambique e, depois, seu Presidente. Concluida a sua comissão no Ultramar, foi transferido para a Magistratura da Metrópole e colocado em Juiz da Relação de Lisboa e nomeado depois seu Presidente, referindo-se nesta ocasião a Revista da Justiça, de Lisboa, á mesma nomeação nos seguintes termos: “O Governo escolheu para Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, o nosso distincto colaborador Dr. Caetano Gonçalves, juiz do mesmo tribunal. Foi acertada a escolha. Republicano desde os bancos da Universidade, a implantação da República veio encontrá-lo no Tribunal da Relação de Loanda, e após aquela mudança do regimen foi nomeado Governador da Provincia de Angola, sendo eleito deputado ás Constituintes, onde teve um lugar de destaque pela ponderação e inteligência com que encarava as questões ali debatidas. Ingressando na Magistratura da Metrópole, quer como juiz no desempenho de difíceis comissoes, quer como vogal do Conselho Penal e Prisional e ainda nas conferências que tem feito, o Dr. Caetano Gonçalves é lido e escutado com o respeito e consideração que merece a sua vida de estudioso e de inteligente trabalhador. Bem fez, pois, o Governo da República em assim reconhecer a coerência politica e qualidades do Dr. Caetano Gonçalves. Com tal distinção se honra a Revista da Justiça”. Promovido a Juiz do Supremo Tribunal de Justiça em 1824, é também vogal jurisconsulto do Conselho Colonia; e tem exercido muitas comissões importantes de serviço público. Colaborou em vários jornais académicos e políticos e, além de muitos artigos dispersos em revistas e jornais jurídicos, publicou”* várias obras em tomo. De entre elas existem diferentes núcleos. Por um lado, vários trabalhos de natureza jurídica: *O Padroado Portuguez no Oriente* (Bombaim, 1893), *Organização judiciaria do ultramar. Bazes para um projecto de reforma* (Lisboa, 1897), *Peculio da legislação criminal anotada e precedida de um breve estudo sobre a jurisdição repressiva na provincia de Angola* (Luanda, 1906), *Decisões do Juiz Pinto Osorio no Supremo Tribunal de Justiça* (edição anotada e prefaciada¹²⁵³) (Luanda, 1909), *O conceito de Justiça e o Direito Judiciario no Ultramar Portuguez* (Luanda, 1914), *A administração da justiça na Provincia de Moçambique em 1915. Noticia historica* (Lourenço Marques, 1916), *A função da Secretaria das Colonias, do Conselho Colonial e da Magistratura Judicial Ultramarina* (Lisboa, 1919), *Os serviços de protecção a menores desamparados e delinquentes em Portugal* (Lisboa, 1921), *Relatório da Presidência da Relação de Lisboa* (Coimbra, 1923), *Contencioso administrativo: breve anotação ao decreto n.º 9340 de 7 de Janeiro de 1924* (Famalicão, 1924), *O regime das terras e as reservas indígenas na colonização portuguesa* (Lisboa, 1926), *Supremo Tribunal de Justiça. Memória histórico-crítica no primeiro centenário da sua fundação: 1832-1932* (Coimbra, 1932), *O Estado corporativo e a política do império no Direito Constitucional Português* (Lisboa, 1935), *A teoria do abuso de confiança no direito penal português* (Lisboa, 1935), *O dolo e a culpa na formação dos actos e contratos. Doutrina e jurisprudência* (Lisboa, 1936), *Crimes e contravenções* (Famalicão, 1937), *Traços fundamentais da nova ordem jurídica* (Lisboa, 1937), *Actualidades de direito pátrio e universal* (Lisboa, 1937). Por outro, trabalhos de índole política: *A primeira legislatura da Republica Portuguesa: 1911-1914* (Lisboa, 1914), *A aliança luso-britânica e o dominio colonial português* (Lisboa, 1917), *Portugal Colonial na Sociedade das Nações* (Coimbra, 1931), *O estado democrático e o pragmatismo* (Coimbra, 1933). Por outro lado ainda, nas últimas décadas da vida também se dedicou a matérias históricas, boa parte delas directamente relacionadas com o Estado da Índia ou com assuntos ultramarinos: *O direito da graça* (Lisboa, 1930), *Les services de la protection de l'enfance aux colonies portugaises. Aperçu historique* (Lisboa, 1931), *Portugal na História da Civilização: 1139-1640* (Famalicão, 1939), *O génio do Cristianismo na História de Portugal* (Lisboa, 1940), *O Império Português no século XIX. Contribuição para*

¹²⁵³ Anos depois publicará um opúsculo intitulado *Conselheiro Pinto Osório e a função missionária do magistrado. 1842-1941* (Famalicão, 1942).

uma *História Geral* (Famalicão, 1942), *O marechal Hermenegildo da Costa Campos e seus filhos* (Famalicão, 1942), *Fernando Leal: poeta soldado. Estudo bio-bibliográfico* (Famalicão, 1942), *O Estado da Índia. Passado e presente* (Lisboa, 1947), *Figuras e factos*. Por fim, um núcleo de obras biográficas cuja consulta é útil para um conhecimento mais aprofundado quer do biografado quer da sua parentela: *Vida errante* (Lisboa, 1897), *A ilha de Divar no Estado da Índia. Subsídios para a História do Padroado Português do Oriente* (Vila Nova de Famalicão, 1940), *Viagens intercontinentais à Índia, pela França e Itália em 1912* (Famalicão, 1942), *Coroa de saudades. Sobre a campa de minha mulher: efemérides e notas auto-biográficas* (Famalicão, 1946), *As famílias Basto & Bessone* (Vila Nova de Famalicão, 1946) e *Grandes nomes, pequenos factos: cinquenta anos de vida pública* (Lisboa, 1949). Casou com D. Maria Antonina Bessone Basto, nascida em 3 de maio de 1868 e falecida a 22 de janeiro de 1945, filha de Carlos Augusto Pereira Basto e de D. Leopoldina Maria Bessone – pelo que neta do visconde de Bessone, que foi um abastado comerciante lisboeta durante o *cabralismo*¹²⁵⁴.

LIMA, DE CHORÃO

A elaboração da genealogia desta família não foi isenta de escolhos, uma vez que nos vimos obrigados a recolher elementos muitos dispersos provindos das fontes mais díspares, os quais fomos estudando e interligando de forma a obter o esquema que agora apresentamos. Foi designadamente de grande importância não só a informação contida no processo de habilitação para familiar do Santo Ofício de Salvador João Pinto (casado com uma Lima), como também a constante dos testamentos que localizámos nos HAG e que igualmente reproduzimos em anexo¹²⁵⁵. Em paralelo estudámos as escrituras e demais instrumentos notariais relativos aos vínculos administrados pela estirpe. Por fim, os elementos recolhidos por Gomes Catão nos seus *Subsídios para a história de Chorão* também se revelaram, apesar de um tanto esparsos, bastante úteis. Ancorados nos trabalhos de investigação desenvolvidos por José Avelino Soares, permitiram colmatar uma série de lacunas que, de outra forma, permaneceriam em aberto¹²⁵⁶. É, aliás, Gomes Catão quem – recorrendo a um tom grandiloquente que reserva a casos excepcionais – descreve os Lima da seguinte forma:

*“Família da alta elite, de S. Bartolomeu, e ainda do Estado da Índia, com cova perpétua no cruzeiro das igrejas da Graça e de S. Bartolomeu”*¹²⁵⁷.

1) FERNÃO DE LIMA, natural de Chorão, casou com Catarina de Sá. Aí viveram, sendo, como anota Diogo Barbosa Machado, *“bramanes e gancares da dita ilha”*. Fernão de Lima era filho de João de Lima e Inês de Quadros (casados no dia 2 de fevereiro de 1608) e neto paterno de outro Fernão de Lima – talvez o primeiro convertido da família – e de Maria Nunes, sendo esta última natural de Dubenim da Graça (também em Chorão). De acordo com Gomes Catão, descendem, deste casal, *“três famílias distintas (...); uma em Dubenim-o-pequeno, outra em Condoldém e a terceira em Querém”*¹²⁵⁸.

Fernão de Lima e Catarina de Sá foram os progenitores de:

¹²⁵⁴ Sobre alguns parentes desta senhora veja-se Gonçalves, Caetano (1949), 159 e 160 e sobretudo Costa, Fernando Marques da, “Aspectos da vida de um burguês (1870-1915)”, in *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980, 157 e ss.

¹²⁵⁵ No anexo II.

¹²⁵⁶ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 188 e ss.

¹²⁵⁷ Outro dos indícios da proximidade destes Lima com as principais autoridades *reinóis* é, certamente, o facto da filha de Jerónimo de Lima ter sido apadrinhada pelo chanceler José Pedro d'Oliveira e Brito, desembargador da Relação de Goa - não obstante (pormenor esse que não é referido por Rivara) o mesmo não ter estado presente no acto, tendo passado procuração ao padre Ricardo Lobo, de Pomburpá. Isto conforme consta da cópia da certidão anexa às inquirições *de genere* levadas a cabo relativamente a Celestina Maria Luísa de Lima, incluídas no processo de habilitação a familiar do Santo Ofício do seu marido – ANTT, habilitações para o Santo Ofício, maço 3, dil. 49.

¹²⁵⁸ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 188.

2-I) Padre Lucas de Lima, “Teólogo, canonista, qualificador do Santo Ofício, promotor de justiça eclesiástica, procurador da Mitra Primacial de Goa e síndico do senado da mesma cidade, nasceu na ilha de Chorão, a 23-XII-1654 (...). “Estudou letras humanas e divinas, e em todas saiu eminentemente instruído por ser ornado de talento grande, e perspicaz compreensão. Não somente foi consumado teólogo, mas excelente canonista sendo consultado em gravíssimas controvérsias em que o seu voto era decisivo”. Foi também, vigário das paróquias de S. Pedro, Santana e S. Bartolomeu, e faleceu a 7-VII-1717”¹²⁵⁹. Deixou duas obras manuscritas: uma *Summa de Teologia Moral* (que seria uma coleção de pareceres) e um *Promptuario do padre Bento Pereira, adicionado com resoluções de diversos auctores sobre theologia e canones*. Viriato de Albuquerque, remetendo para Vicente de Abreu, também se lhe refere, ao elencar os “*Chefes das principaes familias que sahiram de Chorão e aldeias ou povoações onde se estabeleceram*”: o “*erudito p.e Lucas de Lima, qualificador do Santo officio e conhecido até na Europa no seu tempo (1694), de quem o jurisconsulto Pereira e Souza faz honrosa menção no Diccionario Juridico*”¹²⁶⁰;

2-II) JERÓNIMO DE LIMA, que segue;

2-III) Sabina de Lima, que aparece mencionada no testamento do padre Lucas de Lima, que lhe lega 50 xerafins¹²⁶¹. Casou com Roque da Cunha, de quem houve, pelo menos:

2-III-1) Padre Bernardo da Cunha, igualmente contemplado no testamento do referido eclesiástico, do qual recebe um legado de 150 xerafins “*para melhorar o seu património*”¹²⁶². Advogado *provisionário*, foi promotor de justiça e procurador da mitra; foi, também, vigário da igreja da Graça, em Chorão. Instituiu dois morgados;

2-III-2) Pedro da Cunha, o qual casou com Paula Vaz, de quem teve:

a) Joaquim da Cunha, o qual casou com Ana Maria Dias, natural de S. Bartolomeu de Chorão e filha de Melchior Dias dos Magos e de Maria de Albuquerque. Tiveram pelo menos três filhos, dois deles eclesiásticos: **(i) padre Roque Xavier da Cunha** (ordenado no dia 27 de fevereiro de 1779, foi secretário da visita pastoral realizada a Bardez nesse mesmo ano; vigário encomendado da paróquia das Mercês de Morombim¹²⁶³, mestre de cerimónias da Sé de Goa e, após ter desistido deste lugar em 1783, quaternário ecónomo da mesma¹²⁶⁴); **(ii) padre Bernardo do Rosário e Cunha** (ordenado a 21 de setembro de 1811, ascendeu a quaternário e, depois, a meio-cónego da Sé de Goa¹²⁶⁵; foi também advogado *provisionário*¹²⁶⁶); **(iii) Pedro António José da Cunha**. De acordo com os dados que conseguimos reunir, acreditamos, no estágio atual dos nossos trabalhos, ter este Pedro António José da Cunha casado com Rosa Ana de Lima. Foi filho deste casal **Joaquim Vicente António da Cunha**, “*advogado da corte*”, procurador da coroa e fazenda em Moçambique e juiz das comunidades de Salsete (sendo que alguns autores referem que também foi juiz desta comarca¹²⁶⁷). Gomes Catão afirma que morreu no Rio de Janeiro em

¹²⁵⁹ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 190. O autor suporta-se no verbete que é dedicado ao padre Lucas de Lima na *Bibliotheca Lusitana*.

¹²⁶⁰ Albuquerque, Viriato A.C.B. de (1904), 553.

¹²⁶¹ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 189.

¹²⁶² Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 189.

¹²⁶³ Por provisão de 13 de abril de 1780.

¹²⁶⁴ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 157.

¹²⁶⁵ Mediante cartas de apresentação datadas de 22 de novembro de 1809 e 15 de maio de 1814, respetivamente.

¹²⁶⁶ Abandonou Chorão na sequência de uma das epidemias que assolaram a ilha, tendo ido morar em S. Pedro de Panelim. Mais tarde, porém, retirar-se-á para Pilerne, onde então vivia o seu irmão Pedro António José da Cunha, e aí virá a morrer, no dia 7 de junho de 1819.

¹²⁶⁷ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 154; Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 156.

janeiro de 1821. Casou com Esperança Angélica Picardo (filha de João Nepomuceno Picardo e Pulquéria Esperança de Sá), de quem teve geração¹²⁶⁸;

2-IV) Aleixo de Lima, o qual terá falecido no dia 12 de maio de 1719, sendo sepultado na cova perpétua familiar, sita na igreja da Graça¹²⁶⁹;

2-II) JERÓNIMO DE LIMA, que continua. Casou com Isabel Simões (a quem deixou o Padre Lucas de Lima o usufruto da várzea *Deugi*¹²⁷⁰). Foram os progenitores de, pelo menos:

3-I) Padre Fernão de Lima, que Gomes Catão indica ter nascido em 1685 e morrido, com testamento¹²⁷¹, no dia 6 de novembro de 1737, sendo “*sepultado na capela-mor da igr.*” de S. Bartolomeu de Chorão, da qual foi, primeiro, cura (em 1699), e, depois, entre 1718 e 1737, vigário colado¹²⁷²;

3-II) Padre Aleixo de Lima o qual, segundo Gomes Catão, nasceu em 1685 e morreu em 1713, tendo sido vigário da paróquia de S. Bartolomeu. Ainda de acordo com o mesmo autor, “*instituiu sete missas pela sua alma*”, as quais parecem ter constituído mais um vínculo administrado por esta família¹²⁷³;

3-III) LUÍS DE LIMA, que segue;

¹²⁶⁸ Foram filhos de Joaquim Vicente António da Cunha e de Esperança Angélica Picardo:

- (i) **Mariana da Conceição da Cunha**, que casou com Francisco Caetano Pinto, nascido em Candolim, oficial do exército marata, de quem não houve descendência – consulte-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Pinto, de Candolim, ponto 7-X);
- (ii) **Pedro António José da Cunha**, o qual, apesar de ter vivido em Candolim, nasceu na Piedade, onde foi baptizado no dia 21 de maio de 1810. Apadrinhou-o o deão José Paulo da Costa Pereira de Almeida. Casou, também em Candolim, no dia 21 de fevereiro de 1832, com Josefa Maria Augusta Benedita Afonso, baptizada em Nagoá a 13 de agosto de 1819, mas moradora em Calangute. Josefa Maria Augusta Benedita Afonso, por seu lado, era também descendente dos Pinto de Candolim, uma vez que sua mãe era filha de Maria Isabel (ou Maria Josefa, como por vezes também surge) Pinto e de Sebastião Xavier da Costa, de Arporá. A filiação de Maria Isabel Pinto não é consensual. Cunha Rivara dá-a como filha de João Baptista Pinto e neta de Luís Francisco Pinto – Rivara, J. H. da Cunha (1875),., esquema genealógico que fecha o volume. Diversamente, a genealogia manuscrita dos Costa de Parrá e Arporá dá-a como filha de Luís Francisco Pinto, de Candolim, e Ana Anastácia de Freitas, de Assagão, e neta paterna de João Baptista Pinto. A Corroborar esta última tese acham-se os manuscritos de Gomes Catão, baseados quer nas pesquisas de Avelino Soares, quer na consulta dos processos de ordenação dos eclesiásticos da família, onde era necessário incluir a transcrição dos assentos de baptismo do candidato e ascendentes mais directos – Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, títulos “Sá, de Candolim”*, Goa. Foi pai de Josefa Maria Augusta Benedita Francisco António Brás Afonso, filho de Pedro Vicente Brás Afonso – Consulte-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Pinto, de Candolim, ponto 6-III-1), b), (ii).

Parece ser ele a quem se refere Filipe Nery Xavier ao fazer a “*Relação dos factos milagrosos havidos durante a referida Exposição do Venerando Corpo de S. Francisco Xavier*” (estando a referir-se à exposição de 1859). Pelo sabor do texto, não deixamos de reproduzir o trecho em questão: “*Pedro Antonio José da Cunha, da idade de quasi cinquenta annos, morador na Freguezia de Candolim, acometido de tétano no Dezembro de 1855, já livre deste ataque conservou com tudo uma lesão que lhe impossibilitava calçar sapatos, e dobrar joelhos do modo que se confessava e commungava, ficando em pé! Tendo hido neste estado á Igreja do Bom-Jesus para beijar os pés do Santo Apostolo aos 8 de Dezembro, sentiu ali mesmo tal allivio que, depois de padecimentos de quatro annos completos não somente pôde calçar sapatos livremente, mas até ouviu missa inteira de joelhos, demorando-se quasi todo o dia, e andando sem embaraço algum! Desde esse dia já se acha livre, e não se attribue esta rapida e admiravel cura a nenhuma causa natural, mas só á protecção do Santo, que tinha hido venerar, como o mesmo agraciado reconhece*” – Xavier, Filipe Nery (1861), *Resumo Historico da Maravilhosa Vida, Conversões, e Milagres de S. Francisco Xavier, Apostolo, Defensor, e Patrono das Indias. Segunda edição, aumentada consideravelmente, e acompanhada da historia da exposição do seu Venerando Corpo em 1859, novos documentos, estampas, notas historicas, e indices*, Imprensa Nacional, Nova Goa, 564. Também referido em Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 156. Foi filha de Pedro António José da Cunha e Josefa Maria Augusta Benedita Afonso **Maria Leopoldina Ernestina Petronila da Cunha**, batizada em Candolim no dia 9 de agosto de 1841, a qual veio a casar, em Siolim, “*perante o vig.o Padre Caetano José de Sá, sendo testemunhas Baltazar Cruz e Tomé Inácio Sequeira*”, no dia 10 de janeiro de 1854, com António Francisco Gomes, de quem teve geração – veja-se o anexo: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Gomes, de Siolim, ponto 5-I);

¹²⁶⁹ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 190.

¹²⁷⁰ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 189.

¹²⁷¹ Foram testamenteiros a cunhada, Leonor da Costa, e os sobrinhos Lucas e Jerónimo de Lima.

¹²⁷² Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 190.

¹²⁷³ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 190.

3-III) LUÍS DE LIMA, que continua. De acordo com o processo de habilitação a familiar do Santo Ofício de Salvador João Pinto, nasceu na freguesia de S. Bartolomeu de Chorão. Casou (“*antes de 1699*”, anota Gomes Catão¹²⁷⁴) com Leonor da Costa, natural de S. Matias, na ilha de Divar¹²⁷⁵ e falecida no dia 15 de setembro de 1730. Gomes Catão chama-lhe “*licenciado e advogado da Corte*”, acrescentando ter igualmente desempenhado funções de síndico da Sé de Goa¹²⁷⁶.

Tiveram:

4-I) JERÓNIMO DE LIMA, que segue;

4-II) Ana Josefa de Lima;

4-III) Luísa de Lima, a qual, tal como a sua irmã, estudou e ingressou no mosteiro de Santa Mónica de Velha Goa, tendo recebido, para o efeito, e como legado testamentário de seu tio o Padre Lucas de Lima, “*para professarem a tença de 4 x.s ao mês para pagarem desde o dia da sua profissão, e para a sua garantia, nomeia umas várzeas*”¹²⁷⁷;

4-IV) Francisco Manuel de Lima, que é, conjuntamente com o seu irmão Lucas, nomeado herdeiro do vínculo instituído pelo Padre Lucas de Lima. No entanto, o testador, por desconhecer a futura índole dos sobrinhos, reserva ao seu irmão Luís de Lima o poder de nomear, em lugar dos mesmos, outro dos seus descendentes¹²⁷⁸. Parece ter casado e tido pelo menos uma filha:

4-IV-1) Ana Severina de Lima¹²⁷⁹;

4-V) Manuel de Lima, casado, s.m.n.;

4-VI) Lucas de Lima, que tudo indica ser filho, e era natural de Chorão, onde residiu. Já em 1788, no processo de habilitação a familiar do Santo Ofício de José João Monteiro (casado em primeiras núpcias com uma Lima das *de Chorão*), se davam por perdidos os livros paroquiais de onde constava o seu assento de baptismo. Segundo um caderno de genealogias familiares que, no século XIX, era pertença de José Camilo Gonçalves, “*foi um grande advogado da côrte, e as suas casas primitivas eram situadas no bairro Querém de Chorão*”¹²⁸⁰. Gomes Catão também o trata por “*licenciado*”¹²⁸¹. Tratar-se-ia, porém, de um advogado *provisionário*. Aleixo Costa, no seguimento de Torres e Dias, trata-o por “*notável advogado*”¹²⁸². No testamento da sua nora, que reproduzimos em anexo¹²⁸³, é também expressamente dado como advogado.

Casou com Antónia de Albuquerque, natural da mesma ilha de Chorão, onde foi batizada no dia 28 de maio de 1722, filha de Gonçalo de Albuquerque e Francisca Martins¹²⁸⁴.

Foram progenitores de:

4-VI-1) Luís Caetano de Lima, morador em Chorão. Seguindo as pisadas paternas e a tradição familiar, seguiu a vida forense, sendo advogado *provisionário* – Gomes Catão dá-o como

¹²⁷⁴ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 190.

¹²⁷⁵ Gomes Catão sugere a existência de um parentesco entre esta e os Costa ditos *de Parrá*.

¹²⁷⁶ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 190.

¹²⁷⁷ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 189.

¹²⁷⁸ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 189 e 190. Desenvolvemos este aspecto, tendo por base o testamento do referido clérigo.

¹²⁷⁹ Referida no *tombo* do vínculo do Padre Lucas de Lima feito em 1826 – HAG, *Comarca das Ilhas. Provedoria. Livro Tombo 7.o. Registos de testamentos e pensões desde 23-10-1806 até 10-2-1832*, cota: 8739, 176 v.

¹²⁸⁰ Segundo anotação de Miguel Vicente de Abreu.

¹²⁸¹ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 191.

¹²⁸² Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 190.

¹²⁸³ Consulte-se o anexo II: testamentos – N9.

¹²⁸⁴ ANTT, habilitações para o Santo Ofício, maço 157, dil. 3026 (José João Monteiro e Maria Josefa de Lima). Veja-se o anexo: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Albuquerque, da Graça, ponto 3-IV

“licenciado, advogado da Corte”¹²⁸⁵. Casou, no dia 14 de maio de 1759, com Anastácia Pulquéria Pinto, filha de Inácio Pinto, de Candolim, e de sua primeira mulher Ana Maria Colaço¹²⁸⁶. Anastácia Pulquéria Pinto fez o seu testamento, já no estado de viúva, e estando “doente de cama”, na freguesia de S. Bartolomeu do Chorão a 20 de outubro de 1788¹²⁸⁷, tendo morrido a 2 do mês imediato. Foram filhos deste casal:

a) **Lucas de Lima**, dito *o pequeno* (talvez para o diferenciar do seu tio), o qual foi professor régio de gramática latina e retórica¹²⁸⁸. Estabeleceu-se em S. Matias, na ilha de Divar;

b) **D. Guilhermina Rita Antónia de Lima**, natural de Chorão, casou, sem dote (mas com alguns legados por parte da progenitora) com o seu conterrâneo Luís Francisco Xavier Gonçalves, também ele advogado *provisionário*, para além de capitão e auditor da legião dos voluntários reais de Bardez. Foi com base nas pesquisas que levámos a cabo no AHU que lográmos obter informações suplementares sobre este casal, cuja descendência parcialmente se veio a unir à família Lobo, de Bastorá – graças a um neto que estudou em Coimbra (tendo para tal apresentado o seu assento de baptismo) e que, posteriormente, veio a ingressar na magistratura. De acordo com o testamento da sua sogra, Luís Francisco Xavier Gonçalves era filho de Francisco Gonçalves e de Lisarda Maria Engrácia de Lima, pelo que era primo de Guilhermina Rita Antónia¹²⁸⁹. O casal Luís Francisco Xavier Gonçalves e Lisarda Maria Engrácia de Lima mudou-se, primeiro, de Chorão para Aldoná (em Bardez), e, depois, para Britona, nas margens do Mandovi, junto à igreja da Penha de França. Aqui se veio a fixar, e aqui viveram os seus descendentes¹²⁹⁰;

c) **Maria Josefa de Lima**, batizada em S. Bartolomeu do Chorão a 2 de julho de 1772. Casou nas mesmas condições da irmã (ou seja, sem dote mas sendo-lhe oferecidos alguns bens móveis) com José João Monteiro, de Candolim, filho de Diogo Monteiro e de Ana Senhorinha Gomes¹²⁹¹. O casamento teve lugar em S. Bartolomeu no dia 14 de novembro de 1785. Não parecem ter tido geração. Por o seu marido se ter habilitado a familiar do Santo Ofício também se realizaram inquirições *de genere* relativamente a Maria Josefa de Lima¹²⁹². Estas tiveram lugar no dia 29 de janeiro de 1787 na casa do despacho da Inquisição. Ouviram-se seis testemunhas. Os depoimentos foram consensuais: não só não se encontravam obstáculos na vida e sangue de Maria Josefa de Lima como se enfatizava a relação da sua parentela com a Igreja. Relembrem-se a título meramente exemplificativo as declarações de Gaspar Fernandes: “Disse que a habil.a he do Sangue limpo, e que sabe por ter havido na sua geração m.tos Sacerdotes, caracterizados com os Cargos de Vigarios, e Prom.pr Eccleziasticos, como são os R.R. Padres Fernando de Lima, e Lucas de Lima”;

4-VI-2) Lisarda Maria Engrácia de Lima, que veio a casar com o capitão Francisco Gonçalves, condecorado com o hábito de S. Tiago, do bairro Condoldén da freguesia de S. Bartolomeu de Chorão¹²⁹³. No seu testamento, instituíram um vínculo de capela, ao qual afetaram as respectivas terças. Tiveram, pelo menos

¹²⁸⁵ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 190.

¹²⁸⁶ Consulte-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Pinto, de Candolim, ponto 7-II).

¹²⁸⁷ Cfr. anexo II: testamentos – N9.

¹²⁸⁸ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 188, 190 e 191. No mesmo sentido, Albuquerque, Viriato A.C.B. de (1904), 553.

¹²⁸⁹ Cfr. *infra* ponto 4-VI-2), a).

¹²⁹⁰ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 185.

¹²⁹¹ Veja-se neste anexo o título Monteiro, de Candolim, ponto 9-III).

¹²⁹² ANTT, habilitações para o Santo Ofício, maço 157, dil. 3026 (José João Monteiro e Maria Josefa de Lima).

¹²⁹³ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 184. O autor descreve as suas casas de morada, as quais estavam avaliadas, no terceiro quartel do século XVIII, em 3000 xerafins.

a) **Luís Francisco Xavier Gonçalves**, capitão e advogado *provisionário*, casado com a sua prima Guilhermina Rita Antónia de Lima¹²⁹⁴;

4-VI-3) Ana Francisca Xavier de Lima, casada com Cosme Damião Lobo, de Sirulá (Bardez), de quem não houve geração. Após enviudar, retornou à casa paterna, no Chorão. No testamento que ditou no dia 1 de janeiro de 1799, em casa do seu sobrinho Luís Francisco Xavier Gonçalves, nomeia-o seu herdeiro universal. Morreu nesse mesmo mês e ano¹²⁹⁵;

4-I) JERÓNIMO DE LIMA, que continua. De acordo com as notas genealógicas fornecidas por Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves a Cunha Rivara, parece ter vivido na freguesia da Graça, em Chorão. Segundo o processo de habilitação a familiar do Santo Ofício de seu genro Salvador João Pinto, era natural da freguesia de S. Bartolomeu da mesma ilha¹²⁹⁶. É também esta fonte que nos fornece (ao contrário das genealogias goesas, omissas neste ponto) o nome da sua mulher e sogros: terá, então, casado com Josefa Lobo, nascida em Pomburpá, filha de Rafael Lobo, da mesma localidade, e de Margarida de Sousa, de Chorão¹²⁹⁷. Josefa Lobo foi baptizada, naquela localidade, a 22 de Dezembro de 1722, pelo “*Provincial Absoluto dos Religiosos Agostinhos*”, frei João da Conceição (com autorização do pároco local), sendo apadrinhada por Paulo José Correia, desembargador da Relação de Goa, à data residente na cidade de Goa, freguesia da Sé.

Foram filhos deste casal:

5-I) JOSÉ BERNARDO DE LIMA, que segue;

5-II) Celestina Maria Luísa de Lima, que nasceu “em 24 d’agosto de 1740, e fôra baptizada pelo Rvd.o Domingos Corrêa da Graça na igreja da Mãe de Deus de Pomburpá, sendo padrinhos o chancellor de Estado José Pedro d’Oliveira e Brito, e Antonia d’Albuquerque, mulher de Lucas de Lima”¹²⁹⁸. Contava, à data, quatro dias de idade¹²⁹⁹. De acordo com os testemunhos recolhidos, concluiu-se, nas inquirições *de genere* que foram levadas a cabo em Goa quando o seu marido pretendeu habilitar-se a familiar do Santo ofício, ser (à semelhança da família do cônjuge) ser “*inteira Christam velha, nobre, Limpa, e do limpo sangue*”¹³⁰⁰. Casou com Salvador João Pinto, de Candolim, filho primogénito de António João Pinto e de Ana de Oliveira¹³⁰¹. Morreu, na nesta localidade, a 16 de agosto de 1819. Com geração, indicada no título Pinto, de Candolim;

5-III) Padre Filipe Manuel de Lima, que parece ter morrido em 1789. Foi vigário encomendado da igreja da Graça por provisão datada de 1 de março de 1781¹³⁰²;

5-IV) Padre Fernando José de Lima, batizado na igreja de Pomburpá a 2 de fevereiro de 1742, ordenado, pelo arcebispo Neiva Brum, na capela do palácio de Santa Inês, no dia 23 de Fevereiro de 1771¹³⁰³.

¹²⁹⁴ Cfr., *supra*, ponto 4-VI-1), b).

¹²⁹⁵ Veja-se anexo II: testamentos – N14.

¹²⁹⁶ Foi batizado no dia 21 de Março de 1718 – Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 192.

¹²⁹⁷ ANTT, habilitações para o Santo Ofício, maço 3, dil. 49.

¹²⁹⁸ Rivara, J.H. da Cunha (1875), 151. Os elementos publicados por Rivara deveriam, de facto, resultar de recolhas feitas nos velhos cadernos de família que as elites *naturais* católicas geralmente mantinham. Isto porque já em 1783 se demonstrara ser impossível apurar o ano em que Celestina Maria Luísa de Lima tinha sido batizada: isto por, segundo a informação enviada para o Santo Ofício quando da habilitação a familiar de Salvador João Pinto, o respectivo assento estar “*no Livro da Igreja de Pomburpa que não tem principio nem fim na sua primeira folha que está algum tanto corrupta e por isso algumas palavras estão perdidas*” – ANTT, habilitações para o Santo Ofício, maço 3, dil. 49.

¹²⁹⁹ ANTT, habilitações para o Santo Ofício, maço 3, dil. 49.

¹³⁰⁰ ANTT, habilitações para o Santo Ofício, maço 3, dil. 49.

¹³⁰¹ Consulte-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Lima, de Chorão, ponto 6-III-1).

¹³⁰² Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 192.

¹³⁰³ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 192. Foi testamenteiro, a par com Francisco de Noronha (cunhado do testador) do padre Cosme Micael de Lima, o qual, segundo Gomes Catão, seria ainda seu parente. O documento em questão data de 2 de Janeiro de 1783. O referido eclesiástico, que tomou ordens maiores em 1761, era filho de Paulo de Lima e Margarida de Abreu, moradores na freguesia da Graça, ilha de

5-I) JOSÉ BERNARDO DE LIMA (também chamado *Bernardo José de L.*), que continua. Em 1807, era capitão de milícias. Teve, de sua mulher, cujo nome desconhecemos:

6) MARIA VITÓRIA DE LIMA, que veio a casar com o advogado *provisionário* António Caetano Gonçalves, o qual nasceu na Piedade (Divar), o qual parece ser filho de José Jácome Gonçalves, também ele advogado *provisionário*. António Caetano Gonçalves, segundo Miguel Vicente de Abreu, era “*parente também pela linha paterna do celebrado litterato de Goa o padre Jacome Gonçalves, de quem tanto fallam o padre Sebastião do Rego, na vida do padre José Vaz, os documentos e informações officiaes que vimos no archivo da secretaria do governo, e resa pouco, do muito que merecia, o nosso artigo publicado no jornal politico = o Ultramar = n.o 32 de 25 de maio de 1865*”¹³⁰⁴.

Maria Vitória de Lima e António Caetano Gonçalves foram os progenitores de:

7) JOSÉ CAMILO GONÇALVES, morador na Piedade, onde foi proprietário. Advogado *provisionário*, casou com D. Augusta Rosa Peregrina de Abreu, nascida em Margão, filha de Manuel António de Abreu e de Ana Maria Josefa da Conceição Álvares da Costa (portanto, irmã de Miguel Vicente de Abreu)¹³⁰⁵. Foi graças à documentação familiar herdada – conjuntamente com alguns bens, parte dos mesmos pertencentes a um dos vínculos destes Lima do Chorão – por José Camilo Gonçalves que Miguel Vicente de Abreu pode incluir na sua tradução do original de Dellon a nota biográfico-genealógica que foi depois citada por Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves e que também constituiu, para nós, uma base inicial de investigação:

“*Daquelle (Abreu está a referir-se ao Padre Lucas de Lima) encontramos num livro de apontamentos do nosso cunhado o advogado sr. José Camillo Gonçalves da ilha da Piedade, uma breve noticia biographica. Este livro possui o dito advogado, porque foi successor d’um dos morgados e bens daquela casa, e parente também pela linha paterna do celebrado litterato de Goa o padre Jacome Gonçalves, de quem tanto fallam o padre Sebastião do Rego na vida do padre José Vaz, os documentos e informações officiaes que vimos no archivo da secretaria, e resa pouco, do muito que merecia, o nosso artigo publicado no jornal politico = o Ultramar = n.o 32 de 25 de maio de 1865*”¹³⁰⁶.

LOBO, DE BASTORÁ

1) SALVADOR CAETANO LOBO, filho de Pio Lobo e Maria Isabel de Noronha. Foi sargento-mor de milícias agregado ao regimento de Bardez¹³⁰⁷. Nos livros da Junta da Fazenda do Estado da Índia analisados pelo CHAM encontra-se referência a uma carta-patente datada de 18 de abril de 1779 que o promove ao posto de alferes de uma das companhias do terço auxiliar de Bardez, lugar esse que estava vago por promoção de Caetano Francisco de Almeida. Foi fidalgo de cota de armas por alvará de 25 de setembro de 1802 (brasão de Lobos)¹³⁰⁸. No entanto, o primeiro requerimento que apresentou nesse sentido, em 1801, não foi bem sucedido:

“*Diz Salvador Caetano Lobo Sargento-Mor de Milicias aggregado ao Regim.to da Provincia de Bardez da Cidade de Goa, q. p.a o Sup.e requerer o Seu Brazão de Armas precisa justificar os Item seguintes.*

Chorão. Foi seu irmão o Padre Caetano de Lima, nascido em 1720. Este último também terá deixado testamento, no qual instituiu (sobre um vínculo de capela?) 61 missas por intenção da sua alma – Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 191.

¹³⁰⁴ Abreu, Miguel Vicente de (1866), 86.

¹³⁰⁵ Cfr. título Álvares de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 3-VII-2), f).

¹³⁰⁶ Abreu, Miguel Vicente de (1866), 86.

¹³⁰⁷ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Pio António Lobo) e Costa, Pedro do Carmo (2003).

¹³⁰⁸ ANTT, autos de justificação de nobreza: Salvador Caetano Lobo (1801 – Goa); feitos findos/justificações de nobreza, maço 31, nº 23.

Que o Sup.e he F.o de Pio Lobo e de sua m.er Maria Isabel de Noronha, os quaes erão pessoas de conhecida nobreza, e das principaes familias da d.a Prov.a de Bardez, e sempre se tratarão com Luzim.to, e a Ley da nobreza.

Que o d.o Seu Pay se empregou no Real Serviço trinta e oito annos desde o Posto de Alferes ate ao de Cap.an de Granadeiros do d.o Regim.to, assim como João Lobo Tio do Sup.e Se empregou no m.mo Real Serviço dezoito ann.s nos Postos de Cap.am de Granadeiros do Terço Auxiliar, e de Capitão de Infantaria da m.ma Provincia.

Que por ser o Sup.e das pessoas mais qualificadas da d.a Provincia por Seus Pays, e Avoz foi admittido a assentar Praça de Cadete no prim.ro Regim.to de Infantaria do Estado da India, Servindo Sempre com boa reputação, e credito.

Que pela Sua boa conduta, prestimo, e merecim.to foi o Sup.e promovido aos Postos de Alferes, Capitão effectivo e de Sargento mor aggregado ao d.o Regim.to da Prov.a de Bardez, q. actualmente exercita.

P. A V. S.a Se digne admittir o Sup.e a justificar os Items referidos, offerecendo ja em ajuda de prova os documentos juntos, e com a prova produzida mandar fazer os autos concl.os p.a julgar por S.nnça a m.ma justificação de nobreza, e o Sup.e por pessoa habil p.a requerer seu Brazão de Armas na forma do estillo”.

A resposta foi porém desfavorável à pretensão: “*Vistos estes autos &.a Como, ainda quando se comprovassem melhor do que se comprovou com a inquirição retro, que o Justeficante hé Filho, e parente das pessoas mencionadas na Sua petição fl. 2, e que estas Servirão os postos militares que allega, nem por isso se segueria, que fosse descendente das familias nobres,e conhecidas pelos Appellidos a q. pertenceria o brazão d’armas que pertende. Portanto herá este effeito por insufficiente a d.a inquirição, e condeno o d.o Justeficante nas custas. Lx.a 9¹³⁰⁹ de Mayo de 1801”.*

No entanto, Salvador Caetano Lobo (ou melhor, certamente os seus representantes no reino) não soçobrou: juntou-se ao processo uma grande quantidade de atestações e certificados diversos. No entanto, a resposta foi a mesma. O requerente, contudo, não desejava desistir: “*Justeficando melhor o Supp.e que por Seus Avos paternos, ou maternos hé descendente das familias a quem em razão dos seus apelidos competeria o brazão d’armas que pertende, tornem os autos conclusos*”. A inquirição foi feita em julho de 1801 e Salvador Caetano Lobo obteve finalmente o deferimento a 5 de novembro.

Casou com Ana Joaquina de Abreu, tendo o casal vivido algum tempo em Pomburpá. Tiveram pelo menos:

2) ANTÓNIO FRANCISCO LOBO, o qual casou com Ana Sebastiana Josefa Gonçalves, filha do advogado provisionário Luís Francisco Xavier Gonçalves e de Guilhermina Rita Antónia de Lima, de Chorão¹³¹⁰.

¹³⁰⁹ Número de difícil leitura.

¹³¹⁰ Veja-se neste anexo o título Lima, de Chorão, ponto 4-VI-1), b).

Fica ainda por demonstrar, devido a falta de elementos, a existência de um parentesco entre estes Gonçalves originários da Piedade mas estabelecidos em Penha de França/Britona e **Carlota Joaquina Gonçalves**, nascida nessa mesma localidade. Carlota Joaquina Gonçalves casou com Luís António da Gama, natural do bairro Cotula de Saligão. Tiveram pelo menos um filho: **Leopoldo Cipriano da Gama**. De acordo com Aleixo Costa: “*Jornalista dos mais distintos do país, nasceu em Assagão, concelho de Bardês, a 6-VIII-1863 e faleceu em Penha de França, Bardês, a 28-IV-1929. (...) Muito cedo ainda se dedicou ao jornalismo, escrevendo para os jornais da época e, mais tarde, deu larga colaboração para os jornais Goa Panch, A Pátria, O Futuro, e Boletim Indiano. Desde 1887 a 1895 redigiu A Convicção, depois a Gazeta da Índia, de 1893 a 1894 e ainda A Evolução, em 1895 e A Pátria. Fundou e redigiu, em Bombaim, os semanários Horas Vagas (1890-91) e Colónia Goana (1891-92) e se notabilizou pelo vigor dos seus escritos. Menezes Bragança que o tinha como uma*

Ana Sebastiana Josefa Gonçalves era irmã de:

- i) **António Dinis Gonçalves**, que é referido no testamento da sua avó materna, Anastácia Pulquéria Pinto, da qual era afilhado¹³¹¹;
- ii) **Ana Cândida Gonçalves**¹³¹²;
- iii) **Lisarda Gonçalves**, ambas contempladas no mesmo testamento. O padre João José Fernandes, de Chorão, deixou-lhe em testamento, em conjunto com a sua mãe, o usufruto de alguns bens¹³¹³. Morreu solteira;
- iv) **Francisco de Assis Gonçalves**, baptizado no dia 28 de Dezembro de 1781, faleceu em Junho de 1818. Foi advogado *provisionário* (recebeu a respetiva provisão no dia 24 de Agosto de 1806) e ouvidor da praça de Damão. Não sabemos com quem casou, mas teve pelo menos dois filhos: **João Caetano Gonçalves** e **José Inácio Gonçalves**, sendo que é bastante provável que este último seja o médico ao qual se deveu a edição das *Máximas e reflexões políticas* do desembargador Gonçalo de Magalhães, que desempenhou um papel importante na instauração do regime liberal-constitucional em Goa¹³¹⁴;

Tiveram, pelo menos:

3-I) PIO ANTÓNIO CAETANO LOBO, que segue;

3-II) Ricardo Joaquim Lobo, que pode ser filho, embora não disponhamos, de momento, de elementos suficientes para assegurar sem reboço o parentesco. Foi morador em Bastorá e procurador de Pio António Lobo quando este se encontrava a estudar em Coimbra;

3-I) PIO ANTÓNIO CAETANO LOBO, que continua; o qual usou, durante a maior parte da sua vida, o nome abreviado *Pio António Lobo*. Nasceu em Bastorá e aí foi batizado, com seis dias, a 30 de junho de 1808. Matriculou-se na faculdade de direito da universidade de Coimbra a 23 de outubro de 1840¹³¹⁵. De acordo com Vicente de Abreu, que por lapso lhe chama *Pio Francisco*: “*Na magistratura portuguesa temos na actualidade o bacharel em direito pela universidade de Coimbra Pio Francisco Lobo (...) que apenas formado nas faculdades*

organização mais completa de jornalista, na geração do seu tempo, escreveu dele, quando da sua morte: “Jornalista, na lídima acepção da palavra. Rapidez de elaboração mental, arranque de lutador, sólida e variada cultura e maneira incisiva de dizer. Conhecia como poucos as literaturas clássicas. Da literatura francesa e da inglesa, sabia o que havia de mais representativo e culminante. Os seus artigos denunciavam, a cada passo, a sua educação humanista. E a história! Como ele a sabia evocar, nas suas luminosas e sugestivas crónicas internacionais, em adequados paralelos, não na indigesta mole de factos, mas no seu alcance profundo, nas suas largas repercussões. Na polémica, era um lutador audaz e de temer. Era o argumento que convence, o sarcasmo que arrasa, a gargalhada que desnorteia. O contendor, às vezes, ficava na liça a escorrer em sangue”. Leopoldo da Gama foi sócio do antigo Instituto Vasco da Gama” – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 10 e 11, com indicação de algumas das publicações do autor. É também graças Aleixo Costa que temos um raro relance da personalidade deste jornalista: “vamos contar um episódio que, por vários títulos, é muito interessante. Leopoldo da Gama era, como sabemos, nessa época distante, um jornalista consumado, um polemista temível e o cronista internacional mais cotado do país. Quando D. José de Noronha, o velho conde de Mahem, pensou fundar “A Evolução”, lembrou-se logo dele para seu redactor principal. Discutido por ambos o programa a seguir pelo jornal, combinou-se, dadas as qualidades boémias do Gama, que este iria morar com o conde no seu solar de Mahem. Era, porém, conhecido de todos e não menos do conde que o jornalista era “fraquinho” pelo vinho, que até o ajudava a escrever, empurrando-o, às vezes, para o combate. Por isso, desde que chegou, o moiro, por recomendação do conde, foi pondo, e isso todos os dias, um frasco inteiro de “Gin” na mesa do jornalista. E não se deu por aborrecido o conde, pois o jornal dava e ia mesmo “evoluindo” a contento de todos os “regeneradores” de que ele era chefe. Passaram-se meses e o jornal continuou, como sempre, a sua marcha “evolutiva”. Um dia, porém – chega sempre o dia! –, o conde aborreceu-se, teve a mania de reduções e na mesa do hóspede apareceu o meio frasco em vez do inteiro. Talvez nem o jornalista desse com a mudança. Mas o diabo do tipógrafo é que ficara, no dia seguinte, a resolver o problema de publicar o artigo apenas meio acabado. Do outro lado, o conde comentava pensativo: de futuro o artigo de fundo será proporcional... ao vinho do frasco” – Costa, Aleixo Manuel da (1967), 475 e 476; depois reproduzido em Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol I, 362. Mártires Lopes refere que Gama foi “Outro grande jornalista da época” – Lopes, António dos Mártires (coord.) (1971), 21 e 22. Nesta obra encontra-se reproduzido um retrato fotográfico de Leopoldo da Gama

¹³¹¹ Veja-se anexo II: testamentos – N9 e neste anexo os títulos Pinto, de Candolim, ponto 7-II) e Lima, de Chorão, ponto 4-II-1).

¹³¹² Tendo em conta a mutabilidade constante que caracteriza os nomes compostos dos membros destas elites naturais católicas, não é de excluir a hipótese de Ana Cândida e Ana Sebastiana Josefa serem a mesma pessoa.

¹³¹³ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 163 e 164.

¹³¹⁴ É extremamente provável que José Inácio Gonçalves seja um parente próximo (talvez seja mesmo o progenitor) de um advogado *provisionário* do mesmo nome. Este segundo José Inácio Gonçalves também nasceu em Penha de França. Casou com Maria Ludomira Lobo de quem houve pelo menos **Augusto da Penha Gonçalves** (1915-2001), licenciado em direito pela universidade de Coimbra, magistrado em Portugal e Angola, advogado em Angola e depois professor de direito universidade lusitana, em Lisboa Para maiores desenvolvimentos, veja-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 74.

¹³¹⁵ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Pio António Lobo).

de philosophia e direito foi despachado delegado do procurador regio na ilha de Flores em setembro de 1847, donde passou para o continente em juiz de direito de 3.ª classe e ha dous mezes (agosto ou setembro de 1873) foi transferido da comarca de Armamar para a de Loulé”¹³¹⁶. Foi também juiz de direito na ilha de Santa Maria, nos Açores.

MELO, DA RAIA

A família dos Melo ditos *da Raia* (localidade salsetana situada não longe de Rachol) dispõe de uma das mais interessantes genealogias manuscritas que até hoje encontramos em Goa. Não se trata de um trabalho tão antigo como, por exemplo, o núcleo original do “nobiliário” dos Brás de Sá; no entanto, atendendo quer à estrutura do estudo quer às abundantes informações que encerra merece uma referência especial entre os ensaios do gênero que analisamos. Os Melo eram indubitavelmente uma estirpe que integrava o núcleo das elites *naturais* católicas das Velhas Conquistas, tendo desde cedo (e à semelhança da esmagadora maioria das suas congêneres) promovido uma cuidadosa política matrimonial, procurando aliar-se às outras estirpes goesas que considerava estarem em nível social idêntico ou superior ao seu. A base do nosso trabalho é, assim, o estudo intitulado *Genealogia da Família “Melo” da aldeia Raia (Salsete) desde 1600 até 1901 por António Francisco Moniz Junior (1901)* – o qual foi, em boa hora, copiado e ocasionalmente complementado por Avelino Soares e/ou por Gomes Catão¹³¹⁷. O esquema a que obedece é extremamente simples: após uma introdução detalhada, o autor cria tantos apartados quantas gerações. Por dividir esta genealogia em dois blocos (um relativo à descendência de Miguel Caetano de Melo e outro à do seu irmão Pedro António de Melo), considera, por um lado, 13 gerações e, por outro, apenas 11. O autor, António Francisco Moniz – dito *Júnior* para se distinguir do seu avô homónimo, que se destacou durante a estadia do prefeito Bernardo Peres da Silva em Damão, após a sua expulsão de Goa, num período fértil em desavenças e escaramuças políticas e sociais –, é sobretudo lembrado por causa da volumosa recolha *Notícias e documentos para a História de Damão*. Foi certamente a sua manifesta curiosidade por temas históricos e o facto de ter casado com uma Melo que motivaram a elaboração do presente estudo.

António Francisco Moniz principia o seu trabalho tecendo as seguintes considerações:

“Apontamentos históricos da Família Melo. Traçando com dificuldade a linha mais remota até aqui conhecida por documentos existentes em poder de Carlos Alberto de Melo e Caetano Francisco da Piedade Melo e apoiado em lápides dos nossos antepassados existentes na antiga Igreja de Rachol, Seminário de Rachol e Igreja da Raia actualmente no cemitério da dita aldeia Raia, se mostra que a geração mais antiga remonta ao nosso antepassado Ignácio de Melo, gancar da referida aldeia Raia que vivia no começo do século XVII, sendo muito provável que a conversão dele tivesse sido efectuada pelos jesuítas entre os da classe bramânica desta aldeia dando-lhe o nome do fundador da sua ordem. A primitiva casa dos “Melos” parece, como consta por tradição, ter sido construída no bairro Solvã da mesma aldeia Raia de que foram sempre gancares, passando ao depois para a Praça de Rachol onde, consta por documentos, tinham uma casa de morada, cujos vestígios ainda hoje se notam no prédio denominado “Horta da Casa” em poder dos descendentes da linha transversal de Pedro Caetano de Melo (oitava geração da família “Melo”) e igualmente deixaram na referida Igreja de Rachol campa para os seus descendentes, motivado pelas contínuas invasões do temível “Inimigo marata” e mais tarde vieram estabelecer-se no local onde presentemente estão sitas as nossas casas que por tradição foi construída em um nível mais baixo para assim evitar a ruína delas pelas balas arremetidas dos canhões do

¹³¹⁶ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 14.

¹³¹⁷ Sabemos quando deu Gomes Catão por acabada a sua versão desta genealogia, uma vez que a terminou com a frase “FIM. Semin.o de Rachol, 27-11-1950”.

Marata. Ainda depois desta construção, como se mostra do codicilo tabelioso de 22 de Março de 1739 do testamento do P.e João Veríssimo de Melo, clérigo do hábito de S. Pedro, de 1 de Julho de 1737, a família “Melo” teve de refugiar-se para a sobredita Praça de Rachol por uma nova invasão a esta Província de Salsete em 23 de Janeiro de 1739 pela entrada ou antes sítio feito pelos mesmos Maratas com uma grossa cavalaria e infantaria. A nota histórica existente no livro dos títulos da família dos Melos diz o seguinte com referência a este cêrco: “Aos vinte e tres de Janeiro, dia Sexta-feira do ano mil setecentos e trinta e nove entrou nesta Província Inimigo Marata cõ sua grossa cavalaria e infantaria e sitiada a Praça de Rachol destruiu a sementeira da vangana e os campos ficaram diolutos (sic, talvez por divolutos, corruptela de devolutos) por isso não ouve (sic) contas este @ (anno), ainda Sua Magestade cobrou ao depois os foros e o mais que costumamos pagar.”. No referido livro de títulos existem nomes de vários indivíduos cujas propriedades passaram para alguns membros da família “Melo”, cujo sobrenome igualmente tinham, mas destacados pela forma como se acham, é impossível reatar o vínculo de parentesco que teem com esta família. Este trabalho ainda que imperfeito revela em pequena escala a árvore genealógica da nossa família Melos, e se há lacunas a suprir, benevolmente pedimos aos nossos descendentes que as façam com a mesma insistência e perseverança como aqui legamos à posteridade. O A..”

O que retirar deste rico prelúdio? Em primeiro lugar, que os Melo não tinham, contrariamente ao que se passava noutras famílias “naturais”, certezas quanto ao primeiro dos seus ascendentes convertidos ao catolicismo. Assim sendo, não conheciam o nome “gentio” deste antepassado, o que os impedia de dissertar largamente acerca das suas origens anteriores à adesão ao catolicismo romano.

Acreditavam contudo (ancorando-se em velhos papéis de família e nalgumas lápides) que o iniciador da estirpe fora um certo Inácio de Melo, brâmane que viveu em princípios do século XVII. Este integraria a elite local da aldeia da Raia, pelo que, calculavam, teria sido alvo do interesse dos jesuítas que então percorriam todo Salsete num afã de recolha de almas, desde logo “entre os da classe bramânica”. Assim se justificaria inclusive o nome que adotara. De qualquer forma, e seja qual for a tese aceite, o que parece ser certo é que os Melo da Raia mantiveram desde cedo uma relação de grande proximidade com a Companhia de Jesus. Tal não deve ser aliás motivo de surpresa: como é bem sabido, os jesuítas tinham no colégio do Espírito Santo de Rachol um dos seus mais dinâmicos centros de evangelização¹³¹⁸.

Á semelhança de muitas outras famílias das elites *naturais* católicas, os Melo procuraram desde cedo articular as prerrogativas da pertença a um *estado* privilegiado anteriores à chegada e instalação dos portugueses em Goa com aquelas que consideravam ser apanágio das classes nobres europeias. É desta forma que se compreende a razão pelo qual o autor tão depressa sublinha o terem sido “sempre gancares” da Raia como faz constantemente alusões aos vínculos instituídos e administrados pela estirpe. Ou ainda como não se esquece de encarecer a antiguidade e localização das velhas campas da família em templos católicos.

Radicados nas franjas de Salsete, a pequena distância de Pondá, por onde irrompiam as investidas maratas, os Melo oscilaram durante bastante tempo entre a sua Raia ancestral (manteriam casa no bairro Solvá desde tempos imemoriais) e a segurança proporcionada pelos muros da fortaleza de Rachol. Tal teria levado até a que mantivessem sepulturas nas duas localidades. A estabilidade parece apenas chegar com a incorporação das *Novas Conquistas* nos domínios de Goa – o que permitiu a fixação definitiva na Raia.

Tal como referimos, António Francisco Moniz principia a genealogia familiar com:

1) INÁCIO DE MELLO (“Primeira Geração”, como explica o autor). Os dados de que Moniz disponha sobre ele eram escassos e vagos: “Não se sabe a data do seu nascimento. Era casado com D. Esperança cujo sobrenome é desconhecido. Possuía ele um bargim de chão de Gonçalo Rodrigues Ramanaique em Mazilvaddó,

¹³¹⁸ Souza, Teotónio R. de (1996), 127.

como se encontra do livro de títulos. A sua sepultura e da sua mulher fica à frente da porta principal da Igreja do Seminário de Rachol do teor seguinte (segue-se um esboço da campa).

Nesta cova, pelo título da concessão feita ao dito Ignacio de Melo, também era permitida a sepultura dos seus descendentes, se bem que, não consta da mesma lápida, todavia, não era desconhecido aos seus herdeiros, pois, aludindo a mesma circunstância diz o mesmo P.e João Veríssimo de Melo no seu codicilo entre outros os seguintes: “Peço ao M.to R.do S.or P.e Reitor do Collegio que permita encerrar o meu corpo na cova de Ignacio de Melo, meu antepassado, que fica fora da porta principal do dito Collegio, e deixo de esmola cinco xerafins para se repartirem com os pobres na portaria, e quando não queira conceder, o que não espero da caridade do dito M.to R.do Reitor, quero seja enterrado na cova perpetua, que tenho na Capella-mór da Egreja de N. S. das Neves de Rachol.”

O autor não deixa, em paralelo, de acrescentar o esboço de uma lápide que cobria outra campa na mesma igreja de Nossa Senhora das Neves, fazendo notar, relativamente ao seu letreiro (“ESTA SEPVLTVRA E DE LORENCO DE MELL G.CAS¹³¹⁹ DE RAIA E DE SEVS HERD (...) ACENDENTES E DECENDENTES”), que “A palavra “G.CAS” significa “gancares”. Encontra-se no livro dos títulos da família o nome de Lourenço Salvador de Melo, não podendo identificar-se com o nome do epitáfio”. Complementa em nota de rodapé: “Esta sepultura hoje está no cruzeiro proximo a grade do altar colateral do lado da Epístola da Capela-mór. Não há outra da família “Melo” nem tanto de qualquer individuo do mesmo sobrenome. Não nos foi possível encontrar nenhum ascendente deste nome. A lápide não traz data nem ano, e foi removida do seu local antigo na ocasião do lageamento da Capela-mór e Cruzeiro da Igreja pelo Pároco R.do Manuel Francisco Xavier Alberto¹³²⁰. A Igreja de Rachol foi construída em 1576 e reconstruída em 1584 e a sua obra foi concluída em 1596. É ela mais antiga que a Igreja do antigo Colégio, hoje Seminário de Rachol, construída em 1609 pelos Jesuitas, com concurso dos Devotos, Camara Geral e Comunidade da aldeã Raia – Gabinete Literario¹³²¹ por Filipe Nery Xavier – Pg. 102 vol. 3.”.

Foi filho de Inácio de Melo e de sua mulher D. Esperança:

2) MIGUEL DE MELO, em relação ao qual a informação disponível era ainda mais escassa: “Não se sabe a data do seu nascimento nem com quem fôra casado, nem tanto a época do seu falecimento. Deixou a sua herança ao seu filho Pedro de Melo, como este declara no livro do título.”

Miguel de Melo teve então pelo menos:

3-I) PEDRO DE MELO, que segue;

3-II) Padre Simão de Araújo de Melo, que parece ser o instituidor do primeiro vínculo da família: uma pequena capela de missas à qual anexou alguns dos seus bens – “deixou duas tangas de cunto com encargo de 3 missas rezadas, de tanga e meia cada na igreja de Rachol”. Esta instituição constitui um exemplo do recurso a direitos e privilégios de natureza local (e claramente não europeia), como as tangas das gancarias, para subsidiar as manifestações de uma nobreza aportuguesada;

3-I) PEDRO DE MELO, que continua. De concreto, sabe-se que contraiu matrimónio com uma Colaço. Calcula-se que esta senhora fosse descendente da família do mesmo apelido proveniente de Rachol, a qual era tida como das mais destacadas entre as naturais católicas salsetanas. Tornando ao autor: “Não se sabe a época do seu nascimento. Era casado com D. Perpétua Colaço. Não se sabe também a época do falecimento dele e da sua mulher”.

Tiveram:

¹³¹⁹ Não colocamos de lado a hipótese de António Francisco Moniz não ter lido de forma adequada esta abreviatura, copiando G.CAS em vez de G.CAR – o que corresponderia, efetivamente, a gancar.

¹³²⁰ Natural de Benaulim, foi professor no seminário de Rachol. Gomes Catão dedica-lhe uma breve nota biográfica em Catão, Francisco Xavier Gomes, “Seminário de Rachol. Professores”, in *A Voz de S. Francisco Xavier. Boletim da Arquidiocese Primacial de Goa e Damão e Patriarcal das Índias Orientais*, ano V, nº 13, 4 de Dezembro de 1935, 135 e 136.

¹³²¹ O autor refere-se ao *Gabinete Litterario das Fontainhas*.

4) MIGUEL DE MELO, em relação ao qual anota António Francisco Moniz: “*É desconhecida a data do seu nascimento. Era casado com D. Florência da Costa. Faleceu no ano de 1723 e acha-se sepultado na cova perpétua dele e dos seus descendentes no Cruzeiro da Igreja de N. Sra. das Neves da Raia*”. O autor também esboçou a lápide que cobre a referida sepultura.

É extremamente interessante, a nosso ver, a cópia da *provisão de cova perpétua* respeitante a este jazigo, que o autor consultou e reproduziu: “*Provisão da Cova perpétua a Miguel de Mello, e sua mulher Florença da Costa mor.es em Raya freg.a de N. Snra. das Neves terras de Salcete no meyo dos Altares collatraes da d.a Igr.a p. sy e seus herd.ros descendentes pella maneyra asima declarada*”: “*Dom Sebastião de Andrade Pessanha por m.rce de Deos, e da Santa Sé Apostolica, Arcebispo Metropolitano de Goa Primas da India e p.tes orientaes do Cons.o de Sua Mag.e etc – Aos q. esta nossa Provisão virem saude e paz para sempre em Jesus Christo Nosso S.or q. de todos he verd.ro rem.o e salvação. Fazemos saber q. havendo respeito a suplica atras de Miguel de Mello e sua mulher Florença da Costa gancares e m.res na Aldeã de Raya freg.a de Nossa Snra. das Neves trr.as de Salcete, e constar pello recibo de Joseph Nicolao fabriq.ro da d.a Igr.a ter recebido trinta e sinco xs. esmolla da Cova taxada na forma custumada conforme à informação do R.do P.e Vig.ro da d.a Igr.a Affonço da Costa pello q.: Havemos p.r bem de lhe fazer mercê de hua cova perpetua da d.a Igr.a de N. Snra. das Neves no meyo dos Altares colleteraes p.a os Sup.es serem sepultados, e seus herd.ros descendentes e como tal poderá por campa ou grdes como lhes parecer estanto receitados os (ditos?) trinta e sinco xs. esmolla da referida Cova pello Escrivão da Fabrica, e assinado pello Fabriq.ro p.a q. conste a todo tempo. Notificamos assim ao R.do Vig.ro da freg.a fabriq.ro e mais pessoas a quem pertencer q. assim o cumprão, e guarde e fação inteiramente cumprir, e guardar como nesta se contem. Dada em Goa sob Nosso Sinal e Sello da nossa ch.ra dos quatro de Mr.co de mil setecentos e vinte. Eu P.e Caetano Manuel de Almeyda Escrivão da Camara a fiz escrever, e subscrevi – (Selo) – Publica*”.

Documentos como este deveriam ser comuns na generalidade dos arquivos particulares das famílias da elite *natural*. No entanto, o correr do tempo e as condições atmosféricas terão ditado o desaparecimento de grande parte desses fundos¹³²².

A passagem dos séculos também se fez sentir na igreja da Raia. A sepultura – ou pelo menos a lápide que a cobria – parece ter sido deslocada em data indeterminada. De acordo com António Francisco Moniz: “*Esta campa acha-se ao presente na 1.a grade superior, em seguida, a capela, onde continua(m) a serem enterrados os descendentes de Miguel de Melo. Não se sabe a época quando esta lápida foi transferida do cruzeiro da Igreja para o actual local no cemitério*”¹³²³.

Miguel de Melo e D. Florência da Costa foram pais de:

5-I) SIMÃO DE ARAÚJO DE MELO, que segue;

5-II) Padre João Veríssimo de Melo, clérigo do hábito de S. Pedro. Foi uma figura importante no evoluir da linhagem pois, como regista António Francisco Moniz, “*Foi ele o tituleiro da Capela e morgado da família “Melo” por seu testamento de 1-7-1737. Constituiu herdeiro ao seu irmão Simeão de Araújo e, por sua morte, aos seus filhos descendentes machos primogénitos com vínculo e pensão*”. Ou seja, deve-se ao Padre Veríssimo de Melo a instituição do maior vínculo familiar. Note-se que apesar de

¹³²² Para maiores desenvolvimentos, consulte-se Correia, Inês; Oliveira, Luís Cabral de; Rosa, Maria de Lurdes e Costa, Pedro do Carmo (2012).

¹³²³ António Francisco Moniz socorre-se, neste passo, uma vez mais da obra de Nery Xavier para acrescentar alguns dados relativos à história do templo: “*Os gancares da Raia sob diversos motivos lançaram unidos aos de Camorlim os fundamentos duma nova Igreja fora da Praça de Rachol em 1648, mas da ordem do Governo do Estado de 2 de Outubro do mesmo ano foram demolidas as obras começadas para construir a Igreja uma légua distante do local abandonado e assim concluíram em 1699 as obras da que existe. (Vide Gab. Lit. Font. por Filipe Neri Xavier, III – 1848)*”.

juridicamente se tratar de uma *capela* também neste caso os administradores eram conhecidos por *morgados* – o qual era socialmente muito mais considerado na Goa da época.

Gomes Catão reproduz o essencial do testamento em questão e respetivo codicilo:

“Testam. do P.e João Veríssimo de Melo feito em 1-7-1737 na Raia – doente com “continuo ataque de flatos”. Deseja ser sepult. na cova perpetua de seus pais na igr. da Raia – Foi baptis. em Margão – Era confrade das Irmandades de N. Sra. do Bom Parto e de S.tas Almas. Declara que entre outros bens possui um palmar chamado Zory¹³²⁴ de dous lanços agregados com seus anexos e aguas vertentes, e mais um palmar sito no bairro Quemvouna¹³²⁵ com seus agregados e águas vertentes, e dez tangas e quinze Leais, e um quarto do Cunto, no seu título na aldeia da Raia; entre estas tangas, duas são do seu tio P.e Simião de Araujo seu avô-tio com encargo de 3 missas rezadas de tanga e meia na Igreja de rachol em cada ano, e outra uma tanga debaixo do titulo da sua irmã Esperança de Melo, que por todas são 11 tangas, 15 leaes, e 1 quarto, as quaes todas e os 2 palmares com anexos e águas vertentes deixou ao seu irmão Simeão de Araújo para possuir como capela e morgado; e por morte dele aos seus filhos machos varões e seus descendentes, com vocação de primogénitos para a sucessão com encargos de algumas missas, e responsos, etc. Declara que possui o palmar Pomanchem¹³²⁶ ou Fouddepoilém¹³²⁷, que deixa ao dito seu Irmão para deixar a qualquer seu filho macho, e se ele não fizer a nomeação, deixa ao seu filho Francisco António. Declara que, há anos, deixou a possuição dos seus bens ao dito irmão para depois de feitas as despesas necessárias, ajuntar o restante dinheiro, o que importa 3.000 xs. que lhe deve, os quais deixa a ele para comprar bens e dar a qualquer seu filho macho ou machos com ou sem condições. Herd.o universal o dito seu irmão Simião de Araujo – Testamenteiros o dito Irmão, o seu filho Miguel de Melo e Manuel da Conceição, seus sobrinhos. Quando lhes fiquem irmãos sem partilha tenham atenção para os doutrinarem, sustentarem, e casarem as Irmãs como puderem pelo fraternal amor e não por obrigação – Escrito por Antonio Pereira de Menezes que tambem é testemunha – Aprov. Em 20-6-1737 Tab. Mag.es Cardoso”.

O codicilo tem o interesse adicional de ter sido motivado por mais uma invasão marata:

“Em nome de Deos Ámen, - Saibão q.tos este Codecillo virem q. estando eu o P.e João Veríssimo no meo prefeito juizo o ordenei fazer e p.r elle declaro q. tenho feito meo testam.to in scriptis aprovado pelo Tabellião Manoel de Mag.es e Cardoso, porem como me acho em tempo de guerras, e dentro desta fort.za de Rachol sitiada p.lo inimigo hé preciso alterar os legados pios e funeraes p.a se fazerem na forma seguinte q.do Deos nosso Senhor seja servido de me levar durante as mesmas guerras. Peco ao Mto. R. Snor P.e R.or do Collegio q. premita enterrar meo Corpo na Cova de Ign.o de Mello meo antepassado, q. fica fora da porta principal do d.o Coll.o, e deixo de esemolla sinco xs. p.a se repartirem com os pobres na portaria, e qdo não queira conceder o q. não espero da carid.e do d.o R. Sr. P.e R.or quero q. seja enterrado na cova perpetua q. tenho na Capella mor da Igreja de Nossa Sra. das Neves de R.ol. Deixo dous xs. p.a acompanham.to com a Cruz. Deixo hum x. e m.o p.a o Mestre, meninos cõ sua Cruz. Peco aos R.dos P.es q. por carid.e acompanhem meu Corpo. Mando q. se me digam sincoenta missas no dia do meo enterro, ou no terceiro da esmolla de duas tgs. Item se me digão mais sincoenta missas de larim. Declaro q. acabadas as guerras se me farão todos os legados na forma q. tenho ordenado no d.o meo testam.to, descontando nelles os deste Codecillo. E p.r verd.e fiz este assign.o p.r my, escripto p. Simão Greg.o Pr.a de R.ol. Hoje vinte e dous de Março de mil sete centos trinta e nove annos – (ass) P. João Verissimo – Simão Greg.o Pr.a na fort.a de Rachol. Auto de aprovação de 22/3/1739 nas pousadas de Miguel Salvador do Ros.o pelo dito tab. Mag.es e Cardoso, sendo testemunhas P.e Hieronimo de Melo, Miguel Salvador de Mello, Salvador Caetano de Melo, da Raia e Miguel Carvalho”;

¹³²⁴ Sublinhado no original.

¹³²⁵ Id..

¹³²⁶ Id..

¹³²⁷ Id..

5-III) Esperança de Melo, a qual casou com Lourenço Xavier Soares, de quem enviuvou em 1742;

5-I) SIMÃO DE ARAÚJO DE MELO, que continua. Casou com Ângela Rodrigues, cuja naturalidade desconhecemos. Avelino Soares ou Gomes Catão localizaram e resumiram o testamento de mão comum feito pelo casal, onde se trata nomeadamente da questão da transmissão dos vínculos familiares: “*Testamento de Simião de Araújo e de sua mulher Angela Rodrigues, gãocares e moradores em Raia, feito em 18 de Maio de 1753. Desejam ser sepultados na sua cova perpétua na igr. da Raia. São confrades da Confr.a de N. Sra. do Bom Pastor. Mandam rezar algumas missas e ofícios por si e pelos seus – Sua tia Paula Barreto – Desejam ser enterrados com o hábito de S. Fco. – Herdeiros os seus filhos Miguel, Damiana e Fco. António – Deixam a terça ao seu f.o Miguel com condição de lograr os réditos durante a sua vida e por sua morte, deixar aos seus f.os machos com ou sem condições; darão anualmente 60 xs. por duas ocasiões, ao seu f.o Fco. António – Diz Simeão de Araújo que do legado do P.e João Veríssimo e que deixa os ditos 3000 xs. ao dito f.o Miguel bem como o morgado. Deixa o palmar Pomanchem ao f.o Fco. António, para este depois deixá-lo a Pedro Caetano, f.o do seu f.o Miguel. Devem 500 xs. à sua irmã e cunhada Esperança de Melo. Ela nomeia testamentários o seu marido Simeão de Melo e o seu f.o Miguel; e ele, a Miguel de Mello, filho, e Estanislau de Menezes e Manuel da Conceição sobrinhos – Escrito por P.e Caetano Salvador, da Raia, e por ella assina, João de Macedo, resid. na Raia. Test. Aprov. Aos 19-5-1753 – Testemunhas: Alexandre Menezes, Nicolau de Araujo e Melo, Miguel Caetano de Melo, Antonio da Silva, P.e Caetano Salvador e Ignacio de Ataíde – Tabela R. M. Gonçalves*” E termina aduzindo uma nota muitíssimo mais recente: “*Estão remidas as missas da penção depositando no Cofre do Priostado 450 rupias por desp. de Out. de 1947 – Instituído o legado sob o n.o 1578 Liv. n.o 14 fl. 116 – Caetaninho Melo*”.

Simão de Araújo de Melo e Florência da Costa tiveram:

6-I) Damiana de Santa Rita de Melo, cujo matrimónio reforçou as ligações dos Melo com os Colaço de Rachol. Casou com José Colaço, tendo recebido uns significativos “5.000 xerafins de dote”;

6-II) Francisco António de Melo, “*Clérigo de Ordens menores. Faleceu ab intestato*¹³²⁸ *em 3-2-1763*”;

6-III) MIGUEL DE MELO, que segue;

6-III) MIGUEL DE MELO, que continua. Não se sabe onde nem quando nasceu, tendo-se porém a data da sua morte: 10 de junho de 1773. Casou com Petronila Gomes (falecida a 7 de novembro de 1774), de quem houve:

7-I) Florência Micaela de Melo, nascida no dia 11 de maio de 1742, morreu a 10 de fevereiro de 1810. Casou em Loutolim no dia 14 de maio de 1754 “*com o dote de 4.000 xs.*”. O seu marido, José Joaquim de Quadros virá a herdar a administração de alguns dos vínculos da família. Com geração, que indicamos no título relativo à família Quadros de Loutolim¹³²⁹;

7-II) José Rafael de Melo, “*clérigo de ordens menores, que ficou com o morgado como maior na linha masculina. Nasceu em 13-5-1744 e faleceu, passando o morgado ao segundo na linha masculina, Pedro Caetano, por seu testamento de 17 de Julho de 1775*”;

7-III) Rosália da Conceição de Melo, que nasceu no dia 6 de abril de 1746 e morreu a 22 de março de 1786. Contrariamente ao que era habitual na época e no seu escalão social¹³³⁰, casou duas vezes. Relativamente ao primeiro matrimónio, só se sabe ter sido celebrado no dia 22 de novembro de 1759. Todos os restantes dados (inclusive o nome do cônjuge) acabaram por cair no esquecimento. Voltou a casar alguns anos depois, a 22 de janeiro de 1767, com Gabriel João de Melo. O segundo marido era

¹³²⁸ Sublinhado no original.

¹³²⁹ Veja-se o título Quadros, de Loutolim, ponto 2-II).

¹³³⁰ Bragança Pereira, num texto vários séculos posterior à existência de Rosália da Conceição de Melo, ainda escrevia não ser “*frequente o casamento das viúvas*” entre os goeses católicos. Ressalvava porém ser “*vulgar o casamento dum viúvo que não tenha prole masculina*” – Pereira, A.B. de Bragança (1991), vol. II, 301.

natural da Raia e provavelmente seu parente. Nesta ocasião Rosália da Conceição de Melo recebeu um *“dote de 3.000 xs. e dos brinquinhos 250 xs”*. Gabriel João de Melo faleceu a 20 de janeiro de 1801;

7-IV) PEDRO CAETANO DE MELO, que segue;

7-V) Rafaela Maria de Melo, nascida no dia 2 de setembro de 1750 e falecida a 17 de dezembro de 1802. À semelhança da irmã mais velha, também casou em Loutolim. O enlace teve lugar a 13 de fevereiro de 1769. Rafaela Maria casou com Lourenço Salvador Sobrinho (o qual morreu a 22 de setembro de 1789), tendo sido dotada com a quantia de 3000 xerafins;

7-VI) Esperança de Melo, a qual nasceu no dia 30 de agosto de 1752. Casou a 28 de janeiro de 1766 com José Rafael de Melo, de Benaulim. Recebeu o *“dote de 2.800 xs.”*;

7-VII) Simão de Araújo de Melo, que deve ter morrido solteiro. António Francisco Moniz apenas aponta que *“ nasceu aos 7-2-1754 e faleceu aos 9-8-1781 ”*;

7-VIII) Ana de Melo, nascida no dia 8 de fevereiro de 1755, morreu a 12 de julho de 1765;

7-IX) Humiliana de Melo, a qual nasceu no dia 15 de junho de 1759, tendo morrido a 7 de julho de 1783. Também casou em Loutolim: a 4 de maio de 1772, com Miguel Vicente de Figueiredo. Foi dotada com 3700 xerafins;

7-X) Joana Benedita, nascida a 28 de março de 1761, morreu logo no dia 14 de maio do ano seguinte;

7-XI) Miguel António de Melo, o qual deu origem a uma nova casa por ter recebido parte do património dos seus pais. Assim sendo, trataremos a sua descendência autonomamente no § 2¹³³¹. Como explica o biógrafo familiar: *“Até esta geração a casa dos “Melos” era única e ficou dividida desde o casamento de Miguel António de Melo, irmão do dito Pedro Caetano, e último filho de Miguel de Melo”*;

7-IV) PEDRO CAETANO DE MELO, que continua. Nasceu a 18 de maio de 1748 e casou no dia 24 de janeiro de 1769 com Ana Felicidade de Araújo, natural de Sancoale. Pedro Caetano foi *“o herdeiro do morgado pelo falecimento do seu irmão José, filho primogénito”*.

Tiveram:

8-I) JOSÉ JOAQUIM CAMILO DE MELO, que segue;

8-II) Ângela Petronila de Melo, que nasceu no dia 17 de março de 1780. Casou a 22 de abril de 1793 com Sebastião Xavier Camilo de Brito, de Loutolim (falecido em 45 de Abril de 1811), de quem houve:

8-II-1) Maria Felicidade, a qual nasceu no dia 20 de outubro de 1795;

8-II-2) Maria Florinda, que nasceu a 29 de junho de 1797;

8-II-3) “uma criança, nascida em 27-3-1801 e fal. 14-4-1801”;

8-III) Miguel Vicente Rosário de Melo, que nasceu a 27 de maio de 1781 e morreu, muito provavelmente solteiro, em 7 de fevereiro de 1813;

8-IV) Henrique Francisco de Melo, nascido no dia 23 de março de 1784. Também não terá casado;

¹³³¹ No tratado original, a partir deste ponto, o autor apresenta em simultâneo a descendência de Pedro Caetano e de Miguel António de Melo, dispondo-as em duas colunas paralelas. Por razões de facilidade expositiva e na mira de proporcionar uma melhor leitura dos dados, não seguiremos este esquema, tratando de forma individualizada cada estirpe.

8-V) Avelina Especiosa de Melo, nascida a 10 de março de 1786, casou em 27 de maio de 1805 com Manuel Salvador de Melo;

8-VI) “Uma criança de mêzes imperfeitos que logo veio a falecer”;

8-VII) Maria Quitéria Rosa de Melo, que nasceu no dia 23 de julho de 1796;

8-I) JOSÉ JOAQUIM CAMILO DE MELO, que continua. Administrou os vínculos herdados do progenitor. Nascido em Rachol a 4 de setembro de 1779, casou com D. Maria Aurora da Costa, de Curtorim, de quem teve:

9-I) D. Esmeralda Rosália da Purificação de Melo, a qual nasceu no dia 30 de ... de 1798. Casou com Caetano Joaquim de Noronha, de Loutolim. Este era filho de Miguel José de Noronha e Ana Barbosa e irmão de (a) *Salvador Henriques de Noronha* e (b) *Padre Agostinho Mónica da Conceição de Noronha* (falecido a 28 de agosto de 1860). D. Esmeralda Rosária da Purificação e Caetano Joaquim de Noronha tiveram:

9-I-1) D. Clara Maria de Noronha, s.m.n.;

9-I-2) Padre António José de Noronha, que foi quem trouxe a conhecida imagem da Mãe de Deus de Daugim para a Capela de Devotim, em Loutolim. Para mais pormenores sobre esta transferência e reedificação da capela de Devotim (ou Devoty), veja-se o que escrevemos nas considerações que dedicámos à família Quadros¹³³²

9-I-3) Miguel Victor de Noronha, que veio a casar com D. Maria Artemísia Epifânia de Melo, filha de João Vicente de Melo e de D. Henriqueta da Piedade Misquita, de Benaulim. Foram filhos deste casal:

a) Caetano Joaquim Gerson Sebastião Xavier de Noronha, o qual casou com D. Maria Doroteia Leopoldina da Costa, de Curtorim. Esta nascera a 6 de fevereiro de 1893, sendo filha de ... da Costa (dos de Curtorim) e de D. Maria Hermínia Esperança da Piedade Colaço; neta materna de Joaquim Mariano Colaço e de Maria Hermínia da Esperança;

b) D. Maria Crescenciana Clotilde de Noronha, que morreu solteira;

c) António José Milton Jonas de Noronha, nascido em Loutolim no dia 21 de junho de 1884, morreu em Pangim a 20 de maio de 1962. Trabalhou durante alguns anos em companhias inglesas na África do Sul, tendo depois regressado a Goa e reedificado uma casa em pleno bairro das Fontainhas (Pangim) onde ainda hoje vive o seu filho. Casou no dia 12 de julho de 1919 com D. Maria Aurora Anastásia da Silveira Vital, natural de S. Matias (Ilhas) e falecida em Pangim a 30 de dezembro de 1980. Era esta senhora filha de João Felicíssimo Xavier da Silveira Vital (natural de S. Matias, onde nasceu em 1865 e possuía uma grande casa da qual já nem restam vestígios na atualidade) e de sua mulher D. Maria Hidiolinda de Sá e irmã de: i) *D. Maria Justa Basta da Silveira Vital*; ii) *D. Pia da Silveira Vital*; iii) *D. Ângela da Silveira Vital*; iv) *José Caetano Xavier da Silveira Vital*, casado com D. Ângela Colaço¹³³³, o qual se fixou em Bombaim e aí foi *officer* nos *Indian Railway*; e v) *D. Maria Luísa Joana Francisca da Silveira Vital*, nascida em 1907 e casada com Luís de Mendonça.

Anil P. regista algumas considerações feitas por Percival Noronha sobre a casa dos Silveira Vital numa entrada de 10 de novembro de 2008 intitulada *A Day Out in Divar*, publicada no seu blogue *Windy Skies*: “*When you come over I’ll take you to show my house in Divar*”,

¹³³² Quando falamos do padre Pedro de Alcântara Lamartine de Quadros. Veja-se, título Quadros, de Loutolim, ponto 4-VII-7).

¹³³³ Filha do médico Áulio Elínio Gabriel Colaço e de D. Lília Maria Dias – veja-se neste título, Colaço, de Rachol, ponto 2-II-2), b).

Percival Noronha said over the phone. Apparently he meant “or what is left of it” for, it collapsed in 1993, weighed down by want of care. It wasn’t so in the decades leading up to his demise. “Who was there to take care of it”, he said before continuing, “most of them (relatives) migrated to America and elsewhere and it fell into disrepair”. Percival Noronha returned to India from Uganda when he was all of six years old and went to live in Divar, where his maternal grandfather, Joao Silveira-Vital, had a home in Sao Mathias, “one of the wards making up the island of Divar”. Piedade and Malar are the other. “Later Piedade was split into Navelim and Goltim. (...) “My ancestor converted to Christianity in the 1580s”, Percival recollected of the period in Goa’s history marked with much strife in the face of repressive conversions the Portuguese carried out largely under the threat of force. “On converting he was given the surname “Silveira”. In time impressed by his knowledge and abilities the Portuguese conferred him with “Vital” and the surname changed to “Silveira-Vital”. Among all the Silveiras he was the only one accorded this honour”, he recalled with pride. “Vital” is “essencial, indispensavel, de importancia vital” in Portuguese. In 1930 Percival Noronha left Divar for good, his mother having shifted base to Panjim so he could school further. Remembering the home they left behind in Sao Mathias on the island of Divar, he said, “It was a typical bathkar’s family home. A stately staircase opened into an imposing balcony. Inside were a large sized drawing room and and a equally large dining hall, richly furnished. An attractive machila (means of transportation for two or more in olden days) added a graceful, aristocratic feel to the atmosphere in the house. Both the manorial halls were sided with bedrooms, and so was the long corridor leading to the kitchen. Then there was the nursery with 3-4 nannies in attendance while 7-8 servants looked after the stable of cows and buffaloes in the area adjoining the house. The nearest neighbor was far away”¹³³⁴.

A descrição de Percival Noronha não deixa de nos fazer lembrar de uma velha casa solarenga bardezana evocada por Leopoldo da Rocha no seu romance *Casa Grande*. Trata-se de um episódio passado na infância de Bal, o personagem principal da narrativa e alter-ego do autor. O rapaz foi fazer com o avô (visconde de Bardez) e um parente (o primo Alexandrino, descrito como “barra nas genealogias das famílias importantes de Goa e curioso das antiguidades”) uma visita a outro familiar:

“Mal o primo Alexandrino veio, prontamente Bal e o avô foram ao seu encontro e meteram-se na carripana, pois assim ficara combinado, pelos vistos. Pela conversa que travavam num concani gutural, Bal chegara a entender que iam visitar um parente comum, velho de anos, único descendente e morador no casarão, distante uns oito quilómetros numa freguesia à beira-mar. Alexandrino traçou a genealogia pormenorizada do velho herdeiro da casa, vivo. A Bal, como era muito pequeno, não interessavam os pormenores da linhagem importante da casa que Alexandrino descrevia com dados curiosos e de grande interesse. Na memória de Bal apenas fiou que, numa certa altura da história, houvera uma razia completa nos membros daquela família. Uma bubónica ou gripe ou uma epidemia matara, de vez, cinco familiares da casa, quatro filhos e mãe! Alexandrino mais Bal e seu avô apearam-se da carripana a custo, e foram de caminho ao balcão. Recebeu-os, levantando-se da cadeira à Voltaire, um velho de pijama quem haviam ido visitar.

- Não sei se há na casa qualquer coisa para o pequeno comer, uns bolos ou frutos de Adão. Agora nem me importo com nada. Estou à espera da minha hora – disse o dono da casa, o último descendente, numa expressão de desalento.

¹³³⁴ http://windyskies.blogspot.pt/2008_11_01_archive.html.

- *Mostre a casa ao miúdo, Alexandrino – e Alexandrino levantou-se, pegando na mão de Bal, e foi-lhe mostrando as incontáveis divisões daquele casarão. Havia duas alas, cada qual com os seus quartos paralelos. A ala direita – disse Alexandrino – era para homens e rapazes e os quartos da ala esquerda destinavam-se a pessoas do sexo feminino.*

- *E aquele sino? – perguntou Bal, pois um pequeno sino pendurado do tecto junto ao oratório da casa despertara-lhe a curiosidade.*

- *Era para chamar as pessoas da casa para a reza do terço e Avé-Marias.*

Bal lembrava-se da visita que fizera com o avô a esta casa, que muito em breve deixaria de existir no mapa das antigas famílias cristãs de Goa”¹³³⁵.

João Felicíssimo da Silveira Vital – filho de Caetano Xavier da Silveira Vital e de Justa Basta Cecília Ataíde – tinha pelo menos um irmão: **Tomás da Silveira Vital** (1855-1896), o qual casou com D. Ana Dulcina Açucena de Sousa Ticló, natural de Assagão¹³³⁶. Esta era filha de António Vicente de Sousa Ticló e de D. Maria Paula Adelaide de Saldanha, e neta paterna de Brás Caetano Mariano de Sousa e de Ana Escolástica Toscano. Ana Escolástica era por sua vez descendente da família Toscano de Aldoná¹³³⁷. Foi seu pai António Eugénio Toscano, o funcionário da comunidade daquela aldeia que denunciou ao governador Francisco da Cunha e Menezes a que veio a ficar conhecida como a *conjurção dos Pintos*. Isto apesar de um dos seus irmãos, o tenente Inácio Caetano Toscano, ser um dos implicados na conspiração¹³³⁸. António Eugénio era filho de Manuel Toscano e Quitéria Gonçalves e casado com Maria Ferrão.

Quanto a Maria Hidiolinda de Sá, esta era irmã de António Xavier de Sá (médico diplomado pela Escola Médico-Cirúrgica) e Rosário do Socorro de Sá (advogado *provisionário* e juiz em Damão). Eram todos filhos de Manuel Casimiro de Sá¹³³⁹ e de sua mulher e prima Etelvina Camila Lúcia da Rocha, de Aldoná¹³⁴⁰. Netos paternos de João Tolentino de Sá e Maria Guilhermina Mascarenhas, sendo esta última filha de Bento Silvestre Mascarenhas e de Catarina Xerafina da Rocha, de Aldoná.

De acordo com Percival Noronha, António José Noronha seria primo em segundo grau de um célebre médico e político goês da primeira metade do século XX: Froilano de Melo. De seu nome completo Indalêncio F. Pascoal de M., este era filho de Francisco Xavier Boaventura de Melo e de D. Delfina Rodrigues. Nasceu em Benaulim em 1887 e morreu no Brasil em 1955. Estudou medicina em Goa, na Escola Médico-Cirúrgica do Porto e na Escola de Medicina Tropical de Lisboa, após o que fez uma especialização na Alemanha. Rodrigo Wolfango Robusto descreve-o como “*notável leprólogo e de fama mundial, que era ainda convidado para ocupar o lugar de Director da Escola de Medicina Tropical, de Lisboa*”¹³⁴¹. Deixou uma grande quantidade de publicações, que foram exaustivamente elencadas por Aleixo Costa. Deve-se também ao mesmo autor uma detalhada nota

¹³³⁵ Rocha, Leopoldo da (2008), 102 e 103. Esta repartição de alas consoante os sexos era comum a várias casas das elites *naturais* católicas. No mesmo sentido leia-se o conto *Frã-João, o morgado*, de Maria Elsa da Rocha – Rocha, Maria Elsa da (2005), 32 e ss.

¹³³⁶ O nome desta família é Sousa; no entanto, a partir do sogro de Tomás da Silveira Vital passaram a associá-lo à alcunha *Ticló*. Pedro do Carmo Costa explica ter-se tratado de uma estratégia destinada sobretudo a permitir uma diferenciação mais fácil dos membros da estirpe relativamente aos muitos outros goeses católicos que partilhavam o apelido – Costa, Pedro do Carmo (2003).

¹³³⁷ Ana Escolástica teve pelo menos três irmãos: **Wenceslau Caetano Toscano**; **padre Rogério Manuel Xavier Toscano** e **Eufregina Angélica Toscano**, casada que foi com António Luís Caetano Rangel. Foram os pais de Crisólogo Zeferino Xavier Rangel.

¹³³⁸ Outro dos irmãos de António Eugénio Toscano foi o padre Vitorino Toscano.

¹³³⁹ Nascido na Piedade em 1837.

¹³⁴⁰ Filha de João Xavier Baptista da Rocha e de Maria Aurora Gertrudes Magna de Mascarenhas.

¹³⁴¹ Robusto, Rodrigo Wolfango (1953), 77.

biográfica de Froilano de Melo, a qual pode servir de base para investigações mais detalhadas relativas à vida e obra deste clínico¹³⁴².

António José de Noronha e D. Maria Aurora Anastásia tiveram: **(i) Percival Noronha**, solteiro; **(ii) D. Olga Noronha**, casada com José Joaquim Florentino António Roque David Xavier Lume Pereira; e **(iii) D. Berta Noronha**, a qual casou com o médico Manuel Elvino de Sousa, de Aldoná;

9-II) VICENTE MARIANO JOSÉ FILIPE DE MELO, que segue;

9-III) D. Ana Eufregina Rita de Melo, a qual, segundo António Francisco Moniz, “*nasceu aos 7-4-1807 e fal. na Quinta-feira Maior, 2-4-1885 – Sepultada na cova perpétua do cemitério da Raia*”;

9-IV) Pedro Caetano do Rosário de Melo, nascido em 1817. Faleceu no dia 2 de outubro de 1892, “*solteiro, sendo sepultado na cova perpetua do cemiterio da Raia*”;

9-V) Rosa, a qual “*faleceu da idade de 12 anos*”;

9-II) VICENTE MARIANO JOSÉ FILIPE DE MELO, que continua. Nasceu no dia 11 de setembro de 1802 e “*faleceu aos 11-6-1871, tendo sido sepultado na cova perpetua do cemitério da Raia. Foi este o último administrador do vínculo do P.e João Veríssimo de Melo*”. Casou com D. Ana Adriana Florentina Colaço, de Margão, filha de Anastácio do Rosário Colaço e de D. Maria Aurora Colaço¹³⁴³

Tiveram:

10-I) D. Ana Avelina Maria Especiosa de Melo, nascida no dia 8 de outubro de 1827, faleceu a 6 de agosto de 1875. Casou – sendo dotada com 3500 xerafins – em 19 de fevereiro de 1843 com Manuel António da Assunção, de Macasana;

10-II) CAETANO PIEDADE CAMILO CONSTÂNCIO VICENTE DE MELO, que segue;

10-III) Constâncio Henrique de Melo, nascido no dia 21 de janeiro de 1838, morreu a 15 de dezembro de 1896;

10-II) CAETANO PIEDADE CAMILO CONSTÂNCIO VICENTE DE MELO, que continua. Nasceu em 19 de agosto de 1831 e morreu a 15 de maio de 1891. Casou no dia 10 de fevereiro de 1852 com D. Hermenegilda Máxima Fernandes, falecida a 15 de maio de 1891, estando ambos sepultados na sua “*cova perpétua do cemitério da Raia*”. D. Hermenegilda Fernandes, que foi dotada com 4175 xerafins, era filha de Francisco Xavier Fernandes e de D. Maria Esperança Xavier¹³⁴⁴; neta paterna Domingos Francisco do Rosário Fernandes, de Loutolim, e materna de José Agostinho Xavier e de D. Ana Maria Gomes (filha, por sua vez, de António Salvador Gomes, de Benaulim)¹³⁴⁵.

D. Hermenegilda Máxima era irmã de:

- (i) Domingos Francisco do Rosário Fernandes**, o qual nasceu no dia 5 de abril de 1832. Casou a 27 de fevereiro de 1859 com D. Maria Ulórica Quitéria Faria – nascida em 30 de Janeiro de 1841, filha do também loutolense Anunciação de Faria. Tiveram: **i) Leandro Fernandes**; **ii) Hortênsio Fernandes**; e **iii) Francisco Xavier Fernandes**. Este último veio a casar

¹³⁴² Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 258 e ss.

¹³⁴³ Veja-se o título Colaço, de Rachol, ponto 4-I-2), a).

¹³⁴⁴ Veja-se o anexo: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Xavier, de Loutolim, ponto 7-VIII).

¹³⁴⁵ A descendência do casal Francisco Xavier Fernandes/D. Maria Esperança Xavier acha-se descrita em Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 48.

com D. Aramita Sebastianinha de Quadros,¹³⁴⁶ de quem houve geração, de entre a qual destacamos **D. Argentina Genciana Alarica Francisca Sebastianinha da Piedade Fernandes**, que casará com Lucas António Constantino Brás de Sá¹³⁴⁷;

- (ii) **Joaquim Salvador Fernandes**, que nasceu a 16 de abril de 1839 e morreu no dia 7 de fevereiro de 1892. Dedicou-se à medicina, reformando-se no lugar de cirurgião-mor da guarnição do Estado da Índia. Cavaleiro da ordem de S. Bento de Aviz, casou com D. Ana Esperança Isménia Barreto, da Raia, filha do major Francisco João Barreto e de D. Rita Rosália Barreto. Tiveram: (a) **D. Maria Ermelinda Fernandes**, a qual casou com Milagres Sant'Ana da Silva, "*sub-chefe fiscal do abkari e alfândegas*"¹³⁴⁸; (b) **D. Maria Clotilde Fernandes**, que casará no dia 13 de setembro de 189, com Constâncio do Rosário Mascarenhas, de Loutolim; (c) **José Maria Duarte Fernandes**, nascido em Loutolim no dia 7 de setembro de 1877, advogado *provisionário* e segundo escrivão da repartição superior da Fazenda; publicou em 1914, na tipografia Rangel, a coletânea *Legislação relativa ao imposto de mercês ultramarinas, seguida d'um additamento contendo decretos que regulam a arrecadação dos direitos das mercês, emolumentos, adicionais e juros de mora*¹³⁴⁹; (d) **D. Maria Carmina Fernandes**; (e) **Francisco Xavier Fernandes**; e (f) **Joaquim Bernardo Fernandes**;
- (iii) **Inácio Pascoal Horácio Fernandes**, que Francisco João Xavier esclarece ser "*herdeiro e actual representante de Francisco João Custódio de Sá, de Cortalim*". Nasceu a 16 de outubro de 1840 e casou com D. Henriqueta Matilde Rebelo (filha de Jerónimo Rebelo, de Margão), de quem teve: (a) **D. Leonilda Fernandes**, nascida em 6 de março de 1865, solteira em 1893; (b) **D. Isilda Fernandes**, que nasceu no dia 15 de setembro de 1867 e casou com Inácio Higino Lucas da Costa, de Cortalim, de quem teve numerosa geração¹³⁵⁰;
- (iv) **Padre António Manuel Fernandes**, nascido a 3 de maio de 1843;
- (v) **D. Ludovina Fernandes**, que nasceu a 15 de dezembro de 1847 e morreu solteira;
- (vi) **Francisco João Fernandes**, nascido a 26 de janeiro de 1849. Também faleceu solteiro;
- (vii) **D. Açucena Fernandes**, a qual nasceu no dia 6 de junho de 1851. Morreu solteira;
- (viii) **Padre José Custódio Fernandes**, "*sacerdote e actual (1893) official-maior da camara pontifica do patriarchado de Goa, nascido a 16 de julho de 1854*";
- (ix) **Francisco Xavier Fernandes**, "*solteiro, professor de ensino primario da cadeira régia de Arambol, nascido em 8 de maio de 1861*".

Caetano Piedade Camilo Constâncio Vicente de Melo e D. Hermenegilda Máxima Fernandes tiveram:

11-I) JOSÉ FILIPE CONSTÂNCIO DE MELO, que segue;

11-II) D. Ana Arménia Blandina de Melo, a qual nasceu no dia 15 de março de 1853 e faleceu solteira a 22 de setembro de 1916. De acordo com António Francisco Moniz, foi *sepultada na cova perpétua do cemitério da Raia*";

11-III) D. Ana Florentina Adriana de Melo, nascida a 10 de março de 1862 e falecida em 25 de outubro de 1892. Casou, com o dote de 6700 xerafins, no dia 1 de junho de 1879 com Hermenegildo dos Milagres Mascarenhas, de Loutolim. Tiveram:

¹³⁴⁶ Para maiores desenvolvimentos sobre este casal consulte-se neste anexo o título Quadros, de Loutolim, ponto 5-V-4).

¹³⁴⁷ Veja-se o título Brás de Sá, de Calangute, ponto 12-II).

¹³⁴⁸ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 48.

¹³⁴⁹ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 388.

¹³⁵⁰ Inácio da Costa, que era filho de Francisco Filipe Nery da Costa e de D. Amália Quitéria de Albuquerque, teve os seguintes filhos do seu casamento com D. Isilda Fernandes:

- (a) **D. Claudina da Costa** (n. 23 de outubro de 1868), que casou com José Henrique Gomes, de Benaulim. Este era filho de Henrique Carlos Gomes, "*cirurgião ajudante que foi da guarnição d'este Estado*", e de D. Leopoldina Gomes. Com geração;
- (b) **D. Luisinha da Costa** (n. 10 de novembro de 1870), a qual veio a casar com José Sebastião da Piedade Barreto, também de Benaulim, filho de Luís Barreto e de D. Grisélia Fernandes. Com descendência;
- (c) **Francisco João Amâncio da Costa**, n. 8 de abril de 1873;
- (d) **D. Teodolinda da Costa**, n. 29 de dezembro de 1875;
- (e) **André José Pascoal da Costa**, n. 3 de junho de 1877;
- (f) **D. Lucrécia da Costa**, n. 31 de agosto de 1879;
- (g) **D. Elisena da Costa**, n. 28 de outubro de 1881;
- (h) **Francisco Xavier Loviandro da Piedade Costa**, n. 19 de julho de 1883;
- (i) **D. Filomena da Costa**, n. 2 de abril de 1885.

11-III-1) D. Firminana Mascarenhas, casada com Inácio Francisco de Sousa, de Vernã;

11-III-2) Arcanjo Francisco Mascarenhas, “*casado com D. Maria...*”;

11-III-3) Umbelina Mascarenhas;

11-III-4) Cornélia Mascarenhas;

11-I) JOSÉ FILIPE CONSTÂNCIO DE MELO, que continua. Nasceu a 22 de março de 1853 e faleceu em 27 de dezembro de 1895, “*sendo sepultado na cova perpétua do cemitério da Raia*”. Casou no dia 23 de janeiro de 1877 com D. Maria d’Assis Prisca Rebelo, natural de Margão. A noiva, que foi dotada com 8250 xerafins, era filha de Francisco de Assis da Piedade Rebelo, “*distinto advogado e administrador fiscal que foi da 4.ª divisão das Novas Conquistas*”, e de D. Flaviana Sancha Perpétua Felicidade Vaz.

Foram filhos deste casal:

12-I) D. Maria Helena Hermenegilda de Melo, nascida no dia 6 de junho de 1878, solteira;

12-II) CAETANO FRANCISCO DA PIEDADE CONSTÂNCIO ELVÍDIO DE MELO, que segue;

12-III) Veríssimo Constâncio Assis da Piedade Frederico da Assunção de Melo, que nasceu a 15 de agosto de 1884. Faleceu no dia 29 de abril de 1911 “*deixando uma filha*”;

12-III-1) Maria E.¹³⁵¹ **Rosa Francisca de Melo**, “*nascida a 18 de Setembro de 1910 na Raia*”;

12-IV) D. Maria d’Assis Hermenegilda da Piedade Melo, a qual nasceu a 31 de março de 1890 e morreu no dia 5 de novembro de 1946. Casou a 26 de maio de 1909, na terra natal do nubente e levando um dote de 5000 rupias, com João Narciso de São Francisco Xavier Rodrigues. Este era médico e nascera a 11 de outubro de 1877 em Neurá (Ilhas). De acordo com o biógrafo da família, Narciso Rodrigues “*faleceu em 16-1-1914 devido a uma queda desastrada que levou de bicicleta*”. Tiveram:

12-IV-1) D. Maria Flávia Vitalina dos Milagres Rodrigues, nascida em Margão no dia 12 de maio de 1910. Casou em Neurá a 12 de maio de 1933, com João Stuart da Piedade Anjos de Noronha¹³⁵²;

12-IV-2) D. Maria Sara Rosália dos Milagres Rodrigues, que nasceu no dia 15 de julho de 1913. Professou, sendo “*Freira da Sagrada Família do Conv. de Sancoale em 1940*”;

12-II) CAETANO FRANCISCO DA PIEDADE CONSTÂNCIO ELVÍDIO DE MELO, que continua. Nasceu no dia 6 de abril de 1889 e “*fal. às 5 horas a.m. de 15-8-1956 e foi sep. na manhã de 17*”¹³⁵³. Casou em 6 de maio de 1913, na capela de S. Miguel de Loutolim (anexa à casa da família da nubente), com D. Maria Aurora Angélica da Piedade Quadros, filha do advogado José Caetano de Quadros e de D. Esmeralda da Anunciação da Piedade Miranda. D. Maria Aurora de Quadros nasceu a 24 de Julho de 1891, tendo falecido “*em 23-12-1919 de febre tifóide em Loutolim nas casas de seus pais e o seu cadáver transportado para Raia e sepultado na cova perpétua do cemitério da Raia*”¹³⁵⁴.

Tiveram:

¹³⁵¹ Sic. No original não se indica a que nome próprio corresponde esta inicial. O facto de António Francisco Moniz não indicar (propositadamente?) o nome da sua mãe pode ser um indício de que era filha natural.

¹³⁵² Foram os progenitores de “*Maria de Assis Cristalina Bom Parto da Piedade Noronha, nascida na Raia em 31-1-1934 onde foi baptizada*”.

¹³⁵³ Esta última frase, relativa à morte de Caetano Francisco de Melo, foi acrescentada posteriormente.

¹³⁵⁴ Veja-se o título Quadros, de Loutolim, ponto 7-III).

13-I) D. Maria Esmeralda da Piedade Melo, relativamente a quem se podia ler no manuscrito que consultámos apenas o seguinte: *“nascida em Loutulim a 25-2-1914 – Fêz-se Freira no Carmelo de Mangalore em 193...”*. Pedro do Carmo Costa veio porém a publicar há relativamente pouco tempo dados mais detalhados: designadamente o ano concreto do ingresso naquela casa religiosa: 1938¹³⁵⁵;

13-II) JOSÉ FILIPE CONSTÂNCIO DE MELO, que segue;

13-III) Francisco Xavier do Bom Jesus Melo, que nasceu na Raia no dia 1 de Janeiro de 1917;

13-IV) D. Ana Arménia Aida da Piedade Melo, *“nascida a 18-7-1919 na Raia, cas. na Igreja de Curtorim aos 6-1-1945 com o Engenheiro Mecânico e Electrico Hugo Mário Gastão de Sousa, de Britona, de Salvador do Mundo, Inspector na Fabrica-Americana de Aeroplanos em Bangalore, filho de George Ellis de Sousa, o qual nasceu na Beira, Africa Or. Portuguesa em 31-8-191...”*.

13-II) JOSÉ FILIPE CONSTÂNCIO DE MELO, que continua; *“nascido a 30 de Junho de 1915 na Raia”*¹³⁵⁶;

§ 2

DESCENDÊNCIA DE MIGUEL ANTÓNIO DE MELO

1) MIGUEL ANTÓNIO DE MELO, filho de Miguel de Melo e Petronila Gomes – veja-se, *supra*, ponto 7-IX) do § 2 – protagonizou, como já referimos, com o irmão Pedro Caetano uma repartição da casa dos seus maiores. António Francisco Moniz explica a partilha com algum detalhe: *“Desde esta geração em diante a casa e parte dos bens ficaram divididos entre os dois irmãos sobreviventes, recebendo Pedro Caetano a Capela e morgado e igualmente os bens que por testamento foram deixados por seu irmão (o menorista) José Rafael, clérigo de ordens menores, e ao dito Miguel António além da parte que lhe cabe da casa e bens, foram deixadas idênticas partes por testamento de seu irmão Simão d’Araújo*¹³⁵⁷*que ao princípio tinha testado a favor do seu dito seu irmão Pedro, testamento que posteriormente foi revogado. Permanecem até hoje alguns bens imóveis indivisos e possuídos por ambas as partes ou Casas. O referido Pedro foi tutor dos seus últimos dois irmãos Simão e Miguel António por ambos serem menores ao tempo do falecimento do seu pai, tendo este 11 anos e aquele 21, reputado menor pela lei antiga. O sobredito Pedro teve de prestar inventario em juízo e os documentos atinentes à divisão então feita e ao número dos bens móveis e imóveis ficam em poder dos seus herdeiros.”*

Nasceu Miguel António de Melo no dia 18 de outubro de 1767, tendo casado a 2 de fevereiro de 1796 com D. Rosália Isabel Colaço – que Moniz dá como natural de Margão e o autor da genealogia impressa da família Xavier de Rachol. Tal indecisão é compreensível, por, como é sabido, a família Colaço ter passado desta localidade para a capital de Salsete, onde acabou por se fixar. Morreu a 24 de janeiro de 1811, e a sua mulher no dia 7 de novembro do mesmo ano.

Tiveram:

¹³⁵⁵ Costa, Pedro do Carmo (2004), 259.

¹³⁵⁶ Posteriormente, acrescentou-se “cas”, mas não se indicou o nome da sua mulher.

¹³⁵⁷ *“Este testamento foi celebrado em 4-10-1787. Entre os bens que foram passados, como consta da partilha respectiva, entra o prédio “Arvém” que tem o encargo d’uma pensão anual de 1 xerafim para uma missa cantada na Igreja de Rachol, como consta dos antigos títulos desta casa.”*

2-I) Rosa Aurora, nascida no dia 30 de outubro, morreu logo a 11 de janeiro do ano seguinte. Foi *“sepult. na cova perpétua”*;

2-II) João Veríssimo de Melo, que nasceu em 13 de março de 1799. Também morreu prematuramente, *“aos 7 de Dezembro de 1799, sendo sepultado na cova perpétua”*;

2-III) Florência Micaela, a qual nasceu no dia 2 de outubro de 1800. Deve ter igualmente falecido muito nova, a 16 de agosto de...¹³⁵⁸;

2-IV) VICENTE PAULO DE MELO, que segue;

2-V) Maria Anastásia Pulquéria de Melo, que nasceu a 12 de julho de 1806 e *“fal. solteira em Fev. 1873”*;

2-VI) Ana Florência, a qual viveu pouco mais de uma ano, pois *“nasceu aos 11 de Novembro de 1810 e faleceu aos 17 de Novembro de 1811”*;

2-IV) VICENTE PAULO DE MELO, que continua. Nascido a 22 de junho de 1803, morreu em agosto de 1863. Casou em 1827 com D. Maria Felicidade Xavier (falecida a 12 de janeiro de 1856), filha de José Agostinho Xavier, de Loutolim – alferes de milícias e, em sucessão do progenitor, oficial da secretaria-geral do governo do Estado da Índia – e de D. Ana Maria Gomes, natural de Benaulim¹³⁵⁹.

Foram filhos deste casal:

3-I) Maria Rosália Sofia, *“nascida aos 4-2-1829 e falecida no mesmo ano”*;

3-II) Padre Miguel António de Melo, *“nascido aos 6-1-1831. Recebeu Subdiác. e Diác. a 12 e 19 de Março de 1853 e Presbit. a 19-9-1863. Foi nom. Professor encarregado de Latim no Real Semin.o de Rachol a 11-7-1874, e efectivo aos 20-5-1876, transferido para a cadeira de Latinidade por port. de 12-10-1881 e para as cadeiras do 1.o e 2.o ano de Teologia Moral por port. de 28-5-1890 do Patriarca D. António S. Valente, que, por uma graça especial e Res...(palavra de difícil leitura) do Papa Leão XIII, independentemente do exame especial, conferiu o grau de Bacharel na S. Teologia a 11-3-1897 na Igreja do Semin.o de Rachol, na solene festividade de S. Tomaz d'Aquino, em atenção à sua idade avançada e longos serviços (Extraído do Movimento Escolar do Seminário de Rachol do ano de 1897). Exonerado por Ofício n.o 134 de 1-9-1898, em vista do seu estado de impossibilidade física, de Professor de Teologia, com a pensão de metade do seu vencimento pago pelo Cofre de Santa Mónica, atentos os bons e longos serviços como Professor, o que lhe foi comunicado por S. Ex.a Rev.ma pelo seu Secretario o R.do José Bento Martins Ribeiro, aos 7-9-1898. Fal. aos 14-9-1900 nas suas casas na Raia, tendo sido sepultado na cova perpétua dos seus antepassado, no cemitério da freguesia”*;

3-III) FREDERICO ALCÂNTARA DE MELO, que segue;

3-IV) Rosália, a qual nasceu a 18 de julho de 1836 e morreu criança no dia 4 de janeiro de 1839;

3-V) Libânia Maria Florência, que nasceu em 15 de Março de 1838 e faleceu nesse mesmo ano;

3-VI) João Veríssimo da Piedade de Melo, nascido a 8 de junho de 1840, morreu jovem, no dia 27 de junho de 1859;

3-VII) D. Amatildes Idalina da Conceição de Melo, a qual nasceu no dia 3 de maio de 1845 e faleceu a 30 de janeiro de 1877. Casou em janeiro de 1862 com Roque Manuel Viegas, de Margão, de quem houve:

¹³⁵⁸ António Francisco Moniz desconhecia o ano exato.

¹³⁵⁹ Veja-se o título Xavier, de Loutolim, ponto 7-VII).

3-VII-1) Francisquinho Viegas, falecido solteiro;

3-VII-2) Ernesto Viegas, o qual morreu no dia 2 de julho de 1901, sendo “*casado, sem prole, com Clotilde Baptista, de Assagão, de Bardez (...), ficando assim extinta a Casa*”;

3-VIII) D. Angélica Leopoldina de Melo, nascida no dia 24 de junho de 1851, morreu solteira a 24 de novembro de 1921, sendo “*sepultada na cova perpétua no cemitério da freguesia da Raia*”;

3-III) FREDERICO ALCÂNTARA DE MELO, que continua. Nasceu no dia 24 de fevereiro de 1834 e morreu, “*na Praça de Damão*”, a 30 de julho de 1888. Aí se acha sepultado “*no cemitério de Damão à esquerda (pelo lado do fosso) da Capela do cemitério, na 1.a classe*”. Tendo enveredado pela medicina, passou a maior parte da sua vida naquela possessão, onde se dedicou à clínica e conheceu considerável destaque. De acordo com o resumo biográfico que dele fez o seu genro (e também clínico) António Francisco Moniz, “*Médico-Cirurgião pela Escola Medico-Cirurgica de Nova-Goa, pela Carta de 7-10-1854. Cirurgião-Ajudante do Exército por Decreto de 8-9-1857. Cirurgião-mór Director do Hospital Militar de Damão por Decr. de 5-4-1867. Chefe do serviço de saúde, Presidente da Comissão de Inspeção de Saúde no Distrito de Damão, Cavaleiro da antiga e muito nobre Ordem da Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito, por Decr. de 11-11-1869. Cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de Aviz, por Decr. de 21-3-1878. Condecorado com a medalha de prata pelo comportamento exemplar, por Decr. de 21-5-1877. Elogiado pelo Governo Geral do Estado da Índia no Bol. Of. n.º 80 de 12-10-1872, pela philanthropia com que se houve na epidemia de cólera-morbus em Damão*”.

Frederico Alcântara de Melo casou a 12 de fevereiro de 1860 com D. Ana Maria Joana Idalina Pinto, de Saligão. Esta senhora, que havia nascido no dia 7 de dezembro de 1839, era filha de Caetano António Pinto e de Ana Feliciano da Gama.

D. Ana Maria Joana Pinto morreu na terra natal da família do marido no dia 11 de dezembro de 1897, tendo sido o seu corpo sepultado “*na cova perpétua do cemitério da Raia*”.

Este casal houve numerosa prole, tendo contudo grande parte dos seus filhos morrido muito cedo:

4-I) Francisco Alberico Ligório de Melo, o qual nasceu em Saligão no dia 9 de fevereiro de 1861 e morreu precocemente na mesma localidade a 1 de setembro de 1864;

4-II) inominado falecido “*De parto prematuro, nasceu e fal. em Out. de 1862*”;

4-III) Vicente Paulo, também nascido em Saligão, no dia 3 de janeiro de 1864, faleceu em Mapuçá a 15 de julho do mesmo ano;

4-IV) D. Maria Felicidade Elvira de Melo, que nasceu em Saligão no dia 18 de maio de 1865. Casou a 14 de abril de 1883 com Arnulfo Francisco Mascarenhas, originário de Loutolim e ajudante da conservatória da comarca das Ilhas. Dele teve, no curtíssimo espaço de tempo em que estiveram casados (pois faleceu logo a 15 de Novembro de 1884), dois filhos:

4-IV-1) D. Elisa Prudência Mascarenhas, nascida no dia 12 de janeiro de 1884, casou com Joaquim Heliodoro Monteiro, também natural de Loutolim;

4-IV-2) Arnulfo Francisco Mascarenhas, que nasceu a 25 de maio de 1885;

4-V) Virgínia Matilde Lucinda da Piedade, a qual nasceu em Mapuçá no dia 23 de abril de 1867 e morreu na Raia em 1869;

4-VI) uma outra rapariga, que também deve ter falecido nos primeiros meses de vida, de qual António Francisco Moniz nem sabia o nome e apenas anotou “*Falta 6.a*”;

4-VII) D. Ana Maria Felícia de Melo, que nasceu em Damão no dia 25 de abril de 1870. Aí casou, no dia 25 de fevereiro de 1889, com Antônio Francisco Moniz Júnior¹³⁶⁰. Este descreve-se da seguinte forma: “*Cavaleiro das Ordens de N. S. da Conceição de Vila Viçosa e da Estrela Brilhante do Oriente, Advogado, 1.º Substituto do Juiz de Direito e Delegado da Instrução Primária em Damão, filho do médico António Filipe Moniz, da antiga Casa de “Adsulim”, de Benaulim*”. Aleixo Costa complementa estes dados. Por um lado, dá-nos conta das datas do seu nascimento e morte: 6 de dezembro de 1862 e 10 de dezembro de 1867, em Damão¹³⁶¹. Por outro, acrescenta que foi também presidente da câmara municipal local e sócio da Sociedade de Geografia. E conclui nos seguintes termos: “*Quer como advogado quer como juiz da comarca de Damão, António Francisco Moniz deixa numerosos documentos da sua isenção de homem de consciência limpa e da rectidão do seu espírito esclarecido, pelo que se impôs sempre à consideração pública. Deixa numerosa colaboração em jornais como Herald e O Anglo Lusitano, de Bombaim, onde pugnou pelo progresso da terra que lhe deu o berço*”¹³⁶². Para além dos artigos dispersos pelos periódicos da época, publicou três trabalhos sobre Damão: *O perfil do Damão Agonizante (Cartas de Damão)* (sob o pseudónimo Smedo; Bombaim, 1908); *Resumo da História de Damão* (incluído na obra coletiva *A Índia Portuguesa*, Goa, 1923) e o volumoso *Notícias e Documentos para a História de Damão: antiga Província do Norte* (Bastorá, 1900-1923). Esta obra ainda hoje constitui um importante repositório para os que estudam o Damão dos séculos XVIII e XIX, nomeadamente o período em que o prefeito Bernardo Peres da Silva aí se instalou. Tal justificou a sua reedição num só volume em 2000, por iniciativa da Associação Fraternidade Damão-Diu.

Foram filhos deste casal:

4-VII-1) António Filipe Moniz, nascido no dia 19 de dezembro de 1889. Casou com D. Guilhermina Henriqueta de Noronha, filha de Sócrates de Sousa e Noronha e de Jacinta Maria Angélica Peres¹³⁶³. Era portanto do médico goês Sócrates de Noronha – o qual nasceu e, Pangim a 5 de junho de 1889, estudou em Bombaim e aí “*fez toda a sua vida*”. De acordo com Aleixo Costa, “*Após a sua formatura, em Medicina, pela Escola Médica de Bombaim, especializou-se em Londres, Paris e Viena, exercendo, mais tarde, a sua especialidade no Nair Hospital, e como lente do National Medical College, de Bombaim. Durante a última grande guerra, com a graduação de capitão-de-fragata-médico da Royal Indian Navy, foi dermatologista do St. Georges Hospital e do Polish Red Cross Hospital, sendo condecorado pelos altos serviços prestados nas campanhas de higiene social, levadas a cabo na cidade de Bombaim, com a medalha de “Member of the British Empire” e as medalhas de Kaiser-I-Hind, da Coroação e do Jubileu. Era presidente da Direcção do College of Physicians & Surgeons, de Bombaim*”. Deixou numerosa obra publicada, sobretudo em inglês e nas suas áreas de especialização. Destacamos porém as duas memórias que apresentou ao II congresso provincial da Índia Portuguesa realizado em Pangim em 1917, ambas versando um tema particularmente caro aos goeses que como o autor se fixavam em Bombaim: *A sorte do emigrante goês no foco da emigração* e *Como valorizar o emigrante goês*¹³⁶⁴;

4-VII-2) Ana Bernardina, a qual nasceu a 11 de agosto de 1891 e faleceu logo em 6 de abril do ano seguinte;

4-VII-3) D. Eulália Leopoldina Maria Piedade Moniz, gêmea da anterior. Casou em 1913 com o “*Dr. Herculano de Sá, da Piedade*”. Foram o tronco de uma destacada plêiade de médicos de origem goesa fixados em Bombaim. De acordo com Fátima da Silva Gracias: “*Herculano de Sa (1881-1958) from Piedade (Ilhas) started his medical career as tutor at the Grant Medical College and in 1926 he was appointed professor of Midwifery and Gynaecology at G.S. Medical College.*

¹³⁶⁰ Veja-se o título Fernandes de Noronha, de S. Matias, ponto 4-VIII).

¹³⁶¹ Indica porém, certamente por lapso, o nome da mulher como sendo o de sua mãe.

¹³⁶² Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 313 e 314.

¹³⁶³ Veja-se o título Álvares de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 4-V-4), a).

¹³⁶⁴ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 365 e 366. No mesmo sentido, Gracias, Fátima da Silva (1994), 200.

He set up a maternity home at Chowpatty. His daughter Juliet de Sa-Sousa (1912-1986) became in 1939 the first Goan woman surgeon of Bombay, Later she was put in charge of Midwifery department of Grant Medical College. On her father's death she took over his nursing home. His son Joseph (Joe) Vincent de Sa after advanced training in U.S.A. and Great Britain joined the K.E.M. Hospital as the head of the E.N.T. department. He became a member of International College of Surgeons, Fellow of the American College of Surgeons and some other associations”¹³⁶⁵;

4-VII-4) José João Filipe Nery Moniz, que nasceu a 26 de maio de 1893, tendo morrido no dia 20 de janeiro de 1916;

4-VII-5) Ana Joaquina Idalina, nascida em 18 de agosto de 1895, morreu a 15 de abril do ano imediato;

4-VII-6) João Carlos da Conceição, “*nascido em 5-3-1897*”, casou com Clara Genoveva de Faria, nascida na Raia;

4-VII-7) Viriato Manuel Josafat, “*nascido em 7-11-1898*”;

4-VII-8) Miguel Xavier Roque, nascido na Raia a 29 de Setembro de 1901;

4-VII-9) Padre Roque João Luís, que nasceu em Damão no dia 12 de Agosto de 1903;

4-VIII) relativamente à qual anota Moniz: “*Teve de parto prematuro uma filha de 8 meses, aos 20 Abril 1871, que veio a falecer logo*”;

4-IX) FRANCISCO CARLOS ALBERTO UBALDINO DE MELO, que segue;

4-X) “*Teve de parto prematuro aos 7-8-1873 uma filha de 8 meses que faleceu logo*”;

4-XI) Francisco Vicente Hermenegildo, que nasceu em Damão no dia 13 de abril de 1875 e morreu na Raia a 17 de abril do ano seguinte;

4-XII) Maria Helena Filomena Anastácia, a qual, tendo nascido a 3 de setembro de 1877, faleceu em Damão no dia 2 de junho de 1878;

4-XIII) Luís Gonzaga Filomeno Sócrates de Melo, “*nasc. na Praça de Damão a 26-1-1879. – Nomeado escriturário interino da Repartição da Fazenda do Concelho de Sanguém por desp. de 5-3-1904 (Bol. Of. n.º 21) – Promovido interinamente a 2.º Aspirante por P.P. n.º 251 de 11-6-1914 e definitivo por P.P. n.º 636 de 29-11-1917. Nom. Secretário do Comando Militar de Canácona por P.P. n.º 131 de 24-2-1919. Adido à Secretaria Geral por P.P. n.º 211 de 3-2-1920. – Faleceu repentinamente de ataque cardíaco estando a tomar sopas num hotel em Pangim em 9-3-1939 e o seu cadáver transportado para Raia, foi sepultado na tarde do dia seguinte na cova perpétua da família, no Cruzeiro do Cemitério da Raia*”;

4-IX) FRANCISCO CARLOS ALBERTO UBALDINO DE MELO, que continua. Comumente conhecido por Carlos Alberto de Melo, nasceu no dia 13 de março de 1872. Fez carreira nos serviços da administração pública do Estado da Índia: “*nomeado escriturário da repartição da Fazenda do Concelho de Sanguém por P.P. n.º 347 de 2-6-1898 (Bol. Of. n.º 41). Promovido a 2.º aspirante da Fazenda Provincial por Port. do Ministério da Marinha e Ultramar de 30-12-1901 e Desp. de 15-1-1902 (Diário do Governo n.º 12 de 16-1-1902 e Bol. Of. n.º 13 de 14-2-1902)*”. António Maria da Cunha, em obra mais recente, completa as notas de António Francisco Moniz e dá-nos conta de que Carlos Alberto de Melo passou a 27 de dezembro de 1907 para o lugar de primeiro

¹³⁶⁵ Gracias, Fátima da Silva (1994), 200.

aspirante, transitando para o de segundo oficial em 1912 (tomou posse a 18 de Novembro do dito ano). Foi também escrivão da Fazenda em Sanguém, Diu e Pondá – em 1904, 1911 e 1914, respetivamente – e chefe de contabilidade das Obras Públicas em 1913¹³⁶⁶. Casou em Pangim a 28 de janeiro de 1905 com D. Luzia Raquel Aurélia Gonçalves. Esta senhora nascera a 21 de outubro de 1879 e era filha do “*distinto advogado e escritor indio*”¹³⁶⁷ Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves e de sua mulher D. Leocádia Maria Francisca Agostinha da Cunha.

Tiveram:

5-I) D. Berta Lígia Idalina de Melo, a qual nasceu em Pangim no dia 19 de outubro de 1905. Casou na Raia a 22 de novembro de 1921 com Argemiro da Gama Barreto, médico-cirurgião pela *Escola de Bombaim*, que como clínico militar ingressou no exército inglês durante a primeira grande guerra. Gama Barreto, nascido a 21 de dezembro de 1886, era filho de Pedro Joaquim Barreto e de D. Matilde da Gama. Com geração;

5-II) MIGUEL ANTÓNIO ALCÂNTARA DE MELO, que segue;

5-III) Carlos Alberto Alcântara de Melo, nascido em Sanguém no dia 3 de junho de 1908. Quando António Maria da Cunha publicou o seu trabalho, era “*aluno do Liceu Central*”¹³⁶⁸;

5-IV) Luís Fernando Frederico Alcântara de Melo, que nasceu em Sanguém a 1 de abril de 1910 e em 1925 também era “*aluno do Liceu Central*”;

5-V) Maria Palmira Idalina de Melo, a qual nasceu na Raia no dia 28 de março de 1912;

António Francisco Moniz apenas indicou estes filhos do casal Carlos Alberto de Melo e D. Raquel Gonçalves. Na verdade, eram os que os mesmos tinham à data da redação da genealogia que serviu de base ao presente título. Gomes Catão, apesar de ter dado por concluída a sua cópia anotada e acrescentada em 1950, não se preocupou em completar a listagem dos Melo desta última geração. Houve assim que recorrer a António Maria da Cunha para conhecermos os nomes da restante descendência do casal:

5-VI) Júlio Alfredo Alcântara de Melo, que nasceu em Pondá no dia 17 de janeiro de 1915. Foi aluno do seminário de Rachol;

5-VII) Rui Gastão Alcântara de Melo, nascido também em Pondá, a 22 de novembro de 1916;

5-VIII) Francisco Vasco Cesário Alcântara de Melo, que nasceu em Pangim no dia 1 de novembro de 1918;

5-IX) Maria Jesuína Olga Idalina de Melo, gémea do anterior;

5-X) “Uma menina nascida, na Raia, em 13 de Maio de 1924 e falecida na mesma data”;

5-II) MIGUEL ANTÓNIO ALCÂNTARA DE MELO, que continua. Nasceu na Raia a 28 de janeiro de 1907. Foi nomeado em 1925 escriturário do quadro interno dos serviços aduaneiros de Goa. Casou com D. Maria do Carmo Gonçalves, filha do capitão Hermano José Gonçalves e de D. Esmeralda Rangel¹³⁶⁹. Com geração.

¹³⁶⁶ Cunha, António Maria (1925), 117.

¹³⁶⁷ Nas palavras de António Maria da Cunha.

¹³⁶⁸ Cunha, António Maria (1925), 118.

¹³⁶⁹ Veja-se o título Gonçalves, da Piedade, ponto 6-I-2), c).

MIRANDA, DE LOUTOLIM

1) BONIFÁCIO DE MIRANDA, o qual, segundo os dados relativos à família disponíveis no *site* <http://www.geni.com>¹³⁷⁰, terá nascido em junho de 1718, sendo filho de João de Miranda e Emerciana de Figueiredo. Ainda de acordo com aquela fonte – sendo de notar que não lográmos comprovar documentalmente a veracidade destes elementos até à geração do seu filho António Francisco de Miranda (o qual era o primeiro da família de que tínhamos conhecimento) – Bonifácio seria irmão de Leonor de Miranda.

Foram filhos do seu casamento com Isabel da Cunha, de acordo com a informação disponível em <http://www.geni.com>:

2-I) Padre João Baptista de Miranda;

2-II) Padre Francisco Mariano de Miranda;

2-III) ANTÓNIO FRANCISCO DE MIRANDA, que segue;

2-IV) António Salvador de Miranda, que casou com Rosália Severina de Mendonça, filha de Custódio de Mendonça e de Rosa Carvalho, de quem houve:

2-IV-1) Vicente Custódio de Miranda, s.m.n.;

2-III) ANTÓNIO FRANCISCO DE MIRANDA, que continua. Provavelmente nascido em Loutolim, onde era morador. Casou com Rosa Ana Xavier da Costa, filha de Pedro Paulo da Costa e de Ana Maria Pereira, de quem teve, segundo declaram no seu testamento de mão comum¹³⁷¹, sete filhos¹³⁷²:

3-I) PEDRO JOAQUIM DE MIRANDA, que segue;

3-II) Padre João Baptista de Miranda;

3-III) Roque Piedade Caetano Necessidade de Miranda, que veio a casar com Josefina Luciana Epifânia de Misquita, filha de Joaquim Francisco de Misquita e de Maria Inês da Costa, de quem houve:

3-III-1) Maria Amália Edviges de Miranda, que parece ter morrido solteira;

3-III-2) Maria Expectação de Miranda, a qual também não terá casado;

3-III-3) Roque Caetano Francisco Xavier Sebastião de Sales Aleluia da Piedade de Miranda, que terá nascido na Raia a 4 de abril de 1861. Casou com Joana Fremioth da Costa, de Curtorim. Tiveram, pelo menos¹³⁷³:

a) António Alberto Cursino do Coração de Jesus de Miranda, nascido no dia 30 de abril de 1887;

¹³⁷⁰ Dados que foram em boa parte introduzidos por Maria de Fátima do Rosário de Miranda – <http://www.geni.com/people/Bonifacio-de-Miranda/600000000777365528> (consultado pela última vez a 12 de fevereiro de 2013)

¹³⁷¹ Que reproduzimos no anexo II: testamentos – N57.

¹³⁷² O que não coincide inteiramente com os dados fornecidos no *site* já referido, onde se indicam como filhos do casal para além de Pedro Joaquim, Mariana Isabel, Roque Caetano e o padre João Baptista Máximo de Miranda apenas um outro eclesiástico, padre Vicente Baptista, que nem sequer é referido no testamento dos progenitores.

¹³⁷³ No que diz respeito à descendência deste casal, bem como à família Mercês de Mello em geral, leia-se Mello, Maria Lucília Mercês de (2002). Note-se, contudo, que a autora, assumindo embora não conhecer profundamente a família Miranda, parte do pressuposto de ser Roque Caetano filho de Constâncio do Rosário de Miranda, do qual parece ser, afinal, primo direito.

b) Aires Epifânio Mariano de Santana de Miranda, engenheiro silvicultor, subdiretor dos serviços de agricultura de Goa. Casou com Maria Berta da Costa, de Curtorim, de quem teve, nomeadamente, **Maria de Lourdes Edwiges de Miranda**, a qual casou com o advogado *provisionário* Luís Raimundo Rodrigues. Este último (batizado em 1922) era filho de Auspício Bento Caetano Francisco Menino de Siqueira e de Maria Ângela Amanda Loreta Ubaldina Francisca Judite de Menezes. Neto paterno do advogado *provisionário* Luís Raimundo Rodrigues e de Ana Ditosa do Carmo Rita Filomena Hermínia de Siqueira¹³⁷⁴. Ana Ditosa do Carmo¹³⁷⁵ era filha de João António Pedro de Siqueira e de Luísa Generosa Rodrigues Chicó (natural de Candolim), pelo que neta paterna de Mariano Camilo Rodrigues (o qual, segundo os apontamentos de Maria Luísa de Siqueira Coutinho, teria sido médico e “*1.º cirurgião-mór do batalhão*”¹³⁷⁶) e Maria Augusta Lobo¹³⁷⁷. Luís Raimundo Rodrigues parece ser filho de Bento Caetano Maria Rodrigues¹³⁷⁸ e neto de outro Luís Raimundo, o qual foi igualmente advogado *provisionário* e era presidente da câmara de Bardez em 1822¹³⁷⁹.

Possuímos, graças à documentação existente no arquivo desta família de que nos foi amavelmente facultada cópia por Vernon Lobo, alguns elementos adicionais relativamente ao *supra* referido João António Pedro de Siqueira, nascido em Dossvaddo (Socorro) em 1827¹³⁸⁰ e falecido “*inesperadamente*”, “*ainda muito novo, (...) de infecção, dentro de tres dias, devido a ter pizado um furunculo, por ter feito a viagem a cavalo, para Candolim, onde se foi encontrar com a esposa e filhas, que para lá tinham ido assistir ao funeral de um tio*”¹³⁸¹ no ano de 1867¹³⁸². Era comerciante e fazia “*negocio em grande escala com o*

¹³⁷⁴ Maria Ângela Amanda era, assim, irmã de **Olimpia Senhorinha Emília Rodrigues**, casada com João Gualberto Pinto, de quem houve geração – consulte-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Pinto, de Candolim, ponto 6-III-1), b).

¹³⁷⁵ Foram irmãs de Ana Ditosa do Carmo Hermínia: (i) **Uberlinda de Siqueira**, casada com Salustiano Rodrigues, irmão do seu cunhado Luís Raimundo, e (ii) **Luísa Amandina Lívia de Siqueira**. Esta casou com João António Valeriano Coutinho (nascido em Aldoná, médico, o qual praticou clínica em Cabo Verde; sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa), com quem se instalou em Lisboa. Foram filhos deste enlace:

- (a) **Regina de Sequeira Coutinho**;
- (b) **Maria Luísa Emerciana Gabriela Rodrigues de Sequeira Coutinho**, nascida em Cabo Verde (Sal) em 1887, estudou em Lisboa, onde fez o curso de piano e canto. Aí casou, no ano de 1914, em Benfca, com um primo, João António Plácido de Sequeira, com quem voltou para Goa em 1925. Fixaram residência em Salvador do Mundo (Badém). Maria Luísa de Sequeira Coutinho ficou conhecida na Goa de então pela sua colaboração em vários jornais e revistas e algumas publicações, várias delas pequenos contos. Para mais informações biobibliográficas, consulte-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 218 e 219;
- (c) **Joaquim Xavier Otto de Sequeira Coutinho**, engenheiro, professor nas universidades de Georgetown e de Berlim. Foi-nos facultada, em Goa, uma detalhada nota biográfica manuscrita deste personagem, que reproduzimos em apenso – veja-se o anexo I: documentos avulsos – nº 18, doc. IV.

¹³⁷⁶ Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 18, doc. IV.

¹³⁷⁷ Quer isto dizer que era irmã de, entre outros, (i) **Carmelina Rodrigues Chicó**, a qual casou com Joaquim Agostinho do Carmo Lobo; (ii) **Ramiro Rodrigues Chicó**, falecido solteiro e sem geração; (iii) **Benvinda Rodrigues Chicó**, casada com José João da Gama; (iv) **Luís António Rodrigues Chicó**, casado com Amélia de...; (v) **Idalina Rodrigues Chicó**, que casou com Micael Josefino Roberto de Pinho; (vi) **Joaquim António Rodrigues Chicó**, casado com Guilhermina de ...; e (vii) **Manuel Vicente Lobo Rodrigues Chicó**. Rodrigues Chicó nasceu em Candolim, tendo-se licenciado em engenharia agrónoma em Poona, findo o qual retornou a Goa, onde trabalhou enquanto agrónomo. Parte, em data que desconhecemos, para Portugal, fixando-se em Évora, onde casou com D. Rufina da Conceição Guimarães e desenvolveu a sua atividade profissional nas propriedades da casa Cadaval. Morreu nessa cidade alentejana a 7 de novembro de 1918. Cremos que não teve geração. No entanto, adotou, em conjunto com a sua mulher, uma menina pequena, Júlia Luísa da Silva, a qual, depois de ter estudado pintura na Escola Superior de Belas Artes, casou com Manuel Jacinto de Sousa Tavares. Foram os progenitores de Mário de Sousa Tavares (n. 1905), o qual, em atenção aos avós maternos adotivos – os quais também velaram pela sua educação – passou a usar, em adulto o seu nome. E é efetivamente como Mário Tavares Chicó que passou à posteridade, sendo ainda hoje conhecido como um dos mais destacados historiadores da arte portugueses da sua geração. Parte da obra que publicou é dedicada a Goa, o que talvez possa ser um reflexo da influência que o avô materno teve na sua formação.

¹³⁷⁸ Que, de acordo com os dados que dispomos (embora não o tenhamos logrado confirmar documentalmente) foi irmão do padre António Pedro Floriano Rodrigues, pároco de Ribandar e desembargador da Relação eclesiástica de Goa nos finais da década de sessenta do século XIX.

¹³⁷⁹ Abreu, Miguel Vicente de (1862), 108.

¹³⁸⁰ De acordo com as memórias de Maria Luísa de Siqueira Coutinho, era filho de Ana Ditosa Lousadas – anexo I: documentos avulsos – nº 18, docs. IV.

¹³⁸¹ Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 18, docs. II e III.

¹³⁸² João António Pedro de Siqueira teve, pelo menos, dois irmãos e duas irmãs. Os rapazes tinham sido ambos “*maestros em Bombaim*”. No entanto, as versões do documento III e do documento IV não são totalmente coincidentes. Se, por um lado, Maria Luísa de Siqueira Coutinho avança os nomes destes seus velhos tios (Salvador Siqueira e António Caetano de Siqueira), por outro, e ao contrário do testemunho citado

Oriente”, mantendo também, aparentemente, interesses em Bombaim (à semelhança do que sucedia, aliás, com os mais destacados homens de negócio de Goa). Para mais informações sobre estes Siqueira e a sua relação com a chamada *casa dos portais de Britona* vejam-se as notas introdutórias do título Rodrigues, de Badém.

c) Roque Caetano do Patrocínio de S. José de Miranda, casado com Blanche de...; com geração;

d) Maria Efigénia Aurélia da Piedade de Miranda;

e) Maria Lucília de Miranda, nascida em Loutolim em 1883, tendo falecido em 1965. Casou com Francisco João de Mello, que parece ter nascido em Neurá (em 1875¹³⁸³), e morreu em Margão no ano de 1940¹³⁸⁴, do qual teve os seguintes filhos: **(i) Lúcio Condorcet Carlos Francisco Santana das Mercês de Mello**¹³⁸⁵ (nascido em Loutolim a 15 de Abril de 1902¹³⁸⁶ e falecido em Lisboa em 1993, engenheiro agrónomo e silvicultor pelo ISA, onde também concluiu o curso de especialização colonial, o qual trabalhou a maior parte da sua vida como investigador químico-agrícola da Estação Agronómica Nacional, comendador da ordem do mérito agrícola e industrial), **(ii) Maria Gracinda das Mercês de Mello**, **(iii) Padre Carlos das Mercês de Mello, sj** (saiu de Vernã, para ingressar na Companhia de Jesus, em 1935), **(iv) monsenhor António das Mercês de Mello**, **(v) Maria Clara das Mercês de Mello** (a qual também enveredou pela vida religiosa, ingressando na ordem das carmelitas), **(vi) Clotilde das Mercês de Mello**, **(vii) Lucinda das Mercês de Mello**; **(viii) Alvito das Mercês de Mello** e **(ix) Francisco Constâncio Evêncio das Mercês de Mello** (o qual nasceu no dia 22 de Abril de 1917, formado em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa e, posteriormente, licenciado em Medicina pela Universidade de Lisboa)

no documento III, admite (sem grandes certezas, é certo) que o que teria sido “*grande compositor sacro*” fora o que, mais tarde, morara em Banguinim. Diferente é o esquema seguido pelo outro biógrafo familiar:

- (i) ... de Siqueira**, de quem se sabia somente ter sido proprietário (*batcar*) e “*compositor sacro muito apreciado*” – consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 18, doc. I. Noutro documento, acrescenta “*tenho procurado as composições dele, mas nada consegui*” – consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 18, doc. III;
- (ii) ... de Siqueira**, residente em Banguinim e possuída considerável fortuna, que conservava na casa que aí mandara edificar. No entanto, nem os “*vários segredos por causa dos ladrões*” que instalara na referida habitação impediram que parte importante do recheio da mesma fosse roubada – atente-se no anexo I: documentos avulsos – nº 18, docs. II e III;
- (iii) ... de Siqueira**, a qual casou “*na casa que hoje ocupam os Mendanha*” em Torda. Enviuvou cedo, tendo tido dois filhos: um rapaz, Josinho, “*que foi para o Oriente e nunca mais se soube dele*” e uma rapariga, Cecília, que morreu solteira, aos 15 ou 16 anos, na *casa dos Portais de Britona*, de febre tifoide – consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 18, doc. III e IV;
- (iv) ... de Siqueira**, que casou com ... Mascarenhas, de quem houve dois filhos: ... **Mascarenhas**, falecido solteiro em Carachi; e **Caetano Mascarenhas**, que se mudou para Londres – anexo I: documentos avulsos – nº 18, doc. IV.

¹³⁸³ Embora por vezes também surja como natural de Vernã.

¹³⁸⁴ “*Meu Pai guardava para si todas as recordações do seu Mundo, deixado em Goa: da classe social da família; nível de vida; histórias ligadas a antepassados, alguns ilustres, (figuras marcantes da linha dos Mello, de Benaulim, por exemplo); da Casa-Mãe, típica de famílias brâmanes, do século XVIII, dos Miranda de Loutolim; da primorosa educação dada por estes a sua Mãe, a minha Avó Maria Lucília, e da simplicidade, conforto, graciosidade e calor humano que emanavam da Casa de Vernã, dos meus Avós, onde todos os filhos (à excepção do primogénito meu Pai, nascido em Loutolim) vieram ao mundo. Meu Pai nunca fez referência a isto, nem aos antepassados, nem ao brasão de armas encimando uma porta na casa dos Bisavós paternos, a Casa-Mãe de Loutolim; nem aos títulos eclesiásticos ou de professores universitários e cientistas da linha paterna*” – Mello, Maria Lucília Mercês de (2002), 106 e 107.

¹³⁸⁵ Embora também tenha usado o nome L. C. Santana das M. de M., que é o que consta, por exemplo, do alvará mediante o qual lhe é atribuída a comenda de mérito agrícola, em 1972.

¹³⁸⁶ Foi o primeiro da família a usar o nome Mercês de Mello, que recebeu por ter sido sua madrinha Nossa Senhora das Mercês – Mello, Maria Lucília Mercês de (2002), 5. Este terá sido um argumento para, em Maio de 1915, de acordo com o livro de registos familiar, se ter feito confrade de N. S. das Mercês de Vaddém – Mello, Maria Lucília Mercês de (2002), 17. Após concluir os estudos secundários em Goa, e quando estava a frequentar o primeiro ano de medicina da Escola Médico-Cirúrgica, partiu para Lisboa, onde se veio a licenciar no Instituto Superior de Agronomia. Maria Lucília Mercês de Mello transcreve a referência a esta partida que se encontra no livro de registos da família a que já nos referimos: “*No dia 5 de Novembro de 1919 saiu desta casa tendo tomado o comboio na estação de Margão às 9 horas da manhã, sendo acompanhado pelo seu tio Aires Miranda para seguir para Bombaim e daqui em 15 do dito embarcar num vapor da Companhia Italiana para seguir para Lisboa, o meu filho primogénito Lúcio que foi estudar Direito e Agronomia*” – Mello, Maria Lucília Mercês de (2002), 18.

Francisco João de Mello era irmão de Carlos de Mello, cónego da Sé de Goa – sendo todos filhos de Francisco Caetano Evêncio de Mello (1849-1916) e de Lucinda de Noronha (1851-1875), de Neurá. Netos paternos de Francisco João de Mello (1802-1867), natural de Benaulim, e de Clarina Piedade de Araújo, originária de Vaddém¹³⁸⁷; e maternos de Eugénio Paulo de Noronha (1812-1888)¹³⁸⁸ e de Rosa Maria de Menezes.

Acrescente-se, por fim, ser Francisco João de Mello parente próximo, precisamente pela sua linha paterna, de um dos mais lembrados elementos das elites *naturais* católicas da Goa do século XX: o médico Froilano de Mello (1887-1955), ao qual nos referimos no título Rodrigues, da Penha de França. Não nos foi possível, contudo, apurar o grau de parentesco existente entre ambos.

3-IV) Mariana Isabel da Piedade de Miranda, por vezes também chamada simplesmente Isabel de Miranda, a qual casou com Manuel Francisco de Menezes, de Curtorim, de quem teve geração;

3-V) Maria Aurora de Miranda, que casou com Joaquim Constâncio de Paula Fonseca, natural de Margão

3-VI) Maria Expectação de Miranda

3-VII) Maria Efigénia de Miranda

3-I) PEDRO JOAQUIM DE MIRANDA, que continua. Foi um abastado proprietário em Loutolim e um dos responsáveis pela administração fiscal das *Novas Conquistas*. Deve-se-lhe o engrandecimento do património (já considerável) que herdara dos seus pais e obras de vulto na casa de morada da família, em Loutolim. Casou com Teresa Maria Gomes, de quem houve:

4-I) Maria Escolástica de Miranda, nascida em Loutolim. Casou com António Nicolau da Silva, de Margão, filho de Inácio Sebastião da Silva e Ana Luísa Pereira¹³⁸⁹. Foi o herdeiro da casa dos Santana da Silva em Margão. Tiveram pelo menos:

4-I-1) Joaquim Sant'Ana da Silva, médico-cirurgião diplomado pela Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa. Casou com a sua prima direita D. Carmelina de Miranda, filha de Constâncio do Rosário de Miranda e de D. Maria Angélica Adelaide Ferreira¹³⁹⁰. Foram os avós do juiz Eurico Santana da Silva, atual principal proprietário da casa dos Santana da Silva de Margão;

4-II) CONSTÂNCIO DO ROSÁRIO DE MIRANDA, que segue;

4-III) D. Rosa Quitéria de Miranda;

¹³⁸⁷ Francisco João de Mello teve por progenitores Lourenço Santiago de Mello, de Benaulim, e Leonor de Sousa. Foram seus avós paternos Manuel de Mello, da mesma localidade, e Mónica Tavares. No que diz respeito à ascendência de Clarina Araújo, Maria Lucília Mercês de Mello forneceu-nos o seguinte esquema, colhido nos registos familiares:

1) Custódio da Costa, casado com Esperança Barreto, de quem houve:

2) João Baptista do Socorro da Costa, que veio a casar com Josefa da Costa, filha de Inácio da Costa e Filomena Pereira. Tiveram, pelo menos:

3) António Francisco da Costa, o qual casou com Ana Benedita Lourenço, filha de João Caetano Lourenço e de Maria Engrácia Faria. Destes nasceu:

4) Clara Susana de Costa, casada que foi com Domingos Salvador de Araújo, originário de Vaddem, filho de Custódio de Araújo e de Doroteia Baptista. Tiveram:

5) Custódio Xavier de Araújo (1797-1862), que casou com Maria Prudenciana das Neves (falecida em 1829), filha de Domingos Caetano das Neves e de Aurora Barbosa. Foram os progenitores de Clarina Piedade de Araújo.

¹³⁸⁸ Filho de Joaquim Columbano de Noronha.

¹³⁸⁹ Consulte-se neste anexo o título Costa, de Margão, ponto 7-V-2), a).

¹³⁹⁰ Veja-se *infra*, ponto 5-V).

4-II) CONSTÂNCIO DO ROSÁRIO DE MIRANDA, que continua. Advogado *provisionário*. De acordo com Pedro do Carmo Costa, nasceu no dia 21 de outubro de 1822 e morreu a 29 de agosto de 1877. Foi administrador fiscal da terceira divisão das *Novas Conquistas*, fidalgo cavaleiro da casa real (alvará de 16 de dezembro de 1871), comendador das ordens de Cristo (decreto de 21 de março de 1873) e de N.S. da Conceição de Vila Viçosa (decreto de 21 de agosto do mesmo ano) e recebeu carta de brasão de armas por alvará de 13 de julho de 1872¹³⁹¹. Casou com D. Maria Angélica Adelaide Ferreira, filha de João Filipe Ferreira, advogado *provisionário* e proprietário da ilha de Corjuém, e de sua mulher D. Ana Grácia Gertrudes Vaz¹³⁹².

Tiveram:

5-I) António Francisco de Miranda, natural de Loutolim. Foi sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa. Casou com D. Maria Cândida Carolina Correia da Graça. Esta senhora era filha do advogado *provisionário perista* Luís Xavier Correia da Graça, natural da ilha de Chorão (onde nasceu em 1807), e de D. Rosa Maria Clara Pinto¹³⁹³. Correia da Graça foi um advogado de méritos bastante reconhecidos em Goa, tendo inclusive desempenhado durante alguns anos funções de auditor do conselho de guerra e de juiz de direito da comarca das Ilhas. Interessado pela política local, teve assento durante vários anos na junta geral do distrito. Era, para além disso, um amante de temas históricos, pelo que muito recorrido por todos aqueles que desejavam saber mais sobre o passado de Goa. Cunha Rivara, por exemplo, refere-se-lhe em termos muito elogiosos no trabalho que dedicou à conjuração dos Pintos.

António Francisco de Miranda e D. Maria Cândida Carolina foram os progenitores de:

5-I-1) António Francisco Correia da Graça de Miranda, nascido em Loutolim no dia 10 de julho de 1897, morreu a 26 de novembro de 1957. De acordo com Aleixo Costa: *“Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra e foi delegado do Procurador da República em Huíla (1923-24), Bicholim (1924-26), Mormugão (1926-31) e Quepém (1934-47). Neste último ano foi promovido a juiz da 2.ª instância e colocado na Relação de Goa a que presidia deste Dezembro de 1956. Inteligência culta e de uma elevada elegância moral e social, António de Miranda foi um valioso elemento do desenvolvimento cultural da nossa terra. Conferencista, os seus trabalhos revestiam-se de um extraordinário brilho, cultura sólida e profundos conhecimentos humanísticos. Era sócio do Instituto Vasco da Gama e colaborou para O Heraldo”*¹³⁹⁴. Foi Graça de Miranda quem proferiu o discurso de saudação a Gilberto Freyre quando este foi recebido no Instituto Vasco da Gama em 1956. Dele dizem Devi e Seabra: *“Usando também o pseudónimo de Abel de Montalto, António Miranda (1897-1957) foi, se não um criador, pelo menos uma das figuras mais eminentes de intelectual goês, tendo sido grande a sua actividade de escritor. Publicou um ensaio sobre Eça de Queiroz, por ocasião do centenário do seu nascimento, que constitui uma notável homenagem. Também de tema literário, deu a público um ensaio sobre O Pensamento Político e Social de Rabindranath Tagore e outro estudo sobre a figura de Gilberto Freyre. Foi um feroz anticlericalista, criticando acerbamente o espírito religioso do povo goês em Alguns Aspectos da Nossa Mentalidade e na Intolerância Católica contra a Tolerância Protestante. Polígrafo incansável, António Miranda tratou também de problemas pedagógicos e publicou O Sentimento da Justiça na Educação, Educação e Hereditariedade e A Arte de Pensar. Juntamente com António Floriano de Noronha, Francisco António Wolfango da Silva e Luís de Menezes Bragança, formou, durante muitos anos, um grupo de grande influência na vida cultural de Goa, dominando o meio intelectual através do seu prestígio social e do Instituto Vasco da Gama”*¹³⁹⁵;

5-II) LÚCIO SANTANA DO ROSÁRIO DE MIRANDA, que segue;

¹³⁹¹ Costa, Pedro do Carmo (2003).

¹³⁹² Cfr. o título Álvares de Margão, Abreu da Piedade, Baptista de Loutolim e Ferreira de Corjuém, ponto 3-VII-2), a).

¹³⁹³ Id., ponto 3-VII-2), e).

¹³⁹⁴ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 301 e ss. O autor também elenca a relativamente vasta produção bibliográfica do biografado.

¹³⁹⁵ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 243.

5-III) João Baptista de Miranda, herdeiro da casa dos Miranda de Loutolim. Casou no dia 26 de abril de 1880 com D. Maria Eufregina Ermelinda Luísa Xavier, filha de Francisco João Xavier e de D. Maria Ermelinda Matilde de Abreu.

Tiveram:

5-III-1) Pedro Joaquim António Firmino do Rosário Miranda, “*nascido em Pangim a 1 de junho de 1881 em casa do seu avô materno e baptizado aos 12 do dito mez, sendo padrinhos o seu thio paterno Antonio Francisco de Miranda, proprietario e socio correspondente da sociedade de geografia de Lisboa, e sua thia-avó D. Rosa Quiteria de Miranda*”¹³⁹⁶. Licenciado em medicina pelas universidades de Bombaim e Londres, casou e fixou-se em Inglaterra;

5-III-2) Constâncio do Rosário e Miranda, “*nascido em Pangim a 19 de junho de 1883 em casa do seu avô materno e baptizado em 27 do dito mês, sendo padrinhos o seu thio paterno Theodozio Manoel de Miranda, advogado e chefe da extincta secção tributaria das Ilhas, e sua thia D. Carolina Candida Correa da Graça*”¹³⁹⁷. Foi advogado *provisionário*. Casou com D. Maria Zulema de Brito de quem houve designadamente o desenhador **Mário Miranda**. Este último foi o responsável pelo restauro da velha casa dos seus antepassados em Loutolim;

5-III-3) Geraldo Henrique Júlio Cândido Francisco Cesário do Rosário Miranda, “*nascido em Pangim a 26 de fevereiro de 1885 tambem em casa do seu avô materno, e baptizado em 8 de março do dito anno, sendo padrinhos o dito seu avô e sua thia paterna D. Carmelina de Miranda, esposa do medico-cirurgião Joaquim Sant’Anna da Silva*”¹³⁹⁸

5-III-4) Carlos Arnaldo Luís José Joaquim do Rosário e Miranda, “*nascido em Loutolim a 26 de agosto de 1891 em casa do seu pae, e baptiado aos 6 de setembro do dito anno, tendo assistido a esta cerimonia a sua avó materna D. Maria Ermelinda Mathilde d’Abreu e Xavier, sendo padrinhos o seu irmão mais velho Pedro Joaquim e sua thia D. Maria Esperança Lucilia Xavier e Ferreira*”¹³⁹⁹. Licenciado em direito pela universidade de Coimbra, foi juiz desembargador das Relações de Luanda, Lourenço Marques e Lisboa;

5-IV) Teodósio Manuel de Miranda, advogado *provisionário*, foi chefe da secção tributária das Ilhas;

5-V) D. Carmelina de Miranda, casada com o seu primo direito Joaquim Sant’Ana da Silva, de Margão, filho de António Nicolau da Silva e de D. Maria Escolástica de Miranda¹⁴⁰⁰;

5-I) LÚCIO SANTANA DO ROSÁRIO DE MIRANDA, que continua. Nasceu em Loutolim, onde foi batizado a 10 de março de 1863. Matriculou-se em direito na universidade de Coimbra no dia 14 de outubro de 1886¹⁴⁰¹. Advogado em Goa. Após o falecimento do seu irmão António Francisco casou com a viúva deste, D. Maria Cândida Carolina, de quem teve nomeadamente:

6-I) Álvaro Xavier Correia da Graça de Miranda, nascido em Pangim e falecido em Mapuçá no dia 11 de agosto de 1956. Advogado *provisionário*, “*Foi professor auxiliar do Liceu Nacional e do antigo Instituto Comercial de Goa. Exerceu, também, o cargo de administrador do concelho de Bardês. Era apaixonado pela música, sendo violinista de notável estilo e conhecedor profundo da arte de Mozart,*

¹³⁹⁶ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 52.

¹³⁹⁷ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 52 e 53.

¹³⁹⁸ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 53.

¹³⁹⁹ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 53.

¹⁴⁰⁰ Veja-se *supra* o ponto 4-I-1).

¹⁴⁰¹ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Lúcio de Sant’Ana do Rosário Miranda)

tendo tomado parte em vários concertos realizados no país”¹⁴⁰². Publicou em 1933 uma minuta de recurso intitulada *Um drama em dois actos com um prólogo e um epílogo*;

6-II) LÚCIO CORREIA DA GRAÇA DE MIRANDA, que segue;

6-II) LÚCIO CORREIA DA GRAÇA DE MIRANDA, que continua. Nascido em 1904, morreu em 1962. Licenciado em matemática pela universidade de Coimbra, foi professor de matemática em Ponta Delgada, Lourenço Marques e Goa. Devi e Vimala destacam-no como ensaísta e referem que foi “*autor de um interessante trabalho sobre Índia e Indianos e de um estudo sobre a figura de Adeodato Barreto*”¹⁴⁰³. Casou com D. Fedora Tavares do Canto Gusmão de Serpa e foi pai da historiadora **Sacuntala de Miranda**, nascida em Ponta Delgada em 1934

MISQUITA E PEREIRA, DE BENAULIM

Enquanto o estudo da família Misquita é hoje relativamente fácil graças à detalhada genealogia que um dos seus membros – monsenhor Seráfico de Misquita – lhe dedicou na década de 1960¹⁴⁰⁴, já o dos Pereira se encontra rodeado de maiores dificuldades.

No que diz respeito aos *Misquita* (apelido que talvez derive de uma corruptela de *Mesquita*¹⁴⁰⁵), existem inúmeros aspetos que espelham a sua pertença ao grupo das elites *naturais* católicas. Falamos designadamente da antiguidade da conversão da família (desde os tempos de Rodrigo e Pedro de Misquita, o primeiro em finais do século XVI – isto apesar de Seráfico de Misquita admitir haver sérias dificuldades em demonstrar documentalmente não só o parentesco entre os Misquita mais antigos mas também o facto de os mesmos serem ascendentes diretos da sua família¹⁴⁰⁶); da pertença à *gancaria* local; da proximidade à Igreja¹⁴⁰⁷ e aos jesuítas em especial; da existência de vínculos administrados pela estirpe e da antiguidade da *cova perpétua* onde se

¹⁴⁰² Costa, Aleixo Manuel da (1997), o.cit., vol. II, 301.

¹⁴⁰³ Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 245.

¹⁴⁰⁴ O autor não deixa de referir as principais fontes a que recorreu: “*O presente trabalho foi elaborado á face de numerosos documentos da família (escrituras de testamento, de Divisão de bens, de composição de questões, etc; petições, reclamações, declarações, etc., dirigidas às autoridades civis ou eclesiásticas; certidões de nascimento, baptismo, óbito, enterramentos, etc., assadas por pessoas competentes); de vários livros, como, por exemplo, Monimenta Eclesiástica Goana pelos Mto. Ver. Cónego F.X. Vaz e P.e P. da C. Campos, Bosquejo Histórico das Comunidades por F.N. Xavier, Oriente Conquistado pelo P.e F. de Souza, S.J.(.) História de Goa pelo P.e G. Saldanha, Petas Genealógicas (Refutação das) pelo Dr. J.I. Loloia; de diversos trabalhos publicados na imprensa do país por peritos na matéria, como Mons. Gomes Catão, Dr. P. Pissurlencar, Dr. Bragança Pereira; e dos processos de ordenações sacerdotais existentes do Arquivo da Cúria Patriarcal*” – Misquita, Seráfico de (1967), *Genealogia dos Misquitas de Benaulim. Da linhagem do autor deste trabalho desde o primeiro ascendente cristão*, Xaverian Press Training School, Pilar, Goa, 15.

¹⁴⁰⁵ Explica o autor já referido: “*Muita gente escreve o apelido “Misquita” com “e” na primeira sílaba e estranha que alguém o escreva com “i”, talvez porque só aquela maneira de escrever se acha registada nos dicionários e vocabulários. A família do autor desta genealogia, porém, escreve “Misquita”, porque é assim que este apelido se acha escrito nos documentos, ainda de há mais de dois séculos, que ela possui, bem como em um livro da Comunidade de Benaulim e outros da mesma época, que se encontram no Arquivo Histórico. Para mais “é permitida a grafia que cada um tenha adoptado na assinatura do seu nome”, como dizem Adriano Gomes e José Nunes de Figueiredo na sua gramática portuguesa, 16.a edição, pg. 31*” – Misquita, Seráfico de (1967), 14.

¹⁴⁰⁶ Esforça-se assim por expor com rigor os argumentos e indícios que sustentam a sua tese. Reproduzimo-los quando nos referimos a Rodrigo de Misquita.

¹⁴⁰⁷ Recordem-se episódios como a visita do arcebispo Silva Torres aos dois Misquita doentes, que conheceu grande repercussão em Benaulim, ou o facto de o padre missionário Lourenço Estêvão de Misquita, a quem se devia a instituição de um dos vínculos familiares, ter sido “*fundador e benfeitor*” de uma igreja na missão do Canará.

faziam os enterramentos¹⁴⁰⁸; da política de parentescos com outras estirpes pertencentes ao mesmo grupo cuidadosamente gizada ao longo dos séculos (entre os quais se encontram designadamente os Pereira).

No respeitante aos *Pereira*, os dados de que presentemente dispomos são muito escassos. Importa desde logo aludir ao *provisionário perista* António Manuel Pereira, ao qual nos referimos no corpo da tese. Este casou com Quitéria Maria Rodrigues, de Vernã, filha de Salvador Rodrigues de Jesus e Ângela da Piedade. Viveram no bairro Magelvaddo, em Benaulim, e tiveram pelo menos **Caetano Francisco Constâncio Pereira**, o qual nasceu na mesma aldeia de Benaulim a 18 de fevereiro de 1822 e foi aí batizado no dia 25 do mesmo mês e ano. Conforme explica Vicente de Abreu: *“foi um dos mancebos escolhidos em 1840 para ir estudar a Portugal aonde cursou com aproveitamento notável os dois primeiros annos da faculdade de mathematica, quatro de philosophia e todas as cadeiras que constituem o curso completo de medicina e cirurgia na universidade de Coimbra e por duas vezes mereceu o primeiro accessit; completou o curso em 1852 e não tendo podido vir para Goa no emprego que sollicitara, exerceu clinica em Aviz, Monforte, em Castello de Vide, e no Crato e em todas essas terras grangeou a unanime reputação de medico habil e de homem honrado; – na revolta da Maria da Fonte em 1846 e 1847 fez parte do batalhão academico e ahi portou-se com valor –; finalmente falleceu no Crato a 31 de julho de 1873”*¹⁴⁰⁹. A família Pereira conservou até há relativamente pouco tempo parte das cartas que Caetano Francisco escreveu de Coimbra, onde descrevia a sua vida universitária. Estes documentos foram no entanto vítima da formiga *cariá* e perderam-se. Desapareceu assim uma oportunidade talvez única de conhecermos melhor as vivências e impressões dos jovens membros das elites *naturais* católicas na Coimbra da década de 1840.

O ascendente mais remoto referido na *Genealogia* de 1967 é:

1) RODRIGO DE MISQUITA, que terá sido o primeiro convertido da família. Seráfico de Misquita explica que: *“A Comunidade de Benaulim, por seu nemo de 19 de Outubro de 1596, aforou aos Jesuitas um terreno “para nele se fundar a Igreja de S. João Baptista”, tendo tomado parte nesse nemo, como outorgantes”* vários gancares, entre os quais se encontrava Rodrigo de Misquita, *“filho de Vitula porbu”*. E aduz: *“Reproduzindo, na integra, o treslado dessa longa “carta de aforamento” em um artigo intitulado “Primeiros Cristãos em Salsete” e publicado na revista arqueológica “O Oriente Português”, n.o 6, ano 1934, pag. 306-337, o saudoso publicista Amandio Gracias, que foi Director da Fazenda do Estado da India e um dos mais apreciados investigadores das antiguidades desta terra, acrescenta: “A familia Misquita, naturalmente descendente do gancar Rodrigo de Misquita, mencionado no nemo supra, parece que era a esse tempo notável, pois entre os papeis avulsos guardados no arquivo da Fazenda encontramos uma petição de João de Misquita, brâmane, f.o de P.o de Misquita, pedindo a S. Magestade lhe faça mercê dos cargos lingoa e contador da alfandega de Dio e de corretor peq.no e ... (é ilegível) de algodões da mesma alfândega cada hum por tres anos com licença para renunciar ou testar”. Não se vê a data dessa petição, mas deve ser de 1665, pois duma carta testemunhável passada pelo D.or Luis Monteiro da Costa, Ouvidor Geral do Civel e das justificações da India e datada de 24 de Novembro de 1665, consta que o mesmo João de Misquita serviu o Estado 8 anos pela maneira seguinte: “De Novembro de 1653 té Mayo de 1654 nas prayas de Benauly sendo cap.m (capitão-mor?) da g.te daq.la aldeã por andarem naquele mar lanchas olandesas, e o verao de 1656 acompanhou ao general Dom Manuel Maz. com a sua g.te sendo encarregado de hum posto no Vayciro em resão das guerras dos mouros, e o de 1655 fez assistência nas mesmas prayas sendo general D. M.ell Lobo da Silveira, em 1656 por ordem do general Dom João M.el assistio em Mormugao com a sua g.te no beluarte Sem B.en com 20 homens de sua g.te C.sisco cada quarto sustentando-os a sua custa emq.to fizeram assistencia na barra naos olandesas; os veroes de 1657, 58 e*

¹⁴⁰⁸ “A família de quem escreve estas linhas, foi outrora senhora de dois vínculos (morgados), instituídos, um em 1685 pelo P.e António Lourenço (...), e o outro, posteriormente, por José de Almeida, ambos de Margão, mas, ao presente, possui apenas uma parte desses bens, cumprindo o respectivo encargo – quarenta e tal missas anuais. Possui também ao menos desde Teodósio José, uma cova perpétua no cruzeiro do Cemitério, como consta dos livros paroquiais, mas essa posse cessou quando o Arcebispo S. Galdino determinou que não fosse reconhecido o direito á Cova Perpétua aos que não apresentassem a Provisão da concessão; os possuidores daquela Cova na poderam apresentar este documento. Foi isso há cerca de um século e meio” – Misquita, Seráfico de (1967), 14.

¹⁴⁰⁹ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 16 e 17. Matriculou-se em filosofia a 18 de outubro de 1843, matemática no dia 4 de outubro do ano seguinte e em medicina a 18 de outubro de 1847. Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Caetano Francisco Pereira).

59 por ordem dos generais D. Gilianes de N. ha B. en de mas. cos, e Luis de M. ca Furtado fes assistencia nas mesmas prayas e o ultimo, acompanhou a Luis de M. ca nas guerras de ..., na sahida que fes a Cuculy. Os veroes de 1661, assistio na ... das mesmas prayas e fasendo sempre barracas e ramadas a sua custa. Apresenta suas folhas corridas na faz. da contas e crimes, e consta não ser devedor a faz. da real nem ter crime algum. Por certidão dos m. os q. se lhe não fes nenhum. P. a V. Mg. e em satisfação destes serviços lhe faça m. cê; ds cargos de lingoa e contador da alfândega de Dio, e de corretor peq. no e... de algodões da mesma alfândega cada um por tres anos com licença p. a renunciar ou testar”. Temos, assim, que: a) um indivíduo, chamado Rodrigo de Misquita e portanto já cristão, gancar da aldeia de Benaulim, tomou parte em 1596, como um dos outorgantes, no acima mencionado nemo; b) Antônio Gomes e Rodrigo de Misquita pertencem a único vangor; c) segundo Amâncio Gracias, a família Misquita, isto é, todos os Misquitas de Benaulim, descendem desse Rodrigo; d) A. G. encontrou no Arquivo da Fazenda uma “petição” dirigida ao Rei por João de Misquita, filho de Pedro de Misquita, para ser provido nos cargos de língua e contador de alfândega de Dio e de corretor pequeno e ... de algodões da mesma alfândega, em recompensa dos seus serviços; e) essa petição – cuja data não se vê, – deve ser de 1665, porquanto A. G. encontrou também uma “Carta Testemunhável”, passada pelo Ouvidor Geral do Cível e das justificações da Índia e datada de 24/11/1665, declarando que o mesmo João de Misquita serviu o Estado durante oito anos, de 1653 a 1661, em defeza de soberania, acompanhando os Generais ou fazendo assistência, por ordem deles, em várias partes: Benaulim, Mormugão, Vayciro, Cuncolim, etc. Dos documentos que a minha família possui, vê-se que ele descende dos ditos Pedro e João. Apesar, porém, dos meus esforços, não encontrei nenhum documento ou escrito donde conste que esse Pedro e toda a família descendem do referido Rodrigo de Misquita, Mas todos os Misquitas de Benaulim são gancares desta aldeia e pertencem a um só vangor; esse vangor deve ser aquele mesmo a que, como vimos, pertenciam esse Rodrigo e Antônio Gomes, pois, aliás, devia haver dois vangores dos Misquitas – coisa que não há nem consta ter algum dia havido; nenhum Misquita, além de Rodrigo, interveio no referido nem nem figura, em parte alguma, entre os primeiros cristãos de Benaulim; como veremos, um neto de Pedro chama-se Rodrigo, o que, se considerarmos os costumes vigentes nesta terra quanto a imposição de nomes, é deveras sugestivo no caso vertente; um apontamento da família, falando desse Pedro, diz: “consta que este Pedro é um dos doadores para a primeira fabricação da Igreja de Benaulim”, o que, como o leitor viu, não é verdade, devendo, por isso, dizer-se que se trata de uma alusão ao aforamento do terreno para o dito fim, em que Rodrigo teve parte na sua qualidade de gancar, o que prova ou inculca que Pedro é filho ou descendente próximo de Rodrigo; finalmente, de 1596, ano em que Rodrigo tomou parte no aludido nemo, a 1651, ano em que João, filho de Pedro, começou de servir o Estado contra os seus inimigos, decorreram apenas cinquenta e tal anos, pelo que o primeiro, sendo ascendente do terceiro (Pedro), podia, se porventura não devia, ser seu pai, pois neste caso seria avô do segundo (João, filho de Pedro). Tudo isso leva a crer, ou melhor, a concluir que Rodrigo de Misquita, esse que interveio naquele memorável nemo – é pai do dito Pedro Misquita e tronco comum de todos os Misquitas de Benaulim. Esta conclusão tem a sufragá-la a autoridade não só de Amâncio Gracias, mas ainda do Prof. Julião de Almeida¹⁴¹⁰, pessoa muito versada em semelhantes assuntos, tendo a seu crédito várias publicações sobre as antiquilhas desta nesga do Concão”¹⁴¹¹.

Desconhece-se o nome da mulher de Rodrigo de Misquita. No entanto o autor que seguimos parte do pressuposto de que foi filho deste casal:

2) PEDRO DE MISQUITA, ao qual já nos referimos *supra*. Pouco mais se sabe sobre o mesmo além do que já referimos. Admite-se ter sido progenitor de:

3) JOÃO DE MISQUITA, a quem se fez igualmente menção no ponto 1). Terá “*prestado importantes serviços ao Estado em defesa da soberania, de 1653 a 1661*”. Casou com Luciana Lourenço, originária de Margão, a qual, de acordo com monsenhor Seráfico de Misquita, pertencia à família daquela localidade no seio da qual vieram a nascer, várias gerações depois, Agostinho Vicente Lourenço e seus irmãos.¹⁴¹² Foi nesta geração que

¹⁴¹⁰ O autor refere-se naturalmente a Julião Sacramento de Almeida, autor da monografia de Assolnã.

¹⁴¹¹ Misquita, Seráfico de (1967), 5 e ss.

¹⁴¹² Esclarecendo que a estirpe era, à data da edição do seu trabalho, “representada pelos Dr. Nuno Álvares Lourenço, médico do Hospital do Hospício do S. C. de Jesus, de Margão, e P.e Salvador Lourenço, capelão da Ermida de N. S. Mãe de Deus, de Dovoti, (Loutolim)”,

passou à família em estudo um dos principais vínculos que veio a administrar durante anos e em torno do qual se levantaram disputas sérias entre os vários pretendentes à gestão dos bens que o constituíam. Semelhantes contendas deviam-se não raro ao facto de a instituição dos vínculos não ser suficientemente clara (como aparenta suceder aliás em alguns dos testamentos que recolhemos em Goa e reproduzimos em anexo). Parece ser essa a origem dos litígios que rodearam o dos Misquita. Estava em causa o que aparenta ser uma capela instituída pelo padre António Lourenço no seu testamento (datado de 5 de setembro de 1685) – cuja administração reverteria a favor da sua irmã Luciana, casada com João de Misquita, e respetivos filhos. Seráfico de Misquita transcreve a parte do documento em que tal é tratado, referindo que o faz “*quer por causa da sua respeitável antiguidade, quer por causa das questões que suscitou*”:¹⁴¹³ “*Declaro e instituo p. m.a universal herdr.a de tudo, depois de cumpri.as m.as datas mandas leg.os a m.a Irmaa Feliciana Lourenço e depois da sua morte a todos meus tres sobrinhos Teodosio de Misq.ta, Gonçalo de Misq.ta e Rodrigo de Misq.ta, que instituo igualmente e a d.a m.a herder.a dira em cada ano sejsenta mjsas diram oito da pençam que deixou o meu pai, e huma pela alma de Pedro Lourenço e nam poderá a d.a m.a herdeira, nem meus sobrinhos alienar, nem vender os bens sempre viram possuindo os machos do casal dos ul.os meus sobr.os*”¹⁴¹⁴.

A pouca clareza deste instrumento de instituição deu assim origem à necessidade de tentar interpretar a vontade efetiva do instituidor e consequentemente potenciar “*uma questão – que durou mais de um século*” e que conheceu vários momentos particularmente tensos. Isso levou a família a pelo menos três vezes recorrer ao arbítrio de indivíduos que se, por um lado, não pertenciam à linhagem (o que poderia servir como garantia de imparcialidade), por outro gozavam de autoridade suficiente para o seu parecer dado ser acatado. Falamos de três personalidades ligadas à vida religiosa cuja escolha não nos parece ser aleatória. A primeira tentativa teve lugar em meados do século XVIII. Nessa altura, Teodósio José de Misquita apresentou a questão ao arcebispo Neiva Brum – um antístite que apesar das críticas que lhe foram dirigidas era tido como favorável à política pombalina e, em termos gerais, à promoção dos *naturais* católicos. Para além disto, o prelado era doutorado em direito canónico, o que o tornaria particularmente apto para se pronunciar sobre uma matéria de natureza jurídica. Segundo o genealogista da família¹⁴¹⁵, Neiva Brum “*declarou que os bens em questão constituíam um morgado*”. Beneficiava-se desta forma o ramo primogénito da família, ou seja, Teodósio José de Misquita. Assim se resolvia, ainda que apenas temporariamente, um diferendo que começara quando da morte do progenitor do requerente, João de Misquita – o qual assumira “*todos os bens que seu pai herdara ao Pe. A. Lourenço, considerando-os como vinculados, o que deu origem a questão após a sua morte*”¹⁴¹⁶. Apesar de não dispormos de nenhuma relação dos bens que constituíam o vínculo em causa, julgamos ser admissível considerar que não fossem insignificantes, uma vez que não cremos ter D. António Neiva Brum proposto a sua extinção numa época em que esta era claramente promovida. O parecer do prelado não foi, contudo, acatado sem reservas por todos os descendentes de Teodósio José. Em 1795, passadas umas magras dezenas de anos, é o seu filho Bernardo Gonçalo de Misquita quem irá solicitar uma outra opinião externa sobre a natureza dos bens, de forma a confirmar ou infirmar a dada pelo antístite. Dirigir-se-á desta feita à congregação do Oratório da Cruz dos Milagres. A escolha dos novos árbitros compreende-se facilmente. A congregação vivia anos de pujança, contava com vários membros tidos por homens de letras e cultura, dispunha de uma voz muito acatada nas

prossigue nos seguintes termos: “*Ela deu ao País filhos eminentes, como: Dr. Agostinho Vicente Lourenço, um dos oito primeiros médicos formados pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa (1846) e Lente substituto extraordinário dessa Escola (1847), Engenheiro Civil pela Escola Central de Artes e Manufaturas de Paris, Professor de Química da Escola Politécnica de Lisboa, Doutor em Ciências pela Universidade de Paris (1867), Sócio Honorário da Sociedade de Ciências de Lisboa, Par do Reino, etc (Os cientistas franceses chamaram-lhe “Petit Savant”; o Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro por Jaime Seguíer inserindo o seu nome na secção histórica, diz que ele foi um “notável químico”; e o Estado da Índia Portuguesa teve há alguns anos o nobre gesto de lhe erigir um monumento no jardim Municipal deste Concelho, monumento custeado pelo Governo Central); Padre Antonio Filipe Lourenço, Doutor em Teologia e em Direito Canónico, Professor do Seminário de Rachol, Professor e Reitor do Seminário de Chorão, Desembargador da Relação Eclesiástica, Sócio da Academia Real (das Ciências) de Lisboa, autor de uma postila manuscrita “Cursus Theologiae” que tencionava publicar e – last but not the least – Vigário Geral desta Arquidiocese*” – Misquita, Seráfico de (1967), 18.

¹⁴¹³ Não conhecemos o documento original, pelo que nos temos de guiar pela transcrição de Seráfico de Misquita. Sabendo porém que o autor (ou mais provavelmente o editor, na gráfica) cometeu vários lapsos na reprodução de alguns termos ao longo da obra, assinalaremos as situações em que a transcrição do testamento e dos demais documentos citados não se nos afigurar exata.

¹⁴¹⁴ Misquita, Seráfico de (1967), 17.

¹⁴¹⁵ Não nos foi possível localizar nenhum dos originais destes pareceres, pelo que nos teremos de cingir à análise feita por monsenhor Seráfico de Misquita.

¹⁴¹⁶ Misquita, Seráfico de (1967), 20.

Velhas Conquistas e, ao aceitar apenas brâmanes católicos entre os seus professores, conquistara o favor de pelo menos parte das elites *naturais*. Qual terá sido o parecer destes “*Padres Mestres da Congregação do Oratório*”? Os elementos fornecidos por monsenhor Seráfico de Misquita são escassos e pouco claros¹⁴¹⁷. O autor explica que se por um lado entenderam que Bernardo Gonçalo se “*mantivesse na posse (dos) d.os*”, por outro não condenaram as pretensões dos que contrariavam a atribuição daquele direito ao primogénito: “*os contro.os que tivessem direito sobre parte dos rendimentos usassem da accam competente*”. Apesar disso as partes chegaram a acordo (“*no que eles convieram*”) durante alguns anos. Tudo muda em 1830, quando o neto de Gonçalo Bernardo, Joaquim Bernardo de Misquita, se achava na administração dos ditos bens. Nesse ano “*hum dos herd.ro descontrarios*” demandou judicialmente o administrador. Apesar de a decisão da causa lhe ter sido favorável, Joaquim Bernardo optou por fazer nova consulta sobre a natureza do polémico vínculo da sua família. Estava-se em 1843, e na sequência a vitória do partido liberal constitucional – no qual Misquitas, Pereiras e vários parentes pertencentes às elites *naturais* católicas militavam – o tema da abolição dos vínculos era recorrente. Parecia então fazer sentido escutar a opinião de uma personalidade de créditos reconhecidos. Desta feita, o escolhido não foi um clérigo *reinol* influente nem a poderosa e exclusivista congregação brãmene, mas sim o deão Paulo António Dias da Conceição – um *natural* que apesar de não descender das castas que constituíam a elite conseguira ascender a posições importantes na hierarquia da arquidiocese. Apesar de os *peristas* terem adotado uma postura de reserva (quando não mesmo de aberta hostilidade) perante este antigo correligionário depois da sua polémica intervenção nas eleições de 1827, o autor da genealogia familiar aprovava a escolha feita pelo seu antepassado: tratava-se de alguém que “*foi Deão da Sé, bem como Vigário Geral e Vigário Capitular desta Arquidiocese, e era versado in utroque jure*”¹⁴¹⁸. Confrontado com o requerimento de Misquita (“*rogando o seu sábio parecer para descargo da sua consciência*”), Dias da Conceição respondeu de forma algo sibilina – “*o eminente sacerdote declarou que os referidos bens, a partir dos netos dos acima mencionados herdeiros do P.e A Lourenço, eram livres, isto é, não vinculados, devendo, porém, ser possuídos só pelos machos*” – mas, apesar de tudo, compreensível e talvez até favorável aos interesses da estirpe. Numa época em que a extinção dos vínculos parecia certa, a declaração da inexistência do dos Misquita poderia evitar quezílias futuras no seio da família. Em paralelo, a ressalva feita de que os bens outrora pertencentes ao padre Lourenço, ainda que devendo ser entendidos como livres, apenas poderiam ser herdados pelos filhos varões de cada geração funcionava não só como um dispositivo de garantia de impedimento de dispersão da propriedade mas também, até certo ponto, de concentração da mesma nas mãos do rapaz mais velho de cada geração. Desta forma tornava-se exequível a manutenção do património indiviso.

João de Misquita e Luciana Lourenço tiveram:

4-I) TEODÓSIO DE MISQUITA, que segue;

4-II) Gonçalo de Misquita, o qual foi um dos herdeiros do seu tio padre António Lourenço, não obstante já ser falecido no 6 de maio de 1699, quando se “*procedeu à divisão e tombação dos bens*” deixados por aquele eclesiástico.

Casou com Francisca de Frias, de quem houve¹⁴¹⁹:

4-II-1) Florêncio de Misquita, s.m.n.;

4-II-2) Nicolau Tolentino de Misquita, s.m.n.;

4-III) Rodrigo de Misquita, que casou com Leonor Monteiro, filha de António Monteiro¹⁴²⁰ e Lourença de Misquita. De acordo com monsenhor Seráfico de Mesquita, terão tido:

4-III-1) Feliciano de Misquita, que se veio a casar com José Pinto, natural de Margão;

¹⁴¹⁷ Misquita, Seráfico de (1967), 17.

¹⁴¹⁸ Misquita, Seráfico de (1967), 18.

¹⁴¹⁹ Misquita, Seráfico de (1967), 19.

¹⁴²⁰ Ou António Marcelo, como lhe chama o autor que temos vindo a seguir.

4-III-2) Carlos João de Misquita, que não teve geração do seu casamento com Joana Faria, de Vernã. “*Pelo seu testamento de 13/12/1734, constituiu sua herdeira sua mulher, deixando algo ao seu irmão Roberto e outras pessoas*”;

4-III-3) Roberto de Misquita, que casou com Benedita Gracias, igualmente natural de Margão. Tiveram:

a) José Marçal de Misquita, que casou com ..., de quem teve, pelo menos: **(i) padre Roberto Joaquim de Misquita**, “*que foi professor de Teologia Dogmática e Moral no Colégio do Monte de Benaulim*” e **(ii) os ascendentes do “Dr. José Filipe Fernandes e Misquita, Delegado de Saúde, Bossuet Misquita e outros”;**

b) Liberata de Misquita, casada com Diogo Francisco do Rosário, de Rachol;

c) Carlos Manuel de Misquita, o qual casou com Bárbara Pereira – “*descendente de P. (Pedro?) Damião Pereira, desta aldeia (de Benaulim)*” – de quem teve vários filhos. Também aqui o autor que vimos seguindo é pouco explícito, limitando-se a reunir os elementos que certamente conhecia relativamente à descendência deste casal. Assim, diz-nos que esta estirpe “*é hoje (1967) representada pelos filhos do finado Dr. Roberto Misquita que foi delegado de Saude*”. Mais interessante será talvez a recolha de um testemunho mais antigo: “*Segundo m apontamento da família, estando dois filhos de Carlos Manuel – J. B. Laurente e padre Camilo Constâncio – doentes, um por 22 anos e outro por 12, esteve em sua casa, para visitá-los, o arcebispo Silva Torres, que tendo entrado pelas 7 horas p.m., saiu pelas 10, facto que fez afluir a essa casa mais de mil pessoas*”¹⁴²¹;

4-I) TEODÓSIO DE MISQUITA, que continua. Foi um dos herdeiros do seu tio padre António Lourenço, sendo que monsenhor Seráfico Misquita procurou acentuar a sua preeminência social – num misto já entre algumas prerrogativas anteriores à introdução dos modelos portugueses e outras resultantes de um processo de *aportuguesamento* – ao citar um assento da câmara geral de Salsete de 1683. Em má hora, porém, optou por não reproduzir integralmente o documento, truncando-o e mantendo dele apenas o que considerava ser útil para a caracterização deste seu ascendente¹⁴²², que fora um dos membros da câmara geral de Salsete, em nome da aldeia de Benaulim, da qual era co-representante conjuntamente com Francisco Pereira¹⁴²³. Morreu deixando testamento datado de 1700. Casou com Florência Lourença de Frias, de quem “*teve muitos filhos, quiçá dezanove, dos quais cinco foram padres*”¹⁴²⁴. Monsenhor Seráfico de Misquita conseguiu elencar doze, incluindo-se neste número os cinco eclesiásticos – permaneceram, então, no esquecimento, “*Mais sete, segundo a tradição*”¹⁴²⁵.

5-I) JOÃO DE MISQUITA, que segue;

5-II) Pedro de Misquita, s.m.n.;

5-III) Manuel Marçal de Misquita, s.m.n.;

¹⁴²¹ Recorde-se que D. José Maria da Silva Torres encabeçou o arcebispado na década de 40 do século XIX.

¹⁴²² Não deixamos, contudo, de transcrever as parcelas que foram dadas à prensa por Seráfico de Misquita, ainda que estejam (frisamos uma vez mais) bastante mutiladas: “*Asento da Camara Geral de Salsete, perante o Vice-rei pedindo-lhe alivio ás opressões e aceitando-lhe a proposta da sustentação de cem cavalos*” Eis a parte inicial da acta dessa deliberação: “*Aos 30 de Maio de 1883 (sic, mas é certamente um lapso, por 1683) anos conforme o prazo acima, que há a uma hora da tarde na dia sua casa ajuntaram os gancares-mores, a saber: da aldeia de Margão, ...; da de Verna; da... de Curtorim, ...; da...de Loutuli, ...; da de Raia, ...; da ...Benaulim, Teodósio Misquita e Francisco Pereira; da ... Betalbatim ...; da ... Colva, ...; da ...Curtaly, ...; Queloxi, ...; da... Nagua, ...; da ... Sancoale ..., e sendo todos juntos em seu perfeito a cordo, a camara deo o seu nemo perante o Sr. Francisco de Tavora, conde Vice-Rei e Capitão General da Índia*” (O *itálico*, as *reticências* e o *normando* são meus).” – Misquita, Seráfico de (1967), 19.

¹⁴²³ O qual pertenceria muito provavelmente à família Pereira dita de Benaulim, à qual já nos reportámos algumas vezes.

¹⁴²⁴ Misquita, Seráfico de (1967), 19.

¹⁴²⁵ Misquita, Seráfico de (1967), 10.

5-IV) Padre Lourenço Estêvão de Misquita, o qual, segundo o biógrafo familiar, nasceu cerca de 1694. Após a ordenação, dedicou-se à vida missionária, tendo vigariado a igreja de S. Pedro de Nilavar, no distrito do Barsalor, Canará, durante quase trinta anos. É a ele que se deve a edificação daquele templo – o que levou a que desejasse ser sepultado na mesma, em local de destaque. No entanto, a falta de verbas e as “*novas guerras do Nababo*” levaram-no a abandonar, já no final da vida, a sua paróquia. Não regressou, porém, e como tantos missionários, a Goa (ou, pelo contrário, não resistiu à viagem de retorno), alojando-se em Mangalor, onde se instalou numa das igrejas locais. Aí morreu, no dia 12 de julho de 1768, com mais de setenta anos de idade. No seu testamento (que remonta a 15 de julho de 1767¹⁴²⁶), instituiu um vínculo sobre os bens de que dispunha em Goa¹⁴²⁷. cremos que é a este eclesiástico que se refere Barendse (embora o trate por Mesquita), ao abordar a questão de os sacerdotes do padroado seguirem, por vezes, uma política de prática de empréstimos monetários dos quais acabavam por auferir alguns lucros, o que era alvo de contestação¹⁴²⁸;

5-V) Padre António João de Misquita, s.m.n.;

5-VI) Padre Bartolomeu de Misquita, s.m.n.;

5-VII) Padre Inácio Francisco de Misquita, o qual ingressou na Congregação do Oratório e missionou no Ceilão. Legou os seus bens ao seu irmão padre Peregrino de Misquita;

5-VIII) Padre Peregrino de Misquita, igualmente missionário, foi vigário da vara de Chaúl;

5-IX) Pascoal António de Misquita, o qual parece ter saído de Goa. Escreve monsenhor Seráfico de Misquita: “*Segundo li em um documento da família, este embarcou com destino para Timor*”¹⁴²⁹;

5-X) Gregório José de Misquita, s.m.n.;

5-XI) Alberto Caetano de Misquita, que casou com Antónia Coutinho, de quem houve:

5-IX-1) Inácio Francisco de Misquita, s.m.n.;

5-XII) Teresa de Misquita, casada com Sebastião Álvares, de Margão;

5-I) JOÃO DE MISQUITA, que continua. Protagonizando mais um dos episódios relativos à disputas em torno dos vínculos familiares: sendo filho primogénito, “*empossou-se de todos os bens que o pai herdara ao P.e A.*

¹⁴²⁶ Na nota biográfica que reserva a este seu parente, monsenhor Seráfico de Misquita refere que o testamento estava datado de 15 de Janeiro de 1766. Contudo, no excerto do mesmo que transcreve declara-se de forma inequívoca a data que indicamos no corpo principal do texto – Misquita, Seráfico de (1967), 20 e 21. Certo parece ser que o padre Lourenço Estêvão o redigiu quando ainda se encontrava na sua missão, conforme se depreende das primeiras linhas do documento:

¹⁴²⁷ Pela informação que contém, julgamos ser útil a transcrição da nota que lhe é dedicada por monsehor Seráfico de Misquita: “*Ignoro a data precisa do nascimento e da ordenação deste padre. Sei, porém, que ele nasceu em 1694, devendo, por isso, ex ordinarie contingentibus, ter sido ordenado sacerdote nos ultimos anos da segunda década do século XVIII. É que o mesmo, numa petição que dirigiu ao Governo em 1766, petição de que possuo cópia autêntica, diz ter 72 anos de idade. Nestas alturas era ele vigário da Igreja de S. Pedro de Nilavar, do distrito de Barsalor, Missão do Canará, onde trabalhou durante 26 anos. Tendo construído essa Igreja com muitos sacrificios, consignou no seu testamento o desejo de ser sepultado na Capela-mór dela, abaixo da lâmpada, na sua qualidade de “fundador e benfeitor” da mesma. Mas não teve a sorte de ser satisfeito esse desejo; reduzido à extrema miséria e obrigado a deixar o seu rebanho por causa das “novas guerras do Nababo” retirou-se para o distrito de Mangalore, indo residir na Igreja de que era Vigário José António de Silva, onde veio a falecer a 12/7/1768 com testamento datado de 15/1/1766 (sic), no qual instituiu um vínculo sobre os bens que possuía em Goa, impondo aos seus herdeiros vários encargos, pios e outros*” – Misquita, Seráfico de (1967), 20. O autor limitou-se a reproduzir os primeiros períodos do testamento – ou seja, a chamada profissão de fé e bem d’alma – deixando de parte a parcela que, provavelmente, maior interesse revestiria para o nosso estudo, ou seja, a instituição do vínculo em Goa.

¹⁴²⁸ Barendse, J. R. (2009), *Arabian Seas 1700-1763. Volume 1: The Western Indiano cena in the Eighteenth Century (European Expansion and Indigenous Response)*, Brill Academic Publishers, 911.

¹⁴²⁹ Misquita, Seráfico de (1967), 22.

Lourenço, considerando-os como vinculados, o que deu origem a questão após a sua morte”¹⁴³⁰. Terá tido “poucos filhos” (talvez três), do qual conhecemos somente:

6-I) TEODÓSIO JOSÉ DE MISQUITA, o qual, apesar de ter sucedido no vínculo instituído pelo padre António Lourenço, não foi indiferente à controvérsia que rodeava essa instituição, pelo que requereu um parecer sobre a efetiva existência da mesma ao então arcebispo D. António Taveira de Neiva Brum da Silveira. Já no final da vida, o seu nome surge numa listagem dos salsetanos considerados “*personas nobres e hábéis para andarem na governança*” da sua província, o que habilitava a ingressar no grupo dos que eram suscetíveis de ser escolhidos para desempenhar funções de vereador e procurador no senado da câmara local. Morreu pouco depois, no dia 29 de maio de 1778. Casou com Teresa de Jesus Menezes (natural de Loutolim, falecida a 5 de janeiro de 1780), filha de José Menezes e de Antónia da Gama, de quem houve:

7-I) Padre António Caetano de Misquita, o qual terá nascido “*nos fins da primeira metade do século XVIII*”, tendo sido ordenado sacerdote, no palácio rural de Santa Inês, por D. António Neiva Brum, no dia 19 de outubro de 1772. Morreu no dia 29 de novembro de 1801¹⁴³¹;

7-II) Padre Tomás Francisco de Misquita, que foi batizado em casa, *causa periculi*, no dia 21 de novembro de 1751, vindo a receber os santos óleos a 5 de janeiro do ano seguinte. Ordenado em 3 de junho de 1779, recebeu, no dia 11 de março do ano seguinte, o diploma que o habilitava a advogar no auditório eclesiástico de Goa. Morreu no dia 13 de janeiro de 1808.

7-III) BERNARDO GONÇALO DE MISQUITA, que segue

7-IV) Manuel Bernardo Peregrino de Misquita, o qual faleceu “*a 4/7/1790 com quase quarenta anos de idade*”¹⁴³²;

7-V) Pedro de Misquita, casado com a sua conterrânea Rafaela Maria Moniz. Terá nascido por volta de 1753, uma vez que, de acordo com monsenhor Seráfico de Misquita, ao morrer, a 17 de novembro de 1803, contava “*cerca de cinquenta anos de idade*”¹⁴³³;

7-VI) Padre Lourenço Estêvão de Misquita, que foi ordenado no dia 29 de outubro de 1788. Dedicou-se, como tantos dos seus parentes, sobretudo à docência, primeiro no Colégio do Monte, em Benaulim, depois no Seminário de Rachol, onde foi professor de filosofia e teologia. Anota o biógrafo familiar: “*Nas informações mandadas de Goa a Portugal, em 24/1/1826, pelo governo colectivo em virtude da provisão do Conselho Ultramarino, foi dito que ele era professor de filosofia no Seminário de Rachol e “um padre de préstimo”*”¹⁴³⁴;

7-VII) de Misquita, que veio a casar com José Rafael de Mello, natural da Raia;

7-III) BERNARDO GONÇALO DE MISQUITA, que continua. Não se conhecendo o dia exato em que nasceu, sabe-se que foi batizado, em casa, provavelmente invocando *causa periculi*, em 20 de novembro de 1751. Recebeu os santos óleos no dia 5 de janeiro do ano seguinte, sendo apadrinhado pelo padre frei João do Pilar, dominicano e promotor do Santo Ofício, e pelo padre frei Bernardo de S. Caetano, agostinho e à data secretário do seu convento. Morreu no dia 20 de outubro de 1811. Foi ele quem solicitou o segundo dos três pareceres (desta feita, aos *padres mestres* oratorianos) que se sucederam ao longo das gerações em torno do

¹⁴³⁰ Misquita, Seráfico de (1967), 20.

¹⁴³¹ Misquita, Seráfico de (1967), 22.

¹⁴³² Misquita, Seráfico de (1967), o.cit., 23.

¹⁴³³ Segundo este autor, Pedro de Misquita era “*avô e trisavô respectivamente, dos padres, já falecidos, Joaquim Mariano Misquita, pároco de Carmonã e Majordá, e António Misquita, pároco de Orlim. A sua família é hoje representada pelos filhos de Pedro S. Ana (Santaninho) Misquita*”.

¹⁴³⁴ Misquita, Seráfico de (1967), 24.

vínculo da capela familiar. Casou com Estela Petornila Gracias, de Margão, filha de José Francisco Gracias e de Bárbara de Miranda e, de acordo com monsenhor Seráfico de Misquita, tia “do saudoso poeta Mariano Gracias”, a qual faleceu no dia 9 de janeiro de 1808.

Foram filhos deste casal:

8-I) JOSÉ TOMÁS DE MISQUITA, que segue

8-II) Padre João Camilo (do Rosário) de Misquita, o qual terá nascido por finais da década de 1780, sendo ordenado no dia 24 de maio de 1807. Morreu no dia 13 de maio de 1821, após uma vida não muito longa dedicada à docência, pois foi professor de filosofia de filosofia no colégio do Monte de Benaulim (para o que recebeu provisão a 22 de junho de 1812)¹⁴³⁵;

8-III) Padre Constâncio de Misquita, ordenado, na Sé de Goa, a 27 de Maio de 1809, ensinou no seminário de Rachol (embora não se saiba quais foram as matérias que lhe estiveram confiadas, sendo provável que uma delas tivesse sido filosofia) pelo menos de 1828 a 1830;

8-IV) Padre Agostinho Luís de Misquita, o qual, apesar de não ter seguido a docência (foi pároco colado de Seraulim e Curtorim), é tido como um dos mais ilustrados sacerdotes da estirpe, cujo amor pelos livros fez com que constituísse uma biblioteca particular razoável – coisa pouco frequente na Benaulim daqueles tempos. Nasceu em 1791, foi ordenado, por D. frei Manuel de S. Galdino, a 20 de maio de 1815, e morreu no dia 12 de dezembro de 1853. O biógrafo familiar reproduz algumas das linhas que lhe foram dedicadas por outro cultor da história de Goa: “Segundo a tradição de que o saudoso Dr. R. Correia Afonso dava testemunho, foi um grande filósofo. No “Opúsculo Histórico” sobre Benaulim, da autoria do Adv. Roque Monis, lê-se a seu respeito: “Padre Agostinho Misquita..... Contam quanto ao seu grande saber o seguinte: que indo ele uma vez comprar livros da Biblioteca do Chorão, escolheu ali apenas umas insignificantes cartilhas, por não encontrar livros que não conhecesse, como fez ver ao encarregado da venda, que era um Padre Jesuíta” (sendo certo que a credibilidade desta velha memória da estirpe fica logo comprometida pela suspeita presença de um membro daquela ordem em Goa naqueles dias)”. Monsenhor Seráfico de Misquita aproveitou a oportunidade para juntar algumas recordações pessoais: “Em um dos compartimentos da casa do autor destas linhas, havia outrora algumas estantes, de quatro a cinco mãos de altura das quais ele, quando menino e moço, chegou a ver três contendo nas suas prateleiras vários livros escritos na sua maioria em latim ou francês, muitos deles grossos in-fólios, pertencentes a esse seu tio-bisavô, que, talvez por não terem sido guardados com o devido cuidado, foram destruídos pela formiga branca – livros preciosos que, segundo a vontade do dono, expressa no seu testamento, deviam constituir uma livraria pública e que, por isso, eram postos à disposição de quem os quizessem ler”;

8-V) Narciso António de Misquita, que nasceu a 16 de junho de 1792 e foi batizado três dias volvidos. Faleceu em 16 de fevereiro de 1868, tendo sido notário (em Benaulim?). Casou com a sua conterrânea Violante Moniz, de quem houve:

8-V-1) Lourenço Estêvão de Misquita, casado com Esperança Felicidade do Rego, originária de Vernã, “tia dos padres Jacinto e Miguel (Barreto) e tia-avó dos padres Alvito e Cosme”¹⁴³⁶, de quem teve larga descendência:

a) **Padre João Narciso de Misquita**, que foi “missionário régio” (do Padroado, portanto), e, nessa qualidade, “Conselheiro Episcopal, Examinador pro-sinodal e juiz pro-sinodal da diocese de Miliapur”¹⁴³⁷;

¹⁴³⁵ Misquita, Seráfico de (1967), 24.

¹⁴³⁶ Misquita, Seráfico de (1967), 25.

- b) **Francisco Camilo de Misquita**, sobre o qual apenas se sabe ter casado duas vezes;
- c) **Teodósio de Misquita**, “*que se casou e se estabeleceu em Adsulim*”¹⁴³⁸;
- d) **Hermenegildo de Misquita**, o qual “*morreu solteiro com mais de 90 anos*;
- e) **Filomena de Misquita**, que casou com José Alberto, a quem monsenhor Seráfico de Misquita chama “*professor*”, não indicando de quê nem onde – pelo que cremos tratar-se de um professor primário. José Alberto teve pelo menos um irmão clérigo, o padre Francisco Xavier Alberto, que para além de ser pároco em Rachol, Santa Cruz e Carmonã também ensinou cantochão no Seminário de Rachol. O casal teve pelo menos dois filhos: **(i) Roque Alberto**, que foi professor (primário?) e **(ii) padre Aleixo de Misquita**;
- f) **Quitéria de Misquita**, a qual casou com Aleixo Morais, que também foi notário. Tiveram dois filhos eclesiásticos, **(i) padre Inácio Morais** e **(ii) padre Taumaturgo Morais**. Dos netos do casal, o biógrafo familiar salientou aqueles que, certamente, consideravam serem mais ilustres: “*José, facultativo do Quadro de Saúde de Timor, Vasco, médico com consultório em Nuvém, e Gil, professor da Loyola High School*”¹⁴³⁹;
- g) **Gertrudes de Misquita**, casada que foi com João Francisco Barreto, o qual também contava com vários eclesiásticos entre os seus parentes mais próximos, uma vez que era sobrinho do padre Pedro Barreto e sobrinho-neto dos padres Miguel Caetano e Josinho Barreto, tendo sido este último vigário de Macasana;
- h) **Ulorica de Misquita**, que morreu solteira;
- i) **Padre Vicente Caetano de Misquita**, “*que se fez padre e foi professor particular de jurisprudência*”¹⁴⁴⁰;
- j) **Pedro de Misquita**, que “*se casou como genro comensal*”, não se sabendo contudo o nome da sua mulher. Teve três filhas deste enlace, uma das quais foi “*mãe do saudoso professor do Liceu Municipal de Mapuçá, Piedade Menezes e Misquita e avó do facultativo Maurélio, do engenheiro Rui e outros*”;

8-VI) Vicente Francisco (Sant’Ana?) de Misquita, falecido, presumivelmente solteiro, a 30 de outubro de 1831;

8-VII) Padre Francisco António de Misquita, ordenado sacerdote no dia 23 de setembro de 1826 por D. Frei Manuel de S. Galdino, foi professor no seminário de Chorão;

8-VIII) Eugénia Maria de Misquita, casada com Luís Mariano Mascarenhas, igualmente natural de Benaulim. Em meados do século passado, a sua descendência era “*representada por Rafael Araújo, de Vernã, sobrinho do Cônego João de Brito e genro comensal do finado Caetano José Mascarenhas*”;

¹⁴³⁷ Misquita, Seráfico de (1967), 25.

¹⁴³⁸ Misquita, Seráfico de (1967), 25.

¹⁴³⁹ Misquita, Seráfico de (1967), 26.

¹⁴⁴⁰ Misquita, Seráfico de (1967), 26.

8-IX) Felicidade Catarina de Misquita, que veio a casar com Pedro Vitorino Correia, de Vaddém (Mormugão), do qual provavelmente não houve geração;

8-X) Ana Joaquina de Misquita, a qual casou com José Caetano Diniz, também nascido em Benaulim, de quem houve geração¹⁴⁴¹;

8-XI) Ana Teresa Bárbara de Misquita, que casou com Aleixo Mariano Figueiredo, de Loutolim, de quem teve:

8-XI-1) José Joaquim da Piedade Figueiredo, o qual houve de sua mulher Ana Florinda Rosália de Menezes:

a) **Cónego Caetano José de Figueiredo**, que, depois de ter pastoreado várias paróquias goesas, ascendeu ao cabido da Sé, sendo cónego mestre-escola. Foi também professor do seminário de Rachol e desembargador da Relação eclesiástica;

b) **Padre Evaristo Mariano de Figueiredo**;

c) **Cónego Francisco Salvador da Natividade Figueiredo**, natural de Loutolim, o qual, à semelhança de seu irmão Caetano José, se dedicou ao ensino em Rachol e integrou o cabido da Sé arquiiepiscopal e a Relação eclesiástica de Goa, da qual foi igualmente desembargador. Vice-reitor de Rachol entre 1884 e 1889;

d) **Eugénio Vicente de Figueiredo**, que casou com ..., de quem teve, pelo menos, **(i) José Joaquim de Figueiredo**, que, dedicando-se ao mundo forense, foi advogado *provisionário* e, durante algum tempo, delegado do procurador da república em Pondá. Teve, do seu casamento com Maria Felicidade do Rosário da Graça, pelo menos dois filhos: **Pedro Santana de Figueiredo** e o **padre Joaquim Mariano Santana de Figueiredo**¹⁴⁴²;

8-I) JOSÉ TOMÁS DE MISQUITA, que continua. Seráfico de Misquita, ao adotar o incompreensível (mas cremos que devido a uma deturpação da prática britânica) hábito de indicar os nomes próprios dos seus avoengos apenas com iniciais sem jamais os escrever por extenso, leva a que permaneçamos na ignorância no que respeita aos mesmos. Assim, ao grafar o nome do biografado como *José Tomás J. C. de Misquita*, é-nos impossível determinar, com toda a certeza, a que nomes próprios se referem os aludidos *J.* e *C.*. Estudou medicina, tendo logrado obter no dia 19 de agosto de 1807 o diploma que o confirmava, em Goa, como *médico por sua majestade* (assim se dizia, à data, em Goa, para se distinguir dos que praticavam sem qualquer habilitação oficial), tendo morrido precocemente, aos 27 anos, e em circunstâncias consideradas estranhas: “*Cerrou os olhos á luz do mundo – envenenado por alguém*, si vera est fama – *a 3/6/808, aos 27 anos de idade, durante a vida dos seus pais, legando a orfandade a três filhos, dos quais o mais velho nem tinha três anos*”. O seu falecimento prematuro, para mais antes do dos progenitores, ditou, segundo o costume então seguido entre as elites *naturais* católicas, a saída da viúva da morada dos sogros, indo recolher-se à sua casa natal. Assim, acompanhada pelos filhos do casal, Ana Conceição recolheu à residência dos Pereira, “*onde permaneceu até ao casamento do seu filho J. Bernardo, ocasião em que se instalou na nova casa, onde exalou o seu derradeiro suspiro a 21/3/1851, depois de ver mais de dez netos*”¹⁴⁴³.

Casou José Tomás de Misquita com uma das filhas de outra das mais destacadas estirpes locais, dando continuidade à teia de relações que, ao longo dos séculos, se foi entretecendo em torno de ambas as linhagens. A

¹⁴⁴¹ Sobre a qual monsenhor Seráfico de Misquita apenas fornece alguns dados esparsos: “*A sua família é hoje representada pelo Prof. da Government Multipurpose High School, Francisco de Figueiredo, de Loutolim, genro comensal de Rozendo Diniz, irmão da saudoso Pe. Tito Diniz, professor particular do Liceu, Latim, etc.*” – Misquita, Seráfico de (1967), 27.

¹⁴⁴² Monsenhor Seráfico de Misquita dá como herdeiro, em meados do século passado, de José Joaquim de Figueiredo Timóteo Gracias, “*casado com Sara Pereira, filha do Adv. Leandro Pereira, da Raia, que foi Administrador das Matas de Praganã e Nagar-Aveli*” – Misquita, Seráfico de (1967), 27.

¹⁴⁴³ Misquita, Seráfico de (1967), 24.

família da sua mulher, segundo o biógrafo que temos vindo a seguir, “*deu ao país muitos padres, entre os quais merecem especial menção os irmãos Rafael e Gabriel, fundadores, directores (um após outro) e mantenedores do Colégio de S. F. Xavier, do Monte desta freguesia*”.

A sua mulher, Ana Conceição Pereira, era filha de Manuel Henrique Pereira e de Florência de Noronha, pelo que tia-avó do general médico Rafael António Pereira, “*que foi chefe dos Serviços de Saude do Estado da India e Director da Escola Medico-Cirurgica de Nova-Goa*”¹⁴⁴⁴, o qual, segundo António Maria da Cunha, era filho de João Henrique da Visitação Pereira e de D. Angélica Fernandes, “*ambos oriundos de nobres familias de Benaulim*”¹⁴⁴⁵.

Tiveram:

9-I) JOAQUIM BERNARDO DE MISQUITA, que segue;

9-II) Padre Caetano Piedade de Misquita, nascido em 1806, foi ordenado no dia 9 de dezembro de 1832 por D. Frei Maurílio de Santa Teresa, bispo de Dolica, após o que assumiu, na qualidade de pároco colado, as igrejas de Dangim e Parodá, em Quepém, nas *Novas Conquistas*, mas não muito longe da sua Salsete natal. Parece ter-se ligado sobretudo à segunda daquelas paróquias, uma vez que, por um lado, lhe legou, no seu testamento, a quantia de dois mil e cem xerafins (quantia de que não dispunha, tendo para esse efeito contraído “*uma pequena divida garantida pelas rendas do proprio legado – que, logo depois da sua morte, foi paga pelo seu irmão J. Bernardo, ficando assim beneficiada essa Igreja*”) e, por outro, solicitou aí ser inumado¹⁴⁴⁶;

9-III) Maria da Assunção de Misquita, a qual casou com Caetano Filipe Ribeiro, de Mandur¹⁴⁴⁷, de quem rapidamente enviuvou. Por esse motivo, Maria da Assunção “*deixou Mandur, indo com a sua filha morar em casa da sua mãe Ana da Conceição, onde faleceu*”. Monsenhor Seráfico de Misquita não deixa de salientar um curioso e remoto apanágio da casa dos maiores deste seu tio por afinidade: “*Não vá sem frisar que a família do dito Caetano Filipe gozava outrora do privilégio pontifício de apresentar algum padre para pároco da sua freguesia, privilégio esse que caiu em desuso no tempo do Patriarca D António Valente, o qual, tendo levado o respectivo diploma, nunca o devolveu*”.

Maria da Assunção de Misquita e Caetano Filipe Ribeiro tiveram somente:

9-III-1) Maria Joaquina Ribeiro, que veio a casar com Augusto José da Gama, de Vernã¹⁴⁴⁸;

9-I) JOAQUIM BERNARDO DE MISQUITA, que continua. Nasceu, provavelmente em Benaulim, no dia 26 de maio de 1805, sendo aí batizado a 29 do mesmo mês e ano. Morreu “*depois de 10/12/1873, data em que fez a sua última disposição*”¹⁴⁴⁹. Deve-se à sua iniciativa uma consulta feita ao deão Paulo António Dias da Conceição que determinou o destino do vínculo familiar, cuja sucessão vinha, desde há várias gerações, criando dissensões entre os descendentes do seu instituidor.

¹⁴⁴⁴ Misquita, Seráfico de (1967), 24.

¹⁴⁴⁵ Cunha, António Maria da (1925), 90.

¹⁴⁴⁶ O biógrafo familiar relata o processo da sua traslação com algum detalhe: “*Fechou os olhos à luz do mundo na residência paroquial de Parodá a 8/5/1871 e foi sepultado, na tarde do dia imediato, no Cruzeiro do Cemitério da sua freguesia natal (Benaulim). Em cumprimento do seu desejo – manifestado nas suas derradeiras disposições – de que os seus ossos “fóssem depositados na Igreja de Parodá, ao pé da Cruz da Sexta-Feira Santa” – os seus herdeiros trasladaram esses ossos, com toda a solenidade litúrgica, do Cemitério de Benaulim para a Capela-mór dessa Igreja, onde ainda jazem numa cova – concedida gratuitamente por resolução da Ex.ma Junta da Fazenda Pública e despacho do Governo do Estado em 30 de Abri de 1874 – cuja lápide traz esta inscrição: Eis os ossos do Rev.do Caetano Piedade Misquita, de Benaulim Pároco colado e Benfeitor da Igreja de Parodá, finado a 25-5-1871. Pertence aos sobrinhos Tomás Misquita e seus irmãos Xer. e Dunstano*” – Misquita, Seráfico de (1967), 28.

¹⁴⁴⁷ Do qual, como nota o autor, veio a ser sobrinho neto Francisco de Paula Ribeiro, “*Adv.(ogado) e ex-Professor do Liceu*” – Misquita, Seráfico de (1967), 28.

¹⁴⁴⁸ O facto de o autor anotar ser Augusto José da Gama (e não o casal) “*pai do finado Amelot da Gama e avô de Augusto da Gama*” pode, a nosso ver, ser um indício de que ou o mesmo já era viúvo quando casou com Maria Joaquina Pereira, tendo o referido filho de um primeiro casamento, ou de que este nasceu de um segundo enlace, celebrado depois da morte da filha de Maria da Assunção de Misquita.

¹⁴⁴⁹ Misquita, Seráfico de (1967), 27.

Casou, em Margão, a 1 de maio de 1827, com Maria Bernardina Barreto, daí natural, filha de Joaquim Piedade Barreto e de Maria Francisca Pereira.

Maria Bernardina Barreto era irmã de quatro eclesiásticos:

- (i) **padre José Agostinho Barreto**, “*que foi Director Espiritual e fez parte do júri “dos exames de concurso para párocos colados” no Seminário de Racho*”;
- (ii) **padre António Manuel Barreto**;
- (iii) **padre Caetano Barreto**;
- (iv) **padre Constâncio** (ou **Constantino**) **Barreto**, “*que foi Professor de Teologia no Seminário de Rachol e de Filosofia e Matemática em Margão, notável moralista, escritor público, e autor de um livro Teologia moral* (que permaneceu manuscrito)”¹⁴⁵⁰.

Foram filhos deste casal:

10-I) JOSÉ TOMÁS DE MISQUITA, que segue;

10-II) Maria Piedade de Misquita, nascida “*em 1830 ou 1831*” tendo morrido, solteira, no dia 9 de março de 1877;

10-III) Prisca Quitéria de Misquita, que nasceu em 1834. Casou com Justiniano Dias, natural de Dramapur. Era este filho de Vicente Ferreira Dias e de Rosa Aurora de Menezes e irmão de dois eclesiásticos, os padres Custódio Dias, que parouquiou Candolim, e José Hilário Dias.

Foram filhos deste casal:

10-III-1) Pedro Dias, do qual apenas se sabe que “*esteve em Portugal*”¹⁴⁵¹, desconhecendo-se a que título se deveu esta deslocação;

10-III-2) Aurélia (ou **Aurelinha**) **Dias**, falecida solteira;

10-III-3) Vicente Dias, o qual casou com a sua prima Anunciação Moniz, da Raia¹⁴⁵²;

10-III-4) Arsénia Dias, casada com Fortunato Fernandes, de Macasana, descendente dos morgados daquela localidade, conforme se explica no ponto 10-VI). Tiveram:

a) J... Constâncio Fernandes;

b) Fidelis Fernandes, médico;

c) J... Onofre Fernandes, “*Bacharel (...), que foi Professor e Vice-Reitor do Seminário de Rachol*”¹⁴⁵³;

d) Francisco Xavier Fernandes, o qual foi professor de instrução primária;

¹⁴⁵⁰ António Roque Xavier Moniz nasceu em Benaulim no dia 11 de outubro de 1883 e aí faleceu a 22 de outubro de 1965, sendo filho de José Maria Leopoldino Moniz e de Ana Enfermina (da Piedade? ou da Providência?) Dias. Aleixo Costa dá-o como “*Proprietário e advogado*”, o que pode indicar que se dedicava mais à vida de *batcar* do que às lides forenses. Tal compreende-se, no entanto, se tivermos em atenção (sempre segundo aquele autor) que Xavier Moniz apenas terá obtido a sua *provisão* aos quarenta anos, “*com prévio exame de Direito, em que teve a nota de um Muito Bom e dois Bons*”. Remontam também à década de vinte o século passado quer a sua participação em alguns órgãos de gestão locais (embora todos eles sem grande representatividade: foi representante da comunidade de Davorlim nos congressos provinciais de 1921 e 1923, juiz popular de Benaulim em 1928 e presidente da junta administrativa da *gancaria* da referida aldeia em 1931), quer os primeiros eventos sociais-filantrópicos que organizou (falamos de alguns “*saraus literário musicais que, desde 1920, animaram a mocidade da soa aldeia e que foram muito apreciados*” e que teriam conhecido alguma nomeada pois “*Sobre serem instrutivos e educativos tinham esses saraus a finalidade de com os seus lucros auxiliar obras pias, destinando-se o produto do sarau de 1927 à Leprosaria de Macasana*”). Publicou dois trabalhos de índole história, um *Na terra de S. João Baptista* (Margão, 1933) e o pequeno estudo citado por monsenhor Seráfico de Misquita, dedicado à sua terra natal: *Opúsculo histórico de Benaulim* (Margão, tip. Hindu, 1947) - para informações complementares, veja-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 314 e 315.

¹⁴⁵¹ Misquita, Seráfico de (1967), 31.

¹⁴⁵² Veja-se o ponto 10-V-4).

¹⁴⁵³ Misquita, Seráfico de (1967), 33.

10-III-5) Ulórica Dias, que veio a casar com António Vicente Borges, advogado *provisionário*, natural de Fatordá de Margão;

10-III-6) Emiliana Dias, casada com o também marganense Joaquim Gracias;

10-III-7) Padre Luciano Dias;

10-IV) Ana Estela de Misquita, a qual nasceu em 1836 e casou com um personagem importante da Goa de meados do século XIX e dos tempos do *perismo*, o major António Joaquim da Piedade Pereira, seu conterrâneo, o qual, como bem refere o biógrafo da família, “*quando Alferes, esteve algum tempo homisiado, por motivos políticos, juntamente com o Prefeito do Estado da Índia Bernardo Peres da Silva, em Damão, donde regressou durante a governação (1837-1838) do Barão de Sabroso*”¹⁴⁵⁴. O referido oficial era filho de Jerónimo Caetano Pereira, administrador de um vínculo de “*morgado*” (o que, como já vimos, em Goa tanto pode significar um morgado propriamente dito ou uma capela) em Benaulim, e de sua mulher Quitéria Antónia Barreto, sendo irmão de, pelo menos, do também major Octaviano Pereira e do padre Gustavo Pereira, o qual foi pároco de Varcá.

Foram filhos deste casal:

10-IV-1) Umbelina Pereira, que teve do seu casamento com Damasceno de Sá:

a) António de Sá, licenciado em medicina; médico;

10-IV-2) Adelina Pereira, falecida solteira;

10-IV-3) Caetano da Piedade Loiola Pereira, o qual casou com Vindelina da Costa, de Curtorim, de quem houve:

a) Joaquim de Loiola Pereira, que desempenhou funções de vogal do conselho legislativo do Estado;

b) Jerónimo Loiola Pereira, “*que por longos anos trabalhou em Bombaim (onde parece ter estudado) e agora atende aos negócios da casa*”;

c) Ambrósio Octaviano da Imaculada Loiola Pereira, nascido em Benaulim no dia 7 de dezembro de 1904, morreu a 18 de agosto de 1983 (cremos que em Lisboa). Após ter-se graduado pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa, em 1929, prosseguiu a sua formação em Bombaim, onde estagiou e se especializou em leprologia, dermatologia, venereologia e eletrorradiologia. Regressando a Goa, assumiu, durante dilatado período, a direção da Leprosaria Dr. Froilano de Mello, onde se veio a destacar, tendo em paralelo, desde meados da década de trinta do século passado, publicado uma grande quantidade de estudos científicos sobre a sua especialidade. Atendendo aos seus méritos e ao reconhecimento de que era alvo em Goa, foi agraciado, em 1952, com a comenda da Ordem de S. Tiago e Espada¹⁴⁵⁵;

10-V) Ana Ubaldina de Misquita, a qual nasceu no ano de 1838 e casou com José Paulo Moniz, da Raia, de quem teve:

¹⁴⁵⁴ Misquita, Seráfico de (1967), 32.

¹⁴⁵⁵ Costa Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 212 e ss.

10-V-1) Maria Quitéria Moniz, “*que, tendo renunciado ao casamento para servir de mãe às suas irmãs, marcou a sua passagem por este vale de lágrimas pela sua acrisolada caridade e despretenciosa afabilidade*”¹⁴⁵⁶;

10-V-2) Maria Avelina Moniz, casada com José Agostinho de Sousa, de Macasana;

10-V-3) Hortência Moniz, “*que morreu solteira, edificando todos pela sua esclarecida piedade*”;

10-V-4) Anunciação Moniz, a qual casou com um primo, Vicente Dias, natural de Dramapur, conforme se refere no ponto 10-III-3);

10-VI) Luciana C... das Dores de Misquita, nascida em 1840, casou com Francisco António Fernandes, “*filho ou neto do “morgado de Macasana”*. O seu caso espelha bem as contingências pelas quais passavam as mulheres que, mesmo tendo sido casadas, se viam viúvas e sem descendência, bem como as estratégias matrimônios tecidas em sede desta *principalidade natural* católica: “*tendo perdido, poucos anos depois do casamento tanto o marido como o único filho que teve, arranhou o casamento de sua sobrinha Arsénia Dias*¹⁴⁵⁷, de Dramapur, com o seu cunhado Fortunato, constituindo-os seus herdeiros (?). Assim, a sua família é hoje representada pelos seus sobrinhos – filhos de Fortunato e Arsénia”;

10-VII) A(ntonio?) Francisco Xavier de Misquita, nascido em 1842, morreu no dia 4 de agosto de 1919, solteiro. De acordo com o seu sobrinho e biógrafo da família, “*Parece que recebeu Ordens Menores, pois consta ter sido admitido ao respectivo exame*”¹⁴⁵⁸;

10-VIII) Florinda Rita do Rosário de Misquita, que nasceu “*depois de 1830*” e faleceu a 2 de janeiro de 1845;

10-IX) Maria L... do Rosário de Misquita, da qual monsenhor Seráfico de Misquita não sabia a data de nascimento (anota apenas, de forma muito vaga, que tinha sido algures “*entre 1842 e 1849*”). Casou com Francisco Caetano da Silva, também natural de Benaulim, de quem houve:

10-IX-1) Lucinda da Silva, falecida solteira;

10-IX-2) Maria Quitéria Elisena (ou Elisia) da Silva, que veio a casar com Caetano Francisco Xavier do Rosário e Costa, de Curtorim, de quem houve geração, designadamente o **padre Vicente Francisco do Rosário e Costa**, que terá nascido nos finais do século XIX ou alvoreces da centúria seguinte. Ordenado em 1924, foi, sucessivamente, missionário em Moçambique e coadjutor da igreja de Santo André de Bendorá, em Bombaim, depois do que tornou a Curtorim, em cuja igreja paroquial desempenhou idênticas funções. De acordo com Aleixo Costa, “*Era advogado eclesiástico e pregador muito apreciado*”, devendo-se a essa faceta a sua única publicação¹⁴⁵⁹;

10-IX-3) Custódio Vicente da Costa, que foi professor primário; morreu solteiro;

10-IX-4) António José da Costa, casado com Maria Justina da Costa, igualmente natural de Curtorim, com quem provavelmente seria aparentado;

¹⁴⁵⁶ Misquita, Seráfico de (1967), 33.

¹⁴⁵⁷ Cfr., *supra*, ponto 10-III-4).

¹⁴⁵⁸ Misquita, Seráfico de (1967), 33.

¹⁴⁵⁹ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 285 e 286.

10-X) Padre Dunstano Eulógio de Misquita, nascido a 11 de março de 1849, foi batizado sete dias volvidos. Morreu a 1 de dezembro de 1929. Após a ordenação, em 28 de junho de 1883, foi colocado em diversas paróquias goesas, quer como capelão, quer como vigário cooperador. Monsenhor Seráfico de Misquita, que sempre que possível enaltece o lado caritativo da sua parentela, não se esquece de o fazer relativamente ao padre Dunstano, frisando *“Sempre e em toda a parte, marcou pela sua caridade, que exerceu de várias formas”*¹⁴⁶⁰;

10-I) JOSÉ TOMÁS DE MISQUITA, que continua. Nasceu, como era comum relativamente aos primogénitos de cada geração, em casa dos avós maternos – ou seja, no caso, em Margão – a 18 de dezembro de 1828. Morreu, em Benaulim, a 20 de fevereiro, *“e foi a enterrar no dia imediato, tendo uma enorme mole do povo acompanhado o “Motté Batcar” à sua última morada”*¹⁴⁶¹. E foi realmente à vida de *batcar* que se dedicou, parecendo dedicar toda a sua energia às propriedades familiares, nunca se afastando muito da Benaulim natal, a ocasionais passagens por cargos de importância apenas paroquial e à devoção¹⁴⁶². Casou em primeiras núpcias com Maria Assunção da Cunha, de Loutolim, filha de José Francisco da Cunha e Maria Bernardina Cota.

Maria Assunção da Cunha era irmã de:

- (i) **André da Cunha**, que casou com Estefânia Barreto, de Benaulim, sendo que este casal *“não deixou sucessão masculina, pelo que a sua família é hoje representada por um seu neto pela sua única filha Bernardina, cada com Wonedolfo da Costa, neto que se chama Francisco e é irmão do há pouco falecido Dr. Simão da Costa”*;
- (ii) **... da Cunha**, senhora que casou com Remédios (?) Costa, de Curtorim, sendo progenitores de D. Teresa Maria Benedita da Costa, a qual veio a casar com o advogado *provisionário* Manuel Francisco de Paula Colaço, de Margão, sendo progenitores do também *provisionário* Sérvulo Jacinto da Paixão Colaço o *“saudosos Advogado Sérvulo Colaço”*, nas palavras de monsenhor Seráfico de Misquita, casado com D. Maria Isabel Prisca de Santa-Rita Vaz.

Foram filhas deste primeiro casamento de José Tomás de Misquita:

11-I) Maria Bernardina de Misquita, nascida em março de 1863, casou com Hipólito de Mello, de Vernã, filho de Augusto de Mello. Este, sendo natural de Benaulim (era tio de Francisco Constâncio Xavier Boaventura de Mello, pelo que tio-avô do conhecido médico e político goês Froilano de Mello¹⁴⁶³), *estabelecera-se* (é este, lembre-se, o verbo empregado em Goa para designar tal situação) *“em Vernã como genro comensal de Anastásio Siqueira, oriundo de Chicalim e estabelecido em Vernã”*. Maria Bernardina de Misquita e Hipólito de Mello tiveram:

11-I-1) Francisco de Mello, casado com Utilícia Rebelo, de quem não houve descendência;

11-I-2) Anastácio de Mello, falecido solteiro

11-I-3) Nazário de Mello, *“que estudava para padre e morreu em menorista”*¹⁴⁶⁴;

11-I-4) João Vicente de Mello, o qual foi funcionário da capitania dos portos;

11-I-5) Amarildes de Mello, que parece ter morrido solteira;

¹⁴⁶⁰ Misquita, Seráfico de (1967), 33.

¹⁴⁶¹ Misquita, Seráfico de (1967), 29.

¹⁴⁶² O retrato que dele faz monsenhor Seráfico de Misquita é, segundo cremos, esclarecedor: *“Dotado de espirito profundamente religioso, fez todo o empenho em educar bem a sua numerosa prole, criando-a no santo amor e temor de Deus. Bondoso e lhano, gozava de muita simpatia e influência na aldeia, sobretudo no meio da gente humilde (...). Benemérito da freguesia pela honestidade e desinteresse com que desempenhou vários cargos locais, o seu nome era até há pouco evocado pelos da velha geração com respeito e veneração. Tesoureiro da Fábrica da Igreja por longos anos, restaurou – com nova plantação e melhor grangeio – o prédio Ollembatta, que ao tempo se achava estragado e despovoado, devido às estiagens e outras causas”* – Misquita, Seráfico de (1967), 28 e 29.

¹⁴⁶³ De seu nome completo Indalêncio Froilano Pascoal de Mello (1887-1955). Para uma resenha biobibliográfica deste personagem, veja-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 258 e ss.

¹⁴⁶⁴ Misquita, Seráfico de (1967), 34.

11-I-6) Dionísio, “*que morreu muito novo*”;

11-I-7) Fidelis Sigmaringa de Mello, o qual casou com Alda Tavares de Mello, natural da Raia, a qual era filha de Caetano Tavares de Mello¹⁴⁶⁵ e de Ermelinda Furtado (pelo que irmã do padre Amarante Filomeno Tavares de Mello, nascido em 1924) e “*neta-sobrinha do célebre P.e Francisco Xavier Alvares, de Vernã, que foi Redactor do Jornal “A Cruz” e bispo (cismático) em Ceilão*”¹⁴⁶⁶;

11-I-8) Maria Bernardina de Mello, casada com Roque Inácio Rodrigues, da Raia;

11-II) Eugénia Maria de Misquita nascida no dia 8 de fevereiro de 1865, casou com Caetano Vaz, de Curtorim, filho de Miguel João Vaz e de Quitéria Lourenço – pelo que irmão do padre Camilo da Piedade Vaz e de do alferes Aleluia Vaz, que foi cirurgião militar – de quem teve larga geração¹⁴⁶⁷;

Após enviudar de Maria Assunção da Cunha, José Tomás de Misquita passou a segunda núpcias com Quitéria Anastásia Senena Pereira, igualmente natural de Benaulim, filha de Pedro Caetano Pereira e de Divina Providência Baracho. Era, de acordo com os apontamentos de monsenhor Seráfico de Misquita, sobrinha-neta de três eclesiásticos – os padres Mariano, Caetano e Salvador Pereira, tendo sido este último “*missionário do Padroado em Aurumgabad, professor do Seminário de Rachol, Pároco de Loutolim e Benaulim*”¹⁴⁶⁸ – sendo todos eles sobrinhos do oratoriano padre Vicente Pereira, que foi docente e reitor de Rachol.

Quitéria Anastásia Pereira também teve vários irmãos, a saber:

- (i) **Joaquim Sebastião Pereira**, “*que morreu em Portugal, estando a estudar medicina no Porto*”;
- (ii) **Saturnino Pereira**, “*advogado e Juiz de Direito em Macau, onde se estabeleceu, casando com Teresa Colaço, de quem teve alguns filhos, um dos quais se endoutorou em Direito*”;
- (iii) **José Mariano Pereira**, “*que se deixou ficar em casa*”, tendo casado com Augustília da Gama, a qual era filha de Alexandre da Gama e sobrinha do médico António José da Gama, de quem houve geração¹⁴⁶⁹;
- (iv) **Lambertino Pereira**, o qual foi tesoureiro da câmara municipal de Margão. Deixando Benaulim, estabeleceu-se naquela vila, onde casou com Adelina Colaço, a qual era filha do capitão-médico Caetano Florêncio Colaço e sobrinha de outros dois clínicos do exército da Índia (o capitão-médico Luís Fernando Colaço e o major-médico Agostinho Vicente Colaço)¹⁴⁷⁰, de quem teve geração¹⁴⁷¹;

¹⁴⁶⁵ Caetano era, por sua vez, irmão de Ana Maria Tavares de Mello, a qual casou com José Vicente Baracho, sendo estes últimos progenitores do padre Joaquim Inácio do Bom Parto Baracho.

¹⁴⁶⁶ Misquita, Seráfico de (1967), 34.

¹⁴⁶⁷ Apresentada em Misquita, Seráfico de (1967), 34 e 35.

¹⁴⁶⁸ Misquita, Seráfico de (1967), 29 e 33.

¹⁴⁶⁹ A saber:

1. **Helena Pereira**, a qual casou com o eng. Francisco Xavier de Araújo, irmão que foi do cónego João de Brito Araújo;
2. **Eucher Pereira**, que ficou conhecido sobretudo pela habitação que mandou edificar em Benaulim (à qual o seu nome ficou associado, e que Hélder Carita considera ser um “*requintado exemplo de casa brãmane do século XIX*”). Casou com Diana da Silva, a qual era filha do médico Joaquim Marimónio da Silva (cirurgião-mor do batalhão de caçadores nº 1 do exército da Índia a partir de 1845) e “*irmã do Dr. Caetano Xavier da Silva, de Margão*”, segundo nos informa Seráfico de Misquita. Apesar de este autor não especificar qual a formação do referido Caetano Xavier, julgamos que o mesmo também seria clínico. Para dados complementares sobre a descendência desta estirpe, veja-se Misquita, Seráfico de (1967), 31;
3. **Ermesinda Pereira**, “*que, por falta de saúde não conseguiu realizar o seu sonho de abraçar o estado religioso*” – Misquita, Seráfico de (1967), 30;
4. **Lília Pereira**, casada que foi com o seu primo Saturnino Pereira;
5. **Divina Pereira**, a qual morreu solteira.

¹⁴⁷⁰ Caetano Florêncio Colaço graduou-se na Escola Médico-Cirúrgica de Goa e passou parte da sua vida em Moçambique, nomeadamente em Lourenço Marques e em Tete. Atendendo aos serviços que aí prestou, sobretudo na luta contra a cólera, recebeu a comenda da Ordem de Cristo em 1860. Mais tarde tornará a Margão. Quanto a Luís Fernando Colaço, este, após ter cursado a mesma instituição, rumou para Angola nos princípios da década de setenta do século XIX, onde conhecerá algum destaque, sendo igualmente agraciado com a Ordem de Cristo. Já Agostinho Vicente estudou medicina em Lisboa, tendo também exercido a sua atividade em Angola. Eram todos irmãos de Joaquim Colaço, que emigrou para a Índia então dita britânica, onde desempenhou funções enquanto *chief-commissioner* das províncias centrais da Índia e sobrinhos do químico goês Agostinho Vicente Lourenço.

¹⁴⁷¹ A saber:

1. **Joaquim Pereira**, que morreu solteiro;

- (v) **Padre Massilon Pereira**, falecido em Vingurlá;
- (vi) **Carlota Pereira**, a qual casou com Roberto Bernardo de Misquita, diplomado em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa, delegado de saúde, de quem teve geração¹⁴⁷²;
- (vii) **Efigénia Pereira**, que veio a casar com Miguel de Noronha, originário de Damão;
- (viii) **Lustrida Pereira**, casada com Emiliano Parras, o qual era irmão do padre Francisco Parras, sendo ambos sobrinhos-netos do padre Manuel Parras, “*que, depois de ter sido Professor e Reitor do Seminário de Chorão, foi Professor do Seminário de Rachol*”¹⁴⁷³. O padre Manuel Parras, oratoriano, foi um presbítero conhecido na Goa da sua época pelas funções que desempenhou naquelas duas instituições de ensino. Conseguimos localizar, no HAG, o seu testamento, um documento muito simples, datado de 1831, no qual o eclesiástico apenas refere deixar por herdeiro universal dos seus bens um tio também presbítero, o padre Francisco Parras – o qual cremos ter sido vigário-geral e pároco da igreja de Nossa Senhora da Glória, em Bombaim, cerca de 1817¹⁴⁷⁴ – e, na impossibilidade deste, outro tio que enveredara pela vida religiosa, o padre Jerónimo Parras (ambos moradores na Raia). Quanto ao dinheiro de que dispusesse à data da morte, bem como alguns bens móveis que para tal sejam necessários, deveriam ser empregados no funeral do testador, devendo a quantia restante ser entregue a suas irmãs do mesmo, filhas do terceiro casamento do seu progenitor, Ana Assunção e Anastásia¹⁴⁷⁵.

Foram filhos deste segundo enlace de José Tomás de Misquita:

11-III) Joaquim Bernardo de Misquita, nascido no dia 26 de fevereiro de 1871, licenciou-se em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica em 1898. Apesar da sua formação enquanto clínico, exerceu, nos apertados limites de Benaulim, apenas até 1913, altura em que é nomeado, após concurso, “*funcionário do Registo Civil*”, sendo que “*tomou posse desse cargo em Janeiro do ano imediato e desempenhou-o durante trinta e tal anos, primeiro em Bicholim, depois em Prio e ultimamente em Goa-Velha, donde recolheu aos penates, já aposentado*”¹⁴⁷⁶. Como era habitual entre os membros das famílias das elites naturais católicas, integrou os corpos dirigentes da câmara agrária de Salsete, tendo também desempenhado funções de delegado local do inspetor de instrução primária. Casou com Mónica Estela Carmelina da Costa, de Curtorim, filha de Fernando da Costa e de Fremioth de Figueiredo, de quem houve geração¹⁴⁷⁷. Morreu no dia 3 de fevereiro de 1961;

11-IV) Luís Caetano A(ntónio?) de Misquita, que nasceu no dia 2 de abril de 1872, em Benaulim. Casou com a sua conterrânea Marinha Clemente, filha de António Filipe Clemente e de Lúcia Gomes, para a casa de quem passou na qualidade de genro comensal e de quem teve descendência. A sua mulher era sobrinha do padre Jerónimo Micael Clemente, o qual “*foi missionário em Cochim, onde desempenhou os cargos de Vigário de Amarabadi, Reitor do Seminário de Alapé e Governador do Bispado, tendo, após o seu regresso a Goa, sido aqui sucessivamente, professor de latim e latinidade, em Divar, e de francês nas aulas de Mapuçá, e no Liceu de Nova Goa, cargo em que se aposentou*”.

Luís Caetano de Misquita, falecido a 7 de setembro de 1962, levou, a crer na nota biográfica que lhe dedica o irmão, a típica vida de um *batcar* goês, dividindo-se entre a gestão dos bens da casa, o aconselhamento dos vizinhos, as atividades piedosas e o desempenho de vagas funções administrativas locais: “*fez o que em si estava pela casa em que se estabeleceu, pela família em que se incorporou. Foi juiz popular, vogal-tesoureiro da Junta da Paróquia, presidente da M. A. (mesa da assembleia, segundo cremos) da Confraria do SS. Sacramento, da Junta da Comunidade de Seraulim e de várias Assembleias*

-
- 2. **Monsenhor Pedro Pereira**, o qual foi vigário-geral de Poona;
 - 3. **Saturnino Pereira**, que foi chefe da secretaria “*do Hospício*”, sendo que cremos que Seráfico de Misquita se está a referir ao Hospício do Coração de Jesus, em Margão. Casou com a sua prima Lília Pereira, já referida.
 - 4. **Clara Pereira**, casada com Caetano Barreto;
 - 5. **Senhorinha Pereira**, que morreu solteira;
 - 6. **Aninha Pereira**, igualmente solteira;
 - 7. **Margarida Pereira**, a qual também faleceu solteira.

¹⁴⁷² Descende deste casal Aires de Misquita, licenciado em direito, que em 1967 estava domiciliado em Portugal.

¹⁴⁷³ Misquita, Seráfico de (1967), 30.

¹⁴⁷⁴ Terá substituído, nestas funções, o padre Donato de Lacerda.

¹⁴⁷⁵ Consulte-se o anexo: testamentos – N36.

¹⁴⁷⁶ Misquita, Seráfico de (1967), 35.

¹⁴⁷⁷ A descendência deste e dos restantes filhos de José Tomás de Misquita vem igualmente descrita na genealogia familiar. Por ultrapassar claramente às balizas temporais da nossa investigação, optámos por a não incluir nem analisar.

Eleitorais, etc. Foi muito procurado para decidir, como árbitro, questões relativas aos limites de prédios, bem como para proceder à avaliação e divisão de propriedades e outros bens”¹⁴⁷⁸;

11-V) Agostinho Francisco do Rosário de Misquita, nascido a 5 de outubro de 1873, dedicou-se, à semelhança do seu irmão Luís, à gestão das propriedades da família, sobretudo após a morte do progenitor. Em paralelo, desempenhou alguns cargos de importância meramente local: *“Tendo ajudado o pai, já velho, no governo da casa, após a sua morte, que ocorreu em 1900, assumiu a administração dos ‘terres e haveres’, da família e passou o resto da sua longa vida a desempenhar, com sacrifício dos seus cómodos e interesses, tão árdua e tão espinhosa tarefa, sendo, porém, ajudado nisso, nos últimos anos, pelo seu irmão Ludgero e sobrinho Tomás. Mas não se contentou em trabalhar pela casa, pela família: despendeu uma considerável parcela da sua máscula energia, da sua invulgar actividade em prol da sua aldeia, da sua freguesia, no desempenho das funções de juiz popular, presidente da M.A. da C.¹⁴⁷⁹ do Santíssimo, presidente da Comissão encarregada da distribuição de açúcar, arroz e petróleo, vogal-tesoureiro da Junta da paróquia, procurador da Comunidade, membro da Junta Local, colaborador do Delegado de Saude, nomeado pelo Administrador do Concelho, na campanha contra a peste bubónica nesta aldeia, etc. Foi presidente de varias Assembleias Eleitorais*”¹⁴⁸⁰
Morreu, solteiro e sem geração, no dia 24 de outubro de 1959;

11-VI) Estela Maria de Misquita, que nasceu no dia 20 de dezembro de 1875, tendo sido batizada a 27 do mesmo mês e ano. Casou com Adelmo Barreto, de Vernã, *“filho de Paulo C. Barreto, irmão do Capitão-Médico Cláudio Barreto e do Prof. Firmino Barreto, e sobrinho do Capitão Josinho Barreto e dos padres Frei Nicolau de N. Sra. do Carmo (Capelão Militar) e Gaspar Barreto (Professor e Vice-Reitor do Seminário de Rachol)”*. Estela Maria de Misquita enviuvou precocemente (*“aos 26 anos, tendo apenas cinco filhos”*), tendo morrido já muito idosa, com mais de nove décadas de vida. A sua primogénita, Honorata Barreto, casou com Aleixo da Guia Rebelo, originário de Núvem e irmão de José Joaquim da Guia Rebelo;

11-VII) Lourença Maria de Misquita, nascida a 18 de dezembro de 1876. *“Foi baptizada em 26/12/1876. Celibatária por vontade própria, dedicou-se, de alma e corpo, aos trabalhos domésticos, em que, graças à sua boa vontade e rara prestabilidade, era, como soi dizer-se, um pau para toda a obra; percebia como poucos da culinária, da enfermagem, da costura, de bordados, etc. Inteligente e estudiosa, além de português, aprendeu algo de latim. Dotada de voz bem afinada, foi uma boa cantora. Afectuosa e dedicada, o autor destas linhas deve-lhe muito, mais do que a ninguém. Piedosa, participava, todos os dias, do Santo Sacrifício da Missa, assistindo e comungando. Cerrou os olhos à luz do mundo a 2/11/1953*”¹⁴⁸¹

11-VIII) Luísa Maria Antonieta de Misquita, a qual *“Nasceu a 21/6/1889 e foi baptizada em 28/6/1880. Casou-se, em Fevereiro de 1902, com Joaquim V. S. S. Ana Menezes, de Macasana, filho de Francisco Antonio de Menezes, cujo avô, do mesmo nome, foi ‘Médico por Sua Magestade’ por diploma de 7/6/1806. Passou desta vida a melhor a 4/11/1906, deixando apenas os seguintes tres filhos, que já faleceram (os últimos dois em Novembro de 1906 e o primeiro em Outubro do ano p. passado): Grisole, Francisco e Luisa”*. O autor não deixa de apontar uma curiosidade histórica relativa à casa destes Menezes: *“No alto do portão do quintal do seu vetusto solar, que foi reconstruído pelo dito Pedro e é hoje habitado pela sua família, vê-se um braço em pedra, no qual se acham esculpidas as letras ‘J.H.S.’, encimadas de uma cruz, e um pássaro com azas extendidas*”¹⁴⁸²;

¹⁴⁷⁸ Misquita, Seráfico de (1967), 35 e 36.

¹⁴⁷⁹ Provavelmente mesa da assembleia (ou da administração) da confraria.

¹⁴⁸⁰ Misquita, Seráfico de (1967), 37.

¹⁴⁸¹ Misquita, Seráfico de (1967), 38.

¹⁴⁸² Misquita, Seráfico de (1967), 38 e 39.

11-IX) Caetano Piedade dos P... de Misquita, “Nasceu a 7/10/1881 e foi baptizado no oitavo dia. Tendo deixado os estudos que fazia no Seminário por causa de uns ataques que ao tempo teve, passou a ajudar o seu irmão Agostinho no grangeio das propriedades da família, para o que tinha jeito e gosto. Mas, quando se viu livre daqueles incómodos, abalou para Moçambique e aí, depois de ter servido por algum tempo nos Caminhos de Ferro, conseguiu ser colocado nos Correios e Telégrafos. Aqui trabalhou por mais de trinta anos, ocupando-se ao mesmo tempo na agricultura”. Solteiro;

11-X) Padre Eulógio Maria de Misquita, nascido no dia 26 e agosto de 1883. Foi coadjutor do vigário da vara de Mapuçá e pároco de Batim;

11-XI) Maria Madalena de Misquita, que nasceu a 15 de julho de 1885; solteira;

11-XII) José Ludgero de Misquita, nascido em 19 de março de 1887; solteiro;

11-XIII) Maria Ermelinda de Misquita, a qual nasceu no dia 8 de abril de 1890. Casou com Piedade Quadros, “*de Manorá, da Raia, filho de Joaquim Santana Quadros e Divina Rosália Meneses e irmão do Pe. Teodorico Quadros, que faleceu em pároco de Nerul*”¹⁴⁸³

11-XIV) Maria Floripes, nascida no dia 8 de julho de 1891 e morreu menos de um ano volvido.

11-XV) Monsenhor Seráfico de Misquita, autor do trabalho a que tantas vezes recorremos, onde se pode encontrar uma detalhada descrição da sua vida e obra¹⁴⁸⁴.

MONTEIRO, DE CANDOLIM

Família das mais destacadas entre as elites *naturais* católicas, os Monteiro de Candolim, senhores de um dos mais belos solares bardezanos, acham-se intimamente relacionados com um número muito significativo das velhas linhagens goesas. Do emaranhado de vínculos familiares que foram estabelecendo ao longo dos séculos destacam-se desde logo as uniões com duas famílias vizinhas: os Pinto e os Frias. Por outro lado, mantiveram durante gerações relações privilegiadas com os centros do poder do Estado – o que perdurou na memória das gentes das *Velhas Conquistas*. Ainda em 2003, ao referir-se ao P.e Chico Monteiro, A. Verónica Fernandes escrevia: “*The House of Pe. Chico was very popular in Candolim. This House was protected by a decree by the Portuguese Government and to show the affinity between the Portuguese Government and the House of Pe. Chico there is a Plaque installed at the entrance wall depicting the Portuguese Government Emblem carved on a special stone. In Candolim there was a Traditional Saying which goes thus: “If you want to get a good advice, you better go to Monteiros and you will be successful in life with their advice”*”¹⁴⁸⁵. Certamente também em resultado da fusão destas duas características, os Monteiro reuniram vários atributos que na Goa dos séculos XVIII e XIX se associavam ao *estado* da nobreza: carta de brasão de armas, provisões de familiares do Santo Ofício, bens vinculados, capela particular, assentos nas vereações municipais e postos militares.

De acordo com o que nos foi explicado pela família, os Monteiro dispunham de um vasto arquivo, abundante em documentação genealógica e jurídica, do qual foi último possuidor monsenhor Francisco Monteiro, falecido na

¹⁴⁸³ Misquita, Seráfico de (1967), 41.

¹⁴⁸⁴ Misquita, Seráfico de (1967), 42 e ss.

¹⁴⁸⁵ <http://www.mail-archive.com/goanet@goanet.org/msg02009.html>.

última década do século passado. O *Padre Chico Monteiro*, como era vulgarmente conhecido, autorizou Gomes Catão a estudar aquele espólio, que se achava conservado numa grande arca na casa de Candolim. Gomes Catão terá analisado atentamente a massa documental e elaborou um índice detalhado dos manuscritos que a compunham. Ironicamente, foi precisamente essa relação um dos pouquíssimos documentos que escapou à voracidade da *cariá*. No entanto, apesar de quase tudo se ter perdido, ainda existem na casa de Candolim alguns documentos que nos permitem saber mais sobre a história da família. Tivemos oportunidade de os estudar em conjunto com Gustavo Monteiro, filho dos atuais donos da casa, com quem levámos a cabo um trabalho conjunto de reconstrução da árvore genealógica familiar. Foi assim graças à boa vontade de Gustavo Monteiro que tivemos oportunidade de copiar uma anotação, que nos parece ser da autoria de Gomes Catão (quicá baseada em algum velho apontamento do arquivo entretanto perdido) intitulada “*Família Monteiro, de Candolim*”. O mau estado do original (do qual existe uma cópia dactilografada, talvez dos anos 50 do século passado, mas com muitas inexatidões) não deixou de levantar algumas dúvidas, que iremos assinalando. Contudo, o grosso do documento é legível:

“Esta família é oriunda de Cortalim (? palavra de leitura difícil no original). Coube-lhe a culcornia da aldeia de Candolim, na divisão administrativa das aldeias de Bardes. São famílias de tronco comum esta e a dos Sás, Fernandes de Vaddi de Siolim e Fonecas (? apelido de leitura difícil no original), descendentes de Vitu Sinai. Possui três covas perpétuas, uma da família Mendes, descendente de Pocú Sinai benfeitor da igreja, P.e Joseph Monteiro, medico muito recorrido, que fundou a capela de N. Sr.a dos Remedios, ligada à sua casa em 1735. Possui a família muitos prazos da Coroa, morgado e brasão de armas.”

O excerto seguinte é um pouco mais confuso:

“Rodrigo Monteiro 1.o cristão da família, escrivão fateosim (é o que se acha escrito na versão dactilografada, embora não nos parece corresponder ao grafado no documento original) de Candolim, comprou uma cova na igreja, cujo filho era Diogo Monteiro (Doc. de 1604), a quem o Governo aforou alguns prazos (bens dos pagodes) sitos em Assagão e Candolim, cujo filho Simão era pai de Diogo. São filhos deste Simão que doou ao Clero bens e pensionou alguns com missa cantada por sua alma e 5 pelas almas do Purgatório – pagas desde 1681, ano em que talvez faleceu, o prédio Sabaguelém, de Arporá, e Diogo casado com Joana Mendes, de Candolim, filha de Antonio Mendes, com cova perpetua no cruzeiro, descende de Pocú Sinai.”

Este documento constituiu o ponto de partida da nossa investigação sobre a família. Até hoje conseguimos apurar o seguinte:

1) RODRIGO MONTEIRO, descendente de Vitú Sinay e o primeiro cristão da família. Não se conhece a data da sua conversão, mas acredita-se ter sido anterior a 1604. Estabeleceu-se em Candolim em virtude de aí lhe ter sido concedida uma escrivania. Provinha de uma família brâmane onde pontuavam vários escrivães – sendo que ainda hoje o solar dos Monteiro se ergue no *Escrivão Vaddo*¹⁴⁸⁶. Comprou uma cova perpétua na igreja de Candolim. Não conhecemos o nome da sua mulher, de quem teve:

2) DIOGO MONTEIRO, que tomou de aforamento ao governo diversos prazos da coroa. Casou com, de quem houve:

3) SIMÃO MONTEIRO, sobre o qual nada se sabe a não ser que era pai de:

4) DIOGO MONTEIRO, o qual, por sua vez, teve dois filhos (também se desconhecendo o nome da sua mulher):

5-1) Simão, que, como já vimos, “doou ao Clero bens e pensionou alguns com missa cantada por sua alma e 5 pelas almas do Purgatório – pagas desde 1681, ano em que talvez faleceu”;

¹⁴⁸⁶ Bairro do escrivão.

5-II) DIOGO MONTEIRO, que segue;

5-II) DIOGO MONTEIRO, que continua. Casou com Joana Mendes, de Candolim e também descendente de uma família brãmã convertida ao catolicismo há já algumas gerações. O tronco destes Mendes era Pocú Sinay, que Gomes Catão diz ter sido *“benfeitor da igreja”*. Certo é que Joana Mendes era filha de António Mendes, o qual possuía uma cova perpétua na igreja local.

Foram filhos deste casal:

6-I) DIOGO MONTEIRO DE SOUSA, que segue;

6-II) Padre António Mendes Monteiro, o qual, de acordo com o manuscrito conservado na casa dos Monteiro de Candolim a que temos vindo a aludir, era *“menorista em 1709”* e *“faleceu antes de 1725”*;

6-III) Padre José Monteiro, que é um dos personagens cuja memória permaneceu mais viva. Segundo o referido documento: *“nascido em 20 de Abril de 1700 e sacerdote em 1728 e confessor foi medico distinto em 1730 e fundou, como disse, a Capela da Sra dos Remédios da sua casa. Faleceu de diabetes em 17 de Agosto de 1760”*;

Os dados de que presentemente dispomos levam-nos a considerar também como sendo filha de Diogo Monteiro:

6-IV) Luísa Monteiro, de quem encontramos menção nas notas manuscritas de Gomes Catão, mais concretamente no nobiliário pertencente a Percival Noronha¹⁴⁸⁷. De acordo com aquele autor, Luísa Monteiro terá casado com Tomé Ribeiro, de Pilerne, filho de Pedro Ribeiro. Com geração¹⁴⁸⁸;

6-I) DIOGO MONTEIRO DE SOUSA, que continua. Casou com Catarina de Noronha, *“filha de Domingos de Noronha e de Emmerenciana Henriques, sobrinha do P.e António de Noronha, de Pomburpa”*. Segundo informações orais que recolhemos em Goa, este eclesiástico foi vigário de Batim e Goa Velha e instituiu um vínculo de morgado.

De acordo com a documentação existente na casa de Candolim a que nos temos vindo a reportar, existiu um outro ramo de Monteiros a unir-se a estes Noronha. No entanto, os dados de que presentemente dispomos são vagos e por vezes mesmo confusos. De concreto sabe-se que uma outra filha de Domingos de Noronha e Emerenciana Henriques, Mariana de Noronha, casou com Domingos Monteiro, o qual já era viúvo *“da filha de António de Melo, de S. Matias (1.as núpcias)”*. Ora, este Domingos era filho de Francisco Monteiro e de sua mulher Isabel Álvares (originária de S. Bartolomeu de Chorão) e neto paterno de Rodrigo Monteiro. Coloca-se aqui a primeira questão: Rodrigo Monteiro avô de Domingos Monteiro será a mesma pessoa que Rodrigo Monteiro a que nos referimos no ponto 1) do presente título? Não cremos que esta seja uma hipótese forte desde logo tendo em atenção a calendarização. Sabemos porém que houve dois filhos do primeiro casamento de Domingos Monteiro (portanto, enteados de Mariana de Noronha): **(i) o padre João Monteiro**, *“nascido em 1696 e falecido em 16-11-1753”*; e **(ii) Francisco Monteiro**. Este casou com Madalena Afonso, *“de Goltim, filha de Manuel Afonso e de Joana Rangel”*.

Algumas das informações recolhidas no que resta do arquivo dos Monteiro de Candolim afortunadamente casam com dados que exarámos dos manuscritos genealógicos de Gomes Catão. Foi desta forma possível estabelecer um vínculo entre a família Monteiro e a dos *“Sá de Candolim”* (que aquele autor apenas esboçou em dois títulos

¹⁴⁸⁷ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Ribeiro, de Pilerne”*, Goa.

¹⁴⁸⁸ Veja-se o título Ribeiro, de Pilerne, I) – descendentes de Pedro Ribeiro, ponto 1).

que se complementam mutuamente¹⁴⁸⁹) e assim saber que Francisco Monteiro e Madalena Afonso tiveram pelo menos dois filhos:

- **Padre Pedro de Alcântara Monteiro**, citado no manuscrito de Candolim, ordenado em 1725;
- **Custódio Monteiro**, mencionado por Gomes Catão. Nasceu em Candolim e casou em Sirulá no dia 21 de fevereiro de 1745, “*perante o Reitor Fr. João de Jesus Maria*”, com Catarina Aurora Soares. Esta era natural de Salvador do Mundo e filha de Aleixo Soares e de Clara Pinto, de Candolim. Com descendência¹⁴⁹⁰;

É possível suscitar uma outra questão nesta sede. Na obra que dedicou à conjuração dos Pintos, Cunha Rivara informa-nos que Pascoal Pinto, de Candolim (c. 1645-1717) casou com a sua conterrânea Francisca Monteiro, “*filha de Domingos Monteiro de Sousa*”¹⁴⁹¹. Tal informação ter-lhe-ia sido prestada por Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves e vem até hoje sendo repetida. Contudo, nos vários documentos genealógicos relativos aos Monteiro de Candolim que encontrámos e analisámos não encontramos qualquer referência a estes personagens – o que seria um lapso difícil de compreender, desde logo por demonstrar a proximidade existente entre a família em análise e a dos Pinto. Graças à nossa investigação, e conforme já referimos, sabíamos da existência de um Diogo Monteiro de Sousa, mas já não de um Domingos. No entanto, também nos tínhamos deparado com um Domingos Monteiro, que não aparece contudo a usar o apelido Sousa. Aliás, Diogo e Domingos – que não são irmãos – casam com duas irmãs, Catarina e Mariana de Noronha, pelo que terão sido contemporâneos. Há então duas possibilidades a considerar. Por um lado, que Domingos Monteiro (dito *de Sousa*) pai de Francisca Monteiro seja o que casou, já viúvo, com Mariana de Noronha. Por outro, que estejamos perante um lapso comum em matéria genealógica: muitas vezes, os linhagistas têm grande dificuldade – sobretudo devido ao mau estado da documentação, à letra, à má utilização da língua e, principalmente, às indecisões que podem resultar da grande semelhança das abreviaturas usadas para ambos os nomes (“*D.os*” e “*D.o*”) – em concluir se num dado manuscrito se acha uma referência a um Domingos ou a um Diogo. Se assim for, Francisca Monteiro, casada com Pascoal Pinto, será filha de Diogo Monteiro de Sousa e portanto irmã de Simão Monteiro.

Hélder Carita, ao tratar da casa desta família no trecho que citámos *supra*, segue a obra de Cunha Rivara. Dá porém, certamente por lapso, como orago da capela dos Monteiro Nossa Senhora dos Agonizantes, informando-nos que a mesma foi aberta ao culto público em 1714. Ora, de acordo com (i) os documentos que compulsámos, (ii) a lápide que lá se encontra e (iii) a tradição familiar, a ereção daquele templo familiar, dedicado a Nossa Senhora dos Remédios, deve-se ao Padre José Monteiro, que a levantou em 1735. Quem, efetivamente (e segundo Cunha Rivara), fundou a ermida, ou capela, da Senhora dos Agonizantes foi Pascoal Pinto, casado com Francisca Monteiro¹⁴⁹².

A geração de Diogo Monteiro de Sousa e de Catarina de Noronha acha-se descrita no já referido manuscrito de Candolim. O que não surpreende atendendo a que muito provavelmente se trata do rascunho de um estudo que Gomes Catão estava a realizar. No entanto, bastavam os dados fornecidos na carta de brasão de armas de José João Monteiro e os processos de habilitação a familiar do Santo Ofício do mesmo e de seu irmão Simão para continuarmos a evolução da família com segurança suficiente.

Foi filho de Diogo Monteiro de Sousa e Catarina de Noronha:

7) SIMÃO MONTEIRO, “*tesoureiro subdelegado da Bula da Cruzada*”. Casou com Tomásia de Sá, da qual diz o manuscrito de Candolim ser “*filha de António de Sá, de Neurá-o-Grande*”. A mesma fonte relembra a riqueza dos Monteiro nesta época: “*Seus bens valiam 20.000 xerafins*”. Graças ao processo de habilitação a familiar do seu neto Simão ficamos a dispor de vários dados complementares. Por um lado, Simão Monteiro fora

¹⁴⁸⁹ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Sá, de Candolim”*, Goa.

¹⁴⁹⁰ Que indicamos no título Pinto, de Candolim, ponto 6-II-1), a).

¹⁴⁹¹ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 144.

¹⁴⁹² Rivara, J. H. da Cunha (1875), 144.

batizado em Candolim a 11 de agosto de 1689. Casou em 23 de fevereiro de 1710 com Tomásia de Sá, tendo ambos habitado na referida localidade. Por outro lado, Tomásia era natural de Neurá e foi aí batizada no dia 26 de julho de 1697. Apadrinharam-na dois tios maternos, o subdiácono Salvador Pinto e sua irmã Esperança Pinto, de Candolim. Os seus progenitores foram António de Sá e Ana Pinto, *gancares* em Neurá. Quer isto significar que a mulher de Simão Monteiro era descendente dos Pinto de Candolim¹⁴⁹³.

Tiveram:

8-I) DIOGO MONTEIRO, que segue;

8-II) Padre Sebastião Monteiro, *“Diácono em 1732 com provisão de pregador, foi isento do serviço militar por ser filho do tesoureiro da Bula da Cruzada e faleceu em 17 de Julho de 1737”*. Localizámos o seu testamento em Goa¹⁴⁹⁴. O documento foi lavrado em 1771 e nele o testador pede para ser preferencialmente enterrado numa das covas perpétuas *“que tenho abaixo do Altar do Senhor Jesus de minha freguesia”*. Ao tomar uma série de disposições relativas ao seu funeral e ofícios fúnebres não deixa de relembrar ter sido irmão e presidente da confraria do Senhor Jesus de Candolim. Institui por herdeiro universal o seu sobrinho José João Monteiro e presta esclarecimentos importantes para seguirmos as estratégias adotadas pelas gerações que o antecederam no sentido de conservar o património da casa: *“Declaro que os meus Avos Diogo Monteiro de Souza e Catarina de Noronha deixarão as Suas terças aos filhos machos de Domingos Monteiro, e Simão Monteiro para Conservação de Sua Caza e Como Domingos Monteiro faleceu sem deixar filhos machos, eu e os meus Irmaons Diogo Monteiro e Padre Inrique Monteiro como filhos do Senhor Simão Monteiro Sucedemos nas ditas terças, e as vimos possuindo, e Sucedendo falecer o meu Irmão Padre Inrique Monteiro acreceo a Sua parte a mim e ao dito meu Irmão Diogo Monteiro e assim por meu falecimento mando que o dito meu Irmão Diogo Monteiro Suceda inteiramente nas ditas terças e por Seu falecimento Suceda os Seus filhos machos e Seus decendentes machos por linha masculina perpetuamente athe o mundo durar por Ser assim a vontade dos instituidores que quizerão andassem estas terças nos Seus decendentes machos por linha masculina para Conservação de Sua Caza e familia”*.

Não deixa assim de ser interessante que o testador encare as legítimas em questão como se se tratassem de bens vinculados. No entanto, não cremos que pelo menos com base neste seu testamento se possa considerar estarmos perante a constituição de um qualquer tipo de vínculo. Há no entanto que confrontar estes elementos com o conteúdo do testamento do padre Henrique Monteiro, a que nos referimos de seguida;

8-III) Padre Henrique Monteiro, que, tal como seu irmãos, é referido no documento de Candolim: *“menorista em 1754 e herdeiro universal do seu tio P.e Jozepho Monteiro, falecido a 25 de Outubro de 1770”*. No entanto, o registo do seu testamento (que também encontramos em Goa) data de 1771¹⁴⁹⁵ – o que se pode dever ao facto de ter falecido antes de o mesmo averbamento ter sido feito. O testador declara a sua vontade em ser enterrado *“na Cova que tenho de minha Caza”*. No que diz respeito ao seu património faz uma distinção entre os *“bens que forem Livres em Fazendas”* e os que não o sejam. No que diz respeito a estes últimos, instituía por herdeiros universais os seus sobrinhos Vicente Luís, Simão Francisco e José João. Caso porém se tratassem de bens *“que forem em Fazenda Real e de Semelhante natureza deixo aos ditos meus herdeiros todos assim nomeados Cujas Cartas de Sucessão tirara em Seo nome aquele Subrinho meo que premeiro for Cazado”*. No que toca aos restantes, que certamente constituíam parte importante da herança, determina que *“Se faça hum vinculo ou Capella Com obrigação de mandar dizer quatro missas por minha Alma huma por almas de meos Pes, e huma por minha tenção por todas Seis missas do estipendio de duas tangas a cada anno no qual Vinculo ou Capela instetuo*

¹⁴⁹³ Veja-se o título Pinto, de Candolim, ponto 5-VI-3).

¹⁴⁹⁴ Consulte-se o anexo II: testamentos – N24.

¹⁴⁹⁵ Consulte-se o anexo II: testamentos – N25.

Administrador, e Senhor a meu Subrinho Vicente Luis Monteiro filho do meu Irmão Diogo Monteiro para o Largar (sic, mas certamente por lograr) em quanto vida tiver e depois de Sua morte entrara na Sua pessão Como Administrador e Senhor o meu Subrinho Simão e depois delle O meu Subrinho Joze João e depois da Sua morte passara ao primeiro genetivos masculinos da Sua linha Contenuada Com execução (sic, mas decerto por exclusão) porem de qualquer femea que for das ditas Linhas e no Cazo que falte Administrador masculino entrara na dita Administração o filho primogénito de minha Irma Angelina Monteiro, e a elle Successivamente os Seus primo genetios por ser assim a minha ultima vontade declaro que Se qualquer dos Administradores cometer qualquer Crime Contra Leza Magestade Divina ou humana no mesmo instante precizo (sic, volta a faltar o verbo, provavelmente sairá) da dita administração, e Substituo no Seo Lugar ao Successor que lhe Seguir”. Caso a instituição do vínculo se revelasse impossível, os bens que lhe estavam destinados seriam herdados por Vicente Luís Monteiro “sem penção alguma”;

8-IV) Angelina Monteiro, casada e com geração, relativamente à qual contudo nada sabemos;

8-I) DIOGO MONTEIRO, que continua. Batizado em Candolim no dia 14 de março de 1725, casou em S. Matias (Ilha de Divar) a 21 de abril de 1750 com Ana Senhorinha Gomes. Esta havia sido batizada em S. Matias no dia 6 de junho de 1737 (foi apadrinhada por Nazário Francisco Colaço), localidade onde moravam os seus pais. Era filha de António Nicolau Gomes e de Joana Mendes Monteiro (batizada pelo padre António Mendes Monteiro em 11 de janeiro de 1713), ele natural de S. Matias, ela de Candolim¹⁴⁹⁶. Neta paterna de Pedro Gomes e de Aurélia Correia e materna de Domingos Monteiro e Páscoa Ribeira. Fica pois em aberto de Diogo Monteiro e Ana Senhorinha Gomes ainda serem aparentados. O casal viveu em Candolim e ditou testamento de mão comum em 1799¹⁴⁹⁷. Aí nomeiam herdeiros os seus filhos deixando porém “*deixamos as nossas terças ao nosso filho Joze João Monteiro para elle lograr e pessuir em sua vida e por sua morte passe(m) as ditas nossas terças a seus filhos Sebastião Xavier, e Antonio Simão*”. O sucessor da casa também receberia outros bens: “*Item declaro eu Diogo Monteiro que pessuo alguns prazos da Coroa na Aldea Candolim, Arpora, Assagão e Guirim por merce em fatiota e em vida cujo encabeçamento ficou em meo nome os quaes nomeio em meo filho Joze João Monteiro para elle se encartar. Item declaro que na Aldea de Arporá metade de hum palmar chamado B(só se percebe o “B” inicial; o resto da palavra está numa parte danificada, manchada e rasgada¹⁴⁹⁸) he aforamento pelo Sindico do Convento de São Francisco de Goa em tres vidas a primeira foy no meo Irmão Padre Henrique Monteiro com obrigação de pagar vinte e sete xerefins cada anno, e este nomeiou a segunda vida em meo filho Vicente Luis ora falecido; e a terceira he a minha por eu lhe sobreviver o qual nomeyo em o dito filho Joze João para elle possuir como couza sua e requerer o dito aforamento*”;

Tiveram:

9-I) Vicente Luís Monteiro, que morreu antes dos pais, cremos que no estado de solteiro;

9-II) Simão Francisco Monteiro, natural e morador em Candolim, foi aí batizado no dia 20 de abril de 1760. Familiar do Santo Officio, com carta passada a 21 de fevereiro de 1786¹⁴⁹⁹. O processo de habilitação correu com celeridade tendo o inquérito de testemunhas sido realizado na casa do despacho da Inquisição de Goa a 22 de maio de 1785. Bastou ouvir seis indivíduos: todos concordaram na adequabilidade do perfil do candidato ao cargo. Transcrevemos algumas das declarações mais expressivas. Assim, Manuel Francisco “*disse que o habilitando he distinto entre os Naturaes de Goa, bem tratado e abastado de bens de fortuna, pelos quais se trata com Luzimento de sua pessoa*”. Pedro Correia acrescenta que: “*é legitimo Successor do morgado que tem o seo Pay do valor de quarenta ate*

¹⁴⁹⁶ Moravam em S. Matias no ano de 1726, quando apadrinharam, a 10 de outubro, na igreja da Piedade (Divar), o futuro padre Crisóstomo Nicolau do Rosário – Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 229.

¹⁴⁹⁷ Consulte-se o anexo II: testamentos – N.

¹⁴⁹⁸ De acordo com os esclarecimentos que nos foram prestados por Gustavo Monteiro, poder-se-á, eventualmente, tratar de uma de duas propriedades das que a família em causa ainda possui em Arporá: *Barbaranchi Xir* ou *Banarcai Gorbhatta*.

¹⁴⁹⁹ ANTT, habilitações para o Santo Officio, maço 11, dil. 177, ano: 1786 (Simão Monteiro).

sincoenta mil xerafins”, o que lhe garantia ser (de acordo com Pedro Pinto) “*o maior rico de sua Aldea*”. Finalmente, Miguel de Melo enfatizava que “*nem o habilitando nem seos Paes, e Avos paternos foram compreendidos no Crime de herezia, e Apostazia da Nossa Santa Fe Catholica, e nas penas deste delicto, antes sabe que muitos delles forão officiaes do Santo Officio tanto em Goa como na Commissaria de Bardes*”.

Morreu solteiro, sem geração e sem ter conhecimento de que lhe tinha sido passada carta pelo Santo Ofício. Como explica José João Monteiro no requerimento inicial do seu próprio processo de habilitação, Simão Francisco “*tendo alcançado a merce de Familiar desse Santo Tribunal não chegou a lograr p.r fallecer da vida prezente como consta da certidão junta*”. O documento em questão acha-se anexado ao processo e é graças a ele que sabemos ter Simão Monteiro falecido em Candolim no dia 30 de abril de 1785. Foi “*enterrado no Cruzeiro desta Igreja na sua Cova perpetua*”;

9-III) JOSÉ JOÃO MONTEIRO, que segue;

9-IV) Lizarda Maria Monteiro, que casou com Filipe Nery Pinto, “*com dote de quatro mil duzentos xerafins fora as datas de mil duzentos xerafins*”, conforme consta do testamento dos seus pais. Com geração;

9-V) Tomásia Micaela Monteiro, a qual casou com José Simão, morador na Piedade (Ilhas). Também faleceu antes dos progenitores, conforme se depreende do testamento dos mesmos;

9-III) JOSÉ JOÃO MONTEIRO, que continua. Natural e morador em Candolim e aí batizado no dia 4 de março de 1764. Apadrinharam-no os padres Sebastião Monteiro e Eugénio Gomes, este último da congregação do Oratório. Foi “*moço fidalgo da Casa Real e coronel das milicias*”. Requereu carta de brasão de armas, que lhe foi passada no dia 27 de fevereiro de 1802. Aí se esclarece, paradoxalmente, que “*Os quaes seus Pays e Avós forão pessoas muito Nobres da Familia dos Monteiros que neste Reino (de Portugal) são Fidalgos de Linhagem, Cotta de Armas, e de Sollar conhecido, e como taes se tratarão com cavallos, creados, e toda a mais ostentação propria da nobreza*”. No entanto, ao contrário dos seus conterrâneos e parentes Pinto, José João Monteiro não se parece ter preocupado excessivamente com o assunto, encarando-o provavelmente, e com acerto, como uma mera fórmula – e por isso mesmo comum a todos os processos do género. Herdou a fatia principal dos bens dos seus pais, na qual se incluíam os vínculos da família (um dos quais no “*valor de quarenta ate sincoenta mil xerafins*”), os prazos da coroa que o progenitor possuía em Candolim, Assagão, Arporá e Guirim e parte de um palmar em Arporá que era propriedade do Convento de S. Francisco de Goa.

Na casa de Candolim também se conserva um outro documento interessante que está relacionado com este personagem. Falamos da *Escritura publica de amigavel transacção, divisão de bens e partilha* promovida pelos seus herdeiros. A escritura foi lavrada em Candolim no dia 28 de janeiro de 1875 e consta, como era usual, de várias partes. Na primeira elencam-se os herdeiros à data, pois vários dos descendentes diretos de José João Monteiro já tinham morrido. Na segunda, enunciam-se os bens do *de cuius* que estavam em questão. De acordo com os elementos carreados pelo notário, as propriedades que constituíam a herança de José João Monteiro agrupar-se-iam em três grandes lotes. Por um lado, os bens “*que couberão ao dito Jozé João ela sua meiação no Inventario prestado por elle pelo fallecimento da dita sua segunda mulher*”; por outro, os “*do fideicomisso instituído por Diogo Monteiro de Souza e sua mulher Catharina de Noronha*”, acrescentando-se, quanto a estes: “*fideicomisso que com quanto estava já extincto com Diogo Monteiro de Souza, com todos os seus bens foram possuidos por o dito João Jozé como vinculados ou de fideicomisso e por isso não foram partilhados no referido inventario por este prestado*”. Por fim, “*outros são de um vínculo de morgado ou capella instituído por Rita Mendes Monteiro, vínculo insubsistente por haver sido instituído depois da Lei de tres d’Agosto de mil sette centos settenta, e com tudo até hoje não partilhado por os administradores do mesmo vínculo estavam na persuasão de que era subsistente aquelle vínculo*”. Os prédios que constituíam o referido vínculo foram então integrados “*nos referidos bens que possuiu Jozé João Monteiro como meeiro da sua segunda mulher*”.

Foi familiar do Santo Ofício, com carta passada a 30 de março de 1788¹⁵⁰⁰. O processo de habilitação foi extremamente rápido, desde logo por ter invocado o seu parentesco com Simão Francisco. As inquirições *por fraternidade* tiveram lugar na casa do despacho da Inquisição de Goa a 27 de janeiro de 1787 e exigiram a presença de somente três testemunhas. O primeiro inquirido (Domingos da Silva, “*lavrador e contratador de cocos*”), asseverava que José João Monteiro “*he pessoa distincta na ordem dos naturaes de Goa, e os seus Pays tem muitas Faz.as, com cujos rendim.tos vivem com bastante luzimento de suas pessoas*”. E o segundo, Luís Caetano Correia, reforçava: “*os seus Pays tem fazendas do valor de mais de 50 mil X.s, de cujos rendimentos vivem com bastante luzimento, e o hablo he unico filho delles*”.

José João Monteiro casou duas vezes e de ambas em famílias pertencentes ao mais restrito núcleo das elites *naturais* católicas: a primeira no dia 14 de novembro de 1785¹⁵⁰¹ com Maria Josefa de Lima, de Chorão; a segunda com D. Vitória Maria Angelina Gonçalves, da Piedade. D. Maria Josefa fora batizada em S. Bartolomeu de Chorão, a 2 de julho de 1772. Era filha do advogado *provisionário* Luís Caetano de Lima e de sua mulher Anastácia Pulquéria Pinto, ele original de S. Bartolomeu, ela de Candolim¹⁵⁰².

José João Monteiro casou segunda vez com D. Vitória Maria Angelina¹⁵⁰³ Gonçalves. Esta senhora, nascida na Piedade, era filha de Manuel Francisco Gonçalves, “*medico muito acreditado, que foi preso como cumplice na conjuração* (dos Pintos), *mas julgado innocente, e posto em liberdade*”, pelo que sobrinha do menorista Luís António Gonçalves, de Lisarda Maria Gonçalves (casada com José Manuel de Albuquerque)¹⁵⁰⁴ e do padre José António Gonçalves, geralmente considerado como sendo um dos principais líderes daquela sublevação. Dele diz Rivara, que o não tinha em grande consideração, ao narrar a aventureira vida que levava: “*Este padre José Antonio Gonçalves, que assim se assignada, era conhecido tambem pelo nome de José Felipe Gonçalves porque na India os nomes são pela maior parte arbitrarios, e cada um toma o que quer, assim entre os gentios, como entre os indigenas christãos. Foi natural da freguezia de Nossa Senhora da Piedade, na ilha de Divar, que daquella freguezia toma ordinariamente o nome de ilha da Piedade. Nasceu no anno e 1748. Dotado de grande talento, como he fama constante, cursou as aulas do collegio de Chorão com distincção, e ordenou-se no anno de 1772, tendo completado 25 annos de idade. Foi parochio da igreja de S. Bartholomeu do Chorão, naquelle tempo uma das que continham mais numerosa christandade. (...) refere-nos o padre Caetano Victorino de Faria no escripto, de que já fizemos menção, composto no anno de 1781, que o bispo de Cochim governador do arcebispado (D. fr. Manuel de Santa Catarina) logo em principios da restauração do collegio de Chorão nomeou nelle por professor de philosophia ao mesmo padre Gonçalves, a que o padre Faria chama José Felipe, nome por que tambem era conhecido, segundo está advertido. Pouco tempo porém podia occupar o padre Gonçalves o seu cargo de professor, ignorando-se os motivos, por que o largou, e se transportou á Europa no anno de 1781, ao que parece. Segundo nos afirma o sr. C. R. Ernesto Alvares, de Margão, n’um artigo sobre este padre José Antonio Gonçalves, publicado no Almanack Popular do sr. José Pedro da Silva Campos e Oliveira, para o anno de 1867, lê-se no periodico italiano intitulado Notizie del Mondo, de 12 de outubro de 1782, o seguinte: “= Tendo-se transportado para esta cidade o sacerdote D. José Antonio Gonçalves, bramane de nação, vassallo da corôa de Portugal, já parochio de uma das consideraveis igrejas da vizinhança de Goa, e professor regio de philosophia no seminario daquella capital, depois de haver observado a magnificencia a mais consideravel, e as raridades desta metropole, se apresentou á congregação dos reverendissimos theologos com documentos authenticos dos estudos feitos na patria; e no dia 11 de julho passado se expôz a um rigoroso exame, e tendo neste dado provas de muita erudição, solvendo com precisão, clareza, e robustez de razões todas as difficuldades propostas, mereceu approvação e applauzo universal, e em seguida foi publicamente cingido da laurêola da mesma faculdade; terminando-se este acto com um eloquente discurso recitado pelo Rm.o padre mestre Fr. Thomaz Mamachi, mestre do Sacro Plalacio, capaz de excitar a emulação em todos os estrangeiros pelos exemplos que apontou de celeberrimos santos padres da igreja vindos desta forma a esta santa cidade em*

¹⁵⁰⁰ ANTT, habilitações para o Santo Ofício, maço 157, dil. 3026 (José João Monteiro e Maria Josefa de Lima).

¹⁵⁰¹ Na freguesia de batismo da noiva.

¹⁵⁰² Veja-se os títulos Pinto, de Candolim, ponto 7-II) e Lima, de Chorão, ponto 4-VI-1), c).

¹⁵⁰³ Também chamada Angélica Maria Vitória – Rivara, J. H. da Cunha (1875), 62.

¹⁵⁰⁴ Veja-se o título Albuquerque, da Graça, ponto 4-I).

diversos tempos. Quando o sobredito candidato devia voltar a Lisboa, disfrutou a honra de ser admittido á audiencia de Sua Santidade, que acolheu com maneiras mui affaveis, e o enriqueceu de copiosissimas graças”. (...) Do artigo antecedente se depreheende que o novo doutor devia voltar de Roma a Lisboa e fizera esta viagem em principios de outubro de 1782, E para em Roma receber o gráo de doutor a 11 de julho desse anno, devia ter chegado a Portugal pelo menos no anno antecedente de 1781. Em Lisboa conviveu com o padre Caetano Francisco do Couto, que o acompanhára da India a Portugal, como supomos; com o padre Caetano Victorino de Faria, que já lá estava havia dez annos, muito cabido entre a fidalguia, e na côrte, e por esse respeito patrono nato dos goanos, que chegavam áquella capital; e com os mais compatriotas que já a esse tempo alli se achavam, ou foram chegando apoz elle, taes como, o padre mestre Fr. Custodio de Santa Maria, frade de Santo Agostinho, José Antonio Pinto, filho de Ignacio Pinto, de Candolim, então muito mancebo; e com outras pessoas, entre as quaes merecem especial menção dous Catanares, ou padres do rito syro-chaldeu do Malabar, que deviam ter ido no anno de 1779 (...), por nome José Cariate, e Thomas Peramakel, os quaes eram muito protegidos de Sua Magestade, de quem recebiam a sustentação, e sob cujo patrocínio foram a Roma, merecendo o primeiro o primeiro ser nomeado por Sua Magestade, e confirmado pelo Papa em arcebispo de Cranganor. O fundamento principal desta nomeação, de que não havia exemplo semelhante, foi sem duvida a esperança, que Sua Magestade e o Papa conceberam de que pondo naquella diocese um prelado natural della, e do mesmo rito syro-chaldeu, que lá prevalece, a reduziria de um modo real e efficaz ao gremio e sugeição da igreja romana, o que apezar de tantas diligencias ainda não se podera em verdade conseguir desde os dias de D. Fr. Aleixo de Menezes. (...) . Armando com todas estas graças, e com a benção papal voltou D. José Cariate, e seu companheiro o padre Thomas Periamakel a Lisboa, para dalli partirem para a India. Se o padre José Antonio Gonçalves, e principalmente o padre Caetano Francisco do Couto não eram conhecidos já desde a India do arcebispo de Cranganor e seu companheiro, ao menos travaram em Lisboa estreita amizade, e tendo de partir para a India no mesmo navio da invocação de Senhor Jesus Ressuscitado, Santa Zeferina, e Princeza do Brazil em abril de 1785, negociaram todos em commum a matalotagem; dando esta confiança mutua occasião a que o padre José Antonio Gonçalves pedisse algum dinheiro emprestado ao arcebispo. Alguns dias antes do embarque vio-se o padre Gonçalves obrigado a recorrer ao arcebispo para novo emprestimo, não só para elle, mas tambem para ser repartido com o padre Couto, companheiro de viagem, e pelo padre Fr. Custodio de Santa Maria, e José Antonio Pinto, que ficavam na Europa, e já se achavam em Roma, ou se aprestavam para passar alli. (...) Como o navio sahiu fora de monção, teve viagem trabalhosa e dilatada: arribou á Ponta de Galle, na ilha de Ceilão, e só em maio de 1786 chegou a Goa. Mas o padre José Antonio Gonçalves ficou na Ponta de Galle, não sabemos porque, sendo só certo que não foi por falta de saude. O arcebispo de Cranganor trazia ordem de Sua Magestade para vir a Goa conferir com o arcebispo primaz sobre varios negocios respectivos ao seu arcebispado; negocios de que alguns dos documentos apontados nos indicam a qualidade, e grande ponderação. Em Goa foi hospedado pelo arcebispo primaz D. Frei Manoel de Santa Catharina no seu palacio de Santa Ignez (hoje demolido), onde assistia; mas não logrou chegar a entrar na sua diocese, por fallecer no dito palacio a 9 de setembro de 1786. Do inventario judicial de seu pobres haveres, que foram entregues a seu herdeiro, e companheiro o padre Thomas Peramakel, que nesta sé vaga foi governador daquelle arcebispado por provisão do arcebispo primaz de 21 de setembro do mesmo anno de 1786, se conhecem mais algumas particularidades acerca do padre Jose Antonio Gonçalves. Achou-se haver um caixote de livros, que embarcou aquelle padre com a marca do arcebispo, mas que o padre Couto dizia ser seu. Achou-se que pertencia ao padre Gonçalves uma caixa de Moscovia, cuja mão ficava na mão do mesmo padre Couto; e uma frasqueira pequena, que se disse pertencer a Manoel Francisco Gonçalves, physico, morador na Piedade, e irmão do sobredito José Antonio. Achou-se que dois dias antes do embarque em Lisboa o arcebispo dera ao dito padre José Antonio 50 meias dobras para trocar em patações de Hespanha; e que depois de embarca-los, fazendo o arcebispo abrir a sua caixa, o padre lhe dissera que queria guardarnella aquelle sacco do troco; e que depois da saída do navio daria conta de tudo, que nunca deu, posto que pelo mesmo arcebispo fora advertido; mas o arcebispo não apertou com elle por razão de estarem ainda mui distantes de Goa, e por julgar que o padre, ficando livre das febres que padecia, em qualquer dia ajustaria as contas. Nisto chegaram a Ceilão, onde o padre se deixou ficar, como está dito. E estando o navio gráo e meio distante de Goa, o arcebispo com outras pessoas buscou as suas cartas, e papeis, em que achou falta; e fazendo contar o dinheiro do troco das 50 meias dobras conheceu

faltarem 13 e um patacão. Declarou alem disso o padre Thomas Periamakel que o padre José Antonio Gonçalves ao embarcar o arcebispo na Ponta de Galle, lhe levara uma rota com castão de latão dourado, e um anel episcopal. Até á conclusão do inventario em 7 de novembro de 1786 não era chegado a Goa o padre José Antonio, mas deveria ter chegado no resto desse anno até principios do seguinte. Não nos consta se de Ceilão veio directamente a Goa, ou se entrou em algum porto do Malabar, onde todavia não podia fazer larga detença, pois em agosto de 1787, quando foi descoberta a conjuração, já elle havia tempos se achava em Goa. A sua fuga por essa occasião, e as diligencias feitas para o apanhar, ficam referidas. Refugiado no territorio de Punem não sabemos por quanto tempo ahi permaneceu, que não seria muito, pois os seus proprios protectores lhe dariam informação da inconstância, e pouca fê daquelle ministerio, e do risco, a que se expunha de ser finalmente entregue ao governo de Goa, em alguma conjuntura, em que o de Punem carecesse das suas boas graças. Saiu pois daquelle territorio, e tratou de occultar-se. Disse-se que procurára abrigo nas terras de Tipú Sultão, o que facilmente se pode admittir, e que talvez nellas andasse em quanto durou o poder daquelle Nababo: mas morto este, e destruido o seu imperio pelos inglezes em 1797, necessariamente devia procurar outro refugio. Este foi a cidade de Calcutá, onde viveu muitos annos, mantendo-se com a sua missa, e pelo pouco que lhe rendia uma eschola ingloeza, que abrira, ajudado de seu irmão, Luis Antonio Gonçalves, minorista, que se lhe foi unir depois que veio de Lisboa a Goa perdoado com os mais padres em 1807. Ao senhor Luis Xavier Correa da Graça devemos o favor de nos communicar uma carta original do padre José Antonio Gonçalves, escripta em Calcutá a 31 de janeiro de 1814, onde delcara o acima referido, e ter 66 annos de idade¹⁵⁰⁵. Esta carta he resposta a outra de recommendação, que o padre escrevera a Joaquim Xavier Correa da Graça, pae do senhor Luiz Xavier, a favor de seo primo Antonio Caetano de Menezes, tenente de marinha, quando fôra a Bengala. No anno de 1817, um João Pinto, natural de Assagão, de Bardez, publicou em Calcutá um livrinho para instrucção da mocidade com o titulo de = Tutor Portuguez, ou primeiros elementos de instrucção portugueza reduzidos a methodo pratico para uso dos meninos da freguezia de Assagão, por J. Pinto – Calcuttá – Officina de J. de Sousa e Companhia. – 1817 – 12.o – 97 pag=. Á frente do livro vem a Opinião do padre mestre Fr. Manoel de Santa Theresa, ex-provincial dos Eremitas de Santo Agostinho, examinador synodal, commissario provincial da missão de Bengala, e nella delehado do Exm.o e Rm.o senhor arcebispo metropolitano de Goa, primaz do Oriente etc. e a do Rm.o José Antonio Gonçalves, doutor na sagrada theologia e philosophia pela universidade papal e imperial do Archi-Gymnasio da Sapiencia de Roma. Tomando occasião de um capitulo do livro, que trata do Systema Solar, discorre o padre Gonçalves nesta sua Opinião sobre a astronomia; e pelo livro ser rarissimo, e por isso totalmente desconhecido, pomos aqui aquella pequena dissertação, para que se veja o seu modo de escrever, e se possa julgar de seus conhecimentos naquella ramo de sciencia¹⁵⁰⁶. Segundo nos informa o senhor Luis Xavier Correa da Graça, disse-se que o livrinho Tutor Portuguez era todo da obra do padre doutor José Antonio Gonçalves, e não de João Pinto, negociante pouco versado nas letras. Falleceu na mesma cidade de Calcutá, onde no registo dos óbitos da igreja de Moorgyhatta, hoje cathedral, se acha em portuguez o assento seguinte = “O padre doutor José Antonio Gonçalves, natural de Goa, idade de 69 annos, 8 mezes, e 22 dias, falleceu em 1.o de julho de 1818 ás 3 horas a.m. e foi sepultado o seu corpo junto ao altar da Senhora da Conceição, com decencia, grátis =”. De seu irmão Luis Antonio Gonçalves affirma em Calcutá uma respeitavel pessoa, que ora conta 70 annos, que morrera em 1827 ou 1828. Ambos se finaram pobres, sendo que Luis Antonio chegou á indigencia, pois teve de suspender o exercicio da eschola por morte do padre doutor. São noticias que nos ministrou o muito Rvd.o padre Francisco de Assis, actual vigario geral das missões portuguezas de Bengala, em carta de 6 de abril de 1875”¹⁵⁰⁷.

Foram filhos de José João Monteiro e D. Vitória Maria Angelina Gonçalves:

¹⁵⁰⁵ Rivara transcreve esta missiva, na qual o padre José António Gonçalves dá conta das dificuldades com que vivia (“Eu passo de saude com meu irmão tambem, mas sem riquezas, por não sermos negociantes”) e do cansaço devido à idade que o ia alquebrando – Rivara, J. H. da Cunha (1875), 42 do apêndice documental.

¹⁵⁰⁶ Rivara efetivamente reproduz essa *Opinião* a páginas 44 e 45 do apêndice documental.

¹⁵⁰⁷ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 54 e ss.

10-I) Tomásia Ana Josefina Anastácia Monteiro, nascida em Candolim a 27 de janeiro de 1803 e falecida a 8 de Julho de 1870. Casou com José Manuel Brás de Sá, de Calangute, de quem teve geração¹⁵⁰⁸;

10-II) PLÁCIDO ANTÓNIO GEMINIANO XAVIER MONTEIRO, que segue;

10-III) Sebastião Xavier Monteiro, o qual faleceu solteiro, deixando, em testamento, o usufruto dos seus bens ao irmão Plácido António;

10-IV) Luísa Maria Micaela Francisca Monteiro, a qual casou com Caetano Maria Xavier de Frias, de Arporá, herdeiro de um dos morgados dos seus maiores e vereador do Senado da Câmara de Bardez¹⁵⁰⁹.

Tiveram:

10-IV-1) Desidério Antonino Fortunato de Frias, que nasceu em Arporá no dia 22 de julho de 1822 e foi baptizado nessa mesma localidade (com o nome António Desidério Fortunato) a 3 de agosto do mesmo ano. Apadrinharam-no o padre Simão Salvador de Frias e Ana Senhorinha Conceição Monteiro. Desejando prosseguir estudos no reino matriculou-se sucessivamente na universidade de Coimbra em matemática (16/10/841), filosofia (16/10/841) e, finalmente, medicina (4/10/843). Não parece ter contudo concluído esta licenciatura¹⁵¹⁰;

10-IV-2) Gustavo Adolfo de Frias, médico e cirurgião de formação, foi no entanto durante bastantes anos tabelião público e de notas da comarca de Bardez. Foi administrador do vínculo instituído pelo seu bisavô António Filipe de Frias. Casou com Ernestina Lobo, de quem houve:

a) **Virgínia Saturnina de Frias**, casada com o médico Sebastião Manuel Caetano Pinto, graduado pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa;

b) **Claudina de Frias**;

c) **Prisca de Jesus de Frias**;

d) **Maria Eduarda de Frias**;

e) **Alexandra de Frias**;

f) **Valeriana da Ressurreição de frias**;

g) **Desidério Caetano da Cruz Frias**, falecido solteiro, tal como as suas irmãs anteriormente mencionadas. Morreu bastante jovem. Localizámos o obituário que lhe foi dedicado pelo seu primo Francisco António Paulo Frias de Noronha no dia 10 de outubro de 1865. Trata-se de um exemplo expressivo dos barroquismos de linguagem a que se lançava mão na Goa da época e em ocasiões do género: *“A morte do meu Primo. Sobre um tumulto, ha pouco fechado, vou depor um ramo de perpetuas, emblema da pungente saúdade, que consagro á memoria do meo joven e virtuoso Primo, que a desapiedada morte me roubou tam prematuramente. E as lagrimas, que a dôr me traz aos olhos, nunca deixarão de orvalhar aquella fria campã, hoje tam querida minha. Choro a perda do parente e amigo, choram-o os seus nobres progenitôres. O nosso pranto he justo. E hoje que uma lapide vai marcar um tumulto para ahi a posteridade soletrar = Ahi jaz o nunca assáz chorado Disiderio Caetano da Cruz de Frias, filho do sr. Gustavo Adolfo de Frias =*

¹⁵⁰⁸ Veja-se o título Brás de Sá, de Calangute, ponto 9-II).

¹⁵⁰⁹ Veja-se o título Frias, de Talaulim e Candolim, ponto 6-I-1), a).

¹⁵¹⁰ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Desidério Antonino Fortunato de Frias).

seja me permitido comemorar o seo infausto decesso. Não he isto uma biografia, nem o podia ser, porque o joven finado, quando apenas fasia o seo tirocinio para entrar na nobre carreira de letras quando o seo simpathico nome hia ser conhecido de todos, eis que se verga ao invisivel peso da morte definha e morre! A morte que consome a vida, quando mais a encantão; quando embalão essa vida n'um sonho constante de praseres fervidos, que ao depois lançam fel e vinagre para o coração de familia; a morte, que arrebat, qual leão esfomeado, o moço, o velho, descarregou no memorando dia 12 de Fevereiro de 1864 o seo tremendo cutelo sobre o meo primo, e fel-o desaparecer dos vivos. A flôr, que se desabrochou em toda a pompa e frescor rica, e suave o vento suão fez tombar esmorecida de côr, e desalentada da vida. Lá volou entre dôres e prantos mais um joven para o Golfão de sepulcros: vimol-o nascer sob um céu de esperanças. Saudou-o a familia com o coração cheio de contentamento, saudarão-no os parentes e amigos com o sorrir de prosperidade. Mas tao risonho céu bem depressa se toldou de espessas nuvens, e um cataclismo domestico até hoje tem cuberto de negro crepe a sua illustre familia. N'um abrir e fechar de olhos acabou-se tudo, o furacão rebentou, a enfermidade caminhou com incrível velocidade, a sciencia tornou-se muda, succederam-se as convulsões, e dentro em pouco o joven esperançoso jazia no leito ensopado nos suores da morte. Felizes d'aquelles, cujo corpo ainda tenro vai parar ao sepulcro com as galas, com que a pureza enfeita a melhor capella, mais elegante palmito lhes adorna á mocidade d'alma, que se apresenta sem nodoa, sem dôr, sem cicatriz na presença d'aquelle, que recruta de vez em quando na idade da innocencia humana mais uma voz para os seus coros, e mais um anjo para o seo trono. O unico filho, esteio da casa, idolo da familia, cercado do magestoso, mas lugubre aparato, que decora a ultima scena do drama dolorôso do viver do homem, pungido pelos soluços, pela magoa, pela afflicção delirante da velha avó, da mãe, de pae, e de todos, que no derradeiro adeus lhe testemunhavam a mais subida estima accabava de espirar!... Seos nobres paes haviam se esmerado em dar-lhe aquella educação moral e religiosa, que faz o homem feliz, e o torna respeitavel, aos olhos de quem sabe apreciar-lhe os nobres sentimentos, e a pratica de virtudes sublimes, em que primava o illustre Finado. Muito se podia escrever deste joven desditoso, mas esta tarefa reservamos a outros, por motivos óbvios. A nós basta-nos a consolação, de que lhe podemos pagar este tributo”¹⁵¹¹;

h) João Cupertino de Frias, que foi notário em Bardez e se envolveu nas lides políticas locais, sendo um dos líderes do partido progressista em Goa. Casado e com geração. Uma das suas filhas foi **Ana Ernestina de Frias**, casada com Heliodoro Joaquim António Ferreira, cuja geração se veio a ligar novamente aos Monteiro¹⁵¹²;

10-V) António Simão Monteiro;

10-VI) Matilde Monteiro;

10-VII) Maria Josefa Monteiro;

10-VIII) Ana Carlota Monteiro, que morreu solteira instituindo herdeiros seus irmãos Matilde, Henriqueta e Plácido;

10-IX) Ana Senhorinha Conceição Monteiro, a qual casou com Manuel Inácio Pinto;

10-X) Henriqueta Monteiro;

¹⁵¹¹ Noronha, F. A Frias de, “A morte do meu Primo”, in *O Recreio. Jornal Litterario Instructivo, e Mensal*, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1865, nº 2.

¹⁵¹² Veja-se *infra*, ponto 10-III).

10-II) PLÁCIDO ANTÔNIO GEMINIANO XAVIER MONTEIRO, que continua. Proprietário em Candolim, onde herdou a casa, capela e vínculos dos seus maiores. Casou com Ana Francisca Luciana Pinto, de Saligão. De acordo com o processo *de genere* do padre Francisco Monteiro, que encontramos no Arquivo do Patriarcado, em Pangim, bem como com a documentação conservada pela família, foram os progenitores de:

11-I) GUSTAVO TIBÚRCIO VALÉRIO ANTÔNIO JOSÉ DO ROSÁRIO DOS REMÉDIOS MONTEIRO, que segue;

11-II) José João Simplicio Monteiro;

11-III) Cacilda Monteiro, que, de segundo Cunha Rivara e Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves, também parece filha¹⁵¹³. Casou com Frederico Leonello Pinto, de Candolim, filho de Luís Miguel Pinto e Maria Augusta Pinto¹⁵¹⁴;

11-IV) Ernestina Monteiro, a qual casou com Caetano Francisco de Sousa, de Aldoná, de quem teve, pelo menos:

11-IV-1) Rita de Sousa, casada com Miguel Caetano Pinto, de Candolim¹⁵¹⁵;

11-I) GUSTAVO TIBÚRCIO VALÉRIO ANTÔNIO JOSÉ DO ROSÁRIO DOS REMÉDIOS MONTEIRO, que continua. É o primeiro membro da linhagem que usa o nome composto *Remédios Monteiro*, articulando, como era costume entre as famílias da elite *natural* católica, o apelido familiar e a invocação da capela da Casa. Advogado *provisionário* e herdeiro dos bens dos seus maiores, casou com uma parente, Maria Esmeralda Cristalina Pinto. Esta senhora era natural de Saligão e filha de Filipe Nery Pinto e de Avelina Maria Joaquina de Abreu (ele originário da mesma localidade, ela da Piedade, em Divar)¹⁵¹⁶.

Tiveram:

12-I) D. Luciana Rita Especiosa Monteiro, a qual casou no dia 7 de janeiro de 1905 com Francisco de Sales da Cunha, de Arporá, o qual já era viúvo de D. Maria Angelina da Expectação Lourenço¹⁵¹⁷. O enlace não foi contudo auspicioso. De acordo com Antônio Maria da Cunha, Francisco de Sales “*Por escritura pública separou-se, porém, amigavelmente desta senhora, restituindo-lhe o seu dote e renunciando todos e quaisquer direitos*”¹⁵¹⁸. Sem geração;

12-II) D. Eslinda Maria Monteiro;

12-III) D. Clotildes Monteiro, que virá a casar com Caetano João Peres¹⁵¹⁹, de quem teve larga geração: **(a) Ana Maria Esmeralda Carolina Peres**, nascida em 1903, casada com Manuel Salvador da Costa, nascido em 1885, com descendência (que seguiu os apelidos Dias, Quadros e Costa, Sousa e Brito, Leão, Ribeiro de Santana, Bruto da Costa, Noronha Ferreira e Carmo Costa); **(b) Regina Peres**, a qual casou com Antônio José de Sousa, também com geração (cujos apelidos são Pinto, Braganza, Monteiro, Albuquerque e Dias); **(c) Ermelinda Peres**, casada com Carlos Ribeiro de Santana; **(d) Etelvina Peres**, que veio a casar com Manuel Monteiro, de quem teve descendência (que usa os apelidos Mendonça, Melo, Sousa, Pereira, Menezes e Monteiro); **(e) Joaquim Salvador Peres**, casado com a sua prima Elvira Monteiro, com geração (que usa os apelidos Peres, Colaço e Almeida); e **(f) Francisco Xavier Peres**, que

¹⁵¹³ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 160 e 161.

¹⁵¹⁴ Veja-se o título Pinto, de Candolim, ponto 7-X-3), a).

¹⁵¹⁵ Id., *ibid.*, ponto 9-VIII).

¹⁵¹⁶ Veja-se o título Álvares de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 3-VII-2), e).

¹⁵¹⁷ Cfr. título Cunha, de Arporá, ponto 7-III).

¹⁵¹⁸ Cunha, Antônio Maria da (1925), 96.

¹⁵¹⁹ Veja-se o título Álvares de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 4-V-4), a).

casou com Filomena de Miranda, de quem também houve descendência (a qual seguiu os apelidos Peres e Cota);

12-IV) D. Maria Matilde de Sant'Ana Monteiro;

12-V) JOSÉ SEBASTIÃO CAETANO SANT'ANA BONIFÁCIO DO ROSÁRIO MONTEIRO, que segue;

12-VI) Francisco Xavier dos Remédios Monteiro, o qual casou com Aurolina da Costa, filha de Manuel Eduardo Sant'Ana da Costa e de Ana Maria Angélica Pulquéria Vaz. Foram os progenitores de **(a) Maria Monteiro**, casada com ... Couto, de quem teve descendência; **(b) Margarida Monteiro**, que também teve geração do seu casamento com Alfredo Pinto (a qual seguiu os apelidos Pinto, Sá e Furtado); e **(c) Leila Monteiro**, que casou com Alvito Ataíde Lobo, igualmente com geração;

12-V) JOSÉ SEBASTIÃO CAETANO SANT'ANA BONIFÁCIO DO ROSÁRIO MONTEIRO, que continua. Nasceu em Candolim, no Bairro dos Pintos, no dia 24 de junho de 1877. Foi batizado nessa localidade a 29 de agosto do mesmo ano e aí casou, muito provavelmente na capela familiar, em 19 de abril de 1909 com D. Maria Helena Adriana Basília da Conceição de Siqueira. Esta senhora havia nascido em Aldoná, no bairro Cuitovadó, e fora aí batizada a 24 de maio de 1885. Graças ao processo *de genere* do seu filho sabemos que era filha de João Câncio Octaviano de Siqueira, de Aldoná, e de sua mulher Maria Joaquina Eudócia Basilissa Constantina da Costa, natural de Nagoá. Neta paterna de Luís Caetano de Siqueira e de Crescência Esperança Coutinho – ele de Aldoná, ela de Nachinolá –; e materna de Caetano Xavier da Costa e de Escolástica Francisca Luciana de Sá – originários, respectivamente, de Nagoá e Combarjua. Nos estudos de Gomes Catão que analisámos encontramos algumas notas dispersas dedicadas aos “*Siqueira, de Cuitovaddó, de Aldoná*”. Resumem-se, infelizmente, a umas escassas frases soltas e que de forma nenhuma podem lançar luz clara sobre o passado desta família¹⁵²⁰. Delas se retiram apesar de tudo informações úteis. Por um lado, andava associada a estes Siqueira (um pouco como acontecera com os Monteiro) a escritanhinha local – pelo que são identificados genericamente como sendo a família dos “*Culcornis de Aldoná*”. Por outro, e no que toca à parte genealógica propriamente dita, Gomes Catão distinguiu – ainda que de forma muito incipiente – três linhas de investigação.

Uma resume-se à listagem de uma série de eclesiásticos, cujos processos de ordenação o autor deveria querer consultar com o fito de tentar estabelecer ligações entre todos e ao seguinte apontamento: “*Francisco Xavier de Siqueira cas. com Vitória de Miranda, de Cuitovaddó, com cova no cruzeiro* (da igreja local, certamente)”. No concernente aos sacerdotes desentroncados, refere os nomes dos padres Ricardo de Siqueira, (ordenado em 1772), Joaquim António de Siqueira (ordenado em 1853), Florêncio Custódio Bernardino de Siqueira (ordenado em 1867), Avelino António de Siqueira *júnior* (ordenado em 1834) e Assis Guilherme de Siqueira (ordenado em 1881).

As outras duas linhas de investigação são francamente mais interessantes, se bem que, mau grado os nossos esforços, não tenhamos conseguido relacioná-las entre si. Uma (a que recua a tempos mais antigos e que está mais completa) dá-nos conta da existência de três irmãos, dois dos quais sacerdotes. Falamos do **padre Micael Félix de Siqueira**, do **padre Caetano de Siqueira** e de **Custódio Manuel de Siqueira**. Este último, que parece ter morado em Aldoná, casou com Feliciano Furtado, de Pomburpá, de quem houve pelo menos três filhos, dois deles também optando pela vida consagrada. Trata-se de **Agostinho de Siqueira**, “*fal. em diácono*”, do **padre**

¹⁵²⁰ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Siqueira de Cuitovaddó, de Aldoná”*, Goa.

Avelino António de Siqueira (ordenado em 1766 e talvez tio do sacerdote seu homónimo a que acima nos referimos) e de **Luís Caetano de Siqueira**¹⁵²¹.

As derradeiras informações que Gomes Catão nos presta no título *Siqueira de Cuitovaddó, de Aldoná* relacionam-se diretamente com a mulher de José Sebastião Caetano Sant'Ana Bonifácio do Rosário Monteiro. Esta era irmã do padre Luís Caetano de Siqueira, ordenado em 1905, e sobrinha paterna dos padres Cristóvão Agostinho de Siqueira e Benedito Avelino de Siqueira (ordenados, respetivamente, em 1881 e 1885).

José Sebastião Caetano Sant'Ana Bonifácio do Rosário Monteiro e Maria Helena Adriana Basília da Conceição Siqueira tiveram:

13-I) Ermelinda Monteiro, casada com José Quirino Fonseca, de quem teve geração, que seguiu os apelidos Menezes, Sousa, Brito e Correia;

13-II) Maria Esmeralda Ana Filomena Josefa dos Remédios Monteiro, nascida em 1910. Casou com Aleixo José Alexandre Piedade de Sá, de quem teve descendência, que usa os apelidos Silva, Lobo, Mártires, Piedade de Sá, Cordeiro e Broadberry;

13-III) GUSTAVO TIBÚRCIO VALÉRIO ANTÓNIO JOSÉ DO ROSÁRIO DOS REMÉDIOS MONTEIRO, que continua;

13-IV) Elvira Monteiro, que, como já foi explicado, casou com o seu primo Joaquim Salvador Peres, de quem teve descendência;

13-V) Monsenhor Sebastião Francisco Xavier dos Remédios Monteiro, nascido em Candolim a 2 de janeiro de 1918. Começou a tratar do seu processo de ordenação em 1937. Data desse ano o seu auto *de genere et moribus* para 1ª tonsura e 4 graus de ordens menores, em 1941 ascende a subdiácono, e no ano seguinte a diácono; por fim, é sagrado presbítero em 1942¹⁵²². Após ter estudado em Rachol, onde se

¹⁵²¹ Gomes Catão estudou a descendência de Luís Caetano de Sequeira, mas fê-lo num título diferente: Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título "Menezes, de Candolim"*, Goa. É graças a esse levantamento que ficamos a saber:

1) LUÍS CAETANO DE SIQUEIRA, nascido em Pomburpá e aí batizado com oito dias, pelo seu tio padre Micael Félix de Sequeira e “com licença do Reitor Fr. João de S. Rosa, Mestre Jubilado”, a 3 de março de 1747. Apadrinharam-no o padre Damião Coutinho, de Aldoná, e Maria Vicente, de Pomburpá. Morador em Aldoná, casou duas vezes sendo que desconhecemos o nome da sua primeira mulher. Casou em segundas núpcias na Piedade no dia 20 de abril de 1789 com Ana Joaquina de Menezes. Esta fora aí batizada no dia 8 de abril de 1774, sendo apadrinhada pelo padre Manuel Pinto da Conceição e por Manuel Fernandes dos Anjos. Era filha de José Filipe de Menezes e Maria Auora Pinto.

Luís Caetano de Sequeira e a sua mulher foram “*gancares de Goltim*”. Tiveram pelo menos:

2) FELICIANA ESMERALDA DE SIQUEIRA, batizada na Piedade a 27 de abril de 1791. Casou em Candolim a 7 de agosto de 1808 com Mariano Manuel de Menezes, o qual era já viúvo de Ana Maria de Albuquerque. Mariano Manuel fora batizado em Anjuna (como Manuel Mariano) no dia 9 de maio de 1780 (apadrinharam-no o padre Silvestre Caetano da Costa e Caetana Fernandes, ambos moradores em Nachionolá). Era filho de Vitorino José de Menezes e Leogarda Esperança Pereira, casados em Anjuna a 2 de fevereiro de 1767 “*perante as testemunhas António Caetano da Cunha, de Arporá, e Miguel Manuel da Silva, de Anjuna*”. Neto paterno de Rafael de Menezes e Catarina de Sousa (de Candolim?) e materno de António João Pereira e Felicidade Perpétua da Silva. Leogarda Esperança foi batizada em Anjuna no dia 26 de junho de 1754. Foram seus padrinhos o padre António de Sá e Esperança da Silva.

Tiveram:

3) PADRE VITORINO CAETANO DE MENEZES, nascido em Candolim no dia 1 de junho de 1821, tendo sido batizado de imediato em casa pelo diácono Joaquim Francisco da Conceição. O batismo solene teve lugar somente a 10 de agosto de 1823, sendo padrinhos D. Manuel de Cárcamo Lobo e Ana de Sousa (esta residente em Candolim, aquele em S. Lourenço de Linhares).

¹⁵²² Arquivo da Cúria Patriarcal de Goa (Pangim), *ordenações sacerdotais*, ano 1942, nº 116.

distinguiu pelos bons resultados escolares, ocupou o lugar de pároco assistente da paróquia de Pangim. E foi em Pangim que principiou a ganhar popularidade ao criar um lar de estudantes. Tratava-se de um equipamento do qual se sentia necessidade há muito, pois grande parte dos estudantes que vinham de toda Goa frequentar o liceu era obrigada a abandonar as suas casas de família. O padre Monteiro – comumente conhecido por *padre Chico Monteiro* – procurou criar aí um ambiente de sã camaradagem entre os residentes (aos quais, na cidade, rapidamente se passou a chamar *laristas*, e que cedo se passaram a entender como um grupo), mas também deu asas à sua verdadeira paixão pelo desporto, sobretudo pelo futebol, organizando constantemente partidas e pequenos campeonatos. Mais tarde, já aposentado, esforçou-se arduamente na criação de uma *Clergy Home*, em Porvorim – o que constituiu a sua última grande iniciativa bem-sucedida. Ainda subsiste nos dias que correm um *Memorial Trust* com o seu nome que atribui bolsas de estudo aos jovens goeses mais carenciados¹⁵²³. Voltamos a recorrer ao testemunho de A. Verónica Fernandes: “*The house of Monteiros was known to give to Candolim village good people with good heart to see good of others. They were charitable people as well. Pe. Chico Monteiro was the pure example of the House of Monteiro for which that house was known traditionally. Pe. Chico as he was popularly known everywhere along with his elder brother Dr. Gustavo maintained and carried forward the great tradition of the House of Monteiros. His humility in life was such that though he was ordained as Monsigneur in the Church hierarchy he always volunteered to be simple in his priestly dress code and even preferred to be called as Pe. Chico only and not as Monsigneur. During the time of Portuguese rule in Goa he enjoyed excellent rapport with the Government holding a top post in Lar dos Estudantes, Panjim*”. Numa visita a Portugal, realizada antes de 1961, teve oportunidade de conhecer pessoalmente dois homens que estimava: “*Pe. Chico went to Portugal where he met for 15 minutes with Salazar and attended some of the public functions one of them was the soccer match between visiting Brazilian Team Santos of Pele and Portuguese team Academica. After the match with very desperate efforts in the words of Pe. Chico himself, he managed to meet with Pele while Pele was coming out of the dressing room where Pe. Chico requested Pele to autograph his diary. Later on both of them started exchanging X'Mas Cards. Once he showed me these cards signed by Pele and he treasured*”. Viveu tempos difíceis após 1961: o sacerdote que apreciava gastar os dias entre os afazeres do seu lar de estudantes, as suas obrigações enquanto ministro católico, as suas devoções e os múltiplos eventos desportivos que sempre animava viu-se catapultado para a primeira linha da cena política goesa. Dom Martim relembra esta época: “*It was the mid 1960's when the State – following Goa's liberation – issued an edict to Goans holding Portuguese passports to surrender them, or in the alternative, emigrate to Portugal. Fr. Chico, who was a conservative in the material and theological sense, opted for defiance. He declined to surrender his Portuguese passport and challenged the State's order of deportation. His defiant stand startled the Goan community and practically overnight, found himself entrapped in the arena of political contempt, social ridicule and alienation. (...) Arrested and placed in judicial custody, Fr. Chico summed up his defense with a single line: "I was born in Goa, and lived all my life peacefully in Goa." Unbeknownst to Fr. Chico, his layman's version of defense resonated the very essence of the Geneva convention: One's place of birth conclusively determines one's nationality, and it is against all statutory and constitutional law and principles to denationalize one's nationality. The trial gained notoriety, and it was the Indian Government which suddenly found itself coming under judicial scrutiny and going on the defensive. The trial also aroused Salazar's interest. The result? Portugal appointed Queen Elizabeth's personal counsel to represent Fr. Chico. Such notoriety, however, was not without its price. Fr. Chico was transferred from the Aguada jail in Goa to a maximum security jail in Patiala, where he remained incarcerated in solitary confinement for about a year, and subjected to psychological abuse. The attempt by authorities to fragment his spirit only led to the realization that they were dealing with one whose spiritual temperament was impervious to human tampering. When the matter wended its way to the Supreme Court, the Justices muffled a brief admonishment. It was to be the last gavel, directing Fr. Chico back to jail in Patiala, not to freedom. It wasn't the end of hope. Whether by*

¹⁵²³ Consulte-se, designadamente, sobre este tema, Viegas, Valentino, “Fundação Padre Chico Monteiro”, in *Dekh, Revista da Casa de Goa, nova série*, n.º 1, Junho de 2007, ou a edição *on line* do periódico goês “O Heraldo” de 8 de Abril de 2009, em <http://oheraldo.in>.

coincidence or divine prompting, the Holy See decided to intervene, successfully negotiating the release of Fr. Chico for that of Dr. Telo de Mascarenhas, a freedom fighter who was serving a life term in Portugal. Fr. Chico's release, however, was to be conditional. Upon his return to Goa, he was placed under house arrest in his ancestral home in Candolim and barred from holding any official position. A decade later, the terms of the house-arrest were relaxed to where he was able to walk within the confines of his village. Subsequently, he was allowed to once again travel freely within the territory of Goa."¹⁵²⁴.

A memória deste sacerdote ainda hoje permanece viva em vários goeses. Exemplo esclarecedor disso mesmo são os recentes depoimentos reunidos no *Goanet* e recolhidos quando da celebração de uma missa por alma do Monsenhor Francisco Monteiro (segundo o anúncio publicado em "O Heraldo" pelo *P.e Chico Monteiro Memorial Trust*, "*The Trustees of Pe. Chico Monteiro Memorial Trust announce that on 1st February 2009 (Sunday) there will be a Holy Mass at 4:00 p.m. at Lar de Estudantes, Altinho, Panjim, followed by a function. Chief Guest: Mr. Cesar Menezes. Chairman - Menezes Group of Companies. We cordially invite relatives, friends, admirers of Pe. Chico, beneficiaries of the Trust, "LARISTAS" and the public to participate in this Celebrations*"). Francisco Lume Pereira (através do testemunho "*Understanding life beyond soccer boundaries*"), Edgar Silveira (com o seu "*Tribute to Fr. Chico*") e Marina Monteiro (que escreveu um breve artigo intitulado "*About Fr. Chico's devotion*") elogiam largamente o homenageado¹⁵²⁵;

13-III) GUSTAVO TIBÚRCIO VALÉRIO ANTÓNIO JOSÉ DO ROSÁRIO DOS REMÉDIOS MONTEIRO, que segue. Nasceu em 1915. Médico, herdou na qualidade de filho mais velho a casa e principais propriedades familiares. Personagem destacada na Goa do seu tempo, foi dado o seu nome ao campo de futebol de Candolim. A. Verónica Fernandes descreve-o de forma extremamente elogiosa: "*Dr. Gustavo Monteiro was a pillar in the village and all the ambient places. He was a caring and devoted doctor, treated patients without even money as money was not his greed. He too did lot of humanitarian and social work inspite of his certain flaws which could be easily ignored. During Portuguese regime in Goa he was one of the nominated MLAs but unfortunately he failed to do justice for his job in the constituency*". Viveu num tempo em que os *mundcares* começaram a reagir contra um sistema de exploração da terra que se mantivera praticamente inalterado durante centúrias. Aliás, o seu próprio irmão se tornou defensor dos direitos destes trabalhadores: "*He (Padre Chico Monteiro) did not believe in any human discriminations. He looked everybody with equal level. Many times he did not like his brother's attitude of politicking in village affairs. He even once reprimanded his brother for not providing better facilities to their tenants. He wanted to make all his family "Mundkars" as "Bhattkars"*".

Devem-se a Gustavo Tibúrcio Monteiro várias melhorias na vetusta capela familiar, como se assinala na lápide que há mais de trinta anos lá mandou afixar:

"Esta Capela de N. Sr.a dos Remédios

foi fundada por P.e Joseph Monteiro

em 1735

e restaurada pelos seus herdeiros

Dr. Gustavo Monteiro e Família

Em 1978"

¹⁵²⁴ O artigo acha-se integralmente publicado em <http://www.colaco.net/1/chico.html>.

¹⁵²⁵ Veja-se, para mais desenvolvimentos: [*Goanet*] *91st Birth Anniversary Celebration - Pe. Chico Monteiro* – <http://www.mail-archive.com/goanet@lists.goanet.org/msg41802.html>.

Na capela dos Remédios, dos Monteiro de Candolim, ainda hoje se celebram escrupulosamente as missas que decorrem das *pensões* relativas aos antigos vínculos outrora administrados pelos donos da casa. Gustavo Monteiro, neto de Gustavo Tibúrcio Valério, teve a amabilidade de nos fornecer a listagem das celebrações anuais, explicando a título preambular: “*for the purpose of pensão we have to give 35 masses while the remaining masses that we offer are for the souls of my grandparents, grand uncle etc (these remaining masses not forming part of the pensão)*”. Assim sendo, das cerca de 50 missas mandadas celebrar anualmente pela família na sua capela de N.S. dos Remédios 35 resultam de *pensões*. A saber:

nome	missas
“Pe. José Monteiro”	“7 missas por alma e 1 missa por intenção”
“Pe. Henrique Monteiro”	“5 missas por alma e 1 missa por intenção”
“Rita Mendes Monteiro”	“4 missas por alma”
“Pe. Sebastiao Monteiro”	“5 missas por alma”
“por almas de casa”	“8 missas”
“por servidores de casa”	“4 missas”

Com base no estudo que desenvolvemos, é hoje fácil identificar a maioria dos indivíduos acima referidos. O padre José Monteiro aparece à cabeça, provavelmente por ser o instituidor da capela. Seguem-se os seus sobrinhos padre Henrique e Sebastião Monteiro. Tudo gente do século XVIII, portanto. Pelo contrário, já não conseguimos, apesar das diligências que fizemos nesse sentido, entroncar Rita Mendes Monteiro, que usa dois apelidos muito comuns na família. Dela apenas sabemos, como fica atrás dito, ter instituído um vínculo depois de 1770.

Gustavo Tibúrcio Monteiro casou com D. Maria Nina Olinda Ferreira Rangel, descendente e aparentada com os proprietários da bem conhecida *tipografia Rangel* de Bastorá. De acordo com os dados que nos foram disponibilizados por Gustavo Monteiro, esta senhora era filha de Francisco Newton João Vicente da Piedade Jaime Valfredo Rangel (comummente conhecido por Jaime Rangel) e de D. Filomena Ferreira. Neta paterna de Vicente João Janin Rangel e de Augusta Correia Lobo; e materna de Heliodoro Joaquim António Ferreira, descendente dos chamados *Ferreira de Corjuém*¹⁵²⁶, e de Ana Ernestina de Frias¹⁵²⁷.

D. Maria Nina Olinda era irmã de:

- i) **Ângela Ferreira Rangel**, casada com Crisanto Afonso, natural de Calangute e formado pela Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa;
- ii) **Flávia Rangel**, que casou com o médico Luís de Sales Andrade e Sousa. Este descendia de uma família originária de Saligão e era filho do também médico José de Mello e Sousa e de Ana Olímpia de Andrade. Esta senhora era filha de Francisco Xavier de Sales Andrade e neta paterna de José Pedro Caetano d’Andrade e Quitéria Esmeralda Maria da Expectação Rodrigues (ele filho de André Joaquim de Andrade e de Ana Colaço, de Margão; ela de João Salvador Anselmo Rodrigues e de Especiosa Parras, de Curtorim) Assim sendo, era sobrinha de João Vicente Roque Cupertino de Andrade (matriculado na faculdade de direito da universidade de Coimbra a 2 de outubro de 1880, magistrado, juiz de direito em Moçambique e em Benguela) e sobrinha-neta de Vicente Agostinho das Dores e Andrade (matriculado na mesma

¹⁵²⁶ Veja-se o título Álvares de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 3-VII-2), a).

¹⁵²⁷ Também ela descendente dos Monteiro de Candolim – confira-se, *supra*, o ponto 10-III-2).

- universidade em teologia a 27 de outubro de 1842 e em direito no dia 7 de outubro do ano seguinte)¹⁵²⁸. Relativamente a este último anota Vicente de Abreu: “*morreu em Coimra apenas formado nas faculdades de theologia e direito*”¹⁵²⁹;
- iii) **Maria do Carmo Rangel**, que casou com outro clínico: Inácio Pio Jesus de Sá, de Combarjua, professor da Escola Médico-Cirúrgica de Goa e presidente da câmara municipal de Pangim;
 - iv) **Fernanda Rangel**, a qual casou igualmente com um médico: João Olegário Pestaninho da Veiga, natural de Curtorim¹⁵³⁰;
 - v) **Renée Rangel**, que casou com Ivo Alberto, engenheiro, de Benaulim
 - vi) **José Rangel**, que veio a casar com Filomena Barreto, da Raia;

Vicente João Janin Rangel nasceu em Divar e faleceu, com já mais de 90 anos, em 1949. Segundo Aleixo Costa, foi o “*pitoresco duma pequena aldeola, situada no concelho de Bardês*” que levou Janin Rangel a fundar a sua tipografia em Bastorá no ano de 1886. Graças a esta iniciativa “*conseguiu revolucionar as artes gráficas locais, como o fizera antes, noutra concelho, a grande figura de Bernardo Francisco da Costa, com a introdução, em 1858, da tipografia em que se publicou O Ultramar*”¹⁵³¹. As obras publicadas pela tipografia Rangel são numerosíssimas. O seu fundador ainda se dedicou quer às lides jornalísticas – editou em parceria com Pitágoras Lobo uma revista intitulada “O Indispensável”, “*destinada a proporcionar às famílias, uma leitura sã e instrutiva*”¹⁵³² – e à indústria alimentar (deve-se-lhe a criação de uma unidade de conservas de produtos locais que conheceu algum sucesso). Janin Rangel era irmão de Malvina Aramita Iria Armanda Rangel, a qual casou com o médico Caetano Manuel Ribeiro, “*a noted physician of Porvorim*”, de quem teve numerosa geração, de entre a qual se pode destacar o “*Médico, farmacêutico e advogado*” Florêncio Mariano Ribeiro¹⁵³³. A direção da tipografia Rangel foi posteriormente assegurada pelo filho de Janin, Jaime. Este nasceu em Bastorá no dia 13 de fevereiro de 1897 e morreu em Bangalore a 6 de agosto de 1959. Fez os estudos secundários em Bombaim e Goa, tendo-se seguidamente matriculado na Escola Médica de Goa, cujo curso concluiu em 1922. Para além da clínica e da direção da tipografia fundada pelo progenitor, foi vereador e presidente da câmara municipal de Mapuçá. Deixou um considerável número de publicações¹⁵³⁴.

¹⁵²⁸ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (João Vicente Roque Cupertino de Andrade e Vicente Agostinho das Dóres e Andrade).

¹⁵²⁹ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 20.

¹⁵³⁰ O qual é tido como um dos “*illustrious sons*” de Curtorim – veja-se, designadamente, http://www.curtorimvillage.com/?page_id=482 e Bastos, Cristiana (2007).

¹⁵³¹ Costa, Aleixo Manuel da (1997), o.cit, vol. III, 108.

¹⁵³² Segundo as informações disponibilizadas em <http://lists.whatwg.org/pipermail/goanet-goanet.org/2006-May/130039.html>: “*In 1895 Janin Rangel launched a monthly cultural magazine that he called “O Indispensável”, The Indispensable One. It covered a variety of subjects, and pioneered in one – Janin invites several local composers to send him the music they had written. No sooner had the magazine begun publication than the Rane rebellion broke out; the Government banned all publications, and The Indispensable Onde found it had been dispensed with. Nevertheless, Janin had been able to publish compositions by (in alphabetical order) Aleixo Antonio da Costa; Carlos Eugenio Ferreira; Pedro Antonio Lopes; Francisco and Silvano Lopes, Pedro Antonio’s two sons; Lusitano Rodrigues; Antonio Francisco Sardinha, and Jose Batista Vas. Undeterred by tge setback he had received, in 1905 Janin launched his second magazine, “O Trovador Luso-Indiano” (The Luso-Indiano Troubadour).*”

¹⁵³³ Juntamos duas palavras Florêncio Mariano Ribeiro. Nascido em Porvorim em 1876, morreu em Mapuçá no ano de 1955. Diplomado pela Escola Médico-Cirúrgica em 1902, foi nomeado no mesmo ano delegado de saúde de Perném. Aí se manteve durante vários anos. Ao longo desse período, e a par da atividade clínica, foi administrador concelhio e juiz municipal substituto. Manteve todos estes interesses após a sua nomeação para Bardez em 1917. Aí participou numa série de comissões, desde a comissão concelhia do recenseamento à de censura ou à da caixa de crédito rural. Também se interessou por questões urbanísticas e deu contributo importante para as condições de vida de Mapuçá, cidade onde se veio a domiciliar. De acordo com Aleixo Costa, “*Á sua fecunda actividade e ao seu talento construtivo se devem importantes melhoramentos que a cidade de Mapuçá sofreu com a abertura de novas ruas e a conversão do terreno da parte do Sul, em talhões para construções, o que tornou possível dar à cidade melhores condições de aspecto estético. Também a electrificação daquela cidade a ele se deve. Sobretudo a acção sanitária do Dr. Ribeiro em volta de Mapuçá, em combater e erradicar vários surtos epidémicos de peste, cólera e epizootias de raiva, em chacais, que se tinham manifestado naquele concelho, mereceu os maiores encómios da parte do governo em portarias de louvor*” – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 139. Casou com Ana Adília Eponina Malvina de Gouveia Pinto, de quem teve o médico José Olavo Ribeiro e o funcionário bancário Caetano Manuel Ribeiro. Este último publicou um manifesto em defesa da importância da comunidade goesa na colonização de Moçambique e em outros momentos-chave da história nacional: *Os indo-portugueses perante a História da Colonização de Moçambique, perante a Constituição da República e perante o mundo culto* (Lourenço Marques, 1930).

¹⁵³⁴ Elencadas em Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 106 e ss.

Gustavo Tibúrcio Monteiro e D. Maria Nina Olinda Ferreira Rangel tiveram geração, nas mãos da qual continua a casa de Candolim e que dá continuidade ao apelido Remédios Monteiro.

PEREIRA, DE S. MATIAS

1) BRÁS PEREIRA, o qual, segundo José Maria Pereira – que com ele começa o seu estudo genealógico num longínquo ano de 1512¹⁵³⁵ – “o primeiro cristão desta família”, para além de “um dos primeiros hindús convertidos ao catolicismo”. Não se sabe com quem casou, sendo que se lhe conhecem dois filhos:

2-I) ANTÓNIO PEREIRA, que segue;

2-II) Padre Lourenço Pereira, o qual parece ter desempenhado um papel importante nas dinâmicas familiares, pois foi o fundador da casa onde todos os seus descendentes viveram¹⁵³⁶. José Maria Pereira apresenta o seguinte raciocínio, para justificar uma tão rápida ordenação de um *natural*: “Ora, não podendo, nessa época, cristão algum ser ordenado clérigo antes dos 24 anos de idade, conclúe-se que o Padre Lourenço Pereira nasceu antes de 1532 – vinte e dois anos após a conquista de Gôa – visto que em 1556 (data em que o aforamento a que já nos referimos teve lugar) já era clérigo”;

2-I) ANTÓNIO PEREIRA, que continua. Foi o progenitor de, pelo menos:

3) MIGUEL PEREIRA, o qual por sua vez terá sido pai de:

4-I) Caetano Pereira, relativamente a quem José Maria Pereira pouco sabe, informando somente ter sido seu filho:

4-I-1) José Filipe Pereira, “Major de Infantaria, 1.º Contador Geral da Fazenda e Deputado á Junta da Fazenda Publica”¹⁵³⁷. José Maria Pereira invoca a genealogia dos Pintos elaborada por Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves, seu sogro – a qual, contudo, acaba por não ser totalmente concordante com as suas considerações¹⁵³⁸. José Filipe Pereira casou em primeiras núpcias com Andresa da Cruz, de quem teve:

a) D. Ana Joaquina Pereira, a qual veio a casar com Caetano Maria de Frias, filho de Luís Pascoal de Frias e de Adriana Rosa Gonçalves¹⁵³⁹. Não obstante Rivara e José Maria Pereira a chamarem *Maria Joaquina* Pereira, no testamento de Caetano Maria de Frias (que localizámos no HAG, e que reproduzimos no presente estudo¹⁵⁴⁰) surge com o nome de *Ana Joaquina*, sendo esta a versão que adotamos. Note-se também que José Maria Pereira indica

¹⁵³⁵ “A época mais remota que se pode atingir com segurança é a de 1512, em que vivia Brás Pereira” – Pereira, José Maria (1927), 6. Trata-se, naturalmente, de uma data muito recuada, o que retira alguma força à conjectura do autor.

¹⁵³⁶ Terá sido este sacerdote quem “aforou ao Seminário de Chorão o prédio Argonachém batta onde foi construída a casa da família Pereira, a mesma onde actualmente vivem os membros dessa família, residentes em S. Matias”. Para fundamentar as suas declarações recorre ao Livro dos Tombos do Colégio Real de Chorão.

¹⁵³⁷ Pereira, José Maria (1927), 7.

¹⁵³⁸ Lê-se na dita genealogia (que, aliás, o próprio José Maria Pereira transcreve): “José Filipe Pereira, Contador e Escrivão-Deputado da Junta da Fazenda, nos princípios deste século (XVIII) natural e morador em S. Matias de Divar”.

¹⁵³⁹ Cfr. título Frias, de Talaulim e Candolim, ponto 7-I).

¹⁵⁴⁰ Veja-se anexo II: testamentos – N38.

expressamente que o casal não teve descendência, quando não é essa a conclusão que se extrai do aludido testamento;

b) Camilo Vicente Pereira, que exerceu o lugar de escriturário da contadoria geral. Casou duas vezes, da primeira com Maria Especiosa Xavier Rodrigues (filha de Francisco Xavier Rodrigues e Mónica Felicidade de Sousa, também moradores em S. Matias) e da segunda com Ana Esperança Rosália. Só teve geração do primeiro enlace: **(i) Ana Vitória** e **(ii) Margarida Carolina**, falecidas solteiras;

Após enviuar, José Filipe Pereira passou a segundas núpcias com Rosa Francisca Martins, de S. Matias. Não nos foi possível comprovar se esta descendia de uma bem conhecida família brãmene que, naquela localidade, usava o referido apelido. Fica, assim, levantada esta hipótese, aguardando futura confirmação¹⁵⁴¹. Tiveram:

c) Caetano Francisco, “*que faleceu com poucos mezes*”¹⁵⁴²;

d) António José Pereira, o qual veio a casar com Josefina Álvares, de Margão, de quem, contudo, não teve geração;

4-II) Padre Salvador Pereira, o qual professou na Congregação do Oratório, para além de ter sido capelão da sé de Goa e vigário da igreja de Nossa Senhora da Luz, em Velha Goa. Instituiu um vínculo de capela;

4-III) MATIAS PEREIRA, que segue;

4-III) MATIAS PEREIRA, que continua. Casou com Luísa de Miranda, natural de Margão e sobrinha do Padre José Vaz, grande dinamizador da referida Congregação do Oratório e da actividade missionária que a mesma desenvolveu no Ceilão. Tiveram:

5-I) Vitorino Pereira, que foi advogado *provisionário* e administrador das aldeias de Assolnã e Velim, pertencentes à Fazenda Nacional em virtude do *confisco* aos jesuítas. Terá também sido “*professor de Retorica na Universidade (sic) de S. Roque de Margão*”. Casou em primeiras núpcias com **Leonor Esperança Fernandes de Noronha** de quem teve duas filhas: **Luísa Maria de Noronha**, casada, com dote de quatro mil e quinhentos xerafins???? Com Damião Filipe Xavier de Abreu; e Leonor, falecida criança.

Casou segunda vez com Ana Maria Gomes, igualmente natural de S. Matias e filha do advogado *provisionário* Tomé Gomes e de Arcângela Pacheco. Foram filhos deste casal:

5-I-1) Luís António Deodato Pereira, “*falecido aos 16 anos de idade*”¹⁵⁴³;

5-I-2) Rosaura Maria Pereira, a qual casou com Camilo Rodrigues Chicó, de Candolim, de quem teve geração;

5-I-3) Maria Leonor Pereira, falecida solteira;

5-I-4) Anastácia Pereira, que também morreu solteira;

Vitorino Pereira casou uma terceira vez com Aurélia Maria Álvares, de Margão, de quem teve descendência¹⁵⁴⁴;

¹⁵⁴¹ A esta família pertencia António José Martins, sogro de Gabriel da Silveira, cujo testamento também reproduzimos no anexo II: testamentos – N11.

¹⁵⁴² Pereira, José Maria (1927), 9.

¹⁵⁴³ Pereira, José Maria (1927), 10.

5-II) Padre Salvador Valeriano Pereira, o qual, tendo sido ordenado a 22 de Setembro de 1759, no palácio rural de Santa Inês, pelo arcebispo Neiva Brum, vigariou a igreja da Trindade, em Velha Goa;

5-III) Maria Severina Mónica Pereira, que veio a casar com Francisco José Gonçalves, da Piedade¹⁵⁴⁵, de quem teve geração;

5-IV) Cristóvão Pereira, falecido “*muito novo*”¹⁵⁴⁶;

5-V) ANTÓNIO JOSÉ PEREIRA, que segue,

5-V) ANTÓNIO JOSÉ PEREIRA, que continua. Enveredou pela vida militar, tendo estudado na Academia de Marinha de Goa e chegado a capitão de mar em guerra. Foi, em paralelo, vereador do senado de Goa em 1709. Do seu casamento com Rosália de Menezes, filha de João Baptista de Menezes (de Calangute), teve somente:

6) – MATIAS ALEIXO PEREIRA, o qual dedicou a sua vida profissional ao direito, sendo, de alguma forma, o iniciador de uma longa linhagem de juristas que, nesta estirpe, persiste até à atualidade. Advogado *provisionário*, foi, em Goa, advogado da corte, promotor da provedoria-mor dos defuntos e ausentes e juiz das comunidades de Salsete (nomeado a 7 de agosto de 1811, tomando posse a 28 de abril do ano seguinte), auditor militar do 3º regimento de infantaria (“*agregado à 1.ª plana por Portaria de 21 de Novembro de 1782 do Governador D. Frederico Guilherme de Sousa, fazendo parte do Tribunal Militar*”¹⁵⁴⁷), ouvidor de Diu (foi nomeado primeira vez para o exercício destas funções no dia 1 de janeiro de 1788, sendo reconduzido a 20 de novembro de 1805) e juiz dos feitos da coroa e fazenda. Foi designado administrador da capela instituída pelo seu tio-avô padre Salvador Pereira e edificou, em terreno doado pela comunidade de Malar “*em atenção aos relevantes serviços prestados à mesma instituição em diversas ocasiões*”, uma das cruzeiras que servia de descanso aos passos da semana santa em S. Matias.

Casou com Natália Colaço, também nascida em S. Matias e filha de Pascoal Colaço e de Esperança de Mello. Tiveram:

7-I) JOSÉ MARIA PEREIRA, que segue;

7-II) Maria Angélica Pereira, que casou com Luís Francisco do Rosário Lourenço, advogado *provisionário*, natural de Margão. Dele houve:

7-II-1) Inácio Lourenço, relativamente o qual dispomos de muito escassa informação. Não conhecemos, também, o nome da sua mulher, sabendo, contudo, que tiveram quatro filhos:

a) José Lourenço, casado com Matilde Colaço. Foram pais de outro José Lourenço, engenheiro;

b) Natalina Lourenço, que veio a casar com Francisco Rozo(?);

c) Casimira Lourenço, a qual morreu solteira;

d) Apolónia Lourenço, casada com Caetano José Moreira, de Fatordá;

7-II-2) Francisco Xavier Lourenço, médico diplomado pela Escola Médico-Cirúrgica, ocupou o lugar de diretor do hospital da Santa Casa da Misericórdia, em Ribandar. Casou com D. Emília

¹⁵⁴⁴ Veja-se o título Álvares, de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 3-III).

¹⁵⁴⁵ Veja-se o título Gonçalves, da Piedade, ponto 4-I).

¹⁵⁴⁶ Pereira, José Maria (1927), 11.

¹⁵⁴⁷ Pereira, José Maria (1927), 12.

Leopoldina da Piedade Xavier, “irmã de Francisco João Xavier que foi Oficial-maior da Secretaria Geral e Secretario geral interino”¹⁵⁴⁸. Com geração;

7-III) Ana Conceição Pereira, a qual veio a casar com Joaquim Francisco do Rosário Colaço, advogado provisionário, natural de Margão e descendente “da família conhecida pelo nome de Imperadores Colaços”¹⁵⁴⁹. Tiveram:

7-III-1) Caetano Vicente Colaço, que casou com ... e foi pai de:

a) **Joaquim José Colaço**, médico militar do Estado da Índia. Casou com uma prima, Cláudia Colaço, de quem teve apenas **Luís António da Piedade Colaço**, falecido solteiro;

b) **Maria Vitória Colaço**;

c) **Pedro Luís Gonzaga Colaço**, que veio a casar com Angélica Lourenço, de quem teve quatro filhos, todos eles diplomados pela Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa: (i) **Agostinho Colaço**; (ii) **Teodorico Colaço**; (iii) **Filipe Nery Colaço**; e (iv) **Caetano Colaço**;

7-III) Maria Lucrécia Pulquéria, que morreu de tenra idade;

7-IV) Ana Quitéria Pereira, falecida solteira;

7-V) Maria Regina Pereira, que também morreu solteira;

7-VI) Caetano Camilo Vicente de Paulo Pereira, igualmente falecido solteiro;

7-VII) Ana Esperança Rosália Pereira, a qual casou com um primo, António Luís Camilo Vicente Pereira, de quem não teve geração¹⁵⁵⁰. António Luís Camilo desempenhou funções de escriturário da contadoria geral do Estado da Índia¹⁵⁵¹;

7-I) JOSÉ MARIA PEREIRA, que continua. À semelhança do progenitor, enveredou pela vida forense, tendo também sido advogado da Corte – cargo que acumulou com funções na administração das *gancarias* (foi escrivão da *tanadaria* das Ilhas e comissário do *tanadar-mor* António de Lemos Telo de Menezes) e ao nível municipal (ocupou o lugar de tesoureiro do Senado de Goa). Casou, no dia 19 de abril de 1812, com Maria Joaquina Bernarda Gomes, originária de Navelim, a qual era filha única de António Agostinho Xavier Gomes e Maria Josefa de Menezes, e neta paterna de Diogo Filipe Gomes, “*Tesoureiro Geral da Fazenda*”, e de Maria Josefa Dias. Dela houve:

8-1) Natália Maria Clarina Pereira, que nasceu em 1814, tendo morrido solteira;

8-II) Maria Aurora Espiciosa Pereira, a qual nasceu em 1819. Casou com Caetano José Joaquim Lobo, de Candolim, não tendo tido geração;

¹⁵⁴⁸ Pereira, José Maria (1927), 14. Veja-se o título Xavier, de Loutolim, ponto 8-III).

¹⁵⁴⁹ Id., ibid., 15.

¹⁵⁵⁰ De acordo com a provisão de dispensa para efeitos de casamento (dada pelo arcebispo S. Galdino no dia 1 de setembro de 1927), eram parentes “em 3.º e 4.º grau de consanguinidade”. A licença implicou, como era usual, uma série de penitências impostas a ambos os noivos: “assistirem ambos na Capela-mór da sua freguesia em três dias santos à missa do povo, êle descalço, e ela com cabeça descoberta, cada um com uma vela acêsa na mão, e jejuarão nas suas vespas, confessar-se-ão tres vezes uma vez cada mês, rezarão quinze rozarios e outras tantas missas em dias da Semana, aplicando-as pelas Almas do Purgatório e Autoridade Apostólica” – o documento está integralmente reproduzido em Pereira, José Maria (1927), 77 e 78.

¹⁵⁵¹ Parece ser a ele, embora chamando-o somente Camilo Vicente Pereira, que se refere uma certidão de exame na primeira parte do curso de navegação, “a cujos estudos foi admitido a primeiro de Junho de mil oito centos dez”, passada no dia 20 de Janeiro de 1812. O documento em questão está reproduzido em Pereira, José Maria (1927), 74.

8-III) Maria Angélica Lucrécia Pereira, nascida em 1826 e casada, no dia 12 de janeiro de 1852, com Luís António da Silveira, de Naroá, advogado *provisionário*. Luís António da Silveira “*tinha única irmã, avó do actual chefe dos Serviços de saúde Francisco António Volfango de Silva, o qual casou com Conceição de Noronha, filha dos Condes de Maém*”¹⁵⁵².

Tiveram:

8-III-1) Ana Leonor da Silveira, que veio a casar com Miguel José Ribeiro, tabelião de notas da comarca de Bardez;

8-III-2) Maria Júlia, que parece ter falecido muito jovem;

8-III-3) Francisco António Abel da Silveira, o qual veio a casar duas vezes, a primeira das quais com Saudação Angélica de Bragança, originária da Piedade. Houve deste casamento:

a) **Maria Angélica Júlia Leonor da Silveira**, que casou com o médico Francisco Alexandrino da Piedade Monteiro (comumente conhecido por Alexandrino Monteiro), natural de Loutolim e diplomado pela Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa; filho de Inácio Francisco Monteiro e de Ana Clarina de Quadros¹⁵⁵³. Com geração;

Após enviuvar, Francisco António Abel da Silveira passou a segundas núpcias com Guiomar de Noronha, nascida em Ucasssaim e filha do advogado *provisionário* Francisco António Frias de Noronha. Tiveram:

b) **Maria Guilhermina da Silveira**, que veio a casar com Caetano Filipe Saldanha, advogado *provisionário*, natural de Saligão;

c) **Maria Angélica Pereira**, a qual casou com Gregório Victor Pereira, originário de Benaulim, médico diplomado pela Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa;

8-IV) ALEIXO ANTÓNIO CAETANO MARIA DE JESUS PEREIRA, que segue;

8-IV) ALEIXO ANTÓNIO CAETANO MARIA DE JESUS PEREIRA, que continua. Nascido no dia 7 de maio de 1830, diplomado pela Escola Médico-Cirúrgica de Nova-Goa, dedicou parte considerável da sua vida à clínica. Para além disso, “*desempenhou todos os cargos locais, entre eles o de juiz eleito de S. Matias*”¹⁵⁵⁴. Morreu no dia 3 de fevereiro de 1884, sendo “*sepultado no dia seguinte no cemitério da freguesia de S. Matias*”. Casou a 9 de abril de 1864 com a sua parente D. Amália Especiosa Gertrudes de Albuquerque¹⁵⁵⁵. Esta nascera no dia 5 de setembro de 1844 e faleceu “*na madrugada de 17 de Março de 1925*”. Era filha do advogado *provisionário* Caetano Filipe de Albuquerque (que foi vereador da câmara das Ilhas) e de Leocádia Engrácia dos Reis¹⁵⁵⁶.

Aleixo António Pereira e D. Amália de Albuquerque tiveram:

9-I) JOSÉ MARIA PEREIRA, que segue;

9-II) Caetano Camilo António Pereira, que nasceu no dia 9 de fevereiro de 1869. Seguindo as pisadas do progenitor, dedicou-se não só à medicina (“*Formado pela Escola Médica de Nova Goa, foi, mediante concurso, nomeado médico das comunidades de Serulá e Chorão tendo exercido clínica nestas aldeias,*

¹⁵⁵² Pereira, José Maria (1927), 16.

¹⁵⁵³ Cfr. título Quadros, de Loutolim, ponto 4-VII-6).

¹⁵⁵⁴ Pereira, José Maria (1927), 17.

¹⁵⁵⁵ De acordo com José Maria Pereira (que reproduziu na íntegra a respetiva provisão de dispensa de parentesco, passada em nome do arcebispo Amorim Pessoa a 28 de Dezembro de 1863), eram aparentados em quarto grau de consanguinidade – Pereira, José Maria (1927), 79 e 80.

¹⁵⁵⁶ Cfr. título Albuquerque, da Graça, ponto 8-IV).

em Moirá de Bardês e na Ilha Divar. Foi encarregado da inspecção sanitária dos portos na campanha anti-pestosa de 1908”) mas também a cargos públicos: “Exerceu todos os cargos locais, como o de presidente da Junta local de S. Matias, presidente da Junta administrativa da comunidade de Malar etc”¹⁵⁵⁷

9-III) Rosália, a qual nasceu em 1872, tendo falecido contando apenas seis dias de vida;

9-IV) Maria Joaquina Rosália Pereira, nascida no dia 7 de março de 1881, morreu solteira;

9-I) JOSÉ MARIA PEREIRA, que continua: “nasceu em 8 de Agosto de 1867, às 11 horas, em casa dos seus avós maternos, na Piedade. Batisado em casa, causa periculi, pelo Padre Gregorio Antonio de Menezes, da mesma aldeia, fôram-lhe postos os santos óleos na Igreja de S. Matias pelo Vigário Pe. Luis Antonio Xavier Fernandes sendo seus padrinhos o P.e António José Colaço, Chantre da Sé de Gôa e sua tia paterna Maria Angélica Pereira. Depois do ensino doméstico das primeiras lêtras, estudou o ensino primário e o latim na escola oficial da Piedade, o antigo curso de Liceu, por disciplinas singulares, no Liceu de Nova Goa, as cadeiras de matemática e desenho no Instituto Profissional e o curso de Química, Física e História Natural na Escola Médica de Nova Goa, leccionado pelo professor Luciano de Miranda. Em 1890 fez exame de Direito na comarca de Bicholim, sendo classificado distinto, obtendo em 1892 carta de advogado. Por Portaria Provincial n.º 537 de 25 de Julho de 1895, foi nomeado substituto do juiz de direito da comarca de Quepém e na ausencia do proprietário exerceu as funções de juiz durante algum tempo. Em fins dêsse ano, regressou a Pangim, onde fixou a sua residência, passando a advogar e exercendo a sua profissão em todos os tribunais de Gôa. Foi vogal fiscal da Comissão Municipal das Ilhas, em 1895 (o presidente da comissão era, à data, o conde de Mahém), vogal do Tribunal de Contas em 1896 e 1897-98¹⁵⁵⁸ vogal do Conselho de Provincia alguns anos e procurador á Junta Geral da Provincia em três bienios, pelos concelhos das Ilhas, Pondá e Perném. Tem sido nomeado pelo governo para diversas comissões de serviço público, entre outras a comissão encarregada de revêr o projecto do Regimento de Justiça (mediante “Oficio do Presidente da Relação de Nova Goa de 28 de Dezembro de 1910”¹⁵⁵⁹), a comissão da reforma do Código das Comunidades (por “Portaria Provincial do Governador Dr. Couceiro da Costa”), a comissão encarregada de elaborar o projecto da Escola de Direito (por “Portaria Provincial n.º 147 de 19 de Abril de 1912 do mesmo Governador”), a comissão encarregada de elaborar o projecto do Código Administrativo (por “Portaria Provincial do Governador Dr. Jaime de Moraes”), etc. É advogado do Banco Nacional Ultramarino desde 1896, foi sindico da Santa Casa da Misericórdia de Goa, nomeado por assento de 17 de Outubro de 1908, é advogado da “Compagnie dês Mines de fer de Goa” desde a sua instalação e dos Reis de Sundém desde 1897. Instalado o novo regime de descentralização administrativa, foi eleito pelo 1.º Conselho do Govêrno, na sessão de 1 de Julho de 1919, vogal do 1.º Tribunal Administrativo, Fiscal e de Contas da India, sendo novamente eleito, para o mesmo cargo, pelo Conselho Legislativo, nas sessões de 21 de Maio de 1923 e 8 de Dezembro de 1925. Foi substituto do Juiz de Direito da comarca das Ilhas de Goa, exercendo as funções de juiz e diversas ocasiões. Deixou este cargo em 1922, por ser incompativel com o de Vogal do Tribunal Administrativo. Em Agôsto de 1920 foi, com sua mulher via Italia, França e Espanha par Portugal, onde esteve um ano. Em Lisbôa, visitou a Associação dos Advogados de Lisbôa, e foi recebido em audiência particular pelo Presidente da República Dr. António José de Almeida. Regressou em Novembro de 1921, via Africa, visitando a Ilha da Madeira e as cidades africanas de S. Tomé, Loanda, Lourenço-Marques, Beira, Moçambique, Dares-Salam, Zanzibar e Mombaça. Em 1922, tendo-se fundado a Associação dos

¹⁵⁵⁷ Pereira, José Maria (1927), 39. Nas *Notas* com que finaliza o seu trabalho, José Maria Pereira faz a seguinte adenda relativamente a Caetano e a sua irmã Maria Joaquina Pereira: “Caetano Camilo Pereira, foi batisado em 16 de fevereiro de 1869, sendo seus padrinhos seu irmão José Maria Pereira e sua tia paterna Natália Maria Clarina Pereira”; “Maria Joaquina Rosalia Pereira foi batizada em 15 de março de 1881 pelo pároco de S. Matias José Avelino dos Remédios, sendo seus padrinhos seu irmão Camilo Pereira e sua tia materna Claudina Arcangela de Albuquerque” – Pereira, José Maria (1927), 87.

¹⁵⁵⁸ E acrescenta, neste passo, uma breve nota relativa a esta instituição, que tão efêmera vida conheceu em Goa: “O Tribunal de Contas funcionou só durante 5 anos (1893-1898) e durante esse periodo foram seus vogaes: em 1893, Barão de Combarjua; em 1894, Conde em Ribandar; em 1895 Fernando Claudio da Cunha Pinto; em 1896, José Maria Pereira, em 1897 a 98 José Maria Pereira”.

¹⁵⁵⁹ José Maria Pereira reproduziu o referido documento, onde, designadamente, se pode ler o seguinte excerto: “Tendo eu sido encarregado por S. Ex.a o Governador Geral de elaborar um projecto de Regimento de Justiça que substitua o actual, com a faculdade de agregar a mim as pessoas que eu julgasse competentes e necessárias, e tendo eu o empenho em vêr representada na comissão a classe dos advogados, deliberei escolher a V. Ex.a, como representante dessa classe, para tomar parte nos respectivos trabalhos” – Pereira, José Maria (1927), 85.

Advogados da Índia Portuguesa, foi aclamado I.º Presidente desta Associação, cargo em que tem sido reeleito nos anos imediatos, até hoje. Nessa qualidade, é director da Gazeta da Relação de Nova Goa, órgão da mesma associação e a única revista jurídica que se publica na Índia, com colaboração de magistrados e advogados. É um dos vinte maiores contribuintes, de todas as contribuições, do Estado da Índia. Fez parte da comissão organizadora da “Assistencia aos indigentes e á infancia desvalida de Goa”, instituição fundada por sua iniciativa, pertencendo á direcção da “Assistência” desde a sua fundação. Em 1923, na sessão de assembleia geral de 30 de Dezembro desse ano, foi eleito presidente da mesma Associação e fundou o asilo que se inaugurou solenemente em 5 de Outubro de 1925. Com a fundação do asilo, extinguiu-se inteiramente a mendicidade ambulante na cidade¹⁵⁶⁰. Tendo sido extinto o Tribunal Administrativo e creado, em substituição, o Conselho de Finanças, com as funções do “visto” e do contencioso administrativo, foi, em 3 de Outubro de 1926, eleito vogal deste Conselho pelos vinte maiores contribuintes de Gôa, sendo proclamado em 6 de Novembro do mesmo ano e tendo tomado posse na I.ª sessão do mesmo Conselho, em 9 de Novembro de 1926. Além de várias minutas e trabalhos jurídicos, publicou: – Nulidades em execução hipotecaria – I vol. – (Tipografia Bragança e C.ª – Nova Goa). Tem no prélo um livro contendo as suas decisões proferidas como Vogal do Tribunal Administrativo”¹⁵⁶¹.

Aleixo Costa refere que não chegou a dar à prensa o último dos trabalhos elencados e sublinha quer a colaboração de José Maria Pereira pelos jornais locais quer a defesa dos seus colegas de profissão: *“Foi um dos que no interesse da classe dos advogados e da defesa da causa dos provisionários, fundou a Associação da classe, de que foi presidente, e uma revista jurídica a Gazeta da Relação de Goa que dirigiu desde o início até à sua morte”*¹⁵⁶².

Casou no dia 24 de novembro de 1896 com D. Maria Matilde Honorina Leonor Gonçalves, filha de Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves e de D. Mariana Henriqueta de Figueiredo. Os padrinhos do enlace traduzem o destaque da família: o noivo foi acompanhado pelo conde de Mahem; a noiva por *“sua prima Joana Pulqueria (Clara) da Costa Álvares, esposa do General-Médico e Chefe dos Serviços de Saúde José Maria da Costa Álvares, e filha de Bernardo Francisco da Costa, antigo Deputado da Nação”*¹⁵⁶³.

D. Matilde Leonor Gonçalves, nascida em 1878, era considerada uma das senhoras mais instruídas da Goa de então, tendo colaborado em alguns jornais. O casal teve dois filhos – Carlos Renato e António Armando Gonçalves Pereira – ambos juristas formados pela Universidade de Lisboa, cuja extensa biobiografia (que excede os limites deste estudo) pode ser encontrada em inúmeras fontes¹⁵⁶⁴.

PERES DA SILVA, DITOS DO PREFEITO, DE NEURÁ-O-GRANDE

Os dados que de seguida se reproduzem foram extraídos de diversas fontes, de entre as quais há que destacar três artigos da autoria de Gomes Catão publicados em “A Vida” e no “Heraldo” nas décadas de cinquenta e sessenta do passado século – trabalhos esses que, por sua vez, e como esclarece o seu autor, não estão completos e são

¹⁵⁶⁰ A páginas 87 e 88 reproduz o texto que constava da lápide comemorativa da abertura do asilo em questão.

¹⁵⁶¹ Pereira, José Maria (1927), 17 e ss.

¹⁵⁶² Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 42 e 43.

¹⁵⁶³ Pereira, José Maria (1927), o.cit., 22. O assento do casamento vem reproduzido na página seguinte.

¹⁵⁶⁴ De entre as quais indicamos, a título meramente exemplificativo, Pereira, José Maria (1927), 39 e ss e Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 110 e ss (com algumas remissões bibliográficas).

muito devedores das pesquisas elaboradas por José Avelino Soares¹⁵⁶⁵. Trata-se, pois, e não obstante a importância que alcançou o prefeito Peres da Silva, de uma estirpe muito pouco estudada.

Apesar de originária de Neurá, boa parte desta família “nobre e antiga”¹⁵⁶⁶ já residia, nos finais do séc. XVIII/inícios do séc. XIX em S. Matias. Lá moravam, designadamente, Luís António Peres e os padres Vicente Filipe Peres e José Peres da Silva. As ligações aos oratorianos, o número significativo de eclesiásticos, a posição de gancares o exercício de actividades liberais (nomeadamente relacionadas com o foro) e, mesmo, um aporuguesamento relativamente precoce (segundo certas crónicas oitocentistas) – que, aliás, o próprio Bernardo Peres fomentou – garantem a presença da estirpe entre as elites *naturais* católicas – posição essa que se reforçou após a consagração do prefeito Peres como paladino dos seus conterrâneos a partir de 1820.

1) ... Peres (da Silva), que terá casado com uma irmã do bem conhecido padre Custódio Leitão, um dos fundadores da Congregação do Oratório em Goa. Segundo Gomes Catão, o padre Leitão “Foi a pedra angular da Congregação do Oratório em Goa e talvez o seu primeiro Preposito. Eis o que diz o p.e Sebastião do Rego: “Houve na minha freguesia que era de Neurá, procissões, preces, penitencias públicas, clamores ao céu, que estava como se bronze sem destilar uma só gota de água. Não valendo estas diligências recorreram aqueles fregueses ao Preposito desta Congregação (em 1708) que era o padre Custódio Leitão, pedindo um missionário e ele mandou o padre Pedro Paulo, aonde o conheci, sendo eu da idade de 10 anos (“Cronica da Congregação do Oratório”, Liv. 4.o, Cap. 16 aprovd. Cit. P.e S. do Rego – “Vida do P.e José Vaz, p. 268 e seg. e Alberto de Noronha – “Galeria de Neurenses ilustres, p. VII””¹⁵⁶⁷.

Uma das principais fontes que conhecemos sobre a sua vida e obra consta de um relatório de 1726 publicado por Costa Nunes¹⁵⁶⁸. Aí se pode ler, designadamente:

“Em vertude, pois, da sobredita aprovação se fez a primeira eleição dos officiaes para o governo da caza, aos tres de Janeiro do anno de 1699, a que assistio o dito Senhor Arcebispo para autoriza-la com a sua prezença e tambem porque era este hum dos capitulos daquelles estatutos. E nella sahio por todos os votos o Padre Custodio eleito em prefeyto (era então assym que se chamava o que agora se chama preposito), o qual fez logo a dezistencia alegando justas cauzas pellas quaes se lhe aceitou desta vez, e assym se vê assignado no termo da dezistencia junto com o dito Senhor Arcebispo no livro das eleições.

Era este padre natural de São Matheus, freguezia das ilhas de Goa, e o mais antigo de todos, que então se achavão, pois tendo sido hum dos que, da ermida de São João do Dezerto, havião passado a esta igreja, padecera grandes desconcomodos e necessidades por se verem, então, faltos de tudo, e aturara com invicta constancia os trabalhos servidos aos que, ao depois, entrarão, de exemplar de paciência, e sufricento (sic), de que deixou heroicos feitos, como se pode colligir do seguinte cazo.

O vigario geral deste Arcebispado, que então era, por cuidar, parece, que estes padres com aquelle modo de vida pretendião exemir-se da sua jurisdição, lhes trazia huma oqueriza (?) e dezafeição notavel, tratando-os muito mal de palavra assym em prezença como em auzencia. E erão estes seus encontros de ordinario com o Padre Custodio Leitão, porque, como era muito aceito das pessoas principaes desta cidade e conhecido de todos, sahia fora muitas vezes a tratar dos negócios da caza. Huma vez que tinha hido o padre a cidade e passava pella Rua Dereita, que he a mais publica, encontrando-o o dito vigario geral, sem mais motivo que a sua vista, se accendeo em cólera e começou a descompo-lo da palavra em huma publicidade, e ameaça-lo que

¹⁵⁶⁵ “Estes são alguns dos ascendentes mais chegados do Prefeito Bernardo Peres da Silva, e cujos nomes me vieram ao conhecimento. Não pretendo dar a árvore genealógica da família por não ter elementos”.

¹⁵⁶⁶ De acordo com Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves. Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 59, A, VII.

¹⁵⁶⁷ Catão, Francisco Xavier Gomes, “Migalhas da História. Ascendentes do Prefeito Bernardo Peres da Silva”, “Heraldo”, edição de 17-6-1967

¹⁵⁶⁸ Nunes, M. da Costa (1966), 670 e ss.

havia de mandar prezo ao aljube, sem atender a veneravel prezença de hum velho, nem a modestia virtuosa de sua pessoa, nem a aceitação grande que tinha para com todos.

Ficou parado o padre como manco cordeiro ouvindo tudo sem abrir boca, nem dar em o semblante mínimo sinal de alteração, conservando a mesma serenidade, com que estava antes, e quando, satisfeito já o vigario geral do descomedimento, se apartou d'elle, prosseguiu o padre o seu caminho tratando dos seus negócios com todo o socego. Ficarão todos grandemente edificados com este feito, e assym os que ouvirão, como os que souberão do cazo, quanto estranharão em o vigario geral tão arrebatada paixão, tanto aplaudirão em o Padre Custodio Leitão a muita mancidão e o exemplar sofrimento com que se portara¹⁵⁶⁹.

Hera grande a sua caridade, especialmente para com enfermos, os quaes tinham nelle grande alivio em suas doenças; porque lhes fazia frequentes vizitas, divertindo-os com varias historias graciosas, que lhes contava; era perpetuo enfermeiro, e lhes acodia com grande cuidado, levantando-se muito de madrugada para lhes dar a purga e fazer os mais serviços que podia. E era isso ainda sendo muito velho, e não só aos padres, mas tambem aos moços do serviço quando adoeciam, fazendo-lhes suas vizitas, e tendo delles especial cuidado.

Foy zelozissimo da limpeza da igreja e assejo dos altares e sachristia, e emquanto pode, fez officio de sachristão ainda sendo prefeito. Em dia de festa era a sua occupação percorrer pela sachristia, e igreja para que todas as couzas estivessem bem dispostas, e não se visse a menor desordem. Era tão notada esta sua diligencia de pessoas de fora, que assistião para as nossas festas, que o Senhor Cayetano de Mello, visorrey que foy deste Estado, tendo assistido para huça (sic, decerto por huma), nesta igreja, disse ao depois que notara muito no zello do padre velho, que andava percorrendo pella igreja, atendendo a tudo com grande diligencia e cuidado. Sentia grande conçãoção em celebrar o santo sacrificio da missa, que sempre celebrou emquanto pode athe que a obediencia o prohibio nos últimos anos, visto estar muito debilitado de forças, e mal poder-se ter em pé, nem ouvir bem, senão falando em voz alta.

Passava já de noventa annos quando Deos quis premiar os seus trabalhos, e lhe enviou a ultima doença, que foy hum assombramento do ar, ou parlezia, com que passou alguns dias em cama sem poder mover-se nem falar, se bem estava com prefeito acordo, e com tão grande socego, pello que por muito tempo se havia prevenido a esse trance, que huma vez, vendo-o os padres que lhe assistião mais apertado do mal, e fazendo diligencia pello castro (?) de bem morrer para em sua prezença lerem algum ponto devoto apontou o enfermo com o dedo a uma cantoneira do cubiculo, em que deixara elle apartado dos mais livros, e parece que seria pare este mesmo efeito. Emfim, acabou os dias da sua peregrinação tendo recebido os santos sacramentos da igreja e jaz enterrado no alpendre, que fica a entrada desta igreja de Santa Cruz dos Milagres, na cova, que elle mesmo em vida deixara aberta, pedindo que nella o enterrassem, aos seis de Novembro de 1718.”

E referindo-se especificamente à sua acção após a segunda eleição para o lugar de prepósito:

“Aos vinte e trez de Novembro de 1705, se fez a eleição dos officiaes para o terceiro trienio, a que assistio o dito Illustrissimo Senhor Arcebispo, e, nella sahio eleito por todos os votos o Padres (sic) Custodio Leytão por prefeito. Este padre, como fica dito acima, sendo eleito em prefeito, na primeira eleição havia dezistido, aceitando-se-lhe a dezistencia por julgarem sufficientes as cauzas, que então alegou; mas, como a principal era a sua muita humildade, com que dizia elle que não tinha genio para mandar, senão para ser mandado, para obedecer, e não para ser obedecido, procurou quanto pôde sacudir o jugo e eximir-se da carga alegando a esse fim varias razoes e cauzas, as quês todas assym o dito Illustrissimo Senhor como os padres votantes julgarão por insufficientes, pello que se vio constrangido a someter o jugo à carga e render-se a obediencia muy custoza para o seu genio. Mas quanta havia sido a repugnancia tanto mayor foy a vigilancia, zelo e prudencia, com que governou todo este trienio”.

Foram os progenitores de:

¹⁵⁶⁹ Pode encontrar-se igualmente uma (breve) referência às relações tensas entre o vigário-geral e o padre Leitão em Albuquerque, Viriato A. C.B. de (1905), 316.

2-I) BERNARDO PERES DA SILVA, que segue;

2-II) Padre Tomás de Vila Nova e Silva;

2-III) Padre Caetano Peres da Silva, o qual “*Nasceu cerca do ano de 1714*”. Prossegue Gomes Catão: “*Ignoro a data da sua ordenação de presbítero. De 1759 a 1769 missionou no Canará, onde foi vigário da igreja de N. Sra do Rosário e vara de Mangalore por provisão de 25 de Novembro de 1759, e visitador das igrejas e varados de Barcelor e Onor (Honavar), da Missão do Canará, por prov. De 15 de Outubro de 1762. Regressou às suas casas de Neurá em 1769 e, mediante concurso de 3 de Setembro de 1770, foi colocado e regeu até à morte (por lapso, o autor não indicou o lugar que o sacerdote biografado ocupou ao retornar a Goa, embora acreditemos que se esteja a referir à paróquia de Goa-Velha). Foi com o P.e Caetano Peres da Silva que o seu neto-sobrinho, o Prefeito Bernardo P. da Silva, aprendeu as primeiras letras*¹⁵⁷⁰. *Fez testamento em 1788. Em que se vê que deixou duas mil missas e que possuía um palmar em Utordá e três em Sancoale e 19 tangas de recamo (Liv. N.º 579 no Arquivo da Relação). Fal. A 22 de Fev de 1788*”¹⁵⁷¹. Encontrámos o seu testamento em Goa e reproduzimo-lo em anexo¹⁵⁷²;

2-IV) Salvador Peres da Silva, que veio a casar três vezes, com, respectivamente, (i) Ângela de Miranda, (ii) Caetana da Divina Providência, e (iii) Maria dos Reis (a qual foi dotada com uns modestos 300 xerafins). Tudo indica não ter tido descendência de nenhum dos enlances. Morreu numa situação económica bastante delicada, conforme explica Gomes Catão: “*Fez testamento em Neurá-o-Grande, aos 22 de Agosto de 1761, estando doente. Diz que tem cova perpétua ao pé do altar de Nossa Senhora, na capela-mor da igreja de Neurá-o-Grande, donde é gãoçar. É irmão do P.e Caetano Peres da Silva, que, ao tempo, estava no Canará, tio de José Tomás Peres e primo de Tomás da Vila Nova Coelho. Pede ao dito José Tomás que, por ele estar pobre, sustente a sua viúva e, quando esta se casar, lhe dê 300 xs para dote. (...) Possuía 10 bandins do corpo da Comunidade de Neurá*”¹⁵⁷³. É também com base neste testamento que se obtêm maiores desenvolvimentos relativamente à família de Ângela de Miranda: “*Fora (Salvador Peres) herdeiro da sua primeira mulher que, por sua vez, havia recebido a herança dos seus irmãos P.e Celestino, Pedro e António Pascoal, herança que ficou com o P.e Agostinho Francisco Lopes. O seu sogro Gaspar Miranda, em sociedade com os irmãos João Baptista e Salvador de Menezes adquiriu certa quantia a Pedro de Ataíde de S. Ana, de Talaulim, para corresponder nos Rios de Sena e ele, como fiador, teve de pagar ao dito Ataíde 500 xerafins*”. A sua primeira mulher, com quem casou “*com o dote de 1.600 xs. e datas*”, era filha de Gaspar António de Miranda e de Floriana da Costa, e parece ter falecido de parto¹⁵⁷⁴;

2-I) BERNARDO PERES DA SILVA, que continua¹⁵⁷⁵. Casou em primeiras núpcias com Rosália da Costa (por vezes também chamada R. de Mascarenhas), de quem houve:

3-I) TOMÁS DE VILA NOVA E SILVA, que segue;

¹⁵⁷⁰ Neste passo, Gomes Catão remete para a *Noção de Alguns Filhos Distintos (...)* de Miguel Vicente de Abreu, isto é, Abreu, Miguel Vicente de (1874).

¹⁵⁷⁰ Catão, F.X. Gomes, “Migalhas da História. Ascendentes do Prefeito Bernardo Peres da Silva”, “Heraldo”, edição de 17-6-1967. É aqui bem visível a rápida decadência em que caiu a língua portuguesa nos meios de comunicação ainda na década de sessenta: o artigo em questão acha-se pejado de gralhas, que corrigimos na transcrição.

¹⁵⁷¹ Catão, F.X. Gomes, “Migalhas da História. Ascendentes do Prefeito Bernardo Peres da Silva”, “Heraldo”, edição de 17-6-1967. É aqui bem visível a rápida decadência em que caiu a língua portuguesa nos meios de comunicação ainda na década de sessenta: o artigo em questão acha-se pejado de gralhas, que corrigimos na transcrição.

¹⁵⁷² Veja-se anexo II: testamentos – N7.

¹⁵⁷³ Catão, F.X. Gomes, “Migalhas da História. Ascendentes do Prefeito Bernardo Peres da Silva”, “A Vida”, Goa, edição de 15-6-1961. O testamento foi escrito pelo padre Manuel António da Silva Acrescenta o autor, em nota de rodapé: “*Liv n.º 1.025 cit., onde fala também dos seus tres consórcios, acima referidos. As notas dos testamentos foram extraídas do Arquivo da Relação pelo finado farm. José Avelino Soares*”.

¹⁵⁷⁴ Dizemo-lo tendo por base o seguinte excerto: “*Tendo ela falecido e seu filho*”.

¹⁵⁷⁵ Morreu com testamento, mas este, a crer nas notas de Gomes Catão, deveria ter pouco interesse: “*O seu testamento (em meia página) em que foram testemunhas António Ferrão, Feliciano Fonseca, P.e Cosme António Vaz da Piedade e Micael António Ribeiro, de S. Matias, está lavrado no Livro n.º 1.025 do cit. Arquivo da Relação*” – Catão, F.X. Gomes, “Migalhas da História. Ascendentes do Prefeito Bernardo Peres da Silva”, in “A Vida”, Goa, edição de 15-6-1961.

3-II) Padre José Peres da Silva, que “era natural de Neurá e morador em S. Matias. Nasceu em 1743 e ord. pelo arcebispo Neiva Brum na capela do Palácio Rural de S. Inês aos 20 de Dezembro de 1766. Confessor e pregador, por prov. 16-3-1773. Foi cura de Neurá e depois de Goa Velha do seu tio P.e Caetano Peres da Silva. Em seguida, prior da Colegiada de N. Sr.a do Rosário (1776 a 1779) vigário de Curca (1779 a 83) provido por Concurso de 30-8-1779 e colado no mesmo ano. Transf. para a igreja de Colvá (conc. De 2-5-1783 e prov. de 22-9-83) e daqui para a de Goa Velha conc. De 27-7-1788; prov. de 4-8-88, e de apres. de 16-4-1790¹⁵⁷⁶ (...). Por seu testamento, lavrado em S. Matias, em casa de Bernardo Peres da Silva, aos 7-3-1798, institui seu herdeiro universal o dito Bernardo filho do seu irmão Tomás da Vila Nova e Silva. Deixou 500 xs ao seu sobrinho e afilhado José Caetano, filho de seu irmão Luís António Peres; 100 xs à sua irmã Joana Esperança Peres; 1000 xs ao Arcebispo Primaz para a lutuosa. Testamenteiros: 1.o o dito seu herdeiro, 2.o o seu sobrinho P.e José Luís Monroi, e 3.o José Tomás Peres (Liv. 1014 no Arquivo da Relação). Faleceu na Piedade (Divar) aos 9 de Março de 1798 e foi sepultado no cruzeiro da igreja”¹⁵⁷⁷. Quanto a José Tomás Peres, acrescente-se que o mesmo herdou do seu tio padre Caetano Peres da Silva o usufruto do palmar que o mesmo tinha em Utordá¹⁵⁷⁸ e parece ter sido o progenitor de **Esperança Bernarda** (ou **Bernarda Esperança**) **Peres da Silva**, casada com Luís Manuel Gonçalves, da Piedade¹⁵⁷⁹.

Após a morte da sua primeira mulher, Bernardo Peres da Silva passou a segundas núpcias com Rita Florentina Martins (natural de S. Matias?), dela tendo:

3-III) Joana Esperança Peres, a qual parece ter casado com um indivíduo de apelido Coelho, do qual teve geração, parte da mesma usando o apelido Albuquerque;

3-VI) Padre Vicente Filipe Peres, morador em S. Matias. Encontrámos o seu testamento em Goa, que reproduzimos em anexo¹⁵⁸⁰. Aí, para além de alguns legados, institui herdeiro universal o seu “amado Sobrinho Joze Caetano Peres”. Morreu em 1814;

3-V) Luís António Peres, o qual casou com Ana Maria Monteiro, de quem teve:

3-V-1) José Caetano Peres, que recebeu 500 xerafins por legado testamentário do seu tio padre José Peres da Silva e foi herdeiro universal do (também seu tio) padre Vicente Filipe Peres. Cremos ser ele quem casou em primeiras núpcias com Angelina Maria Manuel Álvares e em segundas com Pulquéria da Costa¹⁵⁸¹;

NOTA: Acrescenta Gomes Catão – citando, segundo cremos, Avelino Soares: “Encontrei nos assentos de baptismo de Aldoná, o de Diogo Camilo, bapt. a 3.11.1791 f.o de... Silva e de Ana Maria Gomes, neto paterno de Bernardo Peres da Silva e de Florentina Martins, e materno de Salvador Gomes e de Petornila Pereira. Padrinhos Bernardo Peres da Silva, morador em Goa Velha, e Arcângela Carvalho, de Aldoná”. O desconhecimento do nome do progenitor do baptizado impede-nos de determinar se o mesmo é filho de José Caetano Peres ou de um seu irmão.

3-I) TOMÁS DE VILA NOVA E SILVA, que continua. Nascido em Neurá-o-Grande, foi advogado *provisionário*. Morreu em S. Matias, onde se parece ter instalado após o segundo enlace e onde ditou o seu testamento a 24 de março de 1780, “sendo testemunhas os Padres Francisco Xavier Correia e Mateus Pereira. Deixou a terça ao seu filho Bernardo que também a tinha de sua mãe (Liv. n.o 1024 no Arquivo da Relação)”.

¹⁵⁷⁶ Segundo dados extraídos dos livros de provisões conservados na cúria patriarcal de Goa.

¹⁵⁷⁷ Catão, F.X. Gomes, “Migalhas da História. Ascendentes do Prefeito Bernardo Peres da Silva”, “Heraldo”, Goa, edição de 17-6-1967.

¹⁵⁷⁸ José Tomás Peres, “a quem deixou o dito palmar de Utordá durante a sua vida e metade após a morte aos seus sobrinhos Manuel Caetano e Tomás, filhos do seu sobrinho António Francisco Coelho, a quem deixou o palmar de Quellossim”.

¹⁵⁷⁹ Veja-se o título Gonçalves, da Piedade, ponto 5-I).

¹⁵⁸⁰ Cfr. anexo II: testamentos – N16.

¹⁵⁸¹ Consulte-se neste anexo os títulos Álvares, de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, pontos 3-X-1) e Costas, de Margão, ponto 8-III-2), respetivamente.

Também casou duas vezes, sendo sua primeira mulher D. Ana Bárbara Veloso, natural de Salvador do Mundo (Sirulá). Esta recebeu, por ocasião do enlace, “*dote de 2000 xs., além das datas*”¹⁵⁸². Dela teve:

4-I) BERNARDO PERES DA SILVA, que segue;

4-II) Frei Salvador Peres da Silva, dominicano;

Casou Tomás de Vila Nova e Silva em segundas núpcias com Rosa Vitória Gomes, de S. Matias, sendo que desconhecemos se teve geração deste matrimónio;

4-I) BERNARDO PERES DA SILVA, que continua. “*Nasceu em Serulá 15-15-10-1775; médico por Sua Majestade, por carta de 2-12-1800, com salva a 24-11-1805. Foi deputado às cortes 5 vezes até 1844. Prefeito da Índia em 1835, cargo de que tomou posse a 14 de Janeiro de foi deposto em 1 de Fevereiro seguinte. Fal. de aneurisma em Lisboa a 14-11-1844. Os seus restos mortais jazem num alto e sumptuoso monumento (64 palmos de compr. sobre 11 de largo) no cemitério dos Prazeres. Traz a seguinte legenda: “As venerandas cinzas de um verdadeiro patriota. O Conselheiro Bernardo Peres da Silva. Natural de Neurá, nos Estados da Índia. Eleito por aquela Província 5 vezes constantemente Deputado às Cortes da Nação desde 1821 até 1844. Nomeado pelo imortal dador da Carta Prefeito da Índia Portuguesa, em 1844”. Consagra este Jazigo, seu filho Tomás José Peres*”¹⁵⁸³. Também de acordo com Gomes Catão, recebeu, em conjunto com o seu irmão Salvador Peres, por legado testamentário do padre Caetano Peres da Silva o palmar Sanvorfondo, em Sancoale, e “*as ditas 19 tangas de recamo de Neurá e Verná, sendo usufrutuário dos ditos bens o seu (do testador) sobrinho P.e José Peres da Silva, vigário de Curca*”. Aduz o mesmo autor noutro artigo: “*Bernardo Peres da Silva, residente em S. Matias desde 1788, era cas. com Inacia da Conceição de Menezes (bapt. em 1784), filha de Pedro Caetano de Menezes, de S. Matias onde se estabeleceu, e de Ana Sabina de Sá*”¹⁵⁸⁴.

Bernardo Peres da Silva estudou as primeiras letras em casa com o seu tio padre Caetano Peres, tendo depois prosseguido a sua formação no seminário de Rachol, cuja direção estava à data confiada aos padres de Rilhafoles. Aí “*cur sou latim e philosophia*”¹⁵⁸⁵. Peres dedicou-se desde cedo ao estudo e à prática da medicina, área em que se especializou. De acordo com uma tradição veiculada por vários autores, entre os quais Miguel Vicente de Abreu¹⁵⁸⁶ e Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves¹⁵⁸⁷, teria feito a sua formação precisamente junto de Miranda e Almeida. Esta informação começou a ser posta em causa logo em 1914 por Ismael Gracias num artigo publicado em “O Oriente Portuguez”¹⁵⁸⁸. No referido trabalho, o autor tece as seguintes considerações em torno do assunto: “*Não encontramos o registo da carta de salva, mas apenas o seu assentamento marginal no L.o das mercês geraes n.o 49, fl. 175 v.. Na primeira carta se diz que o concessionário foi examinado pelo cirurgião-mór Francisco Manoel Barroso da Silva, e pelo substituto do physico-mór, Eusébio Lourenço de Sequeira*”¹⁵⁸⁹. Ora em 1801 havia chegado a Goa o physico-mór António José de Miranda e Almeida, que deu logo principio ao seu curso de medicina (Boletim Geral de Medicina e Pharmacia, I, 368, artigo A medicina em Goa nos principios do seculo XIX). De crêr é, pois, que B. Peres da Silva tivesse frequentado esses curso, feito o respectivo exame e renovado o diploma, visto que dest’arte legalisava melhor a sua situação. Só assim se

¹⁵⁸² Catão, F.X. Gomes, “Migalhas da História. Ascendentes do Prefeito Bernardo Peres da Silva”, “A Vida”, Goa, edição de 15-6-1961. O autor chama a atenção para as hesitações existentes entre alguns dos biógrafos de Peres no que diz respeito ao nome da sua mãe, sendo que alguns a chamam Ana Bárbara, outros Bárbara Ana, e outros ainda Mariana.

¹⁵⁸³ O autor acrescenta também a bibliografia que consultou: “*vide dados biogr. na Noção de Aguns Filhos Distintos, por M.V. de Abreu, págs. 33-37; Neurá.o.Grande, por Diógenes Noronha, págs. 128-128; e A Expansão do Goês pelo Mundo por P.J Peregrino da Costa*” – Catão, F.X. Gomes, “Migalhas da História. Ascendentes do Prefeito Bernardo Peres da Silva”, “A Vida”, Goa, edição de 15-6-1961. O motivo invocado para retomar o estudo da família Peres da Silva parece ter sido a colocação do retrato do prefeito na galeria dos governadores e vice-reis do Estado da Índia .

¹⁵⁸⁴ Gatão, F.X. Gomes, “Migalhas da História. Prefeito Bernardo Peres da Silva. Notas Genealógicas”, “A Vida”, Goa, edição de 5-9-1957.

¹⁵⁸⁵ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 35.

¹⁵⁸⁶ Mais concretamente: “*estudou medicina na respectiva escola sob a direcção do phisico-mór Antonio José de Miranda, no hospital militar, que então era em S. Pedro das Ilhas de Goa, e depois de habilitado na faculdade e licenciado para exercel-a, saiu por concurso lente substituto da mesma escola medica*” – Abreu, Miguel Vicente de (1874), 35.

¹⁵⁸⁷ Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 59, A, VII.

¹⁵⁸⁸ Id., nº 203.

¹⁵⁸⁹ Para mais informações sobre este médico natural católico veja-se neste anexo o título Quadros, de Loutolim, ponto 4-I).

explica a afirmação de M. V. d'Abreu (O Governo do Vice-Rei Conde do Rio Pardo, pag. 157) – que Peres foi discípulo daquele physico-mór”¹⁵⁹⁰. A argumentação ganha força de termos em conta que Peres nasceu em 1775 e, de acordo com o grosso dos biógrafos, se dedicou ao estudo da medicina logo após ter passado pelos bancos de Rachol¹⁵⁹¹. Caminhamos assim no mesmo sentido de Ismael Gracias: em 1805 Peres da Silva terá apenas procurado formalizar a sua situação profissional, beneficiando da presença de um novo físico-mor e da abertura de um curso médico-cirúrgico em moldes regulares e tendencialmente vazados nos ocidentais. Assim se conferia algum peso institucional adicional ao bom nome que o futuro líder político teria já adquirido pela sua clínica. Tudo isto se torna ainda mais compreensível se termos em conta que o físico-mor acabará por o chamar para seu colaborador e aparentemente ter apostado na sua vocação docente. Segundo Fátima da Silva Gracias, que faz eco de vários outros autores, “*Dr. Bernardo Peres da Silva was appointed to help Dr. Miranda Almeida and later when Dr. Almeida fell ill, Dr. Peres da Silva a native, taught medicine in the hospital*”. E acrescenta, quase como que a título de consequência: “*Many Goans joined the course*”¹⁵⁹². Justificam-se também desta forma os elogios que os historiadores *naturais* católicos de oitocentos e mesmo do século seguinte reservam a Miranda e Almeida: foi pela sua mão que, pela primeira vez, um dos membros das elites que estudamos ascendeu ao professorado numa área que era especialmente apreciada e procurada pelas elites *naturais* católicas. Pode-se de certa maneira considerar que a data da portaria provincial que nomeia Peres da Silva lente substituto do curso médico (15 de junho de 1804) representa o início do processo de substituição do corpo docente médico *reinol* por um grupo de especialistas providos das elites *naturais* católicas. Esse processo conheceu um rápido aceleração ao longo do século XIX e permitiu que as referidas elites tornassem a Escola Médico-Cirúrgica num dos seus bastiões.

Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves explica que a reputação de “*melhor clinico do seu tempo*” que Peres conquistou foi determinante para a sua entrada na vida política. Foi graças a ela que se viu eleito “*um sem numero de vezes para varios cargos municipais na capital da India*”. Gonçalves realça o cuidado que demonstrou em evitar a “*dissipação dos fundos municipais*” e elogia o seu desempenho na qualidade de juiz dos órfãos. Por seu lado, Vicente de Abreu sublinha que Peres “*foi muitas vezes procurador do senado da cidade de Goa*”. Remontam a esta época os primeiros combates políticos que travou, os quais servirão de prelúdio ao papel ativo que desempenhará na sequência da queda do conde do Rio Pardo.

Depressa se tornará num dos mais destacados caudilhos do partido liberal-constitucional em Goa e, acima de tudo, no representante por excelência dos *naturais* católicos em geral e das suas elites em particular. É nesta época que começa a delinear-se o fenómeno que virá a ficar conhecido como *perismo*. Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves explica a adesão das gentes à causa de Peres de forma expressiva: “*era já grande o numero de devotos das suas ideias politicas. A popularidade que havia ganho, e que lhe foi fiel até os ultimos momentos da sua vida, era immensamente firme e constante*”. Assim se compreende a vitória muito significativa que obteve nas primeiras eleições parlamentares que tiveram lugar em Goa. Foi apurado para representar o Estado da Índia nas cortes constituintes juntamente com *natural* Constâncio Roque da Costa, um dos seus colaboradores mais leais, e o *reinol* António José de Lima Leitão – que para além das afinidades políticas também partilhava com Peres a atividade profissional.

A eleição foi rodeada de polémica e contestação e boa parte das elites *descendentes* (havia porém membros deste grupo assumidamente *peristas*, como José Joaquim Soares da Veiga, os Pereira Garcez e os Castro) e vários *reinóis* uniram-se contra a causa do prefeito.

No entanto, quando os deputados da Índia desembarcaram em Lisboa depois de uma viagem longa com escala em Moçambique as cortes já haviam sido dissolvidas. Peres e Constâncio Roque retornaram então a Goa onde o primeiro foi nomeado intendente geral da agricultura. Desempenhou essas funções durante pouco tempo e sempre sob estrita vigilância dos seus adversários políticos. Note-se que o governador D. Manuel de Portugal e

¹⁵⁹⁰ Gracias, J. A. Ismael (1914b), 215.

¹⁵⁹¹ É o que se depreende das biografias dos já referidos Vicente de Abreu e Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves, bem como de Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 52.

¹⁵⁹² Gracias, Fátima da Silva (1994), 177 e 178.

Castro não deixará de apoiar os requerimentos que a câmara geral de Salsete no sentido da extinção dos lugares de intendente da agricultura e de ajudante da referida intendência. O facto de estes serem ocupados respetivamente por Bernardo Peres e Constâncio Roque não pode ser entendido como uma coincidência¹⁵⁹³. Nem, naturalmente, a posição tendencialmente favorável de Constâncio Roque da Costa à extinção do regime das *gancarias*, cuja manutenção no novo cenário político era bastante discutida¹⁵⁹⁴.

Entretanto, D. Pedro outorga a carta e torna-se necessário restaurar as cortes. A notícia é recebida com entusiasmo em Goa pelos partidários do liberalismo constitucional – grupo no qual se destacavam as elites *naturais* católicas – e preparam-se eleições de deputados. Peres vê-se novamente eleito e também uma vez mais “teve a infelicidade de chegar á Portugal n’um tempo em que o absolutismo fôra restabelecido outra feita, em nome de D. Miguel, em que a usurpação havia começado a assolar, de novo, o solo portuguez”. A situação agravou-se quando fr. Joaquim de Carvalho se declara único representante de Goa em Lisboa e vota a favor da reunião das cortes tradicionais juntando os três *estados*. É nesta altura que Peres se vê numa encruzilhada difícil. O que fazer? Por um lado, não podia manter-se no reino quer por falta de ocupação e escassez de rendimentos, quer pela perseguição política de que certamente seria alvo. Por outro, a experiência do anterior regresso e do apertado controlo de que fora alvo não tornavam atraente um retorno a Goa. Opta então por emigrar, à semelhança do que fizeram muitos dos seus correligionários políticos. Assim, passa algum tempo em Plymouth de onde parte depois para o Brasil. Instala-se no Rio de Janeiro, onde existia uma comunidade goesa, e dedica-se ao ensino primário. Se bem que eivado de dificuldades financeiras, este foi um período extremamente importante para Bernardo Peres. Em Inglaterra teve contactos com vários membros das elites do seu partido e cremos que se pôde dedicar ao estudo de um autor importante nos alvares do constitucionalismo português: Jeremy Bentham. No Brasil encontrou a paz de espírito necessária para compor aquela que entendemos ser a sua obra mais importante e emblemática. Falamos do *Dialogo entre um doutor em filosofia e um portuguez da India na cidade de Lisboa sobre a Constituição Política do Reino de Portugal, suas vantagens e meios de mantel-a. Dedicado á mocidade da India pelo seu compatriota (...), Deputado eleito ás Cortes de Lisboa de 1826, pelos Estados da India*, publicado em 1832.

Foram filhos de Bernardo Peres e de D. Inácia da Conceição de Menezes:

5-I) João Baptista Peres da Silva, batizado em 29 de novembro de 1798. Morreu nos princípios da década de 1820;

5-II) TOMÁS JOSÉ DE VILA NOVA PERES DA SILVA, que segue;

5-III) António João Peres da Silva, cujo ano de batismo se desconhece (sabe-se contudo ter sido batizado no dia 26 de junho);

5-IV) D. Maria Ana Peres da Silva, batizada a 29 de março de 1806;

5-V) D. Josefina Carlota Peres da Silva, batizada em 3 de maio de 1808;

5-VI) Bernardo Zeferino Peres da Silva, batizado no dia 30 de agosto de 1810;

5-VII) Caetano António Peres da Silva, batizado em 1812. Nomeado pelo seu pai subprefeito de Damão;

5-VIII) D. Maria Vitória Peres da Silva, batizada no dia 31 de outubro de 1813;

5-IX) João Bernardo Peres da Silva, batizado a 9 de Abril de 1814;

¹⁵⁹³ Veja-se o ofício de 25 de janeiro de 1830 enviado por aquele governante ao conde de Basto e documentação anexa, bem como o parecer favorável à dita extinção dado pelo conselho ultramarino a 20 de abril de 1831. Todos estes elementos estão em AHU, Conselho Ultramarino, Índia, cx. 481.

¹⁵⁹⁴ Xavier, Filipe Nery (2012), vol. I, 134.

5-X) Francisco Maria Peres da Silva, batizado em 11 de Maio 1816. Estudou direito na universidade de Coimbra, na qual se matriculou no dia 30 de outubro de 1841¹⁵⁹⁵. Miguel Vicente de Abreu diz que faleceu pouco depois de concluir a licenciatura e que era “*religioso egresso do convento de S. Domingos*”¹⁵⁹⁶;

5-II) TOMÁS JOSÉ DE VILA NOVA PERES DA SILVA, que continua. Foi baptizado no dia 10 de outubro de 1800. De acordo com Vicente de Abreu: “*sentou praça de cadete no batalhão d’artilheria de Goa, cursou os estudos preparatorios das humanidades e depois os das sciencias mathematicas na antiga academia militar da criação do vice-rei conde do Rio Pardo, e em 1.º tenente ajudante daquelle batalhão, assistiu em 1821 á trágica deposição daquelle distincto vice-rei (na qual tomou parte ativa, conforme explica o próprio Vicente de Abreu noutra obra¹⁵⁹⁷). Quando foi para Portugal matriculou-se na universidade de Coimbra a onde se formou bacharel em duas faculdade, philosophia e mathematica, alistou-se no exercito, e nelle seguiu a cauza da rainha sr.a D. Maria 2.a, emigrou para Inglaterra, esteve na Ilha Terceira, fez parte da expedição do Porto, defendeu por 8 mezes a Serra do Pilar sob as ordens do brigadeiro Torres, entrou na expedição do Algarve, marchou sobre Cacilhas, foi victorioso no combate do Valle da Piedade; na defeza de Lisboa que comandou em major a artilharia do 3.º districto; em 1837 foi chefe do estado maior de artilheria, e em 1838 foi despachado governador de Quilimane, Tete, e Sena aonde partio, e da volta tendo estado em Goa em 1842, o conde das Antas, que conhecia a sua bravura, lhe offereceo o comando militar do batalhão provisorio vago com a morte do major Magalhães, mas elle não o aceitou; – assim como na sua saida do reino tambem não aceitára o diploma de deputado ás côrtes que os povos do Algarve lhe haviam offerecido, e quando em 1843 chegou a Portugal, do seu governo de Quilimane, comandou em tenente coronel o 4.º regimento de artilheria estacionado em Faro. Ganhou Thomaz Peres no campo da batalha as condecorações de official da Torre e Espada do valor, lealdade e merito, cavalleiro das ordens de N. Sr.a da Conceição de Villa Viçosa e de S. Bento d’Aviz e quanto (a)o seu valor militar disse o seu coronel Luna, que o valor deste official podia ser igualado mas nunca excedido. Caiu doente de thisica no Algarve, e mudou-se para a Madeira, a onde falleceu em 23 de janeiro de 1846, contando apenas 45 annos de idade. Eis aqui o que depois da sua morte escreveu um dos homens mais eminentes de Portugal, par do reino, e ministro honorario, o conde do Casal Ribeiro. “Naquelle coração existiu ate a pulsação final o mais ardente, vivo e sincero amor da liberdade: elle preferia a morte com seus horrores, mas livre, á vida com seus gozos, porem escrava. Se a sua vida não fôra uma serie continua e nunca interrompida d’acções magnânicas, generosas e de bravura, estas palavras só formariam o seu elogio. Ellas nos fizeram invejar tal morte e arrebatados exclamar: Viveu como bravo e morreu como heroe*”¹⁵⁹⁸.

PINTO, DE CANDOLIM

São muito poucas as famílias pertencentes às elites *naturais* católicas tão conhecidas como a dos Pinto ditos *de Candolim*, assim chamados em virtude da localidade onde se instalaram há séculos.

Quais são os motivos que justificam um tal reconhecimento?

¹⁵⁹⁵ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Francisco Maria Peres da Silva).

¹⁵⁹⁶ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 20.

¹⁵⁹⁷ Abreu, Miguel Vicente de (1869).

¹⁵⁹⁸ Abreu, Miguel Vicente de (1874), o.cit., 2. Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Tomás José Peres da Silva).

Em primeiro lugar, é inevitável aludir à conjuração de 1787. Trata-se não só de um dos temas da história de Goa recorrentemente estudados mas também de uma matéria sobre a qual se debruçaram alguns dos mais conceituados autores que se dedicaram ou vêm dedicando a temas relacionados com o Estado da Índia. Cunha Rivara, Ismael Gracias, Teotónio de Souza, Ernestina Carreira e Maria de Jesus dos Mártires Lopes, entre vários outros, refletiram sobre essa sublevação. Ora, o movimento ficou conhecido para a história como *conjuração dos Pinto* devido ao papel determinante que a família teria nele desempenhado. E mesmo apesar de desde o século XIX surgirem várias vozes relativizando o papel dos Pinto na tentativa de insurreição ensaiada em 1787, estes ficarão para sempre associados ao imaginário da mesma. Recordem-se a título meramente exemplificativo as considerações de António Maria da Cunha: tratava-se “*duma família que tem tradições honrosas na história desta terra, não só porque a ela se ligou um movimento revolucionário que tem sido diversamente interpretado, denominando-o ainda a “Conjuração dos Pintos”, conquanto se tenha já dito e com razão que êsse movimento não foi “conjuração” nem “dos Pintos”, vendo-se nêle implicado apenas o nome do tenente Manuel Caetano Pinto, da legião de Pondá, que foi justificado em 20 de Dezembro de 1788. Mas êsse mesmo facto de se ligar aquela família a um movimento libertador, revela a grande preponderância que a mesma família conquistara ao tempo e que já vinha de longe*”¹⁵⁹⁹. Aliás, o base do estudo da genealogia dos Pinto – à qual é necessário juntar, como fizemos, informações recolhidas em várias outras fontes de modo a densificar e confirmar os dados aí veiculados – é precisamente o detalhado esquema da autoria de Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves que acompanha o trabalho que Rivara dedicou à conjuração em 1875.

Mas há mais motivos a justificar o destaque da estirpe. Nomeadamente o protagonismo de que beneficiaram durante o consulado pombalino. Os Pinto terão jogado um papel importante numa época usualmente considerada de promoção das elites *naturais* católicas sobretudo graças aos irmãos António João, Inácio e padre Pascoal.

Por outro lado, aqueles irmãos foram os principais protetores de dois goeses que depois se vieram a tornar conhecidos no reino, tendo o nome de um deles mesmo permanecido na memória de vários países europeus. Falamos dos padres Caetano Vitorino de Faria e seu filho José Custódio de Faria. Este último teve uma vida de romance, foi considerado um nome importante no estudo do hipnotismo e é ainda hoje conhecido por todos os leitores de *O Conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas.

Em quarto lugar há a destacar o papel desempenhado pelos Pinto nas dinâmicas das elites *naturais* católicas. Relacionados com as principais casas das *Velhas Conquistas*, os Pinto corporizam as preocupações das elites *naturais* católicas com as demonstrações de nobreza em moldes ocidentalizados. Os muitos vínculos que instituem, as várias capelas que fundam, os solares de que se ufanam, as cartas de brasão que requerem, as importações de artigos de luxo da europa, os privilégios que solicitam, as relações que vão cultivando no reino – tudo indicia este cuidado:

1) NARU SINAY, que é, de acordo com os registos ainda existentes no século XIX, o primeiro membro que se conhece desta família. Terá nascido em Loutolim, mas, por motivos que se ignoram, acompanhou os seus parentes mais próximos (pai e dois irmãos) rumo a terras de Bardez. Fixaram-se então em Candolim, onde Naru virá a comprar, segundo Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves e Cunha Rivara¹⁶⁰⁰, o quinto *vangor* da

¹⁵⁹⁹ Cunha, António Maria da (1925), 52 e 53.

¹⁶⁰⁰ Cunha Rivara, conhecendo o peso da estrutura familiar na sociedade goesa, esforçou-se, no século XIX, por debuxar uma genealogia tão completa quanto fosse possível dos Pinto e suas alianças. Conhecedor da realidade local e tendo-se decerto confrontado com a inexistência de muitos documentos fundamentais para levar a cabo tal trabalho (designadamente registos paroquiais e notariais, que o descuido de muitos, a voragem do tempo, o clima inclemente e múltiplas escaramuças e batalhas foram consumindo), recorreu a fonte que considerava segura. Como vimos, as mais destacadas famílias *naturais* conservavam cuidadosamente, atualizando-os regularmente, velhos papéis e esquemas genealógicos que explicassem, por um lado, a transmissão dos bens (designadamente os vinculados) que detinham, e, por outro, que esclarecessem os parentescos que ao longo dos tempos se fossem tecendo. Naturalmente, numa sociedade de castas, tais escritos serviam também para demonstrar, em caso de necessidade, a “pureza” da linhagem a que se referiam. Assim, Rivara recorreu um homem que se destacava pela carreira profissional, pelos parentescos da sua família e ainda pelas boas relações que mantinha com as autoridades portuguesas. Foi assim que parece ter obtido boa parte dos elementos que depois reproduziu na genealogia dos Pinto.

comunidade local, denominado *Mazarfarós*¹⁶⁰¹. Este terá sido o embrião da importante fortuna que a família acumulará a partir daquela localidade. Naru morreu fiel aos princípios da religião dos seus maiores, mas pouco tempo mais a família deixará o hinduísmo uma vez que a sua viúva, cujo nome se desconhece, se converteu ao catolicismo com pelo menos três filhos do casal:

2-I) Jerónimo de Sousa, pai de **Manuel de Sousa**, que era vivo em 1649 e de cuja geração já se perdera o rumo no século XIX, com exceção de uma descendente, **Quitéria de Sousa**. Esta ainda vivia solteira em Candolim à data da elaboração do estudo de Rivara;

2-II) Cristóvão de Andrade, cujos descendentes adotaram o apelido Mello mas de quem já não existia geração em oitocentos;

2-III) SALVADOR PINTO, que segue;

2-III) SALVADOR PINTO, que continua. Originariamente **Satu Sinay**. Morreu em 1640. É fácil de perceber a razão pela qual cada irmão adotou após a conversão um apelido português diferente: cada qual assumiu os apelidos dos respetivos padrinhos. Cunha Rivara explica a origem do sobrenome *Pinto*, que esta família celebrizará em Goa: *“nascido pelos annos de 1577, pois foi baptizado tendo mais ou menos oito annos d’edade, em 3 de novembro de 1585; tomou o nome de Salvador Pinto, sendo padrinho de baptismo Fr. Manuel Pinto, reitor da igreja e collegio dos Reis-magos, o qual o educou ao principio, e depois delle Fr. Simão de Nazareth, Pai dos christãos, e reitor da igreja de Candolim, ambos religiosos franciscanos”*. Tal como sucedeu com outras famílias *naturais* que se vieram a destacar no panorama local, a conversão traduziu-se também na proteção das autoridades portuguesas e no enriquecimento (ou, pelo menos, no não empobrecimento, devido a confiscos de bens) da estirpe: os dois eclesiásticos a quem o jovem filho de Naru foi sucessivamente confiado *“por sua influencia com os Vice-Reys alcançaram para o dito Salvador Ponto a concessão de vários prazos da corôa, fatiozins e de vidas, possuidos até hoje quasi todos pelos seus descendentes, em attenção aos serviços, que prestou no augmento da christandade em Bardez”*¹⁶⁰². Foram talvez também os franciscanos de Bardez que, um pouco à semelhança do que aconteceu com o progenitor dos Rocha de Quitula, patrocinaram o casamento, em abril de 1595, de Salvador Pinto com Maria Pereira, natural de Candolim. Esta era filha única de um casal abastado (António e Catarina Pereira) e provinha de uma família brâmane não só socialmente bem cotada na região, mas, também recém-convertida ao catolicismo. O progenitor era filho de Goreá Sinay, *“gãocar do 2º vangor da dia comunidade, como se mostra de outro assento della datado de 9 de junho de 1604”*. Aliás, como expressamente referem Cunha Rivara e Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves, baseados em velhos papéis da família, foram aqueles religiosos – e especialmente frei Simão de Nazaré, que se mostra assaz interessado em velar pelos interesses económicos do seu protegido Salvador Pinto – que trataram de assegurar que o grosso da herança do casal Pereira viesse a caber aos Pinto, ao doarem *“por seu testamento lavrado em 15 de junho de 1624”, “metade do dito seu vangor, com annuencia da comunidade, aos seus genro e filha (...) e instituíram herdeiros da sua terça livre os tres filhos varões dos mesmos; e aos ditos sogro e genro e suas mulheres, descendentes e ascendentes, foram concedidas pelo alludido Fr. Simão de Nazareth, como commissario de Fr. Miguel de S. Boaventura, Custodio e commisario geral da India Oriental, e por Diogo Dias, syndico de S. Francisco, e procurador de Sua Santidade, duas sepulturas perpetuas na igreja de N. Sr.a da Esperança de Candolim, ao primeiro no cruzeiro, defronte do altar do Bom Jesus “= por o dito Salvador Pinto ter devoção á seraphica religião de São Francisco, por se haver criado desde menino no collegio dos Reis Magos, e ter servido no augmento da chirstandade, e por ser tambem nobre de geração da sua nação =” como se lê no respectivo titulo datado de 10 de novembro de 1604, e ao segundo, também no cruzeiro, entre as sepulturas de Pero de Sequeira e Francisco de Souza, por outro titulo datado de 10 de novembro de 1609, confirmados ambos*

Falamos de Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves: *“Ao senhor Luis Manoel Julio Frederico Gonçalves, advogado em Pangim e parente da familia Pinto, devemos o favor da Arvore Genealogica da mesma familia, e suas Notas, tudo ordenado sobre os documentos da caza.”* – Rivara, J. H. da Cunha (1875), 141. Não deixa, igualmente, de referir que de grande parte dos documentos citados *“ainda existem os originaes em perfeito estado de conservação”* – Rivara, J. H. da Cunha (1875), 143.

¹⁶⁰¹ Rivara e Gonçalves sustentam esta compra num assento da comunidade de Candolim datado de 13 de agosto de 1604.

¹⁶⁰² Rivara, J. H. da Cunha (1875), 142.

por Provisões do Arcebispo D. Francisco dos Martyres, datadas de 21 de fevereiro de 1639, depois por despacho de 26 de outubro de 1753, e 12 de junho de 1817.”¹⁶⁰³

Alvo das atenções e cuidados da Igreja e da ordem religiosa que geria o processo de cristianização Bardez, “nobre de geração da sua nação” e reconhecido apoiante da proliferação do catolicismo na região, Salvador Pinto pode ao longo da vida começar a reunir o património imobiliário e as mercês e benesses que espelhavam o destaque da família também de acordo com os modelos que lentamente se iam implantando em Goa. Disso são exemplo as duas sepulturas perpétuas que comprou e afetou à sua descendência.

Foram filhos deste casal:

3-I) ANTÓNIO PINTO, que segue;

3-II) Padre Pascoal Pinto, que nasceu cerca de 1600 e foi o primeiro eclesiástico da família, seguindo o desejo já expressado no testamento dos avós;

3-III) Francisco Pinto, nascido em 22 de agosto de 1620. Casou com Luzia do Rego, e “*poz logo outra caza, mui proximo da paterna, pelos annos de 1641, sendo o tronco e progenitor de uma outra familia*”¹⁶⁰⁴. Parte da sua geração virá unir-se ao ramo principal dos Pinto.

Foi filho deste casal:

3-III-1) Luís António Pinto, de quem se sabe apenas ser progenitor de:

a) **Caetano Pinto**, o qual, por sua vez, foi pai de **Luís Francisco Pinto** e avô de **João Baptista Pinto**. Este último foi progenitor de **Maria Isabel Pinto** e **Caetano Salvador Pinto**. Maria Isabel casou com Sebastião Xavier da Costa, de Arporá, de quem houve geração¹⁶⁰⁵. Por seu lado, Caetano Salvador teve duas filhas (**Ana Rosária** e **Severina Pinto**¹⁶⁰⁶) e um filho, **Caetano António Pinto**. Este último casou com a sua parente Idalina da Costa, filha de Vicente Caetano da Costa, natural de Navelim (ilha de Divar) e de ... de Frias; e neta materna de Lourenço Lino de Frias e Amália Doroteia Pinto (referida *infra*, ponto 7-XI)¹⁶⁰⁷;

3-I) ANTÓNIO PINTO, que continua. Nasceu cerca de 1604, tendo morrido em Janeiro de 1657, “*como indica um formal de partilha do seu casal de 4 de maio de 1669*”¹⁶⁰⁸. Do seu casamento com Luísa de Sequeira, falecida como testamento no dia 2 de junho de 1670, teve:

4-I) Maria Pereira, a qual casou com Feliciano de Bragança, advogado *provisionário*, filho de João de Bragança, de S. Bartolomeu de Chorão;

4-II) Luzia de Sequeira, casada com Simão de Menezes, filho de Diogo de Menezes, de Salvador do Mundo (Sirulá);

¹⁶⁰³ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 142 143.

¹⁶⁰⁴ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 143.

¹⁶⁰⁵ Veja-se o título Costa, de Parrá e Arporá, § 2, ponto 2-III-1). Rivara anota somente: “*representados hoje por seu neto, o medico Caetano Xavier da Costa, morador na mesma (aldeia de Arporá)*” – Rivara, J. H. da Cunha (1875), 160.

¹⁶⁰⁶ Desta última, sabia-se apenas ter casado mas ficado “*viuva sem prole*” – Rivara, J. H. da Cunha (1875), 162.

¹⁶⁰⁷ Foram filhos de Caetano António Pinto e Idalina da Costa:

- 1) **Ana Clara Pinto**, casada com o advogado *provisionário* Manuel Francisco da Conceição e Sousa, de Nachinolá;
- 2) **Maria Luciana Pinto**, a qual veio a casar com Frederico Alcântara de Lima, originário de S. Pedro de Ribandar;
- 3) **Virgínia Clementina Pinto**;
- 4) **Caetano Francisco Pinto**;
- 5) **Junípero Pinto**.

¹⁶⁰⁸ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 143.

4-III) Clara Pinto, a qual veio a casar com António Pinto, de Chorão. Foi a instituidora da Capela de S. Sebastião de Arporá, vinculando-lhe alguns bens. O primeiro administrador desta capela e do vínculo que se lhe achava adstrito foi o seu sobrinho padre Salvador Pinto.

Tiveram somente:

4-III-1) Sebastião Pinto, que faleceu sem descendência, pelo que a sua herança passou para os sobrinhos varões de Clara Pinto;

4-IV) PASCOAL PINTO, que segue;

4-IV) PASCOAL PINTO, que continua. Nasceu cerca de 1645 e morreu no dia 15 de fevereiro de 1717, deixando testamento, datado de 15 de Fevereiro do ano anterior. A ele se deve a edificação da capela de Nossa Senhora dos Agonizantes, em Candolim, *“ligada á sua caza, e (que) foi aberta ao culto publico em virtude de Bulla do Papa Clemente XI, em 1714, com indulgencia plenaria aos que, confessados, a vizitarem no dia de festa (2 de fevereiro)”*¹⁶⁰⁹. Casou com Francisca Monteiro, também de Candolim¹⁶¹⁰.

Foram filhos deste casal:

5-I) Padre António Pinto, o qual *“faleceu em Santa Ignez (arredores de Pangim) nas guerras (diz um assento) em 12 d’agosto de 1739, sendo sepultado na capella mór da igreja de Candolim; por seu testamento, datado de 13 de fevereiro de 1733, instituiu herdeiro seu irmão João Baptista Pinto”*;

5-II) Luísa Pinto, casada com António da Silva Sousa, de Divar – com geração extinta já no século XIX;

5-III) Simão Pinto, nascido cerca de 1670. Casou com Luísa Rangel. Pelo pitoresco que a envolve, reproduz-se a descrição da origem deste enlace: *“destinava-se á vida ecclesiastica, e estudava para isso no real seminario de Chorão, quando, deslumbrado por Luiza Rangel, dotada d’extraordinaria belleza, cazou com ella”*. Tiveram uma única filha:

5-III-1) Isabel Pinto, casada com Caetano de Frias, filho de José de Frias e de D. Maria Cabral. Morreu em 1733. Com geração¹⁶¹¹;

5-IV) Maria Pereira, a qual *“uzou este nome e apellido de sua bisavó”*. Casou com André Caldeira, nascido em Santo André (Goa Velha), de quem teve somente um filho:

5-IV-1) José Caldeira, que faleceu precocemente. Em virtude da sua morte a herança do casal passou à família Caldeira, vindo, décadas depois, reverter em favor de Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves¹⁶¹²;

5-V) Salvador Pinto, que foi diácono. Morreu no dia 18 de novembro de 1752 *“tendo por seu testamento datado de 28 de maio de 1738 instituido um morgado, do qual, bem como da capella instituida por sua tia Clara Pinto, nomeou administrador seu sobrinho Antonio João Pinto “com condição que todos os successores deste morgado sejam catholicos e leaes á Corôa Real, e se não fôrem, e commetterem algum crime, quod absit, porque de direito se direito se devam perder seus bens, que pelo tal crime não percão os deste morgado, porque minha vontade he de não nomear, nem nomeio quele que tal delicto fizer; mas antes quero que tal morgado passe logo a quem por bem desta minha instituição deve vir, como se*

¹⁶⁰⁹ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 144.

¹⁶¹⁰ Sobre a filiação desta, em torno da qual levantamos algumas questões, veja-se o título Monteiro, de Candolim, ponto 6-I).

¹⁶¹¹ Consulte-se o título Frias, de Talaulim e Candolim, ponto 3-II).

¹⁶¹² Passaram *“os seus bens (de Maria Pereira e marido) a seu sobrinho Francisco José Caldeira, deste ás suas duas filhas Anna Ritta Caldeira, e Anna Avelina Caldeira, e pelo falecimento destas sem descendentes, ao seu actual representante Luiz Manuel Julio Frederico Gonçalves, advogado em Nova Goa, por testamento de 18 de novembro de 1863”*, o que significa que acabaram por voltar à posse de um dos membros da família Pinto Rivara, J. H. da Cunha (1875), 145.

aquelle que de tal delicto commetter não fôra nascido”. Rivara acrescenta em nota de rodapé: “*E note-se que desta linha não houve pessoa alguma envolvida na conjuração de 1787*”¹⁶¹³;

5-VI) Ana Pinto, que casou com António de Sá, natural de Neurá-o-Grande e aí *gancar*, de quem houve:

5-VI-1) Pedro de Alcântara de Sá, que casou com...., de quem teve dois filhos:

a) D. Caetano de Sá, “*religioso theatino antes de 1770*”;

b) António de Sá, que morreu sem geração, pelo que “*passaram os bens desta família, por testamento (do padre D. Caetano) a seu primo Salvador João Pinto*”¹⁶¹⁴;

5-VI-2) Esperança de Sá, nascida a 19 de março de 1702 e batizada 15 dias volvidos. Casou a 17 de fevereiro de 1715 com João de Oliveira, nascido em Arporá. Tiveram oito filhos, dos quais sobreviveram apenas duas:

a) Ana de Oliveira, a qual veio a casar, com o dote de 3200 xerafins, com o seu primo António João Pinto, de Candolim¹⁶¹⁵;

b) Anastásia de Oliveira, que casou com Sebastião da Costa, de Parrá, para o que foi dotada com 3500 xerafins¹⁶¹⁶;

5-VI-3) Tomásia de Sá, que não é referida por Rivara. É no entanto obviamente filha deste casal tendo em atenção as informações constantes do processo de habilitação a familiar do Santo Ofício do seu neto Simão Monteiro. Batizada em Neurá-o-Grande a 26 de julho de 1697, casou com Simão Monteiro. Este era natural de Candolim e filho de Diogo Monteiro de Sousa e Catarina de Noronha. Com geração¹⁶¹⁷;

5-VII) JOÃO BAPTISTA PINTO, que segue;

5-VIII) Padre Manuel Pinto, falecido a 22 de junho de 1738, deixando testamento – datado de 1 de setembro de 1729 –, no qual “*instituiu outro morgado, nomeando-o em o dito seu sobrinho Antonio João Pinto*”, impondo aos administradores do vínculo condições em tudo idênticas às do instituído por seu irmão Salvador Pinto¹⁶¹⁸;

5-IX) Esperança Pinto, que morreu solteira “*antes de 1716*” contando 12 anos;

5-VII) JOÃO BAPTISTA PINTO, que continua. Dele se sabia relativamente pouco: “*nascido pelos annos de 1685, e falecido em 7 de janeiro de 1734, com testamento feito em 10 de junho de 1731. Era cazado com Joanna de Souza, filha de Agostinho de Souza e Lucrecia Maciel, de Calangute, a qual faleceu em 11 de dezembro de 1754*”. Tiveram:

6-I) Anastácia Pinto, falecida no dia 16 de fevereiro de 1717. Casara com Caetano Gonçalves, natural de Navelim (Divar), filho de António Gonçalves e Clara da Silveira, de quem não parece ter tido descendência¹⁶¹⁹;

¹⁶¹³ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 145 e 146.

¹⁶¹⁴ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 146. Salvador João Pinto vem referido no ponto 6-III-1).

¹⁶¹⁵ Cfr. *infra* ponto 6-III).

¹⁶¹⁶ Consulte-se o título Costa, de Parrá e Arporá, § 2, ponto 1).

¹⁶¹⁷ Indicada no título Monteiro, de Candolim, ponto 7).

¹⁶¹⁸ Cfr. *supra* ponto 5-V).

¹⁶¹⁹ Consulte-se o título Gonçalves, da Piedade, ponto 3-III).

6-II) Clara Pinto, que casou com Aleixo Soares, de Sirulá, aí *gancar*. Da sua geração se escrevia em meados dos anos setenta do século XIX: “*Tem ao presente um único descendente varão, Antonio Maria Soares, ultimo administrador de um vinculo*”¹⁶²⁰. Clara Pinto morreu a 15 de dezembro de 1763.

Conseguimos obter dados suplementares relativos a esta família nos manuscritos de Gomes Catão¹⁶²¹. Assim, sabemos que foi filha de Clara Pinto e Aleixo Soares:

6-II-1) Catarina Aurora Soares, nascida em Salvador do Mundo e casada em Sirulá no dia 21 de fevereiro de 1745 com Custódio Monteiro¹⁶²². Este nascera em Candolim e era filho de Francisco Monteiro e Madalena Afonso. Tiveram:

a) Josefa Margarida Monteiro, que nasceu em Candolim e aí casou a 20 de novembro de 1761 com Lucas de Sá. Este era originário de Pilerne (onde foi batizado a 15 de abril de 1730) e filho de Lucas de Sá e Delfina Ribeiro¹⁶²³. Tiveram pelo menos dois filhos: **(i) padre Domingos Salvador de Sá**, batizado em Candolim no dia 11 de janeiro de 1770 (foi apadrinhado pelo padre Vicente Ribeiro, de Pilerne, e por Catarina Fernandes), e **(ii) Joaquim Luís de Sá**. Este último veio a casar com Natália Guilhermina Dalgado, de Assagão, filha de Benjamim Lourenço Dalgado e de Florinda Lisboa. Tiveram **Sebastião Lucas Francisco João António de Sá**, que casou com outra Pinto de Candolim: Celestina Maria Ernestina Pinto¹⁶²⁴

6-III) António João Pinto, o qual nasceu a 3 de março de 1714 e foi batizado a 10 do mesmo mês e ano. Morreu a 18 de dezembro de 1784, com testamento feito e aprovado no dia 20 de novembro do ano anterior, tendo sido “*sepultado na cóva perpetua junto do altar de Jezus*”. Foi, em conjunto com os seus irmãos padre Pascoal e Inácio Pinto, o responsável pela celebridade que esta família – que, como já vimos, gozava desde há muito de considerável ascendente nas *Velhas Conquistas* – veio a conhecer fora dos apertados limites de Goa, chegando até a Portugal. Segundo Rivara e Júlio Gonçalves: “*Foi familiar do Santo-officio; negociante com as praças de Lisboa e Bahia; e encarregado pelo governo do Estado de assistir às arrematações e pagamento dos operarios da abertura da cava ou fosso, que circunda os muros da provincia de Bardez. Teve o seguinte brazão de armas de nobreza e fidalguia de Portugal, por carta de 2 d’abril de 1770 “por ter servido o Estado com armas, creados e escravos, ser das pessoas mais nobres e ricas do mesmo Estado, com tratamento de carruagem de mar e terra, grande caza com capella, onde quotidianamente se celebra o santo sacrificio da missa”: a saber: um escudo esquartelado, no primeiro e quarto quartel as armas dos Pintos, que são em campo de prata cinco crescentes sanguinhos em fautor; no segundo as dos Sequeiras, em campo azul cinco vieiras de ouro em fautor; e no terceiro as dos Macieis, que são partidas em pála; na primeira, em campo de prata duas flores de liz de azul em pála; e na segunda, meia-aguia vermelha armada de negro no mesmo campo. Elmo de trata aberto guarnecido de ouro, paquife de metaes e côres das armas. Timbre o dos Pintos, que é: um leopardo de prata armado de sanguinho com um crescente do escudo na espadua; e por differença uma brica azul com um farpão de prata. Na justificação de nobreza e processo, que serviu de baze a esta mercê depuseram as seguintes testemunhas: o desembargador chancellor João da Silva de Menezes Lobo; os desembargadores que forão da Relação de Goa, Jeronimo de Lemos Monteiro, José Carvalho de Andrade, Bernardo Lopes Pereira Maldonado, e Marçal José Machado; os capitães d’infanteria Sebastião Lopes Duarte e Theotonio Collaço; o tenente Alberto Pereira Garcez, e o alferes Telesforo Alves Simões, natural de Benfica. Vê-se dos registos de correspondencia da caza com a côrte que as*

¹⁶²⁰ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 147.

¹⁶²¹ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Sá, de Candolim”*, Goa.

¹⁶²² Veja-se o título Monteiro, ponto 6-I).

¹⁶²³ A qual com toda a probabilidade descende da família que tratamos no título Ribeiro, de Pilerne. Não nos foi possível contudo estabelecer a sua relação com os indivíduos que aí estudamos.

¹⁶²⁴ Veja-se *infra* ponto 6-III-1), b).

diligencias para esta mercê foram promovidas somente por Ignacio Pinto, irmão mais nove de Antonio João, que não se importou com isso; mas sob a mesma baze, foi primeiro agraciado este como mais velho, successor e administrador dos vinculos, e chefe da familia. Os dous braços vierão de Lisboa na monção de 1771, e sobre a sua execução se dirá o que ocorreu, quando se tratar do dito Ignacio Pinto”¹⁶²⁵.

António João Pinto foi um dos responsáveis pela ida do padre Caetano Vitorino de Faria¹⁶²⁶ para Lisboa – como Rivara não deixa de enfatizar. Os Pinto apostavam em relações comerciais regulares quer com o reino, quer com o Brasil, pelo que facilmente se compreende que mantivessem relações com a comunidade goesa residente em Lisboa e que Pombal recorresse às suas informações para se informar sobre as particularidades e necessidades do Estado da Índia. Havia, naturalmente, uma permanente troca de informações, serviços, favores e convívios entre estes goeses então domiciliados na Europa e os seus conterrâneos mais influentes que tinham permanecido em Goa (designadamente os Pinto de Candolim). É neste enquadramento que devemos contextualizar Caetano Vitorino de Faria, que é geralmente tido como um dos ideólogos da *conjuração* e um dos principais agentes do partido *natural* católico em Lisboa. Faria aqui chegou em 1771 – ou seja, durante o governo de Pombal e alguns anos antes de serem promulgadas as suas *instruções*. De acordo com Cunha Rivara, depressa continuou a trabalhar na rede de relações a que dera já início na sua terra natal¹⁶²⁷ – conexões de que dá conta nas primeiras cartas que da capital portuguesa remete para Goa, logo na monção de 1772. Essas missivas, conforme sublinha aquele autor, “*são dirigidas aos Pintos de Candolim*”. Trata-se de um pequeno conjunto de documentos em boa hora recolhido e transcrito por Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves. As cartas estão repletas de protestos de gratidão e fidelidade àquela estirpe. Caetano Vitorino de Faria fala em “*perpetuo cativo a toda a sua casa* (de António João Pinto)”, na “*obediencia*” que norteia a sua atitude para com o patrono, em “*grande affecto, e confiança filial*”, agradece-lhe a recomendação ao procurador que mantinha em Lisboa, informa-o dos contactos que estabeleceu com outros indivíduos que também eram das relações dos Pinto e do andamento da atividade mercantil que os Pinto mantinham entre Goa, Angola, Portugal e Brasil¹⁶²⁸. Não deixa igualmente de assinalar a situação de favor em que as elites *naturais* se encontravam: “*Tinha occasião de pertender nesta côrte todas as utilidades para os meus patricios, pois está o ministerio de constante acordo de os favorecer em todas as pertenções*”. Tudo indicia que considerava poder contar com a simpatia de Carvalho e Melo. As cartas servem também para um melhor conhecimento dos principais aliados dos irmãos António João e Inácio Pinto em Lisboa. Lá encontramos

¹⁶²⁵ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 147 e 148.

¹⁶²⁶ Para mais informações sobre este eclesiástico veja-se o título Costa, de Parrá e Arporá, §1, ponto 2-VIII-1).

¹⁶²⁷ Principiando pelo desembargador Henrique José de Mendanha Benevides Cyrne, “*que hia preso para o Limoeiro por ordem de S. Magestade por culpas, que se entendeu ter no mau successo da empresa da conquista de Piro, no anno de 1768*” – Rivara, J. H. da Cunha (1875), 64. Cyrne, que ocupara na Índia o cargo de secretário de Estado, teria contribuído, segundo Rivara, decisivamente para a boa receção de Faria em alguns principais centros de decisão lisboeta, sendo que o eclesiástico goês, uma vez em Portugal, soube repartir a sua atenção e bons ofícios quer pelo poder temporal quer pelo poder espiritual: “*A amizade, que travou com este desembargador, e outras recommendações que levava lhe abriam caminho para ter logo trato com a gente principal da corte; mas fallando com o padre mestre Fr. Francisco, o Poeta, que morava á Cruz dos quatro caminhos, este o aconselhou se abstivesse destas communicações, e tomasse outro rumo, o que o mesmo Mendanha approvou, e o remeteu ao padre mestre Fr. João Baptista de S. Caetano, beneditino, para que o ouvisse, o qual depois de praticar com elle perto de quatro horas no convento da Estrella, que nos parece significar o de S. Bento da Saude, hoje palacio das cortes, resolveu que tomava por sua conta ajudar o padre nas suas pretenções, pois que era preciso haver cautela em materia tão delicada daquella corte; e com effeito fallou em pessoa ao Nuncio com os papeis do padre e seu filho, e o informou mui favoravelmente*”. No entanto, como admite o autor: “*Quaes fossem as pretenções do padre Caetano Vitorino em Lisboa, e principalmente em Roma* (para onde se propunha partir em 1772), *não consta dos documentos, que hoje se acham*”. Sobre o desembargador em questão cfr. Subtil, José (2010), 233. O autor não se refere porém com especial detalhe à sua passagem pela Índia. Vicente de Abreu é igualmente vago quanto a este magistrado: apenas

anota que tomou posse do cargo de secretário do Estado em 1765, sendo então procurador da coroa e fazenda, e acrescenta ter sido o mesmo “*depois conselheiro do ultramar, e chanceler da Bahia*” – Abreu, Miguel Vicente de (1866), 183. A proximidade existente entre Cyrne e os Pintos e seu círculo já seria contudo antiga. Assim o indicia, por exemplo, o facto de o desembargador ter apadrinhado Vicente Filipe, filho de Inácio Pinto, em 1767 – veja-se o ponto 47-IX).

¹⁶²⁸ Um dos agentes dos Pinto a que Faria se refere é José de Oliveira. Apesar dos esforços que desenvolvemos nesse sentido, não nos foi possível determinar se este personagem seria aparentado com os Pinto. Isto porque António João Pinto casou com uma prima, Ana de Oliveira.). Com base na carta que o padre Caetano Vitorino de Faria remete a António João Pinto no dia 1 de fevereiro de 1772, sabemos que José de Oliveira viajou em companhia daquele eclesiástico desde Goa até Lisboa, sendo o único do pequeno grupo a reagir mal ao périplo – consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 4.

sobretudo referências a Luís Manuel Tavares e à família dos condes de S. Vicente, cuja casa Caetano Vitorino descrevia como “*a melhor desta côrte*”. O primeiro era, de acordo com Cunha Rivara, beneficiado, licenciado e “*homem de valimento na côrte*”¹⁶²⁹. Desconhecemos em que elementos o autor se ampara para sustentar tal afirmação. No entanto, parece ser indiscutível o papel importante que Tavares jogava na promoção dos interesses dos Pintos (e dos *naturais* católicos que com eles mantivessem relações de parentesco ou proximidade) na Europa: desempenhando funções de procurador da estirpe, concorrera para a outorga de brasão de armas a Inácio Pinto e é a ele a quem especialmente se recomendam os dois Faria (“*Nesta monção vai para a corte um padre Caetano Victorino de Faria com um seu filho, que foi commensal nesta caza por mais de sete annos, com designio de passar para Roma, e posto que vai bem contra a nossa vontade, por ter sido muito familiar a sua assistencia com todos della pela honra, com que viveu; mas o intento que leva, por seu pio e meritorio, fez que condescendessemos com elle: he justo, já que nos faz tantos favores, lhe assista V. m.ce com boas direcções e auxilios para adiantar elle o seu projecto, no que ficarei a V. m.ce muito obrigado*”). A natureza do vínculo com os condes de S. Vicente era de natureza muito diversa da mantida com Tavares. Aqui já não estamos perante uma relação procurador/representado, mas sim de uma proximidade que (sempre segundo Cunha Rivara) se fundava no auxílio que, em Goa, os Pinto prestavam a um dos membros daquela família, Miguel Carlos da Cunha (pessoa que, “*no meio dos seus desvarios alegrava a sociedade*”), o qual, devido ao “*seu genio dissipador e prodigo*”, se via obrigado a “*receber por esmola dos Pintos de Candolim, seus vizinhos, o remedio a suas necessidades*”¹⁶³⁰. Caetano Vitorino de Faria deslocou-se a casa dos S. Vicente, onde foi recebido (não resulta claro se pelo titular, se apenas pelo mordomo) com “*todo agrado, e huma prompta vontade para pertender do seu grande prestimo o que me parecesse*”, frisando também ter aproveitado “*a oportunidade de lhes fazer presente pelo seu mordomo João Evangelista Machado e Oliveira o grande affecto, e generosidade, com que V.M. tratavam com o senhor Miguel Carlos da Cunha, assegurando que a casa de V.M. era asilo para o dito senhor, e sua familia, expressando-lhe distinctamente o como, e quando o acudiam*”. A troca de gentilezas encobrendo a permuta de favores prosseguiu, de acordo com o clérigo goês, de feição aos interesses dos Pinto e à sua própria conveniência: o mordomo expressou a disponibilidade dos seus senhores em ser agradáveis à estirpe de Candolim (“*de que summamente ficou agradecido, desejando occasiões de mostrar o seu affecto, e huma mutua correspondencia*”) e Faria aproveitou o ensejo para lhe entregar, em nome de Inácio Pinto, uma petição requerendo o cargo de tesoureiro-geral da bula da cruzada. Caetano Vitorino refere inclusive que, tendo em vista que o pedido não fosse indeferido por uma mera questão de forma (por ele próprio “*ignorar o sistema desta côrte*”), pedira a Luís Manuel Tavares que lhe fizesse, tendo também abordado a questão com o desembargador Henrique de Mendanha Cyrne. Relembre-se, ainda, que o cardeal da Cunha – nome pelo qual ficou conhecido D. Manuel Carlos da Cunha – pertencia a esta família (era filho do 4º conde de S. Vicente) e era muitíssimo próximo do marquês de Pombal. Por assim ser compreende-se a importância dada pelos Pinto e respetivo círculo à manutenção das melhores relações com esta estirpe¹⁶³¹.

Ainda neste âmbito, também interessa a carta enviada por Caetano Vitorino de Faria ao padre Pascoal Pinto, outro dos manos de Candolim, ao qual em breve nos referiremos¹⁶³². O autor da missiva insiste uma vez mais no “*voto da minha escravidão, que lha devo, e a toda essa casa*” e antes de passar aos temas que certamente mais interessariam ao destinatário da missiva refere o envio não só de pequenas lembranças de valor residual mas algum significado (como umas contas “*com suas veronicas de prata com indulgencia plenaria a hora da morte*”) mas também de objetos de maior vulto¹⁶³³.

¹⁶²⁹ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 66.

¹⁶³⁰ Veja-se o anexo I: documentos avulsos – nº 4.

¹⁶³¹ Tal decorre aliás muito claramente da missiva que transcrevemos em anexo I: documentos avulsos – nº 4, bem como da que se lhe segue, à qual atribuímos o nº 5, na qual a proteção do aludido cardeal é expressamente mencionada, ainda que sempre por via do mordomo João Evangelista Machado.

¹⁶³² Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 6.

¹⁶³³ Entre os quais há que destacar seis pedras de mármore que deviam ser entretanto sagradas por intermédio beneficiado Tavares (o qual também deveria tratar de lhes anexar algumas relíquias), uma das quais era especialmente enviada para “*a Senhora dos Agonisantes*”, ou seja, para o orago da capela dos Pinto, em Candolim. Frustrava-se, conforme dá conta, uma outra encomenda, quiçá mais luxuosa, por se ter

Nas considerações que depois vai tecendo ao eclesiástico de Candolim, Faria aborda temas diversos dos que focou nas cartas aos Pinto leigos¹⁶³⁴: enquanto a estes relatou os seus sucessos nos círculos mais próximos do poder civil, àquele narrará a sua vida entre o clero da capital, nomeadamente as boas relações que mantinha com o beneditino fr. João Baptista de S. Caetano¹⁶³⁵ e a afabilidade com que era tratado pelo nuncio em Lisboa, o arcebispo de Tiro¹⁶³⁶. A receptividade com que o primeiro acolheu as suas pretensões parece ter inclusive surpreendido o correspondente, que o descreve como quase tomado por uma febre em prol da causa dos *naturais* católicos¹⁶³⁷, o que, atendendo à sua proximidade aos intelectuais do *pombalismo*, não podia deixar de ser visto desde Goa como sinal auspicioso. Nesta carta Caetano Vitorino também faz vários comentários relativamente ao fomento do ensino superior em Goa – matéria em que parecia estar particularmente interessado. Enfatiza o bom acolhimento que lhe vinham reservando os oratorianos e sublinha as esperanças que tinha em que a colaboração dos mesmos, que à data mantinham relações próximas com Pombal, contribuísse decisivamente para a realização de uma das ambições das elites *naturais* católicas: a criação, em terras do Estado, de unidades de ensino superior que estivessem habilitadas a conferir graus académicos¹⁶³⁸. Urgia assim saber aproveitar a “*conjuncção*”

visto sem meios de a pagar: um par de bufetes a partir de outros dois mármore, os quais “*pareciam damasco preto com fundo branco*”. Peças deste género, vindas da Europa e tidas como sendo de especial requinte, teriam sido certamente recebidas com agrado em Goa, onde as elites *naturais* católicas procuravam mobilar os salões dos seus solares (em boa parte reedificados nesta época) com a magnificência possível.

¹⁶³⁴ No entanto, em ambas encontramos menções à atividade comercial. No que ao padre Pascoal Pinto diz respeito, Faria alude a um negócio que um “*criado secular do senhor Nuncio*” desejaria fazer através dos Pinto: em troca de uma remessa de objetos de devoção para Goa (“*veronicas, cruzeiros, campainhas do Loureto, e outras cousas, de que tudo vai hum caxote cheio*”) solicitava o envio de “*peças de lenços, cobertores de cama, e outras cousas, que elle pede por huma lista*”, isto é, de alguns dos têxteis que ainda se fabricavam e comercializavam no Estado.

¹⁶³⁵ Frei João Baptista de S. Caetano foi personalidade destacada na sua época, apesar de Rivara pouca atenção lhe ter prestado. Doutor em teologia pela universidade de Coimbra, procurador-geral da sua ordem, deputado da mesa censória, entusiasta das reformas “iluminadas” do pombalismo nos domínios da educação (quer ao nível dos estudos superiores, quer nas demais escolas) e pouco favorável aos jesuítas, pertenceu ao círculo de intelectuais católicos mais próximos de Carvalho e Melo, a par de Luís António Verney, D. fr. Manuel do Cenáculo e António Pereira de Figueiredo. Para maiores desenvolvimentos sobre a sua vida e obra, veja-se, designadamente, Santos, Cândido dos (2007), 40 e 41; Santos, Cândido dos (2004), 951 e ss.

¹⁶³⁶ No respeitante a este último, sublinha não só a familiaridade de trato que mantinham como também os esclarecimentos que, a seu pedido, lhe prestara. Começara o arcebispo de Tiro por requerer a Faria uma “*seria informação das Missões de Goa, e dos mais bispados, das religiões, e de todo o Estado ecclesiastico*”, isto é, uma exposição escrita sobre como era composto o padroado. O presbítero goês soube aproveitar a oportunidade: não só apresentou o trabalho – para cuja realização contou, como confessa aos seus mecenas de Candolim, uma vez mais com o auxílio do desembargador Henrique de Mendanha Cyrne e de D. António José de Noronha, bispo de Halicarnasso – mas também o fez de forma a apresentar um panorama risonho da estrutura (“*sem declarar os seus estados actuaes para não desgostar a quem não nos quereria ouvir*”) que então já se achava em franca decadência. Mais ainda: teve a boa ideia de o fazer copiar pelo filho, José Custódio que levou em sua companhia quando foi entregar a relação), gesto que o nuncio, a crer na carta em que nos baseamos, “*estimou muito*”. Ou seja, também aqui as relações cultivadas desde Goa se mostraram determinantes, e mesmo nesta altura Faria soube promover a causa das elites que de alguma forma representava: para todos os efeitos, e mesmo que os dados em que tal estudo se baseasse proviessem das colaborações prestadas por um *reinol* (Mendanha) e por um *descendente* (Noronha), o estudo em questão era apresentado por dois *naturais* católicos. É por isso que encaramos com alguma reserva as considerações tecidas por Rivara no sentido de subalternizar os esforços de Faria – Rivara, J.H. da Cunha (1875), 66 e ss.

Uma vez entregue o relatório o nuncio apressa-se a solicitar-lhes – note-se que agora parece já incluir José Custódio no pedido de colaboração – novo estudo: uma descrição do “*estado actual*” de todos os organismos que tinham sido referidos, que o prelado desejava obter quanto antes, pelo que a deveriam compor naquele próprio dia, antes de voltarem a casa. Também neste passo nos apartamos de Rivara, o qual, talvez por uma vez mais adotar uma atitude de alguma intolerância para com a vida do clérigo goês em Lisboa, não lhe parece reconhecer os méritos que encontramos na forma como soube desempenhar esta segunda tarefa: “*Não contava por certo o padre Caetano Victorino, quando todo ancho entregou o seu papel ao Nuncio, que este o obrigasse alli logo in continenti a escrever do estado actual das missões; mas não querendo dar o seu braço a torcer, escreveu, diz elle, o que em consciencia estava obrigado a fazer. Ora com tao leve preparação como aquella que nos tem insinuado, em mui estreitos limites o devia circumscrever a consciencia; e sabe Deus quão atrapalhadas noticias traduziria o Nuncio em italiano para enviar a Roma. Ainda assim a astucia do padre Caetano Victorino lhe valeu de muito nesta apertada conjunctura, esquivando-se quanto poudo a materia principal, e dissertando sobre o padre José Vaz, materia antiga, sobre o caso singular do hospicio do padre Joaquim Miranda, sobre a fundação da igreja de Vaddim ou varim, e sobre generalidades bannaes, mais ou menos antiquadas, de varias missões*” Rivara, J.H. da Cunha (1875), 68 e 69. A colaboração com o nuncio também se revelou pessoalmente proveitosa para os Faria. Ficaram a dever ao arcebispo de Tiro a remoção de várias dificuldades na sua ida para Roma, onde ambos deveriam prosseguir estudos – conforme Caetano Vitorino narra com minúcia ao padre Pascoal Pinto.

¹⁶³⁷ Mais concretamente: “*pois se mostra tão excessivo nella para com os naturaes de Goa, que chegou a dizer depois de informar-se do Estado ecclesiastico secular e regular de Goa, que não descançava em quanto não entregasse a mitra e o bago aos ditos naturaes á imitação de S. Paulo, e mais apóstolos; e o pode fazer porque he da muita attenção do ministerio, e muito ouvido da Censoria, desinteressado, e bom religioso, fidalgo por nascimento, de quem tive a honra de se me offerecer para meu procurador nesta côrte junto com o senhor Mendanha para corresponderem com a nossa freira, e com esses senhores procuradores, de quem, e de V.M. e de toda essa casa já tem pleno conhecimento pelas informações, que eu lhe dei, e gostará muito da correspondencia de V.M e dos senhores irmãos*”.

¹⁶³⁸ “*Creio firmemente que se erigirão nessa cidade, e as provincias tres Universidades, assim das lingoas Latina, Grega, franceza, e Hebraica, como as sciencias Philosphia, Theologia, thé o Canonico, para se doutorarem nellas*”.

presente” e adotar medidas concretas: “*pelo que lhe offereço huma arte franceza do autor Lima, que tudo hade hir nas encomendas da freira. Seria de muita utilidade na conjuncção presente remetter a obra dos senhores Luis Caetano de Lima, e Menezes, a imprimir dirigidas ao dito Rm.o e offerecidas ao ministerio, pois já lhes tenho informado nesta materia*”.

Os factos a que nos reportamos remontam aos primeiros anos de Caetano Vitorino de Faria em Lisboa. Ou seja, ao breve período que aqui passou antes de partir, acompanhado pelo filho, para Roma. Uma vez obtido o grau que o levou a Itália, Caetano Vitorino retorna à capital portuguesa. No entanto, regressa só: José Custódio permanecerá em Itália continuando os seus estudos. Em Lisboa “*conservou e melhorou o bom acolhimento, que a principio recebera dos grandes da corte, chegando até a ter entrada no paço real, e a ser favorecido assim d’El-rey D. José, como da Rainha D. Mara 1.a e seu esposo D. Pedro 3.o*”¹⁶³⁹. Podia assim continuar a desempenhar um papel importante enquanto intermediário dos goeses em geral, e especialmente os *naturais* católicos, se bem que também se conheçam contactos seus com alguns hindus: “*Servia de procurador dos negocios que seus patricios tinham na corte, alcançava do Nuncio ou de Roma breves de indulgencia, capellas, etc. etc. e a elle se chegavam os que hiam de Goa a Lisboa a buscar fortuna, ou tratar de negocio*” e “*o padre Caetano Victorino era a primeira pessoa, que qualquer goano procurava em Lisboa, e se presava de ser o protector e procurador de seus patricios*”¹⁶⁴⁰. O ascendente que ganhou na época justifica não só o fenómeno de os seus conterrâneos o terem elevado a postos que jamais parece ocupado¹⁶⁴¹ mas também a facilidade com que se associou o seu nome às tramas que teriam precedido a *conjuração* de 1787. Remontam a este período as boas relações que manteve com individualidades influentes na cena política e religiosa nacional. Pensamos designadamente em D. frei Manuel do Cenáculo, que Faria talvez tenha conhecido por intermédio de fr. João Baptista de S. Caetano¹⁶⁴². É também nesta altura que lhe é pedido um parecer, depois muito discutido, relativamente às informações remetidas por D. frei Manuel de Santa Catarina, bispo de Cochim que à data se encontrava a governar a arquidiocese de Goa. A vida tornou-se mais branda para com o sacerdote *natural*: “*melhorou o padre de meios de fortuna, ou fosse por industria propria, ou pela munificencia dos Soberanos, D. José, D. Maria 1.a e D. Pedro 3.o que o amparavam e favoreciam*”. Tal situação de privilégio parece ter acabado de forma abrupta em 1788 quando chegaram a Lisboa os primeiros ecos da tentativa da conjuração goesa. Nessa data Caetano Vitorino de Faria foi acusado de subsidiar e facilitar a saída do seu filho, de José António Pinto e de Joaquim Vicente Lourenço – *naturais* católicos sobre os quais recaía a suspeita de cumplicidade na sublevação, operando desde a Europa e mantendo ligações em Lisboa e Paris – rumo a França, de onde partiriam para a Índia. Em consequência decreta-se que seja encarcerado no convento dos Paulistas, no Combro (onde aliás residia). Ali parece ter passado a maioria dos anos que lhe restavam. Diz Rivara que “*se ignora por quanto tempo esteve preso; occultando-se todas as noticias delle até ao anno de 1799*”, depois do qual nada mais sabe¹⁶⁴³.

¹⁶³⁹ Rivara, J.H. da Cunha (1875), 70.

¹⁶⁴⁰ Rivara, J.H. da Cunha (1875), 70 e 71.

¹⁶⁴¹ Como o de confessor de D. Maria I, tese que Inocêncio afastou de forma definitiva em meados do século XIX. Veja-se a carta que remeteu a Jacinto Caetano Barreto Miranda, publicada em “O Ultramar” (edição de 23 de maio de 1867) e depois reproduzida por Rivara – Rivara, J.H. da Cunha (1875), 52 e 53.

¹⁶⁴² Ainda existia em 1875 alguma correspondência fruto dessa proximidade, que Rivara transcreveu – Rivara, J.H. da Cunha (1875), 136 e ss. Estas cartas remontam à primeira metade da década de 1780 e nelas se ventitam várias questões relativas às freiras clarissas de Beja. Nelas Faria faz luzir a sua proximidade com a marquesa de Angeja e os contactos que mantinha com Roma.

¹⁶⁴³ Rivara, J.H. da Cunha (1875), 84 e ss. Remonta precisamente a 1799 – mais concretamente, ao dia 4 de abril desse ano – uma confrangedora missiva remetida por Faria a Rama Custam Naique, morador em Combarjua, com o qual mantinha alguns negócios, e que Rivara reproduz a páginas 95 e ss. Embora não concordemos com o tom violento e pouco condescendente adotado por aquele autor para com um Faria seguramente alquebrado pelos anos e pelos desgostos (“*Se não viramos esta serie de disparates escripta pela propria letra do padre Caetano Victorino, julgaríamos que algum inimigo do seu nome, e da sua memoria a havia forjado; mas não podemos resistir á evidencia; parecendo-nos todavia que a idade lhe havia abalado e perturbado as faculdades mentaes, que se em outro tempo não eram de extremado apuro, chegavam ao menos á altura do senso commum*” – Rivara, J.H. da Cunha (1875), 86), parece-nos admissível a tese de que os Pinto prudentemente a retiveram e jamais a entregaram ao seu destinatário: “*mas prégar tao extemporânea e desentoadada missão a um gentio, devia fazer receiar que se achasse varrido de juizo; e talvez que para evitar que esta opinião prevalecesse em discredito do seu velho amigo, he que os Pintos apanharam a carta, e a guardaram entre os papeis de sua propria caza, onde ainda se acha*”. Acima de tudo parece-nos que o velho sacerdote já tinha perdido o uso de parte das suas faculdades. Só assim se podem compreender trechos como: “*Eu tenho trabalhado para tirar das mãos dos Europeus o nosso arcebispado de Goa e India, que o nosso Creador e Redemptor nos deu ha mil e*

António João Pinto casou com a sua prima Ana de Oliveira. Esta era filha de João de Oliveira e de Esperança de Sá (falecida com testamento feito e aprovado no dia 24 de outubro de 1737, a 28 do dito mês e ano)¹⁶⁴⁴.

Tiveram:

6-III-1) Salvador João Pinto, nascido no dia 29 de outubro de 1733, sendo batizado a 12 de fevereiro do ano seguinte. Morreu em Candolim a 9 de julho de 1795. Sucedeu “*nos tres morgados administrados por seu pae, e na administração da sua caza e capellas*”¹⁶⁴⁵. Casou no dia 29 de abril de 1754 com Celestina Maria Luísa de Lima, de Chorão, filha de Jerónimo de Lima e de Josefa Lobo¹⁶⁴⁶. Foram filhos deste casal:

a) **Ana Joana Pinto**, a qual nasceu no dia 24 de outubro de 1758 “*em caza dos seus avós maternos, em Chorão*”. Foi batizada a 31 desse mês naquela ilha, na igreja da Graça, “*pelo revd.o padre Manuel João d’Oliveira, capellão da Náu do Reino, sendo vigario o revd.o padre promotor Bernardo da Cunha, e padrinhos Telesforo Alves Simões, alferes, natural de Bemfica, e Anna Senhorinha Gomes, mulher de Diogo Monteiro*”. Casou com Gabriel Xavier da Gama, de Anjuna, filho de Cosme Damião da Gama. Cunha Rivara e Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves são extremamente vagos na descrição da descendência deste casal, anotando somente que em 1875 este se achava “*representado actualmente por sua bisneta D. Maria Augusta Luciana da Gama, cazada com seu primo Alvaro José Xavier Pinto, que vive estabelecido em casa dos seus sogros, reconstruindo-a há dous annos; sendo os ditos Gabriel e Anna Joanna, avós-sogros de primeiras nupcias do dito senhor Luis Xavier Corrêa da Graça*”¹⁶⁴⁷. No entanto, localizámos em Goa o testamento de mão de Gabriel Xavier da Gama e Ana Joana Pinto¹⁶⁴⁸. Nesse documento, lavrado em 1821, o casal declara ter tido apenas dois filhos. Por um lado, **(i) José Damião da Gama**, o qual já falecera e deixara viúva (Ana Conceição da Silveira¹⁶⁴⁹) e três filhos: Joaquim Vasco da Gama, Rosa Ditosa da Gama e Rosa Maria da Gama. Por outro, **(ii) Rosa Maria da Gama**. Como era habitual na à época e prática do grupo que estudamos, os testadores procuram privilegiar tanto quanto possível o sucessor varão da casa – ou seja, ou neto mais velho. Assim, Joaquim Vasco da Gama recebe não só a terça do avô como também os dois vínculos que este administrava. Um deles havia sido instituído pelo seu bisavô Paulo da Gama sobre “*hum Palmar por nome Gurquiachy Valy, e huma Vargea por nome Chirvarintulim Cattulem*”; o outro pelo seu pai sobre “*hum palmar por nome de ferreiros, outro palmar por nome Malloeachem temba chamado de ferreiros, huma Vargea por nome gharveachem challa, mais huma Vargea por nome Molluechea Virnachem temba, e huma tanga branca do foro corrente*”. A isto havia que juntar o encartamento num dos prazos fateossim da família: a várzea Mallolem (o outro prazo foi legado à filha solteira). Foi a

outocentos annos pelo seu apostolo S. Thomé, e a Europa nos roubou ha trezentos annos para seus proprios interesses temporaes, em prejuizo das nossas almas, e da nossa salvação. Eu tiro agora bem contra vontade de toda a Europa, e desta corte, não com minhas forças, mas sim com omnipotente braço do nosso creador e redemptor, e pelo patrocínio da santissima e immaculada May do Redemptor, que he nossa advogada, protectora, Rainha, e May, e o levo para fazer V.m.ces felizes verdadeiramente, como eu desejo (...). Eu vou baptizar todos os gentios, não somente de Goa, de toda India, e a dar minha vida por elles, para que sejam felizes eternamente, e como heide levar livros comigo, faço conta com o rol, que V.m.ce remette, e os que faltão para compor as obras, que V. m.ce tem, cá comprarei, e levarei comigo o dinheiro, que lhes pertence das suas letras, ficando aquelles livros por minha conta, e já tenho escripto ao Rm.o padre mestre e senhor Pedro Delgado, Preposito, que acabou da Congregação (do Oratório), para fallar com V.mces e lhe tenho remetido hum rol dos que mandarão para elle examinar esses livros”.

¹⁶⁴⁴ Veja-se *supra* ponto 5-VI-2), a).

¹⁶⁴⁵ Rivara, J.H. da Cunha (1875), 151.

¹⁶⁴⁶ Consulte-se título Lima, de Chorão, ponto 5-II).

¹⁶⁴⁷ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 156 e 157.

¹⁶⁴⁸ Que transcrevemos. Consulte-se o anexo II: testamentos – N 40.

¹⁶⁴⁹ A qual casara com o dote de 5.206 xerafins.

acima referida **Maria Vitória da Gama** que casou com Luís Xavier Correia da Graça¹⁶⁵⁰. Atendendo ao que acima se expôs, é de admitir que D. Maria Augusta Luciana da Gama, casada com o seu parente Álvaro José Xavier Pinto¹⁶⁵¹ (tendo esse enlace dado origem à família Gama Pinto, de Anjuna) fosse filha e herdeira do referido Joaquim Vasco da Gama, em casa de quem o dito Álvaro José Xavier se teria estabelecido como *genro comensal*;

b) João Xavier Pinto, que nasceu no dia 11 de julho de 1760, “cantando-se no dia 12 por este motivo solemne Te-Deum na igreja de Candolim a expensas dos co-aldeanos, e do reitor fr. João de Santa Quiteria”, e foi batizado “no dia 20 por Fr. Henrique de Sant’Anna, sendo padrinhos seus tios Antonio José Martins, e Francisca Rozaura Pinto, e havendo na noute do baptizado baile e entremezes”. Morreu a 5 de junho de 1822, sendo sepultado “na cova perpetua da caza”. Foi ouvidor, administrador das alfândegas e juiz das comunidades de Bardez “por tres triennios successivos até o anno de 1817, em que chegou o desembargador Manuel Duarte Leitão, em quem se reuniram todos os cargos judiciaes, em virtude do Alvará de 25 de janeiro de 1816”. Casou no dia 18 de maio de 1795 com Deodata Maria Lucrécia Fernandes. Esta tinha nascido em S. Bartolomeu de Chorão a 31 de maio de 1779 e morreu em Candolim a 20 de julho de 1839, sendo filha de Agostinho Luís Fernandes e de Joana Maria Pinto¹⁶⁵². Foram os progenitores de: **(i) Constantino Salvador João Pinto**¹⁶⁵³; **(ii) Celestina Maria Ernestina Pinto**¹⁶⁵⁴; **(iii) padre Guilherme**

¹⁶⁵⁰ Veja-se o título Miranda, de Loutolim, ponto 5-I).

¹⁶⁵¹ Cfr. *infra* ponto 6-III-1), b).

¹⁶⁵² Rívara, J. H. da Cunha (1875), 157.

¹⁶⁵³ Constantino Salvador João nasceu em Candolim no dia 7 de junho de 1797, sendo batizado na capela da morada familiar a 16 do mesmo mês e ano, “pelo padre João Salvador da Silveira, commissario do Santo-officio, e vigario de Calangute”. Morreu no dia 13 de fevereiro de 1851. “Sucedeu a seu pae na sua caza e morgados”, tendo casado, a 24 de janeiro de 1831, com Ana Clara Cristalina Barreto, “filha de Sebastião Xavier Barretto, o ultimo mestre de campo de Bardez, falecido há dous annos (portanto, em 1872/1873), e de D. Maria Aurora da Purificação Pacheco, e neta de José Barreto, mestre de campo desde 1796” – Rívara, J. H. da Cunha (1875), 160.

Deste casal houve a seguinte geração:

- a) **João Xavier Pinto**, nascido a 12 de maio de 1833, “em caza do seu avô materno”, foi batizado a 19 do mesmo mês e ano. “É o actual administrador dos morgados da sua caza; e vive em Arporá, onde edificou grande caza, defronte da capela instituida por Clara Pinto”. Trata-se da capela de S. Sebastião, à qual se faz menção *supra* no ponto 4-III). Casou com Rosalinda Hortênsia Camila de Almeida, natural de Cunhecim, de quem houve larga descendência: **Cacilda Irene Pinto** (a qual “cazou com Manuel Francisco Salvador Collaço, de Sancoale, neto de José Francisco Hercules Collaço, de Margão, escudeiro, e cavalleiro fidalgo por Alv. de 13 de março de 1827), **Lucília Julieta Pinto** (que veio a casar com António Vicente Lobo, originário de Candolim, “actual vereador da Camara de Bardez, e neto de José Paulo Lobo, cavalleiro da Ordem de Christo por Dec. de 20 de novembro de 1840”), **Salvador João Pinto** (nascido a 9 de março de 1868, foi-lhe dado o “nome do primeiro convertido e tronco da familia”; em 1875 estudava no seminário de Rachol e era apontado como “immediato successor da metade reservada dos ditos vinculos” de seus maiores), **Maria Emércia Pinto**, **Laura Helena Pinto**, **Magno Honesto Pinto**, **Teurêbia Eufânia Pinto** e **João Gualberto Floriano Pinto** – Rívara, J. H. da Cunha (1875), 162. Este último casou com Olímpia Senhorinha Emilia Rodrigues, filha do advogado *provisionário* Luís Raimundo Rodrigues e de Ana Ditosa do Carmo Rita Filomena Herminia de Siqueira – consulte-se o título Miranda, de Loutolim, ponto 3-III-3), b). Teurêbia Eufânia Pinto casou com Diogo Luís da Fonseca, o qual nasceu na casa dos seus pais em Pangim (nas Fontainhas, onde atualmente se encontra instalada a Fundação Oriente) no dia 13 de novembro de 1848 e aí morreu a 10 de fevereiro de 1828. Diogo Luís, sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, “Foi, por algum tempo, professor do ensino primário e exerceu diversas comissões de serviço público” – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 417. Foi o continuador da *Nobiliarchia Goana* iniciada por Filipe Nery Xavier, tendo lançado o segundo volume desta obra em 1895. Era irmão de Ana Amélia da Fonseca (nascida em Pangim a 22 de fevereiro de 1847 e aí batizada no dia 7 de março do mesmo ano). Ambos eram filhos de Francisco de Paula da Fonseca, 1º oficial da secretaria geral do governo do Estado, e de Ana Conceição Elisa Coutinho – moradores nas Fontainhas, no que então se chamava “2.º palmar”. Netos paternos de João Francisco da Fonseca e Ana Feliciano Pereira, moradores em Pangim; e maternos de Pedro Avelino Coutinho e Joana Angelina dos Remédios, residentes em Aldoná. Segundo os esclarecimentos de Percival Noronha, Diogo Luís da Fonseca e Teurêbia Eufânia Pinto tiveram quatro filhos: **Deolinda da Fonseca**, casada com um dos Misquita de Benaulim; ... **da Fonseca**, médico, que casou com Olívia de Misquita (irmã do marido de Deolinda); **Rigoberto da Fonseca**, correspondente do “Heraldo” e muito conhecido por ser um excelente matador de cobras; **Francisco de Paula da Fonseca**, tesoureiro da delegação do Banco Nacional Ultramarino em Pangim; e **António Vicente da Fonseca**. Este último nasceu em casa dos avós paternos, em Arporá, a 8 de agosto de 1889. Depois de concluir os seus estudos no liceu de Nova Goa partiu para Portugal, onde se licenciou em direito pela universidade de Lisboa. Permaneceu durante vários anos em Portugal onde primeiro foi notário em Almodôvar e Marvão e depois professor de concani na Escola Superior Colonial. Regressará a Goa em 1945 e aí desempenhará funções de notário em Salsete. A casa dos Fonseca das Fontainhas foi vendida pelos descendentes de Diogo Luís à Fundação Oriente em meados da década de 1990;
- b) **Elisa Deodata Pinto**, a qual nasceu no dia 29 de março de 1835. Casou com Remígio Caetano Dantas, de Saligão, de quem houve geração;
- c) **Teodósio Pascoal Pinto**, que nasceu no dia 3 de junho de 1839 e faleceu solteiro em Arporá a 9 de julho de 1869.

Pascoal Pinto, nascido a 6 de fevereiro de 1801 e “*falecido em 1860 ou 61, em caça de seu irmão Alvaro, com quem passara a viver, e a quem instituiu seu herdeiro*”¹⁶⁵⁵; **(iv) Angélica Emília Pinto**, “*nascida em 15 de setembro de 1806; festejando-se este nascimento com um jantar do por seu pae ao tenente Coronel Francisco Caetano Pinto, e aos officiaes inglezes, commandante William Boye, Dr. Hoyes, ajudante Louis, e Tenentes Has e Wilson*”¹⁶⁵⁶; **(v) Lúcia Pulquéria Pinto**, nascida a 21 de julho de 1809; **(vi) Elisa Ernestina Pinto**, a qual nasceu no dia 21 de agosto de 1811 “*e (foi) baptizada em 29, sendo padrinho o marechal Joaquim Manuel Corrêa da Silva e Gama*”; **(vii) Maria Emerciana Pinto**, “*nascida em 14, e baptizada em 23 de dezembro de 1813*”; **(viii) major Álvaro José Xavier Pinto**, casado a sua prima com D. Maria Augusta Luciana da Gama¹⁶⁵⁷; e **(ix) Augusto Silvério Pinto**. Este último nasceu a 13 de novembro de 1816,

¹⁶⁵⁴ A qual nasceu em Candolim no dia 23 de novembro de 1798 e foi batizada no dia 1 de Dezembro de 1799. Foram padrinhos o seu tio António João Pinto e Agostinha Josefa Pinto, mulher de José Maria da Cunha. Aí casou, na capela de Nossa Senhora dos Agonizantes, “*perante o Desembarg.or Pai dos Cristãos P.e Gabriel Arcanjo Carvalho*”, no dia 9 de Janeiro de 1818 com Sebastião Lucas Francisco João António de Sá – a que Cunha Rivara chama somente Lucas de Sá, e dá como sendo natural de Candolim, quando, na verdade, foi batizado em Anjuna no dia 23 de fevereiro de 1795 (nascera a 3 de Dezembro do ano anterior), sendo apadrinhado pelo padre Manuel António de Sá e por Clara Esmeralda Monteiro.

Lucas de Sá e Celestina Maria Ernestina Pinto tiveram:

- a) **Francisco António de Sá**, nascido em Candolim no dia 24 de Julho de 1820 e batizado nessa mesma localidade a 1 do mês seguinte. Foi presidente da câmara municipal de Bardez. Casou em primeiras núpcias com Maria Rita Afonso, de quem não sabemos se teve geração. Após enviuvar passou a segundas núpcias (o enlace teve lugar na terra natal da nubente, no dia 28 de novembro de 1850) com Rosa Ana Prisca Afonso, batizada em 17 de janeiro de 1833 (foram padrinhos Caetano António Brás Afonso e Maria Escolástica Rita Afonso). Rosa Ana Prisca era filha de Francisco António Brás Afonso e de Rosa Ana Ditosa da Costa, casados em Nagoá no dia 20 de abril de 1818, naturais, respetivamente, da Piedade (onde foi batizado a 31 de Agosto de 1797, tendo por padrinhos António Agostinho Afonso e Rita Teresa Afonso) e de Arporá (batizada a 14 de Abril de 1806, sendo afilhada do “*General da Prov.a de Bardês Manuel Godinho de Mira*” e de Maria Joaquina da Silveira). O seu progenitor era filho de Vicente Paulo Brás Afonso e de Maria Escolástica de Sousa; neto paterno de António Agostinho Afonso e de Joana Maria da Silveira, e materno de Francisco José de Sousa e de Ana Serafina Lourenço. Por outro lado, Rosa Ana Ditosa da Costa também descendia da família Pinto de Candolim, uma vez que era filha de Sebastião Xavier da Costa e de Maria Isabel (também chamada Josefa) Pinto; neta paterna de Luís Francisco Pinto e Ana Anastácia de Freitas, e materna de Tolentino Vicente da Costa e Ana Eugénia Rodrigues – cfr. *supra* ponto 3-III-1), a). A ligação desta estirpe aos Pinto, se bem que dada como garantida, não é consensual, como explicamos no capítulo dedicado aos Lima de Chorão – veja-se o título Lima, de Chorão, ponto 2-III-2), a). Estes Lima também descendem de Sebastião Xavier da Costa e mulher – Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Sá, de Candolim”*, Goa. Foram filhos de Francisco António de Sá e Rosa Ana Prisca Afonso: **(i) Caetano Manuel Xavier de Sá** – que foi quem constituiu o património do seu irmão, a fim de este tomar ordens sacras (o qual consistia no “*rendimento do prédio Viltuxenoichem Gorbatta*”, doado por escritura de 26 de outubro de 1884); casou com Ana Maria Esmeralda de Sá; e **(ii) padre Francisco Xaveriano Caetano Lucas da Visitação de Maria de Sá**, nascido em Candolim, onde foi batizado no dia 26 de dezembro de 1862.

¹⁶⁵⁵ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 160.

¹⁶⁵⁶ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 160 e 161. Casou com António Isidoro de Sousa, de Aldoná.

¹⁶⁵⁷ Cfr. *supra* ponto 6-III-1), a). O major de artilharia Xavier Pinto reformou-se em 1871, era “*cavalleiro de S. Bento de Aviz por Decr. de 7 de fevereiro de 1862; condecorado com a medalha militar de prata, correspondente a bom e exemplar comportamento, por Port. de 10 de abril de 1869; fidalgo cavalleiro e moço fidalgo com exercicio por Alv. de 17 de março de 1866*” – id., ibid., 161.

Foram filhos deste casal:

- a) **Durante Faustino da Gama Pinto**, advogado *provisionário*. Nasceu em Anjuna no dia 13 de março de 1853 e morreu a 3 de outubro de 1917. De acordo com um dos biógrafos da família, “*foi advogado muito considerado e era orador fluente, representando um ramo da família Pinto, de Candolim, enxertado na família Gama, de Anjuna*” – Cunha, António Maria da (1925), 154. Casou com D. Cecília Maria dos Prazeres da Cunha – veja-se o título Cunha, de Arporá, ponto 7-XIII. Tiveram quatro filhos: **(i) D. Delmira Carolina Augusta Lucrécia da Gama Pinto**, que nasceu em Arporá a 30 de outubro de 1884 e casou em Pangim a 3 de fevereiro de 1901 com José Agostinho Xavier – veja-se o título Xavier, de Loutolim, ponto 9-VI); **(ii) José Joaquim Francisco Miguel Sebastião Olêncio da Gama Pinto**, médico, casado com D. Maria Celisa Edla da Costa e Quadros, de quem teve descendência – veja-se o título Quadros, de Loutolim, ponto 4-VII-1), e); **(iii) Miguel Emérico Sebastião Francisco da Gama Pinto**, que nasceu no dia 5 de novembro de 1888 e morreu a 28 de agosto de 1907, quando estava a frequentar o curso de medicina militar em Bombaim; e **(iv) D. Alice Leolinda Maria dos Prazeres da Gama Pinto**, nascida a 8 de março de 1891 e casada com António da Silva Botelho, professor da St. Paul’s School de Belgão, de quem teve geração;
- b) **Miguel Cursino da Gama Pinto**, que também foi advogado *provisionário*. Nasceu em Anjuna no dia 28 de dezembro de 1867 e morreu em Pangim a 11 de maio de 1945. “*Depois de obter a provisão para advogar, exerceu a sua profissão no concelho de Bicholim e mais tarde, em Nova Goa. Nos últimos anos da sua vida viveu em Verém*”. Deixou publicados alguns trabalhos diretamente relacionados com a sua atividade profissional – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 19 e 20.
- c) **Cordato Francisco Miguel Pinto**;
- d) **Eslanda Virgínia da Conceição Pinto**, a qual casou com Victor Caetano António Condorcet Ferreira, filho de João Filipe Ferreira, dos de Corjuém, advogado *provisionário* em Pangim e proprietário da ilha de Ponelem. Consulte-se o título Álvares de Margão, Abreu da Piedade, Baptista de Loutolim e Ferreira de Corjuém, ponto 3-VII-2), a).
- e) **Jessé Miguel Pinto**
- f) **Joaquim Condillac Pinto**
- g) **Francisco João Pinto**

sendo batizado 15 dias volvidos. Morreu em 1873, já viúvo, na aldeia natal da sua mulher, sem geração, deixando como herdeiro seu irmão Álvaro José Xavier. Casou D. Ana da Graça Pinto, de Saligão;

c) Padre Pascoal Pinto, nascido a 19 de março de 1764, *“viveu na caza paterna, e faleceu em 3 de março de 1829, instituindo seus herdeiros os seus irmãos solteiros José Joaquim Pinto, e Antonio João Pinto”*;

d) Clara Esperança Pinto, a qual nasceu no dia 6 de janeiro de 1765 (foi batizada a 13 por frei Estácio de Cristo) e morreu solteira, de provecta idade, em 1854, deixando testamento no qual nomeava herdeiros os seus sobrinhos Álvaro José Xavier Pinto e Augusto Silvério Pinto;

e) Josefa Agostinha Pinto, que nasceu a 28 de agosto de 1768, tendo morrido em 1850. Casou com o capitão de milícias José Maria da Cunha, de Arporá, provedor do concelho de Bardez em 1835, filho do mestre de Campo António Caetano da Cunha e de sua mulher Páscoa Ribeiro (esta de Pilerne, aquele de Arporá), de quem houve geração, que indicamos no capítulo respetivo¹⁶⁵⁸;

f) José Joaquim Pinto, nascido no dia 14 de outubro de 1771, foi batizado a 21, tendo por padrinho o capitão de cavalaria Manuel Inácio de Carvalho. De acordo com Rivara e Júlio Gonçalves, *“foi major d’infanteria do exercito de Puném, da divizão do general Joaquim Luiz Antonio Vaz (o qual era casado com a sua parente Joana Francisca Pinto¹⁶⁵⁹), que (numa missiva reproduzida pelos mesmos autores) se dirige a elle, como seu “honrado capitão e verdadeiro militar”. Faleceu solteiro em 7 de junho de 1854, instituindo por herdeiro de mão commum com seu irmão Antonio João Pinto (possuidores de tres quintos dos bens não vinculados de toda a caza originaria) seu segundo sobrinho Fernando Claudio da Cunha¹⁶⁶⁰, affilhado do mesmo Antonio João, com clauzula de “se estabelecer na dita caza, sustentar o culto da capella, e usar do appellido = Pinto = logo que perfizesse a idade de 20 annos”, o qual Fernando Claudio ora advogado em Nova Goa, comprou aos herdeiros de João Xavier Pinto e Clara Esperança Pinto, os dous quintos que tinham nas ditas caza, capella, e mais bens; constituindo-se assim unico possuidor do primitivo estabelecimento, e cazou em 1867, com D. Albina Ernestina Gonçalves, filha de Caetano Francisco Gonçalves, cavalleiro da Ordem de Christo por decr. de 26 de outubro de 1858, antigo advogado, e fidalgo cavalleiro e moço fidalgo com exercicio por Alvará de 23, 26 e 27 de abril de 1872, natural de Navelim de Divar, e residente em Nova Goa, e de sua mulher D. Mariana Henriqueta de Figueiredo, bisneta legitima de Pedro Antonio Alvares, mestre de campo de Auxiliares de Salcete, e escudeiro, e cavalleiro fidalgo por Alv. de 10 de março de 1803, com brazão de armas por Alv. de 29 de março de 1798”¹⁶⁶¹*. António Maria da Cunha reproduziu o referido testamento de José Joaquim Pinto, do qual transcrevemos as passagens relativas à sucessão da casa dos Pinto: *“Saibam quantos este meu Testamento ou disposição da minha ultima e derradeira vontade virem, que no anno do Nascimento do nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos cincoenta e quatro, aos tres de Junho nesta Freguezia de Candolim e nas cazas da minha morada, estando eu José Joaquim Pinto algum tanto incomodado de saude mas receioso da morte, em vista da minha avançada idade deliberey fazer o meu Testamento e o faço do modo seguinte:*

h) Drossuet Pinto

i) José Orfino Pinto

¹⁶⁵⁸ Consulte-se o título Cunha, de Arporá, ponto 5-II).

¹⁶⁵⁹ Cfr. *infra* pomnto 7-XI).

¹⁶⁶⁰ Veja-se no mesmo título o ponto 7-II.

¹⁶⁶¹ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 158 e 159; veja-se o título Gonçalves, da Piedade, ponto 7-III).

Primeiramente digo que sou Christão Catholico Romano (...). Secundariamente digo que sou filho legitimo e solteiro de Salvador João Pinto, e Celestina Maria Luiza de Lima, e por conseguinte não tenho herdeiros necessarios instituo por meu herdeiro universal de tudo quanto tenho e possuo, possa ter e me pertencer por qualquer via a Fernando Claudio Sebastião do Rozario Cunha, filho do meu sobrinho Francisco Caetano da Cunha de Arporá, ao qual meu herdeiro adopto por meu filho e peço a seus Paes, que levando a bem esta minha adopção a que recorri pelo extremo affecto que tenho a familia deste meu sobrinho, consintão ainda se chame Pinto. Item declaro que o sobredito meu herdeiro será obrigado a morar e se estabelecer nesta minha Caza, afim de deixar subsistida a minha memoria em sua pessoa e de cuidar de Capella e Caza, e porque elle está em menoridade e sob o patrio poder os seus bens serão administrados por seus Paes aos quais durante a menoridade delle, ou até se estabelecer nesta minha casa deixo o usufructo de todos aquelles bens autorizando-os a fazer o uso, que lhes parecer mais proprio e util ao meu herdeiro cujo bem estar he objecto, que me occupa. Item declaro que na hypoteze de que o meu sobredito herdeiro venha a falecer sem estabelecimento permanente, e sem descendentes, passarão todos os meus bens a seu Mano Francisco de Sales filho do dito Francisco Caetano que igualmente será obrigado a morar nas minhas cazas e ahi se estabelecer visto que minha intenção he que fique e perpetue nesta descendencia a minha memoria como acabei de ponderar. Item declaro que no cazo tambem de vir a falecer este sem estabelecimento permanente os bens passarão a outro seu mano Joaquim Manoel Sebastião Maria filho do referido meu sobrinho Francisco Caetano da Cunha o qual da maneira declarada se estabelecerá nesta minha caza. Item declaro que meu Mano Antonio João, ora falecido me instituiu por seu universal herdeiro e no mesmo Testamento, que era de mão commum havia eu nomeado-o para encartar-se do Prazo de livre nomeação Foreiro a Fazenda Publica por nome Dualanchy Nomoxy vulgo Salicho Vaddo sito nesta de Candolim, e por não ter effeito esta nomeação a faço agora em meu sobredito herdeiro, Fernando Claudio Sebastião, que se encartará do mesmo prazo, e disporá delle como sua propria cousa e como parte da minha herança com declaração porém de vindo a falecer sem descendentes passára o mesmo Praz a seu Mano Francisco de Sales e com a morte deste tambem sem descendentes a outro seu Mano Joaquim Manoel Sebastião Maria. Item declaro que a minha Irmã Clara Esperança tambem me instituiu por seu universal herdeiro, cujos bens passarão ao dito meu herdeiro Fernando Claudio, que os possuirá como parte da minha herança, e tambem se encartará do Prazo de livre nomeação Foreiro a Fazenda Publica, por nome(s) Gonguiacho Orco e Santixeachem vão, sitos nesta de Candolim que possui ella em virtude da carta de successão e confirmação de nove de Julho de mil setecentos noventa e seis e os transmittirá no cazo de falecer sem estabelecimento a outros seus Manos do modo, que em cima se á dito (...)”¹⁶⁶²;

g) António João Pinto, que de comum acordo com José Joaquim Pinto, deixou como herdeiro de 3/5 da casa original dos Pinto de Candolim o seu sobrinho e afilhado Fernando Cláudio da Cunha Pinto. Nasceu em 22 de julho de 1744 e faleceu no ano de 1852. Durante a efêmera prefeitura de Bernardo Peres desempenhou funções de sub-prefeito de Diu (em 1835)¹⁶⁶³;

6-III-2) Francisca Rosaura Pinto, a qual nasceu em 14 de janeiro de 1737. Foi batizada 3 dias passados “*pelo padre José Vieira, da Companhia de Jesus, procurador do Malabar, sendo reitor de Candolim Fr. Gonçalo de S. José*”. Casou na capela da casa familiar (N. S. dos Agonizantes), em Candolim, no dia 3 de fevereiro de 1750, com António José Martins, de S. Matias (Divar),

¹⁶⁶² Cunha, António Maria da (1925), 82 e ss.

¹⁶⁶³ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 159.

“neto e herdeiro de Manuel Martins, escudeiro e cavalleiro fidalgo por Alvará de 29 de março de 1680, e natural de S. Mathias”. O casamento revestiu-se de bastante solenidade, tendo a cerimónia sido celebrada, *“por commissão do arcebispo D. Fr. Lourenço de S. Maria”, pelo “conego Victorino Cardozo Mainarte, com assistencia dos conegos Manuel Gomes, e João Barboza Coelho, e do védor Francisco de Campos Coelho, sendo reitor de Candolim Fr. Manuel da Graça”*¹⁶⁶⁴. cremos que não houve geração deste enlace;

6-IV) Padre Pascoal Pinto, que é o presbítero a quem usualmente se atribui a autoria de parte das informações utilizadas pelo marquês de Pombal na elaboração das instruções de 1774: *“nascido em 26 de março de 1718; foi sacerdote, e familiar do Santo officio; e sustentou grande lucta com o arcebispo D. Francisco d’Assumpção e Brito, contra quem representou para Portugal, constando que a origem disto foi vir o arcebispo em vizita á capella da caza Pinto, em Candolim, e achando-a no maior aceio e ordem contra o que elle desejava, lançar mão a um sanguinho (ie, de um pequeno pano que se usa na missa para limpar o cálice, depois da comunhão), como velho e imprestavel, só com o fim de se servir delle como corpo de delicto contra a capella; e que o padre Pascoal lhe respondêra então que “era mais facil fazer sahir S. Ex.a desta terra do que o sanguinho para fóra da sachristia”.* Tinha correspondencia directa com o Conde de Oeiras, depois Marquez de Pombal, assim como com os membros do conselho geral do Santo-officio de Lisboa. Em 1762 dirigiu áquelle ministro uma petição em carta fechada (de que foi portador o dito chanceller João da Silva de Menezes Lobo), *“para que fizesse executar e pôr em pratica a pragmatica que Sua Magestade publicou a favor dos naturaes, mandando que com effeito os mettesse na posse de todas as occupaões e postos que ocupam os senhores Portuguezes nesta terra, visto que são admittidos nella muitos chinas, mulatos e outros*¹⁶⁶⁵, *que se julgam da raça dos ditos senhores, havendo naturaes nobres e luzidos que empregados nas ditas occupaões, hade ficar a monarchia do nosso rei mais avultada, e este Estado ter vassallos habilitados para o seu serviço”;* e na dita supplica dizia tambem *que no caso de o Conde estar de animo de a deferir, “preferisse alguns sugeitos mais capazes della nas occupaões em que fossem providos, para que principiando pelos mais luzidos, os mais se animem a pretendel-as*¹⁶⁶⁶; *“e que o mesmo se praticasse no ecclesiastico, pois “ha muitos clerigos nesta terra muito luzidos, graves, e nobres, melhores que muitos conegos, termos em que pedia que se admittissem nas conezias clerigos naturaes, mandando com effeito provimentos a alguns, feitos do Reino para entrarem nas vacancias dos conegos primeiro falecidos, em que podiam ser nomeados o padre Lucas Soares, de Sirulá de Bardez, e os padres José Pedro Collaço, e Nazario Caetano Collaço, de Rachol, clerigos que podem encher o dito lugar com luzimento, vindo providos do Reino”.* Parece que esta petição foi atendida, pois é posterior a ella a providencia regia neste sentido, e a effectiva entrada na conezia do primeiro clerigo natural, o padre Nazario Collaço, que chegou a chantre da Sé primacial¹⁶⁶⁷. O padre Paschoal Pinto viveu na caza paterna em companhia dos irmãos até á separação de Ignacio Pinto, a quem acompanhou depois, e em cuja caza faleceu em 1788, a 4 de novembro, instituindo um vinculo, em que succedeu seu sobrinho Joaquim Bernardo Pinto”¹⁶⁶⁸;

6-V) INÁCIO PINTO, que segue;

6-V) INÁCIO PINTO, que continua; o qual nasceu no dia 26 de setembro de 1723, sendo batizado a 3 de outubro do mesmo ano. Morreu, também em Candolim, no dia 16 de fevereiro de 1797. *“Foi familiar do Santo-officio desde 1745, thezoureiro geral da Bulla da Santa Cruzada; e teve o brazão de armas (...) por Alvará de 6 de abril de 1770, com a mercê e tença do habito de Christo para nelle professar, a cujo respeito se encontram os seguintes periodos no registo de uma carta, que elle escreveu ao licenciado Luis Manuel Tavares na monção de 1771: “O mesmo amigo José de Oliveira me entregou tambem o canudo, em que vieram inclusos os brazões,*

¹⁶⁶⁴ Id., ibid., 152.

¹⁶⁶⁵ Sublinhado no original.

¹⁶⁶⁶ Sublinhado no original.

¹⁶⁶⁷ Note-se, porém, que o padre Pascoal Pinto se refere a um Nazário Caetano Colaço enquanto que o cónego e chantre da Sé a que Rivara alude é Nazário Francisco Colaço, cujo testamento localizámos e reproduzimos em anexo. Consulte-se o anexo II: testamentos – N15.

¹⁶⁶⁸ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 148 e 149.

que a sua diligencia nos remete; e ao mesmo passo que fiquei contente com a dita remessa, me desgostou o senhor governador deste Estado, porque mandando-lhos eu para elle vêr, entrou a duvidar da sinceridade do meu requerimento nessa côrte para o seu alcance, fundando-se em dizer que vinha expressado nelles ser eu e o meu irmão oriundos dos fidalgos de Portugal, e que na realidade não era, e que por isso devia elle averiguar a equivocação das palavras; mandei-lhe a justificação que ainda tinha em caza, semelhante á que V.m. remetti; respondeu não duvidar da verdade de nossa parte, e que poderia ser que o nosso procurador, para nos lisongear, lá justificasse aquella circumstancia; e replicando-lhe que S. Ex.a poderia examinar as testemunhas, que cá estavam as mesmas que depuseram em Portugal, disse que não duvidava tambem já da verdade do requerimento; porém que com o parecer do desembargador secretario me resolveria hoje; e como ainda não chegaram á minha mão os ditos brazões, e ainda que venham desembaraçados não me faz conta assim tê-los; por isso peço a V.m. que, tomando de novo trabalho, e interpondo todo o seu valimento, me consiga novas proviões com clauzulas mais expressivas, porque aquellas palavras equivocadas farão suspeitosos o nosso requerimento e a nossa verdade, e a sua inteireza em opiniões, por ser esta uma terra bem farta de invejosos; remeto tambem umas atestações de pessoas fidedignas para fazer a nova provança sendo necessario; e V.m. para isso se valerá do mesmo amigo José de Oliveira, que lhe dará todas as testemunhas que forem precisas; e deve V.m. attender muito neste negocio, por ser materia em que interessa muito a nossa honra, e a verdade de V.m., porque tambem pode ser que quando hoje não me resolve o dito governador, dê elle alguma parte a Sua Magestade sobre isso, o que tudo deve V.m. observar, porque no tempo presente o zêlo de justiça muitas vezes cahe sobre o que não tem culpa. Supponho que V.m. me terá já feito a remessa do habito em termos que me possa professar, como elle cá chegar; e no caso que não tenha concluido a diligencia por falta de folha corrida, esta tambem lh'a remetto em termos, authentica, para V.m. se valer della, e remeter-me o dito habito para nelle professar, e ficar assim a V.m. mais obrigado”. Vê-se, porém, de outra carta que o mesmo Ignacio Pinto escreveu em 1772 a Domingos Ribeiro Neves, e da que dirigiu em 1773 ao padre mestre Fr. João Baptista de S. Caetano, que até esse anno não haviam tido cumprimento os ditos padrões de brazão, apesar de que “o secretario passado que foi para a côrte, e o presente que aqui estava, repetidas vezes seguiu ao senhor governador haver minima irregularidade nelles que duvida faça, e sem embargo disso, promettendo entregar, ainda dissimulando, o que attribuia ao pouco gosto que faz de vêr alegres os seus proximos, e não gostar muito do bem alheio; e os tem em seu poder athé virem outros com a clareza pedida”. Porém depois foram mandados cumprir, segundo consta a fl. 152 do Liv. 2.º do registo dos requerimentos das partes da secretaria da India. (...) Viveu Ignacio Pinto em companhia dos seus irmãos na caza paterna (...), na qual se manteve até meados dos anos sessenta, tendo lá nascido parte dos seus filhos (os dois do primeiro casamento e os dois primeiros do segundo). No entanto, “depois de 1767, se separou de seus irmãos, e pôz nova caza de magestosa apparencia e gosto segundo o risco dado pelo engenheiro Felipe Catalani, que sendo encarregado por ordem do governador D. João José de Mello das obras da abertura do fosso por fora da muralha da praça d’Aguada, foi ajudado nos trabalhos d’aquella pelos dous irmãos Pintos, cujo era, e respectivo terreno, do seu palmar denominado = Ançalém batta =, mandado arrasar em tempo do seu avô Paschoal Pinto por Gaspar Bayão, commandante da praça, com reprovação do Vice-Rey Conde de Alvôr, mas sem indemnisação alguma. Nessa nova caza, que foi a 3.a dos Pintos em Candolim desde a origem até essa epocha, teve Ignacio Pinto os restantes filhos, sobrevivendo ali á infelicidade, que envolveu dous delles”¹⁶⁶⁹.

Inácio Pinto casou em primeiras núpcias com Ana Maria Colaço, a qual morreu no dia 13 de março de 1748, de quem houve dois filhos:

7-I) Manuel Filipe Pinto, nascido no dia 2 de maio de 1743, foi batizado a 10 do mesmo mês e ano. Faleceu prematuramente a 25 de fevereiro de 1758;

7-II) Anastácia Pulquéria Pinto, a qual nasceu no dia 27 de outubro de 1746, sendo batizada a 3 do mês seguinte “por Fr. João da Madre de Deus com assistencia dos conegos, familiares do arcebispo Santa Maria”¹⁶⁷⁰. Estes dados são confirmados no processo de habilitação para familiar do Santo Officio do seu

¹⁶⁶⁹ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 149 e ss.

¹⁶⁷⁰ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 152.

genro José João Monteiro¹⁶⁷¹, onde se esclarece que foi apadrinhada por António João Pinto e Joana de Sousa. Morreu a 2 de novembro de 1788, com testamento feito e aprovado¹⁶⁷². Casou em Candolim no dia 14 de maio de 1759, em cerimónia presidida pelo padre fr. Manuel Eusébio dos Mártires, provincial dos observantes, com o advogado *da corte* Luís Caetano de Lima. Este era natural de S. Bartolomeu do Chorão e filho de Lucas de Lima e de Antónia de Albuquerque. Tiveram descendência¹⁶⁷³;

Após enviuar, passou Inácio Pinto a segundas núpcias com D. Margarida Rodrigues. Esta era filha de José Nicolau Rodrigues e de Águeda Ângela Liberata Colaço, de S. Matias de Divar.

Margarida Rodrigues era irmã de, pelo menos:

- (i) **Padre Caetano Xavier**, da congregação do Oratório, o qual fez testamento a 28 de maio de 1774, a que fazemos alusão em apêndice a este trabalho¹⁶⁷⁴;
- (ii) **António Caetano de Alcântara Rodrigues**. Este, médico por carta de 1805, foi físico-mor de Moçambique e casou com Ana Clara Gonçalves, filha de Luís Manuel Gonçalves e de D. Bernardina Esperança Peres da Silva¹⁶⁷⁵. Tiveram apenas um filho, **José Nicolau**, que morreu solteiro;

Foram filhos do segundo enlace de Inácio Pinto:

7-III) Padre João Baptista Pinto, que nasceu no dia 29 de julho de 1758, sendo batizado por fr. Francisco de S. Diogo e apadrinhado pelo inquisidor Manuel Marques de Azevedo. Tendo sido um dos acusados no processo que se seguiu à conjuração de 1787 foi preso e assim remetido para Lisboa no ano seguinte, de onde retornou a Goa, já amnistiado, em 1807;

7-IV) Manuel Caetano Pinto, nascido a 19 de outubro de 1758 e batizado 8 dias passados pelo padre mestre João de Oliveira, “*capellão da náó do Reino, natural de Bemfica*”. Optando pela vida militar “*assentou praça de cadete no regimento do brigadeiro Henrique Carlos Henriques em 1.º de março de 1775; altura 3 pés, cabêllo prêto, olhos pardos; passou a porta-bandeira em 25 do dito mez e anno; a alferes da Legião de voluntários em 1.º d’abril de 1777, e a tenente da mesma Legião em 1780*”. Foi, à semelhança do seu irmão João Baptista, considerado cúmplice na conjuração que veio a ser conhecida pelo nome da família de ambos. Tal valeu-lhe a condenação associada a uma dura pena de morte: “*a que com baraço e pregão sejam levados, arrastados a caudas de cavallos, pelas ruas da cidade até o lugar das forcas, que serão levantadas, e que nellas morram de morte natural para sempre, e que em vida lhes sejam decepadas as mãos, e depois de mortos as cabeças espetadas em postes as cabeças até que o tempo as consuma; e que os seus corpos sejam feitos em quartos, e pendentos em outros altos postes fiquem expostos até que tambem o tempo os consuma, pelos lugares publicos das ilhas de Goa, e provincias de Salcete e Bardez; e assignam especialmente as aldeas de Candolim, Nerul, donde são naturaes, e as aldeas de Pilerne, Piedade, Mandur, e Nagoá*”¹⁶⁷⁶;

7-V) Humiliana (ou Emiliana) Pinto, que nasceu no dia 30 de maio de 1760, sendo batizada a 6 de junho por fr. Álvaro de S. Boaventura, por comissão do então reitor de Candolim fr. João de Santa Quitéria. Professou em Santa Mónica em 1773 (“*como se conhece por uma carta de seu pae Ignacio Pinto, escripta na monção desse anno ao seu correspondente de negocio em Lisboa, José Jélama (sic)*”), onde foi – beneficiando certamente das diligências ordenadas desde Goa pelo seu pai e tios junto dos

¹⁶⁷¹ Veja-se o título Monteiro, de Candolim, ponto 9-III).

¹⁶⁷² Consulte-se o anexo II: testamentos – N9.

¹⁶⁷³ Consulte-se o título Lima, de Chorão, ponto 4-VI-1).

¹⁶⁷⁴ Consulte-se o anexo II: testamentos – N3.

¹⁶⁷⁵ Veja-se o título Gonçalves, da Piedade, ponto 6-III).

¹⁶⁷⁶ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 26 e 27.

respetivos procuradores em Goa e (a crer nos testemunhos da época) na simpatia demonstrada pelo marquês de pombal pelas elites *naturais* católicas goesas – freira de véu preto;

7-VI) JOAQUIM BERNARDO PINTO, que segue;

7-VII) José António Pinto, que nasceu em Candolim no dia 2 de março de 1764. Foi “*baptizado aos 10 pelo padre Pedro Caetano Ribeiro, sendo padrinhos o promotor do Santo-officio José Antonio Ribeiro da Motta, e Victoria Luiza Rodrigues, da freguezia da Piedade, de Divar, e foi o primeiro que se baptizou na nova capella do baptisterio da igreja de Candolim*”. Morreu em 29 de julho¹⁶⁷⁷ de 1834. É um personagem de considerável importância para se compreender as alianças dos Pinto nos finais do século XVIII e, também, as acusações que lhes eram lançadas: achava-se em Portugal no ano da conjuração – podendo, assim, servir de *longa manus* aos seus parentes e correligionários revoltosos em Goa junto do governo. Aqui chegara vindo de França e daqui regressou à Índia. Ao chegar ao subcontinente, ingressou nos exércitos maratas e não nas forças armadas do Estado. Aí construiu uma sólida reputação: “*Em 1787 achava-se em Portugal, e nesse mesmo ano passou a França. Estudou, ao que parece, em Roma, antes de 1799, e entrou no serviço militar de Puném, onde se distinguio, mórmente na ultima guerra, em que o Peixuá foi destroçado pelos inglezes. Chegou a tenente coronel de cavalaria, e foi gravemente ferido na ultima campanha de Solapoor em 10 de maio de 1818. Largado como morto no campo, poudes salvar-se; e recolhendo-se a Goa, consta que recusou o cargo de lente da Academia militar de Goa, que na criação della lhe offerecia o Vice Rey Conde do Rio Pardo; assim como consta que também recusára entrar no serviço dos inglezes, que o convidavam a elle; vivendo já retirado, e applicado á agricultura, de que tinha especiaes conhecimentos, e livros escolhidos que trouxera de França, alem de ser bem instruido nas linguas franceza e italiana; introduziu moinhos para extrahir da canna o assucar, como ainda se vêem na aldea Saligão. (...) Fallam delle com louvor os auctores inglezes Grant-Duff na Historia dos Marathas e Wallace nas Memorias da India, chamando-lhe Major*”. Vicente de Abreu dedica-lhe uma nota biográfica bastante desenvolvida na sua *Noção de alguns filhos distinctos da India Portuguesa*. Começa por referir que o texto em questão era “*reproducção da biographia que publiquei no ultramar n.º 747 de 25 de julho de 1873: como já disse no § LVII e á qual precedeu a seguinte correspondencia, que aqui vai, com algumas rectificações*”. Assim: “*Illm.o sr. redactor do Ultramar. – Folgo de remeter a v. tres artigos que dão noticia pormenor, se bem que incompleta, d’um distincto patricio nosso, o tenente-coronel José Antonio Pinto, da aldea Candolim de Bardez, avivada no estrangeiro por um investigador de Bombaim (vide doc. n.º 1.) e respondida por outro patricio, o doutor José Gerson da Cunha (vide doc. n.º 2.) como parente collateral do mesmo Pinto e actualmente tambem residente em Bombaim, honrandonos naquella cidade tanto pela sua illustração, como pela posição que occupa. O terceiro artigo é um esboço biográfico do mesmo Pinto (doc. n.º 3). Sr. redactor. Foram dois irmãos (José Antonio Pinto, e Francisco Caetano Pinto) os que militaram no exercito do Peshwa Bagi Rau, dominante de Puném, no primeiro quartel d’esto seculo, e alem destes tivemos o general Joaquim Luiz Antonio Vas, natural de S. Mathias das ilhas de Goa, que estudou tambem na Europa, como José Antonio Pinto e morreu n’um combate ou escaramuça que houve entre elle e os feudatarios do dominante de Puném sobre os limites das terras a elles consignadas e ao dito Vas por occasião da percepção das suas rendas; e varios officiaes, como o capitão Marcos Gonçalves e os tenentes Antonio Vicente Cabral meu coaldeano da Piedade, José Joaquim Pinto de Candolim de Bardez, Vicente Frias, e o alferes Camillo Antonio da Cunha (tio paterno do sr. Gerson) ambos de Arporá de Bardez, e alguns mais pertencentes a familias principaes de Goa; – mas como para o meu caso vem só ampliar o artigo do dito meu amigo e dar detalhes mais noticiosos acerca de José Antonio Pinto, neste intuito envio a v. só um breve esboço daquelle distincto varão, que eu escrevera por informações fidedignas para lhe dar destino differente. A v. que já tem publicado com o seu louvavel patriotismo artigos deste genero no seu mui lido jornal, espero merecer o favor desta publicação, com que dará occasião para a geração actual de Goa, que não fôr lida nos jornaes inglezes, saber do importante papel que representaram no paiz estrangeiro muitos*

¹⁶⁷⁷ Ou junho, segundo Vicente de Abreu.

dos nossos compatriotas e especialmente o tenente coronel José Antonio Pinto vulgarmente conhecido nas historias inglesas com o nome de Major Pinto; no que me deixará muito obrigado. – De v. &c. – Nova Goa 18 de julho de 1873 – Miguel Vicente d'Abreu”. De seguida passa para o esboço biográfico propriamente dito (infelizmente, não reproduziu a carta de Gerson da Cunha, de que remeteu cópia para a redação de “O Ultramar”): “foi filho de Ignacio Pinto natural de Candolim da comarca de Bardez e condecorado com o brasão d’armas pelo alvará régio de 6 d’abril de 1770. Nasceu em 2 de março de 1764. Em tenra idade de 12 para 13 annos partiu para Portugal e chegou no tempo em que estava na côrte influindo o seu patricio o p.e Caetano Victorino de Faria, natural de Colvale, e dali passou a Roma, onde fez seus estudos das humanidades e das sciencias mathematicas; viajou por algumas notaveis capitais de Europa, adquirindo varios conhecimentos theoricos e práticos, e estando de volta de Pariz para Goa em 1787 soube das desordens e perseguições aqui havidas contra a sua familia, e receiando iguaes vexames, visto que alguns dos seus proximos relacionados eram considerados como coniventes na chamada sublevação dos Pintos, não quis permanecer no seu paiz natal, e se dirigiu para Puném fazendo ahi companhia a outros patricios seus conterraneos e parentes que o convidaram e figuraram no exercito do grande Peshwa Bagi Rau. Em Puném chegou pelo seu talento, saber, e valor militar a ganhar o posto de tenente-coronel de artilheria, e como um dos melhores cabos de guerra temido e respeitado pelos seus iguaes e superiores (generaes hindús). Em 1818 quando o chefe dos marathas Bagi Rau e seus generaes Goclea, Scindia, e Golcar estavam descançados e perfeitamente imprevistos, em vista dos precedentes felizes de sairem vencedores dos seus inimigos, os inglezes, em algumas pequenas escaramuças e combates parciais, tomaram-os de surpresa os ditos inimigos, e com suas tropas bem disciplinadas e artilhadas com grossa artilheria de grande alcance senhorearam-se do territorio de Puném, concorrendo muito para este triste desenlace o general em chefe Bapu Goclea, falto de tactica, imprudente, precipitado e desconfiado dos officiaes christãos, com quem recuava (sic) partilhar a gloria do plano de guerra, que o seu dominante Bagi Rau lhe confiára. Com a perda da batalha ficou o campo de Bagi Rau alastrado de montão de mortos e feridos (officiaes e soldados), e o tenente-coronel Pinto, que tambem levava graves cutiladas, foi reputado morto, e como tal o deram e dão ainda muitas historias inglezas contemporâneas. Mas o facto foi que José Antonio Pinto bastante molestado poude conservar a sua vida alguns dias confundido com os mortos; e apenas que chegou a respirar, safou-se de Puném e veio com uma companhia de honra e um estadão de cavallos e elefantes para Goa, largando em Puném a sua grande fortuna e terras que usufruia. Dotado de altos brios, filhos de elevada educação e de character independente, em que ficou amestrado em escolas de Europa, soffreu em Goa aquelle nosso compatriota grandes apuros, mas acabada a guerra de Puném, nem directa nem indirectamente procurou obter a pensão que a companhia ingleza concedera aos officiaes do dominante Bagi Rau, e effectivamente tiveram muitos dos generaes e officiaes hindus daquelle potentado. Não ficou em ocio o tenente-coronel Pinto em Goa, – instruido e fallando, fluentemente, alem do portuguez e concani, 4 linguas estrangeiras – franceza – italiana – maratha e industani introduziu entre os seus patricios o gosto ás linguas estranhas, e principalmente deu lições de lingua franceza e das sciencias mathematicas, escusando-se modestamente de aceitar d’uma cadeira de lente da antiga academia militar e então nova e primorosa filha do illustre vice-rei conde do Rio-Pardo que elle queria prover de melhores lentes e professores, como era de certo o dito José Antonio Pinto. Alem disto promoveu tambem e animou a cultura em grande escala do algodão e café nas terras das Novas Conquistas comprando ahi um vasto terreno e generalisou no areal da comarca de Bardez a plantação da canna de assucar em que deixou um padrão immortal aos agricultores de Saligão, ensinando-lhes a manufactura do mesmo assucar que até hoje ahi prospera (...)”¹⁶⁷⁸

O corte de relações com o passado nos exércitos maratas não foi semelhante no caso dos dois irmãos Pinto. Por um lado, José António – o qual lograra atingir uma patente mais elevada nas fileiras de Bagi Rau, o que lhe valera relações azedas com outros oficiais do mesmo que encarariam com alguma reserva o facto de ser católico, e fora dado como morto em campo de batalha – “apenas que tornou a respirar”

¹⁶⁷⁸ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 79 e ss.

regressou a Goa a toda a brida. Deixou consequentemente para trás o grosso pecúlio que amealhara. Esta opção valeu a que uma vez em Goa sofresse “*grandes apuros*”. No entanto, jamais procurou posteriormente qualquer compensação: “*acabada a guerra de Puném, nem directa nem indirectamente procurou obter a pensão que a companhia ingleza concedera aos officaes do dominante Bagi Rau, e effectivamente tiveram muitos dos generaes e officiaes hindus daquelle potentado*”¹⁶⁷⁹. Por outro lado, lado, Francisco Caetano Pinto beneficiou da benesse concedida pelos vencedores britânicos e “*teve a pensão annua de 2500 rupias chirinas que percebeu até a sua morte em 28 de março de 1830 e depois delle a metade da mesma pensão recebeu a sua viuva*”. Não foi o único: ainda segundo Vicente de Abreu, o tenente António Vicente Cabral, voltando de Puném à Divar natal, “*recebeu igual pensão annua de 1250 rupias até a sua morte*”¹⁶⁸⁰.

Note-se porém que, de acordo com Rivara e Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves, a disparidade de tratamento, por parte dos vencedores britânicos, entre os dois manos Pinto não se deveu tanto à atitude mais íntegra de José António (o qual teria recusado a aceitar qualquer pensão atribuída pelos inimigos), mas sobretudo ao facto de Francisco Caetano, dando mostras de “*humanidade*”, ter salvo dois oficiais ingleses que haviam sido capturados pelas forças maratas¹⁶⁸¹.

José António Pinto casou com D. Anastácia Augusta de Sousa, nascida em Siolim, de quem houve:

7-VII-1) Inácio Maria Pinto, o qual casou com Carlota Joana Colaço, de Rachol. Nasceram deste casamento:

a) Maria Augusta Pinto, que veio a casar com o seu primo Luís Miguel Pinto, filho de Francisco Caetano Pinto e de Carlota de Sousa¹⁶⁸²;

b) Ana Maria Pinto, casada que foi com Manuel António do Rosário Afonso Dantas, de Pangim, filho do médico António Caetano do Rosário Afonso Dantas, “*director do hospital militar, e lente da escola medico-cirurgica de Goa*”. Tiveram apenas um filho, que morreu “*já adolescente*”¹⁶⁸³. Rosário Dantas foi um dos clínicos mais conhecidos da sua época no Estado. Nasceu em Sirulá e, a par da clínica privada, trabalhou no Hospital Militar¹⁶⁸⁴ na qualidade de cirurgião de fragata. Integrou em paralelo o conselho de saúde militar de Goa. O prestígio que alcançou e as funções que exercia levaram a que fosse convidado pelo governador barão de Candal a integrar uma comissão destinada a organizar um novo regulamento de saúde do Estado¹⁶⁸⁵. Nomeado professor da Escola Médico-Cirúrgica mediante portaria de 29 de Novembro de 1842, foi já ocupando esse lugar que publicou um pequeno trabalho no qual se procurava destacar a sua já longa experiência clínica¹⁶⁸⁶. E é graças a essa única publicação que dispomos de algumas notas biográficas suplementares enviadas por Rivara para complemento da entrada relativa Rosário Dantas no *Diccionario* de Inocêncio: “*Era Medico habilitado no Hospital de Goa, com carta passada pelo Governo geral do Estado, na fôrma antigamente usava. Curava nas casas principaes da capital da India, e em certos dias do anno recebia na sua a côrte, e principal fidalguia de*

¹⁶⁷⁹ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 81. Veja-se também o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Pinto, de Candolim, ponto 7-VII).

¹⁶⁸⁰ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 82.

¹⁶⁸¹ Consulte-se o título Pinto, de Candolim, ponto 7-X).

¹⁶⁸² Cfr. *infra* ponto 7-X-3).

¹⁶⁸³ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 159.

¹⁶⁸⁴ Desconhecemos a data da sua nomeação para este cargo. Sabemos porém que foi nele confirmado por portaria de 1845 – “*Annaes Maritimos e Coloniaes. Publicação redigida sob a direcção da Associação Maritima e Colonial*”, 5ª série, parte oficial, Imprensa Nacional, Lisboa, 1845, 37.

¹⁶⁸⁵ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 332 e 333. Os restantes membros da comissão eram dois *reinóis*: o físico-mor Vitorino Pinheiro de Lacerda e o major Manuel Correia da Silva e Araújo. O projeto que apresentaram foi provisoriamente aprovado por portaria de 25 de janeiro de 1840.

¹⁶⁸⁶ Trata-se da *Descrição da mortífera moléstia epidémica espasmódica do cólera morbus e da esporádica coordenação das observações colhidas do exercício clínico médico-cirúrgico de 36 anos*, dada ao prelo em 1850.

Goa. *Pertencia á casta brahamane, e m. a 22 de Maio de 1855, com 57 annos de idade, estando já aposentado*¹⁶⁸⁷. Outro reflexo de que os seus pacientes extravasam significativamente o grupo dos *naturais* católicos é uma passagem do romance autobiográfico de Constantino de Brito, *A Neta do Cosinheiro*: “*Um dos filhos do Visconde (de Vila Nova de Ourém, governador do Estado da Índia) teria fallecido d’um typho, se á sciencia do medico Rosario Dantas não se tivessem juntado os disvelos do tio, que lhe serviu de enfermeiro, mas que foi victima da sua dedicação, por se lhe transmittir o mal*”¹⁶⁸⁸.

Manuel António do Rosário Afonso Dantas era assim irmão de Ana Gertrudes Magna Afonso Dantas – que casou com o também médico Albino Pascoal da Rocha, de Aldoná, licenciado pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa;

c) Maria Angélica Pinto, a qual casou com Caetano Xavier da Rocha, da ilha de Divar, de quem não houve geração;

d) Adelaide Pinto, que casou com Caetano Carlos de Sequeira, originário de Socorro (Sirulá). Desconhecemos se houve descendência deste enlace;

O facto de Inácio Pinto não ter tido descendência masculina nem de nenhum dos seus genros ter assumido o papel de *comensal*, *estabelecendo-se* junto dos sogros, levou à extinção da estirpe: “*Pôz caza nova (a 6.a desde a origem, em Candolim), a qual acabou com elle e sua mulher*”.

7-VII-2) Margarida Pinto;

7-VII-3) Maria Francisca Pinto;

7-VII-4) Sérvulo Xavier Pinto, o qual casou com Ana Luísa de Gá, nascida em Bombaim, de quem teve um único filho;

7-VII-5) Ana Clementina Pinto;

7-VII-6) Humiliana Joaquina Pinto;

7-VII-7) Maria Sancha Pinto, que casou em primeiras núpcias com ... e, depois de enviuar, passou a segundas com Caetano das Dores e Santos, de Candolim, não tendo tido filhos de nenhum dos casamentos. Em 1875 residia na casa paterna com um sobrinho à data já órfão, filho de Sérvulo Xavier Pinto, e com as duas irmãs solteiras então vivas (Maria Francisca e Humiliana Joaquina);

7-VIII-8) Josefa de Calazans Pinto;

7-VIII) Ana Joaquina Pinto, a qual nasceu no dia 7 de fevereiro de 1766 e foi batizada a 14 do mesmo mês e ano. Casou com Manuel Pinto, de Saligão, administrador de um vínculo. Este, “*passando pelo seu*

¹⁶⁸⁷ Silva, Innocencio Francisco da *et al.* (1867), *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo VIII (1º do Suplemento), Imprensa Nacional, Lisboa, 419. Os dados inicialmente veiculados por Inocêncio eram bem mais escassos: “*Medico do Hospital militar de Nova Goa, e membro do Conselho de Saude Militar da mesma provincia, d’onde é natural*” – Silva, Innocencio Francisco da (1863), *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo I, Imprensa Nacional, Lisboa, 101. No mesmo sentido, e citando uma das fontes referidas, Gracias, J. A. Ismael (1914), 218.

¹⁶⁸⁸ Providência, Luís da (1908), 85.

primogenito Sebastião Pinto a seu neto Ignacio Pinto, é hoje administrado pelo neto deste, pela linha feminina, Braz Bartolomeu da Victoria Pinto Lobo”¹⁶⁸⁹. Foram filhos do casal:

7-VIII-1) Sebastião Pinto, que parece ter sido progenitor de Inácio Pinto e bisavô de Brás Bartolomeu da Vitória Pinto Lobo;

7-VIII-2) Caetano António Pinto, que teve do seu casamento com ...:

a) Francisco Salvador Pinto, “*cavalleiro da Ordem de Christo, e prezidente da Camara municipal de Bardez*”¹⁶⁹⁰. Casou com D. Camila Maria Teresa da Gama. Tiveram: **(i) Francisco António Júlio da Gama Pinto**, casado com D. Maria Elvina da Gama, filha de Lourenço António da Gama e D. Ana Maria Xavier¹⁶⁹¹; e **(ii) Caetano António Cláudio Júlio Raimundo da Gama Pinto**, nascido em Saligão no dia 30 de abril de 1853 e falecido em Lisboa a 26 de julho de 1945. De acordo com a entrada que lhe é dedicada na “Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira”: “*Médico oftalmologista e professor jubilado da Faculdade de Medicina de Lisboa (...). Começou os seus estudos no Liceu e na Escola Matemática de Nova Goa, e em 1872 veio para o continente e matriculou-se, sucessivamente, nos liceus do Porto e de Coimbra, a fim de completar o curso preparatório. Depois de passar pela Academia Politécnica do Porto, matriculou-se, em 1873, na Escola Médico-Cirúrgica, cujo curso fez com as mais elevadas classificações, defendendo tese em 10-VI-1878. Pouco depois, foi para Paris especializar-se com o dr. Wecker e, em seguida, percorreu as universidades de Munique, Leipzig, Halle e Berlim, nas quais tomou contacto com os mais célebres professores. Após estas visitas de estudo, foi especializar-se, sempre como médico oculista, em Viena, com os drs. Arit e Jacger, e em Heidelberg, com Kuchne e Arnold. Em 1880 foi nomeado para o quadro de Saúde da Índia e professor da Escola Médica de Nova-Goa; como honrosíssima compensação, nessa mesma altura, a Universidade de Heildelberg, de que era director Otto Becker, sabendo os inestimáveis serviços que o dr. Gama Pinto podia prestar ao ensino da oftalmologia, convidou-o para assistente da sua clínica oculista, honrosíssima distinção de que poucos professores estrangeiros podem orgulhar-se. Pouco depois, aquêle mesmo instituto encarregou-o de dirigir cursos práticos de Oftalmologia e de Cirurgia Ocular e, no ano seguinte, de realizar lições públicas, teóricas e práticas, perante um auditório constituído pelos mais notáveis médicos de tôdas as nações. Já então a Sociedade Internacional de Oftalmologia o contava entre os seus membros. Em Portugal, foi, em 1892, o iniciador do Instituto Oftalmológico e realizou uma obra assombrosa, revolucionando inteiramente, desde 1880, a Oftalmologia. Pertence a numerosíssimas Sociedades Científicas*” e é autor de uma obra extensa¹⁶⁹². Caetano Gonçalves dedica-lhe um pequeno capítulo das suas memórias: “*Formado em medicina pela Escola Médica de Lisboa, em 1878, e privat-docenden de oftalmologia na Universidade de Heidelberg dez anos depois, convidou-o o nosso Governo, em 1888, a dirigir em Portugal a clínica oftalmológica, criando para esse efeito em Lisboa um Instituto de que o nomeou director por decreto do ano seguinte. Este decreto foi confirmado numa lei de 1893, que reorganizou o Instituto e autorizou o Governo a firmar com o director um contrato no qual lhe foram estabelecidos vencimentos especiais, que o Governo reduziu numa lei orçamental de 1913. Contra a nulidade de semelhante acto ou diploma legislativo interpôs o professor interessado acção judicial, julgada procedente por sentença do Juiz da 3.ª Vara, Gama e Castro, que pouco depois seria meu colega na Relação de Lisboa e decidiu nesse pleito uma invulgar questão de*

¹⁶⁸⁹ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 153.

¹⁶⁹⁰ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 153.

¹⁶⁹¹ Veja-se o título Xavier, de Loutolim, ponto 8-III-8), b).

¹⁶⁹² Para mais desenvolvimentos e mantendo sempre o tom laudatório, Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 12 e ss.

direito constitucional. Recordo-me de haverem deposto comigo, no pleito, distintos médicos e advogados como os srs. Brito Camacho, António J. d'Almeida e Bissaia Barreto (este último ainda vivo) e Jacinto Nunes, João Pinto dos Santos e Artur Montenegro; sendo advogado do autor o também já falecido Adriano Xavier Cordeiro. Gama Pinto morreu há 4 anos sócio emérito da nossa Academia das Ciências, para onde entrara em 1897; e devo aqui consignar que, meu amigo desde a minha remota mocidade escolar, foi minha testemunha instrumentária ou paraninfo em 1900, por procuração conferida ao meu antigo condiscípulo José Benevides, ao mesmo tempo que também o foi, por parte da minha já defunta consorte, o conselheiro de Estado, Veiga Beirão (...). Não esqueça ainda lembrar que, deixando o seu nome ligado (como sucedeu ao de Alfredo da Costa na Maternidade oficial de Lisboa) ao Instituto que pode dizer-se criação sua, o doutor Gama Pinto representou na história de Portugal, como o seu colega da Maternidade, uma prova frizante do génio criador da raça portuguesa e do singular poder de assimilação do povo conquistado sobretudo pela prodigiosa expansão da doutrina e religião cristãs: facto que sem dúvida se deve mais ao zelo proselitico dos missionários do que à política estreita e sectária de governos incompetentes. As 2 cartas que se seguem revelam como, num longo período de mais de 50 anos, as nossas relações de amizade se estreitaram a ponto de ele pôr, mais duma vez, ao meu serviço as suas influências pessoais de modo que, além de Alves de Sá, (...) que então recebia tratamento clínico de Gama Pinto, (a cujo pedido se interessou por mim junto dos seus antigos condiscípulos, Vilhena e Hintze-Ribeiro, ministros), fez também decidir a meu favor Eduardo Vilaça, ministro do ultramar em 1899, que fôra seu companheiro de casa, ainda estudante, e também a seu pedido (como ele diz) me transferiu do Congo para Luanda¹⁶⁹³, onde na verdade passei, até à proclamação da República em 1910, a quadra mais feliz da minha existência (...)"¹⁶⁹⁴;

7-VIII-3) Caetano Salvador Pinto, nascido em Saligão, onde morreu solteiro em abril de 1824. Fez testamento a 26 de novembro de 1817, *“temendo a morte por que vou nas terras de Marata”*. Aí institui herdeiro universal o seu irmão Caetano António Pinto, que à data ainda era solteiro e é inclusive dado como *menorista*¹⁶⁹⁵;

7-VIII-4) Margarida Catarina Pinto, a qual casou com Félix Carlos da Costa, de Parrá, filho de Paulo José da Costa e de Ana Severina Lobo. Com geração¹⁶⁹⁶;

7-IX) Vicente Filipe Pinto, que *“foi o ultimo que nasceu na caza primitiva”* da sua família¹⁶⁹⁷. Nasceu no dia 17 de março de 1767, sendo batizado a 24 do mesmo mês e ano pelo reitor de Candolim, fr. Bernardo de Santa Rita. Apadrinhou-o o desembargador Henrique José de Mendanha Benevides Cyrne, secretário do Estado. Morreu solteiro;

7-X) Francisco Caetano Pinto, que *“foi o primeiro que nasceu na caza de seu pae, em 1769, e nella se estabeleceu. Foi official do exercito maratha juntamente com o irmão José Antonio Pinto; chegou ao posto de major, e se distinguiu na ultima campanha de 1817 a 1818, assim pelo seu valor, como por sua humanidade, salvando das mãos da soldadesca e officiaes marathas a dous officiaes inglezes de cavalaria de Madrasta, chamados Hunter e Morrison, que foram feitos prisioneiros pelo general Gocleá, postos a ferro e tratados com crueldade. Depois de acabada a guerra, o governo inglês, em reconhecimento deste servido, lhe conferiu a pensão annual de 2.500 rupias (5 mil xerafins), e depois da*

¹⁶⁹³ “Comunica-me o Ministro da Marinha que referendou ontem o decreto, transferindo-o para a 2.a Vara de Luanda. Eu é que tomei a mim a responsabilidade dessa transferência, dizendo ao Ministro que a fizesse por minha conta e risco. Se andei mal, desculpe-me. Sempre me pareceu melhor a capital da provincia e o viver entre gente civilizada, do que o sertão em que actualmente vive” – explica Gama Pinto em carta datada de 19 de junho de 1899.

¹⁶⁹⁴ Gonçalves, Caetano (1949), 234 e ss.

¹⁶⁹⁵ Consulte-se o anexo II: testamentos – N37.

¹⁶⁹⁶ Veja-se o título Costa, de Parrá e Arporá, §2, ponto 3-I).

¹⁶⁹⁷ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 153.

*sua morte ficou metade desta pensão a sua viuva*¹⁶⁹⁸. Casou em primeiras núpcias com Mariana da Conceição da Cunha, filha do advogado da corte Pedro António José da Cunha, que foi procurador da coroa em Moçambique. Não houve geração deste enlace¹⁶⁹⁹. Após enviuvar e *“depois de vir de Puném”*, passou a segundas núpcias com D. Carlota Sebastiana de Sousa, natural de Calangute e filha de João Filipe de Sousa e D. Leogarda Mascarenhas Nessa altura era sargento-mor de infantaria em Goa. Foram filhos deste segundo casamento:

7-X-1) Frederico João Baptista Pinto, nascido em Candolim no dia 9 de março de 1821. Estudou na universidade de Coimbra onde se matriculou primeiro em matemática e filosofia (1843) e depois em medicina (1847)¹⁷⁰⁰;

7-X-2) Constantino Paulowitz Pinto, o qual casou com Emília Barreto, originária de Socorro e filha de Camilo Barreto, de quem não houve geração. Dele dizia-se em 1875: *“Vive em Candolim, onde edificou caza nova (a 7.a)”*¹⁷⁰¹;

7-X-3) Luís Miguel Pinto, que veio a casar com uma prima, Maria Augusta Pinto, filha de Inácio Maria Pinto e Carlota Joana Colaço¹⁷⁰². Foram os pais de:

a) Frederico Leonello Pinto, que casou com Cacilda Monteiro, filha de Plácido António Geminiano Xavier Monteiro, de Candolim¹⁷⁰³;

b) Francisco Caetano Racine Pinto, nascido em Candolim no dia 1 de Janeiro de 1860. Casou com Hermínia da Rocha. Foram os progenitores de **Rosa Maria Antónia Germana Pinto**, a qual casou com José Caetano do Rosário Gomes Catão¹⁷⁰⁴;

c) Eduardo Teodorico Pinto;

d) Letícia Pinto;

7-X-4) Sofia Narcisa Pinto, casada com o seu primo Vicente Xavier Cabral, médico que trabalhou no hospital da Misericórdia, filho do capitão Caetano António Matias Cabral e de Maria Antónia Pinto. Viveram em Ribandar¹⁷⁰⁵;

7-XI) Amália Doroteia Pinto, *“nascida pelos annos de 1771”*, foi batizada no dia 4 de abril de 1772, sendo apadrinhada por António Coutinho e Deodata Marques¹⁷⁰⁶. Casou com o capitão de auxiliares Lourenço Lino de Frias, filho de António Filipe de Frias e de Ana Margarida da Cunha. Com descendência¹⁷⁰⁷;

7-XII) Leonarda Maria Pinto, que *“teria nascido pelos annos de 1773”* e casou com Deudato Mariano Ferreira, de Arporá. Tiveram, designadamente:

7-XII-1) Luís Xavier Ferreira, *“que reside em terras britannicas, tendo vendido a sua caza e bens sitos em Goa, ha poucos annos”*¹⁷⁰⁸;

¹⁶⁹⁸ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 153 e 154.

¹⁶⁹⁹ Consulte-se o título Lima, de Chorão, ponto 2-III-2), a).

¹⁷⁰⁰ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Frederico João Baptista Pinto).

¹⁷⁰¹ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 160.

¹⁷⁰² Veja-se *supra* ponto 7-VII-1), a).

¹⁷⁰³ Consulte-se o ponto 9-III) e o título Monteiro, de Candolim, ponto 11-III).

¹⁷⁰⁴ Veja-se o título Gomes, de Siolim, ponto 4-II-4), b).

¹⁷⁰⁵ Veja-se *infra* ponto 7-X-1).

¹⁷⁰⁶ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Frias, de Arporá”*, Goa.

¹⁷⁰⁷ Consulte-se o título Frias, de Talaulim e Candolim, ponto 6-I-1).

¹⁷⁰⁸ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 154.

7-XIII) Luís Miguel Pinto, “*nascido pelos annos de 1775*”, morreu solteiro no posto de tenente;

7-IX) Bernarda Sebastiana Pinto, “*nascida pelos annos de 1777*”, casou com António Filipe Gomes, natural de S. Matias (Divar). Este serviu no exército marata na companhia de seus cunhados e demais parentes;

7-X) Maria Antónia Pinto, “*nascida pelos annos de 1779*”, casou com o capitão de auxiliares Caetano António Matias Cabral, natural de Goltim (Divar), o qual “*tinha dous tios padres, um dos quaes foi Pae dos christãos, e cavalleiro professo da Ordem de Christo, e outro Preposito da Congregação do Oratorio*”¹⁷⁰⁹. Foi filho deste casal:

7-X-1) Vicente Xavier Cabral, médico-cirurgião, 1º facultativo do hospital da Misericórdia – razão pela qual se domiciliou em Ribandar. Casou com a sua prima Sofia Narcisa Pinto¹⁷¹⁰;

7-XI) Joana Francisca Pinto, “*nascida pelos annos de 1781*”, casou com um personagem célebre na época: o general do exército marata Joaquim Luís António Vaz, originário de S. Matias e gancar de Navelim, na ilha de Divar. O enlace foi celebrado “*por procuração, na egreja de Candolim, em 31 de julho de 1799, como se conhece de uma carta que escreveu de Punem, com data de 9 de setembro do dito anno ao seu camarada José Joaquim Pinto, na qual se lê o seguinte = P.S. “Em os 31 de julho se recebeu a sua prima, a senhora Joanna Francisca minha Sr.a comigo por meu procurador Joaquim Xavier Corrêa da Graça. Novo vinculo com que a Providencia corrobora a nossa amizade”. Diz-se que Joaquim Luiz Antonio Vaz fôra em mancebo a Portugal onde estudára; voltando á India foi servir no exercito maratha, e ahi chegou a general, com grande aceitação do Peixuá (dominante) que lhe fez mercê do comando de uma divizão, com consignação de terras importantes. Não podendo vir a Goa para se caçar, incumbiu de correr com as diligencias o padre Gregorio Corrêa da Grala, natural de Chorão, e vigario geral do Norte, primo do dito seu procurador Joaquim Xavier Corrêa da Graça, advogado da côrte, capitão d’auxiliares, e Ouvidor e juiz ordinario da cidade, pae do senhor Luiz Xavier Corrêa da Graça, e este refere a tradição de que a cerimonia nupcial foi celebrada sobre a espada. Concluido o cazamento, e tratando-se dos preparativos de transportar-se a noiva para Puném, succedeu que o general tivesse um conflicto com um dos potentados vizinhos das terras que possuia, o que deu lugar a uma escaramuça ou combate, em que foi môrto, nos fins de 1799, ou principios de 1800, tendo então menos de 50 annos de idade. Observa o senhor Luiz Xavier não ser exacto que fosse morte n’um duello, como se affirmou em artigo publicado n’uma folha do Ultramar do anno de 1783”. Rivara acrescentou a seguinte nota a esta súmula biográfica: “Não estam estudadas as acções e biografias dos Goanos, que serviram com mais ou menos distincção nos exércitos maratas. Será talvez ainda tempo para que os seus compatriotas se applicuem a buscar as noticias, que podem dar luz a materia por ora tão escura. Sendo entre todos o mais prominente (sic) o general Joaquim Luis Antonio Vaz, e talvez aquelle de quem menos se sabe, aproveitamos o favor do senhor Luiz Xavier Corrêa da Graça, para pôrmos aqui por extenso, e como subsidio para novas indagações, a carta daquelle general, citada pelo auctor da genealogia. Diz assim a carta: “= Senhor José Joaquim Pinto. – Puném 6 de setembro de 1799. – Meu honrado capitão, e verdadeiro militar. Não sei explicar a V.m a baixa, que temos soffrido na nossa reputação, e mais interesses, de sorte que não posso mostrar cara nem no Darbar (corte), nem entre Europeus, por conta do successo infeliz dos infelices batalhões; mas no meio deste labirinto de mortificações, que me trazem cercado, me consolo com o elogio que os nossos Sipais (que de lá vem para cá) fazem á prudencia e valor de V.m. Não se deve desanimar pela prisão, pois he da sorte dos militares. Em breve será liberto com o primo Mendes. Que sendo, como he, rapaz, espero que V.m o consolará. O capitão Gomes terá dado a V.m. noticias das disposições de cá, pois elle me communica noticias suas. Deos remedêe tudo, ainda que os meus peccados merecem muito mais. A falta de Perganã tem feito que ninguem me fie um real aqui, nem no Sarcar (governo) sou atendido, pois antes me criminam na sua marcha para Jalná. Eu*

¹⁷⁰⁹ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 154 e 155.

¹⁷¹⁰ Cfr. *supra* ponto 7-X-4).

espero sair em breve, e mesmo dentro destes oito dias para me despicar de Pattan, pois sem isso somos objecto das assembleas dos Chapéos (sc. Homens de chapéu, christãos), e que nos dirão os Portuguezes em Goa? Eu não faço huma particular a meu Salvador, por não aumentar volume: elle tenha esta por sua, e fique certo que por lhe não escrever a miudo, não desejo-lhe menos do que sempre o amei, como o amo de coração, ainda que a prisão actual tenho estimado, pois deve servir de mestre. De V.m. o mais sincero amigo e C, - Joaquim Antonio Luiz Vaz. P.S. Em os 31 de julho se recebeu a sua prima a senhora Joanna Francisca, minha senhora, comigo por meu procurador Joaquim Xavier Corrêa da Graça. Novo vinculo, com que a Providencia corrobora a nossa amizade. =. No Sobrescripto. = Ao senhor capitão José Joaquim Pinto, ausente, ao senhor Liff.e João Salvador Mendes”. Aduz Rivara, a título de comentário: “Não declara para que terra foi dirigida. Vê-se desta carta que desastres militares haviam enfraquecido a reputação dos Goanos entre os Maratas, e que alguns estavam presos como culpados nos revezes. O proprio general Vaz não só deixára de ser atendido no Sarcar, ou governo, mas achava-se sem recursos pecuniarios, por haver perdido a Praganã, ou terras da sua mercê, que lhe usurpara um Cabo ou Regulo Patane, contra o qual se aprestava a marchar para se despicar, mas sendo-lhe a sorte adversa, colheu-o a morte onde esperava o triumpho. C.R.”¹⁷¹¹.

Joana Francisca Pinto enviou então muito precocemente. No entanto, um ano “ou pouco mais” após a morte do general Joaquim António Luís Vaz, casou novamente com o médico e segundo-tenente da marinha de Goa Agostinho Manuel Pereira. Este era natural de Navelim, na ilha de Divar, e filho de José Pereira e Avelina Maria Gomes.

Foi filha deste segundo enlace:

7-XI-1) Aurélia Maria Bernardina Pereira, nascida na Piedade e aí batizada a 25 de maio de 1811. Casou nessa localidade no dia 6 de fevereiro de 1825 com o advogado *provisionário* e procurador da coroa e fazenda de Goa e entusiasta *perista* Pascoal João Gomes, de Siolim,¹⁷¹²;

7-XII) Clementina Pinto, “ultima filha de Ignacio Pinto; nascida pelos annos de 1783, faleceu solteira”¹⁷¹³;

7-VI) JOAQUIM BERNARDO PINTO, que continua. Nasceu a 13 de agosto de 1762 e foi batizado por fr. Henrique de Santa Ana sete dias passados. Apadrinharam-no D. Gil Eanes de Noronha e sua mulher, D. Ana Maria Pereira de Lacerda. Pouco mais sabemos sobre este personagem a não ser que casou duas vezes – a primeira com Maria da Conceição de Menezes, natural de Calangute; a segunda com Ana Clara Rodrigues, sua conterrânea – e que faleceu a 12 de janeiro de 1811.

Foram seus filhos (cremos que todos do segundo casamento):

8-I) INÁCIO PINTO, que segue;

8-II) Anastácia Pinto, que casou com o clínico Braz Lobo, natural de Saligão, de quem houve, pelo menos:

8-II-1) Padre André Avelino Lobo, pároco de Assagão e desembargador da Relação Eclesiástica;

8-II-2) ... Lobo, casado com, de quem houve¹⁷¹⁴;

¹⁷¹¹ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 155 e 156.

¹⁷¹² Veja-se o título Gomes, de Siolim, ponto 4-I). A geração do casal vem aí descrita com pormenor.

¹⁷¹³ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 156.

¹⁷¹⁴ Dispomos de dados escassos dados sobre esta estirpe. Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves, ao procurar fornecer informação complementar sobre a mesma, pouco contribui, na verdade, para o seu esclarecimento – veja-se Rivara, J. H. da Cunha (1875), 153 e, *supra*, ponto 7-VIII).

a) **Brás Bartolomeu da Vitória Pinto Lobo**, de Saligão, o qual foi médico-cirurgião e vice-presidente da câmara municipal de Bardez, para além de administrador de um dos vínculos instituídos pelos seus maiores Pinto naquela localidade;

8-III) Severina Rita Pinto;

8-IV) Luís Caetano Pinto, que casou com a sua prima Maria Especiosa da Graça e Costa, filha de Sebastião Xavier da Costa e de Maria Isabel Pinto¹⁷¹⁵ e “*estabeleceu-se em uma parta da caza do seu avô Ignácio Pinto, a qual se dividira em duas entre seu pai, e tio Francisco Caetano, por escriptura de partilhas, assignada entre os filhos do dito Ignacio, em 11 de agosto de 1803*”¹⁷¹⁶. Tiveram:

8-IV-1) Ana Clara Josefina Margarida Pinto, a qual casou com Marcos Avelino Fernandes, de Assação. Dele houve, pelo menos:

a) **Padre Manuel José António Romualdo Fernandes;**

8-IV-2) Aristides Bernardo Pinto;

8-IV-3) Pocião Vicente Pinto;

8-IV-4) Penélope Honorina Pinto, que veio a casar, após o falecimento da irmã mais velha, com o seu cunhado Marcos Avelino Fernandes;

8-IV-5) Trajano Germânico Pinto;

8-V) Joana Josefina Pinto, que casou com Nicolau Tolentino Correia, de S. Matias, do qual enviuvou sem ter geração. Após a morte do marido, tornou a Candolim, tendo vivido em companhia do seu irmão Pedro Paulo na casa dos pais de ambos. Encontrámos alusões à família Correia na genealogia dos Costa de Margão: o “*advogado Nicoláu Tolentino Corrêa foi morador de S. Mathias pai do grande medico Luiz Antonio Corrêa, casado com a irmã do medico Caetano Camillo Caetano Barreto de Rachol (...). O seu neto do mesmo nome Nicoláu Tolentino Corrêa, tambem medico como o pai, casou por duas vezes, a primeira com a irmã do medico Bras Lobo de Saligão (pai de Mariano Lobo) e da segunda com a irmã do capitão Pedro Paulo Pinto*”¹⁷¹⁷ – ou seja, com Joana Josefina Pinto;

8-VI) Pedro Paulo Pinto, “*nascido pelos annos de 1809*”. Capitão de caçadores do exército da Índia (já passara à reforma em 1875), foi agraciado com o grau de cavaleiro da ordem de S. Bento de Aviz por decreto de 19 de março de 1851. Morreu solteiro e sem geração;

8-VII) de acordo com informação disponibilizada na internet, mais concretamente no site <http://familytreemaker.genealogy.com> –que não lográmos comprovar documentalmente – Joaquim Bernardo Pinto e Ana Clara Rodrigues terão sido também progenitores de **Francisco Caetano Pinto**, o qual terá casado com Carlota de Sousa. Destes terá sido filho **Luís Miguel Pinto**, cuja geração se cruzará com a família Gomes Catão¹⁷¹⁸;

8-I) INÁCIO PINTO, “*successor dos morgados do seu avô do mesmo nome*”. Casou com Catarina Joana Pinto, de Calangute – localidade “*onde foi estabelecer-se em caza de sua mãe*”. Tiveram:

9-I) JOAQUIM BERNARDO PINTO, que segue;

¹⁷¹⁵ Confira-se *supra* ponto 3-III-1), a) e veja-se o título Pinto, de Candolim, ponto 2-III-1), b).

¹⁷¹⁶ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 159.

¹⁷¹⁷ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 82.

¹⁷¹⁸ Veja-se o título Gomes, de Siolim, ponto 4-II-4), b).

9-II) Micaela Pinto, a qual casou duas vezes em Siolim: em primeiras núpcias com Miguel José de Sá; e em segundas com Domingos João José de Sá, advogado *provisionário* que desempenhou funções de administrador do concelho de Bardez¹⁷¹⁹;

9-III) Ana Serafina Pinto, casada com Manuel Silvestre Pereira, de Loutolim, cunhado do seu irmão Joaquim Bernardo Pinto (pelo que filho de João Caetano Pereira). Faleceu precocemente, tendo tido apenas dois filhos, o mais velho dos quais foi:

9-III-1) João Vicente Pereira, o qual casou com Ana Francisca Maria Irene Ferreira (irmã de Vítor Condorcet Ferreira, também ele casado com uma Pinto de Candolim), filha do advogado *provisionário* João Filipe Ferreira¹⁷²⁰;

9-IV) Humiliana Pinto, que Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves e Rivara declaram ter casado com Plácido António Monteiro, “*de Candolim, filho de José Maria Monteiro, mestre de campo, que teve o braço de armas por Alv. de 27 de fevereiro de 1802*”¹⁷²¹. Trata-se de Plácido António Geminiano Monteiro, filho de José João Monteiro. Houve portanto um lapso na indicação do nome do progenitor. No entanto, os dados de que presentemente dispomos indicam claramente ter Plácido casado com Ana Francisca Luciana Pinto, de Saligão, da qual houve geração¹⁷²². Não sabemos, por isso, se a indicação de se ter consorciado com Humiliana Pinto, de Candolim, se deve a um erro daqueles autores ou simplesmente ao facto de Plácido ter casado duas vezes;

9-V) Marcos Caetano Pinto;

9-VI) João Baptista Pinto;

9-VII) António Inácio Pinto;

9-VIII) Miguel Caetano Pinto, “*amanuense de 1.ª classe da contadoria geral da fazenda*”¹⁷²³. Casou cerca de 1873 com Rosa de Sousa, filha de Caetano Francisco de Sousa e de Ernestina Monteiro¹⁷²⁴. Foi filho deste casal:

9-VIII-1) Inácio Pinto;

9-IX) Maria da Conceição Pinto;

9-X) Florentina Pinto;

9-I) JOAQUIM BERNARDO PINTO, que continua. Em 1875 era “*actual successor e administrador dos morgados do seu bisavô (na parte não desvinculada pela lei d’abolição dos vinculos)*”¹⁷²⁵. Residiu em Calangute. Do seu casamento com Quitéria Pereira – natural de Loutolim, filha de João Caetano Pereira e falecida em 1873 – teve:

10-I) Caetano Vicente Pinto;

10-II) Adelaide Pinto;

10-III) Francisco Xavier Pinto;

¹⁷¹⁹ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 161.

¹⁷²⁰ Cfr. *supra* ponto 6-III-1), b). Veja-se também o título Álvares de Margão, Abreu da Piedade, Baptista de Loutolim e Ferreira de Corjuém, ponto 3-VII-2), a).

¹⁷²¹ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 161.

¹⁷²² Consulte-se o título Monteiro, de Candolim, ponto 10-II).

¹⁷²³ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 161.

¹⁷²⁴ Consulte-se o título Monteiro, de Candolim, ponto 10-IV-1).

¹⁷²⁵ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 161.

10-IV) Etelvina Amélia Pinto, que casou com José António Lobo, natural de Ucassaim;

10-V) Bernardo Pinto;

10-VI) Piedade Pinto.

QUADROS, DE LOUTOLIM

Esta família foi recentemente estudada por um dos seus descendentes, Pedro do Carmo Costa, que lhe dedicou uma cuidada investigação em 2004. Assim sendo, partiremos e seguiremos de perto a pesquisa realizada por aquele autor – para a qual remetemos todos os que desejarem obter informações suplementares sobre a linhagem em questão. Carmo Costa fornece uma série de dados introdutórios sobre a família que importa ressaltar. Por um lado, (i) explica que *“é de casta brâmane, e reza a tradição serem brâmanes sarasvats”*, tendo-se fixado desde tempos imemoriais no bairro Orgão, em Loutolim. Por outro, (ii) procura determinar a época em que os primeiros Quadros se converteram ao catolicismo. Apesar de não possuir provas seguras que sustentem inequivocamente a sua tese, propõe uma data entre 1560 e 1581. Fá-lo desde logo por remontarem a essa época as primeiras conversões em massa promovidas pelos jesuítas em Loutolim. Ora, é conhecida a política elitista então prosseguida em Goa pela Companhia de Jesus. Tal justificaria um redobrado interesse na conversão das principais estirpes locais, entre as quais se encontrariam os futuros Quadros. Outro dos argumentos que Carmo Costa aduz é a própria escolha do apelido familiar. Relembrando que os novos nomes eram *“geralmente tomados dos padrinhos de baptismo ou do Pai dos Cristãos”* e que havia *“uma correlação entre a importância dos padrinhos e o grau de importância da família convertida”* – o que justificaria ser *“frequente as famílias nativas socialmente ou economicamente mais relevantes terem como seus padrinhos de baptismo os Vice-Reis, Reitores dos Colégios e Seminários ou outras autoridades civis, militares e eclesiásticas”* – propõe: *“É nossa hipótese que a nossa família Quadros tenha tomado, assim como outras famílias Quadros de Salcete”*¹⁷²⁶, o apelido ao Padre Provincial dos Jesuítas António de Quadros”. Sabe-se que este clérigo viveu em Goa entre 1545 e 1572 (data da sua morte). Assim, a adesão ao catolicismo deverá ter tido lugar entretanto. Finalmente, anota aquele autor: *“Desconhecemos qual (o) apelido hindu da família, assim como o nome do primeiro convertido ao cristianismo. Existem, contudo, referências a um António de Quadros, gancar de Loutolim, que viveu no período imediato ao início da conversão de Salcete”*. Certo é que este António de Quadros, *“gancar do 13.o vangôr”* (e há 25 vangores de gancares em Loutolim, esclarecendo o autor que ao 13º pertencem as famílias Brito, Cruz, Faria e Quadros) surge em documentação de 1577 e 1586¹⁷²⁷. Por outro lado ainda, (iii) e contrariamente ao que se passa com algumas das suas congéneres (como os Brás de Sá, os Monteiro, os Pinto, os Rocha, os Costa de Margão), não se conhecem documentos que nos permitam fazer remontar a ascendência dos Quadros de Loutolim a um período anterior aos inícios do século XVIII. Nessa altura já nos parece porém integrar indubitavelmente os círculos apertados das elites *naturais* católicas das *Velhas Conquistas*. Indiciam-na a estratégia matrimonial que segue, alguma documentação subsistente, os vínculos que vai instituindo, as propriedades mantém, as casas onde vive, as profissões de vários dos seus membros. A família possuía prédios rústicos e urbanos em vários pontos do concelho de Salcete (designadamente em Loutolim, Cortalim, Agaçaim, Chicolim, Chicolná e Bogmaló), sendo que parte importante de tais propriedades *“foram prazos da Coroa e*

¹⁷²⁶ Há várias famílias a usar deste apelido e sem aparente relação entre si não só em Salcete mas na própria aldeia de Loutolim. De outros Quadros salsetanos que não os aqui tratados descende o tenente Emídio Mariano Ludovice de Quadros (Raia, Salcete, 1843 – Lisboa 1880), pai do capitão tenente da marinha João Filipe das Dores de Quadros e avô de Fernanda de Castro (Maria Fernanda Telles de Castro e Quadros), casada com António Ferro – Costa, Pedro do Carmo (2004), 202.

¹⁷²⁷ Costa, Pedro do Carmo (2004), 196.

outros aforamentos, arrematados em períodos diferentes”¹⁷²⁸. O autor conclui nos seguintes termos: “Nativa e católica, os Quadros de Loutolim são em tudo uma família da principalidade Goesa: é disso exemplo a pertença a uma gancaria, o enclausuramento dentro da sua casta, a postura semi-feudal nos seus domínios e o culto da religião com a intensidade vivida noutras confissões, fruto de imemoriais séculos de hinduísmo. Outros aspectos ligados ao uso de nomes e apelidos confirmam a forma de estar Goesa: o uso de infundáveis nomes próprios seguidos apenas do apelido da varonia e a alternância dos nomes próprios nos morgados da família são clássicos exemplos que prevalecem nos dias de hoje. Curiosa mas também comum, é a preocupação na preservação e continuidade do apelido que faz com que se instituem pactos entre gerações para que não morra o nome de família”¹⁷²⁹.

Manuel António de Quadros – que significativamente é quem abre esta genealogia – parece desempenhar um papel de grande importância na memória familiar. É a ele a quem se atribui a construção do velho solar da estirpe, foi ele quem ampliou muito consideravelmente o património da casa, a ele se devem obras pias significativas que ajudaram a perpetuar o nome Quadros em Loutolim, bem como a instituição de vínculos que certamente contribuíram para o desafogo material e destaque social dos seus descendentes. Mais: a Manuel António de Quadros se atribuiu o estabelecimento (ou consolidação) de relações próximas com as principais autoridades da época, as quais, segundo a tradição, ouviam os seus conselhos. Foi ainda ele quem adquiriu o direito às covas perpétuas mais antigas que a família possuía. Estas localizavam-se na matriz de Loutolim e nos conventos de Pilar e da Madre de Deus de Daugim¹⁷³⁰. Finalmente, casou numa família ilustre e trouxe para o espólio familiar uma das fontes de rendimentos mais constantes da estirpe durante séculos¹⁷³¹. Falamos do aforamento perpétuo da barca e passagem de S. Lourenço, que Manuel António de Quadros comprou a Gabriel

¹⁷²⁸ Costa, Pedro do Carmo (2004), 198.

¹⁷²⁹ Costa, Pedro do Carmo (2004), 203.

¹⁷³⁰ Daugim desempenhou um papel importante na Goa de outrora. Em tempos relativamente recentes, Paulo Varela Gomes dedicou-lhe algumas linhas: “*Datada de 1880 há uma gravura que representa as ruínas do mais célebre convento franciscano de Goa, Daugim: ainda existiam as paredes da igreja, o convento, a escadaria, o pátio. A gente vai lá agora e há a planura da água e o plano ainda mais sossegado do arrozal, alguns coqueiros, a montanha ao longe. No meio de vegetação poeirenta, o ar tremente do calor, ouvem-se máquinas, o motor distante de barcos. Andando com dificuldade e cuidado no meio da mata, passamos ao lado dos casebres de uma oficina ferrugenta e dos seus operários de olhos dormentes. Na sombra, vemos o grande cruzeiro de pedra de Daugim, a cruz suja e enredada em ramos mortos. Da igreja, do átrio e da escadaria, do edifício conventual, não há nada, nada de nada. Ficámos ali incrédulos, a gravura de 1880 e as descrições extasiadas de Daugim na memória. O desaparecimento de tudo, até à última pedra da última parede, causa uma espécie de angústia. Que tragédia, que apagada fúria pôde provocar um tal desfazimento da história?*” – Gomes, Paulo Varela, *Apagada fúria*, “Público”, ed. de 18 de Fevereiro de 2009. Varela Gomes tem em mente a obra clássica de Lopes Mendes. Aí se lê: “*Próximo de Santa Luzia, largando o caminho de Combarjua, e tomando (sic, certamente por tornando) para Daugim, irá o visitante encontrar, a muito pouca distância, as ruínas do Convento da Madre de Deus. Este convento estabelecido pela ordem dos reformados de S. francisco, foi edificado a expensas de D. Gaspar de Ornellas (sic, embora o nome correto deste prelado seja G. de Leão Pereira), primeiro arcebispo de Goa, em consequência de uma visão que teve. Em 1569 o illustre arcebispo doou-o, com auctorisação regia, aos religiosos reformados da Arrabida, que tinham sido mandados por el-rei D. João III em 1555, sujeitando-se à custódia do Apostolo S. Thomé. Em 1612 ajuntaram-se a este convento as casas de Malaca e China e em 1618 o Capitulo Geral de Salamanca elevou-o a Custódia da Madre de Deus dos religiosos capuchinhos da Índia, com doze conventos. Em 1622 foi ainda elevado à categoria de provincia do mesmo titulo, pelos pontífices Gregorio XV e Urbano VIII, por bulla de 29 de outubro de 1627. Tinha este convento uma grandiosa conventa na margem esquerda do Mandovy (...). Era nesta igreja da Madre de Deus de Daugim, que os vice-reis e governadores da Índia portuguesa tinham por costume ir todos os sabbados de tarde fazer oração; pratica esta que durou até ao tempo do vice-rei conde do Rio Pardo (1816)*”. Em Daugim “*os vice-reis tinham um palacio, actualmente em ruínas*” – Mendes, A. Lopes (1989), vol. I, 168. O desenho feito pelo autor e referido por Varela Gomes vem reproduzido na página 184 desta edição. Gabriel de Saldanha fornece numerosas informações suplementares e descreve a evolução do convento com algum pormenor. Contrariamente às imponentes casas religiosas que se iam erguendo em cidade de Goa e apesar dos favores que recebia das autoridades, o edifício era pobre e despretenhoso (“*não era muito vasto nem ostentava galas nem primores architectónicos. Os seus claustros e dormitórios, modestos, acomodavam 40 frades, que eram de assistência ordinária, com a capacidade para alojar mais uns poucos*”), pelo que, na opinião do autor, verdadeiro espelho das virtudes franciscanas e dos anseios do seu principal obreiro: “*Foi esta casa o querido retiro do seu fundador, que resignando duas vezes a mitra, passou ali a vida humilde em uma estreita cela, em contemplação das cousas divinas, aos seus estudos e à composição de livros, que deixou; e, afinal, depois de ter espalhado muito bem pelo mundo, ali expirou, canonizado pelo povo como santo*”. Verdadeira glória de Daugim era a já aludida imagem da Mãe de Deus, que emprestara o seu nome a todo o complexo franciscano e se albergava no seu templo privativo. A fama da imagem, tida por milagrosa, contribuiu para a grande afluência que a igreja registou até meados do século XIX, quando começou a ruir. Apesar de “*muito pequena*”, a igreja dispunha de cinco altares e tinha o pavimento “*juncado de sepulturas; pois muitas famílias portuguesas preferiam haver ali o seu jazigo*”. Era também oratório dos vice-reis: “*Aos sábados de manhã havia grande concorrência do povo à missa e à salve cantadas com o acompanhamento do órgão, e de tarde, por costume inalterável, iam para ali os vicereis fazer oração*”. Veja-se Saldanha, M. J. Gabriel de (1990), vol. II, 93 e sgts. Outra descrição do complexo pode ser encontrada em Dias, Pedro (2008), 108 e 109.

¹⁷³¹ Segundo Carmo Costa, o ocaso deste direito dos Quadros ocorreu praticamente em simultâneo com o da administração portuguesa em Goa: “*A exploração desta passagem de São Lourenço permaneceu até ao ano de 1961, sob a governação do General Vassalo e Silva, data em que foi expropriada pelo Estado para ampliação da infraestrutura existente*” – Costa, Pedro do Carmo (2004), 198.

da Costa dos Remédios. Tratava-se, em termos simplistas, dos direitos de “*exploração da passagem por barco, em regime de portagem, entre duas aldeias, Agaçaim e Cortalim*”. Carmo Costa transcreve, no final do seu trabalho, as breves notas que Nery Xavier publicou no Boletim do Governo do Estado da Índia (nº 93, de 1864) relativamente à passagem de S. Lourenço. Aí se elencam os diversos foreiros a quem ela foi sendo entregue, principiando pelo convento de Santa Mónica de Velha Goa, “*na pessoa de Soror Magdalena dos Anjos, filha de D. Rodrigo de Monsanto, com o fôro de 20 xerafins por anno*” (aforamento em segunda vida, datado de 14 de maio de 1667). Seguiu-se-lhe, “*por estar vaga*”, António da Costa (dos Remédios), a quem foi dada em mercê por carta de 20 de julho de 1728, confirmada por carta régia do ano seguinte. Foi-lhe, então, imposto o foro de “*72:01:00 e mais 200 xerafins para o azeite da alampada da milagrosa imagem de Christo do convento de S. Monica*”. O filho de António da Costa alienou-a aos Quadros, que a mantiveram até à sua extinção¹⁷³².

A importância dos direitos em causa era significativa, desde logo pelo facto de parte considerável dos transportes de pessoas e mercadorias da Goa da época se fazer por via fluvial: em causa estava a passagem entre as terras de Salsete (onde se situava, num pequeno promontório, Cortalim) e a ilha de Goa, onde se acha a estratégica Agaçaim. Nery Xavier explica também que a quantia percebida pelos possuidores dos direitos sobre a passagem (à qual se chamava *naulo* pessoal) não permaneceu inalterada ao longo dos tempos. Numa primeira fase, parte do valor a cobrar achava-se de alguma forma pré-estabelecido, oscilando entre “*6 e 7 ½ reis*”, sendo o restante resultado de convenção das partes. Este regime um tanto arbitrário foi regularizado já no século XIX por portaria de 23 de Fevereiro de 1854. Foi então que se estabeleceu uma tabela de preços:

“ <i>por cada indivíduo</i> ”	12 reis
“ <i>por carroagem (catre ou machila), completa inclusive boiás</i> ”	120 reis
“ <i>por cada boi ou cavallo, sendo embarcado</i> ”	20 reis
por cada boi ou cavalo, sendo “ <i>de reboque</i> ”	60 reis
“ <i>por cada cabra, ovelha, porco</i> ”	22 reis
“ <i>por cada carga</i> ”	12 reis

O problema dos preços parece ter sido porém drasticamente resolvido e simplificado na altura em que o texto em questão foi publicado (1864), pois o mesmo termina da seguinte forma: “*Actualmente esta passagem pertence ao sr. José Caetano de Quadros (...). O naulo é de tres e meio reis por passageiro ou carga*”¹⁷³³.

A passagem de S. Lourenço constituiu uma fonte de rendimento tão apetecível que justificou uma deslocação de António da Costa dos Remédios a Lisboa, a fim de garantir a sua posse junto do monarca português.

Existe ainda um último aspeto relativamente a esta família que gostaríamos de frisar e que Carmo Costa não sublinhou de forma muito expressiva: a sua profunda ligação com o comércio moçambicano. Aí parece residir a origem de parte expressiva da abastança da estirpe. Estamos assim perante mais uma família pertencente às elites *naturais* católicas que se dedicou ao tráfico mercantil e beneficiou significativamente dessa atividade. De que forma se espelham essas relações com Moçambique? Desde logo na proveitosa passagem de Manuel António de Quadros por aqueles territórios, cujos resultados já referimos com algum detalhe. Por outro lado, no casamento, já no século XIX, do seu descendente José Caetano de Quadros com a filha de outro grande comerciante goês aí instalado, Inácio Manuel de Miranda. Por fim, nas relações próximas e muito antigas com os Xavier de Loutolim. Para além de pertencerem ao mesmo *estado* e de serem conterrâneas, cremos que esta aproximação também se deveu aos interesses que ambas mantinham em África.

Principiamos o estudo desta família com

¹⁷³² Costa, Pedro do Carmo (2004), 261.

¹⁷³³ Costa, Pedro do Carmo (2004), 261.

1) MANUEL ANTÓNIO DE QUADROS, nascido em Loutolim e tido como um dos patriarcas da estirpe. Pedro do Carmo Costa transcreveu uma detalhada biografia que lhe foi dedicada em 1879 por António Xavier Gomes Pereira¹⁷³⁴: *“descendente de uma família honrada e abastada, sobrinho do padre Gabriel de Quadros e irmão do padre João de Quadros, viveu no séc. XVI (sic) e estudou com os Oratorianos o Latim, a Filosofia e com alguns estudos foi viajar na África Oriental, de onde voltou rico, e se casou em casa da nobilíssima família dos srs. Noronhas, de Margão. Fundou os cofres da Senhora de Sant’Ana e dos Santos Mártires Marroquinos; dotando igualmente o cofre do Santíssimo Sacramento com 500 xerafins, na igreja de Loutolim, fornecendo damasco e vestimentas da sua casa para as festividades – estabeleceu dois vínculos importantes e comprou a mercê de passagem de São Lourenço de Agaçaím, com as seguintes pensões: de beijar os pés nas endoenças a 12 bigarins em sua casa, jantando, em seguida, com eles, fornecer as bacias, toalhas e os outros utensílios ao lava-pés solene da igreja, distribuindo esmolas aos que se fazem de apóstolos, e aos mendigos que se reúnem na sexta-feira da Paixão*¹⁷³⁵. *Correspondendo com os dignatários da corte e com as congregações regulares, se encontram no seu escritório documentos que atestam o seu saber e filantropia e, entre outros, uma carta autografada do governador João Saldanha da Gana, em que, elogia a prontidão em socorrer muitas vezes às necessidades públicas com a sua bolsa e conselho, especialmente o auxílio importante que prestou na Guerra de Moçambique, diz: “Que homens como ele, valem por uma aldeia inteira”. Enviuvado, e pio como era, professou Donato em Madre de Deus em Daugim, onde comprou direito a uma cova perpétua e outra no Convento de Pilar, para si e para a sua família, e finalmente outra ao pé do altar de São Miguel na igreja de Loutolim, depois transferidas para o primeiro lugar do cruzeiro do cemitério da mesma, e que tem uma lápide legendária, esculpida pelo seu filho sr. José Joaquim de Quadros. Consolidou a fortuna da sua casa, aliás muito abastada, – instituiu socorros pios – coadjuvou aos governos – e perpetuou a sua memória em tantos jazigos perpétuos como era mania na época: e (morreu) na idade de 95 anos, como um patriarca, legando um nome honrado de bom católico, patriota ilustre e desvelado pai de família*¹⁷³⁶. Carmo Costa acrescenta: *“Não encontramos qualquer referência a esta sua passagem pela África Oriental. Há notícias de goeses que passaram por África nesse período (inícios do século XVIII) sendo mais intensa a migração no final do referido século e no século XIX, com a constituição dos grandes prazos na Zambézia. Sabemos que este Manuel António de Quadros tem relacionamento com um Pascoal de Menezes, dos Rios de Sena, o que leva a crer que terá passado por essas pragens. Fica por averiguar a natureza do seu enriquecimento – Comércio costeiro? Comércio escravo?”*¹⁷³⁷.

Casou este personagem – cuja vida o passar do tempo e a descendência revestiram de alguns foros de lenda, como é comum nas estirpes em que a memória de um avoengo persiste com especial intensidade – com D. Joana Benedita de Noronha, natural de Margão. Esta senhora *“instituiu um vínculo no palmar Anchão, com anexo, sito em Margão no qual deixou a obrigação de 12 missas de esmola ordinária, 3 xerafins, uma tanga e quinze réis para o apóstolo, 2 xerafins e meio para os pobres de sexta-feira maior*¹⁷³⁸.

Foram filhos deste casal:

1-I) JOSÉ JOAQUIM DE QUADROS, que segue;

2-II) D. Justina de Quadros, casada com Sebastião Xavier, oficial maior da secretaria geral do Estado. Com geração¹⁷³⁹;

2-II) JOSÉ JOAQUIM DE QUADROS, que continua. Residiu em Loutolim e aí morreu no dia 1 de dezembro de 1804, sendo sepultado na cova perpétua que possuía na igreja local, em cuja lápide se pode ler *“COVA PERP.A D. J.E JOAQ.M DE QDR.OS E DE SEOS ANTEPASS.OS F.TA NO NA.O 1796”*. Sucedeu na

¹⁷³⁴ Veja-se o título Gomes, de Siolim, ponto 5-IV-1).

¹⁷³⁵ Carmo Costa aduz: *“Esta obrigação continuou a ser honrada por todas as gerações, até ao falecimento do último varão desta casa, Dr. António João de Quadros, em 1964”* – Costa, Pedro do Carmo (20404), 204.

¹⁷³⁶ Costa, Pedro do Carmo (2004), 203 a 205.

¹⁷³⁷ Costa, Pedro do Carmo (2004), 204.

¹⁷³⁸ Costa, Pedro do Carmo (2004), 205 e 206.

¹⁷³⁹ Veja-se o título Xavier, de Loutolim, ponto 4-I).

administração dos vínculos instituídos pelos seus pais. Casou em Loutolim no dia 15 de maio de 1754 com D. Florência Micaela de Melo, da Raia, filha de Miguel de Melo e de Petronila Gomes¹⁷⁴⁰

Tiveram, pelo menos:

3) ANTÓNIO JOÃO DE QUADROS, herdeiro da casa dos seus pais, terá morado em Loutolim. Casou com D. Maria Benta¹⁷⁴¹ da Piedade de Sousa, nascida em Assolnã no dia 19 de outubro de 1773, filha de Francisco Xavier de Sousa e de Ana Henriques Pacheco (aquele nascido em Assolnã, esta em Benaulim).

Carmo Costa, seguindo Gomes Pereira, especifica que o casal teve dezassete filhos. No entanto, só há memória de sete:

4-I) JOSÉ CAETANO DE QUADROS, que segue;

4-II) D. Benta Rosaura (ou **Rosária**) de **Quadros** que veio a casar com o médico¹⁷⁴² Manuel Salvador Flores, de Chicalim, filho único de Caetano José Flores e Quitéria Gonçalves, moradores naquela localidade salsetana. Segundo Carmo Costa, os Flores *“eram originários da aldeia de Chicalim e tendo esta sido flagelada por uma epidemia, construíram nova casa em Velção, onde se estabeleceram. Eram proprietários em Bogmaló, Chicalim e Velção”*¹⁷⁴³. Note-se que apesar de António João Flores e Carmo Costa chamarem ao sogro de D. Benta Rosaura Caetano *José*, nós encontramos no processo de habilitação para familiar do Santo Ofício de Eusébio Lourenço de Siqueira menção a um Caetano *Francisco* de Flores que em 1788 declarava ter 42 anos, ser natural e morador em Chicalim, viúvo de Quitéria Gonçalves e *“mercador de cocos”*¹⁷⁴⁴. Com base nos dados de que presentemente dispomos cremos ser extremamente provável tratar-se de uma mesma e só pessoa.

O autor a que nos temos vindo a reportar localizou e publicou em anexo ao seu estudo genealógico um manuscrito composto clínico António João Flores em Alter do Chão no dia 17 de Novembro de 1865, intitulado *“Apontamentos sobre a família paterna, que dei ao meo filho António Emílio de Quadros Flores, na ocasião do seu embarque para o Rio de Janeiro – Começam nos meus Avos Paternos”* – o qual ainda hoje se acha em posse dos seus descendentes. Trata-se de uma série de notas breves mas elucidativas destinadas a que um filho que jamais fora à Índia e que se preparava para partir de Portugal para o Brasil não esquecesse a sua herança goesa¹⁷⁴⁵. É daí que extraímos os dados que se seguem, relativos aos Quadros Flores: *“Caetano José Flores, cazado com D. Quitéria..... A sua residência era em Chicalim, Província de Salsette, Estado de Goa. Houve deste matrimónio apenas um filho, que foi = Manoel Salvador Flores, que casou com D. Benta Rosaura de Quadros, filha de António João de Quadros, de Loutolim, e de D. Maria Benedicta de Souza – casaram e residiram algum tempo em Chicalim, mas em consequência da invasão d’uma epidemia tiveram de mudar a residência, primeiramente para Loutolim, e ao depois para Velção, Província de Salsette, aonde existe, hoje as cinzas de ambos elles, e a casa de habitação da mór parte dos seus descendentes”*.

Foram filhos deste casal:

4-II-1) Caetano José Flores, *“que casou em primeiras núpcias com D. Veridiana Xavier, a qual faleceu, sem deixar filhos. Casou em segundas núpcias com D. Quitéria Avelina de Mello – tem deste matrimónio os seguintes filhos”*:

a) D. Veridiana Flores, *“que está casada e tem filhos”*;

¹⁷⁴⁰ Consulte-se neste anexo o título Melo, da Raia, ponto 7-I).

¹⁷⁴¹ Ou Benedita, segundo António João Flores.

¹⁷⁴² Encartado antes de 1824, altura em que era cirurgião da praça de Mormugão. Veja-se o nexo I: documentos avulsos – nº 203.

¹⁷⁴³ Costa, Pedro do Carmo (2004), 219.

¹⁷⁴⁴ Veja-se *infra* ponto 4-I).

¹⁷⁴⁵ Costa, Pedro do Carmo (2004), 270 a 272.

b) D. Rosa Flores, “*que morreo solteira aos 22 anos de idade*”;

c) Manoel Salvador Flores, “*que está em vespas de mudar d’estado*”;

d) Caetano Francisco Flores, “*que está cursando a Escola Médico-Cirúrgica de Goa*”;

e) Luís Leopoldo Flores, “*meo afilhado, que está cursando a Escola Mathematica de Goa*”. Apesar de nos apontamentos do tio e padrinho ser dado como estudante de matemática optou pela vida forense e obteve *provisão* para advogar em Goa. De acordo com Aleixo Costa, nasceu em Velção no dia 9 de novembro de 1847 e morreu em Banguecoque a 16 de abril de 1917. Segundo aquele autor, “*Foi advogado na comarca de Goa, com larga folha de serviço como subdelegado do Julgado de Diu e Conservador do Registo Predial, em Damão. Posteriormente, entrou no quadro consular, sendo nomeado chanceler do consulado de Bombaim e, mais tarde, do de Rio Grande do Sul, no Brasil. Promovido a consul-geral em Bangkok, manteve-se nesta situação até que, sendo elevado este consulado à categoria de Legação, na qualidade de 1.º oficial do Ministério dos Estrangeiros foi ali conservado como ministro encarregado dos negócios e lá faleceu. Pertenceu às Sociedades de Geografia de Lisboa, Berlim e Leipzig, e a várias outras, bem como às Academias de Var (Toulon) e do Ceará; e aos Institutos de Coimbra e do Pernambuco. Era cavaleiro da Real Ordem de Isabel a Católica, e da Ordem de S. Tiago, de Mérito literário, científico e artístico*”. Deixou alguma obra relacionada com a sua passagem pelo Brasil. Por um lado, dois estudos (*A nacionalidade dos filhos de pae portuguez nascidos no Brazil. Estudo comparado das legislações portugueza e brasileira sobre este assunto*, editado no Rio Grande do Sul em 1895; e *Regimen de reciprocidade em vigor entre o Brazil e Portugal, Hespanha, Italia, França ou Alemanha ou annalyse do decreto brasileiro de 8 de Novembro de 1851 que regula a arrecadação dos espólios de súbditos estrangeiros fallecidos no Brazil e vice-versa*, publicado em Lisboa no ano de 1901). Por outro, uma monografia, também dada ao lume em Lisboa, intitulada *Estudos do Rio Grande do Sul. Apontamentos históricos, chorographicos e estatísticos para relatório consular*¹⁷⁴⁶. Casou com D. Maria Amélia Leopoldina d’Azevedo (?), nascida em Goa, de quem houve: **(i) Luís Carlos Manuel de Melo Flores**, nascido em Damão, secretário do consulado português em Banguecoque; e **(ii) Carlos Ernesto de Melo Flores**, nascido no Rio Grande do Sul (Brasil);

4-II-2) Quitéria, “*que morreo de 7 annos de idade*”;

4-II-3) D. Maria Mafalda da Natividade Flores, “*que se conserva solteira*”; neste estado morreu em Velção no dia 29 de junho de 1866;

4-II-4) Francisco António, o qual também “*morreo de menor idade*”;

4-II-5) D. Prisca Esmeralda Flores, casada com José Lourenço do Patrocínio Fernandes, de Bogmaló, de quem teve descendência;

4-II-6) Filipe Nery, igualmente falecido “*de menor idade*”;

4-II-7) D. Maria Inês Flores, que solteira faleceu em Velção no dia 28 de setembro de 1888. Carmo Costa cita um excerto de um dos necrológicos que então se escreveram, onde se

¹⁷⁴⁶ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 413 e 414.

considerava ser a falecida “*senhora muito caritativa e dotada de outras prendas. Pertencia a principaes famílias e a sua morte foi sentida pelos que a conheciam*”¹⁷⁴⁷;

4-II-8) António João Otão Francisco de Assis de Santa Dulcina Flores, nascido em Loutolim no dia 5 de fevereiro de 1820 e aí batizado solenemente a 2 de março do mesmo ano. Foram padrinhos os seus tios padre Miguel Filipe de Quadros e D. Justa Felicidade de Quadros. Morreu em Alter do Chão a 2 de julho de 1898. Sobre a vida e obra deste clínico dispomos não só de alguns parágrafos da sua própria autoria insertos nos *Apontamentos* de 1865 a que já fizemos alusão, mas também de uma larga biografia publicada no “Boletim Colonial” em julho de 1893¹⁷⁴⁸. A primeira permite-nos um vislumbre das dinâmicas familiares das elites *naturais* católicas salsetanas da época: “*Nasci em Loutolim aos 5 de Fevereiro de 1826. Fui baptizado na Igreja Parochial daquelle povoação e foram meus Padrinhos os meus Tios Maternos, D. Quitéria de Quadros (sic), e Padre Miguel Filippe de Quadros. Este meo Tio he hum dos mais notaveis, que tem o Estado de Goa, pela sua vasta, e variada erudição; existem apreciaveis opúsculos delle – Recebi as primeiras liçoens de leitura, e escrita de meu extremoso Pae – Tive a desventura de perder na idade de sete annos o mais virtuoso dos homens, o melhor dos Paes – Conhecendo que estava próxima a sua hora de passamento, apertou-me contra o seu peito, dizendo que eu era o filho, que deixava com mais pesar; deitou-me a sua última benção, e imprimio dous ósculos, um na testa e outro na bôca, dizendo que o primeiro era de Pae e o segundo de Amigo!!! Em seguida incumbio-se da minha educação o meu Irmão Caetano, que, em perto de dous annos de ensino, não conseguiu de mim adiantamento algum, provavelmente por o meu Irmão ter adoptado o methodo do rigor, e de castigos, em lugar de me acarinhar, e estimular, como faria o meo Pae – Depois de nove annos d’idade fui recebido no Collegio do meu Tio e Padrinho. Forão rapidos os meus progressos nesses Estabelecimento – Aos 21 de Fevereiro de 1841 embarquei na Charrua Princeza Real, entrando no número de Estudantes patrocinados, que o Governo mandou viessem dos Estados da India para Portugal – Esta minha resolução de vir a Portugal só encontrou apoio no meo Padrinho, e no meo Irmão – A minha Carinhosa Mae predisse que não me tornaria a ver!!! Entrei no Tejo aos 22 de Agosto de 1841, e nos fins de Setembro seguinte parti para Coimbra¹⁷⁴⁹ – aos 19 annos de idade já era Bacharel em Philosophia Natural – No anno lectivo de 1851 a 1852 fiz a formatura em Medicina, tendo sido laureado com os primeiros prémios em todos os annos do meo Curso, em que se conferirão distincçoens – Em meo poder existe hum documento, do qual consta que, se os perdoens d’actos não obstassem a que fossem conferidos os premios, eu seria contemplado no 4.o e 5.o anno medico, com iguaes distincções às que conseguira nos primeiros 3 annos – Nas informações finaes obtive dous MMBB. Tive a immerecida honra de ser convidado pela Faculdade para me doutorar gratuitamente por distincção, com o fim de seguir a Carreira do Magistério da Universidade, honra, que recusei por condescendencia com a minha esposa, e com a familia della – Tomei posse do partido de medicina de Monforte do Alentejo aos 5 de Agosto de 1852, Aos 8 de Fevereiro de 1854 abandonei aquelle partido para tomar posse do desta Villa (de Alter do Chão)”*.

A par deste retrato na primeira pessoa existe então a *Biografia do Dr. António João Flores, Médico do partido municipal de Alter do Chão* publicada em 1893: “*(...) António João Flores nasceu a 6 de fevereiro de 1826, em Lotolim da comarca de Salcete no Estado da India Portuguesa, no solar dos Quadros. Foram seus paes Manuel Salvador Flores, homem de grande intelligencia e distinctissimo medico, e D. Benta Rozaura de Quadros, senhora de exemplares virtudes, e, como tal, perfeito modelo das mães de familia. No espirito do filho synthetisaram os*

¹⁷⁴⁷ Costa, Pedro do Carmo (2004), 219.

¹⁷⁴⁸ Ambos integralmente transcritos por Carmo Costa no trabalho a que temos vindo a fazer múltiplas alusões – Costa, Pedro do Carmo (2004), 263 e ss.

¹⁷⁴⁹ Matriculou-se em filosofia a 12 de outubro de 1842, em matemática dois dias depois e finalmente em medicina a 27 de outubro de 1845 – consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (António João Flores).

dotes moraes dos progenitores, e é assim que António João Flores se nos revela como um character do mais fino oiro e como uma intelligencia de subidos quilates. A morte roubou lhe muito cedo o seu extremosissimo pae. Aos nove annos, quando António João Flores entrou para uma casa de educação, os seus mestres reconheceram n'elle as primeiras manifestações d'um talento a desabrochar. E elle confirmou as previsões dos seus preceptores, completando na idade de 15 annos o seu curso de instrucção primária e secundaria, sempre guiado nos estudos pelo seu tio, o padre Miguel Filippe de Quadros, um dos mais habéis professores de Goa. Como denunciasse grandes aspirações scientificas e manifesta aptidão, foi mandado para Portugal a fim de se matricular na Universidade de Coimbra. Embarcado, no dia 21 de fevereiro de 1841, no porto d'Agoada, a bordo da charrua de guerra Princeza Real, que conduzia grande numero de filhos da India, chegou a Lisboa no dia 22 de agosto do mesmo anno. Em Setembro de 1841, seguiu António João Flores para Coimbra a fim de realizar o seu perseverante intento, mas como o regulamento da Universidade não lhe facultasse a entrada n'aquelle estabelecimento antes de completar 16 annos de idade, teve de continuar, durante o anno lectivo de 1841 a 1842, os estudos preparatórios do lyceu, de que aliás não carecia. Em tempo competente, matriculou-se na faculdade de medicina, estudando com notável aproveitamento, nos tres primeiros annos, todas as disciplinas professadas na primeira e segunda cadeiras da faculdade de mathematica, e na primeira, segunda, terceira, quarta e quinta da faculdade de philosophia, que n'esse tempo constituíam s preparatórios da instrucção superior, e por consequente da faculdade de medicina. No anno lectivo de 1844 a 1845, repetiu, como alumno ardinario, os actos do primeiro e segundo anno da faculdade de philosophia, tomando o grau de bacharel. Matriculado no anno lectivo de 1846 a 1847 na faculdade de medicina, já elle se preparava para colher os louros que lhe promettiam a sua pouco vulgar aptidão e o seu aproveitamento scientifico, quando uma pertinaz doença, que se prolongou durante nove mezes, lhe fez interromper os estudos. N'esse tempo em que a mocidade academica, cheia de idéias generosas e refractaria á sujeição do espirito, não pensava em empregos publicos, mas sim em servir a patria, não é de admirar que António João Flores sympathisasse com a revolução que então lavrava em todos os espiritos e em todos os quarteis. Por isso, não hesitou em tomar parte, com todo o entusiasmo, no mallogrado pronunciamento acadêmico na noute de 8 de março de 1844, nem alistar-se em maio de 1847, ainda convalescente da gravissima doença que soffrera, como soldado convicto e fiel das phalanges democraticas e defensor da causa popular, no heroico batalhão acadêmico que a junta governativa do districto de Coimbra mandara organizar com os estudantes que voluntariamente se offercessem para esse fim. Foram relevantissimos os serviços que o joven academico e seus bravos collegas prestaram n'essa occasião, procurando libertar a patria do jugo do despotismo tyrannico e feroz dos reaccionarios governos cartistas. Passaram fome, fadigas e perigos desde a tomada do forte de Santa Catharina, na Figueira da Foz, até ai aprisionamento da esquadilha da junta do Porto, pela esquadra combinada das tres nações – França, Hespanha e Inglaterra –, que a pedido da rainha e do seu nefasto governo intervieram, á mão armada, no pleito que a nação derimia com os seus despoticos governantes, e encurralaram as forças expedicionarias, durante trinta e nove dias, na praça de S. Julião da Barra, em cujas ameias fluctuava, em lugar da bandeira das quinas, o pavilhão britannico, sendo feita a sua guarnição por soldados inglezes!! António João Flores que na noute seguinte á do dia do seu desembarque em Lisboa fôra atraioeiramente agredido e ferido com duas baionetas por alguns vadios de que se compunha a quadrilha organizada pelo governo com o pomposo nome de batalhão dos ricos proprietarios do Algarve, ainda hoje se recorda d'esse tempo ominoso, em que se affrontaram vilmente os brios da nação e se practicaram as maiores infamias. E como as epochas tristes se renovam, não devia ter ficado surprehendido, quando a ameaça brutal d'essa nossa velha e fiel alliada obrigou o governo portuguez a retirar de Moçambique todos os exploradores que por lá andavam, quaes sentinelas vigilantes da honra e do patrimonio da nação, nem quando o seu Ultimatum nos annunciou o bombardeamento, caso não se cumprissem as suas ordens. Os tempos já mudaram. Hoje, os que

combateram contra a Inglaterra, e lhe marearam momentaneamente o prestígio, andam de braço dado com os Cameron, companheiros dos Johnstons e Buchmans, são sócios ou directores de companhias inglezas, e possuem avultadissimas fortunas. Então, os que luctavam contra o exercito inglez, que vinha defender o despotismo da rainha, eram lançados nas masmorras e levavam baionetadas. O paiz coalhara-se de bandidos e salteadores que possuíam patentes assignadas pelos despotas, para fusilarem e enforcarem os liberaes. E a nação cançada, senão subjugada, voltava á sua vida regular, arrependida, talvez, dos sacrificios que fizera para sustentar um throno levantado sobre esqueletos e cimentado com sangue, quando podia ter dado mais um passo adiante, fazendo obra perfeita. Tendo cessado os motivos que determinaram a criação do batalhão academico, e sendo aberta a Universidade em 1847, os bravos estudantes atiraram para longe de si as armas já inuteis, entregando-se aos labores escolares, que são as luctas da paz. António João Flores concluiu o curso de médico com os mais brilhantes exames, obtendo no primeiro anno o Primeiro Partido (sic), no segundo e terceiro os Primeiros Premios e nas informações finaes dois MMBB. Como nos annos lectivos de 1850 a 1851 e de 1851 a 1852 a dispensa de actos tivesse sido impedimento para a concessão de distincções académicas, os professores do quarto e do quinto ano do curso medico lhe passaram, expontaneamente, honrosos atestados, declarando que ao alumno António João Flores teriam conferido, se lhes fosse permittido por lei, premios iguaes aos que elle obtivera nos annos anteriores. Em 1851 ainda o paço conspirava a favor do despotismo, e as novas arremetidas da realeza produziam profundo descontentamento no povo e principalmente no exercito, atacado no mais querido os seus chefes, o marechal Saldanha, que fôra desconsiderado pela rainha com a demissão do cargo de mordomo-mór, em recompensa dos serviços que lhe prestara, poucos annos antes, seguranto o throno e a corôa. A academia conimbricense, em vista d'estas novas provações, voltou a campo, pronunciando-se a favor de Saldanha e instigando a brigada do general Mesquita a aderir á insurreição. Foi António João Flores quem mais influiu e concorreu para o bom exito d'esta empresa. O talentoso estudante sabia, porem, harmonisar os principios democraticos com os preceitos de boa educação, e isto explica a sympathica attitude que elle tomou, quando em 1852 alguns academicos, notaveis pelo seu talento, se opunham a que a rainha fosse ali dignamente recebida pela academia. Trabalho e conseguiu vencer essa opposição, não se importando que tao nobre procedimento merecesse o desfavor de alguns academicos que depois se congraçaram com o paço. António João Flores expoz o peito ás balas, não por um throno ou por um sceptro, Defendeu uma idéia grande, a liberdade ameaçada por uma rainha que principiava a saborear as delicias da prepotencia, do arbitrio, das varadas e dos fusilamentos. O despotismo, d'ahi para cá, mascarou-se com seda azul e branca e perfuma-se. Rasga a Carta e enche as prisões e presigangas, sempre que a onde popular ameaça salpicar a dynastia. Fecha os clubs, prohibe as reuniões, põe um torniquete ao redactor que diz a verdade e um cadeado na boca do orador que denuncia a podridão que alastra o paiz, tudo com o fim de evitar que a atmospheria carregada de electricidade fusile contra a chave do systema constitucional. Se António João Flores tivesse seguido a esteira dos seus condiscipulos, já teria sido ministro, e saborearia as succulentas prebendas de que gosam os favorecidos do regimen; teria palacio, trem, creados de farda; falaria ao rei; beijaria a mão da rainha; daria conselhos; entraria em syndicatos; seria accionista de Bancos e Companhias de caminhos de ferro. Mas preferiu seguir rumo diverso, contentando-se com o supremo goso de viver modestamente n'uma pequena villa alemtejana, como medico do partido municipal. Em 1852 teve um desejo justissimo – o de voltar a Goa, como lente de qualquer cadeira da escola medico-cirurgica d'aquella provincia. A sua pretensão não logrou, porém, despertar as sympathias do ministro. Em 1853 requereu o logar de phisico-mór do Estado da India, que devia ser provido por meio de concurso documental, como annunciara o Conselho de Saude Naval, e foi por este classificado em primeiro logar. Mas o governo de então, como hoje, considerava os cargos publicos como patrimonio dos seus afilhados e compadres, entendeu que fazia um grande favor para os povos de Goa, mandando para lá o medico Eduardo Freitas,

recommendo e imposto por José Estevão que, diz-se, pagara d'esta maneira uma divida contrahida, quando estudante, com a espoza de quem fôra beneficiado pelo omnipotente ministro com um cargo que esse ditoso marido nem sequer se atrevera a disputar em concurso, como affirma que tem razão de saber. Ao veredictum de um jury antepoz se o arbitrio do ministro, como se esta houvesse sido a intenção da lei dos concursos. Para cohonestar a injustiça flagrante de tão escandalosa e revoltante preterição invocou-se o futililissimo e eterno pretexto de não ser conveniente a collocação de filhos do ultramar em cargos importantes nas terras do seu nascimento. E assim se fechou a porta da escola medica de Goa a um talento de primeira ordem, que certamente lhe teria prestado valiosissimos serviços, elevando-se á altura a quem (sic) tem direito, e a que ella aspira chegar. António João Flores nunca mais pensou em regressar ao seio da família, pois que o despotico ministro assassinou toda a esperança que elle tinha de abraçar os parentes e os amigos que deixara na India. Em 5 de agosto de 1852 tomou posse do partido medico do concelho de Monforte, que lhe foi offerecido pela camara municipal do mesmo concelho. Não obstanta ter ali tido muito pouca demora, conseguiu conquistar geraes sympathias, sem distincção de classes ou posições sociaes. Em fevereiro de 1854 aceitou o partido municipal de Alter do Chão, onde se conserva até esta data. Em dezembro do mesmo anno casou com D. Thereza de Jesus Gusmão Mexia Lobo, filha de Gaspar Lopes de Gusmão, superintendente das reaes manadas de Alter do Chão, a qual lhe levava, como inestimavel dote, um espirito candido e um coração limpido, realçados por uma esmeradissima educação moral e social. De tao acertado consorcio nasceram duas filhas, que os paes acariciavam e idolatravam em extremo, como fructos preciosissimos que eram d'essa selecta alliança. Perderam ambas em Abril de 1863. A morte ceifou-as, uma apoz a outra, com intervallo de dois dias e meio, arrebatando também a mãe, no dia 28 de dezembro de 1886. Já entraram, pois, nos abysmos do tumulto os entes queridos que Antonio João Flores mais amava, legando-lhes a mais cruciante magoa e uma vivissima e indelevel saudade. Como tudo é efêmero n'este mundo! António João Flores foi convidado em 1855 pela Faculdade de Medicina ao doutoramento para que podesse encetar depois a carreira de magisterio. Este honrosissimo convite foi feito por intermedio do dr. António Augusto da Costa Simões. As instancias da espoza e da familia d'esta obrigaram-no, porém, a renunciar tão brilhante carreira. Na epidemia da cholera asiatica que em 1857 assaltara os concelhos de Alter do Chão e Monforte, lançou-se denodadamente nos braços do traiçoeiro inimigo que no delirio da sua perversidade escolhe ás vezes para victimas predilectas os que se atrevem a combatel-o, e deu provas inequivocas do seu valor e abnegação, recebendo, por isso, os mais honrosos elogios do Conselho de Saude Publica e do seu delegado no districto de Portalegre. Em janeiro de 1869 tomou conta do logar de subdelegado de saude do concelho de Alter do Chão, que desempenhou por espaço de 17 annos sem receber os mais insignificantes proventos, nem mesmo quando ali grassou a epidemia. O documento em que se lhe concedeu a exoneração d'esse cargo, mostra a valia dos serviços que elle ali prestou. Escreveu varios artigos de interesse publico e alguns de interesse da localidade aonde vive, em diversos jornaes da capital e das provincias. Muitos artigos seus ácerca de assumptos referentes á sciencia que professa, se encontram em jornaes medicos. Em 1889 publicou um folheto, esboçando a largos traços, a parte em que tomaram na acção do Alto do Viso os voluntarios do batalhão academico de Coimbra, organizado em 1846. Este excellente trabalho tem o titulo seguinte: Noticia historica do batalhão academico de 1846-1847. António João Flores abandonou inteiramente a politica depois que o antigo partido da junta do Porto, fraccionando-se, deu origem a dois grupos – o historico e o regenerador. Comtudo, a pedido do duque de Loulé, que o honrava com a sua estima, e de Santos Silva, que lhe tributava a mais profunda affeição de irmão, tomou parte activissima em duas das luctas eleitoraes, que teem havido no concelho de Alter, alcançando em ambas ellas a mais completa victoria. A onda do egoismo e do interesse, que ameaça subverter tudo quanto ha de honrado e digno n'este paiz, não concluiu por ora a sua obra, dissolvendo todos os grandes caracteres.

Ainda restam algumas reliquias, como o medico António João Flores, que serão chamadas, por sua vez quando estiver em perigo de ir a pique”.

Como vimos, casou em Alter do Chão no dia 11 de dezembro de 1854 com D. Teresa de Jesus de Gusmão Mexia Lobo. Esta era filha Gaspar Lopes de Gusmão, comendador da Ordem de Cristo e superintendente das reais manadas de Alter, e de sua segunda mulher D. Maria Fortunata Mexia Lobo Corte-Real, de Arraiolos. D. Teresa de Jesus era assim irmã de António Lopes de Gusmão Mexia Lobo, barão de Brissos pelo seu casamento com a baronesa do mesmo título, D. Ana Luísa Caldeira Castello-Branco Xavier Limpo Vieira. O parentesco com o barão de Brissos foi surpreendentemente mais enfatizado em Goa por Miguel Vicente de Abreu do que a carreira e a intervenção política do biografado: *“o bacharel em medicina, Antonio João Flores, bramane, natural de Velção de Salcete, actualmente residente em Alter do Chão no districto de Portalegre; e concunhado da baroneza de Mesquita de da baroneza de Brissos”*¹⁷⁵⁰.

Foram filhas deste casal:

a) Rosa Benta de Gusmão Flores, a qual, segundo as notas do seu progenitor *“nasceo aos 26 de Fevereiro de 1856, e falleceo aos 25 de Abril de 1863 d’uma angina diphtérica!!!”*;

b) Benta de Jesus Gusmão Fores, *“que nasceo aos 6 de Novembro de 1858, e falleceo aos 22 de Abril de 1863, d’uma febre perniciosa cerebral!!!”*, acrescentando António João Flores: *“As cinzas destas duas idolatradas filhas, que eu choro, chorarei toda vida, existem no Cemitério desta Villa (de Alter do Chão) – Meu filho, exijo, que na tua volta a Portugal faças uma visita ao cemitério, em que jazem os restos mortaes das tuas angélicas irmãzinhas, e em que provavelmente jazerão os do teu Pae”*.

Em Coimbra António João de Quadros teve ainda solteiro:

c), d) e f) filhos naturais, nascidos em Coimbra, irmãos inteiros de António Emílio de Quadro Flores, dos quais nada se sabe;

g) António Emílio de Quadros Flores, filho natural, legitimado. De acordo com os apontamentos que o pai lhe ofereceu em vésperas de uma partida para o Brasil, *“Tu, meu filho, sabes que nasceste em Coimbra aos 20 de Novembro de 1850. Alem de ti, tive da tua Mãe três filhos – Só tu hoje (1865) és vivo!”*. Exposto, deu entrada no Asilo da Infância Desvalida da sua cidade natal em 1856. Cedo se aplicou aos estudos em Coimbra, que prosseguiu no Porto, no Colégio do Espírito Santo e no Colégio de Nossa Senhora da Lapa. Após uma passagem pelo Brasil, retorna a Portugal e opta por enveredar pela carreira militar, pelo que se matricula no curso da arma de infantaria em 1875. A partir daí, a sua ascensão no seio do exército português é gradual, vindo a aposentar-se em 1910 graduado em General de brigada. Dedicou-se também ao ensino. Cavaleiro da ordem de S. Bento de Avis. Morreu em Guimarães, onde se havia fixado, a 29 de abril de 1934. Aí casara no dia 12 de Março de 1887 com D. Ana de Jesus Pereira, filha de José António Pereira da Costa e de D. Rosa de Jesus Pereira. Tiveram descendência, designadamente o coronel **António de Quadro Flores** (1888-1976). Este tomou parte ativa no 28 de maio de 1926 e deixou várias publicações¹⁷⁵¹;

4-III) D. Maria Francisca de Quadros, que permaneceu solteira, tendo morrido em Loutolim em dezembro de 1869. Carmo Costa reproduz o necrológico que então lhe dedicou “O Ultramar”: *“Faleceu*

¹⁷⁵⁰ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 16.

¹⁷⁵¹ A geração do General Quadro Flores, bem como uma biografia mais detalhada do mesmo, acha-se descrita com detalhe em Costa, Pedro do Carmo (2004), 221 e ss.

em sua casa em Loutolim, D. Maria Francisca de Quadros, irmã do pe. Mestre reverendo Miguel Filipe de Quadros. Pertencia a uma das principais famílias deste concelho”¹⁷⁵²;

4-IV) Padre Miguel Filipe de Quadros, “*Vieira do púlpito indiano*”, “*génio que irradiou fulgurante para a glória e honra das letras pátrias, e conhecido até na europa, como mestre dos mestres*”, “*decano dos (...) mestres*” de Salcete (terra “*mui dada às letras sagradas e profanas*”) – assim definem este eclesiástico que se devotou ao ensino em terras de Goa quer Gomes Pereira, seu parente por aliança, quer o escritor português Tomás Ribeiro no segundo volume de *Jornadas*. O *padre-mestre*¹⁷⁵³ Quadros nasceu em Loutolim no dia 12 de novembro de 1794. Após ter terminado a sua formação teológica em Rachol, foi ordenado na capela do palácio arquiepiscopal de Panelim por D. Frei Manuel de S. Galdino a 12 de dezembro de 1818. Desde cedo se dedicou ao ensino, pelo que não surpreende que tenha fundado na sua terra natal o colégio de S. Miguel. Neste estabelecimento, “*que tinha acomodações para 40 alunos*”, apenas quatro professores estavam encarregados do ensino de uma quantidade considerável de matérias. Aí se lecionava não só o correspondente ao ensino básico (“*ler, escrever e contar*”), como também português, latim, inglês, francês, retórica, geografia, história, aritmética, geometria, filosofia moral e racional e física, para além de “*música vocal e instrumental*”. O governo local apoiou o Padre Quadros, não só através da aprovação dos estatutos do colégio (por portaria de 29 de fevereiro de 1840) mas também com a atribuição de um subsídio de 1440 xerafins. A instituição não funcionou regularmente durante um período de tempo dilatado, pois o seu fundador e principal dinamizador foi designado professor do seminário de Rachol em 1858. Aí permaneceu até 1867. No entanto, pelos bancos do colégio de Loutolim passaram “*inúmeros mancebos não só de goa, mas até das longínquas terras de Macau*”. Proprietário abastado, o padre Miguel Filipe de Quadros integrou o número dos sócios da Sociedade Patriótica da Agricultura dos Baldios das Novas Conquistas. Loutolim não ficava, de facto, distante das fronteiras desses territórios. Como Carmo Costa assinala, “*Muitos desses baldios passaram, mais tarde, a ser propriedade dos sócios dessa sociedade*” – o que provavelmente sucedeu com os Quadros. Foi também um dos mais apreciados oradores sagrados da Goa da época – Aleixo Costa não hesita em classificá-lo como “*notável pregador*” –, tendo deixado impressos algumas das suas alocações: um “*Sermão de S. Francisco Xavier, pregado na igreja de Bom Jesus, em 3 de Dezembro de 1859*” e a “*Oração fúnebre que aos 15 de Fevereiro último foi recitada na igreja da vila de Margão pelo muito reverendo Miguel Filipe de Quadros na trasladação dos despojos mortaes da Ex.ma Sr.a D. Ignácia de Conceição Menezes, viúva do Conselheiro Bernardo Peres da Silva*” (Margão, tip. de “O Ultramar”). Note-se que se tratava em qualquer um dos casos de ocasiões de inegável importância local, pelo que a escolha do orador obedeceu certamente a rigorosos processos de seleção. Por um lado, falamos de um sermão destinado a ser apresentado numa festividade religiosa que revestiu especial solenidade e que foi publicado posteriormente numa obra que conheceu grande difusão na época: a reedição de 1861 do *Resumo historico da maravilhosa vida, conversões, e milagres de S. Francisco Xavier* de Nery Xavier¹⁷⁵⁴. Por outro, da intervenção proferida quando da trasladação do corpo da viúva do prefeito Peres, para mais feita em Margão, um dos epicentros do *perismo* e das elites *naturais* católicas.

As linhas de abertura do sermão de 1859 são um exemplo esclarecedor das peças de oratória mais apreciadas na Goa daqueles tempos:

“Que é que vejo!!! multidão de Povo sem conta... D’uma agitação e moto continuo, quaes agoas ondulantes do Oceano, se vêm apinhando para junto de nós! O grande confundido com o pequeno – o rico com o pobre – homens de todos os estados, idades, e condição – sem distincção – em profundo silencio – passo lento – alegria e esperança no semblante – compuncção e ternura no coração, vem todos em ar de supplicantes – curvão o joelho – batem nos peitos! O chefe do Estado com o que ha de mais

¹⁷⁵² Costa, Pedro do Carmo (2004), 207.

¹⁷⁵³ Designação usualmente reservada em Goa aos eclesiásticos que se distinguiram pelo seu saber e cultura e que por isso se dedicavam ao ensino.

¹⁷⁵⁴ Xavier, Filipe Nery (1861), 448 a 455.

lusido, em grande gala, como quem vem festejar a Nação no maior dia de sua gloria! Oh Ceos! Que espectáculo este, que nos pondez hoje diante dos olhos! Concorre-se de todas as partes da India – romeiros de todas as nações, lingoas, côres, crenças, e costumes, vem confluindo quaes torrentes, como no grande dia do Pentecostes, longe dos seus lares, dos seus paizes, como se tivesse raiado sobre as suas cabeças a nova estrella dos Magos, ou soado aos seus ouvidos o terrível estampido do Sinai! Vem attrahidos como que para o monte Santo, que Isaias viu elevado aciam dos mais altos montes da terra!... Que! concorre-se para uma cidade erma e desolada! para uma cidade, outr’ora emporio riquissimo do Oriente, soberba com innumeros trofeos das nações subjugadas, e hoje uma Jerusalem abandonada, corpo sem nome, cadaver sem vida!”

O papel desta solenidade de S. Francisco tão sumptuosamente celebrada e tão noticiada como demonstração da vitalidade do padroado reflete-se na *advertência* final, onde Nery Xavier descreve o que se seguiu ao sermão: “O Prégador pedio em louvor do Santo Aposto quatro Ave Marias; a 1.a pela integridade do Padroado e do seu Real Padroaeiro; a 2.a por este Estado e seu Chefe, Tribunaes, e Repartições; a 3.a pela Sé Metropolitana e seu Cabido, pelo Clero e seus Prelados; a 4.a pelo Prelado estrangeiro aqui presente, e outros estrangeiros, e por nós todos”¹⁷⁵⁵.

Aleixo Costa regista ainda outras duas publicações da autoria do padre Miguel Filipe de Quadros, estas de natureza didática: *Exame philosophico dos dous systemas transcendente e transcendental, sobre a origem dos nossos conhecimentos. Noções preliminares. Conflictos entre os dous systemas e seu resultado em forma de polemica para o ensaio dos candidatos da philosophia* (1862) e *A oratória applicada ou vários discursos oratórios precedidos de preceitos e seguidos da analyse da sua applicação, offerecido aos seus patricios* (Margão, 1864)¹⁷⁵⁶. Na “*Ilustração Goana*” encontramos uma alusão à atividade jornalística que ainda mantinha na década de sessenta: “O muito Rev.do Miguel Filippe de Quadros, a despeito da decadencia das suas forças, vae infundindo no povo elementos scientificos de subido valor, enriquecendo com ellas as columnas da Sentinella da Liberdade, periodico politico, que se tem portado com decôro e honestidade, desde o seu nascimento, E o chronista folga mais de vêr, que o sr. Antonio de Quadros, vai ajudando o respeitavel ancião na sua nobre tarefa, servindo de degráu, para as intelligencias pequenas ganharem o elevado alcance, que demandam as eminentes produções do seu thio”;

4-V) Padre Pedro de Alcântara Cipriano Caetano Luís Januário Benedito de Quadros, que nasceu no dia 9 de dezembro de 1798. Foi ordenado no palácio arquiépiscopal de Panelim a 22 de Fevereiro de 1821 por D. Frei Tomás de Noronha, bispo de Cochim;

4-VI) D. Justa Felicidade de Quadros, que parece ter morrido solteira;

4-VII) Manuel António de São Vicente de Paula de Quadros, o qual foi o 14º filho na ordem de nascimento. Nasceu em Loutolim no dia 17 de dezembro de 1810, no “*solar da antiga, nobre e ilustrada família Quadros*” e morreu nessa mesma localidade a 3 de fevereiro de 1879. Não obstante ter estudado medicina, cedo abandonou a clínica – conforme o seu genro António Xavier Gomes Pereira explica no obituário que lhe dedicou e foi transcrito por Carmo Costa¹⁷⁵⁷: “discípulo dos seus irmãos, os abalisados padres mestres srs. Miguel Filipe e Pedro de Alcântara, cursou com aproveitamento os estudos preparatórios no meio desta pleiade de discípulos importantes, que aqueles mestres deixaram nesta terra, na África, na Europa e na China – applicou-se ao estudo da Medicina e oferecendo-se às provas públicas conseguiu o seu diploma de médico (carta de 29 de Abril de 1839), segundo o sistema anterior ao estabelecimento da escola médica. Aplicado e acertado na profissão, mas sensível por demasia no

¹⁷⁵⁵ Xavier, Filipe Nery (1861), 456.

¹⁷⁵⁶ Para maiores desenvolvimentos, Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 102; Costa, Pedro do Carmo (2004), 207 a 209; Nazaré, Casimiro Cristóvão de (1888 e 1927).

¹⁷⁵⁷ Costa, Pedro do Carmo (2004), 230 e 231.

coração, ficou sossobrado com as mortes continuadas de três irmãos e duas irmãs, até que abandonou a clínica, para se dar à vida agrícola e na educação dos seus filhos. Aterrou muitos pântanos que existiam nos seus campos de Bogmaló e desbastou as moitas neles crescidas; plantando-os de palmeiras, e conseguiu, empenhadamente, por esses e outros meios, restabelecer a salubridade daquela inóspita e epidémica terra, auferindo assim os proventos da sua paciência e trabalho, de sorte que, quando em anos continuados, via reunida muita gente aos ares e banhos em Bogmaló procurar saúde, dizia admirado: “Quem diria uns trinta anos antes esta transformação, e que esta terra seria um empório de saúde?”. Pai desvelado na educação e prosperidade dos seus filhos, foi ainda feliz, pois viu casadas e estabelecidas as suas quatro filhas e instruídos os seus três filhos, sendo um advogado e dois sacerdotes, e todos senhores da pena e da palavra”. Casou na capela de S. Miguel de Loutolim, “anexa à casa dos Quadros”, no dia 6 de outubro de 1842 com D. Ana Quitéria da Piedade Xavier. Esta senhora nascera em Chicalim a 12 de janeiro de 1826, sendo filha de Lourenço Avelino Xavier e de Bernardina Dias, da Raia, onde eram “grandes proprietários”. Neta paterna de Nicolau Francisco Xavier e de D. Ana Maria de Menezes, e materna de Domingos Caetano Dias das Neves e de D. Aurora da Sacra Família Barbosa.

Foram os pais de:

4-VII-1) Miguel Filipe Xavier de Quadros, nascido em Loutolim no dia 27 de julho de 1843. Apesar de ter tomado ordens menores, dedicou-se à vida forense e burocrática e foi advogado provisionário. Segundo o biógrafo da estirpe: “Advogado, funcionário da Fazenda e proprietário. Em 1874 escreveu e encenou uma peça de teatro intitulada Jano ou homem em pundonor. Nomeado Regedor Substituto de Loutolim em Fevereiro de 1882; obteve carta para advogar no julgado de Pondá em Dezembro de 1874; em Outubro de 1874 era chefe da repartição da Fazenda de Pondá; em 1883 era Administrador Substituto do Concelho de Canácona; por portaria de 10/2/1888 passou de 1.º escrivão da secção tributária das Ilhas para Administrador da 2.ª classe da repartição da Fazenda de Pondá, tendo antes sido exonerado do cargo de Administrador Substituto de Canácona por portaria de 12/3/1888; por portaria de 22/7/1893 foi nomeado para delegado inspector local das escolas oficiais de Pondá e Mardol; em Outubro de 1893 era chefe da repartição de Fazenda de Pondá”¹⁷⁵⁸. Casou em Loutolim no dia 10 de janeiro de 1871 com D. Aurora Espiciosa Piedade da Costa, natural de Parrá e filha de Sebastião José da Costa e de D. Eugrefina Agostinha de Melo¹⁷⁵⁹. Tiveram:

a) Manuel António Aleixo Cosme Damião Luís Gonzaga Francisco Xavier Pedro de Alcântara José Caetano Roque Joaquim Diogo Sebastião Inácio André Graciano Filomeno João da Mãe de Deus Santa Quitéria de Quadros (vulgo **Manuel João de Quadros**), nascido em Loutolim, no Bairro Orgão, a 1 de dezembro de 1877 e batizado solenemente (pois já o havia sido em casa *cavsa pericvli*) na igreja da mesma localidade no primeiro dia do ano imediato. Apadrinharam-no o avô paterno e “Rozaria Francisca Barreto, viúva de Pedro Dias de officio mendiga, moradora em Camolim de Raia”. Matriculou-se na faculdade de direito da Universidade de Coimbra a 6/10/898¹⁷⁶⁰. Concluída a licenciatura enveredou pela magistratura: passou primeiro por África e transitou sucessivamente para o lugar de juiz de direito de Quepém e, depois, de Damão. Segundo Aleixo Costa, “Estava para ser promovido a juiz de 2ª instância quando morreu”. É também este autor quem cita uma passagem de António Gracias que julgamos dever reproduzir por de alguma forma espelhar a visão que uma certa elite cultural goesa tinha de Coimbra e do seu ensino: “Muito culto, manejando com proficiência o estilete coimbrão, era de um temperamento ático, mais inclinado aos torneios especulativos da teologia e filosofia, cujos temas sabia desenvolver com profundeza e segurança”. Deixou apenas três

¹⁷⁵⁸ Costa, Pedro do Carmo (2004), 237 e 238.

¹⁷⁵⁹ Veja-se o título Costa, de Parrá e Arporá, ponto 5-V).

¹⁷⁶⁰ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Manuel António de Quadros).

trabalhos publicados, todos de natureza processual e dados ao prelo entre 1914 e 1921. Morreu solteiro no hospital de Ribandar em 1930¹⁷⁶¹;

b) D. Quitéria de Quadros;

c) D. Maurília Paulaciana de Quadros, a qual casou no dia 1 de maio de 1888 com José António da Piedade Barreto Xavier, natural desta vila e “*pertencente a uma das principais famílias locais*”¹⁷⁶². Barreto Xavier morreu precocemente a 20 de fevereiro de 1893. Era filho de Rosendo Barreto Xavier e de D. Engrácia (ou Eugénia) Amélia da Silva. Carmo Costa regista o facto de D. Maurília Paulaciana ter colaborado no colégio feminino que os parentes do marido mantiveram na sua casa em Margão: “*Nesta casa funcionou o “Instituto D. Amélia d’Orleans” onde serviram as D. Eugénia Amélia da Silva Barreto Xavier no lugar de regente, D. Claudina Collaço e Lourenço, no lugar de ajudante da regente e D. Paulaciana de Quadros Barreto Xavier no lugar de ajudante da professora de costura*”¹⁷⁶³. Com geração, designadamente Jacinto Rosendo José Paulo Vicente Barreto Xavier¹⁷⁶⁴;

d) D. Aramita Sebastianinha de Quadros, a qual casou em 24 de abril de 1888 com Francisco Xavier Ernesto Fernandes, natural de Loutolim, onde nasceu (no dia 16 de agosto de 1863) e morreu, a 14 de maio de 1951. Xavier Fernandes foi advogado *provisionário* e funcionário público, tendo trabalhado nos serviços aduaneiros do Estado (dos quais se aposentou como 1º oficial). No entanto, o seu interesse maior foram as matérias históricas. Conforme explica Aleixo Costa, consagrou “*a sua capacidade, o seu esforço e o seu tempo fora das horas do serviço, ao estudo das antiguidades do seu país*”. Sócio provincial da Academia das Ciências de Lisboa e da Sociedade de Geografia de Lisboa, não só deixou variada colaboração nas páginas de “O Oriente Português” (nomeadamente o estudo *Pensão de xendy, um velho imposto*, publicado em 1904) mas também diversas publicações: *Fastos da minha terra* (Bombaim, 1890); *Memória histórico-económica das alfândegas do Estado da Índia Portuguesa* (Sociedade de Geografia, Lisboa, 1899); *Regimen de Sal, Abkary e Alfândegas da Índia, Memória do Tratado de 26 de Dezembro de 1878* (Sociedade de Geografia, Lisboa, 1905); uma compilação da *Legislação aduaneira do Estado da Índia* (Nova Goa, 1905), uma análise crítica que conheceu alguma repercussão na época, intitulado *Índia Portuguesa. Estudos económico-sociais* (Bastorá, 1905) e o trabalho que dedicou a Bernardo Peres da Silva, editado em 1950 como separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, a que deu o título *Nomeação de um filho de Goa para um lugar criado expressamente para ele, pela Rainha D. Maria II* (separata das “*Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*”)¹⁷⁶⁵.

Com descendência, designadamente **D. Argentina Genciana Alarica Francisca Sebastianinha da Piedade Fernandes**, que veio a casar com Lucas António Constantino Brás de Sá¹⁷⁶⁶;

e) D. Celisa Edla da Costa e Quadros, nascida no dia 14 de novembro de 1894. Casou a 13 de maio de 1912 com José Joaquim Francisco Miguel Sebastião Olêncio da Gama Pinto, médico-cirurgião e obstetra pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa. Olêncio da Gama Pinto

¹⁷⁶¹ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 101; Costa, Pedro do Carmo (2004), 238 e 239.

¹⁷⁶² Não conseguimos porém relacioná-lo com Caetano Barreto Xavier. Este último é mencionado no anexo I: documentos avulsos – nº 189.

¹⁷⁶³ Costa, Pedro do Carmo (2004), 240.

¹⁷⁶⁴ Veja-se o título Figueiredo, de Loutolim, ponto 8-I).

¹⁷⁶⁵ Para maiores desenvolvimentos, consulte-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 383.

¹⁷⁶⁶ Veja-se o título Brás de Sá, de Calngute, ponto 12-II).

nasceu em Saligão no dia 1 de abril de 1886 era filho de Durante Faustino da Gama Pinto e de D. Cecília Maria dos Prazeres da Cunha¹⁷⁶⁷ – Com geração;

Conforme esclarece Carmo Costa, “*Miguel Filipe de Quadros, não lhe sobrevivendo descendência masculina, acertou com o seu neto Jacinto Rosendo Barreto Xavier (...) que tomaria por seu herdeiro o seu primeiro bisneto que fizesse uso do apelido Quadros. Esse bisneto foi o segundo filho de José António Barreto Xavier, Jacinto Miguel de Quadros Barreto Xavier, que herdou metade da casa construída pelos padres Pedro e Avelino de Quadros*”¹⁷⁶⁸;

4-VII-2) D. Ana Letícia Filomena de Quadros, casada com o advogado *provisionário* António Xavier Brás Caetano Gomes Pereira, de Siolim. Com descendência¹⁷⁶⁹;

4-VII-3) Padre Lourenço Avelino Xavier de Quadros, que se crê ter nascido em Loutolim. Missionário do padroado, foi ordenado em Bombaim no dia 4 de abril de 1875, onde era professor de português no colégio de Santa Maria. De acordo com Carmo Costa, “*Deixou um importante fundo para se fundar em Loutolim um Colégio Seminário, mas morreu antes de ver realizado esse desejo. O fundo por ele deixado foi usado pelo seu irmão na reconstrução da capela Mãe de Deus. A pedra fundamental desta capela foi por ele benzida no dia 2/9/1901, tendo vindo a falecer pouco depois*”¹⁷⁷⁰. Foi, a par com os seus irmãos Miguel Filipe e padre Pedro de Alcântara Lamartine, o construtor da segunda grande casa da família em Loutolim, situada quase em frente do velho solar dos seus avoengos e comumente conhecida por *casa dos padres Quadros*;

4-VII-4) D. Maria Emiliana Ludovina de Quadros, a qual casou com João Martinho Valeriano Barreto, da Raia, filho do boticário Caetano Isidoro Barreto. João Martinho graduou-se em farmácia pela Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa e foi farmacêutico na sua terra natal, onde era proprietário e “*representante da família e casa dos Valeriano (que se acha extinta por via masculina pelo falecimento do P.e Cosme Camilo Valeriano e de João Pascoal Valeriano)*”¹⁷⁷¹. Com geração.

A família dita *dos Valerianos* contou com dois vultos destacados na Goa do século XIX. Por um lado, o padre missionário Cosme Camilo Valeriano Barreto¹⁷⁷², por outro, o seu irmão Remédio Necessidades Valeriano. Os pais de ambos foram Aleixo Martinho da Costa e Isabel Marinho Pereira. O padre Cosme Camilo nasceu na Raia a 21 de agosto de 1770, tendo sido batizado como Bernardo Cosme de Camilo da Costa. Desconhecemos a data e os motivos que o levaram à mudança do nome. Certo é que alterações deste género eram relativamente frequentes na Goa da época e que o ascendente de que o eclesiástico veio a gozar junto dos seus conterrâneos justificou

¹⁷⁶⁷ Veja-se o título Pinto, de Candolim, ponto 6-III-1), b). No que diz respeito a Olêncio da Gama Pinto: “*nasceu em Anjuna em 1 de Abril de 1886. Fez as primeiras letras e alguns preparatórios em Goa e partiu para Bombaim em 23 de Dezembro de 1901, matriculando-se no colégio de S. Francisco Xavier, onde entrou na 6.ª classe, transitando logo no ano seguinte para a 7.ª e fazendo o exame de Matriculation em 1904. Nos exames de 6.ª classe obteve vários prémios em livros e um pecuniário. Na classe de matrícula foi-lhe conferida a medalha de prata do arcebispo Dalhoff, pela sua aplicação e comportamento. Nos exames de Matriculation na Universidade foi nono na lista geral, e no ano imediato fez exames de P.E. Entrou para a Escola Médica de Bombaim em 1906, terminando o curso em 1910, tendo obtido classificações no 1.º ano para uma scholarship de 10 rupias mensais, que foi conferido a um aluno pobre, embora menos classificado. No 3.º ano ficou colocado na 1.ª classe e teve um scholarship de 10 rupias mensais; tendo concorrido para a Silver Medal do Dr. Gray, em Anatomia, conquistou-a sendo o mais classificado. No 4.º foi classificado em primeiro lugar e obteve dois prémios pecuniários, no valor de 40 rupias mensais. Tendo feito os exames finais em 1910, recebeu o seu grau universitário em Fevereiro de 1911, e regressou a Goa, onde, desde o mês de Março daquele ano, faz clínica livre, no concelho de Bardês, especialmente cirúrgica e obstétrica*” – Cunha, António Maria da (1925), 156.

¹⁷⁶⁸ Costa, Pedro do Carmo (2004), 238.

¹⁷⁶⁹ Consulte-se neste anexo o título Gomes, de Siolim, ponto 5-IV).

¹⁷⁷⁰ Costa, Pedro do Carmo (2004), 233.

¹⁷⁷¹ Costa, Pedro do Carmo (2004), 233 e 234.

¹⁷⁷² José Francisco de Albuquerque dedicou-lhe uma biografia relativamente detalhada na “*Ilustração Goana*”. Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 59, A), IV).

que a família passasse a ser mais conhecida por *Valeriano* do que por Costa. Estudou com os lazaristas italianos que à época estavam em Goa e depois de ordenado foi colocado como vigário na igreja da Graça de Goa. Desentendimentos com o arcebispo S. Catarina levaram-no porém a abandonar o lugar. Ponderou de seguida ingressar na ordem dos teatinos tendo sido dissuadido desse propósito pelo então prefeito e seu parente D. Reginaldo Pimenta. Prosseguiu assim como clérigo secular e foi nessa qualidade mandado missionar em terras do padroado, mais concretamente para Mangalor. O seu biógrafo anota que *“obedeceu sempre sem a mais pequena relutancia”* a estas ordens – afirmação que deve ser devidamente contextualizada: não nos esqueçamos de que naquela época eram relativamente numerosos os padres *naturais* goeses que demonstravam pouca vontade em abandonar a sua terra natal para dar continuidade à obra missionária que o padroado declarava pretender prosseguir. Terá pregado sob ameaças e sofrido perseguições por parte dos soldados de Tipú. Regressado a Goa, foi coadjutor de S. Galdino (cujas prédicas traduzia para concani), o qual o tinha como um dos seus conselheiros. Pregador afamado entre os seus conterrâneos, foi nomeado examinador de confessor e pregador pelo arcebispo. S. Galdino designou-o também vigário geral. O padre Valeriano encarou porém a escolha com desconforto e renunciou o mais rapidamente possível. Apesar de, ao contrário de parte significativa dos demais membros deste tribunal, não possuir qualquer formação em direito (nem sequer em direito canónico), foi desembargador da Relação eclesiástica de Goa. Foi assim, de acordo com o referido biógrafo, um sacerdote *“que mais se distinguiu pela sua santidade e virtudes recônditas, do que pelo seu talento e saber, que com tudo eram grandes”*.

No que diz respeito ao médico Remédio Necessidades, José Francisco de Albuquerque dedica-lhe algumas linhas sentidas ao escrever a biografia do mano clérigo: *“O P.e Cosme Camillo teve um irmão, que também já não pertence á esta vida, tão inflamado de caridade como elle. Era medico, e chamavam-n’o P.e Remedios. Tinha um coração tão generoso, que, ainda depois de velho, corria, até a deshoras, ao primeiro aviso que lhe viesse, acudir á todo o enfermo da freguezia. E note-se que era aquella a época, em que uma tal visita ou um grande numero dellas rendiam, quando muito, uma duzia de mangas, ou algum prato de jagrada. Ainda hoje existe na Raia uma pharmacia, que he conhecida vulgarmente pela denominação de – Botica do P.e Remedios –, e goza ella, até esta data, dos creditos que merecera durante a vida do homem escrupuloso, cujo nome leva”*¹⁷⁷³.

Ismael Gracias complementa: *“Tinha uma pharmacia em casa (botica do padre Remedios) cuja propriedade passou depois a seu sobrinho Caetano Isidoro Barreto”*¹⁷⁷⁴, de Curtorim, boticario por Sua Magestade (carta de 28 de abril de 1834), *que se estabeleceu em casa de seus tios paternos cujos descendentes vivem na Raia*¹⁷⁷⁵. É igualmente este autor que explica a razão de estranhamento o clínico Remédio ser tratado por *padre Remédio* apesar de jamais ter enveredado pela vida religiosa: é que, talvez por influencia do irmão, tinha por hábito *“andar com batina”*. Conhecemos outros membros da estirpe: Manuel Joaquim de Figueiredo, sobrinho de Cosme Camilo e Remédio Necessidades, que foi regedor da paróquia da Raia, e o seu irmão padre Cosme Caetano de Figueiredo;

4-VII-5) D. Rosa de Santa Maria de Quadros, que casou com José Maria da Piedade da Costa, de Curtorim, já viúvo, filho de Manuel Salvador da Costa e chefe da secção tributária de Salsete. Piedade Costa morreu na sua terra natal em julho de 1887. Tiveram a seguinte geração:

a) D. Maria Celestina da Costa, que veio a casar com Joaquim Venâncio do Rosário Gomes Coteto, natural de Benaulim e filho de João Francisco dos Remédios Gomes Coteto,

¹⁷⁷³ Albuquerque, José Francisco de, “P.e Cosme Camillo Valeriano”, in *Ilustração Goana. Periodico Litterario*, tip. do Ultramar, Margão, nº 6, 1864, 5. Reproduzido no anexo I: documentos avulsos – nº 59, A), IV).

¹⁷⁷⁴ Isto é, o sogro de D. Maria Emiliana Ludovina de Quadros.

¹⁷⁷⁵ Gracias, J. A. Ismael (1914a), 216.

abastado proprietário salsetano, e de D. Rita da Piedade da Silva. Joaquim Venâncio Gomes Coteto radicou-se em Vernã e foi vereador da câmara municipal de Salsete. Com descendência¹⁷⁷⁶;

b) D. Quitéria da Costa, falecida solteira;

c) D. Verediana da Costa, igualmente falecida solteira;

d) D. Guiomar da Costa, que também morreu solteira;

e) D. Adélia da Costa, a qual morreu solteira;

f) Manuel Salvador da Costa, nascido em Curtorim no dia 4 de fevereiro de 1885 e falecido em Loutolim a 17 de julho de 1970. À herança paterna juntou a do seu tio padre Pedro Alcântara Lamartine de Quadros, com quem viveu desde tenra idade. Este sacerdote-te nomeou-o herdeiro “*com a obrigação de perpetuar o apelido Quadros nos filhos varões*”¹⁷⁷⁷. Casou com D. Ana Maria Esmeralda Carolina Peres, nascida a 4 de março de 1921 e falecida no dia 31 de dezembro de 1992. Esta senhora era filha de Caetano João Peres, de S. Pedro de Ribandar, e de D. Clotildes Monteiro, de Loutolim¹⁷⁷⁸. Com geração, entre a qual se encontra a família Carmo Costa¹⁷⁷⁹;

4-VII-6) D. Ana Clarina de Quadros, que casou com Francisco António Monteiro, o qual nascera em Loutolim em 1842. Tiveram:

a) Francisco Alexandrino da Piedade Monteiro, nascido em 1872; foi médico graduado pela Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa. Casou com D. Maria Angélica Júlia Leonor da Silveira, de Naroá. Com geração¹⁷⁸⁰;

b) Padre Caetano Francisco Platinho do Rosário Monteiro, nascido no dia 21 de setembro de 1874, bacharel em Teologia pelo seminário de Rachol em 1897 e ordenado a 18 de dezembro do mesmo ano. Missionário no padroado em Cochim, “*onde foi professor do Seminário de Alapé, Auditor do Juízo Eclesiástico, Juiz Pro-Sinodal e Consultor jurídico (1919), Vogal do Conselho Diocesano (1919 e 1934), vindo a desempenhar, ulteriormente, o elevado cargo de Vigário Geral da Diocese de Cochim (1935) e Encarregado do seu Governo (1936). Foi Administrador Apostólico entre 1938 e 1942*”¹⁷⁸¹;

c) D. Teresa Clarina Monteiro, casada com Miguel Marcelino Álvares, de Margão, de quem teve geração;

4-VII-7) Padre Pedro de Alcântara Cosme Damião Luís Gonzaga Lamartine de Quadros, nascido em Loutolim e falecido no dia 31 de junho de 1921. De acordo com Carmo Costa, foi ordenado “*pelo Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, na Igreja do Seminário de Rachol a 9 de fevereiro de 1879*”. O padre Pedrinho, como era conhecido pelos seus conterrâneos, dedicou energias consideráveis a duas obras que ainda hoje perduram. Por um lado, ao património familiar; por outro, à capela da Mãe de Deus de Devoty (Loutolim). No que diz respeito aos bens da família, não só mandou edificar uma casa nas propriedades que os Quadros possuíam em Bogmaló como

¹⁷⁷⁶ Costa, Pedro do Caro (2004), 244 e 245.

¹⁷⁷⁷ Costa, Pedro do Carmo (2004), 245.

¹⁷⁷⁸ Veja-se os títulos Álvares de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 4-V-4), a) e Monteiro, de Candolim, ponto 12-III).

¹⁷⁷⁹ Costa, Pedro do Carmo (2004), 247 e ss.

¹⁷⁸⁰ Costa, Pedro do Carmo (2004), 256.

¹⁷⁸¹ Costa, Pedro do Carmo (2004), 255 e 256.

foi o responsável – a par com os seus irmãos Miguel Filipe e padre Lourenço Avelino – pela construção da já citada *casa dos padres Quadros*, em Loutolim. Carmo Costa, descendente direto da estirpe, explica-nos a razão de ser do aparecimento desta morada: na geração do padre Pedro de Alcântara “*acontece algo incomum neste típico enredo familiar goês: para além de dois irmãos sacerdotes, temos a existência de dois irmãos a constituírem família. Acontece assim a cisão da família Quadros em dois ramos: o ramo primogénito, que continua no antigo solar e um segundo ramos que edifica nova casa, muito próxima da outra, mas de dimensões significativamente maiores. Esta segunda casa, na altura conhecida por Casa dos Padres (por ter sido edificada pelos irmãos Padres Pedro de Alcântara Lamartine de Quadros e Lourenço Avelino Xavier de Quadros), foi edificada nos últimos anos de 1800 tendo sido inaugurada com grande solenidade em princípios de 1900. Sobre este palacete, é dedicado um sub-capítulo da obra de Helder Carita. Trata-se de um bom exemplo do estilo neogótico que passou a vigorar na arquitectura civil indo-portuguesa, nos finais do século XIX. Esta casa apresenta-se, pela sua larguíssima varanda, como uma variação tipológica da casa de pátio, numa progressiva adaptação da casa indo-portuguesa às condições climáticas da Índia e às tradições vivenciais das famílias Goesas. Sem acentuação de alpendre, a vastíssima varanda desenvolve-se ao longo de toda a fachada, sendo a sua cobertura na continuação do telhado. A varanda, tão larga como comprida, transforma-se numa privilegiada sala de estar e proporciona um eficaz arejamento a toda a sequência de salas e quartos que se abrem sobre ela. Lateralmente, a casa apresenta ainda outra varanda em alpendre, com colunas e decorações de folhagens com desenhos*”¹⁷⁸². Carmo Costa não deixa também de transcrever as considerações do autor sobre o jardim fronteiro ao casarão e sobre o seu afamado oratório, cuja “*talha envolve peças de porcelana Companhia da China, lembrando o famoso tecto de porcelana chinesa e talha dourada do palácio dos Marqueses de Abrantes em Lisboa*”¹⁷⁸³. Quanto à capela de Devoty, esta foi reedificada e muito melhorada pelo padre Pedro de Alcântara de Quadros e benzoada solenemente no dia 8 de janeiro de 1903¹⁷⁸⁴. A ligação da família ao templo era já forte pois o padre Miguel Filipe de Quadros interviu ativamente na sua construção. Recorremos novamente a Carmo Costa a fim de conhecermos mais da história deste templo: “*Durante a visita pastoral a Loutolim em 1867, o Arcebispo Torres expressou uma forte vontade de construir uma capela no bairro de Devoty. A ideia foi imediatamente tomada pelos paroquianos Pe. Fortunato de Figueiredo e António José de Noronha*”¹⁷⁸⁵, e o primeiro passo foi encontrar uma imagem para a capela que estava por se construir. Estes negociaram com o Vigário Capitular, o Cônego Caetano João Peres, que por um golpe de sorte conseguiu uma miraculosa estátua da Mãe de Deus, venerada no extinto Convento de Daugim. A estátua foi imediatamente transportada para Loutolim e colocada na igreja. Toda a freguesia se quotizou para construir a capela. O Pe. Miguel Filipe de Quadros liderou a frente e em 3/6/1868 requereu, em nome dos bairristas, ao Governador Geral, José Ferreira Pestana, autorização para construção da capela, pedido que foi deferido a 10 do mesmo mês. A 9/1/1870 a dita capela foi abençoada com grande solenidade e a estátua nela colocada. No entanto, todos eram unânimes em considerar que a capela era demasiadamente pequena. Nos 30 anos seguintes um plano para a reconstruir foi posto em prática graças ao zelo e devoção do Pe. Pedro Alcântara Lamartine de Quadros. O P.e Pedrinho, como era conhecido, fora capelão de Mãe de Deus e foi missionar para Bombaim. Aconteceu, porém, que o vapor que o levava para lá sofresse uma terrível tempestade, e na sua aflição o Pe. Pedrinho fez o voto que se Nossa Senhora dignasse salvá-lo, ele voltaria a ser seu capelão, como de facto foi o resto da sua vida, até que pudesse celebrar. A 7/1/1903 a nova capela custando cerca de 50 000 rupias foi abençoada pelo Vigário Geral Mons. Joaquim José Abreu. A ocasião foi solene e houve grande festa. Ainda hoje é uma das mais bonitas capelas de Goa (...). O padre Avelino benzeu a pedra fundamental da nova capela que foi lançada a 2/9/1902 e graças ao

¹⁷⁸² Costa, Pedro do Carmo (2004), 199 e 200.

¹⁷⁸³ Costa, Pedro do Carmo (2004), 201.

¹⁷⁸⁴ Costa, Pedro do Carmo (2004), 202.

¹⁷⁸⁵ Para mais informações sobre o padre António José de Noronha consulte-se neste anexo o título Melo, da Raia, ponto 9-I-2).

entusiasmo e dinamismo do Pe. Pedrinho, o edifício principal já estava construído e fechado com tecto em Abril de 1902. (...) a Imagem de Nossa Senhora foi trazida triunfalmente, da igreja para a capela, com decorações tão bem elaboradas por todo o trajecto e vasto pátio da capela, e com festejos tão deslumbrantes, que o acontecimento foi denominado “Durbar de Loutolim” ou “Durbar do P.e Pedrinho”, visto que, destinado a homenagear a Imperatriz do Céu e da Terra, tinha no fundo a concepção do Durbar Imperial de Delhi e no exterior um pouco do seu esplendor”¹⁷⁸⁶.

O padre Pedro de Alcântara Lamartine de Quadros deixou como herdeiro universal o seu sobrinho Manuel Salvador da Costa (veja-se *supra* o ponto 4-VII-5), f)) com condição de este dar continuidade ao apelido *Quadros* na descendência varonil. O que veio de facto a suceder;

4-I) JOSÉ CAETANO DE QUADROS, que continua. Advogado *provisionário*, sucedeu na administração das propriedades e vínculos dos seus maiores. Casou no dia 29 de janeiro com D. Josefa Antónia da Piedade de Siqueira (ou Sequeira), nascida na Raia e filha de Eusébio Lourenço de Siqueira e de D. Ana Maria Rebelo, de Margão. Eusébio Lourenço foi um médico destacado na época por ter sido físico-mor interino do Estado entre 1801 e 1804. Carmo Costa informa que Eusébio Lourenço de Siqueira era natural da Raia. Nós porém estudámos o seu processo de habilitação para familiar do Santo Ofício¹⁷⁸⁷ e aí surge como sendo originário de Chicalim. Transcreve-se inclusive o assento de batismo, que teve lugar no dia 21 de agosto de 1765. Foi apadrinhado naquela ocasião pelo padre Damião Caetano Deodato, vigário da igreja de S. Lourenço, e por Maria Francisca, casada com Nicolau Tolentino Xavier.

As diligências em questão começaram em 1787 e correram com relativa celeridade: a carta de familiar foi passada a 10 de fevereiro de 1789 ao ainda jovem Siqueira – que à data era solteiro. Ouviram-se oito testemunhas ao longo dos dois dias de inquirição (14 e 18 de janeiro de 1788, na casa do despacho da Inquisição). Todos foram unânimes quanto à idoneidade do candidato e todos prestaram declarações semelhantes às de Vicente Francisco Leitão, o qual *“disse ser o habil.e pessoa nobre dotado dos bens da fortuna, de que possa viver abastadam.te, e q. de presente vivia com Lusimento da sua pessoa”*.

De acordo com o levantamento a que então se procedeu relativamente aos ascendentes do habilitante, apurou-se que os seus pais eram moradores em Chicalim, terra natal do progenitor. Eusébio Lourenço era filho de Aleixo de Siqueira (do qual se indica apenas o dia e o mês do batismo, certamente por esquecimento de quem fez a transcrição do respetivo assento: 21 de dezembro, sendo padrinhos o padre jesuíta João de Lemos, que passou procuração a Manuel de Brito, e Mariana Correia) e de Josefa Antónia de Melo. Neto paterno de Custódio de Siqueira e de Esperança de Albuquerque, ele filho de António de Siqueira e Isabel de Remígio, ela de Miguel de Albuquerque e de Ana Vaz. Pareciam ser todos de Chicalim, se bem que não houvesse documentação que o comprovasse. Conforme se explica aliás no processo: *“Certifico eu Miguel Barreto Vigário da Igr.a de S. Fran.co de Chicaly, q. tendo procurado os assentos dos Bautiz.os dos seus Avos Paternos (...) nos Livros velhos q. ficão esta Igr.a não os achei visto estarem perdidos”¹⁷⁸⁸*. Finalmente, era neto materno de Tomás Manuel de Melo e Marcelina Monteiro, casados em Sancoale (terra natal da nubente) a 8 de junho de 1729 e moradores em S. Lourenço de Agaçaim (Ilhas). Sabia-se que Tomás era filho de António de Mello e Rosa de Frias, os dois de Agaçaim mas não se conhecia a data do seu batismo *“p. ser m.to antigo, a q. pessarão mais ou menos noventa a.s e os assentos dos baptiz.os daquelle t.po estare(m) huns corruptos, e outros m.o apagados”¹⁷⁸⁹*. Em paralelo conhecia-se o nome dos pais de Marcelina Monteiro (Sebastião Monteiro e Andreza Vaz), mas pouco mais.

¹⁷⁸⁶ Costa, Pedro do Carmo (2004), 235 e 236.

¹⁷⁸⁷ ANTT, habilitações para o Santo Ofício, maço 1, dil. 18, ano: 1789 (Eusébio Lourenço de Siqueira).

¹⁷⁸⁸ Declaração passada a 18 de janeiro de 1788. Acreditava-se porém que Custódio de Siqueira e Esperança de Albuquerque tinham casado na referida localidade em 1720.

¹⁷⁸⁹ Segundo declaração passada a 24 de janeiro de 1788.

Também não se encontrava qualquer assento: “a qual falta podera ser pela falta de algumas paginas do livro do respectivo tempo p. estarem muy velhas”¹⁷⁹⁰.

José Caetano de Quadros e D. Josefa Antónia da Piedade tiveram;

5-I) D. Maria Rita Matilde da Expectação de Quadros, a qual casou com Álvaro Francisco de Abranches, natural de Vernã. Com descendência;

5-II) ANTÓNIO JOÃO DE QUADROS, que segue;

5-II) ANTÓNIO JOÃO DE QUADROS, que continua. Nasceu em Loutolim, onde faleceu no dia 29 de dezembro de 1871 contando somente 39 anos. Advogado *provisionário* – Carmo Costa informa-nos de que “Obteve carta para advogar em Margão em Fevereiro de 1871” – foi escrivão de direito em Salsete. A par da atividade profissional dedicou-se com entusiasmo às letras. De acordo com Aleixo Costa, “Desde muito novo deixou dispersos no periódico *A sentinela da Liberdade e Ilustração Goana*, dirigida por Júlio Gonçalves, trechos de boa prosa e estudos breves, mas profundos, sobre a lógica e a dialéctica que, segundo o mesmo Gonçalves, revelaram a sua muita aplicação e a sua vigorosa inteligência que, segundo o mesmo Gonçalves, revelaram a sua muita aplicação e a sua vigorosa inteligência. Era sócio do antigo Instituto Vasco da Gama”¹⁷⁹¹. Trata-se assim de um dos contemporâneos, colegas de profissão e companheiros de letras de Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves – o que justifica aliás que Gonçalves lhe tenha dedicado uma *Memoria Necrologica* nas páginas do boletim do Instituto Vasco da Gama. Quadros deixou dois opúsculos impressos para além dos artigos acima referidos: *Ensaio litterario. O odio do homem e a justiça de Deus. Paraphrase da Biblia* (Benaulim, 1865) e *Breves noções sobre a origem e progresso das diversas sciencias. 1.a caderneta: Sciencias intellectuales e a dialectica e a logica* (Margão, 1870)¹⁷⁹².

Casou com a sua conterrânea D. Maria Aurora de Cotta, falecida em agosto de 1872. Foram filhos deste casal:

6-I) JOSÉ CAETANO DE QUADROS, que segue;

6-II) Padre Francisco Xavier Pedro de Alcântara de Quadros, “ordenado pelo Arcebispo Patriarca D. António Sebastião Valente na Igreja do Bom Jesus a 9 de Janeiro de 1887. Fundador do abrigo para o trabalho e repouso de Cortalim, que foi a primeira instituição em Goa para mocidade e velhice dentro da orientação de D. Bosco”¹⁷⁹³;

6-III) Acúrsio Miguel de Quadros, que morreu solteiro em Loutolim;

6-IV) D. Hortênsia Edovina de Quadros, que também parece ter falecido solteira;

6-V) D. Maria Luísa de Quadros, a qual casou com Jerónimo Francisco Cassiano Barreto, natural de Benaulim. Tiveram descendência;

6-I) JOSÉ CAETANO DE QUADROS, que continua. Advogado *provisionário*, cremos que terá vivido a maior parte da sua vida em Loutolim. Foi sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa. Casou com D. Esmeralda da Anunciação da Piedade de Miranda, natural de Damão. Esta senhora era filha de Inácio Manuel da Piedade de Miranda, nascido em Margão e grande proprietário em Goa, tendo acumulado uma importante fortuna graças à atividade comercial a que se dedicou em Moçambique, e de D. Aurélia de Mascarenhas, de Benaulim. Neta paterna de Ambrósio Custódio de Miranda e de D. Rosa Maria de Albuquerque. Aleixo Costa não dispunha de muitos elementos biográficos de Inácio Manuel de Miranda: “Não conseguimos as datas do seu nascimento,

¹⁷⁹⁰ Conforme declaração de 19 de janeiro de 1788.

¹⁷⁹¹ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 98. Gonçalves, Nuno, “Instituto Vasco da Gama: datas, factos e referências”, in *O Mundo Português, Revista de Cultura e Propaganda de Arte e Literatura Coloniais*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, nº 144, dezembro de 1945, vol. XII, 575.

¹⁷⁹² Costa, Pedro do Carmo (2004), 210. Silva, Innocencio Francisco da *et al.* (1867), tomo VIII (I do *Suplemento*), 176

¹⁷⁹³ Costa, Pedro do Carmo (2004), 211.

nem de sua morte. Sabemos apenas, por um escrito seu, publicado com a data de 5 de Março de 1864¹⁷⁹⁴, que prestou, desde 1836, relevantes serviços ao Governo de Moçambique, durante as revoltas que houve naquela província, quando da fome que assolou a Vila de Inhambane, em 1841, e no comércio costeiro da África Oriental Portuguesa. Esteve, também, no Brasil. Pereira de Lima, escrevendo a seu respeito no Brado Africano, de 1944, diz caber-lhe a glória de ter dominado uma das revoltas mais sérias do presídio e de ter assim restabelecido, na baía de Lourenço Marques, a soberania portuguesa, pela qual heroicamente combateu¹⁷⁹⁵. (...) No jornal A Aurora de Goa de 1864, há numerosa “correspondência” do autor, sobre questões pessoais além duma apreciação crítica do livro “A Liberdade da Terra” de Francisco Luís Gomes¹⁷⁹⁶.

Inácio Manuel de Miranda era irmão de:

- (i) **Custódio Luís de Miranda**, nascido em Margão em 1897. Fixou-se no Brasil, onde estudou medicina no Rio de Janeiro¹⁷⁹⁷ e aí se veio a doutorar, “sendo o primeiro filho de Goa” a obter tal grau. Dedicou-se à clínica com sucesso e parece jamais ter regressado à sua terra natal. Deixou variadas obras impressas, sobretudo na área da sua especialidade;
- (ii) **António José de Miranda**, farmacêutico. Estabeleceu-se, à semelhança do seu irmão Custódio, na cidade brasileira de Resende;
- (iii) **Caetano Avelino de Miranda**, o qual “foi militar em Macau”¹⁷⁹⁸;
- (iv) Ambrósio Cipriano de Miranda, nascido em Margão. Também foi médico, tendo recebido a respetiva carta no dia 26 de julho de 1839¹⁷⁹⁹;
- (v) **Roque Mariano de Miranda**, casado com D. Aurora Barreto. Foram os progenitores de um dos mais conhecidos vultos da intelectualidade natural goesa do século XIX: o advogado *provisionário* **Jacinto Caetano Barreto Miranda**. De acordo com Aleixo Costa: “Advogado e administrador das Comunidades das Ilhas, nasceu em Margão, Salsete, a 1-I-1842 e faleceu na mesma cidade em 10-VII-1879, com 37 anos de idade (...). Já aos 21 anos Barreto Miranda era um talento pujante, possuidor de uma rara cultura, sendo vastíssima a sua obra de escritor publicada no semanário O Ultramar, nas revistas Ilustração Goana, Archivo Pitoresco e Revista Contemporânea e nos Almanques de Goa. Foi um dos propulsores do movimento literário que caracterizou a segunda metade do século XIX e pertenceu ao Instituto Vasco da Gama como seu sócio fundador, à Sociedade Luso-Indiana de Bombaim, como sócio honorário, e à Sociedade dos Amigos das Letras, de Bombaim. Do bom acolhimento tido pelos seus Quadros Históricos de Goa, quando da sua publicação, dá-nos notícia Leopoldo da Gama, seu contemporâneo e admirador, num artigo publicado em 1909. Escreve ele: “Eu tinha então uns 15 ou 16 anos. Cursava em Mapuçá a “Philosophia” pela postila do padre mestre Constantino Barreto quando, sem nenhum desses indícios que precedem de ordinário as novidades de sensação, vem o 1.º volume dos “Quadros históricos de Goa” explodir como uma bomba no meio de uma geração já aliás acostumada às vigorosas discussões políticas encetadas por Bernardo Francisco da Costa e aos brilhantes “Estrangeiros” de Filipe da Piedade Rebelo em O Ultramar. Foi um acontecimento. O leitor encantado suspendia-se das páginas daquele livro onde palpitava a alma da Pátria. E dizia-se que o autor era um jovem de 21 anos (...) Os Quadros Históricos de Goa exalavam o aroma da mocidade e o fervor da religião do patriotismo, soltando notas vibrantes que vinham acordar ecos nos mais profundos recessos da alma do país. Eram esboços, sim; mas esboços que deixavam entrever a marcha da civilização portuguesa na Índia através de mais de três séculos, sendo desenhados por mão vigorosa e elegante a um tempo e iluminados não só por largo critério, mas pelos lampejos de um estilo que, nos movimentos de entusiasmo ou de indignação, ascendia às alturas de uma eloquência profética (...). Seria um impossível descrever hoje a sensação que produziu dentro e fora do país a aparição do I volume dos Quadros Históricos. O livro tomou de assalto o espírito público. Como Byron, o jovem escritor podia exclamar: “Fui uma noite deitar-me “desconhecido” e era já “célebre” quanto acordei na manhã seguinte”. E de facto o seu nome encontrava as maiores ovações em todos os concelhos da Índia Portuguesa. Os velhos folgavam de ver reproduzidos na tela dos Quadros, com o calor de uma prosa até ali desconhecida no nosso meio, alguns dos mais dramáticos episódios dos dias da sua infância. Os moços, de ver recontadas tão bem as lendas da história pátria, já por eles ouvidas, no concheiro do lar,

¹⁷⁹⁴ Está certamente a referir-se ao opúsculo *Ao publico: resenha dos serviços prestados ao Governo e ao publico na Provincia de Moçambique por Ignacio Manoel Miranda*.

¹⁷⁹⁵ Aleixo Costa reproduz o texto de Pereira de Lima.

¹⁷⁹⁶ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 307 e 308.

¹⁷⁹⁷ Matriculado em 1831 – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 304.

¹⁷⁹⁸ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 306.

¹⁷⁹⁹ Veja-se o anexo I: documentos avulsos – nº 203.

aos pais e avós, nas longas noites de Inverno. Quantos rapazes de então, corações virgens, almas susceptíveis de profundas emoções, não teriam vertido lágrimas sobre as páginas que descreviam a morte de Prates e as hecatombes de Gaspar Dias e Tiracol? Estava-se ainda numa época de ardentes crenças. Ao 1 volume dos Quadros Históricos seguiram-se outros, actuando poderosamente no movimento literário que se operava então em Goa”¹⁸⁰⁰. Aleixo Costa arrola algumas das publicações de Barreto Miranda. De entre elas, encontra-se nomeadamente uma pioneira *Memoria descriptiva da villa de Margão* (1859), uma edição anotada e comentada da *Vida do Veneravel padre Jose Vaz* da autoria do padre Sebastião do Rego (1867)¹⁸⁰¹, biografias de membros destacadas das elites *naturais* brâmanes, do deputado Estêvão Jeremias de Mascarenhas e de Tomás Ribeiro, considerações sobre o “*progresso litterario de Goa*” (artigo publicado em Lisboa em 1865) e dois trabalhos que foram particularmente importantes para o presente estudo: os já aludidos *Quadros Históricos*¹⁸⁰² e a carta aberta *O que fomos e o que somos. Narrativa histórica e política* (1866). Jacinto Caetano Barreto Miranda casou com D. Hortênsia Ludovina Colaço. Houve pelo menos três filhos deste casal: **(a) Joaquim Vitorino Barreto Miranda**, “Poeta e jornalista, natural de Margão, aí faleceu em 22-III-1949”¹⁸⁰³, **(b) José Francisco Barreto Miranda**, nascido em Margão, que passou grande parte da vida em Moçambique; deixou vários livros de poesia¹⁸⁰⁴, e **(c) Roque Bernardo Barreto Miranda**, originário da mesma localidade, “foi por muitos anos, chefe da impressão da Imprensa Nacional de Goa. Com natural pendor para as letras, deixou dispersas na imprensa do País várias produções literárias em prosa e em verso. Deixa ainda inédito um livro de versos intitulado “*Frutos sem sabor*””¹⁸⁰⁵. Da sua produção destacamos porém a *Enfiada de anexins goêses dos mais correntes traduzidos em verso* (1931)¹⁸⁰⁶.

José Caetano de Quadros e D. Esmeralda da Anunciação da Piedade de Miranda tiveram:

7-I) António João Baptista Manuel da Piedade de Santana Marta Herculano de São Miguel de Quadros, nascido em Loutolim no dia 29 de julho de 1894 e aí falecido a 5 de maio de 1964. Advogado *provisionário*, dedicou-se sobretudo à docência e foi professor no liceu municipal de Margão. Solteiro;

7-II) MIGUEL FILIPE CRISÓSTOMO FRANCISCO XAVIER MAXIMILIANO PIEDADE DE SANTO ALEIXO DE QUADROS, que segue;

7-III) D. Maria Aurora Angélica da Piedade de Quadros, casada com Caetano Francisco da Piedade Constâncio de Melo, natural da Raia. Com geração¹⁸⁰⁷;

7-IV) D. Maria Josefina Leonor Ana da Piedade de Quadros, a qual morreu solteira em Loutolim. De acordo com Carmo Costa, “Foi o último membro desta família a viver na secular Casa dos Quadros.

¹⁸⁰⁰ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 105 e sgts. No mesmo sentido e classificando-o como “uma das figuras mais influentes da vida cultural de Goa” e “um dos homens mais cultos da época” no Estado – Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 154 a 156 e 247 e 248. Até mesmo Diniz d’Ayalla, que tão pouco simpáticas considerações reserva às elites *naturais* católicas, lhe reconhece algum talento: “Barreto Miranda, é um espírito coordenador e assimilador. O seu estilo é animado, correcto, vivo por vezes, o que não quer dizer que tenha estilo ou que não plagie. Discípulo da escola revolucionária, no que ela tem de incongruente e tumultuoso, abalado pelas aspirações partidárias, romântico sem poesia e quase sempre por banalidade, vê-se que se formou nos livros de Voltaire, Rosseau e Chateaubriand. De uma imaginação limitada, devido a uma educação religiosa alheia ou adversa ao seu tipo original, a sua inteligência só conhece a agudeza artilosa e a sensibilidade confina com a hipocrisia, senão com mal contido rancor. É o tipo do brâmane ferido no seu orgulho e nas suas ambições de raça, como ele mostra nos seus Quadros Históricos de Goa” – Ayalla, Frederico Diniz d’ (2011), 29 e 30.

¹⁸⁰¹ Para maiores desenvolvimentos, Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 119 e 120.

¹⁸⁰² Distribuídos por três fascículos publicados em 1863, 1864 e 1865. Pode avaliar-se a forma de escrita de Barreto Miranda nas numerosas citações que fazemos do seu trabalho ao longo do nosso estudo. Delas destacamos as constantes do anexo I: documentos avulsos – nº 199. Aí se encontram os parágrafos relativos à morte de Luís Prates a que Leopoldo da Gama faz menção.

¹⁸⁰³ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 108. O autor anota designadamente: “O capítulo mais importante da vida de Joaquim Vitorino constituiu o jornalismo. Em Julho de 1887, após um tour pela Europa, fundou e dirigiu o Cavaco Instrutivo, quinzenário literário e científico, seguindo-se-lhe as Farpas, um outro de crítica e combate. Em 1889 fundou no mesmo género o jornal Ortigas e, finalmente, em 1894, o Notícias, que, no dizer do seu biógrafo, chegou a ser no País a melhor expressão literária e artística e onde Barreto Miranda mais se evidenciou”.

¹⁸⁰⁴ Para maiores desenvolvimentos, Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 109.

¹⁸⁰⁵ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 109 e 110.

¹⁸⁰⁶ Devi e Seabra também tratam dos três manos Barreto Miranda. Veja-se designadamente Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 308.

¹⁸⁰⁷ Veja-se o título Melo, da Raia, § 1, ponto 12-II).

Constituiu seu herdeiro o seu primo Dr. Inácio Monteiro¹⁸⁰⁸ (...), que deixou a sua parte da casa à Igreja, que por sua vez fez aí instalar um convento das Irmãs de Pilar”¹⁸⁰⁹;

7-II) MIGUEL FILIPE CRISÓSTOMO FRANCISCO XAVIER MAXIMILIANO PIEDADE DE SANTO ALEIXO DE QUADROS, que continua. Mais conhecido por Miguel Filipe de Quadros, nasceu em Loutolim no dia 21 de agosto de 1902 e morreu em Lisboa no ano de 1952. De acordo com Carmo Costa, “*Em 1919 foi estudar para Bombaim, após alguns anos como seminarista e de ter tomado ordens menores. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa. Sub-delegado do Procurador da República na 3.a Vara e 3.o Juízo Criminal da comarca de Lisboa, por despacho de 20///1934; Ajudante do Conservador da 7.a Conservatória do Registo Predial por portaria de 6/11/1935; Notário em Porca da Murça, Alijó por portaria de 30/12/1935, Vila do Bispo por portaria de 4/11/1936, por Óbidos por portaria de 6/4/1937, Inhambane, em Moçambique, e finalmente de Salcete, em Goa. Em 1932 foi co-autor de uma compilação sobre Finanças e Direito Fiscal*¹⁸¹⁰”¹⁸¹¹. Casou em Lisboa com D. Constança Martins Seruca, natural de Loulé e filha de José Martins Seruca, escrivão do tribunal da Boa-Hora, e de sua mulher D. Constança das Dores Perpétua Marins. Com descendência.

RIBEIRO, DE PILERNE

Neste título teremos em atenção duas estirpes que partilharam o mesmo apelido. De acordo com a explicação apresentada por José Gerson da Cunha – tese que julgamos não ter qualquer fundamento para além da tradição familiar – os Ribeiro descenderiam de um Manguexa Sinay natural de Cortalim e vivo na primeira metade do século XVI¹⁸¹². Este Sinay fora um importante colaborador das autoridades portuguesas (apesar de Gerson da Cunha o dar como encarregado da “*câmara municipal de Bardês*”, que foi criada apenas na sequência das reformas pombalinas) e após a conversão estabeleceu-se em Pilerne. Um seu sobrinho, Balsá Sinay, estaria na origem dos Cunha de Arporá. Considerações sobre a bondade destas origens à parte, a versão difundida por José Gerson da Cunha serve pelo menos para demonstrar a proximidade entre ambas as estirpes e reforçar a antiguidade da conversão das mesmas.

I

Descendentes de Pedro Ribeiro

Os dados que recolhemos relativamente a esta estirpe, que integra as elites bardesanas desde épocas recuadas, provêm de várias fontes. De entre elas, destacamos os testamentos de Natália de Sousa e do padre Vicente Ribeiro¹⁸¹³, o estudo dedicado ao Chorão que Gomes Catão publicou na *Studia* e alguns apontamentos

¹⁸⁰⁸ Filho de Francisco Alexandrino da Piedade Monteiro – veja-se *supra*, ponto 4-VII-6), c). Foi médico licenciado pela universidade de Madrastra.

¹⁸⁰⁹ Costa, Pedro do Carmo (2004), 213.

¹⁸¹⁰ Nada sabemos sobre esta publicação.

¹⁸¹¹ Costa, Pedro do Carmo (2004), 213 e 214.

¹⁸¹² Veja-se o título Cunha, de Arporá, introdução.

¹⁸¹³ Consulte-se o anexo II: testamentos – N4 e N28.

manuscritos da lavra de Gomes Catão e Avelino Soares¹⁸¹⁴. Não obstante, a informação reunida demonstrou ser insuficiente para sanar todas as dúvidas que tínhamos relativamente ao encadeamento geracional da linhagem em estudo – ao que talvez não seja estranho o facto de termos colhido dados de diferentes núcleos. Destas incertezas, a mais relevante será certamente a do parentesco existente entre Tomé Ribeiro (ponto 1)) e Sebastião Caetano Ribeiro (ponto 2-III)): enquanto Avelino Soares e Gomes Catão dizem tratar-se de pai e filho, o padre Vicente Ribeiro (ponto 2-II), no seu testamento (que localizámos nos HAG), refere-se mais de uma vez a Sebastião como seu *primo* (e não irmão), se bem que trate recorrentemente o filho deste, a quem lega vários bens, padre Bernardino José Ribeiro, por *sobrinho*. Assim, tendo embora presente esta divergência, optámos por seguir a esquematização apresentada por Avelino Soares e Gomes Catão:

1) TOMÉ RIBEIRO, filho de Pedro Ribeiro, morador em Pilerne. Casou Luísa Monteiro, filha de Diogo Monteiro e nascida em Candolim¹⁸¹⁵, de quem houve:

2-I) Padre António Ribeiro que ingressou na congregação do Oratório da Cruz dos Milagres;

2-II) Padre Vicente Ribeiro, ordenado em 1744. Presbítero do hábito de S. Pedro, residia há longos anos na casa do seu parente (tão depressa aparece, já o referimos, como irmão ou primo) Sebastião Caetano Ribeiro quando fez testamento, a 9 de fevereiro de 1779;

2-III) SEBASTIÃO CAETANO RIBEIRO, que segue;

2-IV) Leogarda Ribeiro, “*baptizada em Candolim a 19-4-1711*”;

2-V) Simôa Ribeiro, nascida em Pilerne, a qual casou com Caetano Pinto, natural de Chorão, de quem houve:

2-V-1) Remígio Xavier Pinto, o qual casou com a sua prima Esperança Maria Ribeiro, herdeira de parte da casa dos Ribeiro de Pilerne¹⁸¹⁶;

2-V-2) Padre Pedro Pinto, nasceu em Pilerne, onde foi batizado no dia 23 de maio de 1748. Ordenado por D. António de Neiva Brum da Silveira a 19 de setembro de 1772, foi cura da Piedade, na ilha de Divar. Fez testamento em Pilerne alguns anos antes de morrer (faleceu nessa localidade a 25 de setembro de 1808), no dia 14 de julho de 1799. Aí institui herdeiros Caetano Francisco António, Celestino José e António Sebastião, filhos de seu irmão Remígio¹⁸¹⁷;

2-VI) ... Ribeiro, casada com Domingos de Sá, que tão depressa surge como morador na ilha de Chorão como em Candolim, a quem o padre Vicente Ribeiro deixa em legado 100 xerafins. Parecem ser filhos deste casal:

2-VI-1) Lucas de Sá, morador em Candolim em 1779, altura em que lhe é atribuída, por legado testamentário do referido eclesiástico, a quantia de 300 xerafins;

2-VI-2) Henrique de Sá, residente na mesma localidade, que recebeu 50 xerafins do padre Vicente Ribeiro;

¹⁸¹⁴ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Ribeiro, de Pilerne”*, Goa. Estes referem ainda a existência de um padre Matias Ribeiro, falecido em 1683, decerto pertencente à mesma estirpe, embora não conhecessem o parentesco preciso que o ligava a Tomé Ribeiro.

¹⁸¹⁵ Veja-se o título Monteiro, de Candolim, ponto 6-IV).

¹⁸¹⁶ Veja-se, *infra*, ponto 4-III).

¹⁸¹⁷ Catão, F. X. Gomes (1966), 212.

2-VI-3) Laurentina de Sá, moradora em Calangute e contemplada, no testamento do seu tio padre Vicente Ribeiro, também com 50 xerafins;

2-VII) ... Ribeiro, que terá casado com ... Soares, de quem parece ter tido:

2-VII-1) Aurelinha Soares, moradora em Calangute, recebeu um legado no valor de 50 xerafins do seu tio padre Vicente Ribeiro;

2-VII-2) Paulina Soares, residente em Candolim, a qual recebeu igual legado;

2-III) SEBASTIÃO CAETANO RIBEIRO¹⁸¹⁸, que continua. Morador em Pilerne. Casou com Petronila de Lima, que parece ter nascido na freguesia da Graça, ilha de Chorão. Esta era filha de Henrique de Lima e Natália de Sousa¹⁸¹⁹; neta paterna de Cosme de Lima e Rosa Correia (casados no dia 14 de fevereiro de 1691). Cosme –

¹⁸¹⁸ Por vezes também chamado Bartolomeu Caetano. O grosso da informação relativa à descendência de Sebastião Caetano Ribeiro foi extraída das notas esparsas dadas à estampa por Gomes Catão - Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 191 e 192.

¹⁸¹⁹ Devemos a Gomes Catão algumas notas genealógicas relativas a esta estirpe, que descreve como sendo “*distinta e rica*” e cuja origem, de acordo com as referências mais remotas que encontrou, se acha no bairro Querém, de S. Bartolomeu do Chorão. Administrava um vínculo (que aquele autor classifica como sendo de morgado, se bem que logo depois lhe chame capela) instituído em 1680 pelo padre Valentim António de Sousa, “*encapelando os seus bens com o encargo de 52 missas ao ano, às segundas feiras*”. A estirpe, que possuía cova perpétua no cruzeiro da igreja local, sofreu gravemente com as epidemias que assolavam a ilha de Chorão, particularmente com a de 1774, na qual se extinguiu a sua “*linha varonil*” – Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 242 a 244.

Reordenámos os dados reunidos por Gomes Catão por os mesmos se acharem, como é usual nos estudos deste autor, dispersos e muito confusos:

1) ANTÓNIO DE SOUSA (irmão de Roque de Sousa), casou com Joana de Noronha, de Pomburpá, de quem houve pelo menos:

2-I) INÁCIO DE SOUSA, que segue;

2-II) Padre Bento de Sousa, vivo em 1664. “*Instituiu missas de pensão*”;

2-II) Padre Valentim de Sousa, instituidor do vínculo de capela acima aludido. “*Doente em 1688, faleceu antes de concluir o testamento (...). Era parente do P.e Miguel de Sá*”;

2-III) Simão de Sousa, casado com Catarina da Silveira, natural de Pomburpá e falecida a 14 de abril de 1702. Foram os progenitores de, pelo menos:

2-III-1) Padre António de Sousa, dito *o pequeno*, o qual morreu em Chorão no dia 5 de julho de 1735. Foi enterrado “*na varanda junto da porta principal do púlpito*”;

2-I) INÁCIO DE SOUSA, que continua. Casou com Natália da Silveira (nascida em S. Matias e irmã de Sebastião da Silveira), de quem teve:

3-I) VALENTIM ANTÓNIO DE SOUSA, que segue;

3-II) Padre António de Sousa, o qual morreu em S. Bartolomeu de Chorão a 31 de dezembro de 1702. Foi “*sepultado no cruzeiro*” da igreja e deixou “*3 missas de pensão*”;

3-I) VALENTIM ANTÓNIO DE SOUSA, que continua. Em virtude do “*seu casamento na família de António de Sá, da Graça, herdou bens onerados com 12 missas ao ano, os quais passaram ao filho deste, P.e Inácio Caetano de Sousa*”. Casou com Joana de Sá, filha de António de Sá (o qual parece ter instituído uma capela) e Mónica Fernandes, da Graça. Tiveram:

4-I) LOURENÇO DE SÁ E SOUSA, que segue;

4-II) Natália de Sousa, a qual casou com Henrique de Lima – consulte-se o anexo II: testamentos – N4;

4-III) Padre Inácio Caetano de Sousa, “*Baptizado a 13-12-1717. Confessor geral (prov. de 11-6-1751). Foi cura da Graça (provs. De 18-6-1751 e 20-6-1752): vigário de Gangalim (prov. de 12-9-1752); de Omzur (prov. de 5-10-1759); e vigário serventuário de Pezar (prov. de 26-5-1762), todas igrejas no Canará. Os bens do seu património (prédio Maddel) eram onerados com 12 missas, do total de 36 missas, da capela de António de Sá*”;

que era irmão dos padres António Xavier de Lima, vigário de S. Matias de Malar (e, ao que parece, também de Nossa Senhora de Belém de Chandor, Salvador do Mundo de Loutolim e S. Tomé¹⁸²⁰) e Damião de Lima¹⁸²¹ – foi por sua vez filho de Bernardo de Lima e Esperança Rodrigues. Bernardo era irmão do padre Domingos de Lima, que terá nascido no último quartel do século XVII. Todos estes Lima são, segundo Gomes Catão, descendentes de uma das estirpes provenientes do casal Fernão de Lima/Maria Nunes, pelo que aparentados com os Lima ditos *de Chorão*, aos quais dedicamos um título neste anexo.

Em paralelo, ao localizarmos, nos HAG, o testamento de Natália de Sousa (que também transcrevemos), foi-nos possível apurar ser a mesma filha – e herdeira, como não deixa de frisar – de Valentim António de Sousa e de sua mulher Joana de Sá¹⁸²². Morreu a 29 de maio de 1779, em data posterior à do falecimento da sua filha Petronila.

Petronila de Lima era irmã de:

- i) **Padre Domingos António de Lima**, ordenado no dia 13 de setembro de 1767, no palácio rural de Santa Inês, pelo arcebispo D. António Taveira de Neiva Brum da Silveira. Morreu em 1802, deixando testamento;
- ii) **Padre Manuel Francisco de Lima**, já falecido em 1778;
- iii) **Cosme de Lima**¹⁸²³, o qual foi o progenitor de **Henrique de Lima**.

Sebastião Ribeiro acolheu em casa o seu parente padre Vicente Ribeiro, o qual, como agradecimento das atenções que lhe prestou, lhe legou o usufruto vitalício de vários dos *namoxins* que possuía, deixando a propriedade dos mesmos aos seus filhos e netos¹⁸²⁴.

Foram filhos de Sebastião Caetano Ribeiro e Petronila de Lima:

3-I) Francisco José Ribeiro, que professou na ordem dominicana, vindo a tomar o nome de frei Francisco das Chagas;

3-II) Padre José Ribeiro, o qual ingressou na Congregação do Oratório e, de acordo com o testamento da avó, “*foi para missão de Candia*”;

3-III) Padre Bernardino José Ribeiro, que herdou do padre Vicente Ribeiro alguns dos *namoxins* que este possuía nas comunidades das aldeias de Pilerne, Saligão e Arporá;

3-IV) TOMÁS FILIPE RIBEIRO, que segue;

3-IV) TOMÁS FILIPE RIBEIRO, que continua. Herdou alguns dos *namoxins* de Pilerne que tinham pertencido ao padre Vicente Ribeiro. Casou com Francisca Caetana Pinto de quem teve:

4-I) Padre Pedro António João Caetano Ribeiro, ordenado em 1792. Cremos tratar-se do sacerdote que ficou mais conhecido somente por Pedro António Ribeiro. Fernando Cláudio da Cunha Pinto compôs a biografia deste clérigo publicada nas páginas da “*Ilustração Goana*”¹⁸²⁵. Trata-se não obstante de um

4-I) LOURENÇO DE SÁ E SOUSA, que continua. Desconhecemos o nome da sua mulher, mas sabemos ter sido progenitor de:

5-I) AURORA MARIA DE SOUSA, que veio a casar com Paulo José Pacheco, natural da Graça. Foi neste último quem sucedeu no vínculo da família da mulher, em virtude do desaparecimento, em 1774, de herdeiros masculinos. Gomes Catão acrescenta que “*administrava também os bens da capela de Pedro Guedes de Magalhães, na qual tinha encargo de missa diária. Os bens (prédio Ubo-acó) eram do valor de 4.500 xs*”.

¹⁸²⁰ Rocha, Leopoldo da (1973), 399, 408 e 418. Em Chandor, o padre António Xavier de Lima substituiu Miguel de Lima, provavelmente o seu parente a que se refere Gomes Catão – Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 190.

¹⁸²¹ Falecido antes de 16 de agosto de 1741, segundo Gomes Catão.

¹⁸²² Consulte-se o anexo II: testamentos – N4.

¹⁸²³ Existiu, na Goa de meados do século XVIII, um médico de nome Cosme de Lima, sendo admissível tratar-se da mesma pessoa.

¹⁸²⁴ Consulte-se o anexo II: testamentos – N28.

¹⁸²⁵ Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 59, A, V.

trabalho comparativamente pobre, tendo-se o autor escudado na escassez de dados que conseguira reunir. De qualquer forma, informa-nos que o padre Ribeiro nasceu em 1770 e estudou no seminário de Chorão – que estava então entregue aos lazaristas italianos. Feita a sua formação optou por se dedicar definitivamente à vida sacerdotal e após ter-se ordenado concorreu ao lugar de pároco da igreja de S. Matias. É digna de menção a justificação que Cunha Pinto encontra para esta opção: o jovem sacerdote estaria deseioso de “*levantar o stigma de pouco habeis que os mal intencionados tinham querido lançar sobre todos os discipulos dos padres italianos*”. Ora, quem teria dado origem a tal estigma? Cunha Pinto nada diz, mas não nos repugna admitir que os oratorianos *naturais* católicos – que antecederam os lazaristas e os foram substituir quando estes abandonaram Goa – tenham pelo menos contribuído para a sua difusão. De qualquer forma, o padre Pedro Ribeiro pouco tempo se manteve em S. Matias pois depressa se voltou para o que iria ser o maior projeto da sua vida: a criação de um colégio onde os jovens goeses pudessem aprofundar os magros conhecimentos que adquiriam nas escolas primárias paroquiais. A sua iniciativa conheceu o favor de várias personalidades e assim logrou fundos suficientes para fundar e manter aquele que se passou a chamar Colégio de Nossa Senhora de Candelária. O estabelecimento situava-se em Pilerne e foi desde cedo bastante recorrido. No entanto, importa ter sempre presente a debilidade do ensino secundário na Goa de inícios do século XIX: pelo menos nos primeiros tempos a docência parece ter sido inteiramente assumida pelo fundador e por um outro eclesiástico seu colaborador. O colégio de Pilerne desempenhou uma dupla função entre os jovens filhos das elites *naturais* católicas que eram para lá mandados prosseguir estudos. Por um lado, aprofundava os seus conhecimentos académicos; por outro, foi um importante centro de difusão do ideário liberal-constitucional, de que o padre Pedro Ribeiro se mostrou ardente adepto praticamente desde o momento em que foi explicado às elites cultas goesas. Ou seja, na Candelária não só se procurava formar uma nova geração mais culta como também politicamente orientada e tendencialmente favorável à facção constitucional. Essa opção – que terá sido bastante clara – acarretou dificuldades ao eclesiástico biografado. Valeu-lhe a perda da proximidade que mantinha com o arcebispo e várias perseguições. O padre Ribeiro viu-se inclusive obrigado a exilar-se para Malvane no dia 10 de maio de 1822. Aí se manteve durante cerca de dois anos, regressando a Goa doente e avelhentado. Morrerá pouco depois, a 6 de março de 1824. A dedicação que mostrou ao constitucionalismo e o seu empenho na promoção do ensino em Goa foram os principais motivos para que os seus conterrâneos e correligionários em geral (e o partido *perista* em especial) o passassem a tratar como um dos primeiros caudilhos do movimento e um dos sacrificados em prol da causa liberal-constitucional;

4-II) Padre Caetano Xavier Camilo Ribeiro, ordenado no ano de 1808;

4-III) ESPERANÇA MARIA RIBEIRO, que segue;

4-III) ESPERANÇA MARIA RIBEIRO, que continua. Herdeira da casa dos seus pais, em Pilerne, em virtude de os irmãos terem optado pela vida eclesiástica. Isto fez com que o seu marido – e primo¹⁸²⁶ – Remígio Xavier Pinto se tenha *estabelecido* como *genro comensal* na casa dos sogros, como era hábito em Goa quando a sucessão de uma casa recaía numa filha.

Tiveram:

5-I) Padre Celestino José Pinto, batizado em Pilerne no dia 26 de julho de 1786. “*Foi ord. pelo Arc. S. Galdino na capela do palácio de Panelim, a 20-5-1815. Era capelão de Marrá, de Pilerne (prov. de 1818 e seg.). Em seguida, paroquiou como encom., no impedimento do proprietário, a igr. de S. Bartolomeu (prov. de 7-5-1823) e, mediante concurso de 201-1-1826, provido pároco de Linhares* (S. Lourenço de

¹⁸²⁶ Cfr. *supra*, ponto 2-V-1).

Linhares) (*c. de aprese. De 31 de Janeiro de 1826; confirm. e colado em 4-2-26*), *que regeu até o ano de 1839, em que faleceu*”¹⁸²⁷;

5-II) Caetano Francisco António Pinto;

5-III) Padre Manuel Pinto da Conceição, nascido em Pilerne e aí batizado no dia 24 de janeiro de 1790. Ordenado por D. Tomás de Noronha, bispo de Cochim, em Panelim a 22 de setembro de 1822. Não parece ter paroquiado igreja nenhuma nem trabalhado como missionário em terras do Padroado. Morreu em Marrá no dia 22 de maio de 1847¹⁸²⁸;

5-IV) ANTÓNIO SEBASTIÃO PINTO, que segue;

5-IV) ANTÓNIO SEBASTIÃO PINTO, que continua. Capitão do exército da Índia, foi batizado em Pilerne no dia 30 de setembro de 1792, sendo apadrinhado pelo padre Bartolomeu Caetano Gonçalves e por Adriana Gonçalves (esta de Candolim, aquele da Piedade). Deixou a casa dos seus maiores para se instalar em Sirulá (Badém). Foi lente da antiga Academia Militar de Goa.

II

Descendentes de António Ribeiro

REMISSÃO: tratamos desta família no título relativo aos Costa de Parrá e Arporá¹⁸²⁹.

ROCHA, DE QUITULA (ALDONÁ)

Esta antiga família de origem brâmane, esteve, desde a sua conversão ao catolicismo, associada a Aldoná, em Bardez – primeiro no bairro Boddieim e, centúrias volvidas (só em finais do século XVIII, inícios do século XIX, conforme nos informou Leopoldo da Rocha), no Vaddó de Quitula. Aliás, como também explicou aquele autor: *“Lembra-me que no balcão da parede da porta estava assinalada a data que o meu pai julgava que era da entrada definitiva da família nesta nova casa (de Quitula). Boddieim era filial de Aldonã. Os Rochas, embora oriundos de Boddieim, são jonoeiros da Comunidade brâmane de Aldonã (em Aldonã há outra Comunidade de sudras)”*.

E é, efetivamente, a Quitula que se associa a estirpe, sobretudo devido à preponderância que conseguiu a partir da época da referida mudança.

¹⁸²⁷ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 213.

¹⁸²⁸ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 213.

¹⁸²⁹ Consulte-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Costa, de Parrá e Arporá, ponto 2-VII).

Pertence aos Rocha a chamada *Casa Grande* de Quitula, edifício célebre pelas suas janelas cujos frontões estão adornados por guerreiros hindus, cuja possível explicação é fornecida pelo referido seu descendente num romance publicado recentemente: *“A grande sala podia também orgulhar-se doutra história. Do lado de fora, na parede, por debaixo da cimalha, em simetria com as janelas rasgadas, viam-se decoradas efígies de estuque em relevo, dum chefe guerreiro. Era a figura de Xivagi, o notável fundador do império marata. Ninguém em casa sabia disso. Foi Caxinata, um velho artesão hindu, artista ímpar e polífacetado, que morreu na miséria, quem, ciente por tradição oral dos seus, explicou o que a figura representava”*¹⁸³⁰. Segundo a tradição, os Rocha descenderiam da família Kamat. O autor acima aludido fornece uma interessante versão, naturalmente romancesada, da adesão do primeiro Kamat seu ascendente à religião católica e da fixação da sua família em terras de Bardez: *“Desde o alvará datado de 1571 de el-rei D. Sebastião, os baptismos gerais faziam-se em Goa e circunstância e uma liturgia esplendorosa. Até eram enviadas do Reino vestes para os neófitos. Mas já no primeiro quartel do século XVII, os ventos não corriam bem para o império português, como é sabido. Neste tempo, segundo uma Carta dos jesuítas em Goa, do ano de 1632, para o seu Superior Geral em Roma, aquele baptismo geral na Sé de Goa demorara muito, por falta de indumentária de neófitos para centenas de indígenas que se faziam cristãos, e que deveria vir na nau daquela monção. Aquelas vestes e pendões e parafernália toda iriam conferir esplendor à grande liturgia do baptismo geral para muita confusão dos infiéis. Porém, um membro da família brâmane Kamat, das Ilhas, não quisera esperar mais tempo. Outros membros do seu agregado familiar haviam permanecido fiéis à sua crença e fugido para terra firme, longe do alcance dos braços dos conquistadores portugueses, como tantos outros o haviam feito, levando consigo os deuses dos penates. É verdade que o futuro convertido se sentia remordido com a traição feita à sua família tão nobre e considerada. Lançavam-lhe à cara a apostasia que cometera. Mas o jovem Kamat não recuara. A recompensa superaria tudo isso: a protecção do conquistador após o baptismo. Assim acontecera realmente. O Pai-dos-Cristãos, da ordem franciscana, figura canónica expressamente criada para favorecer e proteger os neo-convertidos, tinha já um plano bem gizado. Na base do Regimento que atribuía poderes altamente discricionários para o Pai-dos-Cristãos, este já desanexara, retroactivamente, parte da herança da família Kamat, a título de legítima do filho, que se fizera cristão, mesmo em vida dos pais. Esta legítima, constituída de bens de raiz, seria trocada, mais tarde, por outros bens de raiz, na aldeia onde o casal se iria instalar. Tudo, portanto, ao abrigo da lei que favorecia o aumento da cristandade. Baptizado em cerimónia particular, fora-lhe já destinada a noiva, uma jovem de catorze anos, mal púbere e cristã. Kamat nunca a havia visto, mas submeteu-se a todo o ritual do baptismo e casamento. Os Livros dos Assentos, na altura, costumavam mencionar a proveniência dos baptizados nestes termos: Baptizei António..., no gentio, Sonum Kamat...*

Ao anoitecer do mesmo dia, o jovem casal encontrava-se junto a uma canoa presa com uma corda, num bambu fixo num local pouco fundo e lodoso, contíguo a uma rampa pedregosa. O casal esperava pelo remador e o padre franciscano Frei João, que os casara. A noiva era franzina, de pele clara e olhos escuros, duas longas tranças pretas a que o óleo de coco dava brilho, enfeitadas de mogrins, pequenas flores da terra muito aromáticas. Estava cabisbaixa e envergonhada frente ao jovem marido. Vestia o seu rico pano-paló, afogador e

¹⁸³⁰ Rocha, Leopoldo da (2008), *Casa Grande, e outras recordações de um velho goês*, Nova Vega, Lisboa, 93.

adornos. Ele era alto e forte e pelo tom do falar denotava uma personalidade voluntariosa. O frade deu-lhes a bênção de despedida: “Não esqueçam do que lhes foi ensinado na Casa dos Catecúmenos! Vão com Deus e Deus os acompanhe”. O jovem entendia e falava bem o português, tanto que seria constituído o língua para o serviço da catequese, e na gestão da gancaria da comunidade aldeana, na zona para onde rumava. O novo-cristão remador desprendeu a canoa e com um impulso do remo fizeram-se ao largo.

- Temos maré favorável, Kamatbab – disse o remador em tom de respeito. Conhecia o estatuto social do jovem casal, que era elevado, e o dele muito inferior, pois era da casta de pescadores. Soprava uma ligeira aragem quando a canoa se meteu num estreito braço do Mandovi e ouvia-se o piã-piã assustado dos pequenos pica-peixes, à hora do lusco-fusco. Durante a viagem toda, que demorou cerca de três horas sem parar, o casalinho trocou poucas palavras. Apenas o remador, para cortar o silêncio, intervinha com perguntas discretas:

- Kamatbab, chegaremos ao cair da noite. Não se assuste. Entretanto haverá luar. Ficou combinado vossemecês desembarcarem no sítio da taberna. Virá alguém para vos encaminhar à vossa casa? – dirignia-se a Kamatbab pelo reverencial tumi (ou seja, o tratamento de cerimónia, equivalente a “vós”).

- Sim, Nargiá, estará lá o reitor da igreja. Temos para nós uma casa nova mandada construir por ele, com vasto terreno para ampliação e horta.

Esta foi a origem da Casa Grande, pequena no início. A título de recompensa pela conversão à fé cristã e importância da família, fora oferecido à família neoconvertida um vasto terreno circundante. Neste terreno havia escapado, na vaga destruidora dos signos do hinduísmo, um elemento aparentemente insignificante, que pudesse trazer à memória do convertido a sua origem hindu: um pé duma plantinha, que se transformaria numa gigantesca árvore na horta desbravada. Denominava-se pimpal (Ficus indica) e os hindus veneram-na por acreditarem que nela se convertera a deusa Sarasvati, que a sua raiz era habitáculo de Brahma, o tronco de Vishnu e os ramos de Shiva. A casa de Kamat foi sofrendo transformações e crescente grandeza. Nas cinco ou seis gerações que se seguiram, passaram vários padres, grandes administradores, que legaram à casa, sempre perpetuada pelo irmão mais velho, terras, várzeas e palmares – uma herança enorme. A arquitectura primitiva da casa, que denunciava o estilo de uma moradia hindu, foi ganhando contornos novos e invulgares: uma grande cerca murada dentro da imensa horta, frente ao balcão, destinava-se a amestrar cavalos. Isto acontecera quando um filho da casa, na terceira geração, obtivera uma patente militar no Forte, que distava cerca de um quilómetro da casa, construído pelos portugueses para defender a povoação contra os ataques dos invasores maratas. As ruínas desta cavalaria continuariam por anos fora. (...) Mas a Casa Grande significava mais que um registo duma família nobre, convertida para a fé cristã, acabando por se acomodar ao modo de estar e à cultura do conquistador europeu”¹⁸³¹.

Apesar de estarmos perante um excerto ficcionado, é, porém, possível descobrir nele muitas das características comuns aos processos de conversão de alguns dos membros pertencentes às elites locais. Por um

¹⁸³¹ Rocha, Leopoldo da (2008), o.cit., 71 a 73.

lado, o recurso ao fausto dos batismos coletivos (de que o ascendente dos Rocha de Quitula terá prescindido) para impressionar quer a massa dos então ditos “gentios”, quer os que doravante entravam no grémio da igreja católica. Em paralelo, o aspeto patrimonial que andava quase indissociavelmente ligado a estas conversões, habilmente gerido pelos eclesiásticos que as promoviam. Por outro lado, a proteção, por parte das autoridades (civis e religiosas) portuguesas destes novos aliados, mediante a atribuição de privilégios vários, e a utilização dos mesmos como seus agentes junto das populações das aldeias onde se fixavam. Não é por acaso, decerto, que ao jovem Kamat é reservado um cargo na administração da *gancaria* aldeã: esta era, desde logo, uma posição que, enquanto descendente de uma destacada linhagem de origem brãmene, naturalmente se lhe atribuiria; mas também se revelava útil para a administração portuguesa, que conhecia o peso de tais organismos (e que não raro dependia deles para obter financiamentos vários), ter na administração dos mesmos indivíduos que fossem da sua confiança. É, também, interessante analisar as motivações que o autor atribui ao próprio neoconverso: mesmo sacrificando a maioria das suas relações familiares, este prefere aderir ao novo modo de vida instaurado na sequência da instalação dos portugueses em Goa. Os benefícios económicos que lhe adviriam da sua nova vida, e o patrocínio que se lhe assegurava teriam sido os motores dominantes para aderir à nova religião. Ressalve-se, ainda, que nem a adoção de um outro credo, nem a criação (pois é quase disso que se trata) de uma nova identidade fazem desaparecer as rígidas hierarquias que vigoravam na sociedade de castas hindus. O remador – que, tal como Kamat, era “*novo-cristão*” – não esquece o fundo fosso social que, mesmo após a conversão de ambos, os separava. E, ainda, o jovem Kamat parece casar, com o beneplácito do franciscano responsável pelo processo, “dentro do seu meio”: a noiva, de pele clara (indicando a superioridade da sua casta de origem, de acordo com o consenso que até hoje domina em Goa), veste um traje rico e usa algumas joias.

Eis o que sabemos sobre esta estirpe, em boa parte ancorados nos apontamentos recolhidos por Gomes Catão e nas ricas notas genealógicas familiares que nos foram muito gentilmente sendo disponibilizadas por Leopoldo da Rocha (que as publicou no seu blogue *Artes e Letras*¹⁸³², do qual extraímos todas as citações não identificadas como pertencentes a outra fonte).

Manuel da Rocha, que, segundo a tradição familiar, foi o primeiro membro da família convertido ao catolicismo, altura em que trocou o apelido *Kamat* pelo de Rocha, na primeira metade do séc. XVII. Casou com Josefa de Sousa, com quem morou em *Boddiem* (junto a Sirçaim, e não muito longe de Quitula), e de quem teve, pelo menos **Baltasar da Rocha**, igualmente morador em *Boddiem* – o qual casou com Maria Pinto, de quem houve, segundo explica Leopoldo da Rocha, **Pascoal da Rocha**¹⁸³³. O autor que vimos seguindo, na genealogia que traçou, não poupa elogios a este seu antepassado, que foi advogado *provisionário*: “*A mudança ou radicação definitiva da família ROCHA em Quitula de Aldonã coincide com a grande ascensão social de que o*

¹⁸³² <https://lusogoaanus.wordpress.com/> (último acesso a 28 de julho de 2020).

¹⁸³³ Segundo aquele autor, “a primitiva casa do clã Rocha convertido foi em *Boddiem* de Tivim. O fundador deste clã Rocha é MANOEL da ROCHA casado com JOSEPHA de SOUSA. É o neo-convertido que retrato ficcionalmente embarcando com a sua jovem esposa de tez clara numa canoa, num cais da Velha Cidade. Em ‘*Casa Grande...*’, a história tem logo, como pano de fundo a Casa de Quitula-Aldonã, mas a verdade é que o convertido MANOEL fixou a sua casa noutra banda do rio, em Boddiem. Aconteceu isto na primeira metade do séc. dezassete. Consta o nome do seu filho BALTHAZAR da ROCHA casado com MARIA PINTO que continuou em Boddiem. Eram proprietários. Os bens de raiz pertencentes a estes fundadores do clã situam-se na maior parte nessa área de Sirçaim. No Bol do Estado da Índia de 1847, nº 24 vem arrolados estes bens por morte de um membro varonil, famoso, do clã Rocha, especificamente MARIANO JOSÉ da CONCEIÇÃO ROCHA. (...) MANOEL da ROCHA e BALTHAZAR da ROCHA são portanto as pedras angulares da matriz convertida ROCHA que se tinha radicado em Boddiem até o último quartel do século XVII”.

novo solar construído é expressiva imagem. Esta fase opera-se na vida do filho de BALTHAZAR DA ROCHA, o notável PASCOAL DA ROCHA, (1670-1748), advogado, casado com CATARINA DA GAMA com quem teve 7 filhos. Teve uma vida longa para a época. Com PASCOAL DA ROCHA nasce na família ROCHA o pendor e a veia profissional para a carreira do Direito. Esta via continuará quase ininterrupta até os presentes dias (...). Prova é que o irmão do autor destas linhas, LAMARTINE, tem uma filha que se formou em direito com brilho, e cujo marido também é formado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Goa". Casou, assim, Pascoal da Rocha com Catarina da Gama, filha de Filipe da Gama, de quem teve pelo menos sete filhos:

- (i) **Padre Damião da Rocha**, que Leopoldo da Rocha declara ter nascido em 1728. Ordenado presbítero em 1752¹⁸³⁴, “foi Cura (auxiliar do Reitor) da igreja de Tivim por Provisão de 3/06/1762 e Confessor por Provisão de 2/03/1762”. O autor que temos acompanhado reserva um lugar de destaque a este eclesiástico, o qual, de acordo com a memória da linhagem, “Foi o grande arquitecto da ampliação dos bens de raiz da Casa Grande, incluindo o imenso terreno fronteiro à mansão, de norte a sul. Adquiriu várzeas e palmares em aldeias vizinha como Sirçaim, Cança, Assonorá etc. Não é por isso em vão que eu ouvia o meu pai pronunciar, quando lhe punham as lembranças dos seus antepassados, sempre o nome do Padre Damião, Pe. Damião, sine addito”. E na verdade, essa é a ideia que perpassa todo o seu testamento, feito a 18 de novembro de 1790. Ao analisarmos o referido documento, três ideias há que permanecem: (i) por um lado, o ascendente de Damião – que à posição de primogénito associava a de clérigo e, ainda, a de obreiro da prosperidade familiar – face aos demais irmãos e sobrinhos; (ii) por outro, a simplicidade com que os Rocha pareciam viver até à política de ampliação da casa protagonizada pelo biografado (Francisco, cuja legítima seria inferior à modesta quantia de 300 xerafins, deixara a sua prole “em total dezemparo”; Joana fora dotada apenas com 400 xerafins, os quais também já excediam a quantia a que teria direito por óbito dos progenitores); e (iii) os esforços que desenvolveu no

¹⁸³⁴ A sua ordenação não foi, porém, isenta de dificuldades, em virtude da intervenção da Inquisição de Goa, uma vez que o avô paterno do ordinando, Filipe da Gama, fora levado em auto de fé, com sambenito, supostamente por crime de heresia. E se é certo que, entretanto, se viu livre dessas acusações, também o é que tais suspeições vieram, anos depois, a pesar sobre o neto. Anota Leopoldo da Rocha: “Quando compulsava a papelada do Arquivo da Casa ficara-me na memória uma trancada folha de papel na qual o nome do Padre Damião estaria ligado, de certo modo, com o temível **Tribunal da Inquisição de Goa**. A meu pedido, foi-me enviado por um familiar meu de Goa, o valioso e singularíssimo documento que transcrevo (infelizmente não o recebi completo). Este Documento é fruto da investigação do meu irmão acima referido, **IVO JOAQUIM DA ROCHA**, juiz de Direito e advogado em Lisboa que, quando em Goa nos anos 1973 e seguintes, compôs uma árvore genealógica rigorosamente documentada em **MS** que deixou no Arquivo da Casa ancestral. Porque a justiça e lealdade exigem se dê ‘unicuique suum’, vai o referido Documento relativo à Ordenação do Padre Damião da Rocha, salvo graças a Ivo da Rocha”. E prossegue: “O processo da Ordenação do Padre Damião saiu com embargo da Mesa Censória do **Tribunal da Inquisição de Goa** que encontrou impedimento no candidato Padre Damião por o seu avô materno ter saído culpado no **auto-da-fé**. Do processo de Ordenação do Pe. Damião consta: “Consta da certidão do Rev. Parocho e das testemunhas que o avô materno deste ordinando, **Philippe da Gama**, sahio no acto publico da fé com Sanbenito e ainda que não sabem as suas culpas. com tudo ...crível que foi por crime de heresia e nestes termos ainda segundo a sentença referida e seguida por CASTRO op. To, 6 Trac 29, disp. 6. princip. 19, o dito ordinando como neto por via materna não incorra a irregularidade ainda que seja nascido post heresim principalmente sendo, como foi dito, Philippe da Gama, absolto e reincorporado à freguesia como se suppoem, secundum CASTRO op. cit. Num 4, contudo em materia de tão grande ponderação... (Nota: aqui termina a citação que continua na folha que não me foi enviada). Este pequeno Documento é uma achega valiosa para o estudo da actuação do nefando Tribunal da Inquisição de Goa cujo inteiro arquivo levou sumiço por causa que nunca chegou a ser cabalmente provada. Alem de importante neste sentido, é singularíssimo, pois nunca, ao que eu saiba, encontramos em genealogias ou famílias de Goa menção alguma da acção punitiva daquela instituição de má memória” – sendo que concordamos com esta última asserção do autor. Efetivamente, são raríssimas, para não dizer praticamente inexistentes, as menções, nas genealogias das elites *naturais* católicas, a punições impostas pela inquisição. Quando, nesses documentos, se faz alusão ao Santo Offício, é quase invariavelmente para se frisar a participação de elementos das diferentes estirpes na estrutura, designadamente na qualidade de *familiares*. Apesar deste óbice, Damião da Rocha logrou receber ordens sacras, que lhe foram conferidas pelo “*ilustrado Bispo Diocesano*” Neiva Brum.

*sentido de elevar (como efetivamente elevou) a sua casa e família de modo a que a mesma pudesse começar a ombrear com as demais da principalidade natural bardesana. Tal implicou, naturalmente, não só uma estratégia de aumento constante do património da estirpe, como, também, da garantia da concentração da maior parte dele nas mãos de um só herdeiro*¹⁸³⁵.

- (ii) **Padre João da Rocha**, ordenado a 23 de setembro de 1758, “na capela do Palácio Rural de Santa Inês”. Foi vigário da Piedade, em Divar, provavelmente em meados da década de 1760.
- (iii) **JOSÉ DA ROCHA**, com quem seguimos.
- (iv) **Manuel da Rocha**.
- (v) **António da Rocha**, falecido no dia 2 de fevereiro de 1793. Casou com Micaela Arcângela Lobo, a qual morreu a 17 de novembro de 1806.
- (vi) **Francisco da Rocha**, que casou com Joana Abranches.
- (vii) **Joana da Rocha**, a qual “casou na família nobre e ilustre dos Rodrigues, de Aldonã, com Raimundo Rodrigues”.

1) JOSÉ DA ROCHA, com quem seguimos, o qual foi, à semelhança do progenitor, advogado *provisionário*. Terá herdado dos seus maiores os bens que estes possuíam em Aldonã, provavelmente ainda em Boddíem. As ruínas da velha casa de Boddíem, decerto menos vasta que a sua sucessora de Quitula, terão ainda chegado a meados do século XX. Casou com Maria da Conceição, de quem teve:

2-I) PASCOAL DA ROCHA, que segue;

2-II) Tolentino da Rocha, que fez doação do seu prédio Bafordem, em Quitula, “para a construção da Capela de Nossa Senhora da Piedade, que ora existe, por escritura de 10/08/1800, com sisa paga em 2/06/1800. Em reconhecimento, foi-lhe concedida Cova Perpétua no Cruzeiro dessa Capela por Provisão de 27/04/1802”. Morreu no dia 4 de novembro de 1822. Teve descendência do seu casamento com Ana Paula Álvares (nomeadamente **Alexandre da Rocha** e **Gabriel Salvador da Rocha**, o qual ingressou no convento dos agostinhos de Goa a 31 de dezembro de 1823, tendo professado a 1 de janeiro de 1825, adotando então o nome de frei Gabriel da Piedade, e sido ordenado a 18 de setembro de 1830¹⁸³⁶).

2-I) PASCOAL DA ROCHA, que continua. Batizado a 5 de julho de 1764, morreu no dia 2 de fevereiro de 1825. Uma vez mais de acordo com Leopoldo da Rocha, herdou a casa e foi tenente-coronel das milícias de Bardez¹⁸³⁷, o que acumulou com o cargo de escrivão da comunidade de Tivim. Na morada familiar, em Quitula,

¹⁸³⁵ Não resistimos a transcrever mais um excerto de Leopoldo da Rocha: “Encontramos em DAMIÃO o paradigma do PADRE que na fase evolutiva das famílias abastadas de Goa, sobretudo no séc. XVII-XVIII, é o elemento dinâmico da célula-família, fomentando a coesão dos componentes, granjeando bens de fortuna porque o pode, graças ao seu grau de instrução e relacionamentos na esfera do poder. Neste seu papel, o Padre empenha-se também em pôr em prática as virtudes cristãs que lhe haviam sido inculcadas durante a sua formação sacerdotal tomando consciência de que cabe-lhe amparar os necessitados. Mas como a dispersão dos bens não favorece a perpetuidade da casa numa linha varonil, há que mentalizar os potenciais herdeiros a um certo desprendimento. Ao fim, o que conta é manter e perpetuar o nome da Casa. O apelido levam todos os filhos mas o nome da Casa só recai num, em regra, no filho varão. Neste seu zelo de grangear bens de fortuna para a sua linhagem e a deixar engrandecida a nível social, o PADRE goês demonstra-se, de uma maneira geral, altruísta e desapagado no que diz respeito ao bem-estar próprio. Ele vive e trabalha, não raro, com grande austeridade, unicamente para poupar para os seus. Há exemplos disto em famílias abastadas de Salsete e suspeito mesmo que o nosso PADRE DAMIÃO haja procedido de igual modo”.

¹⁸³⁶ Morreu em Quitula a 25 de junho de 1846.

¹⁸³⁷ Leopoldo da Rocha transcreve a seguinte declaração do marechal Manuel Godinho de Mira: “Atesto que Pascoal da Rocha, Tenente Coronel do Regimento dos Milicianos da Província de Bardez, não só no tempo de Manuel Preto, General que foi da mesma Província, prestou os serviços de Comandar o *Forte de Quitula*, como de guarnecer os Muros com a sua respectiva Companhia de Terço Auxiliar e outras, em que justificou muita prontidão e zelo mas que posteriormente sendo por mim nomeado para Comandante do Posto de Tanque de Aldonã satisfaz a este dever com bastante desvelo no anno 1816 sendo encarregado o mesmo Oficial pelo Exmº Conde de Sarzedas – Vice-Rei que foi deste Estado, assim como por mim neste mesmo anno e no de 1817 para com a respectiva Companhia rondar e vigiar todo o distrito da mesma aldeia de Aldonã, assim de segurar a tranquilidade publica dos habitantes da mesma e impedir as hostilidades dos Pundas, elle comprovou nesta actividade o zelo do R. serviço applicando todas as suas cautelas a bem da imensa segurança e preenchendo todas as suas disposições sobre semelhante objecto com muito acerto a ponto de que por vezes, c hegou a pressionar alguns daqueles Pundas, estas

existia uma vasta cavalaria, “adjacente ao frontão da Casa Grande”, que “foi construída durante o exercício das suas funções de militar”. Casou, no dia 14 de maio de 1781, em Aldoná, com D. Francisca Coutinho (esta senhora surge já com o título de *Dona* em vários documentos da época, nomeadamente nos assentos de batismo dos seus netos que se conservam no AUC), nascida na dita localidade¹⁸³⁸, onde foi batizada, pelo reitor fr. João de Santa Quitéria, em 9 de março de 1767. Era filha de João Coutinho, igualmente de Aldoná, e de Andresa de Gouveia. Tiveram:

3-I) Mariano José da Conceição da Rocha, que nasceu em Quitula. Seguiu com entusiasmo a causa do Prefeito Peres e foi, por isso, morto no massacre de Tiracol. “Entretanto, poucos dias antes do malôgro da expedição, a fortaleza de Tiracol havia sido sitiada pela tropa revolucionária. A guarnição, não podendo lutar com a falta de mantimentos, decidiu-se a abrir as portas aos sitiantes, depois que um dos comandantes dos revolucionários, Francisco Vicente da Cunha, por alcunha o Mata-tigres, se comprometeu a salvar as vidas. Mas os revolucionários, desleais ao compromisso, apenas entrada a fortaleza, mataram todos os que nela encontraram, espetando em seguida as cabeças dos degolados defronte das respectivas casas. Mariano da Rocha, de Aldona, e alguns paisanos notáveis de Bardês, que se tinham acolhido nessa fortaleza para defenderem a causa da legitimidade, foram, também, ali decapitados”¹⁸³⁹. Leopoldo da Rocha romanceia e inclui este episódio em *Casa Grande*: “No largo frontal ao grande balcão, cronologicamente tardio, num período de história não muito recuado da Índia portuguesa, fora construído pelo povo do bairro um cruzeiro, ali onde fora arvorada a cabeça degolada de um filho, morgado daquela Casa Grande. Este filho-morgado integrava o grupo dos patriotas indígenas que deram a sua vida em defesa dum seu conterrâneo, nomeado governador da Índia portuguesa. A nomeação de um indígena pelo governo liberal da Metrópole provocara reacção violenta da parte dum grupo racista, constituído de portugueses, mestiços e até nativos com complexo de casta, para quem significava uma humilhação serem governados por um canarim. Esta facção levou a melhor e o cabecilha dos indígenas, o filho da casa grande, que se encontrava aquartelado na fortaleza de Tiracol, juntamente com os seus apoiantes, foi capturado à traição. Mesmo dominado pela soldadesca, esbracejou e envolveu-se em luta, num instinto de sobrevivência, mas, no derradeiro momento, à maneira da personagem Pascual Duarte, do escritor espanhol Camilo José Cela, vacilou, pedindo de joelhos que lhe poupassem a vida, e que, em troca, daria a sua filha em casamento, com bom dote, ao capitão do batalhão que fora mandado para dominar os revoltosos. De nada valeu a súplica. Foi sumariamente degolado. Parra aterrorizar possíveis amotinadores indígenas, a cabeça do degolado foi arvorada, espetada numa arequeira para exposição, no largo fronteiro à mansão do patriota”¹⁸⁴⁰. Leopoldo da Rocha transcreveu o excerto, provavelmente do punho do irmão da vítima, que foi dedicado a este trágico acontecimento no livro de família da Casa de Quitula: “Aos 28/05/1835 vi acabar os seus dias MARIANO JOSÉ DA CONCEIÇÃO ROCHA, na Fortaleza de Tiracol onde tinha entrado com outros em favor da Causa Nacional. Frustrada que ficou a revolta, a todos mataram, quebrantando o juramento feito”

Casou a 15 de janeiro de 1815, com o dote de 6000 xerafins, com D. Maria Severina Baptista, provavelmente nascida em Loutolim, filha de Caetano Salvador Baptista e de D. Luísa de Andrade, moradores nessa mesma localidade. D. Maria Severina faleceu a 18 de novembro de 1840.

Tiveram, pelo menos:

3-I-1) Albino Pascoal da Rocha, batizado solenemente em Aldoná no dia 6 de agosto de 1826. Matriculado na Universidade de Coimbra, em matemática, a 14 de outubro de 1843¹⁸⁴¹. Gomes

circunstancias e serviços que o dito Oficial tem justificado desde a sua primeira Praça até ao actual Posto, o constituem digno de contemplação, o que tudo por ser verdadeiro e me ser pedida esta, lha passei assignada e sellada com o sinete das armas – Dada no Quartel de Nerul a 23 de Abril de 1815.

¹⁸³⁸ Embora haja documentação que a dê como natural de Nachinolá.

¹⁸³⁹ Saldanha, M. J. Gabriel de (1990), 258 e 259.

¹⁸⁴⁰ Rocha, Leopoldo da (2008), 73 e 74.

¹⁸⁴¹ AUC, *Certidões de Edade*, 2ª série, (1834-1900), vol. XLVI (Agapito – Alexandrino), pp 46 e 46v. (Albino Pascoal da Rocha).

Catão, ou Avelino Soares, na sua incessante busca de dados sobre os membros das elites goesas – e apesar de não o mesmo não ser referido no estudo que fizeram sobre os Rocha de Quitula, provavelmente por não o terem conseguido entroncar – anotou uma breve mas curiosa notícia publicada no Boletim Oficial do Governo nº 11, relativo ao ano de 1846, a página 53, que lhe diz respeito: “*Chegou na noite de 6-3-1846 pela galera “Afonso de Albuquerque” que saíra de Lisboa a 7-10-1845 com alguns oficiais, Albino Pascoal da Rocha e o prof.or de instrução primária Manuel Hortêncio Pereira*”. Foi depois desse regresso a casa que se graduou em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa, onde defendeu tese em 1851. Nomeado cirurgião em Moçambique em 1863, fixou-se naquele território, tendo sido “Director de Saúde no distrito de Tete”, onde se destacou profissionalmente. Foi “traçoeiramente morto a mando dos régulos da África Oriental, na famosa Campanha de Massangano em 5 de Agosto de 1868. Deixou três filhos menores: Elvira Francisca da Rocha, Lourenço Jaime do Rosário Rocha e ... aos quais foi concedida a pensão vitalícia anual de 19\$200 réis por Decreto de 3/06/1869”;

3-I-2) Brás António da Rocha, advogado *provisionário*, o qual casou no dia 18 de novembro de 1849 com Amélia Blandina Correia, natural de Moirá;

3-I-3) Caetano Feliciano da Rocha, “engenheiro com o Curso de Politécnica em Lisboa (Portugal). Foi mais tarde Capitão do Exército. Alistou-se, segundo afirmou na ocasião, “para vingar a morte do seu irmão médico ALBINO morto pelos indígenas de Moçambique””;

3-I-4) Josefina Margarida Augusta da Rocha, que casou com José Nicolau Ribeiro Fernandes, médico graduado pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa, filho de Tomás Ribeiro, de Pilerne, e de Benedita Fernandes. De acordo com os registos da Casa de Quitula: “Aos 18 de Fevereiro de 1838 casou-se JOSEFINA em Pilerne na Capella da sua Casa d’elle depois de uma missa em que pregou CAETANO VICENTE, meo primo e torna se fez em 13 de Maio de 1838 de que se aproveitaram o Barão, Governador Geral e sua mulher a Baronesa com toda a Família”;

3-I-5) Maria Escolástica da Rocha, a qual casou com João José de Almeida, de Cunchelim, em Bardez, que era filho de Mariano de Almeida. Deles descendem os Almeida da Penha de França e, mais concretamente, a escritora Teresa da Piedade Baptista de Almeida (comummente conhecida por Vimala Devi) e seus irmãos Belmira da Piedade Baptista de Almeida e Carlos Baptista de Almeida;

3-I-6) Ana Lucinda da Rocha, que veio a casar, no dia 10 de maio de 1842, com Leandro Lopes. O governador-geral, sua mulher e estado-maior deslocaram-se a Aldoná para assistirem ao casamento;

3-I-7) Ana Pulquéria Felicidade da Rocha, a qual casou a 14 de maio de 1837 com Camilo Cordeiro;

3-I-8) Expectação da Rocha;

3-II) JOÃO XAVIER BAPTISTA DA ROCHA, que segue;

3-III) Casimiro Celestino da Rocha, que professou no convento de S. Francisco de Goa. Morreu na casa de Quitula a 10 de junho de 1872;

3-IV) Damião Gregório da Rocha, advogado *provisionário* (a provisão data de 17 de outubro de 1816), nasceu a 13 de novembro de 1793 e morreu no dia 21 de novembro de 1822;

3-V) Bento Messias da Rocha, casado no dia 24 de fevereiro de 1829 com Ritinha (ou Rita) Esmália da Silva, de Pangim, filha de Joaquim José da Silva e Rosa Maria Monteiro. Com geração;

3-VI) Francisco António, “falecido na idade pupilar aos 22/10/1822, foi enterrado na Cova Perpétua da Capela do bairro”;

3-VII) Catarina Serafina (ou Serafina Catarina) da Rocha, batizada a 11 de junho de 1783. Casou, com o dote de 8000 xerafins, no dia 28 de abril de 1798, com Bento Silvestre de Mascarenhas, de Sangoldá. Este morreu de forma inesperada, conforme consta de um confuso assento do livro familiar: “Aos 19 de Fev. de 1833 se publicou o falecimento do meu genro BENTO SILVESTRE MASCARENHAS no caminho, querendo a mulher seguir para Goa, de Macau, viajando quinze dias daquela terra para cá. Quiseram dizer que fora em Malaca”. Com geração;

3-VIII) Joaquina Quitéria da Rocha, que foi batizada a 22 de abril de 1787 e casou, no dia 9 de maio de 1808, levando um dote de 9000 xerafins, com Pedro António Pinto, filho de José Filipe Pinto, de Sirulá;

3-II) JOÃO XAVIER BAPTISTA DA ROCHA, que continua. Mais conhecido, na sua vida adulta, por João Xavier da Rocha, nasceu em Aldoná, onde foi batizado no dia 13 de julho de 1807. Aí casou, em 13 de setembro de 1842, com D. Maria Aurora Gertrudes Magna de Mascarenhas, filha de Vicente Mariano da Conceição Mascarenhas e de D. Maria da Conceição (ou M. da Consolação) Pereira¹⁸⁴². O seu sogro nascera no Socorro, onde foi batizado a 4 de novembro de 1786, sendo filho de José Caetano de Mascarenhas e de Emerenciana de Sousa; neto paterno de Henrique Mascarenhas e de Ana Maria da Silva, e materno de Ventura Xavier de Sousa e de Josefa Pascoela da Barca. Por outro lado, D. Maria da Consolação terá nascido em Benaulim (embora por vezes também apareça como natural de Cortalim), e aí foi batizada a 6 de setembro de 1805. Era filha de José Francisco Pereira e de Petronila Aurora de Misquita; neta paterna de José Caetano Pereira e de Ana Maria Pinto, de Cortalim, e materna de Lúcio Francisco de Mesquita e de Micaela Francisca da Silveira, de Benaulim. De acordo com Gomes Catão, no documento que já citámos, “*Esta Maria Consolação fal. a 10-2-1833 no bairro Palmar de Domingos Rodrigues, em S. Pedro*”. João Xavier da Rocha, advogado *provisionário*, foi presidente da Câmara Municipal de Bardês, sendo-lhe devida a criação da escola primária oficial em Mapuçá. Morreu a 8 de abril de 1857. Herdou a casa de Quitula após a morte do seu irmão Mariano da Rocha.

Foram filhos deste casal:

4-I) MARIANO JOSÉ OTTOLINI DA ROCHA, que segue;

4-II) Padre Francisco Maria Bernardino Leopoldo da Rocha (que adotou o nome **Leopoldo Francisco da Rocha**), nascido em Quitula no dia 2 de junho de 1848 e batizado em casa “*pelo Capelão de Quitula P.e José Paulo Francisco da Cunha*” a 28 do mesmo mês e ano. Ordenou-se em 9 de Fevereiro de 1879. Foi um dos responsáveis pela edificação da capela de Boddiém, elevada a igreja já em meados do século XX;

4-III) Mariano Lamartine da Rocha (que adotará o nome **João Mariano Lamartine da Rocha**), nascido em Quitula a 21 de março de 1853 e foi batizado na igreja paroquial de Aldoná 7 dias passados, sendo apadrinhado por Mariano Belchior de Góis Ferreira, solteiro, morador em Arporá, e D. Ana Especiosa da Silveira Coutinho, casada, moradora em Nachinolá. Também estudou na universidade de

¹⁸⁴² Natural de Cortalim, era filha de José Francisco Pereira e de Petronila Aurora de Misquita, de Benaulim. Anota Leopoldo da Rocha: “MARIA AURORA era Morgada da Aldeia de Talaulim, Santana, Ilhas (doc. de 13/10/1919 emitido pelo Conservador Civil, José Xavier dos Milagres Baptista Cardoso, doc. recolhido por Ivo da Rocha). Tinha Capela particular em Casa, dedicada a São Joaquim, cuja imagem com autorização do então Patriarca D. Valente, foi transferida para a Capela de Quitula, no altar do cruzeiro do lado direito. A festa de S. Joaquim na Capela de Quitula, era celebrada no 3º dia a seguir à da Padroeira da Capela, N. Senhora da Piedade. Era tradicionalmente considerada festa da família dos Rochas e no dia da véspera da festa da Senhora da Piedade ocorria um ritual curioso, vestígio notório da prática nos templos hindus. Um ‘manducar’, sempre hindu, da casa dos ROCHAS, erguia ao longo do dro todo da Capela, hastes de bambu: uma ponta era enterrada no solo e outra era rachada em forma de cálice onde era encaixada uma chereta com azeite de coco e um pavio aceso. Todo o adro ficava tremulamente iluminado por estas lamparinas que se chamavam ‘diuvttis’. Esta praxe durou ainda uns anos após a anexação de Goa à Índia. Mas já se apresentava anacrónica: à uma, dava destaque a uma particular família quando o tempo dos privilégios sociais já acabara; à outra, a liturgia católica após o Concílio Vaticano não alinhava muito com este tipo de ritual. Lembra-me que num ano desses, talvez 1962 ou 1963, um vizinho de casta sudra mandou uns remoques audíveis, para o meu irmão mais velho e que representava na procissão a nossa Casa, criticando em tom irónico, essa exibição de luminárias”.

Coimbra¹⁸⁴³, onde se matriculou primeiro em teologia (a 15 de outubro de 1880) e, depois, em direito (no dia 15 de outubro do ano seguinte). Sobre ele escreveu o seu sobrinho-neto Leopoldo da Rocha: “*um tio-avô, formado em direito em Coimbra e que morreu tuberculoso, muito novo, em Timor. Talvez tenha sido o primeiro goês magistrado judicial naquela longínqua possessão portuguesa*”¹⁸⁴⁴;

4-IV) D. Adélia Ermelinda Gertrudes da Rocha, que nasceu cerca de 1858 e morreu em Calangute no dia 7 de outubro de 1924. Casou, a 7 de Janeiro de 1879, com Raimundo António Pinto¹⁸⁴⁵, falecido no dia 17 de Fevereiro de 1902.

¹⁸⁴³ AUC, *Certidões de Idade*, 2ª série, (1834-1900), vol. LXI (João Dally – João Motta), pp 291 a 292 (João Mariano Lamartine da Rocha).

¹⁸⁴⁴ Rocha, Leopoldo da (2008), 133.

¹⁸⁴⁵ Sobre a ascendência e descendência de Raimundo António Pinto, veja-se, designadamente, Pinto, Francisco Leão (1987), 9 e ss. De acordo com os dados daí, a sequência genealógica destes Pinto de Calangute vulgarmente conhecidos por *Moxenig* é a seguinte:

1) Tomé Caetano Pinto, filho de Francisco Pinto Lobo, de Chorão, e de Precilla (*sic*) Maciel terá nascido em Calangute. Sobre os seus maiores, pouco se pode retirar, de concreto, das notas desordenadas dadas à prensa por Leão Pinto. O autor em causa procura aprofundar as suas raízes quer no que toca aos Pinto, quer no que diz respeito aos Maciel, se bem que sem grande sucesso. Afirma serem ambas as linhagens originárias de Chorão, atribuindo, contudo, primazia e antiguidade ao que chama “*casa Maciel*”: “*É casa que precede à Família Pinto, jonoeira da ilha de Chorão, e estabelecida em Calangute, concelho de Bardez. A sua procedência perde-se nas brumas dum passado longínquo de 1682, ano possivelmente da sua conversão ao Catolicismo (não sabemos, porém, em que elementos se ancora para formular esta hipótese). Três séculos duma história genealógica da família é difícil de se desvendar no concernente à sua ascendência hindu, ao menos que fosse aos arquivos da Comunidade aldeana, ou aos Livros do Cularogo das Mazanias dos templos hindus. Sabe-se que a nossa Gram Devi terá sido a Senhora Deuki Crisnã que, transportada de Chorão, se venera hoje numa Devalaia em sua honra, em Marcella, do Concelho de Pondá. Ela teria sido removida da Ilha de Chorão aquando duma grande epidemia que ceifou milhares de vidas nessa Ilha, e a Deuki Crisnã é uma efígie centenal, se não milenária, de um Templo destruído pelos vendavais do tempo da conversão. Foi então que os neo-convertidos se colocaram sob o patrocínio de São Caetano e São Bartolomeu, Santos que ora lá se veneram em majestosos templos a Eles consagrados. Chorão, ilha da velha aristocracia hindu, como se depreende da mazania da Devalaia de Deuki Crisnã, toda ela constituída por brâmanes de alta linhagem*”. É, segundo cremos, importante confrontar estas confusas palavras iniciais com a meticulosa análise que, em tempos recentes, Ângela Barreto Xavier fez da ilha de Chorão nos primórdios da presença portuguesa – cfr. Xavier, Ângela Barreto (2008), 277 e ss.

Precilla Maciel teria tido dois irmãos – Francisco e Tomé Maciel – e uma irmã, Petronila Maciel. Francisco seria escravidão de Calangute, e casado com Joana de Faia (“*como consta da procuração datada de 6 de Dezembro de 1708*”), de quem teve outro Tomé Maciel, “*como consta da escritura ou título feito do prédio Dandy Bolly*”. Tomé, por seu lado, teria casado com Prisca Álvares, com quem viveu também em Calangute. Por fim, Petronila, “*segundo consta da escritura antenupcial datada de 7 de Abril de 1728*”, casara com Caetano Gonçalves, da Piedade. Com base numa escritura de 21 de outubro de 1677, que formaliza a compra, por parte de Francisco Maciel, de um palmar denominado *Vaddy mungo*, sito no bairro Naiques, em Calangute, Leão Pinto afirma serem os manos Maciel filhos de António Maciel, que fora igualmente escravidão naquela aldeia. A ser verdade, divisa-se aqui uma fixação dos Maciel em Calangute idêntica à dos Monteiro em Candolim. O património familiar seria novamente aumentado por iniciativa de Francisco Maciel em 9 de maio de 1691, ao comprar ao casal Gabriel Dias/Úrsula de Menezes o palmar *gorbatta voddoo mungo* (também denominado *Marchaicachem gorbatta* ou *Shiachona mago*), onde mais tarde seria edificada uma casa, e, ao que parece, obter um aforamento chamado *Mangaxenoichem*. No momento da venda entrevistaram vários outros parentes dos alienantes, que “*instituíram sobre estes prédios uma pensão de duas Missas, sendo administrador Felipe António Pinto*”. Será o filho de Francisco Maciel, Tomé Maciel, quem, conforme escritura de 20 de agosto de 1711, comprará a parcela do *gorbatta voddoo mungo* que ainda permanecia em mãos dos proprietários originais (“*Diogo de Nazareth e sua mulher Tereza de Menezes, filha e nora do defunto Agostinho de Menezes, gãocar que foi de Moirá e moradores de Calangute e herdeiros do defunto Padre Salvador de Menezes e sua irmã Ângela de Menezes, casada com José Vicente de Souza e filhos do defunto Lucas de Menezes*”).

Tomé Caetano Pinto casou com D. Catarina Monteiro, de Candolim, de quem teve:

2) FILIPE ANTÓNIO PINTO, o qual casou com D. Maria Esperança Pais, de Siolim, de quem houve:

3-I) Catarina Pinto;

3-II) Joaquina Pinto, que, tal como a irmã anteriormente referida, morreu antes dos progenitores;

3-III) TOMÉ JOSÉ PINTO, que segue;

3-IV) D. Ana Conceição Pinto, que parece ter morrido solteira; deixou herdeiros seus sobrinhos Raimundo e Vitorino Pinto;

Raimundo Pinto, ao casar com D. Adélia da Rocha, já enviuvava (apesar de contar somente 38 anos) duas vezes. Celebrou o primeiro enlace com Maria Cecília Pinto do Rosário, originária do Socorro (Carrém), a qual veio a falecer sem descendência. Passou, então, a segundas núpcias, desta vez com D. Maria Clara Propérzia Pinto – irmã de Filipe Heitor Pinto de Carvalho, segundo visconde de Bardez, filha de António Caetano Felicíssimo Clarke Pinto e de D. Ana Emília Pinto de Carvalho. D. Maria Clara Propérzia

3-III) TOMÉ JOSÉ PINTO, que continua. Casou com D. Rosália de Carvalho, natural da Piedade. Do testamento conjunto que parecem ter feito os irmãos Ana Conceição e Tomé José Pinto, bem como a mulher deste último, é visível um esforço para se estabelecer um fideicomisso de vários dos seus bens, conforme explica Leão Pinto: *“Não bastava ter uma casa de habitação que Francisco Maciel tão generosamente contruira (...). Havia, porém, que consolidá-la com bens de raiz para sobrevivência duma família que se ia constituindo. Com alguns bens adquiridos, como vimos, por doações e compras, e para que estes se perpetuassem na família, aparece pela primeira vez instituído nos anais da História da família Pinto, em 1871, o fideicomisso, por testamento de Dona Ana Conceição Pinto e Thomé José Pinto e sua mulher Dona Rosália de Carvalho Pinto (...), testamento lavrado nas notas do notário desta Comarca Senhor Manuel António Damasceno Pinto. Este fideicomisso representa a terça parte dos seus (deles) bens e acções respectivamente a favor do seu sobrinho e filho, Raymundo António Pinto, com expressa menção de que “a mesma não se comunicará com a mulher do dito legatário, mas que pelo falecimento deste passará ao filho macho do dito Raymundo que se estabelecer em casamento nas casas deles testadores – Ana Conceição e seu irmão Thomé e mulher”*. E prossegue, descrevendo o que, para si, era o propósito do fideicomisso em questão, e os bens que o integravam: *“Embora não caiba nestas Notas Biográficas da família (...) referir-se aos bens que constituem o património inalienável e intransmissível da família entre quaisquer membros estranhos a ela, que não sejam em linha directa e do próprio sangue e a representem ou tenham representado através de gerações, sinto-me constrangido a mencioná-lo, mas o faço com profunda emoção e saudade pelos mortos queridos.”*. Os prédios em questão não formavam um conjunto muito impressionante: tratava-se do terreno onde tinha sido edificada a casa familiar (que, como já vimos, tinha sido adquirido por fases aos Menezes), de duas várzeas em Mapuçá (*Dessum xeta* e *Gorvamchem acolá*) e de quatro palmares (*Dandy bolly*, *Maddem*, *Damiaochem* e *Mangaxenoichem*). Conclui o autor: *“O valor destes bens descritos (...) orça em Rps. 2.750/ – e a cláusula sob a qual foi instituído o Fideicomisso se acha previsto nos Artigos 1867.o n.o 2 e 1869 do Código Civil Português, ora em vigor nestes territórios”* – Pinto, Francisco Leão (1987), 16 e ss.

Tomé José Pinto e D. Rosália de Carvalho foram pais de:

4-I) Padre Filipe António Caetano Pinto, que, depois de ser professor substituto no seminário de Chorão, passou a Baçaim, tendo, por fim, sido vigário da igreja de Mazagão, em Bombaim, onde morreu em 5 de Julho de 1876;

4-II) Padre Caetano José António Pinto, o qual foi capelão da capela de Nossa Senhora da Piedade de Cobravaddó, em Calangute. Foi nomeado pároco da igreja de Velim, mas não aceitou, preferindo dedicar-se ao Instituto de Caridade de Sua Alteza D. Augusto, um asilo de indigentes que fundou no dia 14 de fevereiro de 1872 (pouco antes de falecer, pois morrerá no dia 5 de outubro de 1876), do qual foi o primeiro diretor. O asilo em questão adotou o nome do infante por este ter contribuído com 20 libras para a sua fundação;

4-III) Francisco António Caetano Pio Pinto, guarda-mor da Praça da Aguada, faleceu no dia 16 de outubro de 1867. Casou com D. Maria Margarida Preciosa de Noronha, de Sirulá (Salvador do Mundo), falecida em 9 de abril de 1874, a qual era filha de Bartolomeu Salvador de Noronha e de Ana Libânia de Ataíde. Tiveram:

4-III-1) Maria Assunção Angélica Pinto, casada com Paulo Eduardo Soares, de Mapuçá, cuja família era proprietária da casa onde, mais tarde, se veio a instalar o hospital “Remanso”;

4-III-2) Cecília Prisca Rosaura Emerenciana Pinto, que veio a casar com Mariano de Sá, de Anjuna;

4-III-3) António Caetano Pancrácio Pinto, falecido jovem e solteiro;

4-III-4) Atanásio Aleixo Pinto, também falecido solteiro;

4-IV) Raimundo António Pinto, ao qual nos referimos no corpo principal do texto;

4-V) Vitorino António Caetano Rafael Pinto, que desempenhou funções de oficial superior da direcção dos serviços de Fazenda e Contabilidade do Estado da Índia. Morreu no dia 3 de maio de 1918, sendo solteiro. É, aliás, interessante a explicação fornecida pelo biógrafo familiar para justificar o não ter casado: *“Como os primeiros dois filhos de Thomé José Pinto tivessem sido ordenados Sacerdotes, o terceiro, Francisco António Caetano Pio Pinto e o quarto Raymundo António Pinto receberam o Sacramento do Matrimónio, mantendo-se o quinto em estado de solteiro”*) e tendo dedicado boa parte da sua energia a acções caritativas: *“cavalheiro de inconcussa honestidade e de grande integridade, fechou os olhos em um dia consagrado a Santa Cruz do mês de Maria, em odor de santidade, pela vida austera e santa que levou, toda ela consagrada aos pobres e necessitados. É emocionante o seu apelo de 20 de Julho de 1876 como membro que foi da Direcção de Associação de Caridade desta aldeia (Calangute), juntamente com os Senhores Venscelau F. de Souza Proença e Aleixo A. da Conceição e Souza. O seu apostolado pelo próximo foi sem alardes e sempre silencioso e cheio de sacrifícios”*.

faleceu em Calangute, no dia 19 de outubro de 1875, contando 18 anos. Teve, deste casamento, a seguinte descendência:

(a) Maria Rosália Filomena Pinto, que veio a casar com Manuel Agostinho Lobo, de Saligão;

(b) Maria Clara Propércia Pinto, que casou, em 1900, com Mateus Francisco Teodomiro de Sá, natural da Piedade, filho de Pedro Miguel Francisco Evaristo de Sá e de Maria Blandina Edeltrudes Josefina Pais Pereira¹⁸⁴⁶;

Foram filhos de Raimundo Pinto e D. Adélia da Rocha:

4-IV-1) Rosália Pinto, falecida jovem, com menos de 17 anos; dela diriam *“ter sido muito formosa de corpo e alma”*;

4-IV-2) Tomé José Pinto, o qual nasceu no dia 14 de dezembro de 1880, na casa de Quitula, sendo logo batizado, por estar em perigo de vida, pelo seu tio padre Leopoldo Francisco da Rocha. Morreu no dia 1 de abril de 1961. Funcionário público, tendo feito boa parte da sua carreira em África¹⁸⁴⁷. Casou com D. Maria Antónia Ermelinda Preciosa Pinto de Carvalho, natural de Camorlim de Colvale, filha dos segundos viscondes de Bardez. O enlace, segundo Leão Pinto, *“realizou-se com toda a solenidade do estilo e grande pompa, em 1910 dado a alta jerarquia dos Nubentes”*. D. Maria Antónia Pinto de Carvalho faleceu em 30 de novembro de 1936. Tiveram geração;

4-IV-3) Filipe António Caetano Zeferino Pinto, nascido em Aldoná a 26 de agosto de 1882. Também por se considerar em risco de vida, foi imediatamente batizado pelo padre Leopoldo Francisco da Rocha, tendo recebido o batismo solene já em Calangute, no dia 11 de dezembro de 1882. Teve, ao longo da vida, diversas ocupações, desde professor de inglês no Colégio do Monte de Guirim a agente de seguros, funcionário do Banco Nacional Ultramarino, secretário da comissão de melhoramentos da cidade de Vasco da Gama e secretário da comissão técnica de automobilismo da Direção das Obras Públicas. Secretariou, também, o seu irmão mais velho durante o período em que este exerceu funções de auditor fiscal do Estado da Índia. Casou com D. Oivete Veloso, natural de Badém (Salvador do Mundo), filha de Acúrcio Rafael Fernandes, que cremos ter sido advogado *provisionário*, e de D. Oslinda Adelaida da Fonseca; neta paterna de Aleixo Bartolomeu Fernandes e de D. Ana Leopoldina de Mendonça (de Chorão), e materna de José Nicolau da Fonseca e de D. Ana Florinda Lobo, moradores em Colvale.

Moraram em Pangim, e tiveram geração;

4-IV-4) D. Anita Amália Elisena Conceição Pinto, que contava 17 anos à data do falecimento do progenitor, tendo casado *“logo depois”* com Manuel Caetano Dias, de Pangim – o qual viveria dos

¹⁸⁴⁶ No seu trabalho, Leão Pereira reserva-lhe palavras amargas, que espelham os conflitos que por vezes estalam em torno de partilhas, e que na Goa do passado várias vezes justificavam a edição de complicados opúsculos em defesa dos diferentes interesses em jogo: *“Matheus Francisco, tanto quanto os anais da história da família o rezam, é de tristes recordações. Pretendeu aluir os alicerces da nossa pobre e modesta casa em formação, em 7 de Novembro de 1902, por uma demanda por causa dos bens da sua mulher que parecia não ter fim...Com ele começa a terceira fase da história da nossa Casa em 1900. Dele se acha escrito em um folheto de família editado pela minha avó paterna de suadosíssima memória Dona Adélia Ermelinda da Rocha Pinto e impresso na Tipografia Rangel de Bastorá em 1903: “Insurgiu-se com invectivas e insinuações contra ela Adélia, e ainda contra pessoas estranhas, não hesitando até em procurar inquinara memória do seu próprio Sogro, a quem, aliás, enquanto vivo, protestou sempre, ainda por escrito, os seus sentimentos de gratidão pelos favores dele recebidos”. Este cavalheiro era duma ambição desmedida. Para ele a moeda sonante era o móbil da sua existência”* – Pinto, Francisco Leão (1987), 21 e 22.

¹⁸⁴⁷ Segundo o seu filho e biógrafo, *“Ocupou elevados cargos na Administração Pública – Oficial dos Serviços de Fazenda e Contabilidade da Índia, Angola e do Ministério do Ultramar em Lisboa, Contador Chefe e Auditor Fiscal do Estado da Índia, Director dos Serviços da Fazenda e Contabilidade de São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola. Encarregado do Governo de São Tomé e Príncipe, etc., tendo-se aposentado aos 65 anos de idade em Inspector dos Serviços da fazenda de Quadro Comum do Império Colonial Português, em serviço em Luanda (Angola), donde regressou a sua terra natal”* – Pinto, Francisco Leão (1987), 24.

seus rendimentos, sendo “filho do abastado proprietário e capitalista Luís Guilherme Dias e de Dona Lília Blandina Martins, de São Matias, residente no seu palacete de rés-do-chão e dois andares em Pangim nas Fontainhas com grande luxo e opulência”¹⁸⁴⁸. Com geração;

4-IV-5) Padre Caetano António Francisco Xavier Pinto, o qual estudou Teologia em Rachol, e se ordenou no dia 29 de março de 1914. Apesar de, durante alguns anos, ter ensinado latim no Colégio de Santa Maria, em Mapuçá, passou a maior parte da sua vida a parocarar diversos lugares. Assim, após ter coadjuvado o padre José da Vitória Pinto Lobo em Assagão, passa, sucessivamente, para as paróquias de S. Lourenço de Linhares, S. José do Cassabé de Perném e Taleigão. Mais tarde, virá a ser nomeado vigário da vara de Bicholim, onde se manteve até 1953. Morreu em 1960;

4-IV-6) D. Ana Isilda Lúcia Pinto, “*exímia pianista e cantora*”, casou, em Bombaim, no dia 23 de janeiro de 1921, com Constâncio Coutinho, médico (?), natural de Margão, filho de Joaquim Vicente Coutinho e de D. Úrsula da Piedade Coutinho. Morreu em Bombaim a 18 de abril de 1970. Com geração;

4-V) D. Lúcia Francisca Clementina Claudina Consolação da Rocha, nascida em 10 de outubro de 1844 com Júlio César Pinto, de Sangoldá (Guirim), de quem houve descendência;

4-VI) D. Amália Plucena da Rocha, a qual nasceu a 10 de novembro de 1845 e morreu solteira aos 54 anos;

4-VII) D. Etelvina Camila Lúcia da Rocha, batizada no dia 30 de novembro de 1849. Casou no dia 9 de maio de 1865, na Piedade (Divar), com Manuel Casimiro de Sá, filho de Matias Xavier de Sá e Maria Guilhermina de Mascarenhas;

4-VIII) D. Eufémia Especiosa Carmelina da Rocha, nascida a 5 de fevereiro de 1856; teve geração do seu casamento com Carmo Rodrigues, de Curtorim;

4-I) MARIANO JOSÉ OTTOLINI DA ROCHA, que continua. Nasceu em Quitula, tendo herdado a casa e os bens dos seus maiores. Foi advogado *provisionário*, “*primeiro Juiz substituto do Juiz de Direito da comarca de Bicholim*” e juiz ordinário de Pondá, nas *Novas Conquistas*. Era tido, pelos seus conterrâneos, como um bom músico – o que justifica o seguinte excerto, da autoria do seu neto Leopoldo da Rocha: “*A escola de piano seguia a tradição musical existente na Casa Grande, desde gerações passadas. E Bal chegou a ver na Casa Grande dois pianos, ambos de cauda: um no hall de entrada e outro na sala. O primeiro de uma famosa marca, mas com algumas teclas desafinadas, poderia ter concerto caso fosse chamado o técnico que havia e competente, na aldeia. Mas era preciso largar dinheiro para isso. E assim o piano de belas teclas acamadas de marfim foi parar no sótão. Bal ouvira que o seu avô era bom pianista e era ele quem em ocasiões solenes, como casamentos dos membros da sua família ou parentes, ensaiava um conjunto, constituído de músicos da aldeia (violino, saxofone ou clarinete e bateria), músicos com alguma instrução de solfejo adquirida na escola paroquial – velha herança dos antigos missionários, não extinta de todo. Eram, sobretudo, músicos com dom natural, aperfeiçoado na escola paroquial. Deslocavam-se para a Casa Grande, para inúmeros ensaios, e depois da casa do homenageado, onde havia piano, concorrendo o avô com todas as despesas, pois era rico, e ainda gratificava os artistas participantes com dinheiro próprio*”¹⁸⁴⁹. Ainda segundo o mesmo Leopoldo da Rocha, Mariano “Ficava órfão do pai quando apenas contava sete anos de idade, mas a sua instrução e formação moral foram orientadas com grande tino pela sua mãe MARIA AURORA GERTRUDES MAGNA MASCARENHAS, morgada da nobre freguesia de Santa Ana de Telaulim, Ilhas. Ganhou notoriedade na carreira jurídica. Foi Delegado e Conservador da Comarca de Bardez, passou depois para Calangute como Juiz ordinário. Daqui foi transferido para idêntico lugar em Pondá, Sanquelim donde veio para ao tempo

¹⁸⁴⁸ Pinto, Francisco Leão (1987), 26.

¹⁸⁴⁹ Rocha, Leopoldo da (2008), 83.

denominado Cassabé de Bicholim, como Juiz de Direito tendo-lhe cabido o espinhoso encargo da instalação do Tribunal dessa Comarca que concluiu com elevada competência. Nesta sua actividade profissional granjeou muita amizade na comunidade hindu que se manteve inalterável, com o sucessor dele, seu filho **ANIBAL FERMINO** e meu pai. Na sua aldeia Aldonã era muito considerado e a sua posição não o impediu de fraternizar com os seus coaldeanos qualquer que fosse a casta deles. Nada melhor comprova este seu traço humano do que as simples mas significativas palavras proferidas pelo seu filho **FERMINO** num discurso em memória do seu pai OTOLINI. Disse ele: “... *o seu funeral foi bastante concorrido, como não podia deixar de ser, porque se preocupou sempre em não deixar de assistir ao funeral a que houvesse razão para assistir, de pobre ou rico*”. Era dotado de talento musical manifestando-se como pianista e compositor de peças ouvidas em convívios familiares”.

Casou com D. Margarida Catarina Maria Ana Cornélia Frias da Costa, de Candolim, filha de Paulo José da Costa e de Maria Elisa Ana Especiosa de Frias – de quem houve:

5-I) D. Urminda Hermengarda Maria da Consolação Closira da Rocha, natural de Candolim (foi batizada a 17 de julho de 1875), que casou com António Salvador Alarico da Piedade Mascarenhas (“advogado, jornalista e editor do HERALDO”), de Aldoná, filho de Bento Sertório de Mascarenhas (que foi advogado *provisionário* e administrador do concelho das Ilhas). Com descendência;

5-II) D. Maria Antonieta Aurora da Rocha, que nasceu a 25 de junho de 1878. Casada com o médico Luís Caetano Elphinstone de Melo, da Raia. Tiveram geração;

5-III) D. Bercília (ou **Berecina**, ou ainda **Bercela**) **da Rocha**, casada com o seu primo Bento Messias da Rocha;

5-IV) João Xavier da Rocha, que nasceu a 2 de maio de 1881 e morreu solteiro a 3 de julho de 1949, na casa dos Rocha em Bicholim. Foi secretário da Fazenda, reformando-se cedo. Passou então a dedicar-se a outros interesses: “A sua actividade desdobrava-se em dois campos: música e melhoramento das propriedades. Tocava piano, horas a fio, música clássica e chegou a fazer parte do júri, como convidado, em provas de apuramento quando eventualmente ocorriam, a nível oficial, na capital. Cuidou muito das propriedades da Casa. A sua paixão era produzir enxertos que melhorassem a casta das mangas. Neste particular não esteve tranquilo enquanto não obtivesse o enxerto da manga denominada ‘Hilário’ que um agricultor de Siolim, na altura, conseguira produzir, casta que levou o seu nome. Ora duas destas mangueiras de manga ‘Hilário’ foram plantadas frente ao balcão da Casa Grande e elas vingaram e cresceram. Lembra-me de no dia do funeral do meu tio, o meu pai dizer aos parentes que nos haviam visitado: ‘Mandara eu colher aquelas mangas ‘Hilário’ para as levar a Bicholim ao mano João e ele ficar contente, mas foi tarde’”;

5-V) Joaquim Aníbal Celestino Firmino da Rocha, nascido em Quitula. A 1 de junho de 1885 Farmacêutico e, sobretudo, advogado *provisionário*, foi, à semelhança do progenitor, juiz substituto de Bicholim. Destacado causídico na Goa do seu tempo. Casou com D. Ana Serafina Olga Maria Luísa Ismália Carmina Pinto de Carvalho Afonso (nascida a 24 de abril de 1902), filha de Caetano António Brás Afonso e de D. Ana Emília Victória Pinto de Carvalho, pelo que neta do 1.º visconde de Bardez, Inácio Caetano de Carvalho. Tiveram numerosa descendência: (i) D. Maria Aida Margarida Afonso da Rocha; (ii) Jacinto da Rocha; (iii) Mariano José Ottolini Francisco da Rocha; (iv) D. Maria Elsa Gertrudes Afonso da Rocha, graduada em Farmácia e pela Escola Normal de Goa; (v) Joaquim Lamartine da Rocha, engenheiro civil; (vi) Leopoldo Francisco da Rocha, que foi professor em Rachol e é doutor em direito canónico pela Universidade Gregoriana de Roma; (vii) Ivo Joaquim da Rocha, licenciado em direito pela Universidade de Coimbra, juiz (viii) Joaquim Aníbal Firmino da Rocha, médico. Dos seus filhos, os quatro primeiros faleceram solteiros;

5-VI) D. Maria Laura Claudina da Rocha, que nasceu no dia 18 de fevereiro de 1883. Casou com o médico Precioso António de Sequeira, de Siolim. Com geração.

RODRIGUES, DE BADÉM

É à dupla Gomes Gatão/Avelino Soares que devemos, de entre a documentação que compulsámos, o estudo mais detalhado relativo a esta estirpe, cujas origens mais remotas se encontram em Chorão, tendo, à semelhança de tantas outras, abandonado estas paragens em virtude das epidemias que ciclicamente açoitavam a ilha. No entanto, e como sucede no grosso dos trabalhos que publicou, Gomes Catão apresenta os dados recolhidos de forma assaz desordenada e confusa, mesclando, no mesmo capítulo, referências a inúmeros indivíduos que não consegue, em boa medida, relacionar entre si. Tal característica torna-se, como é compreensível, ainda mais evidente quando está em causa a análise de uma família relativamente à qual não exista uma grande mole de informação, como é o caso destes Rodrigues. Relembre-se, ainda, que o facto de usarem de um apelido bastante comum também acaba por constituir uma dificuldade adicional para o investigador¹⁸⁵⁰. No entanto, o nosso trabalho de investigação beneficiou de inúmeros dados complementares que recolhemos de outras fontes, sendo de destacar as obras, abaixo citadas, de Rodrigo Wolfango Robusto, Divaldo Freitas e do próprio Aleixo Costa. Paralelamente, a família Vitória Lobo, de Saligão, por intermédio de Vernon Lobo, teve a gentileza de nos facultar alguma documentação manuscrita e inédita relativa à casa de Badem (a *Casa dos Portais de Britona*) que albergou algumas das gerações destes Rodrigues. O interesse que, a nosso ver, esse pequeno fundo tem levou-nos a reproduzi-lo em anexo ao presente estudo.

As alusões aos ascendentes mais distantes desta linhagem – que conheceu destaque crescente a partir dos finais do século XVIII – são descritas, por Gomes Catão, nos seguintes termos:

“Constituíam algumas famílias e eram das principais, Após a epidemia, saindo da ilha de Chorão, estabeleceram-se noutras aldeias: Vicente Rodrigues, em Chimbél; Bartolomeu Rodrigues, em Candolim, onde

¹⁸⁵⁰ Outra das linhas familiares desentroncadas estudadas por Gomes Catão é a descendência de António Rodrigues, igualmente natural de S. Bartolomeu do Chorão:

1) ANTÓNIO RODRIGUES teve, de sua mulher Ana Lobo (falecida no dia 29 de março de 1737):

2-I) AGOSTINHO RODRIGUES, que segue;

2-II) Padre Miguel Rodrigues, s.m.n.;

2-III) Padre Clemente Rodrigues, falecido, com testamento, no dia 6 de março de 1745, foi sepultado na cova perpétua da sua família;

2-I) AGOSTINHO RODRIGUES, que continua. Casou com Adriana Gonçalves, com que parece ter sempre vivido no Chorão. Tiveram, pelo menos:

3) MANUEL VICENTE RODRIGUES, o qual casou com Quitéria de Sá, de quem houve:

4) PADRE BALTAZAR CAETANO RODRIGUES DA PURIFICAÇÃO, ordenado, pelo arcebispo D. António Neiva Brum da Silveira, a 22 de fevereiro de 1766.

era casado com Ana Paula de Sousa, filha de António João de Sousa (Concró)¹⁸⁵¹ e Vicente Salvador Rodrigues, em Badém, de Salvador do Mundo”¹⁸⁵².

Relativamente a três estirpes providas de um mesmo tronco comum, dispomos apenas de elementos mais desenvolvidos relativamente à última, isto é, à que se instalou em Badém. Trata-se de uma linhagem que começou a marcar presença nas dinâmicas político-económico-culturais e jurídicas goesas desde, como já referimos, os últimos anos de setecentos. No que diz respeito ao mundo dos negócios (atividade à qual alguns membros da família se dedicaram com sucesso), o patriarca, António Filipe Rodrigues, aumentou muito consideravelmente o património da família graças à atividade comercial – se bem que a sua carreira e vida tenham conhecido um final trágico. Em paralelo, o seu primogénito, Vicente Salvador, dirigiu a feitoria portuguesa em Surrate, cargo ainda bastante considerado, localmente, à época, para além de ter desempenhado uma série de cargos públicos em Damão, nomeadamente ao nível judicial (foi ouvidor e corregedor da praça, para além de juiz da alfândega local). O filho de Vicente Salvador, António Filipe Rodrigues (que era casado com a filha de D. Emília de Lima e Sousa, ou seja, com uma das descendentes de uma das principais estirpes comerciais de Bombaim que mantinham ligações fortes a Goa¹⁸⁵³), foi encarregado da referida feitoria, tendo também trabalhado na Companhia Comercial de Goa. Quanto à política: por um lado, os Rodrigues contemporâneos do prefeito sempre tiveram – justificada, cremos nós – fama de consumados *peristas*; por outro, os que, alguns anos depois, se fixaram em Portugal (sobretudo em Coimbra e Lisboa), dedicaram-se intensamente à vida partidária. Finalmente, no que concerne aos domínios da cultura, esta é uma estirpe que se destaca no panorama da Goa da época. Outro dos filhos de Vicente Salvador, Raimundo Venâncio, destacou-se no mundo académico, como lente catedrático de Matemática da Universidade de Coimbra. Dos seus sobrinhos, relembramos (i) José Júlio de Bettencourt Rodrigues, o qual foi professor da Escola Politécnica de Lisboa, inventor, investigador em áreas tão díspares com a cultura do açúcar e a fotografia, para além de político (foi deputado pela Índia e pela Madeira); (ii) António Maria de Bettencourt Rodrigues, que dividiu a vida entre Portugal, França (estudou e doutorou-se em medicina na Universidade de Paris) e Brasil, e repartiu-a entre a medicina e a política (foi diplomata e ministro, tendo percorrido a evolução política nacional desde o republicanismo estudantil da Coimbra da década de setenta de oitocentos ao sidonismo e, mesmo, à colaboração com Carmona); e Júlio Gualberto de Bettencourt Rodrigues, oficial do exército, que deixou várias obras publicadas. Nos domínios do direito, e para lá das atribuições de Vicente Salvador em Damão, importa salientar José Júlio Rodrigues, o qual, depois de advogar durante vários anos, enveredou pela magistratura, tendo sido desembargador da relação de Luanda.

Uma última nota deve ser sublinhada antes de passarmos para o estudo genealógico propriamente dito: os Rodrigues representam – e, nesse caso, julgamos, constituem mais uma exceção do que a regra – um caso de curiosa proximidade entre elites *naturais* católicas e *descendentes*. Não nos referimos, contudo, apenas aos parentescos que os seus membros fixados em Portugal aqui estabeleceram com indivíduos providos do grupo dos *descendentes* de Goa mas entretanto domiciliados na Europa (como é o caso dos Lobato de Faria), mas às relações estabelecidas em terras do Estado da Índia, o que se reflete em episódios como o da nomeação dos jovens filhos de António Filipe Rodrigues herdeiros de D. Ana Maria Pereira Xavier de Castro. A que se deverá esta tendência? Admitimos – se bem que sem bases suficientes para asseverarmos a bondade de tal suposição – que o facto de António Filipe se dedicar ao comércio, com considerável sucesso, servindo de agente de alguns *descendentes* talvez tenha sido propício. A vida mercantil, pontuada por contactos com Bombaim e Surrate, contribuía, certamente, para uma maior aproximação do que uma existência de *batcar* instalado em casarões nas *Velhas Conquistas*¹⁸⁵⁴. Certo é que a miscigenação profunda que os Rodrigues protagonizaram ao longo do

¹⁸⁵¹ Sousa Concró eram também os ascendentes maternos do Abade Faria – veja-se neste anexo: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Brás de Sá, de Calangute.

¹⁸⁵² Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 222.

¹⁸⁵³ Consulte-se o anexo: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Brás de Sá, de Calangute, ponto 5-I-1), a).

¹⁸⁵⁴ Outro indicio desta proximidade é o facto de José Júlio Rodrigues ter sido apadrinhado por Joaquim Mourão Garcez Palha e D. Juliana de Azevedo e Castro.

século XIX levou a algumas interpretações hesitantes sobre as suas origens, que são brâmanes, católicas e do Chorrão¹⁸⁵⁵.

Os Rodrigues são uma das famílias pertencentes às elites *naturais* católicas que desempenharam um papel importante nas dinâmicas comerciais de um Estado da Índia que ia perdendo rapidamente o que lhe restava do antigo fulgor comercial¹⁸⁵⁶.

No que diz respeito a firmas constituídas sobretudo por capitais portugueses europeus importa aludir à Ribeiro, Hubens & C^a (constituída em 1783) e à Colffs, Loureiros & Guimarães, que lhe deu continuidade a partir de 1795.

A primeira estava sediada em Lisboa e resultou sobretudo da ação de Francisco Henrique Hubens e pelo menos dois membros da família Ribeiro Neves: Jerónimo e José¹⁸⁵⁷. É Jerónimo quem estabelece a agência de Damão nos inícios da década de setenta do século XVIII e virá a ser nomeado direto da feitoria de Surrate em 1775.

A José caberá a contratação do comércio de algodão com a China. Esta sociedade, que prosperou consideravelmente dentro dos padrões do Estado da Índia e da praça lisboeta da época, contou também com a colaboração de outros negociantes.

Por um lado, os *reinóis* Francisco Gomes da Costa (que também era sócio) e Jacinto Domingues da Costa. O primeiro estabeleceu-se em Bombaim, conforme explica Ernestina Carreira: *“Instalado em Bombaim, Francisco dirigia o que se chamava na época uma “business house”. Era um intermediário local que trabalhava como corrector, para negociantes portugueses, franceses, ingleses e goeses, que ali queriam comprar ou vender mercadorias. Negociava com outros portos, mantendo contas duplas com seus correspondentes de Damão, Goa, Diu, Moçambique, Macau e Lisboa. Em Bombaim, trabalhava com os maiores negociantes ali estabelecidos (entre os quais a autora refere Miguel de Lima e Sousa)”*¹⁸⁵⁸. A autora refere também o pouco sucesso que Francisco Gomes Loureiro conheceu numa tentativa de tráfico de escravos moçambicanos para a Ilha de França, na qual colaborou com o comerciante *natural* goês Joaquim do Rosário Monteiro. Jacinto Domingues estabeleceu-se em Goa. De acordo com a documentação que localizamos no AHU, Francisco Gomes Loureiro e Jacinto Domingues eram administradores da Ribeiro, Hubens & C^a na última década do século XVIII. Quando Francisco Gomes Loureiro foi nomeado cônsul português em Bombaim o seu irmão e procurador, José, fez uma breve resenha da sua carreira comercial: *“Francisco Gomes Loureiro passou a Índia no anno de 1783 encarregado da expedição do Navio Princeza de Portugal de nossa conta em Sociedade com Jeronimo Ribeiro Neves, Caetano Monteiro e Manoel Joze Machado de Sampayo, estabeleceu ali casa de Negocio, entre Goa, Bombaim, Surrate e Damão, donde promoveo a construção de Navio, e não pequenos negocios; foi Administrador da Sociedade de Ribeiro, Portella e Loureiros, e ultimamente em commum com Jacinto Domingues da q. os mesmos Socios e outros estabelecerão debaixo da denominação de Ribeiro, Hubens e Companhia, que segundo as suas condições, fazendo termo o anno preterito veio a ficar presistindo na Índia com os seus e nossos (ie., de José Gomes Loureiro) negocios particulares”*. Nesta mesma ocasião o referido procurador apresentou cópia da matrícula do irmão doravante diretor da feitoria de Surrate e cônsul em Bombaim como negociante da praça de Lisboa (datada de 16 de dezembro de 1793) e vários atestados abonatórios do seu carácter bem como do êxito comercial que vinha conhecendo desde que se estabeleceu na

¹⁸⁵⁵ Mesmo Jorge Forjaz e José Francisco de Noronha, no seu tratado sobre as famílias *descendentes*, incluem um capítulo dedicado a estes Rodrigues.

¹⁸⁵⁶ Para uma ilustração desta decadência comercial, veja-se o anexo I: documentos avulsos – n° 207.

¹⁸⁵⁷ Pinto, Celsa (2003), 37 e 38; e, sobretudo, Carreira, Ernestina (1995), 86 e ss.

¹⁸⁵⁸ Carreira, Ernestina (1995), 88.

Índia, “fazendo hum avultado tráfico, não só com os Naturaes, e Gentios de Goa, mas mesmo com os Inglezes, e outros Estrangeiros estabelecidos na Azia”¹⁸⁵⁹.

Por outro lado, vários comerciantes *naturais* goeses. Entre estes encontramos hindus (como os Mhamais Camotins¹⁸⁶⁰) e católicos. Entre estes últimos pode-se fazer ainda uma divisão entre os que operavam sobretudo a partir de Goa e os que agiam em terras moçambicanas. No primeiro caso está Sebastião Gracias; no segundo o já aludido Joaquim do Rosário Monteiro.

Pode-se então concluir que a companhia atuava num amplo espaço, tecendo redes comerciais entre Lisboa, Goa, Surrate, Damão e Diu, Bombaim, Moçambique, Pondicherry, Ilha de França, Batávia e Macau.

À Ribeiro, Hubens & C^a sucedeu a Colffs, Loureiros & Guimarães¹⁸⁶¹. Teve como primeiros acionistas Francisco António Colffs, José Coelho Guimarães e dois dos Gomes Loureiro: José e Domingos. Foi a partir desta empresa que os Loureiro conseguiram alcançar uma posição de destaque no comércio goês¹⁸⁶².

Cremos ser importante realçar três aspetos relativamente a esta família, que tem vindo a ser cuidadosamente estudada por Ernestina Carreira.

Em primeiro lugar, o seu sucesso comercial – que mantinha interesses em Lisboa, na Ásia e no Brasil – deveu muito a Francisco Gones Loureiro. Relembre-se que falamos do primeiro dos diretores da feitoria de Surrate que acumulou esse cargo com o de cônsul de Portugal em Bombaim.

Importa aludir nesta sede a alguma documentação. Localizámos no AHU um requerimento de Francisco Gomes Loureiro datado de 1801 no qual este solicita, por intermédio do irmão e procurador José, confirmação régia da sua nomeação como cônsul geral em Bombaim e demais domínios britânicos da costa do Malabar, nos quais se deveriam incluir as diretorias de Surrate e Bombaim. Encontrámos também no mesmo arquivo outro requerimento, este de 1804, no qual se pede confirmação da recondução de Francisco Gomes Loureiro na direção da feitoria de Surrate (que se achava anexa ao consulado do Malabar)¹⁸⁶³. Em paralelo, descobrimos um terceiro requerimento, também de 1804 e igualmente apresentado por José Gomes Loureiro, do qual se conclui que a criação do lugar de cônsul português não obtivera imediata anuência britânica: “*Senhor. Francisco Gomes Loureiro, obteve de V.A.R. a Nomeação de Director da Nação em Bombaim, e Surrate, com a denominação nova de Consul Geral, como se vê da sua Carta Patente junta, segundo a qual tem p. fora dos emolumentos do Comercio a receber da Real Fazenda, o Ordenado q. nella se lhe estipula, p. los Serv.os do Est.o, q. naquelles Empregos o Sup.e tem preenchido com a satisfação q. V. A. R. reconhece, e m.mo foi Servido remunerar como faz certa a Certidam tambem N. l.o: O Cargo de Director está em pleno vigor na forma antiga; e inda dependente da Côrte de Inglaterra o Reconhecim.to da Representação de Consul, q. aquella Nação tem obstado, reputando a m.ma Couza, como de facto nada importa ao Sup., e p.r tanto devendo cobrar os Ordenados vencidos em conformidade da mesma Carta Confirmada, e do Regio Off.o q. prova a Cert.m N.2.o q. lhe dispensou o lapso de tempo, q. expendeo na mesma dependencia, e todos se perderam no Naufragio da Nào de Viagem. Recorre a V. A. R. p.a evitar alguma objeção sobre o pagam.to dos d.os Ordenados já vencidos, e q. vai*

¹⁸⁵⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Índia, cx. 187. Note-se ainda que Ribeiros e Loureiros estavam vinculados mutuamente por relações de parentesco, como demonstrou Ernestina Carreira. A irmã de João, Manuel José, Domingos e Francisco Gomes Loureiro, D. Ana Joaquina Isabel, casou com Domingos Ribeiro Neves, o qual era por sua vez irmão de Jerónimo Ribeiro Neves - Carreira, Ernestina (1995), 84 e 86.

¹⁸⁶⁰ Existem abundantíssimos exemplos destas relações comerciais bastante próximas entre ambas as linhagens, nomeadamente no espólio conservado pela família Camotim. É o caso da seguinte carta: “*Srs Vencatexa & Narana Camotins, Surrate 10 Dez.bro 1808. Aos 7 do corrente recebi a sua Carta de 25 do mez passado, e fico de acordo em terem V.M. recebido por minha conta, de Cipriano Silverio Rodrigues Nunes, aos 22 do mesmo, a soma de dezenove xerafins, os quaes tenho debitado a VM na mesma data. Depois que aqui chegou ultimam.te a sobre carga do Navio Rainha dos Anjos, se abrirão, e estabelecerão os preços das fazendas, os quaes são os seguintes: Cadias Inglezes a 70 R.s a Corja, Zuartes Inglezes a 93 R.s p.r ditta, d.a de Baroque a 82 (...) e outras mais segundo a proporção costumada. Desejando a VM saude e felicidades, sou seu Amigo (...)*”. Embora a assinatura esteja danificada, talvez pelo excesso de acidez da tinta, e só se perceba o apelido (G.es Loureiro), é de presumir que se trate de uma missiva de João Gomes Loureiro, que era à data diretor da feitoria – XCHR – Manuscritos: espólio da família Mhamai Camotim, *correspondência*.

¹⁸⁶¹ Para maiores desenvolvimentos sobre esta sociedade, Carreira, Ernestina (1995), 89 e ss.

¹⁸⁶² Pinto, Celsa (2003), 39 e ss.

¹⁸⁶³ AHU, Conselho Ultramarino, Índia, cx. 184.

vencendo, e visto q. devendo pagar-se pela Folha Cível da R.l Tezouraria de Gôa não advertio o Sup.e requerer então a Prov.am costumada do R.l Erario, p.a semelhantes ordenados, e Creações Civiz; e pr.q.e alli se não conhece deste, nem a poder dar, sem q. se passa p. este Conselho, P. a V. A. R. se digne mandar-lhe passar a Provisão do estillo, p.a o efeito, q requer, na conformid.e da Carta e Regias Resoluções juntas”¹⁸⁶⁴. Por fim, chamamos a atenção para um quarto requerimento: “Senhor. Diz Francisco Gomes Loureiro, que dignando-se V.A.R. em consideração da Conta, e Informes do Ex.mo General da India Francisco da Cunha e Menezes, e outras que forão prezentes a V.A. R., nomealo ao Sup.e Director da Nasção em Surrate, anexando ao mesmo Lugar a Directoria de Bombaim, e abolindo todas as outras do Mallabar, para criar em toda a Dominação Britanica da mesma Costa em lugar daquellas Directorias de phraze aziatica, e antiquada, huma só Representação Publica, e unida da Nação de baixo da denominação mais conhecida, a conforme aos Tratados, e uzos do Consulado geral, com as Regulações que ao mesmo tempo foi servido ordenar ao General da India por sua Carta Patente de trinta e hum de Agosto de mil sette centos noventa, e cinco; executou com efeito este a mesma Anexação, e Regulação, depois de bastante demora, e dificuldades ordinarias de semelhantes Negocios, e disto lhe mandou passar hua nova Cartaa dependendo do Reconhecimento da Corte de Inglaterra, pelo que respeita ao Exercicio extrinso(?) das funções de Consul (que pela novidade do nome pende ainda de alguma discussão, que lhe opõem o Governo da Capitania Inglesa, em extremo ciosa da mais piquena novidade, ou etiqueta que altera a pratica adoptada ao temp o da Sua Conquista). E outro sim da Regia, e Ulterior Confirmação de V. A. R. pelo que respeita aos Ordenados, e emolumentos, que respeitão ao Carho p.ar de Director de Bombaim. = Em rezão da perda do Polifemo (um navio), e falta de correspondencia naquelles annos ultimos da Guerra, e da mesma demora que houve na expedição da referida definitiva Confirmação, que o Sup.e obteve por Carta Regia em Janeiro de mil oito centos, e dois, sendo passado o praso do Triennio, teve elle de requerer, e V.A.R. foi Servido conceder-lhe a desensa do estillo desse lapso de tempo, para que não obstante elle, se lhe virificarem os vencimentos regulados, e constantes da mesma Carta de Confirmação, por Officio de vinte de Março do ditto anno de mil oito centos e dois expedido ao Governador Capp.am General da India que o Sup.e precisa haver por Certidão, e portanto Pede a V. A. R. Se digne mandar-lhe dar Certidão do Referido Officio de vinte de Março de mil oito centos e dois expedida ao Governador Cap.am General da India = E Receberá Merce = Joze Gomes Loureiro”¹⁸⁶⁵. Este último documento interessa a vários títulos. Por um lado, (a) permite-nos perceber que a criação do lugar de cônsul e a escolha de Gomes Loureiro para o mesmo contou com o beneplácito do governador Cunha e Menezes. Por outro lado, (b) espelha uma alteração significativa no modo de pensar politicamente a representação portuguesa na Índia. Num período em que a hegemonia britânica na costa do Malabar era já evidente, abandonam-se as formas de representação consideradas *asiáticas* e *antiquadas* – ou seja, adequadas ao mosaico que era aquela região do mundo antes da crescente supremacia inglesa. Defendia-se agora uma nova maneira de estar, assumidamente europeizada e mais conforme ao ideário britânico. A existência de um único e poderoso vizinho também acarretava outras consequências: doravante o Estado já não carecia de manter uma série de agentes e representantes dispersos pela costa do Malabar. Importava antes concentrar as atribuições que estavam repartidas por todos num único funcionário – o qual, ao modo ocidental, devia usar o título de cônsul. Por outro lado ainda, (c) temos noção de que o atraso do pagamento de remunerações de que os Loureiro reiteradamente se queixavam não constituiu um óbice ao desejo de Francisco Gomes Loureiro se manter no lugar de diretor da feitoria de Surrate e de cônsul. Tal pode ser encarado como um reflexo do que estes representavam para os interesses da família. Celsa Pinto refere mesmo que em 1801 “*There were strong moves made to abolish the Feitoria de Surrate. In a memorandum placed*

¹⁸⁶⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Índia, cx. 139. Acha-se em anexo ao dito requerimento uma cópia autenticada da carta de confirmação da anexação das funções de cônsul e diretor da feitoria de Surrate e Bombaim, todas concentradas na pessoa de Gomes Loureiro: “*Carta por que Vossa Alteza Real Há por bem Confirmar, e annexar ao Logár de Consul Geral da Nação Portuguesa na Capitania de Bombaim e mais Portos Britanicos da Costa de Malabar em que se acha provido Francisco Gomes Loureiro em Seo Real Nome, por Francisco Antonio da Veiga Cabral Governador e Capitão General do Estado da India, as Directorias de Bombaim e Surrate com dous mil e quatro centos Xerafins por anno pella primeira; e a contribuição de hum e meyo por cento para cobrar em Bombaim e mais Portos Britanicos em que residirem os Visconsules pello mesmo modo em que actualmente se pratica na ditta Directoria de Surrate da qual haverá triennialmente Carta de Recondução na forma assima declarada. A qual he passada em nome de Sua Alteza Real, o Principe Regente Nosso Senhor e por elle assignada, com a data de vinte e Seis de Janeiro proximo passado deste prezente anno por Despacho do Concelho Ultramarino de vinte e outo de Novembro do anno proximo passado (1803)*”).

¹⁸⁶⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Índia, cx. 139.

before the Portuguese authorities it was argued that its Director Francisco Gomes Loureiro misused his position for personal gains”¹⁸⁶⁶.

Toda a família terá então sabido retirar benefícios dessas nomeações, como a mesma autora sublinha: *“Loureiro pre-eminence in the Surat textile trade was pronounced. The Loureiros were able to capitalize on their connections with the Lisbon court not only to keep their ventures in Asia afloat but to expand them to virtually exert a monopoly. The foundation of this monopoly was laid by Francisco Gomes Loureiro, when in 1796 he obtained an appointment as Director of the Feitoria de Surrate and as a Portuguese Consul at Bombay and other Portuguese ports on the Malabar coast. His presence in Surat until his death in 1806 caused a tremendous spurt in textile exports to Lisbon”*¹⁸⁶⁷.

Sendo uma das linhagens com maior sucesso comercial no Estado da Índia de então¹⁸⁶⁸, compreende-se que a família Loureiro fosse aquela que mais diretores forneceu ao entreposto de Surrate e maiores benefícios retirou da antiga feitoria. Tal como se percebe o desconforto que terá sentido quando da morte imprevista de Francisco Gomes Loureiro e da sua substituição – efêmera, graças à rápida intervenção do clã – por João Baptista Goethals. A direção da feitoria de Surrate e o consulado anexo eram demasiado valiosos para serem perdidos de ânimo leve, pelo que os Gomes Loureiro reagiram celeremente. Encontrámos no AHU um documento¹⁸⁶⁹ que julgamos refletir bem as preocupações que os dominavam nessa altura: *“Os Irmãos Loureiros principiarão a sua vida no Comercio d’Asia em 1767, empregados por seu Thio Domingos Lopes Loureiro, tão conhecido pelas suas disfortunas, como por ser o prim.ro a quem a Nação deveo o progresso da Pesca da Baleya, Arroz, e Anil; cujas primeiras Fabricas elle criou no Rio de Jan.ro, convocando alli á sua custa peritos da America Ingleza, e Franceza, e o restabelecimento do Comercio d’Asia, perdido p.a a Nação desde o Terremoto; e q. elle abriu pelo Navio Relogio p.a a nossa Costa do Mallabar, e pelo chamado Stoqueler p.a a China: Continuarão os Sup.es nesta Carreira desde aquella epoca ate hoje, em q. per si, pelos seus Amigos, e pelas Sociedades de Ribeiro, Hubens e C.a, Colffs, Loureiros, e Guimarães, e nova Substituição desta, q. terminou pela morte do dito prim.ro Socio, com a Firma de J. e D. Gomes Loureiro e F.os, tem nestes 40 annos, promovido mais de trinta Expedições acreditadas, de q. não devem hum real nesta, nem em alguma outra Praça; antes sem maiores interesses próprios, tem criado m.tos Vassallos uteis ao Comercio, e ao Estado; e a este pago de Direitos por cada Expedição nunca menos de 100\$ Cruzados, e e algúas pode ser, q. o dobro; o q. faz hum calculo, q. aos Sup.es parece digno de algua contemplação, e pelo q. nem por isso deixarão de concorrer p.a a Cauza Publica, e Donativos neste Reino, e na India, q. aos Sup.es não compete remarcar, mas são constantes a S.A.R., pelas Repartições respectvas, e tambem V.Ex.a o não ignora. Na mesma carreira perderão os Sup.es quatro Primos q. empregavam em Capitães, e Sobre Cargas, desses Navios, e sendo o ultimo Simão Lopes Loureiro V. Consul ou Escrivão Jurado da Feitoria de Surrate em Março de 1805, achando-se em Damão tomando contas a respeito da Fabrica que alli estabelecerão por incessantes recomendações do Ex.mo Sr. D. Rodrigo de Souza Coitinho, como suas, e da parte de S. A. R., e finalmente veio a morrer em Surrate seu irmão Consul Geral e Director (conhecido a V.Ex.a pelas suas Cartas) em 25 de Maio passado, com notórios sentimentos do Publico, e do Governo daquelle centro Capital do Comercio da Nação naquella Costa, e grandissimo desarranjo particular do mesmo falecido, e dos projectos, e continuação, ou interrupção, a actual Sociedade. S. A. R. no Seu faustissimo Governo, tem dado a m.tos Negociantes os exemplos repetidos, e generosos de graças, e distinções q. V. Ex.a Sane, em contemplação de negocios, e factos semelhantes; os Sup.es ainda não receberão, nem requererão algum, nem mesmo da natureza, q. teve Jacinto Domingues, por (seguem-se duas ou três palavras ilegíveis por rasura no original, se bem que a sua falta não afete o geral da frase) de semelhantes serviços de q. os (segue-se nova palavra, ou palavras, rasurada) fez quando era Administrador, e como Encarregado da primeira Sobre.a Sociedade dos Sup.es. Assi pelos seus respeitos pessoases, como por outros de maior capricho, e credito, p.a a Sociedade e Correspondentes do Irmão falecido, e da mesma*

¹⁸⁶⁶ Pinto, Celsa (2003), 57.

¹⁸⁶⁷ Pinto, Celsa (2003), 39.

¹⁸⁶⁸ Consulte-se a título complementar o requerimento da autoria de José Gomes Loureiro e vários comerciantes *naturais* hindus em que os mesmos fazem uma colorida – ainda que por vezes nos pareça um tanto tendenciosa – análise do estado do comércio do Estado nos finais do século XVIII/inícios do século XIX – AHU, Conselho Ultramarino, Índia, cx. 124.

¹⁸⁶⁹ Sem data, mas remontará aos anos de 1806/1807.

Representação Nacional se vem os Sup.es na precizão, e estão determinados a mandar o seu Navio Rainha dos Anjos, e nelle outro Irmão João Gomes Loureiro, a fazer a Arrecadação, e ajustamento de contas da mesma Caza, e Feitoria, apezar de lagrimas e desarranjo da familia numeroza, e dependente da Embarcação, q. tambem o mesmo tem: porq. tanta he a desgraça da Nação, q. não tem naquella Costa algum Negociante em q. possão os Sup.es, e a Praça, e Interessados desta, e da da India, e Mossambique, pôr a confiança fundada, q. merecia o defnundo, e porque p.a taes assumptos pecuniarios, e de contas, não podem valer-se do Irmão Desembargador de Goa, que teve sempre por elles a mais notoria, e decidida negação; e estando nos Empregos em q. está, do Real Serviço, e inseparavel do Ex.mo General presente (como se esperança merecerá tambem ao Successór pela opinião geral q. deve a todos os Habitantes da India) lhe he impossivel, e mesmo seria censuravel, q. se desviasse da Carreira em q. está empregado p.a funções semelh.es, de q. daria menos conta e poderia comprometer a sua reputação, q. elle com razão zela altamente. Para tudo o exposto, e afimde poderem os Sup.es expedir com a maior celerid.e as suas resoluções, pelas Vias Estrangeiras, que V. Ex.a Sabe, elles dezejão pedir a S.A.R. p.a o referido Seu Irmão João a Successão do mesmo Lugar, e Anexações q. lhe estavam conferidas pelo mesmo Senhor, e já do tempo do Ministerio de V. Ex.a; porem nem tem meios, ou protecção, p.a hirem á Real Presença nesta occasião acelarada, nem devem entrar nesta pertença por mais q. pareça regular, e razoável, sem o anticipado Beneplacito e Intervenção copetente, e poderosa de V. Ex.a: He esta q. elles implorão, e humildemente = O. a V. Ex.a se digne attender ao exposto, e permitir-lhe a insinuação do Seu Agrado, por esta mesma Suplica, u p.a dirigirem outra immediatam.te pela contemplação q. o mesmo hade merecer da atenção pia, e justiceira de V. Ex.a; e pela particular de q. foi (segue-se outra palavra ilegível pelos mesmos motivos) a Sociedade, e esforços dos Sup.tes, q. restituirão o credito, á conservação e o melhor estado em q. se vio esse Estabelecimento, o único q. resta em credito da Nação do seu Tratado, ou Firman famoso, com o Grão Mogil; e que conferido pelo Governo da India, a pessoa não Negociante, e das q. alli o terão pretendido, succederão os embarços, questões, e conflictos, q. antes se virão naquella Residencia, tanto Diplomatica pela Representação e Bandeira, e Guardas q. a decorão, como comercial, mais propriam.te, pela protecção, e agencia, q. lhe compete nos negocios da Nação p.a a Europa, e maiorm.e a resp.to de Mossambique e da India”¹⁸⁷⁰. Trata-se de um documento interessante sob vários prismas. Um deles é certamente o facto de (1) descrever a evolução da família ao longo de várias décadas. Depois, (2) permite-nos ficar a saber que Francisco Gomes não era o único dos Loureiro a trabalhar na feitoria: Simão Lopes Loureiro também estava aí empregado na qualidade de escrivão jurado (ou, mais aparatosamente, “vice-cônsul”), cargo que acumulava com a supervisão da fábrica que a família fundara em Damão alegadamente a pedido de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Também serve para (3) espelhar as relações frias que os Loureiro mantinham com o seu antigo colaborador (e antigo diretor da feitoria de Surrate) Jacinto Domingues da Costa. Isto para além de (4) ilustrar a importância que o “Irmão Desembargador de Goa” (isto é, Manuel José Gomes Loureiro) assumia nas dinâmicas familiares: os requerentes sublinhavam o seu desinteresse pela vida comercial, o zelo profissional de que dava mostras, a consideração generalizada de que gozava e a proximidade que mantinha com os mais altos dignatários do Estado (desde logo com o vice-rei, do qual seria “inseparavel”). Serve ainda de (6) veículo à opinião da família quanto à forma de escolha do próximo diretor da feitoria. Os Loureiro não concordavam nem que a seleção devesse ficar a cargo do governador do Estado nem que o escolhido fosse “pessoa não negociante, e das q. alli o terão pretendido”. Apesar de não o dizerem expressamente, é claro que era a nomeação de Goethals que estava em jogo. Insistem que o que estava em causa era um cargo de importância “tanto Diplomatica (..) como comercial”. Finalmente, (7) trata-se de um bom exemplo de como o afastamento de Goethals e a sua substituição por João Gomes Loureiro se deveu sobretudo aos bons officios da família e à intervenção de Lisboa no processo. Tem portanto perfeito cabimento a conclusão de Ernestina Carreira: “Sacrificando os interesses do negócio local aos da metrópole, D. João aceitou invalidar a escolha de Goethals e nomear João Gomes Loureiro, irmão de Francisco, para lhe suceder”¹⁸⁷¹.

O segundo aspeto que desejaríamos sublinhar relativamente aos Gomes Loureiro é a particularidade de a família não se limitar ao papel de agente comercial. Esse era sem dúvida fundamental para o bem-estar da

¹⁸⁷⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Índia, cx. 139.

¹⁸⁷¹ Carreira, Ernestina (1995), 90 e 91.

linhagem; no entanto, a sua atividade não se parece esgotar no mesmo. Com base nos elementos de que presentemente dispomos, julgamos que os Loureiro também serviam como informadores privilegiados do governo de Lisboa – o que de alguma forma coincide com a elevação de Francisco Gomes ao lugar de cônsul em Bombaim. Acreditamos encontrar bases para esta asserção em alguns documentos que encontrámos. É o caso – e trata-se de um exemplo entre vários passíveis de ser invocados – da carta dirigida por Francisco Gomes Loureiro, na qualidade de “*Consul & Director of the Portuguese Nation*” em Bombaim, a D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Trata-se de uma missiva escrita em Surrate e datada de 15 de agosto de 1800 na qual Gomes Loureiro descreve com pormenores vários aspetos políticos dos governos dos territórios indianos¹⁸⁷². Ou atente-se nos motivos que Francisco Gomes Loureiro apresentou para receber o hábito de Cristo: “*Em observancia do Despacho Supra Certefico, que nesta Secretaria das trez Ordens Militares, e Ilhas se acha huma Portaria, de que o Seu theor he o Seguinte: Por Despacho de S.A.R de dez de Julho de mil outo centos, e dois. O Principe Regente Nosso Senhor Attendendo ao que lhe Representou Francisco Gomes Loureiro, Consul Geral e Director da Nação Portugueza em Surrate, e Bombaim, e nos mais Portos da Costa do Mallabar, e ao que tem cervido em Negociaçoens Politicas, promovendo os Intreces do Estado naquellas partes da India: Há por bem fazer-lhe a Mercê do Habito da Ordem de Christo, e doze mil reis de Tença effectiva (...)*”¹⁸⁷³. Assim se compreendem as considerações de Ernestina Carreira: “*a partir do início do século XIX, a família encontrava-se numa posição de dominação económica e política incontestável*”¹⁸⁷⁴. Outro dos reflexos dessa influência crescente é o aparecimento recorrente dos vários Gomes Loureiro na qualidade de procuradores de algumas das mais importantes figuras ou famílias do Estado em assuntos que dependessem de uma decisão ou favor obtidos em Goa ou Lisboa. E tão depressa falamos de *naturais* hindus (com os quais provavelmente manteriam relações próximas devido à atividade comercial) como de *descendentes*¹⁸⁷⁵. Esta faceta espelha-se numa missiva que localizámos no AHU: “*Ill.mo e Ex.mo Senhor Joze Gomes Loureiro temendo enfadar a V. Ex.a não tem frequentado a Audiencia a beijar-lhe a mão, em com tudo não tem cessado de vir saber da sua Saude, e pedido aos seus Criados q. esta satisfação do seu dever ponhão na prezensa de V. Ex.a, e presume bem q.e estes tenham cumprido os seus recados. Pela mesma consideração e receozo pelas ultimas experiencias q.e V. Ex.a esteja cansado das suas importunações pela Cauza Publica, e dos particulares da India seus Constituintes (de q.e tem preposto despedir-se, importando-lhe menos os interesses de seus Irmãos, e nunca os proprios de que nem tratou nunca, nem teve melhor sucesso com V. Ex.a mesmo sabe) Loureiro tem cessado de dirigir a V. Ex.a bastantes Representações, q. inda pelo seu Navio ultimam.te recebeu, e que não pode deixar de prosseguir p.a não ser infiel á confiança q. fizerão delle os mesmos Constituintes. A pezar do exposto Loureiro não prezumindo q.e o Poprietario do Brigue Ligeiro lembre a V. Ex.a q. a occazião do m.mo hir estes dias p.a Bangalla, he mui apropriada p.a escrever p.a Goa, se nas circunstancias se oferecer a V. Ex.a motivos p.a isso, satisfaz a esta esta lembrança, p.r q. as Cartas deste Brigue chegando a Bangalla em Janeiro, ou antes passão dalli em 22 dias pelo Correio terrestre a Bombaim, e recomendadas pelos seus correspondentes podem chegar a Goa em Fever.o futuro, ou p.ros dias de Março, q.do inda alli se achar da Nau de Viagem, e vir p.r essa respostas, q.e do modo ordin.ro pela monção seg.te não pode V.Ex.a receber sem hum anno mais de atrazo, e as Cartas dessa Nau proxima não podem chegar a Goa antes do mesmo anno seguinte*”¹⁸⁷⁶.

O terceiro aspeto que relevamos é a importância que em toda a estratégia de implantação e captação e conservação de influências posta em prática pelos Loureiro no Estado terá desempenhado o irmão que ao invés da carreira comercial enveredou pela magistratura *letrada*. Falamos de Manuel José Gomes Loureiro. Já nos referimos a este desembargador, que desempenhou um papel importante na deposição do vice-rei conde do Rio Pardo. Vimos que a presença da família em Surrate se concentrou nas últimas décadas do *ancien regime*. Ora, não terá este juiz adepto do liberalismo constitucional garantido aos seus parentes uma transição apesar de tudo mais suave num período particularmente conturbado? E em que medida a rápida ascensão de Manuel José

¹⁸⁷² AHU, Conselho Ultramarino, Índia, cx. 162.

¹⁸⁷³ AHU, Conselho Ultramarino, Índia, cx. 139.

¹⁸⁷⁴ Carreira, Ernestina (1995), 91.

¹⁸⁷⁵ Veja-se o caso de D. Maria Inácia da Fonseca Sarmento, viúva de Manuel José Sarmento, no final da década de noventa do século XVIII – AHU, Conselho Ultramarino, Índia, cx. 124.

¹⁸⁷⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Índia, cx. 124.

Gomes Loureiro em Goa beneficiou do apoio financeiro dos seus parentes? E quanto não terão estes lucrado das relações próximas que mantinham com um dos magistrados mais influentes do Estado? Certo é, como nota Ernestina Carreira, que a saída de Manuel José Gomes Loureiro do palco indiano é contemporânea da perda do fulgor que a sua família aí conhecera durante anos¹⁸⁷⁷.

Até aqui referimo-nos aos Gomes Loureiro. No entanto, por Surrate passaram também Jacinto Domingues da Costa, Feliciano António Nogueira Lisboa e João Baptista Goethals.

O primeiro – que é usualmente chamado Jacinto Domingues – chegou à Índia já dispondo de uma sólida experiência comercial adquirida em Lisboa. Isso talvez explique a sua pronta nomeação para diretor da feitoria de Surrate. Aí promoveu trocas comerciais com o reino, Brasil e Macau – o que contribuiu para o dinamismo da feitoria e se traduziu num relativo desafogo económico. Domingues terá certamente beneficiado dos contactos que mantinha na qualidade de agente local da Ribeiro, Hubens & C^a e da proximidade que soube conservar com os Mhamai Camotim. O sucesso financeiro acarretou quer o reconhecimento social quer algumas inimizades. Por um lado, Jacinto Domingues, que chegara a Surrate com a patente de capitão-tenente de mar e guerra, será agraciado com o grau de cavaleiro da ordem de Cristo. Celsa Pinto também alude a uma promoção a capitão-mor¹⁸⁷⁸. Por outro, manterá relações tensas com os poderes britânicos e com a *East India Company* (que não veriam com bons olhos os lucros que a feitoria passara a gerar e desejavam garantir o monopólio dos têxteis do Gujarat), bem como com outros comerciantes influentes (designadamente os seus antigos aliados Gomes Loureiro). Uma das acusações que lhe foram assacadas era a de conivência com Tipu Sultão – o que constituía uma denúncia grave atendendo aos temores que aquele gerava no Estado.

Maria de Jesus dos Mártires Lopes destaca o papel de Domingues enquanto mediador cultural e cita uma passagem da sua correspondência na qualidade de diretor da feitoria em que se trata da remessa de livros para serem vendidos em Goa. O volume das vendas era desanimador, o que Jacinto Domingues atribuía quer às línguas em que os livros estavam escritos (italiano e latim, em vez dos desejáveis português e francês) quer à intolerância de certos eclesiásticos locais: “*alguns padres ignorantes de que Goa abunda (...), na ocasião em que chegou a dita caixa de livros viram (...) o Theatro de Voltaire, e bastou este nome, para os encher de horror, foram denunciados ao Sr. Arcebispo, que sem mais informação ou talvez, levado dos mesmos princípios, mandou logo queimar a dita obra*”¹⁸⁷⁹.

A sua sucessão na direção da feitoria foi um processo eivado de escolhos e pressões. Depois de abandonar o lugar, Jacinto Domingues instalou-se em Damão e aí procurou investir na produção têxtil local tendo em vista a promoção da sua exportação. Terá mantido esta atividade com sucesso, embora aparentemente nem sempre conforme à lei¹⁸⁸⁰. O êxito deveu-se em parte à colaboração, uma vez mais, dos Mhamais Camotim em Goa e dos Lima e Sousa em Bombaim. Como avaliar a passagem de Domingues por Damão? É interessante cotejar duas perspetivas antagónicas. Por um lado, temos Manuel José Gomes Loureiro. Este autor era contemporâneo de Jacinto Domingues mas pertencia à família que com ele rivalizava. Deveremos atribuir a essa

¹⁸⁷⁷ Carreira, Ernestina (1995), 91 e 92.

¹⁸⁷⁸ “Jacinto Domingues, who bore the title Cavaleiro de Ordem do Christo and who was Capitão-Mor de Mar e Guerra, began his career in India as Director of the Portuguese trading station at Surat. He was so appointed for a term of three years by the Regio of March 2, 1787. His tenure was renewed twice by the Portarias of April 17, 1791 and March 6, 1793, respectively. Prior to his coming to India Jacinto Domingues had been actively engaged in trade in Portugal for about twenty-five years. With his wide experience in commercial matters he naturally continued to pursue his business interests at Surat, part of a maritime network that embraced Europe, the Middle East, the Arabian Sea. The Bay of Bengal, South East and Far East Asia. Jacinto Domingues formed an important link between Surat and Lisbon. He was the agent of Lisbon-based Sociedade de Ribeiro, Hubens e Companhia established in 1787, throughout his stay at Surat while holding the position of Director de Feitoria de Surrate (1787-1896). It was obvious that he took advantage of this privileged position to promote Portuguese private trade in Surat for his own benefit and those of his associates in Asia and Portugal. Jacinto Domingues was largely responsible for the spurt in Portuguese commerce at Surat from the 1780s” – Pinto, Celsa (2003), 48.

¹⁸⁷⁹ Lopes, Maria de Jesus dos Mártires (2006a), 153.

¹⁸⁸⁰ “Apparently he set up textile factories at Daman to camouflage his illegal activities. British records refer to textiles moving from Surat and other areas of Gujarat to Daman. In 1803, Jose Gomes Loureiro protested against the textile smuggling conducted at Daman by the Sociedade Jacinto Domingues. Some time later the company was raided. We have also Candido Joze Garcez Palha, the Governor of Daman, accusing Jacinto Domingues of such behavior in 1804” – Pinto, Celsa (2003), 56.

particularidade o pouco mérito que lhe reconhece¹⁸⁸¹? Por outro lado, Celsa Pinto encarece o seu legado naquela praça do Norte – que abandonará em 1805, quando retorna ao reino. A autora, que demonstra nutrir verdadeira admiração por este comerciante *reinol*, considera que a produção têxtil beneficiou grandemente com a sua intervenção. “*Jacinto Domingues left behind a rich legacy in Daman*”, assevera – e isto apesar da oposição que encontrou num dos governadores locais, o *descendente* Cândido Mourão Garcez Palha.

De acordo com Ernestina Carreira, Feliciano António Nogueira Lisboa era muito próximo de Jacinto Domingues e dos Gomes Loureiros. Estes deviam-lhe aliás parte do sucesso comercial que tinham alcançado em Timor, território que Feliciano António Nogueira governará entre 1788 e 1790¹⁸⁸². Celsa Pinto acrescenta que Nogueira esteve bastante envolvido no comércio de algodão com a China¹⁸⁸³. As ligações mercantis que mantinha com a Ásia foram porém uma das principais causas da sua falência em 1794. De acordo com a *Sentença proferida pelo Tribunal Supremo do Commercio (...) Sobre a quebra de Feliciano Antonio Nogueira*: “*Mostra-se pela mesma informação, exame dos livros, e testemunhas da Devaça appensa, que tendo o dito falido empreendido muitas, e avultadas negociações para os portos da Asia, procedêra a sua quebra, e alcance das duas infelices viagens do Navio denominado Gratidão, e do outro Princeza de Holtens, que tendo sido prudentemente empreendidas, como jurão as testemunhas, vierão a ser desgraçadas, e ruinosas por acasos imprevistos a que está sujeito o Commercio, e que não podem prevenir-se*”¹⁸⁸⁴.

Resta Goethals, cujo papel nas redes comerciais francesas com interesses na Índia é sublinhado por Celsa Pinto¹⁸⁸⁵. Também manteve contactos com Moçambique¹⁸⁸⁶. Importa sublinhar duas particularidades relativamente a este personagem. Por um lado, parece gozar de menor influência junto dos círculos do poder goeses e lisboetas do que os Gomes Loureiro. Por outro, porém, conseguiu estreitar laços com as elites *descendentes* – o que certamente se deve em parte à opção que fez de se instalar em Pangim. Casou com D. Ana Joaquina Rosa Pereira de Freitas, filha de Manuel José de Freitas, tenente-coronel da legião de Pondá, e cunhada de Dionísio de Mello de Sampaio¹⁸⁸⁷. É aliás graças a um requerimento apresentado pela sua viúva – documento esse que localizámos no AHU e que constitui expressiva ilustração das difíceis condições económicas em que vivia parte da elite *descendente* na Goa da primeira metade do século XIX (estava-se em 1820)¹⁸⁸⁸ – que ficamos dispor de mais dados sobre a vida de Goethals, designadamente quanto à sua passagem por Surrate¹⁸⁸⁹. De acordo com a declaração emitida pela junta da fazenda por D. Ana Joaquina Rosa, Goethals aparenta ter retirado muito menos proveito na qualidade de diretor da feitoria de Surrate do que os Gomes Loureiro, Jacinto Domingues ou Rogério de Faria. Isto pelo menos ao nível das vias comerciais oficiais. Na verdade, e a crer nas informações fornecidas pela sua viúva, nada na carreira de Goethals parece ser excessivamente impressionante. A sua mulher e herdeira invoca essencialmente o contributo que deu para o abastecimento de arroz em Goa

¹⁸⁸¹ “Quando residia nesta Praça e Cidade, o Negociante Jacinto Domingues, tentou-se o estabelecimento de hum Fábrika de tinturaria de azul, para Zuartes, sobre as teadas, ou pannos tecidos em Surrate, e Jambuceira. O Governo de Sua Magestade, teve conhecimento deste util estabelecimento de tinturaria, e o mandou favorecer com a izempção de Direitos, tanto as teadas, como aos Zuartes; e para ter lugar a fabrica das posses necessarias, concedeu de aforamento a Jacinto Domingues, a Aldêa Varacunda, e outra aos Parces Meroanes, os quaes se mudirão de Surrate para promoverem os trabalhos da tinturaria. Apesar destes auxilios, e do mais importante, da prohibição ao Governador de Damão, de intrevir nos trabalhos do estabelecimento, elle teve limitado progresso, e estava abandonado havia annos, quando larguei a India em 1825” – Loureiro, Manuel José Gomes (1835), 400 e 401.

¹⁸⁸² Carreira, Ernestina (1995), 89.

¹⁸⁸³ Pinto, Celsa (1994), 74.

¹⁸⁸⁴ *Sentença proferida pelo Tribunal Supremo do Commercio (...) Sobre a quebra de Feliciano Antonio Nogueira*, oficina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa.

¹⁸⁸⁵ Pinto, Celsa (1994), 75.

¹⁸⁸⁶ Pinto, Celsa (2006), 349. Tal é corroborado por documentação integrante do arquivo da família Mhamai Camotim, como por exemplo a carta que de seguida transcrevemos: “S.or Nairana Camotim. Como já tenho ajustado a fazenda, posso informar a VM os fretes fazer p.a Monss.e no Navio Aurora: Carlaguiny 9 par.ds p.r corja/ Tuerim 5 ditos ditto/ Lenços moda de madrastra 11 x.s p.r corja de pessas/ D.o Sutromal 7 ½ (?) ditto/ Ceira cada mão 3 ½ x.s/ Assucar pedra p.a Barça 4 x.s, sendo em Caixa pela proporçam/ Chá p.r Caixa de m.mo fisco (?) 20 pard.s, e caxotes pela proporçam/ Calem 10 por cento; do preço q. aqy se vende, o qual ignoro./ Barris de azeite, manteiga, etc ainda q. não há comodidade p.a se receber, vindo logo poderá receber algum pagando 4.xs por almude; e mais fazendas devem vir sem demora e no mais fico como s.pre De V. M.ce Am.o e Obe(palavra incompleta devida a um rasgão no original) Servo, J. B. Goethals. Pangim 9 de Dez. de 1803” – XCHR – Manuscritos: espólio da família Mhamai Camotim, *correspondência*.

¹⁸⁸⁷ Casado em 1803 com D. Maria Cândida Pereira de Freitas.

¹⁸⁸⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Índia, ex. 124. Reproduzimos este requerimento e a documentação que lhe está apensa em anexo. Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – n.º 206.

¹⁸⁸⁹ Pode encontrar-se uma breve descrição da atividade comercial de Goethals em Pinto, Celsa (2003), 81.

durante a fome de 1793 ao garantir o transporte desse género essencial para a alimentação local. De resto, o requerimento de D. Ana Joaquina Rosa ancora-se sobretudo no tratamento dispensado pelo monarca a outras mulheres pertencentes à elite *descendente* que se encontrassem em situação idêntica à sua. Goethals representa então como que um meio-termo entre dois dos grupos que forneceram membros para ocuparem a direção da feitoria de Surrate: os grandes comerciantes *reinóis* e as elites *descendentes*.

Findo este largo – mas necessário – parêntesis em torno da feitoria de Surrate e da sua importância no estudo das elites *naturais* católicas, retornemos à família Rodrigues propriamente dita.

É curioso referir que a sua principal morada – a chamada *casa dos Portais de Britona*, um grande edifício muito admirado na zona – foi passando de proprietário em proprietário entre comerciantes *naturais* católicos abastados. Apesar de, de acordo com a tradição conservada pela família Siqueira, o historial do imóvel ser centenário (o prédio teria albergado originariamente uma alfândega, remontando o casco inicial ao tempo dos Filipes)¹⁸⁹⁰, só temos conhecimento do seu passado desde o já referido Sebastião Gracias, o qual, segundo Celsa Pinto, foi um dos mais importantes mercadores *naturais* da época em que viveu. Gracias terá residido na casa dos Portais, que vendeu a António Filipe Rodrigues (sendo que Gomes Catão aventa até a hipótese de os dois serem sócios nos empreendimentos comerciais que mantinham)¹⁸⁹¹. A família Rodrigues aí permaneceu pelo menos até à primeira metade da década de sessenta de oitocentos¹⁸⁹² – pelo que discordamos da hipótese de a segunda alienação do imóvel ter ocorrido em 1850, conforme sugere o autor da documentação inédita da casa de Badém que reproduzimos em anexo¹⁸⁹³. Os Rodrigues tê-la-ão vendido antes de 1867 a João António Pedro de Siqueira, comumente conhecido por *Babsó*. De acordo com o seu neto e biógrafo, Siqueira dedicava-se ao “*comércio em grande escala com o Oriente*”¹⁸⁹⁴ e teria (à semelhança dos Rodrigues) ligações a Bombaim¹⁸⁹⁵. Note-se que, e uma vez mais de acordo com a documentação que nos foi facultada pela sua descendência, *Babsó* morreu numa visita a Goa, onde viera com o propósito de “*buscar a família que queria levar para Bombaim por causa da instrução das filhas*”. Aliás, alguns dos episódios relativos ao avô que o autor da documentação reproduz, nomeadamente a aposta da ida de *tona* a Bombaim¹⁸⁹⁶, confirmam esta tese. Não nos surpreende assim que, quando procuraram alienar a casa, os Rodrigues a tenham vendido a alguém com quem talvez até mantivessem relações comerciais e que integraria certamente a rede de contactos dos Lima e Souza, Quadros e Faria. Foi cerca de 1879 que a viúva de João António Pedro de Siqueira, Luísa Generosa, vendeu a um primo de apelido Sousa que acolhera no seu regresso a Goa. Este curiosamente também morara em Bombaim, de onde teria vindo com a família “*fugitivo por causa de qualquer irregularidade*”. De acordo com o autor da documentação, o negócio fora prejudicial para Luísa Generosa, que para mais ainda se viu expulsa da sua antiga habitação enquanto aguardava a construção de uma nova morada e privada de alguns dos seus bens móveis mais preciosos (“*loiças, cristais e mais coisas*”), entretanto destruídos pelo referido Sousa¹⁸⁹⁷.

¹⁸⁹⁰ Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 18, docs. II e III. A casa está edificada em solo pertencente ao convento de S. Domingos.

¹⁸⁹¹ Encontramos referências a Gracias designadamente no testamento de Cosme Damião Baracho. Consulte-se o anexo II: testamentos – N51.

¹⁸⁹² Anota Lopes Mendes: “*No mez de março do mesmo anno de 1863, voltámos a esta provincia, pelo canal de Britona, cujos Portaes o nosso desenho de pagina representa* (trata-se da única imagem que conhecemos em que figura o edifício em causa), e que se acham um pouco ao norte da igreja de Nossa Senhora da Penha de França, representada na vinheta com esta designação, e adjacentes à casa da família do sr. dr. José Julio Rodrigues, illustradissimo professor da escola polytechnica de Lisboa, e onde então morava o nosso amigo, o sr. Antonio Filippe Rodrigues, distincto escriptor e professor de ingles no lyceu de Nova Goa” – Mendes, A. Lopes (1989), vol. I, 222.

¹⁸⁹³ Veja-se o anexo I: documentos avulsos – nº 18.

¹⁸⁹⁴ Consulte-se neste anexo o título Miranda, de Loutolim, ponto 3-III-3), b).

¹⁸⁹⁵ Ligações essas que se parecem estender a vários membros da família, uma vez que os seus dois irmãos – Salvador de Siqueira e António Caetano de Siqueira – teriam sido, pelo menos durante alguns anos, maestros naquela cidade. Deles, um fora “*grande compositor sacro*” – atente-se no anexo I: documentos avulsos – nº 18, doc. IV.

¹⁸⁹⁶ Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 18, doc. III.

¹⁸⁹⁷ Ficou entretanto alojada em casa de um vizinho, *Beti* Melo, o qual era escrivão de direito e casado com Marta, de quem tivera vários filhos. Maria Luísa de Siqueira Coutinho desenovelou algumas memórias sobre esta família (as quais ficaram conservadas no espólio a que tivemos acesso – documentos avulsos – nº 18, doc. IV), que não tinha em grande consideração. Vejamos: a progenitora, Marta, que seria filha natural de um dos Rodrigues de Badém e de uma peixeira (das de Britona, certamente, terra ainda hoje sobretudo piscatória) era “*má, maldosa, cruel e ladra*”. O seu marido era “*boa pessoa*”; no entanto, provinha de uma estirpe abastada mas cheia de pecaúlos. O pai de *Beti*, escrivão “*de orfãos e viuvas*”, não só fizera desfalques como era homicida: “*matou um homem à facada*”, pelo que foi degredado. Teria morrido no cumprimento da pena, também “*à facada*”. A irmã – mulher orgulhosa e de mau génio que acabaria a viver “*por caridade*” em casa de um cunhado, um dos Ribeiro de Porvorim – fez com que um outro irmão, que retornara de Portugal, sucumbisse a “*um*

Os elementos disponíveis permitem estabelecer corrente familiar coerente apenas a partir de:

1) CLEMENTE RODRIGUES, filho de Baltazar Rodrigues e de Ana de Bragança (sendo que todos parecem moradores na ilha de Chorão), casou com Antónia Rodrigues, dela tendo:

2) SALVADOR RODRIGUES, que foi batizado em S. Bartolomeu de Chorão no dia 29 de dezembro de 1713. Casou com a sua conterrânea Eugénia Madeira, sendo filho deste casal:

3-I) ANTÓNIO FILIPE RODRIGUES, que segue;

3-II) Antónia Rodrigues, casada que foi com Vicente de Noronha, do qual já era viúva em 1791;

3-I) ANTÓNIO FILIPE RODRIGUES, que continua. Batizado na mesma freguesia a 28 de março de 1746, dedicou-se com considerável sucesso à vida comercial. De acordo com Gomes Catão, que o procurou biografar da forma mais completa possível, *“É de crer (...) que tivesse embarcado para a metrópole, servindo a bordo de alguma corveta comercial”* A prosperidade terá chegado ao longo da década de setenta: *“Em 1782, António Filipe era proprietário de uma corveta, do valor de 150.000 xs., construída no porto de Madrastra. No mesmo ano, ia carregada de mercadorias do valor de quase 200.000 xs. para os portos do Sul e talvez até Macau. Afundou-se a corveta e com ela se perderam as mercadorias e os tripulantes com o seu proprietário. Foi uma tragédia? Sofreram essa perda muitas famílias ricas de Goa, principalmente as luso-descendentes, que eram vítimas dos comerciantes hindus, sendo um dos atingidos José Dionísio Carneiro de Sousa e Faro, que veio exigir os seus créditos dos herdeiros de António Filipe Rodrigues. O processo de execução (...) elucida a história trágica dessa família”*.

Localizámos, no HAG, ecos deste longo processo de execução nas notas dos tabeliães de Bardez ainda nos anos vinte do século XIX Procuremos contextualizar a questão, ainda que em termos muito genéricos: José Dionísio Carneiro de Sousa e Faro apresentou ao desembargador António Ribeiro de Carvalho um requerimento no qual demandava *“a Anna Natalia Pinto, e Joze Caetano de Almeida, para que dee, e pague ao sobre dito a quantia de doze mil nove centos vinte e quatro xerefins, cincoenta reis e meio, que devem pelo remanescente na forma da Liquidação feita pelo Contador deste Juizo, e nos autos de execução, e arrematação, que correrão entre os mesmas partes, e Joaquim Manoel Rodrigues”*. Explicava, também que os devedores ainda não tinham solvido tal dívida nomeadamente *“por então os Suplicados terem ocultado os moveis”*. Assim sendo, reagiu, exigindo que se procedesse à execução dos mesmos, de molde a obter-se a quantia em falta. No entanto, Ana Natália Pinto – viúva de António Filipe Rodrigues e mãe do referido Joaquim Manuel Rodrigues (do qual era fiadora) e de Vicente Salvador Rodrigues – opôs-se pronta e energicamente, embora, aparentemente, sem ter conseguido impedir a execução:

“(...) e estando na continuação deste auto foi apresentado hum requerimento, em que a executada (a referida Ana Natália) allega que as Cazas em que mora e existe o dito fato¹⁸⁹⁸ executado he do seo filho Vicente Salvador Rodrigues (...) em que ella existe, e ella mora, e por isso o Senhor Dezembargador Ouvidor Geral deo o Despacho seguinte = Execute-se o que for proprio da devedora = e por isso vai unido o mesmo despacho deste auto, e em virtude do mesmo Despacho a executada ainda que disse ser seo somente hum caixão com duas gavetas com sua roupa do uso, com tudo se concluiu este auto”.

ataque” que o matou, graças a uma discussão que levantou em redor do vestido que o mesmo lhe trouxera, como lembrança, da Europa. Finalmente, um dos filhos de Marta e *Beti*, Francisco (chamado, como era costume em Goa, *Fanchú*), *“assim como o avô matou um homem foi degradado e morreu na cadeia”* – veja-se o anexo I: documentos avulsos – nº 18, doc IV.

¹⁸⁹⁸ Relembre-se que, em Goa, na época, se chamava *fato* aos móveis que se achavam numa determinada casa, ou, mesmo, a um determinado conjunto de peças de mobiliário.

José Dionísio de Sousa e Faro, porém, não se conformou com esta aparente pobreza da devedora, tendo, para além do pedido de apreensão dos móveis, procurado outras formas de ser ressarcido da quantia em questão. Assim, e consequentemente, apresentou uma petição onde explicava:

“que contra a sua devedora Anna Natalia Pinto tem obtido o mandado de remanescente, e por este não tem achado bens, que abranjam a dívida, e como pelas escripturas junto a Suplicada traz mutuada a quantia de dezasseis mil xerefins, que tem emprestado a Antonia Rodrigues viúva de Vicente de Noronha de Chorão, sobre a hipoteca constante da mesma Escriptura por isso Pede a Vossa Senhoria Senhor Desembargador Ouvidor Geral da Provincia, seja servido mandar, que se execute a dita acção, que a dita devedora tem contra a dita Antonia Rodrigues, e recebera merce”.

Em paralelo, remeteu cópia de um *“instrumento da alheação e venda de hum palmar sito em Pilerne ou Verem de Bardes, celebrado entre partes, a vendedora Dona Anna Maria Pereira de Castro viúva de João Vicente da Silveira, e a compradora Anna Natalia Pinto viúva de Filipe Rodrigues”*. O seu propósito foi, desta forma, pelo menos parcialmente alcançado: tendo-se demonstrado que a acima aludida Antónia Rodrigues dera em garantia da sua dívida para com Ana Natália Pinto um palmar que possuía em Pilerne, denominado *Lavenchem*, o desembargador Carvalho mandou executar esse prédio a 3 de Dezembro de 1822.

Subsistia a questão da apreensão dos móveis existentes na casa da devedora, com a qual o seu filho Vicente Salvador Rodrigues – que garantia serem seus os bens em questão – não se conformava. Por assim ser, fez juntar ao processo a seguinte petição:

“Diz Vicente Salvador Rodrigues por seo Procurador, que elle quer haver vista de huma execução dos seus bens moveis feita por mandado deste Juizo a requerimento de Joze Dionizio Carneiro de Souza, e Faro, por hum mandado de remanescente havido neste Juizo contra sua May Anna Natalia Pinto como fiadora de Joaquim Manoel Rodrigues para por meio dos Embargos de terceiros mostrar, que os ditos bens são do Suplicante, e não da Suplicada”.

E, face à ordem do desembargador encarregado do processo para especificar com rigor quais eram os móveis que, efetivamente, lhe pertenciam, esclareceu ser proprietário de

“todos os bens moveis, e batte executados pelo Suplicado (ie, Sousa e Faro) por serem todos parte trazidos pelo Suplicante de Macão, e Damão, parte mandados vir de Bombay para ornato da sua Casa, parte aqui feitos por officiaes, e o batte colhido na prezente novidade de vargas do seo dominio, e possuição, e recolhido para provimento da sua numeroza familia como tudo espera provar legalmente por meios, que a Ley permita (...)”.

Aqui chegados, resta atentar no rol dos referidos bens móveis, que Sousa e Faro considerava constituírem um conjunto suficientemente valioso para satisfazer parte do seu crédito. Reproduzimo-la na íntegra em anexo ao presente estudo¹⁸⁹⁹, sendo que, agora, nos interessa somente sublinhar a existência de algumas peças orientais (*“huma marquezia de Macáu”, “quatro estantes de Macáo”, “nove jarras de barro de Macáo de mão e meia cada huma”*), bem como de alguns móveis de maior qualidade e requinte do que a média existente nas habitações goesas, uns e outros certamente tradutores de uma vida abastada e com algum refinamento (vários canapés, dois sofás, *“duas Comodas das quaes huma de almar”, “huma papeleira com quatro gavetas”,* mais *“duas papeleiras com seus remates de vidro cada huma dellas de quatro gavetas”, “vinte e nove cadeiras de braço”, “doze lamenas”,* dois tremós, camas *“com sua armação”*).

O prejuízo muito significativo sofrido em 1782, bem como, naturalmente, a morte de António Filipe Rodrigues não significaram, porém, uma derrocada da prosperidade familiar – ao que não parece ter sido alheio o espírito afoito da sua viúva, Ana Natália Pinto (nascida em Aldoná, casada no dia 25 de outubro de 1772). Gomes Catão, sublinhando, assim, que a estirpe continuava *“a viver uma vida faustosa de gente rica”*, não se esquece de a

¹⁸⁹⁹ Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº17.

referir: “*senhora ilustrada e que sabia escrever, exigiu a tutoria dos seus 5 filhos, por ter capacidade e circunstâncias especiais, juízo e talento para tanto, no processo do inventário instaurado em 7 de Setembro de 1789*”¹⁹⁰⁰. A família, embora possuísse morada no Chorão (no bairro Condoldém) residia na grande casa dos Portais de Britona (depois celebrizada por ter aí nascido Raimundo Venâncio Rodrigues), a qual fora adquirida por António Filipe a outro comerciante abastado da época, Sebastião Gracias¹⁹⁰¹. Nos finais de setecentos, o património dos Rodrigues aumentou consideravelmente graças aos bens herdados – o que não deixa de ser um facto curioso, e pouco comum á época – de uma *descendente*, D. Ana Maria Pereira Xavier de Castro, filha do tanadar mor das Ilhas, D. Manuel Pereira de Castro, e casada com o capitão João Vicente Ferreira da Silveira e Menezes¹⁹⁰². Aliás, esta injeção de capital não terá, seguramente, sido alheia à manutenção da pujança económica da estirpe¹⁹⁰³.

António Filipe Rodrigues e Ana Natália Pinto tiveram:

4-I) VICENTE SALVADOR RODRIGUES, que segue;

4-II) José António Rodrigues s.m.n.;

4-III) Joaquim Manuel Rodrigues, ao qual já nos referimos *supra*.;

4-IV) Maria Rita Rodrigues, s.m.n.;

4-I) VICENTE SALVADOR RODRIGUES, que continua. Nasceu no dia 1 de julho de 1775, tendo morrido a 26 de fevereiro de 1834. Cremos que, pelo menos durante alguns anos, a sua atividade principal foi a vida comercial – o que justifica os contactos que mantinha com Macau, Bombaim e Damão, aos quais alude no âmbito do processo de execução proposto por José Dionísio Carneiro de Sousa e Faro¹⁹⁰⁴. No entanto, Gomes Catão, na esteira do que era habitual na historiografia e genealogias produzidas em Goa, prefere acentuar outros aspetos da sua biografia: “*foi ouvidor, corregedor e juiz da Alfândega de Damão (2-4-1814 a 16-10-16) e pela 2ª vez (2-11-1820 a 13-8-1822). Em 1818 esteve em Macau, donde trouxe um rico mobiliário. Escriturário da Contadoria Geral, juiz e ouvidor em Damão (1822) e director da Feitoria de Surate, por P.P. de 20 de Outubro de 1825*”¹⁹⁰⁵. Também em 1822 viu-se envolvido na chamada *segunda revolta de Damão*. A “Gazeta de Goa” dá conta dos incidentes no seu nº 11 com a seguinte resposta do redator, à data Luís Prates de Almeida e Albuquerque: “*Senhor Defensor da Razão. Fomos entregues da sua carta, e andando com ligeireza para satisfazermos o que n’ella tão justamente se pede, não foi possível imprimir-se a noticia official da segunda revolta de Damão: ella sera publicada em o numero seguinte da nossa magra Gazeta. Podemos com tudo assegurar que aquella Cidade esta tranquilla, que não foi ensanguentada a revolução, e que houve unicamente*

¹⁹⁰⁰ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 224 e 225. Esta senhora não parece, efetivamente, ter descurado a gestão dos bens da linhagem: “*Em 21 de Outubro de 1791, Ana Natália Pinto empresta à sua cunhada Antónia Rodrigues, viúva de Vicente de Noronha, 16.000 xs. Possuía a várzea Cantôr, aforada pelo estado, em Chorão, e mais o aforamento do valado de Serulá, feito por João Baptista da Costa Lobo, além de dois sapais ligados a Balcantôr. O grande palmar, que pertenceu aos herdeiros de João Vicente da Silveira e Menezes, herdeiro de Dom António de Castro e Melo, fora também comprado pela dita Antónia Rodrigues por 13.120 xs. Vê-se daqui que a família de António Filipe continuava rica*” – id., ibid., 225.

¹⁹⁰¹ “*Esta casa apalaçada, fora comprada a Sebastião Gracias, de Orlim, que também era comerciante e quiçá sócio de António Filipe Rodrigues. Fora construída no chão pertencente ao Convento de S. Domingos e que fora aforado por três vidas, sendo a primeira a de António Filipe. Tinha vinte e uma braças e meia de comprido por vinte e meia de largo*” – Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 225. A casa foi vendida, na década de sessenta do século XIX, a outro rico comerciante goês, João António Pedro de Sequeira – consulte-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Miranda, de Loutolim, ponto 3-III-3), b).

¹⁹⁰² Moço-fidalgo da casa real, superintendente da junta do tabaco do Estado da Índia, foi vereador e presidente do Senado de Goa e, entre 1778 e 1780, governador de Macau.

¹⁹⁰³ “*Em 1793, por seu testamento, Dona Ana Maria Pereira Xavier de Castro, de Pangim, folha de Dom Manuel Pereira e de Dona Rosa de Melo e Sampaio, a qual tinha duas irmãs religiosas no Mosteiro de Santa Mónica – Maria Bernarda de Santo Agostinho e Maria Joana – e um irmão cônego Dom Francisco Aires Pereira e era casada com José Vicente da Silveira e Menezes mas não tinha prole, nomeou seus herdeiros Vicente Salvador Rodrigues e Joaquim Manuel Rodrigues, filhos do dito António Filipe, sendo testamentários António da Silveira de Menezes, Vicente Rodrigues e Ana Natália Pinto. Assim, a casa desses fidalgos de Pangim e outros bens passaram a esta família de António Filipe Rodrigues*” – Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 225. Para mais dados sobre esta família, Forjaz, Jorge e Noronha, José Francisco de (2003), vol III, 427.

¹⁹⁰⁴ Assim se justifica a existência, na casa dos Portais de Britona, de peças de mobiliário e de decoração vindas destas paragens.

¹⁹⁰⁵ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 225 e 226.

a mudança nas pessoas do Governo – Seu muito Venerador e Servo – O Redactor. P.S. Tendo acabado de escrever esta tivemos a certeza de haverem aqui chegado o Ouvidor de Damão, que era promiscuamente membro d'aquelle Governo Provisional Vicente Salvador Rodrigues, e Francisco Antonio Nogar, que indo ha pouco d'esta Capital a seus negocios entrou na presidencia temporaria e ephemera do mesmo Governo em consequencia da segunda revolução mencionada; e ambos se achão soltos n'esta Provincia”¹⁹⁰⁶. E efetivamente publica-se no nº 12 do periódico uma *Copia do Termo da instalação dos novos Membros do Governo Provisorio desta Praça, e Cidade de Damão*: “Aos 28 de Fevereiro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1822 nesta Praça e Cidade de Damão havendo-se generalizado gradualmente a indisposição da Tropa da guarnição desta Praça, e Povo contra dos Membros da Junta do Governo Vicente Salvador Rodrigues, e Joaquim Joze Fernandes Arez¹⁹⁰⁷ pelos motivos das suas violencias, e induzimentos feitos a Tropa, para não admittir o Prezidente nomeado pela Excellentissima Junta da Capital de Goa, trazendo os Sipaes armados nos seus quartéis, e peças carregadas com metralha, assim como de mandar conduzir Sipaes da terra do Marata, succedendo que nesta manhã do sobredito dia 28 de Fevereiro juntando-se o Regimento de Infantaria á testa d'elle o Tenente Coronel Deziderio da Costa Campos, foi cercada com guarda á porta do Sargento-mor Joaquim Joze Fernandes Arez, e expedida ordem ao Commandante do Campo de Damão pequeno, para responder pela pessoa de Vicente Salvador Rodrigues a nomeação para Prezidente Francisco Antonio de Oliveira Nogar, Segundo Tenente da Armada Real em lugar do Membro o Tenente Coronel Deziderio da Costa Campos, que desistio voluntariamente; para Membros o Reverendo Querobino Ribeiro que era da extincta Junta, e a Domingos Caetano Fernandes athe que chegue o Prezidente nomeado pela Capital, para por em inteira execução as determinações da Excellentissima Junta: ao que o Presidente hoje eleito o dito Francisco Antonio de Oliveira Nogar declarou, que aceitava o honroso Lugar, que lhe confiavam com a condição que se athe 12 de Março não chegasse o Presidente nomeado pela Capital dimitiria então do seu honorifico cargo, porque tem que recolher-se a mesma Capital, o que foi ouvido por todos, assim lhe foi concedido, por cujo motivo o dito Presidente Francisco Antonio de Oliveira Nogar, e os ditos Membros o Reverendo Querobino Ribeiro, e Domingos Caetano Fernandes passarão a tomar a confirmação do Povo que livremente confirmou a mesma nomeação, em consequencia do que instalavão o dito Prezidente Francisco Antonio de Oliveira Nogar, e Membros da Junta do Governo Provisorio, de que tudo se fez este Termo, em que se assignarão o dito Prezidente, Membros, Clero, Nobreza, Tropa, e Povo, que presentes se achavão (seguem-se as assinaturas)”¹⁹⁰⁸.

Foi um destacado seguidor do partido de Bernardo Peres da Silva.

Casou com D. Mariana Pereira de Menezes (falecida em 1822), natural de Rachol, filha de Pedro António Pereira de Menezes e de Maria Anastácia da Cunha¹⁹⁰⁹, de quem teve larga geração (Gomes Catão fala em “5 filhos e 4 filhas”), da qual conhecemos somente:

5-I) António Filipe Rodrigues, nascido cerca de 1800, morreu no dia 30 de junho de 1870. De acordo com Gomes Catão, “foi encarregado da Feitoria de Surate em 1819; guarda-livros da Companhia Comercial; professor de inglês no Liceu de Nova Goa e intérprete oficial da língua inglesa, por P.P. de 21-9-1846”¹⁹¹⁰. Casou com D. Rosa de Quadros, falecida, aos 26 anos, no dia 11 de dezembro de 1838, filha de Cosme Damião do Rosário de Quadros¹⁹¹¹ e de D. Emília de Lima e Sousa, de Bombaim – e, portanto, neta de *sir* Miguel de Lima e Sousa e de Ana Maria Rosa.

D. Rosa de Quadros era irmã de (i) Maria Doroteia de Quadros; (ii) João Joaquim de Quadros e do (iii) comendador Miguel do Rosário de Quadros¹⁹¹², outro dos grandes comerciantes de origem goesa

¹⁹⁰⁶ “Gazeta de Goa”, nº 11, 30 de março de 1822.

¹⁹⁰⁷ Fernandes Arez era descendente.

¹⁹⁰⁸ “Gazeta de Goa”, nº 12, 3 de abril de 1822.

¹⁹⁰⁹ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 226.

¹⁹¹⁰ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 226.

¹⁹¹¹ Oriundo de Loutolim, emigrou para Bombaim, onde prosperou, conforme referimos noutro ponto deste trabalho – consulte-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Brás de Sá, de Calangute, ponto 5-I-1), a).

¹⁹¹² Podem encontrar-se algumas notas biográficas relativas quer a Miguel do Rosário de Quadros quer a Miguel de Lima e Sousa no anexo I: documentos avulsos – nº 230.

estabelecidos na Bombaim do século XIX, cuja descendência se veio a mesclar com a família de sir Roger de Faria¹⁹¹³.

Foi filha de António Filipe Rodrigues, e cremos que também de D. Rosa de Quadros:

5-I-1) D. Júlia Rodrigues, nascida em Britona em 1840, a qual veio a casar com José Camilo Lisboa. De acordo com um texto da autoria de Domingos Soares Rebelo¹⁹¹⁴, em virtude de ser a “*secretária-ajudante*” do marido: “*Teve o ensejo de estudar as plantas e divulgá-las à Sociedade de Ciências Naturais de Bombaim, a qual atribuiu o seu nome a uma das plantas por ela estudadas. Júlia Rodrigues Lisboa, concorreu com os seus espécimes de plantas às Exposições de Horticultura de Bombaim, Poona, etc. da sua época. Foi uma dama de grande saber (...). Salvo prova em contrário, sou a supor que ela foi a pioneira das mulheres botânicas de todas as épocas*”. Morreu em 1926.

Quanto a José Camilo Lisboa¹⁹¹⁵, são inúmeros os seus biógrafos, uma vez que se trata de um dos personagens dominantes da comunidade goesa de Bombaim. De acordo com Miguel Vicente de Abreu, “*nasceu em 5 de março de 1823 em Assagão de Bardez, prompto com os estudos de primeiras letras, latim, e philosophia, foi á Bombaim, estudou o inglez e arithmetica, e matriculou-se no collegio medico de Grant na sua 1.a abertura na dita cidade e nelle estudou diferentes ramos de sciencias com aproveitamento e mereceu premios em muitos annos até que obteve o diploma de graduado na faculdade de medicina em 1851 e em seguida (foi) nomeado cirurgião subassistente e addido ao hospital Jamsetjee Jeggabhoy. No impedimento do doutor Peet cirurgião mór do hospital foi nomeado o sr. Lisboa para o substituir no cargo e occupar igualmente a cadeira de anatomia, sendo esta nomeação a primeira d’um nativo indio, havendo cirurgiões europeus; e como tal elle fez no hospital varias operações chirurgicas e á uma dellas a pedido do chefe do estabelecimento assistiram muitos medicos europeus; os elogios que mereceu fizeram constar nos documentos que estão archivados no hospital. Posteriormente resignou o emprego do governo, quando o hospital fora transferido para Karachi e começou nos fins de 1854 a exercer a clinica particular que progressivamente lhe foi em augmento. Em 1863 adoeceu e vendo que não lhe aproveitavam os ares pátrios e os Matheram foi para Europa em 1864 e percorrendo a Inglaterra, França e Portugal regressou à India em 1866 e recomeçou na cidade de Bombaim a sua clinica onde hoje continua com os melhores creditos. O sr. Lisboa é actualmente membro da sociedade medica do collegio de Grant e da do Royal Asiatic Society (ramo de Bombaim); – durante a sua carreira médica tem escript varias memorias sobre a lepra, cataracta, lithotomia, etc., as quaes se acham publicadas nas transacções da sociedade medica e physica de Bombaim. Escreveu na Abelha de Bombaim muitos artigos politicos e da defeza do padroado portuguez e no impedimento e doença do redactor dessa folha o erudito Luis Caetano*

¹⁹¹³ Id., ibid.

¹⁹¹⁴ *Goesas da alto coturno (sécs. XVIII/XXI)*, disponível em <http://www.tintafresca.net/News/newsdetail.aspx?news=de344165-8738-4a42-b83e-4aa8896dac1e&edition=135>.

¹⁹¹⁵ Era filho de António Xavier Lisboa e de Sebastiana Dias e irmão de, pelo menos, irmão do padre **António Vicente Lisboa**. Este último, nascido em Assagão em 1828, foi um destacado agente do Padroado fora dos limites do Estado. Após ter concluído a formação teológica exigida no seminário de Rachol, foi ordenado em 1853 por D. Jerónimo José da Mata, bispo de Macau, passando, pouco depois, a servir de coadjutor a um tio vigário de Velção, o padre Remígio da Piedade Lisboa. Daí transitou para uma das principais igrejas católicas de Bombaim, Nossa Senhora de Glória de Mazagão, da qual foi pároco entre 1866 e 1869, ano em que, por provisão de 10 de março, ascende novamente na hierarquia do Padroado, vendo-se nomeado primeiro vigário-geral e governador do bispado de Cochim que, um ano depois, acumulou com o de Cranganor. Em Cochim, inaugurou o seminário de Allapé. Exonerado, a seu pedido, desses cargos em 1874, foi designado vigário de Siolim, em Goa. Estava, porém, já muito alquebrado de saúde. Viveu até 11 de novembro de 1883, tendo exalado o último suspiro em Bombaim. Para mais pormenores sobre a sua bio-bibliografia, consulte-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 190 e Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), 311. Quanto ao padre Remígio da Piedade, foi batizado em Assagão no dia 16 de fevereiro de 1803, ordenado em 1831, nomeado vigário encomendado de Colvale entre 1835 e 1836 e, daí em diante, vigário de Velção até à data da sua morte, a 15 de dezembro de 1865 – Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), 310 e 311. As suas ossadas foram trasladadas para a capela de S. José de Socolvaddó em 1869, a qual entretanto tinha sido mandada edificar por José Camilo Lisboa.

O padre António Vicente não foi o único membro desta família, segundo cremos, a missionar em terras do Padroado: importa também ter em conta a ação do padre Cornélio Cipriano Lisboa (1808-1877) nos Gates e, mais recentemente (entre 18907 e 1906) a presença do padre Patrocínio António Xavier Francisco do Bom-Parto Lisboa em Dabul – Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), 311 e 321.

de Menezes também natural de Goa se encarregou da redacção do mesmo jornal e nelle defendeu sempre os interesses dos seus compatriotas de Goa”¹⁹¹⁶. Teresa Albuquerque, em tempos muito mais recentes, sublinha outros aspetos da biografia de Lisboa: o investimento no estudo e erradicação das epidemias de lepra que assolavam Bombaim (se bem que o seu contributo, neste domínio, não se possa comparar ao de outro *natural* goês de oitocentos que estudou medicina e praticou clínica na grande cidade, Acácio Gabriel Viegas¹⁹¹⁷); a promoção das causas que fossem tidas relevantes para a “Goan community” (sendo certo que, com base nesta expressão, não é possível descortinar se tinha em mente a grande massa de conterrâneos seus empregados em modestos mesteres ou, pelo contrário, a pequena mas influente elite a que pertencia), entre as quais estava a do Padroado; e a educação, graças a um investimento na promoção do concani e na criação de uma escola primária em Assagão, “which served for two generations”¹⁹¹⁸. Wolfango Robusto, por outro lado, prefere elogiar-lhe os estudos desenvolvidos nos domínios da botânica (os tais em que a sua mulher o secundou)¹⁹¹⁹. Segundo Gomes Catão, que também sublinha o seu contributo enquanto clínico e botânico¹⁹²⁰, morreu em Poona no dia 1 de março de 1897.

5-II) JOSÉ JÚLIO RODRIGUES, que segue;

5-III) Raimundo Venâncio Rodrigues, nascido em 1813¹⁹²¹, na casa dos Portais de Britona, foi solenemente batizado no dia 19 de junho desse mesmo ano. Aluno aplicado, foi um dos filhos das elites *naturais* católicas que teve oportunidade de prosseguir estudos superiores na Universidade de Coimbra, na qual se matriculou em matemática e filosofia (a 24 e 25 de outubro de 1834) e, posteriormente, em medicina (no dia 21 de outubro de 1837)¹⁹²². Apesar de também se graduar nesta faculdade, será, contudo, a matemática o seu campo de estudos de eleição, e é nele que se irá especializar. Manuel Vicente de Abreu dedica-lhe breves palavras, que não nos parecem consentâneas (sobretudo tendo em conta o destaque que dá a outras personalidades da época) com o relevo deste personagem, que alcançou posições salientes na vida académica e no mundo da política, para além de, durante anos, ter desempenhado o papel de protetor e tutor de boa parte dos jovens estudantes goeses residentes em Coimbra: “*doutor em mathematica, lente daquella sciencia na universidade de Coimbra e decano da faculdade sr. Raimundo Venâncio Rodrigues, bramane, natural de Badem de Sirulá de Bardez, o qual foi deputado ás côrtes pelo circulo de Coimbra e por alguns biennios presidente da camara municipal daquella distincta cidade do reino*”¹⁹²³. Tal lacuna acabou por ser colmatada, mais de setenta e cinco anos volvidos, por outro *natural*

¹⁹¹⁶ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 27 e 28.

¹⁹¹⁷ Para uma breve biografia deste personagem, Albuquerque, Teresa (2012), 94 e 95.

¹⁹¹⁸ Albuquerque, Teresa (2012), 89 a 91. Esta escola estava anexa à capela de S. José de Socolvaddó, fundada em 1866 pelo próprio José Camilo Lisboa, “para perpetuar a memória do seu pai” – Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), 300 e 301. Segundo este autor, “O Dr. Lisboa deixou 200 rupias para património da capela e 15 000 rupias para a manutenção do capelão e da escola anexa, elementar e complementar, que era regida pelo capelão”. Mantinha-se, então, vigente o secular sistema das escolas primárias dependentes de capelas e igrejas, dos quais se encontram reflexos ao longo de vários dos documentos que estudámos durante a elaboração deste trabalho, nomeadamente no testamento de Francisco Estrócio do Rosário - consulte-se o anexo II: testamentos – N13. Podem encontrar-se desenvolvimentos relativamente a este estabelecimento de ensino, antes e depois da sua extinção, em Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), 304.

¹⁹¹⁹ Considerava ter sido “botânico de renome e especialista na doença de lepra, sendo o primeiro na Índia para fazer o estudo desta doença, e a Academia Internacional Botanica, de França, depois de o eleger seu sócio, conferiu-lhe a medalha “Merit Scientific” – Robusto, Rodrigo Wolfango (1953), o.cit., 72.

¹⁹²⁰ Mais concretamente: “Concluído o curso médico no Grant Medical College, de Bombaim, foi lente de Anatomia no mesmo colégio, cujo corpo docente era, ao tempo, composto de médicos militares ingleses (Indian Medical Service), sendo ele o primeiro goês a leccionar num colégio médico na Índia. Era um notável botânico e foi encarregado pelo Governo Inglês de estudar a flora de Bombaim. Escreveu o livro *Useful Plants of the Bombay Presidency* e instituiu o prémio Lisboa Scholarship in Botany, no dito colégio médico. Foi o primeiro a dedicar-se ao estudo da lepra e, por muitos anos, foi presidente da Grant Medical Society, na qual fez notáveis conferências. Foi membro do Senado da Universidade de Bombaim e da Academia das Ciências de Lisboa” – Catão, Francisco Xavier Gomes (1978), 340.

¹⁹²¹ Talvez no dia 13 de maio. Robusto discorda de Gomes Catão, e dá como ano de nascimento do futuro catedrático de matemática 1814.

¹⁹²² Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (Raimundo Venâncio Rodrigues).

¹⁹²³ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 5.

católico, Rodrigo Wolfango Robusto, o qual compôs, numa obra relativamente pouco divulgada, a mais completa biografia de Venâncio Rodrigues que conhecemos¹⁹²⁴.

¹⁹²⁴ “O Dr. Raimundo Venancio Rodrigues, nascido em 13 de Maio de 1814, em Serulá de Bardez, formado e doutorado em Matemática e Medicina, pela Universidade de Coimbra, na primeira equiparado aos que fôram melhor qualificados e na segunda qualificado como “muito bom”. Tendo o Vice Rei da India, D. Manuel de Portugal e Castro, sido autorizado a escolher em Goa os mancebos que tivessem demonstrado maior capacidade intelectual e melhor comportamento, além dos preparatórios de gramatica latina e filosofia moral e racional, para o fim de se matricularem na Universidade de Coimbra e aprenderem medicina e outros cursos de cirurgia em Lisboa e no hospital real de S. José, coube essa glória ao Dr. Raimundo Venancio Rodrigues e alguns outros mancebos da India, embarcando todos eles em 22 de Abril de 1833 na nau “Princesa Real”, para os conduzir a Lisboa, viagem que durou quasi um ano. Foi tal a aptidão que o Dr. Raimundo demonstrou em ciências auxiliares, que seguiu o curso, formando-se em Matemática em 1839 e doutorando-se na mesma Faculdade em 26 de Julho de 1840, concluindo afinal a formatura em Medicina em 1843. Como a essa data se achava vago o lugar de lente substituto extraordinário, foi nele provido a 29 de Novembro daquele ano, depois de um brilhante concurso de que deu provas. Foi lente catedrático de prima da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, sendo ele o primeiro indiano a ser professor numa Universidade europeia. Poz o seu talento ao serviço da causa popular, entrando nas lutas politicas de 1842 a 1846, influido nas eleições, promovendo comícios e auxiliando as revoluções de Coimbra em 1844 e 1846. Foi eleito pela primeira vez vereador da Camara Municipal daquela cidade, lugar em que não chegou a manifestar os seus grandes recursos administrativos, por se ter dado em seguida o golpe de Estado de seis de Outubro a que respondeu a revolução do Porto de 9 desse mês, logo secundada na terceira cidade do Reino. A batalha de Torres Vedras foi perdida pelo Conde de Bomfim, que ficou aí prisioneiro com toda a divisão do seu comando, obrigando o Conde d’Antas a retirar precipitadamente para Coimbra e daí para o Porto, onde funcionava a Junta do Governo Supremo do Reino de que ele era presidente. O desastre inesperado levava, porém, os caudilhos da revolução a pensar na aliança, que por vezes tentara infrutuosamente o partido miguelista, e sobretudo na impreterível necessidade de levantar forças populares entre Lisboa e Porto, para embaraçar as operações do inimigo, que naturalmente iria aproximar-se do centro revolucionário do Norte. Era indispensável que para este fim permanecessem em Coimbra alguns directores desse movimento que em correspondencia com a Junta satisfizessem as suas indicações. Na reunião celebrada no Paço das Escolas entre o Conde d’Antas, Duque de Loulé, então ainda Marquês, e o Governador Civil de Coimbra e outros, foi assentado que os membros do partido progressista daquela cidade se constituíram em comissão, e trabalhariam com o maior empenho para a organização de novas forças populares. Foi o Dr. Raimundo conjuntamente com outros colegas, incumbido de importantes e espinhosas missões, cujos resultados não foram de largo alcance em consequencia da sua prisão, efectuada em 19 de Fevereiro de 1847 pelas autoridades de Coimbra, sendo conduzido para a Figueira da Foz e Buarcos, com os seus companheiros do infortunio, ao todo 28, embarcando-os no vapor “Terceira”, que os conduziu a Lisboa, dando todos entrada no Limoeiro a 22 do referido mês. A 24 era o Dr. Raimundo, que se tornara muito conhecido como liberal ferrenho, demittido de lente da Universidade, sem processo nem sentença, mas por um simples decreto dictatorial. A violencia usada contra o Dr. Raimundo foi ainda mais longe. O Ministro do Reino, que era então Francisco Tavares de Almeida Proença, aproveitou a circumstancia de arbitrariedade demissão dada ao ilustre professor para despachar em 3 de Maio de 1847, a vaga de lente substituto ordinario da Faculdade o Dr. Rufino Guerra Osório substituto extraordinário mais moderno que ele. Quando da amnistia de 1847, a acusação que em 5 de Março de 1848 o ofendido levou ao Parlamento contra o ex-Ministro, mostrando as falsidades em que se baseou o decreto da nomeação, foi preciso que em 28 de junho de 1851 o Ministro do Reino do partido regenerador, José Ferreira Pestana, reparasse a injustiça, reintegrando-o (em 1851) e promovendo-o a Lente Catedrático da Faculdade de Matemática, ocupando então a Cadeira até ao fim da vida, marcando com traço indelével a sua passagem no meio universitário. Em Novembro de 1851 foi o Dr. Raimundo eleito pela segunda vez membro da Camara Municipal de Coimbra, tendo como presidente o Dr. Cesário Augusto de Azevedo Pereira (o qual, acrescenta-se, era lente catedrático de medicina – Rodrigues, Manuel Augusto (dir.) (1992), 221 e 223); seguidamente tornou a ser eleito em Novembro de 1853, continuando nesse segundo biénio a ser presidente o Dr. Cesário Pereira; de novo foi eleito para a Camara em 1857, porém, como seu presidente, cargo que serviu com a maior competencia até 1862, deixando bem patentes, por longos anos, a abertura da estreita e tortuosa rua de Coruche, agora transformada na ampla rua do Visconde da Luz, e a fundação do grandioso cemitério da Conchada, em cujo livro de ouro deve estar bem escrito o seu nome. O serviço de incendios, a iluminação pública, a arborização, os caminhos vicinaes, as fontes e grande número de outras obras e melhoramentos, tanto na cidade como nas freguezias rurais, mereceram inextinguível zelo ao Dr. Raimundo Venancio Rodrigues. Foi tambem procurador á Junta Geral do Distrito de Coimbra, de 1858 a 1861. Em um de Março de 1868, o Dr. Raimundo tornou a ser eleito vereador (sic), obtendo 1500 votos contra 799 do mais votado na lista do partido representante da fusão, que havia saído do poder. No dia 21 de Março de 1868, foi eleito deputado ás Côrtes pelo segundo circulo dessa cidade, sem opposição. Ainda em 1870 voltou de novo á Camara Municipal, visto Serpa Pimentel não ter aceite a eleição. Foi sócio honorário da Associação dos Artistas de Coimbra e sócio efectivo do Instituto de Coimbra, de cuja direcção fez parte. Possuiu várias condecorações, uma das quais a da Conceição da (sic) Vila Viçosa. Foi em 4 de Março de 1872 que o Dr. Raimundo fez um eloquente discurso na Sala Grande dos Autos (sic, trata-se de um lapso: está em causa uma oração de sapiência proferida na Sala dos Capelos, ou dos Atos por ocasião do centenário do marquês de Pombal) da Universidade de Coimbra, por ocasião do doutoramento de Dr. Alfredo Figueira(s) da Rocha Peixoto (matemático e astrónomo da Universidade), assistindo a este solene acto o Imperador do Brasil D. Pedro II. O Dr. Raimundo V. Rodrigues pertenceu ao partido regenerador na época da primeira situação política deste partido, mas, desgostoso com a marcha da politica, separou-se dele, dando preferéncia ao partido reformista. Veio afinal a falecer em 22 de Novembro de 1879” – Robusto, Rodrigo Wolfango (1953), 57 e ss. Pouco ou praticamente nada sabemos sobre este autor para além do referido em Devi e Seabra, que lhe agradecem a colaboração e lhe traçam uma curtíssima biografia: “Rodrigo Wolfango Robusto (1888-1967) publicou também apenas um livro, Goa: Terra Indo-Portuguesa, com o subtítulo Documentário, em que pretendeu apresentar Goa em caleidoscópio, a sua história, a sua literatura, os seus grandes homens. Quis incluir tudo num pequeno livro, e o resultado foi uma excessiva acumulação de factos. No entanto, é um dos livrinhos mais úteis e informativos que sobre Goa se publicaram nos últimos anos” – Devi, Vimala e Seabra, Manuel de (1971), 63 e 295. Raimundo Venâncio Rodrigues compôs um *Tractado elemental de geometria*, 1.a parte, aprovada para compendio da Faculdade de Mathematica em 1858, que não chegou a ser impresso – Freire, Francisco de Castro (1872), *Memoria Historica da Faculdade de Mathematica nos cem annos decorridos desde a reforma da Universidade em 1772 até o presente*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 152.

Podem também encontrar-se dados bibliográficos sobre Venâncio Rodrigues em Rodrigues, Manuel Augusto (dir.) (1992), 263; Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), o226 e 227, e Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 179 e ss.

Raimundo Venâncio Rodrigues morreu solteiro em Coimbra, cidade onde morava há largas décadas, a 22 de novembro de 1879. Não obstante termos encontrado algumas vozes dissonantes, é geralmente aceite ter tido uma filha:

5-III-1) Delfina Ângela Quitéria Efigénia Rodrigues, nascida em Goa (?), a qual casou com o advogado *provisionário* Francisco Constâncio Xavier Boaventura de Mello, filho de Indalêncio Froilano de Mello. Foram os progenitores, designadamente, de:

a) **Indalêncio Froilano Pascoal de Mello**, mais conhecido por **Froilano de Mello**. Nascido em Benaulim no dia 17 de maio de 1887, morreu no Brasil, em S. Paulo, no dia 9 de janeiro de 1955. Foi um destacado médico e político do seu tempo¹⁹²⁵;

5-IV) Francisco Rodrigues, s.m.n.;

5-V) ... Rodrigues, a qual, de acordo com a documentação relativa à casa de Badém que reproduzimos em anexo, casou com Mariano Camilo Rodrigues (que seria cirurgião militar¹⁹²⁶, de quem não houve descendência. Este era, à data, já viúvo de Maria Augusta Lobo, de quem tivera geração, designadamente Luísa Generosa Rodrigues¹⁹²⁷, cujo marido, João António Pedro de Siqueira, veio a adquirir a *casa dos Portais de Britona*;

5-II) JOSÉ JÚLIO RODRIGUES, que continua. Nasceu em Sirulá, na casa dos Portais de Britona, no dia 2 de maio de 1812, sendo batizado oito dias volvidos. Apadrinharam-no dois membros das elites *descendentes*, Joaquim Mourão Garcez Palha e D. Juliana de Azevedo e Castro, então moradores em Pangim. De acordo com Vicente de Abreu, “*foi para Portugal na mesma ocasião de 1833 (quando o seu irmão partiu para Coimbra, na qualidade de bolseiro do Estado) mas á propria custa*”¹⁹²⁸. Matriculou-se em direito no dia 30 de outubro de 1834¹⁹²⁹ e, depois, “*advogou por muitos annos em Lisboa com bons creditos, e entrando a servir na magistratura chegou á altura de juiz da relação de Angola, e em 1861 transferido para Goa no lugar de procurador da coroa e fazenda de que foi exonerado antes de tomar posse, e falleceu ha poucos annos em Lisboa da doença que adquirira no nefasto clima de Loanda*”. Rodrigo Wolfgang Robusto complementa estes dados, se bem que localiza o óbito do biografado em África: “*nascido em 1812 d formado em Direito, foi um dos primeiros Juizes-desembargadores do Tribunal da Relação de Luanda, tendo sido também juiz da Comarca, em Cabo Verde – merecendo todos os seus actos judiciais especial referencia pela forma criteriosa como eram resolvidos. Veio a falecer em Luanda*”¹⁹³⁰.

Casou com D. Teresa Cristina de Sá Bettencourt, natural da ilha da Madeira, filha de João Aniceto de Sá Bettencourt e de D. Eulália Henriqueta da Câmara Tojal, de quem houve:

6-I) JOSÉ JÚLIO DE BETTENCOURT RODRIGUES, que segue;

6-II) António Maria de Bettencourt Rodrigues, nascido em Cabo Verde (mais precisamente em S. Nicolau, de acordo com Divaldo Freitas), no dia 6 de março de 1854, morreu no Monte Estoril em 1933. Conhecemos três biografias relativamente desenvolvidas sobre este personagem que se complementam entre si. Por um lado, a de Wolfgang Robusto (qual será, contudo, a mais breve das três): “*foi médico alienista, doutorado pela Faculdade de Medicina de Paris. Nasceu em 6 de Março de 1854, quando seu pai, o Juiz da Relação, Dr. José Júlio Rodrigues, se encontrava em serviço de magistratura em Cabo Verde, e faleceu em 4 de Outubro de 1933. Doutorado em 1886, fez em Paris um curso brilhante, ali*

¹⁹²⁵ Para maiores desenvolvimentos sobre a sua vida e obra, veja-se Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 258 e ss, e http://www.supergoa.com/pt/read/news_cronica.asp?c_news=834.

¹⁹²⁶ “*Era l.o cirurgião-mór do batalhão*” – consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 8, doc. IV.

¹⁹²⁷ Descrevemos brevemente a descendência do casal Mariano Camilo Rodrigues e Maria Augusta Lobo noutro título – veja-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Miranda, de Loutolim, ponto 3-III-3), b).

¹⁹²⁸ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 14.

¹⁹²⁹ Consulte-se o anexo V: estudantes goeses na Universidade de Coimbra (José Júlio Rodrigues).

¹⁹³⁰ Robusto, Rodrigo Wolfgang (1953), 57.

publicando a sua tese sobre “*L’etat des reflexes dans la paralysie generale des alienes*”, e tendo sido estudante externo do eminente professor da clinica das doenças do sistema nervoso, Dr. Charcot, médico do Hospital de Salpêtrière. Além de ter sido médico dos hospitais de Portugal, foi Professor de Neuropatologia e de Psiquiatria, tendo partido para o Brasil pela preterição injusta que lhe fizeram, não o nomeando Director do Hospital de Rilhafoles. Foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e Médicas da mesma cidade, e membro da Société Médico-Psychologique de Paris, etc.. Em 1889 era eleito Vice-Presidente do Congresso Internacional de Medicina Legal, de Nova-Iorque. Em 1914, a instancias do seu amigo Dr. Manuel de Arriaga, aceitou o lugar de Ministro Plenipotenciario em Paris, e em Julho de 1926 o General Carmona convidou-o a sobraçar a pasta dos Negocios Estrangeiros. Possuia varias condecorações estrangeiras, como as Palmas da Instrução Publica, Legião de Honra, S. Tiago, Cristo, etc.. Muitos dos seus escritos científicos foram publicados em revistas estrangeiras e citados por muitos escritores”¹⁹³¹. Por outro lado, devemos a Aleixo Costa, para além de notas biográficas relevantes para uma melhor compreensão do seu longo percurso político (desde as filiações republicanas da juventude até à colaboração com Sidónio Pais e, depois, com o golpe de 1926¹⁹³²), uma completa listagem da obra publicada¹⁹³³. Finalmente, tomámos conhecimento, por intermédio de António Manuel Pereira – de Benaulim, mas que morou longos anos do Brasil, onde trabalhou enquanto engenheiro – de um trabalho da autoria de Divaldo Freitas, intitulado *Um escritor médico português em São Paulo: Dr. Bettencourt Rodrigues*, publicado nas *Actas do III Congresso Brasileiro de Escritores Médicos*, realizado em S. Paulo nos dias 20 e 21 de fevereiro de 1970. Neste trabalho, o autor explorou exaustivamente vários aspetos da vida de Bettencourt Rodrigues, designadamente os passados no Brasil e o período estudantil em Coimbra. Por nos interessar especialmente, uma vez que retrata a existência de um jovem estudante de ascendência goesa naquela cidade, transcrevemos os capítulos em que o tema é tratado: “Desconheço pormenores de sua infância e início da mocidade. Em 1870, com 16 anos de idade, ei-lo em Coimbra, como aluno do Liceu, frequentando as cadeiras de “Geometria”, “Cronologia, Geografia e História” e “Princípios de Física”. E no ano letivo de 1871-72 inscreveu-se em “Matemática” e “Introdução” (sic). Terminados os estudos secundários, matriculou-se, então, como “aluno voluntário” em 1872-73 em algumas cadeiras do primeiro ano da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra (onde, relembramos, ensinava o seu tio Raimundo Venâncio) (...) e da Faculdade de Filosofia (“Química Inorgânica” e “Aula de Desenho”), necessárias ao ingresso na Faculdade de Medicina, residindo na rua dos Anjos n.º 30 (isto é, nas casas de morada do dito seu tio). “Perdeu o ano”, conforme indicação à margem do registro de matrícula na Faculdade de Filosofia. No Arquivo da Universidade de Coimbra não consta outra inscrição após 1872-73. Bettencourt Rodrigues não deu grande atenção ao estudo nos três anos que viveu em Coimbra, preferindo as belas-letas, convivendo na intimidade da geração académica a que pertenceram João de Oliveira Penha Fortuna (Direito), Abílio Guerra Junqueiro (Direito), António Cândido de Figueiredo (Direito), António de Macedo Papança (conde de Monsarás, Direito), António Zeferino Cândido da Piedade (Filosofia), Francisco Joaquim Teixeira de Queiroz (Medicina), Sebastião Magalhães Lima (Direito), Joaquim José Coelho de Carvalho (Direito), Augusto Manuel Alves da Veiga (Direito) e os brasileiros Antônio

¹⁹³¹ Robusto, Rodrigo Wolfango (1953), 63 e 64.

¹⁹³² “Em 1913 regressou a Portugal, mas, ainda assim, manteve-se afastado das lutas políticas de então, só aceitando, a instâncias do seu amigo Dr. Manuel de Arriaga, o lugar de ministro plenipotenciário em Paris, cargo, de que foi exonerado, após o “14 de Maio”. Amigo de Sidónio Pais, com ele teve várias conferências, preparatórias do movimento de 5 de Dezembro, e, quando este se tornou vitorioso, foi-lhe novamente entregue a legação de Paris, no período agudo da Grande Guerra, tendo tomado parte na entrada solene das tropas aliadas em Estrasburgo, após o armistício. Foi um dos primeiros plenipotenciários portugueses à Conferência da Paz. Com a morte de Sidónio Pais, regressou a Portugal e abandonou as lides políticas, mas a 9-VII-1926, o general Carmona convidou-o a sobraçar a pasta dos Negócios Estrangeiros. Na gerência daquela secretaria do Estado começou pela reorganização dos serviços do ministério, intervindo em vários problemas da vida externa portuguesa, tais como as negociações para a liquidação da dívida à Inglaterra; convénio com a Espanha, sobre o Fomo; acordos, comercial, com a Bélgica, e, com a Santa Sé, sobre o Padroado no Oriente. Como sempre mereceram-lhe muita atenção as relações com o Brasil, tendo realizado, em 1925, uma conferência, no Instituto de Coimbra, sobre a evolução mental e política brasileira. Essa estima pelo Brasil levava-o a publicar, em volume, em 1923, a sua opinião sobre a “Confederação luso-brasileira”, mostrando que dela adviriam óptimos resultados para os dois países, que ficariam, assim, senhores do Atlântico. Em Novembro de 1928 abandonou o ministério, retirando-se de toda a actividade política. Dedicou-se então a escrever os livros “Vinte e oito meses no Ministério dos Estrangeiros” e “Por estradas e atalhos”, que mais aumentaram a sua já vasta bibliografia científica e política”.

¹⁹³³ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 151e ss.

Cândido Gonçalves Crespo (Direito), Bernardino Luiz Machado Guimarães (Filosofia), Luiz de Andrade (Matemática), José Júlio da Silva Ramos (Direito) e Manoel Ferreira Garcia Redondo (aluno do Liceu), realizando “encontros literários”, muitas vezes, na Couraça de Lisboa, na casa das senhoras Seixas (solteironas sexagenárias), no quarto de João Penha ou de Gonçalves Crespo. Alguns deles também se reuniam, amiudamente, na rua das Cozinhas, residência do quartanista de Direito Antônio Gil, sede do chamado “Clube Republicano”. Vivendo nesse ambiente de intelectuais e com um certo pendor para as letras, Bettencourt Rodrigues embrenhou-se pelo jornalismo, dirigindo, com Garcia Redondo o periódico literário “O Peregrino”, que saía quinzenalmente, no qual os “novos” Macedo Papança, Silva Ramos e outros procuravam iniciar-se, e o “atrevido e efêmero” “Almanaque dos Estudantes”; e simultaneamente colaborou na “República Portuguesa”, jornal dirigido por Magalhães Lima. A poesia também o atraiu: por volta de 1873 compôs “Ao combate” (...). E num espetáculo realizado no Teatro do Príncipe Real, em 17/12/1873, foi distribuído um soneto de Bettencourt Rodrigues denominado “Verdades”. Já nessa época se adivinhava o político exaltado mas convicto que viria a ser, pois em 1871-72, de parceria com Alves de Moraes e Sérgio de Castro escreveu o panfleto de propaganda “A República Portuguesa”. Desconhece-se a época em que abandonou Coimbra. Seguiu para o Pôrto, onde fez parte da redacção do jornal “A Actividade”, com Silva Pinto. Em 15 de dezembro de 1879 inscreveu-se na Faculdade de Medicina de Paris (...).”

Ainda no que toca à passagem dos irmãos Bettencourt Rodrigues por Coimbra, não deixa de ser interessante atentar na seguinte passagem, reproduzida por Aleixo Costa, mas cuja autoria desconhecemos – sendo certo que pode ser da lavra deste último autor – e que explica a razão de, contrariamente ao que era costume entre os membros das elites *naturais* católicas, adotarem, para além do do progenitor, o apelido da família materna: “Nótula: José Júlio de Bettencourt Rodrigues e António Maria de Bettencourt Rodrigues, este distinto médico alienista e ministro dos Estrangeiros na República Portuguesa e aquele lente da antiga Escola Politécnica de Lisboa, eram filhos do nosso conterrâneo, José Júlio Rodrigues que chegou a ser Juiz da Relação de Angola, e sobrinhos de Raimundo Venâncio Rodrigues que foi lente catedrático da Universidade de Coimbra. Conta-se que os dois irmãos quando estudantes, em Coimbra, passaram a ser, um dia, conhecidos entre os seus colegas goeses, como “bittoncares”, talvez, por causa da naturalidade do pai que foi de Britona, uma pequena povoação na outra margem do Mandovi. Aborrecidos com o acinte do termo, que não entendiam, encontravam, pouco depois, o expediente que os livrou dos atacantes, intercalando entre o nome e o apelido, um outro “Bettencourt” por que desde aquela data são conhecidos. Se o novo apelido provinha da mãe, não podemos afirmar ao certo”¹⁹³⁴.

Casado e com geração;

6-III) D. Elisa Cristina de Bettencourt Rodrigues;

6-IV) Júnio Gualberto de Bettencourt Rodrigues, “formado em Matemática com altas classificações, chegou a ser General de Engenheiros”¹⁹³⁵. Nasceu em Lisboa no dia 12 de julho de 1849, tendo morrido na mesma cidade a 29 de agosto de 1910. De acordo com Gomes Catão, que foi beber à *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* e a *Peregrino* da Costa, “Assentou praça em 1867 no Batalhão de Caçadores n.º 5. Prestou depois serviço na Arma de Infantaria (1873-74). Em 1874, passou á Arma de Engenharia e serviu em algumas unidades e na sua Direcção Geral. De alferes em 1873, chegou a coronel em 1898 e reformou-se em general de brigada em 1906. Desde 1877 até 1880 desempenhou várias comissões em Portugal e em Angola. Era comendador da Ordem Militar de S. Bento de Aviz”¹⁹³⁶;

¹⁹³⁴ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 157.

¹⁹³⁵ Robusto, Rodrigo Wolfango (1953), 64.

¹⁹³⁶ Catão, Francisco Xavier Gomes (1966), 228.

6-I) JOSÉ JÚLIO DE BETTENCOURT RODRIGUES, que continua. Nascido na Madeira a 8 de maio de 1845, faleceu em Lisboa, depois de uma passagem pelo Brasil, no dia 29 de abril de 1893¹⁹³⁷. Devemos a Wolfango Robusto uma cuidada biografia deste personagem: *“formado em Matemática e Filosofia pela Universidade de Coimbra, em parte do curso de Engenharia, foi laureado lente catedrático da antiga Escola Politécnica, onde prestou altos e relevantes serviços, entre s quais o do anfiteatro de química, ou, em outras palavras, onde se criaram o Gabinete de Física e o Laboratório de Química, considerado por Boussingault e Hoffman um dos melhores do seu tempo e excepcional em 1890. Foi também lente do Antigo Instituto Industrial e Comercial, e Professor de Ciências físico-naturais nos liceus da capital. Tendo frequentado a Escola do Exercito, poucas cadeiras lhe faltavam para concluir o curso de engenharia. Estabeleceu na antiga Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos uma secção de fotografica e de heliogravura, incumbencia essa que lhe foi feita pelo General Filipe Folque, a esse tempo seu Director Geral. Representou Portugal em vários Congressos Internacionais de Ciencias e foi signatário em Paris do acordo internacional, assinado em doze de Agosto de 1875, tendente a estabelecer entre diferentes estados a permutação das suas produções literárias, científicas e artísticas. Publicou vários livros sobre pesos atômicos e suas relações físicas; curso elementar de ciências físicas e naturas; breve noticia sobre composição de águas minerais das Pedras Salgadas; sobre a vigame da expedição portuguesa á África Central e Meridional; processos fotográficos e métodos diversos de impressão de tintas de imprensa, etc., etc.. Possuiu as seguintes condecorações: Oficial de Instrução Pública de França; Ordem de S. Tiago; Cavaleiro da Legião de Honra (no tempo em que era rara a sua concessão); de Cristo; da Conceição de Vila Viçosa; Oficial de Leopoldo da Belgica; etc., tendo sido membro efectivo da Academia das Ciencias de Lisboa e de outras Academias estrangeiras, sócio-fundador da Sociedade de Geografia de Lisboa. Conferencista Ilustre, fez muitas e variadas conferencias tanto no estrangeiro como em Portugal, tais como no Teatro D. Maria II, na Sociedade de Geografia, na Academia das Ciencias e em muitos outros lugares, proprios para esse fim, como na Associação Comercial, Associação dos Lojistas, na Camara Municipal e em varios Teatros; no Funchal, em Ponta Delgada, em Angra, etc.. Foi Deputado ás Cortes pela India, por uma votação formidavel, e pela Madeira, que representou em varias legislaturas. Como Deputado ás Côrtes, distinguiu-se nas suas polémicas sobre o ensino; sobre o “BILL” de indemnidade a quando do ultimatum inglês. Como jornalista impulsivo, escreveu para vários jornais estrangeiros, e foi director do jornal “O Interesse Público”. Desgostoso com a política, que só lhe servia para baralhar as suas ideias progressivas, resolveu partir para o Brasil, onde foi recebido com as honras a que tinha jús, trabalhando naquele país durante um ano, convidando-o o Governo Brasileiro para montar no Rio de Janeiro uma Escola Politecnica congénere a de Lisboa, e ainda uma escola superior agricola, de que chegou a fazer os seus projectos e orçamentos. Resolvendo regressar a Portugal, onde tinha assuntos importantes a tratar, adoeceu ao segundo dia de viagem, vindo a falecer em Lisboa no dia 29 de Abril de 1893. Chegou ele ainda na sua vida a registar perto de uma duzia de patentes de invenção, de que não chegou a aproveitar-se, como foi a de açúcar de beterraba, pois, quando cheio de iniciativa prestimosa, estudara o açúcar, a cortiça, os óleos e fôra um percursor da industria química colonial portuguesa como demonstrou com as quinas de S. Tomé. Conseguiu montar uma pequena fabrica de tintas de impressão, mas a fatalidade fê-la desaparecer com um grande incendio que nela se manifestou, perdendo tudo quanto ali tinha empregado. Foi quem ainda inventou a fotolitografia por meio de estanho, de fototipografia com meias tintas, de estampagem zincografica. O seu nome ainda hoje condecora a Escola Industrial e Comercial “José Júlio Rodrigues” de Vila Real”*¹⁹³⁸.

Casado e com geração, que, apesar de estabelecida em Lisboa, se ligou a duas famílias *descendentes*: os Corrêa Mendes e os Lobato de Faria.

Caetano Gonçalves também dedica alguns parágrafos a esta família nas suas memórias. Não obstante a confusão de alguns dos elementos que reuniu trata-se de um complemento importante para a história dos Rodrigues de Badém: *“O Vice-Tei da Índia, D. Manuel de Portugal e Castro, dispondo em Portugal da influência da família dos marqueses de Valença a que pertencia (o 5.o marquês foi o chefe do governo da Belemzada em 36), propôs*

¹⁹³⁷ Embora Aleixo Costa dê como data da sua morte o dia 9 de abril de 1923 – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 169.

¹⁹³⁸ Robusto, Rodrigo Wolfango (1953), 62 e 63. Para dados complementares e, sobretudo, uma detalhada relação das suas publicações – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 169 e ss.

em plena guerra civil (1828-32), ao governo de Lisboa a concessão de bolsas de estudo a estudantes de Goa que viessem cursar medicina na Europa e ali regressassem a exercer a clínica e ensinar aos conterrâneos, mal preparados na rudimentar aula de cirurgia ali em função desde o século XVIII. A proposta, levada ao Conselho Ultramarino – criação de D. João IV – teve parecer favorável homologado pelo governo de D. Miguel em provisão de 2 de Maio de 1832. Entre os 4 estudantes escolhidos, que o Vice-Rei fez embarcar no ano seguinte, figurou Raimundo Venâncio Rodrigues, nascido em Sirulá de Bardez em 1813, que em 1844 era nomeado lente substituto da faculdade de Matemática, em Coimbra, aonde o acompanhou na mesma viagem seu irmão José Júlio, que se formou em Direito em 1839. Despachado delegado do Procurador régio para a ilha açoriana de Santa Maria, José Júlio transitou para o Funchal, onde foi, nas comoções políticas da época, presidente da junta governativa e casado com a sr.a D. Maria Tereza (sic) de Bettencourt, de quem teve, além dos 2 falecidos na infância, os filhos conhecidos pelos nomes de José Júlio, Júnio e António, nascidos os primeiros ainda na Madeira e o último em Cabo Verde onde o pai foi juiz entre os anos de 1851 e 1855, vindo a falecer, viúvo e desembargador, em Luanda, em 1863. O dr. António Bettencourt Rodrigues era assim o mais novo de todos e faleceu no Estoril em 1933 aos 79 anos de idade. Cursara a medicina em França, onde casou e representou Portugal em 1915 e 1918; regressando a Portugal, uma vez doutorado, cerca do ano de 1890, aqui tentou sem êxito a clínica e o ensino da psiquiatria, que todavia lhe asseguraram grande sucesso e largos proventos no Estado brasileiro de S. Paulo, donde definitivamente regressou após a proclamação da República portuguesa onde com ele activamente colaborei em Fevereiro e Março de 1914 na formação dum bloco conservador do regime (...). Assumiu em Julho de 1926, em Portugal, a pasta dos negócios estrangeiros, que conservou durante 2 anos, dando-nos da sua gerência um excelente relatório impresso em 1929; e da sua gloriosa estirpe, trazida à luz da História pátria pela oportuna intervenção do Vice-Rei Portugal e Castro, podemos dizer que foi mais uma solene consagração da política social do genial Afonso de Albuquerque, informando o Rei D. Manuel dos êxitos reservados à cultura do “espírito agudo” que ele encontrara nos mancebos cursando as primeiras letras em Goa no século XVI. (...) De José Júlio Rodrigues filho, cujo nome (herdado do pai, falecido em Luanda em Abril de 1863) foi posto ao neto, que também foi professor liceal muito ilustre em Portugal e no Brasil, e se ostenta hoje à testa duma Escola Industrial em Vila Real de Trás-os-Montes, escreveu o periódico A Luta em 1915 comemorando o 22.º aniversário da sua morte, ocorrida portanto em 1893, que nascera em Goa em 1843. Deve estar errada a informação, pois em 1843 ainda os seus pais residiam no Funchal, donde recolheriam a Lisboa em circunstâncias precárias, seguindo em 51 para Cabo Verde. Seu irmão Júnio Gualberto foi oficial de engenharia e em toda a família se revelou de facto aquele talento hereditário a que atrás me referi. É certo que representou em Côrtes a nossa Índia como deputado, que também foi pelo Funchal nas legislaturas de 1890 e 92; mas foi sobretudo como professor que se distinguiu, sucedendo a António Augusto de Aguiar na regência da cadeira de química da Escola Politécnica quando este professor morreu em Setembro de 1887. José Júlio pai (1812-63) foi um dos juizes que instalaram, em 1856, a Relação de Luanda criada por decreto régio de 1852”¹⁹³⁹.

VAZ, DE ANJUNA

Os chamados Vaz de Anjuna também se encontravam entre as principais famílias *naturais* das *Velhas Conquistas* – razão pela qual Avelino Soares e Gomes Catão não os esqueceram. Este último dedicou-lhes três breves títulos, todos com a mesma epígrafe¹⁹⁴⁰. Com base na análise e confronto dos dados que neles compilou é possível traçar a evolução desta estirpe, apesar de não passarem de esboços. Como o autor logo adverte, a

¹⁹³⁹ Gonçalves, Caetano (1949), 149 e ss.

¹⁹⁴⁰ Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, títulos “Vás, de Anjuna”*, Goa.

linhagem não era originária da localidade onde se virá a fixar nos finais do século XVII: “*Oriundos de Maina, do Socorro, estabeleceram-se em Maina* (sic, decerto, por lapso, em vez de Anjuna) *antes de 1705*”¹⁹⁴¹. Nesta família encontra-se, à semelhança do que acontece no grosso das suas congéneres, não só grande quantidade de eclesiásticos – com a particularidade de dois desses sacerdotes terem sido indiciados cúmplices na conspiração dos Pintos – como inúmeros advogados *provisionários* que, surgindo ao longo das gerações, constituem uma verdadeira linhagem de causídicos.

1) COSME VAZ, que casou com Margarida Ferrão, de Anjuna. Esta terá falecido a 12 de fevereiro de 1767. Tiveram:

2) INÁCIO VAZ, “*fal. a 7-4-1777 e sep. na capela-mor* (decerto da igreja de Anjuna)”, com testamento datado do dia anterior, sendo testamenteiro “*o seu primo Sebastião Ferrão*”. Casou com Clara Pais, que morreu em 6 de outubro de 1769 e foi enterrada na mesma capela. Foram filhos deste casamento:

3-I) Padre Baptista Vaz, falecido a 19 de Setembro de 1777;

3-II) COSME XAVIER VAZ, que segue;

3-III) Padre José António Vaz, que pouco depois de se ordenar (em 1786) viu-se envolvido na chamada *Conjuração dos Pintos* de 1787, sendo, de acordo com Gomes Catão, “*preso e fal. em Portugal*”¹⁹⁴². Devemos a Rivara uma descrição da detenção dos dois eclesiásticos pertencentes a esta família: “*Ao coronel Manoel Godinho de Mira se ordenou fizesse prender o padre José Vaz, natural de Anjuna, e o padre António Felipe Vaz, vigário de Moira. Recomendou-lhe o governador que commettesse a diligencia a officiaes europeos da sua legião, de que fizesse maior confidencia; e presos os levassem com toda a decencia e segurança ao forte dos Reis Magos; que os officiaes que fizessem esta diligencia deveriam dar uma exacta busca nos papeis dos padres, e emmassa-los, para que cerrados e lacrados fossem remetidos a elle governador; que examinassem tambem se em caza de algum dos ditos padres se achava dinheiro consideravel, e achando-o, mandariam chamar o cabo e escrivão da aldea, ou um na falta do outro, para que sendo contado o dito dinheiro perante testemunhas, e entregue por termo ou clareza a algum homem da terra, que fixasse nas mesmas cazas com o dinheiro e sentinellas, dêsse parte de tudo; que no caso porém de se não achar dinheiro consideravel; se qualquer dos ditos padres morasse em companhia de alguma pessoa parente ou amigo, a esse ficaria entregue a caza; mas se morasse só, fechariam os ditos officiaes as portas, mandando ao cabo da aldea que fizesse guardar a caza sob sua responsabilidade, e guardasse as chaves elle coronel; que se algum dos ditos padres não fosse preso, ou por não ter sido achado em caza, ou em qualquer outra parte, onde mais provavelmente poderia estar, os fizesse buscar com a maior presteza e actividade; e sempre em caza delles se procederia ás mesmas diligencias acima mencionadas.*”¹⁹⁴³;

3-IV) Mónica Vaz, que nasceu no dia 26 de julho de 1761 e foi batizada (presumivelmente em Anjuna) a 6 do mês seguinte. Casou “*com dote e datas de 1550 xs*”, na igreja de Socorro, a 25 de abril de 1774 com Crisóstomo Pais, filho de Luís Pais;

3-V) Padre Filipe António (ou António Filipe) Vaz, vigário de Moirá¹⁹⁴⁴. Também foi tido por conspirador na *Conjuração* e consequentemente preso. Foi porém posto em liberdade logo a 17 de fevereiro de 1787;

¹⁹⁴¹ Teresa Albuquerque, ao biografar Mariano Vaz (veja-se ponto 6-VI), nascido em 1870, escreve: “*his fore-fathers had been ganvkars of Serula (Salvador do Mundo) but had settled in Anjuna two centuries ago*” – Albuquerque, Teresa (1988), 37.

¹⁹⁴² Veja-se a lista dos eclesiásticos tidos por culpados na mesma e remetidos para Portugal em Rivara, J. H. da Cunha (1875), 38

¹⁹⁴³ Rivara, J. H. da Cunha (1875), 7.

¹⁹⁴⁴ Leopoldo da Rocha inclui no catálogo dos vigários de S. Tomé de Velha Goa um eclesiástico igualmente chamado António Filipe Vaz, que encabeçou aquela paróquia entre 1773 e dezembro de 1794. Fica assim levantada a hipótese de se tratar da mesma pessoa que o nosso biografado – Rocha, Leopoldo da (1973), 451.

3-II) COSME XAVIER VAZ, que continua. Nasceu a 16 de abril de 1753 e morreu, cremos que em Anjuna, no dia 4 de setembro de 1823. Casou duas vezes. O primeiro enlace foi celebrado com Florência (ou Florença) Ferrão, filha de Sebastião Ferrão e Rita de Noronha, de Anjuna. O valor do dote e das datas recebidas pela noiva foi de 2500 xerafins.

Tiveram:

4-I) CAETANO MARIANO VAZ, que segue;

4-II) Padre António Francisco Vaz, ordenado em 1798. “*Foi vig.o encomendado*”, mas não se sabe de que paróquia;

4-III) Padre Inácio Vicente (“*vulgo Vicente*”) **Vaz**, que tomou ordens em 1806;

Após enviuar, Cosme Xavier Vaz passou a segundas núpcias com Severina Freitas, nascida cerca de 1797 e falecida a 14 de fevereiro de 1869. Não conhecemos filhos deste casamento.

4-I) CAETANO MARIANO VAZ (“*vulgo Mariano*”), que continua. Nasceu no dia 8 de julho de 1776 e faleceu a 2 de maio de 1845. Foi advogado *provisionário* em Anjuna. À semelhança do progenitor também casou duas vezes. A sua primeira mulher foi Doroteia Margarida Dalgado, de Assagão, filha de Benjamim Lourenço Dalgado e de Florinda Lisboa. Era portanto irmã de Natália Guilhermina Dalgado, casada com Joaquim Luís de Sá¹⁹⁴⁵. Esta morreu a 4 de janeiro de 1838. Muito pouco tempo depois, a 3 de julho do mesmo ano, Caetano Mariano Vaz casou com Ana Peregrina Júlia Gomes. Esta fora batizada em Oxel a 10 de agosto de 1816 (com o nome Juliana Peregrina) e era filha de Sebastião Francisco Gomes, de Oxel, e de Ana Maria Correia Lobo. Neta paterna de Manuel Gomes e Lizarda Liberata da Costa, e materna de António Caetano Correia Lobo e Ana Severina de Sousa, de Reis Magos.

Foi filho deste segundo casamento:

5) ESMERALDO VICENTE XAVIER VAZ, nascido em Anjuna no dia 8 de agosto de 1839, batizado a 16 do referido mês e ano e falecido em 2 de setembro de 1897. Advogado *provisionário*, foi sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa. Casou no dia 22 de janeiro de 1856 com Ana Caetana Maria Teresa Gomes, filha de José António Paulo Gomes e de Andresa Senhorinha Felícia Coutinho¹⁹⁴⁶.

Tiveram:

6-I) Edmundo António, “*fal. 11-11-1858 de 9 meses*”;

6-II) Etelvina, “*fal. a 25-8-1863 de 2 meses*”;

6-III) Estêvão, morreu recém-nascido no dia 30 de novembro de 1864;

6-IV) Padre Caetano António Francisco Xavier Miguel José Vaz, o qual é mais conhecido por Francisco Xavier. Nasceu em Aldoná a 3 de dezembro de 1859 e foi aí batizado oito dias depois. Apadrinharam-no Francisco Xavier da Conceição Castelino e Severina de Freitas, viúva de Xavier Vaz, de Anjuna. Morreu em Velha Goa no dia 28 de maio de 1929. Estudou teologia em Rachol e ordenou-se em 1885, após o que desempenhará funções de coadjutor das igrejas de Anjuna e Calangute. Retornará de seguida a Rachol, onde lecionará. Daí transitará para o seminário de Santo António dos Portugueses de Damão, onde também se dedicará ao ensino. Regressado a Goa, é nomeado sucessivamente vigário de Agaçaim, Santa Cruz, Candolim e, finalmente, Pangim. Elevado a cônego da arquidiocese em 1908, foi promovido a mestre-escola em 1922 e a chantre em 1926. Deixou inúmera obra publicada, parte da qual sobre temas históricos. Dela destaca-se a colaboração em “O Oriente Portuguez” bem como o *Monumenta*

¹⁹⁴⁵ Veja-se o título Monteiro, de Candolim, ponto 6-II-1),a).

¹⁹⁴⁶ Consulte-se neste anexo o título Gomes, de Siolim, ponto 4-II-1).

Goana Ecclesiastica. Dos Arquivos da Cúria Patriarcal, que escreveu em conjunto com o Padre Plácido da Costa Campos¹⁹⁴⁷;

6-V) Magna Júlia Florência da Piedade Caridade Vaz, nascida em 10 de março 1867 e batizada a 22 do mesmo mês e ano. Casou com Hipólito Caetano Francisco Pinto, de Socorro;

6-VI) MIGUEL JOSÉ MARIANO CAETANO XAVIER DA PURIFICAÇÃO VAZ, que segue;

6-VII) José Francisco da Piedade das Dores Vaz, que nasceu em Anjuna no dia 25 de fevereiro de 1872. Faleceu solteiro. Segundo Aleixo Costa, foi superintendente do comissariado inglês em Ajmer, tendo sido “*o primeiro goês a ser condecorado com a comenda “I.S.O.” (Ordem do Serviço Imperial)*”. Dedicou-se em paralelo à poesia. Referindo embora a existência de mais trabalhos da sua autoria (que contudo não especifica), Aleixo Costa destaca de entre a produção de Vaz *A pedra de maldição. Poemeto*. Trata-se de uma versão romantizada da tradição localmente associada a um velho marco de pedra existente em Anjuna¹⁹⁴⁸. Foi impresso em Bombaim no ano de 1893;

6-VIII) Francisco, “*fal. a 18-10-1877 de 1 dia*”;

6-IX) Silvestre Vicente Francisco Inácio de Santa Maria das Dores Vaz, igualmente falecido solteiro em Anjuna. Nasceu no dia 21 de dezembro de 1874;

6-VI) MIGUEL JOSÉ MARIANO CAETANO XAVIER DA PURIFICAÇÃO VAZ, que continua. Nasceu em Anjuna no ano de 1870 e morreu em 1950. Advogado *provisionário*, destacou-se na comunidade jurídica goesa da sua época. Casou (após obter dispensa de 3º e 4º graus de consanguinidade) a 23 de março de 1892 com Maria Aurora Josefa Letícia Luísa Correia Lobo. Era esta filha de António Caetano Correia Lobo, dos Reis Magos, e de Ana Rosária Gracia Cecília de Sá, de Calangute; neta materna de Lucas António Constantino Brás de Sá e de Ana Rosália Gomes¹⁹⁴⁹.

Tiveram:

7-I) ESMERALDO VICENTE XAVIER ANTÓNIO CARLOS RODOLFO MIGUEL SEBASTIÃO DAS DORES VAZ, que segue;

7-II) João Vaz, s.m.n.;

7-III) Maria Adelaide Precília Peregrina Martinha das Dores Vaz, que nasceu em 30 de janeiro de 1899;

7-IV) Miguel Francisco Xavier Martinho das Dores Vaz, gémeo com a anterior.

7-I) ESMERALDO VICENTE XAVIER ANTÓNIO CARLOS RODOLFO MIGUEL SEBASTIÃO DAS DORES VAZ, que continua. Nasceu no dia 4 de fevereiro de 1894.

¹⁹⁴⁷ Veja-se, para mais dados biográficos, Catão, Francisco Xavier Gomes, “Seminário de Rachol. Professores”, in *A Voz de S. Francisco Xavier. Boletim da Arquidiocese Primacial de Goa e Damão e Patriarcal das Índias Orientais*, ano V, nº 15, 18 de Dezembro de 1935, 162 e 163; Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 323 a 325; e Albuquerque, Teresa (1988), 31

¹⁹⁴⁸ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 325 e 326. Aqui se podem encontrar referências desenvolvidas ao assunto explorado em *A pedra de maldição*. Existem várias referências a este padrão setecentista, de entre as quais destacamos a mais recente que conhecemos: Albuquerque, Teresa (1988), 12 e 13.

¹⁹⁴⁹ Veja-se o título Brás de Sá, de Calangute, ponto 11-I-4).

XAVIER, DE LOUTOLIM

O estudo desta família é, a um tempo, beneficiado e prejudicado por um trabalho publicado nos finais do século XIX, em Goa, intitulado *A Família “Xavier” oriunda de Loutolim Concelho de Salsete*, o qual é comumente atribuído a Francisco João Xavier: isto porque se, por um lado, o autor desse detalhado texto logrou reunir uma muito apreciável cópia de elementos – que visavam não só a glorificação da parentela, mas também a preservação de uma memória que, apesar de muitas vezes estar reduzida a escrito, corria o risco de se perder em virtude das condições climáticas e das constantes devastações feitas pela *cariá*¹⁹⁵⁰ – por outro operou uma seleção muito minuciosa da informação que aí incluiu. Ora, tal influiu muito consideravelmente todos os que, até hoje, se debruçaram sobre esta obra, para o que também contribuiu o esquema invulgar de ordenação de matérias seguido pelo autor. Tanto levou-nos a uma quase redescoberta de muitos dos principais membros desta importante estirpe salsetana, sendo certo que acreditamos que a mesma, livrada de boa parte dos repintes e retoques dados por Francisco João Xavier, surge nas páginas do presente estudo (designadamente no apartado dedicado a Moçambique, onde nos vimos forçados a mergulhar para compreender os Xavier) com cores muito diversas das que vinham sendo reproduzidas e que, segundo acreditamos, estão muito mais próximas da realidade

1) NARSU QUENIM, do qual muito pouco se sabe: “*D’um documento extrahido dos livros antigos da aldeia de Loutolim pelo respectivo escrivão Peregrino Collaço consta que Narsu Quenim, o primeiro baptizado, foi o tronco da familia Xavier, o qual possuia o bairro de Palonda, com todos os retalhos, e n’elle morava, como se deprehe de das escripturas das compras que d’elles se fez*”¹⁹⁵¹. Há, portanto, também neste caso, um esforço quer no sentido de se detetar o ascendente hindu da família, quer no de se defender – o mais convincentemente possível (razão pela qual se chamam à colação documentos recolhidos de “*livros antigos*” e escrituras várias que, contudo, nunca são devidamente identificados, fazendo-nos questionar sobre a sua efetiva existência¹⁹⁵²) – a importância do mesmo no contexto pré-português. Assim, tal como grande parte das demais famílias pertencentes à elite *natural* das *Velhas Conquistas* que estudámos, também os Xavier pretendem demonstrar que, tendo indubitavelmente sobressaído entre os seus congêneres desde tempos muito recuados da presença portuguesa em Goa, essa preponderância já lhes advinha de um período anterior. *Principalidade* antiga, o seu ascendente, homem alegadamente dotado de fartos bens (o que também serviria de resposta àqueles que descreviam a família como antiga, mas economicamente remediada), teria sido, na paradigmática aldeia de Loutolim (de onde são originárias tantas estirpes *naturais* que marcarão Goa), o primeiro a abraçar a “*nova fé*” – e consequentemente, o primeiro a adotar um novo modelo civilizacional ao qual as elites locais procurariam rapidamente adaptar-se. No entanto, e mesmo que Narsu Quenim tenha sido tão rico e tão precocemente batizado

¹⁹⁵⁰ Começando com uma citação de Aristóteles (“*A fama e a perpetuidade do nome é a mais duravel vida d’este mundo*”), consta do prologo que abre o livrinho em questão: “*Contém este folheto uma breve resenha dos serviços de 25 membros da familia Xavier, oriunda de Loutolim, concelho de Salsete, prestados á nação portugueza, assim no Estado da India, como no reino e nas provincias de Moçambique e Angola, por espaço de quasi seculo e meio, sem interrupção, merecendo ao governo honrosas distincções; sendo 9 d’elles nomeados para diversos empregos na secretaria do governo geral e para commissões extraordinarias de serviço publico da confiança do governo provincial do referido Estado, dos quaes 2 chegaram a occupar interinamente o importante cargo de secretario geral do mesmo governo, sem o terem solicitado, e 4 o logar immediato de official-maior; 13 saíram fóra da patria, exercendo varios empregos no reino e nas provincias de Moçambique e Angola, sendo um d’elles elevado á categoria de secretario do governo geral da provincia de Moçambique, e outro a official-maior da secretaria do governo da mesma provincia. No fim da obra apresentamos alguns apontamentos para a genealogia da mesma familia, que com bastante trabalho pudemos apurar. A resenha dos serviços está ordenada á face dos livros existentes no archivo da secretaria do mencionado governo provincial e das peças officiaes publicadas nos Boletins dos governos da India, Moçambique e Angola, d’onde são dimanados os documentos a que nos referimos, e que vão devidamente citados, para que o trabalho mereça credito e se possa verificar em todo o tempo a sua authenticidade. A irremediavel perda d’uma parte dos antigos documentos e o receio de em breve ficarmos sem a restante parte pela acção destruidora do clima, nos suggeriu a ideia da publicação d’este folheto, a fim de evitar que se apague de todo a memoria dos que prestaram tão relevantes serviços á nação e transmittir o seu exemplo á actual e posteras gerações, dizendo-lhes com Macedo: Busque a fama por trabalho e lida, Morre inglorio quem passa em ocio a vida*” – Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), s/n.

¹⁹⁵¹ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 45.

¹⁹⁵² Recordemos, por exemplo, que também Catão da Costa, na sua *Genealogia da familia Costa de Margão*, seguiu um esquema idêntico. E tendo conseguido, apesar de tudo, identificar um pouco melhor a base documental da qual partia para descrever os primeiros tempos da estirpe do que fazem os estudiosos dos Xavier, tal foi alvo de muitas críticas por parte de vários detratores, os quais facilmente lograram desmontar (ou, pelo menos, colocar seriamente em causa) a proposta que apresentou.

como os seus biógrafos alegavam, certo é que os Xavier não conseguem estabelecer entre ele e o seu ascendente mais remoto um parentesco efetivo. Assim, estes nebulosos primeiros tempos são apenas campo de conjecturas bastante vagas: *“Não se sabe o nome d’esse novo christão, nem é possível formar uma série completa dos seus descendentes á excepção de Francisco Torrado, mas é certo que a contar d’aquelle tronco foram cinco as gerações baptizadas, pertencendo os netos do dito Francisco Torrado, abaixo mencionados, à 6.a geração e que todos foram filhos legítimos e naturaes de Loutolim”* (embora o autor não demonstre como chegou a qualquer uma destas conclusões, limitando-se a enunciá-las).

Desta forma, e após um longo interregno de, pelos menos, quatro gerações, Francisco João Xavier fixa a sua atenção no seu primeiro ascendente efetivamente conhecido, ou seja, em:

2) FRANCISCO TORRADO, o qual terá casado *“com uma irmã de Manoel Dias, pae de Antonio Dias da referida aldeia de Loutolim”*, de quem teve:

3-I) JOÃO TORRADO, que segue;

3-II) Brígida, casada, em Loutolim, com Luís Pereira, de quem teve:

3-II-1) António Pereira;

3-II-2) Padre João Pereira, vigário da igreja de Seraulim;

3-III) Emerenciana, a qual, apesar de ter casado três vezes, não terá tido descendência (*“casou duas vezes com dois Antonios Barretos e da terceira com Caetano Fernandes e não deixou sucessão”*);

3-IV) Salvador Torrado, que *“morreu de uma queda”*;

3-V) José Torrado, que veio a casar com D. Regina Pereira¹⁹⁵³, de quem não teve geração. A sua mulher era irmã do Padre Miguel Pereira Xavier, vigário de Loutolim;

3-I) JOÃO TORRADO, que continua. Nascido em Loutolim, aí casou, no dia 8 de maio de 1718, com a sua conterrânea D. Úrsula Álvares. Tiveram vários seguintes filhos, *“dos quaes falleceram na invasão do maratha em 1739 um filho, a filha, a dita D. Ursula Alvares, e o sobredito Francisco Torrado na fortaleza de Rachol”*.

Conhece-se a seguinte descendência do casal, correspondente aos filhos do mesmo que *“tomaram o apelido Xavier da sobredita sua avó materna D. Maria Xavier Themudo, por assim o haver determinado seu avô materno Antonio Alvares de Miranda”* – sendo que o biógrafo familiar não nos fornece qualquer explicação que justifique esta decisão:

4-I) SEBASTIÃO XAVIER, que segue;

4-II) António Francisco Xavier, o qual terá sido o primeiro da estirpe a passar a Moçambique, dando origem à criação de uma longa teia de relações, urdida pelos Xavier das gerações seguintes, entre esta família, aquele território e Goa. Aí casou com D. Maria Veloso Calado, que o biógrafo familiar afirma ser *“europeia”*, da qual não houve geração. Tratar-se-á – perguntamos nós, se bem que sem apoio documental que nos permita confirmar ou afastar esta hipótese – de uma das *donas da Zambézia*, algumas das quais possuíam ainda algum sangue europeu nesta época? Ou a viúva de um qualquer militar que tivesse sido remetido para Moçambique? Estas são questões às quais ainda não podemos dar uma resposta definitiva.

¹⁹⁵³ Note-se que usamos o tratamento *dona* nos mesmos casos em que o faz o autor, para além daqueles em que surge em documentos oficiais ou em periódicos.

Nasceu no dia 20 de março de 1720 (em Loutolim, certamente, como o grosso dos seus parentes) e morreu em Moçambique a 30 de julho de 1762¹⁹⁵⁴;

4-III) Agostinho Xavier, nascido a 31 de junho de 1728, acompanhou o seu irmão António Francisco rumo a Moçambique, para onde partiu em janeiro de 1750. No que toca à sua passagem por aquelas terras, tecemos considerações semelhantes às feitas em 4-I): não obstante os elogios em torno da mesma (“*exerceu o logar de escrivão da feitoria de Senna e varios outros empregos e honra*”¹⁹⁵⁵), importa confrontar esta abordagem com visões contemporâneas não tão enaltecedoras. Morreu solteiro;

4-I) SEBASTIÃO XAVIER, que continua. Nasceu em Loutolim a 24 de abril de 1724, tendo, aos vinte anos, entrado como oficial da secretaria-geral do governo do Estado da Índia. Este ingresso no aparelho administrativo local foi o prelúdio não só de uma carreira de considerável sucesso, mas também de uma longa linhagem de membros da família Xavier afetos aos órgãos e agentes da administração em Goa. Sebastião Xavier, no seio da secretaria geral, passou de supranumerário (o seu cargo de ingresso, no qual foi provido por despacho de 26 de novembro de 1744) a oficial efetivo em 1766 e, finalmente, a oficial maior em 1774. A par destas funções, desempenhou diversas missões paralelas, das quais o seu biógrafo destacou o acompanhamento do vice-rei marquês de Alorna quer na visita às fortificações de Bardez e Salsete (numa época em que as contínuas incursões maratas preocupavam seriamente os líderes do Estado da Índia), quer em diversas das campanhas militares que foram levadas a cabo nesse período¹⁹⁵⁶. Isto sem esquecer atividades de natureza político-diplomática – como ser enviado, em 1756, para tratar das negociações de uma eventual restauração da Província do Norte, ou uma (francamente mais vaga) nomeação do conde da Ega para “*executar varias diligencias de segredo e ponderação em beneficio do real serviço na côrte de Punem e algumas outras partes com os principes e regulos*” – ou com importante significado local (foi Sebastião Xavier quem lavrou o auto de abertura do túmulo de S. Francisco Xavier em 1782).

Sebastião Xavier morreu a 1 de dezembro de 1787. Tinha casado, quase quarenta anos antes, em Loutolim, no dia 13 de maio de 1748, com a sua conterrânea D. Justina de Quadros, filha de Manuel António de Quadros e de D. Joana Benedita de Noronha¹⁹⁵⁷.

Tiveram:

5-I) José Pedro, que poucos dias viveu, pois nasceu a 14 e morreu a 24 de novembro de 1750. Em 22 desse mês, foi batizado, tendo tido como padrinhos – o que traduz a consideração que a família já gozava na Goa desse tempo – o marquês de Alorna, e a mulher do seu sucessor, a marquesa de Távora;

5-II) Padre Fr. Joaquim de Jesus Maria e José, dominicano, que no século se chamou Joaquim Xavier. Nasceu no dia 2 de agosto de 1753, e entrou no noviciado – já depois de concluídos os estudos básicos de “*primeiras letras e de latinidade*” – em 1770. No ano imediato, fez a sua profissão solene naquela ordem, passando, em seguida, a tratar do processo de ordenação (subdiácono em 1774, diácono e presbítero em

¹⁹⁵⁴ “De tenra idade saiu da casa, e embarcou-se para Damão, onde serviu muitos annos aos jesuitas. Passando depois para a provincia de Moçambique em 1754 ali exerceu os seguintes empregos: Escrivão da feitoria da villa de Senna, escrivão-maior da alfandega de Moçambique e official-maior da secretaria geral do governo da mesma provincia. N’um documento, que temos presente, lê-se a seu respeito o seguinte: “= Os jesuitas e os governadores d’aquella conquista sempre disseram maravilhas do seu procedimento, como tambem da sua capacidade e letras. =”. O modo como desempenhou aquelles empregos está expresso no seguinte atestado passado pelo governador e capitão general de Moçambique, Sofalla e Rios de Senna, Francisco de Mello e Castro, na data de 14 de agosto de 1752: “= Quando cheguei a Moçambique achei a Antonio Francisco Xavier exercendo o logar de official-maior da secretaria; e n’esse emprego, como no de escrivão-maior da alfandega, que servia cumulativamente, tem cumprido distinctamente as suas obrigações com pontualidade, zêlo e prontidão.” – Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 36.

¹⁹⁵⁵ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 36 e 46.

¹⁹⁵⁶ Especifica Francisco J. Xavier: “nas campanhas de Alorna e Bicholim por terra, Tiracol, Rarim e ultimamente na de Neutim por mar contra o Bounsulô”; em 1765, é “encarregado da expedição das ordens da campanha de Pondá contra o inimigo maratha” – Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 1 e 2.

¹⁹⁵⁷ Veja-se o título Quadros, de Loutolim, ponto 2-II).

1776). Algum tempo passado, é enviado para Moçambique, com o fim de paroquiar a igreja de Cazembo, onde morreu¹⁹⁵⁸;

5-III) MARTINHO XAVIER, que segue;

5-IV) Inácio Caetano Xavier, sobre o qual apenas se sabe que nasceu a 19 de maio de 1761 e morreu solteiro;

5-V) Bernardino Xavier de Quadros, o qual foi um homem com uma vida agitada, se comparada com a dos seus demais parentes que permaneceram em Goa. Nascido em Loutolim no dia 23 de maio de 1763, começou por equacionar o ingresso na vida religiosa – opção que já tinha sido feita por um dos seus irmãos mais velhos, e que era recorrente entre as famílias *naturais* de então. Opta, assim, por se juntar aos oratorianos, os quais, porém, abandona logo em janeiro de 1785, tendo já tomado ordens menores. Decide, então, partir para Portugal: em março desse mesmo ano, rumo a Lisboa, com (segundo especifica o biógrafo familiar, na obra por nós já bastas vezes citada) “*instruções do seu pae para se aplicar aos estudos em Coimbra*”. Nesta cidade, acabará por não ingressar na Universidade, tendo, contudo, sabido desde cedo arranjar protetores poderosos, conforme se demonstra numa carta que enviou para o progenitor em 8 de março de 1786, e que Francisco João Xavier reproduziu: “*Estou na companhia do sr. Bispo Conde de Coimbra por uma especial recommendação do Sereníssimo Príncipe Nosso Senhor, que consegui apezar de muito custo, mas fica firme o meu estabelecimento, porque este prelado é muito rico, generoso e tem muitos benefícios pingues que dar no seu bispado e eu espero entrar brevemente em algum. Na primeira embarcação queira remetter-me a minha carta de ordens, juntamente com todos os seus serviços autenticados*”. Parece, assim, que o jovem Xavier de Quadros ainda tinha na mira a vida clerical. Quanto aos anos que se seguiram, nada sabemos, embora seja crível pensar que Xavier de Quadros se dedicou ao professorado, ensinando caligrafia – arte em que se destacou, na época. Maria de Jesus dos Mártires Lopes refere que, em 1800, o mesmo remeteu para a corte, no Rio de Janeiro, um requerimento solicitando autorização e patrocínio para o estabelecimento de uma aula de caligrafia em Lisboa. O documento em questão, que a autora reproduz, demonstra bem as capacidades do requerente¹⁹⁵⁹. Em paralelo, terá também executado trabalhos enquanto calígrafo, embora se conheçam poucos. De acordo com uma notícia publicada na “*Nação*” de 14 de maio de 1857, citada por Aleixo Costa¹⁹⁶⁰: “*Era natural da cidade de Goa (o que, como vimos, não parece estar correto, tendo o articulista confundido, como por vezes sucedia, a cidade de Goa com o território de Goa) e filho de Sebastião Xavier de Quadros (nova incorreção), oficial maior da secretaria do governo daquele Estado, donde fôra, muitas vezes, enviado às cortes dos régulos circunvizinhos. Foi um dos melhores calígrafos do seu tempo, e se em tudo o não podemos equiparar ao famoso Domingos dos Santos de Moraes Sarmiento; porventura nalguns pontos o excedera, como foi na escrita microscópica, e na variação de caracteres, em que costuma escrever. Possuimos dois primorosos espécimens deste grande artista. No tempo em que o Senhor D. Joao VI fôra príncipe regente, veio para Portugal rodeado de família, e mui falto de meios de subsistência, solicitou ser empregado nalguma das secretarias do Estado, ou servir de mestre de escrita dos sereníssimos infantes, e parece que chegara a conseguir algumas promessas, porém não sabemos se lhas cumpriram, nem tão pouco o que ao depois foi feito dele*”. O texto pode provocar algumas perplexidades: na verdade, D. João VI assume a regência em 1792, altura em que Xavier de Quadros já se encontrava em Portugal, para onde embarcara (de acordo com os dados de que presentemente dispomos) sozinho. O “*veio para Portugal*” levanta dúvidas: trata-se do regresso da família real, ou de uma eventual retorno de Xavier de Quadros do Brasil? Por fim, cremos que o requerimento a que faz menção não parece ser o mesmo relembrado por Inocêncio (uma vez que este o

¹⁹⁵⁸ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 36 e 46. Este autor dá-o como sendo “*o primeiro sacerdote da família*”, uma vez que tem em conta apenas os que usaram o apelido Xavier e descendiam do ramo varonil.

¹⁹⁵⁹ Lopes, Maria de Jesus dos Mártires (2006a), 141 e ilustração 9.

¹⁹⁶⁰ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 98 e 99. O autor acrescenta que a peça reproduzida fora, originariamente, publicada em “*O Liberal*”.

faz remontar a 1820, ano em que os Bragança ainda se encontravam na América¹⁹⁶¹) – sendo, assim, diferente do que Maria de Jesus dos Mártires Lopes localizou no Rio –: “*Habil calligrapho, segundo vejo por um requerimento que conservo, feito do seu punho em dezembro de 1820 e dirigido á junta provisoria do governo supremo, pedindo emprego condigno. Tem junta uma sentença de justificação, pela qual mostra que elle e seus antepassados haviam prestado serviço nos Estados da India e em Moçambique*”.

A sua crónica falta de recursos parece poder ser demonstrada com base nos subsídios provenientes de subscrições públicas que Bernardino Xavier de Quadros recebe, como emigrado do Brasil (pelo que se calcula que lá esteve, durante algum tempo), pelo menos duas vezes: 12\$000 reis em 1825 e 32\$000 reis em 1827. Nesta última remessa, dá-se o biografado como vindo da Bahia, onde, portanto, deve ter-se fixado durante a sua passagem pela América do Sul¹⁹⁶².

Não se sabe como sobrevive, em Portugal, nos anos instáveis da guerra civil. Terá, no entanto, procurado acompanhar o evoluir da vida política nacional, desde logo através do jornal “O annuncio constitucional” (impresso em Lisboa, por volta de 1833/1834), do qual, segundo Ernesto do Casto, assume, ainda que recorrendo ao anonimato, a redação. Publicou, também, duas pequenas obras: o *Microscopio patriotico: offerecido aos M.N. e M.L. Portuguezes e Hespanhoes* (Impressão Régia, Lisboa, 1810), e o, menos conhecido, *Festim de Albião no jardim de Lisia, oferecido ao triunfante Exercito Combinado* (Impressão Régia, Lisboa, 1811).

Apesar de tudo, também não será como calígrafo ou docente que preencherá as suas derradeiras décadas, mas sim no lugar de comandante de artilharia da guarda nacional de Lisboa. Não sabendo quais as razões em concreto – Francisco João Xavier explica que tal aconteceu “*por motivos politicos e por defender a bandeira da liberdade*” –, terá sofrido “*alguns dissabores*”, que o levaram a emigrar. Passou, então, por Espanha, Itália, Alemanha e, finalmente, França, onde se fixou, em Rennes, em casa do seu sobrinho Francisco João da Costa Xavier, aí morrendo a 23 de fevereiro de 1841.

A precariedade em que parece ter vivido durante o grosso da vida não lhe diminui, à semelhança de muitos conterrâneos, os brios que sentia nos seus maiores: apresenta justificação de nobreza, a fim de lhe ser permitido o uso de brasão de armas. E, com efeito, é nomeado fidalgo de cota de armas por carta de 28 de Dezembro de 1820. O processo e a carta estão, no entanto, eivados de incorreções e exageros, dando ideia que Xavier de Quadros conhecia a família pior do que, por exemplo, os Pinto, ou os Monteiro¹⁹⁶³. No entanto, e apesar de tantas imprecisões, há uma aspeto que importa relevar do seu processo de justificação de nobreza: a insistência nos serviços, sobretudo de índole burocrática ou diplomática, prestados pela parentela, o que torna o documento em causa num exemplo esclarecedor de como as elites *naturais* católicas goesas se sentiam com direito ao reconhecimento do seu *estado* não só

¹⁹⁶¹ D. João VI só chega a Lisboa em julho de 1821, tendo deixado o Brasil em abril desse ano.

¹⁹⁶² Veja-se, respectivamente, a “Gazeta de Lisboa”, nº 205, de 1 de setembro de 1825, 853 (e o opúsculo *Subscrição e soccorros aos emigrados do Brasil por ordem de Sua Magestade Imperial e Real o Senhor D. João VI de gloriosa memoria e auxilios a estabelecimentos publicos de caridade em execução dos decretos de Sua Alteza a Serenissima Senhora Infanta Regente em nome d’ElRey* (1827), Impressão Régia, Lisboa, 7.

¹⁹⁶³ Também Carmo Costa realça este aspeto: “*Todo o processo de justificação, ao jeito do que era aceite pelo Cartório da Nobreza* (no entanto, é de referir a dificuldade que o cartório em questão teria em aferir o grau de fidedignidade dos dados apresentados, uma vez que todos eles se reportavam a Goa) *naquele periodo, contém inúmeras incorrecções quanto aos nomes dos antepassados e em alguns casos, quanto aos cargos ocupados por estes*”. O autor transcreve a carta, em anexo ao seu trabalho, sendo claras as discrepâncias ao ler-se excertos como o seguinte: “(se) *mostrava que ele era filho legítimo de Sebastião Xavier, Oficial Maior que foi da Secretaria do Estado da Índia, no mesmo varias vezes Encarregado dos Negócios do mesmo Estado nas cortes circunvizinhas, e de sua mulher Dona Justina de Quadros Pinto. Neto por parte paterna de Ignacio Caetano Xavier Pereira, Secretário que foi da Capitania General de Moçambique, e de sua mulher Dona Leonor Colaço, e pela materna de Manuel Antonio de Quadros Pinto, Coronel que foi das Ordenanças de Goa, e de sua mulher Dona Francisca Pereira Colaço. E que os referidos seus Pais, e Avós são pessoas Nobres das famílias de Colaços, Quadros e Pintos, e como tais se trataram à lei da Nobreza com criados e cavalos (...)*”. Esta complicada ascendência criada por Xavier de Quadros valeu-lhe a concessão de um brasão esquartelado de Colaços (dois quartéis), Quadros e Pintos. Cfr. Costa, Pedro do Carmo (2004), 217 e 261 a 263.

em virtude do sangue, mas também das suas obras, isto é, de como aliavam os atributos (numa leitura ocidentalizada) da nobreza dita *natural* com a nobreza *política*.

Transcrevemos o essencial desse documento, que localizámos no ANTT:

“Diz Bernardino Xavier de Quadros, q. elle Supp.e quer justificar p.r este Juizo – o Seguinte – Que he filho legitimo de Sebastião Xavier Official Maior que foi da Secretaria do Estado da India, e no mesmo, varias vezes encarregado dos Negocios d’Estado nas Cortes circunvizinhas, e de Sua mulher D. Justina de Quadros Pinto. Neto Paterno de Ignacio Caetano Xavier Pereira, Secretario q.e foi da Capitania General de Mossambique, e sua mulher D. Leonora Colaço. E pela parte Materna de Manoel Antonio de Quadros Pinto, Coronel q. foi das Ordenanças de Goa, e de Sua mulher D. Francisca Pereira Colaço, q.e tanto elle Supp.e, como Seus Pais, e Avós se tratarão a Lei da Nobreza, sendo pessoas nobres, e tendo Servido Officios honorificos, sem q. nunca tivessem cahido em crime de Leza Magestade Divina, ou Humana. P.e a V. S.a Seja Servido mandar justificar o Supp.e p.a o q. offerece os documentos juntos, e Se lhe passe p. Sentença para seu titulo”.

Anexa quatro documentos.

Em primeiro lugar, a *“fé de Officios de Seu Pay Sebastião Xavier, Official Maior que foi da mesma Secretaria”*. Dela transcrevemos o seguinte excerto: *“Ceetefico por ver o Titullo de Sebastião Xavier filho de João Torrado natural de Loutolim de vinte e quatro annos boa prezença, que foi assentado em virtude da Nomeação de Secretario de Estado com Despacho do vice Rey Marquez de Castello Novo por Official Papelista da Secretaria, e por elle consta receber e Servir ao ditto Senho trinta e sette annos onze mezes e hum dia pella maneira seguinte: Em cinco de Junho de mil Sete centos quarenta e oito, entrou a Servir de Serventia o ditto Officio, e em vinte e hum de Abril de mil sete centos Sessenta e Seis passou a Servillo de propriedade por Alvará assignado pelos Governadores, e Servindo o em vinte e Sete de Maio de mil Sete centos Setenta e quatro passou ao de Official Maior da mesma Secretaria por Alvará de Serventia assignado pelo Capitão Mór, e Governador Felipe de Valadâres Souto Maior, que Servio athe o primeiro de Dezembro de mil sete centos oitenta e sete digo oitenta e seis dia antecedente ao em que fallesseu”.*

Em segundo lugar, uma *“Portaria do Senhor Vice Rey Conde da Ega. Attendendo a Ser percizo executar varias de Ligencias de Segredo, e ponderação em beneficio do Real Serviço na Corte de Punêm, e algumas outras partes, com os Principes e Regulos a que respectivamente for necessario, e para este fim elleger pessoa intelligente, e de confidencia, Nomeio a Sebastião Xavier Official da Secretaria do Estdo que praticará as referidas deligencias pella Instrucção que hade Levár. Panelim a vinte e quatro de Janeiro de mil Sete centos cincoenta e nove (...). Instrucção de que hade usar Sebastião Xavier Official da Secretaria deste Estado, na Viagem que ora faz para rezidir na Corte de Punem. 1.o O principal objecto desta Viagem he procurar todas as noticias, que podem Servir de instrucção formal do Sistema em que se achão ao prezente as Potencias desta parte interior que são do principado Mogol, expecialmente das que actualmente administrão os Nababos Salabatagenga e seus Irmãos com o Numero do Seu Exercito e forças, como tâobem do Naná com as Suas expecificas dispoziçoens e isto com tal veracidade, que possão as referidas noticias Servir de baze, para se tomar Resolução em qualquer Empreza. 2.o Não se deve omitir Caminho de lhes introduzir a Separação muito principalmente ao Naná por ser inimigo Comum, e reconciliavel com o Estado, e o que nos pode fazer maior prejuizo. 3.o O Rey de Sunda intenta mandar a Babu Ráo, ou outra pessoa para vencer com o Naná, a restituição das Terras de Pondá, he percizo por todo o cuidado no bom effeito não perdoando meio algum de que consiga, porque o interesse he promissivo com o Estado. 4.o Tão bem detremina o mesmo Rey tomar por Armas Supem (?), e Zambaulim, o que poderá alterar o animo do Naná, e da mesma sorte he necessario o concurso para o Socegar, dando lhe a entender que este acto he de revendar a usurpação que sem ordem sua fizer a Dadagi Panta, em Ordem a que não tomem o Capricho da Sua Sustentação. (...)”*. As instruções prosseguem perfazendo um total de doze artigos.

Em terceiro lugar, um atestado de “*Belchior Jozé Vaz de Carvalho, Cavalleiro Proffesso na Ordem de Christo e Secretario de Estado da India &a. Certefico que Servindo Eu o Lugar de Secretario do Estado da India, achei a Sebastião Xavier na Secretaria do mesmo Estado, por Official Papelista della, e durante todo o tempo dos onze annos que o cupei o dito Lugarm assistio e trabalhou não só nos dias feriaes, e de guarda, mas a qualquer hora assim de dia como de Noite, expecialmente nas Monçoens do Reino, Norte, e Macáo, com toda a Saptisfação executando sem poupar ao trabalho todas as minhas Ordens, com prompta obediencia e zello, e no expediente das partes com Limpeza de Mãos, por cujo mitovo e pella Sua notoria capacidade me Servi do Seu prestimo para varias expediçoens importantes nas quaes guardou inviolavel Seredo, havendo com fedelidade e zello, nas Comissoens de que foi encarregado a varias Potencias, e pella Sua intelligencia dos Negocios do Estado a Dada raja puns para tratar com Sidi Acutcam General do Mogól, e a Punem Corte do Naná, Chefe dos Maratas, procedendo Sempre com muita honra pello que o julgo digno, e merecedor de todas as honras que Sua Magestade Costuma fazer aos que bem o Servem (...)*”. Escrita em Goa a 4 de dezembro de 1765.

Finalmente, em quarto lugar uma provisão de D. José datada de 7 de abril de 1760: “*Faço Saber aos que esta Minha Provizão virem que Eu hey por bem por Decreto de cinco do corrente mez e anno criar de novo, e Capitania geral de Moçambique, Rios de Senna e Sofala o Officio de Secretario do Governo (...) e Nomeiar nelle por tempo de tres annos a Ignacio Caetano Xavier, com o mesmo Ordenado que no Reino de Angola vence o Seu respectivo Secretario que he o de duzentos e quarenta mil reis cada anno, com obrigação de dar papel tinta e o mais necessario para o expediente do dito Officio, e pagará a hum Escrevente Sendo lhe percizo para a expedição dos papeis delle*”¹⁹⁶⁴.

Francisco João Xavier não indica o nome da mulher de Bernardino Xavier de Quadros. No entanto, investigações recentes de Maria João Craigie permitiram descobrir que Xavier de Quadros se casara com uma senhora (presumivelmente espanhola, se bem que possa também ser oriunda da América latina) chama Juana de las Doblas, de quem houve:

5-V-1) António Camilo Xavier de Quadros, nascido em Lisboa no dia 15 de junho de 1804, onde parece ter vivido a maior parte da sua vida e onde morreu, “*repentinamente*”, a 17 de setembro de 1863. Francisco João Xavier, que afirma citar Inocêncio ao traçar a biografia deste personagem, destaca aqueles que parecem ter sido os interesses que mais constantemente o nortearam: o ensino e a política¹⁹⁶⁵. No que diz respeito ao primeiro, importa, por um lado, referir ter António Camilo fundado, dirigido e ensinado num colégio de instrução primária (o colégio de Santo António) sito na capital; e, por outro, aludir aos trabalhos que dedicou a temas educativos, pois não só deu ao prelo, em 1839, uma modesta *Grammatica philosophica para uso de seus discipulos e de quem mais a quizer* (impressa em Lisboa, na tipografia Carvalhense), como também colaborou na revista “Instrução Publica”. Em paralelo, deve-se às pesquisas de João Bartolomeu Rodrigues a descoberta de novos trabalhos da sua autoria, desta feita numa das publicações de maior tiragem do Portugal de então, “O Panorama”: “*aparece de forma quase anónima nas páginas de O Panorama como o colaborador que dá continuidade ao pensamento de Herculano*”. Em 1840, assina um artigo sobre a instrução popular e a importância que, para a mesma, podia encerrar o método de Pestalozzi, dando continuidade ao seu raciocínio no ano seguinte. O autor ainda lhe atribui outro texto, este dado ao prelo na edição de 1842, dedicado à educação física e moral da infância¹⁹⁶⁶.

No que concerne à atividade partidária, António Camilo, à semelhança do progenitor, parece ter seguido atentamente as vicissitudes da política nacional da época. Segundo Inocêncio, em excerto

¹⁹⁶⁴ ANTT, autos de justificação de nobreza: Bernardino Xavier de Quadros (1813 – Lisboa); feitos findos/justificações de nobreza, maço 7, nº 22.

¹⁹⁶⁵ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 39.

¹⁹⁶⁶ Rodrigues, João Bartolomeu (2008), *A educação na revista O Panorama*, tomo I, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 100 a 106.

reproduzido por Francisco João Xavier, “*Tornou-se muito conhecido e notavel em Lisboa pela parte activa que por vezes tomou nas lutas politicas, que agitavam o paiz de 1836 a 1851*”. Desse empenhamento resultou pelo menos a criação de dois periódicos, se bem que ambos conhecendo vida efêmera: “O verdadeiro amigo do povo” e “A democracia”¹⁹⁶⁷. Júlio de Vilhena, procurando ilustrar as discussões, por vezes assaz fúteis, que animavam as cortes nos alvares da década de sessenta do séc. XIX, relata um episódio curioso, no qual o biografado joga um papel com algum relevo: “*Na sessão de 22 de Junho (de 1861), o presidente chamou a atenção da câmara para o seguinte facto: Na terça feira passada, tinham-lhe apresentado quatro cidadãos, que se disseram constituírem uma comissão encarregada de lhe entregar uma representação para êle oferecer à Câmara. Recusou-se a fazê-lo, já porque havia nela um ataque e desconsideração a alguns dos poderes do Estado, parecendo até uma ameaça indirecta, já porque, dizendo-se dirigida em nome do povo da capital, vinha assinada só por um individuo que, quaisquer que fossem as suas qualidades, não podia dizer-se representante de uma cidade que tem mais de 200:000 habitantes. O secretário nota que, como o officio, que acompanha, a representação, está assinada por António Camilo, Xavier de Quadros (sic, tratar-se-á certamente de uma só pessoa), Fernando Leite de Sousa e barão da Batalha, e a representação apenas pelo primeiro, deve ir este documento para a comissão de petições. José Estevam acode, dizendo que fôra êle quem apresentara a representação, e defende colorosamente o direito de petição, os comícios populares, toda a lira das reivindicações liberais. O deputado Sá Nogueira, nervoso e impaciente, desfechou a interrompe-lo de modo que não chegava à mesa dos taquígrafos (...)*”. Depois de uma pormenorizada descrição da polémica que tão banal assunto despoletou, conclui o autor: “*A petição não tinha nada de extraordinário e era redigida em linguagem pacífica: referia-se às irmãs da caridade, dizendo que, por maiores que fossem as suas virtudes, “o certo é que nós, portugueses, não carecemos de congregar-nos para exercer a caridade, nem queremos que a educação popular seja influenciada por nenhuma ordem religiosa, qualquer que seja o seu instituto”. Censura o governo pela sua submissão à corte de Roma, os defeitos da nossa administração colonial, e, por fim, o estado lastimoso em que se encontra a administração da justiça. E lá foi para a comissão de petições (...)*”¹⁹⁶⁸.

Importa, porém, fazer, neste passo, uma ressalva importante: uma vez mais, o biógrafo familiar retoca, de forma clamorosa, as notas biográficas dos seus parentes. Quem percorrer as linhas que dedicou a António Camilo Xavier de Quadros pode acreditar que Inocêncio apenas lhe reservou palavras amáveis. No entanto – e é por estes motivos que, quando se analisa esta produção genealógica goesa, sempre muito orientada para a glorificação dos diferentes membros de uma dada linhagem, se deve sempre procurar cotejar os dados aí apresentados com fontes alternativas – que diferença ao consultar-se o texto original publicado no *Diccionario bibliográfico*! Da sua leitura, constata-se que não só o seu autor optara por inicialmente não incluir no mesmo o nome de Xavier de Quadros, como também, quando o fez (em virtude das críticas de alguém que não identifica, mas que trata jocosamente por “*douto observador*”, e que pode ser um dos membros das elites *naturais* católicas à data residentes em Coimbra ou na capital), lhe reservou sobretudo considerações amargas e trocistas. Reproduzamos o texto original, que nos traça um perfil assaz diferente do biografado: “*Director e Professor de um collegio de instrucção primaria por elle fundado sob a invocação de S. Antonio. Tornou-se muito conhecido e notavel em Lisboa, pela parte activa, que por vezes tomou nas luctas politicas, que agitaram o paiz de 1836 a 1851.*

Diz-se que nascera nesta cidade (de Lisboa) a 15 de Junho de 1804, e m. repentinamente a 17 de Setembro de 1863, devendo contar então (a ser certa aquella data) 59 annos de idade.

¹⁹⁶⁷ Prosseguimos Francisco João Xavier: “*Creou em 1836 um jornal politico intitulado O verdadeiro amigo do povo do qual se publicaram creio, uns 16 ou 17 numeros no formato de 4.o gr. N'este, e em outros, escreveu por vezes alguns artigos da sua lavra (...). Tambem ouvi que dera começo em 1861 ou 1862 a um jornal que tinha por titulo A democracia e d'elle sahiram não sei quantos numeros*”.

¹⁹⁶⁸ Vilhena, Júlio de (1921), 230 a 232.

Entretanto, as partes obituarias do cemiterios, publicadas por esse tempo nos jornaes, deram-lhe 67 annos. Quem desejar a seu respeito mais especiosas e singulares noticias, póde saciar a curiosidade consultando a Instrucção publica do sr. Carreira de Mello (...); quanto aos livros elementares que (segundo affirma o douto observador) Quadros escrevera para o seu collegio, só tenho conhecimento de um, se é que tal nome lhe cabe; nem me consta que haja outros. Intitula-se:

2288) *Grammatica philosophica* (...).

Comprehende este opusculo ao todo 12 pag. (das quaes são sómente numeradas de 9 a 11); a saber: duas paginas de rosto; duas ditas de prologo ao leitor; duas ditas de introdução; tres ditas de grammatica philosophia (orthologia); duas de orthografia; e duas de mappa gramatical!

Este mingoado escripto é, ao que eu posso julgar, prova sobeja e indubitavel de que o auctor, pretendendo instruir os seus discipulos na grammatica philosophica, não sabia sequer a portugueza. É um agregado de phrases e construccões abstrusas e exquisitas, contrarias á indole da lingoa, e poucas vezes serão as palavras que ahi se achem empregadas no seu sentido proprio, natural e corrente. Para não chamar-lhe monstro, ou sandice de vinte e quatro quilates, como chamou o sr. Castilho á traducção dos Metamorphoses de Ovidio pelo P. Almeno, direi que é um disparate, que só póde ser comparavel ás mais festejadas producções dos defunctos Paz Guerra e Antonio José Pedro, e de certos contemporâneos vivos, que se têm celebrizado com outros de egual jaez”.

E conclui, depois de analisar a atividade jornalística de Xavier de Quadros:

*“Omitti, talvez de proposito, a descripção de taes preciosidades no tomo I, persuadido de que não ia n’isso grande perda para os leitores. Porém já que o illustre critico teve a bem censurar-me com tamanha proficiencia esta e outras faltas, tractarei de as resarcir como poder. Bem é que o Diccionario leve de tudo.”*¹⁹⁶⁹.

Ora, mesmo partindo do pressuposto de que Inocêncio encarou com desagrado as críticas lançadas contra os primeiros volumes do seu grande estudo e que tal tenha influenciado a análise que faz do legado de Xavier de Quadros, parece ser evidente que o tinha, de qualquer maneira, em muito pouca conta.

5-V-2) Tomás José Xavier, sobre o qual se sabe apenas ter seguido a vida militar, tendo sido alferes ajudante da “*fortaleza de Ilhéu na Madeira*”¹⁹⁷⁰;

Maria João Craigie localizou uma filha de Bernardino Xavier de Quadros que não surge mencionada no trabalho de Francisco João Xavier. Falamos de:

5-V-3) D. Joana Emília Xavier de Quadros, nascida em Lisboa (Conceição Nova) e casada, nesta cidade, na freguesia de Santa Isabel, a 29 de setembro de 1825, com António Maria Rodrigues Galhardo. Estes Galhardo eram parentes muito próximos de Alexandre Herculano, bem como do general Eduardo Augusto Rodrigues Galhardo (1845-1908), a quem é atribuída a derrota final do Gungunhana e foi governador da Índia entre 1900 e 1905;

a) João Maria Galhardo, o qual nasceu no Lumiar a 21 de julho de 1837 e morreu a 22 de maio de 1909. Ingressou na marinha, tendo chegado a almirante. Destacou-se enquanto engenheiro construtor naval e foi lente e diretor da Escola Naval. Em paralelo, é

¹⁹⁶⁹ Silva, Innocencio Francisco da *et al.* (1867), tomo VIII (1º do *Supplemento*) 108. Os destaques no texto estão conforme o original.

¹⁹⁷⁰ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 42.

usualmente lembrado por ter sido um dos testamenteiros de Herculano e o dinamizador da publicação das suas obras. Casou, na capital, em 1867, com D. Carolina Augusta de Araújo Rodrigues, de quem teve descendência;

5-VI) António Maria Xavier, relativamente ao qual também pouco conhecemos: nasceu no dia 8 de março de 1766, tendo falecido solteiro;

5-VII) D. Úrsula Mercedes (ou das Mercês) Xavier, nascida no dia 23 de novembro de 1771, tendo mudado de nome no crisma, usando, a partir de então, **Maria Felicidade Xavier** Casou com um conterrâneo – António Caetano Xavier Colaço – com quem morou (segundo Gomes Catão) no bairro *Devoty*, e de quem houve:

5-VII-1) Mariano Constâncio Colaço;

5-VII-2) Joaquim Vicente Colaço;

5-VII-3) Salvador Luís Filipe Colaço;

5-VII-4) Sebastião Victorino Colaço;

5-VII-5) D. Maria Estela Aurora Felicidade Colaço, sobre a qual Francisco João Xavier nada diz. No entanto, conseguimos entroncá-la numa das genealogias manuscritas de Gomes Catão, à qual este deu o título “*Barreto, de Loutolim (Adeodato Barreto)*”¹⁹⁷¹, por daqui descender aquele poeta, que se destacou no Portugal de inícios do século XIX. Deste modo, ficamos a saber que Maria Estela Colaço casou, na igreja de Loutolim, a 9 de fevereiro de 1819, com Domingos Caetano Barreto. Havia este nascido naquela localidade, onde fora batizado, pelo Padre Rosário Deodato de Figueiredo, em 15 de fevereiro de 1795¹⁹⁷². Era filho de Adeodato Francisco António Barreto e de Margarida Xavier Pereira; neto paterno de Domingos Barreto e de Rosa Vitorina Ribeiro, da “*Praça de Rachol*”, e materno de Daniel Pereira e Quitéria Antónia Henriques de Sá, de Loutolim.

Foram pais de, pelo menos:

a) Basílio João Cosme Barreto, o qual deve ter seguido a vida religiosa; em 1856, era já *menorista* (ou seja, tinha tomado ordens menores);

b) Adeodato Francisco António Barreto, que nasceu em Loutolim a 22 de fevereiro de 1821, tendo sido baptizado no dia 1 do mês imediato. Casou em primeiras núpcias com Maria Esperança Pacheco, da qual enviuvou, vindo então a casar com Júlia Orfelina da Silva, filha de Salvador Piedade da Silva, de Loutolim, e de Natália Dulcina Colaço, de Margão¹⁹⁷³. Tiveram: **(i) Padre Matias Camilo Nery do Coração de Jesus e Maria Barreto** (nascido em Loutolim a 8 de julho de 1856, sendo aí baptizado 7 dias volvidos¹⁹⁷⁴); e **(ii) Vicente Mariano Barreto**, casado com D. Veridiana Colaço, de quem teve **Júlio Francisco António Adeodato Barreto** (Margão, 3 de dezembro de 1905 – Coimbra, 6 de agosto de 1937), licenciado em direito e em ciências histórico-filosóficas pela Universidade de Coimbra e notário em Montemor-o-Novo e Aljustrel. Adeodato Barreto, que desde muito cedo se destacou nas lides académicas e literárias coimbrãs, foi, campo das letras, o tradutor dos anseios de vários dos seus compatriotas, sentindo-se numa encruzilhada Goa oriental/Goa ocidental.

¹⁹⁷¹ Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Barreto, de Loutolim (Adeodato Barreto)”, Goa.

¹⁹⁷² Apadrinharam-no José Vaz Lourenço e sua mulher, Esmeralda Florinda Barreto.

¹⁹⁷³ Veja-se o título Costa, de Margão, ponto 4-I-1), d).

¹⁹⁷⁴ Foram padrinhos o seu tio Basílio João Cosme Barreto e Maria Angélica da Silva, de Margão.

5-III) MARTINHO XAVIER, que continua. Nascido em Loutolim no dia 11 de novembro de 1755, faleceu a 29 de maio de 1822. Dedicou-se sobretudo à vida burocrática, dando entrada, por volta de 1772, na secretaria geral do governo do Estado na qualidade de simples praticante. Passa a oficial papalista mediante alvará de 14 de janeiro de 1775, mantendo-se no exercício dessas funções até 1819, quando viu deferido o pedido de exoneração que apresentara relativamente ao dito lugar, *“para n’elle ser provido seu filho Felizardo Francisco Xavier, em virtude da resolução da resolução do governo de S. Magestade contida no officio régio de 1 de junho de 1811”*. Apesar de não ter passado de oficial papalista, foi contudo alvo dos elogios de alguns dos governadores e funcionários graduados do Estado, sendo que o biógrafo familiar reproduz os de D. Frederico Guilherme de Sousa e Veiga Cabral, bem como os dos desembargadores secretários-gerais Pacheco Tavares e Gomes Loureiro¹⁹⁷⁵. Recebeu, por carta de 19 de dezembro de 1785, a patente de capitão auxiliar de infantaria – mercê que se deveu, de acordo com Francisco João Xavier, aos seus *“serviços e merecimentos”*.

Casou duas vezes: a primeira no dia 14 de maio de 1781 com D. Jerónima de Crasto, filha de João Caetano Crasto, oficial da fazenda originário de Azossim (Ilhas); e a segunda, a 3 de junho de 1776, com D. Maria Francisca da Costa, dos de Curtorim, nascida em 21 de março de 1760 e filha de Lopo José da Costa.

Foram filhos deste segundo casamento:

6-I) JOSÉ AGOSTINHO XAVIER, que segue;

6-II) Padre Sebastião Xavier, que o biógrafo familiar trata por *D.*, muito provavelmente por o mesmo ter teatino, sendo que os regulares desta ordem, em Goa, eram geralmente identificados por aquela forma de tratamento;

6-III) Felizardo Francisco Xavier, o qual, como vimos, trabalhou com o progenitor, que veio posteriormente substituir, na secretaria geral do governo do Estado: aí principiou como oficial supranumerário (por despacho de 26 de março de 1803), passando depois a efetivo, com a graduação de oficial papalista (mediante alvará de 19 de maio de 1819, altura em que deixa o emprego de administrador do correio marítimo, que assumira em acumulação em 1803, por incompatibilidade de funções). Desempenhou sem substituição, durante dilatado período (de 22 de julho de 1822 até maio de 1836), por ser *“o official mais antigo da secretaria”*, funções de oficial-maior, devido à doença e posterior incapacidade do proprietário do cargo, Inácio Sebastião da Silva¹⁹⁷⁶. Seguindo também neste aspeto as pisadas do pai, recebeu carta patente de alferes de milícias no dia 4 de abril de 1803¹⁹⁷⁷.

6-IV) Francisco João da Costa Xavier, cujas linhas – que cremos eram intencionalmente inócuas e opacas – que lhe dedicou o biógrafo familiar¹⁹⁷⁸ estão muito aquém da verdadeira dimensão deste

¹⁹⁷⁵ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 3 e 4. O mais detalhado é o de D. Frederico Guilherme, datado de 22 de fevereiro de 1787: *“Que achei a Martinho Xavier servindo de official papalista da secretaria, o qual, em todo o tempo do meu governo, se desempenhou das suas obrigações com acerto e boa conducta, sendo continuo na referida secretaria ainda nos domingos e dias santos; tendo-lhe eu encarregado de muitas escriptas por ser a sua letra uma das melhores, todas executou com cuidado, segredo e zelo do real serviço, comportando-se nos seus deveres, e no expediente das partes com actividade e grande desinteresse”*.

¹⁹⁷⁶ Segundo Francisco João Xavier, não recebeu qualquer gratificação adicional pelo desempenho das referidas funções durante boa parte desse período: *“Sem vencimento nem emolumentos por longo espaço de 8 annos, os quaes só começou a perceber desde 5 de fevereiro de 1831 quando o official-maior effectivo, Ignacio Sebastião da Silva, foi aposentado pela provisão do conselho ultramarino de 19 de abril de 1830, em consequencia da portaria de 22 de março de 1831”*.

¹⁹⁷⁷ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 5.

¹⁹⁷⁸ As quais não aludem a praticamente nenhum aspeto menos luminoso da sua vida: *“casado na provincia de Moçambique com D. Anna Paula, de quem teve unico filho por nome Leandro, educado e instruido em França, o qual veio a fallecer solteiro em Tete n’um duello, em que foi traiçoeiramente morto pelo seu contendor, por ter saído victorioso na luta”* – Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 49. E ainda *“Depois dos estudos primarios embarcou-se para Moçambique e dedicou-se à vida commercial e ao mesmo tempo tomou parte activa nos negocios publicos chegando a ser coronel de milicias, commandante da villa de Tete e governador interino da capitania dos rios de Senna. Passados annos foi para França e depois para o Brasil e proseguiu ali a carreira do commercio. Voltando de novo a provincia de Moçambique foi nomeado governador interino do districto de Quelimane e rios de Senna e commandante da praça d’aquella villa por P.G. n.º 474 de 25 de julho de 1856 (...). Foi tambem vice-presidente da camara municipal do districto de Quelimane para o biennio de 1856 a 1857 (...). Era cavaleiro da ordem militar de Nosso Senhor Jesus Christo – em consideração aos valiosos e desinteressados serviços*

personagem, que nos parece ser de grande importância nomeadamente para a manutenção dos interesses comerciais das elites *naturais* católicas goesas em Moçambique. Casou com D. Paula Gertrudes de Aragão, uma *Cruz de Massangano* e parente muito próxima do *Bonga*;

6-V) Lopo José Xavier, que nasceu no dia 1 de novembro de 1785. Dedicou-se ao estudo da medicina, tendo frequentado as aulas públicas dinamizadas pelo físico-mor Miranda e Almeida e obtido a respetiva carta a 4 de junho de 1806. Logo nesse ano, uma vez graduado, é despachado como físico da praça de Damão, onde permanecerá por dois triénios. Dali passou a Moçambique, onde parece ter tomado posse do cargo de físico das vilas de Sena e Tete (terras onde se achavam vários familiares seus, e onde a influência do seu irmão Francisco João da Costa Xavier era deveras assinalável) em 1816. Durante a sua estadia em terras africanas foi distinguido com as patentes de capitão de milícias “*e como tal promovido ao posto de sargento-mór agredado ao regimento de milícias de Moçambique por alvará do capitão general da mesma provincia de 30 de junho de 1824*”. Retornou a Goa em data desconhecida, tendo-se fixado na sua terra natal, onde morreu, cremos que solteiro e sem geração, a 20 de dezembro de 1855¹⁹⁷⁹. Casou duas vezes, de ambas com senhoras nascidas em Margão: a primeira com D. Rita Severina Barreto, filha de Mariano Caetano da Piedade Barreto, falecida a 24 de outubro de 1826; e a segunda com D. Maria Escolástica Soares, a qual era irmã de um dos mais conhecidos *peristas*, o “*denodado patriota e distinto advogado*” Joaquim Filipe da Piedade Soares.

Teve geração do segundo casamento, parte da qual usou o apelido composto Xavier Soares, o que certamente também se deveu ao destaque que a personalidade de Joaquim Filipe da Piedade Soares conheceu na Goa de então:

6-V-1) Augusto Estanislau Xavier Soares, que nasceu presumivelmente em Margão, onde estudou e se especializou em direito na qualidade discípulo do seu tio Joaquim Filipe da Piedade Soares. O biógrafo familiar destaca a qualidade da formação que recebeu, a qual, como era habitual na Goa de então, era muito dispersa (“*Depois das primeiras letras e de ter concluído os estudos das lingoas franceza, ingleza e maratha, e de jurisprudencia*”), referindo que não tinha, porém, obtido ato imediato a provisão que o habilitaria a dar entrada na vida forense. Assim, e enquanto não a recebeu, ingressou na burocracia local na qualidade de praticante da contadoria geral da junta de fazenda pública. A provisão será passada em 1849, habilitando-o a advogar nos “*auditorios da Africa oriental*”. Poder-se-á estranhar o teor deste diploma, que, afinal (e como sucedia quer aos que realizavam piores exames, quer, segundo as críticas da época, àqueles que dispunham de menores influências e proteções), afastava Xavier Soares dos auditórios goeses das *Velhas Conquistas* (os quais eram, compreensivelmente, os mais desejados pelos advogados locais) e o remetia para um Moçambique distante onde o funcionamento dos tribunais e a aplicação da justiça em geral estavam longe de serem considerados modelares. No entanto, não esqueçamos que o jovem *provisionário* talvez tivesse interesse em instalar-se naquelas paragens, onde certamente os contactos dos seus influentes parentes lhe seriam úteis e proveitosos. E aí, durante os poucos anos que lá permaneceu (entre 1849 e 1855), protagonizou, a crer nas biografias que consultamos, uma carreira de sucesso a vários níveis. Por um lado, enquanto causídico (aí “*exerceu distintamente a advocacia*”); por outro, na qualidade de delegado do procurador da coroa e fazenda e, também, “*substituto do juiz de direito para syndicar alguns actos dos principaes empregados da villa de Inhabane*”; por outro ainda, na qualidade de agente político, uma vez que foi administrador do concelho e presidente da câmara municipal de Moçambique

prestados ao Estado não só na qualidade de commandante da villa de Tete, como na de governador interino da capitania dos rios de Senna, cujos cargos exerceu sem perceber da fazenda publica soldos e ordenados – *Dec. de 10 de janeiro de 1844. Teve o brazão d’armas de nobreza e fidalguia por carta regia passada aos 11 de abril de 1821 no fundamento de que seus paes e avós foram pessoas distinctas das familias de seus appellidos que no Reino de Portugal são fidalgos de linhagem. Vide o folheto intitulado “Algumas palavras sobre a historia do direito romano e patrio” por Augusto Estanislau Xavier Soares, 1860 – pag. 8, onde vem transcripta na sua integra a citada carta regia*”. *Falleceu na villa de Tete a 27 de outubro de 1860 com 76 annos de idade*” – Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 38.

¹⁹⁷⁹ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 38 e 46.

entre 1854 e 1855; finalmente, como homem de letras. Não esqueçamos, no que diz respeito a esta última faceta, ter sido Xavier Soares não só um dos redatores do “Boletim do Governo Geral de Moçambique”, mas também o autor – se bem que a obra em questão já tenha sido publicada em Goa, após o seu retorno de terras africanas – de uma bem conhecida *Descrição da villa de Sofala, dos seus principaes edificios, população, agricultura, commercio & seguida do catalogo dos seus governadores e dos de Moçambique, depois que esta provincia foi separada do governo da India*¹⁹⁸⁰. Ao deixar Moçambique, em 1855, publicou igualmente outro trabalho (*Um fraco testemunho de gratidão e amizade*), o qual é dedicado “Ao Ill.mo e Ex.no Senhor Candido da Costa Soares, Commendador da Ordem de Chisto e Brigadeiro Reformado. Ao Ill.mo Senhor João da Costa Soares e aos meus amigos de Moçambique). Regressado a Goa, instalou-se em Margão, “ensinando jurisprudencia para passar a vida”, tendo sido um dos professores particulares de direito que mais nomeada teve naquela época. São, aliás, fruto dessa atividade docente três opúsculos que terá composto certamente para uso dos seus alunos: *Algumas palavras sobre a historia do direito romano e pátrio em relação a influencias que diversas mudanças no respectivo estado exerceram na sua legislação* (Margão, tipografia de “O Ultramar”, 1860), *Breves noções sobre o processo civil em harmonia com a legislação vigente em Goa tanto nas velhas como nas novas conquistas* (id., 1862) e *Tractado de acçoens à imitação da doctrina de acções de J.H.C.Telles* (id, 1863). As aulas e estes pequenos textos de apoio justificaram que, num texto que então foi bastante difundido em Goa (escrito pelo *natural* e também jurista Barreto Miranda numa revista brasileira), Xavier Soares fosse considerado, a par do padre Domingos Salvador Marinho da Silva, Justiniano Augusto da Piedade Barreto e António Anastácio Bruto da Costa, um dos principais cultores dos estudos jurídicos na Goa daqueles tempos¹⁹⁸¹.

Em paralelo, foi um dos redatores do jornal “O Recreio”, também publicado na tipografia de “O Ultramar”, o qual conheceu uma vida bastante efêmera (1859-1860) e era tido como apoiante do governador conde de Torres Novas, que o patrocinaria.

Toda esta produção literária justifica que, no trabalho dedicado à genealogia dos Xavier, Augusto Estanislau (falecido, solteiro, em Margão a 18 de abril de 1884) fosse apresentado como “*um dos mais notaveis escriptores de Goa do seu tempo*”¹⁹⁸².

6-V-2) D. Maria Francisca Henriqueta Xavier, que casou com Acúrsio Florindo Monteiro, natural de Loutolim, de quem teve um filho;

6-V-3) D. Beliza Eufigiana Xavier, a qual veio a casar com António Filipe Pereira, natural da Raia, de quem houve:

a) **José Reinério da Piedade Pereira**, que casou com D. Maria da Glória de Albuquerque, filha de Joaquim Gregório Militão d’Albuquerque, médico, natural da Raia, e de sua mulher D. Angelina Leopoldina Pulquéria da Costa, filha do deputado Constâncio Roque da Costa¹⁹⁸³;

6-V-4) D. Rosália Roxelânia Xavier, que morreu solteira;

6-V-5) Martinho da Paixão Xavier Soares, clínico, que também passou parte da sua vida ativa em Moçambique, para onde partiu – já depois de graduado pela Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa e após ter sido nomeado, mediante concurso, a 26 de fevereiro de 1861, cirurgião civil de Perném, cirurgião ajudante da praça de Angediva (a 8 de fevereiro do ano seguinte) e da de

¹⁹⁸⁰ Dada ao prelo na Imprensa Nacional, em Goa, no ano de 1857.

¹⁹⁸¹ Miranda, J. C. Barreto (1865b), 591.

¹⁹⁸² Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 41 e 49; Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 242 e 243.

¹⁹⁸³ Veja-se o título Costa, de Margão, ponto 9-I-1).

Mormugão (a 30 de junho de 1862) - no dia 7 de março de 1863. Parece depreender-se das considerações tecidas por Francisco João Xavier que o propósito inicial deste seu parente seria uma estadia não muito prolongada; no entanto, manteve-se em África até 1874. Aí exerceu clínica, quer como cirurgião-mor do batalhão de infantaria nº 1 (lugar no qual foi provido por decreto de 7 de dezembro de 1864), facultativo de segunda classe do quadro de saúde local (graças a decreto de 14 de agosto de 1865), sendo, em 1867, destacado para as ilhas de Cabo Delgado. Reformou-se no posto de facultativo de primeira classe a 1 de outubro de 1873, altura em que começou a preparar a sua viagem de volta a Goa, onde se instalou, em Margão, e morreu no dia 6 de dezembro de 1887. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo¹⁹⁸⁴.

Martinho da Paixão Xavier casou, pouco antes de partir para Moçambique (desembarcou lá no mês seguinte), em fevereiro de 1863, com D. Ana Feliciano Cardoso da Gama, nascida no dia 16 de outubro de 1845 e falecida a 29 de setembro de 1870. A sua mulher era filha de José Vicente da Gama, cavaleiro das ordens de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa natural de Saligão mas instalado em Moçambique, onde foi juiz ordinário, procurador à junta geral do distrito, substituto com exercício do juiz de direito, escrivão deputado da junta da fazenda, vogal e presidente da câmara municipal de Moçambique, membro do governo provisório que assegurou os destinos daquele território entre outubro de 1868 e fevereiro do ano seguinte, para além de autor do primeiro livro a ser aí impresso (um *Almanach civil ecclesiastico, historico-administrativo*, conforme ao gosto da época), colaborador no “Boletim do Governo” local e membro de uma das comissões encarregadas da codificação dos usos e costumes na sequência da aplicação do código civil aos territórios ultramarinos.

Foram filhos de Martinho da Paixão Xavier Soares e D. Ana Feliciano Cardoso da Gama:

a) D. Escolástica Xavier, que casou, no dia 3 de março de 1878, com José Joaquim Manuel da Apresentação Gracias, médico diplomado pela Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa, o qual era filho de Vicente Emídio Gracias, diretor da alfândega de Assolnã, e de D. Aurélia Maria Angélica Barreto¹⁹⁸⁵;

b) Martinho Caetano da Piedade Xavier, que morreu solteiro em Margão a 4 de julho de 1889;

6-V-6) D. Júlia Xavier, que casou com Luís Gonzaga Ferrão, natural de Margão e advogado *provisionário*, de quem teve, pelo menos:

a) José Joaquim Ferrão, que também foi advogado *provisionário*;

6-V-7) D. Libânia Xavier, a qual também faleceu solteira;

6-VI) D. Ana Joaquina Especiosa Xavier, nascida no dia 13 de abril de 1789, casou com o *morgado* António Luís Colaço, de Margão, filho de Fernando Caetano Colaço e de Senhorinha Barreto, administrador do vínculo herdado dos seus maiores¹⁹⁸⁶.

6-VI-1) Fernando Caetano de Nossa Senhora das Neves Colaço, que Francisco João Xavier não elenca;

6-VI-2) Padre Inácio Caetano Colaço, que cremos ser natural de Margão;

¹⁹⁸⁴ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 41, 49 e 52.

¹⁹⁸⁵ Veja-se o anexo: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Álvares, de Margão, ponto 3-II-1), h).

¹⁹⁸⁶ Veja-se o título Colaço, de Rachol, ponto 6-III).

6-VI-3) José Salvador da Piedade Colaço, o qual casou com D. Maria da Piedade Lourenço, igualmente de Margão, filha do médico Nicolau Lúcio Lourenço (e não Nicolau Luís, como escreve Francisco João Xavier) e de D. Maria Aurora Manuela Álvares da Costa¹⁹⁸⁷. Foi administrador do vínculo da sua família¹⁹⁸⁸;

6-VII) Filipe Nery Xavier, que biografamos ao longo do corpo principal da tese.

Casou, no dia 31 de julho de 1833, com D. Clara Felicidade Fernandes, filha do também loutolense Domingos Francisco do Rosário Fernandes e irmã de Francisco Xavier Fernandes (o qual casou com uma sobrinha de Filipe Nery, D. Maria Esperança Xavier¹⁹⁸⁹). Faleceu a mulher de Filipe Nery Xavier a 20 de janeiro de 1875.

Foram filhos deste casal:

6-VII-1) Martinho João Felizardo Xavier, o qual, tendo nascido a 27 de agosto de 1834, morreu solteiro;

6-VII-2) Bernardino Francisco João Xavier, que nasceu no dia 16 de janeiro de 1836. Quando fez o crisma, em 1847, alterou o seu nome próprio, adotando o do progenitor, pelo que passou a chamar-se **Filipe Nery Xavier júnior**. Seguindo as pisadas de inúmeros antepassados e parentes, realizou todo o seu percurso profissional na secretaria geral do governo do Estado, onde deu entrada, como praticante, por despacho de 14 de março de 1855. Transitou, após concurso, para amanuense mediante despacho de 13 de maio de 1861, confirmado por decreto de 27 do mês seguinte. Quatro anos volvidos, passa a oficial interino (portaria de 22 de julho de 1878) e, em 1879, também na sequência de concurso, efetiva (portaria de 29 de maio, confirmada por decreto de 27 de julho). Terminará a sua carreira como 2º oficial, lugar de que toma posse em “*virtude da reorganização da secretaria aprovada pelo decreto orçamental de 29 de dezembro de 1887*”¹⁹⁹⁰. A par destas atribuições, participou em algumas iniciativas que nos parecem ser dignas de nota. Assim, para além de ter, na impossibilidade do titular, desempenhado serviço de oficial arquivista, ou ter integrado, em 1883, na qualidade de vogal, a “*comissão incumbida de formar um gabinete numismatico na biblioteca publica*” de Nova Goa – incumbências certamente dignas de ser mencionadas, mas menos interessantes tendo em vista os propósitos maiores da presente investigação – a experiência que foi adquirindo (bem como a convicção de que era um conhecedor profundo dessas matérias) no domínio da gestão das *gancarias* levou a que fosse nomeado não só “*Vogal secretario da comissão incumbida de adnotar o foral e o regimento das comunidades*” (por portaria de 14 de janeiro de 1878), mas também “*Vogal da comissão encarregada de examinar o projecto do codigo das comunidades, ordenado por J. M. de Sá*” (mediante portaria de 14 de janeiro do ano seguinte)¹⁹⁹¹. Finalmente, foi diretor eleito da Sociedade Patriótica dos Baldios das Novas Conquistas. O biografado deixou, também à semelhança do progenitor, um importante conjunto de trabalhos, todos dados ao prelo na Imprensa Nacional, relativos a assuntos administrativos e jurídicos. Merecem, neste âmbito, destaque as suas (breves, mas úteis) *Synopses* do “Boletim do Governo Geral”¹⁹⁹², uma completa listagem dos empregados públicos do Estado

¹⁹⁸⁷ Consulte-se o título Álvares de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 4-IV-2).

¹⁹⁸⁸ Costa, Joaquim Bernardino Catão da (1873), 17.

¹⁹⁸⁹ Vide ponto 7-VIII).

¹⁹⁹⁰ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 30.

¹⁹⁹¹ O trabalho desenvolvido por esta comissão foi alvo de um louvor coletivo a 28 de fevereiro de 1879.

¹⁹⁹² Xavier, Filipe Nery (1859), *Synopse classificada e chronologica das peças importantes que importam os Boletins do Governo Geral do Estado da India no anno de 1853*, Imprensa Nacional, Nova Goa; id. (1861), *Synopse classificada e chronologica das peças importantes que importam os Boletins do Governo Geral do Estado da India no anno de 1854*, Imprensa Nacional, Nova Goa; id. (1862), *Synopse classificada e chronologica das peças importantes que importam os Boletins do Governo Geral do Estado da India no anno de 1855*, Imprensa Nacional, Nova-Goa; id. (1862), *Synopse classificada e chronologica das peças importantes que importam os Boletins do Governo Geral do Estado da India no anno de 1856*, Imprensa Nacional, Nova Goa; id. (1861), *Synopse classificada e chronologica das peças importantes que importam os Boletins do Governo Geral do Estado da India no anno de 1862. Segundo depois do bissexto, acompanhado*

nos alvares da década de sessenta¹⁹⁹³ e, acima de tudo, as recolha da legislação relativa às *gancarias*¹⁹⁹⁴. Compôs, em paralelo, e conforme ao gosto da época, dois calendários¹⁹⁹⁵ e um pequeno trabalho, publicado quando contava apenas 22 anos, intitulado *Summario da viagem de Jeruzálem e a vizita que fez aos santos logares o reverendo Fr. João de Jesus Christo em 1817, enriquecido com varias notas historicas*¹⁹⁹⁶.

Morreu em Pangim, onde residia, “*apoz longa enfermidade*”, no dia 27 de agosto de 1890, sendo enterrado no cemitério de Santa Inês. O elogio fúnebre esteve a cargo de outro *natural* católico que se destacou no funcionalismo público: Eugénio Justiniano Pereira Gomes, o qual também foi oficial da secretaria geral do governo, sendo porém sobretudo lembrado quer pelo contributo prestado na imprensa nacional de Nova-Goa (de que foi revisor e, durante mais de dezassete anos, diretor), quer pelos sete *Índices cronológicos e alfabéticos das cartas de lei, decretos, portarias régias e provinciais, e várias disposições de execução permanente publicadas no Boletim Oficial do Governo do Estado da Índia* que coligiu entre 1887 e 1894 e pelos *Sumários cronológicos dos Boletins Oficiais* relativos a 1887 e 1888¹⁹⁹⁷.

Casou, no dia 16 de janeiro de 1864, com D. Idalina Maria Joaquina Guilhermina Martins, filha de Sebastião Xavier Martins – da família deste apelido sediada em S. Matias (Divar) – e de D. Ana Carolina Delfina Lobo. D. Idalina Maria Joaquina era irmã de Lília Maria Esperança Martins, casada com Luís Guilherme Dias, de Sirulá¹⁹⁹⁸

6-VII-3) Felizardo Francisco Xavier, o qual nasceu no dia 22 de maio de 1838 e morreu “*aos 15 de maio de 1868 na Abysinia*”¹⁹⁹⁹;

6-I) JOSÉ AGOSTINHO XAVIER, que continua. Nasceu no dia 3 de setembro de 1778 e faleceu a 9 de fevereiro de 1822. Á semelhança do seu irmão Felizardo, seguiu as pisadas do progenitor na secretaria geral do governo, onde começou como simples praticante (por despacho de 30 de junho de 1797), passando posteriormente a oficial supranumerário (em virtude de despacho de 26 de setembro de 1799) e a efetivo (mediante alvará de 5 de dezembro de 1808), isto para além de alferes de milícias, patente que recebeu por carta de 7 de julho de 1798.²⁰⁰⁰

Casou com D. Ana Maria Gomes, de Benaulim, filha de António Salvador Gomes, de quem teve:

7-I) CRISTÓVÃO SEBASTIÃO XAVIER, que segue;

de tabellas de portes do correio, de juros e de reis fortes, comparados com os de Goa, Imprensa Nacional, Nova Goa; e id. (1862), *Synopse classificada e chronologica das peças importantes que importam os Boletins do Governo Geral do Estado da India no anno de 1863. Terceiro depois do bissexto*, Imprensa Nacional, Nova Goa – sendo que esta última foi elaborada em colaboração com José António Caetano da Piedade de Nazareth.

¹⁹⁹³ Xavier, Filipe Nery (1861), *Lista geral dos empregados civis, ecclesiasticos e militares e Goa, Damão e Diu, referida a 31 de outubro de 1861*, Imprensa Nacional, Nova Goa. Já no ano anterior o autor ensaiara uma primeira incursão nesta matéria, ao incluir no seu *calendário* para 1861 uma “*lista dos empregados civis, militares e ecclesiasticos de Goa*”.

¹⁹⁹⁴ Falamos de dois trabalhos complementares: Xavier, Filipe Nery (1878), *Collecção das leis peculiares das comunidades agricolas das aldeias dos concelhos das Ilhas, Salsete e Bardez, de 1855 até 1878*, Imprensa Nacional, Nova Goa e id. (1878), *Indice alphabetico e remissivo das materias contidas no segundo volume da collecção das leis peculiares das comunidades agricolas das aldeas dos concelhos das Ilhas, Sakcete e Bardez. 1855-1877*, Imprensa Nacional, Nova Goa. No que diz respeito ao primeiro, a boa aceitação que conheceu espelha-se na anotação feita pelo biógrafo familiar: “*O conselho governativo, reconhecendo a conveniencia e vantagem que deve resultar da administração d’aquellas corporações do estudo d’esta compilação, auctorizou as comunidades das Velhas e Novas Conquistas a comprar a dita collecção pelo produto dos seus rendimentos. Circ. de 27 de julho de 1878*” – id., *ibid.*, 31.

¹⁹⁹⁵ Xavier, Filipe Nery (1860), *Calendario civil e ecclesiastico do anno de 1861. Primeiro depois do bissexto acompanhado da lista dos empregados civis, militares e ecclesiasticos de Goa*, Imprensa Nacional, Nova Goa e id. (1876), *Calendario chronologico, astronomico, ecclesiastico e historico, contendo, alem de outras materias ordinarias, varias e curiosas noções historicas principalmente deste paiz, dispostas em ephemerides, e seguido d’uma tabela chronologica dos reis de Portugal. Para o anno de 1877. Primeiro depois do bissexto*, Imprensa Nacional, Nova Goa.

¹⁹⁹⁶ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 30 e ss, 49 51 e 52, e Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 356 e 357.

¹⁹⁹⁷ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. II, 43 e 44.

¹⁹⁹⁸ Veja-se o título Colaço, de Rachol, ponto 2-II-2), b).

¹⁹⁹⁹ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 49.

²⁰⁰⁰ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 4 e 47.

7-II) Anselmo José Gomes Xavier, relativamente ao qual anota Francisco João Xavier: *“Depois dos estudos primários foi para Moçambique pelos anos de 1829 por chamamento do seu thio Francisco João da Costa Xavier, que o levou em sua companhia para França e depois para o Brasil, donde regressando para Moçambique foi nomeado feitor do districto de Tete por portaria de 3 de novembro de 1848, e mais tarde para o cargo de thezoureiro da administração da fazenda do districto de Quilimane em virtude de outra P.G. de 25 de janeiro de 1859 (...) até que obteve a sua reforma”*, acrescentando ter morrido solteiro em Tete em 1875²⁰⁰¹. Ou seja, uma vez mais omite-se – cremos que intencionalmente – o facto de Anselmo José ter sido, sobretudo, negreiro, atividade na qual era, naturalmente, associado do seu tio e protetor;

7-III) Joaquim Amândio Xavier, falecido solteiro no dia 12 de janeiro de 1876;

7-IV) D. Maria Justina Xavier, a qual casou com João Caetano de Moura, de Chicalim, não tendo havido descendência deste enlace;

7-V) António Maria Xavier, nascido cerca de 1809, também optou por se empregar nos serviços administrativos locais, tendo-se domiciliado em Pangim, onde morreu, solteiro, a 24 de julho de 1883. Trabalhou sempre na contadoria geral da junta da fazenda pública do Estado da Índia, onde principiou na qualidade de praticante (por despacho de 18 de julho de 1836), passando depois a escrivão da repartição do papel selado (portaria geral de 24 de outubro de 1840), amanuense de primeira classe e sub-chefe da referida repartição (portaria geral de 5 de maio de 1855), segundo escriturário (portaria geral de 21 de dezembro de 1866), e, finalmente, primeiro escriturário (portaria geral de 18 de julho do ano seguinte) e, por inerência, chefe da 5ª repartição daqueles serviços. Aposentou-se em 1876, por decreto de 19 de dezembro desse ano²⁰⁰²;

7-VI) Inácio Caetano Xavier, o qual, segundo o biógrafo familiar, *“foi para França, onde do(u)torou-se pela universidade de Pariz em sciencias medicas; falleceu solteiro em Lisboa no hospital de S. José”*²⁰⁰³;

7-VII) D. Maria Felicidade Xavier, que casou em 1827 com Vicente Paulo de Melo, da Raia, filho de Miguel António de Mello, originário da mesma localidade, e de D. Rosália Isabel Colaço, de Rachol. Com geração, que segue no título dedicado a esta família²⁰⁰⁴;

7-VIII) D. Maria Esperança Xavier, a qual nasceu a 25 de novembro de 1817, tendo casado, no dia 8 de fevereiro de 1831, com Francisco Xavier Fernandes, filho de Domingos Francisco do Rosário Fernandes e, portanto, irmão de D. Clara Felicidade Fernandes, mulher de seu tio Filipe Nery Xavier²⁰⁰⁵. A sua descendência vem tratada no título subordinado aos Melo da Raia²⁰⁰⁶;

7-IX) D. Especiosa Xavier, que nasceu em 1819 e morreu solteira;

7-I) CRISTÓVÃO SEBASTIÃO XAVIER, que continua. Casou com D. Maria Eufregina Fernandes de Noronha, filha de José Filipe Benedito Caetano Xavier Fernandes de Noronha e de sua segunda mulher D. Maria Esperança Esperança Piedade de Melo²⁰⁰⁷.

Foram filhos deste casal:

8-I) José Agostinho Xavier, que nasceu em dezembro de 1830. De acordo com o biógrafo familiar: *“estando a completar os estudos, embarcou-se para Moçambique a pedido do seu thio-avô Francisco*

²⁰⁰¹ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 39 e 47.

²⁰⁰² Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 40 e 47.

²⁰⁰³ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 47.

²⁰⁰⁴ Veja-se o anexo: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Melo, da Raia, § 2, ponto 2-IV).

²⁰⁰⁵ Vide, *supra*, ponto 6-VII).

²⁰⁰⁶ Consulte-se o anexo: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Melo, da Raia, § 1, ponto 10-II).

²⁰⁰⁷ Veja-se o título Fernandes de Noronha, de S. Matias, ponto 4-X).

João da Costa Xavier, e ahi casou com uma sobrinha d'elle por mulher, chamada Anninha, filha de José Luiz de Gouvêa, de Chorão das Ilhas, estabelecido ha muitos annos em Moçambique; destinou-se á vida commercial até que passados annos falleceu no Zumbo a 12 de novembro de 1866, deixando viuva e um filho, Christovão Sebastião Xavier, que falleceu em 1886 no districto de Tete tendo 21 annos de idade. Era capitão-mór das terras firmes"²⁰⁰⁸;

8-II) D. Maria Justina Xavier, "nascida em 1832 e fallecida aos 25 de abril de 1846 da idade de 13 annos. Veja-se a seu respeito o artigo necrológico publicado por Francisco Gonçalves Ferreira, sub-chefe da repartição militar e professor da lingua franceza no Lyceu Nacional, no jornal Gabinete litterario das Fontainhas de 1846 pag, 21 exaltando as virtudes da fallecida"²⁰⁰⁹. Transcrevemo-lo por se tratar de um bom exemplo do estilo da época: "*Algumas lagrimas de despedida! Huma desgraça, que longe estavamos de eserar, acaba de cubrir de luto uma das principaes familias deste Bairro! A filha primogenita do Sr. Christovão Sebastião Xavier, Official-maior graduado da Secretaria do Governo, foi accomettida, no dia 23 deste mez as 11 horas da manhã, de hum violentissimo accesso de febre, que para logo a privou de todos os sentidos, e do uso da falla! Os recursos da Arte; – os extremosos cuidados da sua familia; a pericia e incançavel solicitude do seu Facultativo assistente; as preces, e votos dos seus visinhos, tudo foi baldado! Cumpriu-se o que a providencia aprouve Decretar, e como huma flor mimosa, que mal começa a desabrochar-se de súbito empalidece, murcha, e morre, se proximo lhe cahe hum raio, assim a Sr.a D. Maria Justina Xavier cessou de existir no dia 25 deste mesmo mez ás 7 horas da manhã!! Será hum desses sonhos aterradores, que ás vezes nos interrompem o somno, e nos occasionam crueis sobresaltos, ou he huma realidade isto que accabâmos de dizer?! Quizeramos podel-lo duvidar; mas..... (ai!!) não nos he dado!... Quando contávamos, que hum dia nos caberia o prazer de a vermos adornada das galas nupciaes, dirigindo-se ao Altar que a esperava, vimol-a (oh dor!... penoso he dizel-o) vimol-a no hum Esquife, caminhando para a ultima morada e fizemos parte do seu préstito funebre!! Como tão cedo se abriu para ella a sepultura; não sabendo a morte respeitar a pureza dos seus costumes, a docilidade do seu character, e tantas outras virtudes, que enriqueciam já o seu coração de 13 annos!!! Não nos atrevemos a dizer, que esta menina digna de huma longa existencia, e do porvir risonho, que lhe acenava, era a filha mais amada do Sr. Christovão; porque não sabemos, se o amor paternal se reparte desigualmente por filhos bons; mas podemos assegurar que ella fazia as delicias da sua vida! Tinha correspondido de hum modo pouco vulgar aos louvaveis esforços que seu carinhoso Pai empregara para accrescentar aos dotes, com que a natureza a havia favorecido, huma educação apurada, para a qual desde os primeiros annos mostrou huma propensão decidida! A muzica era a sua occupação predilecta. Para entreter toda a sua familia, ou para restituir a seu Pai a tranquillidade d'espírito, que ás fadigas da vida publica ás vezes afugentam, fazia-lhe provar os fructos dos seus desvelos: corria os dedos sobre o teclado do seu piano; juntava as melodias da sua voz, aos armoniosos sons da sua viola Franceza, e outras vezes presidia a huma pequena Orchestra composta dos seus irmãos, e irmãos a quem ensinava aquelles, e alguns outros instrumentos que tocava. Não era aliás preciso tanto. – Só a sua presença, o sorriso, innocente, que habitualmente acompanhava as suas palavras articuladas com brandura, e sinceridade bastavam para desviar essas ligeiras inquietações! Dissereis que hum Anjo de paz baixando à terra beatificava essa morada! E que agora desaparecendo d'entre nós foi reunir-se a essas Legiões que assistem à Magestade Divina!! ... Estas dolorosas recordações não consentem que conservemos as faces enxutas! E, se o pranto he hum tributo de gratidão, demos largas ao nosso pranto... unamol-o ao da sua inconsolavel familia!! Eramos seu visinho, e tão visinho (Santo Deos!) que até lhe ouvimos os anhelitos angustiosos da hora extrema!... Caro pagámos a partilha dos seus innocentes passa-tempos!! Que a terra lhe seja leve, e de flores se cubra a sua campa. Fontainhas, 28 de Abril de 1846. F.F."*

8-III) D. Emília Leopoldina da Piedade Xavier, a qual nasceu no dia 29 de junho de 1834. Casou em abril de 1858 com Francisco Xavier Lourenço, "*cirurgião-medico pela escola medico chirurgica e*

²⁰⁰⁸ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 49 e 50.

²⁰⁰⁹ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 50.

*director que foi do hospital da misericórdia de Goa, e fallecido a 1 de novembro de 1890*²⁰¹⁰. Foram os progenitores de:

8-III-1) D. Maria Angélica Lourenço, nascida a 29 de abril de 1859 e casada em abril de 1879 com Luís Maria de Noronha. Este, falecido no dia 17 de março de 1880, era condutor de obras públicas e um *“artista distincto”*. Sem geração;

8-III-2) Francisco Xavier Lourenço, que nasceu no dia 20 de maio de 1860. Foi *“cirurgião-medico pela escola medico-cirurgica de Goa”* e delegado da junta de saúde de Bicholim, nas *Novas Conquistas*. Casou no dia 22 de abril de 1884 com D. Maria Aurora Lourenço, de Margão, filha do advogado *provisionário* Faustino Maria Lourenço e de D. Maria Esperança da Piedade Efigénia Álvares²⁰¹¹. Tiveram:

a) **Francisco Xavier Lourenço**, nascido no dia 10 de março de 1885;

b) **Luís Francisco Lourenço**, que nasceu a 10 de janeiro de 1887;

c) **D. Maria Laura Ângela Lourenço**, a qual nasceu a 17 de setembro de 1888;

d) **Caetano José Lourenço**, nascido no dia 28 de novembro de 1889;

8-IV) D. Maria Pudenciana Matilde da Piedade Xavier, que nasceu no dia 8 de outubro de 1836. Casou em abril de 1857 com António José da Gama. Este nascera *“nascera em Vernã aos 20 de setembro de 1814 (e era) facultativo de 1.ª classe reformado no posto de major, cavalleiro da ordem de N. Sr.ª da Conceição de Villa Viçosa por decreto de 5 de setembro de 1861”*²⁰¹². De acordo com outro autor: *“major-médico, reformado, do quadro de saúde da Índia, cavaleiro da Ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa, por decreto de 5 de Setembro de 1861, e clinico de renome, nascido em Verná, Salsete, em 20 de Setembro de 1814 e, que com os preparatórios feitos em Margão e no Seminário de Rachol, partira em 22 de Abri de 1833, subsidiado pelas Câmaras Agrárias e tesouro público, para Portugal, com Manuel José Felicissimo de Abreu, Raimundo Venâncio Rodrigues e Aureliano Aleixo Leandro Mascarenhas, em virtude da provisão do Conselho Ultramarino de 2 de Maio de 1832, dimanada de ordem régia, ordenando que fossem escolhidos quatro mancebos para irem estudar na metrópole á custa das Câmaras Agrárias e do tesouro público. Tendo ali feito o curso da Escola Médico-Cirurgia de Lisboa, foi nomeado, em 13 de Maio de 1840, cirurgião extraordinário da Armada, por 3 anos, pelo Conselho de saúde naval e do ultramar, e depois, por decreto de 13 de Abril de 1842, cirurgião-mór d’um dos corpos do exercito da Índia. Regressando no mesmo ano á Índia, foi promovido a cirurgião de 1.ª classe, em 1845, quando se organizaram os quadros de saúde no Ultramar, reformando-se em major em 1871, tendo desempenhado várias comissões de serviço, sempre com a maior correcção. Faleceu em 8 de Abril de 1903”*²⁰¹³. E ainda: *“O 4.º é o cirurgião da 1.ª classe do quadro de saude da Índia sr. Antonio José da Gama, bramane, hoje reformado no posto de major, e cavalleiro da orem de N. Sr.ª da Conceição de Villa Viçosa, o qual depois de longos annos da carreira de clinica no hospital militar de Goa e do ensino na escola medico-cirurgica retirou-se da vida publica ha tres annos com os melhores creditos daquelles dois nossos importantes estabelecimentos publicos. O sr. Gama nasceu em Vernã aos 20 de setembro de 1814; estudou o latim em Margão na aula regia sob a direcção do professor padre Joaquim Felipe Pacheco e no seminario de Rachol sob a direcção do douto professor padre Miguel Felipe de Quadros; a philosophia sob a direcção do professor padre Constancio Mesquita, e quando foi para Portugal, prestando exames de preparatorios, matriculou-se na escola medico-cirurgica do hospital de S. José de Lisboa, e ahi estudou 5 annos depois da habilitação da respectiva escola empregado em*

²⁰¹⁰ Cfr. título Pereira, de S. Matias, ponto 7-II-2).

²⁰¹¹ Veja-se o título Álvares, de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 5-IV-6), b).

²⁰¹² Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 50.

²⁰¹³ Cunha, António Maria da (1925), 74 e 75.

comissão de cirurgião extraordinario da armada por 3 annos, por nomeação do conselho de saude naval e do ultramar de 13 de maio de 1840. Foi nomeado cirurgião-mór d'um dos corpos do exercito da India por decreto de 13 de abril de 1842; – embarcou-se em junho de 1842 na fragata D. Maria 2.a e chegou a Goa no mesmo anno e logo empregado no hospital militar, e encarregado de reger provisoriamente a 2.a cadeira da escola medica por deliberação do conselho da mesma, de 25 de maio de 1843. Em 1845 foi transferido para o quadro de saude organizado por decreto de 5 de fevereiro do dito anno, segundo o outro decreto de 14 de setembro de 1844, instituição nova para o ultramar, e no mesmo anno por decreto de 14 de agosto promovido a cirurgião de 1.a classe. Desempenhou diferentes comissões no tratamento da cholera e bexigas nas novas e velhas conquistas em 1844 – 1849 e foi em serviço por tres vezes para as praças do norte para fiscalização dos respectivos hospitaes e boticas, em 1854, 1858 e 1862; – vogal da comissão administrativa da santa caza da mizericordia em 1851; – vogal do conselho do governo em 1855; – e a seu respeito disse o governador geral José Ferreira Pestana em um documento official, a S.M. o seguinte = Em todo o sentido optimo empregado, é um medico geralmente bem aceito, e bemquisto com muita reputação e que ao mesmo tempo como empregado publico cumpre as suas obrigações satisfactoriamente”²⁰¹⁴.

Foram filhos deste casal:

8-IV-1) D. Ana Rita Alexandrina Emília da Gama, que nasceu em Pangim a 20 de abril de 1858 e casou na capela de S. Sebastião de Arporá a 16 de janeiro de 1872 com José Gerson da Cunha, “nascido a 2 de fevereiro de 1844, graduado em medicina, cirurgia e obstetricia pela universidade de Edimburgo, e collegio medico de Londres, cavalleiro da ordem de S. Gregorio Magno e da corôa de Italia, commendador da antiga, nobilissima e esclarecida ordem de S. Thiago de merito scientifico, litterario e artistico, socio de varias sociedades scientificas e litterarias, nacionaes e estrangeiras, delegado geral da sociedade academica indo-chineza de França, membro do senado da universidade de Bombaim, dito do congresso internacional permanente ornitologico da dita cidade, vice-presidente honorario e secretario da secção numismatica da real sociedade asiatica, auctor de muitas obras litterarias e scientificas publicadas em maratha, inglez, e italiano &&”²⁰¹⁵. Com geração²⁰¹⁶. Acrescenta um dos seus biógrafos: “D. Ana Rita da Gama era senhora superiormente educada, de notável ilustração, falando corretamente algumas linguas europeias e orientais, e tem do visto, com olhos de ver, muito mundo nas suas viagens pela Europa, – onde teve demorada permanência, sobretudo na Italia, – e pela India. Faleceu em 18 de Outubro de 1821, no Mar Vermelho, a bordo do vapor “Tevere”, quando, já muito doente, regressava da Italia com seus filhos Olivia e Gilberto, confortada com as orações da Igreja por um dos sacerdotes que vinha a bordo do mesmo vapor, tendo o seu cadáver baixado ao Mar Vermelho com a solenidade própria das sepulturas que se abrem no Oceano, cemitério de invólucros dos grandes espíritos!”²⁰¹⁷;

8-IV-2) António José da Gama Júnior, que nasceu no dia 31 de março de 1871 e foi “licenciado em medicina e cirurgia pela universidade de bellas letras no Wilson college de Bombaim, por diploma obtido em janeiro de 1892, sendo premiado com dois premios pecuniarios no 1.o e 3.o anno do respectivo curso”²⁰¹⁸. Domiciliou-se em Bombaim onde exerceu clínica. Casou com a sua prima D. Maria Etelvina Clotilde Xavier²⁰¹⁹, de quem teve geração;

8-V) FRANCISCO JOÃO XAVIER, que segue;

²⁰¹⁴ Abreu, Miguel Vicente de (1874), 6 e 7.

²⁰¹⁵ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 50.

²⁰¹⁶ Veja-se o título Cunha, de Arporá, ponto 7-I).

²⁰¹⁷ Cunha, António Maria da (1925), 75.

²⁰¹⁸ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 50 e 51.

²⁰¹⁹ Veja-se *infra* ponto 9-VII).

8-VI) José Filipe Xavier, “nascido em 1839 e falecido em 1867, depois de uma prolongada enfermidade”²⁰²⁰;

8-VII) Anselmo José, que nasceu em 1839 e morreu com sete anos;

8-VIII) D. Ana Maria Xavier, a qual nasceu em 1844 e morreu no dia 7 de dezembro de 1892. Casou em abril de 1858 com Lourenço António da Gama, “*proprietario e capitalista*”, falecido em fevereiro de 1878. Tiveram:

8-VIII-1) rapaz, que morreu aos dois anos;

8-VIII-2) D. Maria Elvina da Gama, casada com Francisco António Júlio Pinto, filho de Francisco Salvador Pinto e de D. Camila da Gama²⁰²¹;

8-VIII-3) D. Maria Matilde Júlia da Gama, a qual casou em setembro de 1882 com Pedro Roque Joaquim Barreto. Este era filho de Francisco João Barreto, natural da Raia e “*major reformado da guarnição d’este Estado*” e de D. Rita Rosália Barreto, natural de Rachol;

8-IX) Inácio Caetano Xavier, nascido no dia 5 de junho de 1845. Deu entrada na secretaria-geral do governo em 1865 no posto de praticante. Aí se manteve até 1875, já na qualidade de amanuense de 1ª classe. Entretanto prosseguira estudos e depois de terminar o curso do liceu de Nova Goa diplomou-se em medicina na Escola Médico-Cirúrgica. O respetivo diploma foi passado a 26 de março de 1872²⁰²². Foi nomeado facultativo de 2ª classe para S. Tomé e Príncipe a 25 de setembro de 1875 e partiu para aquele arquipélago em outubro do mesmo ano. Parece ter passado grande parte da vida em S. Tomé e Angola e “*casou em Lisboa, por procuração, na igreja do Socorro em 14 de junho de 1887 com D. Maria José Portugal, que fôra professora de piano tendo o respectivo curso no conservatório d’aquella cidade e pessoalmente em Loanda na igreja da misericórdia em 29 de agosto do mesmo anno, sendo padrinhos do casamento o chefe do serviço de saude, Dr. Antonio Duarte Ramada Curto, sua esposa e o Marquez das Minas. Passado um anno, ou pouco mais, a dita D. Maria falleceu depois de uma prolongada enfermidade a 30 de dezembro de 1888 e jaz enterrada no cemiterio dos Prazeres em jazigo especial que o desconsolado esposo mandou construir com a seguinte inscripção “= Jazigo da familia Xavier=” tendo o brasão de armas da mesma familia*”. Inácio Caetano Xavier recebeu quando ainda morava em Goa um louvor e foi condecorado com o grau de cavaleiro da ordem de Cristo (decreto de 2 de outubro de 1873) “*pelos serviços prestados na ocasião de cholera-morbus em 1869*”²⁰²³

8-X) Maria, “*que falleceu de 15 dias*”;

8-V) FRANCISCO JOÃO XAVIER, que continua. Nasceu em Loutolim no dia 15 de março de 1838 e morreu em Pangim a 18 de abril de 1924. De acordo com Aleixo Costa: “*Foi oficial maior da antiga secretaria-geral deste Estado e, por quatro vezes, secretário-geral, interino, tendo desempenhado, durante a sua longa carreira pública de 57 anos, numerosíssimas comissões de serviço público, sendo por elas louvado e agraciado com o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo. Dirigiu os serviços da Imprensa Nacional, desde 1875 a 1880 e foi sócio da Real Sociedade Asiática de Bombaim, da Sociedade de Geografia de Lisboa e do Instituto Vasco da Gama*”. Deixou bastante obra publicada, na sua maioria versando os assuntos de natureza jurídico administrativa com que trabalhava: *Repertorio alphabetico e remisso das materias do decreto de 1.º de dezembro de 1866 que contem o regimento para a administração da justiça nas provincias de Moçambique, Estado da India, Macao e Timor* (Nova Goa, 1867; reeditado e melhorado em 1869), *Repertorio alphabetico e remissivo das materias do codigo do crédito predial das provincias ultramarinas* (Nova Goa, 1867; em 1876 saiu uma edição melhorada

²⁰²⁰ Id., ibid..

²⁰²¹ Veja-se o título Pinto, de Candolim, ponto 7-VIII-2), a).

²⁰²² Defendeu tese a 23 do mesmo mês e ano.

²⁰²³ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 32 e 33 e 55.

com o título *Código do crédito predial das províncias ultramarinas*), *Collecção das leis peculiares das Ilhas, Salcete e Bardez, ordenada e anotada, com uma breve noticia histórica sobre os estabelecimentos, fundos e outras particularidades dessas corporações* (Nova Goa, 1867; saiu um *Supplemento* em 1877), *Legislação sobre a alheação dos terrenos baldios pertencentes ao Estado. Colligida e anotada com uma norma do processo estabelecido neste Estado segundo as especialidades do paiz* (Nova Goa, 1867), *Manual dos regedores de parochia e seus officiaes* (Nova Goa, 1868) e *Manual das juntas de parochia* (Nova Goa, 1873)²⁰²⁴.

Casou no dia 26 de janeiro de 1864 com D. Maria Ermelinda Matilde de Abreu, filha de Miguel Vicente de Abreu e de D. Maria Luísa Quitéria Peres²⁰²⁵.

Tiveram:

9-I) D. Maria Eufregina Ermelinda Luísa Xavier;

9-II) D. Maria Esperança Lucília Xavier;

9-III) Maria Helena Francisca Isménia Antónia Xavier;

9-IV) D. Maria Helena Joaquina Xavier;

9-V) Cristóvão Sebastião Xavier;

9-VI) João José Agostinho da Natividade Xavier, comumente conhecido por **José Agostinho Xavier**, “nascido a 24 de dezembro de 1872 e batizado em casa dos seus paes em perigo de vida pelo Rev.d.o Caetano Xavier d’Abreu, antigo parcho da igreja de Saligão, tendo-lhe sido postos os santos oleos aos 10 de março de 1873; foram padrinhos João Antonio Longuinhas da Silva Pereira, cavalleiro da ordem de Christo, medico do partido municipal do concelho das Ilha e presidente da camara municipal de Salsete, e sua thia-avó D. Espesiosa Xavier”²⁰²⁶. “José Agostinho Xavier, obtendo o 1.o prémio no complementar, fez o curso do Liceu Nacional, estudou matemática e desenho no Instituto Profissional, e fez exames da 1.a parte de Física, Química e Introdução á História Natural. Nomeado, mediante concurso, amanuense de 2.a classe da Secretaria Geral do Govêrno, por port. de 12-12-1894, foi promovido, sucessivamente, a amanuense de 1.a classe, por port. de 14-7-1902; a 2.o official por port. de 13-7-1906; a 1.o official, por port. de 19-6-1919; e a official-maior, por port. de 6-11-1919. Foi nomeado saecretário geral interino, a primeira vez, por port. de 22-4-1922, servindo até 22-5-1924, e, pela 2.a vez, desde 6-4-1925 até 7-7-25, exercendo todas as funções inerentes ao cargo de secretário geral, além de numerosas comissões extraordinárias. Foi agraciado com o grau de cavaleiro da Ordem de N. S. da Conceição, por dec. de 5-5-98, que renunciou; louvado por port. ministerial de 12-6-1897 (...)”²⁰²⁷. Publicou algumas obras, de entre as quais um *Manual dos regedores de paróquia e seus officiaes*, que conheceu várias edições, um *Repertorio alfabetico e remissivo da legislação da instrução publica* (1897), uma *Resenha alfabética dos regulamentos, compromissos, estatutos e posturas municipais etc. publicados nos Boletins Officiais até o ano de 1898* e um *Código parochial para uso das juntas de parochia, comissões de fabricas e parochos* (1900). Deu igualmente ao prelo um *Catálogo das moedas existentes no gabinete numismático da biblioteca nacional de Nova Goa* e um *Manual de danças*²⁰²⁸. Casou com D. Delmira Carolina Augusta Lucrécia da Gama Pinto, de Arporá²⁰²⁹, filha de Durante Faustino da Gama Pinto e de D. Cecília Maria dos Prazeres da Cunha. Com geração;

²⁰²⁴ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 357 e ss. Para uma descrição exaustiva do percurso profissional do biografado, Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 17 e sgts.

²⁰²⁵ Veja-se o título Álvares, de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 3-VII-2), a).

²⁰²⁶ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 54.

²⁰²⁷ Cunha, António Maria da (1925), 154 e 155.

²⁰²⁸ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 360 e 361.

²⁰²⁹ Veja-se o título Pinto, de Candolim, ponto 6-III-1), b).

9-VII) D. Maria Etelvina Clotilde Xavier, “nascida a 30 de setembro de 1874, e batizada aos 8 de outubro do dito anno, sendo padrinhos o seu thio materno Manoel Antonio d’Abreu, residente em Lisboa, commissario de 1.ª classe de fazenda da armada, e socio effectivo da sociedade propagadora dos conhecimentos geographicos africanos, e sua irmã D. Maria Eufregina Ermelinda Luiza Xavier e Miranda”²⁰³⁰ Casou com o seu primo António José da Gama júnior²⁰³¹

9-VIII) António Cláudio Inácio Caetano Xavier, que nasceu a 14 de março de 1877 e foi “baptizado a 26 do dito mez, sendo padrinhos o seu thio avô, dito P.e Cetano Xavier d’Abrei, e sua thia matherna D. Jacintha Joanna Maria Ritta d’Abreu e Albuquerque, esposa do distincto escriptor Antonio Vicente da Silva Albuquerque, habilissimo advogado, professor da lingua franceza em Margão e vogal da junta geral de provincia pelo concelho de Salsete”²⁰³². Foi capitão de infantaria. Casou com D. Adelina Barreto, filha de Júlio Francisco Xavier Barreto e de Ana Maria Rita Josefa Placídia de Abreu – pelo que irmã de Floriano Barreto²⁰³³

9-IX) ANTÓNIO MARIA EURICO ALBERTO FIEL XAVIER, que segue;

9-IX) ANTÓNIO MARIA EURICO ALBERTO FIEL XAVIER, que continua. Mais conhecido como **Alberto Xavier**. De acordo com o biógrafo familiar: “nascido a 24 de abril de 1881 e baptizado aos 3 de maio do dito anos, sendo padrinhos o seu cunhado João Baptista de Miranda e sua irmã D. Maria Lucilia Xavier e Ferreira”. Aleixo Costa dedica-lhe a seguinte nota biográfica: “Juiz-conselheiro do Tribunal de Contas (...). Após a sua formatura em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1908, exerceu a profissão de advogado em Lisboa. Nomeado em 1912, administrador do 4.º bairro de Lisboa, permaneceu nesse lugar até fins de Setembro de 1919, data em que foi providos nos elevados cargos de secretário-geral do Ministério das Finanças e de director-geral da Fazenda Pública. Por decreto de 19-IV-1924, é nomeado administrador-geral da Casa da Moeda e valores selados, em comissão temporária, gratuita, exercendo ao mesmo tempo, o cargo de comissário-adjunto do governo na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses. Em Março de 1933, assume o alto cargo de Juiz do Tribunal de Contas. Foi deputado, pelo círculo de Estremoz, do distrito de Évora, de 1913 a 1925. Desempenhou missões oficiais importantes no estrangeiro, em 1924, 1925 e 1928. Foi chefe do gabinete do Ministério da Justiça, quando Álvaro de Castro foi ministro, bem como do gabinete do presidente do Ministério, Sá Cardoso. Em consequência da extinção do lugar pelos novos estatutos, deixou de exercer, em 1-VII-1947²⁰³⁴, o cargo de comissário do governo na C.P., o qual vinha desempenhando desde 1940, com a morte do Dr. Ginestal Machado, na qualidade de comissário-adjunto, para o qual havia sido nomeado em meados do ano de 1924. Colaborou em numerosas revistas e jornais literários. Fundou e dirigiu o Diário da Tarde, bem como o importante semanário O Cronista que superiormente dirigiu. A par da sua vasta erudição e do estudo meticoloso de assuntos que versa, Alberto Xavier seduz pelo seu estilo. Era também orador eloquente, como atestam iniludivelmente as suas admiráveis orações e conferências. Faleceu em Lisboa, onde se havia estabelecido”²⁰³⁵. Morreu em 1975. Deixou larga obra publicada versando sobretudo assuntos jurídicos, literários e históricos²⁰³⁶. Destacamos, de entre os trabalhos que escreveu, o livro *Memórias da vida pública* pelos parágrafos que dedicou à sua família e infância em Goa: “A minha família, tanto pelo lado paterno como pelo materno, era das principais do Estado da Índia Portuguesa, com excelentes tradições, cujas origens são longínquas. Meu pai, Francisco João Xavier, era um alto funcionário do Governo local. Este cargo, tinha, ao tempo, a designação de Oficial-Maior, substituto nato do Secretário Geral desse domínio ultramarino e, como tal, com assento e direito de voto no Conselho do Governo e noutros organismos primaciais da estrutura administrativa da colónia, em todos os casos de ausência ou impedimento dessa autoridade. Era um homem de estatura física elevada, figura imponente e respeitável, afabilíssimo no trato. A sua fisionomia, de traços

²⁰³⁰ Xavier, Francisco João (atrib.) (1893), 54.

²⁰³¹ Veja-se *supra* ponto 8-III-4), b).

²⁰³² Id., *ibid.*,

²⁰³³ Veja-se o título Álvares de Margão, Abreu, da Piedade, Baptista, de Loutolim e Ferreira, de Corjuém, ponto 3-VII-2), a).

²⁰³⁴ Se bem que no texto original venha por gralha 1974.

²⁰³⁵ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 341 e 342.

²⁰³⁶ Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. III, 342 e ss.

regulares, simpática, estava de harmonia com as suas invulgares qualidades morais: carácter nobre, bondoso, duma lealdade perfeita, duma probidade inconcussa; espírito esclarecido, propendendo inalteravelmente para a rectidão e justiça. Gozou sempre da consideração geral. Não conheceu inimigos.

Durante a sua longa permanência no referido cargo, o meu pai exerceu muitas vezes, por períodos mais ou menos largos, a efectividade das funções de Secretário Geral do Governo do Estado da Índia, com expressa nomeação, quando o lugar estava vago, cujo provimento, da competência do Governo da metrópole, devendo fazer-se, por lei, num bacharel formado em direito, com determinados requisitos, demorava algum tempo.

Um dos meus antepassados, Sebastião Xavier, também fôra Oficial-Maior da Secretaria Geral do Governo da Índia. Os sucessivos Vice-Reis – Marquês de Távora, Conde de Alva, Marquês de Alorna, Conde de Ega – tiveram-no em muito apreço, segundo documentos autênticos que tive ensejo de ler.

Outro antepassado, Filipe Nery Xavier, exerceu o mesmo cargo. Mas notabilizou-se, paralelamente, noutro campo, pelos seus numerosos e valiosos estudos de investigação histórica, sobre as “Comunidades das aldeias”, instituições típicas, sobre os usos e costumes dos habitantes não cristãos da Índia Portuguesa. Foi também autor do Esboço de um dicionário histórico-administrativo, e fundador e director da revista mensal O Gabinete Literário das Fontainhas. Mas a obra que despertou o mais vivo e geral interesse é intitulada Resumo histórico da maravilhosa vida, conversões e milagres de S. Francisco Xavier, apóstolo, defensor e patrono da Índia (1859). Foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, e de outros institutos congéneres. Em 1901, celebrava-se solenemente o nascimento desse homem célebre, com o apoio e a participação da autoridade governamental.

O meu avô paterno, Cristóvão Sebastião Xavier, personalidade igualmente respeitada, a todos os títulos, também foi Oficial-Maior da Secretaria Geral do referido Governo da Índia, e Secretário Geral interino por algum tempo. Deixou assinalados nesses cargos os seus méritos e virtudes. Morreu pobre. O Governo da metrópole, pelo Ministro do Ultramar, ao tempo, José Maria Latino Coelho, concedia, num gesto excepcional, à sua viúva, minha avó, D. Maria Eufregina Fernandes de Noronha Xavier, uma pensão vitalícia por seu marido ter servido o país com préstimo e honra.

O meu irmão mais velho, José Agostinho Xavier, ascendeu, igualmente, às altas funções de Oficial-Maior da Secretaria Geral daquele Governo.

Dir-se-ia que tal cargo representava propriedade duma família, cuja posse se transmitisse, de geração em geração, por direito hereditário.

Outros antepassados desenvolveram as suas actividades por diversa forma, noutras colónias, na metrópole e no estrangeiro. Quase todos se entregaram, simultaneamente, a estudos diversos, científicos, de investigação histórica ou bibliográfica, de comentários de leis, e deixaram obras de merecimento. O meu pai, que fôra, durante alguns anos, Director da Imprensa Nacional de Nova-Goa, escreveu um opúsculo, em 1877, sobre assuntos relacionados com a arte tipográfica e bibliográfica. Teve o melhor êxito entre os amadores do género, nacionais e estrangeiros. Um membro da família Guttenberg, que residia em Lisboa, dirigiu-se ao autor a felicitá-lo.

Muitos desses antepassados foram Comendadores e Cavaleiros de diversas Ordens.

Um deles, Francisco João da Costa Xavier, depois de ter estado em França e no Brasil, foi para Moçambique, sendo coronel de milícias, comandante da vila de Tete, Governador da capitania dos rios de Sena, Governador de Quelimane. Pela carta régia passada aos 11 de abril de 1821 era-lhe concedido o Brazão de armas de nobreza e fidalguia, com o fundamento de que seus pais e avós haviam sido pessoas distintas.

Com profunda saudade e justificado enternecimento desejo dedicar aqui algumas linhas à minha mãe, D. Maria Ermelinda Matilde Peres de Abreu Xavier. Era uma senhora inteligente e de esmerada educação, filha duma

personalidade de destaque, escritor e autor de valiosas obras de investigação histórica, que se chamou Miguel Vicente de Abreu. Impunha-se ao respeito de todas as pessoas da sua convivência, parentes e amigos, pela firmeza das suas opiniões e atitudes morais.

A propensão mais acentuada da alma da minha mãe traduzia-se no culto fervoroso da religião católica, aliás tradicional nos meus antepassados. Denotava-se nesta tendência e na prática quotidiana, invariável, uma inclinação ingénita de ordem mística. Frequentava a Igreja, todos os dias, confessando-se e comungando repetidas vezes. Às 9 horas, pontualmente, já lá estava, e regressava a casa às 12. O livro da sua predilecção era o Flos-Sanctorum. Todas as tardes, às 18 h., o meu pai e as pessoas de família, incluindo as visitas íntimas que se encontrassem casualmente, em casa, faziam um círculo em redor da minha mãe, que declamava as páginas da história biográfica do Santo do dia. À noite, antes de nos deitarmos, nova reunião da família. Desta vez reunião plenária, com participação dos serviçais. A minha mãe proferia, deante do pequeno oratório – uma galanteria de flores, de Crucifixo, de imagem de Nossa Senhora, de estatuetas de santos – uma curta oração, em voz alta, sendo secundada, respeitosa, por todos, nos dizeres expressivos.

No campo da religião, a minha mãe era intransigente, um pouco autoritária. Não tolerava nos filhos o mínimo desprendimento. Habitualmente cheia de bonomia no trato, carinhosa, tornava-se intratável quando se via em face de qualquer facto ou atitude que, em matéria religiosa, se lhe afigurasse uma negligência imperdoável. Se as suas perseverantes lições e o seu magnífico exemplo não conseguiram incutir na alma dos filhos igual fervor católico, quase místico, todavia os seus esforços não foram vãos. Fomos-lhe devedores duma formação moral sadia, que a doutrina cristã, quando inteligentemente ministrada no ambiente afectuoso do lar doméstico, sabe assegurar aos espíritos de modo indelével.

A minha mãe, a despeito da intransigência dos sentimentos religiosos e dos seus aspectos um pouco exagerados, amava as coisas profanas e gostava de sociabilidade. Discutia com as pessoas que frequentavam a casa os acontecimentos da vida local, os actos do Governador, emitia os seus juízos críticos com franqueza, sendo, por vezes, severa. A atitude do meu pai, nestas circunstâncias, era muito discreta. Reconhecia-se que não aprovava essa desenvoltura na expressão dos conceitos sobre os homens e sobre os factos. Não a contrariava. Foi sempre para com ela complacente e respeitoso. Mas a minha mãe comentava também os acontecimentos que se desenrolavam na metrópole e noutra parte do Mundo, e formulava as suas opiniões com acerto.

Interessava-se também pela literatura. Lia romances, de preferência históricos, como os de Walter Scott, ou romances populares, como os de Alexandre Dumas (pai), os quais, na sua maioria, fazem esquecer o mundo real. Eu era ainda muito moço e lembro-me, vagamente, dos assuntos que animavam os colóquios entre a minha mãe e a minha irmã mais velha, casada, que vivia numa terra de província, de vegetação natural, exuberante, num palacete suntuoso, pertença do seu marido, rico proprietário. Esta minha irmã, inteligentíssima, muito viva, amando a conversação, vinha, periodicamente, passar alguns dias com os pais. Entabulavam-se controvérsias calorosas entre a filha e a mãe sobre os episódios e as personagens das obras de Dumas (pai), tais como Monte-Cristo e Colar da Rainha, sobre a infeliz Maria Antonieta, sobre a sua patética e dolorosa tragédia. Tudo o que eu ouvia deixava, no meu espírito juvenil, impressões confusas. Não compreendia o alcance dessa disputa, aliás amigável.

Essa minha irmã mais velha não gostava sòmente de conversar. Tinha também a propensão para a polémica verbal. Discutia com homens de alta cultura questões filosóficas, transcendentais, da imortalidade da alma e do além-túmulo. Foi de todas as minhas irmãs aquela que herdou da mãe a inclinação religiosa, quase mística. Mas a tendência do seu espírito mais acentuada revelava-se no gosto pela epistolografia. Mantinha frequente correspondência com pessoas que lhe mereciam consideração e estima, dissertando sobre a vida e os acontecimentos locais e mundiais com uma visão clara das coisas e acuidade crítica. Escrevia bem, com facilidade, numa letra miudinha mas firme, sempre perceptível. As suas cartas bem podiam ser conservadas para ser lidas. Eu chamava-lhe a filha espiritual de Madame de Sevigné. Ela sorria carinhosamente, parecendo lisonjeada com este tratamento. Creio que as obras dessa famosa epistológrafa (sic) francesa lhe eram familiares.

Dois dos filhos dessa minha irmã são ainda vivos. Um, o mais velho, o dr. Pedro Joaquim de Miranda, tem a minha idade. É diplomado em Medicina pelas Universidades de Bombaim e de Londres. Vive há mais de 40 anos na Inglaterra, onde casou com uma inglesa e continua a exercer a sua profissão. Fez-se subdito britânico para assegurar aos filhos e netos direitos iguais aos dos nacionais da Grã-Bretanha. O outro, o dr. Carlos de Miranda, licenciado em direito pela Universidade de Coimbra, é actualmente juiz desembargador do Tribunal da Relação de Lourenço Marques, mas já havia sido desembargador da Relação de Luanda, e, por alguns anos, recentemente, Presidente deste tribunal superior por livre escolha do Ministro das Colónias, em atenção ao seu comprovado merecimento profissional e moral.

Uma coisa me desgostava nos procedimentos caseiros da minha mãe: a sua intromissão investigadora a respeito dos livros que eu lia. Duma vez, descobrindo, na minha estante privada, um volume de Renan – Souvenirs d'enfance et de jeunesse – pretendeu levá-lo para o destruir. Já tinha atingido a maioria e contrariou-me este seu gesto. Observei-lhe respeitosamente que esse livro era muito apreciável e que na mesma estante se encontrava a obra de S. Francisco de Sales, o austero e empolgante autor da Introdução à Vida Devota. Foram inúteis os meus esforços para convencê-la. Não se apossou do volume, é certo. Mas, após este incidente, nunca deixou de dizer, de vez em quando, coisas desagradáveis com referência ao referido escritor francês, e acrescentando que, a continuar a ler os “Renans” e os “Voltaires”, antevia para mim um destino e um futuro funestos! A paixão religiosa gera, infelizmente, semelhanes incompreensíveis atitudes de exclusivismo. A intenção era todavia coerente. Mas a verdade é que as obras de Renan e de Voltaire não exerceram qualquer influência prejudicial nas minhas ideias. (...).

Era boa dona de casa a minha mãe. A data do aniversário natalício de meu pai era sempre festejada. Os meus numerosos parentes reuniam-se, à noite, a cumprimenta-lo. Apareciam também, espontaneamente, aqueles dos juizes do Tribunal da Relação e doutros tribunais, altos funcionários civis, professores da Escola Médica e do Liceu, que eram amigos da família. Alguns dos convivas preferiam entreter-se a jogar. A maioria, velhos e moços, divertia-se dançando. A animação era esfusante. A minha mãe tinha o costume de não oferecer uma ceia em conjunto. É que periodicamente, durante toda a noite, as criadas surgiam com amplas bandejas repletas de iguarias diversas, saborosas, e bebidas adequadas. Essas reuniões terminavam sempre às 6 horas da manhã. Era a única ocasião em que a minha mãe não nos exigia a prática religiosa, aliás habitual. Ela, porém, antes das 9 h., ia a caminho da Igreja e regressava, como sempre, às 12 h., sem revelar qualquer sinal de fadiga após uma noite sem descanso reparador.

A vida da minha família que decorria normalmente tranquila, salvo alguns aborrecimentos mais ou menos aflitivos, aliás próprios da existência humana, dos quais ninguém escapa, foi súbitamente perturbada pelo desejo que manifestei aos meus pais de completar os meus estudos em Portugal e seguir uma carreira que me facilitasse condições mais propícias para a satisfação das minhas aspirações íntimas. Eu era o mais novo entre os irmãos: ao todo oito, quatro varões e quatro do sexo feminino. As minhas irmãs casaram. Os irmãos mais velhos tiveram o destino que lhes conveio. Sòmente eu, concludos os estudos liceais, não me conformei com o modesto emprego que o meu pai me proporcionou devido à sua influência, emprego com acesso. O meu espírito revelava predilecções diversas. Era ávido de curiosidades intelectuais e artísticas, sendo impossível satisfazê-las permanecendo no meio social, restrito, em que era forçado a viver.

Os anos decorriam e o meu perseverante propósito não encontrava decidido apoio. Os meus pais, pelo lado sentimental, não de dispunham a dar-me razão. Não desejavam o meu afastamento para longe deles. A minha existência tornou-se, por isso, desoladora. Mas havia um óbice sério a vencer que eu compreendia: não tínhamos recursos materiais que lhes permitissem despesas com os meus estudos em Portugal.

O meu desejo manteve-se, porém, inalterável. Para evitar pormenores, direi apenas que foi afinal resolvido que eu embarcasse para a metrópole com o destino a inscrever-me no curso da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Os meus pais fizeram, para isso, um supremo sacrifício, moral e material. Lembro-me bem, com emoção, dos momentos derradeiros da despedida. O meu pai que eu nunca vira chorar, derramava lágrimas abundantes abraçado a mim. A minha mãe gritava em atitudes desesperadas. Toda a família chorava.

Foi um espectáculo dramático, doloroso, verdadeiramente pungente. No momento em que escrevo estas linhas e evoco a cena para mim inesquecível, sinto-me profundamente triste.

Saí de casa moralmente sucumbido, e durante toda a longa viagem até Lisboa, o meu estado foi de melancolia inexprimível. Só então compreendi como era estimado pelos meus pais e por todos da família. Infelizmente foi o derradeiro abraço trocado, porquanto nunca mais tornei a ver os meus pais”²⁰³⁷.

²⁰³⁷ Xavier, Alberto (1950), 23 e ss.

ANEXO V

Estudantes goeses na universidade de Coimbra
Dados contidos no ficheiro dos alunos AUC
(organizado até ao princípio do século XX)

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	Pais	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Abreu, António de	Goa	Baltazar da Costa			Cânones - 1615	AUC, ficheiros dos alunos	Não há mais referências pois ainda não era obrigatória a entrega de cópia da certidão de nascimento ¹
Abreu, Manuel José Felicíssimo de	Anjuna				Medicina		Não encontramos referências à sua matrícula nem certidão. No entanto, a sua morte precoce (em 1836) pode ter determinado a não entrega de toda a documentação exigida.
Aguiar, João Correia de	Bombaim				Matemática - 19/10/850		Não localizámos a certidão – não deve ter sido entregue
Almeida, D. Luís Caetano de Castro e	(b) Goa (igreja paroquial de Pangim) a 29/11/840 (n) Pangim, a 25/10/840	D. José Maria de Castro e Almeida de Sequeira e Abreu ² e D. Veridiana Constança Leite de Castro ³	(p) D. Francisco Xavier de Castro e D. Ana Rita Maria Josefa d’Almeida Pimentel, moradores em Pangim; (m) Fernando Luís	A avó materna “ <i>debaixo da protecção da Senhora do Rosário</i> ”	Direito - 14/10/858	AUC, <i>Certições de Edade (1834-1900)</i> , 2ª série, vol. LXX, pp 180 e 180v	1º Conde de Nova Goa (também conhecido por L.C.A. de Pimentel Sequeira e Abreu)

¹ O que só acontece a partir de finais do século XVIII.

² Fal. antes de 1858.

³ Mais conhecida por V. C. L. de Sousa e Noronha.

A consagração dos naturais

				Leite de Sousa e				
Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	Pais		Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
(cont.)				Noronha e D. Mariana Elisa de Lemos e Saldanha, moradores em Ribandar				
Álvares, Caetano Manuel Roque	(b) em Margão (comarca de Salsete) a 5/3/816; (n) tinha 10 dias quando foi bat. Nasceu em Margão, no Bairro Povoação	António de Gonzaga Álvares e D. Maria Esperança Josefa Álvares			João Paulo da Costa Pereira de Almeida, deão da Sé Primacial de Goa; e o “ <i>cornel de Cavalleria</i> ” Manuel Carlos da Cunha	Matemática - 16/10/841 Filosofia - 16/10/841	AUC, <i>Certidões de Edade (1834-1900)</i> , 2ª série, vol. LIX, pp 18 e 18v	Na pg seguinte (19) está apenso um documento (datado de 13/1/842) comprovando a autenticidade do assento de batismo. Princípia o referido comprovativo da seguinte maneira: “ <i>Aleixo Cazimiro Lobo Advogado da Corte e Juiz Substituto do Juiz de Direito da Primeira Instância Com Alçada da Comarca de Salcete e seo agregado de Nova Conquistista por Sua Magestade Fidelíssima que Deos Guarde. (...)</i> ”. Na documentação apensa indica-se claramente serem seus pais brâmanes.

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	Pais	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais		
Álvares, Manuel José Maria da Piedade	(b) a 16/10/881, na igreja de Margão, concelho de Salsete; (n) a 8 desse mesmo mês e ano, no Bairro Povoação, em Margão;	Filipe Nery Floriano Álvares (tabelião público de Notas da dita comarca), natural e casado em Margão, e D. Maria Guilhermina dos Santos Vaz, natural de Margão	(p) José Filipe Álvares e D. Ana Josefina Artemisia da Costa Álvares; (m) Agostinho da Piedade dos Santos Vaz e D. Emília Furtado	O tio pat. do batizado José Maria da Costa Álvares (“ <i>Médico e Cirurgião da primeira Classe do Quadro de Goa</i> ”), solt; e D. Augusta Maria Adélia da Costa dos Santos Vaz, casada com José Ignácio dos Santos Vaz, advogado	Direito - 3/10/900	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série (1834-1900),, vol. LXXII, pp 121 e 121v	Primo do seguinte.		
Álvares, Pedro António	(b) 3/7/864, na igreja do Espírito Santo de Margão; (n) 26/6/864, em casa de seus pais, em Margão	Camilo Vicente do Rosário Álvares da Costa, advogado; e D. Maria Amélia Virgínia Herodiana dos Santos Vaz e Álvares, nascidos e moradores em Margão, “ <i>ambos livres</i> ”	(p) Pedro António Álvares, natural de Margão; e D. Leonor Maria de Sousa e Álvares, nascida na freguesia da Penha de França, residentes em Margão; (m) Agostinho da Piedade dos Santos Vaz, natural de Margão; e D. Joana Emília Flaviana Furtado, nascida em Benaulim	Pedro Sebastião Pacheco, médico, e D. Carlota Maria Ludovina Furtado, casados, moradores em Margão	Matemática - 5/10/882	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série (1834-1900), vol. LXXIV, pp 169 a 170v	Indica-se, no batismo, ser “ <i>livre</i> ” : Nome de batismo: Pedro António Constantino da Pureza Álvares. A cópia do assento de batismo dirigida à UC vem acompanhada por uma declaração que certifica que o nome de batismo e o nome comumente usado por Pedro António Álvares correspondem a uma e mesma pessoa – o mesmo se passando com o seu pai, o qual era igualmente conhecido como Camilo Vicente Álvares.		

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	Pais	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais	
Arez, António Augusto d'Almeida	(b) 9/1/869, na igreja de Pangim (mal nasceu, foi batizado em casa, por necessidade); (n) 30/6/1867, em Nova Goa	Joaquim José Fernandes Arez ⁴ , e D. Dionísia Maria d'Almeida Arez, naturais e moradores na freg. de Pangim	(p) António Joaquim Arez e D. Maria Antónia Martins, também moradores em Pangim; (m) António Tavares d'Almeida (“ <i>natural de Portugal</i> ”) e D. Emília Carolina Tavares d'Almeida (“ <i>natural de Goa</i> ”), igualmente moradores em Pangim	O avô materno e a avó paterna	Direito - 22/10/888	AUC, <i>Certidões deidade</i> (1834-1900), 2ª série, vol. XLVIII, pp 119 a 120v	Tio de António Henrique Arez Valente do Couto (cfr. <i>infra</i>)	
Arez, João Baptista d'Almeida	(b) 25/10/1875, na igreja paroquial de “ <i>Pondá das Novas Conquistas</i> ”; (n) Sirodá de Pondá, 28 de Fevereiro de 1874			Adolfo Augusto Arez e D. Maria da Glória Tavares de Almeida	Filosofia - 8/10/891	AUC, <i>Certidões deidade</i> , 2ª série (1834-1900), vol. LX (Jacintho-João Cypriano), pp. 283 e 283v	No ficheiro dos alunos, vem catalogado, erradamente, como AVEZ, e não como Arez. Irmão de António Augusto d'Almeida Arez (vide <i>supra</i>). O Pai era, em 1875, administrador fiscal da terceira divisão das <i>Novas Conquistas</i> , e, à data, os Pais eram moradores em Sirodá.	

⁴ 2º tenente de engenheiros em 1866. Comissário geral das alfândegas de Pangim em 1890.

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	Pais	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais		
Ataíde, João Bernardo Heitor d'	(b) 1/12/845], na igreja de Aldoná (Goa); (n) 10/11/845	Sebastião Lourenço d' Ataíde e Ana Caetana Carlota Mafalda de Sousa	(p) Francisco do Rosário Ataíde e Ana Francisca Leugarda Ribeiro (moradores na freguesia de Sirulá do Salvador do Mundo); (m) João Francisco Xavier de Sousa e D. Ana Rita Deodata Gonçalves, de Aldoná	João Xavier de Sousa Trindade, “ <i>Bispo Eleito de Malaca, e Deputado às Cortes da Nação</i> ” e D. Luísa Pereira Garcez e Lorena, mulher de Bernardo Heitor da Silveira e Lorena, moradores em Pangim	Teologia - 13/10/875 Direito - 3/10/876	AUC, <i>Certidões de Idade (1834-1900)</i> , 2ª série, vol. LX (Jacinto-João Cypriano), pp 337 a 338v	Foi batizado com o nome João Bernardo Rodolfo de Santa Maria		
Azevedo, Francisco Gonçalves	“ <i>India</i> ”						<i>Vide GONÇALVES</i>		
Baptista, Isidoro Emílio	(b) Loutolim (comarca de Salsete) a 1/10/815, na igreja de Nosso Senhor Salvador do Mundo; (n) Loutolim de Salsete (freguesia de Margão). N. 5 dias antes de ser	Narciso José Baptista e D. Ana Esmeralda Álvares da Costa, moradores em Loutolim	(p) Caetano Salvador Baptista e D. Luzia (ou Luísa) Maria Baptista d' Andrade; (m) Salvador Filipe Álvares da Costa e D. Esperança Maria da Costa	Caetano Salvador Baptista e D. Luzia Maria Baptista d' Andrade (avós paternos)	Matemática - 15/10/839 Filosofia - 15/10/839 Medicina - 4/10/841	AUC, <i>Certidões de Idade (1834-1900)</i> , 2ª série, vol. LIX (Gabriel-Ivo), pp 326 e 326v	No ficheiro dos alunos, está catalogado apenas pelo nome Isidoro Emílio Baptista, que é o que usava vulgarmente. O seu nome de batismo era Isidoro Emiliano da Expectação Salvador ⁵ Irmão do seguinte, e primo de Albino Pascoal da Rocha (cfr.		

⁵ Foi o autor da primeira carta moderna da cidade de Coimbra. Esta ainda hoje é considerada “*um bom elemento cartográfico para o estudo evolutivo da cidade*” – *Estrutura Verde de Coimbra* – dossiê realizado pela Divisão do Plano Diretor Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (Coimbra, abril de 1989), 9 (com reprodução da carta em questão). Foi por esse motivo que a câmara municipal da cidade atribuiu há poucos anos o seu nome a uma das ruas de Coimbra.

A consagração dos naturais

	batizado						este nome)
Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	Pais	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Baptista, Joaquim Salvador	(b) 29/6/1818 (com 2 meses e 5 dias de idade), na igreja de Nosso Senhor Salvador do Mundo de Loutolim; (n) Loutolim de Salsete			Caetano Francisco Álvares da Costa e D. Ana Joaquina Albina Pulquéria Álvares da Costa, também moradores em Margão	Direito - 16/10/840	AUC, <i>Certidões de Idade (1834-1900)</i> , 2ª série, vol. LXIV (Joaquim Jacintho-Jorge), pp 236 e 236v	Irmão do anterior (Isidoro Emiliano da Expectação Baptista).
Baptista, Luís António	(b) na igreja de Nosso Senhor Salvador do Mundo de Loutolim 16/9/821; (n) na aldeia de Loutolim de Salsete a 13/9/821			Pedro Joaquim de Miranda e sua mulher, D. Maria Teresa Gomes	Direito – 16/10/840	AUC, <i>Certidões de Idade (1834-1900)</i> , 2ª série, vol. LXX (Ladislau-Luís António) , pp 114 a 115v	Irmão dos anteriores (Isidoro Emiliano da Expectação e Joaquim Salvador Baptista)
Baracho, Ascenso Chateaubriand	(b) na igreja Paroquial de Varcá a 21/5/885; (n) em Varcá, a 4/5/885	João da Mota Baracho (o qual, apesar de ter usado este nome, também era conhecido como Pedro do Rosário	(p) Francisco Bernardo Baracho (de Varcá) e Maria Henriques (de Orlim m) António Carlos da Costa (de Majordá) e Henriqueta Proença e	João Baptista Gonçalves de Camões, Vigário-Geral de Madrasta, e D. Maria Ascensa Margarida de	Direito - 5/10/909	AUC, <i>Certidões de Idade</i> , 3ª série (1901-1925), cx. 3 (António Jordão de	No ficheiro dos Alunos, está catalogado apenas pelo nome Ascenso Chateaubriand Baracho, que é o que usava vulgarmente. O seu nome de batismo, pelo contrário, era Ascensão Caetaninho

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	Emiliano Justiniano	Sousa (de Calangute)	Sousa e	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Andrade-	Francisco Xavier do Carmo
		Pais	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos		Localização (AUC)	Notas adicionais
(cont.)		Micael Baracho e/ou Pedro do Rosário Emiliano Justiniano Baracho), natural e regedor da Paróquia de Varcá em 1885; e D. Maria Luísa da Piedade e Costa (de Majordá)		Bragança ⁶ (natural de Chandor)		Augusto Emiliano da Costa), 310	de Lourdes Chateaubriand Baracho ⁷ .
Barreto, Caetano Xisto Moniz	(b) na igreja de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Pangim a 18/8/822; (n) na freguesia de Pangim das Ilhas a 6/8/822	Francisco António Moniz Barreto e D. Antónia da Costa Pereira de Lacerda, moradores em Pangim (embora não se indique a naturalidade de nenhum deles)	(p) António Moniz Barreto e D. Maria Henrique de Lemos; (m) Hermenegildo da Costa Campos e D. Marina Agma Pereira de Lacerda. Todos moradores em Pangim (igualmente sem indicação da naturalidade)	Desidério da Costa Campos, solteiro, tenente-coronel em Damião, e D. Maria Rita Pereira de Castro, mulher de Francisco Augusto Monteiro Cabral de Barbuda, moradora em Pangim	Matemática - 22/10/842; Medicina - 17/10/842 Filosofia (não vem indicada data da matrícula)	AUC, <i>Certidões de Edade (1834-1900)</i> , 2ª série, vol. LIV (Caetano-Cypriano), pp 32 e 32v	

⁶ Avó materna de António Bernardo de Bragança Pereira.

⁷ Como consta do *certificado de identidade* anexo ao assento de baptismo que apresentou aquando da matrícula na U.C.: “*Camillo Vicente Antonio da Silva Coelho, tabellião publico de notas nesta Comarca de Salcete (...). Certifica que Ascensão Caetaninho Francisco Xavier do Carmo Lourdes Chateaubriand Baracho, conhecido tambem com o nome vulgar que usa de Ascensão Chateaubriand Baracho, filho de Pedro do Rosario Emiliano Justiniano Michael Baracho, por outro nome Pedro do Rosario Emiliano Justiniano Baracho, e que em vida usou o nome vulgar de João da Motta Baracho, é uma e mesma pessoa o dito Chateaubriand filho do dito João da Motta, natural e morador em Varcá, e ora residente na Cidade de Coimbra no Reino de Portugal. Margão, vinte e nove de novembro de 1909.*”. Resulta aqui clara a distinção, comum nos *naturais* católicos de Goa, entre o *nome de batismo* e o nome mais abreviado que usavam regularmente.

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Caldeira, Tomás de Sousa	“Índia (Goa)”				Leis - 22/10/686		vide SOUSA GALEGO
Campos, Alexandre Sobral de	(b) na igreja de Deus Espírito Santo da Vila de Margão (Concelho de Salsete) a 11/3/888; (n) em Margão, no Bairro Quartéis, a 21/11/887	Norberto Amâncio d’Almeida Campos, “ <i>Major do exército de Portugal natural de Trancozo na Província da Beira</i> ” e D. Maria Isabel de Barros e Vasconcellos da Cruz Sobral, do Porto	(p) José António d’Almeida e D. Antónia Maria de Campos (da vila de Almeida); (m) General Francisco Maria Melquiades da Cruz Sobral e D. Maria Bárbara de Barros e Vasconcellos (do Porto)	Major Alfredo Augusto Caldas Xavier e D. Maria da Piedade Sá Tavares (moradora em Trancoso)	Direito - 3/10/905	AUC, <i>Certidões de Idade</i> , 3ª série (1901-1925), cx. 1 (Aarão-Álvaro Gomes Ferreira Pimenta), 106	
Carvalho, Filipe Nery de	Goa				Teologia - 30/10/841		Não apresentou certidão.
Castelo-Branco, Francisco Augusto d’Assa	(b) ⁸ na igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição de Pangim, a 26/10/867; (n) 23/6/866	José Frederico de Assa Castelo-Branco (1º tenente de engenharia e lente da escola matemática de Goa) e D. Guilhermina Cândida Jácome de Assa – ambos naturais e moradores em	(p) Raimundo de Assa Castelo-Branco e D. Rita Pereira de Assa Castelo-Branco; (m) Sebastião José Jácome de Sousa e Morais e D. Matilde Rosa da Silva e Jácome	Joaquim José Fernandes Arez ⁹ , 2º tenente de engenheiros, e D. Ermelinda Rosa Jácome de Almeida, moradores em Pangim	Matemática - 3/11/886	AUC, <i>Certidões de Idade</i> (1834-1900), 2ª série, vol. LVI (Fabrício-Francisco Brandão), pp 287 a 288	

⁸ Trata-se de batismo solene, pois já havia sido batizado em casa “por necessidade”.

⁹ Pai de António Augusto e João Baptista de Almeida Arez – cfr. *supra*.

A consagração dos naturais

		Pangim						
Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais	
Castelo-Branco, D. Jorge de	de Goa (ou Lisboa?)	D. Luís de Castelo-Branco	de Goa (ou Lisboa?)		Cânones - 17/10/589	AUC, ficheiros dos alunos		
Clemente, Francisco de Assis	(b) na igreja Paroquial de Loutolim de Salsete (com 8 dias), a 4/7/849; (n) Loutolim	José Joaquim Clemente e Angélica da Silva e Mello, moradores em Margão	(p) Caetano Filipe Clemente e Esmeralda Quitéria Barreto, igualmente moradores em Margão; (m) não são referidos	Joaquim Martinho Faleiro, menorista, e Ana Clarissa Colaço, “ <i>Mai, e filho moradores em Raia</i> ”	Direito - 14/10/871	AUC, <i>Certidões de Edade (1834-1900)</i> , 2ª série, vol. LVI (Fabrício-Francisco Brandão), pp 275 e 275v	No ficheiro dos Alunos, está catalogado apenas pelo nome Francisco de Assis Clemente, que é o que usava vulgarmente. O seu nome de batismo era Francisco de Assis António Vitorino	
Cordeiro, Valério Aleixo	(b) na igreja de Guirim, a 15 /9/877; (n) em Guirim, no Bairro Sémuchivaddó, a 17/8/877	Jerónimo Quintiliano Cordeiro (de Assagão) e D. Ana Maria Rosa Carcília Pinto e Cordeiro (de Guirim), “ <i>moradores e recebidos na dita de Assagão, proprietários</i> ”	(p) Aleixo Maria Cordeiro e D. Ana Rita Homem (naturais e moradores em Assagão); (m) José Júlio César Pinto (de Guirim) e D. Lúcia Francisca Claudina Consolação da Rocha e Pinto (nascida em Aldoná)	Filipe José Albino da Gama Botelho e D. Cristalina Isabel Pinto	Matemática - 12/10/897 Filosofia - 12/10/897	AUC, <i>Certidões de Edade (1834-1900)</i> , 2ª série, vol. LXXVI Theodorico - Zepherino), pp 93 e 93v.	No ficheiro dos alunos, o nome da sua terra natal surge como sendo <i>Guizim</i> , quando se trata de <i>Guirim</i> (concelho de Bardez). No mesmo ficheiro, está catalogado apenas pelo nome Valério Aleixo Cordeiro, que é o que usava vulgarmente. O seu nome de batismo era Piedade Aleixo José António Valério.	

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Colaço, Agostinho Custódio Roque da Piedade	(b) 18/1/882, na igreja de Margão (concelho de Salsete) ¹⁰ ; (n) no Bairro Povoação, em Margão, a 16/12/881	Regalado da Piedade Colaço e D. Etlvina Pulquéria Amália Álvares, “ <i>proprietários naturais moradores e recebidos n’este</i> ” (ie, em Margão)	(p) Agostinho João Inácio Colaço e D. Ana Joaquina Carlota Colaço; (m) Camilo Dionísio Álvares e D. Quitéria Epifânia Álvares, todos de Margão	Custódio Rafael Ernesto Álvares e D. Maria Benedita Elvina Álvares, solteiros, proprietários, de Margão (“ <i>padrinhos da solennidade</i> ”)	Direito - 2/10/906	AUC, <i>Certidões de Idade</i> , 3ª série (1901-1925), ex. 1 (Aarão-Alvaro Gomes Ferreira Pimenta), 219	Nome de batismo: Agostinho Custódio Roque António da Piedade
Colaço, José Frederico	(b) na igreja de Ribandar (concelho das Ilhas) a 2/8/884; (n) Loutolim de Salsete a 9/1/884	José Nazário Bernardo Francisco Colaço (de Ribandar das Ilhas) e D. Cecília Conceição Filomena de Figueiredo (natural de Loutolim), “ <i>proprietários</i> ”	(p) Caetano Xavier Frederico Colaço e D. Efigénia Lúcia Pinto e Colaço, moradores em Ribandar; (m) Vicente João de Figueiredo e D. Amália Augusta Vaz e Figueiredo, de Loutolim	Subdiácono José Júlio Libano Paes, morador em Salvador do Mundo de Bardez, e D. Especiosa Páscoa de Figueiredo, solteira, de Loutolim	Direito - 9/10/903	AUC, <i>Certidões de Idade</i> , 3ª série (1901-1925), ex. 8 (José C. Viegas-José S. Figueiredo), 87	Nome de batismo: José Frederico Caetano Xavier Rosário António Piedade Filomeno Santana
Costa, José Maria Pinto da	(b) foi batizado em casa, “ <i>em perigo de vida</i> ”, pelo padre Leonardo de Sant’Ana e Menezes, capelão	Bacharel José Maria da Costa, de Sameice e D. Maria Amélia Dias (natural da freguesia de Nossa	(p) Joaquim José da Costa e D. Maria José Gouveia Pinto; (m) Dr. Júlio José Dias e D. Ana Rosa de Almeida		Direito - 2/10/883	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LXVIII	Não são referidos os padrinhos uma vez que o batizado solene se realizou em Lisboa e não em Goa.

¹⁰ Trata-se do *batismo solene* pois já tinha sido batizado em casa “*por perigo*”.

A consagração dos naturais

	do hospital militar	Senhora do					(José	
Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais	
Cont.	de Goa. A 3/10/864, é solenemente batizado em Margão. Por fim, são-lhe solenemente impostos os santos óleos na igreja de S. Julião, em Lisboa, no dia 2/6/867; (n) provavelmente em Margão) a 10/9/864	Rosário, da Ilha de S. Nicolau, Cabo Verde); casados em Cabo Verde;				Macedo – José Nunes), pp 195 e 195v.		
	Margão (Goa)				Direito - 5/10/901		Não apresentou certidão;	
Coutinho, André de Quadros	de Goa (?)	António de Quadros			Instituta - 13/10/629	AUC, ficheiros dos alunos		
Couto, António Henrique Arez Valente do	(b) na igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição de Pangim, a 9/9/890 ¹¹ ;	Mateus José Lapa Valente, “ <i>alferes de cavallaria do exercito de Portugal e conductor das</i>	(p) António Valente do Couto, “ <i>general de divisão, natural de Lisboa</i> ” e D. Constança José de Bettencourt Lapa	A avó materna e José Frederico Guilherme d’Almeida Arez (tio materno)	Matemática - 7/10/902 Filosofia - 7/10/902	AUC, <i>Certições de Idade</i> , 3ª série (1901-1925), cx. 2 (Álvaro de	Sobrinho de António Augusto e João Baptista de Almeida Arez (cfr. <i>supra</i>)	

¹¹ Tratou-se apenas do batismo solene pois já havia sido batizado, pouco depois de nascer “*por necessidade*” .
Anexo V - 562

A consagração dos naturais

	(n) no Bairro Rua do Conde de Rio Pardo, em Pangim, a 3/7/890	<i>Obras Publicas d'este Estado, natural da Villa d'Oeiras, districto de Lisboa</i> ” e D. Emília Carolina d’Almeida Arez e Valente, “ <i>proprietaria, natural d'esta de Pangim</i> ”	Valente, “ <i>proprietaria, natural da Ilha da Madeira, e moradores em Lisboa</i> ”; (m) Joaquim José Fernandes Arez, “ <i>Commisario geral das Alfandegas d'esta de Pangim</i> ” e D. Dionisia Maria Tavares d’Almeida Arez, “ <i>natural de Margão, e moradores n'esta freguesia</i> ”			Gouveia Tenreiro-António J. Trindade), 33	
Cruz, Gonçalo da	Goa				Medicina - 1/10/705 Licenciado em Artes a 14/6/707	AUC, ficheiros dos alunos	
Diniz, Gomes	da “ <i>Índia</i> ”	Afonso Diniz			Medicina (bacharel formado) - 23/10/592 ¹²	AUC, ficheiros dos alunos	Anexa está outra ficha: Gomes Diniz, Goa (“ <i>Provou cursar tudo que se requer para Bach em artes, em 1593</i> ”)
Eça, Júlio Carlos Pereira de	(b) na igreja da Conceição de Pangim, a 16/11/841	José António Pereira d’Eça e D. Maria da Conceição Infante de Lacerda,	(p) José António Pereira d’Eça e D. Angelina Clementina d’Abreu Castro Eça,	António Júlio Taveira Pinto Pizarro, morador em Pangim, e D.	Direito- 7/10/858	AUC, <i>Certidões deidade</i> , 2ª série, (1834-	Também conhecido por Júlio Carlos Infante Pereira d’Eça

¹² Data da matrícula no curso de Medicina.

A consagração dos naturais

		moradores em	naturais de Valença	Henriqueta		1900), vol.	
Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	Pais	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
		Pangim	do Minho (Portugal) (m) João Infante de Lacerda, de Lisboa, e D. Felícia de Sousa Tavares, nascida em Setúbal	Adelaide da Cunha, residente em Ribandar		LXIX (José Oliveira – Juvenal), pp 375 a 376v;	
Espinhel, Diogo	“Índia”				Bacharel em Artes 15/3/572 (não tem data de matrícula).	AUC, ficheiros dos alunos	“Provou cursar e ser examinado no Colégio Real e ter ouvido o tempo que se requer para Bach. em Artes. s.d. (Actos e graus 10 - pg 26v, fl 2 ^o)”
Faria, Constâncio Floriano de	Manuel Xavier de Faria				Teologia - 31/10/842 Direito - 9/10/843	AUC, Livros de Matrículas (1842-1843)	Não apresentou certidão de idade. Foi professor de teologia na UC
Ferreira, Manuel António Octaviano Eugénio	(b) 25/3/1844 (Aldoná?)	Victor Condorcet Ferreira e D. Eslinda Virgínia da Conceição Pinto			Direito – década de sessenta		Não encontramos qualquer referência à sua passagem pela universidade de Coimbra. No entanto, Floriano Barreto afirma que morreu nesta cidade “ <i>onde estudava a faculdade de direito, no anno de 1869</i> ” ¹³

¹³ Consulte-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Álvares de Margão, Abreu da Piedade, Baptista de Loutolim e Ferreira de Corjuém, ponto 3-VII-2), a).
Anexo V - 564

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	Pais	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Flores, António João	(b) (solenemente – já havia sido bat. em casa, <i>por necessidade</i>) na igreja de Loutolim a 2/3/820; (n) Loutolim 5/2/820	Manuel Salvador Flores e Benta Rosária de Quadros, moradores em Loutolim	(p) Caetano Francisco Flores e Quitéria Gonçalves; (m) António João de Quadros e Maria Benta da Piedade e Sousa, todos residentes em Loutolim	Padre Miguel Filipe de Quadros e Justa Felicidade de Quadros, tios do batizado;	Filosofia - 12/10/842 Matemática - 14/10/842 Medicina - 27/10/845	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. XLIX (António David-António Justino), pp 256 e 256v;	Nome de batismo: António João Otão Francisco de Assis de Santa Dulcina Flores
Frias, Desidério Antonino Fortunato de	(b) 3/8/1822, na igreja Paroquial de Arporá (freguesia da SS Trindade de Nagoá, em Bardez); (n) em Arporá 27/7/1822;	Caetano Maria Xavier de Frias e Luísa Maria Micaela Francisca Monteiro, residentes na freguesia de Nagoá	(p) Lourenço Lino de Frias e Amélia Doroiteia de Frias, “ <i>moradores em Arporá de Nagoá</i> ”; (m) José João Monteiro e Angelina Maria Vitória Gonçalves, moradores em Arporá;	Padre Simão Salvador de Frias e Ana Senhorinha Conceição Monteiro	Matemática - 16/10/841 Filosofia - 16/10/841 Medicina - 4/10/843	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LV (Damásio-Ezequiel), pp 50 a 51 v;	Batizado com o nome de António Desidério Fortunato; No assento de batismo, a sua mãe não aparece com o tratamento “Dona”. Tal sucede já porém em 1840 – se bem que pareça ter sido acrescentado por alguém que não o escreveu que lavrou a cópia do documento necessária para entregar na Universidade de Coimbra.
Furtado, Caetano Xavier Taumaturgo dos Remédios	(b) 15/9/861, na freguesia de Nossa Senhora das Mercês das Ilhas (Goa); (n) em Mercês 7/7/861;	Gelásio Joaquim Henrique dos Remédios Furtado, e D. Leopoldina Cleta da Silva e Pereira, residentes em Mercês;	(p) Caetano Xavier Furtado e Ana Conceição dos Remédios, moradores em Mercês; (m) Manuel José Simão da Silva e Pereira e Maria Joaquina da Silva, de	António Joaquina da Silva e Pereira e D. Ana Estela de Oliveira e Monteiro, de Mercês	Direito - 7/10/881	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LIV (Caetano-Cypriano), pp 31 e 31v;	

A consagração dos naturais

				Colvá							
Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	Pais	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais				
Galego, Tomás de Sousa							Vide CALDEIRA				
Gama, Raimundo Francisco da	Bombaim	José Francisco da Gama			Matemática - 15/10/845 Filosofia - 15/10/845	AUC, Livros de Matrículas (1845-1846), 183	Não apresentou certidão				
Godinho, Francisco Xavier de Assis dos Inocentes	(b) 4/1/864 na igreja de Velção; (n) Majordá 28/12/863	João Baptista Godinho e Maria Eudácia Clotilde Querubina Assunção Avelina dos Prazeres de Siqueira, residentes em Majordá	(p) Aleixo Xavier Godinho e Maria Josefa Furtado, moradores em Majordá; (m) José Mariano de Jesus Maria Xavier de Sequeira e Maria Henriqueta Flaviana Alemão, de Velção	Inocêncio Caetano Godinho e Maria Ascensa Rodrigues, de Majordá	Direito- 9/10/886	AUC, <i>Certidões de Idade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LVIII (Francisco Natividade - Frutuoso), pp 184 e 184v;					
Godinho, Mariano Caetano de Sant'Ana	(b) 9/5/884, na igreja de Margão, concelho de Salsete; (n) no Bairro Bordá, em Margão, 27/4/1884;	José Pedro de Sant'Ana Godinho, natural de Margão, “ <i>médico cirurgião</i> ” e D. Cecília Lobo e Godinho, nascida em Saligão; moradores em Margão;	(p) Anastácio Victorino de Sant'Ana Godinho e D. Maria da Conceição Especiosa Pacheco, residentes em Margão; (m) Mariano Caetano Sebastião Lobo e D. Especiosa Leopoldina Emília Pinto e Lobo, moradores em Saligão;	Camilo Vicente da Silva Coelho, casado, proprietário(representado pelo irmão do batizado, Delfim Maria Florindo de Sant'Ana Godinho, solteiro) e D. Maria Júlia da Piedade de Sant'Ana Godinho, também	Direito - 15/10/907	AUC, <i>Certidões de Idade</i> , 3ª série (1901-1925), ex. 10 (Manuel Luís de Melo-Raul de Carvalho M. Fino), 191					

A consagração dos naturais

					irmã do batizado;				
Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	Pais	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respectiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais		
Godinho, Vicente Gregório	Majordá	Aleixo Xavier Godinho e Maria Josefa Furtado, moradores em Majordá			Direito - 15/10/868	AUC, Livros de Matrículas (1868-1869), 40	Não apresentou certidão. Tio de Francisco Xavier de Assis dos Inocentes Godinho (cfr. <i>supra</i>)		
Gonçalves, Caetano Francisco Cláudio Eugénio	(b) 29/10/1868, na igreja da Santíssima Trindade de Nagoá; (n) “ <i>em casa dos avós maternos do bairro da Trindade d’aldêa de Arporá (...), filho legítimo e livre</i> ” 22/10/868;	Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves, advogado, natural de Piedade, e D. Leocádia Maria Francisca da Cunha, nascida em Arporá; moradores em Nova Goa (Pangim)	(p) Caetano Francisco Gonçalves, advogado, e D. Mariana Henriqueta de Figueiredo, residentes em Pangim; (m) Francisco Caetano da Cunha e D. Maria Esperança da Graça Gonçalves, residentes em Arporá;	Fernando Cláudio da Cunha Pinto, advogado, tio materno do batizado (“ <i>sob protecção de S. Francisco Xavier Apostolo das Índias</i> ”) e D. Albina Cristina Verediana Gonçalves da Cunha, tia paterna, casada com o padrinho (“ <i>sob o patrocínio imediato de Nossa Senhora da Piedade</i> ”);	Direito - 12/10/885	AUC, <i>Certidões de Idade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LIV (Caetano-Cypriano)	Apesar de ter nascido em Arporá, na sua ficha conservada no AUC (ficheiros dos alunos) diz-se ser natural de Navelim		
Gonçalves, Luis da Cunha	Nova Goa				Direito - 4/10/902	Doutor em Direito. Autor do Comentário ao Código Civil.	Não apresentou certidão.		

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respectiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Gracias, Mariano Joaquim da Piedade ¹⁴	(b) solenemente, pois já o havia sido em casa, logo após o nascimento, “por causa do perigo” – 13/6/871, na igreja do Espírito Santo de Margão; (n) em casa dos avós maternos, em Guirdolim, 1/3/871;	José Joaquim Gracias, natural de Margão, Cirurgião ajudante do Exército da Índia, e D. Rita Quitéria Dulcina Poticiano Gomes, nascida em Guirdolim	(p) Mariano Joaquim da Piedade Gracias e Ana Maria Pacheco; (m) António Xavier Gomes e Maria Florinda de Mello	(padrinhos “da solemnidade”) Paulo Agostinho Gracias e Rita Piedade Fremioth Dias, tios paternos, moradores em Margão	Direito - 14/10/893	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LXXIII (Manuel Medeiros-Mendo), pp 214 e 214v;	Nome de batismo: Mariano Joaquim da Piedade João Roque. É curiosa a referência, no assento de batismo, não só do estatuto do batizado – como sendo “ <i>livre</i> ” – mas, também, do dos seus pais, igualmente apresentados na qualidade de “ <i>livres</i> ”.

¹⁴ Trata-se do jurista Mariano Gracias (1871-1831), que se tornou conhecido sobretudo como poeta. De acordo com Aleixo Costa, “Feitos os preparatórios, foi muito novo para Portugal, frequentou aqui, o curso de direito, em Coimbra (1893-94), sendo colega de Afonso Lopes Vieira, mas não chegou a formar-se. Diplomando-se, depois, pelo Instituto Comercial e Industrial do Porto. Em 1903 teve nomeação para revisor de 1.ª classe da Imprensa Nacional de Lisboa, em que se acumulavam, também, as funções de revisor-redactor do Diário do Governo, na vaga deixada pelo falecimento do visconde de Bucelas. Em 1906 foi nomeado secretário da Relação de Moçambique e, mais tarde, exerceu as mesmas funções na Relação de Goa. Em 1914, a convite do Ministro das Colónias, Ernesto de Vilhena, fez parte do seu gabinete. (...) colaborou, em verso, frequentemente, nos jornais e revistas literárias, mormente, no Heraldo, onde está arquivada a maior parte da sua actividade literária. Duas das suas quadras dos tempos de Coimbra, estão gravadas no Penedo da Saudade daquela cidade” – Costa, Aleixo Manuel da (1997), o. cit., vol. II, 145. Para maiores desenvolvimentos de Mariano Gracias poeta, Devi, Vimala e Sebara, Manuel de (1971), o. cit., 319; Miranda, Eufemiano de Jesus (2012), o. cit., 170 e sgts e Passos, Joana (2012), o. cit.154 e sgts. Encontrámos umas breves notas relativas à família de Mariano Gracias nas genealogias manuscritas de Gomes Catão: Catão, Francisco Xavier Gomes (s/d), *Genealogias Manuscritas. Nobiliário da biblioteca de Percival Noronha, título “Gracias, de Loutolim”*, Goa. A saber:

- 1) ANTÓNIO JOÃO GRACIAS, que casou com Basília de Andrade, de quem houve:
 - 2) PAULO GRACIAS, batizado em Margão no dia 22 de abril de 1792. Casou com Quitéria Aleluia Lourenço. Tiveram:
 - 3) MARIANO JOAQUIM GRACIAS, nascido em Margão e aí batizado a 22 de abril de 1792. Casou com Ana Maria Pacheco, com quem viveu naquela localidade. A sua mulher era filha de Baltazar Pacheco e Rosa Honorata de Albuquerque, tendo nós informação (que contudo não lográmos comprovar documentalmente) de ter tido cinco irmãos sacerdotes: os padres Roque Francisco, Caetano Agostinho, António Vicente, Custódio Constando e João Mariano da Virgem Maria Pacheco.
- Foram os progenitores de:
- 3-I) JOSE JOAQUIM GRACIAS, que segue;
 - 3-II) Padre Caetano Francisco Xavier Gracias, natural de Margão, onde foi batizado, contando 9 dias, a 4 de janeiro de 1828. Note-se que apesar de serem homónimos e ambos salsetanos não parece haver qualquer relação de parentesco entre este eclesiástico e o médico e botânico loutolense Caetano Francisco Xavier Gracias (1865-1944);
 - 3-III) Paulo Agostinho Gracias;
 - 3-I) JOSE JOAQUIM GRACIAS, que continua. Nascido em Margão, estudou medicina em Goa, tendo sido cirurgião militar. Casou com D. Rita Quitéria Dulcina Poticiano Gomes e foram os progenitores de Mariano Gracias.

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Homem, Henrique d’Horta Rebelo Homem	Goa						<i>Vide REBELO</i> Calculamos que seja o mesmo que Henrique d’Horta (natural de Goa, cuja ficha – nos ficheiros dos alunos conservados no AUC – contém apenas, igualmente, uma remissão para REBELO)
Leitão, Francisco	“Índia (Goa)”				1 curso em Instituta (10/10/550) ¹⁵	AUC, ficheiros dos alunos	<i>Vide PEREIRA</i>
Lisboa, Pedro Vieira	(b) 3/9/890, na igreja Paroquial de N. Sr ^a da Conceição de Pangim (Nova-Goa); (n) no Bairro Largo da Câmara Municipal, em Pangim, 22/3/890;	António Maria Vieira Lisboa, juiz de direito da comarca das Ilhas de Goa, natural de Ponte de Lima, e D. Margarida de Lima, nascida na freguesia de Santa Maria dos Anjos de Ponte de Lima; moradores em Pangim	(p) Dr. Joaquim Gerardo Alvares Vieira Lisboa, natural da Póvoa de Lanhoso, e D. Inácia Guilhermina Vieira Lisboa, nascida em Ponte de Lima; (m) Gaspar Faria de Lima, da, já referida, freguesia de S. M. dos Anjos de Ponte de Lima	O Cônsul António de Castro Feijó, morador em Ponte de Lima – representado por Manuel Maria de Sousa Cruz Vieira, Delegado do Procurador da Coroa e Fazenda da comarca das Ilhas – “ <i>debaixo da protecção da Senhora da Conceição</i> ”	Direito - 2/10/908	AUC, <i>Certidões de Idade</i> , 3 ^a série (1901-1925), ex. 10 (Manuel Luís de Melo-Raul de Carvalho M. Fino), 72;	Filho natural, legitimado por subsequente matrimónio – celebrado a 5/8/895, na freguesia de S. Sebastião de Mossâmedes (diocese de Angola e Congo)

¹⁵ Dois meses em Cánones (Junho e Julho de 1556); 10 meses em Cánones (de Outubro de 1557 a 31/7/558); também Cánones de 1558 a 22/7/559; de novo em Cánones de 1/10/559 a 18/6/560; e novamente Cánones de 1/10/560 até 31/5/561. Exame de bacharel em Cánones e Grau de Bacharel a 3/7/560 (A. Nemine).

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	Pais	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Lobo, Luís Caetano	(b) solenemente 28/7/816, em Saligão (Bardez); (n) na data de batismo contava um mês e 24 dias de vida. Havia sido batizado em casa logo após o nascimento “ <i>causa periculi</i> ”	Manuel do Rosário Lobo e Ana Caetana Maria Mafalda Marques, moradores em Saligão	Não são identificados no assento de batismo	(padrinhos “ <i>da solemnidade</i> ”): o padre Joaquim Barreto, da congregação do Oratório de Santa Cruz dos Milagres, e Luísa Maria de Sant’Ana Marques, de Saligão	Teologia - 30/10/841 Direito - 2/10/843	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LXX (Ladislau-Luís Xavier), pp 179 e 179v;	Nome de batismo: Luís Caetano Francisco António Jerônimo Vicente Guilherme de Sant’Ana
Lobo, Miguel Arcanjo Marques	Goa				Matemática -9/7/857 Filosofia - 9/6/859		Não apresentou certidão de idade; não localizámos o seu nome nos registos das matrículas na UC. Morreu enquanto estudava em Coimbra.
Lobo, Pio António	(b) 30/6/808, na igreja de Nossa Senhora da Penha de França, em Bastorá; (n) Bastorá. Na data do batismo contava 8 dias;	António José Lobo e Ana Sebastiana Josefa Gonçalves	(p) Salvador Caetano Lobo, sargento-mor de milícias, e Ana Joaquina de Abreu, moradores que foram na freguesia de Pomburpá.; (m) Luís Francisco Xavier Gonçalves, advogado, e Guilhermina Rita Antónia de Lima, moradores na Ilha de Chorão, mas batizados em Nossa Senhora da Penha de França	Padre José Salvador da Silveira, vigário da Igreja de Calangute, e Helena, “ <i>Aia da casa</i> ”	Direito - 23/10/840	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LXXIV (Miguel-Prudêncio), pp 271	Nome de batismo: Pio António Caetano. A certidão de batismo foi pedida por Ricardo Joaquim Lobo, morador em Bastorá de Bardez, na qualidade de procurador de Pio António Lobo.

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respectiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Lorena, Bernardo Heitor da Silveira e	(b) 17/2/867, na capela de Nossa Senhora Rainha dos Anjos do Bairro Juary, “ <i>filial a esta Igreja de Goa-Velha em Pilar</i> ”. Tratou-se apenas do batismo solene, pois havia sido já batizado em casa “ <i>por perigo</i> ”; (n) 30/6/865	Bernardo José da Silveira e Lorena e D. Ana Matilde da Costa Campos de Lorena, naturais de Pangim;	(p) Bernardo Heitor da Silveira e Lorena e D. Luísa Pereira Garcez, condes de Sarzedas; (m) Luís da Costa Campos e D. Mariana Pinto de Campos, todos moradores em Pangim;	O avô paterno e Nossa Senhora Rainha dos Anjos	Direito - 9/10/886	AUC, <i>Certidões deidade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LIII (Balthasar – Bruno), pp 163 e 163v	Primo do seguinte. Primo de João de Melo de Sampaio (cfr. <i>infra</i>).
Lorena, Bernardo José da Silveira e	(b) 31/1/869, na capela de Nossa Senhora Rainha dos Anjos do Bairro Juary, “ <i>filial a esta Igreja de Goa-Velha em Pilar do Concelho das Ilhas da Diocese de Goa</i> ”. Trata-se, também, do batismo solene, já que fora batizado em casa “ <i>por perigo</i> ”; (n) 28/10/868	José Maria da Silveira e Lorena e D. Ubaldina Ulina de Lemos, moradores em Pangim	(p) Bernardo Heitor da Silveira e Lorena e D. Luísa Pereira Garcez, condes de Sarzedas; (m) Agostinho Carlos António de Lemos e D. Ana Isabel de Saldanha Leite de Sousa e Noronha, moradores em Ribandar;	O avô paterno e Nossa Senhora Rainha dos Anjos	Direito - 2/10/888	AUC, <i>Certidões deidade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LIII (Balthasar– Bruno), 184 e 184v	Primo do anterior. Primo de João de Melo de Sampaio (cfr. <i>infra</i>).

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	Pais	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Martins, José Ferreira	(b) 18/2/862, na igreja paroquial de Pangim; (n) Pangim, 17/8/861	Francisco Manuel Ferreira Martins e D. Ana Leonor da Cunha Lobato Martins, residentes em Pangim	(p) António Ferreira Martins e D. Ana Maria Gomes de Brito; (m) António Luís Lobato de Faria e D. Maria Luísa Henriques Lobato, todos moradores em Pangim	Augusto Carlos Lobato de Faria e D. Mariana Cárcamo Lobo, moradores em Pangim;	Matemática - 15/10/880	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LXVI (José Cabral -José Frutuoso), 290 e 290v	
Mendes, Francisco Xavier Correia	(b) 13/9/861, na igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição de Pangim; (n) Pangim, 21/8/861	Raimundo Maria Correia Mendes e D. Lina Lucília de Lemos Mendes, moradores em Pangim	(p) Joaquim Manuel Correia Mendes e D. Isabel Maria Teixeira Boamondi; (m) José António de Lemos e D. Maria Angélica de Ayalla Mendes, residentes em Ribandar	Joaquim Augusto Mendes e D. Isabel Matilde Carneiro de Sousa Faro	Matemática -15/10/880	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LVIII (Francisco Natividade-Frutuoso), pp 194 e 194v	
Menezes, António José de	(b) 7/6/858 (com 8 dias) em Batim; (n) Batim	Domingos Miguel Augusto de Menezes e Floripes Clara Dedalia de Mendonça	(p) António Caetano de Menezes e Florença de Bragança, residentes em Batim; (m) Diogo Fonseca de Mendonça e Sancha (ou Sancia) Antónia da Fonseca, moradores em Taleigão	Marcelino Caetano Gomes, de Candolim, e Maria da Visitação de Carvalho e Siqueira, de Colvá de Salcete	Direito - 14/10/881	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. XLIX (António David-António Justino), pp 401 e 401v	

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	Pais	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Miranda, Lúcio de Sant’Ana do Rosário de	(b) 10/3/863, em Loutolim (com 8 dias); (n) em Loutolim	Constâncio do Rosário Miranda e Maria Angélica Adelaide Ferreira, residentes em Loutolim	(p) Pedro Joaquim de Miranda e Teresa Maria Gomes, moradores em Loutolim; (m) João Filipe Ferreira e Ana Grácia Gertrudes Vaz, moradores em Piedade (Ilhas de Goa)	António Manuel Constâncio Coutinho e sua mulher, Ana Maria de Menezes, residentes em Margão	Direito - 14/10/886	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LXX (Ladislau-Luiz Xavier), pp 97 a 98	O vigário Nicolau Francisco de Mello atesta, aquando da apresentação da certidão em Coimbra, que o indivíduo em causa “ <i>se chama vulgarmente</i> ” Lúcio de Sant’Ana de Miranda.
Moniz, João Caetano da Conceição	(b) 10/2/823, em Damão (com 4 dias); (n) Damão	António Francisco Moniz e Bernardina Pereira	(p) José Moniz e Esperança de Saldanha; (m) António Bernardino Pereira e Ana Joaquina da Cruz	Domingos Caetano Fernandes, “ <i>membro do Governo Provisorio desta Praça</i> ” e sua mulher, Rita Bernarda de Sousa, moradores em Goa	Matemática - 12/10/842 Filosofia - 12/10/842 Direito - 4/10/844	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LX (Jacinto-João Cypriano), pp 354 e 354v	Embora nos ficheiros dos alunos (AUC) dê entrada como João Caetano da Conceição Moniz, no livro das certidões de idade dos mesmos surge apenas como João Caetano Moniz – que devia ser o nome que usava vulgarmente. Em 1842, declara que era (bem como o seu pai) “ <i>moradores nos extramuros desta Praça, e cidade de Damão</i> ”

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respectiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Nobre, José Xavier Cardoso	Goa (nasceu em Daugim)	Apesar de não termos encontrado qualquer referência no AUC, sabemos que é filho do desembargador Feliciano Nobre Mourão ¹⁶			Direito - 26/10/792		Não apresentou certidão.
Noronha, António Floriano de	(b) 25/12/873, na igreja Paroquial de Loutolim; (n) no Bairro Carvota, 18/12/873	António Floriano de Noronha, negociante, de Loutolim, e Maria Esperança das Necessidades Cabral, de Vernã, proprietária	(p) Joaquim Salvador de Noronha, de Loutolim, e Ana Maria Josefa Barreto, de Raia; (m) Pascoal Vicente Cabral e Maria Regina da Conceição, de Vernã	Eduardo Bernardino de Noronha, solteiro, estudante, o qual, por se encontrar ausente, passou procuração a Manuel Felicíssimo Ramiro da Cruz, advogado, morador em Loutolim; e Amalina Barreto, solteira, moradora em Raia	Direito - 3/11/895	AUC, <i>Certidões deidade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. XLIX (António David-António Justino), pp 136 a 137v	Também neste assento se especifica, relativamente ao batizado, tratar-se de “ <i>filho livre</i> ”

¹⁶ Sobre este magistrado veja-se Subtil, José (2010), o.cit., 168 e 169.

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Nunes, Agostinho (José) Lopes Pereira	Goa	Cipriano Silvério Rodrigues Nunes e D. Apolónia Joaquina Pereira ¹⁷			Matemática - 24/10/834 Filosofia - 24/10/834		Não apresentou certidão.
Ochôa, Luís Maria da Gama	(b) 20/2/882, na igreja Paroquial de Bicholim, “da Segunda Divisão de Novas Conquistas da Comarca dita de Bicholim”; tratava-se do batismo solene, pois já o havia sido em casa, pouco após o nascimento, “pelo perigo de vida”; (n) “no recinto da freguesia de Bicholim”, 27/7/879	Bacharel Francisco António Ochôa, de Vale de Nogueira, concelho e Bragança, “no Reino de Portugal”, juiz de Direito da comarca de Bicholim, e D. Adelaide Augusta da Gama Ochôa (natural do Porto); casados em Vinhais	(p) Alexandre José Ochôa e Albina Ermelinda Fernandes Romaria, proprietários; (m) Luís Maria da Gama, “ <i>official d’alfandega de Chaves</i> ”, e D. Maria Matilde de Menezes, de Vinhais;	O avô materno, representado por Mariano José Otolini da Rocha (natural de Aldoná, primeiro Juiz substituto do juiz de direito da comarca de Bicholim); e D. Maria Adelaide de Sousa Guedes, “ <i>residente em Lamareda de Orelhão Comarca de Mirandella no reino de Portugal, representada por seu procurador o Conselheiro José de Sá Coutinho, presidente da Relação de Nova-Goa</i> ”	Filosofia - 23/10/901	AUC, <i>Certidões de Idade</i> , 3ª série (1901-1925), cx. 9 (José Sousa F.-Manuel Luís Martins), 93	Indica-se expressamente, na certidão, ser “ <i>filho livre, legítimo</i> ” de seus pais

¹⁷ De acordo com Vicente de Abreu: “*natural de Margão, (...) foi em 1833 para Portugal com a carta d’academia militar de Goa, cursou os estudos de mathematicas na universidade de Coimbra, e formado em bacharel passou a Pariz, e ali se applicou aos estudos de pontes e calçadas*”; – voltou ao reino e foi empregado em director das obras publicas de districto de Aveiro onde falleceu d’um insulto apoplejico em 1857” – Abreu, Miguel Vicente de (1874), o.cit., 20. Era irmão de Marciano António Pereira Nunes, que foi um dos quatro primeiros estudantes goeses enviados a estudar no reino, e do major Manuel Lopes Pereira Nunes. Sobre este último veja-se id., ibid., 20.

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respectiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Oliveira, José Luís de	“Índia”				Instituta - 1/10/691 Cânones - 1/10/692		
Osório, Jaime Pinto	(b) 18/6/884, na igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição de Pangim; (n) no Bairro Tropa, em Pangim, a 18/3/884	Batizado como sendo filho de pais incógnitos. No entanto, anexa ao assento de batismo, encontra-se uma escritura de perfilhação, datada de 29/8/903, e redigida em Ponte de Lima, mediante a qual o conselheiro Augusto Carlos Cardoso Pinto Osório, viúvo, Juiz do STJ (com quem o perfilhando residia) o reconhece como seu filho e “ <i>de mulher solteira</i> ”. Esclarecendo, ainda, que “ <i>o qual menor, veio d’aquella provincia ultramarina, para o reino na companhia d’elle outhorgante, como seu filho</i> ”		Arnaldo Francisco Mascarenhas, “ <i>ajudante da Conservatoria da Comarca das Ilhas</i> ”; e D. Maria Luísa Lopes Pegado, “ <i>solteira, estudante, proprietaria</i> ”	Direito - 3/10/903	AUC, <i>Certidões de Idade</i> , 3ª série (1901-1925), cx. 6 (Gabriel M. Teixeira.- João José Pavão), 283	

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	Pais	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Osório, Jerônimo	“Índia”	Bernardo Osório			Teologia - 3/10/570	AUC, ficheiros dos alunos	Em duas das três fichas que lhe são consagradas vem como natural da Índia, e na restante interroga-se se terá nascido aí ou no Algarve.
Palha, Diogo Francisco Xavier Mourão Garcez	(b) 24/12/872, na igreja de Ribandar (batismo solene, pois havia sido já batizado em casa “por perigo de vida”); (n) Ribandar, 24/12/867	Joaquim Mourão Garcez Palha Júnior e D. Henriqueta Adelaide de Cárcomo Lobo, naturais e moradores em Ribandar	(p) Diogo Mourão Garcez Palha e D. Maria Rita Pereira Garcez; (m) D. Manuel de Cárcomo Lobo e D. Guilhermina da Costa Campos	O avô materno e D. Lizarda Maria Clotilde Mourão e Lorena	Direito - 15/10/888	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LV (Damásio-Ezequiel), pp 90 a 91v	Irmão do seguinte.
Palha, Manuel Carlos Xavier Mourão Garcez	(b) 12/2/872, na igreja de Ribandar (igualmente batismo solene, mas mesmas condições do irmão); (n) Ribandar 16/1/870			Cândido José Mourão Garcez Palha, Visconde de Bucelas, casado; e D. Maria Antónia de Cárcomo Lobo (ambos moradores em Ribandar)	Direito - 3/10/887	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LXXI (Macário-Manuel Guedes), pp 163 a 164	Irmão do anterior. O pai era, à data do seu batismo, Tesoureiro da Misericórdia.

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Pereira, António Bernardo Bragança	(b) 10 de Maio de 1883, na igreja Paroquial de Majordá; (n) “no bairro F.co Pereira, o primeiro da aldeia Utorda”	António Félix Mariano Gabriel das Dóres Pereira, de Utordá (Fidalgo da Casa Real, advogado e Administrador substituto das Ilhas de Goa) e Júlia Silvina Leonor Vitória Clara Adelina da Piedade Bragança e Pereira, de Chandor, de (“ <i>affazendada</i> ”)	(p) António Bernardo Pereira (de Majordá) e Maria Sophia Aleluia Josefina Alemão e Pereira (de Carmoná); (m) Francisco Xavier de Bragança (de Chandor) e Maria Ascensa Margarida de Sousa e Bragança (de Calangute de Bardez)	José Nazário Pereira, cônego da Sé primacial de Goa (representado pelo Padre António Vicente de Mascarenhas, residente em Majordá), e a avó materna. Foram “segundos <i>padrinhos</i> ” Agostinho de Ornellas e Vasconcelos ¹⁸ e D. Maria Joaquina de Saldanha da Gama, sua mulher	Direito - 4/10/902	AUC, <i>Certidões de Idade</i> , 3ª série (1901-1925), cx. 2 (Alvaro de Gouveia S. Tenreiro-António J. Trindade), 201	Nome de batismo: António Bernardo Francisco Xavier José Elvino Gregório Aires das Dóres
Pereira, António Taumaturgo Leonardo Reis Pío	(b) 15/1/882, em Velção; (n) em casa de seus pais, em Velção	José Mariano Pereira, natural de Velção; e Maria Amália Senforozza Alemão, nascida em Carmona (moradores em Velção, aí proprietários)	(p) Nicolau Florindo Pereira e Francisca de Sousa, de Velção; (m) Vicente Piedade Alemão e Cristalina Rodrigues, de Carmoná	Mateus de Almeida (professor do ensino primário em Bardez, subdiácono), que passou procuração a Boaventura Fernandes ; e Rosa, criada de José Mariano Pereira (pai do batizado), solteira	Direito - 4/10/902	AUC, <i>Certidões de Idade</i> , 3ª série (1901-1925), cx. 3 (António Jordão Andrade-Augusto Emiliano da Costa), 53	“filho livre <i>legítimo único</i> deste nome e <i>décimo segundo na ordem de filiação</i> ”

¹⁸ Identificado como “¹⁸(“Morgado do Canessa Prazo Grande do Reino Grão Cruz de S. Gregório Magno de Roma Grande Oficial da Legião de Honra Sócio Correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa”.

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	Pais	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Pereira, Caetano Francisco	(b) 25/2/822, na igreja de Benaulim; (n) Benaulim 18/2/822	António Manuel Pereira e Quitéria Maria Rodrigues, moradores no Bairro Magelvado, em Benaulim	(p) João Pereira e Luísa Maria Barreto, residentes em Benaulim; (m) Salvador Rodrigues de Jesus e Ângela Piedade, que foram moradores na freguesia de Vernã	Constâncio Fernandes, filho de Joaquim Fernandes; e Beatriz Gomes, filha de Inácio Gomes (moradores em Benaulim)	Filosofia - 18/10/842 Matemática - 4/10/843 Medicina - 18/10/847	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LIV (Caetano-Cypriano), pp 9 a 10	Nome de batismo: Caetano Francisco Constâncio
Pereira, Francisco Leitão	“Nat. da Índia”					AUC, ficheiros dos alunos	Sem mais informações.
Pinto, Frederico João Baptista	(b) 18/3/821, a igreja de Calangute; (n) Candolim 9/3/821	Francisco Caetano Pinto, “ <i>Sargento-Mor d’Infant.r.ª deste Estado de Goa</i> ” e D. Carlota Sebastiana de Sousa, moradores em Candolim	(p) João Inácio Pinto e D. Margarida Roiz (Rodrigues), residentes em Candolim; (m) João Filipe de Sousa e D. Leogarda Mascarenhas, moradores em Calangute	João Baptista Pinto e D. Joaquina Clara Sousa, tios do batizado	Matemática - 14/10/843 Filosofia - 16/10/843 Medicina - 19/10/847	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LVIII (Francisco Natividade-Fructuoso), pp 236 e 236v	

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respectiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Puna, Simão Rodrigues de	Natural da “Índia”	Pedro Rodrigues de Puna			Gramática - 19/4/540		Da sua ficha constam as seguintes informações: “Provou continuar seus estudos e residir nesta Universidade desde 28.IV até ao presente, 28 de Julho, 1540 – livro 3. pg 33. V. Cad.º 3º - Provou residir nesta Universidade os meses de Agosto Setembro e Outubro de 1540. Provou o tempo necessário para se fazer Bach. em artes, em 1549. Bach. em artes 16.III. 1550”
Quadros, Manuel António de	(b) 1/1/878, na igreja Paroquial de Loutolim. Tratou-se somente do batismo solene, pois já o havia sido em casa “causa periculi”; (n) no Bairro Orgão (Loutolim), 1/12/877	Miguel Filipe de Quadros, “proprietario e advogado”, natural de Loutolim; e Aurora Especiosa da Costa, de Parrá – os quais (esclarece-se no assento) eram ambos: “livres, proprietarios, casados”	(p) Manuel António de Quadros, médico, natural de Loutolim; e Ana Quitéria da Piedade Xavier, nascida em Velção – “livres, proprietarios”; (m) Sebastião José da Costa, médico, natural de Parrá, e Efigénia Augusta de Mello, nascida em Britona – “livres, proprietarios”	O avô paterno e “Rozaria Francisca Barreto, viuva de Pedro Dias de officio mendiga, moradora em Camorlim de Raia”	Direito - 6/10/898	Nas <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série (1834-1900), vol. LXXI (Macário-Manuel Guedes), p. 57 ¹⁹ .	Especifica-se ser “filho livre, legítimo”. Nome de batismo: Manuel António Aleixo Cosme Damião Luís Gonzaga Francisco Xavier Pedro de Alcântara José Caetano Roque Joaquim Diogo Sebastião Inácio André Graciano Filomeno João da Mãe de Deus Santa Quitéria de Quadros

¹⁹ Só se encontra uma folha com a seguinte declaração: “A certidão de baptismo é em publica forma e acha-se junta aos documentos de matrícula que também são em publica forma.”. O que, efetivamente acontece, encontrando-se em AUC – *Matriculas de Direito (documentos avulsos)*, 1898/899 (n.ºs 204 – exatamente Manuel António de Quadros – a 207), com a cota D.IV, S.1ºD, E.10, T.4, n.º 52.

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	Pais	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Raposo, António Augusto de Vasconcelos	(b) 13/10/885, batizado em Soure; (n) Quepém, 9/9/883	Augusto César Raposo, natural da Ilha de S. Miguel (Açores), “ <i>então Juiz de Direito d’aquella comarca</i> ” (de Quepém); e D. Maria Elisa d’Azevedo Amado, nascida na Figueira da Foz			Direito - 27/10/905	AUC, <i>Certidões de Idade</i> , 3ª série (1901-1925), cx. 2 (Alvaro de Gouveia S. Tenreiro-António J. Trindade), 178	Irmão do seguinte.
Raposo, Jacinto Amado de Vasconcelos	(b) 13/10/885, batizado em Soure; (n) Quepém 6/12/884				Direito - 3/10/903	AUC, <i>Certidões de Idade</i> , 3ª série (1901-1925), cx. 6 (Gabriel M. Teixeira-João José Pavão), 60	Irmão do anterior.
Rebelo, António Artur da Piedade	(b) 26/10/888, na igreja de Margão; (n) em Margão, no Bairro Muranutte, 21/10/888	Frederico Francisco Xavier Ligório Raimundo Rebelo e Leopoldina Antónia Camila da Costa, “ <i>proprietarios, naturaes, moradores e parochianos desta</i> ” (Margão)	(p) Caetano Francisco Rebelo e Cândida Floriana Margarida Ferrão; (m) António Anastácio Bruto da Costa e Maria Clotilde dos Santos Vaz, todos de Margão	Brás Condorcet Bruto da Costa e D. Maria Idalina Vicentinha Ferrão, “ <i>ambos proprietarios, solteiros, moradores na mesma</i> ” (Margão)	Direito - 2/10/908	AUC, <i>Certidões de Idade</i> , 3ª série (1901-1925), cx. 2 (Alvaro de Gouveia S. Tenreiro-António J. Trindade), 121	

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respectiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Rebelo, Henrique d’Horta	Goa	Nicolau d’Horta			Leis - 15/10/639	AUC, ficheiros dos alunos	Vide HOMEM
Reis, Francisco Simões dos	(b) 17/4/870, na igreja de Nossa Senhora da Conceição de Pangim; (n) Pangim, 17/1/870	Henrique Simões dos Reis e D. Maria Amondina Augusta da Silva Vidigal e Reis, moradores em Pangim	(p) Francisco Simões dos Reis e D. Pascoa Antónia Correia dos Reis; (m) Manuel Geraldo da Silva Vidigal e D. Mariana Gomes da Silva Vidigal, todos residentes em Pangim	Randolfo Rosnicro (?) Correia Mendes e D. Mariana Gomes da Silva Vidigal, ambos moradores em Pangim	Direito - 2/10/890	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LVIII (Francisco Natividade-Fructuoso), pp 142 a 144	Indica-se expressamente a sua condição de homem “ <i>livre</i> ”
Rocha, Albino Pascoal da	(b) 6/8/826, na igreja Paroquial de Aldoná. Tratou-se somente do batismo solene, pois havia sido batizado em casa “ <i>pelo perigo</i> ”; (n) o batismo solene teve lugar quando contava dois meses e 9 dias. N. em Aldoná	Mariano José da Conceição Rocha e D. Maria Severina Baptista, moradores em Aldoná	(p) Pascoal da Rocha e D. Francisca Coutinho, residentes em Aldoná; (m) Caetano Salvador Baptista e D. Luísa de Andrade, moradores em Loutolim		Matemática - 14/10/843	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. XLVI (Agapito-Alexandrino), pp 46 e 46v	Primo do seguinte. Primo de Isidoro Emílio Baptista e Joaquim Salvador Baptista (cfr. <i>supra</i>)

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respectiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Rocha, João Mariano de Lamartine	(b) 28/3/853, na igreja Paroquial de Aldoná; (n) em Aldoná, no Bairro Quitula, 21/3/853	João Xavier da Rocha e D. Maria Aurora Gertrudes Magna Mascarenhas Rocha, moradores em Aldoná	(p) Pascoal da Rocha e D. Francisca Coutinho, residentes em Aldoná; (m) Vicente Mariano Mascarenhas e D. Maria Consolação Pereira, moradores em S. Pedro das Ilhas	Mariano Belchior de Góis Ferreira, solteiro, morador em Aporá; e D. Ana Especiosa da Silveira Coutinho, casada, moradora em Nachinolá	Teologia - 15/10/880 Direito - 15/10/881	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LXI (João Dally-João Motta), pp 291 a 292	Nome de batismo: Mariano Lamartine
Rodrigues, José Júlio	(b) 10/5/812, em Sirulá; (n) Sirulá – tinha 8 dias quando foi batizado	Vicente Salvador Rodrigues e Mariana Pereira de Menezes, moradores em Sirulá	(p) António Filipe Rodrigues e Ana Natália Pinto; (m) Pedro António Pereira de Menezes e Maria Anastácia da Cunha	Joaquim Mourão Garcez Palha e D. Juliana de Azevedo e Castro, moradores em Panelim	Direito - 30/10/834	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LXVII (José Gabriel-José Luiz), pp 270 e 270v	Irmão do seguinte.
Rodrigues, Raimundo Venâncio	(b) 19/6/ 1813, em Sirulá. Tratou-se do batizado solene, pois já o havia sido em casa, pelo padre António Caetano Rodrigues, “ <i>pelo perigo de vida em que se achava</i> ”; (n) Sirulá, 19/4/1813			Pedro António Fernandes e Lizarda de Castro, moradores em Socorro (Bardez)	Matemática - 24/10/834 Filosofia - 25/10/834 Medicina - 21/10/837	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LXXV (Quintino-Tarquínio), pp 43 e 43v	Irmão do anterior.

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Sá, António Emídio das Angústias e	(b) 39/3/863, na igreja Paroquial de Velção; (n) Palle, 23/3/863	Querubino de Santana e Sá e Rosa Clarina de Sousa, moradores na aldeia de Palle (freguesia de Velção)	(p) Miguel Arcanjo de Sá e Brígida Gomes; (m) Francisco Xavier do Rosário de Sousa e Catarina da Costa; todos moradores em Palle	Caetano João Nepomuceno (filho de António Pedro Rodrigues e Efigénia de Sousa) e Marta Piedade de Sá, solteira, tia paterna; todos residentes em Palle	Direito - 9/10/886	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. XLIX (António David-António Justino), pp 68 e 68v.	
Sampaio, João de Melo de	(b) 8/2/874, na capela da Rainha dos Anjos, no Bairro Juary (freguesia de Velha Goa); (n) Taleigão, 30/11/873	Tristão José de Melo e Sampaio e D. Maria Teresa da Silveira de Lorena, ambos de Pangim, proprietários	(p) João de Melo de Sampaio e D. Ana Maria de Aguiar Mendes de Sampaio, os dois naturais e moradores em Nova Goa; (m) os condes de Sarzedas, Bernardo Heitor da Silveira e D. Luísa Pereira Garcez e Lorena (nascida em Ribandar), residentes em Pangim	João de Melo Sampaio, casado, morador em Nova Goa, que, por não estar presente, passou procuração a Francisco de Assis da Silveira e Lorena, também aí morador; e D. Maria Luísa da Silveira e Lorena, condessa de Torres Novas, “ <i>sob protecção de Nossa Senhora Rainha dos Anjos</i> ”	Direito - 17/10/895	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LXI (João Dally-João Motta), pp 323 a 327v	Primo de Bernardo Heitor da Silveira e Lorena e Bernardo José da Silveira e Lorena (cfr. <i>supra</i>). Indica-se expressamente ser “ <i>livre</i> ”.

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Sande, António de Azevedo de	Índia (Goa)				Cânones - 1/12/686	AUC, ficheiros dos alunos	
Santarém, Mateus Dias de	“Índia”				Filosofia - 1540	AUC, ficheiros dos alunos	
S. Pedro, Jorge de	Índia (?)	José de S. Pedro			Teologia - 1540 Na sua ficha pode ler-se: “ <i>Bacharel em Artes</i> 6.III.1542 = <i>Bacharel em Teologia</i> 14.II.1549 = livro 3. <i>Cad.º 4 pg. 2.V.”</i>	AUC, ficheiros dos alunos	Não se tem certeza absoluta da sua naturalidade.
Santos, Manuel Henriques de Brito	(b) 31/7/878, na igreja de Nossa Senhora da Conceição de Pangim (tratou-se, no entanto, somente do batismo solene, “ <i>por ter sido devidamente</i>	Constantino Joaquim dos Santos, proprietário, natural de “ <i>Hidrabad, destrito inglez</i> ”; e D. Adelaide Henriques de Brito e Santos,	(p) Joaquim dos Santos, natural de Hidrabad; e D. Antónia de Fontes e Santos, nascida em Naraid; (m) José Inácio de Brito, natural de Ribandar; e D.	José Fortunato Gomes de Brito, “ <i>segundo escripturario da Contedoria Geral</i> ” e D. Maria Luísa Barbosa da Rocha, “ <i>pensionista do</i>			

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respectiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
	<i>baptizado por Padre Ignacio Caetano de Mello</i> ”; (n) no Bairro das Fontainhas (Pangim), 9/1/878	proprietária, nascida em Pondá – “ <i>esta moradora nesta (em Pangim) e elle oje residente em Hidrabad</i> ”	Juliana Luísa Henriques de Brito, nascida em Pondá	<i>Monte pio militar do Estado</i> ”	Direito - 13/10/898	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LXXII (Manuel Henriques-Manuel Matheus), pp 1 e 1v	Nome de batismo: Manuel Joaquim António Fortunato José Augusto dos Santos ²⁰ . (22/10)
Sequeira, José Vicente da Piedade	(b) 30/1/881, na igreja Paroquial de Salvador do Mundo; (n) 22/1/881, “ <i>em casa dos seos Pais, no bairro Badem desta freguezia</i> ”	Pedro António Sebastião de Sequeira (“ <i>vulgo Sebastião Paulo</i> ”), de S. Salvador do Mundo; e Adelina Sancia Jacinta Barreto e Sequeira, nascida na freguesia de Raia, proprietários, moradores em S. Salvador	(p) José Maria de Sequeira, natural de S. Salvador; e D. Ana Regina Monteiro, nascida em Socorro – proprietários, moradores em S. Salvador; (m) José Manuel Barreto e Verediana da Conceição Menezes, “ <i>naturaes proprietarios e moradores na freguezia de Raia de Salsete</i> ”	Padre António Xavier de Sequeira, representado pelo padre Joaquim Luís, morador em Candolim; e Amália Pinto e Sousa, casada, proprietária, de Mapuçá – representada pelo sacristão de S. Salvador, Pedro Gaspar da Silva	Direito - 3/10/900	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LXIX (José Oliveira-Juvenal), pp 318 a 326	Indica-se no assento de batismo ser “ <i>livre</i> ”. Nome de batismo: José António Vicente Fenelon da Piedade Barreto e Sequeira.

²⁰ Encontrámos no ficheiro dos alunos do AUC uma entrada em nome de Manuel Henriques de Brito e Santos, o qual teria uma matrícula em direito em 22 de novembro 1908. Por não termos encontrado a certidão do mesmo nos locais competentes, e atendendo à similitude dos nomes e da proveniência geográfica (ambos são de Pangim) acreditamos poder tratar-se da mesma pessoa.

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Silva, António Constâncio da	(b) 5/5/821, na igreja de Candolim; (n) Candolim 24/4/821	Domingos Francisco da Silva e Maria Teresa de Mendonça, de Candolim	(p) Domingos da Silva e Rita Correia, igualmente moradores em Candolim; (m) Diogo Coelho de Mendonça e Sebastiana de Sousa, residentes em Taleigão	Benjamim António Constâncio de Sousa, solteiro, morador em Calangute; e D. Antónia Rosa de Nazareth residente em Pangim	Filosofia - 10/10/842	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834- 1900), vol. XLVIII (António A.- António Curado), pp 406 e 406v	
Silva, Francisco Maria Peres da	(b) 11/5/1819, igreja de Nossa Senhora da Piedade das Ilhas de Goa; (n) Piedade (Goa). Foi batizado com 2 anos	Bernardo Peres da Silva e D. Inácia da Conceição Menezes		Caetano da Silva	Direito - 30/10/841	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834- 1900), vol. LXII (Fancisco Cabral- Francisco Moreira), pp 310 e 310v	Quando se matriculou, morava em Margão. Irmão do seguinte. Nos ficheiros dos alunos (AUC), dá, erradamente, entrada como F.M. Pires da S.

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	Pais	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respectiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Silva, Tomás José Peres da		Bernardo Peres da Silva e D.Inácia da Conceição Menezes			Matemática - 13/6/824 Filosofia - 13/6/825	AUC, <i>Certidões deidade</i> , 1ª série, (1772-1833), vol. XLIV (Thadeu-Zepherino), pp 67 e 67v	Irmão do anterior ²¹ .
Soares, Pedro Celestino Miguel	(b) 10/8/816, em Margão. Tratou-se somente do batismo solene, pois já o havia sido em casa “ <i>causa periculi</i> ”; (n) Margão, no Bairro Bordá, 13/5/816	Nazário José Soares e Domingas Rosa da Conceição e Noronha, moradores no dito Bairro Bordá		António Ribeiro de Carvalho, desembargador em Goa, e D. Apolónia Joaquina Pereira ²²	Direito - 30/10/841	AUC, <i>Certidões deidade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LXXIV (Miguel-Prudêncio), pp 200 e 200v	
Solmudi, Francisco Gonçalves	“ <i>India</i> ”	Gaspar de Santamães			Leis - 7/10/577	AUC, ficheiros dos alunos	No sua ficha, lê-se a seguinte nota: “ <i>Provou cursar 7-X.1577 até 7.VI.1578 as 4 lições e prima Vespóra e duas de Codigo. Ex. e Grau de Bach. em Leis 26.VI.1581</i> ”

²¹ Não apresenta certidão de idade, mas Joaquim de Sousa Vieira de Carvalho (cavaleiro da ordem de Cristo, sargento-mor e comandante do batalhão de artilharia e lente da academia militar) assina a seguinte declaração, que é cópia do “*Livro (...) que serve de registo ao sobre dito Batalhão*”: “*Thomas Joze Peres da Silva filho de Bernardo Peres da Silva que conta a sua idade de 4 de Outubro de 1800 altura 4 pes, dez polegadas, e hum linha sentou praça de cadete digo de soldado em 26 de Maio de 1814, e reconhecido Cadete em 14 de Abril de 1818, passou a 2.º Te e em 23 de Dezembro de 1820, e Ajudante em 29 de Janeiro de 1822*” (dado no Quartel de Santa Inês, Goa, a 23/2/822). O documento foi reconhecido pelo “*Dezembargador Antonio Ribeiro de Carvalho, Cavaleiro Professo na Ordem de Christo do Dezembargo de Sua Magestade Fidelissima, e seu Dezembargador da Caza da Suplicação do Brazil, e da dos Agravos da Rellação de Goa, Ouvidor Geral do Cível com Alçada, Juiz das Justificaçoens, e Intendente Geral das Novas Conquistas em estas partes da India*”.

²² Casada com o à data ouvidor Cipriano Silvério Rodrigues Nunes, o qual serviu de procurador do padrinho.

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Sousa, Damião Caetano de	(b) 19/5/825, na igreja de Nagoá	Jerónimo Duarte de Sousa e Mónica Carvalho	(p) Manuel Caetano de Sousa e Victorina Micaela de Sousa, moradores em Tivim; (m) Lázaro Baltasar Carvalho e Ana Maria Viegas, residentes em Nagoá	Jerónimo de Sousa e Carlota Gonçalves, igualmente residentes em Nagoá	Teologia - 7/11/843	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. LV (Damásio-Ezequiel), pp 3 e 3v	
Vasconcelos, Caetano de Sousa e	(b) 31/5/832, igreja de Nossa Senhora da Conceição de Pangim; (n) Pangim, 4/5/832	Caetano de Sousa e Vasconcelos e D. Leonor Clara d'Unhão e Sousa	(p) André Avelino de Sousa e Vasconcelos e D. Mariana Antónia Henriques de Aguiar e Vasconcelos, naturais de Quilimane; (m) Inácio Xavier da Fonseca Unhão e D. Luísa Francisca Henriques de Aguiar e Vasconcelos, moradores em Pangim	Domingos Correia Arouca e D. Ana Maria de Unhão e Brito	Filosofia - 30/10/849 Direito - 12/10/850	AUC, <i>Certidões de Edade</i> (1834-1900), 2ª série, vol. LIV (Caetano-Cypriano), pp 9 a 10	
Vaz, Agostinho da Piedade dos Santos	(b) 19/2/868, na igreja do Espírito Santo de Margão – tratou-se somente do batismo solene; (n) em casa de seus pais, no Bairro	Agostinho da Piedade dos Santos Vaz, natural de Margão, administrador do concelho de Salsete, e Joana	(p) João José Vaz e Antónia Maria Faria, residentes em Margão; (m) José Rafael Bernardo Furtado e Teresa Maria Eulália	Foi “padrinho de <i>ceremonias</i> ” Caetaninho (o qual, contudo, assina Caetano) Ligório de Sousa, filho solteiro de	Direito - 24/10/888	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2ª série, (1834-1900), vol. XLVI (Agapito-	Indica-se o seu estatuto: “ <i>livre</i> ”. Nome de batismo: José Francisco Xavier Constantino

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	País	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respectiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
	Bordá (Margão), 7/9/868	Emília Flaviana Furtado, nascida em Benaulim – moradores em Margão, “afazendados”	Furtado Costa, moradores em Benaulim	Domingos do Rosário de Sousa, estudante, residente em Margão		Alexandrino), pp 56 a 62 ^v (com erro na numeração, porque não se conta a última folha)	Agostinho da Natividade dos Santos Vaz ²³ .
Vaz, Damião Salvador	(b) 15/1/823, na igreja paroquial de Aldoná; (n) Aldoná, 8/1/823	Miguel Francisco de Paula Vaz e Maria Isabel de Sousa, moradores no Bairro Carona Pequeno (Pequeno), Aldoná	(p) João Vaz e Maria Natália de Jesus; (m) José Paulo de Sousa e Maria Escolástica de Sequeira – todos residentes em Aldoná	Jerônimo Francisco Ferreira, de Piedade (mas “assistente em Moçambique”), e Ana Rita Deodata Gonçalves – representados por João Francisco Xavier de Sousa, de Aldoná	Matemática - 14/10/843 Filosofia - 31/10/843 Medicina - 19/10/847	AUC, <i>Certidões de Edade</i> , 2 ^a série, (1834-1900), vol. LV (Damásio – Ezequiel), pp 10 a 11	

²³ A questão do nome foi neste caso particularmente aguda. A habitual declaração não foi considerada suficiente: “*Declaro que o dito José Francisco Xavier Constantino Agostinho da Natividade dos Santos Vaz é vulgarmente chamado Agostinho da Piedade dos Santos Vaz*”. Isto porque o requerente havia mudado o nome no crisma. Assim, e por Agostinho dos Santos Vaz ser órfão (foi o undécimo filho de seus pais) foi necessário proceder a inquirições. Estas foram levadas a cabo no tribunal de Margão perante o juiz de direito de Salete, António Emílio de Almeida Azevedo. Concluiu-se, naturalmente, serem Agostinho da Piedade dos Santos Vaz e José Francisco Xavier Constantino Agostinho da Natividade dos Santos Vaz uma única e mesma pessoa. Foram testemunhas nestas inquirições Aleixo Caetano Rogaciano Monteiro e João Piedade Clemente, ambos proprietários e moradores em Margão; e procurador do justicante o advogado António Anastácio Bruto da Costa

Anexo V - 590

A consagração dos naturais

Nome	Data e local de batismo (b) e nascimento (n)	Pais	Avós paternos (p) e maternos (m)	Padrinhos	Data da matrícula e respetiva Faculdade	Localização (AUC)	Notas adicionais
Xavier, Alberto	(n) 24/4/1881Nova Goa (Pangim)	Francisco João Xavier e D. Maria Ermelinda Matilde de Abreu	(p) Cristóvão Sebastião Xavier e D. Maria Eufregina Fernandes de Noronha; (m) Miguel Vicente de Abreu e D. Maria Luísa Quitéria Peres	João Baptista de Miranda, de Loutolim, e D. Maria Lucília Xavier Ferreira	Direito - 28/10/903		Não entregou certidão de idade. Nome de batismo: António Maria Eurico Alberto Fiel

ANEXO VI

**“Relatorio concernente aos Negocios da Caza do Rey de Sunda, precedido
d’huma succinta noção da origem do estabelecimento daquella Caza neste
Estado, e das liberalidades dos S.res Reis de Portugal”,
por Filipe Nery Xavier¹ (1838)**

“Ill.mo e Ex.mo Sr.

1) Savai Imody Sadassiva, Rey de Sunda, invadido o seu Reino pelo Nababo Aidar Ali Can, se acolheo com a sua Familia, e Thezouro a este Estado, como seu antigo aliado, de baixo das condições outorgadas no Seguro², que lhe concedeo o ex-V.Rey Conde da Ega³, declarou-se-lhe o tratamento que receberia⁴, e foi habitar a Caza da Quinta de S.ta Rozalia em Moulá destas Ilhas; e tendo-se-lhe offerecido 8\$ X.s para ajuda da sua subsistencia, não aceitou, arbitrarão-se-lhe portanto (segue-se um número ilegível por estar manchado, mas será certamente 12) \$ X.s do que tudo dando-se conta para Portugal, teve S. Magestade por bem aprovar aquella medida, e recomendar ao referido V. Rey a attenção, e agasalho com que o devia tratar⁵.

2) Na Carta que S. Mag.e dirigio ao dito Rey declarou-lhe que estavam dadas ordens precisas para ser soccorrido nas suas necessidades, e attendida a sua pessoa⁶.

3) Com o andar do tempo tendo (há um rasgão na página que impede a leitura das palavras seguintes) daquelle Rey, tinha sido obrigado o Estado a occupar as terras do dito Rey⁷; e que lhe mandára dar seguro azilo na Aldêa Bendorá assignando 12 \$ X.s de pensão⁸.: e achando por aquelle facto, e outros motivos ponderados nas ditas Instrucções dever ser mudada a sua rezidencia, ordenou-se ao referido Governador, que promovesse

¹ O relatório propriamente dito acha-se dividido em duas partes. Na primeira encontra-se o texto principal e diversas notas à margem. Destas, algumas são já ilegíveis devido ao mau estado de conservação do original. A segunda corresponde a notas mais desenvolvidas, algumas das quais correspondendo já a breves comentários. Estas estão numeradas alfabeticamente. Por uma questão de facilidade de leitura optámos por transcrever todas as que ainda conseguimos ler (e que foram a maioria) como notas de rodapé.

² Sublinhado no original, tal como todas as demais palavras do documento que estiverem assinaladas desta maneira.

³ “Seguro foi concedido ao Rey Sunda Imody Sadassiva para vir a este Estado debaixo de quatro condições, ou clauzulas: 1.a que viria a hospedar-se na Quinta de S.ta Rozalia de Moulá, por ser sitio mais acomodado a sua Real Familia, e elegeria outra habitação quando por falta de saude, ou outra qual quer circumstancia desagradasse da primeira = 2.a = Que lhe seria livre tratar com pessoas desta Jurisdicção, ou de alheia debaixo de cautelas apontadas = 3.a = Em cazo que se consiga a recuperação do seu Reino, ou que por outro superveniente successo quera o Magnifico Rey sahir das terras do Magestozo Estado lhe será permitido, e da mesma sorte a toda a sua familia, cometiva, e fato, sem duvida ou impedimento algum. 4 = Que o Rey se poderia conservar no Estado em pleno sucego, por ser nelle recebido debaixo de sinsera fé e com os vinculos da amizade radicada por muitos seculos; em cazo nenhum seria entregue aos seus inimigos, e seria a sua pessoa, e familia”.

⁴ “Officio (Do Secretario Luis J.e França de 30 de Jan.ro de 1764) cobrindo huma Ordem para as Aldeas das Novas Conquistas darem prompta providencia a tudo o q. o mes.o Rei mandasse comprar, declarando-lhe ser da intenção do Governo que elle seja tratado nas d.as Provincias, como nas mais do Estado com o dominio de S.or das terras, e não de Vassalo”. E ainda: “Bando, ordenando aos Ministros, Off.es, e Pouvo dar-lhe as honras devidas dat.os de 20, e 30 de Stbro de 1766”.

⁵ “Pelo que respeita a hospitalidade praticada com o Rey Sunda pelo referido Conde, a approvou Sua Mag.e e manda recommendar a V. Ex.cua a attenção, e agasalho, com que o deve tratar, visto que o pezar de injustiças, e violencias, que lhe fizerão foi sempre leal a este Estado”. Em nota à margem, pode ler-se: “Off.o da Secret.a d’Est.o de 9 de Abril de 1765”.

⁶ “E para que na conformidade da Minha Carta Regia de 24 de Abril de 1766 sejam as vossas necessidades soccorridas em tudo o que permitir a actual situação do meu Estado da India, e seja a vossa pessoa attendida, como eu dezejo, e espero q. o hade ser sempre, e em quanto a Divina Providencia não abrir algum seguro caminho por onde sejaes restituído aos vossos Estados. Podeis ter a certeza de que desde logo desejaria meter vos na posse de Zambaulim e Ponda, com a mesma generosidade com que no anno de 1754 vos mandei entregar as Praças de Piro, e Xempim, se dahi se não seguisse o notorio perigo de virem os vossos inimigos atacar-vos naquelles dous lugares, logo que soubessem erão vossos, trazendo huma guerra ás fronteiras de Goa”. E em nota à margem: “Carta Regia de 7.o de Abril de 1768”.

⁷ “O Rey de Sunda sendo attacado pelos Maratas, e hindo as nossas Tropas em soccorro delle, e obrigado aos ditos Maratas a repassar os Gates, foi necessario, que o Estado ficasse occupando desde o anno de 1763 as Provincias de Canacona, Zambaulim, Embarbacem, Pondá, e a Jurisdicção de Cabo de Rema, porque seriam logo perdidas se tornassem ao poder do Sunda”. E em nota à margem: “Instrucções que trouxe o G.or D. J.e Pedro da Camara”.

⁸ “Havido o dito despojado, e miseravel Regulo recorrido a Real Clemencia de S. Mag.e lhe mandara dar seguro azilo na Aldea Bandora, assignando-lhe 12\$ Xs por anno de pensão”.

todas as diligencias para o remover à Quinta de S.ta Rozalia: fazer-lhe doação perpetua da mesma Quinta, e augmentar a pensão de 12\$ para 20\$ Xs.⁹. Não se pode levar a effeito aquella determinação Regia durante a vida do sobredito Rey, nem depois da sua morte com (segue-se uma palavra ilegível por estar manchada e a tinta ter trespassado) a sua viuva, Mai do Rei Pupilo, nem depois da desta ao Adcarí Sogro, e Tutor do dito Menor¹⁰.

4) E constando ao Governo do Estado, que, depois do falecimento da Mai do dito Rey Pupilo, as preciosidades daquella Caza estavam expostas ao desvio ordenou que se procedesse ao inventario do seu espolio.

5) Depois do falecimento do sobredito Rey, S. Mag.e achando ser mui conveniente ter aq.la Caza de Sunda ligada aos interesses da Coroa (o resto do texto até ao final da pg. 2v. está ilegível em virtude de um grande rasgão).

6) Tendo o Adcarí, Tutor e Sogro do Rey Pupilo em nome deste continuado a negociação entabulada, com consentimento do Governo, pelo Rey falecido com o Nababo Aidar Aly Can, constituindo com este passo ao dito Governo em apertados lances com o mencionado Aidar Aly, pedindo ao Governador do Estado D. José Pedro da Camara, e depois deste ao seu Successor¹¹, não só consentimento para hir ao seu Reino para chamamento do sobredito Aidar, mas tbem socorro, restituição das Provincias das Novas Conquistas, e continuação da pensão de 20\$ X.s, ou terras, que rendessem o equivalente: propoz-se aos Conselheiros do Estado: 1.o Se se devia annuir na retirada do mesmo Rei, sua Familia, e Thezouro; = 2.o Se se devia propor, e consultar a S. Mag.e para mandar entregar ao Rei de Sunda as terras, cuja restituição elles solicitava: = 3.o finalmente se devia-se-lhe continuar a pensão que recebia, quando se retirasse para o seu Reino. Aos quaes quesitos responderão os mesmos Conselheiros differentemente, concordando porem quase todos, que se não devia permittir a sahida do Rey, e sua Familia, porque de certo seria victima do suprareferido Nababo Aidar, com descredito da Nação Portuguesa, e a isto seguirião grandes prejuizos.

7) Do que tudo se deo conta a Corte, e Sua Mag.e levou a bem o que o mesmo Governador havia deliberado a tal respeito, visto que o chamamento, e promessas do dito Aidar Alikan eram austuciozos¹² fingimentos para apartar o mesmo Rey Sunda, e sua inocente Familia do amparo, e protecção da Coroa de Portugal, e depois a titulo de Protector pedir a restituição das Provincias de Pondá, e mais terras desmembradas daquelle Reino, agora incorporadas neste Estado, e se empossar dellas.

8) Na outra Carta declarou S. Mag.e que não tendo valido os esforços para persuadir ao dito¹³ Rey Sunda, e depois do falecimento a Raynha sua Viuva, e depois ao Tutor do Rey menor, para mudar a sua habitação na Quinta de S.ta Rozalia, nem havido efficacia para verificar aquella mudança, por estares cessados os motivos, que occasionarão aquella transferencia da rezidencia, que a vistas do estado das couzas, e motivos expendidos n'outra, convinha repetir as diligencias para verificar a passagem do dito Rey e sua Familia p.a a sobredita Quinta, até, sendo necessario, uzãdo da coacção, sem com tudo faltar a demonstração da Civilidade devida, a fim de que não se retirasse deste Estado, e o sobredito Aidar fizesse delle hum trocador.

⁹ “Que ponderando S. M. aquelles factos por huma parte, e a inata propensão dos habitantes daquellas Provincias q. havião de ter precizamente ao referido Sunda como seu legitimo Soberano e ao qual costumavão seguir por si, e pelos seus maiores, e por outra parte a informação de elle manter correspondencia com o Marata inimigo commum, e por outra parte a summa cavilação, e temeridade dosegunto, e puzilaminidade do primeiro (segue-se uma palavra de difficil leitura) vendo o mesmo S.or tudo o que destes factos pode reccar: E contemplando sempre a sua Real benignidade a pessoa do referido Regulo, e a boa correspondencia que nelle achou sempre o Estado: Ordena a V. S.a que em retorno dos cumprimentos de boa vinda lhe responda com toda a attenção devida ao seu caracter soberano. Que a ElRey sempre foi sensivel as infellecidades delle Sunda, e sempre propenso a suaviza-las em tudo o que a possibilidade o pode permittir, vio a sua Petição do augmento da pensão, e que ao mesmo tempo soube que elle estava exterminado na Aldea Bendorá, em huma Casa incompetente ao seu caracter, que V. S.a tem ordem para o fazer transportar para a (segue-se outra palavra ilegível) vizinhança da Corte de Goa, e nella para a Caza, e Quinta de S.ta Rozalia, fazendo-lhe della perpetua doação para dispor com bem lhe aprover.

22. Que lhe ficara a mesma Quinta privilegiada para observar os seus Ritos etc... finalmente onde não chegarem as rendas da referida Quinta lhe manda S. Mag. e completar pelo seu Erario 20\$ X.s pertendidos”.

¹⁰ “Informação do G.or José Pedro da Câmara: “§ 5 Nenhum dos fundamentos indicados, nem outros, que vivamente se propoz o pode convencer (Para mudar a Rezidencia de Bandora para a Quinta de S.ta Rozalia) dando em reposta decizisiva, não aceitava tantas graças, porque os Deozes lhe fizerão entender que morreria, e toda a sua familia no mesmo instante que mudasse daquelle sitio”.

¹¹ D. Frederico Guilherme de Sousa.

¹² Atendendo ao contexto, cremos ser esta a palavra correta, já que no original se consegue apenas ler o seu final: ciozos.

¹³ Julgamos que dito é a palavra correta. O original acha-se manchado pelo que colocamos algumas reticências na leitura deste termo.

9) (as três primeiras linhas deste ponto, que correspondem ao final da pg. 3v., acham-se ilegíveis) (...) *acharia huma efficaz, e vigilante cooperação p.a tudo o que contribuisse p.a a sua verdade.ra prosperid.e.*

10) *Posterioriorm.te attendendo S. Mag.e as razões, q. teve o Gov.o do Est.o p.a dar providencias extraordinarias a vista da Carta da Rainha de Sundem dirigida ao mesmo Gov.o, na auzencia do seu marido, queixando-se do roubo das suas joias, p.a a sua arrecadac.m aprovou as mesmas med.as¹⁴ bem assim as q. teve p.r não annuir a petitorio do Rei de Sunda relativo as terras e augmentar a pensão de 20\$000 a 23\$000 X.s, em que ficou fixada a referida prestação, a qual continuou a perseber o sobredito Rey até a sua retirada para fora do Estado¹⁵, com tudo na sua auzencia a sua Familia persebeo 10\$ Xs; este arbitrio tendo sido levado á Prezença de S. Mag.e, mereceo a sua aprovação, e ordenou ao Gov.or para lhe satisfazer toda, se por ventura voltasse sem cometter alguma perfidia, e nestes termos continuou a vencer depois do seu ultimo regresso enq.to viveo, e depois da sua morte, persebeo-o da mesma forma o seu Filho e Successor Sadassiva Ragendra, e tendo falecido este, o Governo do Est.o declarando Vir Raguinda seu Irmão Successor, lhe mandou usar das insignias, e titulo, e arbitrou nessa occazião, a elle, sua May, e m.s Familia 12\$ X.s, e a sua Cunhada = Deomagi = Viuva de seu Ir.m e Antecessor 6\$.*

11) *O Novo Rey queixou-se ao Gov.o Provizional da diminuição e divizão daquella pensão, allegando em abono da sua queixa que aquella prestação não era sujeita à diminuição, nem à divizão, por ter sido concedida em contemplação da sessão de diferentes Provincias, e Aldeias, feitas ao Estado, a qual rendia ao mesmo 250\$ X.s, pedindo em conclusão que mandasse continuar-lhe por inteiro a mesma contribuição, pois que ella não tinha soffrido igual alteração, para menos, havia sete mezes, quando fora concedida ao referido seu I.m, nem fora dividida nessa occazião dando parte della a sua May, na qualidade de Viuva do Rey Antecessor do sobredito Sadassiva.*

12) *O Prezidente da Relação do Estado, que foi ouvido sobre a dita queixa respondeo que tendo sido aprovada por S. Mag.e a prestação de 23\$ X.s por anno, que se pagava ao Rei Sunda, e sua Familia, não constava que ella tivesse sido alterada, ao contrario tinha-se concedido por inteiro, não havia muito tempo, ao Rey Sadassiva I.m do Rey queixozo: que não sabia porque a este ultimo tinha-se diminuido; todavia como a diminuição tinha sido feita pela Autoridade competente, e em utilidade da Fazenda Publica, convinha dar conta disso a S. Mag.e. Que o d.o ultimo Rey pedia que se lhe não fizesse desconto, offerecendo p. fiança os seus bens até a resolução de S. Mag.e, o que parecia-lhe admissivel, quando aos 5\$00 (segue-se uma palavra de difficil leitura), ficando obrigado a apprezentar a Regia decisão no termo de dous annos, o que em iguaes circunstancias se tinha praticado varias vezes na Junta da Fazenda Publica com pessoas menos respeitaveis. Quanto os 6\$ X.s concedidos a sua Cunhada = Deomagi = devião-se-lhe continuar a dár, por motivo da inimiz.e, que reinava entre os Cunhados; que semelhante arbitro tinha já adoptado o Governo não havia muito tempo, com a Viuva de Essovonta Ráo, pois que o Governo sempre tinha sido arbitro nas questões dos Dessaiados: em cuja consequencia tendo-se-lhe concedido os ditos 5\$ X.s, p.r seu falecimento não chegou gozar dessa concessão.*

13) *Por occazião do falecimento do sobred.o ultimo Rey Vir Raguindra sem sucessão, o Prezidente do Governo Provizional¹⁶ propos em Sessão do mesmo Govêrno: 1.o = que a prestação que o ultimo Rey percebia se averbasse: 2.o = que se mandasse proceder ao inventario dos seus bens, prezioso e moveis: 3.o = que se nomeasse hum Administrador á Caza do Sunda a contento das tres Rainhas Viuvas: e 4.o finalmente que as duas anteced.tes propozições fossem comettidas ao Juiz Intend.te das Novas Conquistas, sendo primeiro em todas quatro ouvido o Procurador da Coroa e Fazenda.*

14) *Respondeo¹⁷ o Procurador da Coroa e Faz.a quanto a 1.a que se devia levar a effeito o que na mesma se propunha, por ser conforme aos uzos, estillos, e costumes das Novas Conquistas, e Legislação Portugueza sobre bens da Coroa, mas que isso se devia praticar de maneira que não faltasse decente subsistencia as Rainhas Viuvas: relativamente a 2.a respondendo afirmativamente por ser consequencia da primeira, disse que segundo os citados Uzos as mulheres não herdavão os bens dos seus maridos, porem que devião ser*

¹⁴ "Avizo Regio de 16 de Setbro de 1817, e 1.o de Julho de 1818".

¹⁵ O que aconteceu em 1797.

¹⁶ João Casimiro Pereira da Rocha de Vasconcellos.

¹⁷ "Por Officio n.o 134 de 17 de Setembro de 1836".

sustentadas, e tratadas descentemente pelos herdeiros; por tanto que no Inventario a que se procedesse devia ficar separado o que fosse do uzo, e ornamento das suas pessoas, e os mais effeitos¹⁸, e joias preziosas do uso, e ornato do Rey defuncto pôr em segurança até a decisão de S. Mag.e: pelo que respeita a 3.a que os bens de raiz que possue aquella Caza, fossem ou não derivados da Fazenda Publica podião ficar no gozo, e administração da Viuva do ultimo Rey, com obrigação de repartir os seus rendimentos com as mais duas Rainhas; com clauzula de devolver tudo á mesma Faz.a depois dos seus falecimentos; que seria melhor que todas tres Viuvas acordassem nomear Administrador que tratasse (não é já possível ler o final da frase devido às manchas e rasgões do original). A 4.a finalmente respondeo affirmativam.te acrescentou as reflexões seguintes = Que os Reis de Sunda antigos alliados do Estado, em consequencia das reiteradas, e energicas Ordens Regias, vindas em diferentes tempos desde 1763, em que se encorporação na Coroa as Provincias de Pondá, Zambaulim, e Canacona, que antes forão do seu dominio até o prezente se havia sempre prestado especial hospitalidade, atenção e agazalho; que pelas mesmas Reaes Ord.s fora constantemente recommendado que lhes não deixasse sahir para fora do Estado, como elles pretendiam, para recuperar os seus dominios; que com os mesmos Reis o Estado teve muitos tratados¹⁹: que da encorporação das sobreditas Provincias no Estado rezultarão ao mesmo extraordinarias vantagens da segurança, tranquilidade e rendimentos, de que estava ainda gozando, e que sem embargo do Rey Savai Bassava Linga se ter auzentado do mesmo Estado, sem permissão de S. Mag., com tudo se mandára prestar a sua Familia 10 a 12\$ X.s para sua subsistencia, o que merecera a aprovação de S. Mag.e, e que igualmente recommendara contribuir-lhe a Congrua por inteiro se voltasse p.a o Est.o sem commetter alguma perfidia; q. a vista do expendido não devião ser entregues ao abandono aquella Illustre Familia (sic), pedio finalm.te que de toda a deliberação que se tomasse se desse conta a S. Mag.e.

15) Em consequencia da sobredita resposta tendo-se mandado proceder ao Inventario, a Rainha Razamagi representou sobre aquella medida em 7 cartas, desenvolvendo o seu direito, da dezação do Juiz, a falta de meios, que sentia para a sua subsistencia, do Juiz privativo, que em diferentes occaziões tinha sido concedido para a sua Caza, sobre a doação, e adopção de hum Criolo, que pertendia verificar a sua Nora Razamagi (Junior) etc etc, sobre o objecto de cada huma dellas o supradito Procurador da Coroa e Fazenda respondeo que não havendo masculino algum na Caza do Sunda, e convindo estabelecer a favor das tres Viuvas huma pensão na forma na forma (sic, repetido no original) dos Uzoz, estillos e costumes das Novas Conquistas, paga pela Fazenda Publica, que esta não devia exceder a 10\$ X.s sendo reunidas todas as Rainhas, alem do uzofructo dos grandes Palmares de Canacona, os quaes seg.do certas informacoes rendião 3 a 4\$ X.s por anno, tudo isto dividido igualm.te (pelas) tres Rainhas, para viverem juntas, e descentemente no Palacio de Bendorá, ou separadamente.

16) Que quando o Rey Savai Bassava se auzentára do Estado, tendo aqui deixado 3 Rainhas suas mulheres, hum Irmao, 1 Sobrinho, e 2 Cunhados, e mais familia, então não se-lhes tinha arbitrado maior quantia que a indicada, o que tinha sido da aprovação de S. Mag.e, o mesmo se devia seguir reduzindo o quantitativo para cada huma á pensão de 6\$ X.s concedida a Rainha Deomagy Viuva do Rey Sadassiva.

17) Relativamente ao Inventario do espolio daquela Caza, que examinando-o achára não estar formalizado com as indispensaveis clareza, e regularidade, portanto lhe parecia devia ser reformado, guardando-se a mesma ordem numérica, juntando-se por apenso ao que novamente se fizesse.

18) Pelo que respeitasse ao Espolio da dita Caza, que elle, por falta de sucessão, pertencia a Fazenda Publica na forma na forma (sic, repetido no original) dos Uzoz, e costumes, como já havia dito.

19) Quanto a suspensão pertendida do Inventario, esta não tinha lugar, por que era ordenado segundo o Direito para evitar sonego, e os uzufructuarios restituírem os bens a quem pertencessem; nem merecia atenção a exigência do Juiz de Commissão, nem Conselho de Familia, o 1.o por que estavam prohibidos pela Carta Constitucional, e o 2.o porque o novo systema não estava estabelecido nas Novas Conquistas, e quando mesmo estivera, o Inventario não lhe pertencia, por que o espolio hé proprio da Fazenda Publica.

¹⁸ Sic, talvez por “enfeites”.

¹⁹ Apesar dos rasgões que tornam extremamente difícil a leitura das notas das margens, cremos que o autor se refere aos tratados celebrados nos anos de 1791, 1797, 1801 e 1806.

20) *Que não merecia tambem attenção o mais que a mesma Rainha alegava a respeito de pertencer á sua Caza hum Juiz Privativo, por ser contra a Carta Constitucional.*

21) *Que era porem digno de consideração não só o que a sobredita Rainha Senior dizia impugnando a adopção d'hum Criolo como feita por seu Filho (o Rey Vir Raguindra) por industria da sua Nora Razamagi Junior, e alguns creados da sua Caza, mas tambem o que referia á cerca da doação de varias joias, e preciozidades da Caza.*

22) *Quanto à adopção, ella era inadmissivel, não só pelas razões expostas pela dita Rainha (Senior) mas porque não precedeo a Authoridade Regia: semelhantemente a doação por haver recahido em preciozidades, que não podião alienar-se do espolio.*

23) *Respectivamente a suspeição do Juiz, que a mesma Rainha devia averba-lo competentemente.*

24) *Observou finalm.te não ser veridica a asserção da sobredita Rainha Senior, de que a Coroa de Portugal possuia as provincias das Novas Conquistas por sessão, e doação dos Reis de Sunda, por que forão conquistadas pelos Portuguezes á força de armas, não só ao Rey Sunda, mas ao Marata, e que o Rey Sunda estando aqui domiciliado tinha ratificado a posse, e soberano dominio da Coroa de Portugal.*

25) *Sobre o emprestimo pedido pela dita Rainha Senior, que diria depois de informada a sua pertença pela Contadoria Geral.*

26) *A respeito da pertença da outra Rainha Rasamagi Junior relativa aos trastes doados, e do seu uso, e do figurado adoptivo, e a opposição a tal respeito da Rainha Deomagi, que devião ser remettidos todos os Papeis relativos a este objecto a sobredita Rainha Senior.*

27) *Finalmente que de tudo quanto se resolvesse se desse conta a S. Mag.e.*

28) *Em consequencia da supradita resposta determinou-se ao Juiz Inventariante que procedesse nos termos da dita resposta Fiscal.*

29) *Tendo falecido esse tempo a Rainha Deomagy se mandou proceder tambem ao Inventario dos seus bens.*

30) *Concluidos os Inventarios ordenados, se deo vista delles ao Procurador da Coroa e Faz.a, e este respondeo quanto ao primeiro dos mesmos Inventarios, que o Juiz Inventariante devia ter dado vista delle a Inventariante, e Delegado do Proc.or da Coroa e Faz.a, para dizerem o que lhes conviesse, tendo em vista os uzos, e costumes das Novas Conquistas, especialmente o art. 14 dos mesmos, relativo à Fazenda Publica, p.a depois competentem.te serem os bens adjudicados p.r Sentença à mesma Fazenda, o que verificado deverião ser recolhidas as preciozidades no Thezouro até a decisão de S. Mag.e, e quilo que não fosse preciso para o uso da inventariante vendido em hasta publica, e para evitar duvidas sobre quaes objectos erão do uso, deveria o dito Juiz, proceder a huma circunstanciada averiguação, por meio de pessoas capazes (...) (segue-se cerca de linha e meia ilegível em virtude de o original estar manchado e rasgado) Thezouro do dito Rey inventariado sobre elles não devia recahir a dita averiguação,*

32) *Que o producto dos bens arrematados devia entrar no Thezouro Publico,*

33) *Finalmente que a Inventariante devia ser intimada para a segurança dos objectos, que lhe fossem entregues para seu uso.*

34) *Na outra Resposta no Inventario dos Bens da Rainha = Deomagi = disse, alem do expendido na sobredita = Que os alimentos das 2 filhas naturaes do Rey, e da May das ditas Meninas, lhe devião ser arbitrados pela Camara Geral de Pondá á vista dos Uzos, e Costumes das Novas Conq.tas, e como o Governo tinha estabellecido 12\$ X.s p.a as 2 Rainhas, alem do uzo-fructo dos bens de raiz, que por morte de ambas pertencia a Fazenda Publica, que dessa mesma consignaço deerão (sic, certamente por deverão) sahir os alimentos para as duas filhas naturaes, e sua May.*

35) O mesmo Procurador da Coroa respondeu-lhe sobre os objectos de duas Cartas da Rainha Rasanagi Junior, a 1.a pedindo que mandasse conferir ao Adoptado todas as honras, que como tal lhe competião, assim como permittir-lhe o uzo das insignias reaes, sello, e m.s prerrogativas; e a 2.a pedindo que lhe mandasse entregar todos os trastes, que lhe havião sido dados pelo seu marido; Que a adopção, e doação declaradas no primeiro inventario erão nullas, e insubsistentes: 1.o por ser contra os uzos, e estilos, que regem como Ley as Provincias das Novas Conquistas, e em sua consequencia por o adoptado não ser da mesma Casta²⁰ e Tribú da do Rey Sunda, e ter sido adoptado depois da puberdade: 2.o por que o Adoptado não foi iniciado em certas cerimoniaes: 3.o por faltar o consentimento dos parentes: 4.o por haver tomado segundo adoptivo, contra os uzos, costumes, e estilos citados. Que era nulla tambem a dita adopção perante o Direito Patrio: 1.o por que a adopção não recahio em pessoa certa, e determinada, visto que na Escriptura²¹ se adopta hum filho de Cantopá, sem declarar o seu nome, tendo o dito Cantopá tres filhos; alem disto por haver feito outra²² adopção a favor d'outro filho do mesmo Cantopá, sem tambem declarar o seu nome: 2.o porque a adopção a imitação da natureza devendo recahir em pessoa mais moça do que o adoptante, recahio em pessoa que contava 19 a.s de idade, e (seguem-se cerca de uma linha e meia ilegíveis em virtude de o original se achar manchado e rasgado) já ditos, mas tambem a Ordenação do Reino. 4.o porque o Adoptado (segue-se uma palavra ilegível) como tal repellido pela Ordenação citada. 5.o por que a adopção de que se trata era fantastica, suposta, e falsa, como clamava, e reclamava a Rainha Senior, May do Adoptante, por que fora fabricada em tempo que elle não tinha conhecimento de que se fazia, e estava nos ultimos momentos da vida: 6.o finalmente por que na Escriptura da adopção não assignou a Adoptante, declarando não saber escrever, quando todas as Cartas dirigidas ao Governo erão assinadas por ella.

36) Que da mesma forma era tambem nulla, suposta, e falsa a doação em objecto: 1.o por que fora feita em mesmo tempo, em que o doador estava sem conhecimento algum do que se fazia: 2.a por que não fora feita por algum documento, que merecesse fê, e o que apresentava a Donataria era concebido em termos vagos, e genéricos, que a tornavam suspeitosa: 3.o por que recahio sobre preciozidades, que se não podião alhear da Caza do Rey, como este mesmo representou ao Governo Provizional em varias Cartas²³, o que tbm se coligia do que affirmava a Rainha Senior. 4.o por que a doação não fora insinuada (seguem-se mais três linhas ilegíveis devido ao mau estado de conservação do manuscrito original, o qual nesta parte está irremediavelmente manchado e rasgado) consentimento dos parentes, e por exceder a doação 210\$ Rup.as: 6.o por que recahio sobre bens litigiosos, o que não podia fazer-se sem incorrer-se na nullidade, e penas das Ordenações.

37) A vista do expendido, que assim a adopção como a doação fora hum artificio manobrado pelos creados do ultimo Rey, p.a se apoderarem por meio de hum automato, creatura sua, de tudo quanto pertencia à Caza do dito Rey, não só do pingue espolio, mas se possivel fosse da tença de 23\$ X.s, com quaes Reaes Ordens mandavam assistir a Savai Bassava Linga, a qual tença sendo (segue-se uma palavra de difícil leitura, mas cujo sentido facilmente se apreende: atribuída, ou outorgada, ou mesmo garantida) á pessoa do dito Rey, não podia agora transmittir-se aos filhos.

38) Declarou mais em conclusão não ter lugar a pertença da Rainha Junior não só quanto a adopção, mas tambem a doação por ella pretendida, por que o espolio do ultimo rei pertencia de direito á Fazenda Publica, na conformidade dos uzos, estilos, e costumes das Novas Conquistas, onde elle viveo e moreo, e que se devia aproveitar da oportunidade, que por si mesmo tinha apprezentado, para fazer aquella pensão não peze perpetuamente, ou por tempo indefinido sobre o Thezouro Publico, quanto for compatível com os principios de Justiça e equidade.

39) Com a chegada do Governador G.l o Barão de Sabrozo representou-lhe a Rainha Rasamagi Senior allegando que depois de tristes, e dolorosos acontecimentos que tiverão lugar para com ella até fazer-lhe faltar por oito mezes os necessarios alimentos, sequestrarão os seus bens particulares, e os da sua Caza de Sunda, que lhe havião devolvido por morte dos seus marido, e filhos, expulsarão da sua Caza e do Estado o seu Genro: o Juiz Intend.te das Novas Conquistas procedeo ao Inventario dos bens da sua Caza descrevendo os que

²⁰ Nery Xavier anotou à margem: “§ 2 do Art. 21”.

²¹ “De 27 de Agosto de 1836” (nota à margem).

²² “Em 8 de Setembro de 1836” (também em nota à margem).

²³ Em nota de margem bastante deteriorada consegue ainda ler-se: “(Principalmente na (de) 1(?)9 de Junho de 1835”.

queria, e deixando outros, tudo pelo apio (sic, cremos que por apoio) do Governo Provizional, incluindo hum longo Manifesto acompanhado de 35 documentos, pelos quaes mostrava a correspondencia havida entre ella e o transacto Governo Provizional, queixando-se de nenhuma Justiça que lhe fizera, o miseravel estado a que a reduzio, e a sua Caza com dilapidações, apaniguando, e apocando os Creados do seu filho, sem embargo de provar, e predizer o fim que teria aq. le filho pela sua vida debochada, dos roubos, propinação de veneno pelos ditos Creados: da administração dada a sua Nora ainda impubere, pertencendo alias de direito a ella, por isso que lhe havião citado ao principio para prestação do Inventario, e por não convir nelle, nomearão a sobredita sua Nora, que promoveo a adopção, e doação, tudo manobrado pelos Creados, especialmente Irá.

40) Expoz o seu direito à administração da Caza, recepção da Congrua, e arrecadação dos effeitos (sic) que tem a marca = Vi = e Sá =, e os outros da Caza do Sunda, e pedio: 1.o que se lhe mandasse entregar por inteiro a pensão de 23\$ X.s sob a obrigação de dar alimentos a todos que era obrigada: 2.o que fosse ella tida, e havida por Administradora, e entregue de todos os seus bens moveis, e de raiz: 3.o que fosse declarada irrita a adopção do Criolo, por carecer das formalidades legaes, e por se tornar ignominiosa á sua Caza, e por ser o Adoptado maior que a Adoptante: 4.o finalmente que havendo por nullo todo o processado pelo Juiz Intendente se remetesse os Inventarios ao Juiz competente para se formalizar exame, e conferencia do Inventario a que se procedeo proximamente com o antigo da Caza, afim de se conhecer os roubos, e desvios que tem tido as preciozidades, e o valioso fundo da Caza, para a Manifestante requerer aos roubadores.

41) Representou novamente a mesma Rainha ao sobredito Governador Geral contra o ex-juiz Intendente das Novas Conquistas allegando não só se haver deixado de incluir no Inventario, a que procedeo, dos bens da sua Caza, varios Panos ricos, mas de ter tambem facilitado o desvio delles, entregando-os a sua Nora Rasamagi Junior (para melhor dizer a Irá Creado desta) a chave do Quarto em que ficão depositados os sobreditos de mistura com os inventariados, levando alias o mesmo Juiz as chaves do deposito de outro preciozo: e queixando-se de que o dito Irá Creado favorito da referida sua Nora não contente de extraviar varios dos panos, de que se trata, tinha de proximo aberto hum caminho subterraneo para as escondidas acabar de roubar o restante dos mesmos panos, pedio finalmente que no entretanto que o Governo não decidisse a sua queixa relativa aos roubos de muitas preciozidades praticados pelo supradito Irá, e administração da Caza, que lhe pertencia, e sobre o mais, que fica expendido na sua Representação, e Manifesto, que mandasse, ou cometesse ao Juiz competente a conferencia dos Inventarios, e fizesse recolher os panos, objecto desta reprezantação debaixo de duas chaves, das quaes huma lhe fosse entregue, assim como fizesse repor ao dito Irá os trastes que faltassem, e fechar o sobredito caminho subterraneo.

42) Semelhantemente a outra Rainha Rasamagi Junior queixando ao referido Governador Geral, do Governo Provizional por mandar inventariar, e depositar no Cofre de tres chaves todos os trastes, e preciozidades da Caza do Sunda, sem attender a disposição de varias Cartas Regias, e Tratados, que citava, e a qualidade de não ser vassala, mas sim hospede, allegou que o Estado não tinha direito algum sobre a Caza do Sunda antes sim esta ás Provincias de Pondá, e Zambaulim, e outras, para as poder recuperar pagando ao Estado 100\$ Rps: que o Governo sabia que o seu marido tinha constituido adoptivo, que era o unico e legitimo herdeiro, e successor da dita Caza, e pedio finalmente que quanto antes mandasse entregar-lhe todas as preciozidades depositadas.

43) Por outra Carta a dita Rainha Razamagi Junior significando ao dito referido Governador Geral, que pela sua Religião sendo ella e o seu marido obrigados a adoptar hum Creolo, que a sua adopção tinha recahido em Savai Bassava Linga, precedidas todas as formalidades, pedio por conclusão que o mesmo Savai Bassava fosse reconhecido por filho adoptivo, e successor da Caza do Sunda, e como tal fosse investido do titulo, e administração da Caza.

44) Assim mais a sobredita Rainha Razamagi Senior, representou contra a Ordem que lhe fora intimada pelo Coronel Commandante da Provincia, para não colher cocos, e mais fructas dos Palmares da Caza, que contra todo o direito administrava a sua Nora, que ella ignorava o motivo desta prohibição; que os seus papeis estavam pendentes, relativos a administração que lhe competia da Caza pela sua senioridade, pela qualid. e de ser herdeira dos ultimos dois Reis falecidos e segundo a disposição dos uzos, e costumes das Novas Conquistas: que ella não era creada da sua Nora, para esta só absorver os fructos das propriedades, e ella nisso consentir; que já mais se tinha visto que as Noras sem filhos governarem as Cazas dos seus Maridos, nemos Reis de Sunda que por hospitalidade viverão neste Estado, lhe constava, tivessem renunciado a (segue-

se uma palavra ilegível devido a um rasgão no manuscrito original) *seus direitos, e os estilos da sua Caza, e se por ventura ella não devesse lançar mão dos fructos das propried.s da Caza em quanto se decidisse a sua pertença, toda vianao podia, nem devia ficar prevista (?) de aproveitar do fucto das Propried.s compradas por seu marido, pedio em remate a revogação da Ordem, de que se queixou.*

45) *Sobre a mesma queixa e petitorio, o Procurador da Coroa e Fazenda respondeo²⁴, que tendo falecido o ultimo Rey, sem sucessão o seu espolio devolvia á Fazenda Publica, salvo os alimentos para as Rainhas, portanto que se tinha mandado inventariar os mesmos bens, e arbitrado 6\$ X.s a cada huma das Rainhas ficando-lhe alem disto livro o uzufructo²⁵ dos Predios rusticos, a vista do referido, pela mesma proporção parecia razoavel que entre as duas Rainhas, de que se tratava, se dividisse aquelle uzufructo, mas como possuindo ellas em *commum* era provavel que houvessem rixas, seria conveniente que se fizesse entre ellas a divizão para cada huma uzufruir separadamente.*

46) *Todos estes Papeis acompanhados da Portaria²⁶ do Ministerio da Marinha e Ultramar, que cobria huma Representação da Rainha = Deomagi = (já falecida) queixando de seu Cunhado (tbm falecido), do Governo Provizional, e do Juiz Intend.te das Novas Conquistas pedia o terço da Congrua de 23\$ X.s que persebiam a sua Caza, pela qual Portaria Determinava S. Mag.e que à vista da Carta Regia, Tratado, e Uzos, e Costumes deferisse as pertencções daquella Rainha como de Justiça mesmo de equidade, de combinação com a Junta da Fazenda Pública, tendo sido remetidos á dita Junta da Fazenda para cumprimento da integra da referida Portaria, e sendo ouvida sobre esses mesmos Papeis, a Contadoria Geral da mesma Junta, informou q. o Governo Provizional havia ordenado ao Juiz Intendente das Novas Conquistas inventariar o espolio da Caza do Rey de Sunda por haver fallecido o ultimo Rey (Vir Raguindra) sem sucessão, por assim convir ao Serviço Nacional e Real, ao interesse do Estado, e ao das Viuvras, e mais famillia, e como o Juiz encarregado procedesse a elle sem clarezas, especificações de signaes, e avaliações, de que por huma parte se queixou a Rainha Senior reclamando contra semelhante procedimento, e por outra notava o Procurador da Coroa e Fazenda as mesmas irregularidades, que o mesmo Governo mandara proceder a sua reforma: que a Rainha Junior tambem se queixava do mencionado Inventario, que com ameaças de fogo de fuzilaria, e artilharia lhe violentara a prestar sem attenção a differentes Cartas Regias, e Tratados, por que o espolio daquella Caza não devolvia a Faz.a Publ.a p.a proceder aq.le Inventario.*

47) *Finalm.te a correspondencia da Rainha Senior, pela qual, e pelo Manifesto²⁷ que a cobre, queixara-se dos extravios ocorridos antes, e ao tempo do dito Inventario, e das irregularidades, com que a elle se procedeo por hum Juiz leigo, depois de declarar a recusação que nelle tinha, que o Inventario devia ter lugar a requisição de alguns dos Interessados, e prestado por ella como Cabeça do Casal do Rey Pay, e Herdeira dos Reis Filhos, e a mais velha da Caza entre as Femeas, por tal lhe tocava a representação, e administração da Caza; segundo os Costumes Orientaes, acrescentando a mesma queixa sobre o descaminho de mais algumas roupas preziosas, que o Juiz puzera em quarto separado á disposição da dita Inventariante, ou antes do seu Creado Irá.*

48) *Que a Casa do Sunda sempre fora alliada, e hospeda deste Estado por differentes Tratados, á vista do que, parecia não poder ser obrigada a se regular pelas Leis Civis vigentes, quer nas Novas Conquistas, quer nas Velhas, o que não obstante se porventura ser-lhe applicavel o artigo 14 dos Estilos das Novas Conquistas, pedia a Justiça que igualmente fosse applicada a disposição dos artigos 8.o e 19 dos mesmos Estilos, a cuja vista devia ser entregue a administração daquella Caza á dita Rainha Rasamagi Senior, e conceder-lhe durante a sua vida o uzo dos bens de raiz, e moveis, exigindo-se-lhe pelo competente agente do Ministerio Publico as cautelas precisas para segurança dos referidos bens, conferindo previamente o antigo Inventario com o novo, fiscalizando, e fazendo effectiva a responsabilidade das pessoas, que intervierão neste negocio.*

49) *Que quanto a entrega que pede a referida Rainha Senior das roupas, e trastes com a marca = Vi = e = Sa = como a ella pertencentes, os da primeira marca dos seus Pais, os Reis de Corga, e os da segunda do defuncto seu marido, tinha a seu favor a disposição do artigo 20 dos supracitados Estilos.*

²⁴ Lê-se numa nota à margem: "Officio N.o 49 de 5 de 8bro de 1838".

²⁵ "Vid. §§ 14, e 15" (em nota à margem).

²⁶ "N.o 76 de 23 de Maio de 1837" (igualmente em nota à margem).

²⁷ "De 17 de Dez.bro de 1837", conforme se esclarece em nota à margem.

50) E passando a informar sobre as pertenções da Rainha Rasamagi Junior, pelas q.s pedia que fosse reconhecido o Criolo, que affirmava tinha adoptado o seu marido, e ella pelo Papel e Escriptura que juntava p.r Copia sem embargo da opposição da Rainha Senior. Requeria mais que lhe fossem entregues os trastes, q. diz lhe forão doados pelo mesmo seo marido, e que descriptos por ella no Inventario a N.o 820 até 916 são ali avaliados em mais de 86\$. Requer finalmente que lhe seja applicada na qualidade de Cabeça do Casal a pensão de 23\$ Xs por inteiro por a Rainha sua Sogra não ter direito se não aos alimentos desta Congrua, e não a sua administração, o que ella impugnou pelo seu Manifesto²⁸, dizendo mais que a J.a não podia minguar a dita Congrua arbitrada a sua Caza pelo Avizo Regio²⁹, nem dividi-lo entre os membros da sua Familia, por dever ser conforme os Costumes Orientaes indivisa, acrescentando que a divizão que ultimamente se fez da mesma administração e congrua fora huma das principaes raizes para o desgoverno, e máo estado da sua Caza, como largamente explica no sobredito Manifesto.

51) Que sobre a doação, e adopção fallava largamente a resposta Fiscal, declarando que quando mesmo não fosse falsa a doação pela maneira feita, a donataria competia provar a sua validade, e veracidade, porem quanto ao 3.o ponto da prestação annua, que a sua Caza vence da Fazenda Publica era preciso advertir que p. Portaria³⁰ de D. Manoel de Portugal e Castro sendo consignado ao Rey Sadassiva com a morte do seu Pae 23\$ Xs, por morte deste ultimo forão taxados por outra Portaria³¹ 6\$ X.s a sua Viuva por titulo separado, e ao Rey Vir Raguindra 12\$ entrando nesta consignação a Rainha Mai, e Irmãs, sobre a qual alteração tendo-se o mesmo Rei queixado ao Governo dissolvido, este por sua Portaria mandou pagar-lhe inteira de que não chegou a uzufructar e por outra Portaria do mencionado Govêrno forão consignados 6\$ Xs a sua Viuva Rasamagi Junior, e da mesma forma por outra Portaria³² mais 6\$ Xs a sua Sogra Razamagi Senior: que lhe cumpria informar a respeito da dita Consignação, que por Avizo da Secretaria d'Estado³³ tendo-se mandado dar aquella Caza 12 X.s o que se tinha executado pelo Assento³⁴ da Junta da Fazenda, a qual pensão tinha sido elevada a 20\$ X.s por Provizão³⁵ do Erario, e por outro Avizo Regio³⁶ fora approvada a elevação de 20 a 23\$ Xs, sem declarar que esta pensão seja individual, o que ainda fora confirmado por outro Avizo Regio³⁷, não obstante a ingratidão do Rey Savai Bassava Linga sahindo deste Estado, sem licença, e tudo isto sendo prezente ao Ministerio não mandou alterar, nem minguar, antes ordenar pela Portaria ter com esta Familia toda a contemplação, que as circunstancias da sua jerarquia, e accidental decadencia exigem, mas que nem por isso seguia dever ser deferida a pertenção da Rainha Junior à vista do artigo dos citados Estilos, conforme o qual pertencendo ao maior da Caza a administração della era claro que na falta dos Varões, a Rainha Sogra como maior entre as Femeas, e principal personagem nesta Caza deve administra-la, o que muito convinha pela experiencia, e pouca idade da Nora, e dissipações occorridas pelas actuaes circunstancias, e por obra dos Creados que nella tem obtido predomínio em desaire de Familia tão respeitavel.

52) Finalmente sobre a pertenção da Rainha Deomagy, Viuva do Ray Sadassiva, já falecida, cobrindo a sua Petição pela qual referia que por ser ella Representante da Caza do Rei seu Espozo (Sadassiva) e herd.ra da sua Filha falecida lhe fosse confirmado o terço da dita prestação de 23\$ Xs assignada a sua Caza, por ter sido arbitraria a mingua feita nella com a taza de 6\$ Xs, e pedia igualmente de succeder nella o Adoptivo que queria ter da sua Familia, o qual Requerimento ainda que não tinha sido enviado ao Governador Geral para defiri-la em Junta de Fazenda Pública como fosse de Justiça, e mesmo de equidade occorria haver fallecido a Pertend.te declarando no seu Testamento, que fazião parte da sua Familia duas Filhas bastardas, que o seu marido tivera da Bailadeira Lingana, e as quaes são achavão admitidas na Casta, sendo por isso devido a ellas por Direito o alimento discente, e de ter-se tomado por determinação do Governo Provizional Inventario

²⁸ Lê-se em nota à margem que o dito manifesto data de 17 de setembro de 1837.

²⁹ O qual remonta a 11 de fevereiro de 1785, conforme consta de outra nota à margem.

³⁰ Datada de 14 de março de 1834 (nota à margem).

³¹ A portaria em questão remontava a 21 de outubro de 1834, segundo indicado em nota à margem.

³² A nota à margem que identifica este documento acha-se praticamente impossível de ler. No entanto, cremos que conseguimos compreender a data de 21 de abril de 1837 – dia em que foi lavrada a portaria em questão.

³³ A nota que lhe é relativa está muito deteriorada. Lemos apenas a data de 1768.

³⁴ Um rasgão na página impede a leitura da nota à margem respectiva. Sabemos somente que o assento em causa data de 1771.

³⁵ Datada de 1778, segundo outra nata à margem igualmente muito danificada.

³⁶ Só se percebe que remonta a 1785 em virtude do mau estado do original.

³⁷ Este já de 1806.

dos seus bens, a cujo respeito devesse ser ouvido não só o Inventariante, segundo indicava a Resposta Fiscal³⁸, mas todos os Interessados, inclusive a Rainha Senior, como maior da Caza, e como tal Administradora della.

53) *Em conclusão sobre a pertença da Bailadeira Lingana pedindo entrega dos Bens como doação a sua filha Jigamave pelo seu Pay Sadassiva, como parte do dote, que isto não constava do Inventario, nem dos mais Papeis que lhes acompanhavam.*

54) *Sobre a supradita Informação da Contadoria Geral, e Papeis a que ella se alude tendo sido ouvido o Procurador da Coroa e Fazenda, este respondeo, que S. Magestade ainda que tinha determinado que sendo prezente em Junta da Fazenda os Requerimentos da Rainha Deomagi se deferisse as suas pertenções como fosse Justiça, mas que á vista do fallecimento da Pertendente já não tinha lugar o deferimento.*

55) *Passando a responder sobre os Papeis a que se referia a d.a Informação da Contadoria, disse que a Rainha Razamagi, Senior, pedia 1.o que a pensão de 23\$ Xs, que persebiam o Rey Savaí Bassavá seu marido se lhe pagasse por inteiro: 2.o = que fosse tida e havida por Administradora da Caza de Sunda, e entregue de todos os seus bens: 3.o = que fosse declarada nulla a adopção attribuida ao seu Filho, o ultimo Rey: 4.o. que se lhe mandasse entregar todas as preciozidades, e roupas indevidamente sequestradas, com exame, e conferencia: 5.a finalmente que havendo por nullo todo o processo pelo Juiz le(i)go, se formalizasse o exame com o antigo da Caza.*

Quanto a 1.a pertença lhe parecia nada se podia inovar sem expressa determinação de S. Mag.e, muito principalmente por ser sufficiente a pensão, que a Fazenda Publica pagava a ella, e a sua Nora, e os rendimentos dos Palmares p.a o seu decente passadio. Que quando em 1799 o d.o Rey havia retirado do Est.o, sem licença de S.M. o Governo reduzira aquella pensão de 23\$ Xs a 10; sendo a Familia a que deixara numeroza, medida que tinha sido approvada p. S. Mag.e: quanto as restantes quatro pertenções, a 1.a e a 2.a são tambem reclamadas pela outra Rainha, Nora da primeira, devião ser submetidas ao Poder Judiciario, para que se cumpra o que por elle for julgado á vista dos uzos estílos, e costumes das Novas Conquistas, muito mais p. que a Rainha Junior disputava a Senior a dita Administração, e instava pela validade da adopção, e da pretendida doação.

56) *Que ambas as Rainhas poderião deduzir em Juizo o direito, que respectivamente considerão lhes assiste, que para aquelle fim deverião reverter ao Governo não só os documentos mencionados, mas tambem as suas duas Respostas Fiscaes dadas nos Treslados dos Inventarios, para as tomar na consideração que justo parecesse, em ordem a dar seguimento aos mesmos Inventarios, e decidir todos os pontos controversos, como fosse de direito estabelecido nas ditas Novas Conquistas, em que seus maridos forão domiciliados, viverão, morrerão, e tihão toda a sua fortuna, sem que a sito obste o parecer da Contadoria Geral, em quanto dizia referindo-se a differentes Tratatos, que a Caza do Sunda não pode ser obrigada a regular-se pelas Leis civis vigentes o. p. se (seguem-se algumas palavras ilegíveis devido a um rasgão no manuscrito) externo, toda a pessoa refugiada n'hum terra estranha se poem na posição de seus outros habitantes, sujeitos por consequencia ás suas Leis, que as das Novas Conquistas, propriamente consuetudinarias para ellas, são invocadas pela Rainha Sogra.*

57) *Que o acordado no Tratado não teve effeito algum, por que a Fortaleza de Piro, e sua Jurisdição conquistada por Tipú Sultão, cedida naquelle Tratado lhe fora restituída immediatamente que elle se desembaraçou dos Inglezes. Que a cessão das mais Provincias de Pondá, Zambaulim, e Canacona tbm fora inutil, e desnecessaria por o Estado ter longissima posse dellas, occupadas a força de armas contra o poder de Tipú, e Marata, e sem concurso do Rey Sunda, e que a sua abdicação, e demissão do direito estipulada no art. 9 tinha sido ajustada quando elle já não era Rey em exercicio, e não possuia como Soberano hum só polegada do seu antigo Reino: portanto nenhum conceito merecia o que affirmava a Rainha Junior sobre as 100\$ Rs, com cujo pagamento ao Estado pertendia gratuitamente, com a irreflecção propria dos poucos annos, e com inconsciencia do que tem acontecido ter ainda direito aq.las Provincias.*

58) *Pelo que respeita á Bailadeira Lingama, que ella deveria requerer o que lhe conviesse perante o Juiz competente, p.a ser deferida com conhecimento de Cauza.*

³⁸ "De 19 de Fev.ro de 1837", lê-se numa linha à margem.

59) *Que o Testamento (segue-se uma pequena parte da frase ilegível devido a um rasgão: talvez atribuído) (...)do a Rainha Deomagi parecia huma invenção escogitada para provar á Fazenda Publica de huma successão que de Direito lhe pertencia, seg.do os citados uzos, estillos, e costumes³⁹, nem podia ser valido segundo as Leis Portuguezas, por faltarem formalidades.*

60) *Pedio finalmente que se levasse ao conhecimento de Sua Magestade as suas Respostas Fiscaes.*

61) *Com cuja Resposta conformando-se inteiramente a Junta da Fazenda Publica forão devolvidos a este Governo todos os Papeis relativos á Caza de Sunda em objecto, p. Off.o do Escrivão da dita Junta, para terem o devido destino.*

62) *A Rainha Rasamagi Senior representou novamente allegando que havia mais de hum anno estava pendente a sua Representação pedindo a administração da Caza do Sunda, (que de direito lhe pertencia) entrega das joias, e mais trastes, expulsão do chamado adoptivo, ultimamente que mandasse conferir os Inventarios novos com os antigos daquella Caza; declarando pertencer-lhe aquella administração e o mais que pedia, por ser mais velha na Caza, e nos termos dos Uzos, estilos e costumes das Novas Conquistas redigidos a Codigo⁴⁰ e como dispunha o Decreto de 7 de Dezembro de 1836.*

63) *Acerca das ditas pertenções tendo sido ouvido o Procurador da Coroa e Faz.a, este respondeo repetindo o mesmo que já tinha dito sobre o mesmo objecto á Junta da Fazenda Publica, que a administração da Caza, que actualm.te exercitava a sua Nora não lhe podia ser tirada sem sua audição, e como p. esta estava contestada, devião ser submetidos ao Poder Judiciario, p. que se cumpra sobre os pontos allegados o que por elle fosse julgado, e deduzido na prezença dos Uzos, estilos, e Costumes das Novas Conquistas. Quanto ao Inventario já havia desenvolvido aquella materia na sua Resposta Fiscal, por tanto lhe parecia que a Supp.e requeresse no Juizo da Comarca respectiva, como já havia indicado na sua outra resposta.*

64) *Finalmente a referida Rainha Rasamagi Senior representou a V. ex.a por seu Procurador juntando Certidão dos tres Escrivães do Juizo da sua Comarca, em ordem a provar que entre ella, e sua Nora Rasamagi Junior não há contestação alguma sobre a administração, e Regencia da sua Caza de Sunda, como teve por noticia se affirmava nas informações dadas ao Governo do Estado sobre os mesmos seus Requerimentos pendentes, e em conclusão pede a V. Ex.a que mande juntar aos mais Papeis relativos ás suas pertenções, para ser prezente no acto de decizão das mesmas suas pertenções.*

65) *A sobredita Rainha Senior novamente allegando a V. Ex.a que não estando ainda decididas as suas pertenções, huma das q.es era contra Irá Creado da Caza, por ter sido a cauza das mortes prematuras dos seus filhos, dos roubos, extravios das preciozidades da sua Caza, descredito e desho(n)ra da sua Familia, por apoderar-se da pessoa da sua Nora Rasamagi Junior, Viuva do ultimo Rei, declara que o mesmo Creado vai aproveitando dos panos ricos das madeiras destinadas para concerto do Pal.o, os adereços de prata do Elefante, Cavallos, e Palenquins; pede que co brevid.e sejam decididas as suas pertenções, e que ao mesmo tempo sejam expedidas as convenientes Ord.s ao Command.te de Pondá para segurança do dito Creado, para dar conta não só dos extravios praticados das preciozidades na occasião do Inventario, e das que forão entregues a sua Nora a (Rainha) Rasamagi Junior, que desgraçadamente tem se sujeitado aquelle Creado a ponto de fazer della o que quizer.*

Secretaria do Govêrno Geral 25 de Maio de 1839. Filipe Neri X.er.

³⁹ E invoca-se o art. 28º da compilação de 1824: “As mulheres não tem direito, nem autoridade para instituirem Testamentos”. Veja-se o anexo I: documentos avulsos – nº 285.

⁴⁰ Em adenda Nery Xavier – certamente por os advogados de Rasamaji sénior também o fazerem – refere expressamente os arts. 8º, 10º, §2 e 19º dessa compilação.

Additamento

1) *De todo o atras referido deu-se conta para Portugal, em 26 de Novembro d 1836; as mencionadas Rainhas porem continuão a disputar em Juizo Contenciozo a respeito da adopção d'hum Criolo (a que se opõem o Rei de Pungabor, Cunhado, por Irmão, do ultimo Rei) e doação dos trastes.*

2) *Tendo as mesmas duas Rainhas pedido ao Governo a administração da Caza (que se limita a 3 palmares), com differença porem de a Sogra pedir para si, e a Nora a favor do Adoptivo, o Governo a concedeu a primeira, com o onus de sustentar a restante famillia, o que foi submetido a approvação de S. Mag.e, Com tudo a referida Determinação ainda esta sem effeito, e a Nora administrando de facto, e ambos disputando em Juizo sobre a sua validade e competencia, sem embargo que aquelle objecto não podia ser submetido ao Juizo Contenciozo, não só pela sua natureza, e factos constantes, mas tambem por que o Govêrno está de posse actual de interferir exclusivamente nos negocios daquella Caza, segundo as recomendações de S. Mag.e, atraz citadas, em prezença das Leis vigentes, pelas q.es nem antes, nem depois daq.la Portaria os actos do mesmo Governo conserntes áquella Caza tem sido submittidos (sendo de igoal natureza) ao Juizo Contenciozo, porque hé unicamente a S. Mag.e que compete proferir entre elles; o que todavia outros entendem de differente maneira.*

3.o) *As ditas Rainhas tendo representado a S. Mag.e, queixando-se do Govêrno do Estado, e pedido varias providencias, em cuja causequencia, e do Parecer da Commissão do Ultramar tendo sido, o referido Governo, recomendado para remetter a Secretaria d'Estado da Marinha e Ultramar todos os Inventarios, e mais Papeis sobre o objecto se satisfez pela Charrua Princeza Real.*

4) *Finalmente a Rainha Razamagi Junior tendo pedido ao Governo os trastes doados, e outros do seu uzo, e ornato, forão-lhe mandados entregar, assim como recolher os restantes no Thezouro Publico, o que tudo se levou a effeito, sendo ouvido o Procurador da Cora e Fazenda, e ficando as joias entregues sob a responsabilidade da mesma Rainha, do que se deo Conta à Corte.*

5) *Semelhantemente a Rainha Razamagi Senior tendo pedido os trastes do seu uzo e oranto, ouvido o Proc.or da Coroa e Fazenda, lhe forão franqueados sub a sua responsabilidade.*

6) *Desta entrega condicional se deo tambem conta a Sua Magestade, expondo as vantagens de algumas medidas propostas, e apontando a harmonia que existe entre as Portarias da entrega aludida dos trastes, e o Parecer da Commissão da Camara dos Deputados.*

7) *Deo-se igualmente conta á Corte, com a Cópia d'Acta da Sessão do Conselho do Govêrno, expondo os motivos por que não se levou a effeito o determinado na Portaria do Ministerio da Marinha e Ultramar N.o 608 de 15 de Julho de 1841, declarando a final que não desesperava de trazer as duas Rainhas litigantes a hum arranjo amigável, e de haver mand.o suspender as Cauzas pend.tes.*

9⁴¹⁾ *Por Portaria⁴² do Ministerio da Mar.a, e Ultramar se ordena a este Governo, q. admitta neste Est.o, não havendo inconveniente, com os seus Creados e bagagem, a Savai Bassava Linga Ragendra, não o tratando porem como filho adoptivo do ultimo Rei de Sundem, ainda que elle assim se denomina. Esta Portaria parece fora solicitada pelo interessado.*

8) *Tendo representado, anteriormente, a Rainha Raza Magi, Senior, a Sua Mag.e, queixando-se do Gov.o do Estado por haver mandado suspender o curso das suas Cauzas pendentes (vide N.o 1), e não ter sido tratada com o decoro devido à sua jerarchia: Sua Mag.e reprovando a deliberação tomada pelo dito Governo ordenou = § 2.o Que o Gov.or G.l Interino levante logo, e sem demora, a suspensão de todos os litigios intentados, e de nenhuma forma obste aos que se intentarem, ou sejão sobre a administração da Caza de Sundem, de que as duas Rainhas disputão a preferencia, ou ainda mesmo sobre a successão na dita Caza, porque tudo deve ser submittido ao Poder Judicial = Que em q.to não houvesse a decizão sobre a administração, que ella não fosse conferida a alguma das duas Rainhas, mas sim á Junta da Faz.a, que delegaria os necessarios poderes*

⁴¹ Note-se que o lapso na numeração entre os pontos 8) e 9) está conforme o original.

⁴² Como explica Nery Xavier em adenda, trata-se da portaria nº 810, de 27 de outubro de 1842.

em pessoa idonea: Que não approvava a entrega das joias, pque importava huma Sentença proferida no Juizo Contenciozo, quan do os trastes devião ser entregues p.a uso, e os Idolos p.r emprestimo: Recommendo finalm.te que as Rainhas sejam tratadas com o decore, decencia, e attenção devidos á sua Jerarquia, como em tempos anteriores fora determinado p. Sr. Rey D. Jozé; e que não se repitão mais, nem tornem a ser assumpto de queixas, as ameaças de usar de força contra huma Rainha.

10) A Rainha Senior tendo pedido lic.a ao Governo do Estado, de seis mezes, para sahir do Estado, e hir ao Distrito de Durgá, para satisfazer deveres religiosos; do que tendo-se dado vista ao Proc.or Fiscal, este declarou por seu Off.o de 1.o de Junho do mesmo anno, que não devia ser concedida a licença pedida, p. estar resolvido p. Reaes Ord.s que já mais se consinta que as Reaes pessoas da Magnifica Caza de Sundem se retirem deste Estado = não me parece conveniente que se conceda a Rainha o Passaporte requerido, muito mais por que não se pode advinhar quaes sejam as suas intenções, que leva na pretendida digressão, sendo para desconfiar de alguma cavilação coberta com o manto da Religião, pois que os nossos Vizinhos, posto que, amigos e alliados servindo-se das suas costumadas seducções, por meios que elles sabem melhor manejar, podem imbutir no animo da Rainha, conhecidamente voluvel, ideas de que sejam consequencias dificeis de se atalhar = em vista do que, tendo-se levado este negocio ao conhecimento do Conselho, com todos os docum.tos consenrentes a este objecto, rezolveo-se que se devia denegar a licença pedida, com razões plausiveis, em cuja conseq.cia se respondeo á mesma Rainha, que não cabia nas attribuições do Governo a concessão da Licença, mas que ella dependia da autorização de S. Mag.e, tanto mais porque cumpria faze-la acompanhar, p.a sua dignid.e, e do Estado, por hum acompanhamento proprio a sua alta cathegoria, o que não podia fazer sem ultrapassar as suas attribuições.

11) Deo-se conta p.a Corte remettendo a Carta da Rainha, Resposta Fiscal, e Acta do Conselho, e declarando haver denegada aquella licença, em vista do art. secreto do Tratado de 17 de Janeiro de 1791, e repetidas Ordens Regias, q. a isso obstão, ainda m.s p.r receiar alguns embarços futuros, e p.a não contrariar ás Ordens consignadas no Relatorio, q. fez parte da Carta do Coronel Vieira, G.or G.l Interino.

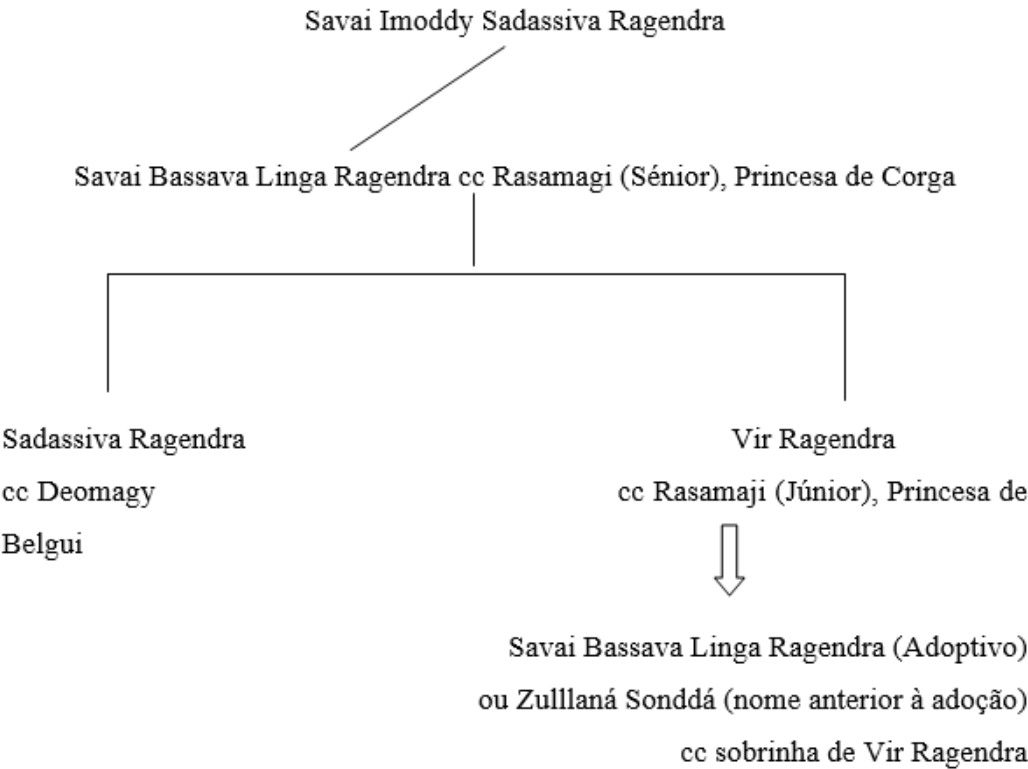
12) A Corte approvou a deliberação do Govêrno, attendendo as ponderosas razões expostas, e determinando ao mesmo t.po q. indicasse quaes quer Representações daquella Rainha, a tal respeito.

13) Representando a mesma Rainha, segundo parece, a Sua Mag.e sobre o augmento da dotação,e entrega do Thezouro; S. Mag.e lhe respondeo, enviando a este Governo a Copia da Carta Regia, q.to aos trastes, q. sendo varios delles, inalienaveis, não os podia mandar entregar m.s q. p.a o seu uzo, nos tempos convenientes; q.to porem ao augmento da dotação isto competia ao Poder Legislativo, a quem devia recorrer; e o mesmo a cerca de igol pertença da Infanta de Sundem.

14) Solicitando, a Rainha Senior (sic), licença p.a vir a este Estado Savai Bassava Linga Ragendra, se lhe communicou⁴³ que se achavão expeditas as convenientes Ord.s p.a ser admittido como simples particular, e não, como se intitula, Adoptivo do Rey Vir-Ragendra”.

⁴³ Por carta de 6 de fevereiro de 1844, como esclarece Nery Xavier.

Nery Xavier termina o seu relatório apresentando uma sucinta árvore genealógica das gerações à data mais recentes da casa de Sunda⁴⁴:



HAG – *Negocios da Casa de Sundem*, cota: 3066⁴⁵

⁴⁴ Mantivemos a grafia do original.

ANEXO VII

Glossário

A

ABADA – rinoceronte, ou apenas o seu chifre. Era um dos objetos comercializados no giro entre o Estado da Índia e Moçambique.

ABOLIM – flor de tom amarelado ou cor-de-laranja forte, muito apreciada em Goa, com a qual se faziam grinaldas (as chamadas *fiadas de abolins*).

ACHAR/ACHARES – espécie de *pickles*: “*é o nome que se dá à conserva de vários frutos e raízes em vinagre ou em salmoira*”¹.

ADIKARY (ou **adikar**, **adigar** e **adigari**) – título usado para designar autoridades superiores, como ministro, governador de distrito e magistrado superior.

ADIVE (ou **abibe**) – chagal (“*Viam-se sombras azuladas e uivos de adives ali perto, ocultos*”²).

AFOGADOR – joia tipicamente goesa e extremamente comum no século XIX. Trata-se de um colar, que pode ter uma ou várias voltas, que se usava bastante justo ao pescoço. Era frequente ter um pendente (o qual, entre os católicos, podia ser uma imagem, nomeadamente um Menino Jesus ou símbolo religiosos). Veja-se a entrada *Menino* e o anexo I: documentos avulsos – nº 21.

ALEJÁ – tecido de tafetá (por vezes, com alguma mistura de algodão) listado.

ALENGA – cova aberta no solo para aí se plantar uma palmeirinha, no fundo da qual se deposita algum sal misturado com cinza.

ALJÔFAR/ALJÔFARES – pérolas pequenas. Cite-se como exemplo uma passagem do codicilo do testamento de Cláudio Valentim de Azevedo, no qual, a dado passo, se referem “*seis aneis diferentes de aljofares e pedras*”.

ALMADIA (ou **almandia**) – pequena embarcação, não raro semelhante a uma canoa e escavada num grande tronco, outrora muito usada no transporte fluvial nos muitos rios e canais de Goa.

AMANATA – verba (lucro ou perda) extraordinária que por regra não consta da contabilidade regular³. Trata-se de um termo que era empregado principalmente nas *Novas Conquistas*.

ANCHÃO – talha; vaso de grandes dimensões para conservar coisas várias, nomeadamente alimentos.

¹ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 8.

² Mahem, Conde de (1940), 110.

³ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 29.

ANGELIM – madeira muito apreciada e valorizada pela sua incorruptibilidade. Os móveis feitos em angelim eram, quase invariavelmente, peças tidas como sendo de extrema qualidade. Também chamado jaqueira brava.

ARÁ – medida de contagem de cereais, muito utilizada em Damão. Corresponde a cerca de trinta e dois *parás*. Ora, como um *pará* equivale *grosso modo* a vinte litros, um *ará* perfaz seiscentos e quarenta litros.

ARECA – é o fruto da arequeira, planta que se assemelha a uma palmeira e é muito comum em Goa.

ARINGA – *“Aringa é uma fortificação a que nós chamaríamos paliçada ou estacada, formada por duas fileiras paralelas de paus a pique com um intervalo variável entre cada fileira e cada pau – em regra 50 centímetros entre as fileiras e entre cada um dos prumos –; os intervalos entre as fileiras são preenchidos com outros paus colocados horizontalmente até à altura estabelecida para os parapeitos, e as cabeças dos prumos das fileiras exterior e interior são fortemente ligadas entre si com cordas grosseiras de cascas fibrosas de certas árvores. Devido à feracidade do solo muitos dos prumos pegam de estaca e tornam-se com o tempo árvores frondosas, dando assim maior resistência e duração às paliçadas”*⁴.

AVALDAR (ou **avildar** e ainda **abaldar**) – termo usado sobretudo nas *Novas Conquistas* para designar os representantes fiscais do dominante encarregados da cobrança dos foros, rendas e demais tributos.

AYHÁ – ama de crianças. Existem várias evocações destas figuras que existiam em todas as principais casas de Goa. Uma ilustração: *“Na minha infância, eu e meus irmãos ficávamos entregues às “ayhás”. Quando regressávamos da rua, o seu primeiro cuidado era levar-nos para junto do braseiro. Ali, fazendo círculo, a “ayhá”, com a mão cheia de sal, passava-a pela nossa cabeça e, balbuciando uma reza, lançava-o ao lume. Sucedia, porém, às vezes, o sal explodir com violência. Era indício de mau olhado, que nos iria fazer muito mal, se não fosse a sua intervenção milagrosa. Então, abraçávamos com ternura o irmãozinho atingido pelo malefício, bendizendo os cuidados da dedicada “ayhá”. Para adormecer os miúdos de colo, elas cantavam assim: Dorme menino, dorme/ Menino pequenino./ Que tanto bebeu vinho/ Que caiu no caminho. De maneiras gentis e asseadas, são uma espécie de “nurses”. Cuidam das crianças com carinhosa solicitude e afeiçoam-se geralmente à casa onde servem, até ao fim da vida”*⁵.

B

BACAL – pode designar ou um negociante de cereais, ou, mais genericamente, um tendeiro ou lojista. Neste último sentido: as *gancarias* reservavam, por vezes, uma verba destinada ao pagamento do *bacal* que servisse de intermediário na venda dos cocos obtidos em cada colheita.

BAGAITA – palavra que era comumente usada para designar uma horta ou um pomar. No entanto, e como ressalva Dalgado citando os “*Annaes Maritimos e Coloniaes*”, assume um significado particular em Perném: *“A Fazenda possui mais na provincia de Pernem os bens denominados Bagaitas, que são predios, que sendo foreiros aos antigos dominantes, ou a*

⁴ Eça, Filipe Gastão de Almeida de (1953), 217 e 218.

⁵ Mahem, Conde de (1940), 69

senhorios, que se retiraram da provincia para o inimigo, devolveram ao Estado, e tomaram a natureza de bens da Coroa”⁶.

BAGIBABO (ou **bagibab**) – designação genérica, comumente usada nos postos alfandegários de Goa, que englobava várias taxas e impostos sobre “*objectos miúdos e fungíveis*”⁷. Foi extinto na década de quarenta do século XIX por Lopes de Lima.

BAILÉU – termo de origem desconhecida que se crê derivado de *bailar*, e que é usado em diversos sentidos: castelo ou estrado de um navio, sala de banquetes e (sendo este o significado mais comum) alpendre ou varanda.

BAJU – casaco curto, de mangas também curtas usado quer em Portugal (de onde a palavra veio importada para o Estado da Índia) quer em Goa.

BALAGATE – era o nome genérico dado em Goa às terras além-Gates⁸, de onde provinham designadamente várias mercadorias transportadas desde o interior do subcontinente até à capital do Estado. Esta não é porém a única aceção em que se empregava o termo: era usual chamar-se aos tecidos que vinham dessas paragens *balagate* e *balagatinho*. A primeira designação (*balagate*) aplicava-se a “*fazenda grossa de algodão, branca ou de côr, e de pouco valor*”. Já o *balagatinho* era “*tecido mais fino ou mais estreito*”. O tráfico entre Goa e esta região chegou a ser bastante intenso nos séculos XVIII e XIX, tendo entretanto decaído⁹.

BALAGATEIRO – designação dos que se dedicavam ao comércio com terras do Balagate.

BALÃO – designa sobretudo uma pequena embarcação movida a remos. No entanto, o termo foi posteriormente utilizado para nomear outros barcos de tipo um pouco diferente, como, segundo Dalgado, *almadias*, *escaleres*, *faluas*, *bergantins* e *galeotas*. De acordo com o mesmo autor, existiam em Goa vários tipos de *balões*. Destes, alguns eram considerados de luxo, “*cujo uso não era permitido a toda a gente*”¹⁰.

BANDEL – Esta palavra, que derivará do persa *bandar* (com o significado de *porto, cais*), era usada em dois sentidos. Em alguns portos asiáticos de maiores dimensões, os muitos comerciantes que aí afluíam agrupavam-se por quarteirões, onde podiam com relativa liberdade seguir as suas crenças e estilos de vida. Era frequente cada grupo ter um líder, que não só podia intervir na resolução de pequenos conflitos que nele surgissem, como servia de representante do mesmo junto das autoridades locais. A cada um desses quarteirões se dava o nome de *bandel*. Assim, existiam em vários entrepostos comerciais indianos *bandéis* de portugueses. Paralelamente, também se chamava *bandel* a portos menos importantes, onde existia apenas uma comunidade de comerciantes. Nesses casos, o *bandel* tomava o nome do sítio onde se achava situado – por ex., *bandel* de Chatigão, *bandel* de Comorão. Caso especial era o do *Bandel de Ugli*, como veremos a seguir.

BANDEL DE UGLI – O *bandel* denominado de *Ugolim*, *Hugholy* (como lhe chama Gonçalo de Magalhães Teixeira Pinto) ou de *Ugli* recebeu o nome do rio em cuja margem direita se acha implantado. Houve diversos motivos que levaram a que o enclave ganhasse peso no xadrez da presença portuguesa no subcontinente. A importância que adquiriu a certa altura justificou que

⁶ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 76 e 77.

⁷ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 77.

⁸ Lopes, Maria de Jesus dos Mártires (1999), 14

⁹ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. II, 83.

¹⁰ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 85 e 86.

fosse simplesmente conhecido por *Bandel*. Segundo explica Rodolfo Dalgado: “Neste último *Bandel* se tinha estabelecido no século XVI uma feitoria com numerosa colônia portuguesa, que exercia largo tráfico, e se tinha construído a primeira igreja católica de Bengala. A colônia passou por muitas vicissitudes; mas ainda hoje (1918) subsiste o nome *Bandel*, como próprio da localidade, e bem assim alguns dos muitos privilégios e isenções, concedidos pelo Grão Mogol Xá Jehan (em atenção à santidade de Fr. João da Cruz) e a majestosa igreja com o anexo mosteiro dos antigos agustinianos, onde reside presentemente o superior das missões portuguesas. Durante o ano e em particular por ocasião das festividades concorrem muitos católicos e até protestantes e hindus, por ser o santuário da maior devoção e de mais recordações históricas. Quando eu era vigário geral de Bengala, ia lá muitas vezes de Calcutá, onde morava, pelo caminho de ferro”¹¹. Gonçalo de Magalhães também não esquece a pequena parcela de terra nas suas *Memórias* de 1823: “Os paizes acima referidos (ie, Goa, Damão, Diu, Macau e Timor) são os que propriamente se denominam Colonias Portuguezas nas Indias Orientaes, e são os unicos pontos, em que ha regimen, e administração publica dependente das leis e ordens da Nação. Ha comtudo no Hisdostam dois outros districtos, em que Portugal tem direitos, regalias ou privilegios; vem a ser a Aldêa de *Bandel*, e a Feitoria de *Surrate*, que não podem deixar de ser aqui mencionadas”¹². No que diz respeito a *Bandel*, Magalhães procura traçar a sua evolução até ao momento em que “a Companhia Ingleza se apossou de Bengala, tratou de adiantar e fortificar Calcutá: e em 1771 para lá mudou o thesouro, e administração da Fazenda, que estava em *Murxidabad*.”. Esta recolocação dos eixos comerciais e administrativos britânicos prejudicou gravemente *Bandel*, onde se achava a feitoria portuguesa, bem como as demais feitorias pertencentes a outros países europeus que também “ficavam a mais de 20 milhas de distancia da Capital Ingleza”¹³. De aí em diante, não fazia sentido, para os navios portugueses, procurarem outro entreposto na região que não Calcutá, a qual cedo se impôs como o coração mercantil da zona. Tal teria promovido a rápida ruína da velha feitoria. Gonçalo de Magalhães considerava porém exageradas as informações veiculadas pela “Enciclopédia Britânica” relativamente ao estado de *Bandel* nos primeiros anos do século XIX: “no artigo = Bengal =” se “diz o seguinte: “Os Portuguezes faziam d’antes o principal assento de seu commercio em *Bandel*, 80 milhas da foz do Ganges, e um quarto de legua sobre *Hugholy*. Ainda ali tremula a flâmula nacional, e existem uns poucos de miseraveis, que tem esquecido a patria, depois que esta d’elles se esqueceu. A feitoria de *Bandel* não serve senão de prover de prostitutas os Mouros e Hollandezes””. E se o autor considera a “asserção do Escriptor Inglez” “exagerada” e “em excesso ridicula”, sobretudo no que dizia respeito à população que lá residia (“Quanto aos vicios dos habitantes de *Bandel* não ha differença destes aos mais nativos d’ambas as costas marítimas, e alguns lugares interiores do Indostam, qualquer que seja o dominante”), admite o esquecimento de Lisboa e Goa em relação àquelas paragens – considerando-o contudo justificável: “Quanto porém á negligencia do Governo Portuguez não he isso de admirar, vista a mudança de lugar, onde o commercio de Bengala he feito hoje. *Calcuttá* fica 26 milhas abaixo de *Bandel*; alli fundeam os navios de todas as Nações, e residem os Gomastas (corretores, que mandam vir as fazendas, ou tomam a seu cargo) de toda a qualidade de fazendas, que os mercadores comprem. De que interesse então pode ser aquelle lugar no commercio Portuguez? Ou que cuidado com elle devia haver?”. Termina as suas considerações com uma triste descrição daquele espaço: “Pela falta dos navios Portuguezes *Bandel* empobreceu, e se despovoou, restando hoje alli um Convento com alguns Religiosos de S. Agostinho, que são considerados como senhorios da terra, e alguma gente pobre na Aldêa, que cultiva hortaliças, e faz queijos, que se vendem em *Chandernagor*, e

¹¹ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 92 e 93.

¹² Pinto, Gonçalo de Magalhães Teixeira (1859), 85.

¹³ Pinto, Gonçalo de Magalhães Teixeira (1859), 87.

Calcuttá, e passam pelos melhores de Bengala”¹⁴. Mais de três décadas volvidas, em 1859, por ocasião da publicação em tomo das *Memorias* de Gonçalo de Magalhães, Cunha Rivara demonstrou o seu desagrado perante a ação dos agustinianos de *Bandel* (que eram filiais dos de Goa). Caber-lhes-ia o exercício de certos poderes administrativos e mesmo de algumas atribuições judiciais na localidade (“*O Padre Prior deste Convento exercia naquellas Aldêas – Bandel e suas anexas – a jurisdição de Magistrado superior*”). Ora, pouco cuidado e a indiferença com que desempenhavam tais atribuições levou a que progressivamente as fossem perdendo. Rivara narra duas situações, esclarecendo ter sido pelo menos uma delas transmitida por “*Pessoa pratica daquelles sitios*”: um dos priores, por inércia e/ou excessivo apego ao dinheiro, não quisera gastar uma quantia insignificante no restauro do mastro onde se içava a bandeira portuguesa, que apodrecera. Quando, anos mais tarde, o seu sucessor procurou voltar a levantar o referido pavilhão, foi proibido pelos ingleses, “*por haver perdido a posse; e assim caducou esta regalia*”. Outro caso: um dos priores, “*enfadado da continuada moléstia*” que entendia ser o dirimir das ações que os povos locais lhe apresentavam como seu magistrado, começou a reencaminhá-los repetidamente para os magistrados ingleses de Hugholy. O resultado não se fez tardar: “*passou a jurisdição do sobredito Prior a estes Magistrados, e nelles se conserva, nem pode mais reivindicar-se*”.

BANDO – decreto; documento ou diploma oficial, em regra dado em nome do governador-geral. “*Nos bandos, e ordens que V.Ex.a der e mandar publicar nam deixe sem castigo os transgressores, porque desta forma será bem obedecido e ElRey servido*” – aconselhava um desembargador a um vice-rei recém-empossado na primeira metade do século XVIII¹⁵.

BAR – local de mineração (especialmente de ouro) assegurado por trabalho escravo no Moçambique dos séculos XVIII e XIX- De acordo com um testemunho da época: “*Chama-se Bar ao sitio ou districto onde se tira o ouro, que é sempre na proximidade das povoações de escravos empregados na mineração d'elle. O nome de Bar é extensivo a todos os logares onde ha escravos de portuguezes a minerar, e o nome que se lhe segue é aquelle porque se distinguem uns dos outros*”¹⁶. Outra ilustração: “*A esta casta de aldêas volantes, chamão os naturaes = Bares =: este que havemos na Mizonga, he no territorio Marave, que se deve chamar o territorio de oiro, por não haver sitio aonde, por pouco que se cave, se não ache logo muita copia delle do mais fino quilate (...)*”¹⁷.

BARGANIM – originalmente servia para designar uma pequena moeda de prata em uso na Índia. Era também utilizado no âmbito da administração das *gancarias* para designar um quarto de *tanga* (ou ação). Era, por exemplo, relativamente frequente em Goa haver vendas, doações ou legados de *barganins* das comunidades das *Velhas Conquistas*.

BATE – arroz com casca, antes de ser descascado ou cozido.

BATICA – bacia de metal (ou, em alguns casos, mais raros, bandeja, no sentido de bacia pouco profunda). Segundo a explicação fornecida por Percival Noronha, “*panelas chatas, onde se cozinhavam também alguns doces; espécie de grande prato, que se pode levar ao forno*”.

BAZARUCO – velha moeda do Estado da Índia, de valor muito instável, que já existia nos tempos de Afonso de Albuquerque.

¹⁴ Pinto, Gonçalo de Magalhães Teixeira (1859), 88.

¹⁵ Cfr. anexo I: documentos avulsos – nº 2.

¹⁶ Gamitto, António Cândido Pedroso (1854), 20.

¹⁷ Botelho, Sebastião Xavier (1835), 303 e 304.

BEGARIM – trabalhador rural, regra geral assalariado ao dia ou por períodos relativamente curtos; jornaleiro.

BENEFÍCIO (eclesiástico) – rendimento cuja fruição é assegurada ao titular de um determinado ofício eclesiástico, tendo em vista a sua sustentação e garantia do bom desempenho das funções que lhe são confiadas.

BENTÓ (ou **ventó**, ou ainda **escritório da China**¹⁸) – escritório ou pequeno contador, regra geral feito em madeiras de qualidade, que servia para arrumação de documentação. Pedro Dias, que acompanha a explicação com a reprodução fotográfica de um exemplar setecentista, descreve-os da seguinte forma: *“Outro móvel típico é o ventó. Consiste numa caixa paralelepipedica, cuja porta única abre lateralmente, deixando à mostra um conjunto maior ou menor de gavetas. Estas gavetas podem ser todas iguais, mas é mais vulgar havê-las diferenciadas. A estrutura é, invariavelmente, de madeira de teca e possui mais ou menos prolixa decoração, em sissó, marfim e ébano, sendo as ferragens, quase sempre, de prata fundida e repuxada. Assenta sobre quatro pés de bola ou bolçava de madeira. Há ventós de fabrico mogol com decoração em laca. Usavam-se estes pequenos móveis sobre mesas e costumam ter uma pega superior, para poderem ser deslocados. Tanto serviam como guarda-jóias como para documentos ou vulgar cofre”*¹⁹.

BISPOTE – bacio.

BOIÁ (no plural, *boiazes*) – transportador de chapéu-de-sol, de liteiras e *machilas*.

BOIADA – conjunto de bois mansos usados para transportar géneros na Índia. As mercadorias do *Balagate* davam, regra geral, entrada em Goa desta forma, através dos estreitos *candes* que permitiam a passagem na cordilheira. É neste sentido que se devem entender expressões como *“boyadas de comercio para Coculim”*.

BOTIQUEIRO – De acordo com o “Archivo de Pharmacia”, em anotação provavelmente devida a Gomes Roberto, *“são os individuos que vendem nas suas lojas mantimentos, especiarias, e tambem diferentes remedios como senna, manná, purgantes, etc.”*²⁰.

BURRINHO – termo usado designadamente no testamento de D. Maria Eufrásia de Sousa e Faro, cujo significado não conseguimos precisar de forma objetiva. Percival Noronha sugere que se poderia tratar de um par de pequenos cavaletes sobre os quais se aplicava um estrado (a *“armação”*).

BURRO – veja-se *burrinho*.

DIVÃO – termo que se pode usar em várias aceções, se bem que todas com alguma relação entre si, pois tanto serve para designar o Estado, o tesouro público, um tribunal supremo ou um agente de qualquer um destes organismos.

¹⁸ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 382.

¹⁹ Dias, Pedro (2008); 330 e 331.

²⁰ “Archivo de Pharmacia e Sciencias Accessorias da India Portugueza”, ano II, nº 18, junho de 1865, 110.

C

CABAIA – túnica ou roupão amplo muito usado em Goa e em todo o Oriente. Em Goa, o tecido de que eram feitas as cabaia era um bom indicador da comunidade a que pertencia o indivíduo que as vestia: se fossem mais compridas e de chita ou *chêla*, tratava-se de um cristão; mais curtas, com mangas estreitas e feitas em musselina ou de *morim*, eram de um hindu; se talhadas em seda, pertenciam a um chinês²¹.

CADEIRINHA – evolução da *machila*. Enquanto a *machila* se resume a um leito transportável, a cadeirinha é uma “*machila ou liteira com dois assentos a modo de cadeiras, em ambos os extremos, na qual se faz transportar uma ou duas pessoas e que é conduzida à cabeça por quatro homens*”²².

CALÃO – bilha em barro ou cobre que serve não só para conservar água como também para medir vinho e azeite. A sua capacidade corresponde *grosso modo* a um almude.

CAMBOLIM – manta de lã, muitas vezes em tons pardos, que constituía uma das peças de vestuário básicas das classes populares de Goa²³. No seu testamento, Paulo Pereira elenca, entre as obrigações que impendiam sobre o administrador da capela que institui, a de afetar cinquenta xerá-fins por ano a fim de se adquirirem “*pannos e Cambolly*” para os manducares do seu bairro de Durgavaddy²⁴.

CANARIM – designação frequentemente dada, ao longo dos séculos XVIII e XIX, aos goeses *naturais* católicos. No entanto, o seu emprego é pouco aconselhado, não só por desde cedo ter sido começada a usar (sobretudo por parte de *descendentes e reinóis*) com sentido pejorativo, mas também por não ser muito exata em termos geográficos. Em 1843, reconhecendo embora que “*agora já não se pode ir contra o uzo geral, de longos annos recebido*”, um antigo governador alertava para a “*impropriedade da designação de Canarins, que se dá aos nativos dos nossos Estados de Goa, que aliás deviam ser chamados Concanis, sendo Canarins propriamente ditos sómente os naturales de Corga, Ouor, Mangalor, e outras partes do Canará, que tem até idioma diferente*”²⁵. Note-se que nem sempre a expressão era utilizada num sentido aviltante, sobretudo quando aplicada no reino. O médico goês Caetano Pereira, que inclusive conquistara a estima da família real, era vulgarmente conhecido por *doutor canarim*. E na coleção de fotografia antiga de Alexandre Ramires (Coimbra) existe uma *carte-visite* oitocentista de um *natural* católico onde este escreveu, no verso, referindo-se a si mesmo: “*um Canarim ao seu dispôr*”.

CANDE – desfiladeiro nos Gates, a cordilheira que separa as *Novas Conquistas* do resto do subcontinente indiano.

CANDIL – medida usada nos diversos territórios do Estado. Pode ser uma medida de peso (correspondendo neste caso a 460 quilos) e capacidade (equivalendo a 280 litros). Quando usada na primeira aceção é “*correspondente a pouco mais ou menos 500 arráteis portugueses mas muitas vezes equivalente ao bahar*”, sendo este último uma “*unidade de peso que variava muito nas diferentes regiões e também com os diferentes interesses com que era usada. No Extremo*

²¹ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 158.

²² Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 167.

²³ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 190.

²⁴ Consulte-se o anexo: testamentos – N28.

²⁵ Lima, José Joaquim Lopes de (1843), 24.

Oriente os Portugueses normalmente avaliavam-na em três picul ou seja, aproximadamente, 197 quilos”²⁶.

CANEQUIM (ou **canaquim**) – tecido grosso de algodão, muito usado, no século XIX, na Índia e em Moçambique.

CANUDEIRO – tendo em atenção que, em Goa *canudo* tem “o significado peculiar de “cigarro”, feito na folha de qualquer árvore e especialmente na de bananeira”²⁷, acreditamos que *canudeiro* é aquele que fabrica e/ou vende *canudos*.

CARIÁ – designação goesa para a formiga-branca, que tão grandes estragos faz, designadamente, nos documentos antigos. Em Moçambique, é chamada *muxem*.

CARIALORA – foi-nos sugerido, em Goa, tratar-se de uma corruptela de caçarola.

CARTAZ – documento ou salvo-conduto rudimentar, que representava a permissão, por parte das autoridades portuguesas, para a livre navegação dos não-cristãos em águas indianas, constituindo quer um instrumento de controlo, quer uma fonte de rendimento²⁸.

CARUCA – imposto que incidia sobre as manufaturas aldeãs.

CASSABÉ – denominação dada à localidade que servia de sede de uma circunscrição administrativa (província, distrito, concelho) nas *Novas Conquistas*²⁹. A título de exemplo: nos termos do decreto de 20 de fevereiro de 1894, que implementava o Regimento da Administração da Justiça nas Províncias Ultramarinas, a sede da comarca do mesmo nome era no cassabé de Bicholim.

CATALÓ (ou **catoló**) – pode significar quer um leito simples (um mero estrado de madeira com quatro pés), quer um canapé, quer uma espreguiçadeira com assentos de palhinha (à qual se chama, em Goa, *rotim*, ou *rota* – pelo que os móveis que a levam se dizem *rotados*). No testamento do alferes Alexandre José Cabral, alferes e comandante do passo de Cortalim, faz-se referência a “*tres catolos, dous de armaçoens, e hum de lona*”³⁰.

CATE – medida de peso oriental, que corresponde a cerca de 625 gramas.

CATO (ou **cate**, ou **cacho**) – designação dada em Goa, sobretudo nas *Novas Conquistas*, à planta *catechu*³¹. O termo também era usado com grande frequência para denominar um preparado feito a partir do pau-ferro: “*Obtem-se pela decocção do pau-ferro, uma substancia secca e friavel, com sabor fortemente adstringente, denominada catto, catechu, ou terra japonica*

²⁶ Boxer, C.R. (2001), 375 e 376.

²⁷ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 207.

²⁸ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 221. Este autor esclarece que o étimo, contrariamente ao que se poderia depreender de uma primeira leitura, não é europeu, “*mas de origem arábica*”, significando “*papel, documento*” e “*estaria em voga nos mares do Oriente antes da chegada dos portugueses*”. No mesmo sentido, Maria de Jesus dos Mártires Lopes define-os como “*salvo-conduto ou passaporte passado pelas autoridades portuguesas, indispensável para a navegação dos não-cristãos. Esta prática devia estar em voga nos mares do Oriente, antes da chegada dos Portugueses*” – Lopes, Maria de Jesus dos Mártires (1999), 339. E também: “*O investimento numa armada poderosa permitia (...) impor à navegação indígena a atribuição de cartazes. Salvo-condutos atribuídos pelas autoridades portuguesas da Índia desde o século XVI, eles permitiam antes de tudo controlar as carregações e as rotas de navegação. Assim, evitavam que as embarcações indianas se dirigissem para portos inimigos dos Portugueses, como mercadorias proibidas (material para construção naval, armas, etc.).*” – Lopes, Maria de Jesus dos Mártires (2006), tomo I, 29. Boxer fornece uma definição francamente menos detalhada, definindo *cartaz* como sendo uma “*licença de barco; espécie de passaporte*” – Boxer, C.R. (2001), 376.

²⁹ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 223 e ss.

³⁰ HAG – Comarca de Bardez. *Registo de testamentos. Diversos* (1802).

³¹ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 233 e 234.

*de muita aplicação (segundo as qualidades) na pintura, na medicina e na tinturaria; mas o seu principal uso consiste em misturar pequenas porções com o betle e areca (pau supary) de que na Índia se faz tão geral e constante uso para mascar. Extraem-se do pau-ferro tres qualidades de catto: o branco-rosado pelo preço de prata com aplicação na medicina, o vermelho escuro de um quarto de valor do primeiro e de grande uso na mastigação e na pintura, e o roxo quasi negro e de baixo preço, usado como mordente na tinturaria, nos cortumes e como presa com a cal nos trabalhos de alvenaria*³².

CHATIM – forma pejorativa de se designar alguém em Goa. Parecendo ter tido, na sua origem, o significado de comerciante, evoluiu para o de “*negociante de tretas*”, ou tratante³³.

CHELA (ou **chêla**, ou ainda **cheila**) – tecido de algodão resistente, de cores menos vivas e menos liso do que a chita.

CHIMBÚ – gomil ou pequeno recipiente de boca estreita feito em latão³⁴.

CHINOVAL (ou **chinavol**, ou ainda **chinual**) – “*direitos miúdos*” (isto é, pequenas taxas) que se pagavam nas alfândegas internas de Goa, e que estão em regra associados ao *bagigabo*.

CHOLI (ou **chole**) – corpete justo e curto usado pelas mulheres na Índia. Carlos de Brito, em *A Neta do Cosinheiro*, descreve o *choli* usado por uma bailadeira que o impressionara vivamente: “*passando a contemplar a sua esculptural beleza, e a admirar o seu lindo panno vermelho com barras bordadas a ouro, o seu choli de setim amarelo imperial*”³⁵.

CHUNAMBO – cal obtida a partir de ostras: “*a grande porosidade da laterite (que é a pedra mais comum em Goa, e tem uma cor avermelhada) é compensada pela divulgação duma espécie de cal, feita de pó de ostras, com grande resistência às chuvas e humidades da monção. Ainda hoje, após a época das monções, todas as igrejas e grandes casas são sistematicamente pintadas. Desta cal desenvolveu-se um estuque igualmente com boas qualidades de dureza e resistência às chuvas*”³⁶.

COITA – termo que pode designar quer um facão para usos culinários quer uma faca do mato³⁷.

CONSTO – termo que era utilizado quer no sentido de recibo de pagamento, quer no de certidão³⁸. Também podia ser empregue no âmbito das causas cíveis resolvidas de acordo com os usos e costumes das *Novas Conquistas*, equivalendo, nesses casos, a um sucedâneo de sentença³⁹.

CONTINHO – “*pequeno rosário*” (terço?).

CONTO – rosário.

³² Mendes, A. Lopes (1989), vol. II, 247.

³³ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 265 e ss.

³⁴ Pereira, A.B. de Bragança (1991), vol. II, 84.

³⁵ Providência, Luís da (1908), 56.

³⁶ Carita, Hélder (1996), 57. O autor transcreve o depoimento do escultor italiano Ramponi (que acompanhou o túmulo de S. Francisco Xavier, para supervisionar a montagem do mesmo no Bom Jesus) em 1698: “*As casas têm um só pavimento sobradado, sendo as paredes de terra endurecida e com argamassa, colocando-se os blocos uns por cima dos outros, e por fora são revestidas e branqueadas com uma massa feita de casca de ostras, que é uma espécie de cal branca como a neve; tão branca, na verdade, que passeando na cidade com o sol muito brilhante aquela brancura ofende grandemente a vista*” – Carita, Hélder (1996), 52.

³⁷ Pereira, A.B. de Bragança (1991), vol. II, 162.

³⁸ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 304.

³⁹ Veja-se a *Carta Regia aprovando as garantias concedidas aos Habitantes das Novas Conquistas*, reproduzida em Xavier, Filipe Nery (1840), 18, 19 e 20.

COPRA (de coco) – designação do miolo do coco, uma vez retirada a casca, seco ao sol. Era cortado às talhadas e constituía uma das bases da alimentação popular goesa.

CORJA – este termo era vulgarmente empregado para designar vinte objetos da mesma natureza ou tipo⁴⁰. Por exemplo: uma corja de pratos azuis, ou uma corja de guardanapos de Damão.

CORPORAL – pano, geralmente quadrado, sobre o qual o sacerdote católico deposita a hóstia e o cálice no altar durante a celebração da missa.

COTUBANA – De acordo com o *Assento* da junta da fazenda real de Goa de 27 de outubro de 1780, é “*hum foro perpetuo com huma penção certa, q. nunca tem alteração*”⁴¹. Segundo uma *Memoria sobre os foros de Ponda* datada 17 de setembro do mesmo ano, “*Cotumbana, q. hé foro limitado, e Certo sem diminuição, nem augmento, o q.l se cobrava conforme estivesse declarado no papel do aforamento*”⁴².

CRAVO – joia, geralmente de ouro e ocasionalmente incrustada com pedras, usada pelas mulheres goesas nas orelhas. Luís da Providência, ao referir-se à bailadeira Locximi, descrevia “*os cravos de rubis e perolas que emolduravam as suas orelhas*”⁴³. Surgem referências a estas peças de ourivesaria em vários dos testamentos que reproduzimos em anexo⁴⁴. De acordo com Manuel Lousada, as mulheres de Goa: “*furam as orelhas em tres diferentes partes, nas quaes põem uns botões de ouro que chamam cravos*”⁴⁵.

CRIOULO – Há nesta sede duas particularidades locais que o investigador não pode ignorar. Em primeiro lugar, o termo *crioulo* tem uma aceção diferente em Goa do que aquela à qual anda usualmente associado. A palavra é comumente utilizada para descrever ou os frutos de casamentos inter-raciais ou os filhos de europeus que se tivessem instalado fora do seu país de origem – aceção utilizada sobretudo na América espanhola. Neste último sentido seria pois de alguma forma equivalente aos *descendentes* de Goa. Ora, em Goa não é assim. Como desde logo sublinha Dalgado: “*Em indo-português sómente se emprega em duas acepções: filho adoptivo, e fâmullo criado em casa desde infância*”⁴⁶. Em segundo lugar, também nos parece que o termo seria usado de forma diferente entre as elites *descendentes* e as elites *naturais* católicas⁴⁷. Esta tese suporta-se desde logo nos testamentos e genealogias que estudámos e reporta-se naturalmente apenas ao período em análise. Assim, os *naturais* católicos recorriam à palavra em qualquer um dos sentidos elencados por Dalgado. Tão depressa se serviam dela para designar um adotivo como para indicar um servidor que beneficiava de uma situação privilegiada relativamente ao restante pessoal doméstico – no fundo, um interlocutor privilegiado entre ambos os mundos que conviviam nas principais casas das *Velhas Conquistas*: o dos donos da casa e sua família e o dos servidores. O *crioulo* ao qual Tomé Martins deixou os

⁴⁰ “Na sua significação originária e indo-portuguesa, é o nome do número vinte na contagem, é vintena de objectos da mesma natureza (...). Os nossos indianistas empregam o termo principalmente com referência a enfiadas de pedras preciosas, pacotes de tecido e jogos de louça. Também entendem por corja objectos que só se vendem às vintenas, como rubis de corja” – Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 309.

⁴¹ AHU, Conselho Ultramarino, Índia, cx. 355.

⁴² Que transcrevemos no anexo I: documentos avulsos – nº 156, (iii).

⁴³ Providência, Luís da (1908), 56.

⁴⁴ Consulte-se o anexo II: testamentos – E2, D3, N32 e N52.

⁴⁵ Azevedo, Manuel Felicissimo Lousada de Araújo de (1842c), 433.

⁴⁶ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 322.

⁴⁷ No que toca às elites hindus, que conhecemos pior, os elementos que reunimos inclinam-nos a considerar que recorriam à expressão sobretudo para designar filhos adotivos. É desde logo o que resulta do testamento de Janiqui Camotini e do próprio processo de sucessão da casa de Sunda, que estudamos com detalhe no presente trabalho: consulte-se o anexo II: testamentos – NH1 e subcapítulo 5.2. O mesmo se infere dos testamentos da bailadeira Batea Naiquinim Colguteary. Veja-se o anexo II: testamentos – NH5.

seus bens nas primeiras décadas do século XIX parece poder ser apenas entendido como um adotivo⁴⁸. Pelo contrário, o padre Francisco Brás de Sá usa a palavra relativamente a duas servidoras particularmente acarinhadas e próximas da família:

*“Concluindo este capítulo, não passem em claro as duas caseiras contemporâneas desta geração, Deodita e Joaquina. Ambas acolhidas por esta família ao mesmo tempo e na idade de poucos meses, e tratadas com o mais desvelado carinho souberam perfeitamente corresponder a tanta estima com a inquebrantável fidelidade e entranhado afecto e – sobre tudo – exemplar morigerção. São caseiras modelares e é grande a soma dos seus serviços”*⁴⁹.

Como facilmente se compreende, as duas aceções tendiam a mesclar-se na prática. Pensemos a título de ilustração numa personagem de um romance publicado na atualidade embora se reporte aos anos cinquenta do século passado: a Teresinha de *A identidade goesa de Ângela*⁵⁰ é uma *crioula* à qual se dá a designação sugestiva de *filha permanente*. O estatuto que disfrutava na casa da família que a acolheu era contudo substancialmente diferente do da descendência legítima dos seus “pais” adotivos⁵¹.

Diferentemente, nos testamentos das elites *descendentes* que estudámos o estatuto de *crioula* aparenta estar reservado apenas a adotivas, boa parte delas pertencentes ao grupo social dos que as tomavam à sua responsabilidade. O caso de D. Ana Francisca Coutinho de Castro é particularmente esclarecedor⁵². Esta senhora tipifica de forma clara as mulheres que a rodeavam em três categorias. No patamar menos considerado estavam as escravas africanas: Eufrágia, Maria, Catarina e Estela. A nível intermédio achavam-se as suas “moças”. A testadora preocupa-se com o futuro de todas: acautela o dote de Rosália, *natural*, e adverte aos testamenteiros para tratarem do seu casamento; lega 150 xerafins a Sabina; vela pelo património e futuro casamento de Maria Ângela. Declara que esta última era “*China de nação*” e esclarece que lhe tinha dado alguns “*trastes de ouro*”. Tratar-se-ia certamente de peças que iriam incluir o futuro dote de Maria Ângela, conforme era costume na Goa da época. No codicilo de 1798 contempla igualmente as suas “*mossas*” Mariana e Luísa⁵³. Finalmente, surgem as *crioulas* D. Constância Caetana de Sousa e D. Ana Rita Francisca de Sousa Coutinho. O seu tratamento é claramente diferente do prestado às demais. Por um lado, beneficiam de legados substanciais, por outro são tratadas por *dona*. Tratamento que é também reservado para a sua progenitora. Uma delas casara inclusive com um membro de outra das principais famílias *descendentes*, Maurício da Costa Campos⁵⁴. Mais ainda: a testadora declara que servira de tutora das duas raparigas após a morte do seu pai – apesar de aparentemente a mãe de ambas estar viva. Encontramos outro exemplo expressivo no testamento de D. Maria Teresa de Oliveira⁵⁵. A testadora lega o grosso dos poucos bens que tinha à “*filha natural do dito meu Irmão Jose*

⁴⁸ Consulte-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias chardós; Cardoso, de Assolnã, ponto 2-III-5).

⁴⁹ Consulte-se o anexo IV: genealogias das elites *naturais* católicas; famílias brâmanes; Brás de Sá, de Calangute.

⁵⁰ Trata-se de um romance fundado na realidade e escrito por um descendente de uma família da elite *natural* católica: “Uma obra ficcional baseada na vivência de uma geração contém, necessariamente, ideias que o autor recolheu, consciente ou inconscientemente, no seu meio social” – Souza, Carmo d’ (2000), 9.

⁵¹ Souza, Carmo d’ (2000), 72 e ss.

⁵² Consulte-se o anexo II: testamentos – D3.

⁵³ Também D. Maria Eufrásia de Sousa e Faro se mostra particularmente cuidadosa com as suas *moças* no testamento que ditou em 1794 – id., D4. E D. Ana Rita Maria Josefa de Almeida Pimentel não esquece quer as quatro *moças* que tinham sido da sua mãe quer as que acompanhavam – id., D10.

⁵⁴ Nasceu em Ribandar e foi oficial de marinha. “Depois de cursar em Abril de 1775 a “Aula da Marinha” da Academia Militar de Goa, exerceu nela o magistério até 1815. Em 1802 fora promovido a capitão-de-fragata, tendo depois servido no Brasil” – Costa, Aleixo Manuel da (1997), vol. I, 289 e 290. Publicou no Brasil na década de vinte um glossário da sua especialidade no qual se apresenta como “Lente do 4.º anno da Marinha da Nova Academia de Goa” – Campos, Maurício da Costa (1823).

⁵⁵ Veja-se o anexo II: testamentos – D11.

Paulo a qual tenho em minha Companhia, e tenho criado como minha propria filha” – à qual trata por “*minha Criola*”.

CUDOLIM – sachô indiano.

CULCORNIM – escrivão das aldeias goesas. Em contraposição, *nalcornim* é o escrivão da câmara geral das comunidades agrícolas.

CUMBO – medida de capacidade usada em Goa, sobretudo para *bate* e sal: um *cumbo* corresponde a vinte *candis*.

CUMERIM (ou **comerim**) – área outrora ocupada por mato entretanto desbastada por uma queimada. Em Goa, esta era uma prática comum sobretudo nas *Novas Conquistas*

CURÓ – medida de capacidade usada em Goa, a qual corresponde a 1/20 de um *candil* (ou seja, cerca de 8 litros).

D

DATAS – expressão outrora muito utilizada em Goa e que correspondia a um complemento ao dote dado às raparigas por ocasião do seu casamento. As *datas* podiam incluir o enxoval propriamente dito como também algumas joias e mesmo dinheiro com que a noiva era presenteada pelos seus parentes. Existem abundantes referências a *datas* nos testamentos que transcrevemos no anexo II.

DERRUBADOR – empregado agrícola que subia às palmeiras e, do alto, fazia cair os cocos que lá se achassem prontos para ser colhidos.

DEVALAIA – designação comumente dada aos templos hindús.

DIMITIM (ou **dimiti**, ou **dimity**) – tecido de algodão bastante leve.

DOLI – meio de transporte outrora usado em Goa. “*Assemelha-se a um grande berço coberto, suspenso dum bambu e conduzido à cabeça por dois ou quatro homens*”⁵⁶.

DOTIM – longo pano branco de algodão preso na cintura usado pelos hindus. Hoje em dia é mais conhecido na versão anglicizada: *dhoti*.

⁵⁶ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 367.

E

ENROTAR – empalhar (sobretudo assentos e encostos de móveis). Corresponde ao que entre nós se chama colocar ou reparar assentos de *palhinha*, desde logo em cadeiras e canapés.

ESCUMILHAS – tecido de lã ou seda extremamente fino e translúcido.

ESQUIFE – catre, cama.

F

FARANGUI (ou **frangue**, **fringue** ou **farangi**) – palavra que vem do termo *franco* (no sentido de “europeu”) e que em Goa servia para designar indeterminadamente ou os *reinóis* ou os *descendentes*.

FARAZ – membro de uma das castas menos consideradas de Goa, a qual “*se ocupa em misteres baixos, como os de coveiros, serventes das igrejas, pregoeiros da aldeia, condutores de machila, trabalhadores em obras de bambu*”⁵⁷.

FATO – designação genérica, muito vulgar na Goa oitocentista, dos móveis que se achavam num determinado espaço (designadamente numa casa) ou mesmo de um determinado conjunto de peças de mobiliário. Segundo as cartas de Inácia Carolina Kopke: “*A tal feira, tinha muita madeira, ou fato (é como aqui chamão aos trastes!.... veja que gente burra!!) mas são sempre do mesmo feitio*”⁵⁸.

FORÉM – enxada.

FORHO – designação em concani para as chamadas *pedras verdes* muito usadas pelos goeses ainda no século XIX.

FORMÃO (ou **firmão**) – documento oficial emitido por um governante muçulmano oriental: “*Decreto, provisão, carta régia, entre os muçulmanos do Oriente*”⁵⁹. É frequentemente utilizado como sinónimo de carta de mercê nos territórios das *Novas Conquistas*.

FOTA – tem, segundo Dalgado, diversos significados (todos no âmbito dos têxteis); porém, em Goa, designa um “*pano de fazenda rica e ornada, que as mulheres cristãs, que trajam à indiana, vestem em ocasiões festivas*”⁶⁰.

FULA – *fula* significa *flor* em concani. Trata-se, portanto, de joias compostas ou por uma flor ou por um conjunto de flores em ouro unidas entre si.

G

GARÁ – casinha modesta, casebre.

⁵⁷ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 890.

⁵⁸ Fernandes, José Queiroga *et al.* (2003), 208.

⁵⁹ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 402. Para consultar um exemplo de *formão* veja-se Barbuda, Cláudio Lagrange Monteiro de (1848), 85 e 86.

⁶⁰ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 404.

GAVANA – Apesar de a palavra *gávana* (ou *gáiana*) significar originalmente canção, o seu sentido evoluiu para designar o presente (regra geral em joias ou numerário) oferecido pelos parentes mais próximos em casamentos ou batismos. Essa prenda era acompanhada por um cântico (eis a razão da corrupção do sentido primitivo do termo) e pela bênção de quem a oferecia. Nos finais do século XIX já se chamava a todo o processo simplesmente *benção*.

GIRGILIM (ou **gergelim**) – Nome que se dá a uma semente ou a uma planta oleaginosa da qual se retira um óleo que era usado quer para iluminação quer para a culinária. Daqui deriva a designação de um doce goês chamado *gergilada*.

GODRIM (ou **godorim**, ou ainda **gurdurim**) – colcha estofada, que era muito frequente nas casas abastadas de Goa. Uma cama *completa* (de acordo com os padrões do século XIX) deveria ter um godrim. Parece que em alguns casos o termo também se aplicava a almofadas – como sucede designadamente no testamento de D. Maria Eufrásia de Sousa e Faro, onde se referem “*hum par de canapes com seus Gudorins*”⁶¹.

GORBHATTA (ou **gorbatta**, **ghorbat**, ou ainda **gorbaga**⁶²) – propriedade rústica onde está implantada uma casa de habitação. *Gor* significa casa, *bhtatta* propriedade. Por exemplo: *Banarcai Gorbhatta*, em Arporá. A histórica casa dos Monteiro, em Candolim, situa-se no prédio *Vitusinaichi Gorbhatta*. Neste caso, o nome da propriedade também identifica o primeiro possuidor da casa aí existente – Vitu Sinay⁶³. Trata-se, então, da designação dada em Goa ao complexo composto por casa, quintal e palmar circundantes, incluindo as construções que se encontrassem dispersas por estes últimos.

GORGOLI (ou **gorgoly**, ou ainda **gorgurim**) – cachimbo oriental muito usado em Goa, ou, apenas, o vaso de água onde se introduz o tubo do cachimbo. No século XIX, os cachimbos de gorgoli eram por vezes usados para o fumo de *bangue*, uma preparação inebriante feita a partir das folhas de cânhamo, e que era conhecida como o *ópio dos pobres*.

GOULI (ou **gouly**) – membro de uma casta que se dedica à pastorícia nas montanhas. Em Goa, os *goulis* encontravam-se sobretudo nas *Novas Conquistas*, nas encostas dos gates. De acordo com um autor da época: são “*pastores nomades (sic), que se ocupam unicamente em pastorear os seus rebanhos de gado vaccum e caprino. Sobre estas montanhas dos gattes e suas derivadas, os goulis não têm habitações propriamente ditas, mas simplesmente choupana appellidadas goules, nas quaes se fabrica o lounim, ou manteiga de vacca, ou de bufala, – o tacó ou soro do leite, – o daim ou leite coalhado e ácido etc*”⁶⁴.

GUDÃO – armazém, adega, loja, arrecadação no rés-do-chão de um edifício destinado a habitação.

GUINDE – jarro para água ou gomil, “*originariamente de metal*”⁶⁵.

GUMATE – tambor semelhante aos batuques.

⁶¹ Consulte-se o anexo: testamentos – D4. Podem encontrar-se fotografias de dois *godrins* ricamente decorados em Dias, Pedro (2008), 335.

⁶² Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 439.

⁶³ Segundo informação gentilmente prestada pelo Dr. Gustavo Monteiro, de Candolim.

⁶⁴ Mendes, António Lopes (1864), 23.

⁶⁵ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I, 448 e 449.

I

INAMA – Mercê, consistente em terras ou numa determinada quantia pecuniária, feita pelos soberanos em atenção à prestação de determinados serviços, designadamente de natureza militar. Á semelhança dos *mocassós*, às *inamas* não estava associado o pagamento nem de foros, nem de qualquer outro tipo de contribuição. Vários dos *dessais* e *sardessais* das *Novas Conquistas* possuíam bens desta natureza.

J

JAGRA – açúcar de palmeira muito usado em Goa até finais do século XIX, mais concretamente até à entrada massiva de géneros alimentares até então pouco comuns (como o açúcar branco) potenciada pelo tratado de 1878⁶⁶.

JAGRADA – doce de jagra. Segundo Dalgado, a expressão era comumente usada para designar, mais concretamente, arroz doce feito com jagra⁶⁷.

L

LACREADO – é o mesmo que lacado, ou seja, um objeto envernizado com laca (da qual existem vários tipos). Em Goa, atualmente, ainda se mantém um centro relativamente conhecido de objetos lacreados na aldeia de Cuncolim, em Salsete. As produções destas unidades cuncolenses são conhecidas pelas suas cores muito vivas, com grande predominância de vermelhões⁶⁸.

LÁGIMA – taxa aduaneira, paga “*pelo bilhete do despacho ou para emolumento de empregados*”⁶⁹. O diploma pombalino que, em 1774, pretendeu reformar a Alfândega de Goa previa a existência de um recebedor destinado a recolher estes direitos.

LAQUE – forma de designar a quantia de 10.0000 rupias.

LARIM (ou **tanga larim**) – moeda de prata cujo peso rondava as cinco gramas, originária da Pérsia mas corrente na Índia.

LASCARIM (ou **lascar**) – este termo, que tem vários sentidos, surge-nos sobretudo em duas aceções: por um lado, para designar os marinheiros locais que constituíam parte significativa da população de Damão, e compunham o grosso da tripulação das embarcações que lá existiam no século XIX; por outro, como sinónimo de *sipai*, ou seja, soldado nativo da Índia.

LAVONTICHI (ou **lavanachiti**) – termo usado nas *Novas Conquistas* para designar um termo (de acordo com Dalgado⁷⁰) ou um contrato de arrendamento reduzido a escrito.

⁶⁶ “*Os goeses das camadas elevada e média tomavam também, ao fim da tarde, uma tisana preparada com lentilhas e jagra. Mas depois do tratado comercial de 1878 essa tisana foi substituída pelo chá, acompanhado com bolos e outras guloseimas. Na verdade, este tratado com a Índia Britânica, provocou modificações no regime alimentar. Anteriormente, a maior parte da população nunca ouvira falar de café, chá ou chocolate – com leite ou sem ele. Depois do tratado, o café, o chá e a manteiga passaram a fazer parte do pequeno-almoço dos estratos sociais elevados. (...) Para adoçar os alimentos, usava-se a jagra, sendo depois substituída pelo açúcar branco granulado após o tratado*” – Gracias, Fátima da Silva (2006), 172 e 173.

⁶⁷ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I., 476.

⁶⁸ Fernandes, Pantaleão (2006), 75

⁶⁹ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I., 505.

LEAL (ou **lial**) – parcela de uma *tanga*, ou ação das *gancarias* das *Velhas Conquistas*. Uma *tanga* é constituída por quatro *barganins*, sendo que cada *barganim* corresponde a dezoito *leais*. Assim, uma *tanga* equivale a 72 *leais*.

LINHA – de acordo com a *Explicação de varios termos estranhos, que se encontram nos uzos e costumes reduzidos a escripto* aduzida à compilação de usos e costumes das *Novas Conquistas* de 1824, linha são “alguns fios d’algodão, que os Gentios uzam a tiracol, da esquerda para a direita. Aqui (sic, certamente por a que) uzam os Bramenes, segundo a Lei de Bramà he de tres fios, em allusão a sua trindade, e chama-se – Ednipovit – ou Zanvem, – a qual corresponde ao baptismo dos Christãos, e circuncizão dos Mahometanos, cuja cerimonia deve-se verificar, impreterivelmente, até nove annos de idade, entre os que contam com meios para a festejar, e entre os pobres até doze annos, e antes disso não podem cazar. Aque uzam os de mais Gentios, denominados Quetris, e Oixos &c he do numero arbitrario de fio, e chama-se – Sut – da qual lhes he livro usar, ou deixar de usar, porque não ha Lei que os obrigue a huma, ou a outra cousa; toda via não he permittido o seu uso aos Sudros (além do dia da festa do Sut, que se celebra na Lua cheia de Sarvon (Agosto); assim como aos filhos illegitimos, de qualquer casta que elles sejam”⁷¹.

M

MACHILA – meio de transporte outrora muito comum em Goa e que consiste num leito portátil, por vezes resguardado, e transportado por homens aos quais se chamava *boiazes*.⁷² Carlos José Caldeira – que teve contacto com este meio de transporte na década de cinquenta do século XIX (“pouco depois era conduzido n’uma maxila, que pela primeira vez via e experimentava”) deixou-nos uma colorida e entusiástica descrição do mesmo: “Em pouco mais de um quarto de hora percorri na maxila toda a ponte. Caberá aqui dizer o que é este meio de conducção. Imagine-se um sofá sem costas, com 2 cabeceiras, suspenso por estas a um longo e grosso bambú, que assenta sobre as cabeças de 4 homens collocados na mesma linha, 2 atraz e 2 adiante, tendo cada um na cabeça um rodilhão. Do bambú pende uma cobertura, formando uma especie de barraca com o tecto em angulo, e tendo ao lado2 postigos: só para defender do sol usam tambem de um tecto plano móvel, que gira sobre o bambú á vontade do conduzido, por meio de duas fitas que leva nas mãos, similhando um pouco ao governar um leme em escaler: chamam a estas coberturas tenda e tendilhão. Os conductores da maxila são chamados boiases, e pertencem ás castas mais inferiores entre os naturaes; andam nus, só com o sholnei, ou especie de ceroulas muito curtas acima do joelho, que substituiu na cidade o célebre langotim (simples lenço preso, anterior e posteriormente, a um cordão que cinge os rins), e os das casas mais abastadas usam de um saiote curto de cintura aos joelhos: o seu andamento regular é o de um cavallo a trote largo; vão a grandes distancias, e é o modo de fazer jornadas em todo o Indostão. Nas maxilas póde-se ir deitado, sentado, ou recostado; mas ha algumas em fôrma de cadeira⁷³em que apenas se anda sentado”⁷⁴. Acham-se alusões a *machilas* em muita e diversa documentação – designadamente numa das cartas dos Mhamai Camotim relativas aos ano de 1803 conservados no XCHR: “S.or Exêa Camotim. Tenha saude em Comp.a dos seus Manos a quem me recomendo. Como pertendo fazer húa manchilla nova, e me falta lonna,

⁷⁰ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. I., 518.

⁷¹ Xavier, Filipe Nery (1840), 96 e 97.

⁷² Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. II, 5 e ss.

⁷³ São as chamadas *cadeirinhas*.

⁷⁴ Caldeira, Carlos José (1853), 32.

espero me q.ra remeter q.to hé bastante, declarando o seu custo p.a lhe ser remetido. Estimarei muitas occaz.s de o servir (...)”⁷⁵.

O termo também é usado em sentido mais amplo para designar *cadeirinha*, a qual é considerada uma evolução da machila.

MAINATO – lavadeiro.

MANGA – protector de velas em vidro ou cristal, muito característico das casas da elite goesa de outrora. Podiam estar aplicados nas paredes ou servir para velas dispostas sobre os móveis. São recorrentes na descrição dos ambientes tradicionais goeses – veja-se, por exemplo, o seguinte excerto da autoria de Leopoldo da Rocha: “Na sala via-se um belo sofá de sissó trabalhado, ladeado na parece de duas mangas”⁷⁶.

MANILHA – pulseira justa, que pode ser fabricada em vários materiais (de vidro a ouro) e que as mulheres goesas, sobretudo hindus, usavam em grande quantidade e quebravam quando enviuvavam. Com base em documentação dos princípios do século XIX, apercebemo-nos de que também as mulheres pertencentes às elites goesas *descendentes* usavam braceletes deste género. A título de exemplo: no testamento de D. Joaquina Caetana de Faro, integralmente reproduzido em anexo⁷⁷, esta refere-se a quatro manilhas que havia adquirido a uma sua irmã.

MAZANIA – “Mesa da administração dos bens de um pagode”⁷⁸, sendo *pagode* um templo hindu. Cada uma destas mesas era composta por vários indivíduos, aos quais se dava o nome de **mazanes**.

MELAGA – tipo de ação das comunidades ou *gancarias* de algumas aldeias das *Velhas Conquistas*, à semelhança dos *jonos* e *tangas*.

MENINO – quando as raparigas goesas se casavam, os respetivos progenitores ofereciam-lhes, quase invariavelmente, uma imagem do Menino Jesus, a qual variava conforme os gostos e as posses da família. As mais requintadas consistem num Menino em marfim, por vezes com pequenas jóias de ouro e um resplendor deitado numa camilha de dossel em prata. Esta prática era regra na elite *natural* e também seguida por algumas famílias *descendentes*. Note-se que *menino* também pode significar uma joia, mais concretamente a imagem de um Menino Jesus Salvador do Mundo pendente de um *afogador* ou colar: “*furam as orelhas em tres diferentes partes, nas quaes põem uns botões de ouro que chamam cravos, e ao pescoço um affogador (colar) com um menino pendente do mesmo metal*”⁷⁹.

META – posto de guarda.

MOCADÃO – feitor/caseiro/capataz de um *batkar* ou proprietário rural.

MOCASSÓ – aldeia ou parcela importante de terra dada pelo soberano, sem imposição de pensões ou de qualquer outro tipo de tributos, em recompensa de serviços militares prestados. Em Goa, vários dos *dessaís* e os *sardessaís* das *Novas Conquistas* possuíam *mocassós*.

MOGARIM (ou **mogorim**) – flor branca e aromática, muito utilizada em Goa.

⁷⁵ XCHR – Manuscritos: espólio da família Mhamai Camotim, *correspondência*.

⁷⁶ Rocha, Leopoldo da (2008), 17.

⁷⁷ Veja-se anexo II: testamentos – D8.

⁷⁸ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. II, 46.

⁷⁹ Azevedo, Manuel Felicissimo Lousada de Araújo de (1842c), 433.

MOLLOY (ou **molloi**) – arrozal situado num lugar alto, geralmente na encosta de uma colina. Em vários documentos jurídicos setecentistas e oitocentistas se descrevem palmares “*com seu molloy*”.

MORIM (também chamado **pano patente**) – pano fino de algodão. Se tingido de negro – os chamados *morins tintos*, como explica Dalgado⁸⁰ – era usado para traje de viuvez das mulheres goesas.

MUTRA – lacre, selo, sinete ou firma. Dalgado chama a atenção para outra aceção menos usual: “*Alguns dos nossos indianistas lhe dão o significado de “saquinho de pedras preciosas”. Não percebo bem o motivo; será talvez porque tais saquinhos eram de ordinário mutrados*”⁸¹

MUXAR (ou **muxara**) – salário.

MUXEM (ou **muxem**) – designação comumente dada em Moçambique à formiga branca (a *cariá goesa*). De acordo com a *Memória* setecentista de António Pinto de Miranda: “*He hua praga este animal, semelhante a formiga que em toda Africa domina. Na America se chama cupim, e na Azia caria. Não se tem descoberto remedio que se possa evitar tão grande damno. Dá nas paredes das cazas, caixoes, livros, roupas, mantimentos, excepto naixeni, e o arros em casca, que em breves horas destroe tudo. Tambem nas arvores, e em algumas plantas dá, porem algumas com ele frutificação, e outras com ele morrem. Nas terras todas se acham inumeraveis montes que elas fabricão, alguns mais altos que dous homens*”⁸².

N

NAÍQUE (ou **naik**) – O termo pode ser usado em dois sentidos: capitão, cabo ou chefe de soldados indígenas ou oficial de diligências⁸³.

NALCORNIM (ou **narcanim**, ou ainda **nadcarim**) – Designação dada ao escrivão da câmara geral das comunidades agrícolas, sobretudo nas *Novas Conquistas*. Em contraposição, *culcornim* é o escrivão das aldeias goesas. A título de ilustração: de acordo com as notas genealógicas manuscritas de Gomes Catão, o cargo de *nalcornim* de Pilerne andava na família Ribeiro desta localidade.

NAMOXIM – era o nome usualmente dado a uma “*Terra de lavoura, pertencente a uma comunidade agrícola, cujo produto é destinado ao culto ou à sustentação dos servidores da aldeia, na Índia Portuguesa*”⁸⁴. O desembargador Sebastião Ferreira Barroco, no seu trabalho sobre os dízimos prediais da Índia, refere-se ao fim a que foram afetados após a cristianização das *Velhas Conquistas*: “*Como os Namoxins erão destinados pelas Comunid.es para as despezas dos Pagodes, e a Coroa se apropriou delles para as despezas do Culto Divino, sem diminuir parte alguma dos foros das Comunid.es como consta do Tombo de Francisco Paes a f. 35 e os doou o Gov.or Jorge Cabral ao Colegio de S. Paulo dos Jezuitas p. Carta de 8 de Julho de 1550 confirmada por S. Mag.e a 10 de M.rço de 1554 como se vê do mesmo Tombo a f.*

⁸⁰ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. II, 506.

⁸¹ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. II, 84.

⁸² Andrade, António Alberto de (1955), 247.

⁸³ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. II, 91 e Lopes, Maria de Jesus dos Mártires (1999), 341.

⁸⁴ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. II, 96.

39v”⁸⁵. Este mesmo autor volta a referir-se ao tema no *Diccionario dos termos das Aldeas de que precizamente se uza neste Regimento* que incluiu no seu *Costumes e Estilos das Camaras e Regimento p.a o Governo das Ilhas de Goa, Bardez e Salcete* – manuscrito que reproduzimos em anexo a este estudo⁸⁶.

P

PAGODE – moeda ou moedas de ouro correntes na Índia, considerando alguns autores que essa foi a designação genérica dada pelos portugueses, desde a sua fixação no subcontinente, a todas as moedas que aí então circulavam. A verdade é que existiram vários tipos de pagodes ao longo dos tempos, sendo o seu valor também bastante variável. Em princípios do século XIX, o valor de um pagode deveria oscilar entre cinco e seis xerafins.

PALA – Embarcação de guerra, não raro empregada no transporte de mercadorias, ou fragata usada no comércio indiano.

PALANGANA – prato coberto.

PANGAIO – embarcação de envergadura variável usada em Moçambique. Devemos a Inácia Kopke, em carta datada de 20 de junho de 1871, uma curiosa descrição: “*A mamã não sabe o que é um pangayo? é uma embarcação dos negociantes moiros d’estas terras (África oriental) aqui, são pequenas ou grandes, mas nunca chegam a ser como os navios grandes _ são d’um feito esquisito, com as prôas arribitadas e as velas aguçadas*”⁸⁷.

PANO-PALÓ (por vezes apenas **paló**) – traje usado pelas mulheres cristãs de Goa, que alguns pretendem ser uma adaptação de um seu congénere hindu, enquanto outros não reconhecem qualquer diferença entre ambos. O *paló* podia ser usado em ocasiões mais solenes – altura em que era fabricado com sedas de qualidade e bons bordados – e também na viuvez, sendo, nesses casos, integralmente branco.

PARAU – embarcação usualmente destinada, em Pangim, ao transporte de mercadorias. Podia ser também empregada para fins bélicos.

PARSE – Designação comumente empregada para designar os emigrados de origem persa que, por seguirem o zoroastrismo, se instalaram na Índia (calcula-se que no século VIII).

PATAIA – caixa de madeira de grandes dimensões, usada sobretudo para guardar arroz, cereais e legumes.

PATAMAR (ou **patamarim**) – embarcação ligeira, adequada à navegação costeira ou fluvial. Existem várias descrições oitocentistas destas embarcações. Eis um exemplo: “*Do mesmo modo navegam na costa de Malabar os patamarins dos Hindous, que diferem dos Barcos Árabes em terem duas velas latinas, e não huma, sendo, todavia, huns e outros – de 100 a 200 toneladas –*

⁸⁵ *Memoria Historica do Actual Estabelecimento dos Dizimos Prediaes nas Ilhas de Goa e nas Provincias de Bardez, e Salcete coligida pelo Dez.or Sebastião Joze Ferreira Barroco. 1793* – Academia das Ciências de Lisboa, série vermelha, 553.

⁸⁶ Cfr. anexo I: documentos avulsos – nº 75.

⁸⁷ Fernandes, José Queiroga *et al.* (2003), 66.

*de pôpa alta, e recuada, – e de prôa erguida, e mergulhante. – Em muitos as amuradas são de bambús, liados com cairo e cavilhas de pau”*⁸⁸.

PEDRA CORDIAL (também chamada **pedra de Goa**, **pedra de Gaspar António**, ou, nas possessões britânicas na Índia, **Goa stone**) – trata-se de uma pedra artificial, produzida exclusivamente no convento de S. Paulo de Goa, da Companhia de Jesus, em cuja botica se guardava escrupulosamente a receita. Segundo a tradição, o seu criador foi um italiano (chamado Gaspar António)⁸⁹. Eram tidas como muitíssimos eficazes para o combate de males como grandes febres, ansiedade, melancolia e palpitações cardíacas.

PEDRA DE BEZOAR (ou de **bezar**, **bazar**, aparecendo, ainda, **vazar**) – é uma pedra que se forma no estômago da *capra aegagrus*, que vive na Pérsia. Era considerada um antídoto muito eficaz contra um sem-número de doenças, designadamente envenenamentos. Algumas delas, uma vez remetidas para a Europa, passavam a figurar nos *gabinetes de curiosidades*, muitas vezes montadas em ricas armações. Pedro Dias publica a foto de uma, vinda de Goa nos primeiros anos do século XVII, que hoje se conserva em Viena⁹⁰.

PEDRA VERDE (ou **forho**) – joia muito usada pelos goeses antes da chegada dos portugueses. Com a penetração do catolicismo e a ocidentalização de costumes, as pedras verdes foram sendo progressivamente menos usada pelas elites *naturais* católicas. Tal não implicou, contudo, o seu completo desaparecimento, como se pode constatar em vários testamentos e inventários setecentistas e oitocentistas.

POIÇÁ – moeda de cobre de reduzido valor: uma tanga equivale a 4 *poiças*, e uma rupia a sessenta e quatro⁹¹.

POTÓ (ou **pottó**) – escritura de compra e venda, arrendamento ou aforamento.

PRAGANÃ (ou **parganá**, ou ainda **praganá**) – divisão administrativa tradicional indiana, que, de acordo com Dalgado, o qual procura explicá-las fazendo um paralelismo com os modelos portugueses, corresponderia a uma comarca, ou a “*parte dum distrito*”⁹².

PREGO – designação genérica para alfinete (de cabelo, de gravata, etc).

PROVÍNCIA DO NORTE – Nome comumente dado à comprida mas descontinuada faixa ribeirinha situada entre Chaul e Diu, bem como a numerosas ilhas ao longo dessa costa: “*O território que viria a ser designado por “Província do Norte” formou-se a partir da primeira metade do século XVI, no decurso de um curto processo de reconhecimento e consolidação da soberania portuguesa sobre as praças de Diu, Baçaim, Damão e Chaul, nas costas do Concão e na península do Catiavar. O controlo político português sobre a estreita faixa que se estendia ao longo da costa ocidental da Índia foi de grande importância estratégica para Goa. Incluía, além de Diu, muitas das terras fronteiras às praças portuguesas situadas entre Chaul e as cercanias de Surrate. Estas funcionaram como uma bolsa de protecção contra os ataques dos*

⁸⁸ Barbuda, Claudio Lagrange Monteiro de (1848), 62.

⁸⁹ “Possuía o colégio uma vasta e rica biblioteca e um hospital, que vieram do primitivo instituto, com a sua farmácia bem provida, ao cargo do irmão leigo Gaspar António, insigne químico, natural de Florença, inventor da famosa pedra de Goa ou pedra cordial, com que o sábio italiano assegurou a favor da casa o lucro anual de mais de 250 mil pardaus. Esta invenção era monopólio dos jesuítas e não sómente se vendia na Índia, mas ainda se exportava para Portugal em grande quantidade. Ao tempo que o dr. Fryer visitou Goa Gaspar António estava velho e cego; contudo era muito respeitado pela sua grande perícia na medicina e era muito recorrido por toda a aristocracia da cidade” – Saldanha, M. J. Gabriel de (1990), vol. II, 60 e 61.

⁹⁰ Dias, Pedro (2008), 313.

⁹¹ Lemos em Jacob e Dulce que os Dantas comiam “*peixe de dois poiças ao jantar*” – Gip (Francisco João da Costa) (1974), 18.

⁹² Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. II, 177.

*maratase mogóis (...). A designação “Província do Norte” aplicava-se a um conjunto descontínuo de territórios a que não correspondia qualquer circunscrição provincial. Na realidade, as fontes portuguesas designam, frequentemente, a região formada pelo conjunto das praças de Diu, Baçaim, Damão e Chaul por província, terras ou territórios do Norte, ou, simplesmente, por Norte, expressões que reflectem a concepção difusa e complexa da administração portuguesa na Índia. A designada “Província do Norte” não possuía instituições próprias, a não ser o facto de a sua defesa marítima estar a cargo de um capitão da armada do Norte”⁹³. Em sentido idêntico, mas agora salientando a importância estratégica daquelas possessões para a subsistência de Goa e das suas elites descendentes: “A Província do Norte, onde se concentravam, neste período (séc. XVIII), a maior parte dos territórios dos Portugueses no Oriente, os quais permitiam uma percepção de rendas de aldeias significativas, era estruturada por um largo conjunto de fortalezas, tranqueiras e baluartes, cujos nós se encontravam em Damão, Baçaim e Chaul. Esta província, que sustentava uma aristocracia com algum poder económico e militar, era objecto de constantes incursões por parte dos exércitos mogóis e maratas, sem falar nos saques perpetrados pelos Omanistas. Era corrente o refúgio, na Província do Norte, de vencidos nas guerras entre Mogóis ou Maratas e vassallos sublevados, bem como a incursão para o saque e a razia, correspondida pelos portugueses nos mesmos termos”⁹⁴. Este autor, sustentando-se em Alexandre Lobato, enumera aquelas que são consideradas, pela historiografia portuguesa, as principais investidas das forças maratas – com ou sem conivência britânica – em *Terras do Norte*: Baçaim e seus aros em 1723, Damão e cercanias em 1728, Chaúl e novamente Damão em 1734 e anos imediatos, tomada da ilha de Salcete e de Taná em 1737, invasão de Damão em 1738, e cerco de Baçaim em 1739.*

Q

QUEGOTA (ou **quegot**, ou **quedak**) – gancho ou alfinete para cabelo, regra geral de ouro, em forma de uma maçaroca rodeada por algumas folhas. O nome advém do nome da planta que a peça de ourivesaria em questão reproduz.

QUIMÃO (ou **queimão**) – é uma adaptação arcaica, entretanto caída em desuso, da palavra *kimono*. E *quimão* podia designar precisamente um kimono (ou seja, um roupão amplo de largas mangas, e que muitos homens e rapazes usavam quotidianamente na Goa oitocentista), ou um casaco também largo, mas curto, que as raparigas pobres do Estado da Índia frequentemente envergavam. Neste último caso, era talhado em chela ou chita.

R

RAMADA – armação de madeira sobre a cama, desde logo para colocação de dossel ou mosquitoireiro.

⁹³ Antunes, Luís Frederico Dias (2006), 208.

⁹⁴ Bethencourt, Francisco (1998b), 253.

RENDEIRO – em Goa, este termo era usado como sinónimo de *manducar*. Ou seja, de arrendatário de palmeiras ou palmares, ocupando-se da extração da sura. “*Dá-se este nome (rendeiro) áquelles homens q. tirão a Sura das palmeiras, q. arrendão aos talhos*”⁹⁵.

ROCÓ – intimação de uma autoridade pública para o pagamento de uma contribuição ou de uma dívida⁹⁶.

ROSANS – flores cor-de-laranja forte, de maiores dimensões que os abolins.

ROTA – junco da Índia. Por ser muito usado para esse fim, a palavra passou também a designar *bengala*. Em Goa, usava-se (e usa-se ainda, em determinados contextos) o termo *enrotar* para designar o *empalhar* de cadeiras e canapés (aplicar ou restaurar aquilo a que, em Portugal, chamamos assentos ou encostos *de palhinha*)

RUPIA – moeda indiana de prata. Durante o século XIX, era comum distinguir entre a rupia de Goa e a chamada *rupia chirina*, utilizada na Índia britânica.

S

SABANIS – titular do cargo de “*Principal escrivão de uma repartição de fazenda distrital, entre os maratas*”⁹⁷.

SALCAM – joia para adorno do cabelo (em ouro, por vezes com incrustações de pedras preciosas) com a forma de uma flor de lótus⁹⁸.

SANTOMÉ (ou **Sam-Tomé**, ou ainda **Pardau Sam-Tomé**) – antiga moeda de ouro (ou prata, sendo que estas últimas eram mais raras) que se cunhou em Goa até 1841.

SARANGUE – Nome por vezes usado para designar os arrais e pilotos na Índia. Em Damão, *sarangue* era o mestre de um batelão, ou galveta.

SARCAR (ou **sorcar**) – governo, Estado ou autoridades superiores desse mesmo governo ou Estado.

SIPAI (ou **sipaio**) – deve-se a Lagrange aquela que consideramos ser a melhor definição do termo: “*Dava-se na Azia o nome de Sipaes, em geral, a todos os Soldados de Infanteria; e hoje (1841) mais propriamente aos que pertencem a Corpos irregulares, que teem a seu soldo os Regulos, e Dessaes, que ainda conservam, ao menos, estas sombras de poder*”⁹⁹.

⁹⁵ *Reflexões sobre as Causas da Decadencia do Estado da India Offerecidas Ao Ill.mo e Ex.mo Senhor Visconde de Anadia, Do Conselho de Estado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos etc. etc. etc., Por Sebastião Jozé Ferreira Barroco, Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda. 1802 – Academia das Ciências de Lisboa, série vermelha, 634, 57*

⁹⁶ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. II, 257.

⁹⁷ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. II, 267. Na documentação que compulsámos relativamente à administração das *Novas Conquistas* deparámo-nos com algumas referências aos *sabanis* dos *bounsulós*.

⁹⁸ Pereira, A.B. de Bragança (1991), vol. II, s/n (no núcleo de ilustrações que se segue à pg. 76).

⁹⁹ O complemento da descrição, apesar de útil, é menos isento: “*A sua arma, a que chamam zuranty, tem semelhança com os nossos antigos esmerilhões, e cuza muito mais do que as nossas espingardas: uzam d’espadas, denominadas gurdós, cujo punho he de tal construção, que, prescindindo da curvatura, he quazi impossivel perfurar com ellas; poucos deixam tambem d’armar-se d’huma faca de matto, coitô, e alguns de pistola, de que aliás não sabem uzar com vantagem. – Todo o seu trem consiste n’hum cobertor de lan, cambolim, que lhes serve de cama, capote, e tenda, e sustentam-se simplesmente com uns bolos chatos de farinha d’arrôz e azeite de coco, chamados vulgarmente apas. – Esta gente he na verdade a tropa mais azada para a natureza do terreno asiatico, e quazi insensível as variações de temperatura: supportam facilmente os ardores do sol mais abrasador, e caminham sem*

SONODO – refere-se, no mundo da administração, a “*Alvará, patente, diploma* (ou certidão, acrescentamos nós), *em Goa, com relação a Novas Conquistas*”¹⁰⁰. Na verdade, tão depressa encontramos o termo referindo-se a mercês de terras como a um corpo para-militarizado a que em Goa se dava o nome de *sipaís do sonodo*. Estes atuavam sobretudo nas *Novas Conquistas*.

SUARIM (ou **suari**) – destacamento militar, em regra composto por cavaleiros. Os *suarins* organizavam, por exemplo, investidas em território inimigo.

SUBEDAR – oficial administrativo ou militar. De origem persa, a palavra tanto pode designar um capitão (como era comum nos batalhões indígenas da Índia britânica) como um governador de província ou distrito¹⁰¹.

SURA (ou **sur**) – suco extraído de palmeiras, e que pode ter várias utilizações: “*Usa-se fresca e crua como bebida refrigerante*¹⁰² *e para levedar, e converte-se em vinagre*¹⁰³, *em aguardente fraca e forte, e em jagra*”¹⁰⁴.

SUSSIM (ou **sucim**) – tecido de seda, originariamente fabricado na Pérsia, e em regra às riscas. Segundo Dalgado, “*outrora*” as mulheres cristãs de Goa usavam xailes traçados de sussim¹⁰⁵.

difficuldade por brenhas, e montanhas, debaixo de torrentes de chuva, abrindo elles mesmos passagem com os seus coitôs. Antigamente os havia tambem nos Exercitos dos Marattas, armados de arco e frêcha, em que eram destros. Na India Portuguesa não houve Tropas regulares e permanentes senão desde 1671, em que foram para cá transmittidas as reformas militares, que tiveram lugar na Metropole por occasião da Guerra da Restauração. – Até então a gente de guerra vinha de Portugal nas monções, e os Fidalgos e Capitães do Paiz tomavam a seu serviço a que faltava para as Expedições, que os Vice-Reis empregavam. – Mas sempre teve o Governo do Estado Sipaes, a quem pagava, e cujos Corpos, sem organização propriamente dita, se chamavam Partidos, e eram commandados por pessoas de confiança, que tinham a denominação de Cabos de Partidos, dos quaes ainda existem alguns reformados. – Com o andar dos tempos houve diferentes alterações na composição destes Corpos até ao Conde do Rio Pardo, que extinguiu os Cabos de Partido, e organizou os Sipaes em dous Batalhões de Caçadores, cada hum de seis Companhias, com hum Capitão, e hum Alferes, mas independentes humas das outras, e sem especie alguma de centralisação. Cada Sipae vencia oito xerafins (1.280 réis fortes) por mez, e o seu uniforme consistia simplesmente em huma jaqueta azul com gola e canhão encarnado, e nada mais d’uniforme Militar, usando, em vez de pantalonas, d’uma calça presa com cordões, que não lhe passava das coxas para baixo. – Sem ideias d’ordem, e de disciplina, os Sipaes são valentes corpo a corpo; mas nunca fizeram a guerra, e nunca lh’a ensinaram a fazer senão por meio de surpresas, e emboscadas, para cahirem de repente sobre o inimigo desapercibido, em quem cevavam todo o seu furor sanguinario, sem lhes darem quartel. – Não conhecem deveres alguns sociaes; e mesmo no estado de paz, e só com ordem daquelle individuo, que lhes paga, assassinam, e roubam por obediencia, os inimigos que lhes indigitar; e a elle tambem, logo que por qualquer motivo, abandonem o seu serviço. – Assim mesmo he innegavel que nos foram de muita utilidade nas guerras passadas com os Regulos visinhos; por que oppunhamos Sipaes a Sipaes, sendo os nossos auxiliados por Tropas mais regulares, e em parte da Europa, que decidiam a victoria” – Barbuda, Cláudio Lagrange Monteiro de (1903), 51 e 52.

¹⁰⁰ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. II, 316. No mesmo sentido, definindo-o como “*Diploma, Titulo, &c*” – Xavier, Filipe Nery (1840), 291.

¹⁰¹ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. II, 320.

¹⁰² “*Quanto às bebidas, os goeses dispunham de poucas. As camadas alta e média das regiões costeiras, que possuíam palmares, bebiam a suave água de coco. Este líquido tinha propriedades medicinais e era refrescante*” – Grácias, Fátima da Silva (2008), 173. E ainda: “*Em um dia de maio quente e pesado, o sol a dardejar implacável sobre as cabeças alagadas em suor, a palmeira é uma tenda de Deus para o pobre indio. A água de côco é o gelo n’aquelles climas*” – Ayalla, Frederico Diniz d’ (1888), 18.

¹⁰³ É a este vinagre da terra que o arcebispo Neiva Brum se refere várias vezes nas missivas que trocava com os seus familiares açorianos. Selecionámos duas ilustrações. Na carta datada de 14 de janeiro de 1769, escreve a um irmão: “*Não quero mais vinagre e cá me remediarei com o da terra, de que athe agora não uzei*”. No ano anterior, a 25 de janeiro, fora mais expressivo: “*Neste anno padeceria grande falta se não tivesse prevenção de guardar vinho e aguaardente para dous annos, tabaco e voltas. Sò o vinagre se està acabando, e me custará muito acostumar me ao da terra, que se faz de hum licor que se extrahe das palmeiras dos cachos, que havião dar cocos. Dizem que não é nocivo à saude*” – Lopes, Maria de Jesus dos Mártires (1983), 91 e 75.

¹⁰⁴ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. II, 330.

¹⁰⁵ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. II, 321.

T

TAMBAQUE (ou **tambaca**) – liga de cobre e zinco, originariamente feita na Indochina, com a qual se produziam várias joias. Pode também ser utilizado, na liga em questão, um pouco de ouro, dando-se-lhe então, por vezes, o nome de *tambaque suaça*.

TAMBIÓ – vaso ou cântaro portátil de metal (regra geral, eram feitos em cobre) que servia para transportar e conservar água.

TAMBORETE – embora, hoje, comumente seja um sinónimo de banco, tudo indica que, na época em estudo, a palavra *tamborete* tinha também um outro sentido: no inventário dos bens que tinham pertencido ao arcebispo Taveira Brum achavam-se “*dez tamboretas, ou cadeiras sem braços*”¹⁰⁶.

TAPELEM – grande tigela ou tacho de metal.

TEADA – pano branco de algodão tecido.

THIRTA – Tanque para abluções em frente dos templos hindus; nascente ou curso de água sagrados; local sagrado junto a qualquer um dos espaços atrás referidos. Em Naroá existiu uma *thirta* bastante procurada pelos hindus de Goa e regiões circundantes, conforme se depreende de documentos citados por Teotónio de Souza¹⁰⁷.

TONA – pequeno barco, que podia ter um mastro e um só remo, por vezes feito do tronco de uma árvore e noutras com um formato mais arredondado (sendo nestes casos semelhante a uma grande bacia). Era muito utilizado em Goa nos séculos XVIII e XIX para transporte fluvial e costeiro. Uma ilustração: “*De tarde tendo-me despedido agradecidamente do meu benigno hospedeiro, a quem muito favor devi, embarquei n’uma tona mesmo á porta da casa onde residia, no bairro das Fontainhas, e que deitava para um braço do rio. Fomos entrar no rio Mandovi, passando debaixo dos vetustos arcos principaes da ponte de Ribandar; seguimos em frente da cidade, e contemplando estas bellas margens, provavelmente pela ultima vez na minha vida, cheguei a bordo (da corveta onde seguiria viagem) já de noite*”¹⁰⁸.

TOROFO – por vezes, as *praganãs* podiam estar subdivididas em *torofos*, que mais não eram do que agremiações de algumas das aldeias que as constituíam para, em conjunto, se governarem administrativa e economicamente. Em Goa, existiam *torofos* apenas nas *Novas Conquistas* (como, por exemplo, o de Cotigão que, por decreto de 14 de dezembro de 1880, passou a integrar o concelho de Canácona).

TOTENAGA (ou **tutanaga**, ou ainda **tutinaga**): liga metálica também conhecida por *cobre branco* ou *cobre chinês*; zinco.

TRAÇADO (ou **Terçado**) – espada de folha larga e curta.

¹⁰⁶ Lopes, Maria de Jesus dos Mártires (1983), 165.

¹⁰⁷ Souza, Teotónio R. de (1996), 153 e 154.

¹⁰⁸ Caldeira, Carlos José (1853), 43. Ou ainda: “*Por mais de uma vez vieram a bordo tonas ou embarcações com gente d’esta costa, trazendo para vender cocos, jagra, bananas, cestos de rotim de diversos feitios &c.; quasi tudo se lhes comprou a dinheiro, ou a trôco de fato usado, de bolacha, e tambem recebiam e pareciam estimar muito as sapecas ou dinheiro da China, de que parecem fazer uso para enfeites: aquella bruta gente explicava-se em mão inglez, ou entendia-se com alguns dos soldados canarins que traziamos para Goa*” – id., ibid., 26.

U

URUTA – De acordo com a *Explicação de varios termos estranhos, que se encontram nos uzos e costumes reduzidos a escripto* que acompanha o ofício que promulga a compilação dos usos e costumes das *Novas Conquistas* de 1824, era a designação dada a “*Qualquer Cargo, ou Emprego, d’Escrivão de Aldêa, Alfandega &c. ou Mercês, taes como Haccas, ou Tainatas (mercês em dinheiro, ou em terras, concedidas por serviço, que devem continuar a prestar, sem foro, ou contribuição alguma), – Otana (consignação certa, e inalteravel, que percebem em dinheiro, os Dessaes, Gancares, e Escrivaes das Aldêas, pelos rendimentos destas) – Catens, ou Catins (os bens de raiz, que possuem por longissimo tempo, sem Pottò, ou titulo algum): – Miras ou Nomoxins (Predios rusticos dados aos Serventes das Aldêas em retribuição de serviços que prestaram e devem continuar a prestar; e aos Pagodes, Botos, Gorovos, Bavinas, Bailadeiras &c para aceio, e luzes daquelles, e sustento destes) – Inamas (Mercê em dinheiro, ou terras, concedidas (sic) sem foro, ou contribuição alguma pelos serviços prestados): – Mocassós (Aldêas, ou consideraveis terras doadas, sem pensão, em remuneração de serviços): – Cotubana (Terras com foro certo, e inalteravel): Xiristó (Terras sujeitas à triennial enumeração de arvores fructíferas, para arbitramento de foro, com relação ao numero, e qualidade das arvores): Formás (Tributo directo e indirecto, imposto pelos Sar-Dessaes, Dessaes, (e) Gancares nos habitantes das Aldêas*”¹⁰⁹.

V

VARGEIRO (ou **varzeiro**) – é o proprietário e/ou cultivador de uma *várzea*, ou seja, de um arrozal.

VEDDIS – brincos

VENEZIANOS (ou **venezianas**) – trata-se de uma moeda de ouro, proveniente de Veneza, que conheceu considerável circulação em parte da Índia, nomeadamente na região de Goa, pelo menos desde o século XVI¹¹⁰. Em finais do século XIX, o valor de uma *veneziana* seria de cerca de cinco rupias. Tal como sucedia com as libras na Europa, na Índia utilizavam-se moedas deste género na joalharia.

X

XENCOR – palavra em concani que significa *sabe-tudo*, ou *sabichão*¹¹¹ (“*lhe dera a alcunha de Xencor*”¹¹²)

XENDI (ou **xendim**) (**pensão do**) – *Xendi* era o nome que se dava ao rabicho de cabelo que todos os homens hindus habitualmente usavam. A partir de 10 de julho de 1705, passou a ser taxado juntamente com as sisas. Esta forma de arrecadação de receita manteve-se em vigor

¹⁰⁹ Xavier, Filipe Nery (1840), 97.

¹¹⁰ Nos finais do século XVI, uma das imagens mandadas fazer em Goa para o colégio jesuíta de S. Paulo fora dourada com *venezianos*, “isto é, com o outro dessas moedas que corriam no Oriente e que valiam quatrocentos e vinte reais cada uma” – Dias, Pedro (2008), 259.

¹¹¹ Cunha, João Figueiredo Alves da (2010), vol. II, 140.

¹¹² GIP (Francisco João da Costa) (1974), 21.

durante mais de um século, uma vez que a sua extinção data de 22 de dezembro de 1840¹¹³. Conforme explica Teotónio de Souza, a aplicação deste tributo estendeu-se às *Novas Conquistas* em 1763, o que não deixa de surpreender tendo em conta as sucessivas declarações de manutenção dos usos e costumes locais que em princípio pareciam inviabilizar tal alargamento.

XERAFIM (ou **xarafim**, como também aparece com grande frequência) – moeda usada à época não só em Goa, mas em vários outros entrepostos comerciais indianos. No caso do *xerafim* indo-português, este começou por ser de ouro passando depois a circular em prata. Para se distinguir do seu congénere estrangeiro (uma vez que “*no decurso do tempo, ambos os nomes se empregavam de ordinário, promiscuamente para se designar uma e outra moeda*”), dava-se-lhes respetivamente os nomes de *x. de prata* e *x. de cobre*. O primeiro equivaleria a 6 *tangas* (360 reis) e o segundo a 5 *tangas* (300 reis). No entanto, trata-se apenas do valor facial, uma vez que esta moeda “*variava muito de peso e, consequentemente, de valor intrínseco*”¹¹⁴.

XINUTINS – designação concani para crisântemos.

XIRISTO (ou **xeristo**) – Segundo o *Assento* da junta da fazenda real de Goa de 27 de outubro de 1780, é “*humã Sorte de foro corrente com humã penção respectiva, e limitada a Certo n.o de palmeiras, ariqueiras, e outras arvores, a qual penção, se costumava aumentar a porporção do n.o das arvores, q. se plantavão de novo, e das Convençoens originarias dos ditos aforam.tos*”¹¹⁵. De acordo com a *Memoria sobre os foros de Ponda* datada 17 de setembro do mesmo ano o foro *corrente* ou *seristó* caracterizava-se por “*se cobrar contando as Arvores fructíferas, q. forem de mais a razão de tantos X.s a cada mil, ou cada cento*”¹¹⁶.

Z

ZOITALÓ – tipo de *tangas* das *gancarias* goesas.

ZUARTE – pano de algodão bastante resistente, de fabrico tosco e muitas vezes de cor azul. Era habitualmente exportado dos portos do Estado da Índia (designadamente de Damão) para a costa africana, nomeadamente para Moçambique, onde era com frequência usado em peças de vestuário.

¹¹³ Souza, Teotónio R. de (1975). Veja-se também Lopes, Maria de Jesus dos Mártires (1999), 114. O tributo em questão, que não deixava de ser atraente para o Estado, o qual se achava quase invariavelmente numa situação financeira muito comprometedora, dava, de alguma forma, continuidade a séculos de políticas de conversão por vezes agressivas. Teotónio de Souza anota “*It was a last flicker of the flame of proselytism which burn light in the previous centuries, and a rapid decay of the Portuguese power*”. Foi abolido somente durante o governo de Lopes de Lima, a 12 de dezembro de 1840. Segundo o autor que estamos a seguir, a sua cobrança ficou a cargo dos *mazanes* dos templos hindus. Note-se, porém, que quer segundo Ferreira Barroco, quer de acordo com o autor da *Tabélla*, pela qual se demonstrão as *Rendas, Fóros, e mais tributos, que administra a Junta da Fazenda Publica de Gôa; como também as suas origens* de 1828 (que transcrevemos no anexo I: documentos avulsos – nº 7), a instituição do *xendi* não obedeceu, em primeira linha, a qualquer propósito religioso mas sim à criação de novas taxas que substituíssem a aplicação das dízimas prediais contra as quais as *gancarias* e respetivas câmaras gerais haviam remetido para Lisboa vários requerimentos. Cfr. a *Memoria Historica do Actual Estabelecimento dos Dizimos Prediaes nas Ilhas de Goa e nas Provincias de Bardez, e Salcete coligida pelo Dez.or Sebastião Joze Ferreira Barroco. 1793* – Academia das Ciências de Lisboa, série vermelha, 553, 2 e ss, que também reproduzimos parcialmente no anexo I: documentos avulsos – nº 7.

¹¹⁴ Dalgado, Sebastião Rodolfo (1988), vol. II, 424 e 425; Lopes, Maria de Jesus dos Mártires (1999), 342; e Boxer, C. R. (2001), 378.

¹¹⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Índia, cx. 355.

¹¹⁶ Que transcrevemos. Consulte-se o anexo I: documentos avulsos – nº 156, (iii).

